T

TALHA. A arte da talha em Portugal assume um papel que ultrapassa os limites dos esquemas decorativos, tornando-se uma das manifestações artísticas que melhor expressam a nossa adesão ao barroco. Inserida no contexto do catolicismo triunfante, a talha dourada e policromada cedo abandona a sua feição decorativa para se transformar numa linguagem que, apelando aos sentidos do crente de forma subtil mas rigorosa, o leva a aceitar as directrizes estabelecidas pela Igreja. A celebração dos ritmos litúrgicos exige, de acordo com a mensagem apologética a transmitir, uma cenografia específica que transforma todo e qualquer templo num palco sacro onde as referências da fé católica são reveladas e assimiladas pelos fiéis. Durante muito tempo, e porque não se conhecia a força da sua linguagem simbólica e a sua dimensão estética, a talha foi relegada para um plano secundário. Graças à execução esmerada, quer por parte de entalhadores, quer por parte de douradores, os magníficos conjuntos esculpidos, valorizados pelo revestimento a folha de ouro, ganharam uma posição de relevo no campo das artes decorativas. Contudo, os estudos levados a cabo por duas gerações de investigadores têm vindo a provar que, para além da sua função decorativa, a talha no mundo português desempenha um papel primordial suprindo, sob o ponto de vista artístico, as lacunas deixadas em aberto pela arquitectura* e pela escultura*. A execução dos diversos espécimes de talha – retábulos, painéis, forros de capelas, etc. – envolvia a participação de vários artistas, desde o entalhador ao ensamblador e ao dourador. Durante os séculos XVII e XVIII não havia em Portugal uma definição precisa dos ofícios ligados à arte da talha, verificando-se uma certa ambiguidade nas tarefas. Frequentemente, entalhador pode significar escultor ou imaginário, e também ensamblador; o ensamblador aparece designado como torneiro, marceneiro e mesmo carpinteiro. Da mesma forma, o dourador é mencionado muitas vezes como pintor e estofador. A estrutura interna das oficinas respeitava a rigidez hierárquica de tradição medieval. Sempre que era feita uma encomenda redigia-se um contrato no notário, ficando estabelecidas as condições acordadas entre cliente e artista que visavam a execução da obra no prazo estabelecido, modalidades do seu pagamento, vistorias a efectuar, fianças a apresentar pelo artista e penalizações a aplicar no caso de não serem respeitados os acordos. A execução de uma obra importante de talha pressupunha sempre a existência de dois elementos fundamentais: o risco (que podia ser feito pelo mestre entalhador ou por outro artista, desde um arquitecto a um simples amador) e os apontamentos, que explicitavam pormenorizadamente o desenho, entregando-se um exemplar de ambos ao cliente e ao artista. Eram utilizadas madeiras de várias espécies em Portugal, dando-se, porém, preferência ao castanho e ao carvalho para as áreas nobres, enquanto o pinho era reservado para a armação da estrutura retabular. Devido ao contacto de Portugal com as Américas e o Oriente, as madeiras exóticas tiveram um relevo significativo, nomeadamente o pau-preto e o jacarandá. Segundo a documentação da época, a madeira devia ser sempre de boa qualidade, não apresentando quaisquer deficiências que pudessem mais tarde ter consequências nefastas. A última fase – o douramento – era provavelmente a de execução mais delicada, requerendo por parte do dourador um cuidado extremo, quer na preparação da superfície entalhada (que devia apresentar-se rigorosamente lisa), quer na aplicação da folha de ouro. A durabilidade do douramento, tão importante para o entendimento da arte da talha, dependia da maior ou menor perfeição técnica observada durante todo o processo. Para uma facilidade de catalogação, costuma dividir-se a talha portuguesa entre 1600 e 1780 em quatro grandes blocos: maneirista, que se estende até cerca do último terço do século XVII; barroco nacional, do último terço do século XVII até ao primeiro quartel do século XVIII; barroco joanino, da segunda década de Setecentos a 1740-1745; rococó, dos anos 40 a 1770-1780; e, a partir desta data, o neoclássico, que se prolongaria pela centúria seguinte. No período maneirista, a talha surge apenas como emolduramento de pinturas e (ou) imagens, dispostas em «registos» obedecendo a uma programação iconográfica. A influência das gravuras das obras de Sebastiano Serlio, Jacques du Cerceau, Philibert de l'Orme, Wendel Dietterlin e Hans Vredeman de Vries manifesta-se no esquema e na temática decorativa (os elementos geométricos – pontas de diamante, losangos salientes, cartelas – combinam-se com motivos vegetalistas, cabeças de anjos e máscaras), sendo dado um relevo especial à coluna, cujo terço inferior é ele-

Retábulo da capela-mor da igreja de Marvila, Lisboa.

gantemente esculpido. Na fase seguinte, designada por barroco nacional (por associação com as formas dos portais românicos portugueses), a talha prolifera nos interiores das igrejas portuguesas, revestindo completamente todo o espaço e provocando, pela refulgência do ouro que realça a policromia, um impacte único nos olhos dos visitantes. Uma análise formal indica-nos as características fundamentais dos retábulos desta fase: colunas com fuste torso e arquivoltas concêntricas profusamente decoradas com motivos ligados a uma iconografia eucarística (cachos de uvas e folhas de videira), pássaros simbolizando a mítica Fénix, conotada com a Eternidade, serafins e enrolamentos de folhas de acanto. Em Portugal e nas áreas de sua influência, surge um elemento que não existe em mais nenhuma outra parte do mundo católico: o «trono eucarístico», estrutura em forma de pirâmide que é colocada na zona central do retábulo e que se destina à exposição do Santíssimo Sacramento. Ainda nesta época se generaliza a utilização pelos mestres da arte da talha dos «quartelões», composições compactas que preenchem completamente os espaços laterais das capelas-mores e que são constituídas por mísulas, pilastras e outros elementos decorativos diversificados. Na fase barroca joanina, associada à figura do rei D. João V, que reinou entre 1707 e 1750, verifica-se o aparecimento de uma corrente estética com a marca do barroco romano, devido à influência de gravuras e tratados (como o *Perspectiva pictorum et architectorum* de Andrea Pozzo), à importação de obras de arte de Itália, e à vinda para Portugal de artistas italianos ou de formação italiana. A talha em geral, e os retábulos em particular, vão seguir este novo espírito, adoptando um novo esquema movimentado e cenográfico, abandonando uma certa rigidez que caracterizava a talha «nacional». Na estrutura retabular são utilizadas colunas salomónicas; as figurações humanas multiplicam-se, com destaque para os atlantes que sustentam toda a composição; o trono eucarístico é tratado de forma mais majestosa; e a temática decorativa, de grande exuberância (querubins, elementos vegetalistas, sanefas, cortinados, festões, etc.) contribui para o crescente ritmo cénico. O período rococó manifesta-se em Portugal a partir dos finais da primeira metade de Setecentos, sendo marcante a influência de artistas franceses como Quillard, Debrie, Le Bouteaux e Meissonier. A talha caracteriza-se por formas assimétricas e flamejantes, remates sinuosos e linhas onduladas, apresentando as diversas escolas interpretações muito próprias. Por fim, nos finais do século XVIII, a estética neoclássica impõe-se, arredando lentamente todo o formulário tardo-barroco e rococó. A composição evidencia uma estrutura retabular onde a fantasia decorativa que marcara as épocas anteriores é secundarizada pela articulação arquitectónica, afirmando-se uma feição nitidamente clássica. A existência de escolas regionais, ao longo dos períodos analisados, está hoje comprovada, verificando-se a proliferação de oficinas por todo o país sendo, no entanto, Lisboa, Porto, Braga e Évora os centros que alcançaram maior reputação graças aos trabalhos realizados por artistas como António Gomes, Santos Pacheco, Miguel Francisco da Silva, Francisco Pereira Campanhã e Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, entre outros, que fizeram da arte da talha uma das mais sublimes expressões artísticas.

NATÁLIA MARINHO FERREIRA-ALVES

BIBLIOGRAFIA: FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *A arte da talha na época barroca (artistas e clientela: materiais e técnicas)*. Porto: Câmara Municipal, 1982. 2 vol. Documentos e memórias para a história do Porto; 47. IDEM – L'Or au Service de la Foi: La sculpture sur bois doré. *Monuments historiques*. Paris. 194 (1994) 39-45. SMITH, Robert C. – *A talha em Portugal*. Lisboa: Horizonte, 1963. IDEM – *The art of Portugal, 1500-1800*. New York: Meredith Press, 1968.

TÂNGER. *V.* MARROCOS.

TAPEÇARIA. *V.* ARTES DECORATIVAS.

TEATINOS (Caetanos). Teatinos são os padres da ordem fundada por Gaetano da Thiene (1480-1547) e Giovanni-Pietro Caraffa (1476-1559), que foi bispo de Chieti, palavra italiana passada a latim como *Theate ou Theati,* de onde acabou por derivar «teatino». O nome da ordem é Clérigos Regulares. Como escreve D. Tomás Caetano de Bem, «esta denominação havia de ser simples (...). O vulgo, porém, ignorante de circunstâncias, e particularidades, começou a dar aos filhos de Caetano o nome de Theatinos, com o fundamento de verem entre elles, e constituído seu primeiro Prelado, e Geral da Ordem a D. João

Pedro Caraffa, Bispo de Theati» (BEM – *Memórias*, vol. 1, p. 32). Em Portugal, logo no seu início, foram muitas vezes chamados Clérigos Regulares da Divina Providência ou Clérigos Regulares Teatinos da Divina Providência, designação rapidamente ultrapassada pela de Caetanos, resultante da transliteração do nome do fundador santificado, em Caetano, por que passará a ser conhecido. Por 1514-1515 começa a reunir-se, em Roma, um grupo de cristãos, clérigos ou não, mas todos eles preocupados em pôr ordem na vida da Igreja, através de uma vivência pessoal e aprofundada dos sacramentos. Esta atitude, assumida por um grupo de humanistas e altos dignitários da Cúria e da urbe, tem como aspiração de fundo dar forma a uma corrente generalizada de reforma que afecta muitos cristãos da altura, como Battista da Crema (1460-1534), Erasmo (1467-1536), Lutero (1483-1546), Juan Luis Vives (1492-1540), Serafino da Fermo (século XV/XVI), Luis de Granada (1504-1588), Luis de León (1528-1591) e muitos outros. Reformar a Igreja, nos seus costumes e formas de aprofundamento da vivência religiosa cristã, passa por uma atenção mais alargada e atenta à pastoral, aos bispos; por uma vivência individualizada do amor aos outros, na caridade, e por uma relação aprofundada face a Deus, tal como é presente na revelação escriturística, através dos sacramentos, entre os quais avulta a comunhão frequente. Nessa perspectiva e com esses intuitos nasceu o Oratório do Amor Divino, primeiro em Génova, em 1497, e transposto para Roma nos anos já aludidos. No seio deste oratório viviam homens como os referidos Thiene e Caraffa. Deles partirá a fundação da nova ordem. Sobre eles importa fazer algumas observações, pois, como fundadores carismáticos, tendo o primeiro sido beatificado (1629) e canonizado (1671), acabaram por funcionar como modelos para os seus congregados e para o trabalho catequético por eles desenvolvido. Caetano é a afirmação dos valores caritativos e humanos. Sempre o dominaram intenções, interiorizadas pela oração e pelos momentos místicos, de chamada de atenção para com as criaturas desprotegidas suas irmãs, pelo que muito o orientava a devoção a São Francisco de Assis (1182-1226), assistido por uma permanente afirmação do amor filial para com a Virgem Maria, de quem, em certo êxtase, recebeu no colo, como que para proteger, essa criatura indefesa que é o Menino Jesus. É diferente o percurso de Caraffa. Empreendedor, metodicamente conquistador de lugares de poder curial e impositor de atitudes de afirmação religiosa e eclesiástica, foi bispo de Chieti (1504-1524), dirigiu a Inquisição romana (1542) e, nos anos finais de vida, foi papa sob o nome de Paulo IV (1555-1559). A ele se deve uma constante preocupação com o avanço da Reforma Católica, quer com a aferição das qualidades de cada um dos candidatos a nomear para bispo, quer pelo zelo posto na reforma dos regulares, quer pela frontal e austera oposição ao mundo protestante e àqueles que pareciam próximos do seu pensamento reformador. Os dois partiam de uma confortável situação aristocrática, que repudiaram pela adopção da pobreza total, mantendo com essa posição social fácil ligação e sociabilidades. Aos dois irmanava uma consciente e afirmada decisão de reforma da Igreja, parecendo-lhes que a criação de uma ordem de clérigos regulares era a solução mais correcta de a realizar e consolidar. Desde as reuniões do Amor Divino, que de Roma cresceram a outras cidades de Itália, até à elaboração das regras, sucedem-se os momentos fundacionais da ordem. Em 1524 Caetano, Caraffa e os seus companheiros pedem a Clemente VII (1523-1534) uma fundação, que mantenha os preceitos do Amor Divino, transformados em votos, reforçando o de pobreza absoluta. D. Jerónimo Contador de Argote (1676-1749) regista este pedido, de acordo com tradições do interior da congregação, orais e, entretanto, já escritas, pondo-o na boca de Caetano: «Beatissimo Padre, a pobreza, que pretendo seguir, está proposta por Christo na Euangelho. S. Francisco e S. Domingos elegerão os Institutos, e propuzerão preceitos conforme as inspiraçoens que tiverão, e qualidade dos tempos, em que viverão. Os tempos presentes pedem o Instituto, que aponto, com que se fará evidente a Providencia de Deus, a que se oppoz Luthero» (ARGOTE – *Vida*, p. 152-153). Só um mês mais tarde, depois deste pedido presencial, é que Clemente VII emitiu a bula de confirmação da ordem, em 24 de Junho de 1524. Aí se obrigavam os seus membros a professar os três votos tradicionais (castidade, obediência e pobreza), a viver em comunidade como clérigos regulares, a não usar outro hábito que o do clero secular, a eleger um superior por não mais de três anos, mas estar sob a dependência directa da Santa Sé. A 14 de Setembro deram-se as suas profissões solenes, depois de terem renunciado a todos os bens pessoais. Caraffa, inclusive, «renunciou os bispados de Brindisi e de Theati sem alguma reserva nas mãos do Papa; e querendo este que o Bispo nomeasse os sucessores, modestamente se escusou, ou por se livrar de escrupulo, ou por não ostentar estimações. Conservou porem o nome de Bispo e habito correspondente à dignidade, porque assim o determinou o Papa» (BEM – *Memórias*, vol. 1, p. 30). Logo em seguida, Caraffa foi eleito como primeiro prepósito da ordem. É a este último, ditadas ou inspiradas por Caetano, que devemos o esboço do que viriam a ser as constituições (*Constitutiones Clericorum Regularium*. Roma, 1604-1610), aprovadas em 28 de Julho de 1604 pelo papa Clemente VIII (1592-1605). Os Teatinos nascem nesses «tempos presentes», numa notória oposição a Lutero, usando os «conselhos do Euangelho» e afirmando a «Providencia de Deus», como escreveram no seu brasão («Quaerite primum regnum Dei»), não longe de todas as questões levantadas pela temática da Graça, porque «o tempo he opportuno» para a imposição do seu «modo de viver». Que modo de viver? Por onde passou a acção dos Clérigos Regulares? Como intervenção na Reforma Católica podemos reduzir a sua actuação a duas dimensões: a acção pastoral e missionária e a dignificação do clero. Submetidos a vida comum, mas vivendo o dia-a-dia dos crentes, provocando essa mudança radical que passou a existir entre clérigos regulares e monges e frades, aos Teatinos se deve muito da feição pastoral de então. São suas atitudes constantes a pregação, até aí quase toda na

mão dos regulares, pregação em que se visava mais o conteúdo catequético do que a forma, as continuadas acções de catequização de hereges, sobretudo europeus, e de infiéis, sobretudo arménios e indianos, a sua preocupação e participação na reforma de ordens religiosas e dioceses. De tudo isto os sacerdotes e o culto saem qualificados, pois que essas acções não são realizáveis sem uma melhoria da sua vida moral e preparação intelectual. A pobreza dos clérigos, o seu constante apelo aos sacramentos (entre eles a confissão e a ajuda na doença, durante fomes e pestes, e antes da morte), refazem a imagem do sacerdote, de origem e dimensão apostólica. Salientem-se alguns aspectos, de todo este apanhado geral, sobre os tempos da fundação. A novidade que foi nestes «tempos presentes» a criação desta primeira congregação clerical, bem diferente das ordens regulares, como se deduz, desde logo, da anulação da oração no coro, o que aconteceu por breve de 21 de Junho de 1529. Nela têm origem todas as que se seguiram nos tempos modernos: Clérigos Regulares de São Paulo (Barnabitas, 1530), Somascos (1534), a importante Companhia de Jesus (1540), ainda antes da primeira reunião em Trento e, posteriormente, os Clérigos Regulares da Mãe de Deus (1574), Clérigos Regulares Menores (1588), Clérigos Regulares da Mãe de Deus das Escolas Pias (1617). A participação, que se seguiu, dos Teatinos nas actividades mais intelectualizadas do Concílio de Trento (1545-1563), não só durante o seu desenrolar, como dando cumprimento a alguns dos seus actos disciplinadores, aconteceu com a atribuição à ordem de participações nas correcções do Breviário e do Missal, só publicados anos mais tarde (1568 e 1570, respectivamente). A acção missionária, confirmada pelo capítulo geral da ordem, de 1639, pela qual acaba por ser introduzida nos reinos de Portugal, sob autorização do papa Urbano VIII (1590), de acordo com um decreto da Sagrada Congregação da Propaganda Fide, de 11 de Julho de 1639, que concede como locais de missão o reino de Dacan, o Hidalcão dos Portugueses, o que tem o consentimento de Filipe III (1621-1640) (BEM – *Memórias*, p. 111). Em 25 de Outubro de 1640 dá-se a chegada a Goa dos primeiros padres, Avitable (1590-1650), António Ardizzone Spínola (1609-1697), Francisco Manco (?-1646), e do irmão leigo Andrés Lippómano (?-1641?). A partir do século XVI, as casas teatinas crescem, primeiro em Itália e, depois, por toda a Europa e seus territórios de expansão atlântica e oriental. Crescimento que se deve à militância e unidade entre os ideais e a vida praticada pelos Teatinos, mas muito aos apoios conseguidos entre as dinastias reinantes e as aristocracias locais, com quem os clérigos regulares, desde o seu começo, sempre estiveram em boas relações. Como escrevemos, foi no ano de 1640 que os padres entraram em terras do reino de Portugal, em Goa. De facto, em 25 de Outubro estavam em Goa e, em Dezembro, recebiam ordem de saída desse território por parte do novo rei, D. João IV (1640-1656). Durante vários anos, os conflitos com as outras ordens religiosas, o poder episcopal e o do vice-rei desenhavam-se em torno da questão da expulsão. Os envolvidos usavam argumentos tão distanciados como são o não cumprimento dos direitos de padroado, ou a simples oposição à nação de origem dos padres, por esta ser dependente da Coroa espanhola. Por fim, em 1648, D. Ardizzone Spínola vem a Lisboa para conseguir do rei autorização para que a ordem continue em Goa e possa fundar, ao mesmo tempo, uma casa na capital do reino. É o teatino D. António Caetano de Sousa quem publicita a autorização real, aos dois pedidos, fazendo mais tarde publicar o alvará, de 12 de Dezembro de 1650 (*Provas da história genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra, 1950, t. IV, II parte, p. 384-385). A partir desta data os clérigos estão instalados em Lisboa, em casa alugada, às Portas de Santa Catarina, onde permanecerão até 29 de Junho de 1653 (BEM – *Memórias*, p. 174). A história da fixação da ordem continua sempre pautada por alianças fortes com a aristocracia e com o poder real. Entre o alvará régio de 1650 e a entrada na Casa de Nossa Senhora da Divina Providência, ao Bairro Alto, em Junho de 1653, benzida por D. Ardizzone Spínola, em Setembro seguinte, e da qual foi vigário do padre-geral entre 1651 e 1662 (*Ibidem*, p. 188), a fundação contou com o apoio de Dona Mariana de Noronha e Castro (1614-1681). Esta bisneta de D. Álvaro de Castro, filho de D. João de Castro, o quarto governador da Índia, fez doações à ordem que permitiram a construção da casa e igreja e a dotaram «dos necessarios ornamentos, de ricos calices, e castiçaes de prata, casulas, alvas, e finissimas toalhas, e de tudo mais quanto era preciso». Foi mais longe a doação desta jovem e nobre viúva quando, em testamento, instituiu «por herdeira a sua alma, e a esta Casa deixou como legado pio, e com certos encargos os bens livres, que possuia, e de que podia testar» (*Ibidem*, p. 268-269). Apesar do esplendor com que rodearam o cerimonial litúrgico e sacramental, assim como as festas religiosas, os Teatinos ficaram sempre reduzidos a esta casa de passagem, de Lisboa, tendo sido autorizados por D. Pedro II (1683-1706) a receber noviços, em 1681, quando este ainda era regente. Mas se houve apenas uma casa, que se manterá até à expulsão das ordens religiosas, em 1834, os seus elementos sempre tiveram ligações fáceis com a nobreza e com a Casa Real, seja pelo seu constante reafirmar dos valores religiosos que os norteavam, seja pelo elevado nível cultural que procuravam manter entre os clérigos, na senda inicial da reabilitação dos eclesiásticos. A ordem teatina foi um viveiro de actores da Reforma Católica, bispos, directores espirituais e pregadores, escritores de nomeada, na ascética e na teologia. Não escapou a esta colecção o grupo português. Entre ele podemos encontrar alguns dos mais importantes produtores culturais dos séculos XVII e XVIII. Sem querer estabelecer nem julgamentos qualitativos nem apreciações de valor insigne, nem mesmo copiar o modelo, setecentista e europeu, da *Gerarchia ecclesiastica teatina* (1745), deve chamar-se a atenção para alguns teatinos, diríamos «ilustres». D. António Ardizzone Spínola (1609-1697), napolitano, esteve primeiro em Goa onde na pregação deixou grande preocupação com as relações raciais e com o estado do clero, o que lhe trouxe a oposição das outras ordens religiosas. Em todo o seu apostolado é posta grande ênfase

na comunhão. Ainda que pregando o sermão de aclamação de D. João IV, em 1641, vem para Lisboa, em 1648, expulso de Goa por a ordem não ter pedido ao rei o direito de aí se estabelecer e por ser originário de estados espanhóis. Já em Lisboa, cativa o rei, afirmando a sua missão divina de restaurador, prega na Capela Real e aqui funda o Convento de Nossa Senhora da Divina Providência. D. Rafael Bluteau (1638-1734) foi prepósito entre 1715 e 1718 e, depois, em 1732, personalidade fortíssima e grande impulsionador do movimento académico, tendo sido membro das Conferências Discretas e Eruditas (1696-1720), mesmo nas suas fases ditas de Academia dos Generosos (1647-1667; 1685-1692; 1696--1716; 1717) e da Academia Real da História (1720). Além dos seus sermões e temas vários, nas *Prosas portuguesas* (1728), a ele se deve a construção, de erudição monumental, que é o *Vocabulário português e latino* (1712-1721). D. Manuel Caetano de Sousa (1658-1734) foi prepósito da Divina Providência em 1698, de 1701 a 1703 e de 1713 a 1715. Além de sermões, preocuparam-no, como genealogista, as fixações dos catálogos episcopais, as áreas geográficas da inserção dos bispos e a relação cronística de algumas ordens religiosas. A D. António Caetano de Sousa (1674-1759), que desempenhou o cargo de prepósito da ordem entre 1721 e 1724, genealogista e cronista, se ficaram a dever as monumentais *História genealógica da Casa Real Portuguesa* (Lisboa, 1735-1748) e as respectivas *Provas* (Lisboa, 1739-1748). Pelo carácter majestático do seu trabalho, D. João V (1706-1750) fê-lo deputado da Junta da Bula de Cruzada e nobilitou um seu sobrinho, além de lhe conceder uma tença real. A sua obra é uma história aristocrática e nominal de Portugal. D. Jerónimo Contador de Argote (1676-1749), pregador, conhecedor da física, avançando nos campos pós-aristotélicos, com uma valorização da razão e da experiência, também foi académico dos Generosos e, depois, da Academia Real da História. Entre os seus trabalhos históricos conta-se a *Vida e milagres de S. Caetano Thiene* (Lisboa, 1722). D. Tomás Caetano de Bem (1718-1797) escreveu as importantes *Memórias históricas, chronologicas, da Sagrada Religião dos Clérigos Regulares em Portugal* (1792-1794), verdadeira e detalhada crónica da religião teatina, à qual, sobre história eclesiástica, poderíamos juntar a *Noticia previa da collecção dos Concilios celebrados pela Igreja Lusitana* (Lisboa, 1757). Foi professor de Física Tomista, compulsada nalguns casos com as obras de Newton (1643-1727), qualificador do Santo Ofício, examinador das três ordens militares, cronista da Casa de Bragança e membro das academias reais da História e das Ciências (1779).

ANTÓNIO CAMÕES GOUVEIA

BIBLIOGRAFIA: ARGOTE, Jerónimo Contador de – *Vida e milagres de S. Caetano Thiene, fundador dos Clericos Regulares*. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1722. BEM, Tomás Caetano de – *Memórias históricas, chronologicas, da Sagrada Religião dos Clérigos Regulares em Portugal e suas conquistas na Índia Oriental*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1792-1794. 2 vol. *GERARCHIA ecclesiastica teatina*. Brescia: Marco Vendramino, 1745. GOMES, Paulo Varela – As iniciativas arquitectónicas dos Teatinos em Lisboa, 1648-1698 (mais alguns elementos). *Penélope*. Lisboa. 9-10 (1993) 73-82. TEATINO. In *ENCICLOPEDIA Universal Ilustrada*. Bilbao: Espasa-Calpe, 1928, vol. 59, p. 1146-1158. WINIUS, George D. – Padre António Ardizone Spínola: a genoese priest at the twilight of the Estado da Índia Oriental. *Mare Liberum*. Lisboa: CNCDP. 9 (1995) 521-526.

TE DEUM. *V.* LITURGIA.

TEMPLÁRIOS. *V.* ORDENS MILITARES.

TEMPO SAGRADO. Procurar o tempo, a história do tempo e do seu domínio é tentar compreender o andamento da própria história que se define como uma temporalidade social e espacial. Importa porém chamar a atenção para algumas realidades que se absorvem de tempo no âmbito do religioso. A temporalidade da incarnação, que afeiçoou o decorrer dos dias ao divino incarnado, criando tempo sagrado na designação carnal de Cristo, é a primeira grande ruptura. A partir dessa data o tempo corre de concurso com o dia-a-dia de Cristo, da Virgem Maria e dos apóstolos. As primeiras assembleias de cristãos e as suas fundações estabelecer-se-ão em relação directa com a recolha da informação da vida de Cristo, marcando-se como mais ou menos próximas do saber que Ele havia transmitido através da cadeia dos apóstolos, fixada na textualidade escriturística, ela própria alvo de composições diferenciadas até que reduzida à Vulgata. Afinal, o tempo dos homens era agora contabilizado na terra como o tempo «depois de Cristo» tendo sido antecedido de longos milénios «antes de Cristo». O tempo é agora extensível. A sua extensão, que se procura que toque o acontecer diário, visa a interiorização da eternidade como alvo a atingir e ao qual se pode, se deve, chegar. O tempo escatológico ganha assim uma força formadora de geração em geração. Propagado e afirmado pela catequese, proclamado pela palavra do pregador, consolidado pelas reflexões de Padres e santos ou doutrinal e autoritariamente imposto pela força da instituição que é a Igreja, que procura cimentar-se no tempo curto de Cristo, os três anos fundacionais e revolucionários da Sua vida pública. Este tempo, as suas dimensões de sacralidade e de ritmo ganharam, desde muito cedo, uma formulação em calendário, com ele se confundindo. Portugal participou até ao século XVI do calendário da *Christianitas* e, depois da ruptura de Lutero, do da Reforma Católica, centrada e dimanada de Roma. Controlar a sucessão do dia e da noite foi uma preocupação muito antiga do homem. Fixar calendários abarcando o período natural de sucessão dos dias durante as grandes fases climáticas detectadas, que são ao mesmo tempo período marcado de determinadas tarefas agrícolas, obrigou à consolidação de noções como a de mês e de estação do ano. Se a das estações, facilmente determináveis pelo camponês e trabalhador, como sucessão de dias e noites mais chuvosos ou mais solarengos, é bastante visível, o mesmo não se pode dizer da das fases litúrgicas que, apesar de lhe estarem coladas, dela se distinguem. A um Advento criador, frio e chuvoso, sucede o caminho para os radiosos dias de luz e de sol da Páscoa, seguindo-se o tempo de estio de Tempo Comum. Durante o século XVI, integrando-se em pleno na mentalidade quantitativista e de precisão onde se inserem os aperfeiçoamentos de descoberta, marítima e terrestre, contabilística e aritmética, de relojoaria ou de cômputo do tempo, sente-se e tenta-se dar res-

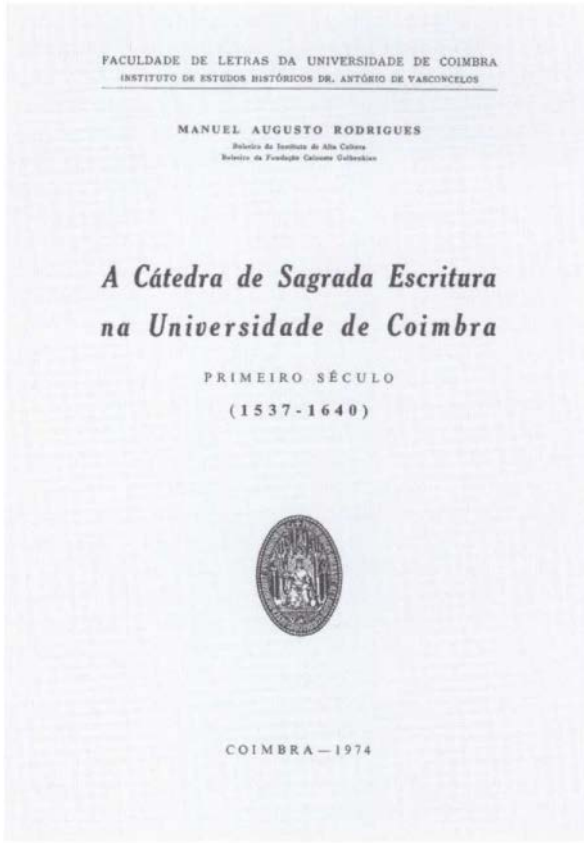
Ampulheta, século XVI (Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga).

posta à organização de um novo calendário que reforme o juliano, aproximando-o das realidades naturais da sucessão dos dias e noites de que este começava a ficar algo desfasado, como Beda, Bacon e Aylli já haviam notado. Em 1563 o Concílio de Trento antes de encerrar manda ainda restaurar o calendário. Foi só no final do século, em 1582, sob Gregório XIII (1572-1585), com base nos estudos de Luigi Giglio, Pedro Chacón e Clavius, que a reforma se concretizou e o novo calendário, o gregoriano, com a singular ultrapassgem dos 11 dias – de 4 de Outubro saltou-se para 15 – foi aprovado pela bula *Inter gravissimas*. Por lei de 20 de Setembro de 1582 Portugal, contrariamente às dúvidas de alguns reinos católicos e à oposição dos protestantes, adoptou as alterações do novo calendário. Na tentativa de rápida divulgação da nova orgânica logo no ano seguinte, 1583, em Braga, Coimbra e Lisboa, respectivamente nas oficinas de Gonçalo Fernandes, António de Mariz e António Ribeiro, é impresso o *Kalendarivm gregorianvm perpetvvm*. O calendário, decretalmente fixado pelo papa, retinha algumas das características mais importantes do domínio do tempo pela mão da Igreja. Aquelas que mais importa salientar respeitam a definição de tempo sagrado, tempo religioso de descanso, precisando, em que não se realizavam tarefas de produção ou de subsistência própria para dedicar todo o tempo a Deus e seu serviço. Dentro deste âmbito se devem considerar os domingos, os dias de guarda e os dias de jejum. O calendário fixado em cada uma das dioceses pouco variou ao longo dos séculos XVI a XVIII, simplificou-se durante o XIX, ganhando a figuração actual já em pleno século XX. Dos 365 dias do ano, muitos são solenizados, sendo de guarda ou domingos, em muitos impõe-se jejum, considerando-se como tal as sextas-feiras do ano e os dias da Quaresma. Em relação a esta divisão dos dias podemos considerar duas realidades, a permanência da festividade/descanso do domingo e a diminuição constante daqueles de festa/descanso não coincidentes com o domingo e daqueles em que se devia jejuar. A festa é a solenização de um aspecto da vida de Jesus Cristo, da Virgem Maria, dos apóstolos ou de alguns santos. Dos tempos modernos até ao século presente, dias, semanas e meses sucedem-se tendo cada um deles papel reservado ao encontro com Deus através das práticas determinadas pela Igreja. O dia deve começar com a oração da manhã e terminar com a da noite. Entre estes dois tempos de oração privada devem multiplicar-se os momentos de oração, antes e depois das refeições, antes e depois de cada tarefa. O tempo semanal, que os dias compõem, tem a sua razão de ser na observância do domingo e nele da missa. Aí, em comunidade de fiéis com o seu pároco, ouve-se a missa, ao mesmo tempo que se participa na liturgia ou, se a formação é menor, sussurram-se orações ou passam-se as contas do rosário. O domingo é o dia forte da semana, nele acontece a missa semanal e não se trabalha, no que o Estado concorre aderindo ao estipulado pela Igreja. O calendário anual é marcado por duas grandes festas precedidas de dois longos períodos de penitência e reflexão, cada vez menos notados pela sociedade. As festas são o Natal e a Páscoa, sendo os respectivos tempos de preparação o Advento e a Quaresma. Mais uma vez é um domingo o que encerra a grande festa do ano, o Domingo de Páscoa. Quatro outros tempos do sagrado importa salientar no calendário do ano. O primeiro é o ciclo das festas do Natal, afinal iniciado a 8 de Dezembro com a festa da Imaculada Conceição. Segue-se o da Semana Santa, tempo de cerimónias e auge da penitência conducente ao grande Domingo de Páscoa. O terceiro é o dos dias de Defuntos/Todos os Santos, marcante na mentalidade popular e que viria a ser sublinhado pelo terramoto de Lisboa acontecido exactamente num desses dias, a 1 de Novembro de 1755. Este tempo de duas faces tem de seguida a lembrança dos mortos e a comemoração esperançada da vida eterna a que almejam todos os santos. Por fim, o calendário não ficaria completo sem a festa do padroeiro local e a romaria de mais tradição na região. Um tempo, tornado calendário, e que é uma estrutura de dia-a-dia, com diferentes colorações e diferentes resultados mas, sempre, com uma mão da Igreja presente no afeiçoar do tempo às necessidades daqueles que tem à sua guarda e que, ontem como hoje, não quer perder.

ANTÓNIO CAMÕES GOUVEIA

BIBLIOGRAFIA: ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de – As horas e os dias da Universidade. In *UNIVERSIDADE(S): História: Memória. Perspectivas*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso «História da Universidade», 1991, vol. 3, p. 365-382. CORDOLIANI, Alfred – Comput, chronologie, calendriers. In *L'HISTOIRE et ses méthodes*. Bruges: Gallimard, 1973 [1961], p. 37-51. IDEM – Tableaux [Tableau synoptique des ères, p. 1542-1557; Tableau des dates du début de l'année, p. 1558-1566; Tableau de l'adoption du calendrier grégorien dans les différents pays, p. 1567-1568]. In *L'HISTOIRE et ses méthodes*. Bruges: Gallimard, 1973 [1961], p. 1541-1568. DUPRONT, Alphonse – A religião: Antropologia religiosa. In *FAZER HISTÓRIA*. Lisboa: Bertrand, 1981, vol. 2, p. 121-155. GOUVEIA, António Camões – Os estatutos da Universidade de 1559 e a prática religiosa. *Communio*. Lisboa. 7: 4 (1990) 339-344. LE GOFF, Jacques – Calendário. In *ENCICLOPÉDIA Einaudi*. Lisboa: INCM, 1984, vol. 1, p. 11-50.

TEOLOGIA. *1. Dos inícios ao século XV:* Ainda antes de ser criado o *Studium generale* dionisíaco em 1290, já houvera uma longa tradição de interesse pelo domínio da teologia. Braga foi desde o século IV um importante centro de actividade intelectual. Entre os nomes mais célebres sobressaíram Paulo Orósio, os dois Avitos e ainda Potâmio de Lisboa, a que se seguiram no século V-VII, durante as dominações sueva e visigótica, São Martinho de Dume, Aprígio de Beja, Eutrópio e João Biclarense (*v.* PATROLOGIA). Após um período de decadência provocado pela presença muçulmana, assistiu-se a um significativo florescimento no século IX e depois nos séculos X-XI, bem patente na actividade cultural desenvolvida nos mosteiros de Alpendorada, Cete, Crestuma, Guimarães, Lavra, Lorvão, Santo Tirso, São Miguel de Riba Paiva, Tibães, Vacariça, etc. Depois de constituída a independência, as casas religiosas dos Agostinhos, Beneditinos, Cisterciences, Franciscanos e Dominicanos evidenciaram-se sobremaneira, tendo muitos estudantes destas ordens religiosas sido enviados para o estrangeiro, onde estudavam teologia e outras ciências nas universidades de Salamanca, Paris, Montpellier, Bolonha, etc. De mencionar ainda as escolas catedralícias, em especial as de Braga e Coimbra, devido à acção dos bispos D. Pedro (1072) e D. Paterno (1094). No *Livro Preto da Sé de Coimbra* (doc. 16, de 13 de Abril de 1086) lê-se: «postea episcopus praedictus pueros nutrivit et eos docuit in sede episcopali Sanctae Mariae praedictae civitatis atque ad ordinem presbyterii applicavit». No Museu de Machado de Castro conserva-se uma lápida funerária de «Johannes presbiter, primus magister scholarum» da catedral de Coimbra, falecido em 1192. O III Concílio de Latrão (1179) determinou que o bispo tomasse medidas quanto ao ensino da Gramática e da Teologia e estabeleceu que em todas as catedrais houvesse um mestre-escola que ensinasse gratuitamente os alunos pobres. Em 1215, o IV Concílio de Latrão (c. XI) estendeu às colegiadas a obrigação de manterem um mestre-escola e ordenou que nas sés metropolitas houvesse um professor teólogo para a habilitação do clero. Durante os séculos XII-XIII, a Europa conheceu um assinalável desenvolvimento cultural e o esplendor das primeiras universidades, com especial relevo para a de Paris, que se começou a impor como a instituição de maior reputação filosófica e teológica, ao lado de Bolonha, Oxford e Cambridge. O abade de Alcobaça, D. Frei Estêvão Martins, determinou, em 1269, que houvesse no seu mosteiro, para sempre, aulas de Teologia, Lógica e Gramática, e que fossem públicas as lições para todos quantos os que delas quisessem aproveitar-se: «ad communem utilitatem monachorum et omnium appetentium». Outro centro notável da cultura teológica foi o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Em 1464 era eleito seu prior D. João da Costa, mestre de Teologia. Depois de 1530, intensificou-se muitíssimo o ensino desta ciência naquela casa religiosa. Eram ricas as bibliotecas de ambos os mosteiros. Finalmente, em 1290, era criada a universidade* em Portugal, pelo documento régio de D. Dinis, de 1 de Março desse ano; o papa Nicolau IV, pela bula *De Statu Regni Portugalliae*, de 9 de Agosto seguinte, confirmou a instituição do *Studium generale* lusitano. A Faculdade de Teologia não fazia parte do quadro de estudos, mas sabe-se, pelo estatuto ou carta de privilégios, que era vontade do rei sábio que se lesse Teologia nos conventos franciscanos e dominicanos com o carácter de estudos particulares. A eles se referia, possivelmente, Clemente VI na sua bula de 13 de Setembro de 1350: «Universis doctoribus et magistris ac scolaribus studii Ulixbonensis in sacra pagina et in jure canonico et civili in medecina et qualibet alia licita facultate legentes ac studentes.» Entre os principais teólogos desta fase, todos eles com formação ou actividade docente no estrangeiro, destacam-se Santo António de Lisboa, Álvaro Pais, Pedro Hispano, Frei Lourenço de Alcobaça, D. Lopes Rebelo, D. Afonso de Portugal, bispo de Évora, e D. Diogo Ortiz de Villegas. Os *Sermões* do taumaturgo olisiponense, o *De planctu Ecclesiae* de Pais e as *Summulae logicales* de Hispano obtiveram grande fama; também o *Livro da Corte Enperial* se tornou um livro muito divulgado. O primeiro texto em que se fala de uma cadeira de Teologia é uma carta de D. João I a Lourenço Vasques, contador de pedidos, em que o monarca lhe ordena que respeite o privilégio pelo qual eram isentos de pagar aquelas contribuições os lentes da Universidade («e de lemtes de theologia huum»); contudo não se sabe quando foi introduzida. Em 12 de Outubro de 1431, o infante D. Henrique doou ao *Studium* as casas que adquiriu «pera se em ellas aver de leer de tods as scientias aprovadas pela santa madre Egreja», determinando que «nos sobrados destas [casas] no primeiro se leea a santa theologia e hi ste pintada a samta trimdade». Numa carta do infante D. Henrique de 25 de Março de 1448, fala-se da cátedra de Prima de Teologia, a favor da qual foi instituída uma pensão de 10 marcos de prata (elevada para 12 em 1460). O lente de Prima de Teologia foi incumbido de recitar anualmente uma oração na abertura dos cursos, a qual deu origem à oração *de Sapientia*. Pelas benemerências concedidas à universidade, o infante mereceu o título de «protector dos estudos de Portugal e da Universidade». *2. Nos séculos XV-XVII:* Os estatutos de D. Manuel (1503) determinaram que houvesse duas cadeiras de Teologia: uma para a leitura das *Sentenças* de Pedro Lombardo e outra para Sagrada Escritura, chamadas, respectivamente, de Prima e de Véspera, recebendo os seus mestres de salário 12 marcos e 200 000 reais; mas a última não funcionava regularmente. No tempo de D. João III, após a transferência definitiva da universidade para Coimbra


FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

MANUEL AUGUSTO RODRIGUES

A Cátedra de Sagrada Escritura na Universidade de Coimbra

PRIMEIRO SÉCULO

(1537-1640)

COIMBRA — 1974

Frontispício de A Cátedra de Sagrada Escritura na Universidade de Coimbra, primeiro século (1537-1640), *de Manuel Augusto Rodrigues, Coimbra, 1974.*

(1537), começa o período áureo dos estudos teológicos, cuja fama se estendeu mesmo além-fronteiras. Sentiu-se o sopro benéfico do humanismo, que trouxe consigo um assinalável interesse pelas línguas eruditas, pela história e pela literatura. Também merece ser recordada a invenção da tipografia, que muito viria contribuir para a divulgação dos livros. O primeiro incunábulo português é o *Pentateuco*, saído dos prelos do hebreu Gaon, em Faro, no ano de 1486. A influência da Contra-Reforma* e a oposição sistemática às ideias renovadoras, mesmo de origem evangélica, a pressão exercida pela Inquisição e pelos instrumentos de controlo da livre criatividade (índices de livros proibidos) contrariaram bastante o avanço dos estudos teológicos, como aliás aconteceu noutros países europeus. Inicialmente a teologia e os estudos menores eram ensinados em Santa Cruz, ficando as outras faculdades instaladas nas casas do reitor D. Garcia de Almeida. Em virtude da representação feita pelo reitor e pelo reformador e governador de Santa Cruz, tudo foi agregado à universidade depois. A fim de dar ao ensino um nível elevado, D. João III mandou muitos bolseiros para as universidades estrangeiras, como Salamanca, Lovaina, Paris e outras, e chamou mestres de fora para virem leccionar na cidade do Mondego. Ao fixar-se definitivamente em Coimbra a universidade, o número de cadeiras aumentou para três, com a criação da de Tertia (Sagrada Escritura). Eram mestres em 1537: na cadeira de Prima, em que se lia Pedro Lombardo, Afonso do Prado, natural de Toledo, mestre em Artes e doutor em Teologia por Alcalá; na de Véspera, em que se lia São Tomás, Francisco de Monçón, oriundo de Madrid, doutor por Alcalá e autor da obra *Espejo del Principe christiano*; na de Tertia, em que se lia Sagrada Escritura, Frei João de Pedraza, também castelhano, que foi o primeiro lente desta disciplina na Universidade de Coimbra. Depois, outras catedrilhas se vieram a criar: uma anexa à cadeira de Prima para a leitura de São Tomás, e outras para Durando, Escoto e Gabriel Biel. Também em Sagrada Escritura se veio a alterar o quadro primitivo: em 1545, a cadeira foi desdobrada em duas, uma de Tertia para o Novo Testamento, de que era lente Paio Rodrigues de Vilarinho, e outra de Noa, em que se ensinava o Antigo Testamento, confiada a Marcos Romeiro. Depois unificou-se o estudo da Bíblia, sendo criada então a já referida catedrilha de Escoto. A influência doutrinal do tomismo é uma nota dominante nos mestres de Teologia deste período, para o que muito contribuiu Martinho de Ledesma, discípulo de Vitória em Salamanca; excluíam-se assim as ideias e os métodos de outros escolásticos «dissidentes», como dos nominalistas continuadores do pensamento de Guilherme de Ockam. Havia, assim, um contraste em relação a Paris e a Alcalá, onde dominavam o escotismo e o nominalismo. As directrizes renovadoras da exegese bíblica suscitadas pelo humanismo influenciaram enormemente os teólogos e os exegetas de então. Cultivou-se bastante o ensino das três línguas eruditas, o latim, o grego e o hebraico, especialmente em Santa Cruz, graças sobretudo à iniciativa de Frei Brás de Braga (ou Barros). Sabe-se da existência entre nós de insignes hebraístas como mestre Eusébio, Edmundo Roseto, Pedro Henriques, G. Álvares e outros. O estudo destas línguas integrava-se no esquema de uma renovação do método teológico, tal como lá fora Lefèvre (c. 1460-1536), Erasmo (1466?-1536), Lorenzo Valla (1407-1457) e outros o vinham a reclamar. O primeiro escreveu o *Quincuplex Psalterium* (ed. Guy Bedouelle, Genebra, 1979) e *Commentarii in Epistolas Catholicas*; Valla deixou as célebres *Collatio Novi Testamenti* (1443, reed. 1970) e *Adnotationes in Novum Testamentum* (1505); a estas obras deve juntar-se a edição da *Poliglota de Alcalá*, graças ao patrocínio do cardeal Cisneros. Além de Coimbra, outro centro importante de irradiação da cultura teológica foi Évora, cuja universidade foi criada em 1557. A Faculdade de Teologia eborense possuía duas cadeiras de Teologia Especulativa, uma de Sagrada Escritura, uma de Moral, uma de Filosofia e sete de Latim. Mais tarde, encontramos ali três disciplinas de Teologia Especulativa, duas de Moral, duas subsidiárias de Teologia, uma de Sagrada Escritura e quatro de Filosofia. Em ambas as cidades, Coimbra e Évora, assim como noutros pontos do país, as inúmeras casas religiosas e os colégios universitários à volta da Universidade de Coimbra pertencentes a beneditinos, carmelitas, cistercienses, dominicanos, franciscanos, gracianos, trinitários foram igualmente assinaláveis centros de ensino da teologia. Em teologia os grandes mestres foram: na cadei-

ra de Prima: Frei Francisco de Ledesma, Frei António de São Domingos, Francisco Suárez, oriundo de Granada, depois professor em várias universidades espanholas até ser convidado para leccionar na Universidade de Coimbra; na de Véspera: Frei João Pinheiro, Frei Francisco de Cristo e Frei Egídio de Apresentação; na de Tertia (Escritura): Frei António da Fonseca, Paulo de Palácios e Salazar, Frei Luís de Sotomaior; na de Noa: Frei Heitor Pinto e Frei Gregório das Chagas. Na Universidade de Évora*, criada pelo cardeal D. Henrique em 1559, sobressaíram os padres da Companhia de Jesus Luís de Molina, Cristóvão Gil na 3.ª de Teologia, Pedro da Fonseca na 1.ª de Moral e Sebastião Barradas, Brás Viegas, António Fernandes e Francisco de Mendonça em Sagrada Escritura. Além da Universidade de Évora, os Jesuítas mantinham em Coimbra um importante centro de estudos, que incluía o Colégio das Artes, criado em 1547 e colocado sob a sua administração desde 1555, e vários colégios dispersos pelo país, entre os quais se destacavam os de Lisboa, Porto e Braga. O *Curso dos Conimbricenses**, que representou por excelência a revitalização do tomismo, impôs-se em toda a Europa como obra de enorme prestígio. Outras personalidades ilustres que conquistaram grande aceitação foram Diogo de Paiva de Andrade, que em Trento impressionou os padres conciliares pela sua erudição e profundidade de ideias; dele ficaram as obras *Orthodoxarum explicationes libri decem* (Veneza, 1564) e *Defensio Tridentinae fidei catholicae* [...] (Lisboa, 1578), escritas contra o protestante Martinus Chemnitius; de Frei Egídio da Apresentação, os livros *De Immaculata Beatae Virginis Conceptione* (Coimbra, 1607), *Disputationes de animae et corporis beatitudine* (Coimbra, 1609-1617), e ainda *De Incarnatione Divini Verbi, De Eucharistia, De Sacrificio missae* e *Disputationes physicae et methaphysicae*; do agostinho D. Gaspar do Casal, bispo de Leiria, célebre teólogo do Concílio de Trento e grande especialista em questões relacionadas com o sacrifício da missa: o *Axioma christianorum adversus haereticos antiquos et modernos* (Coimbra, 1550), *De sacrificio missae et sacrossancta eucharistiae celebratione* (Veneza, 1563), *De coena et calice Domini* (Veneza, 1563) e ainda *De quadripartita justitia* (Veneza, 1563); Frei Francisco Foreiro, também teólogo de Trento, que foi encarregado de rever o Missal, organizar o *Index Librorum Prohibitorum* e compor, com outros teólogos, o Catecismo Romano; do jesuíta Cristóvão Gil ficaram os tratados *De Sacra doctrina et essentia atque unitate Dei* (Lião, 1619); outros nomes famosos foram Frei João de São Tomás, Pedro de Magalhães e o jesuíta Manuel da Veiga, professor na Universidade de Vilna (Lituânia) e autor de várias obras sobre a Eucaristia. Foi também nos séculos XVI-XVII que os estudos bíblicos alcançaram entre nós a sua época mais brilhante. Grandes conhecedores das línguas eruditas e profundos críticos do texto sagrado, os nossos exegetas impuseram-se de forma significativa, mesmo fora de Portugal. Sobressaem as figuras de Frei Jerónimo Azambuja (o Oleastro), autor de *Commentarii in Mosi Pentatheucum* (Lisboa, 1556-1558), *In Isaiam prophetam Commentarii* (Paris, 1602); Sebastião Barradas, que escreveu *Commentaria in concordiam et historiam evangelicam* (4 vol., Coimbra, 1599-1611) e *Itinerarium filiorum Israel* [...] (Lião, 1629); Frei Francisco Foreiro, que compôs *Iesaiae prophetae vetus et nova ex hebraico versio* [...] (Veneza, 1563); Pedro de Figueiró, cónego de Santo Agostinho do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, elaborou *Commentarium in Lamentationes* [...] (Lião, 1598), *Commentarii in XV Priores Psalmos* (Lião, 1616) e *Commentarii in XII Prophetas* (Lião, 1616); de D. Jerónimo Osório, que foi bispo de Silves, chegaram até nós *In epistolam Pauli ad Romanos. Paraphrasis in Job, Paraphrasis in Psalmos, Commentarium in Parabolas Salomonis* (Antuérpia, 1596); *Paraphrasis in Isaiam* (Colónia, 1584), *In Johannis evangelium orationes XXI* (Colónia, 1584); de Frei Heitor Pinto, *In Isaiam prophetam commentaria* (Lião, 1561), *In Ezechielem* (Salamanca, 1568), *In divum vatem Danielem, Lamentationes Jeremiae et Nahum* (Colónia, 1582); Manuel de Sá, *Notationes in totam Scripturam sacram* [...] (Antuérpia, 1598) e *Scholia in quatuor evangelia* (Antuérpia, 1596); de Frei Luís de Sotomaior, *Cantici Canticorum Salomonis interpretatio* (Lisboa, 1599-1601), *Ad Canticum Canticorum Salomonis notae posteriores et breviores* (Paris, 1611) e *Commentarium ad priorem et posteriorem Pauli apostoli epistolam ad Timotheum et in epistolam ad Titum* (Paris, 1611); do jesuíta Brás Viegas, *Commentarium in Apocalipsim* (Évora, 1601). Outros escrituristas deste período, que escreveram tratados bíblicos ou deixaram apostilas, foram Frei João Aranha, Cosme de Magalhães, João de Paiva, Frei Gregório das Chagas, Gabriel da Costa, Bento Fernandes, Frei António da Fonseca, Francisco de Mendonça, André Pinto Ramires, Paulo de Palácios e Salazar, Frei Luís de São Francisco, o carmelita João da Silveira, Sebastião Toscano, Paio Rodrigues de Vilarinho, etc. Houve também rabinos que se notabilizaram neste domínio como, por exemplo, Isaac Abravanel (nascido em Lisboa, em 1437), que deu grande impulso à história bíblica e ao estudo do hebraico e escreveu excelentes comentários ao Pentateuco e aos Profetas. Na teologia moral e no direito canónico* distinguiram-se Agostinho Barbosa, autor de importantes comentários, como *Remissiones doctorum de dictionibus et clausulis* (Roma, 1621), *Remissiones doctorum in varia loca concilii Tridentini* (Lião, 1618), *De jure ecclesiastico universo* (Lião, 1634), *Formularium episcopale* (Colónia, 1631); Frei João de São Tomás que, a propósito da questão suscitada com o *De auxiliis*, se inclinou mais para o probabilismo, como sucedeu com outros moralistas. Podemos ainda acrescentar os nomes de António do Espírito Santo, Estêvão Fagundes, e Manuel Álvares Pegas, autor de *Tractatus de competetibus inter archiepiscopos, episcopos et nuncium* [...] (Lisboa, 1675); *Resolutiones forenses* [...] (Lisboa, 1668); Lourenço Portel, autor de *Dubia regularia* [...] (Lisboa, 1618), entre outros livros, Manuel Rodrigues, Martín de Azpilcueta Navarro, que escreveu um *Manual de confessores*; Luís de Molina elaborou a famosa obra *De justitia et jure*, e Henrique Henriques, que ensinou em Córdova e Salamanca, compôs *Summa Theologiae Moralis* (Salamanca, 1591-

-1593). Também a ascética e a mística se desenvolveram imenso neste período, em especial nas ordens religiosas. Uma característica geral da teologia mística portuguesa é a ausência do espírito dialéctico: é mais de índole experimental e concreta. Os nomes mais relevantes foram o carmelita Amador Arrais, que elaborou os famosos *Diálogos* (Coimbra, 1589), Frei Tomé de Jesus, no século Tomé de Paiva de Andrade, irmão do reputado teólogo Diogo de Paiva de Andrade, que escreveu, entre outras, a famosa obra *Trabalhos de Jesus*; e o jeronimita Heitor Pinto, autor da célebre *Imagem da Vida Cristã* (Coimbra, 1563); as referidas obras conheceram muitas edições em português e em línguas estrangeiras. A estes escritores devem acrescentar-se Frei António das Chagas, Frei Agostinho da Cruz, António e José do Espírito Santo, o arcebispo de Braga e padre tridentino Bartolomeu dos Mártires, e o oratoriano Bartolomeu do Quental. A oratória sagrada foi cultivada por Diogo de Paiva de Andrade, Frei Luís de Granada, pelos franciscanos Frei João de Ceita e Tomé da Veiga e, de uma forma muito especial, pelo padre António Vieira. Em história eclesiástica evidenciaram-se o franciscano Marcos de Lisboa, João de Lucena, Frei Luís de Sousa, os cistercienses Frei António Brandão e Frei Bernardo de Brito e ainda D. Rodrigo da Cunha. *3. Da reforma pombalina aos nossos dias:* Desde os inícios do século XVIII que se verificou um acentuado enfraquecimento e declínio das ciências teológicas em geral, o que se veio a reflectir em vários aspectos. A frequência às aulas da Faculdade de Teologia diminuiu consideravelmente, como no-lo atestam vários documentos da época, a produção literária baixou bastante e o nível científico dos professores foi muito inferior ao do período precedente. A expulsão dos Jesuítas em 1759 e depois das ordens religiosas em 1834 muito veio contribuir para agravar a situação, já tão precária, da teologia. A Universidade de Évora fechou as suas portas em 1759 e, mais tarde, foram inúmeras as casas monásticas a ter de fazer o mesmo. Uma das causas desse declínio foi o abuso da especulação com divagações abstractas e subtilezas de questões banais, tudo em contraste com a corrente tradicional e histórica que apontava para o contacto directo com a Palavra Sagrada e pressupunha o conhecimento profundo das línguas bíblicas originais e a aplicação apropriada da história crítico-literária. O método histórico-filológico, de profundas raízes humanísticas, tão em voga na época anterior, foi substituído pela exagerada aplicação de mil subtilezas de ordem especulativa e disputas escolásticas de todo o género. Em vez de estudos sérios e concretos, baseados na análise directa dos textos sagrados, dominava agora o método da autoridade, que limitava naturalmente a capacidade produtiva dos autores. Além disso, todas as ordens religiosas tinham em Coimbra colégios próprios, o que teve como consequência os estudantes começarem a receber lições neles, em vez de irem para a universidade. Como os mestres eram os mesmos num e noutro lado, os alunos preferiam naturalmente ouvi-los nas suas próprias casas a ir ouvi-los à universidade, o que só faziam para efeito de exames. Para fazer face à grande baixa de matrículas, a Universidade procurava por todos os meios atrair estudantes para o estudo da teologia, mas tudo isso em vão. Mais tarde, L. António Verney, na carta XIV do *Verdadeiro método de estudar*, fornece um minucioso quadro da situação da Faculdade de Teologia no ano de 1746: depois de três ou quatro anos de Filosofia Peripatética, os estudantes frequentavam quatro anos de Teologia, havendo pelo menos quatro lições: a de Prima (Moral), a de Sagrada Escritura e, à tarde, duas de Teologia Especulativa. No 5.º ano faziam os seus exames. Diz ainda Verney que havia poucos estudantes, que à Sagrada Escritura se dava pouca importância, que se exagerava com a escolástica e com especulações estéreis e que ao estudo dos Santos Padres também não se dava o cuidado devido. Existiu ainda uma cadeira de Controvérsias ou Teologia Polémica, criada em 1665 com carácter não permanente, da qual foi primeiro professor Frei Isidoro da Luz, que a muitos parecia ser o meio de dar à teologia uma feição mais viva e concreta, mas depois veio a ser extinta. Para fazer face ao rápido enfraquecimento da cultura teológica setecentista, que se processava em larga escala, foram sendo criadas algumas academias eclesiásticas, à semelhança do que sucedeu com a Academia Portuguesa da História e outras de índole literária, as quais, para o tempo, representaram muito e trouxeram consigo fecundos resultados: a de História Eclesiástica, em Lisboa, em 1715; a de Liturgia, em

INSTITUTIONES

THEOLOGIAE FUNDAMENTALIS

QUAS

JUXTA PROBATISSIMOS AUCTORES

CONCINNAVIT

AUGUSTUS EDUARDUS NUNES

Archiepiscopus Metropolitanus Ebora[illegible]

EDITIO TERTIA

CONIMBRICAE
Typis Universitatis
1897

Frontispício de Institutiones Theologiae Fundamentalis, *de D. Augusto Eduardo Nunes, 3.ª ed., Coimbra, 1877.*

Coimbra, em 1747, criada pelo prelado D. Miguel da Anunciação (envolvido na questão do sigilismo e preso durante sete anos por ordem do marquês de Pombal), com a finalidade de investigar nos domínios da história e do direito; a Mariana de Lisboa, em 1756; e a Eclesiástica de Beja, em 1793, fundada por D. Manuel do Cenáculo, autor de algumas obras de interesse teológico e pastoral, como *Cuidados literários do ministério do público*. A reforma pombalina (*v.* POMBALISMO) não conseguiu remediar tal situação de declínio dos estudos teológicos. Em 23 de Dezembro de 1770 foi criada a Junta de Providência Literária, encarregada de analisar as causas de decadência do ensino e de estudar as soluções a tomar. O resultado dos seus trabalhos é o *Compêndio histórico* [...], publicado em 1771, em que se dá um quadro desolador da ruína em que tinham caído os estudos universitários; é manifesta a profunda animosidade contra os Jesuítas, que são considerados os culpados de todos os males que havia na cultura portuguesa. Na redacção do *Compêndio* teve papel relevante o padre António Pereira de Figueiredo, autor de várias obras, como *Tentativa Theologica* e tradutor da Bíblia para português. Os estatutos pombalinos de 1772, impregnados de ideias jansenistas e regalistas (*v.* JANSENISMO; REGALISMO), criaram uma cadeira de História Eclesiástica e duas de Sagrada Escritura (uma para o Antigo Testamento e outra para o Novo Testamento). Mas o espírito que orientou essa profunda revolução foi o empirismo sistemático exagerado como reacção contra os excessos de uma metafísica vazia e asfixiante. Os estudos histórico-filológicos, em vez de constituírem um curso próprio, figuram apenas como disciplinas auxiliares. Para a leccionação das diversas disciplinas foram adoptados livros de autores estrangeiros, como os de Martin Gerbert, com os seus *Principia Theologiae Symbolicae*, os *Principia Theologiae Mysticae*, os *Principia Theologiae Moralis* e os *Principia Theologiae Liturgicae et Sacramentalis*; de Berti, com a sua *Historia Ecclesiastica*; e Fleury, com as suas *Institutiones Ecclesiasticae*. Eram oito as cadeiras e cinco os anos do curso de Teologia segundo a reforma do Marquês. Apesar do apelo feito aos professores para que preparassem compêndios para as suas aulas, pouco se fez e o que apareceu é de nível medíocre. Em 1777 o bispo de Coimbra e reitor da Universidade, D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, escreveu a *Relação geral do estado da universidade*, na qual defendia a reforma pombalina que, entretanto, havia sido bastante contestada por muitos que se lhe opunham. Lemos repetia muitas das críticas já antes expressas nos estatutos e mesmo no compêndio histórico: «O escandaloso desprezo que fizeram os escolásticos dos argumentos positivos tirados dos lugares teológicos para provarem as verdades da religião com princípios vagos e de mera convenção de linguagem das Escolas [...] a introdução que nela se fez de questões alheias da verdade teológica: umas por serem puramente filosóficas, outras porque não tinham princípios para se resolverem ainda que pertencessem aos objectos de ordem sobrenatural [...] o método dialéctico silogístico que se eternizou nas Escolas [...].» Refere-se o bispo-reitor

Capa da revista Hvmanística e Teologia, *n.º 1, Jan./Abr. de 1980.*

aos progressos obtidos nos anos 50 nalguns colégios regulares de Coimbra, salientando a criação da cadeira de Controvérsias. Fala de seguida da necessidade de indagar o que Deus revelou aos homens, de estudar como a palavra divina foi entendida ao longo dos séculos e como ela se manteve na tradição e como a Igreja a partir dela ordenou a disciplina e a liturgia. Apela à conveniência de valorizar o conhecimento das línguas, das humanidades e da filosofia racional e moral, a história eclesiástica, as fontes teológicas, a dogmática, a moral e a disciplina, e a exegese bíblica. Uma das questões abordadas respeita à fraca frequência que se verificava, apontando várias medidas para obviar a tal situação. D. Maria modificou em 1793 os estatutos de 1772, incorporando a cadeira de Hebraico na faculdade como disciplina subsidiária de Teologia. O decreto de 1836 assinado por Passos Manuel apresentava um novo plano de estudos, reduzindo o curso e as disciplinas. Finalmente, o decreto de 1844 fixou em cinco o número de anos e em oito as cadeiras, de acordo com os estatutos de 1772. Além disso, já os estatutos de 1772, já outros diplomas emanados posteriormente, continham certas disposições abusivas que vieram a criar um clima de conflito entre a Igreja e o Estado. Este procurava superintender no domínio da teologia de várias maneiras: obrigando os bispos a enviar alunos para frequentarem a Faculdade de Teologia, impondo aos seminários uma orientação de estudos à

sua maneira, nomeando professores para aqueles, exigindo títulos académicos para certas dignidades eclesiásticas, etc. Após a reforma pombalina e ao longo do século XIX até ao encerramento da Faculdade de Teologia, sobressaíram os nomes de Frei Joaquim de Santa Clara, futuro arcebispo de Évora, que escreveu *Conspectus Hermeneuticae Sacrae Novi Testamenti* (Coimbra, 1807), trabalho depois revisto por Francisco Rodrigues de Azevedo, autor de *Synopsis Sacrae Hermeneuticae* (Coimbra, 1858 e 1862); Bernardo Augusto de Madureira, que escreveu *Institutiones Theologiae dogmaticae specialis* (3 vol., Coimbra, 1885); Augusto Eduardo Nunes, que deixou *Institutiones Theologiae Fundamentalis*; e ainda Luís Maria da Silva Ramos; como apologetas, destacaram-se os padres Sena Freitas, Luís Gonzaga Cabral e M. Fernandes Santana. A criação da Academia de São Tomás no Seminário de Coimbra com o fim de restaurar o tomismo*, em que desempenhou papel relevante Tiago Sinibaldi, e o aparecimento de algumas revistas e periódicos católicos, como *Brotéria* (1902), *Instituições Christãs* (1883), *A Palavra* (1872), o *Echo de Roma* (1869) para acompanhar os trabalhos do Concílio Vaticano, o *Progresso Católico* (1878) e a *Voz de Santo António* (1895), foram iniciativas com grande impacte no país, e isto numa altura em que profundas transformações ideológicas abalavam as estruturas tradicionais. Também merece uma referência particular a criação em Roma do Pontifício Colégio Português para residência de eclesiásticos que frequentavam a Pontifícia Universidade Gregoriana e outras instituições científicas. Mais tarde, haviam de surgir outras revistas, como *Lumen* (1937), *Ora et Labora* (1954), *Biblica* (1955), *Lusitania Sacra* (1956), *Theologica* (1962), *Didaskalia* (1971), *Humanística e Teologia* (1980), *Via Spiritus* (1993) e *Estudos Teológicos* (1997). Uma longa polémica entre o bispo de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina, e o Dr. Damásio Jacinto Fragoso veio a deteriorar bastante as relações entre o Estado e a Faculdade de Teologia. Escreveu o primeiro acerca da *Memória* apresentada ao Conselho Superior de Instrução Pública pelo Dr. Damásio: «Sinto profundamente que a Faculdade de Teologia aprove e louve uma doutrina que os bispos não podem deixar de condenar.» A *Memória* foi condenada por decreto do Santo Ofício, de 1 de Setembro de 1886, e incluída no *Índice dos livros proibidos*. O prelado conimbricense e os redactores da revista *Instituições Christãs* (órgão da diocese) consultaram então, em 1888, a Sagrada Congregação do Concílio, que respondeu assim: «O cuidado, visitação e reforma das universidades não sujeitas imediatamente à protecção e reforma do Pontífice Romano, pertence por direito próprio e originário aos ordinários diocesanos.» Neste capítulo ainda, ficou também célebre uma polémica entre o Dr. José Maria Rodrigues e a revista *Instituições Christãs*. Entretanto, a frequência de alunos era cada vez menor; em 1907, os professores da Faculdade de Teologia pediram ao governo que substituísse a sua faculdade por uma de Letras. Finalmente, em 1910 foram suspensas as matrículas na Faculdade de Teologia, cuja reabertura viria a ser, a certa altura, propugnada pelos reitores e Senado da Universidade de Coimbra. Nos seminários maiores do país foram sempre cultivadas com grande elevação as ciências teológicas. Em Lisboa, Porto, Coimbra e Viseu foram, nos últimos anos, criados centros de cultura teológica especialmente destinados a leigos (respectivamente o Instituto de Cultura Superior Teológica, em 1964; o Centro de Cultura Católica, em 1964; o Centro de Estudos Teológicos, em 1967; e o Centro de Cultura Religiosa, em 1967). Em Lisboa foi ainda criado o Instituto Superior de Estudos Eclesiásticos, em 1967, especialmente para os teólogos das ordens e congregações religiosas, o mesmo sucedendo no Porto, a partir de 1968. Também foi ali instituído um centro de cultura teológica para religiosas. Finalmente, em 4 de Novembro de 1968 começou a funcionar a Faculdade de Teologia, integrada na Universidade Católica de Lisboa (*v.* ENSINO; FILOSOFIA E RELIGIÃO; MORAL; ESCOLÁSTICA; NEOTOMISMO; TOMISMO; UNIVERSIDADE).

MANUEL AUGUSTO RODRIGUES

BIBLIOGRAFIA: **1. Obras de carácter geral:** ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Coimbra, 1910-1912. 6 vol. Reed. Porto; Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1967-1971. 4 vol. ANSELMO, A. J. – *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa, 1926. *AUCTARIUM Universitatis Portucalensis*. Dir. A. Moreira de Sá. Lisboa, 1973-1989. 3 vol. AZEVEDO, Carlos A. Moreira – Bibliografia para a história da Igreja em Portugal. *Humanística e Teologia*. 2: 1-2; 5: 1-2; 6: 3; 8: 2-3; 10: 2-3; 11: 1 (1981; 1982; 1984; 1985; 1987; 1989; 1990). BRAGA, Teófilo – *História da Universidade de Coimbra*. Lisboa, 1892-1904. 4 vol. CARVALHO, Joaquim de – *Estudos sobre a cultura portuguesa*. Coimbra, 1947-1955. 4 vol. *CHARTULARIUM Universitatis Portugalensis*. Dir. A. Moreira de Sá e F. da Gama Caeiro. Lisboa, 1966-1995. 12 vol. COSTA, A. de Sousa – *Monumenta Portugalliae Vaticana*. Porto, 1968-1970. 4 vol. *DICIONÁRIO de história da Igreja em Portugal*. Dir. A. Banha de Andrade. Lisboa, 1980-1983. 2 vol. FERREIRA, F. Leitão – *Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra*. Coimbra, 1937-1955. 2 P., 6 t. FIGUEIROA, F. Carneiro de – *Memórias da Universidade de Coimbra*. Coimbra, 1937. HURTER, H. – *Nomenclator Litterarius Theologiae Catholicae*. 3.ª ed. Innsbruck, 1909-1913. 5 vol. Reed. 1970. *LIVRO Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*. Dir. Avelino de Jesus da Costa e Manuel Augusto Rodrigues. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1999. MACHADO, Barbosa – *Bibliotheca Lusitana*. Coimbra. 4 vol. Reed. QUÉTIF, J.; ÉCHARD, J. – *Scriptores ordinis praedicatorum*. 1719-1721. 2 vol. Mais 3 vol. de suplemento, 1721-1723; continuado por R. Coulon. Paris, 1900 ss. RIBEIRO, J. Silvestre – *História dos estabelecimentos scientificos, literarios e artisticos de Portugal*. Lisboa, 1871-1884. 13 vol. RODRIGUES, Francisco – *História da Companhia de Jesus na assistência de Portugal*. Porto, 1931-1950. 7 vol. SÃO TOMÁS, Leão de – *Benedictina Lusitana*. Coimbra, 1641-1651. 2 vol. Reed. Lisboa, 1974. SOMMERVOGEL, C. – *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*. Bruxelas; Paris, 1890-1932. 11 vol. **2. Obras de carácter particular:** BRANDÃO, D. Pinho – Theologia, filosofia e direito na diocese do Porto. *Studium Generale*. 7 (1960) 242-354. CAEIRO, F. da Gama – As escolas capitulares no primeiro século da nacionalidade portuguesa. *Arquivos de História de Cultura Portuguesa*. 1: 2 (1967) 1-48. CORREIA, J. E. Horta – *Liberalismo e catolicismo: O problema congregacionista (1820-1823)*. Coimbra, 1974. COSTA, Avelino de Jesus da – *A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI*. Coimbra, 1963. IDEM – *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*. Coimbra, 1959. Reed. Braga 1997-2000. 2 vol. IDEM – Subsidios bibliográficos para uma patrologia portuguesa. *Theologica*. 1 (1954) 76 ss. DIAS, J. S. da Silva – *A Congregação do Oratório de Lisboa: Regulamentos primitivos*. Lisboa, 1966. IDEM – *Correntes de sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. Coimbra, 1960, t. I, P. 2. IDEM – *A política cultural da época de D. João III*. Coimbra, 1969, vol. I, P. 2. IDEM – Portugal e a cultura europeia (séculos XVI a XVIII). *Biblos*. 28 (1952). LEITE, Serafim – Sciences Sacrées. In *DICTIONNAIRE de Théologie Catholique*. 1935, vol. 24, p. 2621-2634. MATTOSO, José; PONTES, Maria de Lourdes Belchior; CARVALHO, José Adriano de Freitas; FERREIRA, António Matos – Portugal. In *DICTIONNAIRE de Spiritualité*. 1986, vol. 12,2, p. 1952-1985. MONCADA, L. Cabral – *Mística e racionalismo em Portugal no séc. XVIII*. Coimbra, 1952. RODRIGUES, M. Augusto – *A cátedra de Sagrada Escritura na Universidade de Coimbra: Primeiro século (1537-1640)*. Coimbra, 1974. IDEM – A cátedra de Sagrada Escritura na Universidade de Coimbra (1640-1910). *Revista de História de Portugal*. 15 (1974) 89-141. IDEM – Portugal. *Theologische Realenzyklopädie*. 27 (1996) 59-74. IDEM – Teologia em Portugal. In *DICIONÁRIO de história de Portugal*. Dir. Joel Serrão. Vol. 4, p. 150-153; 1948. IDEM – *A Universidade de Coimbra: Marcos da sua história*.

Coimbra, 1991. SANTOS, Cândido dos – – A. Pereira de Figueiredo, Pombal e a Aufklärung: Ensaio sobre o regalismo e o jansenismo. *Revista de História das Ideias*. 4: 1 (1982-1983) 167-206. IDEM – Pombal e o iluminismo. *Humanística e Teologia*. 3 (1982) 299-343. SANTOS, Eugénio dos – *O Oratório no Norte de Portugal: Contribuição para o estudo da história religiosa e social*. Porto, 1982. STEGMÜLLER, F. – *Filosofia e teologia nas universidades de Coimbra e Évora no século XVI*. Coimbra. TRINDADE, M. d'Almeida – A Faculdade de Teologia e o incidente com o sr. bispo-conde D. Manuel Correia de Bastos Pina. *Lumen*. 17 (1953) 623-634; 696-704. IDEM – A projecção da Universidade Gregoriana em Portugal. *Lumen*. 18 (1954) 132-137; 444-453; 515-520. VASCONCELOS, A. G. Ribeiro de – *Escritos vários*. Coimbra. 1938-1948. 2 vol. Reed. 1987-1988. IDEM *Francisco Suárez (Doctor Eximius)*. Coimbra, 1897. VEIGA, M. Eduardo da Motta – *Esboço histórico-literário da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra*. Coimbra, 1872. VELOSO, Queirós – *Universidade de Évora: Elementos para a sua história*. 1949.

TIBETE E ÁSIA CENTRAL. Os primeiros contactos entre o Padroado e as regiões da Ásia Interior ocorreram no primeiro terço do século XVII, inseriam-se no espírito geral da missionação, e, de forma mais específica, na procura do lendário reino do Cataio. Para compreender como se implantara na Europa católica a tradição da existência de um reino lendário na Eurásia Interior será necessário voltar alguns séculos atrás, até ao dealbar do Império Mongol. É bem sabido que, durante o século XIII, várias tribos nómadas unidas em torno de um chefe enérgico (Temudjin, depois Chingiz khan ou Cão) conquistaram, em surtos amplos e, muitas vezes, destruidores, uma enorme extensão de terra: no final da década de 1230 as tropas mongóis dominavam da Coreia à estepe russa e o domínio alargar-se-ia depois ao Irão e à China Meridional. Algumas das vitórias dos nómadas sobre os soberanos muçulmanos foram conhecidas na Europa e alimentaram a crença de que algures, nas profundezas da Ásia, existiria um poderoso reino cristão (ou, pelo menos, não muçulmano) potencialmente capaz de apoiar a Cristandade na cruzada pela libertação da Terra Santa. Ainda que de uma forma distorcida, a expectativa radicava em factos verídicos, visto que o cristianismo, na versão nestoriana, entrara progressivamente nas estepes da Ásia Central, onde, devidamente adaptado à cultura nómada, adquirira seguidores mesmo entre as altas esferas da hierarquia mongol. Quase tão depressa como se formou, o império gengiscânida entrou em fragmentação devido à conflitualidade endógena inerente a toda a confederação ou estado militar nómada. Todavia, durante um breve período de tempo, a unificação política de toda a Eurásia Interior possibilitou a circulação de homens e de ideias entre os dois extremos dos velhos continentes e foi à sombra de uma periclitante *pax mongolica* que se realizaram viagens de indagação política e religiosa (como as dos franciscanos João de Piano del Carpini ou Guilherme de Rubruck), ou puramente comerciais (como a de Marco Polo). Ora, no Extremo Oriente, o que os viajantes encontraram foi, não uma entidade geopolítica denominada China, mas sim Quitai, Catai ou Quitan, formas utilizadas na língua mongol para designar o Norte do território chinês. A designação deriva na origem dos Khitai, os nómadas que no século X tinham conquistado a área e criado a dinastia Liao. Rubruck sugeriu que o Quitai (ou Cataio, em português) poderia corresponder à Seres, a China da Antiguidade Clássica, mas não havia qualquer certeza. O monge apercebeu-se, *in loco*, de que os rumores acerca do cristianismo dos nómadas eram exagerados, mas percebeu também o espírito de tolerância das autoridades políticas nómadas face às várias religiões. De acordo com Marco Polo, o próprio Qubilai khan, para além de requisitar a presença de padres que pudessem evangelizar o seu povo, prometera converter-se ele próprio à fé de Cristo. Foi na esteira das informações trazidas pelo veneziano que, já com as rotas terrestres intransitáveis devido à desagregação do império, Roma encetou um primeiro esforço de missionação no Extremo Oriente, enviando o franciscano João de Monte Corvino como delegado apostólico no Catai. Monte Corvino criou o bispado de Khanbalic (Pequim) e o patriarcado do Oriente (1307) mas, com a chegada ao poder dos Ming, e a consequente expulsão dos Mongóis em 1368, o espaço de difusão do cristianismo encerrou-se. Rompido o contacto entre europeus e chineses, do Cataio ficou apenas a memória de um grande reino oriental repleto de riquezas e polvilhado aqui e ali por comunidades cristãs. Foi com a chegada dos Portugueses ao Oriente que, lentamente, começou a sedimentar a convicção de que China e Cataio eram uma e a mesma coisa. Os Jesuítas foram os principais obreiros dessa identificação e, também, das tentativas de penetração no espaço da Eurásia Interior. No final do século XVI, existiam entre eles duas teses diferentes sobre a localização do lendário reino: em

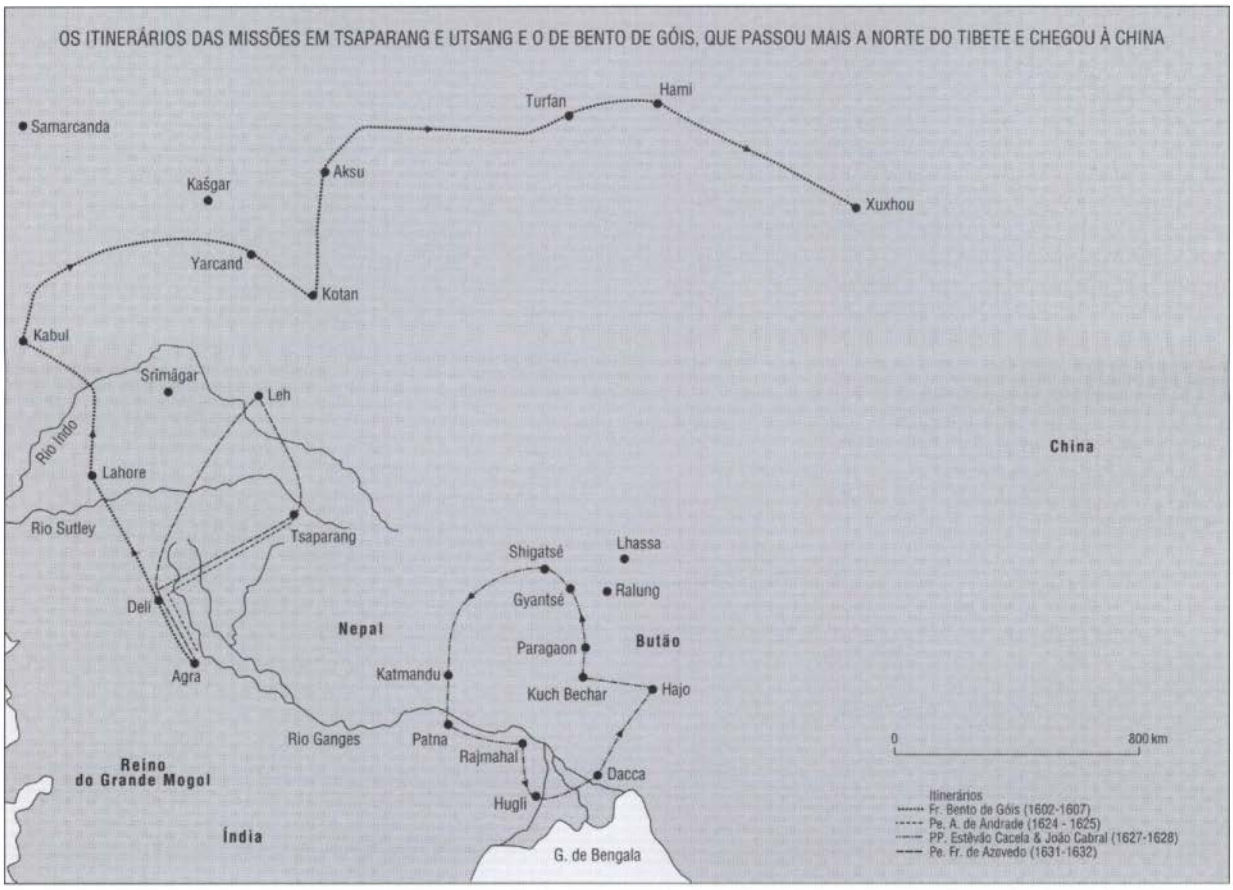
NOVO DES-
COBRIMENTO DO
GRAM CATHAYO, OV REINOS
de Tibet, pello Padre Antonio de Andrade
da Companhia de IESV, Portu-
guez, no Anno de 1624.

Com todas as licenças necessarias. Em Lisboa, por Matheus Pinheiro. Anno de 1626.

Ntre as grandes felicidades, & vi-
torias, do notauel anno de 1625.
pode Hespanha, cõm razão contar
& cantar à alegre noua, do nouo
descobrimento do gram Cathayo,
& Reynos de Tibet, couza, tantos
annos ha dos Portuguezes deseja-
da, & com tantos trabalhos, & pe-
rigos dos Prègadores Euangelicos
em vaõ tè agora intentada. Digo
felicidades, & vitorias, do anno de 1625. por ser o Santo, &
nelle a Rainha S. Isabel, Padroeira, & Senhora deste Reino,
canonizada; à Bahya restaurada, com tanta gloria nossa, quã
ta infamia dos imigos; Bredà rendida, depois de tão perfia-
do cerco; à armada dos Olandezes vencida, pella Portugue-
za no Oriente; à de Inglaterra frustada de seus intentos, &
rebatida dos nossos com tanto valor no Occidente; à Frota
& Naos da India, liures quasi milagrosamente da dos imi-
A gos

Frontispício do Novo descobrimento do Gram Cathayo, ov Reinos de Tibet, pello Padre Antonio de Andrade. *Lisboa, 1626 (Lisboa, Biblioteca Nacional).*

Goa, o visitador Nicolau Pimenta e o padre Jerónimo Xavier (sobrinho do apóstolo) admitiam que o Cataio estaria para além das montanhas do Himalaia, numa região ignota vagamente designada por Tartária; em Pequim, o recém-chegado Matteo Ricci inclinava-se já para considerar que o Cataio de Marco Polo corresponderia a uma denominação antiga de China e que a mítica cidade de Khanbalic mais não seria do que a própria Pequim. A viagem do irmão Bento de Goes através da Ásia Central, realizada no início do século XVII, foi, naturalmente, uma iniciativa dos jesuítas de Goa que souberam suscitar apoios ao mais alto nível, nomeadamente os do geral da Companhia, do rei de Portugal e do grão-mogor. De acordo com o projecto inicial, Goes seria apenas um batedor; atrás de si seguiria, depois, uma verdadeira expedição evangélica. No Outono de 1602, disfarçado de mercador arménio e com um nome condizente (Banda Abdullah), Goes partiu de Agra acompanhado de quatro criados muçulmanos recém-convertidos à fé cristã e dois mercadores gregos, homens conhecedores do persa e do turco, línguas francas nas regiões que se propunham atravessar. Em Lahore desembaraçou-se dos quatro criados que não lhe inspiravam confiança e angariou a colaboração de Isaac, um cristão arménio (escolha judiciosa porque Isaac manter-se-ia junto do português até ao fim). Ainda em Lahore o pequeno grupo integrou-se numa caravana de 500 pessoas e, por entre assaltos e peripécias várias, atingiria Cabul. Aí Goes esperou oito meses pela formação de nova caravana que o levasse ao Turquestão Chinês. Por entre inúmeras vicissitudes acabou por alcançar a cidade de Qashgar em finais de 1604. No fim desse ano partiu para o almejado Cataio tendo-se cruzado, no trajecto, com mercadores muçulmanos que de lá regressavam e que lhe revelaram ter estado com os jesuítas da capital. Eram, até, portadores de uma carta escrita em português pelo próprio Matteo Ricci. Só então Goes terá sabido com certeza que essa capital era Pequim e que o Cataio não podia ser senão a China. Em meados de 1605 estava em Turfan e, no final do ano, à vista da Grande Muralha e da cidade de Chin Chüan, no Kansu, onde viria a morrer em Março de 1607. Com base nas cartas escritas pelo viajante e em algumas anotações por ele deixadas, Ricci elaborou em Pequim uma breve relação da viagem do irmão jesuíta, relação que foi incluída na *De Christiana expeditione apud Sinas*, publicada em 1610. Ainda que a identificação entre Cataio e China fosse perfeitamente pacífica para os jesuítas de Pequim, os seus congéneres na Índia não estariam totalmente convencidos e a viagem de António de Andrade ao Tibete foi, ainda, encarada como uma demanda do Cataio. Daí que a sua primeira descrição dos reinos montanhosos, contida na carta escrita em Agra em 1624, tenha sido impressa em Lisboa dois anos depois com o título de *Novo Descobrimento*



Fonte: H. Didier, Os Portugueses no Tibete: os primeiros relatos dos Jesuítas (1624-1635). *Lisboa: CNCDP, 2000.*

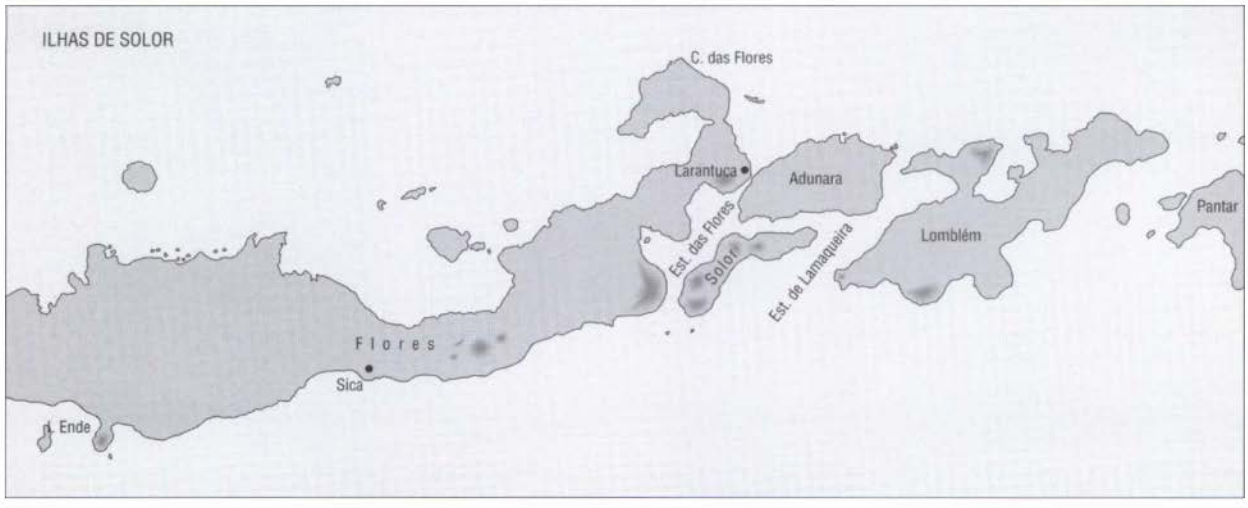
do Gram Cathayo ou Reinos de Tibet. Ao invés do que acontecera com Bento de Goes, a viagem de Andrade foi inteiramente espontânea. Nomeado superior da missão de Agra, António de Andrade acompanhava a deslocação do soberano mogor para Lahore quando, em Delhi, se cruzou casualmente com um grupo de budistas que se dirigia em romagem a um templo nas proximidades do Tibete. O padre acompanhou-os, em busca de cristãos e na esperança de fazer conversões; já no pagode, no sopé dos Himalaias, tomou contacto directo com o budismo lamaísta. Desde o século VIII que o budismo constituía religião dominante no Tibete, embebendo toda a vida social e política dos pequenos reinos do planalto e vindo mesmo a converter-se em religião oficial do império tibetano em 779. Com a desagregação dessa formação política em meados do século IX o budismo fragmentou-se em várias escolas ou seitas e a região passou a estar dividida em pequenos reinos rivais, governados por uma família nobre cujos membros dominavam simultaneamente o palácio e o mosteiro. O lamaísmo veria a sua proeminência reforçada no século XIII, graças à protecção que lhe foi concedida pelos Mongóis, aparentemente muito sensíveis aos seus aspectos mágico-religiosos, como o recurso a fórmulas (mantra) e a círculos mágicos (mandala). António de Andrade prosseguiu a sua viagem até Chaparangue, capital de um dos reinos tibetanos onde terá permanecido cerca de um mês, observando o comportamento religioso dos lamas, as imagens dos templos (que procurou relacionar com a imagética cristã) e expondo as regras e mistérios do catolicismo. Regressou ao reino mogor no final de 1624, trazendo consigo a garantia escrita de que poderia pregar livremente no reino tibetano. No ano seguinte voltou a Chaparangue, onde terá permanecido quatro ou cinco anos, desenvolvendo uma notável acção evangelizadora, erigindo mesmo uma igreja e dando corpo a uma colónia cristã que viria a durar até princípios do século XIX, apesar das circunstâncias adversas em que ficou com a emergência do regime teocrático do dalai-lama no século XVII.

JOÃO PEDRO MARQUES

BIBLIOGRAFIA: BRAZÃO, Eduardo – *Em demanda do Cataio: A viagem de Bento de Goes à China (1603-1607)*. Lisboa: AGU, 1969. DIDIER, Hugues, est. hist. – *Os Portugueses no Tibete: os primeiros relatos dos jesuítas (1624-1635)*. Coord. e fixação dos textos de ed. portuguesa de Paulo Lopes Matos. Lisboa: CNCDP, 2000. SINOR, Denis, ed. – *The Cambridge History of Early Inner Asia*. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.

TIMOR E SOLOR. A cristianização de Timor, iniciada pelos missionários portugueses na segunda metade do século XVI, só veio a ultimar-se nos últimos decénios, sob o regime indonésio. De antes, os Timores eram animistas; não se pode, aliás, dizer que o animismo tenha desaparecido inteiramente, pois há abundantes vestígios de animismo, mais ou menos tolerados, entre os católicos. *1. O animismo tradicional:* O animismo não é uma religião organizada, mas um conjunto de crenças, mais ou menos vagas, e práticas, mais ou menos supersticiosas, que, com poucas diferenças, se encontram entre todos os povos de nível sociocultural idêntico ao da massa dos Timores. Como a maioria desses povos, os Timorenses são monoteístas, isto é, crêem em um único Deus, embora a ideia que dele fazem seja assaz vaga e imprecisa. A esse Ente supremo em que crêem chamam os Timores *Marômac*, nome que etimologicamente significa «brilhante», à semelhança do vocábulo latino *deus*, que deriva de uma raiz verbal indo-europeia cujo sentido é «brilhar». Isso não significa que os Timores não aceitem a existência de outras manifestações do sobrenatural; pelo contrário, são muitos os seres que crêem dotados de um espírito ou «alma» sobrenatural, de onde a classificação da religião tradicional como «animismo». Essa «alma» ou «energia sobrenatural» (que parecem não distinguir muito nitidamente da vida física das pessoas e dos animais) existe, por exemplo, nos espíritos dos mortos e em diversíssimos objectos considerados sagrados. Chama-se a um tal objecto, em português de Timor, *pomal* (do malaio *pemali*, «defeso, proibido, tabu») e em tétum *lúlic*. São, por exemplo, *lúlic*, as enguias, os crocodilos, certas pedras e montanhas, e mesmo objectos vulgares como espadas, catanas, espingardas, panos, louças, chifres, cartas patentes passadas pelos reis de Portugal a régulos de outro tempo, etc., que pelas suas dimensões ou formato, ou por terem pertencido a certas pessoas, pareçam dotados de forças sobre-humanas ou ocultas. Certos indivíduos, designados em português de Timor por *suangues* (do malaio *suangi*, «espírito mau, papão, bruxo, feiticeiro») e em tétum por *buan*, são supostos capazes de comer, por sortilégio, a alma às pessoas, apossando-se da sua força vital e causando-lhes assim a morte. *Marômac*, deus vago e distante, não é normalmente objecto de culto na religião tradicional. Este dirige-se aos antepassados e aos *lúlic*. Os antepassados são venerados como fonte da vida e protectores dos vivos. Foram eles quem comunicou aos actuais viventes não só a vida física, que lhes transmitiram pelo sangue, como a vida social que organizaram e legaram aos seus descendentes, as instituições, os costumes, as técnicas da agricultura, tecelagem, etc. Considera-se que do outro mundo continuam a presidir aos destinos da família, e a proteger os seus membros. O geral respeito de que gozam os velhos em Timor, como em todas as sociedades arcaicas, provém de os julgarem mais próximos da fonte da vida e mais assistidos pelos espíritos dos antepassados. Os *lúlic* (excepto quando por sua natureza são imóveis como as árvores ou os montes) são conservados em casas apropriadas, as *uma-lúlic*. Em regra cada povoação tem a sua, situada no cimo de um monte ou em outro lugar solitário; são geralmente mais ornamentadas que as demais e junto de cada uma há um altar de pedra para os *estilos* ou sacrifícios, e às vezes um grande poste ornado com cornos dos animais sacrificados, à guisa de troféu. Os objectos considerados pomal não devem ser exibidos senão em certos dias e com as necessárias mostras de respeito, que por vezes envolve a celebração de um estilo. Os estilos constituem o principal acto de culto animista timorense. Consistem no sacrifício de animais – as mais das vezes búfalos – acompanhado de certas orações, danças e cânticos. A carne é depois consumida num banquete ritual, o

que constitui uma espécie de comunhão, pois pelo facto de ter sido oferecida aos espíritos fica santificada e comunica aos que a comem a força vital e a energia sobrenatural. A maior parte dos estilos são propiciatórios, isto é, destinam-se a obter que o *lúlic* se torne propício e que o seu poder se não torne desfavorável aos homens. Os gentios fazem por isso estilos antes de lidar com qualquer coisa que tenham por pomal, antes de qualquer acto importante, como fazer a guerra, construir uma casa ou lavrar um arrozal, pois a arte da guerra, a da construção, a da agricultura, etc., aprendidas com os antepassados, aos quais foram reveladas sobrenaturalmente, têm um carácter semi-sagrado. Há ainda os estilos de *hacoi--mate* ou funeral, que se destinam a como que alimentar o morto e garantir à sua alma o descanso, para que não venha importunar os vivos. Os estilos são presididos pelos sacerdotes gentílicos chamados *dato-lúlic* ou *lúlic-na'in* («senhores dos *lúlic*») que são os guardiões das *uma-lúlic*. As suas funções confundem-se muitas vezes com as de *matan-dooc* («que vê longe») ou feiticeiro, que é ao mesmo tempo curandeiro e adivinho. Tirante o carácter mágico ou supersticioso de certas práticas rituais, não há na religião tradicional nada de radicalmente incompatível com o cristianismo. O animismo timorense não ofereceu, por isso, uma resistência organizada à cristianização; correlativamente, os missionários raramente o hostilizaram em bloco ou de uma forma frontal, preferindo tolerar certas práticas e cristianizar as demais. Em geral, tenderam a identificar o animismo com o que a filosofia escolástica designa por *religião natural*, ou seja, com o sentimento intuitivo de veneração e respeito que o que está acima do homem e para além da sua compreensão naturalmente suscita em todo o ser humano. Isso permitiu a preservação da maioria das facetas da cultura timorense, que sofreu muito menos alterações que, por exemplo, a das ilhas de Maluco, convertidas pelos Holandeses ao protestantismo calvinista, que tendia a fazer da Bíblia a única regra de vida, proscrevendo como diabólico o que dela não provinha, como a música ou a dança tradicional. *2. O início da cristianização:* Foi com a ida dos primeiros jesuítas* para a Índia*, chefiados por São Francisco Xavier, em 1542, que se deu início no Oriente à missionação em larga escala, por vezes bem longe das posições portuguesas. O caso mais conhecido é o do Japão*, mas o de Timor é de certo modo semelhante. A geografia da expansão missionária não coincide com a do imperialismo oficial por mais de uma razão: em primeiro lugar o poder militar português, assente na força naval, limitava-se às zonas litorais, enquanto que os missionários, descortinando campos de acção promissores, penetraram muitas vezes no interior das terras; em segundo lugar os missionários evitavam bastas vezes a vizinhança das colónias portuguesas para gozarem de maior liberdade de acção e exercerem directamente a sua influência sobre a população nativa, alegando que os colonos davam maus exemplos morais aos convertidos; em terceiro lugar, os missionários preferiam em geral as zonas em que a sua acção se afigurava poder a vir ser coroada de êxito, como sucedia nas regiões ainda não islamizadas, já que os maometanos muito dificilmente renegam a sua religião, mesmo fora dos países oficialmente muçulmanos, onde a apostasia é punida com a morte. Assim, enquanto que o poder militar português se concentrava na costa ocidental da Índia e no golfo Pérsico, para fazer frente ao bloco islamita, os missionários preferiam os reinos hindus do Sul da Índia, o Extremo Oriente e as franjas da Insulíndia* ainda não islamizadas. Foi assim que, na peugada dos comerciantes que frequentavam a ilha desde c. 1514, se radicaram em Timor, onde não havia ainda nem governo, nem administração, nem forças militares portuguesas organizadas em qualquer ponto do território. Foram portanto os missionários os primeiros a exercer aí uma influência duradoura. Os Jesuítas, que a partir de 1546 mantiveram missões em Maluco (*v.* INSULÍNDIA), em Macaçar e, episodicamente, na ilha do «Savu Pequeno», isto é, Roti, a sudoeste de Timor, pensavam por 1559 enviar a Solor ou a Timor uma expedição missionária. No ano seguinte



Fonte: Adaptado de Humberto Leitão, Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702. *Lisboa: Tip. da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.*

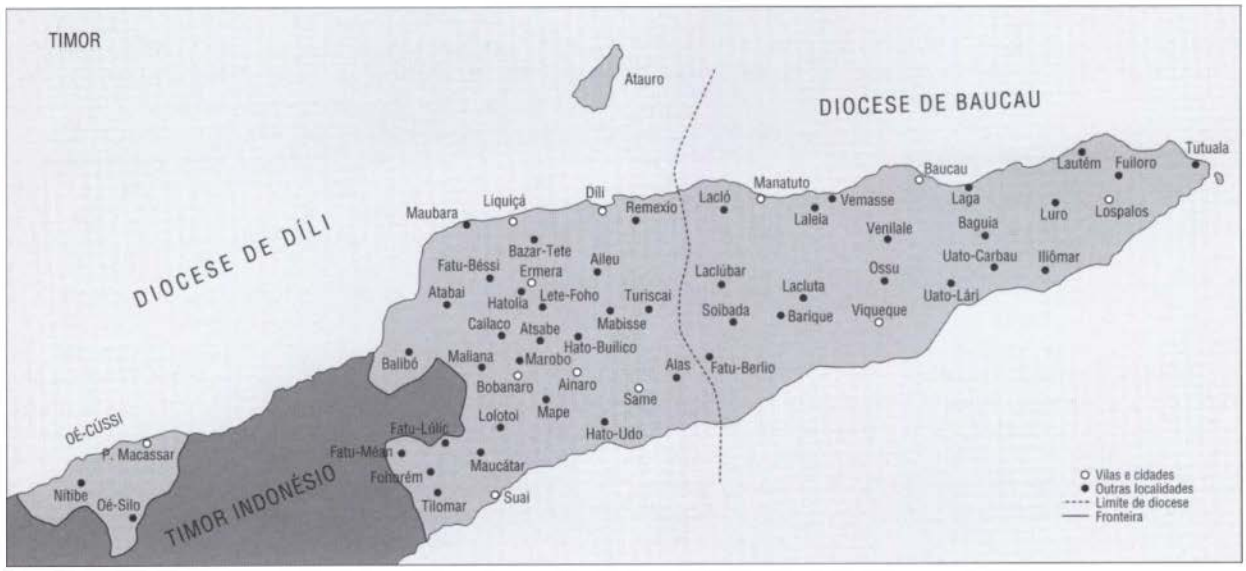
um rei cristão da ilha (que não podemos identificar) insistia com eles para que lhe mandassem padres «para fazer seu reino cristão»; mas, por falta de pessoal, não foi possível atender ao seu pedido. Foram assim os Dominicanos*, que em 1554 haviam iniciado a construção de um convento em Malaca*, os primeiros a abordar Timor – razão porque o brasão de Timor Português incluía ao lado das quinas o emblema da Ordem de São Domingos. O primeiro missionário que se sabe ter visitado Timor foi Frei António Taveira, que aí desembarcou em 1556; terá então baptizado umas 50 000 almas, ignora-se em que região. Pela mesma época um leigo português, chamado João Soares, baptizou na ponta de Servite, extremo leste da ilha das Flores, um régulo local, «com duzentas pessoas da melhor nobreza»; o rei deu então o filho a educar aos jesuítas de Malaca. Formaram-se do mesmo modo pequenos núcleos de cristãos em Solor – pequena ilha encravada entre as das Flores, Adonara e Lomblém, a umas 100 milhas a noroeste de Timor, quase estéril, mas abrigada dos ventos e com fama de sadia, onde os tratantes portugueses costumavam invernar, chegando a juntar-se aí mais de 200 num só ano. Em 1558 foi criado um bispado em Malaca, de que foi primeiro bispo um dominicano, D. Frei Jorge de Santa Luzia, que a partir de 1561 passou a enviar regularmente missionários seus confrades para Solor, esperando certamente que, aproveitando o transporte que lhe facultavam os tratantes, daí irradiassem a sua acção evangelizadora para as ilhas circunvizinhas. Um dos primeiros dominicanos a seguir para Solor foi Frei António da Cruz, que em 1562 fundou aí um convento e, para o proteger de qualquer ataque, ergueu à sua volta uma tranqueira – graças à qual a pequena comunidade cristã local pôde, com o auxílio de um galeão português surto no porto, resistir com êxito a uma flotilha de jaus, que a atacou em 1564. Essa vitória militar foi tida como um sinal do céu e suscitou numerosas conversões. Frei António da Cruz decidiu então substituir a tranqueira por um forte de pedra que ele próprio desenhou. O forte foi confiado ao comando de capitães-mores escolhidos pelos frades, mas geralmente confirmados em Goa ou em Lisboa. De Solor passaram os Dominicanos às vizinhas ilhas de Adonara, Ende e Flores onde ergueram numerosas igrejas; mas não se estabeleceram por então em Timor, onde a obra de Frei António Taveira não teve assim continuidade. Foi só por volta de 1590 que Frei Belchior da Luz desembarcou em Timor, estabelecendo-se no reino de Mena (a leste de Oé-Cússi, hoje em Timor Indonésio), que os portugueses frequentavam já por mor do sândalo, onde ergueu uma igreja. O filho do rei local foi educado em Malaca e baptizado com o nome de D. Lourenço. Mas tampouco esta segunda tentativa de evangelização teve continuidade. O estabelecimento definitivo dos Dominicanos em Timor deve-se a Frei Cristóvão Rangel, que em 1633 fixou morada no reino de Silabão (na zona de Atapupo, hoje em território indonésio, ainda que de língua tétum). Aí baptizou o rei local, dando-lhe em sinal de filiação espiritual o seu próprio nome, D. Cristóvão. A cristianização foi contrariado por mercadores muçulmanos estabelecidos na ilha, que chegaram a envenenar Frei Cristóvão; mas veio a ser salvo por curandeiros nativos que lhe ministraram um antídoto. A despeito de tais manobras a evangelização progrediu rapidamente: em 1606 havia no conjunto das ilhas de Solor, Flores, Timor, etc., 18 igrejas e cerca de 20 000 cristãos; em 1640 havia já, só na ilha de Timor, 22 igrejas, servidas por dez religiosos. Parece que os religiosos se dividiam em duas turmas: uma evangelizava a costa norte (Batugadé, Maubara, Díli, Lacló, Manatuto e Laleia), enquanto que a outra percorria a vertente sul (Suai, Bibiçuço, Barique, Viqueque e Luca). A conversão de Timor ao cristianismo não é um facto isolado, antes parece inserir-se num fenómeno de muito maior envergadura, comum a toda a Ásia do Sueste. Com efeito, desde o século anterior que todo o Sueste Asiático vinha a ser varrido por uma espécie de vaga de descontentamento para com as religiões tradicionais, de dominante gregária e cerimonial, postas em xeque pelas transformações económicas, pelos progressos da urbanização, e pelo incremento do comércio e da mobilidade social, que facilitavam a adopção de novos cultos, assentes na fé individual e na moral (*v.* missões). O incremento das trocas comerciais aconselhava a adopção de religiões universalistas, que irmanassem pelo menos a classe dirigente e a burguesia dos portos aos seus correspondentes de além-mar numa fé comum. Nas costas de Samatra, Java, Bornéu e península de Malaca, tal como nas pequenas ilhas mais abertas ao comércio externo, como Maluco e Banda, foi o Islão, introduzido no Norte de Samatra por mercadores persas e guzerates em finais do século xiii, quem veio a preencher essa necessidade histórica de uma religião baseada na responsabilidade moral do indivíduo. Na península indochinesa foi o budismo *Theravada*, trazido no século xii de Ceilão para a Birmânia, que em seguida se espalhou pelo resto da península (com a única excepção do Vietname), vindo a generalizar-se no século xv. Nas franjas da Insulíndia, em que se inserem Timor e as Filipinas, foi o catolicismo a preencher a vaga. Os primórdios da conversão de Timor ao catolicismo são, de facto, contemporâneos da cristianização das Filipinas, conquistadas pelos Espanhóis entre 1565 e 1571. Há, contudo, uma diferença importante: as Filipinas converteram-se na sequência da conquista, que fazia do cristianismo a religião do poder, e dos cristãos a classe dominante; em Timor a aristocracia converteu-se espontaneamente, cerca de um século antes de desembarcar em Timor o primeiro governador português. Quando este chegou, em 1702, como se vê pela lista das entidades que presenteou, já pelo menos 17 régulos e mais alguns caudilhos militares tinham nome cristão e sobrenome português, o que mostra bem que estavam já cristianizados e, de certo modo, lusitanizados. O cristianismo penetrou assim em Timor do mesmo modo que o hinduísmo, o budismo e mais tarde o islão penetraram na Ásia do Sueste: não na sequela de uma conquista militar, mas como uma consequência do comércio, que facultou a importação de letrados e mestres religiosos de regiões culturalmente mais desenvolvidas. Também o costume de adoptar nome português ao converter-se ao catolicismo tem para-

lelo, não só nas Filipinas mas em toda a Ásia do Sueste: os antigos reis do Camboja, do Champá, etc., budistas ou hindus, usavam nomes indianos, em sânscrito; e excepto em Java, onde a islamização foi superficial e a maioria das pessoas continua a usar nomes de origem indiana, os muçulmanos da Insulíndia usam nomes árabes. A sociedade timorense estava organizada em chefaturas hierarquizadas a quatro níveis (povoação, suco, reino e «império» ou confederação de reinos), num sistema muito semelhante ao feudalismo da Europa medieval. Os reinos do Oeste, de língua baiquena, formavam a confederação do Servião, chefiada pelo imperador de Senobai, *grosso modo* correspondente ao actual Timor Indonésio; a parte leste, muito mais fragmentada linguística e politicamente, formava a confederação dos Belos, encabeçada pelo imperador de Bé-Háli, de língua tétum. Os missionários buscaram converter primeiramente os régulos e a classe dirigente em geral, partindo do princípio que a massa do povo os seguiria; a aristocracia converteu-se, de facto, assaz rapidamente, mas a cristianização da arraia miúda foi muito mais lenta, só vindo a consumar-se em nossos dias. É natural que junto às igrejas tenham funcionado desde o século XVI escolas elementares, mas, devido à destruição dos arquivos de Timor (que arderam em 1779, 1796, 1870, 1934 e 1945 e foram depredados em 1975), não dispomos de informação a tal respeito. Apenas temos alguma informação sobre o ensino secundário, que funcionou a partir de 1597 em Solor «num seminário onde recolhiam meninos de todas as ilhas vizinhas, os quaes andavam vestidos com suas opas brancas; e aqui lhes ensinavam a doutrina Christã, se formavam em bons costumes e aprendiam a ler e escrever e a língua latina». Entre 1597 e 1600 o número de alunos andava pelos 50; mas não sabemos quantos eram oriundos da ilha de Timor. O que neste campo se passava em Solor, em Goa ou nas Filipinas contrasta vivamente com o que se passaria mais tarde nas possessões holandesas, onde apenas se viriam a criar estabelecimentos de ensino secundário para a população nativa depois da Primeira Grande Guerra. Essa atitude deriva, por um lado, da colonização holandesa não ser orientada pelo Estado mas por uma companhia de comércio, que tinha de dar contas aos accionistas e não podia, por conseguinte, empatar capitais em beneficência e cultura; por outro radica da crença calvinista no dogma da predestinação, que justificava uma indiferença fatalista pela má sorte dos ignorantes e dos desprotegidos em geral. Entretanto, se houve divulgação da instrução, era por via das confrarias e associações muçulmanas, que organizavam as suas próprias escolas, à margem do poder holandês. A educação aí ministrada era fundamentalmente islâmica, indiferente senão hostil à cultura holandesa, de modo que essas instituições de ensino se vieram a tornar um poderoso factor de resistência ao domínio colonial, enquanto que em Timor a cultura católica veio a constituir um traço de união e um factor de integração. O crescimento das cristandades de Solor e Timor levara entretanto um dominicano espanhol das Filipinas que a coberto da união das Coroas se imiscuíra no Padroado* Português, Frei Diogo Calado, a sugerir em 1633 à S. C. de Propaganda Fide a criação de *um bispado* nas ilhas, proposta que o bispo de Cochim, D. Frei Miguel Rangel, renovou em 1646. Dera-se, entretanto, a Restauração, mas a Santa Sé, como já fizera em 1140, não reconheceu a independência portuguesa, o que inviabilizou não só a criação de novos bispados como a confirmação pelo papa dos bispos nomeados por el-rei de Portugal. Parece que Roma preferia transferir para Timor a sede do bispado de Malaca, ocupada pelos holandeses calvinistas em 1641; seja como for, embora nessa ocasião o padre Paulo da Costa, governador do bispado *sede vacante*, se tenha refugiado em Macaçar, donde regeu a diocese até 1665, o seu sucessor, Frei Duarte Travassos (1668-1670) estabeleceu já residência em Lifau, no Oé-Cússi, onde acabou por ser assassinado. O seu substituto, padre João de Abreu Lima (1675-1679), preferiu o Sião, outra importante cristandade dependente de Malaca. Entretanto haviam-se normalizado as relações entre Lisboa e Roma (1669), mas nenhum dos cinco sucessivos bispos nomeados por D. Pedro II entre 1671 e 1695 chegou a atingir o território da diocese, de modo que a restauração do bispado só veio a ter efeito em 1701, com a nomeação de um missionário de Timor, D. Frei Manuel de Santo António, como bispo de Malaca com residência em Lifau. *3. A transição para o protectorado:* A quase ausência de autoridade portuguesa em Solor e Timor favorecia o estabelecimento de aventureiros. Os que se radicaram em Timor eram sobretudo *topazes* (termo de origem sul-indiana que etimologicamente significa «bilingues», mas veio a designar especialmente os mestiços de português e os cristãos nativos mais ou menos assimilados à cultura portuguesa). Os Holandeses chamavam-lhes *Zwarte Portugezen*, «portugueses pretos», e os ingleses *Black Portuguese*. Os topazes agiam por sua conta e risco, quer se dedicassem ao trato comercial, quer à guerra, com hostes de apaniguados que armavam e mantinham; de começo estariam como mercenários ao serviço dos frades ou de potentados nativos, mas cedo começaram a tornar-se por seu turno em potentados locais, talhando para si domínios em que ditavam a lei e desenvolviam a sua própria política. Vieram a ter na história de Timor um papel importante devido às mutações políticas que se produziam na zona, tornando a ilha cada vez menos isolada e mais envolvida por uma conjuntura internacional complexa. Os dois factos capitais são a chegada dos Holandeses e o despertar de Celebes. Os Holandeses chegaram à Insulíndia em 1596; foi em 1613 que pela primeira vez apareceram na zona de Timor, atacando o Forte de Solor, de que se apoderaram após três meses de cerco. Retiveram-no dois anos, após o que o abandonaram por não dar lucro que justificasse mantê-lo; mas em 1618 ocuparam-no de novo, para o evacuarem e arrasarem em 1629. Os Dominicanos desinteressaram-se, contudo, da pequena ilha de Solor e em 1636 mudaram a sua sede para Larantuca, no extremo oriental das Flores; abandonada pelos Portugueses, Solor veio a ser definitivamente incorporada nas possessões da Companhia Holandesa em 1646. Todavia os Portugueses continuaram até ao século XIX a empregar a expres-

são «ilhas de Solor e Timor» para designar o conjunto dos seus estabelecimentos na região. Entrementes, começara também a interferir na zona de Timor a gente de Celebes, sobretudo buguizes e macaçares, populações de vincada tradição marítima, piscatória e comercial, que ocupam o extremo sudoeste da ilha. No século XVI as suas actividades marítimas parecem ter-se confinado às águas vizinhas da sua ilha, e não se acham praticamente referências à sua presença em zonas distantes. A sua expansão marítima começou a desenhar-se no derradeiro quartel de Quinhentos, após o *Tellumpocco'é* ou «tripla aliança» de 1582, em que se confederaram o reino macaçar de Gowa ou Goa, que tinha por apêndice o reino gémeo de Tallo', e os reinos buguizes de Boné e Luwu'. A uma légua de Gowa, o porto de Macaçar tornou-se na mesma época o principal da região. Karaéng Motoaya, rei de Tallo' e *bicara-butta* (espécie de chanceler) de Gowa, converteu-se ao Islão em 1607; o rei de Luwu' convertera-se dois anos antes. Daí, não sem luta, se comunicou o Islão aos reinos vizinhos, acabando por se tornar em importante factor de unidade entre buguizes e macaçares. A islamização, que os aproximou dos malaios, forneceu-lhes um bom pretexto para lançarem razias contra as ilhas circundantes, sob color de guerra santa, a aprisionar pagãos para os vender como escravos, sobretudo aos Holandeses. Tentaram mesmo estabelecer bases de operações nas ilhas circunvizinhas, atacando Sumbawa em 1617, 1618, 1621 e 1632, Lombok em 1624, Buton em 1624, 1633 e 1639, Timor por diversas vezes, etc. Em 1641 o sultão Muzhafar de Tallo' (ou Teló, como lhe chamam os nossos textos) decidiu-se a aproveitar a confusão que a queda de Malaca causou entre os Portugueses e atacou à testa da sua frota a ilha das Flores. Rechaçado, dedicou-se, em represália, a pilhar as costas de Timor, com uma armada ao longo da costa norte e outra da costa sul; em três meses juntou assim cerca de 4000 cativos. Foi neste contexto que as rainhas de Lifau e Mena celebraram um pacto com Frei António de São Jacinto, prometendo «dar a el-rei de Portugal as minas de ouro que estavam nos seus reinos, contanto que el-rei os tome debaixo da sua protecção e amparo para os defender dos seus inimigos, que não são mais que os macaçares, ficando-lhes só o sândalo para o venderem livremente, por ser o com que se hão de sustentar». Os principais prejudicados com a passagem dos reinos costeiros de Timor para a vassalagem del-rei de Portugal eram, naturalmente, os dois imperadores do Servião e dos Belos, que assim viam diminuída a sua posição. O rei macaçar de Teló deve ter intuído isso, pois apressou-se a enviar mensageiros a aliciar o dos Belos para o seu partido, oferendo-lhe um barrete mouro – o que constituía um convite a abraçar o Islão. Frei Lucas da Cruz, comissário-geral dos Dominicanos para as ilhas de Solor e Timor, tomou então a iniciativa de lançar contra Bé-Háli, capital do imperador dos Belos, uma expedição militar, em que se incorporaram topazes de Larantuca, com Francisco Fernandes por capitão-mor, e três reis do Servião, incluindo o próprio imperador, que nessa ocasião se converteu e baptizou. Em 1642 Bé-Háli foi assim destruída, e o seu imperador perdeu de vez o prestígio de que até aí gozara. Os reinos belos passaram a reconhecer a suserania de Camenaça ou de Luca, ou a aceitar directamente a del-rei de Portugal. Daí resultaria, a longo prazo, a consolidação do domínio português sobre a metade oriental da ilha, mas também a secessão da região (hoje indonésia) de Bé-Háli, que, embora de língua tétum, quedou assim separada dos outros reinos belos, dantes seus vassalos, e incompatibilizada com os Portugueses. Pela mesma época, receosos dos Holandeses, os Portugueses decidiram estabelecer-se no Cupão, que possuía a baía mais vasta e mais abrigada da ilha, o golfo de Babau. Frei António de São Jacinto foi mais uma vez o negociador: o rei e a rainha do Cupão foram baptizados com os nomes de D. Duarte e D. Mariana, e a 29 de Dezembro de 1645 assinaram um termo de sujeição a Portugal, pelo qual tomavam D. João IV «como seu protector e amparo», autorizavam os Portugueses a construir fortaleza, casas e uma igreja no seu reino, e prometiam fornecer-lhes mantimentos e não darem entrada em seus portos «a mouros nem outra nação nenhuma». O forte, o primeiro que os Portugueses ergueram na ilha, foi construído no ano imediato; mas sete anos depois, em 1653, estando ainda incompleto, veio a cair em poder dos Holandeses, que assim fincaram pé em Timor. O estabelecimento dos Batavos no Cupão veio complicar ainda mais a situação de Timor, pois logo começaram a atrair régulos ao seu partido e a ameaçar os reinos fiéis aos Portugueses. É certamente essa a razão por que os capitães-mores de Solor e Timor passam, em meados do século XVII, a residir nesta ilha, sedeando-se em Lifau, no Oé-Cússi. É pela mesma razão que se torna cada vez mais vultosa a presença de topazes larantuqueiros em Timor, sobretudo no Servião, a zona mais rica em sândalo e mais ameaçada pelos Holandeses, a partir do seu forte do Cupão. De 1666 a finais do século, através de sucessivas usurpações, ora meramente toleradas, ora confirmadas, à falta de melhor, pelo governo de Goa e mesmo por Lisboa, Costas e Hornays, as duas principais famílias topazes de Larantuca, monopolizaram a capitania-mor de Timor. Os sucessivos capitães topazes resistiram eficazmente aos Holandeses, e é essa uma das razões por que Goa os tolerou; mas promoveram uma exploração intensiva do sândalo que nalgumas regiões quase o levou à extinção. Por seu lado os Holandeses estavam interessados tanto no trato do sândalo como na obtenção de escravos para os seus estabelecimentos em Java, pois recorriam abundantemente a mão-de-obra servil; aí deve residir uma das causas da aversão da mor parte dos timores tanto aos Holandeses como aos Macaçares e Buguizes, que os abasteciam de cativos. Foi nestas circunstâncias que os Holandeses estenderam a sua influência à ilha de Roti ou Savu Pequeno, vizinha do Cupão, com cujos chefes vieram a celebrar em 1660 um acordo para fornecimento de escravos. Daí resultou que dois jesuítas destinados à missão que a Companhia de Jesus mantinha nessa ilha acharam mais prudente mudar de rumo e ir a pregar ao país dos Belos. Aí não havia holandeses; mas nos portos principais, como Adé (provavelmente o actual Com) e Manatuto, havia tratantes muçulmanos radicados, e

foi deles que partiu a resistência à cristianização. Os Jesuítas pretendiam missionar no reino de Luca, cuja rainha já recebera por três vezes a visita de Dominicanos e continuava a pedir padres, mas em vão; morreram, contudo, ambos antes de lá chegar, tal como o capitão do navio que os levava, correndo rumores de que os envenenara, por moção dos mouros, o rei de Adé. Isto passou-se por 1657 ou 1658. Cerca de um ano depois, a morte dos dois missionários foi constatada por um seu confrade, o jesuíta francês Germain Macret, que, enviado para a missão portuguesa de Macaçar, foi por circunstâncias fortuitas levado a aterrar em Timor, aportando ao reino de Motael, em que se situa Díli. Manatuto, que mais tarde seria o principal esteio da presença portuguesa em Timor, era ainda ao tempo reino gentio, e, sob a pressão dos mouros, atacara Motael. O rei de Motael pedira auxílio ao capitão-mor dos Portugueses, que lhe enviou uma companhia de cristãos larantuqueiros; foi entre eles que o padre Macret permaneceu algum tempo, celebrando missa, pregando e baptizando os filhos dos soldados. A despeito dos pedidos de diversos régulos, os Jesuítas não tornaram, porém, a Timor; e a evangelização dos Belos veio a ser prosseguida pelos Dominicanos, com especial relevo para Frei Manuel de Santo António, dominicano natural de Goa, chegado à ilha em 1698. Fugindo do conturbado Servião, pressionado pelos Holandeses e assolado pelas lutas pelo poder, preferiu ir missionar entre os Belos, estabelecendo-se no reino de Luca; convertido este, partiu a catequizar os reinos vizinhos, obtendo a conversão dos de Viqueque, Bibiluto, Lacluta, Dailor, Vaiçoro e Samoro. Um dos seus convertidos, D. Mateus da Costa, régulo de Viqueque, tomado de uma espécie de espírito de cruzada*, empreendeu uma série de campanhas a submeter as regiões limítrofes e persuadi-las a aceitar a suserania portuguesa e a fé cristã. A este surto de conversões e vassalagens não foram provavelmente estranhos os rumores que corriam, de que os Macaçares se preparavam para conquistar o país dos Belos. Entretanto a precária situação do Servião causava preocupação em Macau*, porta da China, que era o destino principal do sândalo. Foi de Macau que partiram as mais acerbas queixas contra os capitães topazes de Timor. Goa começou a pensar em enviar contra eles uma expedição militar; um governador, nomeado pelo poder central, substituiria daí em diante os capitães-mores locais. As duas primeiras tentativas falharam; mas em 1701 o vice-rei António da Câmara Coutinho decidiu empreender uma nova tentativa, nomeando governador de Timor o secretário-geral do Estado da Índia, António Coelho Guerreiro, que largou de Goa com armas e munições e 50 homens de guerra, a que em Macau juntou mais 32. À chegada a Larantuca, o capitão-mor Domingos da Costa pôs-lhe condições inaceitáveis para o deixar desembarcar e decidiu rumar a Lifau. Aí, graças à mediação de Frei Manuel de Santo António, negociou um *modus vivendi* com o lugar-tenente de Domingos da Costa, oferecendo-lhe a patente de tenente-geral, foro de escudeiro ou de fidalgo e mesmo um hábito da Ordem de Cristo. Assim, a 20 de Fevereiro de 1702, na Capela de Santo António em Lifau, foi António Coelho Guerreiro empossado por Frei Manuel de Santo António como primeiro governador português de Timor. Três anos depois Frei Manuel era sagrado em Macau bispo de Malaca com residência em Timor. *4. Timor sob o protectorado português: o Antigo Regime:* António Coelho Guerreiro lançou os fundamentos de uma organização que, apenas com ligeiros retoques, vigoraria durante dois séculos, até ao governo de Celestino da Silva (1894-1908). A administração central de que dotou Timor era assaz simples: o «estado-maior» compunha-se, além do governador e do bispo, de um tenente-general, um capitão-mor do campo, um engenheiro, um juiz ou ouvidor e cinco funcionários civis. Coelho Guerreiro pretendia criar ainda um hospital, que se confiaria aos Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus*, estabelecidos na Índia Portuguesa desde 1685, mas não há notícia de que o projecto se tenha concretizado. Administração local não existia, uma vez que os régulos continuavam a governar seus reinos sem interferência do poder central. Os seus deveres limitavam-se a pagar-lhe um tributo ou *finta*, fixado por acordo entre cada reino e o governador, a fornecer-lhe homens de armas e um certo número de *auxiliares*, homens escalados por turnos para serviço do governo e execução das obras públicas que se tornassem necessários. A finta ou tributo pago pelos vários reinos ao governador português, que representava el-rei, veio a ser conhecida por *siripinão*, do malaio *sirih*, «bétele» e *pinang*, «areca», pois a mastigação de bétele e areca é em Timor elemento importante dos rituais sociais, em que tem um significado de fraternidade e comunhão ritual. Esse pormenor mostra a assimilação da relação vassálica dos régulos de Timor para com a Coroa portuguesa ao tradicional universo cultural timorense, em que a vassalagem era considerada um acto sagrado e o tributo uma prestação semi-religiosa, envolvendo um rito de fraternização. A dificuldade em recrutar fora da ilha tropas para Timor levou Coelho Guerreiro a empreender a sua obra mais original e mais duradoura: a militarização das estruturas tradicionais de Timor. Atribuiu ao imperador do Servião o posto de brigadeiro, aos *liurais* (régulos) patentes de coronel, aos regentes de reino de tenente-coronel, aos *datos* (chefes de suco) e *timungões* (chefes de povoação) de sargentos-mores e capitães, conforme a sua importância. Este sistema durou até à invasão indonésia de 1975. O comando supremo desses contingentes foi confiado a um tenente-general, escolhido de entre os régulos; abaixo dele havia três capitães-mores, também escolhidos pelo governador de entre os régulos, um para os Belos, outro para o Servião e outro para Larantuca e demais reinos vassalos das Flores. A aristocracia timorense conservou até aos nossos dias uma clara consciência do carácter contratual da sua relação com os Portugueses, mesclada a um certo orgulho de a sua terra não ter sido dominada pelas armas. Conta-se que um liurai replicou uma vez a um governador que ousara falar-lhe em tom mais desabrido: «lembre-se Vossa Senhoria que esta terra não foi conquistada pelo fogo, mas pela água e pelo sal...», aludindo ao ritual do baptismo. Daí, pelo menos em parte, a facilidade com que os chefes de Timor se re-

belavam sempre que, com razão ou sem ela, entendiam que os agentes da administração portuguesa não estavam cumprindo bem a sua parte do contrato. Há que notar também que a suserania portuguesa não foi de imediato aceite por todos os reinos de Timor. O chamado «partido real» era, em Setembro de 1703, seguido por 25 reinos, dos cerca de 62 que havia na ilha: 21 da província dos Belos, onde se contavam ao todo 46 reinos, e apenas quatro do Servião, onde eram ao todo 16. Embora a capital continuasse em Lifau, no Servião, eram já então sobretudo os Belos, mais fragmentados politicamente e menos auto-suficientes, a sustentar os portugueses – o que prenunciava já a futura divisão da ilha. A conflitualidade era endémica, a ponto de um antigo governador de Timor, Afonso de Castro, escrever em 1867: «as rebelliões em Timor teem sido successivas, podendo dizer-se que a revolta é ali o estado normal e a tranquilidade o excepcional». Seria no entanto demasiado simplista pintar a história de Timor como uma imensa rebelião das populações locais contra a dominação portuguesa, pois como notava o mesmo autor, «têem os timores em grande veneração o rei de Portugal, que acatam na pessoa do governador, a quem chamam *pae e mãe*, e este amor e respeito tem sustentado a dominação portugueza n'aquelle paiz, onde a força nos tem sempre faltado para fazer-nos obedecer como soberanos. As rebelliões que ali estalaram contra o governo portuguez não foram nunca suffocadas senão pellos proprios indigenas, aos quaes bem se póde dizer que está confiada a guarda d'aquella reliquia do famoso imperio que tivemos no oriente». Há que notar que se o «partido real» era armado e municiado pelas autoridades portuguesas, os «alevantados» contavam quase sempre com o apoio dos Holandeses, que, ansiosos por dilatar seus domínios, lhes forneciam à socapa armas e munições. Certas revoltas representam uma reacção do animismo tradicional, que não desaparecia instantaneamente de entre os baptizados, à cristianização. Tal é nitidamente o caso do *Pacto de Camenaça*, aí celebrado por representantes de diversos reinos em 1719, em que foi sacrificado um cachorro branco e preto, a cujo sangue foi misturado sangue tirado do próprio peito por todos os contratantes, que em seguida o beberam, jurando sobre uma espada que haviam de exterminar os cristãos. Noutras rebeliões parece estar antes implícito um desejo de apropriação do sagrado na sua forma cristã, subtraindo-o ao monopólio dos frades. Tais foram, nomeadamente, os começos da rebelião do reino de Samoro, cujo rei paramentado cantou o *aleluia* no meio da igreja do seu reino, e os da chamada «Guerra dos Doidos», em 1781, em que, exortados por um indivíduo que era tido por profeta e invulnerável na guerra, vários chefes se dispuseram a combater revestidos de paramentos roubados das igrejas. A maior parte das rebeliões teve, contudo, causas mais palpáveis, como a cobrança das fintas, que vieram a ser sucessivamente reduzidas, baseando preferentemente o Estado as suas finanças nos réditos das alfândegas. Às desordens causadas pela cobrança das fintas há que juntar, como factor de agitação, agravos, atropelos e arbitrariedades pontuais frequentemente cometidos pelos governadores e outros agentes da administração. Timor sempre foi, dentro do império português como dentro do Velho Mundo tradicional, um rincão perdido e uma terra de fronteira, onde pela própria natureza das coisas muitos prevaricadores gozavam de impunidade. Os conflitos internos entre os poderes portugueses eram também constantes, reflectindo-se no mau funcionamento da administração e favorecendo a formação de facções entre a população nativa. Sobretudo difíceis eram as relações com os eclesiásticos. Os missionários mantinham uma perfeita consciência da sua prioridade em Timor, mostrando forte tendência para interferirem com o poder civil ou tentarem sobrepor-se-lhe, tanto mais que a própria Coroa lhes reconhecia um direito especial sobre Timor. Certos privilégios de que gozava o clero, como o direito de prender quem prevaricasse contra a Igreja ou contra a moral pública, eram uma fonte permanente de atritos. Começaram estes, quase de imediato, entre António Coelho Guerreiro e Frei Manuel de Santo António. Em Agosto de 1703, 23 dos 25 reis que haviam aceitado a suserania portuguesa escreviam a el-rei manifestando o seu contentamento com a actuação de Coelho Guerreiro, pedindo-lhe que o mantivesse no posto durante pelo menos mais seis anos; mas em 1705, aproveitando-se das instruções ambíguas do vice-rei, o bispo forçou o seu embarque para Goa*. Sob o governo de Francisco de Melo e Castro, em 1719, a celeuma por pouco não degenerou em guerra civil, pois o bispo chegou a ir a Larantuca pedir a ajuda militar de Francisco Hornay contra o governador, e este ameaçou partir para Macaçar a pedir auxílio aos muçulmanos contra o bispo. Não podendo suportá-lo, o governador acabou por fugir para Goa, abandonando ao bispo o governo da ilha. Em 1722 o seu sucessor, António de Albuquerque Coelho, inaugurou a sua governação expulsando da ilha o bispo, enquanto o rei ordenava ao vice-rei da Índia que substituísse em Timor os Dominicanos pelos Jesuítas, o que não chegou a ter execução devido aos protestos dos dominicanos de Goa. O bispo veio a falecer em 1734 sem ter regressado a Timor. O seu sucessor, D. Frei António de Castro, governou a diocese de 1738 a 1743, data em que faleceu em Lifau. D. Frei Miguel de Bulhões (1745-1747) não chegou a tomar posse da diocese por ter sido transferido para a do Pará e daí para Leiria. D. Frei Geraldo de São José (1747-1764) foi assim o terceiro e último bispo de Malaca a residir em Timor, onde, ao que se diz, morreu envenenado por um seu confrade, Frei Jacinto da Conceição, que em seguida se apoderou do governo da diocese e da governança da ilha, após ter preso e remetido para Goa o governador Sebastião de Azevedo e Brito. Nenhum dos três bispos nomeados em seguida chegou a entrar na diocese, que permaneceu sob a administração de governadores interinos, na sua maioria dominicanos ou clérigos seculares de Goa. A partir de 1825, quando os Ingleses escambaram com os Holandeses Malaca por Bencoolen (Bengkulu, no sudoeste de Samatra), voltaram a residir em Malaca. O último a usar do título de «governador-episcopal de Malaca e das ilhas de Solor e Timor» foi o padre Manuel José Gomes, goês, que governou de 1858 a 1868. A extinção das



Fonte: Adaptado de Hélio A. E. Felgas, Timor Português. *Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1956.*

ordens religiosas* em 1834 exasperou a Santa Sé que, alegando que Portugal não podia sem elas assegurar os seus deveres de padroeiro, suspendeu, pelo breve *Multa præclare* de 24.4.1838, o padroado régio em todas as dioceses da Índia (*lato sensu*, incluindo, portanto, também Malaca) à excepção de Goa. Os territórios do bispado de Malaca deveriam por conseguinte passar para a jurisdição dos vigários-apostólicos da Propaganda; mas nem o governo português nem o clero de Goa reconheceram o breve, alegando que o papa estava mal informado e que, para mais, um breve não tinha força para anular as bulas que haviam instituído o padroado. A diocese de Malaca continuou assim na prática a ser governada por vigários nomeados pelo arcebispo de Goa, que os partidários da Propaganda apodavam de cismático por não ter aceito o breve. As letras apostólicas *Universis orbis ecclesiis*, de 15.6.1874, desligaram as missões de Timor de Goa para as colocar na dependência de Macau; a situação veio a regularizar-se definitivamente pela concordata* de 1886, que dava o bispado de Malaca como extinto, entregando à jurisdição de Macau não só as missões de Timor como as de Malaca e Singapura. *5. Apogeu e decadência das missões de Timor:* Embora renovada em 1738 a ordem para introduzir a Companhia de Jesus em Timor não chegou a ter efeito. Tampouco o tiveram os projectos de introdução de carmelitas* (1702) e capuchinhos* (1708). Chegaram, pelo contrário, a efectivar-se as instruções régias para criar em Timor um seminário, confiado aos padres do Oratório de Goa, ditos da Cruz dos Milagres. Entrou em funcionamento na década de 1740 e situava-se em Lifau; mas quase nada sabemos das suas actividades. Parece que em 1747 estava em funcionamento um outro em Manatuto, talvez no convento dominicano da localidade, mas tampouco se sabe com que resultados. De qualquer forma esses estabelecimentos de ensino devem ter contribuído para elevar o nível cultural da classe dirigente de Timor. Com efeito, em 1772 o comandante de um navio francês que visitou Timor, François-Etienne de Rosily, notava: «a ilha de Timor [...] divide-se em 30 pequenos reinos, que obedecem cada um a seu rei [...]. Há um missionário por reino e dois nos grandes; todos os chefes são cristãos e católicos, e uma parte dos habitantes [...]. Há igrejas em todas as aldeias da costa [...]. Quase todos os chefes falam português e nos reinos vizinhos dos portugueses é a língua geral [...]. Conheci alguns [chefes] muito sensatos, espirituais, engenhosos, sinceros e de boa fé, entre os quais um que me pareceu muito versado em história da Europa». Por esta época já o domínio português se limitava praticamente à província dos Belos, pois entre 1734 e 1751 os Holandeses, a pretexto de uma contenda entre o rei de Oé-Cússi, vassalo dos Portugueses, e o imperador de Senobai, haviam intervindo ao lado deste e sujeitado ao seu ceptro praticamente todo o Servião, que assim veio, a médio prazo, a passar do catolicismo ao calvinismo. Apenas o reino de Oé-Cússi, dominado pelos Costas e pelos Hornays, permaneceu formalmente vassalo da Coroa portuguesa e católico; mas os seus caudilhos agiam com tamanha desfaçatez, chegando a pôr cerco à praça de Lifau, que em 1769 o governador António Teles de Meneses decidiu mudar a sede do governo para o país dos Belos, acabando, após alguma hesitação, por fixá-la em Díli dadas as boas condições do seu porto. Pela força das próprias cousas, a expulsão dos Jesuítas, que tão nefastas consequências teve noutras partes, não se sentiu em Timor; mas a acção missionária não deixou de experimentar na segunda metade do século XVIII e primeira do XIX uma acentuada decadência: enquanto que por 1740 havia na ilha 18 dominicanos, em 1804 não restavam mais que oito, e sete anos mais tarde um único. No Servião estava em funcionamento uma única igreja, a de Oé-Cússi, e nos Belos três, das quais uma em Díli e outra em Manatuto. A extinção das ordens religiosas em 1834 veio assim em Timor a sancionar *de jure* uma situação *de facto*. Nos anos subsequentes o clero chegou a reduzir-se a um único sacerdote goês; há também notícia de alguns clérigos

locais, como o padre Gregório Maria Barreto, nomeado superior das missões de Timor em 1856 e mais tarde cónego da Sé de Macau. A escassez de clero reflectiu-se no nível de instrução, que deve ter baixado muito, visto que nada substituía ainda as escolas missionárias, vindo a primeira escola governamental a ser aberta apenas em 1915. Em 1851 o governador Lopes de Lima, sem dinheiro para pagar aos funcionários públicos, vendeu aos Holandeses os estabelecimentos portugueses das Flores, que estavam já praticamente reduzidos aos reinos de Larantuca e Sica; os Holandeses haviam entretanto ocupado também a faixa ocidental do país dos Belos, de Atapupo à contracosta, englobando a zona de Atambua. Essas regiões permaneceram católicas e foram a partir de 1874 confiadas aos padres do Verbo Divino*, constituídas em prefeitura-apostólica em 1913 e em vicariado-apostólico em 1922. *6. O período colonial e a restauração das missões:* A segunda metade do século XIX caracteriza-se não apenas pela «corrida à África» e pelos primórdios do colonialismo moderno, como por uma nítida renovação religiosa e missionária (*v.* MISSÕES). Devido ao seu isolamento, contudo, Timor não sofreu senão tardia e parcialmente as consequências, positivas ou negativas, das modernas ideias coloniais. Portugal continuou a agir na ilha muito mais como potência suserana que como entidade soberana. No aspecto económico há a anotar sobretudo o desenvolvimento da cultura do café, que fora introduzida pelo governador José Pinto Alcoforado e Sousa em 1815, e em 1862 se tornou na principal exportação de Timor, ultrapassando a cera, que fora desde a decadência do sândalo em finais do século XVIII o principal artigo exportado. Foi na mesma década de 1860 que a presença militar portuguesa (que desde o ataque dos Holandeses a Atapupo em 1818 comportava, para além das tradicionais companhias de moradores nativos, um batalhão recrutado em Goa) começou a irradiar de Díli para o interior, mediante o estabelecimento de uma série de «postos militares»; mas os seus comandantes tinham ainda ordens para não interferirem com a administração dos vários reinos, que continuou totalmente nas mãos dos Liurais. Essa situação durou até 1904 quando o governador José Celestino da Silva criou uma administração local de tipo colonial e substituiu as *fintas* ou tributos pagos pelos vários reinos por impostos cobrados directamente pelo Estado. No aspecto missionário há a registar uma tímida tentativa de renovação em 1850, quando o bispo-eleito de Pequim, D. João de França Castro e Moura, veio para Timor, onde andou missionando durante alguns anos. A verdadeira restauração missionária de Timor deve-se, porém, ao padre, depois bispo, Medeiros. O padre António Joaquim de Medeiros, uma vez formado no Seminário das Missões Ultramarinas, em Cernache do Bonjardim, partiu para Macau, onde chegou em 1872. Em 1875 o governador do bispado de Macau, para cuja jurisdição Timor passara no ano anterior, enviou-o como visitador, a tomar posse das missões da ilha em seu nome. Percorreu então Timor de lés a lés e, certificando-se das boas disposições e desejos do povo de receber a evangelização, decidiu tomar o caso a peito. Tornou a Macau e, no ano seguinte, 1877, regressou trazendo consigo sete outros padres. Reorganizou totalmente as missões distribuindo os missionários por todo o território e fez construir novas igrejas, de que subsistem pelo menos uma em Alas e outra em Maubara. Abriu também uma série de escolas, incluindo uma escola agrícola e um colégio para raparigas, confiado às irmãs canossianas que fez vir para Timor. Em 1882, estando na metrópole, onde adquiriu um convento abandonado em Vila de Conde para instalar o noviciado das irmãs missionárias, foi nomeado bispo coadjutor de Goa e partiu para a Índia; mas em 1885, tendo vagado a Sé de Macau, foi nomeado bispo de Macau. Logo nessa altura prometeu que passaria em Timor a maior parte do seu tempo; e, de facto, desde essa data até 1897, visitou todos os anos as missões de Timor, demorando-se sempre alguns meses. Organizou em Dare uma granja diocesana, onde fez experiências com diversas culturas, introduziu gado de diversas raças, promoveu pesquisas mineiras, escreveu quatro livros de agricultura. Faleceu de hepatite em Díli em Janeiro de 1897. Um outro marco importante na história religiosa de Timor é a fundação do Colégio da Soibada pelos Jesuítas, no ano seguinte, com o patrocínio do régulo de Samoro, D. André Doutel Sarmento. O colégio destinava-se à formação de professores-catequistas, principais auxiliares dos missionários, encarregados ao mesmo tempo da alfabetização e da catequização das populações, sem embargo de alguns optarem por ingressar no funcionalismo público. Dobrado desde 1902 por um colégio feminino, entregue às Canossianas, o Colégio da Soibada foi até à década de 1930 o único estabelecimento de ensino secundário de Timor, por onde passaram sucessivas gerações de letrados, que constituem ainda hoje nos meios rurais a única elite cultivada do país. Foi também aí que os Jesuítas editaram os primeiros livros escritos em tétum (resumo da história sagrada, catecismo, gramática e dicionários, etc.), razão por que o dialecto local veio a ser considerado o «mais puro», servindo de modelo até à II Guerra Mundial, desde a qual o dialecto de Díli (o tétum-praça) tendeu a suplantá-lo. Os Jesuítas foram expulsos em 1910, para regressarem episodicamente em 1928 e definitivamente em 1958, assumindo então a direcção do Seminário Diocesano de Dare; o clero diocesano substituíra-os entretanto na Soibada. Os Salesianos vieram para Timor em 1927, a pedido do bispo de Macau, D. José da Costa Nunes, abrindo nesse mesmo ano uma escola de artes e ofícios em Díli; mas devido a uma misteriosa decisão dos superiores da congregação em Turim retiraram-se em 1929 e a escola de artes e ofícios foi transferida para a Soibada. Os Salesianos* regressaram após a guerra, sendo-lhes confiada a ponta leste da ilha (concelhos de Lautém, Baucau e Viqueque) onde abriram o Colégio de Fuiloro (1946) e mais tarde a Escola Agrícola de Fatu-Maca. Como congregações femininas, juntaram-se às Canossianas em 1953 as Irmãs Dominicanas e em 1967 as Servas da Sagrada Família (*v.* CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS FEMININAS). A diocese de Díli, erecta pela constituição *Solemnibus conventionibus* de 4.9.1940, só começou a funcionar em 1945 quando o seu primeiro prelado, D. Jaime Garcia Goulart, regressou da

que se diz, morreu envenenado por um seu confrade, Frei Jacinto da Conceição, que em seguida se apoderou do governo da diocese e da governança da ilha, após ter preso e remetido para Goa o governador Sebastião de Azevedo e Brito. Nenhum dos três bispos nomeados em seguida chegou a entrar na diocese, que permaneceu sob a administração de governadores interinos, na sua maioria dominicanos ou clérigos seculares de Goa. A partir de 1825, quando os Ingleses escambaram com os Holandeses Malaca por Bencoolen (Bengkulu, no sudoeste de Samatra), voltaram a residir em Malaca. O último a usar do título de «governador-episcopal de Malaca e das ilhas de Solor e Timor» foi o padre Manuel José Gomes, goês, que governou de 1858 a 1868. A extinção das ordens religiosas* em 1834 exasperou a Santa Sé que, alegando que Portugal não podia sem elas assegurar os seus deveres de padroeiro, suspendeu, pelo breve *Multa præclare* de 24.4.1838, o padroado régio em todas as dioceses da Índia (*lato sensu*, incluindo, portanto, também Malaca) à excepção de Goa. Os territórios do bispado de Malaca deveriam por conseguinte passar para a jurisdição dos vigários-apostólicos da Propaganda; mas nem o governo português nem o clero de Goa reconheceram o breve, alegando que o papa estava mal informado e que, para mais, um breve não tinha força para anular as bulas que haviam instituído o padroado. A diocese de Malaca continuou assim na prática a ser governada por vigários nomeados pelo arcebispo de Goa, que os partidários da Propaganda apodavam de cismático por não ter aceito o breve. As letras apostólicas *Universis orbis ecclesiis*, de 15.6.1874, desligaram as missões de Timor de Goa para as colocar na dependência de Macau; a situação veio a regularizar-se definitivamente pela concordata* de 1886, que dava o bispado de Malaca como extinto, entregando à jurisdição de Macau não só as missões de Timor como as de Malaca e Singapura. *5. Apogeu e decadência das missões de Timor:* Embora renovada em 1738 a ordem para introduzir a Companhia de Jesus em Timor não chegou a ter efeito. Tampouco o tiveram os projectos de introdução de carmelitas* (1702) e capuchinhos* (1708). Chegaram, pelo contrário, a efectivar-se as instruções régias para criar em Timor um seminário, confiado aos padres do Oratório de Goa, ditos da Cruz dos Milagres. Entrou em funcionamento na década de 1740 e situava-se em Lifau; mas quase nada sabemos das suas actividades. Parece que em 1747 estava em funcionamento um outro em Manatuto, talvez no convento dominicano da localidade, mas tampouco se sabe com que resultados. De qualquer forma esses estabelecimentos de ensino devem ter contribuído para elevar o nível cultural da classe dirigente de Timor. Com efeito, em 1772 o comandante de um navio francês que visitou Timor, François-Etienne de Rosily, notava: «a ilha de Timor [...] divide-se em 30 pequenos reinos, que obedecem cada um a seu rei [...]. Há um missionário por reino e dois nos grandes; todos os chefes são cristãos e católicos, e uma parte dos habitantes [...]. Há igrejas em todas as aldeias da costa [...]. Quase todos os chefes falam português e nos reinos vizinhos dos portugueses é a língua geral [...]. Conheci alguns [chefes] muito sensatos, espirituais, engenhosos, sinceros e de boa fé, entre os quais um que me pareceu muito versado em história da Europa». Por esta época já o domínio português se limitava praticamente à província dos Belos, pois entre 1734 e 1751 os Holandeses, a pretexto de uma contenda entre o rei de Oé-Cússi, vassalo dos Portugueses, e o imperador de Senobai, haviam intervindo ao lado deste e sujeitado ao seu ceptro praticamente todo o Servião, que assim veio, a médio prazo, a passar do catolicismo ao calvinismo. Apenas o reino de Oé-Cússi, dominado pelos Costas e pelos Hornays, permaneceu formalmente vassalo da Coroa portuguesa e católico; mas os seus caudilhos agiam com tamanha desfaçatez, chegando a pôr cerco à praça de Lifau, que em 1769 o governador António Teles de Meneses decidiu mudar a sede do governo para o país dos Belos, acabando, após alguma hesitação, por fixá-la em Díli dadas as boas condições do seu porto. Pela força das próprias cousas, a expulsão dos Jesuítas, que tão nefastas consequências teve noutras partes, não se sentiu em Timor; mas a acção missionária não deixou de experimentar na segunda metade do século XVIII e primeira do XIX uma acentuada decadência: enquanto que por 1740 havia na ilha 18 dominicanos, em 1804 não restavam mais que oito, e sete anos mais tarde um único. No Servião estava em funcionamento uma única igreja, a de Oé-Cússi, e nos Belos três, das quais uma em Díli e outra em Manatuto. A extinção das ordens religiosas em 1834 veio assim em Timor a sancionar *de jure* uma situação *de facto*. Nos anos subsequentes o clero chegou a reduzir-se a um único sacerdote goês; há também notícia de alguns clérigos locais, como o padre Gregório Maria Barreto, nomeado superior das missões de Timor em 1856 e

TOMINA, Congregação da (1709-1834). A Congregação de Nossa Senhora das Necessidades da Tomina, criada em 1709, foi também conhecida por Congregação dos Clérigos Agonizantes ou Regulares Ministros dos Enfermos. A sua missão consistia em «assistir aos enfermos de morte ate espirarem» ou, segundo outra expressão da época, em «agonizar os moribundos», ajudando-os a obter uma boa e santa morte. A congregação foi fundada pelo padre Manuel de Jesus Maria, que antes de entrar em religião se chamava Manuel Beça Leal. Era natural de São João de Nespereira (Penafiel). Quando, por volta de 1677, resolveu procurar refúgio das coisas do mundo, encontrou um local isolado no interior do Alentejo onde se pôde dedicar a uma vida de penitência e de contemplação. Instalou-se então no sítio da Tomina, na parte final da serra do Barreiro, a 5 km de Moura, num vale próximo da agreste fronteira montanhosa com a Espanha. Em 1683 foi ordenado sacerdote pelo bispo Frei Bernardino de Santo António. Depois de ter vivido numa cova (refúgio eremítico), durante anos, com alguns companheiros de penitência, mandou erigir junto a ela uma pequena capela, sem qualquer autorização régia. Mandada demolir por D. Pedro II, acabou por não o ser, pois o monarca viria a dar o seu aval e protecção à comunidade criada pelo religioso da Tomina. Com o fim de obter a aprovação papal, o padre Manuel de Jesus

Maria foi várias vezes a Roma, entre os anos de 1704 e 1709. Conseguiu, finalmente, a 23 de Dezembro de 1709, que o papa Clemente XI confirmasse os estatutos da Congregação de Nossa Senhora das Necessidades da Tomina com os três votos simples. O sucesso da sua primitiva casa contribuiu para a sua expansão no interior do país. Em 23 de Setembro de 1717, D. João V confirmava o pedido dos moradores de Mourão para a criação de mais uma filial da congregação, com 10 a 12 religiosos, na Igreja de Nossa Senhora do Alcance, que anteriormente tinha pertencido aos Agostinhos Descalços (IANTT. *RGM*, D. João V, lv. 9, fl. 220 v.). O fundador viria a falecer no ano de 1720, tendo sido sepultado na Capela do Rosário do Convento da Graça de Lisboa. Depois da sua morte, a congregação continuaria a obter os favores do monarca. No ano de 1726, instalou-se na Igreja de Nossa Senhora de Sacaparte de Alfaiates, na região do Sabugal, que era de protecção régia. Ainda no reinado de D. João V, os religiosos da Tomina fundariam os hospícios de São Pedro de Arronches (1729) e de Vila Flor, na região de Moncorvo (cerca de 1744). Em 1749, o director e os padres da congregação uniram-se à Ordem dos Clérigos Regulares Ministros dos Enfermos, criados por São Camilo de Lélis, que tinha como distintivo a cruz vermelha no ombro. Da união resultou a Província de Nossa Senhora das Necessidades, a qual obteve autorização régia para continuar com as instalações e bens que anteriormente pertenciam aos padres congregados, por decreto de 3 de Março de 1749 (IANTT. *RGM*, D. João V, lv. 40, fl. 8). Dez anos depois, os clérigos agonizantes instalavam-se em Lisboa, com o objectivo de ajudar nos ofícios divinos, dar assistência espiritual e confessar os doentes do Hospital Real de São José. A sua casa situava-se no Poço do Borratém, na antiga Capela de São Mateus, depois denominada Igreja de São Camilo de Lélis. A cerca localizava-se numa antiga propriedade do marquês de Cascais, entre o Largo do Borratém, a Praça da Figueira e a Rua da Betesga, numa área que viria a ser alargada em 1778. Do ponto de vista patrimonial, de todas as casas da congregação, a mais importante era a de Lisboa. As suas rendas provinham de juros e tenças régias, prédios urbanos e um quantitativo anual pago pelo Hospital de São José, que em 1828-1832 era de 172$000. Em 1799, estava colectada em 100$000, contra 14$000 de Portimão, 10$200 de Alfaiates, 9$900 de Mourão e 2$900 da Tomina. A casa de Arronches, que tinha apenas a cerca e algumas oliveiras num baldio, vivia da mendicidade (IANTT, ex-AHMF. *Conventos Masculinos*, Alfaiates, cx. 2194, cap. 7). O hospício de Vila Flor, que no ano de 1787 ainda aparece referido num inventário de bens, não vem indicado na colecta de 1799. A casa de Portimão, última fundação dos Camilos, já existia em 1783. Localizava-se no antigo colégio dos Jesuítas, sob a invocação de São Francisco Xavier. Nesse ano, recebeu autorização da Coroa para aceitar uma capelania instituída por Manuel de Sousa Brito (IANTT. *RGM*, D. Maria I, lv. 7, fl. 82 v.). Em 1787, a congregação recebeu quatro contos de réis de concessão régia (IANTT. *RGM*, D. Maria I, lv. 23, fl. 2). Sabe-se ainda que, em 1834, possuía propriedades em Bucelas. A casa primitiva, na Tomina, reconstruída no ano de 1722, possuía em 1787 diversas terras e olivais, 685 novilhos e bezerras, 78 porcos, cabras e várias colmeias, além de uma livraria que lhe havia sido doada. Os seus rendimentos provinham de arrendamentos, esmolas, pagamentos de missas e participações em festas da região, nomeadamente em Serpa, para além da venda de farinha, peles de cabra e cera. Segundo um documento de 1807, os seus bens de ouro e prata eram parcos. Após a extinção das ordens religiosas, a maior parte dos bens da congregação foi requisitada ou vendida em hasta pública.

PEDRO PENTEADO

BIBLIOGRAFIA: ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Porto: Civilização, 1968, vol. 2, p. 198-199. CAEIRO, Baltazar Matos – *Os conventos de Lisboa*. Lisboa: Distri, 1989. CASTRO, J. Baptista de – *Mapa de Portugal*... Lisboa, 1763, t. 2, p. 86-88. PEREIRA, Fernando J. – Bens: Camilos. In *DICIONÁRIO de história da Igreja em Portugal*. Dir. A. A. Banha de Andrade. Lisboa: Resistência, 1980, vol. 2, p. 617. No IANTT devem ser consultados os fundos documentais de São Camilo de Lélis de Lisboa e de Nossa Senhora das Necessidades da Tomina, para além da documentação relativa às casas da congregação existentes no ex-AHMF. Conventos masculinos.

TOMISMO. O sistema filosófico-teológico elaborado por Tomás de Aquino, assim como as suas interpretações, umas pretendendo ser-lhe fiéis e exprimir o pensamento tomasiano, outras nele se inspirando mas reclamando-se principalmente do espírito da doutrina do tomismo de modo especial no período da escolástica* restaurada e da chamada neo-escolástica, encontraram desde cedo acolhimento em Portugal. *1.:* Da biblioteca de Alcobaça subsistem vários códices, alguns dos fins do século XIII, com as obras mais importantes de São Tomás. O bispo D. Vasco Martins legou em 1331 à Sé do Porto um códice com o comentário de Tomás às *Sentenças* de Pedro Lombardo, as quais constituíam ainda então compêndio do ensino teológico. Em uma cantiga de maldizer de Pêro Mendez da Fonseca recolhida nos cancioneiros da Vaticana e da Biblioteca Nacional de Lisboa alude-se à *Summa Theologiae* sob o nome de «Partes» por serem quatro aquelas em que estava dividida. Da mesma forma se lhe refere o rei D. Pedro, em alvará de 22 de Outubro de 1357, como texto do ensino da teologia fora da universidade, onde então se não ministrava. No *Horto do Esposo* verificámos que dois «exemplos» da vida de São Tomás são extraídos da biografia escrita por Guilherme de Tocco e não da *Legenda Aurea*, como sugeriu B. Maler; o *Bosque deleitoso* intercala no texto petrarquista *De vita solitaria*, que o autor utiliza, dois capítulos onde é posta na boca de D. Tomás de Aquino uma fala que identificámos provir da *Summa Theologiae*. O *Leal conselheiro* de D. Duarte acerca das virtudes remete localizadamente para a *Summa*, de onde também é extraída a definição da ira «segundo sam Thomaz»; o capítulo «Do perigoo da converssaçom das molheres spirituaaes, tirado de huũ trautado de sam Thomas di Equyno» encontrámo-lo no apócrifo *De modo confitendi et de puritate conscientiae*, actualmente atribuído a Mateus de Cracóvia (1335-1410); dele averiguámos derivarem também passagens do capítulo «Sobre a rrepartiçom dos pecados, do livro da Soma das verdades da theollogia» intercaladas

com outras que descobrimos no comentário às *Sentenças*; o passo em que «diz sam Thomas de Equino que per estes sinaaes he conhecido o príncipe que o ama» (Ed. Piel, p. 307) descobrimo-lo em outro apócrifo, o *Liber eruditionis principum*, cuja autoria pertence a Guilherme Peraldo († c. 1271). No *Livro da virtuosa bemfeitoria* a influência de «Sam Thomas antre os douctores theologos mais claro enssynador» vai além das abonações que localizadamente remetem uma dúzia de vezes para a *Summa*, uma vez para o comentário às *Sentenças* e outra para a questão *De potentia*, aconselhando a que «os que desto mais quiserem saber, busquem o livro da ensynança dos principes que compos meestre frey thomas de aquyno». Esta erudição pertence sem dúvida a Frei João Verba, dominicano confessor do infante D. Pedro, o qual testemunha ter sido aquele quem «compôs e fez a maior parte» da obra. Da erudição do mesmo se serviu Zurara para todas as suas citações do Aquinate. Álvaro Pais conjuga a inspiração augustiniana da sua filosofia política com doutrinas do Angélico, descobrindo-se tanto no *De Statu et Planctu Ecclesiae* como no *Speculum Regum* transcrições ligeiramente modificadas de grande parte do livro primeiro do *De Regimine Principum*. Nos fins de Quatrocentos, respondendo a D. João II sobre o ensino da ética aristotélica ao filho D. Jorge, Cataldo Sículo diz: «scribis ut exponendo illo divum Thomam omnino sequamur quod nos et studiose fecimus semper a primis lectionibus et accurate». Um catálogo dos livros da universidade, elaborado talvez em 1536 em ordem à transferência para Coimbra, regista seis volumes com textos do Aquinate. *2.*: Se já em Coimbra se imprimiam em 1545, atribuídos ao Angélico, os apócrifos *De fallaciis* e *De desmonstratione*, ao ser entregue aos Jesuítas em 1555 o ensino no Colégio das Artes aí a filosofia aristotélica recebeu a luz da interpretação do Aquinate que para Pedro da Fonseca era «praeclarum totius scholae lumen». Nos *Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu*, cujos volumes foram aparecendo desde 1592 a 1606, ao expor-se a aristotélica *Moral a Nicómaco* segue-se largamente o tratamento das questões da *Summa Theologiae*, cujo autor se considerava ser «scholasticae theologiae princeps». A *Summa Theologiae* foi introduzida como texto escolar na Universidade de Coimbra provavelmente por Frei Martinho de Ledesma, em 1541. Nos estatutos de 1559 prescreve-se a existência de uma cátedra para a leitura das «Partes» da *Summa*. Nos de 1591 e nos de 1653 institucionaliza-se mais «hũa cathedrilha de Santo Thomas que se lerá depois da de véspera», criada em 1542, e impõe-se que o reitor proceda contra «os estudantes theologos que não tiverem a Bíblia, Mestre das sentẽças e as partes de Sãto Thomas [...] & ainda q̃ depois de serem achados sem os ditos liuros os ajão, ou alleguem q̃ os tinhão fora de casa, & peção ao Reitor que os admita à Universidade, não serão admitidos». Em actas dos conselhos universitários assinalam-se as questões da *Summa* a constituir matéria de ensino de cada ano, a partir de 1547-1548. Os estatutos de D. Manuel (1503) testemunham ser prática tradicional da universidade, então em Lisboa, festejar o dia de São Tomás, o que se mantém em Coimbra, conforme os estatutos de 1559, de 1591 e de 1653. O dominicano Frei António de Sena († 1.2.1585) trabalhou na anotação, identificação e localização de referências em obras de Tomás de Aquino cujo resultado foi aproveitado nas edições de Plantin da *Summa Theologiae* (Antuérpia, 1569 e 1575), das *Quaestiones disputatae* (Antuérpia, In Aedibus Viduae & Haeredum Ioannis Stelsij, 1559 e Apud Bellerum, 1571) e na *Catena Aurea in Quatuor Evangelia* na edição de Plantin (Antuérpia, 1573) e na parisiense de 1577 (Apud Michaëlem Sonnium). Para cada uma destas edições Frei António de Sena redigiu uma carta dedicatória e uma carta ao leitor onde proporciona valiosos elementos sobre o seu labor, utilizado também imediatamente na edição dos *Opera Omnia* de São Tomás impressa em Roma por iniciativa do papa Pio V em 1570-1571. Frei João de São Tomás é um dos mais eminentes expositores do pensamento do Aquinate, muito apreciado por Jacques Maritain. Na filosofia, teologia e exegese bíblica, tanto na universidade como nos colégios dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Santa Cruz, dos Jerónimos, dos Dominicanos e outros, o ensino e explanação das doutrinas tomistas mereceram a referência feita na encíclica *Aeterni Patris* de Leão XIII, nomeando Coimbra entre as «celeberrimas illas, quae olim in Europa floruerunt Academias et Scholas». Os mestres conimbricenses, assim como os da Universidade de Évora, deixaram comentários notáveis à obra do Aquinate assim como tratados na sua doutrina inspirados, em parte ainda inéditos e inventariados por F. Stegmüller. Registem-se os nomes de António de São Domingos, Francisco Suarez, Francisco de Cristo, Egídio da Apresentação, Pedro Mártir, Jorge Serrão, Cristóvão Gil, Luís de Molina, Pedro Luís, etc. Comentários inéditos sobre a *Summa*, da autoria de Fernando Peres, Estêvão do Couto, Henrique Henriques, foram utilizados por Ruy de Albuquerque (*As represálias*, Lisboa, 1972) e os de Francisco Rodrigues, Inácio Martins, Manuel Soares, Gaspar Gonçalves, Luís de Cerqueira, por Martim de Albuquerque (*O poder político no Renascimento português*, Lisboa, 1968), segundo o qual São Tomás foi «o grande mestre do pensamento político português até ao século XVIII» (p. 192). Entre os dominicanos que ensinaram os seus confrades, como Domingos de São Tomás, sobressai Bartolomeu dos Mártires, cujas *Annotationes* à *Summa* explicadas àqueles e ao prior do Crato, D. António, foram editadas entre os seus *Theologica Scripta* (6 vol., Lisboa, 1973-1977) pelos cuidados de Frei Raul Rolo. Em opúsculos foram dados ao prelo sermões pregados sobre São Tomás por Inácio Galvão, Melchior da Piedade, Francisco de Melo, Bernardino de Santa Rosa; outros encontram-se incluídos nos sermonários de António Feo e Diogo Paiva de Andrade. Inácio Galvão publicou dois dos oito volumes em que projectara os *Discursus varii concionatoribus, et Sacrarum Scripturarum interpretibus utilissimi Collecti ex commendatione sapientiae D. Thomae...*, tomando para tema do primeiro (Évora, 1625) a vida do Angélico e do segundo (Lisboa, 1635) os textos escriturísticos da liturgia da sua festa. De Vieira baste citar o sermão

do Santissimo Sacramento, pregado em Lisboa na Igreja da Encarnação, onde mais que uma vez invoca a autoridade do Aquinate, e o proferido também em Lisboa no Colégio de Santo Antão em 1669, na festa do fundador, o qual «o farol que quis seguissem na teologia as bandeiras da sua Companhia foi a doutrina de S. Tomás». Domingos de São Tomás escreveu a *Predica Sacramental e Hymno Eucharistico, fundado em huma sequencia do Doutor Angélico Santo Thomaz* (Lisboa, 1675 e 1676, 2 vol.), 24 sermões de comentário ao *Lauda Sion*. Na controvérsia do sigilismo*, tendo sido por alguns invocada a autoridade de São Tomás, em sua defesa escreveu José Caetano *Escola Thomistica defendida das calumniosas injurias com que os Antisigillistas a pretendiaõ affirmar patrocinadora de seus erros; e alguns Authores sem maduro exame entenderaõ menos bem a doutrina do Mestre Angélico Santo Thomas de Aquino* (Lisboa, 1749). *3.:* Antes da *Aeterni Patris* publicou o padre Rondina em Macau os dois volumes do seu *Compendio de philosophia theorica e pratica para uso da mocidade portugueza na China* (1869 e 1870), que averiguámos em muitos capítulos traduzir Liberatore, e que poucos meses depois era utilizado em Portugal. A encíclica de Leão XIII apareceu logo em vernáculo na revista de Guimarães *O Progresso Catholico* (ano I, n.º 21, 31.8.1879) e aí comentada pelo conde de Samodães, Francisco Teixeira de Aguilar (ano I, n.º 24, 15.10.1879 e ano II, n.º 1, 30.10.1879). Em resposta às orientações pontifícias foi no mesmo ano criada no Seminário de Coimbra a cadeira de Filosofia Tomista, entregue ao professor da Faculdade de Teologia da universidade Luís M. da Silva Ramos. Este dirigiu *A Sciencia Catholica, Revista mensal de propaganda Escholastico-thomista*, e traduziu as conferências de Monsabré, *Exposição do dogma catholico* (Coimbra, 1887 ss.) para «restaurar em Portugal a aurea doutrina do Angélico doutor»; e fundou-se a Academia Conimbricense de Santo Thomaz d'Aquino, destinada a promover sessões públicas de estudo: na de 29.5.1887 foi lida uma poesia sobre o Aquinate, escrita para esse fim por Eugénio de Castro, então com 18 anos, e publicada em *Instituições Christãs* (ano V, 1.ª série, n.º 12, 1887), que foi órgão daquela academia (11 vol., 1883-1893). Para leccionar a Filosofia Tomista no Seminário de Coimbra veio de Itália em 1886 Giacomo Sinibaldi, que em português escreveu os *Elementos de philosophia* em dois volumes (1.º vol., 1.ª ed., Coimbra, 1891 e 5.ª ed., Roma, 1927; 2.º vol., 1.ª ed., Coimbra, 1892 e 4.ª ed., Roma, 1916). No Seminário de Braga criou-se em 1896 para os alunos do primeiro ano teológico a cadeira de Filosofia Tomista, confiada a Martins Capela, o qual publicou algumas conferências e redigiu a revista *Escholio* (seis números, Braga, 1888). A este período de renovação dos estudos tomistas estão ligados ainda os nomes de Augusto E. Nunes, Bernardo A. Madureira, Ferreira Deusdado, Manuel Fernandes Santana e outros. Traduziu-se de Balmes a *Philosophia fundamental* (4 vol., Porto, 1876) e o *Curso de philosophia elementar* (2 vol., Porto, 1878) e de Mercier o *Curso de filosofia* (6 vol., Viseu, 1904). Contacto com a obra do Aquinate revelam no século XX os romancistas Manuel Ribeiro (em *A colina sagrada*) e Francisco Costa (em *Promontório agreste*) e os pensadores Leonardo Coimbra, Alfredo Pimenta, Cabral de Moncada; posições tomistas eram expostas e discutidas nos cursos de Miranda Barbosa na Faculdade de Letras de Coimbra. A Faculdade de Filosofia de Braga, criada e dirigida pelos padres jesuítas (desde 1968 constituindo o primeiro núcleo da Universidade Católica Portuguesa), com a *Revista Portuguesa de Filosofia* (1945 ss.) e outras suas publicações e actividades, a que deve juntar-se muita colaboração deles na sua revista *Brotéria* (1925 ss.), tornou-se o maior foco do tomismo em Portugal. Desempenhou também influência apreciável o Centro de Estudos Escolásticos, organizado por alunos da Faculdade de Letras de Lisboa sob a orientação de António A. Banha de Andrade, criando a revista *Filosofia* (32 números, 1954-1961). Existem em tradução portuguesa por Alexandre Correia a *Summa Theologiae* (São Paulo, 1944 ss.; edição bilingue com reedição, Rio Grande do Sul, 1980 ss.), *De Magistro* pelo mesmo, com o título *Filosofia da educação de S. Tomás de Aquino* (São Paulo, 1935), *De Ente et Essentia, Quaestiones Disputatae De Veritate* (Questão Primeira) e *Summa contra Gentiles, Compendium Theologiae* (capítulos I a XXXVI e LXXVI a C) em versão de Luís João Baraúna, e *Selecção de textos da «Suma teológica»* (1.ª Parte, Questões XIII, XVI, XVII, XXXI) da tradução citada de Alexandre Correia, na colecção Os Pensadores, vol. 3 (São Paulo, Abril Cultural, 1973); versão de *De Ente et Essentia*, por António Soares Pinheiro em *Opúsculos selectos de filosofia medieval* (Braga, 1982, ³1991) e outra por Mário Santiago de Carvalho (Porto, 1995), *De Aeternitate Mundi* por J. M. Costa Macedo (Porto, 1996) e *De Unitate Intellectus* por Mário Santiago de Carvalho (Lisboa, 1999). Sobre a vida e a doutrina de Tomás de Aquino refira-se João Ameal, *São Tomás de Aquino: Iniciação ao estudo da sua figura e da sua obra* (Porto, 1938; ⁵1960), Correia de Barros, *Lições de filosofia tomista* (Porto, 1945; ²1969) e as versões de Sertillanges, *As grandes teses da filosofia tomista* (Braga, 1951), P. Dezza, *Filosofia: Síntese tomista* (Porto, 1965), Grenet, *O tomismo* (Lisboa, 1970), o volume com o mesmo título de F. Van Steenberghen (Lisboa, 1990) e a biografia escrita por Chesterton *S. Tomás de Aquino* (Braga, 1945; ³1957) (*v.* ESCOLÁSTICA; CONIMBRICENSES; NEOTOMISMO).

JOSÉ MARIA DA CRUZ PONTES

BIBLIOGRAFIA: ANDRADE, A. A. Banha de – A sorte de S. Tomás de Aquino na filosofia portuguesa. *Filosofia*. 9 (1956) 39-64. IDEM – S. Tomás de Aquino no período áureo da filosofia portuguesa. *Filosofia*. 20 (1959) 220-239. Incluído em IDEM – *Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa*. Lisboa, 1982, p. 39-60. CARDOSO, A. Brito – A filosofia neo-escolástica no Seminário de Coimbra. *Estudos*. 45: 5 (1967) 410-420. DEUSDADO, M. A. Ferreira – *A filosofia tomista em Portugal*. Traduzido, anotado e actualizado por Pinharanda Gomes. Porto, 1978. GARCIA, Prudêncio Quintino – *A teologia tomista em Portugal*. Prefácio, notas e aditamentos de Pinharanda Gomes. Porto, 1979. PONTES, J. M. da Cruz – Antônio de Sena: Um português na história do tomismo. In CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES E SUA COLEGIADA – *Actas*. Guimarães, 1981, vol. 4, p. 83-108. Separata. IDEM – I primi riflessi dell'enciclica Aeterni Patris nella rinascita del tomismo in Portogallo. In CONGRESSO TOMISTICO INTERNAZIONALE, 3, Città del Vaticano, 1981 – *Atti*. P. 370-108. Separata. IDEM – Martins Capela: O escritor, arqueólogo e professor de Filosofia: Com uma carta inédita do Prof. Joaquim de Carvalho. In *MARTINS CAPELA: Escritos dispersos*. Terras de Bouro, 1992, p. XXIX-LXXII. IDEM – Martins Capela: O escri-

tor e o professor de filosofia tomista através das notas inéditas do seu diário. *Bracara Augusta*. 31 (1977) 93-137. Separata. IDEM – Martins Capela e o renascimento tomista em Portugal. *Revista Portuguesa de Filosofia*. Braga. 32: 1 (1976) 63-90. IDEM – Primórdios do renascimento tomista em Portugal. *Brotéria*. 111: 5 (1980) 523-534. RODRIGUES, M. Augusto – O ensino de S. Tomás na Universidade de Coimbra. *Didaskalia*. 4: 2 (1974) 297-320.

TONQUIM (1.ª metade do século XVII). Esta missão foi a segunda a ser criada no reino do Dai-Viet (*v.* COCHINCHINA) e só recebeu jesuítas a partir de 1626. O reino de Dai-Viet (hoje Vietname), governado pela família Lê, cindira-se praticamente em dois; os portugueses do século XVII restringiram o uso do nome de Cochinchina, antes dado ao conjunto do reino, ao principado do Sul, dominado pelos Nguyen, designando por Tonquim o do Norte, dominado pelos Trinh. O visitador e vice-provincial Jerónimo Rodrigues Senior enviou ao Tonquim (Tun Kim) o padre Juliano Baldinotti acompanhado de Júlio Peani para ver se o «rei» receberia bem os missionários. Destruídas as suspeitas iniciais sobre a possibilidade de serem espiões ao serviço da Cochinchina, foram bem recebidos pelo príncipe governador, da família Trinh, que substituía o soberano da dinastia Lê em todas as funções, excepto nas rituais. Na viagem de 1627, seguiram os padres Pero Marques, que sabia japonês, para se dedicar à comunidade japonesa, como superior, e Alexandre de Rhodes saído da Cochinchina. A guerra continuava entre o Norte e as três províncias do Sul. Autorizados a ficar, iniciaram a pregação. Os livros de Matteo Ricci tinham passado a fronteira, os padres suscitavam curiosidade, as conversões iam-se fazendo mas, por erros cometidos e talvez também pela ausência do barco de Macau, baniram-nos. Gaspar do Amaral e Paulo Saitô foram, em 1629, num *chô* em seu socorro e regressaram todos a Macau. Voltou, em 1631, Gaspar do Amaral com António de Fontes e António Francisco Cardim, com um rico presente em que estava incluído um relógio. Os dois primeiros foram autorizados a permanecer, tendo Fontes tido o cuidado de não evidenciar conhecimentos da língua, aprendida na Cochinchina. Habilmente procedeu-se à restruturação da missão evitando erros cometidos em outras missões. Os padres passaram a vestir-se como os intelectuais do país e as casas erguidas de acordo com a arquitectura tradicional, em madeira e tecto de palha (só depois do grande incêndio de 1639 foram autorizadas casas de adobe); o sucesso desta missão até 1650 deveu-se ao bom relacionamento pessoal e à capacidade diplomática dos superiores da missão evitando ostentar diferenças culturais e tentando seduzir pela modernidade tecnológica dos presentes oferecidos à família Trinh. O sustento da comunidade dependente da província do Japão foi gerido com rigor. Os padres nas várias províncias viveram separados dos seus jovens educandos. Constituiram-se três seminários para os catequistas onde estudavam até atingirem o grau de mestres; faziam votos de não casarem, de viverem em pobreza, em comunidade, sem possuírem coisa própria. Mantendo seus costumes e em grande simplicidade, sustentados de esmolas dos cristãos, não precisavam pagar aos mestres (contrariando nisso o costume do país). As proibições impostas aos missionários de obtenção de lucros conduziram a silêncio sobre a gestão de fundos, e só raramente se encontram alusões a negócio, normalmente por palavras veladas. Ia o superior da missão sempre cumprimentar o príncipe nos dias em que ele recebia, ou quando o rei saía da cidade, e apesar das leis contrárias e das limitações às visitas dos padres o cristianismo progredia. As orações passaram a ser ditas em língua autóctone, para evitar atropelos ao latim que Rhodes por iniciativa pessoal lhes tentara ensinar, e liam-nas em escrita sínica por mais nobre. Novos livros hagiográficos se escreveram: Gaspar do Amaral compôs a vida dos apóstolos, Jerónimo Mayorica a vida de Cristo e dos patriarcas e de vários santos e religiosos, e imprimiam-se localmente; também era importante a feitura do calendário religioso com as festas. O catecismo de Ricci foi amplamente divulgado e reimpresso. Alguns padres dedicaram-se à complexa tarefa de elaborar dicionários: António Barbosa compôs um de português-anamita, e Gaspar do Amaral dedicou-se ao de anamita-português e usando a língua tal como era falada no Tonquim. Do sucesso deste último trabalho se aproveitou Alexandre de Rhodes, apesar de só ter acrescentado, segundo ele próprio afirma, o latim, demasiado evidente cada vez que o texto latino não coincidia com os outros dois pelos acrescentos sobre a Cochinchina, mas nada indica que isso não tivesse sido já iniciado por Gaspar de Amaral, o mais competente em língua anamítica e professor de Latim, entretanto falecido. Coube a Rhodes a feitura de um apêndice com uma errata e um «index» para as palavras em latim. Por esta missão passaram inúmeras personalidades, algumas vindas da Cochinchina, como Rhodes, Fontes, Mayorica, outras não, mas dedicando-lhe a vida como Gaspar do Amaral, Feliz Morelli (que se tornou filho adoptivo do príncipe), Vaz Cardoso, Francisco Monte Fusculi (mortos em naufrágios), João Bonelli, Bernardino Régio (o relojoeiro que fazia os consertos), António Barbosa, que morreu de doença lá contraída. E outros: Filipo Marini, Onófrio Borges... Desde 1649 surgem notícias de guerra em várias frentes e os assaltos tornam-se constantes sendo os padres incomodados, mas a missão manteve-se, a partir de 1673 já sob o controlo da Propaganda Fide.

ISABEL A. TAVARES MOURÃO

BIBLIOGRAFIA: [*v.* COCHINCHINA.] BALDINOTTI, Juliano – La relation sur le Tonkin du P. Baldinotti. *Bulletin de l'EFEO*. Hanói. 3: 1 (1903) 71-73. *DICTIONNARIUM annamiticum, lusitanum et latinum*. Roma: Propaganda Fide, 1651. Reedição fac-similada, Cidade de Ho Chi Minh, 1991. *HISTOIRE du Royaume du Tunquin, et des grands progrez que la prédication de l'Évangile y a faits en la conversion des infidelles: Depuis l'année 1627. jusques à l'année 1646*. Lion: Jean-Baptiste Devenet, 1651. Reedição fac-similada, Cidade de Ho Chi Minh, 1994. RHODES, Alexandre de, ed. – *Catechismus pro ijs, qui volunt suscipere Baptismum, in octo dies divisus: Phèp giang tám ngày...* Roma: Propaganda Fide, 1651. Reedição fac-similada, Cidade de Ho-Chi-Minh, 1993.

TRADICIONALISMO. Termo derivado de tradição e associado, *grosso modo*, quer à tendência natural para a reprodução de caracteres atávicos, de atitudes ancestrais, de crenças e de valores, quer ao processo de transmissão, mais ou menos consciente, dentro de cada comunidade individualizada pela sua identidade étnica e cultural e pela sua organização política, social, técnica e económica. Representa, pois, um fe-

nómeno comum a todas as civilizações e é passível de ser distinguido do simples conservadorismo, porque a transmissão tradicional (processo antropológico), além de pressupor o contacto oral, directo e intergeracional, implica a selecção qualitativa do que é transmitido e a síntese dinâmica de tradição e de renovação. *1. Âmbito geral:* Se nos cingirmos à civilização ocidental de matriz greco-romana e judaico-cristã, podemos isolar um tradicionalismo radicado, enquanto tendência e não ainda doutrina ou sistema, no respeito natural e intrínseco pela ordem teocrático-política, socioeconómica e cultural, construída e consolidada durante a Idade Média europeia, ou seja, no respeito por uma tradição mantida e perpetuada pelas instâncias do poder empenhadas na reprodução do *status quo*, não obstante as adaptações e os desvios provocados por novos eventos históricos de diversa índole (os Descobrimentos, a «revolução copernicíana», as disputas religiosas que cindiram a Igreja Católica e opuseram a Contra-Reforma papista e romana à Reforma luterana, etc.). Assim se chegou ao século XVIII e emergiram, então, as condições conjunturais que não só ajudaram a engrossar o caudal de mais descobertas técnicas e científicas, de ousadas teorias filosófico-políticas, de novas situações político-institucionais e de inusitadas práticas humanas e socioculturais, mas sobretudo fizeram de tudo isso uma ameaça efectiva à regular transmissão da «herança especial» aceite e fixada como fonte legitimadora do presente e do futuro. A ideia de progresso, o primado da razão e a afirmação dos Direitos do Homem confluíram num movimento utópico de ruptura, de algum modo absorvido, realizado e impulsionado pela Revolução Francesa (1789), que impeliu à reacção oposta. A reprodução empírica e consuetudinária da tradição converteu-se em sistema argumentativo concebido para a sua defesa. Converteu-se em tradicionalismo. Neste sentido, estruturou-se como «corpo» de doutrina (s) e como práxis antimoderna em diferentes variantes, difíceis, contudo, de delimitar com rigor por se intersectarem profundamente: a teológico-filosófica, a filosófico-histórica, a filosófico-política e a político-ideológica. Na primeira sobressai o princípio anti-racionalista, afirmado durante o século XIX, de que o conhecimento humano depende da revelação primitiva, transmitida pela tradição, sendo esta considerada por certos autores, como L. de Bonald ou F. de Lamennais, a fonte e o princípio das ideias e da certeza, enquanto para a escola de Lovaina (A. Tits e G. C. Ubaghs) ela era somente a explicação da origem das ideias. Todos aceitam, porém, a incapacidade da razão humana de chegar ao conhecimento certo da verdade, acessível apenas pela fé. Na segunda há a registar, sobretudo, a descoberta recente da tradição pela hermenêutica (cita-se, por exemplo, Hans-Georg Gadamer) e por ela valorizada como elemento constitutivo da historicidade do homem e da compreensão. Só dentro da tradição e enterrando nela as suas raízes, o homem consegue pensar a história, porque é da essência daquela projectar o passado no presente e abrir-se ao futuro, entrando, assim, em tensão dialéctica com a renovação e a revolução. Na terceira variante realçam-se os contornos de um pensamento algo heterogéneo, sujeito a inflexões de cariz reformista e ferido de contradições, mas cerzido segundo uma lógica de refutação global e pragmática do enciclopedismo, do iluminismo e do maçonismo. Nas suas linhas essenciais, o tradicionalismo doutrinário e contra-revolucionário caracteriza-se: *a)* quanto à respectiva concepção antropológica começou por revelar uma visão teológica da vida, marcada pela sujeição do homem aos desígnios da Providência, pelo pessimismo face à natureza humana, deduzido do pecado original, e pela denegação da autonomia humana, não se reconhecendo ao homem a faculdade de sustentar em si mesmo os direitos fundamentais – a igualdade e a liberdade eram dons exclusivos de Deus; *b)* quanto à ordem social, contrapunha ao célebre «pacto social» de Rousseau a criação divina da sociedade, da autoridade e do próprio ordenamento jurídico fundamental; *c)* quanto à organização da sociedade mantinha, de algum modo, a fórmula agostiniana de que a multiplicidade deriva do uno e para o uno tende sempre, ou seja, de que há uma unidade ontológica subjacente à dicotomia espírito-matéria, ordem temporal-ordem espiritual, dicotomia aparente, porquanto resolvida pela subordinação do temporal à superioridade ôntica do espiritual, reservando a Igreja, representante da ordem espiritual no mundo, uma visibilidade e uma jurisdicidade próprias, e, consequentemente, uma clara independência do Estado monárquico, embora este através do seu chefe (o rei) se identificasse e subordinasse à sacralidade divina, autêntica fonte de legitimação política, e nesta medida o poder temporal procedia de Deus e não do povo e a soberania política, delegada por Deus no rei, não admitia partilha ou, pelo menos, não podia degenerar na subalternização do monarca ou na pulverização anárquica da sua «responsabilidade absoluta», sendo, portanto, a estrutura sociopolítica piramidal, isto é, o monarca, hereditário e escolhido por Deus, e articulável com as ordens ou corpos sociais (a nobreza, o clero e o povo), estratificados até à base e bem demarcados funcionalmente; *d)* quanto à ordem económica desenhava-se uma fundamentação teórica de práticas ancestrais incontornáveis: a posse da propriedade era cedida a partir do vértice «sagrado» do poder temporal e devia ser transmitida de geração a geração ou emprazada, isto é, vinculada ao domínio directo (os legítimos senhores da terra) e passível de ser trabalhada/fruída, por renovação de vidas, pelos detentores do domínio útil, gerando-se em torno desta matriz, essencialmente agrária, uma rede complexa de direitos senhoriais, de rendas, de dízimos, de forais e de benefícios vários, indissociada da estratificação social; e a eventual aceitação do comercialismo e da industrialização dependeria da viabilidade de integração destas formas, potencialmente perversas e tendencialmente perturbadoras da «ordem natural», na «moldura» tradicional; e *e)* quanto à ordem político-institucional consubstanciava-se na recusa de um centralismo abstracto contrário à sobrevivência num só Estado de uma pluralidade de comunidades (da aldeia à região) com certa capacidade de auto-regulação, na defesa de uma lei fundamental do regime, fixada não por contrato, nem por divisão racional de poderes (a constituição liberal), mas no acto remoto e irre-

vogável da fundação, e na impossibilidade, face à lógica organicista adoptada, da transformação das Cortes – espaço de diálogo hierarquizado e de busca do necessário equilíbrio entre interesses corporativos opostos – numa instância de representação nacional detentora da faculdade legislativa. Na génese e maturação do tradicionalismo filosófico-político, doutrinário e contra-revolucionário, assim sumariamente caracterizado, intervieram autores de países, de gerações, de condição social, de formação cultural e ideológica e de sensibilidade diferentes: o inglês e liberal reformista Edmund Burke é considerado o «pai» da doutrinação contra-revolucionária a partir das suas *Reflexions on the Revolution in France* (1790); e numa linha de denúncia mais vigorosa e impressiva do processo revolucionário, do seu anticlericalismo e do alegado «*complot* maçónico» ameaçador da sagrada aliança entre o Trono e o Altar temos as obras do Abade de Barruel, *Histoire du clergé pendant la Révolution Française* (1792) e *Mémoires pour sérvir à l'histoire du Jacobinisme* (1797-1798). Dentro de parâmetros mais específicos e teoréticos podem alinhar-se outros contributos: o do visconde de Chateaubriand, autor de *Le Génie du Christianisme* (1802); o de Antoine de Rivaroli, colaborador do jornal *Le Mercure* e publicista prolixo; o do conde de Ferrand, defensor acérrimo do retorno à constituição tradicional da França desvirtuada pelo absolutismo e, sobretudo, pelo despotismo iluminado; o de Jacques Mallet du Pan, calvinista suíço e redactor político do *Le Mercure*, entre 1789 e 1792, tendo-se aí oposto, por razões pragmáticas, à Declaração dos Direitos do Homem votada em Agosto de 1789, mas o seu principal contributo ficaria lavrado na obra *Considerations sur la nature de la Révolution de France*, publicada em Bruxelas, em 1793; o de Joseph de Maistre, natural de Sabóia, e de Louis de Bonald, nascido no Languedoc francês, ambos considerados teocratas, porque, apesar de exibirem, entre si, profundas diferenças, defenderam a instauração de uma sociedade estruturalmente religiosa dirigida por Deus; ou ainda o do contra-revolucionário alemão Herder, teorizador do *Volksgeist*, o espírito nacional que anima a substancialização da nação. Após 1815 e na sequência do apogeu e queda do primeiro bonapartismo em França e na Europa houve uma ilusória tentativa de retorno à velha ordem, patente na reacção conservadora saída do Congresso de Viena e até nas proposições de Savigny e da sua «escola do direito histórico» definidora da tradição e do carácter sagrado do passado e contrária ao desvio da evolução natural por qualquer alteração brusca ou de qualquer reforma. Não obstante essas desesperadas tentativas de resistência à dinâmica imparável da modernidade, o reformismo liberal foi-se impondo e aproximando da religião católica romana e das dinastias reinantes no sentido de um compromisso expresso na monarquia censitária instaurada pela restauração dos Bourbons a partir de 1815 e reformada, em moldes mais parlamentaristas, após a revolução parisiense de Julho de 1830. Era a busca de um *juste milieu* que estava ainda longe da almejada consolidação e em 1848, de novo em Paris, eclodiu nova revolução que marcou a derrocada do liberalismo, a emergência da democracia, do socialismo e do nacionalismo, com fortes repercussões na Europa Central e daí que tenha sido considerada pelo historiador americano Hans Kohn, na sua obra *The Twentieth Century* (1949), um crucial ponto de viragem – *turning point* – na história europeia contemporânea. Nessa adversa e turbulenta conjuntura o tradicionalismo filosófico-político entrou em refluxo, acompanhando, de seguida, a marcha acidentada das direitas legitimista e autoritária (bonapartista) até finais do século XIX, altura em que se avivou a chama nacionalista, desenvolvendo-se, então, um processo em que foi possível detectar não só um fio condutor ideológico – o nacionalismo –, mas também alguns aspectos acessórios e exógenos – a força do chefe, o culto do Estado, o espírito da guerra, etc. – que o impeliram rumo aos novos Estados fascista e hitleriano. No seio de um tal processo e nos alvores do século XX despontou a *Action Française* de Charles Maurras, síntese das tradições e combinação original do nacionalismo, do positivismo e do *néo-royalisme*, cujo impacte nas novas gerações e na intelectualidade francesa foi considerável, ultrapassando fronteiras e espalhando sementes na Europa de Leste, na Península Ibérica e na América do Sul, nomeadamente no Brasil, onde a obra do integralista Jackson de Figueiredo foi prosseguida por Plínio Corrêa de Oliveira, fundador do movimento integrista internacional TFP – Tradição, Família e Propriedade. Em estreita conexão com este trajecto do tradicionalismo filosófico-político foi-se desenvolvendo, em paralelo, desde 1789, mas mais permeável à especificidade histórica e conjuntural dos diversos países, a variante político-ideológica, caracterizando-se, sobretudo, pela resposta imediata e até «moderna», através do recurso à imprensa, à sátira impressa e à mobilização popular, na arena do combate político e da propaganda das ideias, dos valores e das crenças galvanizadoras da vontade e da sensibilidade dos cidadãos contra a «utopia» revolucionária. Uma resposta mais pragmática que teorética na medida em que se alimentou necessariamente das condições históricas, políticas e culturais próprias do respectivo espaço nacional específico, aproximando, assim, a doutrinação teórica geral da dimensão casuística particular com as suas naturais exigências propagandísticas. *2. Em Portugal:* O caso português demonstra bem este postulado. Cedo se conheceram e traduziram, na Península Ibérica, as obras capitais de Burke, Barruel ou Chateaubriand, fundadores da doutrinação filosófico-política contra-revolucionária nos seus aspectos essenciais acima sumariados, e inspiradoras dos pensadores tradicionalistas portugueses desde finais de Setecentos até, pelo menos, meados do século XIX: o marquês de Penalva, Francisco Teles da Silva Caminha e Menezes, autor da *Dissertação a favor da monarchia* [...] (1799), foi o pioneiro e José Gama e Castro, autor de *O novo principe ou o espirito dos governos monarchicos* (2.ª ed. 1841, Rio de Janeiro), mereceu o epíteto de grande «*mestre da Contra-Revolução*». Contudo, a série de acontecimentos ocorridos nos alvores do Portugal oitocentista é que matrizou o tradicionalismo político-ideológico português, configurado como miguelismo desde a Vila-Francada – golpe militar de

28 de Maio de 1923, liderado pelo infante D. Miguel de Bragança e Bourbon (1802-1866), 3.º filho de D. João VI (1767-1826) e da princesa espanhola D. Carlota Joaquina (1755-1830), junto de quem foi educado, sofrendo influência e manifestando tendências que o viriam a pôr ao lado dos partidários da monarquia absoluta, tradicional e antiliberal. Réplica nacional da contra-revolução europeia, em que avultam o *royalisme* francês, o carlismo espanhol e o ultramontanismo italiano, pode dizer-se que o miguelismo foi uma emanação profunda do pensar e do sentir do «Portugal velho» perante os efeitos imediatos da onda revolucionária vinda da França dos enciclopedistas e dos «pedreiros-livres», e sentida mais de perto após a fuga da corte para o Brasil e a entrada, na Península, das tropas de Napoleão. Durante as três invasões francesas (1807-1811) a sociedade portuguesa não sofreu apenas os horrores da guerra, mas também as consequências, mais subtis, mas não menos decisivas, do violento e inevitável confronto entre uma maioria sociológica permeável (clero regular e secular, nobreza de província, alguma burguesia e generalidade do campesinato) à propaganda nacionalista, antifrancesa e antiliberal de feição contra-revolucionária, e uma minoria ilustrada, predominantemente burguesa e adepta do liberalismo, que chegou a colaborar com o exército invasor. O «ódio ao francês», os motins populares e o julgamento e morte de vários supostos «afrancesados» não devem ser reduzidos à expressão de um mero desvairo patriótico das populações instigadas e «manobradas» pelas elites locais tradicionalistas; antes constituem sintomas claros do nascimento da contra-revolução portuguesa enquanto movimento político-ideológico dotado de um dispositivo ideopropagandístico consistente. Aliás, em vez de um pensamento muito elaborado, a contra-revolução miguelista cuidou até 1834 – ano da definitiva vitória militar dos liberais de D. Pedro (1798-1834), I imperador do Brasil e IV rei do mesmo nome em Portugal – em investir numa contrapropaganda que barrasse caminho à expansão das doutrinas do «filosofismo» e do «jacobinismo», e para tanto foi determinante o papel de certos corifeus do movimento, tais como o truculento e admirável prosador padre José Agostinho de Macedo, o arcebispo de Évora Frei Fortunato de São Boaventura, o implacável antimaçonista Faustino José da Madre de Deus, o controverso padre Alvito Buela Pereira de Miranda, o reformista José Acúrsio das Neves, o moderado António Ribeiro Saraiva, etc. O vintismo emergiu, entretanto, numa conjuntura de crise geral e profunda, reflectindo um impulso nacional de regeneração messiânica, que aglutinou homens de várias tendências e sensibilidades. A convocação de Cortes, a elaboração e aprovação de uma constituição inspirada na de Cádis (1812) e de uma vasta colecção de leis reformadoras, que apesar de tudo não passaram de uma pálida amostra da genuína obra jacobina francesa, o regresso compulsivo a Lisboa de D. João VI, em 5 de Julho de 1821, a fim de jurar obediência ao novo sistema constitucional, a irreversível e traumática independência do Brasil, declarada a 7 de Setembro de 1822 e assumida pelo primogénito e herdeiro natural ao trono português D. Pedro de Bragança, bastaram, porém, para quebrar as expectativas e o unanimismo inicial e gerar uma perturbadora ambiguidade: do lado liberal as posições complicaram-se, tornando-se evidente a falta de univocidade ideológica e sociopolítica; e do lado antiliberal as posições mantiveram-se, de início, sob a égide de um único e sincrético discurso, aparentando, então, as destacadas e diversas figuras posicionadas ao redor do carismático infante D. Miguel e de sua enérgica mãe uma sintonia na crítica mordaz e negativa ou destrutiva das inovações jurídico-políticas e das novas práticas simbólicas dos liberais. Através da imprensa as hostes tradicionalistas, confrontadas com uma situação inesperada e fora do seu controlo, moldaram um combate imediato e empírico contra «os perigos vindos de fora». Panfletos e jornais, como *A Navalha de Figaró* (1821), a *Gazeta Universal* (1821), o *Correio do Porto* (1821), a *Trombeta Lusitana* (1822), *A Besta Esfolada* (1823) de José Agostinho de Macedo ou o *Punhal dos Corcundas* (1823) e *O Mastigóforo* (1824) de Frei Fortunato de São Boaventura, oscilaram entre uma táctica, mais dos primeiros tempos da revolução vintista, sinuosa e encapotada, baseada no boato e na «contra-informação» alegadamente «objectiva», e o ataque directo, sarcástico e mesmo insultuoso, à Constituição, aos membros do Soberano Congresso e aos «pedreiros-livres». Pode, pois, dizer-se que, na sequência de várias tentativas de reposição da «velha ordem das Cortes de Lamego» – a Martinhada de 11 de Novembro de 1820, a Conspiração da Rua Formosa de Abril de 1822 e a agitação criada em torno da milagrosa aparição de Nossa Senhora da Rocha, em Carnaxide, a 31 de Maio de 1822 –, ficou criado o clima de confronto, cada vez mais insanável, entre liberais e absolutistas – termo usual, mas de aplicação equívoca ao primeiro quartel do século XIX porque a contra-revolução já integrava, então, partidários da reforma do poder régio dito absoluto. Uma sequência de factos históricos, sobejamente conhecidos, documenta esse confronto, bastando, aqui, lembrar que da revolta do conde de Amarante, em Trás-os-Montes, culminada na Vila-Francada, até ao complicado processo de sucessão desencadeado pela morte de D. João VI, ocorrida em 10 de Março de 1826 e resolvida através de um precário «compromisso histórico» entre as «facções» rivais, ficou claro que havia uma elite intelectual, aristocrática e burguesa suficientemente apoiada e mobilizada para integrar o país na nova ordem internacional contra a «instintiva» reacção de forças sociopolíticas não de todo opostas à mudança, mas intimidadas profundamente com os seus concretos e imaginados efeitos. Ao arranjo político-constitucional consubstanciado na Carta Constitucional, outorgada em 1826 por D. Pedro, importa somar as cláusulas da abdicação dos direitos do imperador do Basil ao trono português na sua filha D. Maria da Glória e do contrato nupcial desta com seu tio paterno D. Miguel, ao abrigo do qual o infante, exilado em Viena, sob a protecção do príncipe de Metternich, desde a falhada tentativa de hegemonização política ensaiada pelos ultras junto do astuto e «cinzento» D. João VI e conhecida pelo nome de Abrilada (Abril de 1824), regressou a Portugal, tendo chegado à barra do Tejo a

D. Carlota Joaquina de Bourbon *(1775-1830), gravura em madeira por Burgun, Paris.*

22 de Fevereiro de 1828. Um regresso de consequências inesperadas: o infante foi alvo de uma grandiosa e impressionante manifestação de entusiasmo e aclamado, entre vivas, «Senhor D. Miguel nosso rei absoluto». Momento crucial do entrosamento da propaganda ideológica, vinda de trás e recheada de folhetos, opúsculos, sermões, manifestos, sonetos, poemas, quadras, gravuras e litografias, com a decisiva revelação de certos factores «irracionais» como sejam a exaltação da heroicidade política do infante, a sua capacidade carismática e a projecção na sua figura humana de atributos mítico-religiosos – o «Arcanjo São Miguel», eterno cúmplice de D. Afonso Henriques, o «glorioso fundador da Monarchia Portugueza» e expressão iniludível de messianismo político –, factores articulados, claro está, com os traços básicos da personalidade de D. Miguel. Nas semanas seguintes ao seu apoteótico desembarque em Lisboa o rumo dos acontecimentos afastou-se do acordo firmado no ano anterior e a 23 de Junho reuniram-se à maneira tradicional os Três Estados ou antigas Cortes que aclamaram D. Miguel rei legítimo de Portugal. O dispositivo ideopropagandístico contra-revolucionário incorporava, assim, uma quarta ideia-força – a legitimidade dinástico-política – que vinha juntar-se às três iniciais: a defesa da religião, o combate à maçonaria e a recusa da Constituição. De 1828 a 1834 o reinado miguelino foi, em larga medida, a desforra do «Portugal velho» contra o «Portugal moderno» e em consequência disso não tardou a resposta militar e diplomática, liderada pela Inglaterra, a esse frenético impulso liberticida. Durante tão efémero e atribulado período marcado por uma sangrenta guerra civil (1832-1834) avulta a impressionante mobilização popular (o chamado «miguelismo popular») enquadrada pelo clero, pelos capitães de ordenanças, pelos magistrados e por outros agentes mediadores. Os miguelistas, especialmente os «duros» ou «ultras», impuseram uma situação de terror e deram provas de inépcia político-diplomática, traduzida, por exemplo, no acolhimento concedido a D. Carlos Maria Isidro de Bourboun, chefe dos «ultras» espanhóis e pretendente ao trono, atitude que empurrou Fernando VII para a Quádrupla Aliança pró-liberal. E para além dos incidentes político-diplomáticos registados ficou bem visível a fragilidade do projecto filosófico-político e político-institucional miguelista: à eficácia combativa do dispositivo ideopropagandístico não correspondeu, no plano governativo, um conjunto coerente e persuasivo de medidas estratégicas. Os partidários de D. Miguel estavam, afinal, profundamente divididos quanto a pontos essenciais: absolutismo ou monarquia tradicional estribada na participação da nação em Cortes condicionadoras do poder régio?; fomento industrial, revisão do tratado de 1810 e reforma do regime senhorial ou manutenção da «velha ordem» socioeconómica?; aproximação táctica à Europa liberal ou isolamento?; etc. À inépcia política e diplomática há que juntar o fraco desempenho dos chefes de um exército de 80 000 homens perante a investida liberal, dirigida a partir da ilha Terceira, em Julho de 1832 e terminada vitoriosa com a derrota miguelista em Asseiceira, seguida da assinatura, a 26 de Maio de 1834, da Convenção de Évora-Monte, pela qual foi acordado o exílio definitivo de D. Miguel, a atribuição de uma pensão anual de 60 contos de réis e a concessão de uma amnistia geral aos convencionados miguelistas. Acordo firmado, mas logo rompido pelas duas partes: D. Miguel, mal chegou a Génova – primeira etapa do seu exílio em Itália até 1846, ano da eleição do sucessor do papa Gregório XVI, seu amigo e protector –, redigiu, a 20 de Junho, o célebre protesto contra a renúncia que fora obrigado a fazer dos seus direitos à Coroa de Portugal. Em contrapartida, o governo liberal cortou-lhe a pensão e promulgou a pesada lei do banimento, que reduziu o infante e os seus descendentes à humilhante condição de proscritos, impedidos para sempre de regressarem à pátria – lei só revogada, em 1949, pela Assembleia Nacional do Estado Novo. Mas as represálias não foram apenas políticas, incidindo também no plano eclesiástico através da desamortização dos bens das ordens religiosas muito comprometidas no apoio à propaganda e à governação miguelista, do corte de relações, em 1833, entre o governo de D. Pedro e a Santa Sé e da nomeação por aquele soberano de novos prelados, medida cismática, de imediato rejeitada pelos bispos nomeados em 1831 e só superada em 1841, ano do reatamento das relações com o papado na sequência do reconhecimento pelo governo de D. Maria II desses prelados. Até ao final da agitada década de 40 o país viveu um complicado processo de instauração do modelo liberal e constitucional digladiando-se, do lado dos vencedores, cartistas e setembristas, e mantendo-se vivas, do lado dos vencidos, as esperanças restauracionistas graças ao esforço e à eficácia subversiva das guerrilhas, organizadas, entre outras razões, pela desmobilização do

exército convencionado em Évora-Monte e pela necessidade de defesa face à onda de vingança exercida pelas novas autoridades e seus sequazes. Mas se no terreno nacional a célebre guerrilha do Remexido (1836-1838) tentou funcionar, a partir do Algarve, como um exército regular, sendo atentamente seguida e apoiada pelo «estado-maior» de D. Miguel em Roma, a verdade é que o seu efectivo desmantelamento constituiu um sério revés para o restauracionismo miguelino. Um revés que teve o efeito imediato de aproximar D. Miguel de António Ribeiro da Silva, abandonado em Londres e aí porfiado defensor de um miguelismo «liberal», unificador e tolerante, que já tentara fazer passar, sem qualquer êxito e sem o mínimo apoio de Lisboa, ao governo inglês antes da vitória militar dos soldados de D. Pedro. Ribeiro Saraiva passou, pois, a gerir, num contexto de reconciliação, os «negócios» do partido realista com grande entusiasmo e na expectativa de uma oportunidade. E ela chegou, em 1846, com a crise originada pelos movimentos anticabralistas da Maria da Fonte e da Patuleia, mas acabou também por ficar perdida tanto no plano militar, como no político. A paz imposta a 26 de Junho de 1847, na Convenção do Gramido, por força da intervenção estrangeira, arrefeceu os ímpetos setembristas e fulminou os sediciosos miguelistas. Daí em diante, o partido realista, fracturado nas suas diferenças internas, sujeitou-se a uma reestruturação inevitável, que coincidiu com o processo negocial do casamento de D. Miguel com a princesa alemã D. Adelaide Sofia de Loewenstein, realizado em 24 de Setembro de 1851, e com a criação, em 1848, da secretíssima e efémera (durou apenas dez anos) Ordem de São Miguel da Ala, imbricada na estratégia disseminadora dos núcleos locais de apoio, copiada do modelo maçónico para «restaurar a legitimidade portuguesa» e para recorrer «às armas em casos extremos», vocacionada, na prática, para desenvolver intensa propaganda religiosa e ideológico-política em condições históricas difíceis e para garantir os meios de subsistência da família de D. Miguel no exílio. A estabilidade interna subsequente ao movimento desencadeado pelo duque de Saldanha, no Porto a 24 de Abril de 1851, e conhecido pelo epíteto de Regeneração, bem como o gradual desgaste do ultramontanismo até ao ponto culminante da doutrina do *ralliement* formulada pelo papa Leão XIII a partir de 1891, acabaram por condenar o legitimismo a um notório isolamento, privando-o, nomeadamente, do habitual apoio do movimento católico, cada vez mais integrado no sistema liberal. Integração patente, aliás, na acção do Centro Católico Parlamentar e na criação, em 1903, do Partido Nacionalista. Em torno dos jornais *A Nação* (Lisboa, 1848-1917), *A Pátria* (Porto, 1849, rebaptizado em 1851 com o título de *O Portugal*) e de outros espalhados pela província (*O Comércio do Minho*, Braga, 1873; *A Ordem*, Coimbra, 1878; o *Afonso Henriques*, Lamego, 1881, etc.), o partido legitimista (realista ou miguelista) propagou as suas bases doutrinárias e programáticas e resumiu aí uma conduta assumida ao longo da segunda metade do século XIX, que passou por uma reduzida, embora vincada, presença parlamentar, por uma constante práxis destrutiva (os erros dos adversários eram trunfos sempre preciosos) e por uma defesa intransigente do integrismo religioso e das «verdades históricas» sagradas como a defesa do Milagre de Ourique, questionado por Alexandre Herculano na sua *História de Portugal* (1846) e na famosa polémica que se lhe seguiu (1846-1857). Na imprensa e em trabalhos de fôlego diverso, os legitimistas tentaram definir melhor o seu pensamento político, recortado, no essencial, do tradicionalismo filosófico-político caracterizado atrás e bem delineado em *O novo príncipe* de José Gama e Castro. Entretanto, D. Miguel, o «proscrito», sofria, em Bronnbach (Baden), a pena do exílio e aí se manteve até à morte, em 14 de Novembro de 1866, rodeado de uma vasta prole (seis filhas e o primogénito varão, D. Miguel de Bragança, tratado como D. Miguel II pelos legitimistas) e dos fiéis adeptos que o visitavam por ocasião de eventos festivos, mas a sua liderança, a partir de tão longínquo e penoso exílio, tornou-se cada vez mais platónica e distante, consumindo o tempo na prática regular da caridade em sentido lato, no estudo da teologia e na observação da liturgia segundo o rito romano, pouco conhecido na Alemanha, na leitura

DESCRIPÇAO
DE
HUM PRODIGIO RARO,
E
DESCOBERTO EM HUMA LAPA,
No dia 28 de Maio de 1822, na Ribeira do Rio de Jamor, Freguezia de S. Romão de Carnaxide, e varios acontecimentos que depois se tem seguido, com Novena propria á mesma Senhora.
Na Officina das Filhas de Lino da Silva Godinho.
Anno de 1822.
Rua dos Cavaleiros N.79, primeiro andar.
Vende-se debaixo do Arco dos Camilios N. 5.

Frontispício do folheto da narração da descoberta da Imagem da Nossa Senhora da Conceição da Rocha, 1822. (Lisboa, Biblioteca Nacional.)

dos clássicos, nas suas habituais caçadas e cavalgadas e ainda a fazer trabalhos em marcenaria. A sua morte suscitou uma vaga de cerimónias fora e dentro do território nacional, perpetuadas na obra editada por D. Jorge Eugénio de Lócio, *Monumento. À memória do senhor Dom Miguel primeiro d'este nome como prova da sua fidelidade e amor a nação portugueza levantou este monumento* (1867). Congregados em torno dessa memória e de uma eterna saudade, os legitimistas viveram o ocaso do regime monárquico-constitucional, dando sinais de algum alento, reagindo, por exemplo, contra as comemorações centenárias de Camões (1880) e do marquês de Pombal (1882) dinamizadas pela corrente republicana e liberal, participando nos debates políticos do início do século XX e marcando aí uma posição nacionalista, antiparlamentar, orgânico-corporativa e municipalista. O advento da República, em 5 de Outubro, foi visto como um mal anunciado, como a falência do constitucionalismo monárquico e como uma nova oportunidade para a indelével questão dinástica. O legado filosófico-político e ideológico-político do tradicionalismo legitimista não tardou a ser recuperado e revigorado por um grupo de moços – uns monárquicos e católicos, outros, como António Sardinha e Alfredo Pimenta, ex-republicanos e positivistas – reunidos à volta da *Nação Portuguesa* (1914-1926) e do diário integralista da tarde *A Monarquia* (1917-1925). Nascia, então, o Integralismo Lusitano, movimento de doutrina e de acção política directamente inspirado na *Action Française* de Charles Maurras e numa «mescla» de positivismo e de neo-escolástica, mas que os seus corifeus logo procuraram filiar na contra-revolução oitocentista, reabilitando doutrinários e propagandistas como José Agostinho de Macedo, Frei Fortunato de São Boaventura, Gama e Castro ou figuras régias como D. Carlota Joaquina e o infante D. Miguel, muito maltratadas pela historiografia liberal, relendo num sentido contra-revolucionário liberais assumidos como Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Ramalho Ortigão, etc., adoptando como emblema o Pelicano de D. João II e erigindo como base ideológica um nacionalismo tradicionalista, consubstanciado na seguinte frase: «O que nós queremos: monarquia orgânica tradicionalista antiparlamentar.» Expressão programática de dois vectores-chave: a tendência concentradora (nacionalismo) e a tendência descentralizadora (anti-individualismo, corporativismo e regionalismo). Mas à natural e inevitável aproximação doutrinária e ideológica entre legitimistas e integralistas não correspondeu, no plano da acção política concreta e no contexto conturbado da I República (1910-1926), um fácil entendimento no campo monárquico em geral, dado que a facção constitucionalista só após a morte de D. Manuel III sem descendência, a 2 de Julho de 1932, se resignou a aceitar D. Duarte Nuno (filho varão do segundo matrimónio de D. Miguel de Bragança) como único e legítimo sucessor ao trono. Mas não se esgotaram na questão dinástica as vicissitudes dos monárquicos, sucedendo-se as tentativas e as desilusões quanto ao objectivo restauracionista, habilmente torneado por António de Oliveira Salazar, chefe do Estado Novo edificado na sequência do golpe de 28 de Maio de 1926 e da ditadura militar subsequente. A par do movimento católico representado pelo Centro Académico da Democracia Cristã de Coimbra e de organizações nacionalistas como a Cruzada Nun'Álvares*, o Integralismo Lusitano não só contribuiu para a criação das condições ideológicas e políticas que tornaram possível a emergência do Estado Novo salazarista, mas do seu seio brotou também, em 1932 (e manteve-se, na clandestinidade, de 1934 a 1945), o nacional-sindicalismo de Rolão Preto, variante fascista do tradicionalismo integralista, que o pragmatismo conservador de Oliveira Salazar não deixou florescer por muito tempo. De apoiantes iniciais, alguns integralistas e nacionais-sindicalistas converteram-se em adversários de um regime que traíra a «pureza» e a coerência dos seus princípios contra-revolucionários. Vencido no plano político e reduzido a uma elite sociológica e cultural, o Integralismo Lusitano influiu, sem dúvida, na formação de sucessivas gerações de monárquicos e de integristas católicos, permanecendo uma referência obrigatória para a direita monárquica portuguesa.

ARMANDO MALHEIRO DA SILVA

BIBLIOGRAFIA: ALVIM, João Carlos – *A revolta miguelista contra o cabralismo: Cartas de António Ribeiro Saraiva e Cândido Figueiredo e Lima, 1844-1851*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1985. BARREIRO FERNANDEZ, Xosé R. – *Liberales y absolutistas en Galicia (1808-1833)*. Vigo: Ediciones Xerais de Galicia, 1982. BRISSOS, José – Contraliberalismo e prática política no século XIX. In MEDINA, João, dir. – *História de Portugal: Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Amadora: Ediclube, 1993, vol. 8, p. 169-196. CRUZ, Manuel Braga da – *Monárquicos e republicanos no Estado Novo*. Lisboa: D. Quixote, 1986. GENGEMBRE, Gerard – *La contre-révolution ou l'histoire désespérante: Histoire des idées politiques*. Paris: Imago, 1989. GODECHOT, Jacques – *La contre-révolution: Doctrine et action, 1789-1804*. Paris: PUF, 1961. *LIBERALISMO (O) na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa, 1982. 2 vol. LOUSADA, Maria Alexandre – D. Pedro ou D. Miguel?: As opções políticas da nobreza titulada portuguesa. *Penélope*. Lisboa. 4 (1989) 81-118. IDEM – El miguelismo o la contrarrevolución en Portugal. In PAYNE, Stanley G., dir. – *Identidad y nacionalismo en la España contemporanea: el carlismo, 1933-1975*. Madrid: Actas Editorial, 1996, p. 181-194. IDEM – Miguelismo. In *DICIONÁRIO enciclopédico da história de Portugal*. Lisboa: Alfa, 1991, p. 472-473. MACEDO, Jorge Borges de [et al.] – *Estudos sobre a monarquia: Conferências no Grémio Literário*. Lisboa, 1984. MÓNICA, Maria Teresa – Correspondência miguelista: textos e personagens. *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa. 2: 1 (1987) 61-92. IDEM – Errâncias miguelistas. *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa. 9: 2 (1994) 21-37. SILVA, Armando B. Malheiro da – Leonardo Coimbra e o Integralismo Lusitano. *Bracara Augusta*. Braga. 36: 81-82 (1982) 433-489. IDEM – *Miguelismo: Ideologia e mito*. Coimbra: Livraria Minerva, 1993. IDEM – O miguelismo na história contemporânea de Portugal. *Itinerarium*. Braga. 39 (1993) 537-647. SILVEIRA, João dos Santos – *Acção política do agente e representante de el-rei, o senhor D. Miguel I, em Londres*. Ponta Delgada: Ed. da viúva, 1985. TORGAL, Luís Reis – A contra-revolução no Portugal vintista (1820-1823): Notas sobre a sua imprensa. *Estudos Contemporâneos*. Porto. 1 (1980) 45-73. IDEM – *Tradicionalismo e contra-revolução: O pensamento e a acção de José da Gama e Castro*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973. TRADIÇÃO. In *ENCICLOPÉDIA luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Verbo, 1967, vol. 17, p. 1793-1800. TRADICIONALISMO. In *PÓLIS: Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*. Lisboa, 1987, vol. 5, p. 1246-1251.

TRENTO. *V.* CONCÍLIOS ECUMÉNICOS.

TRIBUNAIS ECLESIÁSTICOS. Falar de tribunais eclesiásticos é falar dos processos no âmbito da Igreja. A sua história em Portugal está por fazer. As espécies de tribunais mais usuais são: a) pela instância. Instância é cada uma das petições que se fazem aos distintos graus jurisdicionais estabelecidos pela lei, para actuar e sentenciar as causas judiciais. Neste sentido, há tribunais de 1.ª, 2.ª e 3.ª e última ins-

tância (cânones 1419, 1438, 1443, 1444); b) pelo número de juízes, há tribunais unipessoais e colegiais (cânones 1419, 1423, 1425, 1426); c) em razão do território, há tribunais diocesanos (cânon 1420) e metropolitanos (cânon 1438), e pode haver tribunais interdiocesanos, regionais, nacionais; d) pela jurisdição com que julgam, há tribunais com jurisdição própria ou com jurisdição delegada (cânones 1419, 1442); e) pela capacidade de julgar em grau diverso, há tribunais que podem conhecer só na 1.ª instância ou só em apelação. A Rota Romana pode conhecer em 1.ª, 2.ª e 3.ª instância. O Papa é juiz de todos os fiéis. Pode julgar as causas dos fiéis de todas as dioceses e partes do orbe católico (cânon 1417). Qualquer tribunal tem direito a pedir auxílio a outro tribunal relativamente à instrução da causa (cânon 1418). O tribunal de 1.ª instância – que pode ser diocesano ou não –, se for diocesano, deve ter um vigário judicial com poder ordinário de julgar (cânon 1420), e diversos juízes para os tribunais colegiais, um ou vários auditores e relatores, um promotor da justiça e um ou vários defensores do vínculo (cânones 1421, 1428, 1429, 1430-1437). O vigário judicial, os juízes, o promotor da justiça e o defensor do vínculo devem ser dotados de qualidades morais e científicas indicadas pela lei (cânon 1422 ss., cânon 1430 ss.). O sistema processual canónico segue o sistema de instância múltipla. Tratar da 2.ª instância e de tribunais a ela pertencentes é reconhecer que as causas já sentenciadas por tribunal de 1.º grau possam passar a tribunal de grau superior. As razões a favor da 2ª instância possível reduzem-se a uma maior garantia de administrar justiça com rectidão sob distintos aspectos: a correcção de erros e reforma de sentenças injustas; a vantagem de juízes distintos a quem se submeta o assunto controverso; a maior autoridade com que aparecem os juízes de grau superior. Ficando firme a possível apelação para a Rota Romana, o legislador estabelece os supostos relativos à ordem das apelações, quando é possível recorrer do tribunal inferior para outro superior. Esta ordem das apelações é a seguinte: tribunal metropolitano para as causas dos sufragâneos; tribunal de apelação para as causas julgadas em 1.ª instância perante o metropolita; tribunal de 2.ª instância para religiosos; tribunal de apelação contra as sentenças julgadas em 1.ª instância por juiz delegado. Quanto aos tribunais da Sé Apostólica, convém notar que o Romano Pontífice julga ou por si mesmo ou por meio dos tribunais ordinários da Sé Apostólica, ou por meio de juízes por si delegados (c. 1442). A Rota Romana é o tribunal ordinário constituído pelo Romano Pontífice para receber apelações (cânon 1443). Neste sentido, a Rota Romana julga em 2.ª instância as causas já julgadas pelos tribunais ordinários de 1.ª instância levadas à Santa Sé por apelação legítima; julga em 3.ª e ulterior instância as causas conhecidas pela mesma Rota Romana ou por quaisquer outros tribunais; julga em 1.ª instância os bispos em causas contenciosas, o abade primaz, ou o abade superior de uma congregação monástica e o moderador supremo dos institutos religiosos de direito pontifício, as dioceses e outras pessoas eclesiásticas quer físicas quer jurídicas, que não tenham superior abaixo do romano pontífice, ou as outras causas que o Romano Pontífice *motu proprio* ou a instância das partes tiver avocado ao seu tribunal e confiado à Rota Romana; e, a não ser que se determine outra coisa, a mesma Rota julga essas causas também em 2.ª e ulterior instância (cânon 1444). O Supremo Tribunal da Assinatura Apostólica conhece das querelas de nulidade e de petições de restituição *in integrum* e de outros recursos contra as sentenças rotais; dos recursos em causas sobre o estado das pessoas, que a Rota Romana tiver recusado admitir a novo exame; das excepções de suspeita e outras causas contra os auditores da Rota Romana por actos praticados no exercício do seu múnus; dos conflitos de competência entre tribunais sujeitos ao mesmo tribunal de apelação. O mesmo tribunal conhece dos conflitos originados por um acto de poder administrativo eclesiástico a ele legitimamente levados, das outras controvérsias administrativas que lhe forem submetidas pelo Romano Pontífice ou pelos dicastérios da cúria romana, e do conflito de competência entre os mesmos dicastérios. Compete ainda a este Supremo Tribunal vigiar pela recta administração da justiça a admoestar, se for necessário, os advogados e procuradores; prorrogar a competência dos tribunais; promover e aprovar a erecção dos tribunais inter-regionais ou interdiocesanos (cânon 1445). É direito exclusivo do Romano Pontífice julgar os que exercem a suprema magistratura do Estado; os cardeais; os legados da sé apostólica, e os bispos em causas penais; outras causas que ele tiver avocado ao seu juízo (cânon 1405 §1, 1º-4º). Quanto aos juízos ou julgamentos, que têm lugar nos tribunais, no CIC 17, contrapunham-se duas categorias distintas de juízos: contencioso e criminal. No âmbito do juízo contencioso ficavam compreendidas as causas matrimoniais e as causas contra a sagrada ordenação. No CIC 83, introduz-se, no seu cânon 1400 § 2, um novo tipo de controvérsias: as originadas por impugnação de actos realizados no exercício do poder administrativo que, pelas suas indubitáveis peculiaridades, passou a gozar de autonomia na sua específica regulação. Além disso, são excluídos dos juízos contenciosos os juízos criminais. Também são regulados à parte os juízos especiais em razão da matéria: causas matrimoniais (cânones 1671-1707) e causas para declarar a nulidade da sagrada ordenação (cânones 1708-1712). Distingue-se também o juízo contencioso ordinário e o juízo contencioso oral. O juízo contencioso ordinário é toda a reclamação ou reivindicação de direitos de pessoas físicas ou jurídicas, ou dirigida a declarar factos jurídicos, que não correspondam a matérias jurídicas consideradas pelo próprio código como especiais. Deste juízo contencioso ordinário se ocupam os cânones 1501 a 1655. Por sua vez, os cânones 1656 a 1670 tratam do juízo contencioso oral. A desproporção numérica de cânones correspondentes a uma e outra espécie de juízos põe a descoberto que o juízo contencioso encontra a sua completa regulação na disciplina do juízo contencioso ordinário, e que o chamado juízo contencioso oral não é mais que uma especialidade do juízo contencioso em geral, baseada apenas em razões formais, ao introduzir-se o princípio de oralidade em determinados supostos. Neste sentido, com-

preende-se que o processo tipo será o juízo contencioso ordinário, a que os outros processos – mesmo os especiais – se referem, e para os quais serve de fonte subsidiária. As principais fases do juízo contencioso ordinário são: a introdução da causa (cânones 1501-1512), a contestação da lide (cânones 1513--1516), a instância da lide (cânones 1517-1525), as provas (cânones 1526-1586), as causas incidentais (cânones 1587-1597), a publicação dos autos e a conclusão e discussão da causa (cânones 1598-1606), as decisões do juiz (cânones 1607-1618), a impugnação da sentença (cânones 1619-1640), o caso julgado e a restituição *in integrum* (cânones 1641-1648), as custas judiciais e o patrocínio gratuito (cânon 1649), a execução da sentença (cânones 1650-1655). O processo ou juízo contencioso oral, em contraposição com o ordinário, é caracterizado pela maior rapidez de trâmites, e pelo predomínio de oralidade e imediatividade. Trata-se de um processo plenário rápido, mais do que de um processo sumário propriamente dito, dada a amplitude inicial de matérias que podem ver-se submetidas a este tratamento processual. Este pormenor foi um acerto por parte do legislador, ao denominá-lo contencioso oral e excluí-lo da sede dos processos especiais. A ideia central e fundamental deste processo está radicada na audiência (cânones 1661-1668), em que se recolhem as provas e se procede imediatamente à discussão da causa. O juiz, nos supostos em que não se apresentem dificuldades, poderá ditar no fim da audiência a parte dispositiva da sentença, ou diferi-la para um prazo de cinco dias, o que sucederá com frequência nas causas mais complexas. Este processo caracteriza-se, além disso, pela supressão de algumas das formalidades do processo ordinário, como, por exemplo, a contestação da lide solene, a conclusão na causa, etc.

JOSÉ ANTÓNIO GOMES DA SILVA

TRINITÁRIOS. A Ordem da Santíssima Trindade, confirmada em 17 de Dezembro de 1198 pela bula *Operante Divinae Dispositionis* do papa Inocêncio III, nasceu das meditações de São João da Mata e São Félix de Valois. Esta ordem religiosa instituída com o objectivo de propagar a fé e o culto da Santíssima Trindade veio a caracterizar-se pela prática de obras de misericórdia, especialmente a hospitalidade e o resgate de cristãos aprisionados pelos muçulmanos. Os primeiros religiosos trinitários chegaram a Portugal em pleno movimento da Reconquista* Cristã, inseridos nos grupos de cruzados que na época auxiliavam os reis peninsulares na luta contra os sarracenos. Autores como Frei Jerónimo de São José e Frei António Brandão justificaram a entrada da ordem em Portugal com factos miraculosos. D. Sancho I, convencido dos milagres sucedidos e da necessidade da presença da ordem no país, cede-lhes para o seu culto a Ermida da Senhora da Abóbada, em Santarém, ficando, todavia, os religiosos a habitar no palácio real até ao ano seguinte, altura em que, a 20 de Setembro de 1208, começam a edificar um convento com respectivo hospício para cativos junto à ermida dedicada a Santa Maria dos Santos. A instalação da ordem em Lisboa deu-se em 1218, em comemoração da conquista de Alcácer do Sal, sendo construídos um convento e hospital no local da Ermida de Santa Catarina, na elevação do mesmo nome, então nos arrabaldes de Lisboa. Um pouco por todo o país foram edificados conventos favorecendo o trabalho de resgate de cativos. Em 1239, o infante D. Fernando, filho de D. Afonso II, mandou edificar junto do palácio de Silves um convento para actividades de redenção que se manteve até 1450, altura em que ficou despovoado. Em 1400, surge o convento de Sintra da Ordem da Santíssima Trindade, colocado sob protecção real, segundo carta régia de 25 de Outubro de 1410. O convento de Faro, fundado pelos anos de 1415 na Ermida de São Pedro, teve um importante papel como hospício de passagem para redentores e cativos vindos do Norte de África. Em 1450 encontrava-se extinto, tal como o de Silves, possivelmente devido à peste que grassou no reino. O convento de Lousa, junto à Torre de Moncorvo, arcebispado de Braga, teria tido origem em 1474 na Ermida de Nossa Senhora dos Altos Céus. No entanto, só em 1500 é verdadeiramente reconhecido, tendo como ministro Frei João de Marvila. Para maior comodidade na execução dos resgates dos cativos, em meados do século XVI, durante o reinado de D. Sebastião, foram atribuídos aos frades trinitários dois conventos, até então pertencentes a franciscanos, em Ceuta e Tânger. Para levar a efeito a libertação de cativos, a Ordem da Santíssima Trindade recorria aos próprios bens e às esmolas que ia recebendo. Esmolas que eram legitimadas pelos privilégios espirituais concedidos pela Igreja a todos os que participassem, directa ou indirectamente, com doações, no resgate de cativos. Podiam ser doações régias ou de particulares, disposições testamentárias e esmolas várias. Desde o tempo em que chegaram a Portugal os primeiros frades trinitários, surgem documentos comprovando o interesse que os reis portugueses manifestaram por esta ordem religiosa. Assim, são várias as doações e testamentos reais, demonstrando a protecção que a realeza conferia a estes religiosos que, com o seu trabalho, tentavam resolver e suavizar um dos problemas mais prementes da sociedade portuguesa de então. O volume das doações, sobretudo em disposições testamentárias de reis e particulares, dão-nos a dimensão da importância que no tempo tinha a questão do resgate de cativos. No fundo tratava-se de pôr em prática uma das virtudes cristãs – a caridade –, beneficiando simultaneamente das indulgências especiais concedidas pela Igreja a todos aqueles que contribuíssem para a remissão de cativos em terras muçulmanas. Os religiosos, para além das doações, para a sua ordem ou específicas para os resgates, confiavam também nas esmolas da caridade pública para obterem os subsídios necessários. Actuando isoladamente ou a par com o frade pregador, os mamposteiros constituíam os oficiais responsáveis pela angariação de esmolas. Em carta de Fevereiro de 1446, D. Afonso V autoriza a Ordem da Santíssima Trindade a possuir mamposteiros, dois por arcebispado, bispado e outros lugares do reino para pedirem e arrecadarem as esmolas para a manutenção e eventuais reparações do convento de Santarém. Para poderem ser nomeados tinham de ser portugueses e deviam estar acompa-

nhados de um padre aquando da recolha dos donativos. Deste modo, com base nas doações e na recolha de esmolas, os Trinitários angariavam bens para o mantimento dos seus conventos e para providenciar aos resgates. Por uma bula do papa Inocêncio III ficou regulamentado que os recursos dos Trinitários seriam divididos em três partes: duas para as obras, a que chama de misericórdia, e onde se incluíam os hospitais, sustento de peregrinos e a côngrua para mantimento dos religiosos, e a outra para os cativos. Os frades, consoante a sua vocação, eram escolhidos pelos redentores gerais, geralmente os provinciais da ordem, para efectuarem os resgates. Estes podiam ser em terras da Península Ibérica ainda em posse de muçulmanos ou em terras do Norte de África. O redentor deslocava-se sempre em companhia de outro frade da sua ordem. Os primeiros resgates, apresentados por Frei Jerónimo de São José, fizeram-se logo no ano de 1208, altura da fundação do convento de Santarém. Os redentores Frei Tomás e Frei Ricardo, companheiros de Frei André de Claramont, o fundador do convento e da ordem em Portugal, resgataram centena e meia de cativos em Granada e Sevilha. Todavia, com a fixação portuguesa no Norte de África aumenta o número de cativos a resgatar, situação decorrente do clima de guerra endémica que caracterizou a presença portuguesa nesta região. Pelos vários exemplos citados pelos cronistas da Ordem da Santíssima Trindade, também se conclui que, não raras vezes, os trinitários ficavam como reféns, aproveitando esta estadia «forçada» para exercerem o seu ministério junto dos cativos, dizendo missa e ministrando sacramentos. No entanto estavam proibidos de pregar publicamente sendo tal transgressão punida com a morte. A angariação de esmolas pelo reino, em meados do século XV, encontrava grandes dificuldades, porque os donativos não chegavam para acudir a todos os necessitados ou por ter aumentado o número de remissões a fazer, em virtude das conquistas norte-africanas, ou ainda pelo povo não poder contribuir com a quantia indispensável. D. Afonso V, face a esta situação, vai chamar a si, a partir de

Fachada do Convento da Trindade, Porto.

1454, o controlo da angariação de fundos para os resgates de cativos, criando anos mais tarde uma instituição própria para o efeito – o Tribunal da Redenção de Cativos*. Os frades trinitários ficavam a partir de então impedidos de pedir para cativos e de divulgar privilégios e indulgências. Privados do resgate, os religiosos passam a dedicar-se a obras de assistência como cuidar de enfermos e de outros necessitados, pedir esmolas para os presos, amparar órfãos e pobres. Após o reinado de D. Afonso V, os frades trinitários pediram a revogação deste contrato a sucessivos monarcas. No entanto, só na regência de D. Catarina os resgates voltaram a ser feitos por eles, mas em condições diferentes daquelas em que actuaram até à criação do Tribunal da Redenção. Em contrato de 16 de Maio de 1561 ficava determinado que os resgates seriam novamente da responsabilidade dos frades que voltavam a ter autorização para pregar as indulgências e para nomear mamposteiros. Logo no decorrer desse ano dá-se o início aos resgates. Frei Roque do Espírito Santo, considerado «o apóstolo de África», resgata 3000 cativos. Dez anos mais tarde, Frei Inácio Tavares, como redentor-geral, faz quatro redenções gerais, e muitas particulares, em que resgatou 7500 cativos. Uma carta de D. Sebastião a Frei Roque do Espírito Santo, de 26 de Janeiro de 1575, confirma a resolução de 1561, determinando que os religiosos trinitários seriam os únicos encarregados do resgate de cativos e que, para desempenharem essa missão, seriam pagos pela Fazenda Real. É este o culminar de uma situação surgida em meados do século XV. Com D. Sebastião os Trinitários voltam ao seu antigo estatuto, ficando, no entanto, a arrecadação dos dinheiros na posse do tribunal, nesta época já dependente da Mesa de Consciência e Ordens. A Ordem da Santíssima Trindade, para além das obras de assistência e do resgate de cativos, exerceu ou esteve ligada a outras realidades marcantes da história de Portugal. Pode salientar-se o facto de o Convento da Trindade de Lisboa ter funcionado como Tribunal da Inquisição, antes de este se ter fixado definitivamente no Palácio dos Estáus, no Rossio, em Lisboa. Um dos primeiros inquisidores, Frei João de Aguilera, era trinitário, tendo sido provincial da ordem em Portugal e em Castela. Vários padres trinitários exerceram funções de destaque junto dos reis portugueses quer como conselheiros quer como homens de letras. Entre eles destacam-se Frei Miguel de Contreiras, confessor da rainha D. Leonor e considerado o fundador da Misericórdia de Lisboa.

EDITE ALBERTO

BIBLIOGRAFIA: ALBERTO, Edite – *As instituições de resgate de cativos.* Tese de Mestrado apresentada em Lisboa em 1994. ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal.* Porto: Livraria Civilização Editora, 1967-1971. 4 vol. BRANDÃO, António, frei – *Monarchia Lusitana.* Lisboa: Officina Ferreyriana, 1725. PEREIRA, Fernando Jasmins – Assistência (caritativa). In DICIONÁRIO da História da Igreja em Portugal. 1980, vol. I, p. 631-717. SANTO ANTÓNIO, Bernardino de, frei – *Epitome generalium redemptionum captivarum.* Lisboa: Officina Petri Crasbeec, [s.d.]. SÃO JOSÉ, Jerónimo de, frei – *Historia chronologica da esclarecida Ordem da S. S. Trindade.* Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

TRINITÁRIOS GREGORIANOS. *V.* MORTE.

TURISMO RELIGIOSO. *1. Sobre o conceito de turismo religioso:* O turismo religioso é um fenómeno já com alguma expressão em Portugal, podendo considerar-se em fase de expansão. Tendo relação com o antiquíssimo costume de se fazerem viagens a lugares com especial significado religioso, ou por razões de natureza religiosa, designadamente as peregrinações, é útil e pertinente distinguir e caracterizar o facto mais recente a que se pode atribuir a designação moderna de turismo religioso. Por turismo religioso entende-se uma forma de mobilidade espacial ou deslocação empreendida livre e deliberadamente, de duração inferior a um ano, com regresso ao local habitual de residência, praticada como uma actividade livre, isto é, não rotineira, nem por obrigação, não sujeita aos padrões que regulam o trabalho e a vida quotidiana. Essa deslocação deverá obrigar a, pelo menos, uma dormida fora da residência, implicando o recurso a meios técnicos, traços culturais e padrões de comportamento específicos e, directa ou indirectamente, a profissionais e agentes económicos especializados. A deslocação é feita para um lugar considerado religioso ou para ter acesso a uma pessoa ou a um acontecimento considerado de cariz religioso, segundo os padrões culturais do turista ou do país, religião ou grupo visitado. Diferentemente da peregrinação, uma pessoa pode fazer turismo religioso sem estar necessariamente motivada por uma finalidade consciente, intenção explicita ou sentimentos de natureza religiosa, bastando-lhe a curiosidade ou, no mínimo, a disponibilidade para entrar em contacto com o lugar ou facto religioso em causa. O turismo religioso pode ser praticado dentro do país, pelos seus próprios residentes (turismo interno), ou implicando a passagem das fronteiras, seja na forma de entrada de turistas estrangeiros ou residentes no estrangeiro, seja através da saída de turistas portugueses ou residentes em Portugal. Conforme a perspectiva usada, o turismo religioso poderá ser reconhecido e analisado quer como fenómeno religioso, quer como fenómeno social total, de que se poderão focar diferentes dimensões, tais como a económica, a cultural, a política e outras. Pode, assim, por uma questão de método, distinguir-se entre factores de ordem sociocultural na génese e desenvolvimento do turismo religioso em Portugal. *2. Factores de ordem religiosa:* As festas populares religiosas, as peregrinações e realização de encontros e actos religiosos devem contar-se entre os principais factores que têm provocado e estimulado o turismo religioso (*v.* PEREGRINAÇÕES). As festas populares religiosas e outras manifestações de religiosidade popular continuam a ter uma assinalável capacidade de mobilização, gerando significativas deslocações de pessoas. Em alguns casos, tanto o volume dos movimentos, como a extensão das viagens efecutuadas e todas as suas consequências causam, cada vez mais, operações de turismo religioso. Fenómeno semelhante se verifica no campo das peregrinações aos santuários e outros locais semelhantes. Depois de um tempo de uma certa desvalorização da peregrinação, remetida para a categoria de fenómeno tradicional de religiosidade popular, em vias de extinção, começou a assistir-se, em especial nos últimos vinte anos, a uma revalorização social e pastoral da peregrinação, não só aumentando o seu número, mas assumindo novas formas e

Aspecto geral do comércio de artigos religiosos nas imediações do Santuário de Fátima.

sendo praticada por uma maior diversidade socioeconómica e cultural de peregrinos. Têm-se criado novas modalidades de peregrinacão, designadamente associando-a a outras actividades, seja de natureza religiosa ou pastoral, como encontros e celebrações de grupos e comunidades, seja de natureza cultural. Neste contexto, têm-se tomado iniciativas no sentido de uma melhor formação específica de animadores e promotores de peregrinações, incluindo questões relativas ao turismo religioso. Como consequência e factor das transformações em curso nesta área, nota-se uma tendência no sentido da oferta de mais e melhores serviços e condições para actividades pastorais e socioculturais diversificadas nos centros de peregrinação. Por último, como fenómeno que se pode observar não só na Igreja Católica, mas também noutras Igrejas, religiões e novos movimentos religiosos, deve assinalar-se um constante movimento de participação de muitas pessoas em encontros e actos religiosos em lugares e momentos especiais, fora do local de residência, por vezes no estrangeiro, ou recebendo participantes vindos de outros países, promovidos por uma grande variedade de entidades religiosas, a nível regional, nacional e internacional, com recurso a elementos de turismo religioso. *3. Factores de ordem sociocultural:* Há razões teóricas bastantes e evidência empírica suficiente para estabelecer uma relação entre a génese e o desenvolvimento do turismo religioso e o processo de desenvolvimento e mudança sociocultural da sociedade portuguesa. Entre muitos e diversos factores intervenientes nesse processo, alguns podem considerar-se especialmente condicionadores do fenómeno do turismo, em geral, e também do turismo religioso, tais como: a melhoria do nível de vida da maior parte da população; a construção de mais e melhores vias de comunicação; o aumento do número de veículos de transporte público e privado; a difusão de novos hábitos de viajar e fazer turismo; o acesso generalizado a diversos meios de comunicação social, designadamente à televisão; os efeitos de uma elevada e longa emigração e de diversas migrações internas. Por outro lado, podem detectar-se, sobretudo em algumas regiões e certos estratos e categorias sociais, sintomas de um retorno do sagrado e de novas formas de religiosidade, com novas necessidades de procura de sentido, de harmonia e unidade pessoal, de novas experiências espirituais de busca da transcendência, de encontro com outras experiências e caminhos religiosos, de repouso em lugares especiais pelo seu significado espiritual, à meditação, à oração, ao contacto com a natureza. Além disso, encontra-se, hoje, uma informação mais frequente e variada sobre temas religiosos, e uma certa revalorização da imagem da religião e do turismo religioso nos principais órgãos da comunicação social. Em consonância com os valores dominantes, há mais informação e interesse pelo património cultural das tradições, dos edifícios e da arte religiosa. O turismo religioso depende também da qualidade das condições de estada e alojamento nos locais de acolhimento, assim como da actividade das agências de viagens e de outros operadores especializados. *4. Algumas informações estatísticas*: Segundo o *Anuário Católico de Portugal. 1995-1998*, estão identificados, como centros importantes da vida cristã, 231 santuários, em torno dos quais se verifi-

ca um significativo movimento de peregrinações, sendo de realçar que esta informação não é fornecidas por quatro dioceses, e que não parece assegurado que todas as dioceses tenham elaborado esta informação de acordo com os mesmo critérios. Segundo informações recolhidas pelo Centro de Estudos Sociais e Pastorais da Universidade Católica Portuguesa, mediante um inquérito às paróquias portuguesas, em 1986-1987, podia estimar-se em cerca de 8900 o número de festas populares religiosas que então se faziam por todo o país. Sensivelmente dois terços dessas festas eram de âmbito local, juntando, na maior parto dos casos, algumas centenas, até um milhar de participantes da própria freguesia ou de freguesias vizinhas. A maioria das restantes festas eram capazes de reunir até cerca de 5000 pessoas, muitas das quais vindas de diversos concelhos da região. As festas com uma participação de âmbito supra-regional, habitualmente com mais de 5000 pessoas, devem rondar as 110, constituindo-se muitas delas como pólos importantes de turismo religioso. Cerca de dois terços das festas populares religiosas realizam-se no perído de quatro meses entre Junho e Setembro, com especial realce para o mês de Agosto, no qual se concentram 30 % das festas. *5. Fátima*:* No contexto do turismo religioso em Portugal, Fátima ocupa um lugar ímpar. O Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima continua a ser o local religioso mais visitado no país, quer pelos Portugueses, quer pelos estrangeiros que vêm a Portugal, muitos dos quais expressamente para ir a Fátima. Estima-se que este santuário tenha recebido cerca de quatro milhões de visitas em 1998, incluindo 100 000 visitantes estrangeiros integrados em peregrinações oficiais que contactaram com os serviços do santuário, o que configura uma situação minoritária no conjunto dos estrangeiros que vão ao Santuário de Fátima. Desde o dia 13 de Maio de 1917 até à actualidade, a história deste lugar, enquanto lugar de peregrinação e destino de turismo religioso, é deveras excepcional. De um espaço rural ermo e pobre, onde três crianças de uma aldeia das proximidades que pastoreavam um pequeno rebanho viveram, segundo o seu testemunho, uma experiência religiosa extraordinária, a Cova da Iria transformou-se num dos mais conhecidos e importantes santuários marianos de todo o mundo, ao qual tem acorrido ininterruptamente, desde 1917, uma multidão incontável de muitas dezenas de milhões de pessoas vindas de todas as partes.

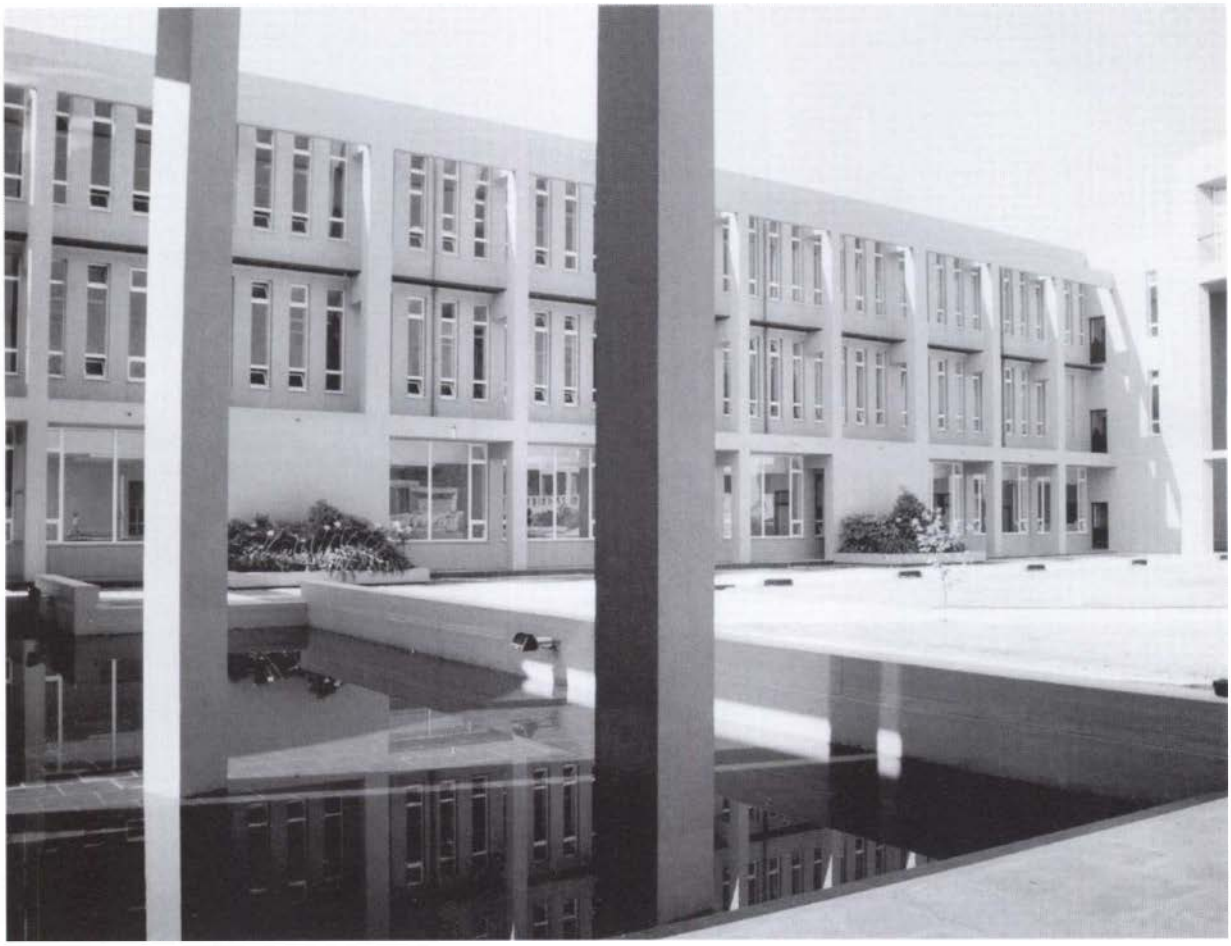
MANUEL LUÍS MARINHO ANTUNES

BIBLIOGRAFIA: Secretariado Geral do Episcopado – *Anuário católico de Portugal: 1995-1998.* Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1996.

U

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA. *1. Decreto do Concílio Plenário Português (1926):* A criação de um instituto católico em Portugal foi proposta em dois congressos do Centro Católico Português (Lisboa, 1921 e 1922) e decretada pelo Concílio Plenário Português de 1926. A legislação da I República impunha o monopólio do Estado para as faculdades civis e não autorizava o ensino religioso nas escolas particulares. Por isso, segundo o jovem professor da Faculdade de Letras de Coimbra, padre Manuel Gonçalves Cerejeira, em memória apresentada no congresso de 1922, o instituto católico teria o estatuto legal dos seminários, cuja organização era da competência exclusiva da Igreja, e visaria duas finalidades: a «alta formação eclesiástica», que o Colégio Pontifício Português de Roma por si só não podia garantir devido à sua frequência limitada, e a «difusão e penetração católica do pensamento contemporâneo nos meios intelectuais leigos» mediante acções de extensão cultural. Quanto à localização do instituto católico, os pareceres dividiam-se sobretudo entre Lisboa e Coimbra. Cerejeira defendeu Coimbra em 1922. Mas noutra memória, enviada em 1926 a alguns prelados conciliares, limitou-se a apontar razões a favor de Lisboa e de Coimbra, sem se pronunciar, embora nessa altura já fosse partidário da escolha da capital. À margem das deliberações oficiais, os bispos do concílio acordaram por unanimidade na instalação do instituto católico em Coimbra. *2. Instituição jurídica do Instituto Católico Português (1944):* A elevação de Cerejeira a patriarca de Lisboa em 1929 atribuiu-lhe a responsabilidade principal no processo de criação do instituto católico. Na assembleia plenária de 6-7 de Abril de 1932 o episcopado reabriu a questão da sede e mandatou Cerejeira para recolher as opiniões dos prelados sobre a finalidade e a localização do instituto católico. A maioria apoiou o jovem cardeal na opção por Lisboa. Sobre a estrutura do instituto católico, o modelo esboçado pelo patriarca num opúsculo de 3 de Junho de 1932 foi aceite pelos bispos sem anotações de relevo. Às duas finalidades apontadas na memória de 1922, Cerejeira acrescentava agora a «formação científica e pedagógica do professorado do curso preparatório dos seminários e, possivelmente, dos nossos colégios e escolas cristãs», o que exigiria «a criação duma Faculdade de Letras, de pelo menos uma Secção de Ciências e duma Escola Normal». O novo clima político do país parecia oferecer perspectivas favoráveis à abertura de faculdades civis no instituto católico. Nos 12 anos seguintes pouco ou nada se fez para a criação deste. A Igreja teve de dar prioridade à reorganização e construção de seminários, ao estabelecimento da Acção Católica e à renovação da pastoral em geral. Por outro lado, o predomínio na administração pública de uma concepção monopolista do Estado em matéria de ensino levava a interpretar de forma restritiva o artigo 44.º da Constituição de 1933, que admitia «o estabelecimento de escolas particulares paralelas às do Estado, ficando sujeitas à fiscalização deste e podendo ser por ele subsidiadas ou oficializadas». Em 1944 deu-se um passo significativo. Na sequência de uma deliberação do episcopado na assembleia plenária de 11-13 de Dezembro de 1943 foi canonicamente erecto em Lisboa «um Instituto Superior de Cultura Religiosa, destinado à formação do clero, ao ensino superior das ciências eclesiásticas e à difusão da cultura católica com a denominação de Instituto Católico Português». Após comunicação do patriarcado, o Instituto Católico Português foi registado no Governo Civil de Lisboa a 29 de Maio de 1944 como pessoa colectiva eclesiástica a teor da Concordata de 1940. Assim, o Instituto Católico Português adquiriu também personalidade jurídica civil e ficou habilitado a receber e gerir bens para a futura Universidade Católica. *3. Preparativos para a fundação da Universidade Católica em Lisboa:* O cardeal Cerejeira começou a preparar o lançamento da Universidade Católica na capital no fim dos anos 40 em ligação com o episcopado e com a Santa Sé. O local de implantação da Universidade Católica, junto à Cidade Universitária, foi decidido em 1956 e adquirido pelo Decreto-Lei n.º 45 382, de 23 de Novembro de 1963, por permuta com terrenos da cerca de São Vicente de Fora que o Estado tinha utilizado para construir o Liceu Gil Vicente. Na assembleia plenária do episcopado de 12-15 de Janeiro de 1960 formou-se uma comissão episcopal para a Universidade Católica, presidida por Cerejeira. Também em 1960, quando as negociações para aquisição do terreno da Universidade Católica se encontravam já bem encaminhadas, outra comissão iniciou o estudo-base do programa de construções. Entretanto, de 1953 a 1963, a Universi-

dade de Coimbra apresentou seis moções e propostas de restauração da Faculdade de Teologia desta universidade, que fora encerrada em 1910. O episcopado preferiu abrir a Faculdade de Teologia só na Universidade Católica para salvaguardar melhor a autoridade da Igreja sobre ela, por haver mais possibilidades de diálogo da teologia com outras áreas do saber no âmbito da Universidade Católica e pela eventual falta de alunos para duas faculdades. A assembleia plenária do episcopado de 12-15 de Janeiro de 1965 tomou a decisão definitiva de fundar a Universidade Católica e, para a executar, instituiu a respectiva comissão instaladora. A abertura de cursos civis na Universidade Católica requeria garantias de reconhecimento oficial dos diplomas. Por isso, Cerejeira pediu a vários juristas pareceres sobre o enquadramento legal da Universidade Católica à luz da Constituição de 1933 e da Concordata de 1940. Por outro lado, em 1966 a fórmula de implantação geográfica da Universidade Católica foi ampliada no âmbito do processo de abertura ao público da Faculdade de Filosofia de Braga, até então reservada a professores e alunos jesuítas. Da «Universidade Católica de Lisboa», reduzida à capital, passou-se à «Universidade Católica Portuguesa», com sede em Lisboa e outras unidades distribuídas pelo país. Finalmente, o patriarca lançou a primeira pedra da sede da Universidade Católica Portuguesa (UCP) a 29 de Junho de 1967. *4. Início da Universidade Católica Portuguesa em Braga (1 de Novembro de 1967):* A Faculdade de Filosofia de Braga teve origem no Instituto de Filosofia Beato Miguel de Carvalho, fundado pela Companhia de Jesus em Braga em 1934. O currículo do instituto foi reconhecido pelo Ministério da Educação Nacional em 1942 como Curso Superior de Ciências Filosóficas. Em 1947 a Santa Sé elevou o instituto a faculdade pontifícia e em 1966 o Ministério da Educação Nacional reconheceu-o como Instituto Superior de Filosofia. Em 1954 e 1964 Cerejeira manifestou à Santa Sé parecer negativo sobre a abertura da Faculdade de Filosofia de Braga ao público, sobretudo a eclesiásticos não jesuítas, com receio de que tal medida prejudicasse a afluência de alunos de filosofia à futura Universidade Católica. Três anos depois, a Congregação dos Seminários e Universidades, a pedido da Companhia de Jesus e do arcebispo de Braga e com o consentimento escrito do patriarca, optou por solução diferente do paralelismo de instituições autónomas. Pelo decreto *Lusitanorum nobilissima gens*, de 13 de Outubro de 1967, abriu ao público a Faculdade de Filosofia de Braga e erigiu-a como primeira faculdade da UCP com mandato para se estender quanto antes a Lisboa. O decreto foi promulgado em Braga a 1 de



Escola Superior de Biotecnologia, Porto.

Novembro de 1967, na presença dos cardeais Cerejeira e Garrone, pró-prefeito daquela congregação romana, e do ministro da Educação Nacional. *5. Abertura da Faculdade de Teologia de Lisboa e inauguração da sede da Universidade Católica Portuguesa (1968):* No final de 1967 o episcopado colocava-se na perspectiva de o reitor da UCP ser um bispo, assistido por um vice-reitor que assumisse as obrigações ordinárias da reitoria. Para este lugar a Conferência Episcopal, na reunião de 12-15 de Dezembro de 1967, indigitou o professor José do Patrocínio Bacelar e Oliveira, director da Faculdade de Filosofia de Braga, em fim de mandato, tendo em conta os méritos evidenciados no governo desta escola desde 1962. Na reunião da Comissão Episcopal da UCP de 13 de Junho de 1968 abandonou-se o projecto de reitoria episcopal. O professor Bacelar foi designado vice-reitor em exercício de funções de reitor, fórmula julgada mais apropriada à fase de organização da UCP, e algum tempo depois tomou conta do cargo. Afastada pela Congregação dos Seminários e Universidades a proposta de incorporação na Universidade Católica de três institutos da Igreja em Lisboa (Instituto de Serviço Social, Instituto Superior de Psicologia Aplicada e Instituto de Cultura Superior Católica), como se previa na pastoral do episcopado de 16 de Janeiro de 1965, os esforços concentraram-se na programação da Faculdade de Teologia e de uma Escola de Ciências Sociais. A 19 de Setembro de 1968, após diligências do vice-reitor em Roma, aquele dicastério, cujo nome entretanto mudara para Congregação da Educação Católica, autorizou o início do curso de Teologia na sede da UCP em regime experimental, mas contando já para graus académicos. A abertura da faculdade e a inauguração da sede da UCP efectuaram-se a 4 e a 29 de Novembro de 1968, respectivamente. Como magno chanceler da universidade, Cerejeira presidiu às duas cerimónias. A primeira decorreu de forma privada e à segunda, muito solene, assistiram quase todo o episcopado, o ministro da Educação Nacional, os reitores das universidades de Lisboa e Coimbra e numeroso público. *6. Reconhecimento oficial civil e canónico da Universidade Católica Portuguesa (1971):* A partir de fins de 1968, o magno chanceler e o vice-reitor intensificaram as diligências para o reconhecimento da UCP. O processo foi cuidadosamente apreciado no Ministério da Educação Nacional por ser o primeiro caso de reconhecimento de uma universidade não estatal. Paralelamente, continuava a preparar-se o lançamento da Faculdade de Ciências Humanas, a terceira da UCP. Abandonou-se o projecto da Escola de Ciências Sociais, mas os estudos feitos nessa perspectiva foram aproveitados na planificação do primeiro curso da Faculdade de Ciências Humanas, então designado Curso de Ciências Socioempresariais e cujo currículo foi apresentado ao Ministério da Educação Nacional a 11 de Maio de 1971. Dois meses depois, por ocasião da transmissão de funções do cardeal Cerejeira a D. António Ribeiro no Patriarcado de Lisboa (29 de Junho de 1971), o governo do professor Marcelo Caetano, sendo ministro da Educação Nacional o professor José Veiga Simão, aprovou o estatuto legal da UCP pelo Decreto-Lei n.º 307/71 de 15 de Julho. Este diploma define-a como «instituição de carácter federativo» e com três grupos de «elementos integrantes»: faculdades e escolas eclesiásticas, estabelecimentos de ensino superior análogos aos das universidades do Estado e centros de investigação e institutos culturais. Reconhece-se-lhe a autonomia quanto à organização e ensino das unidades do primeiro grupo. A instituição, funcionamento e reforma das restantes carecia, porém, de autorização do Ministério da Educação Nacional. Enfim, o diploma atribui aos graus da UCP o mesmo valor que o das restantes universidades portuguesas e autoriza o ministro da Educação a conceder subsídios à UCP. O reconhecimento civil da UCP antecedeu a instituição canónica. O encaminhamento desta registou progressos em Fevereiro de 1971, no decurso de nova deslocação do vice-reitor a Roma para consultas na Congregação da Educação Católica. O reconhecimento civil da UCP em Julho apressou a decisão romana. A 1 de Outubro de 1971 a Congregação da Educação Católica emitiu três decretos de erecção canónica: da UCP, da Faculdade de Teologia e da Faculdade de Ciências Humanas. Esta aguardava ainda autorização do Ministério da Educação Nacional para funcionar, mas as perspectivas pareciam bastante favoráveis. A elevação do professor Bacelar a reitor, por decreto da Congregação da Educação Católica de 29 de Junho de 1972, assinalou mais uma etapa na consolidação institucional da UCP. *7. Desenvolvimento da Universidade Católica Portuguesa. 7.1.:* O professor Bacelar cumpriu quatro mandatos quadrienais como reitor até 1988. Ultrapassados momentos de desassossego depois da revolução de 25 de Abril de 1974, foi um tempo de expansão para a UCP. A Constituição de 1976, com as sucessivas revisões, abriu-se mais à liberdade de ensino que todas as anteriores. Destaco realizações e factos mais importantes desta época: inauguração da Faculdade de Ciências Humanas em 1972 com o curso de Ciências Empresariais, o primeiro na área da gestão leccionado no país em nível universitário (após despacho de autorização do ministro da Educação Nacional de 29 de Outubro de 1972); também na Faculdade de Ciências Humanas, cursos de Administração e Gestão de Empresas e de Economia em 1974 (por desdobramento do curso anterior) e de Direito em 1976; instituição do Conselho Superior como órgão máximo de governo da UCP e instância aglutinadora das suas unidades geograficamente dispersas (aprovação do seu estatuto pela Congregação da Educação Católica a 28 de Dezembro de 1973 e primeira reunião a 18 de Setembro de 1974); curso de Ciências Religiosas na Faculdade de Teologia de Lisboa em 1975; publicação do despacho n.º 189/76 de 8 de Julho, do ministro da Educação e Investigação Científica, esclarecendo que os graus académicos da UCP gozam do mesmo valor que os das universidades estatais, como referido no Decreto-Lei n.º 307/71, e também dos mesmos efeitos; em 1977 abertura da Secção de Filosofia de Lisboa em ligação com a Faculdade de Filosofia de Braga e filiação do Instituto Superior de Teologia de Braga na Faculdade de Teologia de Lisboa; implantação da UCP no

Emblema da Universidade Católica Portuguesa.

Porto em 1978 (secção do curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas), em Viseu em 1980 (Secção da Faculdade de Filosofia de Braga com o curso de Humanidades) e no Funchal em 1982 (extensão do curso de Filosofia ministrado em regime intensivo por docentes de Braga e Lisboa); aprovação dos primeiros estatutos da UCP pela Congregação da Educação Católica a 19 de Março de 1979; fundação da Sociedade Científica da UCP a 16 de Novembro de 1980, sob cujo patrocínio a Editorial Verbo publicou as enciclopédias *Polis* e *Logos* e está a publicar outra, *Biblos*; visita do papa João Paulo II à sede da UCP a 14 de Maio de 1982, durante a qual benzeu a primeira pedra da Biblioteca Universitária João Paulo II de Lisboa (inaugurada a 29 de Novembro de 1987); início dos mestrados na UCP em 1982 (em Direito e Filosofia); criação da Escola Superior de Biotecnologia do Porto em 1984 e do Instituto Universitário de Desenvolvimento e Promoção Social de Viseu em 1985; erecção canónica do Instituto Universitário de Ciências Religiosas no âmbito da Faculdade de Teologia de Lisboa (decreto da Congregação da Educação Católica de 30 de Março de 1986); e reestruturação da Faculdade de Teologia, a qual, mantendo-se una e única, passou a ficar implantada em três centros com sede em Lisboa e núcleos em Braga e Porto (carta do prefeito da Congregação da Educação Católica de 13 de Novembro de 1986). *7.2.:* O sucessor do professor Bacelar na reitoria, por decreto da Congregação da Educação Católica de 13 de Outubro de 1988, foi o professor D. José da Cruz Policarpo, bispo auxiliar de Lisboa e então director da Faculdade de Teologia. Principais realizações dos seus dois mandatos: em 1989, transformação das três licenciaturas da Faculdade de Ciências Humanas em duas faculdades, a de Direito (com o curso homónimo) e a de Ciências Económicas e Empresariais (com Administração e Gestão de Empresas e Economia); em 1990 relançamento da Faculdade de Ciências Humanas com cursos de Comunicação, Filosofia e Línguas e posteriormente de Saúde e Serviço Social; publicação do Decreto-Lei n.º 128/90, de 17 de Abril, que substituiu o Decreto-Lei n.º 307/71 (segundo o novo diploma a UCP deve apenas comunicar ao Ministério da Educação a criação de faculdades e outras unidades e os currículos dos respectivos cursos); aprovação do Estatuto da Carreira Docente da Universidade Católica Portuguesa (24 de Julho de 1990); implantação da UCP na Figueira da Foz e em Leiria em 1991, em Vila Real em 1992 e em Viana do Castelo em 1996; filiação na Faculdade de Teologia do Instituto Superior de Teologia de Coimbra em 1991 e do Seminário Maior de Viseu em 1996; aprovação dos novos estatutos da UCP por decreto da Congregação da Educação Católica de 11 de Outubro de 1993; criação da Faculdade de Letras de Viseu em 1993 e da Escola Superior de Ciências e Tecnologia em 1996 (com os cursos de Matemática e de Engenharia Industrial); e assinatura de um protocolo com a Câmara Municipal de Sintra a 19 de Agosto de 1993 para instalação de um futuro pólo da UCP em São Marcos (Rio de Mouro). *7.3.:* O terceiro reitor foi o professor Manuel Isidro Araújo Alves, da Faculdade de Teologia, que tinha exercido o cargo de vice-reitor de 1983 a 1994. Durante o seu mandato (1996-2000) surgiram duas novas escolas: a Escola das Artes (1996), sedeada no Porto, com três licenciaturas (Som e Imagem, Arte e Música); e a Faculdade de Engenharia (1999), a primeira unidade a instalar-se no pólo de Rio de Mouro (Sintra), também com três cursos (Engenharia do Ambiente e do Urbanismo, Engenharia Informática e Engenharia da Saúde). Foram igualmente instituídos, em Lisboa, os institutos de Educação (1997), de Estudos Políticos (1997) e de Estudos Europeus (este por transformação do já existente Centro de Estudos Europeus, que passou a ministrar também mestrados) e abriu uma extensão da Escola Superior de Biotecnologia nas Caldas da Rainha com uma licenciatura em Engenharia de Produção Biológica (1999). Em Braga, graças às possibilidades abertas pela cedência à UCP do antigo Seminário de São Luís de Gonzaga e terrenos anexos, erigiu-se um novo centro regional (1999), que integra a Faculdade de Filosofia, o núcleo da Faculdade de Teologia e novos cursos na área das ciências sociais. Tendo as dioceses de Guarda, Lamego e Viseu criado um Instituto Superior de Teologia com sede em Viseu, a Congregação da Educação Católica aprovou em 12 de Agosto de 1999 a sua filiação na Faculdade de Teologia. Também em Agosto de 1999 a UCP assinou pela primeira vez um contrato-programa com o Ministério da Educação, que abrange os alunos dos cursos de licenciatura do pólo de Viseu do Centro Regional das Beiras. Estes alunos foram assim equiparados, em matéria de propinas, aos estudantes das universidades do Estado, passando o Ministério da Educação a cobrir a diferença entre esta propina e as da UCP. Ainda em Viseu abriu em Outubro de 2000 o primeiro ano da licenciatura em Medicina Dentária. *8. Situação actual:* De 1967 ao fim do ano 2000 a UCP conferiu 91 doutoramentos (37 em Biotecnologia, 21 em Filosofia, 10 em Direito, oito em Economia, cinco em Teologia, três em Humanidades,

dois em Cultura Portuguesa, dois em Letras e um em Filosofia e Humanidades). Em 1999-2000 frequentaram-na 10 544 alunos. Em 2000-2001 está implantada em quatro centros (Beiras, com sede em Viseu; Braga; Lisboa, sede central da UCP, em Palma de Cima, junto à Cidade Universitária; e Porto, com sede na Foz), quatro pólos (Asprela, junto ao Hospital de São João, do Centro Regional do Porto; Figueira da Foz e Leiria, do Centro Regional das Beiras; e Sintra, dependente de Lisboa) e duas extensões (Caldas da Rainha e Funchal). Tem sete faculdades (Ciências Económicas e Empresariais, Ciências Humanas, Direito, Engenharia, Filosofia, Letras e Teologia), três escolas superiores (Artes, Biotecnologia e Ciências e Tecnologia) e quatro institutos universitários (Desenvolvimento e Promoção Social, Educação, Estudos Europeus e Estudos Políticos), que ministram 80 cursos: 41 de licenciatura, 18 de mestrado e 21 de pós-graduação. Bastantes cursos são leccionados em mais de um centro. No sector da investigação, a UCP mantém 28 centros de estudo (15 em Lisboa, seis no Porto e em Braga e um em Viseu) e publica 12 revistas científicas (cinco em Lisboa, três em Braga e duas em Viseu e no Porto). A UCP é membro fundador da Fundação das Universidades Portuguesas e está filiada em quatro organizações universitárias internacionais: Associação das Universidades de Língua Portuguesa, Conferência de Reitores e Presidentes das Universidades Europeias, Federação Internacional das Universidades Católicas e Federação das Universidades Católicas Europeias. Por sua vez, os reitores das universidades estatais e o reitor da UCP constituem o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas. Em 1995 a UCP, juntamente com a diocese de Macau, criou o Instituto Interuniversitário de Macau que iniciou a leccionação em Abril de 1997 e ministra cursos de mestrado em Economia e Gestão, Ciências da Educação e Informática. Além disso, colaborou com as conferências episcopais de Moçambique e Angola no lançamento das universidades católicas destes países; a de Moçambique foi inaugurada na Beira a 10 de Agosto de 1996 e a de Angola em Luanda a 22 de Fevereiro de 1999. O actual reitor da UCP, o professor Manuel António Garcia Braga da Cruz, da Faculdade de Ciências Humanas, é o primeiro leigo a ocupar o cargo. Foi nomeado pela Congregação da Educação Católica a 19 de Setembro de 2000 e tomou posse a 12 de Outubro.

ANTÓNIO MONTES MOREIRA

BIBLIOGRAFIA: CLEMENTE, Manuel – Universidade Católica Portuguesa: uma realização de largas expectativas. *Lusitania Sacra*. 6 (1994) 15-29. FRANCO, António de Sousa – O reconhecimento oficial da Universidade Católica. *Brotéria*. 93 (1971) 435-478. MOREIRA, António Montes – O Cardeal Cerejeira, fundador da Universidade Católica Portuguesa. *Lusitania Sacra*. 2 (1990) 169-221. IDEM – A erecção canónica da Universidade Católica Portuguesa e da Faculdade de Teologia de Lisboa. *Didaskalia*. 2 (1972) 201-218. IDEM – Visita de João Paulo II à Universidade Católica Portuguesa. *Didaskalia*. 12 (1982) 211-230.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. A universidade portuguesa é uma das vinte primeiras criadas na Idade Média. Em 12 de Novembro de 1288, depois de haverem rogado a D. Dinis que criasse um estudo geral em Lisboa e de haverem acordado entre si que o salário dos mestres e doutores seria pago pelas rendas dos seus mosteiros e igrejas, 27 abades, priores e reitores, em Montemor-o-Novo, suplicaram ao papa Nicolau IV que confirmasse esse estudo geral. Será esta a certidão de nascimento da universidade portuguesa ou ela já existia antes? Em 1 de Março de 1290, em carta escrita em Leiria, D. Dinis escreve que criou em Lisboa um estudo geral que muniu «com cópia de doutores em todas as Artes» e roborou «com muitos privilégios». Será esta a carta de fundação da universidade portuguesa ou será uma carta que amplia os privilégios dos que, naquele momento, já a frequentavam? Em 9 de Agosto de 1290, Nicolau IV, na bula *De Statu Regni Portugaliae*, dirigida «aos amados filhos e Universidade dos mestres e estudantes de Lisboa», além de aprovar a petição dos 27 eclesiásticos, concede privilégios aos mestres e alunos, como o foro eclesiástico e o *jus ubique docendi*. Destes três documentos talvez se possa concluir que a universidade portuguesa já era uma realidade antes de 1 de Março de 1290 e até, porventura, antes de 12 de Novembro de 1288. Instalada no Campo da Pedreira, em Alfama, durante os seus primeiros vinte anos de vida «vegetara pobre e raquítica». Nesse período, D. Domingos Jardo, bispo de Lisboa, fundou um colégio que acolheu alguns escolares. Tendo por modelo a de Bolonha, a universidade era de tipo «estudantil», pelo que eram os estudantes que elegiam os reitores (até aos fins do século XV, eram dois os reitores, que eram estudantes), os conselheiros, o bedel e os demais empregados, sendo também sua atribuição decretar a greve quando os seus privilégios eram postos em causa. Transferida para Coimbra em 1308, foi instalada junto da alcáçova real, num local posteriormente designado Estudos Velhos, onde hoje está a Biblioteca Geral. Em 15 de Fevereiro de 1309, recebe de D. Dinis a *Charta Magna Privilegiorum* que, no dizer de António de Vasconcelos, é «o diploma régio solene da fundação da Universidade de Coimbra». Quando estava em Lisboa, os salários eram pagos pelos eclesiásticos signatários da petição de 12 de Novembro de 1288; em Coimbra, foi sustentada pelas rendas de algumas igrejas. Em 1338, D. Afonso IV fá-la regressar a Lisboa, para, dezasseis anos depois, em 1354, a mandar, de novo, para Coimbra. Vinte e três anos depois, em 1377, D. Fernando leva-a, novamente, para Lisboa. Na crise de 1383-1385, foi o «centro intelectual da Revolução». Grato pelo apoio recebido, o Mestre confirmou todos os seus privilégios em seis cartas de 3 de Outubro de 1384 e em várias outras, nomeadamente numa de 23 de Setembro de 1385. Se é certo que D. João I lhe concedeu amplos privilégios, não é menos certo que iniciou uma política de cerceamento da sua «autonomia» ao colocar à sua frente uma pessoa da sua confiança inicialmente designada encarregado e, posteriormente, protector. Teria sido no tempo de D. João I que a universidade usou, pela primeira vez, do privilégio que D. Dinis lhe concedera de elaborar os seus próprios estatutos, os quais foram jurados, em nome da Santíssima Trindade, na Sé de Lisboa, em 16 de Junho de 1431. Até pelo local do juramento, se nota que era uma instituição eclesiástica, ligada à catedral, ou seja, ao bispo. Neste período, merecem re-

ferência os seguintes acontecimentos: por volta de 1400, começou a ensinar-se Teologia na Universidade; o infante D. Pedro, que, no seu giro das Sete Partidas, visitou a Universidade de Oxford, em carta escrita em Bruges em 1426 sugeriu a seu irmão D. Duarte que criasse, junto da universidade, colégios, à maneira dos de Oxford e de Paris; em 1443, sendo regente do reino e duque de Coimbra, o mesmo infante pensou em criar uma universidade na cidade do Mondego, projecto que a tragédia de Alfarrobeira fez gorar; pelo seu testamento de 1447, o Doutor Diogo Afonso Mangancha criou um colégio para residência de estudantes pobres; e, em 1503, D. Manuel deu novos estatutos à Universidade. Em 1537, D. João III transfere-a de Lisboa para Coimbra – de Corinto para Atenas. Para o êxito da transferência muito contribuíram dois religiosos da Ordem de São Jerónimo, antigos colegas na Universidade de Lovaina: Frei Brás de Braga e Frei Digo de Murça. A transferência para Coimbra teria sido preparada durante dez anos por D. João III que, inicialmente, teria intenção de a instalar no Mosteiro de Santa Cruz. Em ordem a conseguir esse intento, encarregou Frei Brás, em 1527, de reformar o dito mosteiro e de, junto dele, construir alguns colégios, quer para neles serem dadas aulas (Santo Agostinho e São João Baptista), quer para hospedagem dos alunos (Todos-os-Santos e São Miguel). Em Fevereiro de 1537, o monarca informa Frei Brás de que os lentes que iam ensinar Teologia, Cânones, Leis e Medicina deveriam chegar a Coimbra por todo esse mês, de modo a começarem no dia 1 de Março. Os professores de Artes e de Gramática seriam os que já ensinavam em Santa Cruz. Em 1 de Março, é nomeado reitor D. Garcia de Almeida. Além de alguns professores, vieram de Lisboa estudantes e funcionários e ainda – o que mostra a continuidade da Instituição – o selo, o ceptro e a maça. Ou porque os colégios ainda não estivessem inteiramente construídos ou por qualquer outro motivo, as aulas de Teologia, de Cânones, de Leis e de Medicina começaram a ser dadas nas casas do reitor (à Couraça da Estrela) e as de Artes no mosteiro. Em Abril de 1537, ao arrepio da vontade da universidade, o monarca manda que a Teologia passe a ser ensinada em Santa Cruz. Entretanto, D. João III emprestou, para sede provisória da universidade, os Paços Reais, para onde se transferiram as Faculdades de Cânones, de Leis e de Medicina. Mas, logo em 1538, mandou que a Medicina fosse professada em Santa Cruz. Assim surgiu a situação estranha de haver em Coimbra como que duas universidades: uma na Alta, no Paço Real, e outra na Baixa, em Santa Cruz. Em 1539, el-rei determinou que o prior de Santa Cruz fosse o cancelário da universidade, cargo, até então, exercido pelo bispo. Assim, a universidade deixa, de certo modo, a catedral para entrar no mosteiro que, até 1834, não só será o garante dos seus graus académicos, mas a sustentará com as suas rendas. Efectivamente, depois da morte, ocorrida em 1543, do último prior-mor de Santa Cruz que era D. Duarte, filho bastardo de D. João III, o monarca, porventura aconselhado por Frei Brás (ainda a exercer o cargo de reformador do mosteiro) e por Frei Diogo de Murça (reitor da universidade de 1543 a 1555), decidiu solicitar ao papa a extinção da comenda e a afectação da maior parte dos seus bens (uma enorme fortuna...) à universidade. O aspecto «monástico» da universidade está bem documentado ainda, nos séculos XVI, XVII e XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, em cerca de uma vintena de colégios, onde as diferentes ordens religiosas albergavam os seus membros universitários. D. João III proveu a universidade de um corpo docente numeroso e de alto nível. Muitos desses professores eram estrangeiros, que vieram para Coimbra atraídos pelas boas condições que lhes foram oferecidas. Dos professores nacionais, quase todos haviam sido «bolseiros» em várias universidades da Europa. O Colégio das Artes, no dizer de Mário Brandão, «constituiu o capítulo mais brilhante da reforma joanina da Universidade». Criado em 1547, começou a funcionar, sob a direcção de André de Gouveia, em Fevereiro de 1548. Instalado inicialmente, a título provisório, no Colégio de Todos-os-Santos e no Colégio de São Miguel, passou, algum tempo depois, para um edifício novo, onde o cardeal infante D. Henrique viria a instalar, em 1566, o Tribunal do Santo Ofício. Nessa altura, o colégio, dirigido pelos Jesuítas desde 1555, é transferido para a Alta coimbrã, sendo instalado, a título provisório, junto do Colégio de Jesus (Sé Nova), numas casas onde antes haviam estado os freires de Cristo. Em 1568 é lançada a primeira pedra do edifício onde o Colégio das Artes viria a ser instalado definitivamente no século XVII. A partir de 1759, nele funcionaram os «estudos menores» criados por Pombal. Em 1840 foi lá instalado o liceu, aí se mantendo até 1870, data em que o edifício foi inteiramente ocupado pelos hospitais da universidade. Por carta de 16 de Julho de 1537, D. João III mandou que a universidade se regesse pelos estatutos manuelinos, enquanto a não provesse de novos, o que fez em 1544, mas esses estatutos desapareceram. Em 1559, no tempo da regência de D. Catarina de Áustria, foram-lhe dados novos estatutos que confirmam que a universidade continuava a ser uma instituição eclesiástica. Com efeito, os cinco primeiros capítulos ocupavam-se da capela, das exéquias, da confraria da universidade, e de como haviam de ser eleitos os vigários e os curas das igrejas anexas à universidade. A primeira frase do primeiro capítulo é a seguinte: «Porquanto a primeira coisa que se deve procurar é a honra e a glória de Nosso Senhor Jesus Cristo, haverá na Universidade uma capela em a qual se celebre o ofício divino para que o possam os lentes e estudantes ouvir.» Esta frase aparecerá também no começo dos estatutos de 1591, dos de 1597 e dos de 1654. Em 14 de Setembro de 1554, o cardeal D. Henrique, regente na menoridade de seu sobrinho-neto, ordenou que todos os lentes, no começo de cada ano lectivo, jurassem acreditar nas deliberações do Concílio de Trento (1545-1563). Os estatutos de 1591 são os primeiros a obrigar os lentes, no início do ano lectivo, e todos os que houvessem de tomar graus académicos, antes de os receberem, a fazer esse juramento. Esta imposição manteve-se até à proclamação da República. Até então, a Universidade de Coimbra foi uma típica universidade da Contra-Reforma. Os estatutos

de 1591 são os primeiros a referir-se à cadeia da universidade, o que faz lembrar o «foro académico» com que, à mistura com o «foro eclesiástico», a universidade foi privilegiada desde a sua origem e muito particularmente desde a Charta Magna Privilegiorum de 1309 até à Carta Constitucional de 1826. Em 1597 – ano em que veio para Coimbra Francisco Suarez e em que Filipe II vendeu à universidade, por 30 000 cruzados, os Paços Reais – foram impostos à universidade novos estatutos, conhecidos por «filipinos» que, em 1612, foram objecto de «reformação». Reformação que consistiu no acrescento de 162 artigos. Ao lado de alguns aspectos de grande elevação, de que o ponto mais alto foi, porventura, o magistério do «Doutor Exímio», a vida universitária, nos começos do século XVII, revela grande decadência, de que é um espelho a «Devassa» publicada pelo autor destas linhas sob o título de «Autos e Diligências de Inquirição». Assim se chegou a 1640. Seria de esperar que, na sequência da Restauração, aparecessem novos estatutos que reformassem a universidade de alto a baixo, em consonância com os princípios da ciência experimental que então despontava. Mas, em vez disso, a universidade pede a D. João IV que mande que os estatutos de 1597, que haviam sido impostos pelo rei espanhol, sejam impressos, pois «estavam somente escritos de letra de mão e tinha a experiência mostrado que o não estarem impressos era causa de menos observância deles, em prejuízo da mesma Universidade». E pede ainda ao rei que concedesse licença para que a carta de confirmação, datada de 8 de Junho de 1597 e feita em nome do rei castelhano, fosse impressa nos estatutos em nome do rei de Portugal, o que, efectivamente, foi feito. No século XVII, só os atrevidos «libertinos» reivindicavam a liberdade de pensamento. Seria, por isso, vã e até insensata qualquer tentativa para encontrar em qualquer parágrafo dos estatutos de 1654 algo de parecido com aquilo que hoje se designa por «liberdade de cátedra» e por «autonomia pedagógica». Estava-se muito longe disso e tão longe que, entre as funções do reitor, estava a de se informar, «em todo o tempo, dos conselheiros que forem ouvintes e de outros estudantes e pessoas de crédito, como lêem os lentes e se cumprem as obrigações destes Estatutos; e, para este mesmo efeito, está obrigado, cada três meses do ano, [a] visitar todas as lições das Escolas com o conselheiro teólogo mais antigo e com o mais antigo da Faculdade que visitar, e saberá se lêem em latim, ou alegam para pompa, se alegam modernos deixando os antigos...» (liv. I, tit. XX, § 2). Recordo ainda que, apesar de os estatutos de 1654 serem uma mera reprodução dos de 1597 e de estes haverem sido elaborados por pessoas inteiramente inseridas na ortodoxia oficial, as duas primeiras páginas desses estatutos estão ocupadas, compactamente, com 12 deliberações do Santo Ofício sobre a ortodoxia da doutrina neles contida. No fim dos estatutos de 1654, a seguir à fórmula da profissão de fé, vem a fórmula do juramento do mistério da Imaculada Conceição, juramento que, ao que parece a instâncias dos Franciscanos (que, nesta matéria, se opunham aos Dominicanos), D. João IV impôs à universidade em 1646, apesar do voto em contrário do

Frontispício dos Estatutos da Universidade de Coimbra, *gravura a buril, 1653.*

reitor e do Claustro Pleno. Numa espécie de apêndice aos estatutos de 1654, vem o «Regimento dos Médicos e Boticários Cristãos-Velhos», promulgado por alvará de 7 de Fevereiro de 1604. Aí se afirma que «os que houverem de ser admitidos ao partido da Medicina não hão-de ter raça de judeu, cristão-novo, nem mouro...». Esta disposição faz-nos lembrar as perseguições de que, no país e na universidade, foram vítimas, entre muitos outros, intelectuais como André de Avelar, sucessor – após algumas décadas de vacatura – de Pedro Nunes na cadeira de Matemática e guarda da livraria da universidade, António Homem, o *Praeceptor Infelix*, e Francisco Velasco de Gouveia, autor da *Justa Aclamação*. Os estatutos de 1654 serviram de lei fundamental à universidade durante cerca de 120 anos, período que se caracterizou pela rotina e pela decadência, rotina e decadência, aliás, partilhadas pela maioria das universidades europeias da época. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, que frequentou a universidade no primeiro lustro dos anos 50 do século XVIII e que, menos de 20 anos depois, viria a ser o grande reitor da reforma pombalina, deixou-nos um impressivo retrato da decadência da universidade nos tempos pré-pombalinos. O seu testemunho deve, no entanto, ser olhado com alguma reserva, pois ele estava interessado em denegrir a universidade pré-pombalina, para, assim, melhor pôr em realce os

aspectos positivos da reforma do marquês. Efectivamente, apesar da decadência em que viveu mergulhada durante mais de um século, a universidade pré-pombalina formou homens que se tornaram notáveis em vários domínios da actividade nacional. Basta lembrar nomes como os do diplomata D. Luís da Cunha, do erudito Diogo Barbosa Machado, do historiador António Caetano do Amaral, do reitor Francisco Caneiro de Figueiroa e dos juristas António Ribeiro dos Santos e Pascoal José de Melo Frei dos Reis. E convém não esquecer que os membros da Junta de Providência Literária, a quem Pombal cometeu a tarefa de propor as grandes linhas para a reforma da universidade, fizeram a sua formação intelectual na Universidade de Coimbra, desde o cardeal da Cunha a Frei Manuel do Cenáculo, a José de Seabra da Silva, a Francisco de Lemos e a João Pereira Ramos de Azevedo. A Junta de Providência Literária, criada em 23 de Dezembro de 1770, submeteu, em 28 de Agosto de 1771, à apreciação régia o «Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas ciências e nos professores e directores que a regiam...», na sequência do qual foram elaborados e publicados os estatutos de 1772, que Sebastião José, como lugar-tenente de el-rei, foi apresentar em Coimbra, numa visita que demorou 32 dias. Os estatutos foram para Coimbra, em manuscrito e impressos. O manuscrito, ricamente encadernado, com todas as suas folhas rubricadas pelo «Marquês Visitador», encontra-se no Arquivo da Universidade. Na versão impressa, constam de três volumes, ocupando-se o primeiro (de 252 p.) da Faculdade de Teologia, o segundo (de 390 p.) das de Cânones e de Leis e o terceiro (de 271 p.) dos «Cursos das Ciências Naturais ou Filosóficas», ou seja, das Faculdades de Medicina, de Matemática e de Filosofia (estas duas últimas então criadas). A Faculdade de Teologia e as faculdades de Cânones e de Leis foram objecto de profunda remodelação, tanto nos planos de estudo como nos métodos de ensino. No que diz respeito a estas três faculdades, os estatutos estão impregnados de jansenismo e de galicanismo ou regalismo, doutrinas que se enquadram bem com a política de Pombal e em que Sebastião José se teria embebido durante as suas missões em Londres e sobretudo em Viena. Se é certo que a reforma destas três faculdades apresenta inovações ainda hoje dignas de nota, não é menos certo que o que verdadeiramente caracteriza a reforma pombalina foi a introdução do método experimental na universidade, o que se verificou na Faculdade de Medicina e na Faculdade de Filosofia Natural, tendo como suporte a Faculdade de Matemática. Para que fosse possível a introdução desse espírito novo – o espírito experimental – baseado na observação e na experimentação, os estatutos de 1772 criaram um conjunto de estabelecimentos que, no domínio da ciência experimental, colocaram a Universidade de Coimbra ao nível das universidades europeias mais avançadas. Esses estabelecimentos são: o Hospital Escolar, o Teatro Anatómico, o Dispensatório Farmacêutico, o Museu de História Natural, o Gabinete de Física Experimental, o Laboratório Químico, o Jardim Botânico e o Observatório Astronómico. Para além do espírito experimental, um outro espírito vivifica os estatutos de 1772; o espírito iluminista, entendendo-se por iluminismo (como viria a escrever Kant, em 1784, em *Was ist Aufklärung*) «a saída do homem da sua menoridade mental». Dada a grande influência das Luzes na reforma universitária, poderia ser-se levado a pensar que a universidade pombalina – apesar de conservar uma Faculdade de Teologia e uma Faculdade de Cânones – teria deixado de ser uma instituição eclesiástica para passar a ser uma instituição laica. Na realidade, porém, assim não aconteceu, uma vez que os estatutos pombalinos, na sequência dos filipinos e dos joaninos, continuam a impor aos professores e aos que hão-de receber graus académicos a profissão da fé. Em Outubro de 1772, os lentes fizeram a profissão de fé, na capela, perante o marquês de Pombal. Os estatutos de 1772 ocupam-se apenas do aspecto literário e científico, sendo omissos no que diz respeito ao aspecto administrativo, económico, litúrgico e eclesiástico. D. Maria I, em 1779, determinou, «por providência interina», que, nesses aspectos, a vida académica se pautasse pelos estatutos de 1654 (que é o mesmo que dizer pelos estatutos de 1597 que são fundamentalmente iguais aos de 1591), estatutos que ficaram conhecidos por Estatutos Velhos e para os quais ainda hoje se apela, como, por exemplo, quando se trata da cerimónia da tomada de posse do reitor ou da imposição das insígnias doutorais. Os estatutos pombalinos conseguiram atravessar incólumes a «viradeira», as invasões napoleónicas e a revolução liberal. Cem anos depois de «novamente fundada» por Pombal, a universidade honrava-se de ser pombalina. Desde os fins do século XVIII até 1859, a inspecção, governo e direcção do ensino primário e do ensino secundário estiveram a cargo da universidade que o fez, quer através da Junta da Directoria Geral dos Estatutos e Escolas do Reino, quer através de outros organismos. Na primeira metade do século XIX e sobretudo a partir das Invasões Francesas, repercutiram-se na vida universitária todos os acontecimentos vividos no país, o que se traduziu por uma grande instabilidade e por distúrbios muito frequentes e levou a que a universidade fosse várias vezes encerrada. Prova da instabilidade no país repercutida na universidade foi a organização de vários batalhões académicos, quer na altura das Invasões Francesas, quer na altura das lutas liberais, quer na altura da Guerra da Patuleia. Na Academia de Coimbra, como em todo o país, havia adeptos do liberalismo e do absolutismo. Não admira, por isso, que a revolução liberal de 1820 tivesse sido celebrada com outeiros e saraus na Sala dos Capelos, como não admira que, em 1823, após a Vila-Francada, uma deputação de professores fosse felicitar D. João VI e tivesse sido criada na universidade uma Junta Expurgatória para limpar a academia de todos os resquícios do liberalismo e que, em Fevereiro de 1824, os estudantes absolutistas tivessem mandado celebrar um tríduo na capela da universidade e fizessem um sarau na Sala dos Capelos. Tendo D. Miguel regressado a Portugal em Fevereiro de 1828, o Claustro Pleno enviou a Lisboa, para o cumprimentar, uma deputação de seis professores. Um

grupo de estudantes liberais, pertencentes à sociedade secreta «Divodignos», assaltaram os professores junto de Condeixa e assassinaram dois deles. Em 1832, os Jesuítas regressaram a Coimbra e ao Colégio das Artes, que dirigiram até 1834. Em Maio de 1834, na sequência do decreto que extinguiu as ordens religiosas, foram encerrados todos os colégios universitários, com excepção do de São Pedro e do de São Paulo. Em Junho de 1834, em Claustro Pleno, a universidade congratulou-se com o fim da guerra civil e com a vitória de D. Pedro IV, o que não impediu que a maioria dos seus professores, porque seguidores do ideário absolutista, fossem «saneados». Em Dezembro de 1836, as Faculdades de Cânones e de Leis foram fundidas, formando a Faculdade de Direito. Em 8 de Dezembro de 1862, na cerimónia da distribuição dos prémios na Sala dos Capelos, quando o reitor Basílio Alberto de Sousa Pinto começou a ler o seu discurso, os estudantes, gritando impropérios contra ele, abandonaram a sala. Na sequência desse desacato, publicaram o «Manifesto dos estudantes da Universidade de Coimbra à opinião ilustrada do país», manifesto que foi redigido por Antero de Quental. Um decreto de 19 de Novembro de 1863 aboliu o «exame privado», substituindo-o pela licenciatura. Em 1865, o opúsculo de Antero de Quental *Bom senso e bom gosto* (contra Castilho) deu origem à Questão coimbrã. Em 1872 foi celebrado o 1.º centenário da reforma pombalina, sendo de destacar a publicação de memórias sobre as faculdades reformadas (excepto a de Direito). Em 1885, Damásio Jacinto Fragoso, lente de véspera de Teologia, apresentou no Conselho Superior de Instrução Pública um relatório ou memória que continha onze propostas que visavam a melhoria da qualidade do ensino naquela faculdade, sendo objectivo de três dessas propostas fomentar o aumento da frequência da faculdade que, efectivamente, era muito pouco frequentada. O bispo de Coimbra considerou essas propostas eivadas de «regalismo», o que deu azo a um «incidente» entre o prelado e a faculdade, incidente em que intervieram a nunciatura de Lisboa e a cúria romana. Em 1887 é criada a Associação Académica e, em 1888, a Tuna Académica. No ano lectivo de 1891-1892, matriculou-se na universidade a primeira mulher: Domitila Hormizinda Miranda de Carvalho. Em Abril de 1899 realizaram-se os festejos académicos do Centenário de Sebenta que estão na origem da Queima das Fitas. Em 1901 foi fundado o Centro Académico de Democracia Cristã, organização de estudantes católicos que se propunham estudar e levar à prática as encíclicas sociais de Leão XIII. No princípio do século XX, foi promulgada nova reforma da universidade pelo Decreto n.º 4, de 24 de Dezembro de 1901. Esse decreto não despiu, porém, a Universidade daquilo que era velho e a impedia de ser um «espaço de liberdade», condição essencial para ser um espaço onde se cultivasse a

Pólo II da Universidade de Coimbra.

ciência. No dealbar do século XX, a universidade não se havia ainda desprendido do cordão umbilical que a ligava às suas longínquas origens eclesiásticas. Como diria, alguns anos mais tarde, Sidónio Pais, verificava-se nela «uma mistura do serviço de Deus e do serviço de Minerva». Foi, sem dúvida, o facto de a universidade ser oficialmente uma instituição eclesiástica, fortemente enraizada no fundamentalismo dogmático tridentino, a causa ou o pretexto de inúmeros conflitos académicos que se verificaram sobretudo no período que medeia entre a revolução liberal e a proclamação da República. A greve académica de 1907, embora tivesse tido como pretexto imediato a reprovação de um candidato ao doutoramento na Faculdade de Direito, não foi apenas uma contestação dos métodos de ensino naquela faculdade, como o teriam pensado Marnoco e Sousa e José Alberto dos Reis. Foi algo de muito mais profundo, como o entendeu Bernardino Machado, que, demitindo-se das suas funções de professor, quis significar, com a sua atitude, que «aquela» universidade não servia. A reforma promulgada em 19 de Agosto de 1907, embora não fosse a reforma por que se esperava, até porque fora preparada antes da greve de 1907, teve efeitos benéficos na vida das instituições de ensino superior e, nomeadamente, na universidade, sobretudo porque lhe permitiu gerir, com certa «autonomia», as suas receitas, o que permitiu, além de outras coisas, «missões de estudo» ao estrangeiro de alguns do seus professores. Essas missões de estudo foram determinantes para a reforma universitária de 1911. Proclamada a República em Outubro de 1910, o Governo Provisório propôs-se logo reformar o ensino superior. Essa reforma revestiu dois aspectos: um aspecto «pontual», no que diz respeito à Universidade de Coimbra (cuja «ideologia» oficial, de cariz «eclesiástico», se não coadunava com o «laicismo» do novo regime), e um aspecto «estrutural», no que diz respeito ao conjunto das instituições do Ensino Superior. No aspecto «pontual», é de salientar que um decreto com força de lei de 23 de Outubro de 1910 determinou que fossem «para todo o sempre abolidos» o juramento dos lentes e o juramento dos estudantes. Outro decreto da mesma data anula as matrículas no 1.º ano de Teologia. A reforma «estrutural», promulgada entre Fevereiro e Maio de 1911, condensa-se nos seguintes nove diplomas: Reforma do Ensino Médico (decreto de 22 de Fevereiro); Criação das Universidades de Lisboa e Porto e criação do Fundo Universitário de Bolsas ou Pensões de Estudos (decreto de 22 de Março); Reforma dos Estudos Jurídicos (decreto de 18 de Abril); Bases da Nova Constituição Universitária (decreto de 19 de Abril); Plano de Estudos das Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e de Lisboa (decreto de 9 de Maio); Plano Geral de Estudos das três Faculdades de Ciências (decreto de 12 de Maio); Escolas Normais Superiores (decreto de 21 de Maio); Escolas de Educação Física (decreto de 26 de Maio); Reforma do Ensino da Farmácia (decreto de 26 de Maio). A instabilidade governativa da I República repercutiu-se na instituição universitária, pelo que a legislação atrás referida (em geral de grande qualidade) teve uma execução bastante frustrante. Dos muitos factos ocorridos durante a I República em ligação com a Universidade de Coimbra merecem referência os seguintes: em Fevereiro de 1912, foi publicado o primeiro número do *Imparcial*, semanário dos estudantes católicos, de que foi director e editor o então aluno da Faculdade de Letras, Manuel Gonçalves Cerejeira; em Abril de 1914, foi publicado o primeiro número da *Nação Portuguesa*, revista que, dirigida pelo estudante monárquico Alberto de Monsaraz, veiculava as ideias de Charles Maurras, nela colaborando António Sardinha, Hipólito Raposo, Pequito Rebelo, Almeida Braga e Alfredo Pimenta, fundadores do Integralismo Lusitano; em 1915, o Dr. Guilherme Alves Moreira, reitor da universidade e ministro da Justiça do governo de Pimenta de Castro, foi demitido, só regressando à universidade em 1918; por decreto de 6 de Julho de 1918, a «Nova República» presidida por Sidónio Pais revogou a Constituição Universitária de 1911 e promulgou o Estatuto Universitário; tendo Paiva Couceiro, após o assassinato de Sidónio Pais, tentado restaurar, em Janeiro de 1919, a Monarquia, um grupo de estudantes republicanos organizou um batalhão académico que combateu os revoltosos em Aveiro e no Porto; em 1919, acusados de ligações ao antigo regime, foram suspensos quatro professores da Faculdade de Direito: Magalhães Colaço, Carneiro Pacheco, Fezas Vital e Oliveira Salazar; em Janeiro de 1925, começou a publicar-se a *Biblos*, revista da Faculdade de Letras. Na sequência do 28 de Maio, logo em 3 de Junho de 1926, são nomeados ministros três professores da Universidade: Manuel Rodrigues Júnior (Justiça) António de Oliveira Salazar (Finanças) e Joaquim Mendes dos Remédios (Instrução Pública). Salazar, que não tomou posse juntamente com os seus colegas, demorou-se no governo apenas cinco dias. Mendes dos Remédios poucos mais dias ficou. Mas, na sua curta passagem pelo governo, Mendes dos Remédios foi responsável por alguma legislação universitária, de que merece destaque o Decreto n.º 11 721, de 12 de Junho de 1926, que restitui às universidades a autonomia e manda eleger, no prazo máximo de 15 dias, os reitores, os vice-reitores e os directores das faculdades e escolas universitárias. Quatro meses após o 28 de Maio, um decreto de 2 de Outubro revoga a Constituição Universitária de 1911 e o Estatuto Universitário de 1918 e promulga o Estatuto da Instrução Universitária que, entre muitas outras alterações, reintroduz a designação de «professor catedrático», que a reforma de 1911 substituíra pela de «professor ordinário». Dois anos e meio após a promulgação do estatuto, o Decreto n.º 16 623, de 18 de Março de 1929, introduziu-lhe algumas modificações, a maior das quais foi, sem dúvida, o reitor deixar de ser eleito, mas designado pelo governo. Em Dezembro de 1934, foi nomeada uma comissão encarregada de elaborar o programa do Plano Geral das Instalações da Cidade Universitária. A construção iniciou-se em 1940 e ainda não terminou. Com efeito, neste momento, a universidade está espalhada por três pólos. O Pólo I é constituído pelo velho Paço Real e por numerosos edifícios plantados em seu redor, onde estão instaladas, neste momento (1996), as Faculdades de Direito, de Le-

tras, de Medicina, de Farmácia, de Ciências e de Tecnologia e ainda (embora um pouco distanciadas) a de Economia e a de Psicologia e de Ciências, sem esquecer o Arquivo e a Biblioteca Geral. O Pólo II, na margem direita do Mondego, a uns três quilómetros a montante da Ponte de Santa Clara, é onde estão a construir-se os edifícios destinados à ampliação da Faculdade de Ciências e de Tecnologia (sobretudo as Engenharias), à implantação da Faculdade de Farmácia e da licenciatura em Ciências do Desporto e Educação Física. No Pólo III, onde, desde 1987, funcionam os hospitais da universidade, será construída a Faculdade de Medicina. Em 1934, como que regressando às suas origens eclesiásticas, a universidade nomeou seu capelão Manuel Trindade Salgueiro. Vem a propósito lembrar que, ainda hoje, a universidade tem um capelão que celebra missa todos os dias na capela. E em certos dias do ano, como 8 de Dezembro (dia da Imaculada Conceição, padroeira da universidade) e 1 de Março (data da fundação da universidade), todos os professores são convidados a assistir aos actos litúrgicos. Na sequência do Decreto-Lei n.º 25 317, de 13 de Maio de 1935, foram demitidos alguns professores, como Aurélio Quintanilha e Sílvio Lima e, nos fins da década de quarenta, Mário Silva. Em 1937 foi solenemente comemorado o 4.º centenário da transferência definitiva da universidade para Coimbra. Durante o Estado Novo, como, de resto, em todas as outras épocas, repercutiram-se na universidade todos os acontecimentos – culturais, políticos, económicos, religiosos... – da sociedade portuguesa. Muitos dos seus professores e dos seus alunos foram ou adeptos fervorosos do regime ou seus adversários aguerridos, mantendo-se a maioria numa certa indiferença. Está aí a explicação de acontecimentos como as greves de 1962 e de 1969 e de algumas ocorrências, mais ou menos felizes, que se seguiram ao 25 de Abril de 1974. Embora com algum atraso, a universidade procurou acertar o passo com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Daí que, em 1972, a Faculdade de Ciências tenha passado a chamar-se de Ciências e de Tecnologia, uma vez que acolheu as engenharias. Daí a criação, também em 1972, da Faculdade de Economia. E a criação, em 1980, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, precedida, desde 1976, pelo Curso Superior de Psicologia. No ano lectivo de 1995-1996, a Universidade de Coimbra foi frequentada por 16 234 alunos (9675 do sexo feminino e 6559 do sexo masculino), assim distribuídos por faculdades – Letras: 3861 (2943 do sexo feminino e 918 do sexo masculino); Direito: 2635 (1612 do s. f. e 1023 do s. m.); Medicina: 1138 (669 do s. f. e 469 do s. m.); Ciências e Tecnologia: 4953 (2128 do s. f. e 2825 do s. m.); Farmácia: 755 (580 do s. f. e 175 do s. m.); Economia: 1967 (1078 do s. f. e 889 do s. m.); Psicologia e Ciências da Educação: 716 (591 do s. f. e 125 do s. m.); Curso de Ciências do Desporto e Educação Física: 209 (74 do s. f. e 135 do s. m.). Ministraram o ensino e fizeram investigação 1446 docentes, dos quais 550 eram doutores e os restantes eram mestres e licenciados.

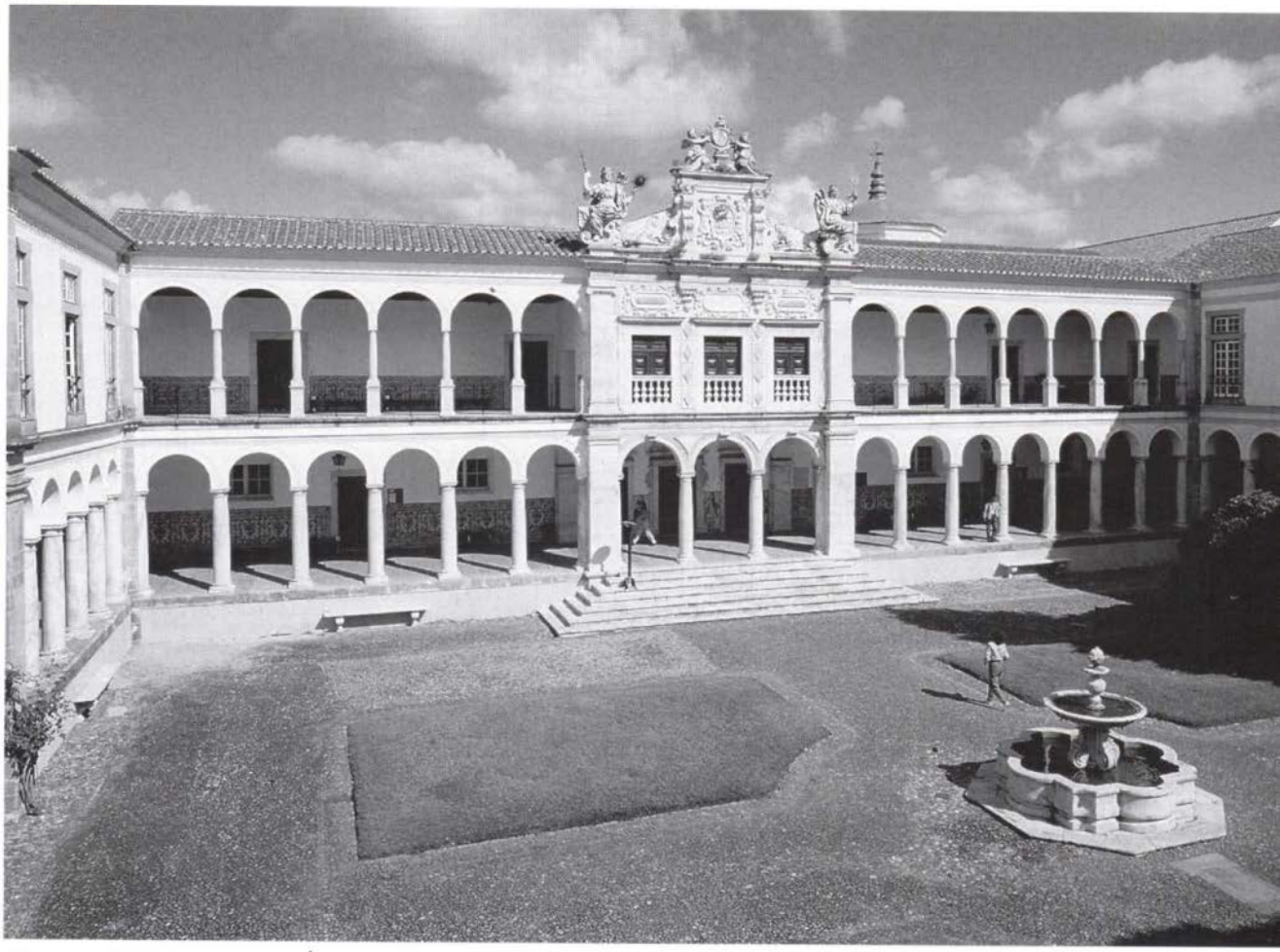
JOAQUIM FERREIRA GOMES

BIBLIOGRAFIA: *Autos e diligências de inquirição: Contribuição para a história da Universidade de Coimbra no século XVII*. Lisboa: FCG, 1989. Braga, Teófilo – *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa, 1892-1902. 4 vol. Brandão, Mário; Almeida, Manuel Lopes de – *A Universidade de Coimbra: Esboço de uma história*. 1937. Costa, Mário Alberto Nunes – *Reflexão acerca dos locais ducentistas atribuídos ao Estudo Geral*. Coimbra, 1991. Cruz, Guilherme Braga da – *Origem e evolução da Universidade*. Lisboa, 1964. D'Irsay, Stephen – *Histoire des Universités françaises et étrangères des origines à nos jours*. Paris, 1933-1935. 2 vol. Figueiroa, Francisco Carneiro de – *Memórias da Universidade de Coimbra*. Coimbra, 1937. Fonseca, Fernando Taveira da – *A Universidade de Coimbra (1700-1771)*. Coimbra, 1995. Gomes, Joaquim Ferreira – Do Colégio das Artes ao Liceu de Coimbra. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. 17 (1983) 335-364. Reimpresso em *Estudos de história e de pedagogia*. Coimbra: Almedina, 1984, p. 41-69. Idem – *A escola normal superior da Universidade de Coimbra (1911-1930)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1989. Idem – *Estudos para a história da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Minerva, 1991. Idem – A «ideologia» oficial da Universidade de Coimbra em 1910, antes da proclamação da República: uma mistura do serviço de Deus e do serviço de Minerva. In *Universidade(s): História, Memória, Perspectivas*. Coimbra, 1991, vol. I, p. 429-448. Idem – *O marquês de Pombal e as reformas do ensino*. Coimbra: Almedina, 1982. Idem – *A mulher na Universidade de Coimbra*. Coimbra: Almedina, 1987. Idem – *Para a história da educação em Portugal*. Porto: Porto Editora, 1995. Idem – A reforma pombalina da Universidade. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. 6 (1972) 25-63. Reimpresso em *Dez estudos pedagógicos*. Coimbra: Almedina, 1977, p. 215-250. Idem – A reforma universitária de 1911. *Revista de História das Ideias*. 12 (1990) 259-299. Idem – *A Universidade de Coimbra durante a Primeira República*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1990. Idem – Os vários estatutos por que se regeu a universidade portuguesa ao longo da sua história. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. 20 (1986) 3-62. Reimpresso em *Novos estudos de história e de pedagogia*. Coimbra: Almedina, 1986, p. 7-65. Lemos, D. Francisco de – *Relação geral do estado da Universidade de Coimbra*. Reed. Coimbra, 1980. *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis: 1772-1937*. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992. Ramos, A. Jesus – *O bispo de Coimbra D. Manuel Correia de Bastos Pina*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1995. Rodrigues, Manuel Augusto – *A Universidade de Coimbra e os seus reitores*. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1990. Idem – *A Universidade de Coimbra: Marcos da sua história*. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1991. Sá, Artur Moreira de, compil. – *Auctarium Chartularii Universitatis Portugalensis*. Lisboa, 1973-1979. 3 vol. Idem – *Chartularium Universitatis Portugalensis*. Lisboa, 1966-1995. 12 vol. Serrão, Joaquim Veríssimo – *História das universidades*. Porto: Lello, 1983. Trindade, Manuel de Almeida – *A Faculdade de Teologia e o incidente com o Senhor Bispo Conde D. Manuel Correia de Bastos Pina*. Lisboa: União Gráfica, 1954. Vasconcelos, António de – *Escritos vários*. Coimbra, 1938-1941. 2 vol. Reed. do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1987-1988.

UNIVERSIDADE HENRIQUINA DE ÉVORA. *1. Fundação e organização:* A Universidade de Évora nasceu no contexto português e eborense do século XVI, marcado política e economicamente pelos Descobrimentos e, culturalmente, pelo Renascimento. Havia muito tempo que em Portugal se fazia sentir a falta de uma segunda universidade, pois a dionisíaca de 1290, sedeada ora em Coimbra ora em Lisboa, e tornara-se insuficiente para satisfazer as exigências científico-culturais do reino. Évora era o local mais indicado para a nova universidade, na medida em que se tornara a segunda cidade do país, como explicitamente o reconhecem os reis D. Manuel e D. João III, e escritores da envergadura de Rui de Pina e Garcia de Resende. Já D. Manuel, por volta de 1520, pensara criar aí «estudos». Com esse objectivo, adquirira terrenos junto à Porta do Moinho de Vento. A morte do rei veio travar o processo. Cinco anos depois, em 1525, D. João III viria a diligenciar junto do papa Clemente VII, no sentido de a Universidade de Lisboa ser transferida para a capital alentejana. Coimbra acabou por ser a preferida, e aí foi instalada definitivamente a universidade portuguesa, em 1537. Entretanto, Évora não desistiu de realizar o seu projecto universitário. O cardeal-infante D. Afonso deu

um passo decisivo para a sua edificação, ao instituir na catedral, além de uma escola de catecismo, o ensino da gramática e da música. Mas o grande artífice desse projecto foi o cardeal-infante D. Henrique, ao assumir como preocupação prioritária do seu governo episcopal a da formação do clero diocesano de Évora. Depois de muitas negociações, decidiu a construção de um colégio da Companhia de Jesus, integrado por dois corpos: um, para residência dos Jesuítas; o outro, para seminário diocesano. As obras foram iniciadas em 1551. Entretanto, apercebendo-se dos inconvenientes pedagógicos de juntar na mesma casa duas comunidades tão diferentes, quais eram a dos Jesuítas e a dos candidatos ao clero diocesano, D. Henrique decidiu entregar a totalidade do colégio aos primeiros, com o compromisso de nele leccionarem Latim, Grego e um curso público de Teologia Moral, chamado de Casos de Consciência. A inauguração solene do colégio jesuítico, depois de ter estado provisoriamente instalado nos Paços Reais de São Francisco, realizou-se no dia 28 de Agosto de 1553. Nele eram leccionadas Humanidades, Teologia e, a partir de 1556, Filosofia. O colégio abriu com 200 alunos, número que aumentou, sobretudo, a partir da transferência para o edifício do Colégio do Espírito Santo, ainda em construção. Apesar de ter criado o curso de Filosofia, só viria a conseguir a realização plena dos seus intentos após a morte de D. João III que, por pressão da Universidade de Coimbra, se opunha à abertura da Universidade de Évora. Nas diligências havidas junto da Santa Sé para a instauração desta, o arcebispo invocava sempre como principal objectivo da nova instituição a formação de «teólogos e pessoas que possam ensinar a doutrina cristã e a palavra de Deus ao povo» (*Lainii*, VIII, 650-651). O mesmo objectivo é evidente na provisão com que viria a aprovar os estatutos. A nova universidade tinha, pois, como objectivo fundamental formar «pregadores, confessores, curas e saçerdotes idoneos», destinados não apenas à arquidiocese de Évora mas também às outras igrejas das «Ilhas, Reinos e prouincias» de Portugal (*Statutos*, AUC, IV, 1.ª E, 24, 4, 6). As letras da Sagrada Penitenciaria, *Ad personam Vestram*, de 20 de Setembro de 1558, e a bula de Paulo IV, *Cum a nobis*, de 15 de Abril do ano seguinte, conferiram personalidade jurídica à nova universidade, que foi dotada dos direitos e privilégios eclesiásticos e civis das outras universidades, da faculdade de outorgar os mesmos graus académicos das suas congéneres de Portugal e da Europa e do direito de ensinar todas as ciências, excepto a medicina, o direito civil e a parte contenciosa do direito canónico, que continuariam confiadas exclusivamente à Universidade de Coimbra. Bastião da Contra-Reforma no Sul do país, a Universidade de Évora formou teólogos e filósofos que contribuíram para preservar Portugal de muitos dos desvios doutrinais então em voga pela Europa. Dela saíram pregadores e missionários para a evangelização do Alentejo, do país e do ultramar; nela se formaram mestres e escritores de nomeada no campo das ciências humanas e divinas. A Universidade de Évora contribuiu decisivamente para a defesa e implantação dos valores humanos e cristãos, veiculando a corrente mais ortodoxa do humanismo renascentista. Tendo começado com cerca de 600 alunos, 10 % dos quais eram jesuítas, atingiu 1600 em 1592. *2. Organização:* Segundo os estatutos, a direcção da universidade foi confiada a um reitor da Companhia de Jesus, coadjuvado por um chanceler para a Teologia, um prefeito de estudos para as Artes e Filosofia, e um decano, um conselheiro e dois deputados por cada uma das quatro faculdades (Teologia, Casos de Consciência, Artes e Humanidades). Os programas distribuíam-se por três graus de ensino: o primário, com classes de Ler e Escrever; o secundário, com classes de Gramática, Humanidades e Retórica; o superior, com classes de Artes, Teologia e Casos de Consciência. Nas classes de Gramática, Humanidades e Retórica, os alunos estudavam, além da língua portuguesa, as línguas e culturas clássicas, principalmente a latina; na Faculdade de Artes era ensinada a Filosofia, que integrava todas as ciências de então; na Faculdade de Teologia funcionavam quatro classes: três de Teologia Escolástica e uma de Sagrada Escritura. O corpo docente era integrado por seis lentes de Teologia, 12 de Filosofia e Humanidades e dois de Ler e Escrever. Foi constituído protector da universidade o cardeal-arcebispo e seus sucessores, ou, após a morte daquele, o rei, se assim viesse a ser determinado. *3. Colégios e outras estruturas de apoio:* Inicialmente, o cardeal, preocupado com a criação de condições pedagógicas e económicas que garantissem a subsistência e um nível intelectual elevado da instituição, pensou criar dentro do Colégio do Espírito Santo um espaço destinado aos candidatos ao sacerdócio. A impossibilidade de realizar esse plano levou-o à criação de duas capelanias na Sé de Évora: a de Vera Cruz e a de São João, destinadas, respectivamente, a doze clérigos pobres do curso de Casos de Consciência, e a vinte e quatro cursantes dos cursos de Artes e de Teologia. Depois, fundou o Colégio de São Manços ou dos Porcionistas, com capacidade para acolher quinze jovens. Entretanto, ia tomando forma no seu espírito um plano audacioso: o da construção de quatro colégios universitários, que acabaram por ser concretizados apenas no Colégio da Purificação, destinado, por vontade do fundador, à formação intelectual e pastoral dos sacerdotes e dos candidatos ao sacerdócio. O último colégio universitário, que começou a funcionar já no século XVII, foi o da Madre de Deus, construído graças à generosidade do egitanense Dr. Heitor de Pina Olival e sua esposa, com o objectivo de acolher 12 alunos. Como estruturas de apoio, a Universidade de Évora contava ainda com uma biblioteca, um hospital e uma cadeia privativa e, mais tarde, com uma tipografia e com uma feira estudantil. *4. A projecção científica e cultural da Universidade de Évora:* Os mestres da Universidade de Évora renovaram a escolástica decadente, insuflando-lhe o sopro humanista. As obras dos seus mestres trazem as marcas inconfundíveis da profundidade e da modernidade. *4.1. Humanidades e retórica:* Nas humanidades e retórica evidenciaram-se autores e obras de nomeada europeia. O *De Institutione Gramatica* de Manuel Álvares, com as suas 600 edições, tornou-se o livro de texto fundamental em toda a Europa e fora dela,

para a aprendizagem do latim, e a *Prosódia in Vocabularium trilingue latinum, lusitanum et castelanum digesta*, de Bento Pereira, dez vezes editado, converteu-se na obra basilar para o estudo da filologia portuguesa, durante mais de dois séculos. Quando os Jesuítas foram expulsos e a universidade encerrada, estava a tipografia a imprimir uma nova edição, bilingue, desta obra. *4.2. Filosofia:* A classe de Filosofia foi inaugurada em Outubro de 1556, sob a direcção do padre Inácio Martins, recém-graduado como mestre na Universidade de Coimbra. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, o ensino da filosofia foi-se actualizando, em sintonia com o desenvolvimento dessa área do saber na Europa. Uma das inovações que mais creditou em Portugal os cursos de Artes de Évora foi a da introdução da disciplina de História da Filosofia, no ano lectivo de 1745-1746, de que foi primeiro mestre António de Freitas. Pelas cátedras e bancos de Filosofia da Universidade de Évora passaram nomes de renome internacional. De entre eles, salientamos os seguintes: Bento de Macedo, autor do *Pharus Dialectica sive Logicae Universae brevis elucidatio*; Francisco Soares Lusitano, autor do *Cursus Philosophicus*; Pedro da Fonseca, o «Aristóteles português», autor das *Instituições Dialécticas*, que, com as suas 50 edições, tornou Portugal mundialmente conhecido no campo da filosofia. Sebastião do Couto e Baltazar Álvares, dois dos autores do *Curso Conimbricense*, foram alunos e mestres da Universidade de Évora, antes de irem para a cidade do Mondego. *4.3. Teologia:* Tal como nas outras universidades europeias coevas, os professores de Teologia da Universidade de Évora dedicaram o melhor da sua actividade científico-pedagófica a comentar a *Summa Theologica* de São Tomás, o que não quer dizer que muitos deles não tenham ensinado e escrito o seu próprio pensamento em obras que dignificam os seus autores e a academia que serviram. O professor que mais se distinguiu pelo ensino e pelos escritos foi, certamente, Luís de Molina, que, com a célebre *Concordia liberi arbitrii* e o *Appendix ad Concordiam Liberi Arbitrii*, desencadeou em toda a Europa uma das mais renhidas polémicas teológicas de todos os tempos. Domingos João escreveu comentários ao Aquinatense e os tratados *De Fide et Caritate* e *De Eclesia, Papa et Conciliis*. Estêvão do Couto escreveu um *De Fide* e comentários à *Summa*. Baltazar Álvares, que regeu sucessivamente as três cátedras de Teologia da Universidade de Évora, entre 1600 e 1617, deixou manuscritos comentários à *Summa*, um *De Censuris*, um *Compendium irregularitatis* e um *De solutione matrimonii*. Além destas



Claustros da Universidade de Évora.

obras, publicou um *Index auctorum damnatae memoriae* e preparou a edição de várias obras de Francisco Suárez. Francisco Leitão deixou, além de várias obras manuscritas, três de polémica religiosa e de eclesiologia, que mereceram ser editadas em Roma: *Opusculum de Hebraceo convicto*; *Impenetrabilis Pontificiae Dignitatis Clypeus*, e *Synopsis de Eclesia Militante*. Cristóvão Gil escreveu os *Commentariorum Theologicorum de Sacra Doctrina et Essentia atque Virtute Dei Libri Duo*, editados em Lião, em 1610. No campo da teologia moral, sobressaíram, entre outros, os mestres Pedro da Fonseca, Bento Pereira, Domingos Nunes e Francisco de Sande. *4.4. Sagrada Escritura:* Um dos ramos científicos em que os professores de Évora mais se evidenciaram com obras que ainda hoje são internacionalmente citadas foi o da Sagrada Escritura. Gaspar Gonçalves leccionava em Évora Sagrada Escritura e escrevia comentários bíblicos à *Summa* de São Tomás, quando o papa Sisto V o chamou a Roma para integrar a comissão encarregada de rever a Vulgata. Durante a sua permanência na Cidade Eterna, colaborou na redacção da *Ratio Studiorum* da Companhia de Jesus. Brás Viegas, além de outros comentários bíblicos, ainda inéditos, escreveu os *Commentarii Exegetici in Apocalypsim*, editados em Évora por Fernão Rebelo, em 1601. Esta obra conheceu tal popularidade que teve 11 edições em 16 anos. Sebastião Barradas foi um escriturista de renome internacional. As suas obras foram disputadas pelas melhores tipografias da Europa. Os quatro tomos dos *Commentaria in Concordiam et Historiam Evangelicam* foram editados em Coimbra, em 1599 e 1604-1611, e reeditados repetidamente em Mogúncia, Bréscia, Lião, Veneza, Antuérpia e Augsburgo. Francisco Mendonça escreveu três volumes de comentários ao Livro dos Reis, sucessivamente editados em Coimbra, Lisboa, Lião e Colónia. O patriarca da Etiópia, Afonso Mendes, começou a escrever em Évora as *Expositiones Super Sacram Scripturam*, que terminou no exílio, em Goa. *4.5 Direito canónico:* A bula de erecção da Universidade de Évora autorizava a criação de uma faculdade de direito canónico, excluindo do seu ensino a parte do foro contencioso. Sabe-se que o fundador tinha em mente a instituição dessa faculdade e que pensava atribuir-lhe rendas condignas. A morte não lhe permitiu a realização desse plano (Franço – *Evora*, p. 236). Apesar disso, os mestres de Évora deixaram uma marca profunda no campo do direito canónico. A obra de maior envergadura foi o *De Justitia et jure*, em seis tomos, de Luís Molina, editada em Cuenca, em 1593-1600, e em Antuérpia, em 1609. Nela, o autor trata os problemas jurídicos mais candentes da época, nomeadamente os respeitantes às relações da Igreja com o Estado, os da guerra justa e da colonização. Aí condena também a escravatura, antecipando-se assim, alguns séculos, à prática europeia. Estêvão Fagundes escreveu as *Quaestiones de Christianis Officiis et Casibus Conscientiae in Quinque Ecclesiae Praeceptae*, editadas em Lião, em 1626, e em Mogúncia, em 1628; a *Informatio*, editada em Lião em 1631; dois tomos de *In decem praecepta decalogi*, editados em Lião, em 1632-1640; e o *De Justitia*, também editado em Lião, em 1641. Sebastião de Abreu dedicou ao clero a *Institutio Parochi*, editada em Évora, em 1659, e várias vezes reeditada em Itália e na Alemanha. Francisco Pinheiro escreveu o *De Censu et Emphyteusi* (Coimbra, 1655), e dois volumes do *Tractatus de Testamentis* (Coimbra, 1681-1684). *4.6. Ciências:* Apesar da concentração curricular do curso de Filosofia em três anos, D. Henrique preocupou-se em incluir nele disciplinas de carácter estritamente científico, como a Aritmética, a Geometria, a Perspectiva e a Esfera. Estas ciências eram consideradas como áreas de especialização ou pós-graduação dos mestres jesuítas de Humanidades e Artes. Os azulejos setecentistas das salas de aula revelam a grande abertura às ciências modernas que caracterizava o ensino dos mestres eborenses. A cadeira de Matemática, integrada no curso de Artes, abriu ao público em 1703 (Franco – *Evora*, p. 206-207), com um conteúdo que integrava muito daquilo que hoje se ensina nas disciplinas de Geografia, Física e Ciências Naturais (Gomes – *Os professores*, p. 55). Das aulas de Matemática da Universidade de Évora emergiram vultos de renome no palco das ciências portuguesas, como Diogo Soares, que se notabilizou no Brasil como geógrafo e cartógrafo; Eusébio da Veiga, director do Observatório de Santo Antão e organizador das primeiras efemérides astronómicas editadas em Portugal. O ensino da Geografia foi introduzido na Universidade de Évora, logo no início do seu funcionamento, e produziu obras de elevado interesse científico, como um tratado de *Geografia teórica e prática*, que Gaspar de Miranda atribui a António de Castel Branco (Gomes – *Os professores*, p. 25, 145-146). De entre os muitos mestres e alunos da Universidade de Évora que honraram as letras nacionais, salientamos ainda os nomes de João de Lucena, Manuel Severim de Faria, Frei Bartolomeu de Quental e Luís António Verney. *5. A Universidade de Évora e o encontro de povos e culturas:* Além dos bispos, sacerdotes, religiosos e outros homens de saber que deu a Portugal e à Europa, a Universidade de Évora enviou para o ultramar português, desde Cabo Verde até Angola e desde o Brasil até ao Japão, uma plêiade de personalidades que honraram a Igreja e as ciências sagradas e humanas. Muitos deles foram mártires, como, por exemplo, 14 dos 40 Mártires do Brasil, São João de Brito, Apolinar de Almeida e Luís Cardeira. Os missionários da Universidade de Évora levavam numa das mãos a Bíblia com que transmitiam a fé cristã e, na outra, a gramática com que veiculavam a língua portuguesa e, com ela, a cultura ocidental. De entre os bispos, referimos apenas os que o foram no Brasil e no Oriente: Belchior Carneiro, o primeiro bispo da China e do Japão; Estêvão Brioso de Figueiredo, primeiro bispo de Pernambuco e, depois, da Madeira; Sebastião Pessanha, arcebispo de Goa; João Sanches Goulão, bispo de Meliapor; António Pais Godinho, bispo de Nanquim; João do Casal, bispo de Macau; Apolinar de Almeida, bispo de Niceia, mártir na Etiópia; Pedro Martins, o primeiro bispo que entrou efectivamente no Japão; Afonso Mendes, patriarca da Etiópia; Luís Cerqueira, bispo do Japão; Francisco Garcia, arcebispo de Cranganor; Francisco Barre-

to, bispo de Cochim e Cranganor; Francisco Laynes, arcebispo de Meliapor; Francisco Vasconcelos, bispo de Cochim e de Goa. De entre os simples missionários, limitamo-nos a inventariar alguns dos que mais contribuíram com obras literárias ou científicas para o encontro de culturas: Manuel Martins, missionário do Maduré, para se tornar acessível ao povo nativo, escreveu uma série de obras de natureza teológica e pastoral na língua tâmul; Domingos Pinheiro, enviou da China 64 volumes de obras chinesas para a Academia de Sampetersburgo; Manuel Dias, o conhecido matemático e astrónomo que negava a existência de cometas sublunares e descreveu o cometa que, em 1618, foi visível em Cochim; outro Manuel Dias, também ele matemático e astrónomo, escreveu um tratado sobre a esfera, em chinês; Fernão Guerreiro enviou para a Europa cinco volumes de *Cartas Ânuas*, repletas de preciosas informações sobre a zoologia hindu; Álvaro Semedo, além de uma *Relação da propagação da fé nos Reinos da China*, do *Império da China*, traduzido para espanhol, inglês e italiano, e de uma *Relação do Império Sinense*, redigiu a *Prosódia das línguas Portuguesa-Sínica* e a *Sínica-Portuguesa*, que deixou incompletas; António Carpim escreveu um catecismo e uma apologética em língua siamesa; Nicolau Godinho, missionário no Oriente, escreveu *Sobre as coisas dos abexins*; Diogo Soares converteu-se no maior cartógrafo do Brasil. *6. A Universidade de Évora hoje:* Com o decreto de 3 de Setembro de 1759, o futuro marquês de Pombal, ao expulsar os Jesuítas de Portugal, pôs fim à Universidade de Évora. Com ela, desapareceu a instituição que, durante dois séculos, contribuíra para o prestígio das letras pátrias e para o enriquecimento do património cultural e espiritual da humanidade. Évora tem de novo uma universidade e um instituto superior de teologia (*v.* ÉVORA). A primeira tem em comum com a universidade henriquina o edifício do antigo Colégio do Espírito Santo, onde está sedeada. O segundo dá sequência aos estudos da antiga universidade (Teologia, Sagrada Escritura, Moral, Filosofia e Humanidades) e alberga parte dos seus alunos seminaristas num dos seus mais importantes colégios, o da Purificação, tradicionalmente sede do Seminário Maior de Évora.

JOAQUIM CHORÃO LAVAJO

BIBLIOGRAFIA: AUC. *Statutos ordenados por ho Illustrissimo e muito excelente, principe, e serenissimo señor dom Anrique*, IV, 1.ª E, 24, 4, 6. CARVALHO, José Vaz de – A antiga Universidade de Évora: Fundação e organização. *Economia e Sociologia*. 29-30 (1980) 101-146. FIALHO, Manuel – *Evora Illustrada*. BPE, Cód. n.º CXXX, 1-10. FRANCO, António – *Evora Illustrada*. Évora: Nazareth, 1945. GOMES, João Pereira – *Os professores de Filosofia da Universidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal, 1960. *LAINII Monumenta, Epistolae et Acta Patris Jacobi Secundi Praepositi Generalis Societatis Jesu*. Madrid, 1917. LAVAJO, Joaquim Chorão – O Jesuíta madeirense Manuel Álvares e a cultura universal. In COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA MADEIRA, 3 – *Actas*. [Funchal:] Secretaria Regional de Turismo e Cultura; Centro de Estudos de História do Atlântico, 1993, p. 521-539. Separata. IDEM – Os Jesuítas e as missões no Alentejo no século XVI. *Boletim Igreja Eborense*. 15 (1991) 27-50. Separata. MACHADO, Barbosa – *Bibliotheca Lusitana*. Vol. 2. MAURÍCIO, Domingos – Obra científico-literária e pedagógica da Universidade de Évora. *Brotéria*. 69 (1959) 377-392. IDEM – A projecção cultural da Universidade de Évora. *Brotéria*. 69 (1959) 505-526. MENDEIROS, José Filipe – *As ciências sagradas no primeiro meio século da Universidade de Évora*. Alvoradas. Évora, 1963. IDEM – O humanismo da Universidade de Évora. *A Cidade de Évora*. 16: 41-42 (1959). Separata. Separata. RODRIGUES, Francisco – *A formação intelectual do jesuíta*. Porto, 1917. VELOSO, José Maria de Queirós – *A Universidade de Évora*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1949.

URSULINAS Este instituto, fundado no século XVI, foi introduzido em Portugal no século XVIII, já depois de reformado com o ministério do ensino. Santa Ângela Merici não parece ter tido a intenção de fundar uma congregação e, menos ainda, uma ordem. Vivendo em Bréscia (Itália), ela organizou um grupo que se chamava Companhia de Santa Úrsula, ao qual deu um regulamento em 1535. A companhia era uma nova alternativa para as mulheres da época, entre o casamento e a clausura: as companheiras não faziam votos, não usavam hábito, não tinham casas comunitárias, nem rezavam o ofício. Viviam com as próprias famílias e andavam pela cidade para cuidar dos doentes, dar catequese e exortar os habitantes à penitência. Propunham-se, pois, viver no mundo uma vida consagrada em virgindade, pobreza e obediência. Ângela foi eleita superiora do grupo em 1537, tendo morrido em 1540. Sendo uma novidade para a época, esta forma de vida desencadeou grandes oposições logo após a morte da fundadora, crescendo as pressões para entrarem em clausura. A sucessora de Ângela adoptou um hábito que não foi aceite por todas; a companhia dividiu-se. Em 1568 Carlos Borromeu, bispo de Milão, introduziu as Ursulinas na sua diocese e, com o acordo do papa Gregório XIII, deu-lhes uma regra, compreendendo a vida comum, o uso do hábito e os três votos simples. Como a regra das Ursulinas lhes impunha a obra da catequese nas paróquias e os votos eram simples e particulares, os seus mosteiros apresentavam uma fisionomia especial: tinham clausura mas podiam sair para exercer a sua missão. Uma vez que a congregação não tinha um governo geral, a situação das diferentes companhias que, entretanto, se alastraram pela Itália era variada, ainda que nascidas da inspiração inicial. A maioria dos conventos seguia regras particulares: havia ainda as que seguiam a proposta original de A. Merici. Entretanto, o Concílio de Trento determinou que todas as religiosas vivessem em clausura e fizessem profissão solene. O processo de transformação monástica das Ursulinas iniciou-se em França, onde a tendência para a vida comunitária era mais acentuada que na Itália. Outra característica das Ursulinas em França foi o facto de alguns conventos darem origem a outras comunidades, o que significou a sua organização em congregações. A primeira bula de transformação monástica de 1612 visava as ursulinas de Paris; a antiga companhia passava a ser uma ordem religiosa, adoptando a regra agostiniana e, a partir de 1614, assumindo um quarto voto: ocupar-se da educação feminina. A transformação dos outros conventos em ordens levou 20 anos. É de um desses conventos, o de Toulouse, fundado em 1605 e reformado em 1616, que vêm os estatutos para a fundação da primeira casa em Portugal. Nesse processo de transformação monástica, elas lutaram para salvar o seu trabalho apostólico e, em linhas gerais, conseguiram-no, abrindo escolas para meninas internas nos conventos. Graças à fama que alcançaram como educadoras entre as classes mais abastadas e, também, com as escolas externas para os pobres, expandiram-se rapidamente por toda a Europa. O instituto foi introduzido em Portugal em meados do século XVIII por D. Miguel da Anunciação, bispo de Coimbra, na vila

de Pereira. Nesta vila havia desde 1748 um recolhimento de terceiras franciscanas e o bispo, sabendo que a rainha D. Mariana de Áustria intentava introduzir no país a congregação das Ursulinas, mandou vir os estatutos pelos quais se regia a ordem em Toulouse; por eles fez instruir as recolhidas de Pereira. Em 1753 professaram a Regra de Santo Agostinho, fundando de seguida um colégio. D. Mariana faleceu em 1754, deixando um legado para uma fundação de ursulinas. As recolhidas e o bispo pleitearam e conseguiram esse legado que ajudou a sua expansão: em 1778 foi aberto um outro colégio em Viana do Castelo; em 1785 em Braga; em 1788 vieram mestras de Pereira para um colégio de órfãs da Misericórdia de Lisboa. Em 1848 as religiosas solicitaram a mudança de Pereira para o Convento de Sant'Ana em Coimbra, das Eremitas de Santo Agostinho, continuando as actividades apesar do decreto anticongreganista de 1834. Pouco tempo depois desta mudança, constatou-se o inconveniente da co-habitação de duas congregações diferentes; em 1851, a pedido da superiora, D. Maria II concedeu às Ursulinas o antigo Convento de São José (dos Carmelitas) para a instalação do colégio que durante muitos anos foi demandado pelas famílias mais distintas do país. Neste prédio permaneceram até 1910. Entretanto, em 1899, a pedido de Leão XIII, organizou-se a União Romana da Ordem de Santa Úrsula, congregação de direito pontifício, aprovada em 1903 e constituída, em 1900, pela união de 71 mosteiros autónomos que, na maior parte dos casos, tinham séculos de existência. Entre as casas fundadoras estavam as ursulinas portuguesas que, expulsas pelo governo republicano, não voltaram mais. Actualmente pode-se dizer que há três tipos de ursulinas: ursulinas seculares (institutos seculares ou de direito diocesano); ursulinas de congregações religiosas ou em uniões congregacionais; ursulinas monjas; todas votadas à educação feminina.

MARIA DO PILAR S. A. VIEIRA

BIBLIOGRAFIA: ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Porto; Lisboa: Civilização, 1968, vol. 3. *DIZIONARIO degli Istituti di Perfezione*. Roma: Edizione Paoline, 1988, vol. 8.

V

VATICANO, I Concílio do. *V.* CONCÍLIOS ECUMÉNICOS.

VATICANO, II Concílio do. *V.* CONCÍLIOS ECUMÉNICOS.

VERBITAS. *V.* VERBO DIVINO.

VERBO DIVINO. *1. Fundação:* A Congregação Missionária do Verbo Divino foi fundada na Holanda, em Steyl, por Arnaldo Janssen, sacerdote da diocese de Münster, Alemanha, no dia 8 de Setembro de 1875. O início do novo instituto enquadrou-se num ambiente histórico particularmente rico na forma como o cristianismo europeu respondeu aos novos apelos da missão da Igreja. Alguns países da Europa Central, numa apetência expansionista, desenvolvem uma clara política colonial. O ritmo acelerado da industrialização e o antagonismo político determinam o aparecimento de novas zonas de influência em África e Extremo Oriente. A informação que dessas latitudes chegava à Europa, mormente às novas potências de tradição cristã, passa a gerar uma vaga de fundo no sentido de se proceder a uma missionação imediata dessas populações longínquas. A ideia, trabalhada por alguns boletins diocesanos e outra imprensa ligada à Igreja, gera um movimento, sentido como expressão de uma consciência missionária mais englobante. Decorrente disso, surgem por toda a parte iniciativas de carácter missionário. De forma orgânica e organizada vários institutos masculinos e femininos, de recente fundação, assumem como tarefa prioritária a missionação de povos não baptizados. Arnaldo Janssen, nascido em 5 de Novembro de 1837, após a ordenação (15 de Agosto de 1861), deixou-se tocar pelo espírito de abertura que então se sentia por uma Igreja não confinada às conhecidas fronteiras do passado. Informado do que estava a acontecer nos países vizinhos (França e Itália), julga ter chegado o momento para a Igreja alemã responder aos novos apelos da missão. A intuição era louvável; a concretização conhecerá adversidades no seu percurso inicial. Umas vieram da própria natureza do projecto, outras prenderam-se mais com o ambiente político-eclesiástico. A política de Berlim com as leis do Kulturkampft não ia de feição aos interesses da Igreja. É neste contexto de hostilização latente que Arnaldo Janssen se vê obrigado a atravessar a fronteira para dar início à sua fundação na pequena aldeia de Steyl, em território holandês. Será com um pequeno grupo de colaboradores que, de forma persistente, dará vida a um projecto e sensibilizará uma população considerável para a obra missionária da Igreja. Passados apenas quatro anos (1879), envia já os dois primeiros verbitas para a China continental. A cerimónia de envio e a entrega da cruz missionária pelo representante da Santa Sé tiveram repercussões benéficas na obra nascente. A fundação crescia com a aprovação da Igreja local. Antes de terminar o século, já os missionários de Steyl se encontravam na China, Togo, Nova Guiné, Argentina, Brasil e Equador. A congregação é aprovada por Roma em 1901; as constituições sê-lo-ão um pouco mais tarde (1905). Na primeira década do século XX, para além do envio contínuo de missionários, houve a preocupação de abrir novas casas nos territórios de língua alemã – Alemanha, Áustria e Suíça. No dia 15 de Janeiro de 1909, falecia em Steyl Arnaldo Janssen. Para trás deixava a Congregação dos Missionários do Verbo Divino e mais duas congregações femininas: as missionárias Servas do Espírito Santo (1889) e as Servas do Espírito Santo da Adoração Perpétua (1896). Os Verbitas contavam já com 400 sacerdotes, 400 seminaristas maiores e cerca de 700 irmãos leigos, todos esparsos pelas cinco partes do mundo. *2. Presença em Portugal:* A entrada dos Verbitas em território português deu-se um pouco mais tarde. A implantação da República em 1910 e a política de hostilização à Igreja e aos regulares que se seguiu tiveram repercussões negativas em Portugal e nos territórios do ultramar. A saída compulsiva dos missionários jesuítas das margens do Zambeze, Moçambique*, levou a Propaganda Fide a interessar-se por aquela vasta área de missão. Foram várias as congregações consultadas em ordem a retomar o que a Companhia de Jesus tinha deixado. A instabilidade que se vivia em Lisboa e, acima de tudo, a política anticongreganista que se fazia sentir, determinou que os institutos abordados se mostrassem receosos em assumir uma tal responsabilidade. O assunto transitou para a Secretaria de Estado. Daqui, o cardeal Merry del Vale, encarregado pessoalmente por Pio X, dirige-se ao superior-geral dos Verbitas para que assuma a missão de Moçambique. Efectivamente, assim aconteceu já em 1911. Ali estiveram até 1916. Aquando do primeiro conflito mun-

dial e da declaração de guerra da Alemanha a Portugal (9 de Março de 1916), os 15 padres e 11 irmãos leigos, quase todos de nacionalidade alemã, foram levados para Portugal (1917) e internados na prisão de Peniche, permanecendo ali até à conclusão do Tratado de Versalhes. Várias alegações foram atribuídas a esse grupo de missionários: de exercerem acção política a favor da Alemanha, de cultivarem nas margens do Zambeze uma mentalidade teutónica e de albergarem nas zonas de sua influência oficiais do exército alemão. Nada disso se pôde provar. De todos os modos, deve admitir-se que a boa organização implantada e a visita frequente do cônsul alemão prestaram-se a leituras pouco favoráveis à acção daqueles missionários. A ligação inevitável ao antigo território do Tanganhica, então colónia alemã, fazia com que muitas questões não passassem pela sede do poder colonial português. A autonomização de muitas das infra-estruturas – escolas, transporte, assistência hospitalar – fez recair a natural suspeita sobre um conjunto de actividades que se julgavam afastadas da acção civilizadora e missionária de matriz nacional. Com o deflagrar do conflito (1914-1918), desapareceu qualquer possibilidade de apuramento de verdade sobre esses equívocos que ajudaram a pôr termo a uma das missões mais promissoras do vale do Zambeze. O regresso para a missão da Zambézia, pedido com insistência, não se chegou a concretizar; a Cúria Geral do Verbo Divino impunha como condição a dependência da missão da Propaganda e não do Padroado* a irredutibilidade de posições fez gorar o projecto. A Congregação do Verbo Divino, nos poucos anos de permanência em Moçambique, apercebeu-se dos aspectos positivos que uma fundação em Portugal podia trazer para a missionação em curso. Os acontecimentos precipitaram-se e a experiência da missão do Zambeze acabou por não ter continuidade. Para o governo geral dos Verbitas, a ideia de uma implantação em Portugal ganhou alguma consistência pelos fins dos anos 30. A década precedente tinha sido de extraordinária expansão na Europa Central. Essa vitalidade traduziu-se no número de membros, que ultrapassou folgadamente os 4 000. A política militarista do nacional-socialismo (1938) e o início das hostilidades (1939) tiveram incidências negativas na persistência desse crescimento. Nessas circunstâncias, acarinhou-se a ideia de um alargamento à Península Ibérica. Ultrapassava-se a França, zona difícil para uma acomodação teutónica, e abrir-se-iam novas casas na parte ocidental do continente. O segundo conflito mundial (1939-1945), particularmente gravoso para um instituto de matriz alemã, atrasa a iniciativa. A Cúria Geral vê preocupada o arregimentar contínuo de muitos dos seus formandos que partem para as várias frentes do conflito. As casas, praticamente confiscadas, albergam precariamente os membros idosos, isentos de militarização. Com o termo da guerra, entre outras iniciativas, priorizou-se a abertura de uma casa de formação (seminário) em Portugal. Razões linguísticas e de mentalidade aconselhavam a entrega da iniciativa a verbitas das províncias do Brasil. Assim aconteceu. Para os primeiros contactos, foi incumbido o padre Geraldo de Proença Sigaud. Após alguns meses de permanência em Portugal, sem que tivesse tomado qualquer decisão, vê-se obrigado a regressar ao Brasil por ter sido nomeado bispo para uma diocese brasileira. O assunto será retomado de seguida por outros seus colegas. E foi assim que a opção se ficou pela diocese da Guarda*, positivamente referenciada como zona de muitas vocações. Depois, segundo o conceito do tempo, procurou-se uma quinta, onde pudesse ser implantado o seminário, e servisse de base económica à iniciativa pretendida. No ano de 1949, na vila do Tortosendo (Covilhã), na Quinta do Prazo, é admitido já um grupo de alunos que inicia o primeiro ano de seminário. A precaridade das condições contrastava com o optimismo dos confrades responsabilizados pelo seminário. A Cúria Geral, que seguia de perto o percurso fundacional, foi sensível ao dinamismo das pessoas envolvidas nos trabalhos dessa primeira casa. Acontecimentos europeus favoreceram o interesse de Roma por Portugal. A implantação dos regimes comunistas nas zonas do Leste europeu (1948), onde os Verbitas possuíam um número significativo de casas (Hungria, Checoslováquia, Polónia), potenciou, sem dúvida, o interesse de uma presença verbita mais expressiva nas zonas ocidentais da Europa. O itinerário fundacional em Espanha e Portugal resultou da confluência do dinamismo local e de um apoio explícito do exterior. A abertura da segunda casa verbita em Portugal, na Costa (Guimarães), em 1952, num antigo mosteiro jerónimo, enquadrou-se nesse dinamismo em curso. A composição dos religiosos da nova comunidade, na heterogeneidade de nacionalidades (alemã, brasileira, eslovaca, polaca), é reveladora de um empenhamento congregacional abrangente. De Guimarães rumou-se a Fátima. O santuário polarizava há muito as atenções de alguns institutos religiosos e missionários. A proximidade de um centro mariano parecia oferecer condições óptimas para a formação de candidatos à obra missionária da Igreja. Desse entendimento resultou a construção de uma infra-estrutura imponente que passou a funcionar já como seminário no início do ano lectivo de 1954. Para a concretização desse projecto de raiz houve a habitual aderência europeia, juntamente com o entusiasmo dos verbitas da América do Norte que acabariam por assumir os encargos da sua construção. Com o avançar dos anos, colocou-se a questão da escolha do local apropriado para a continuação dos estudos filosófico-teológicos. De início, dentro do espírito de internacionalidade cultivado na congregação, deslocaram-se os seminaristas verbitas portugueses para Roma, Alemanha e Estados Unidos. Após o II Concílio do Vaticano, já com novas orientações pedagógicas e pastorais, optou-se por um escolasticado em território nacional. Foi assim que de Fátima (com os Dominicanos) se passou para Lisboa (Instituto Superior de Estudos Teológicos – ISET), em 1967. Após o 25 de Abril de 1974, os estudos passaram a ser feitos na Universidade Católica Portuguesa; na Primavera de 1997, bem perto desta instituição, inauguraram os verbitas portugueses uma nova casa com valências várias: seminário maior, cúria provincial e secretariado das missões. Para além das prioridades inicialmente assumidas – for-

Seminário Missionário do Verbo Divino, Tortosendo (Covilhã).

mação de futuros missionários –, após o II Concílio do Vaticano, a presença verbita ultrapassou as cercas dos seminários e deslocou-se para áreas onde exercem uma pastoral directa. Por mais de uma década, ocuparam-se da população emigrante alemã sedeada na zona do Porto. Inseriram-se posteriormente, de forma directa, na paroquialidade da diocese de Santarém. A partir de 1993, a pedido da Igreja local, assumiram a zona pastoral do concelho de Almodôvar (Alentejo). Até 1956, Portugal e Espanha formaram uma única região. Após esse ano, os dois territórios autonomizaram-se como regiões. Em 1973, os verbitas portugueses adquirem o estatuto de província. *3. A missão de Angola*:* A deslocação de verbitas para os territórios ultramarinos portugueses foi, sem dúvida, um passo natural de inculturação missionária. Praticamente, todos os institutos de cariz missionário, sedeados em Portugal, entendiam ser dever moral deslocar alguns dos seus membros para esses territórios carentes de evangelização. A legislação civil, referente à administração ultramarina, era largamente benevolente para com as instituições comprometidas com a tradição civilizadora e missionária de Portugal. Os responsáveis verbitas, pelo anos 60, mostraram-se sensíveis aos aspectos positivos desse desígnio nacional. Por razões óbvias, a concretização desses projectos passava naturalmente pelos responsáveis daquelas Igrejas locais. A hierarquia desses territórios tinha já conhecimento da acção dos Verbitas nalguns países africanos (Gana, ex-Congo Belga). A consolidação da sua presença em Portugal, com particular visibilidade nas estruturas implantadas em Fátima, encorajou um ou outro bispo a endereçar formal convite para a deslocação da congregação para as suas dioceses. Os pedidos reiterados do bispo de Nampula e de Luanda puderam ser melhor acolhidos e compreendidos aquando da celebração do II Concílio do Vaticano, momento ideal para contactar directamente os responsáveis da Cúria Geral. Foi assim que, antes do termo do concílio (1965), se tomou a decisão de avançar para Angola, diocese de Luanda, para assumir um território de periferia (Terra Nova), densamente povoado, onde a Igreja diocesana sentia dificuldades em atender pastoralmente. A proximidade relativa desse território (Angola) com a florescente missão verbita do ex-Congo Belga ajudou nesse sentido. A cúria generalícia entendeu ser natural entregar o novo projecto aos verbitas de Portugal. Assim aconteceu. Em 1966, partem para Luanda os dois primeiros missionários. Após um período de adaptação e evangelização, levantam os primeiros lugares de culto e outras infra-estruturas que ajudaram a consolidar a comunidade cristã da zona da Terra Nova. A segunda casa foi fundada na Lunda, na missão de Caungula (1974). Em 1976, as missões de Angola, com ligação aos verbitas de Portugal, passam a estar sob a dependência directa da Cúria Geral (Roma). Em condições difíceis, em 1978, é aberta uma nova casa em Quifangondo, na diocese de Luanda; um pouco mais tarde (1980), estabelecem-se no Nzeto-Tomboco, diocese de Uíje. No ano seguinte, assumem a missão de Caculama, na diocese de Malanje. Em 1983, é-lhes conferido o estatuto de região; dez anos depois (1993), constituem-se como província. Um dos últimos compromissos aceites pelos verbitas de Angola (1994) foi a direcção do seminário diocesano de N'Dalatando. No mês de Março de 1997, após longos anos de au-

sência, regressaram a Moçambique, assumindo um território missionário na zona de Monapo, diocese de Nacala. Segundo as estatísticas de 2000, a Congregação dos Missionários do Verbo Divino contava com 5961 membros, esparsos por 62 países. Destes, 28 trabalhavam na Província de Portugal e 39 na de Angola.

DAVID SAMPAIO DIAS BARBOSA

BIBLIOGRAFIA: BORNEMANN, Fritz – História de nossa congregação. *Analecta SVD*. 54 (1982) 1-439. *MISSIONÁRIOS do Verbo Divino: 50 anos em Portugal (1947-1999)*. Fátima, 2000. MISSIONÁRIOS (Os) do Verbo Divino no seu centenário 1875-1975. *Revista Boa Nova*. (Out. 1975) 11-26. NATÁRIO, António – Pioneiros em Portugal. *Vida Missionária*. Brasil. 6 (1996) 4. REUTER, Jakob – Cautivado y enviado por el Espíritu. *Analecta SVD*. 72: 2 (1995) 1-151.

VESTES LITÚRGICAS. Também designadas vestes sagradas, indumentária sagrada, vestuário eclesiástico e, num sentido mais específico, paramentaria ou paramentos litúrgicos. *1. Introdução:* Nos primeiros cinco séculos do cristianismo não existia uma veste distinta para cada um dos diferentes graus das *ordens sacras** ou para os ministérios exercidos, vestia-se conforme era uso no Império Romano; a única regra ou recomendação: a de evitarem o fausto e ostentação nas suas roupas. Os bispos, os presbíteros e outros membros da hierarquia deviam distinguir-se não pela particularidade da veste mas pela doutrina. Contudo, distinguiam-se pelo lugar, ou seja, pela posição ocupada na assembleia e pelas funções exercidas. Foi na sequência das invasões bárbaras, com as mudanças de costumes, a presença de outros povos e, consequentemente, de uma maior variedade de trajes, que a Igreja chamou a si e passou a conservar nas celebrações o uso das vestes até então usadas no Império Romano, quer na vida civil quer nas funções religiosas, acrescentando-lhe alguns adornos apropriados. É, portanto, a partir do século IV-V que as vestes aparecem com função especificamente litúrgica, no Oriente, nomeadamente, o *orarion* e a *dalmática* e, no Ocidente, os hábitos honoríficos usados, por sua vez, pelos diáconos romanos. No século VI, as vestes litúrgicas distinguem-se das profanas pela preferência que a Igreja dá à cor branca e surgem os primeiros decretos obrigando ao uso dos hábitos (talares) e paramentos conforme o costume da Igreja, diferenciando-se das «vestes profanas». Depois do *Ordines Romani*, século VIII, até ao *Caeremoniale episcoporum*, publicado pelo papa Clemente VIII, em 14 de Julho de 1600, no qual se fixam as normas de utilização, assiste-se a um continuado controlo sobre o vestuário eclesiástico, interditando ao clero o uso de vestuário de guerra e de luxo e, mais tarde, multicolor. Assim, se passou, progressivamente, de um vestuário profano a um vestuário litúrgico, seleccionado no final do Império Romano para a utilização específica da Igreja e, depois, regulamentado pelos sucessivos concílios. Entre nós, por um lado as *constituições diocesanas** foram minuciosas quanto às prescrições sobre a matéria e, por outro lado, as pastorais dos bispos ajudaram à revogação de determinadas disposições que se tivessem tornado obsoletas. *2. A matéria e a forma:* Desde a época medieval até aos nossos dias foram introduzidas algumas modificações quanto aos talhes, com ligeiras diferenças, segundos os lugares, mas as linhas gerais das vestes utilizadas nos primeiros séculos permaneceram nos paramentos litúrgicos. A sua evolução vai dar-se, sobretudo, ao nível das formas, pois as vestes tornaram-se «ornamentos» (*paramenta*) através da utilização dos brocados, do ouro, das pedras preciosas e de desenhos alegóricos, perdendo, por vezes, a sua leveza. A nobre arte do vestuário eclesiástico não parou de evoluir – mantendo os traços iniciais –, desafiou as mudanças estéticas preconizadas pelo Movimento Litúrgico do século XX, e na senda do II Concílio do Vaticano foi dada forma à simplificação desejada, nomeadamente através da instrução *Pontificales ritus* de 21 de Junho de 1968 e da *Instrução geral do Missal Romano*, cuja primeira edição se publicou em 6 de Abril de 1969 (texto que entretanto teve algumas modificações). Na actualidade, a matéria e a forma das vestes deverão ser preparadas de modo a que a sua utilização contribua para uma condigna apresentação do ministro e para a dignificação das celebrações. Neste sentido, seguindo os critérios gerais enunciados pela *Instrução geral*, as conferências episcopais podem indicar e propor as modificações que melhor respondam às necessidades e aos costumes das diversas regiões: «Na confecção das vestes sagradas, além das matérias tradicionalmente usadas, é permitido o uso de fibras naturais próprias de cada região, bem como de fibras artificiais, contando que estejam de harmonia com a dignidade da acção sagrada e da pessoa [...]. A beleza e a nobreza da veste sagrada deve buscar-se e pôr-se em relevo mais pela forma e pela matéria de que é feita do que pela abundância de ornamentação. Os ornamentos podem apresentar figuras, imagens ou símbolos, que indiquem o uso sagrado das vestes, excluindo tudo o que possa destoar deste uso» (IGREJA CATÓLICA – *Instrução*, n.º 305-306). *3. O significado:* Foi atribuído a cada uma das peças do vestuário um significado espiritual próprio, ao qual também se junta o jogo das cores. O sentido mais profundo transparece no facto dos bispos, padres e diáconos terem uma «invisível e inalienável semelhança com Cristo» (MARTIMORT – *A Igreja*, p. 173) no exercício da sua função ao serviço da comunidade, ou seja, agirem *in persona Christi*. Por outro lado, a veste branca, nomeadamente a alva, descendo ao nível do tornozelo estabelece uma ruptura com o profano e, segundo a tradição cristã, lembra aos ministros as vestes reais e sacerdotais da liturgia celeste (*cf. Ibidem*). *4. As cores:* Até ao século IX as referências quanto às cores dos paramentos apenas dizem da utilização da cor branca. Depois, sobre os paramentos brancos passou a usar-se, como ornamento, bandas de púrpura bordadas a ouro; e de seguida introduziram-se os paramentos vermelhos. No início do século XII, em Roma, já eram usadas quatro cores, segundo os dias: *branca*, para as festas dos confessores e virgens; *vermelha*, para os apóstolos e mártires; *preta* (ou negra), inicialmente para o Advento, dias de jejum, ofícios de defuntos e todo o tempo que decorria da Septuagésima até ao Sábado de Aleluia; *verde*, para os restantes ofícios dominicais e feriais; começava também a ser introduzida a cor *roxa* (ou violácea), só utilizada na festa dos Santos Inocentes e no

4.º domingo da Quaresma. Contudo, apesar da posterior reforma para a uniformização das cores litúrgicas, igrejas houve que continuaram a usar outras cores além das já referidas, nomeadamente, em França: amarelo, amarelo-açafrão, azul e cendrado. Actualmente, segundo o uso tradicional da Igreja Católica, são quatro as cores dos paramentos: branca, vermelha, verde e roxa; às quais pode juntar-se a cor *rosa*, usada apenas nos domingos «Gaudete» (3.º do Advento) e «Laetare» (4.º da Quaresma) (*cf.* Igreja Católica – *Instrução*, n.º 307-310). E a cor *azul*, que só pode usar-se por concessão especial da Santa Sé na festa da Imaculada Conceição; em Portugal, algumas igrejas gozam deste privilégio, por exemplo, a capela da Universidade de Coimbra. *4.1. O simbolismo das cores:* As cores dos paramentos exprimem um sentimento místico através dos mistérios da fé e dão sentido «peregrinante» à vida cristã durante o ano litúrgico. Cor branca: luz, glória, majestade, alegria, inocência, pureza e imortalidade, é considerada a síntese de todas as cores, na qual a Igreja exprime a alegria que experimenta ao comemorar as provas de amor dadas por Deus aos homens; cor vermelha: amor de Deus, sacrifício, caridade, martírio e vitória sobre a morte; cor verde: esperança na vida futura; cor roxa: tristeza, penitência e desejo de encontro com Deus; cor preta: simbolizava o luto; cor rosa: simboliza um alívio à dor, um repouso à penitência; cor azul: homenagem à Mãe de Deus, Rainha dos Anjos e Estrela da Manhã que brilha sobre o azul do firmamento. *5. As rubricas actuais:* A partir dos anos 60 do século XX encontramos as indicações regulamentares no que se refere ao vestuário eclesiástico, para a actualidade, nomeadamente, no Cerimonial dos Bispos e no Pontifical. Com o II Concílio do Vaticano as rubricas não entram em detalhes sobre o vestuário (ao contrário do que até então acontecia); o Código de Direito Canónico de 1983, no que concerne às vestes litúrgicas, refere que, «na celebração e administração da Eucaristia, os sacerdotes e os diáconos revistam-se com os paramentos sagrados prescritos pelas rubricas» (cân. 929). A constituição *A Sagrada Liturgia* (*Sacrosanctum Concilium*), no seu artigo 128, recomenda que se corrijam ou «desapareçam as normas que parecem menos de acordo com a reforma da Liturgia; mantenham-se e introduzam-se as que forem julgadas aptas a promovê-la» e «quanto à matéria e forma dos objectos e das vestes sagradas, o sagrado Concílio concede às Conferências Episcopais das várias regiões a faculdade de fazer a adaptação às necessidades e costumes dos lugares, segundo o art. 22 desta Constituição». A instrução *Inter Oecumenici* (§ 13), nesta matéria, deixa lugar para que a arte contemporânea se possa exprimir. E, a *Instrução geral do Missal Romano*, n.º 297, diz que a «diversidade de ministérios na celebração do culto sagrado é significada externamente pela diversidade das vestes sagradas, as quais, por isso, são sinal distintivo da função própria de cada ministro. Além do seu significado, as vestes contribuem para o decoro da acção sagrada». *6. O vestuário contemporâneo:* No período pós-conciliar constata-se a redução do uso dos acessórios das vestes e das cores; verifica-se o abandono do manípulo, entre outros. A tendência do gosto pela simplicidade pode vir a conduzir, no limite, a uma uniformização das vestes e da sua utilização. Hoje, a arte da confecção do vestuário eclesiástico, despojada dos ornamentos de outrora, procura apresentar formas renovadas, alimentadas por uma inspiração monástica, adaptando as vestes à acção cultual de modo a permitir que o sentido litúrgico passe através da beleza simples do talhe da veste, da nobreza dos gestos e do respeito das atitudes. *7. O conhecimento das vestes:* Para uma melhor leitura da tradição e do interesse histórico, dividimos o vestuário eclesiástico em três classes: vestes ordinárias, vestes corais e vestes litúrgicas. No elenco daremos conta da descrição, utilização e sentido litúrgico, mesmo que algumas das peças, hoje, sejam objecto de museu. *7.1. Vestes ordinárias (ou de quotidiano). 7.1.1. Sotaina, sotana ou batina de eclesiástico «veste talar»:* Apareceu em Itália no século XV sob o nome de «sottana» e passou a ser a veste dos clérigos, dos médicos e dos juízes. No século XVII passou a usar-se até aos calcanhares (talão, tacão). A batina é uma veste talar, de mangas, fechada à frente desde o pescoço até quase ao chão por uma fila de botões e, por vezes, cingida por um cinto. Sendo uma veste de quotidiano, era requerida to-

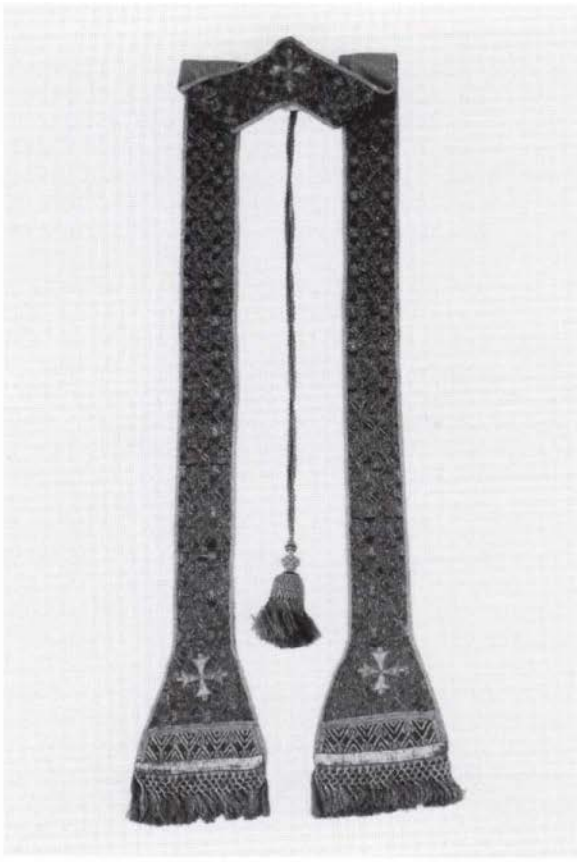
Casula e estola, veludo e seda, bordado, 1997 (Porto, Paróquia Senhora da Conceição).

À esquerda: *Dalmática, seda, fio metálico, linho, veludo, bordado, século XVI (Portalegre, Paço Episcopal).*
À direita: *Manipulo, cetim e fios de seda, fio laminado de papel, século XVII (Beja, Santo Aleixo da Restauração, Igreja Matriz).*

das as vezes que se envergava uma veste litúrgica. A batina com cauda era privilégio dos prelados e de alguns dignitários eclesiásticos. O uso de batinas roçagantes pelos simples eclesiásticos era considerado abuso e sujeito a condenação; quanto aos dignitários, só podiam usar as batinas caudadas nos actos litúrgicos solenes. No que se refere às cores: o sumo pontífice usa-a branca, os cardeais vermelha, os bispos roxa (violácea), os restantes eclesiásticos preta. Outrora foram concedidos privilégios especiais a alguns cabidos, os quais têm o direito de usar batinas avivadas de vermelho; por exemplo, o cabido da Sé Patriarcal de Lisboa usa-as iguais aos bispos. A batina, quando não coberta com as vestes corais ou litúrgicas, era completada pela *capa magna*, também talar, pendente dos ombros; ou pela *romeira* (também dito *murça*), que é uma capa encurtada por comodidade e que cobre apenas os ombros; ou pelo *viatório*, espécie de *casacão talar* próprio para viajar; ou pela *garnacha* ou *capa de mangas*, resguardo para o frio, que se fecha à frente com *alamares*. O II Concílio do Vaticano aconselhou o clero ao uso de vestes mais cómodas, todavia, a sotaina permanece como peça principal do hábito coral. Situações de uso que foram significativamente aligeiradas conforme se indica no actual Cerimonial dos Bispos, n.os 55-67. *7.1.2. Cabeção ou colarinho de sacerdote:* É uma espécie de gola que se prende ao colarinho da camisa; também poderá surgir meio escondida na gola da sotaina. Pode apresentar-se como simples gola de tecido ou outro material recomendado pelas rubricas. Tradicionalmente é talhado como um colarinho voltado e montado num losango. Recomenda-se que a gola seja de tela rígida de cor branca. O cabeção fixa-se atrás, na nuca, com um fecho metálico ou botão. Este acessório é tipicamente oriundo de Roma. *7.1.3. Faixa:* Pertence ao conjunto das vestes quotidianas; deve ser preta, com excepção para os eclesiásticos dignitários que a podem usar roxa ou vermelha. Nos bispos era costume ter fios de ouro nas borlas que pendem das pontas. *7.1.4. Solidéu «pileolus, galerus»:* Até aos fins do século VII os ministros exerciam as funções litúrgicas com a cabeça descoberta. Nos séculos VIII e IX, o clero passou a cobrir-se com o amicto e, depois, com o capuz do pluvial. No século X, o amicto e o capuz do pluvial foram separados do restante vestuário (autonomizaram-se) e ficou uma espécie de boina, também chamada pequeno capuz, «birrus» ou «biretum». Da forma inicial, pequeno capuz, mole e cingido à cabeça, ficou um vestígio: o actual solidéu. O *solidéu* é um pequeno barrete que o clero pode usar para cobrir a nuca. Pode ser de seda ou lã de cor preta; hoje, só os bispos usam cor roxa, os cardeais cor vermelha e o papa cor branca. *7.1.5. Chapéu clerical:* É de cor preta, baixo, de abas largas, cingido por cordões com borlas da mesma cor. A alguns cabidos foi-lhes dado o privilégio de usar cordões verdes. Nos prelados romanos os cordões são roxos; nos bispos são verdes com borlas da mesma cor entretecidas de ouro. O *chapéu solene* dos cardeais é cor vermelha com três ordens de borlas da mesma cor; o do Papa é, também, de cor vermelha debruado de largo galão de ouro e cingido por um cordão de borlas de ouro. Está em desuso. *7.1.6. Calçado:* Devia ser de couro, cor preta, e era recomendado o uso de botas ou sapatos conforme a ocasião e o traje. O clero em viagem devia usar botas pretas, por dentro ou por fora das calças. Com as vestes talares era conveniente ou, nalguns casos, obrigatório, o uso de sapato e meia de cor preta. Em Portugal, nalguns locais, era obrigatório usar sapato preto com fivela de prata (o ouro estava reser-

vado aos bispos e cardeais). Por exemplo, na arquidiocese de Braga era obrigatório usar sapato e meia, na celebração da missa, sob pena de suspensão *ipso facto*, nas igrejas da sé metropolitana, e em Guimarães, Viana do Castelo, Valença, Chaves, Barcelos, Vila Real, Vila do Conde e Póvoa do Varzim para os presbíteros aí residentes. Alguns eclesiásticos usavam meias vermelhas ou roxas conforme indicação dos privilégios concedidos. Só o Papa usava, como calçado quotidiano, sapatos de lã ou veludo vermelho, com uma cruz bordada sobre o peito do pé. Esta *cruz no peito do pé* era beijada por todos os católicos (mesmo imperadores ou reis), prostrados, quando se chegavam próximo do Sumo Pontifice, em sinal de reverência para com Jesus Cristo. Está em desuso. *7.1.7.:* Quanto a outros elementos das vestes quotidianas, por exemplo, as luvas ou guantes, as sandálias, as cáligas, não são aqui referidos por fazerem parte dos ornamentos próprios do episcopado e, como tal, têm o seu lugar na entrada relativa às *insígnias espiscopais*. 7.2. Vestes corais. 7.2.1. Sobrepeliz «superpeliceum»:* Tem a sua origem na *alva*, que se foi encurtando. De cor branca, o seu comprimento desce até aos joelhos (daí a familiaridade com a alva), deve ser ampla, ter uma abertura à frente para meter a cabeça, as mangas são compridas até às mãos e largas para que se possa vestir sobre outra peça do vestuário, especialmente *sobre a peliça de agasalho*, poderá ter rendas desde que não sejam exageradas. Começou a usar-se a partir do século XI. Partindo desta sobrepeliz, como modelo, encontramos na Península Ibérica duas derivações peculiares que chegaram a ser consideradas como «deformação» ilícita ou mesmo uma deturpação da verdadeira sobrepeliz, mas que o tempo acabou por legitimar. Assim, se em Espanha encontramos a *sobrepeliz de asas*, em Portugal desenvolveu-se a *sobrepeliz sem mangas*, de origem monástica, redonda, cujo raio não é inferior a um metro, com apenas uma abertura ao meio para a cabeça do ministro passar. A sobrepeliz, a ser substituida, só pela *cota (cotta)* que é uma sobrepeliz, usada sobretudo em Roma, mais curta no comprimento (até à cintura) e nas mangas (um pouco mais que o cotovelo, incluindo as rendas). Actualmente, a sobrepeliz deve usar-se sempre por cima do hábito talar (*cf.* Igreja Católica – *Cerimonial*, n.º 65). *7.2.2. Roquete «rocchettum»:* Também tem a sua origem na alva; devido à semelhança, não se deve confundir com a sobrepeliz; distingue-se dessa veste por ter as mangas compridas e estreitas. Começou a usar-se a partir do século XIV. É uma insígnia de distinção reservada aos cardeais, bispos, prelados romanos (monsenhores) e outras dignidades a quem tenha sido concedido o privilégio. *7.2.3. Murça ou mozeta «mozetta»:* Trata-se de uma pequena capa redonda, abotoada à frente, que cobre os ombros, as omoplatas e o peito; e atrás, junto à nuca, tem um pequeno capuz «atrofiado». É uma veste de distinção, usa-se por cima da sobrepeliz ou do roquete. Depois do século XVI, tomou o lugar da capa prelatícia no uso corrente; por isso encontramos, por vezes, a designação de capa truncada (incompleta), *capa mozza*, que como o nome indica é uma redução da capa magna. A murça é usada pelo Papa, cardeais, bispos e abades, assim como por cónegos e dignidades diocesanas; em Portugal o direito a poder usá-la não era uniforme, dependia das constituições e dos usos de cada diocese. Ela é um sinal de jurisdição, usada pelo bispo só na sua diocese, pelo arcebispo no território da sua província e, também, pelo núncio nos territórios que lhe estão confiados. Depois da instrução *Ut sollicite*, de 6 de Abril de 1969, que suprimiu o pequeno capuz da murça, excepto para os cardeais e bispos, foi publicada a carta de 30 de Outubro de 1970, da Sagrada Congregação para o Clero, a qual abolia determinados privilégios quanto ao vestuário, e mantinha o uso da murça para os cónegos e dignidades diocesanas. *7.2.4. O barrete «biretum»:* É o resultado da evolução de uma das fases do antigo capuz (*cf.* o atrás dito sobre o solidéu); é uma espécie de gorra quadrada. Segundo o costume romano apresenta-se com três palas levantadas e uma borla ao centro. Em Portugal, o seu uso seguiu a forma comum, ou seja, o canto desprovido de pala assenta sobre a orelha esquerda. Os bispos e cardeais usam-no da cor da batina; os prelados romanos de cor preta mas com borla da cor da batina; o restante clero de cor preta. Difere do *barrete doutoral* eclesiástico, de quatro palas. *7.3. Vestes litúrgicas:* Também designadas *«sacra paramenta»* ou *«sacra indumenta»*, são as principais vestes reservadas à celebração da eucaristia e de outros sacramentos ou sacramentais. Inicialmente estas vestes não foram criadas para o culto, nem para o uso litúrgico. Foram usadas, pelo clero e pelos leigos, como vestes de uso comum nos primeiros séculos de cristianismo. Contudo, convém referir que não se andava vestido, exactamente, como hoje se nos apresentam os ministros nos actos litúrgicos. Primeiro, porque não se usaram simultaneamente todas as indumentárias que aqui se apresentam; segundo, as vestes, depois de exclusivamente consagradas ao uso litúrgico, foram mudando, ligeiramente, a sua forma tornando-se mais cómoda para a função; terceiro, os ministros não celebravam com as vestes que traziam no seu quotidiano, pois tal não era tolerado; antes de subirem ao altar revestiam-se de outras vestes mais limpas e preciosas. *7.3.1. Amicto «amictus, anaboladium»:* Surgiu no século VIII e servia para cobrir a cabeça, o pescoço e os ombros de quem o usava. Depois, no século X, com o aparecimento do barrete, o amicto passou a cobrir apenas o pescoço. Este tecido deve ter 90 cm x 70 cm, uma cruz ao centro para o celebrante beijar antes de o impor, e num dos lados das extremidades duas fitas compridas para serem cruzadas sob o peito do celebrante. O amicto simboliza o capacete da fé, a armadura da Salvação e a protecção divina que reveste o sacerdote contra o inimigo. *7.3.2. Alva «tunica linea, linea talaris, alba»:* É uma túnica branca, ampla e comprida (do pescoço aos pés), tem duas mangas para os braços, uma abertura para a cabeça e, eventualmente, outra abertura correspondente à (s) algibeira (s). Chama-se alva devido à sua cor branca, a qual está cheia de simbolismo bíblico: pureza de coração; evocação da luz de Cristo transfigurado; veste real e sacerdotal da liturgia celeste, do Senhor da glória e de todos os seres glorificados, anjos e santos. A alva era a *túnica*

interior usada pelos Romanos, por volta do século IV. Passou a ser utilizada como «ornamento/paramento» próprio dos bispos e presbíteros, diáconos e leitores; inicialmente flutuava livremente, mas a partir do século VIII passou a cingir-se nos rins por um *cordão*. Na actualidade, a «veste sagrada comum a todos os ministros é a alva, apertada à cintura por um cíngulo, a não ser que, pela sua forma, se ajuste ao corpo mesmo sem o cíngulo» (Igreja Católica – *Cerimonial*, n.º 65). *7.3.3. Cordão* ou *cíngulo «cingulum»:* É um cordão que pode atingir os quatro metros de comprimento e tem em cada extremidade uma borla, dobra-se em duas partes ficando de um lado as borlas e do outro uma azelha, de modo a elaborar o nó e cingir-se na cintura. O cordão é tão antigo quanto a alva. Simboliza as cordas que prenderam Jesus Cristo no horto, os instrumentos da sua flagelação, a continência e a castidade vivida pelos ministros ordenados. O cíngulo pode ser de cor branca ou da cor dos paramentos que servem na acção litúrgica. *7.3.4. Manípulo «manipulus, mappula, mantile, sudarium, cingulum bracial»:* Foi um ornamento de seda, estreito e comprido que o subdiácono, diácono e ministro celebrante colocava durante a missa sobre o braço esquerdo. A sua origem remonta a um simples *lenço de mão* (*mappula*), lenço de cerimónia e insígnia de autoridade usado pelos Romanos; servia para cobrir o rosto, limpar o suor, transmitir ordens, dar início aos jogos e aclamar os vencedores. Os ministros do altar usavam-no não como adorno, mas como objecto de necessidade, por isso quando deixou de ser usado pela sociedade civil, manteve-se ao uso nos actos litúrgicos. Até ao século XI foi usado só pelo diácono e pelo presbítero, depois o seu uso estendeu-se também ao subdiácono e manteve-se presente como peça fundamental até ao século XIX; a partir daí, manteve-se o seu uso pelos bispos até à reforma litúrgica conciliar. Como era uma peça têxtil que andava sempre exposta passou a ser ornamentado de ricos bordados, motivo que levou a um desvio do seu objectivo funcional inicial (para não estragar os bordados); tornou-se, então, um simples ornamento. O sacerdote colocava o manípulo depois do *Confiteor*, no momento em que se preparava para subir ao altar; nesse momento era levantada a casula que lhe envolvia todo o corpo e os braços passavam para fora desse «manto». O manípulo apresenta, geralmente, uma cruz grega bordada, ou fixada, ao meio e que servia para o celebrante beijar; era costume, ainda, colocar-lhe mais uma cruz em cada uma das extremidades, sempre na parte exterior. O seu tamanho é, sensivelmente, metade do comprimento da estola. *7.3.5. Estola «stola, orarium»:* Tem a sua origem na estola usada pelos Romanos, uma espécie de túnica longa e aberta à frente, ornamentada na orla da abertura com ricos bordados, cercando o pescoço e descendo até aos pés. A veste chamava-se *stola* e a guarnição, bordada, *orarium*; como era indumentária de distinção foi adoptada pelos bispos, presbíteros e diáconos para se distinguirem dos outros clérigos. Mais tarde, sobre a estola os bispos e presbíteros colocaram a *casula* e os diáconos a *dalmática*; com isto a estola tornara-se embaraçosa, foi suprimida a túnica e restou apenas a *faixa preciosa* ou *orarium* que a ornamentava, dando lugar à actual estola. Apareceu como insígnia de dignidade nas liturgias oriental, visigótica e galicana no século IV e na liturgia romana no século IX. No I Concílio de Braga (561-563) os subdiáconos foram proibidos de usar o *orarium*. A origem do curioso modo dos diáconos colocarem a estola como insígnia e distinguí-los dos presbíteros prende-se com o seu ministério diaconal e o estorvo que a estola lhe causava. Assim, por analogia para com o servente à mesa dos Romanos que costumava trazer uma toalha sobre o ombro esquerdo, e cujas pontas pendiam para a frente e para trás; introduziu-se o costume de que o diácono, no seu serviço à mesa eucarística, ficaria aligeirado colocando a estola enrolada sobre o ombro esquerdo, em vez de a vestir como fazia o presbítero, e criava-se, assim, uma distinção visível no serviço do altar. Mais tarde, pelo século VIII, o diácono fixou debaixo do braço direito as duas partes pendentes (atrás e à frente) da estola, que «flutuando» o embaraçavam no exercício do seu ministério. No III Concílio de Braga (675) foi ordenado aos presbíteros que colocassem a estola cruzada sobre o peito (o sinal da cruz); não aos bispos, pois no seu peito já lhes pousava uma cruz recheada de relíquias dos santos ou mártires. Existiram três modos de se ataviar com a estola, segundo a dignidade do ministro: o bispo colocava-a sobre os ombros e deixava-a cair perpendicularmente sobre o peito, prendia-a com o cíngulo; o presbítero colocava-a sobre os ombros e cruzava-a no peito e também a prendia com o cíngulo; o diácono colocava-a transversalmente por cima do ombro esquerdo, cruzando-a, de imediato, debaixo do braço direito e prendia-a com o cíngulo. Actualmente, se é «sacerdote [bispo e padre] põe a estola em volta do pescoço deixando-a cair diante do peito. O diácono põe a estola a tiracolo, deixando-a cair do ombro esquerdo, sobre o peito, e prendendo-a do lado direito do corpo» (Igreja Católica – *Instrução*, n.º 302). A estola simboliza a dignidade sacerdotal, o suave jugo de Cristo e a obediência, a fim de ser restituído o estado de justiça e santidade perdidos pela desobediência de Adão e Eva; por isso a estola é sinal de reaquisição da imortalidade. *7.3.6. Casula ou planeta «casula, planeta, paenula»:* No uso litúrgico inicial, foi a veste comum a todos os ministros, mesmo de grau inferior; mas a partir do século VIII tornou-se uso exclusivo dos ministros ordenados e só em casos excepcionais dos outros ministérios. Na actualidade é a «veste própria do sacerdote celebrante, para a missa e outras funções sagradas com ela directamente ligadas, salvo indicação em contrário, é a planeta ou casula que se veste sobre a *alva* e a *estola*» (Igreja Católica – *Instrução*, n.º 299). A casula é uma derivação da *paenula*, agasalho dos cidadãos romanos, que consistia num manto fechado de lã ou de couro, de corte circular com uma abertura ao centro, para a cabeça, e descia até aos joelhos; tinha a forma de sino ou saco e destinava-se a resguardar o corpo durante as viagens com mau tempo. Inicialmente, entre os Romanos, era uma veste comum a todas as classes sociais e a ambos os sexos; contudo, os senadores e patrícios começaram a usá-la mais ampla, daí o nome de planeta (do grego *planáomai*, andar errante) e



Estola e casula, damasco e cetim de seda verde, bordados, finais do século XVI, inícios do século XVII (Bragança, Cabido da Catedral).

«flutuante» até aos pés. Também recebeu o nome de casula (ou *casabula*, pequena casa, choupana) por albergar o corpo, como se fosse uma cabana. No século VI, deixou de ser usada pelos leigos mas a hierarquia eclesiástica continuou a usá-la. Depois do século VIII, as casulas perderam a sua anterior forma, foi-lhes aplicada uma chanfradura de cada lado para que os braços saíssem mais comodamente. A partir do século XIII sofreu grandes reduções no seu tamanho de modo a facilitar os movimentos do celebrante, e a majestosa casula perderia beleza estética. No século XVI, com São Carlos Borromeu, é introduzida uma particularidade, desejada pelos celebrantes, habituados a arregaçar a planeta. Dos lados desceu apenas um palmo sobre os braços; esta peculiaridade deve-se à necessidade de desembaraçar os braços do celebrante, facilitando os movimentos, e a casula constituiu-se em dois panos (parte da frente e de trás, com uma pequena pala sobre os braços) presos com agrafes sobre os ombros; muito do agrado dos fiéis, devido ao desenvolvimento do culto eucarístico, pois permitia ao padre elevar os braços com a hóstia consagrada, muito acima da cabeça. A evolução da casula entre o século XIV e XVII é verificável, sobretudo, através da pintura. A casula, durante o período atrás referido, acabou por ser reduzida a dois panos rígidos de estofo, situação aligeirada com o dealbar do século XIX. Depois, com as influências da renovação litúrgica empreendida pela Ordem de São Bento, a casula readquiriu, já no século XX, o seu esplendor estético, de uma forma ampla e aligeirada inspirada no gosto medieval. O significado da casula é que esta recorda a túnica de Cristo e é símbolo da caridade e inocência, de que se deve revestir o que preside à celebração. O jugo do Senhor, que pende sobre os ombros do celebrante, é generosamente aceite para alcançar a salvação. Como era dito pelo bispo quando no ritual da ordenação lançava a casula sobre os ombros de um novo presbítero: «accipe vestem sacerdotalem, per quam charitas intelligitur; potens est enim Deus, ut augeat tibi charitatem, et opus perfectum», e quando esta caía sobre a estola: «stola innocentiae induat te Dominus». *7.3.6.1. Casula plicada ou estolão «planeta plicata»:* Em determinados dias do ano, conforme as indicações das rubricas, os diáconos e os subdiáconos podiam usar as casulas plicadas (ou enroladas), as quais devem o seu nome devido à necessidade de arregaçar a planeta (necessitavam de andar desembaraçados para servir ao altar), dobrando-a para dentro de forma a não descer abaixo da cintura. A partir do século XVI, devido à dificuldade de arregaçar uma casula pequena, pesada e cheia de ornatos, a *casula enrolada* foi substituída por uma espécie de estola mais larga, o *estolão*, que era lançado sobre o ombro esquerdo, do diácono, e prendia do lado direito, cobrindo a estola. *7.3.7. Tunicela* e *dalmática.* Trata-se das vestes do subdiácono (ordem hoje extinta) e do diácono, res-

pectivamente. *7.3.7.1. A tunicela ou túnica «tunica, colobium»:* Difere da *dalmática «dalmatica»* por ter as mangas mais estreitas e compridas; factor que em Portugal, por razões de simetria, não se chegou a desenvolver. Inicialmente a tunicela era uma veste comprida, com ou sem mangas, que os cidadãos de Roma com cargos oficiais, por volta do século V, usavam debaixo da *paenula* ou *toga*. Existiram tunicelas com duas bandas *«clavi»* que desciam dos ombros até aos pés. *7.3.7.2.:* A *dalmática* era uma veste usada pelos habitantes da região da Dalmática e o seu uso pelas classes sociais mais abastadas era motivo de distinção; posteriormente, foi adoptada pelos Romanos, constituindo-se sua veste interior, passou a ser exterior no século II, por cima da toga. A partir do século V o Papa adoptou-a como insígnia própria. Depois concedeu este privilégio aos bispos e presbíteros, entretanto estendeu-se aos diáconos, generalizando-se o seu uso. Os presbíteros e os bispos usavam-na por debaixo da casula. Actualmente, a dalmática é a veste própria do diácono, sobre a alva e a estola. «Os outros ministros de grau inferior ao diácono podem vestir a alva ou outra veste legitimamente aprovada em cada região» (*cf.* IGREJA CATÓLICA – *Instrução*, n.º 300-301). A tunicela e a dalmática, quando eram usadas sob a casula pelo bispo nos pontificais, queriam representar o pleno poder sobre todos os graus na hierarquia das ordens sacras; simbolizam a alegria do ministério do Senhor. *7.3.8. Véu de ombros «humerus, velum humerale»:* Não é uma veste nem um ornamento, tem cerca de 0,60 cm a 1,00 m de largura por cerca de 2,60 m de comprimento e, aquando da sua utilização, o ministro coloca-o sobre os ombros e fixa-o (ou é pregado) ao seu peito. Nos primeiros séculos do cristianismo os fiéis ofereciam o vinho e o pão no momento da celebração; frutos da terra e do trabalho do homem recebidos pelos diáconos em grandes bandejas, ditas patenas (*v.* ALFAIAS LITÚRGICAS). Os diáconos separavam o que devia ser consagrado e os subdiáconos levavam ao altar, em bandejas cobertas por toalhas, também chamadas de «véu». Depositada a oblata sobre o altar, a patena era guardada e embrulhada nas toalhas e novamente levadas ao altar quando era chegado o momento da comunhão, de modo a que nas patenas fosse colocada a Eucaristia. Estes véus (ou toalhas) serviam para depois da comunhão limpar as patenas, purificando-as. Mais tarde, este género de toalha passou a ser utilizada pelo subdiácono desde o ofertório até depois do *Pater noster*; surgiu, então o véu de ombros, que substituiu a toalha em que se guardava a patena. Depois da reforma litúrgica do século XX, o véu de ombros serve para o ministro celebrante pegar na custódia ou na píxide com o Santíssimo Sacramento, com o Santo Lenho ou algum outro instrumento da Paixão do Senhor; no primeiro caso recomenda-se o uso da cor branca, e, no segundo, da cor vermelha. *7.3.9. Capa de asperges ou pluvial «cappa, pluviale, casula processionaria»:* Na sua origem a capa ou pluvial confunde-se com a casula. Efectivamente a capa inspira-se na antiga casula, rasgada na parte da frente e com um apêndice, o *capuz* (*cuculus*) ao qual se dava o nome de *cappa*. É formada por um semicírculo perfeito com um raio de aproximadamente 1,60 m, não tem cortes a não ser à frente onde se une com duas abas pequenas do mesmo tecido seguras com pequenos ganchos metálicos: na tradicão eclesiástica, *colchete* simples se fosse presbítero; *broche «pectorale, formalium»*, se fosse bispo. Da sua constante utilização nas procissões e outras funções sagradas fora do templo tomou o nome de capa, no sentido de *casula processionaria*, ou casula especial; do uso do capuz se estendeu o nome a toda a capa, ou *manto*, e por permitir abrigar da chuva se passou a chamar *pluvial*. Entretanto, o capuz deixou de se usar por volta do século XIV (substituído pelo *capelo* trian-

Pluvial, cetim e fios de seda, fio laminado de papel (Beja, Santo Aleixo da Restauração, Igreja Matriz).

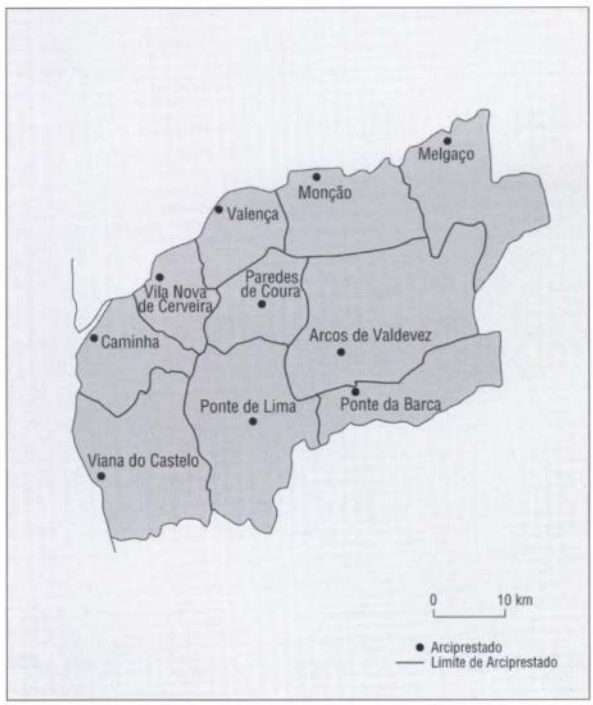
gular) ao ponto de se ter tornado num estofo pendente e ornado de uma franja (apêndice) que pende nas costas da capa. Geralmente o *sebasto* – tira no meio de outras duas – apresenta-se ricamente guarnecida (bordados, etc.), cuja parte central é ornada com uma cruz. Deste modo, quando se utiliza a capa, essa cruz é visível imediatamente, atrás, junto da nuca. O nome capa de asperges deve-se ao facto da capa ser usada na aspersão de água benta. Actualmente (*cf.* IGREJA CATÓLICA – *Instrução*, n.º 303) é usada pelos bispos e presbíteros, segundo as rubricas de cada rito.

JACINTO SALVADOR GUERREIRO

BIBLIOGRAFIA: AIGRAIN, R., dir. – *Liturgia: Encyclopédie populaire des connaissances liturgiques*. Paris: Librairie Bloud et Gay, 1947. BARAÚNA, Guilherme, ed. – *A liturgia renovada pelo Concílio: Estudos e comentários em torno da Constituição Litúrgica do Concílio Vaticano Segundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1964. BARREIROS, Manuel de Aguiar – *Elementos de arqueologia e belas artes*. 2.ª ed. Braga: Revista Opus Dei, 1931. BARROS, João Chrysostomo de Freitas – *Missal dos fiéis, devocionário e sacramentário*. Lisboa, 1927, t. 2. BERTHOD, Bernard; HARDOUIN-FUGIER, Élisabeth – *Dictionnaire des arts liturgiques, XIXe -XXe siècle*. [Paris]: Les Éditions de l'Amateur, [s.d.]. BOTTE, Bernard, OSB – *Le mouvement liturgique: témoinage et souvenirs*. Paris: Desclée, [s.d.]. COELHO, António – *Curso de liturgia romana: 2: Liturgia sacrificial*. Nova edição revista por J. P. de Carvalho. Braga: Mosteiro de Singeverga, 1943. *CRISTO: fonte de esperança*. Porto: Diocese do Porto, 2000. Catálogo da Exposição do Grande Jubileu do ano 2000. CUVA, A. – Alfaias, vasos e objetos, paramentos. In *DICIONÁRIO de liturgia*. Org. Domenico Sartore e Achille M. Triacca, trad. Isabel Fontes Leal Ferreira. São Paulo: Edições Paulinas, 1992. *DICTIONNAIRE d'Arqueologie Chrétienne et de Liturgie*. Dir. Fernand Cabrol, Henri Leclercq. Paris: Librairie Letouzey et Ané, 1924-1953, DURET, D., abbé – *Mobilier: vases, objects et vêtements liturgiques: Étude historique*. Paris: Librairie Letouzey, 1932. *ENTRE o céu e a terra: arte sacra da diocese de Beja*. Dir. José António Falcão. Beja: Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 2000. 3 vol. Catálogo da Exposição. GUARDINI, Romano – *Les signes sacrés*. Traduction revue et augmentée par Antoine Giraudet. Paris: Éditions Spes, 1938. IGREJA CATÓLICA – *Cerimonial dos Bispos: reformado por decreto do Concílio Ecuménico Vaticano II e promulgado por autoridade de S. S. o Papa João Paulo II*. Lisboa: Gráfica de Coimbra, 1990. IDEM – *Código de Direito Canónico*. 2.ª ed. Lisboa; Braga: Conferência Episcopal Portuguesa; Editorial Apostolado da Oração, 1983. IDEM – *Concílio Ecuménico Vaticano II: constituições, decretos, declarações e documentos pontifícios*. 10.ª ed. Braga: Editorial A. O., 1987. IDEM – *Introdução geral ao Missal Romano: Instrução geral do Missal Romano: Normas gerais sobre o Ano Litúrgico e o Calendário*. Coimbra: Gráfica de Coimbra; Secretariado Nacional de Liturgia, 1992. MARTIMORT, Aimé Georges – *A Igreja em oração*. Trad. do original francês. Petrópolis: Vozes, 1988. 4 vol. MARTINEZ DE ANTOÑANA, Gregorio – *Manual de Liturgia Sagrada*. 6.ª ed. Madrid: Editorial Coculsa, 1943. *MISSAL de Mateus, manuscrito 1000 da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga*. Introdução, leitura e notas de Joaquim de O. Bragança. Lisboa: FCG, 1975. MONTEIRO, António Xavier de Sousa, D. – *Elementos de arqueologia e iconografia cristã*. Coimbra, 1887. RIGHETTI, Mario – *Manuale di Storia Liturgica: 1: Introduzione generale*. 3.ª ed. Milano: Àncora, 1964.

VIANA DO CASTELO, Diocese de. *1. Implantação geográfica:* A diocese de Viana do Castelo abrange um território de cerca de 2100 quilómetros quadrados que confina, a poente, com o oceano Atlântico, a norte, tendo como fronteira o rio Minho, com a diocese de Tui-Vigo, a nascente com a diocese de Ourense e, a sul, com a arquidiocese de Braga. Tem uma população de cerca de 250 000 habitantes, repartidos por 291 paróquias, distribuídas por 10 arciprestados. *2. Antecedentes:* Após a cristianização, para efeitos de organização religiosa, esta área geográfica ficou integrada no vasto território da arquidiocese de Braga*, correspondente ao *Conventus Bracaraugustanus* do Império Romano. Quando, entre 561 e 572, se procedeu à reorganização eclesiástica do Noroeste peninsular, criando novas dioceses e agrupando-as em dois sínodos, o Lucense e o Bracarense, de Braga foram desmembradas as dioceses do Porto e a de Tui, ficando a pertencer a esta o território situado a norte do rio Lima. Durante oito séculos, a história religiosa da maior parte do espaço da actual diocese de Viana foi a mesma da diocese de Tui. Após o reconhecimento da independência de Portugal, a diocese de Tui ficou na invulgar situação de abranger um território a que se estendia o domínio de dois Estados. Os bispos de Tui, embora tivessem a sede do outro lado do rio Minho, preocuparam-se de um modo muito especial com a actividade pastoral na metade portuguesa da diocese, destancando-se, entre outros, D. Gil Peres de Cerveira, em cujo pontificado se consolidou o culto a São Telmo, com o qual convivera e que faleceu poucos anos antes do início do seu episcopado. D. Gil organizou o processo dos milagres do apóstolo tudense, que, além de patrono da diocese, a partir daí se tornou objecto da especial devoção dos marítimos galegos e portugueses. No final do século XIV, a metade portuguesa separou-se da parte galega da diocese de Tui. A comarca eclesiástica de Valença, desde então, passou a ter administração autónoma equiparada à de um bispado, sendo vários dos seus administradores sagrados bispos, e governando o território, por autoridade apostólica, com o título de «Bispos de Tui da parte de Portugal». A administração eclesiástica de Valença andou unida à diocese de Ceuta, após a criação desta, em 1421, embora só com D. Frei Justo Baldino (1480-1493) se verificasse a integração efectiva e, mesmo assim, com um vigário-geral próprio. Em 1512, o bispo de Ceuta D. Frei Henrique Vaz de Coimbra permutou com o arcebispo de Braga a administração eclesiástica de Valença pela de Olivença, Campo Maior e Ouguela. A comarca de Valença continuou, todavia, a ter a sua própria administração religiosa, com um vigário-geral exclusivo. Das cinco comarcas em que se dividia a arquidiocese de Braga – Torre de Moncorvo, Chaves, Vila Real, Braga e Valença – era esta a que dispunha de maior número de oficiais, dando origem a um extenso corpo documental, integrado em 1935 no Arquivo Distrital de Braga. *3. Criação da diocese:* O primeiro documento histórico relativo à criação da diocese de Viana data de 1545. Organizaram-se, por essa altura, os processos para a criação das dioceses de Viana, Freixo de Espada à Cinta, Covilhã e Abrantes, Miranda, Portalegre e Leiria. A de Miranda foi a única a ser efectivamente desmembrada da arquidiocese de Braga e as razões aduzidas pelo sumo pontífice na bula de erecção – «a diocese de Braga é muito extensa, larga e dispersa, com grande densidade de população e abundância de clero, possuindo muitos mosteiros e igrejas, e até nobres e insignes colegiadas, inumeráveis povoações e aldeias, e, por isso, o arcebispo de Braga não pode visitar, como é obrigado, toda essa arquidiocese nem exercer os ofícios pontificais mais trabalhosos, nem conhecer pessoalmente, como conviria, os seus diocesanos, resultando daí confusão na administração eclesiástica, descontentamento e perigo para as almas», pelo que «julgamos ser coisa digna o plantar no fértil campo da Igreja Militante novas igrejas e sés episcopais a

fim de que, com tais plantações, aumente a devoção popular, floresça o culto divino, se consiga a salvação das almas e os lugares notáveis, especialmente aqueles cuja população se reconhece ir em aumento, sejam ornados de adequados títulos e condignos favores» – seriam igualmente válidas em relação à diocese de Viana, mas não foram consideradas para esse efeito, talvez por causa de interesses ou de bairrismos infundados. O processo enfermava também de grandes imperfeições, umas vezes por defeito, como na indicação do número de habitantes, do quantitativo dos rendimentos destinados à sustentação do clero, e até na omissão das freguesias situadas na metade norte do concelho de Ponte de Lima, outras vezes por inexactidões comprometedoras, como a indicação das distâncias em relação a Braga e a Viana, sem falar nos nomes de algumas povoações. Facilmente se compreende que um processo tão irregular estava condenado ao fracasso. Desde o século XVII até ao século XX, não há notícia de mais tentativas de criação da diocese, embora um arcebispo como D. Frei Bartolomeu dos Mártires reconhecesse que não só Viana – onde promoveu a construção do Mosteiro de Santa Cruz – mas também as terras do interior do Alto Minho, especialmente as de Coura, necessitavam de maiores cuidados pastorais. D. Frei Agostinho de Jesus, em 1592, concedeu estatuto ao vigário-geral da comarca para a distribuição dos feitos judiciais, e é esta a última vez que vemos este território a ser alvo de um tratamento especial. Com artigos publicados na imprensa local a partir de 1918, a chama começou a reavivar-se e na década de 20 surgiam os primeiros donativos para a futura diocese. Algumas dezenas de sacerdotes e leigos enviaram ao Santo Padre, em 1926, uma súplica a pedir a criação da diocese, justificando as suas pretensões com argumentos iguais aos que tinham levado à criação da diocese de Vila Real, feita por solicitação do próprio arcebispo de Braga, D. Manuel Vieira de Matos. Nos anos de 1941 a 1943, registaram-se novas iniciativas a pedir a criação da diocese, em parte estimuladas pelo legado condicional da condessa de Montedor. A pusilanimidade dos arcebispos, que receavam a transição, e a campanha movida nos bastidores e claramente defendida na imprensa oficiosa da arquidiocese, apoiada por grupos de pressão ligados aos interesses da burguesia bracarense e explorada por bairrismos de horizontes acanhados, levaram a que a criação da nova diocese fosse sucessivamente adiada, ocasionando até a abertura de algumas feridas dolorosas no corpo eclesiástico. A seguir à morte do arcebispo D. António Bento Martins Júnior, ocorrida em 19 de Agosto de 1963, um vultuoso número de católicos do distrito de Viana do Castelo remeteu uma nova exposição ao Santo Padre, no ano seguinte publicada em opúsculo, conjuntamente com outros documentos relativos à história eclesiástica do território, sob o título de *Mensagem dos católicos do distrito de Viana do Castelo enviada a Sua Santidade Paulo VI pedindo a criação da diocese de Viana*. A inesperada oposição do novo arcebispo, D. Francisco Maria da Silva, fez com que mais uma vez se frustrassem as expectativas. Mas após o seu falecimento, ocorrido em Abril de 1977, a Santa Sé considerou que se reuniam as condições favoráveis à criação da nova diocese, o que veio a acontecer com a bula *Ad aptiorem populi Dei*, de 3 de Novembro de 1977, data em que outra bula nomeava o primeiro bispo, D. Júlio Tavares Rebimbas. *4. Renovação cristã do Alto Minho:* Os cinco anos em que D. Júlio Tavares Rebimbas esteve à frente da diocese de Viana revelaram-se extraordinariamente positivos para o bem espiritual da população do Alto Minho, apesar das perturbações políticas e sociais que, na sequência da mudança de regime operada em 25 de Abril de 1974, faziam sentir os seus efeitos um pouco por todo o país. As orientações que pautaram a sua actividade, contribuindo para a difusão de uma prática religiosa alicerçada numa fé mais esclarecida e na abertura aos problemas da vida contemporânea, foram consubstanciados na *Carta pastoral sobre a renovação cristã das paróquias do Alto Minho*, publicada em 8 de Janeiro de 1980. A D. Júlio Tavares Rebimbas, transferido para a diocese do Porto, sucedeu D. Armindo Lopes Coelho, cuja entrada solene na Igreja de Santa Maria Maior, antiga sede da paróquia e da colegiada e agora catedral diocesana, ocorreu em 8 de Dezembro de 1982. Este prelado exerceu uma intensa actividade pastoral, através do ministério da palavra, quer em homilias proferidas com frequência em momentos importantes da vida diocesana e em geral publicadas na imprensa, quer através do diálogo aberto e franco a todos os níveis, quer através das visitas pastorais constantes. Uma das suas primeiras preocupações foi o seminário diocesano. Criada sem seminário em 1977, a diocese de Viana manteve todos os seminaristas em Braga até 1983, ano em que D. Armindo instalou o Seminário Menor de São Teotónio no antigo colégio de Monção, com capacidade para 50 alunos dos pri-



Fonte: Anuário Católico de Portugal, *1995-1998.*

meiros anos. Os candidatos dos anos seguintes passaram depois a estar albergados no Centro Pastoral Paulo VI, em Darque, e a frequentar as aulas no Colégio do Minho, pertencente à diocese. No ano de 1995, estava concluída e começou a ser utilizada uma parte das novas instalações do seminário diocesano, situadas na parte noroeste da cidade de Viana do Castelo. A inauguração oficial e solene de todo o conjunto ocorreu no dia 25 de Março de 1997, com a presença do núncio apostólico, da maioria dos bispos portugueses e de um significativo número de prelados da Galiza, do governador civil e dos presidentes das câmaras do Alto Minho e de um grande número de crentes. Os alunos dos últimos anos continuam, em 1997, a fazer os seus estudos em Braga, no seminário maior da arquidiocese e na Faculdade de Teologia da Universidade Católica. Em 8 de Agosto de 1983 foi criado o Centro Diocesano de Cultura, para servir nesta área, em geral e no plano religioso, o clero e o laicado. Decorridos oito anos, em 11 de Outubro de 1991, um novo decreto episcopal fundava, para lhe suceder, o Instituto Católico de Viana do Castelo, e aprovava os respectivos estatutos. No âmbito deste instituto funcionam a Escola Superior de Teologia e Ciências Humanas, o Departamento do Arquivo Diocesano e da Investigação Histórica, o Museu Diocesano, em fase de instalação, e o Gabinete Diocesano de Arte e Cultura. A diocese possui um semanário noticioso, o *Notícias de Viana*, e edita, através do Instituto Católico, a revista de estudos *Memória*. Sendo a diocese de fundação recente, os seus prelados consideraram que não se justifica a criação de um cabido diocesano, instituição que actualmente se reveste de um significado mais representativo e histórico do que funcional. A organização da vida religiosa diocesana assenta no Colégio de Consultores, no Conselho Pastoral Diocesano, no Conselho Presbiteral e em vários secretariados: da Pastoral Litúrgica, da Pastoral Vocacional, da Educação Cristã da Infância e Adolescência, da Educação Cristã da Juventude, do Ensino da Igreja nas Escolas, das Missões, da Pastoral Social e Caritativa, da Pastoral das Migrações e Turismo, da Pastoral da Família, para Religiosas, das Comunicações Sociais, e, finalmente, o Gabinete Diocesano de Arte e Cultura. Para o exercício do seu ministério, a diocese dispõe de algumas estruturas materiais, entre as quais se devem referir a Casa Episcopal, situada na Quinta de São Lourenço, freguesia de Darque, o Centro Pastoral Paulo VI, também em Darque, o edifício da cúria diocesana, no antigo Mosteiro de São Domingos, a Casa do Instituto Católico, na Rua da Bandeira, da cidade de Viana do Castelo, o novo Seminário D. Frei Bartolomeu dos Mártires, o Colégio do Minho, também em Viana, e o Seminário de São Teotónio, em Monção. A prática religiosa, embora em média se não possa considerar muito esclarecida, mantém um excelente nível, e a frequência da eucaristia dominical atinge os 60 %. A participação dos leigos na vida da Igreja tem-se processado em ritmo crescente, nos mais variados sectores e designadamente na liturgia, nas estruturas paroquiais, no exercício da caridade, no desenvolvimento da cultura cristã e em múltiplas outras tarefas. Diversos movimentos de acção apostólica se encontram enraizados na área da diocese, onde, com maior ou menor eficiência, por vezes com grandes dificuldades, exercem a sua actividade: a Acção Católica Rural, a Juventude Agrária e Rural Católica, os Cursos de Cristandade, as Conferências de São Vicente de Paulo, a Legião de Maria, o Apostolado da Oração; os Movimentos Esperança e Vida, da Família do Sacerdote, dos Casais das Equipas de Nossa Senhora, dos Casais de Santa Maria, dos Convívios Fraternos, e o Centro de Preparação para o Matrimónio; a Liga Eucarística, a Associação Católica Internacional ao serviço da Juventude Feminina, a Ordem Terceira Dominicana, as Noelistas, a Associação dos Guias de Portugal, o Corpo Nacional de Escutas, e outros grupos com menos implantação ou actividade. Sendo a diocese de Viana do Castelo uma das mais rurais e pobres do país, a assistência aos mais pobres e necessitados tem necessariamente de merecer uma atenção muito especial, cuja coordenação está a cargo do Secretariado de Acção Social e Caritativa, e se tem concretizado sobretudo na acção de 13 grupos Cáritas e 60 grupos vicentinos (CSVP), espalhados pela diocese, com maior incidência nos arciprestados de Viana do Castelo e Ponte de Lima. Merecem referência os esforços realizados neste domínio por alguns dos 34 centros sociais paroquiais existentes e por 10 Misericórdias, com lares e centros de estar para idosos, assistência aos tempos livres e jardins infantis. D. Armindo Lopes Coelho foi nomeado bispo do Porto em 5 de Maio de 1997, quando se encontrava em visita pastoral, em missão confiada pela Santa Sé, aos seminários de Moçambique. Sucedendo a D. Júlio Tavares Rebimbas, como já acontecera em Viana do Castelo, tomou posse da nova diocese em 29 de Agosto, continuando, no entanto, como administrador apostólico da diocese de Viana até à chegada do seu sucessor. O novo bispo de Viana, D. José Augusto Pedreira, nomeado pela Santa Sé em 29 de Outubro, fez a sua entrada solene na diocese no dia 8 de Dezembro de 1997. É natural do Alto Minho (freguesia de Gondomil, concelho de Valença) e, depois de três anos em Braga, intercalando uma passagem por Lisboa, em missão de estudo, passou a sua vida activa em Viana, antes de em 1982 ser nomeado bispo titular de Elvas e auxiliar do Porto. A diocese começou já a colher os frutos da sua experiência pastoral, assim como do seu largo conhecimento das realidades e problemas diocesanos.

5. Ordens religiosas: É antiga a tradição da vida religiosa comunitária no Alto Minho, como atestam os mais antigos documentos medievais, embora sejam lacónicas as referências a mosteiros anteriores à introdução da Regra de São Bento. Os mosteiros que chegaram ao século XIX, como sucedeu em todo o país, foram extintos na sequência do arbitrário decreto publicado, em 1834, pelo ministro Joaquim António de Aguiar, *o Matafrades*. A maior parte dos mosteiros que existiam ou vieram a ser fundados, nos primeiros séculos da nacionalidade, entre os rios Minho e Neiva, adoptaram ou seguiram logo de início a Regra de São Bento. Estão nesse número os mosteiros femininos de Loivo, Valboa (ambos no concelho de Vila Nova de Cerveira), Merufe (Mon-

Igreja Matriz de Viana do Castelo.

ção), São Salvador de Paderne (Melgaço) e Vitorino das Donas (Ponte de Lima), todos no mundo rural, extintos, transferidos para o meio urbano ou anexados a outros até ao início do século XVII; posteriormente foram fundados os mosteiros de Santa Ana (1510) e de São Bento (1545), na vila de Viana. Por idêntica evolução passaram os mosteiros masculinos, implantados no mundo rural, que se foram extinguindo ou anexando a outros com o andar dos tempos: São Paio de Paderne (Melgaço), Friestas e Ganfei (Valença), São João de Arga (Caminha), Ázere, Sabadim e Miranda (Arcos de Valdevez), Labruja (Ponte de Lima), Cabanas, São Cláudio de Nogueira e São Salvador da Torre (na metade norte do concelho de Viana do Castelo). Maior fôlego tiveram os de São Romão de Neiva e de Carvoeiro (na metade sul do mesmo concelho). Seguiram a reforma cisterciense os mosteiros de Ermelo (Arcos de Valdevez), já sem monges e extinto no século XVI, e de Fiães (Melgaço), que, integrado na congregação de Alcobaça, sobreviveu até ao século XIX. Pouco tempo depois da sua fundação, os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho estavam no Alto Minho, onde fundaram o importante mosteiro de Refóios (Ponte de Lima) e viram a sua observância adoptada pelos mosteiros de São Salvador de Paderne (concelho de Melgaço, onde sucedeu a um convento feminino), de Longos Vales (Monção), de São Martinho de Crasto, Vila Nova de Muía e Bravães (Ponte da Barca); em 1630 fundou-se em Viana o Mosteiro de São Teotónio, que em 1767 seria reduzido a simples hospício. Os Franciscanos Observantes, vindos da Galiza na altura do cisma, fundaram os pequenos mosteiros de Mosteirô (Cerdal, Valença), São Paio (Vila Nova de Cerveira, passou depois aos Franciscanos Conventuais), Santa Maria da Ínsua (Caminha) e São Francisco do Monte (Viana). Estes religiosos fundaram posteriormente os mosteiros de Santo António dos Capuchos em Viana, em Ponte de Lima e em Caminha, de São Bento, em Arcos de Valdevez, da Conceição, em Melgaço, e da Senhora da Glória, em Monção. As Franciscanas tiveram um mosteiro em Valença e outro em Monção, extinto em 1769, com a transferência das freiras para Braga. De fundação mais tardia foram o convento das Ursulinas, criado em Viana em 1740, e o das Carmelitas Descalças, de 1780. Os Dominicanos fundaram na cidade de Viana o Mosteiro de Santa Cruz, por iniciativa do venerável arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires, que aí passou os últimos dias da vida e veio a ser sepultado, após a morte, ocorrida em 1590. Numa parte do edifício funciona actualmente a cúria diocesana e a outra, com a igreja, está ao serviço da paróquia de Monserrate. Passada a onda anticlerical do Liberalismo e da I República, a vida religiosa comunitária foi reintroduzida na diocese, existindo, neste momento, dois conventos independentes, um dos Padres Passionistas, com a casa principal e a sede provincial em Barroselas, e outro de carmelitas descalços, de clausura; e várias ordens religiosas de direito pontifício, quer masculinas, a saber, a Congregação do Espírito Santo, e os Carmelitas Descalços, com igreja aberta ao público e seminário menor; quer femininas, designadamente as Filhas de Maria Auxiliadora (Salesianas), com duas casas dedicadas ao ensino, as Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, com casas em quatro concelhos, as Irmãs Missionárias do Espírito Santo, as Irmãs Missionárias da Santíssima Eucaristia e de Maria Imaculada, as Carmelitas Missionárias Teresianas, a Companhia de Santa Teresa e o Carmelo de Santa Teresinha, todas com um casa. De direito diocesano existem as Irmãs Reparadoras da Santa Face e a Fraternidade das Franciscanas da Imaculada Conceição e São Miguel Arcanjo. A maior parte das casas referidas é habitada por reduzido número de religiosos ou religiosas, na sua maioria de idade e em repouso, sem grande expressão na vida diocesana. A elas soma-se o instituto secular Charitas Christi.

ANTÓNIO MATOS REIS

BIBLIOGRAFIA: ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Porto, 1968, vol. 2. COSTA, Avelino de Jesus da – A comarca eclesiástica de Valença do Minho. In COLÓQUIO GALAICO-MINHOTO, 1 – *Actas*. Ponte de Lima, 1981. IDEM – Administração eclesiástica de Valença do Minho. In *SYNODICON Hispanum: 2: Portugal*. Madrid, 1982, p. 415-456. IDEM – *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Braga, 1965, t. 1. LA CUEVA, Francisco Avila y – *Historia Civil y Eclesiastica de la Ciudad de Tuy y su Obispado*. Manuscrito do Arquivo da Sé de Tui. FERREIRA, J. Augusto – *Fastos episcopais da Igreja Primacial de Braga*. Braga, 1931, vol. 2. *MENSAGEM dos católicos do distrito de Viana do Castelo enviada a Sua Santidade Paulo VI pedindo a criação da diocese de Viana*. Porto, 1964. PORTELA SILVA, Ermelindo – *La región del obispado de Tuy en los siglos XII a XV*. Santiago de Compostela, 1976.

VICENTINOS. Embora o seu nome oficial seja Congregação da Missão (CM), diversos nomes foram utilizados historicamente para designar esta sociedade de vida apostólica (com vida comum, mas apenas de votos privados com efeitos públicos): além de Vicentinos, foram conhecidos por Padres da Missão, Páules (em Espanha), Lazaristas e Padres de São Lázaro (nome derivado da casa-mãe de Paris, o Convento de São Lázaro). Este instituto foi iniciado por São Vicente de Paulo em 1625, sendo a primeira comunidade instituída oficialmente a 4 de Setembro de 1626, no quadro do grande êxito da acção apostólica realizada por este padre entre os camponeses da Picardia. Vicente de Paulo nasceu no Sul de França a 24 de Abril de 1581, tendo começado a exercer o seu ministério como sacerdote nas paróquias de Paris, vindo depois a tornar-se capelão da família Gondi. Tendo-se licenciado em Teologia pela Universidade de Tolosa e em Direito Canónico pela Sorborna, concluiu que a sua missão devia ser dedicada ao serviço dos mais pobres e à formação do clero. Para cumprir estes dois objectivos fundou a Congregação da Missão, a qual recebeu a aprovação papal a 12 de Janeiro de 1633. Inicialmente, esta congregação religiosa tinha como fim trabalhar na educação e salvação da população rural, dependente da autoridade dos bispos, em concertação com os párocos, bem como contribuir para uma melhor formação espiritual e intelectual do clero que sofria de carências graves no plano da formação humana e espiritual. Todavia, com a sua expansão, os seus objectivos alargam-se, particularmente para a área da missionação *ad gentes*. As constituições dos Vicentinos estatuem que «o fim da Congregação da Missão é seguir Cristo, evangelizador dos pobres», e que a sua missão específica realiza este fim geral «quando os seus membros e as suas comunidades procuram, com todas as forças, revestir-se do espírito do próprio Cristo; se aplicam a evangelizar os pobres, sobretudo os mais abandonados; ajudam os clérigos e os leigos na sua própria formação e os levam a participar mais plenamente na evangelização dos pobres» (Cst. 1). São Vicente de Paulo funda também, com a colaboração estreita de Santa Luísa de Marillac, a Companhia das Filhas da Caridade, a quem os Padres Vicentinos têm obrigação de dar assistência espiritual. Os Vicentinos foram instituídos em Portugal (em Santa Catarina, Lisboa) pelo padre José Gomes da Costa (primeiro lazarista português ingressado na congregação em Itália), natural de Braga, com a licença papal de Clemente XI de 13 de Março de 1716. A 20 de Maio do ano seguinte recebem licença passada pelo procurador do Supremo Tribunal de Justiça do Reino para se estabelecerem em Portugal. Logo depois chegaram de Itália mais quatro sacerdotes acompanhados de dois irmãos leigos para apoiarem o padre português no estabelecimento da congregação no seu país. No entanto, tiveram que se deparar com alguns obstáculos levantados pelo próprio monarca que os acolheu. O rei manifestou o desejo de que estes religiosos ficassem subordinados em tudo à obediência do patriarca de Lisboa e não ao superior-geral, desejo que os Vicentinos recusaram cumprir, dado o estatuto autónomo de que gozava já a congregação. Assim, vendo frustado o objectivo que os motivou na sua vinda para Portugal, os Vicentinos regressaram a Itália, depois da morte do padre José Gomes, a 2 de Novembro de 1725, permanecendo em Portugal, todavia, o padre José Jofreu, catalão, e o irmão João Baptista Narquísio, italiano, que foram persistindo nas tarefas próprias do seu carisma. Neste período, os Vicentinos viram os seus intentos de expansão obstruídos pelo governo. Este impasse só termina aquando da realização das festas celebrativas da canonização de São Vicente de Paulo, altura em que D. João V autoriza o padre Jofreu a organizar a congregação, reconhecendo a sua sujeição ao superior-geral, a 26 de Julho de 1738. Deste modo, o padre Jofreu pôde assumir as funções de superior da comunidade, para onde tinham chegado religiosos de Itália, França e Catalunha a fim de potenciar o crescimento dos Vicentinos em Portugal. A Congregação da Missão passa a admitir, finalmente, candidatos a religiosos, que lhe vão permitir uma significativa expansão no país, ajudada agora com «boas rendas» dotadas por D. João V (ALMEIDA – *História*, p. 200). As principais actividades da congregação têm sido, desde os primórdios, a evangelização das populações rurais, através da realização de missões populares, e a colaboração na formação do clero, especialmente através do ensino nos seminários. A complementar esta acção característica deve-se acrescentar o serviço paroquial, as missões *ad gentes* e a direcção de colégios. Neste período ficaram muito conhecidas a sua casa em Rilhafoles e o seminário de Cernache do Bonjardim. A primeira fase da presença dos Vicentinos em Portugal termina a 28 de Maio de 1834 com o decreto governamental de Joaquim António de Aguiar que extingue todas as ordens e congregações religiosas tanto em Portugal como nos domínios ultramarinos. Deste modo, põe-se fim a todo um vasto trabalho de evangelização, educação e assistência desenvolvido por estes padres através das suas diversas casas fundadas em Lisboa, Coimbra, Leiria, Funchal, Évora e Miranda, bem como em diversas partes do Brasil, na Índia e na China. Apesar da dispersão, egressão e emigração provocadas por este decreto anticongreganista, alguns padres da Missão continuaram dando a sua colaboração nas dioceses, esperando a refundação da sua sociedade. Tal, de facto, aconteceu duas décadas mais tarde por obra de um grupo de vicentinos franceses que chegaram a Portugal em 1857. Deste modo, os confrades franceses reuniram os vicentinos portugueses dispersos e reergueram as estruturas materiais e espirituais necessárias para reiniciar as actividades características da Congregação da Missão. O seu trabalho apostólico ao serviço dos pobres e da formação do clero tem como pólos de irradiação Lisboa, Funchal e Felgueiras, na diocese do Porto. Uma figura marcante destaca-se, neste período, entre os Padres Lazaristas, o padre Sena Freitas (1840-1913), quer pela sua qualificada actividade intelectual, literária e educativa em Portugal e Brasil, quer pelas suas polémicas com alguns homens notáveis da cultura portuguesa sobre as relações entre o positivismo científico e filosófico e a religião. Esta segunda fase da presença dos Vicentinos no país foi interrompida abruptamente com a revolução repu-

blicana de 1910 que expulsa as congregações religiosas, tendo sido assassinados na véspera de 5 de Outubro deste ano o superior provincial, o padre A. Fargues, e o padre B. Barros Gomes, notável engenheiro silvicultor e antigo ministro, os quais residiam em Arroios, na cidade de Lisboa. Verifica-se uma dispersão generalizada. Muitos vicentinos vão para o estrangeiro: Brasil, Espanha, França e Itália; alguns abandonam e voltam às suas famílias, enquanto outros se integram nas dioceses. O interregno mantém-se até 1927, apesar de haver um superior provincial francês nomeado, residindo na capelania de São Luís dos Franceses, em Lisboa, o qual não conseguiu reorganizar a congregação durante a vigência do regime republicano. Com a instauração do regime do Estado Novo, os padres vicentinos portugueses lançam mãos à reconstrução da província em Portugal, dando início à terceira fase da sua fundação neste país. Neste processo de reinstituição, sobressai o empenho dos padres Sebastião Mendes e Bráulio de Sousa Guimarães que elevam as estruturas materiais necessárias para este recomeço. A sede da congregação é instalada na Rua do Século, 152, em Lisboa, no ano de 1927, mantendo-se aí até ao presente. No ano seguinte, ergue-se um seminário na freguesia de Pombeiro, concelho de Felgueiras. Algumas das antigas comunidades são reorganizadas, como é o caso da comunidade de Santa Quitéria, no mesmo concelho, em 1929; da casa do Funchal, em 1930; da comunidade de Chaves, em 1938. Neste mesmo ano constrói-se o Seminário de São José, em Lagares. Em 1954 abre-se o Seminário de São Vicente de Paulo em Mafra, seguido do Seminário de Nossa Senhora das Graças em Braga, no ano de 1960. Dois lares para estudantes são inaugurados em 1968, um no Porto e outro em Lisboa. Na década seguinte os Vicentinos apostam na abertura das chamadas zonas pastorais para aí fazerem incidir a sua intervenção prioritária. A primeira zona é aberta no ano de 1976 em Salvaterra de Magos, diocese de Santarém; a segunda em Almodôvar, diocese de Beja, em 1978; a terceira em Santiago do Cacém, em 1991; e a quarta no ano de 1994, em Nisa, diocese de Portalegre. É ainda de salientar o trabalho pastoral desenvolvido, desde 1955, pelos Vicentinos junto das comunidades portuguesas emigradas quer nos Estados Unidos, quer na França e na Alemanha. Todavia, é em Moçambique que os Padres Vicentinos desenvolvem a sua mais intensa actividade missionária desde o ano de 1940. Ali foram-lhes confiados vastos territórios de missão, em extensão superiores ao território de Portugal, a responsabilidade de dirigir a formação do Seminário Maior Interdiocesano de São Pio X, em Lourenço Marques, bem como a orientação de três dos cinco seminários menores existentes nesta região. Hoje, os missionários vicentinos presentes em Moçambique são oriundos de várias nacionalidades, tendo obtido a sua autonomia canónica em 1965. Em Portugal, esta sociedade de vida apostólica tem cerca de 54 membros, tendo à sua conta a dinamização das Conferências de São Vicente de Paulo e da Juventude Mariana Vicentina. Publicam um *Boletim Informativo* para dar a conhecer as actividades dos Vicentinos entre os vários organismos da congregação. A nível internacional têm dirigido duas revistas muito divulgadas, a *Divus Thomas* e a *Ephemerides Liturgicae*.

JOSÉ EDUARDO FRANCO

BIBLIOGRAFIA: ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Nova ed. preparada e dir. Damião Peres. Porto: Liv. Civilização, 1968, vol. 2. BRANDÃO, D. C. B. Paiva – *Algumas cartas de Ozanam: outros escritos vicentinos*. Lisboa: Santelmo, 1946. CASTRO, Jerónimo Pedreira de – *S. Vicente de Paulo e a magnificiência das suas obras*. Petrópolis: Vozes, 1942. CONGREGAÇÃO DA MISSÃO – *Constituições e regras*. Lisboa: Casa Central da Congregação da Missão, 1957. CONSELHO CENTRAL DE COIMBRA – *Os Vicentinos perante as condições actuais da família cristã*. Coimbra: CCC, 1936. DIX, Jean-François – *Vicente de Paúl*. Santander: Sal Terrae, 1980. ENES, António – *Os Lazaristas*. Rio de Janeiro: Imp. Industrial, 1878. FONSECA, F. Guimarães – *Os Lazaristas: pelo lazarista Sena Freitas*. Lisboa: Typ. de Christovão Augusto Rodrigues, [s.d.]. GUIMARÃES, Bráulio – *Apontamentos para a história da província portuguesa da Congregação da Missão*. Lisboa, 1959-1962. 5 P. Texto dactilografado. MATOS, Manuel Cadafaz de – *Algumas fontes inéditas sobre a evangelização na China pelos Lazaristas*. Lisboa: Távola Redonda, 1987. ORNELAS, A. – *Breve história da provincia portuguesa da Congregação da Missão*. [S.l, s.d.]. Texto dactilografado. *VINDE E VEDE: Formas de vida consagrada na Igreja*. Lisboa: Edições Paulinas, 1995. SILVA, Emílio da, D. – *Os Lazaristas*. Lisboa: [s.n.], 1883.

VIDA RELIGIOSA, Formas de. *1. Pluralidade de formas de vida religiosa:* Ao longo da sua história a vida consagrada exprimiu-se numa grande variedade de formas originais, umas em forma de consagração a título pessoal, como os primeiros ascetas, as virgens e as viúvas, outras em forma de grupos organizados, como as ordens monásticas, as mendicantes, os clérigos regulares, etc., que constituem a vida religiosa propriamente dita. Mais recentemente a vida consagrada encontrou novas formas de expressão nos institutos seculares e outras experiências novas que se não reconhecem nos modelos jurídicos precedentes. Uma tal variedade atesta a vitalidade e a criatividade da Igreja em ordem a uma resposta às exigências do Evangelho e às necessidades de cada época. Os próprio modelos bíblicos inspiradores da vida religiosa são também variados. O texto-chave do II Concílio do Vaticano, o n.º 15 da P. C., propõe como modelo privilegiado da comunidade religiosa a comunidade de Jerusalém. Mas este não é o único modelo de comunidade do Novo Testamento nem sequer dos Actos dos Apóstolos. Este n.º 15 da P. C. acumula uma série de citações bíblicas polivalentes, consciente da dificuldade em fazer uma síntese dos modelos de vida comunitária e seus conteúdos. O contexto conciliar engloba outros modelos como o de Mateus, o de João e o das experiências paulinas. O que caracteriza de facto as comunidades primitivas é a sua pluralidade, a sua originalidade e a sua criatividade. Decisivos também nesta pluralidade e variedade de formas de vida religiosa foram os contextos históricos de cada época. Cada época criará e modelará os seus modelos de vida religiosa. *2. A vida eremítica:* A vida religiosa teve a sua primeira expressão na vida monástica ou eremítica. Segundo o padre de Labriolle, ela começa quando entre os anos 250 e 270 alguns ascetas cristãos se retiram para viver em cabanas, não longe de certas cidades e aldeias, sobretudo no Egipto. Discute-se o motivo deste êxodo mas é de aceitar a teoria dos que apresentam como motivo a instalação e comodidade em que o cristianismo tinha caído após a época das perseguições. Para fugir ao comodismo fácil do Império, estes ascetas começaram a procurar o absoluto

de Deus no deserto. O protótipo destes anacoretas é Paulo de Tebas (236-347). Fugindo da perseguição de Nero, refugiou-se numas ruínas, levando uma vida afastado de tudo e de todos que duraria mais de cem anos. Quando tinha 110 anos recebeu a visita de Antão, que se demorou longamente com ele. Santo Atanásio, na sua obra *Vida de Antão*, faz remontar as origens do monaquismo à vocação de Antão, que opta por viver numa solidão cada vez mais progressiva e radical. Em qualquer das hipóteses, o ambiente das origens da anacorese é o deserto, um lugar que, partindo de um conceito geográfico – terra não habitada –, adquire cada vez mais significado moral, como fuga da mundanidade e ruptura com tudo o que impede o caminho para Deus como absoluto da vida, a escolha radical do celibato, a dedicação exclusiva ao louvor de Deus e à comunhão com Ele, a escuta atenta e perseverante da sua Palavra, a oração contínua. O lugar da origem do monaquismo* é a solidão física, mas como símbolo de uma solidão interior, com todo o espaço para Deus. Esta caminhada é um itinerário progressivo: avança-se pelo deserto à medida que se progride no caminho da santidade. *3. A vida cenobítica:* Quase ao mesmo tempo que Santo Antão, São Pacómio (286-346) no Alto Egipto dava origem à vida cenobítica. A característica própria deste modelo já não é a vida solitária mas a vida em comum. Foi um gesto concreto de caridade fraterna por parte de um grupo de cristãos que levou Pacómio a mudar de vida. Também ele começou a sua experiência espiritual pela anacorese, sob a orientação de um ancião, não longe do povoado. Daí partirá para a formação de uma comunidade com alguns anacoretas que aceitaram viver em comum. Três traços marcam a vida cenobítica como Pacómio a concebia: a vida num mosteiro que servia de suporte material à comunidade, uma regra que articulava a vida dos monges e a obediência ao abade que era ao mesmo tempo o chefe e o pai espiritual dos monges. Dentro do convento cercado por muros, estavam disseminadas as celas em grupos, a igreja, o refeitório, a cozinha, a dispensa, um pátio, um jardim e uma hospedaria para acolhimento dos peregrinos. Subjacente a este esquema rígido de organização está uma concepção da vida de comunidade como fraternidade: a ascese anacorética é agora substituída pela fraternidade. A comunidade pacomiana conserva fortes traços do ascetismo herdado dos anacoretas; mas às práticas ascéticas dos anacoretas, às longas orações e jejuns, Pacómio contrapõe a via do serviço, a ascese da obediência, da misericórdia, da ajuda fraterna, da vigilância de uns em relação para com os outros. *4. A comunidade fraterna de São Basílio:* As comunidades de São Basílio são um modelo muito diferente das de São Pacómio. São Basílio não opta pelo deserto para estabelecer a sua comunidade, mas fixa-a na proximidade da cidade; não será uma comunidade isolada pelos muros do cenóbio, mas sim uma comunidade aberta; a sua estrutura não será a de um grande complexo, com todas as estruturas necessárias ao viver de um grande grupo, mas uma comunidade muito simples. Estas comunidades serão regidas mais por um sistema de relações interpessoais do que pela rigidez de um regulamento; não nascem da sujeição a uma regra ou a um padre carismático, mas são todas construídas à base das relações horizontais entre os seus membros. A comunidade é chamada fraternidade e os seus membros irmãos. O projecto comunitário de Basílio não parece ser o de criar uma comunidade monástica como tal, mas simplesmente uma comunidade cristã, como a de Jerusalém, embora depois tenha assumido modalidades tipicamente monásticas. O objectivo principal é realizar a fraternidade cristã, segundo os modelos evangélicos. Também o conceito de obediência é muito diferente do de São Pacómio. Enquanto para Pacómio a obediência está fortemente concebida como obediência aos superiores, para Basílio só a Palavra de Deus é normativa: o papel do superior é discernir esta vontade de Deus. *5. A comunidade agostiniana:* Para Santo Agostinho, a caridade, a comunhão fraterna, a unidade de vida serão os elementos constitutivos da vida religiosa como ele a concebe. A vida monástica agostiniana tem o seu fundamento na prática da vida comum na sua radicalidade. A ideia básica em que se apoia todo o edifício monástico de Santo Agostinho é o viver a vida em comum com um só coração e uma só alma. A comunhão perfeita em Deus é o fundamento, o centro e o fim da vida religiosa como Santo Agostinho a concebia. A sua comunidade não nascerá com um fim apostólico ou caritativo mas simplesmente para viver o mistério da comunhão eclesial na sua radicalidade. Esta vida comum radical tem o seu modelo nos cristãos primitivos, que viviam com um só coração e uma só alma. Da comunhão no amor deriva a comunhão de bens. A Trindade de Deus é o verdadeiro modelo da comunidade agostiniana. É na unidade e comunhão trinitária que reside a fonte da comunidade dos discípulos de Jesus. A caridade fraterna aparece assim como a imagem mais expressiva da Trindade de Deus. *6. O mosteiro beneditino:* São Bento viveu a encruzilhada histórica em que se chocaram dois mundos: o dos que queriam permanecer fiéis à civilização romana e o mundo dos bárbaros, destruidores dos valores que encontraram para impor os próprios valores. Era preciso alguém para fazer dialogar estes dois mundos e o homem providencial que o conseguiu foi São Bento. As abadias que ele fundou e sobretudo a regra que ele escreveu converteram-se num modelo para a construção de um mundo novo, dando uma resposta adequada às grandes interrogações que se punham à nova sociedade, surgida das invasões. Ao nomadismo e à turbulência social subsequente às invasões, a abadia beneditina vai propor uma sociedade alternativa de estabilidade e organização de vida; à violência institucionalizada daquela sociedade de armas na mão, São Bento oferece-lhe o ideal da paz monástica; à superstição daquela sociedade baptizada à pressa, mal doutrinada, São Bento propõe-lhe o culto da *Lectio Divina* e da liturgia; à ociosidade de uma sociedade que considerava o trabalho como obra servil de escravos, São Bento propõe o trabalho manual como participação na obra criadora do próprio Deus e como espaço para a criação de relações sociais fraternas e familiares. São Bento soube conciliar o ideal ascético, a marcar a verticalidade e a prioridade do absoluto de Deus e o ideal comunitário

Claustro do Seminário de Santa Joana, Aveiro.

que levará à formação da abadia como família em que o abade é o pai. A comunidade apresenta-se como uma escola ou lugar onde os monges se põem em comum a aprender o caminho da radicalidade evangélica, sob a orientação de um mestre que é o abade e de um livro que é a regra. O seu alvo é o serviço de Deus – o louvor do Senhor. *7. As ordens mendicantes:* Nos princípios do II milénio opera-se uma grande transformação na sociedade daquele tempo. Passa-se do feudalismo às comunas, ou seja, de uma cultura rural a uma cultura urbana; passa-se de uma economia de consumo a que as abadias beneditinas se tinham adaptado, a uma economia de mercado e de comércio; face ao monopólio cultural dos clérigos, dá-se o despertar intelectual dos leigos. A estabilidade beneditina já não condizia com a itinerância exigida por aqueles homens novos, comerciantes e cruzados, que se deslocavam continuamente de um lado para o outro para as suas transacções comerciais. As ordens mendicantes vão aparecer como resposta a estas novas exigências da sociedade burguesa. Por isso, as ordens mendicantes não constituirão os seus conventos na solidão dos campos, mas nos subúrbios das cidades, onde se formava a nova sociedade. A figura do religioso já não é a do monge que se recolhe na solidão, mas a do irmão que se aproxima das pessoas, irmão de todos, que se poderá encontrar em qualquer momento, percorrendo as ruas da cidade. Nasce assim um ministério pastoral itinerante que procura ir ao encontro do estilo de vida dos homens daquele tempo. Todas as componentes da vida religiosa serão organizadas em função deste modelo de apostolado. Se até aqui se entrava no mosteiro para ficar nele toda a vida, agora exige-se sobretudo a capacidade de mobilidade, de saber criar sempre novas relações. Em contraste com o mosteiro beneditino, a nova comunidade apresenta-se como uma fraternidade pequena, de relações fáceis e curtas. O modelo da comunidade não será já a comunidade de Jerusalém, mas a comunidade apostólica de Jesus, que envia os seus discípulos dois a dois. A habitação da comunidade não se chamará mosteiro, mas convento: a comunidade é formada não tanto pela habitação comum mas pela convergência das pessoas. Não é o lugar que forma a comunidade, mas a comunhão, não o estar juntos mas o estar unidos. A vida da comunidade não é condicionada pelo lugar mas pela missão itinerante. Aos burgueses, cada vez mais obcecados pelo desejo de enriquecer, os mendicantes responderão com a opção pela pobreza radical. O seu traço mais característico foi a passagem da pobreza individual para a pobreza comunitária. *8. A comunidade apostólica ou os clérigos regulares:* Nos alvores do século XIV emerge um mundo novo: o mundo do Renascimento com uma nova cultura e a descoberta de novos mundos, o humanismo com a recuperação dos valores clássicos, a nova visão da vida. Neste contexto vão surgir como resposta novas formas de vida consagrada que se articulam à volta dos clérigos regulares. Tanto as estruturas monásticas como as mendicantes já não respondiam às exigências deste novo contexto sociocultural. Os clérigos regulares vão-se lançar nas várias frentes com que o novo contexto os desafiava: a renovação do clero, por meio da consagração religiosa, o desafio do criticismo humanista por meio da

educação da infância e da juventude, as missões entre os fiéis, a defesa da fé frente à fragmentação da mesma provocada pela Reforma protestante, o primado de Pedro, em resposta à contestação do protestantismo, a criação científica e artística, face aos começos da secularização e da arte. As opções pastorais vão apoiar-se largamente nos meios e nas técnicas emergentes deste novo mundo: a imprensa, os catecismos, os colégios, etc. Este novo contexto social e eclesial vai exigir um novo modelo de comunidade. A característica fundamental destas comunidades será a disponibilidade para esta missão sem fronteiras. Os valores que articulam a comunidade estarão em função desta missão e desta disponibilidade: a oração, os exercícios comuns, a vivência dos votos. O quadro espiritual de referência não será a vida organizada do mosteiro ou do convento, mas a vida interior, uma atitude profunda do coração que deve acompanhar o religioso e o identifica com o coração apostólico de Jesus. Esta comunidade apostólica não será tanto um conjunto de pessoas que vivem sob o mesmo tecto, mas um elo que une o religioso ao seu superior para a missão. Os membros da comunidade estarão muitas vezes em diáspora permanente, mas unidos pela obediência à mesma missão. A regra é substituída por constituições, muito mais maleáveis. Se o elo geográfico parece debilitado, o elo que o liga ao superior é muito forte. A comunidade é o lugar do discernimento, onde se elabora o projecto apostólico, o modo e os meios de levar a cabo a missão do instituto. É uma comunidade que se reúne para partir. É a missão que os reúne e os mantém unidos. Nesse sentido, eles suprimem os elementos monásticos que os mendicantes se viram obrigados a guardar. *9. As sociedades de vida apostólica e as congregações de votos simples:* O período que vai do século XVII ao século XX é um longo período caracterizado por muitos fenómenos marcantes: a renovação do clero e dos seminários, a evangelização das novas terras descobertas, o iluminismo e o racionalismo, a revolução industrial, a emergência do proletariado e o êxodo dos campos para a cidade, etc. Como resposta a estas novas situações aparecem três modelos de vida religiosa: as sociedades de vida comum apostólica, as congregações clericais de votos simples e as congregações laicais de votos simples. As sociedades de vida apostólica, em geral clericais ou missionárias, situam-se na linha da renovação do clero, pedida pelo Concílio de Trento. Elas estão na base da formação de um clero de qualidade e de correntes de espiritualidade que percorreu esta época. Aparecem também congregações de votos simples. Os votos solenes correspondiam cada vez menos às necessidades dos novos tempos que exigiam uma maior capacidade de movimentação em todos os sentidos. As congregações laicais visam sobretudo a educação das classes populares, nomeadamente as crianças e os jovens. A evolução do mundo ocidental, onde as ciências exactas e as suas aplicações técnicas jogam cada vez mais um papel de primeiro plano, exigia religiosos mergulhados na secularidade. Podemos sublinhar neste período algumas características mais marcantes da vida consagrada: a resposta a urgências sociais e eclesiais de toda a espécie (aparecem as congregações com um fim específico: educação, assistência, ensino, doentes, etc.); o despertar do interesse missionário (aparecem as congregações especificamente missionárias); a internacionalidade (as congregações tornam-se cada vez mais internacionais); a repetição dos esquemas religiosos anteriores, que se tornam semelhantes em todas as congregações; um sincretismo que leva a cumular todos os elementos da vida religiosa, os monásticos e os apostólicos, a vida activa e a contemplativa (a originalidade de cada instituto será assinalada por sinais externos); um clericalismo dominante que deixa pouco espaço ao laicado que então procurava abrir caminhos em resposta às exigências da nova sociedade; um espírito de restauração que no século XIX predomina em toda a Igreja. No século XX acentua-se a estabilidade e o imobilismo, agora apoiados e promovidos pela reforma do direito canónico. *10. Novas formas de vida religiosa:* Estão hoje a surgir na Igreja novas formas de vida comunitária, mas a sua identificação com a vida religiosa está ainda por discernir. Podemos no entanto apontar algumas características ou tendências destas novas comunidades: a prioridade da vida sobre as estruturas; a redescoberta do Espírito Santo, da oração, do louvor e dos valores da celebração; a sensibilidade aos pobres, nomeadamente aos novos pobres e excluídos da nossa sociedade; a superação de formas estandardizadas da vida religiosa clássica; a actuação em estruturas e lugares seculares, de preferência a obras próprias; a colaboração com os diversos estados de vida comum numa só comunidade; a hospitalidade e acolhimento a quantos queiram partilhar a sua vida.

ADÉLIO DE A. TORRES NEIVA

BIBLIOGRAFIA: ALAIZ PRIETO, Atilano – *La comunidad religiosa profecía de la nueva humanidad*. Madrid: 1991. AMAT LOPEZ, Alfredo – *El seguimento radical de Cristo: Esbozo historico de la Vida Consagrada*. Madrid, 1992. CIARDI, Fabri – *Koinonia: Itinerario teologico-spirituale della comunità religiosa*. [S.l.:] Città Nuova, 1992. HOSTIE, Raymond – *Vie et mort des Ordres Religieux*. Paris: Desclée et Brower, 1972.

VIGÁRIO. Vigário, palavra que deriva do latim (*vicarius*, de *vices* + *agare*) e significa aquele que exerce um poder em vez de outrem (*vice*). Todo o poder é exercido em nome de Deus, é vigário de Deus. *Vigário-geral* – é uma figura muito antiga na vida da Igreja, embora só no século XVI apareça como alguém que substitui ou colabora mais de perto com o bispo da diocese. As suas funções são administrativas e pastorais na diocese, pois ele é um colaborador directo do bispo. Goza de poder ordinário executivo em toda a diocese (cânones 475, § 1, 479, § 1), a fim de executar todos os actos administrativos, excepto os que o bispo tiver reservado para si. Todas as dioceses têm vigário-geral e, em regra, é único, podendo, no entanto, constituir-se mais de um, caso a extensão da diocese assim o justifique (cânon 475, § 2). É o bispo quem nomeia livremente o vigário-geral, podendo consultar o clero e outras pessoas se assim o entender. O vigário-geral pode ser nomeado por tempo determinado. Algumas qualidades são exigidas para ocupar este cargo: deve ser presbítero ou bispo; não deve ser consanguíneo do bispo até ao quarto grau; deve ter a idade mínima de 30 anos;

doutor ou licenciado em Direito Canónico ou Teologia; deve possuir sã doutrina, probidade, prudência e experiência dos assuntos; deve ter experiência pastoral (cânones 478, § 1, 406, 478). *Vigário episcopal* – o vigário episcopal é uma figura recentemente instituída na vida da Igreja (Concílio Vaticano II). A sua função é a de colaborar com o bispo diocesano em determinadas tarefas pastorais e administrativas da diocese, podendo encarregar-se de uma certa zona da diocese, de um determinado grupo de pessoas (clero, leigos, religiosos, imigrantes, ciganos, etc.) ou de um rito (cânon 476). A pessoa competente para escolher e nomear o vigário episcopal é o bispo diocesano. Os requisitos e qualidades a observar na sua nomeação são os mesmos do vigário-geral (cânon 478). Os bispos auxiliares, se não forem nomeados vigários-gerais, devem ser nomeados vigários episcopais por tempo indeterminado (cânon 406, § 2). O poder de que goza o vigário episcopal é igual ao do vigário-geral. *Vigário judicial* – em cada diocese é o bispo que exerce o poder judicial por si mesmo ou, então, através de um vigário judicial e demais colaboradores. O vigário judicial possui poder ordinário de julgar, distinto do vigário-geral, a não ser que a pequenez da diocese ou o pequeno número de causas aconselhe de modo diferente (cânon 1420, § 1). O vigário judicial constitui um único tribunal com o bispo, mas não pode julgar as causas que o bispo se reservar a si mesmo (cânon 1420, § 2). O vigário judicial é nomeado por tempo determinado e não pode ser removido a não ser por causa legítima e grave. Deve ser presbítero, de fama íntegra, doutor ou ao menos licenciado em Direito Canónico, com idade não inferior a 30 anos. *Vigário paroquial* – é o sacerdote cooperador do pároco, que participa da sua solicitude pelo bem dos paroquianos e que trabalha sob a sua autoridade no ministério paroquial (cânon 545, §1). Vulgarmente, é denominado coadjutor. É nomeado pelo bispo diocesano por tempo determinado. O seu múnus pode ser especificado: para prestar serviço para todo o ministério em favor da paróquia, para uma determinada zona da paróquia (bairros, centros de culto), para um grupo de fiéis (imigrantes, rito), para um certo sector de apostolado em diversas paróquias ao mesmo tempo (encarregado da pastoral dos jovens, dos doentes, dos operários). No concernente aos deveres, direitos e outros aspectos do ministério do vigário paroquial, *cf.* cânones 515-552. *Vigário forâneo* – é o sacerdote que colabora pastoralmente com o bispo diocesano a nível supraparoquial (cânon 553, § 1). Ele é normalmente pároco, tem a missão de coordenar a pastoral numa certa zona da diocese (vigararia ou arciprestado). Em Portugal, o vigário forâneo é chamado arcipreste ou vigário da vara. É nomeado pelo bispo, após consulta aos sacerdotes interessados. Os seus deveres e direitos estão especificados no cânon 555, § 1 e no direito particular da diocese. *Institutos religiosos* – são vigários aqueles religiosos que têm poder vigário, segundo o determinado pelas constituições: vigário-geral, vigário provincial, vigário local (em relação aos superiores geral, provincial e local, respectivamente).

MANUEL SATURINO GOMES

VILA REAL, Diocese de. *1. Das origens à actualidade:* A ideia da criação da diocese de Vila Real já vinha de longe. A 20 de Agosto de 1823, a câmara municipal e as pessoas ilustres e influentes da cidade apresentaram ao rei D. João VI um requerimento a pedir a criação da diocese, com a sua própria sé catedral e o seu cabido, separando-se de Braga e demarcando-se o novo bispado pelo rio Tâmega. Já se reconhecia a necessidade da criação da diocese. Esta ideia foi crescendo e ganhou corpo quando, a 3 de Janeiro de 1917, D. Manuel Vieira de Matos, arcebispo de Braga de 1915 a 1923 e natural de Poiares da Régua, apresentou na nunciatura apostólica de Lisboa um ofício no qual pedia a criação de uma nova diocese em Portugal que coincidisse com o distrito civil de Vila Real. Depois de consultados os bispos de Portugal e de um modo especial o de Bragança, D. José Lopes Leite de Faria, e o de Lamego, D. Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito, pois destas dioceses eram desmembradas freguesias, e com o voto consultivo dos cardeais da cúria romana, foi criada, pelo papa Pio XI, a diocese, pela bula *Apostolica Praedecessorum Nostrarum sollicitudo*, de 20 de Abril de 1922. O número de paróquias que consta na bula é de 257, mas foi rectificado para 256 pelo arcebispo de Braga na pastoral-decreto da execução da bula de erecção da diocese, a 25 de Julho de 1922. Assim, a nova diocese era formada por 166 paróquias de Braga, 19 de Bragança e 71 de Lamego e compreendia todas as freguesias dos concelhos de Alijó, Boticas, Chaves, Mesão Frio, Mondim de Basto, Montalegre, Murça, Peso da Régua, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e Vila Real. Pelo mesmo documento, era constituída a cidade de Vila Real como «sede e cátedra episcopal, com todos os direitos, privilégios e honras de que gozam todas as outras sedes episcopais de Portugal» e elevada a igreja paroquial de São Domingos à categoria de catedral «com os direitos, honras, insígnias e privilégios que competem por direito ou por legítimo costume às outras catedrais». Finalmente, Pio XI declarava o novo bispado como sufragâneo da arquidiocese de Braga e, enquanto não tivesse pastor próprio, confiava-o a D. Manuel Vieira de Matos, «como seu administrador apostólico, dando-lhe todas as faculdades e direitos que convêm ao seu múnus». Como curiosidade devemos ainda dizer que faz parte da diocese a cidade de Chaves (Aquae Flavia) que, durante o domínio suevo, foi, provavelmente, sede do efémero bispado flaviense de que foi prelado o famoso Idácio de Límia, autor do *Cronicon*. Com cerca de 4273,20 km^2 a área da diocese corresponde ao distrito. Em 1981 tinha uma população de 264 381 habitantes, disseminada por 14 concelhos. Em 1991 tinha apenas 236 294 habitantes, com uma quebra de mais de 13 %. Actualmente, a diocese é constituída por 264 paróquias agrupadas em oito arciprestados (Douro I-27; Douro II-28; Centro I-47; Centro II-16; Baixo Tâmega-14; Alto Tâmega-65; Barroso-35; Valpaços-32) e servida por 140 sacerdotes, dos quais 100 são párocos e um diácono permanente. Foi primeiro bispo D. João Evangelista de Lima Vidal (1923-1933), a quem sucedeu D. António Valente da

Fonseca (1933-1967). O terceiro bispo foi D. António Cardoso Cunha (1967-1991), a quem sucedeu o actual bispo, D. Joaquim Gonçalves, que primeiro foi nomeado bispo coadjutor, em 19 de Maio de 1987, e desde 19 de Janeiro de 1991 é bispo titular. Entre 1964-1966 serviu também a diocese, como bispo auxiliar, D. António Augusto Xavier Monteiro. Podemos dizer que, desde a fundação até aos nossos dias, houve dois períodos distintos na vida da diocese: pré-conciliar e pós-conciliar. Durante o primeiro período, que engloba a governação dos dois primeiros bispos, procurou-se organizar o centro administrativo da diocese dotando-o de todos os elementos necessários e de todas as estruturas exigidas pelo direito canónico, assim como a construção do seminário. Depois vem o segundo período, em que começa a haver crise de sacerdotes e é necessário pensar a pastoral e estruturar de outra forma a vida da diocese e das paróquias, segundo as directrizes conciliares. *2. As instituições e a vida cristã:* D. João Evangelista, procurou dinamizar a diocese dotando-a de instituições e legislação para uma melhor e mais eficaz orientação dos pastores que deveriam guiar os cristãos desta diocese e uma melhor governação e orientação espiritual da mesma. *2.1. Legislação e doutrina:* Criou a Obra das Vocações e do Seminário; promulgou o decreto sobre a bênção com indulgência plenária no dia da Imaculada Conceição; promulgou o decreto sobre a pregação da palavra de Deus e o programa dos exames de pregador. Publicou ainda uma instrução para a visita pastoral segundo o pontifical romano e o cerimonial dos bispos, uma carta pastoral sobre o baptismo e modelos de assento, um artigo sobre a confirmação, respectiva legislação e modelos de assento, uma instrução sobre missas paroquiais festivas e de binação, um decreto estabelecendo as tabelas diocesanas da cúria, dos párocos e do clero em geral e o regulamento dos processos matrimoniais. Quanto à doutrina salientamos as exortações pastorais. A primeira é de D. António Valente da Fonseca, publicada a 10 de Março de 1942, sobre *Os deveres da hora presente: produzir e poupar, rezar e fazer penitência*. Depois de uma introdução tece considerações de teor económico e lança perspectivas de espiritualidade, as conclusões são práticas, de índole económica, moral e religiosa. D. António Cardoso Cunha publicou, a 30 de Maio de 1976, a *Reflexão Pastoral sobre a Religiosidade do Nosso Povo*. Este trabalho é constituído por cinco capítulos: 1) religiosidade popular na diocese; 2) A lei da encarnação; 3) a religiosidade popular é fenómeno constante na vida da Igreja; 4) a religião e os sinais; 5) considerações de ordem prática. Apresenta a religiosidade popular como uma riqueza a conservar a todo o custo. D. Joaquim Gonçalves publicou, em Novembro de 1996, a carta pastoral *Um povo em festa*, para celebrar os 75 anos da criação da diocese. Depois de uma breve referência à história destes 75 anos e de uma reflexão atenta sobre a realidade da diocese, apresenta orientações pastorais concretas para melhor viver e celebrar a data jubilar tendo em vista um maior compromisso de todos os baptizados. Organizar uma diocese nova, pôr em funcionamento a sua regular administração, dotá-la dos elementos necessários à existência, dar-lhe os meios indispensáveis para o progresso, provê-la de instituições necessárias à coordenação de funções, à evangelização, ao exercício da caridade e ao culto sagrado, fazer a união dos fiéis que lhe pertencem; eis a difícil missão de D. João e seus sucessores. Na diocese de Vila Real, como em geral em todas as dioceses do país, não era difícil notar que a instrução religiosa estava longe de atingir aquele grau de perfeição que convinha. Tornava-se pois urgente que os sacerdotes e os católicos dedicados redobrassem esforços em tudo o que dizia respeito ao ensino religioso. Pouco tempo depois de ter entrado na diocese D. João Evangelista lamentava-se da ignorância religiosa das crianças, dos rapazes e raparigas que encontrava nas visitas pastorais. Era necessário quem ajudasse os párocos nesta árdua tarefa e uma estrutura que fosse capaz de animar, sustentar e dinamizar todo esse trabalho da catequese. Em 29 de Janeiro de 1924 promulgou o *Estatuto da Associação da Catequese* na diocese de Vila Real, composto de nove artigos, onde se determinava a finalidade da associação, os seus membros, a direcção, as obrigações dos catequistas e a divisão das crianças em três secções. Logo no 1.º artigo indicavam-se como únicas finalidades da associação uniformizar, regulamentar e aperfeiçoar o ensino da doutrina cristã na diocese e recrutar e formar catequistas idóneos. A primeira erecção canónica da Associação da Catequese foi no dia 6 de Maio de 1924. Depois, foram-se formando núcleos locais em todas as paróquias. A melhor maneira de alimentar e fortalecer o movimento catequético foi o de reunir em Vila Real um pequeno Congresso de Catequese, para aí serem versados, por oradores competentes, diferentes temas cujas conclusões práticas ficariam um caminho aberto e recomendado para todos. O congresso realizou-se nos dias 16, 17 e 18

Fonte: Anuário Católico de Portugal, *1995-1998*.

do mês de Junho de 1925, durante o tríduo solene preparatório para a festa da consagração da diocese ao Sagrado Coração de Jesus. Este congresso foi um êxito e os interessantes trabalhos nele apresentados foram depois publicados em livro com o título: *Memória do Primeiro Congresso de Catechese*, editado pela diocese (Lisboa, 1925, 196 páginas). Este congresso e outras iniciativas de carácter semelhante também tiveram como resultado prático a criação de uma consciência diocesana nas terras de Trás-os--Montes. O congresso catequético não pretendeu ser um termo de chegada, constituiu efectivamente um verificar de actividades, um pensar em comum, um acertar de directrizes; ele significou sobretudo um ponto de partida a animar as boas vontades para novos e vigorosos empreendimentos no ensino religioso. Um outro meio utilizado para a dinamização da diocese foi a realização do Congresso de Liturgia, agora de âmbito nacional, que reuniu na cidade os maiores mestres de liturgia do país. O Congresso Litúrgico de Vila Real, que foi como que a continuação e o complemento do Congresso de Catequese, pois a liturgia é sem dúvida uma das fontes mais ricas e inexauríveis do ensinamento religioso, seria também a primeira realização do género em Portugal. Ocorreu nos dias 17 a 19 de Junho de 1926. Neste congresso, entre outros, estiveram presentes o núncio apostólico, o bispo do Porto, D. António Barbosa Leão, o bispo coadjutor de Lamego, D. Agostinho de Jesus e Sousa, o bispo auxiliar da Guarda, D. João de Oliveira Matos, e sobretudo o grande liturgista da altura, o beneditino D. António Coelho. Este I Congresso de Liturgia, para além da formação litúrgica e de uma melhoria nas celebrações no âmbito da diocese, teve também consequências práticas a nível nacional. Aqui germinou a revista litúrgica *Opus Dei* que apareceu em Novembro de 1926. Como se lê no primeiro número, esta revista é fruto de um voto do congresso. A segunda consequência é a publicação do *Curso de Liturgia Romana* de D. António Coelho em cinco volumes, traduzido em várias línguas. Outra consequência é que este congresso imprimiu um impulso real ao movimento de restauração litúrgica e preparou o terreno para novos congressos diocesanos e nacionais, bem como cursos e semanas litúrgicas, tanto a nível diocesano como nacional. Assim deu passo firme em Vila Real o movimento litúrgico português, em ressonância do que se ia verificando em muitos outros países cristãos. Para publicar normas e decretos e para informar toda a diocese, D. João criou o *Anjo da Diocese*, boletim eclesiástico quinzenal, órgão oficial da diocese. Foi criado por decreto de D. João a 30 de Outubro de 1923. Terminou a sua publicação a 1 de Dezembro de 1933 (último número). Foi seu primeiro director monsenhor Jerónimo Amaral. Actualmente existe a *Folha de Informação da Igreja Diocesana de Vila Real*, publicação trimestral. *2.2. Governo e administração:* D. João procurou organizar a diocese dotando-a das estruturas jurídico-institucionais exigidas pelo Código de Direito Canónico. Começou por organizar a cúria diocesana. Assim, a 24 de Outubro de 1923, dia da tomada de posse, nomeou como provisor e vigário-geral monsenhor Jerónimo Teixeira de Figueiredo e Amaral. O tribunal eclesiástico diocesano foi constituído a 3 de Dezembro de 1923, sendo nomeado como oficial do mesmo o padre Filipe Correia Mesquita Borges. A 13 de Dezembro do mesmo ano são nomeados os juizes pró-sinodais, examinadores pró-sinodais e os párocos consultores. Instituiu o conselho de administração dos bens da diocese a 23 de Janeiro de 1925 e constituiu a Comissão Diocesana de Música Sacra a 21 de Janeiro de 1928. Embora a bula da criação da diocese afirmasse expressamente que se criasse o cabido da sé catedral, o certo é que este nunca foi instituído. Ao longo dos últimos anos tem-se procurado que entrem em funcionamento as estruturas do Concílio Vaticano II na administração económica das paróquias: conselhos económicos e conselhos pastorais. *2.3. Cultura e evangelização:* A bula da criação da diocese recomendava que logo que fosse possível se criasse um seminário diocesano. Enquanto isto não fosse possível o ordinário deveria providenciar da melhor maneira, mandando os alunos para os seminários mais próximos. Quando D. João Evangelista entrou na diocese encontrou já a funcionar um pequeno seminário em Gralhas, Montalegre, numa casa rústica. Fundado em 1921 ainda sob a administração do seminário da diocese de Braga, era já o fermento do futuro Seminário de Vila Real. No ano lectivo de 1923-1924, cerca de 20 alunos recebem aí os primeiros cuidados da sua formação. Foi seu reitor o padre Dr. Serafim de Oliveira formado em Filosofia pela Universidade Gregoriana. O pequeno Seminário de Gralhas foi extinto por D. João de Lima Vidal, por decreto, a 27 de Fevereiro de 1925, apresentando várias razões entre as quais a reivindicação da casa pela diocese de Braga. Entretanto D. Manuel Vieira de Matos, a 8 de Janeiro de 1924, tendo ficado herdeiro único da casa de Poiares, cedeu-a com os seus terrenos adjacentes, para aí ser instalado um pequeno seminário salesiano que viria a receber os alunos da diocese até ao ano de 1930-1931. Foi pelo decreto de 2 de Abril de 1924 que D. João criou o Pequeno Seminário de Poiares da Régua. No ano lectivo de 1924-1925 frequentaram-no 20 alunos. Depois, estes alunos continuavam os estudos eclesiásticos no Seminário de Braga. Os últimos alunos da diocese a ir para o Seminário de Braga terminaram o curso em 1936. Quando D. João chegou a Vila Real já encontrou uma atmosfera de simpatia e de piedade para com o seminário diocesano que se deveria construir no coração da diocese. Até já se pensava que este deveria ser construído no velho Convento de Santa Clara, que se tornara propriedade do Estado em 1911. Por isso era necessário comprá-lo ao Estado ou, o que era conveniente para ambas as partes, adquiri-lo em troca pelo edifício e anexos do Liceu Camilo Castelo Branco, pertença de monsenhor Jerónimo Amaral. O Congresso da República, pela Lei 1693 de 11 de Dezembro de 1924, autorizou a troca que se efectuou em 25 de Abril de 1925. Uma vez que a diocese, nesse tempo, não tinha personalidade jurídica civil, foi necessário criar uma sociedade anónima, sob a denominação Auxiliadora Transmontana, que ficasse proprietária do convento e anexos, já então pertença de monsenhor Jerónimo, um dos sócios

fundadores, e que este trazia para a fundação. Este facto ocorreu em 19 de Fevereiro de 1930. Só em 1941, após a concordata entre Portugal e a Santa Sé, é que a diocese tomou posse do seminário. Em 18 de Fevereiro de 1926 começou a demolição do Convento de Santa Clara e em 25 de Julho do mesmo ano D. João Evangelista foi ao Brasil a fim de angariar fundos para a construção do seminário. Em Junho de 1927, começou a construção da ala sul do seminário, e em 23 de Outubro de 1930 deu-se a entrada dos primeiros 21 alunos. No dia 24, sete anos após a entrada de D. João na diocese, teve lugar a abertura solene do seminário, com as duas alas a funcionar. No ano lectivo de 1931-1932 ingressaram no seminário, para além dos alunos que vieram para o 1.º ano, os alunos de Poiares e de Braga, e outros que vieram do Liceu de Chaves e até de ordens religiosas. Em 31 de Outubro de 1933, D. João Evangelista deixa a diocese de Vila Real e é substituído por D. António Valente, seu bispo auxiliar, que continuou as obras. Em 1940 terminaram o curso três alunos dos 21 que entraram para o seminário em 1930 e ali fizeram todos os seus estudos. Em 1942 estava pronta a ala nascente, em 1951 fechava-se o quadrado com a ala norte e, finalmente, em 1953 terminavam as obras. Até 1966 o Seminário de Vila Real funcionou como seminário maior e menor e nele era dada toda a formação: humanística, científica e espiritual. Para as disciplinas de Direito Canónico, História da Igreja, Sagrada Escritura, Moral e Teologia Dogmática, todos os professores eram formados nas universidades católicas, quase sempre na Gregoriana em Roma. Durante anos o Seminário de Vila Real foi a única instituição de ensino superior existente no distrito. Desde o ano lectivo de 1966-1967 segue-se um novo período e uma nova fase da vida do seminário. Outro bispo, outro vice-reitor, outro estilo de educação, outra maneira de tratar com os seminaristas. Os alunos do curso teológico passaram a viver e frequentar o Seminário Maior do Porto. No ano lectivo de 1966-1967 foram os alunos do 1.º e 2.º anos do Curso Teológico, no ano seguinte foram os outros e o Seminário de Vila Real passou a seminário menor. Desde que foi criada a Faculdade de Teologia da Universidade Católica no Porto, os alunos da diocese vivem no Seminário Maior do Porto e frequentam a universidade. Em 1992 foi erecto canonicamente o Centro Católico de Cultura que funciona no edifício do seminário. Nele foi dado já um Curso Básico de Teologia, Cursos de Habilitação Pedagógica Complementar e está a ser ministrado o Curso de Licenciatura em Ciências Religiosas. A orientação cien-

Seminário de Vila Real.

tífica e pedagógica é da Faculdade de Teologia da Universidade Católica, núcleo do Porto. Para além do seminário e do Centro Católico de Cultura existem ainda as seguintes escolas católicas: Colégio Moderno de São José (Ciclo Preparatório) – internato e externato a cargo das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição; Colégio Salesiano de Poiares (Ciclo Preparatório) – a cargo dos Padres Salesianos; Escola Técnica Particular da Borralha (Ciclo Preparatório e Curso Técnico) – direcção a cargo de um sacerdote diocesano. Em muitas paróquias da diocese existem jornais paroquiais que procuram dar informação e cultura religiosa às pessoas. De âmbito diocesano publica-se a *Voz de Trás-os-Montes*, jornal semanário, fundado em 1947, propriedade das Conferências de São Vicente de Paulo, e o jornal *Avé Maria*, fundado em 1958 pelo padre Manuel Mendes. Continua a ser publicado semanalmente. Importante ainda foi a revista trimestral *Ecos do Marão*, revista dos professores e alunos do Seminário de Vila Real. Foi fundada em 1947 e só teve quatro números. São muitas as igrejas antigas na diocese pertencentes aos mais variados estilos arquitectónicos. Há igrejas românicas em Pitões das Júnias, igreja do desaparecido convento (séculos XII ou XIII), São Vicente da Chã (Montalegre), Vila Real (a Capela de São Brás, século XIV com o túmulo de João Teixeira Macedo, herói das campanhas africanas no reinado de D. Afonso V) e a Capela de Nossa Senhora da Azinheira, Outeiro Seco, Chaves, que representa, segundo Virgílio Correia, o mais interessante templo românico do extremo norte de Trás-os-Montes. Data do século XIII e apresenta uma notável leveza de linhas. Há ainda a igreja de Vila Marim, bastante adulterada no seu românico de origem. Por detrás do altar-mor encontram-se restos de pinturas e frescos que estão a ser restaurados. De estilo romano-gótico são as igrejas de São Dinis (século XIV) e de Tresminas (finais do século XVI). Do estilo gótico pouco mais resta que a Igreja de São Domingos, actual Sé de Vila Real (século XV), a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe (Vila Real) de um gótico modesto do século XV e a singela igreja de Sapiãos, Boticas. Do estilo gótico-manuelino há a matriz de Chaves. Numa das paredes de abside abre-se um nicho que abriga uma imagem de granito representando a padroeira, Santa Maria Maior, considerada uma das mais antigas peças da estatuária portuguesa. Relativamente à arquitectura barroca religiosa (século XVIII) existe a Capela Nova ou dos Clérigos, a capela do Palácio de Mateus, da autoria de Nicolau Nazoni, a Igreja de São Pedro (Vila Real) e a Igreja da Misericórdia de Chaves, um interessante exemplar barroco dos finais do século XVII. Dos finais do século XVII é também a Igreja de Santa Eulália de Pensalves, Vila Pouca de Aguiar, um dos melhores exemplares da arte barroca. Como curiosidade devemos afirmar que a igreja de Poiares, Régua, tem uma valiosa cruz processional em prata, mandada executar em 1225 por Afonso Mendes, prior da Ordem do Hospital. Entre os vultos mais significativos na história diocesana destacamos os bispos e tantos padres que, pela cultura, benemerência e santidade, foram e são ainda hoje pontos de referência da Igreja:

D. João Evangelista de Lima Vidal nasceu a 2 de Abril de 1874 na freguesia de Vera Cruz e faleceu a 5 de Janeiro de 1958. Exerceu o seu ministério como professor no Seminário de Coimbra e como cónego da sé da mesma cidade. Foi bispo de Angola e Congo em 1909. Regressando a Portugal, foi nomeado arcebispo de Mitilene e auxiliar de Lisboa (1915) e primeiro arcebispo-bispo da diocese de Vila Real a 23 de Maio de 1923, tomando posse a 24 de Outubro de 1923. Em 23 de Setembro de 1930 foi nomeado primeiro superior-geral da Sociedade Portuguesa das Missões e em 1933 deixou o governo da diocese. Distinguiu-se nas visitas pastorais que fez por toda a diocese. Fundou as Florinhas da Neve, instituição de amparo a crianças pobres, e começou a construção do seminário diocesano, visitando o Brasil, em 1926-1927, com a finalidade de conseguir fundos para a sua construção. Realizou um congresso de catequese e o I Congresso Litúrgico Português. D. João teve a difícil tarefa de pôr de pé e dinamizar a diocese então criada para que esta pudesse ser mais eficaz na administração. A ele coube a tarefa de organizar e dar unidade à diocese. D. António Valente da Fonseca nasceu a 19 de Novembro de 1884, em Válega, Ovar. Depois de ter concluído, no Seminário Maior do Porto, em 1906, o curso de Teologia, frequentou a Universidade Gregoriana onde se doutorou em Filosofia e Direito Canónico. Ordenado sacerdote em Roma, em 21 de Dezembro de 1927, e tendo regressado a Portugal, foi pároco de Gondomar e de Cedofeita na cidade do Porto. Nomeado bispo titular de Céramo e auxiliar de Vila Real, a 23 de Outubro de 1931, foi sagrado a 21 de Fevereiro de 1932, entrando na diocese a 8 de Maio do mesmo ano. Passou a bispo residencial de Vila Real a 31 de Maio de 1933, tomando posse a 29 de Julho. Resignou a 10 de Janeiro de 1967. Coube a este prelado continuar e completar a construção do seminário, assim como o fortalecimento da vida espiritual da diocese. Publicou um novo livro de orações para o uso dos seminaristas (1945) e os novos estatutos (1953), que vinham substituir o regulamento provisório de D. João. Entre outras obras que perpetuam a sua actividade pastoral na diocese conta-se a construção da maior parte do seminário. Foi ao seminário que o 2.º bispo de Vila Real dedicou a maior parte da sua actividade, preocupação e desvelos. Desde 1933 a 1953 foram duas décadas de trabalho árduo e cansativo, oneroso e dispendioso, num período de tempo que abrangeu duas guerras: a internacional guerra civil espanhola de 1936-1939 e a mundial de 1939 a 1945, quando tudo escasseava e havia dificuldades de toda a ordem. D. António Valente da Fonseca deixou atrás de si duas grandes obras: uma de restauração e fortalecimento da vida espiritual e outra de construção material. D. António dedicou-se com muito empenho à Acção Católica, não se poupando a esforços de toda a ordem para a implantar em todas as paróquias da diocese. Esta actividade da Acção Católica havia de dar os seus frutos, contribuindo para a renovação litúrgica e espiritual da vida paroquial. D. António Cardoso Cunha nasceu a 13 de Julho de 1915, em Penso, Sernancelhe. Aluno do Seminário de Lamego, foi ordenado presbítero a 16 de

Abril de 1938. Após ser pároco, licenciou-se em História da Igreja na Universidade Gregoriana, Roma, e estagiou em São Sulpício, Paris, onde cursou também Ciências Sociais. Regressado à sua diocese, desempenhou as funções de vice-reitor do Seminário de Resende em 1950 e do Seminário Maior de Lamego em 1954. Foi nomeado bispo auxiliar de Beja a 9 de Março de 1956, sendo ali a sagração episcopal a 10 de Junho de 1956. Em 22 de Julho de 1965 foi nomeado administrador apostólico de Beja, e bispo coadjutor de Vila Real com futura sucessão a 3 de Julho de 1966. Foi bispo residencial de Vila Real desde 10 de Janeiro de 1967 até 19 de Janeiro de 1991, altura a que passou a bispo emérito. Em 1967 completou a obra do seminário dotando-o, com um enorme esforço económico, de uma quinta. A ele se deve também a construção do Paço Episcopal. Benfeitor insigne foi monsenhor Jerónimo Teixeira de Figueiredo Amaral. Nasceu na Casa de Urros, em Mateus, Vila Real, a 4 de Novembro de 1859. Aos 16 anos foi para Coimbra frequentar a universidade onde se doutorou em Direito Civil e Canónico, em 1882. Nove anos depois de ter terminado o curso de Direito, resolveu ordenar-se padre. Foi para Braga onde chegou a frequentar o seminário, mas foi ordenado na Sé de Viseu em Fevereiro de 1892. Dedicou-se à educação da juventude fundando, em 1892, o Colégio de Nossa Senhora do Rosário para rapazes. Em 1896 foi elevado à dignidade de monsenhor e nomeado protonotário apostólico. Em 1923, com a fundação da diocese, foi nomeado provisor e vigário-geral da diocese. Em 1926, sendo proprietário do Liceu Camilo Castelo Branco, trocou-o pelo velho Convento de Santa Clara para aí se construir o seminário diocesano. Foi ele ainda que ofereceu o paço para nele se instalar o primeiro bispo de Vila Real e que pagou a bula da criação da diocese. Podemos dizer que dedicou toda a sua vida à difusão da fé, praticando o bem e espalhando toda a sua fortuna por obras de caridade. Faleceu a 8 de Fevereiro de 1944. Monsenhor Libânio Borges nasceu no lugar de Tourencinho, freguesia de Telões, concelho de Vila Pouca de Aguiar, a 30 de Abril de 1898. Desde 1908 a 1911 fez a instrução primária na escola de Vreia de Jales. De seguida frequentou o Liceu de Vila Real, onde completou o 5.º ano. Depois cursou Humanidades no Seminário de Braga e terminou o curso de Teologia em 1920. Foi, em seguida, prefeito na Escola Académica Bracarense dois anos. A 3 de Junho de 1921 recebeu a ordenação sacerdotal. De 1923 a 1927, durante quatro anos, foi professor e prefeito no pequeno Seminário de Gralhas, sendo também pároco de Solveira. Em 1927, extinto o pequeno Seminário de Gralhas, foi para Roma. Frequentou Direito Canónico na Universidade Gregoriana, tendo-se doutorado em 1930. Regressou à diocese nesse ano, sendo então nomeado professor, vice-reitor (1930-1936) e depois reitor (1936-1967) do Seminário de Vila Real, onde a morte o colheu repentinamente a 11 de Julho de 1968, deixando atrás de si o exemplo de uma vida exclusivamente dedicada à Igreja e ao seminário. Insigne orador sagrado foi o padre Luís Augusto Dias de Azevedo Castelo Branco. Nasceu na freguesia de Vilarinho da Samardã, concelho de Vila Real, a 29 de Novembro de 1884 e aí faleceu a 6 de Março de 1973. Frequentou o Colégio de Felgueiras, onde o seu pai era funcionário, fez o curso teológico no Seminário Conciliar de Braga. Por ter acabado o curso muito novo, enquanto aguardava a idade canónica para ser ordenado sacerdote, foi prefeito e professor no Seminário de Santo António da mesma cidade de Braga. Recebeu o presbiterado na sé primaz a 28 de Julho de 1907 e regressou à sua terra natal, onde foi pároco até 1910, cerca de dois anos e meio. Depois dedicou-se à pregação e percorreu o país de norte a sul. A sua fama de pregador chegou também ao estrangeiro, tendo pregado em Espanha, França, Itália e Brasil. Apesar de não ter deixado nada escrito, foi talvez o maior orador sagrado dos últimos tempos em Portugal. Foi ainda, durante 15 anos, professor de Oratória Sagrada e de Teologia Mística no Seminário Maior de Vila Real. Por sua iniciativa fundou-se no Seminário de Vila Real a Academia Missionária que ainda hoje continua viva. Oriundos do território da diocese são ainda: D. Manuel Vieira de Matos, D. Agostinho de Jesus e Sousa e D. Agostinho Joaquim Lopes de Moura. D. Manuel Vieira de Matos nasceu a 22 de Março de 1861, em São Miguel de Poiares, Régua. Fez os seus primeiros estudos no Colégio de Lamego, daqui foi para o Seminário de Braga. Passou para a diocese de Lamego, depois de ter terminado em 1882 o curso teológico. Recebeu a ordenação a 22 de Setembro de 1883. Ingressou na Faculdade de Teologia em Coimbra, concluindo a formatura em 1890. Depois de ter sido cónego da Sé de Viseu, professor e director espiritual no seminário, foi nomeado arcebispo de Mitilene e vigário-geral do patriarcado. Em Lisboa passou quatro anos de intenso trabalho e sucedeu, em 1903, a D. Tomás Gomes de Almeida, bispo da Guarda. Foi transferido para Braga tomando posse da diocese a 14 de Março de 1915. Governou a diocese durante 18 anos. Da sua actividade pastoral destaca-se a convocação de vários sínodos e congressos, e sobretudo o empenho que colocou na criação da diocese de Vila Real. D. Agostinho de Jesus e Sousa era natural de Pensalves, concelho de Vila Pouca de Aguiar, então pertencente à arquidiocese de Braga, onde nasceu a 7 de Março de 1877. Veio a ser bispo de Lamego de 1922 a 1942 e do Porto de 1942 a 1952. D. Agostinho Joaquim Lopes de Moura nasceu em Folhadela, Vila Real, e foi bispo de Portalegre. Na freguesia de Telões, concelho de Vila Pouca de Aguiar, nasceu ainda o padre Manuel do Couto (1819-1897), autor do famoso livro *Missão abreviada* (1.ª ed. 1859, 16.ª ed. 1900), um clássico da espiritualidade do tempo. Na procissão de Nossa Senhora das Dores, em Telões, há pendões com o seu retrato. *2.4. Espiritualidade:* A espiritualidade foi muitas vezes desenvolvida à sombra dos conventos ou pelos religiosos e padres que na diocese desenvolveram o seu ministério. Na diocese houve conventos de franciscanos em Vila Real, Chaves e Mesão Frio; de clarissas em Vila Real, de beneditinos e depois cistercienses em Pitões da Júnias (Montalegre) e de dominicanos em Vila Real. Actualmente desenvolvem o seu trabalho apostólico na diocese os seguintes institutos religiosos masculinos: Padres Francis-

Capela Nova ou dos Clérigos, Vila Real.

canos (Vila Real), Irmãos Maristas (Chaves), Padres Lazaristas (Chaves), Padres Missionários do Espírito Santo (Godim-Régua e Pedras Salgadas) e Padres Salesianos (Poiares-Régua). Desenvolvem também a sua actividade pastoral na diocese os seguintes institutos religiosos femininos: Religiosas da Divina Providência (Vila Real), Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (Vila Real, Régua, Chaves), Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo (Alijó), Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora* (Vilarandelo-Valpaços, Santa Marta de Penaguião), Irmãzinhas dos Anciãos Desamparados (Chaves), Religiosas do Amor de Deus (Chaves, Valpaços), Missionárias Reparadoras do Sagrado Coração de Jesus* (Godim-Régua), Irmãs Concepcionistas (Pedras Salgadas), Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado* (Vilar de Nantes-Chaves, Loivos-Chaves, Chaves) e Irmãs do Instituto do Sagrado Coração de Maria (Vilarinho de São Romão-Sabrosa, Mondim de Basto). A religiosidade popular é muito rica de valores, que têm em conta a expressão cultural de um povo, a maneira de viver a sua fé. Os santuários cristãos foram e continuam a ser sinais visíveis da presença de Deus e da sua entrada na história humana. Cada um deles é um memorial do mistério de Encarnação e da Redenção. A devoção mais arraigada na diocese é a devoção a Nossa Senhora, que é invocada sob várias denominações, não só nas igrejas, mas também e sobretudo nos diversos santuários, onde todos os anos afluem muitos peregrinos. Das 264 paróquias da diocese 66 têm Nossa Senhora como padroeira. Os santuários mais importantes são os seguintes: Nossa Senhora da Boa Morte (Pópulo-Alijó), Nossa Senhora da Piedade (Sanfins do Douro), Nossa Senhora da Saúde (São Pedro de Agostém-Chaves; Vilar de Perdizes--Montalegre; Saudel, São Lourenço de Riba Pinhão--Sabrosa e Valpaços), Nossa Senhora da Graça, um dos principais santuários de Trás-os-Montes (Vilar de Ferreiros-Mondim de Basto), Nossa Senhora da Guia (Santa Marinha-Ribeira de Pena), Nossa Senhora da Azinheira (São Martinho da Anta-Sabrosa), Nossa Senhora do Viso (Fontes-Santa Marta de Penaguião), Nossa Senhora da Conceição (Vila Pouca de Aguiar), Nossa Senhora da Pena (Mouçós--Vila Real), Nossa Senhora de La Sallete (Vila Cova-Vila Real), São Caetano (Couto de Ervededo--Chaves) e Senhor Jesus da Piedade (Montalegre).

2.5. Assistência: A assistência aos pobres e necessitados foi sempre e continua a ser uma das preocupações da Igreja e uma das formas de evangelização. Isto mesmo compreendeu D. João quando, em 11 de Novembro de 1923, lançou publicamente a ideia de uma sopa para os pobres. A 8 de Dezembro iniciava os seus serviços fornecendo uma refeição diária a 20 pobres, mas o número foi sempre aumentando. Outra preocupação o atormentava fortemente: o amparo a crianças pobres e desvalidas e em perigo moral, o seu agasalho e educação, e a orientação das suas aptidões, preparando-as para o futuro e fornecendo--lhes os elementos indispensáveis para depois mais facilmente seguirem o seu rumo. Assim fundou a Associação Protectora das Florinhas da Neve. Hoje encontra-se agregada à Misericórdia de Vila Real e, com os mesmos fins, denomina-se Escola Donas de Casa. Também as 13 irmandades da Santa Casa da Misericórdia mantêm obras de caridade e assistência à infância e à terceira idade, sobretudo nas sedes concelhias. Existem ainda outras obras de assistência na diocese: Património dos Pobres, Patronato de São José de Godim, Patronato-Creche de Pedras Salgadas, Abrigo Berta Montalvão de Loivos, Cantina Paroquial da Imaculada Conceição de Chaves e Asilo Pedro Verdial da Régua.

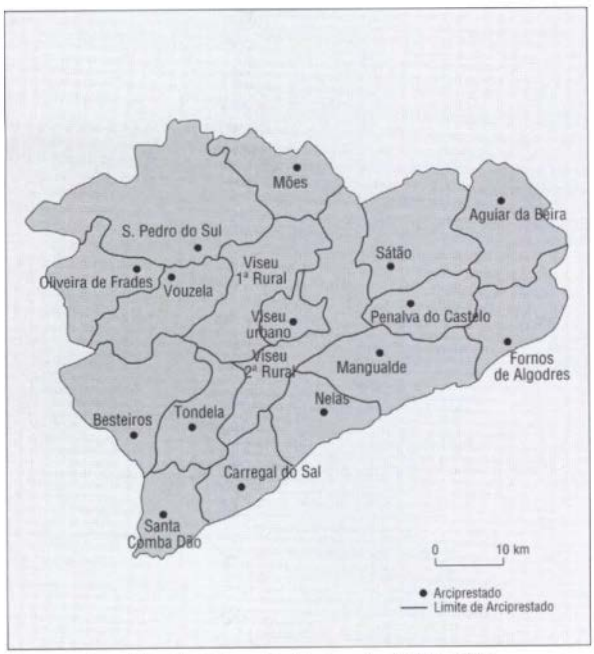
ANTÓNIO ABEL CANAVARRO

BIBLIOGRAFIA: ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Nova ed. prep. e dir. por Damião Peres. Porto: Portucalense, 1967--1971. 4 vol. ALVES, M. – Vila Real. In *VERBO: Enciclopédia luso--brasileira de cultura*. 1976, vol. 18, col. 1168-1172. AZEVEDO, José Correia de – *Património artístico da região duriense*. Vila do Conde: Escola Profissional de Santa Clara, 1972. IDEM – *Portugal Monumental: Inventário Ilustrado*. Porto: Nova Gesta, 1979, vol. 2. CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL – *Mons. Jerónimo do Amaral, benemérito da cidade*. Vila Real, [s.d.]. CARNEIRO, Francisco Gonçalves – *Temas flavienses*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1986. CASTRO, António Borges de – *Nossa Senhora da Graça em Mondim de Basto: Monografia histórico--jurídica*. Porto: Of. Gráf. de O Comércio do Porto, 1968. COMISSÃO EPISCOPAL PARA A DISCIPLINA DOS SEMINÁRIOS – *Os seminários em Portugal*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1964. CONGRESSO (O) Litúrgico de Vila Real. *Opus Dei*. 1 (1926-1927) 28-31 e 89-94. COSTA, João Gon-

çalves da – *Montalegre e Terras de Barroso*. Braga: Of. Gráf. da Livraria Cruz, 1968. CUNHA, António Cardoso – A religiosidade popular na vida da Igreja. *Lumen*. 37 (1976) 348-350; 38 (1977) 35-37. FONSECA, António Valente da – *Estatutos do Seminário de Vila Real*. Vila Real: Minerva Transmontana, 1956. IDEM – *Exortação Pastoral*. Porto: Tipografia Porto Médico, 1942. GASPAR, João Gonçalves – *Lima Vidal no seu tempo*. Aveiro: Junta Distrital de Aveiro, 1974, vol. 2. GONÇALVES, Joaquim – *Um povo em festa*. Vila Real: Minerva Transmontana, 1996. IGREJA CATÓLICA. Papa, 1922-1939 (Pio XI) – *Apostolica Praedecessorum Nostrorum sollicitudo:* [Bula de 1 de Jan. de 1922]. AAS. 14 (1922) 422. OLIVEIRA, António Barroso de – *Os 50 anos do Seminário de Vila Real*. Vila Real: Minerva Transmontana, 1993. SECRETARIADO GERAL DO EPISCOPADO – *Anuário Católico de Portugal (1995-1998)*. Lisboa: Rei dos Livros, 1996, p. 549-570. *Tesouros artísticos de Portugal*. Lisboa: Selecções, 1976. TORO, Bandeira, orient. – *Monografia do concelho de Vila Real: província de Trás-os-Montes, distrito de Vila Real*. Lisboa: Ed. do jornal ilustrado português «A Hora», 1943, p. 128. VILA REAL. In *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. [S.d.], vol. 35, p. 839-867.

VISEU, Diocese de. *1. Das origens à actualidade. 1.1. Primórdios da fé cristã. 1.1.1. Primeira evangelização:* Não é possível determinar quando chegou o cristianismo à região de Viseu. A história tem de apoiar-se em documentos e o primeiro que faz referência aos bispos viseenses é do II Concílio de Braga, em 572. O bispado remontará pelo menos a 561, pois o bispo de Viseu assina a seguir ao metropolita, antes de bispos presentes no primeiro, em 561. Segundo as normas de então as assinaturas vinham pela ordem de antiguidade. No Concílio de Lugo refere-se que a diocese ia «de Borga usque Sortam et de Bonella usque Ventosam» e tinha as igrejas de «Veseo, Rodomiro, Submontio, Subverbeno, Cosonia [ou Osania], Ovellona, Toleta [ou Coleia] et Caliabria» (*cf.* ALMEIDA – *História*, p. 68). É difícil identificar muitas dessas terras. A diocese começaria junto ao rio Águeda, perto de Ciudad Rodrigo, abrangendo uma grande parte da zona central do país. Dela se desmembrou Caliábria, em 633, e parte considerável da diocese egitaniense, quando o rei D. Sancho I mudou a sé de Idanha para a Guarda, recém-fundada. O primeiro bispo conhecido é Remisol, que assistiu ao II Concílio de Braga. O facto de ser diocese nesta época faz supor que o cristianismo estava já estabelecido na região havia muito tempo. A cava de Viriato tinha sido fortificação romana, em ordem à pacificação deste território. São inúmeros outros vestígios do domínio de Roma e da sua civilização. As calçadas romanas desta região foram calcorreadas, desde tempos remotos, pelos evangelizadores. Alguns cronistas antigos referem-se a bispos de Viseu a partir do ano 270: São Justo, Santo Aulo e outros (*cf.* ARAGÃO – *Viseu*, vol. 1, p. 94). *1.1.2. Reino suevo:* As invasões, no século V, trouxeram aos extremos ocidentais da Europa vândalos, suevos e alanos. É durante o reinado suevo que aparecem, nos concílios, os bispos de Viseu. É o caso de Remisol, acima referido. *1.1.3. Reino visigótico:* Quando Leovigildo conquistou o reino suevo (585), procurou instalar o arianismo, professado pelos Visigodos. Remisol foi desterrado e substituído por Sunila. Este abjurou a heresia no III Concílio de Toledo, em 589. Ali, Recaredo proclamou a sua conversão ao catolicismo e lançou as bases da unidade nacional. Nos concílio toledanos, que foram também grandes assembleias do reino, aparecem como bispos de Viseu: Gondemaro (610), Lauso (633), Farno ou Fárnio (638). Párino aparece no VII Concílio de Toledo, mas parece ser o mesmo que o anterior, Vadila (653), Reparato (681 e 683), Vilcifonso (688) e Teodofredo (693). *1.1.4. Domínio muçulmano:* Veio a invasão muçulmana em 711. Viseu foi conquistada em 713-714 por Muça Ibne Noçair, que destruiu a velha Sé de Viseu. Nas escavações de 1987, na Praça de D. Duarte, junto aos muros da catedral, foram encontrados restos dessa basílica dos séculos V-VI, que media cerca de 12 metros de largura e era dotada de três absides. «Estas absides, de que se encontrou o pavimento quase completo e em que foram reaproveitados muitos materiais anteriores, seriam abobadadas e as paredes pintadas de frescos. Estes frescos, de que apareceram muitos fragmentos, utilizam cores e o tipo de pincelada paleocristão» (VAZ – A primeira catedral, p. 7). *1.2. Após a Reconquista cristã. 1.2.1. Tempos de lutas:* Nas guerras pela Reconquista*, começadas nas concas asturianas, os cristãos retomaram Viseu e reedificaram-na em 880, restaurando a diocese. Foi reconstruída a catedral, agora dentro do castelo, para ficar mais protegida dos ataques dos mouros. Ergueram-se muitas igrejas e fundaram-se mosteiros. Em fins do século X Viseu caiu de novo em mãos dos invasores, durante a campanha de Almansor. Em 1058 a cidade foi definitivamente liberta do jugo agareno por Fernando Magno, de Leão. Este encontrou aberta ao culto a Igreja de São Martinho, situada fora dos muros da cidade, onde hoje é a esquadra da Polícia (*cf.* ALVES – *A sé*, p. 10-11). Isto significava que a fé cristã continuava viva, no meio de grandes dificuldades, sob o jugo muçulmano. Neste período os documentos referem como bispos de Viseu: Gundemiro (905), Sabarico (922), Salomão (931), Dulcídio (937-951), Hermenegildo (961 e 968), Iquila ou Iquiliano (974-981) (OLIVEIRA – *História*, p. 96-97) e ainda Anserico (915) e D. Gomes, que assistiu ao Concílio de Coiança (1050) (*cf.* ALMEIDA – *História*, p. 80). Mesmo na posse dos mouros, Viseu continuava a ter bispo, talvez residindo fora da diocese. *1.2.2. Anexada a Coimbra:* Devido à situação de pobreza em que se encontrava o território a seguir à Reconquista, o papa Pascoal II confiou a diocese ao bispo de Coimbra, D. Maurício (1102). A Sé de Viseu era governada por priores, delegados pelo prelado conimbricense. Foi primeiro prior D. Teodónio, que faleceu em 1112. Sucedeu-lhe seu sobrinho D. Teotónio, que fora admitido no cabido de Viseu em 1098. Teotónio, que nascera em Ganfei, junto a Valença, viera para Coimbra, onde era bispo D. Crescónio, seu tio, e ali fizera os estudos. Renunciou ao cargo para ir em peregrinação aos lugares santos, sendo, depois, um dos fundadores do Mosteiro de Santa Cruz, vindo a falecer em 1162 e sendo canonizado no ano seguinte. Os condes portucalenses D. Henrique e D. Teresa residiram algum tempo em Viseu, no alcácer junto à sé. Em atenção a São Teotónio, ajudaram esta igreja com várias doações. A maior parte da cidade tornou-se couto episcopal e, durante mais de quatro séculos, os bispos tiveram jurisdição eclesiástica e secular, nomeando juízes e ouvidores (*cf.* ARAGÃO – *Viseu*, p. 188). Por esta altura, Cristóvão João e sua mulher Maria Rabaldis fundaram ou restauraram o Convento de São Cristóvão de Lafões. Ali viveu seu

filho João Peculiar, já diplomado pela Universidade de Paris. Dali passaria a mestre-escola da Sé de Coimbra, por volta de 1131. Veio a ser bispo do Porto e arcebispo de Braga, desempenhando um papel primordial no processo da independência portuguesa. Em 1163 o mosteiro estava já ligado à Ordem de Cister, marcada pela figura insigne de São Bernardo (*cf.* BRANCO – O mosteiro, p. 330). *1.2.3. Autonomia:* A São Teotónio sucedeu D. Honório e a seguir D. Odório, que os viseenses elegeram bispo. Mas o prelado de Coimbra, D. Gonçalo, interveio anulando aquele acto de rebeldia. Foi prior, desde 1130, D. Soeiro Tedom. Foi em 1147 que D. Afonso Henriques escolheu para bispo de Viseu o mesmo D. Odório, que havia ingressado no Mosteiro de Santa Cruz. Seguem-se na lista de bispos: D. Gonçalo (há notícias dele em 1169), D. Marcos (1170), D. Godinho (1171-1179). D. João Pires foi bispo de 1179 a 1192. Empenhou-se na ampliação da sé, gastando nessa obra avultadas verbas. D. Nicolau regeu a diocese de 1193 a 1213. D. Raimundo, de 1213 a 1214. Seguiram-se D. Bartolomeu, D. Vicente, D. Gil (ou Egídio), D. Pedro Gonçalves. D. Mateus foi eleito em 1254 e deve ter morrido em 1287. Andou envolvido nas lutas dos bispos com D. Afonso III. Passando a bispo de Coimbra voltou de novo a ocupar a Sé de Viseu. Seguiu-se D. Egas até 1313. Fez uma concordata com o rei D. Dinis. Decidiu construir uma nova catedral. O edifício actual é, na sua estrutura fundamental, fruto da iniciativa deste bispo. O rei D. Dinis fez-lhe doação de vários muros e casas. Também a Rainha Santa terá concorrido para as obras com muitas dádivas. Foi mestre da obra Pêro Martins, talvez natural da Galiza e que trabalhara na construção do Convento de São Francisco da Guarda (*cf.* ALVES – *A sé*, p. 14-15). Vieram depois D. Martinho e D. Gonçalo, que faleceu em 1328. É de realçar, nesta época, a figura de mais um



Fonte: Anuário Católico de Portugal, *1995-1998.*

santo português ligado à diocese: São Frei Gil. Foi um dos primeiros dominicanos portugueses. Nasceu em Vouzela, de D. Rui Pais de Valadares, do conselho de D. Sancho I. Estudou filosofia e medicina em Santa Cruz. Dali foi para Paris a prosseguir os estudo de medicina. Deixou a vida mundana que levava, tomando o hábito dominicano em Palência. De lá passou ao convento de Santarém, onde continuou a sua vida penitente. Foi escolhido para provincial de Espanha, a todos dando exemplo de piedade e virtude. Faleceu em 1265, na festa da Ascensão do Senhor. *1.2.4. Finais da Idade Média:* Ao bispo D. Gonçalo sucedeu D. Miguel Vivas, que fora chanceler do rei D. Afonso IV. Vieram, depois, D. João, D. Gonçalo (1373), D. João Martins, D. Pedro Lourenço, D. João Pires (1385-1391), D. João Homem (1392-1425). Foi este bispo muito estimado por D. João I, que o escolheu para padrinho do infante D. Henrique, que viria a ser o 1.º duque de Viseu. Nesta cidade nascera também o rei D. Duarte. D. João I deu ao bispo a torre do castelo, que está hoje integrada na catedral e conhecida por Torre do Relógio. Começou a construção do Convento de São Francisco, em Orgens, nos arrabaldes da cidade. Faleceu em 1425 e sucedeu-lhe Frei João de Évora, que governou pouco tempo a grei visiense. Foi seu sucessor D. Garcia, transferido do bispado de Lamego. Em 1431 foi provido na diocese D. Luís do Amaral. Tornou-se tristemente célebre pela sua presença no Concílio de Basileia (1431-1443), onde foi arauto destacado das ideias conciliaristas (supremacia do concílio sobre o Papa). Foi deposto em 1439. Sucedeu-lhe D. Luís Coutinho e, a este, D. João Vicente, em 1444. Foi transferido de Lamego. Em 1447 acompanhou a infanta D. Isabel, casada com D. João II de Castela, como seu confessor e capelão-mor. Voltou a Portugal para reformar a Ordem de Cristo, a pedido do infante D. Henrique e por ordem do papa Eugénio IV. Em 1450 regressou definitivamente à sua diocese, onde deu provas de muita piedade e zelo pelas almas. Faleceu em 1463 e foi sepultado numa capela do claustro da sé, que mandara construir. Em casa vestia de azul, com o hábito da congregação que fundara, os Cónegos de Santo Elói, ou Lóios, como foram chamados. *1.3. Idade Moderna:* A D. João Vicente sucedeu D. João Gomes de Abreu, na virtude mal parecido com o seu antecessor. Em seguida foi bispo D. Fernando Gonçalves de Miranda, desde 1487 talvez até 1505. Sucedeu-lhe nesse ano D. Diogo Ortiz de Viegas, transferido da diocese de Ceuta. Foi bispo até 1519. A ele se deve a actual abóbada da sé, magnífica na sua elegância. Mandou também levantar uma nova frontaria da catedral em estilo manuelino. Durante quatro anos foi bispo o cardeal-infante D. Afonso, de menoridade. Sucedeu-lhe D. Frei João de Chaves. Desde 1526 foi confirmado bispo de Viseu D. Miguel da Silva. D. Manuel enviara-o para a Universidade de Paris, onde se doutorou. Grande erudito em grego e latim, passou a Itália, onde contactou com os espíritos mais cultos da época. O rei nomeou-o seu embaixador em Roma, ali gozando da maior estima. Ao saber que o papa o queria fazer cardeal, D. João III chamou-o ao reino, talvez para não fazer sombra aos infantes

D. Afonso e D. Henrique, que haviam enveredado pela carreira eclesiástica. Foi nomeado escrivão da puridade do monarca, mas não faltaram as intrigas contra ele. Em Viseu mandou construir o claustro inferior da sé. A ele se deve a plantação e embelezamento da Quinta do Fontelo, que seria residência episcopal. O papa Paulo III convidou-o a ir a Roma para tomar parte no Concílio de Trento, recentemente convocado, e nomeou-o cardeal em 1539. Conservou-o *in pectore* até 1541. Ao saber da vontade do papa, D. João não o deixou partir. Mandou chamá-lo a Lisboa. Desconfiado que o rei tinha intenção de o prender, retirou-se de Viseu para Itália, provocando a fúria real, que não olhou a meios para o perseguir. O cardeal teve de passar muitas dificuldades, incluindo ameaças contra a sua vida. Passou os últimos anos na Igreja de Santa Maria, *trans Tiberim*, de que era titular, e faleceu em 1556. Sucedeu-lhe, em 1547, como comendatário na diocese, o cardeal Alexandre Farnésio, que a administrou através de representante indicado pelo rei. Em 1552 foi nomeado D. Gonçalo Pinheiro, que era bispo de Tânger. Continuou as obras na sé, mandando construir a escada para o coro alto e a Capela de Vera Cruz, junto ao claustro. Mandou levantar o pórtico de entrada na avenida do Paço do Fontelo. Pensou em transformar aquele edifício em hospício para necessitados. De lembrar a figura do padre Simão Rodrigues, companheiro de Santo Inácio de Loyola e natural da diocese. Nascido em Vouzela, fora estudar para Paris. Ali a sua vida encontrou novo rumo. Foi o iniciador da Companhia de Jesus em Portugal, que aqui se desenvolveu de modo extraordinário e daqui realizou a notável obra missionária do Brasil e do Oriente. Em 1569 entrou em Viseu o bispo D. Jorge de Ataíde. Participara no Concílio de Trento, na sua última fase. Ali colaborara nos trabalhos de reforma do breviário e missal. Na diocese começou as visitas pastorais e empenhou-se na correcção dos abusos, o que provocou alguma reacção. Alargou a sacristia da sé e fez obras no paço e também no do Fontelo. Trasladou para junto da capela-mor da catedral as ossadas dos seus antecessores. Reorganizou a Irmandade da Misericórdia e, em 1574, mandou levantar igreja e casa para a mesma, na praça em frente à sé, e fazer valiosas cruzes de prata para a catedral. Terminou desavindo com o rei D. Sebastião e convidado por ele a renunciar à diocese. Foi, depois, muito estimado pelo rei Filipe I, que dele fez seu conselheiro e capelão-mor. Sucedeu-lhe D. Miguel de Castro, em 1579. Em Viseu distinguiu-se pela sua caridade, até ser transferido para arcebispo de Lisboa, em 1585. Foi seu sucessor D. Nuno de Noronha. Em Coimbra, fora lente e reitor da Universidade. Foi pastor muito zeloso. Apoiou a conclusão do Mosteiro de Jesus, das religiosas beneditinas, na cidade. Em 1587 organizou o quadro de estudos e as rendas para funcionamento do seminário. Viseu foi, assim, das primeiras dioceses portuguesas a cumprir o que mandara, havia pouco, o Concílio de Trento (1563). Foi transferido para a diocese da Guarda. Sucedeu-lhe D. Frei António de Sousa, em 1594. Dominicano, fora mestre teólogo da sua ordem, prior provincial e vigário-geral, em 1594. Como bispo de Viseu concluiu o edifício do seminário. Tornou-se notável nas obras de caridade. Faleceu em Lisboa em 1597. Sucedeu-lhe D. João de Bragança. Em Coimbra recebera o grau de doutor de Teologia em 1585 e fora inquisidor-geral. Entrou em Viseu em 1599. Escolheu para padroeiro da cidade São Teotónio. Em 1603 foram conduzidas solenemente a Viseu as relíquias deste santo, vindas do Mosteiro de Santa Cruz. Em aparatoso cortejo entraram na cidade, recebidas com grandes manifestações de regozijo popular. De trato fidalgo e, ao mesmo tempo, muito acessível, brilhou pela sua bondade. Faleceu em Évora em 1609. Nesta data foi nomeado bispo D. João Manuel. Fez a visita pastoral à diocese e redigiu novas constituições, que foram aprovadas em sínodo diocesano, em 1614. Reconstruiu a Capela de Santa Marta, no Paço do Fontelo. Em 1625 foi transferido para a diocese de Coimbra. Sucedeu-lhe D. Frei João de Portugal. Dominicano, fora mandado para a Universidade de Salamanca. Foi nomeado bispo de Viseu em 1626. Ficou na história como bispo muito zeloso. Compôs um catecismo para ser ensinado nas paróquias a crianças e adultos. Depois da visita pastoral à diocese enviou alguns dos frades da sua ordem, que o acompanhavam, a percorrer a diocese pregando e confessando. Era muito amigo dos pobres e muito dedicado ao estudo, à oração e às penitências. Faleceu em 1629. Foi seu sucessor D. Frei Bernardino de Sena. Franciscano, fora leitor em Artes. Em 1617 fora provincial e, depois, geral da sua ordem. Percorreu, sempre a pé, a Espanha e parte de França e Itália. Foi nomeado bispo de Viseu em 1629. Entrou na diocese em 2 de Junho de 1632. Aqui faleceu em Outubro desse ano, já nomeado para bispo de Coimbra. Foi eleito, em 1633, D. Miguel de Castro, que tomou posse por procurador, mas não chegou a entrar na diocese em vida. Só em 1636 foi nomeado sucessor, na pessoa de D. Dinis de Melo e Castro, que era bispo de Leiria. Durante a vacância episcopal caiu a frontaria da sé e a torre dos sinos. Foi o cabido que meteu mãos à obra de reconstrução. O novo bispo foi muito caritativo e generoso com as Misericórdias. Mandou visitar a diocese por seus representantes. Foi transferido para a Guarda em 1638. No período que vai de 1540 a 1640, século de ouro da teologia em Portugal, Viseu foi dotada de bispos muito cultos, quase todos eles professores universitários. Souberam acompanhar a ciência com o zelo pastoral, o cuidado pelas igrejas e a preocupação pelos mais desprotegidos. Os reis apresentaram para a grei visiense pessoas idóneas, o que nem sempre acontecera em épocas anteriores. Quase todos eles eram originários de famílias nobres. Em 1640 deu-se a proclamação da independência nacional. Por causa das dificuldades do reconhecimento de Portugal por parte da Santa Sé, devido à pressão espanhola, Viseu, como outras dioceses, permaneceu sem bispo até 1668. Nesse ano foi nomeado D. Manuel de Saldanha, que só entrou na diocese em 1671, vindo a falecer três meses depois. Em 1673 foi transferido de Elvas para Viseu D. João de Melo. Com os seus bens socorreu os pobres e as igrejas. Reconstruiu e ampliou a capela-mor da sé. Trouxe missionários para percorrerem a diocese. Entre eles, Frei António das

Chagas, padres de Varatojo e da Congregação do Oratório. Visitou a diocese e promoveu sínodo em 1681, reformando as constituições diocesanas. Em 1684 foi transferido para Coimbra. Sucedeu-lhe, em 1685, D. Ricardo Russel, que era bispo de Portalegre e de origem inglesa. Foi muito zeloso no governo da diocese e muito generoso nas esmolas. No seu pontificado estabeleceram-se em Viseu os padres do Oratório. Faleceu em 1693. Em 1694 foi nomeado D. Jerónimo Soares, que era bispo de Elvas. Ajudou muito a Misericórdia. Gastava em esmolas não só os rendimentos episcopais mas também os pessoais. Reformou os estatutos do cabido e também os de várias irmandades e confrarias. No seu pontificado foi criada a diocese de Pinhel*, desmembrada da de Viseu e Lamego*, que perdeu, além de Pinhel, os arciprestados de Trancoso e Castelo Mendo, no total de 92 freguesias. As paróquias de Ribacoa foram desmembradas de Lamego. Mandou prosseguir as obras da igreja dos padres do Oratório começada em tempos do seu antecessor. Faleceu em 1720 com a idade de 85 anos. Ficou vacante a diocese durante 20 anos por desinteligências entre D. João V e a Santa Sé. Foi escolhido em 1740 D. Júlio Francisco de Oliveira, dos Oratorianos, que fora bispo do Funchal. Retido na corte, só pôde vir para a sua diocese em 1743. Foi recebido com grande aparato e entusiasmo popular. Além de esmoler, como os seus antecessores, desenvolveu uma grande actividade pastoral. Administrava os sacramentos e ele mesmo levava o viático aos doentes. Em 1743 publicou uma pastoral em que recomendava insistentemente o ensino da doutrina cristã por parte dos párocos, dos pais a seus filhos e criados e dos professores aos seus alunos. Recomendava a oração mental e insistia na devoção a Nossa Senhora. Aos sacerdotes insistia nos exercícios espirituais de oito dias todos os anos. Que na missa demorassem no mínimo meia hora e a continuassem com um quarto de hora de acção de graças. Aos pregadores, que somente pregassem doutrinas sãs e sólidas, não usando de fábulas e outras curiosidades que mais divertem a devoção dos ouvintes do que afervoram os seus ânimos. A 14 de Agosto de 1744 começou a visita pastoral à diocese. Pregava e administrava a confirmação, chegando a crismar 700 a 900 pessoas. Apoiou as obras da Casa dos Congregados e, a 8 de Setembro de 1757, lançou a primeira pedra da igreja anexa. Ajudou com entusiasmo a Misericórdia, reformando e ampliando o edifício do hospital. Em 1760 estavam concluídas duas enfermarias e uma casa para crianças enjeitadas. Faleceu em 1765. Em 1770 foi nomeado D. Francisco Mendo Trigoso. Doutorara-se em Câ-

Sé de Viseu e edifícios anexos.

nones na Universidade de Coimbra. Em Viseu deixou fama de esmoler e virtuoso. Faleceu em 1778. Sucedeu-lhe, nesse ano, D. José António Barbosa Soares. Fora lente de Direito Canónico, em Coimbra. Faleceu em 1783. Neste ano foi nomeado D. Frei José do Menino Jesus, bispo do Maranhão. Ofertou paramentos à catedral e imagens de valor ao cabido. Visitou pastoralmente toda a diocese. Faleceu em 1791. *1.4. Idade Contemporânea:* Em 1792 fez a sua entrada solene na diocese D. Francisco Monteiro de Azevedo. Fora professor de Leis em Coimbra. Em Viseu soube viver com grande modéstia para dar tudo aos pobres. Visitou pastoralmente a diocese e reorganizou os arciprestados. Instituiu também cinco paróquias suburbanas anexas à catedral. Gastou mais de 20 000 cruzados na construção do órgão da sé. Morreu em 1819. Nesse ano foi nomeado D. Francisco Alexandre Lobo. Fora lente em Coimbra desde 1806 e também professor no Seminário do Algarve. Por causa dos acontecimentos políticos de 1820, D. Francisco ficou em Lisboa, entrando na diocese em fins desse ano. Foi eleito pouco depois deputado pela Beira e pelo Alentejo, mas não aceitou. Mudou o seminário para Santa Cristina, para a casa dos padres de São Filipe de Néry, depois de um acordo com eles, em 1824. Em 31 de Outubro de 1826 tomou posse do lugar de par do Reino e em Dezembro foi nomeado ministro, cargo que exerceu durante seis meses. No final entregou o dinheiro que recebera para a Casa dos Expostos de Lisboa. Em 1828 desempenhou papel importante na aclamação de D. Miguel e foi nomeado conselheiro de Estado. Foi ainda nomeado reformador-geral dos Estudos, cargo que deixou em 1831 para se dedicar totalmente à sua diocese. Em 1834, quando os exércitos de D. Pedro se aproximavam de Viseu, retirou-se da diocese, depois de ter nomeado três dos seus padres para governarem na sua ausência, um na falta dos outros. Embarcou num paquete inglês, em 26 de Junho, rumo a Inglaterra. De lá veio para França, instalando-se no Seminário das Missões Estrangeiras, em Paris, onde viveu sempre modestamente até 1844. Foram dez anos amargos de exílio, mantendo-se em contacto com a sua amada diocese, através de vasta correspondência epistolar. Ali sofreu com os avatares políticos da sua pátria, convulsionada pelas novas ideias importadas de França e também com os ataques destruidores lançados contra a Igreja. Joaquim António de Aguiar sufocou os conventos, proibindo a admissão de noviços e apropriando-se dos seus bens, que foram dados ao desbarato aos impulsionadores do novo regime. Tantas obras de valor incalculável foram destruídas ou votadas ao abandono. A lei da amortização, em vez de provocar a reforma das ordens religiosas, que era necessária e que não competia às autoridades civis, além de ataque à religião por parte da maçonaria, foi um crime de lesa-arte e de lesa-cultura. O novo governo nomeou um vigário capitular intruso para Viseu. Mais adiante, aquando das negociações entre o governo e a Santa Sé, para compor muitas das situações graves existentes, D. Francisco sofreu a inevitável marginalização. Em 1844 regressou a Lisboa para resolver os problemas e poder voltar à sua diocese. Não o chegou a

Seminário Maior Diocesano, Viseu.

conseguir, pois faleceu em Lisboa nesse mesmo ano. Ao aceitar o bispado de Viseu, D. Francisco Alexandre Lobo fizera doação de todos os bens que possuía a suas sobrinhas, declarando que nada esperassem dos bens da mitra de Viseu, porque isso pertencia aos pobres e instituições eclesiásticas da diocese (*cf.* ALMEIDA – *História*, vol. 3, p. 592). Em 1845 foi nomeado D. José Joaquim de Azevedo e Moura. Foi ministro da Justiça em 1848, durante dois meses. Em 1856 foi transferido para Braga. Deixou fama de pouco esmoler. Em 1856 foi nomeado D. José Manuel de Lemos, que era bispo de Bragança. Foi transferido dois anos depois para a diocese de Coimbra. Sucedeu-lhe, em 1859, D. José Xavier de Cerveira e Sousa, que era bispo de Beja. Faleceu em 1862, na sua casa de Mogofores, desgostoso com a resistência de parte do clero às normas sobre o traje eclesiástico. Surgiu um grave problema com a eleição do vigário capitular. Os cónegos, após o falecimento do bispo, elegeram segundo as normas canónicas o cónego José Lopes Ribeiro. Dois dias depois, veio um telegrama do governo sugerindo a escolha do cónego Manuel de Bastos Pina, da diocese de Coimbra. Os cónegos informaram da situação e o governo reagiu desabridamente, com ameaças de suspensão de vencimentos, se o vigário capitular eleito não renunciasse. Cinquenta e três dias depois da morte do bispo, reuniu-se o cabido por ordem do governo para escolher novo vigário capitular. A maioria dos presentes anuiu e o vigário capitular legítimo renunciou, declarando que o fazia para evitar maiores males para a Igreja. Tomou posse o novo eleito e esboçava-se um cisma na diocese. O papa Pio IX resolveu a situação nomeando administrador apostólico António Alves Martins, já indicado para bispo pelo governo português. Mas este negou o beneplácito régio e mandou ao cabido e ao vigário capitular que não cumprissem a determinação pontifícia. A diocese encontrou-se, quase um ano, em notória anarquia. D. António Alves Martins tomou posse no fim de 1862. Fora religioso da Ordem Terceira de São Francisco e partidário entusiasta da causa constitucional. Parece não merecer confiança a afirmação de alguns historiadores de que fora condenado à morte e conseguira fugir (*cf.* GALVÃO – Ainda o bispo, p. 1). Após a guerra civil, em 1834, continuou os estudos em Coimbra e ali recebeu o grau de doutor em 1837. Em 1842 foi eleito deputado por Trás-os-Montes e, depois, por outros círculos. Entrou em Viseu solenemente em 29 de Janeiro de 1863. No ano seguinte tomou posse de um lugar na Câmara dos Pares. Em Junho de 1867 foi a Roma para assistir ao centenário do martírio de São Pedro. Os prelados ali presentes assinaram uma mensagem de apoio ao papa sobre os territórios pontifícios, em perigo frente à onda revolucionária. A mensagem professava também a adesão ao magistério do Papa, proclamado daí a três anos no Concílio Vaticano I. O bispo de Viseu recusou-se a assinar e, por equívoco, o seu nome aparecia entre os firmantes, o que o levou a protestar junto do ministro de Portugal em Roma. Em 1868 publicava uma pastoral em que condenava indignadamente os atentados dos revolucionários italianos contra os territórios pontifícios e pedia as orações dos seus diocesanos pelo papa e pela Igreja. Isto ajuda a entender melhor a sua atitude anterior. Foi ministro no governo, de Julho de 1868 a Agosto de 1869 e de Agosto de 1870 a Janeiro de 1871. Esteve metido na política pelos cargos que desempenhou e nas lides jornalísticas. O seu zelo manifesta-se nas pastorais escritas. Era desprendido dos bens terrenos, levando uma vida modesta, sempre disposto a ajudar os pobres e a receber grandes e humildes. Figura controversa, são-lhe atribuídas afirmações que não aparecem nos seus escritos ou foram interpretadas fora do contexto. Faleceu em 1882, no Paço do Fontelo. Em 1883 foi nomeado D. José Dias Correia de Carvalho, que era bispo de Cabo Verde. Ao entrar na diocese procurou reorganizar o seminário, quanto à disciplina sacerdotal e quanto às matérias de ensino, procurando que estivesse à altura dos novos tempos. Introduziu a filosofia tomista, recomendada por Leão XIII. O seminário chegou a ter mais de 80 alunos. Teve um excelente colaborador no padre Joaquim Pais de Sobral, sacerdote muito piedoso e ilustrado. Dedicou especial atenção à imprensa católica. Ao fim de muitos esforços saiu, em 1889, o semanário *Atalaia Católica*. Quando este interrompeu a sua publicação impulsionou um novo jornal, *Revista Católica*, que saiu em 1891, dirigido pelo cónego Manuel Vieira de Matos, mais tarde arcebispo de Braga. Em 1897 aparecia como órgão da diocese o *Boletim Diocesano*, que se publicava mensalmente. Em 1901 adquiriu a diocese, por sua iniciativa, o jornal *A Folha*, que teria o carácter de publicação religiosa e órgão diocesano. Preocupou-se ainda com os operários, fundando o Círculo Católico e erguendo a casa da Rua Cinco de Outubro. O antigo Convento de Jesus transformou-o em albergue nocturno, de acordo com a Irmandade de Santo António. Destinava-se a acolher os que não tinham casa. Mandou limpar as colunas da sé que haviam sido cobertas de reboco em tempos passados, de modo a sobressair a sua beleza original, e restaurou o tecto da capela-mor. Faleceu em 2 de Julho de 1911. Sucedeu-lhe D. António Alves Ferreira, seu coadjutor desde 1907. Fora professor dos seminários de Lamego e de Santarém. Em Viseu cuidou com especial atenção a catequese. Com a instauração da República teve vários atritos com o novo regime. Em 1911 o Seminário de Santa Cristina foi roubado à diocese. A sua valiosíssima biblioteca vendida ao desbarato, acabando muitas das suas obras nas mãos das peixeiras. Em 1912 esteve em Viseu o ministro Macieira, que aqui proferiu as maiores inconveniências sobre as relações Igreja-Estado. D. António enviou-lhe uma carta em que fazia a crítica da chamada Lei de Separação. Em 1912 enviou uma circular em que condenava as associações cultuais impostas pelo Estado. Isso foi o pretexto para ser expulso da diocese. Fixou residência em Fornos de Algodres, que ficava fora do distrito, mas dentro da diocese. Preocupou-se com o decoro dos templos e a pureza dos actos de culto, de modo a banir o que era indigno. Sucedeu-lhe, em 1928, D. José da Cruz Moreira Pinto. Doutorado por Lovaina, fora reitor do Seminário de Évora, com D. Manuel da Conceição Santos. Foi sagrado bispo em 15 de Junho de 1928, festa do Sagrado Coração

de Jesus. A sua entrada solene na diocese foi em 15 de Setembro. Nos primeiros cinco anos fez a visita pastoral às duzentas paróquias da diocese. Promoveu os congressos eucarísticos. A imagem peregrina de Fátima percorreu toda a diocese. Bispo muito zeloso, ressaltava a sua firmeza, que se enquadrava no ambiente da época. Preocupou-se com a renovação do seminário. Mandou construir o de Fornos de Algodres, aberto em 1934. No seu pontificado foi restituído o edifício de Santa Cristina e totalmente renovado. Para lá se transferiram os seminaristas em 1960. Incentivou os exercícios espirituais para o clero. Impulsionou a Acção Católica. Pôs em prática as recomendações do Concílio Plenário Português sobre as festas religiosas, eivadas de abusos de toda a ordem. Promoveu a construção de casas para pobres e a Sopa de São José. Soube manter o devido distanciamento em relação ao governo da nação, apesar de Salazar ser natural da diocese. Foi orador brilhante e bispo muito piedoso. Faleceu em 12 de Novembro de 1964. Foi seu dedicado colaborador D. João Crisóstomo Gomes de Almeida. Nomeado vice-reitor do seminário e, mais tarde, reitor, restaurou a disciplina da casa. Afável e exigente, soube ganhar a estima dos seminaristas e de todo o clero da diocese. Foi nomeado bispo auxiliar em 1954. Em 1938 Viseu perdeu para a restaurada diocese de Aveiro as freguesias do concelho de Sever do Vouga. Foi nomeado bispo de Viseu, em 1965, D. José Pedro da Silva. Bispo auxiliar de Lisboa, indigitado para patriarca de Goa, participou no II Concílio do Vaticano. Destacou-se pela sua inteligência e doutrina segura. A ele se deve a instalação da Universidade Católica em Viseu, em 1980. Em 1987 foi nomeado seu coadjutor D. António Monteiro. No ano seguinte tornou-se bispo residencial, tomando posse em 11 de Outubro. Franciscano capuchinho, fora professor de Teologia Moral na Universidade Católica. Em Viseu tem procurado dinamizar a diocese, destacando-se pela sua actividade incansável. Entre os bispos naturais da diocese vive apenas D. Custódio Alvim Pereira, bispo emérito de Maputo. Neste século há a lembrar o nome de D. Gaudêncio José Pereira, bispo de Portalegre. E também D. Policarpo da Costa Vaz, bispo da Guarda. Ali fora bispo auxiliar D. José Noronha, falecido prematuramente. Também D. Manuel Vieira de Matos, bispo da Guarda e mais tarde arcebispo de Braga, foi cónego da Sé de Viseu. *2. As instituições e a vida cristã. 2.1. Legislação e doutrina. 2.1.1. Sínodos:* Em 1527 celebrou-se concílio diocesano. Nele foram aprovadas as constituições da diocese. Era bispo D. Miguel da Silva. Reuniu-se novo sínodo em 1555, no tempo de D. Gonçalo Pinheiro. O seguinte foi em 1614, com o bispo D. João Manuel. As constituições aprovadas foram impressas apenas três anos depois. Em 1681 o sínodo foi convocado pelo bispo D. João de Melo. Foram nomeados alguns examinadores sinodais e renovadas as constituições. De novo em 1691 D. Ricardo Russel reuniu concílio diocesano e nele foram dadas normas para a catequese ministrada pelos párocos. D. Jerónimo Soares promoveu novo sínodo em 1699. Nele tomaram parte 350 sacerdotes. Tema dele foram as constituições diocesanas, os examinadores sinodais e a nomeação de juízes apostólicos. Em 1745 houve novo concílio diocesano convocado por D. Júlio Francisco de Oliveira. Reuniu outro em 1748. Com a dominação pombalina decaíram os concílios por todo o Portugal. *2.1.2. Boletins oficiais:* Em 1915 D. António Alves Ferreira criou o *Boletim da diocese de Viseu*, como órgão oficial do bispado. Saiu o primeiro número em Novembro. Era seu director o padre João Marques Pimentel. Durou a sua publicação até 1936. Nele se inseriam, além das disposições do prelado, os documentos emanados da Santa Sé. Neste ano de 1996 começou a editar-se o boletim da diocese, com o título *Igreja Diocesana. 2.2. Governo e administração. 2.2.1. Cúria:* Além do vigário-geral, fazem parte da cúria diocesana o pró-vigário-geral e chanceler e o vigário episcopal para o Apostolado dos Leigos. Existe o Conselho para os Assuntos Económicos. Estão em funcionamento vários secretariados diocesanos: Educação Cristã, Pastoral Juvenil, Pastoral Familiar, Missões, Liturgia, com uma Secção de Arte Sacra, Pastoral da Saúde, Migrações e Turismo, Vocações e Pré-Seminário, Clero, Vida Consagrada, Irmandades, Comunicações Sociais. *2.2.2. Cabido:* Existem referências ao cabido desde o século XI. Possibilitou a vida em comum dos clérigos, segundo a Regra de Santo Agostinho. Como em outras dioceses, foi evoluindo a sua estrutura, acentuando-se mais o aspecto económico ou governativo. Apareceram os meios-cónegos ou beneficiados, que exerciam os ofícios mas auferiam apenas parte das prebendas canonicais. Ao longo dos séculos nem sempre foram pacíficas as relações entre as duas classes, por questões de privilégios e, às vezes, com escândalo dos fiéis. Os estatutos actuais do cabido foram promulgados por D. José Pedro da Silva, em 1987. Existiu também na diocese a Colegiada de Santo André de Ferreira de Aves, no concelho do Sátão. Funcionou durante alguns séculos e a sua estrutura, como em outras dioceses, tinha semelhança com a dos cabidos. *2.2.3. Tribunal eclesiástico:* Reestruturado por D. José Pedro da Silva, que nomeou um vigário judicial, o tribunal diocesano desenvolveu considerável actividade nos últimos anos. Tem funcionamento regular e dedica-se de modo especial às causas de matrimónio. *2.2.4. Conselho presbiteral:* Organizado a seguir ao II Concílio do Vaticano, provavelmente em 1967, viu os seus estatutos renovados e aprovados por D. José Pedro em 8 de Dezembro de 1982. Tem mantido, nos últimos anos, reuniões periódicas. *2.2.5. Conselho pastoral diocesano:* Fundado em 1990, com estatutos promulgados em 16 de Julho desse ano, tem estado activo desde então. Nos arciprestados realizam-se assembleias com representantes das paróquias, preparando as reuniões diocesanas e revendo as suas conclusões. *2.2.6. Arciprestados:* São 17 os arciprestados, na hora actual. Ao longo dos tempos, houve evolução na divisão da diocese. Em 1851 eram 15, assim distribuídos: aro – cinco arciprestados, que incluíam, além de Viseu, Nelas e Mangualde; Besteiros – três, e incluíam, além de Tondela, Santa Comba Dão e Carregal do Sal; Lafões – três e abrangia São Pedro do Sul, Vouzela, Oliveira de Frades e Sever do Vouga; Mões –

Igreja da Misericórdia, Viseu.

dois, que abarcavam Castro Daire e Sátão; Penaverde – dois e abrangia Aguiar da Beira, Fornos de Algodres e Penalva do Castelo. O total de paróquias era, nessa altura, de 202 (ARQUIVO, n.º 60). Fazem-se com regularidade os encontros de arciprestes com o bispo diocesano. *2.2.7. Paróquias:* Em cada arciprestado continuam a realizar-se as chamadas conferências eclesiásticas. A diocese conta agora com 205 paróquias, numa população total de 262 416 habitantes (*Estatísticas*, 1995). Tem havido grande esforço de renovação dos edifícios de igrejas e capelas. O mesmo se diga da renovação litúrgica. As estatísticas de 1995 apresentavam 1601 leitores, 991 acólitos, 3601 membros de grupos corais, 494 ministros extraordinários da comunhão, e 283 organistas. Tinham a funcionar o conselho pastoral 80 paróquias. Nota-se a falta de sacerdotes, agravada pela necessidade de muitos darem aulas para garantir o seu sustento. Verifica-se um aumento do número de comunhões dominicais a par do decréscimo na frequência à missa dominical e confissões. *2.2.8. Economia:* A nível da diocese, o apoio económico ao clero tem funcionado com êxito variável ao longo dos tempos. Primeiro foram os passais, que proviam os sacerdotes de meios de subsistência. Foram confiscados à Igreja, em 1834, por Joaquim António de Aguiar e entregues, as mais das vezes, aos compadres políticos. Vieram, então, as normas da côngrua paroquial, primeiro em milho, depois com o dia de trabalho. Após paciente estudo e no seguimento do que está a ser feito noutras dioceses, D. António Monteiro promulgou o Estatuto Económico do Clero em 25 de Dezembro de 1995, para entrar em vigor em 4 de Abril de 1996. Tinham conselho económico 183 paróquias (*Estatísticas*, 1995). *2.3. Cultura e evangelização. 2.3.1. Catequese:* Continuando o esforço de muitos bispos, já referido, tem havido, ao longo dos últimos decénios, um esforço grande para a reestru-

turação da catequese. Nesse trabalho foi pioneiro o padre Alberto Poças de Figueiredo. Através da divulgação dos novos catecismos e de cursos, deu grande impulso à catequese. Frequentavam-na, em 1995, 12 786 crianças, 6357 adolescentes, 1975 jovens (*Estatísticas*, 1995). Nos últimos anos têm-se promovido diversas iniciativas para lançar a catequese de adultos. Entre elas está o Curso de Ciências Religiosas, adscrito à Universidade Católica, e o Curso Básico de Ciências Religiosas. Têm-se multiplicado os cursos bíblicos por toda a diocese. *2.3.2. Escolas católicas:* O Colégio da Via-Sacra foi fundado, em 1908, pelo cónego António Barreiros. Ali se formaram muitos homens de valor. Nele funcionou um curso industrial nos seus primeiros anos. Tornou-se notável pelos saraus artísticos. Tinha, no ano lectivo de 1995-1996, 78 alunos. Na cidade funciona, oficialmente desde 1932, o Colégio da Imaculada Conceição, dirigido pelas Irmãs Doroteias. Teve, no ano lectivo de 1995-1996, 310 alunas. Na década de 60 vários sacerdotes promoveram, pela diocese fora, externatos do ensino secundário, que seriam abafados pelas medidas de Veiga Simão, que espalhou as escolas preparatórias, sem apoios ao ensino particular, como seria justo. É de destacar a Universidade Católica. O pólo de Viseu começou a funcionar em 1980, com monsenhor Celso Tavares da Silva como secretário durante vários anos. Tinha, no ano lectivo de 1995-1996, 1304 alunos com seis cursos na Faculdade de Letras e o Curso de Gestão e Desenvolvimento Social. Ligada à Universidade funciona a licenciatura em Ciências Religiosas. *2.3.3. Seminários:* Fundado em 1587 por D. Nuno de Noronha sob a protecção de Nossa Senhora da Esperança, o Seminário de Viseu funcionava junto à sé, onde é, hoje, o Museu de Grão Vasco. O edifício começou a levantar-se em 1598. Os alunos dividiam-se em três categorias: colegiais, porcionistas e familiares. Os colegiais nada pagavam. Eram rapazes de famílias pobres mas que davam esperança de serem bons sacerdotes. Os porcionistas pagavam alguma coisa. Os familiares eram obrigados a prestar alguns serviços (*cf.* Alves – O seminário, p. 182). É de realçar a acção do bispo D. Francisco Monteiro de Azevedo (1791-1819), que dedicou especial atenção à formação e cultura do clero. Em 1824, em tempos de D. Francisco Alexandre Lobo, mudou para o edifício de Santa Cristina. O bispo reorganizava os estudos e os alunos não ultrapassariam os 42. Ordinários, 30, e extraordinários, 12. D. Francisco constituía também a livraria, que se tornou ilustre. Em 28 de Junho de 1834 foi roubado à diocese o edifício com a desculpa de que tinha sido casa dos Oratorianos. De pouco valeu o protesto do reitor. Logo uma parte foi ocupada pelo prefeito de província. Depois de muitas insistências, quando em 1841 ia ser restituído à Igreja, foi devastado por um incêndio, que poupou apenas a igreja e o salão da livraria. Em dois anos foi restaurado e pôde reabrir. A casa viria a ser melhorada nas décadas seguintes. Em parte dele funcionou, desde 1849 e pelo período de 18 anos, o Liceu de Viseu. D. António Alves Martins conseguiu do governo que o seminário tivesse um curso de preparatórios próprio. Começou em 1877. Promoveu também o recrutamento de seminaristas. D. José Dias Correia de Carvalho elevou o número de seminaristas de 40 para 80. Em 1904 foi inaugurado no cimo da quinta do seminário um belo monumento a Nossa Senhora da Conceição, no cinquentenário da definição do dogma da Imaculada. A iniciativa partiu dos seminaristas e foi secundada pela população da cidade. Com a revolução de 1910 foi atingido de novo o seminário. Com a Lei de Separação da Igreja e do Estado, foi despojado do seu edifício e bens. A sua rica biblioteca foi levada e muitos dos livros vendidos para embrulhos. O edifício foi transformado em quartel de artilharia e a igreja feita cocheira para as peças de artilharia. Um facto estranho, relatado por muitos contemporâneos: não conseguiram alguma vez que as mulas ali entrassem, apesar da larga porta e da rampa de entrada. Os seminaristas tiveram de continuar os estudos em casa dos professores. Durante algum tempo cerca de dezena e meia viveram no chamado «Colégio do Dr. Frutuoso», onde é hoje o paço episcopal. Em 1918, D. António Alves Ferreira transformou em seminário a casa do Centro Católico Operário, construída pelo seu antecessor, na Rua Cinco de Outubro. Em 1934 começou a funcionar em Fornos de Algodres o seminário menor, em quinta adquirida para esse fim. Em 1950 o edifício de Santa Cristina, já livre do quartel, foi restituído à diocese, sendo restaurado nos anos seguintes. Para ali mudaram os seminaristas no ano de 1960. O seminário sofreu nos últimos 30 anos a crise de muitos outros. Em 1959-1960 os alunos de Teologia eram 30, divididos pelos quatro anos do curso. No de 1969-1970, eram 17. Em 1979-1980, 12, mais nove de propedêutico. Em 1989-1990, 26, repartidos por seis anos. Finalmente, no de 1995-1996 foram 16. Em 1996 foi elevado pela Santa Sé a instituto universitário, anexo à Universidade Católica, podendo conceder a licenciatura. *2.3.4. Imprensa católica:* Na hora actual a diocese tem o seu semanário, *Jornal da Beira.* Nascido em 1912, veio substituir *A Folha.* Com o advento da República teve de mudar de nome por várias vezes, chamando-se sucessivamente *A Folha de Viseu* (1911), *Correio da Beira* (1911-1919), *Defesa Social* (1919-1920). No último meio século destacou-se como director o Dr. José Henriques Mouta, jornalista brilhante, polemista e historiador. Tem a diocese vários jornais regionais: *Notícias da Beira* (Mangualde), *O Caminho* (Sátão), *Planalto* (Nelas), *O Penalvense* (Penalva do Castelo). São muitos os boletins paroquiais, promovidos por vários grupos de paróquias. A tiragem mensal de uns e outros, em 1995, era de 39 850 exemplares (*Estatísticas*, 1995). Além dos residentes na diocese, atingem também os emigrantes. *2.3.5. Arte:* Viseu tem magníficas tradições no campo da arte religiosa. Dois nomes merecem destaque na pintura religiosa: Vasco Fernandes, o célebre Grão Vasco, e Gaspar Vaz, no século XVI (*cf.* Almeida – *História*, vol. 2, p. 476). Na iluminura tem renome Estêvão Gonçalves, cónego da Sé de Viseu, do século XVII. Notável na música foi Lopes Morago. São muitas as igrejas dignas de ser visitadas pela diocese fora, com exemplares do românico, do gótico e sobretudo do barroco. *2.4. Es-*

piritualidade. 2.4.1. Ordens religiosas: São Cristóvão de Lafões e Maceira Dão são dos mosteiros masculinos mais antigos na diocese de Viseu. Ambos estiveram ligados à Ordem de Cister. Fundados na primeira metade do século XII, o primeiro relacionado com D. João Peculiar. O segundo, fundado por D. Soeiro Teodóniz, médico e senhor da Igreja de Santa Maria de Moimenta, nos limites de Mangualde, por volta de 1157. Dos mosteiros de religiosas, diz Leonardo de Sousa que o de Santa Eufémia, em Ferreira de Aves, fora fundado em 1059 e era da Ordem Beneditina (*cf.* SOUSA – *Memórias*, p. 5). Dali vieram algumas para Viseu, em 1592, a ocupar o Convento de Jesus. Em Trancozelos, Penalva do Castelo, em princípios do século XII, existiu um convento dos Cónegos do Santo Sepulcro. Junto a Viseu começou a ser erguido, pelo ano de 1410, o de São Francisco de Orgens. Foi noviciado da Província da Conceição. Foi mudado para a cidade, em 1635. Da mesma província fizeram parte o de São José, em São Pedro do Sul, e o de Santa Cruz, da Fraga, em Ferreira de Aves. Todos estes conventos viriam a sofrer a machadada do *Mata-frades*, em 1834. A Congregação do Oratório de São Filipe de Néry estabeleceu-se em Viseu em 1688. Ali funcionou até 1824. Entre os seus padres destacaram-se como historiadores João Colt e Leonardo de Sousa. Outros conventos se estabeleceram na diocese: entre eles o Mosteiro de Nossa Senhora da Oliva, no Tojal, Sátão, que era de religiosas dominicanas. Em Pinhel e Trancoso, que foram de Viseu até 1770, havia oito conventos em 1740. Na hora actual têm casa na diocese: o Instituto Missionário Marista, em Vouzela, a Congregação da Missão, em Viseu, os Capuchinhos, em Cabanas de Viriato, os Missionários do Coração de Maria, em Tondela, e os Missionários Combonianos, em Viseu. Estes têm seminário na cidade e aqui se estabeleceram, vindos de Itália, em 1947. Dos institutos femininos trabalham na diocese: as Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, as Hospitaleiras da Imaculada Conceição, as Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, as Irmãs de Jesus, Maria e José, cuja fundadora era de Viseu, as Irmãs da Sagrada Família, as Irmãs de São João Baptista, as Reparadoras do Sagrado Coração de Jesus, as Combonianas, as Missionárias de Fátima, as Religiosas do Bom Pastor, as do Coração de Maria, as Dominicanas Missionárias, as Missionárias Servas do Espírito Santo, as Missionárias Filhas do Coração de Maria e ainda o Instituto de Santa Doroteia, o Instituto da Sagrada Família, a Sociedade das Filhas de Maria e as Religiosas Concepcionistas, que têm convento de clausura. Dos institutos seculares estão representadas as Cooperadoras da Família, as Missionárias Combonianas, as Servas de Jesus e Caritas Christi. *2.4.2. Associações e movimentos:* O Apostolado da Oração foi trazido para a diocese em 1874 e está enraizado em quase todas as paróquias. A Acção Católica, que se implantou na diocese na década de 30, chegou a toda a parte, despertando os leigos para o apostolado e a participação mais activa na vida das comunidades. Entre outras associações, trabalham na diocese a Legião de Maria, a Liga Eucarística, o Movimento da Mensagem de Fátima, a Adoração Nocturna, a UNER (Sacrários Calvários), as Equipas de Casais, o Movimento por Um Lar Cristão, a Associação de Médicos Católicos, a de Enfermeiros Católicos, os movimentos de Educadores Católicos, Vida Ascendente e Esperança e Vida. E ainda o Movimento de Dinamização Bíblica e as Oficinas de Oração. Para a juventude têm papel importante o Corpo Nacional de Escutas, as Guias de Portugal, e os Montanhistas de Santa Maria. Os cursos de Cristandade avivaram em muitos homens e senhoras a consciência de serem cristãos e também o desejo de levar aos outros uma vida mais comprometida com o Evangelho. O primeiro cursilho realizou-se em 1964, com homens de Viseu e Lamego. Em 1996 efectuou-se o 104.º. Passaram pelos cursos, até então, 3711 homens e senhoras. Também os Focolares têm afervorado o espírito de sacerdotes e de leigos. A Prelatura do Opus Dei contribuiu para a formação espiritual de muitos leigos. Através da Sociedade Sacerdotal da Santa Cruz, promoveu a formação contínua de muitos sacerdotes e foi apoio para a sua perseverança. *2.4.3. Devoções e espiritualidade popular:* Entre as devoções principais é de realçar o amor à Mãe de Deus. Desde a Senhora do altar-mor, da sé, até à mais pequena ermida alcandorada nos montes, a devoção a Nossa Senhora está profundamente arreigada nas gentes de Viseu. Também a devoção ao Santíssimo Sacramento está metida no coração das populações beirãs. O mesmo acontece com a do Coração de Jesus. *2.4.4. Santos:* Os nomes de São Teotónio e São Frei Gil estão ligados a Viseu. Está em curso o processo de beatificação de Madre Rita Amada de Jesus, fundadora da Congregação de Jesus, Maria e José. Outras figuras de sacerdotes e leigos foram exemplo de santidade. *2.5. Assistência. 2.5.1. Misericórdias:* As Misericórdias bem cedo se estabeleceram na diocese. Os bispos apoiaram-nas com carinho. Após o 25 de Abril de 1974, a nacionalização dos hospitais deu-lhes um duro golpe. Serviu, no entanto, para uma grande renovação, que partiu do V Congresso das Misericórdias, realizado em Viseu, em Novembro de 1976. O padre Dr. Virgílio Lopes foi a alma desse congresso e da renovação posterior. *2.5.2. Centros paroquiais:* Os centros paroquiais são novas Misericórdias espalhadas pelas paróquias. Em 1995 atendiam juntamente com as Caritas 4692 idosos em apoio domiciliário, 640 em centro de dia, 150 em lar de idosos. E ainda 344 crianças em creche, 695 em jardim de infância e 646 em actividades de tempos livres. *2.5.3. Outras associações:* As Conferências de São Vicente de Paulo têm realizado uma acção meritória pela diocese fora. O Lar-Escola de Santo António dedicou-se à educação de rapazes com problemas familiares. O mesmo tem feito com meninas o Internato de Santa Teresinha. A Obra de Santa Zita ajuda as empregadas domésticas; as religiosas do Bom Pastor a regeneração de raparigas.

CELESTINO C. R. FERREIRA

BIBLIOGRAFIA: ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Barcelos, 1967-1971, 4 vol. ALVES, Alexandre – *A sé catedral de Santa Maria de Viseu*. Viseu, 1995. IDEM – O seminário conciliar de Viseu das origens à actualidade, 1587-1987. *Beira Alta*. 18 (1989) 175-208. ARAGÃO, Maximiano de – *Viseu: Apontamentos históricos*. Viseu, 1894. IDEM – *Viseu: provincia da Beira: Subsidios para a sua história desde fins do século XV*. Viseu, 1928. BERARDO, José de Oliveira – *Notícias de*

Viseu. Viseu, 1838. Manuscrito. BRANCO, Alberto Vara – O Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões durante a reconquista cristã. *Beira Alta*. 51 (1992) 325-335. DAVID, P. – *Études historiques sur la Galice et le Portugal*. Paris, 1947. GALVÃO, Inocêncio – Ainda o bispo de Alves Martins. *Jornal da Beira*. (25 Mai. 1923) 1 ss. GAMS, P. B. – *Series episcoporum Ecclesiae Catholicae*. Graz, 1957. LOBO, Francisco Alexandre – *Obras-cartas do exílio*. Apr. e notas de J. Henriques Mouta. Lisboa, 1944. MOUTA, José Henriques – *Alexandre Lobo: antítese de Alves Martins*. Braga, 1946. OLIVEIRA, João de – *Frei Gil de Portugal*. Braga, 1973. OLIVEIRA, Miguel de – *História eclesiástica de Portugal*. Lisboa, 1958. ORLANDIS, José; RAMOS LISSÓN, Domingo – *Historia de los concilios de la España romana y visigoda*. Pamplona, 1986. VITERBO, Joaquim de Santa Rosa – *Bispos de Portugal*. SOUSA, Leonardo de – *Memórias históricas e cronológicas dos bispos de Viseu*. Viseu, 1767. Manuscrito. VAZ, João Inês – A primeira catedral de Viseu. *Jornal da Beira*. (21 Jun. 1990) 7. VIVES, J. – *Concílios visigóticos e hispano-romanos*. Barcelona; Madrid, 1963.

VISIGODOS. São um dos povos germânicos que, em 414, entraram na Hispânia. Depois de vários confrontos com os Alanos e os Vândalos, que emigraram para o Norte de África em 429, os Visigodos ocuparam o Centro e o Sul da Península Ibérica, ficando a região noroeste dominada pelos Suevos*. Desconhecemos em que data o reino suevo se estendeu sobre uma parte importante do reino visigodo a sul do Douro, na província da Lusitânia, anexando então as cidades de Lamego, Viseu, Conímbriga e Idanha. Só em meados do século VII, mais de meio século depois da conquista do reino suevo por Leovigildo, em 585, é que aquelas cidades voltaram a estar sob o domínio dos Visigodos e o metropolita da Lusitânia retomou sob a sua autoridade os bispados situados entre o Douro e o Tejo. Em termos políticos e religiosos, a história do reino visigodo pode ser dividida em quatro fases: a das invasões, de 409 a 507; a da supremacia ostrogoda, de 507 a 549; a da anarquia e desagregação política, de 549 a 569; e a do reino visigodo de Toledo, de 569 a 714. Nesta última fase podemos distinguir vários períodos, a saber: a dinastia de Leovigildo, de 569 a 602; os êxitos e fracassos do poder real de Viterico a Tulga, de 603 a 642; a obra reformadora de Chindasvinto e Recesvinto, de 642-672; e a protofeudalização do estado de Vamba a Ágila II, de 672 a 714. A época visigótica foi até aos anos 70 do século XX abordada essencialmente na perspectiva da história do direito e das instituições, representada em Espanha por José Orlandis. A partir de então, García Moreno encarou este período da história peninsular no contexto de uma «história global» procurando articular as mentalidades, as realidades políticas e socioeconómicas na compreensão do fenómeno religioso. Os seus estudos são reveladores da tentativa de integrar numa síntese global os dados relativos à arqueologia cristã, à filologia, à teologia, ao direito canónico, à arqueologia, por exemplo. É importante mencionar também o contributo das investigações realizadas, ao longo das últimas décadas, no campo da topografia e da prosopografia cristãs, por García Moreno, J. M. Gurt Esparraguera e C. Godoy Fernández. O grande desenvolvimento que os estudos sobre a época visigótica conheceram nestes últimos anos pode ser ainda atestado pelos inúmeros colóquios realizados em França e na Península Ibérica. Trata-se, efectivamente, de uma época importante no desenvolvimento do processo de cristianização peninsular que terá de ser aprofundada, sobretudo no relativo aos territórios da Galécia e Lusitânia. A instalação dos Visigodos na Hispânia pôs em contacto não apenas duas comunidades (a romana e a germânica) mas também duas profissões de fé distintas (o catolicismo de Niceia e o arianismo – *v.* HETERODOXIA) que se apresentavam respectivamente como *fides romana* e *fides gothica*. Lembremos que o povo visigodo quando chegou ao Ocidente era ariano. Embora num primeiro momento tenha reinado uma convivência religiosa entre hispano-romanos e germanos, graças aos contactos permanentes entre as duas culturas (IDÁCIO DE CHAVES – *Chronicon*), a partir de meados do século VI as relações entre os arianos e o clero católico começaram a deteriorar-se. O estudo destes contactos, frequentemente dolorosos, é, contudo, difícil, dado o desaparecimento de muitos dos documentos escritos ariano-visigóticos de caracter teológico, litúrgico e disciplinar. Apesar de tudo, podemos afirmar que a relação entre arianos e católicos determinou não só a política dos monarcas mas também a dinâmica de evangelização da Igreja. Para além de alguns conflitos no âmbito das relações entre católicos e arianos, os monarcas visigodos sempre deram aos bispos da Igreja Católica a possibilidade de se reunirem em concílios* e desenvolverem a sua acção de evangelização. A tensão religiosa teve o seu ponto mais alto no reinado de Leovigildo, que procurou fundar o seu programa de unidade política do reino hispânico no arianismo. Para o godo Leovigildo, a confissão ariana, a *fides gothica*, devia ser o instrumento da unidade religiosa e política (*cf.* a crónica de João de Biclara). Foi neste âmbito que surgiram diversas controvérsias teológicas e, que esgotados os procedimentos de sedução, Leovigildo recorreu a medidas de violência contra homens como Massona de Mérida, Liciano de Cartagena, Fulgêncio de Écija e João de Biclara, que chegaram mesmo a ser desterrados das suas sés ou mosteiros. Estes conflitos reflectiram não só a tensão política e religiosa existente mas também o confronto entre a cultura hispano-romana e a cultura goda. Sem entrarmos em grandes detalhes, mencionemos apenas um dos conflitos que marcaram a história religiosa da Lusitânia, a saber: a controvérsia de Mérida no século VI. O plano de converter o reino visigodo ao arianismo fez Leovigildo, por volta de 570, confrontar-se com Massona, o metropolita de Mérida, que representava os cristãos fiéis ao credo de Niceia. Em reacção à oposição católica, Leovigildo nomeou Sunna, que se tornou um dos prelados mais notáveis do grupo ariano, para bispo de Mérida, forçando simultaneamente a Igreja católica a ceder ao clero ariano várias igrejas da cidade (VITAS, 5.5). Chegou-se ao confronto público em pleno *atrium* da Basílica de Santa Eulália, na presença do povo, entre os dois poderes: o do clero ariano, sustentado pelo rei, e o do bispo católico. Massona saiu vencedor mas, apesar de tudo, o rei condenou-o ao exílio (VITAS, 5.6; ALONSO CAMPOS – Sunna, Masona y Nepopis, p. 154). A unidade religiosa que Leovigildo tinha pretendido realizar na Hispânia foi concretizada, de uma forma nova, pelo seu filho Recaredo, que escolheu converter-se à fé de Niceia e estimular a conversão dos arianos ao catolicismo. Esta conversão teve lugar, segundo o

Pilastra visigótica, século VII (Lisboa, mosteiro de Chelas).

testemunho de João de Biclara, por volta de 587 (*Chronicon. Anno 5 Mauricii*, 5). Neste sentido, a conversão pessoal de Recaredo I teria sido anterior ao III Concílio de Toledo, em 589, que teve como objectivo primordial celebrar o retorno da ortodoxia à Hispânia com a unificação do reino visigodo em torno do catolicismo (Orlandis; Ramos-Lisson – *Historia dos concilios*, p. 207-216; Orlandis – Le royaume wisigothique, p. 9). A unificação religiosa reflectiu-se, com efeito, nas estruturas eclesiásticas, na disciplina e na liturgia. O reino católico visigodo, da conversão de Recaredo I até ao século VIII, constitui um período de extraordinária importância ao nível da história religiosa da Península Ibérica. Nele a Igreja visigoda alcançou um nível ímpar de esplendor em todos os sectores da vida religiosa. O florescimento da actividade conciliar foi uma das manifestações mais significativas da vitalidade da Igreja dessa época. Se desde o Concílio de Tarragona, em 516, se assistia à intensificação da actividade conciliar (*v.* CONCÍLIOS NACIONAIS; CONCÍLIOS PROVINCIAIS), é sobretudo a partir da conversão dos Visigodos que a catolicidade da *communio* dos bispos hispânicos se intensifica e reforça através das assembleias conciliares. Os concílios da época visigótica-católica ocuparam-se da fundamentação do poder real, de questões disciplinares, da relação entre bispos e reis, da administração e jurisdição diocesana, do exercício do ministério episcopal, do património das igrejas, da unificação litúrgica, do monaquismo e da questão judia, entre outros temas. A questão judia, por exemplo, tornou-se um problema grave no século VII, quando o rei Sisebuto (612-620), inspirado na política dos imperadores orientais, colocou os judeus perante a alternativa entre a conversão ao cristianismo e o exílio (García Moreno – *Historia de España*, p. 357; Idem – *Los judíos de la España*, 1993). O núcleo fundamental dos concílios visigóticos é constituído pelas assembleias de Toledo, que foram importantes do ponto de vista eclesiástico, político e civil (*cf.* sobretudo Orlandis – *Historia dos concilios*, p. 171). A escolha de Toledo prendeu-se com razões não só de ordem eclesiástica mas também política; Toledo foi durante a monarquia católica a capital do reino, a residência do rei e da corte. No século VII, o episcopado fez-se representar frequentemente nos concílios por delegados – padres ou abades. Não sabemos se estes últimos eram abades regulares ou abades de basílica. À semelhança do que se passava na Gália, podemos pensar que esta missão seria confiada prioritariamente a abades de basílica. Contudo, a estreita relação entre bispos e mosteiros podia também justificar a escolha de um abade regular (García Villoslada – *Historia de la Iglesia*, p. 651; Orlandis – *Abades y concilios*, p. 224-226). Na sequência da conversão do rei Recaredo, o episcopado católico tornara-se o grande interlocutor do poder político com o qual reforçou laços. Neste âmbito, podemos sublinhar a participação dos bispos na *aula regia* onde se elegia o rei. A partir do século VII assiste-se também à penetração progressiva dos Godos nas estruturas do episcopado. É preciso, no entanto, estar consciente de que a onomástica é susceptível de induzir em erro, não podendo em si mesma ser considerada reveladora de germanidade ou de romanidade (Orlandis – El elemento germânico, p. 27-64). No que respeita ao *munus* episcopal durante este período, podemos assinalar ainda a sua transmissão de forma hereditária no interior de algumas grandes famílias. Na Igreja visigoda toda a vida religiosa se desenvolveu sob a protecção dos bispos e sob o impacte do seu apostolado. São vários os tratados e compilações teológicas, canónicas, litúrgicas e pastorais que chegaram até nós. Os bispos visigodos surgem-nos, com efeito, como apóstolos vigorosos da palavra, da escrita e da acção na Igreja e na sociedade, na província eclesiástica e fora dela. Na acção religiosa do episcopado visigodo pode-se destacar o evergetismo como uma dimensão importante do ministério episcopal. Pensemos, por exemplo, na restauração da Basílica da Santa Eulália ou na do palácio episcopal de Mérida (Vitas, 4.6), na construção

de igrejas, de baptistérios e de mosteiros (*cf.*, por exemplo, *Vita Fructuosi*, 7) que atestam a cristianização da paisagem urbana durante a época visigoda (*cf.*, entre outros, GARCÍA MORENO – *La cristianización de la topografía*). Não sabemos, no entanto, se esta acção evergética era financiada pessoalmente pelo bispo ou se ele utilizava os fundos diocesanos para tal. A arqueologia testemunha, apesar de tudo, uma intensa actividade de construção mostrando que a Igreja visigoda soube tirar proveito do desaparecimento da controvérsia ariana e aproveitar a paz daí decorrente, a partir do fim do século VI. A localização dos edifícios indica que a actividade de construção dos bispos não se situou apenas *intramuros* mas também num perímetro significativo à volta das cidades e em zonas mais afastadas daquelas. A presença de igrejas com baptistério nas zonas rurais da Lusitânia, por exemplo, testemunha a cristianização efectiva do campo, cujo controlo era realizado pela cidade e revela uma relação estreita entre esta e o seu *territorium*. No âmbito da acção de construção, encontramos os bispos também comprometidos em obras sociais importantes, como é o caso do hospital de Mérida, construído junto à Basílica de Santa Eulália (VITAS, 5.3). O *Xenodochium* de Mérida estava aberto a cristãos e a judeus. Estes últimos constituíam, aliás, a única excepção religiosa à unidade realizada no III Concílio de Toledo (589). Mas a vitalidade da Igreja visigoda é ilustrada, de forma ímpar, pelo monaquismo* que se desenvolveu nos meios urbano e rural. Os mosteiros urbanos e suburbanos, alguns deles de fundação episcopal, tornaram-se, nalguns casos, pólos religiosos de grande importância para a estruturação da comunidade graças à sua vinculação a uma basílica de prestígio. Depois da criação do cenóbio de Dume por São Martinho, no reino suevo, o monaquismo sofreu, com efeito, em pleno reino visigodo, uma ampla expansão graças à acção de São Frutuoso, bispo de Dume e Braga, fundador de mosteiros e autor de uma regra monástica. Neste período, é com muita frequência que vemos os mosteiros transformarem-se em lugares de formação de figuras que seriam chamadas ao episcopado: este foi o caso de Dume para Braga; Agali para Toledo; Santa Eulália para Mérida. A época visigótica acabaria mesmo por exaltar a figura do bispo-monge. A vitalidade desta Igreja exprimiu-se também nas peregrinações* às basílicas e aos *martyria*, como é o caso da de Santa Eulália em Mérida, e no culto dos santos*, cuja importância é atestada, entre os Visigodos, pela sepultura *ad sanctos* (veja-se o caso dos bispos de Mérida relatado em VITAS). O ensino é também um capítulo importante da Igreja visigoda. Neste campo, podemos referir, por exemplo, o relato das vidas dos Padres de Mérida (cap. 1) que nos fala de uma *domus ecclesiae*, em Mérida, na segunda metade do século VI, na qual o bispo assumia o papel de chefe espiritual e temporal dos *pueri* que lhe estavam confiados preparando-os para o serviço daquela Igreja local. Ao seu lado estava o *praepositus* que assumia as funções de mestre-escola. No século VII, o cânone 24 do IV Concílio de Toledo (633) distinguia, aliás, duas escolas diferentes: a escola episcopal e a escola monástica (VIVES – *Concilios*, p. 201-201; FERNÁNDEZ ALONSO – *Escuelas*, p. 855-857; RICHÉ – *Éducation et culture*, p. 140; GARCÍA MORENO – *Historia de España*, p. 370). Entre as grandes figuras da Igreja visigoda na Galécia e na Lusitânia, cabe destacar Apríngio, bispo de Beja, João de Biclara (Scallabis/Santarém) – que assistiu à unificação da Península sob Leovigildo e testemunhou a conversão de Recaredo –, Frutuoso de Braga e Dume, metropolita da Galécia e Massona, metropolita da Lusitânia (*v.* LITERATURA RELIGIOSA; PATROLOGIA). A acção de algumas destas figuras desenvolveu-se em dioceses visigodas situadas no que viria a ser o futuro território português. Este é o caso, por exemplo, de Beja (Pax Julia), Dume e Braga (Bracara Augusta). Para além destas dioceses são atestadas ainda no período visigótico as sés de Caliábria, Conímbriga/Aeminium, Egitânia, Elbora, Lamecum, Meinedo, Olisipo, Ossónoba e Viseum (*v.* EPISCOPOLÓGIO). *Cronologia dos reis visigodos católicos:* Recaredo I, 586-601. Liúva II, 601-603. Viterico, 603-610. Gundemaro, 610-612. Sisebuto, 612-621. Recaredo II, 621. Suintila, 621-631. Sisenando, 631-636. Chintila, 636-639. Tulga, 639-642. Chindasvinto, 642-649. Chindasvinto e Recesvinto, 649-653. Recesvinto, 653-672. Vamba, 672-680. Ervígio, 680-687. Égica, 687-698/700. Égica e Vitiza, 698/700-702. Vitiza, 702-710. Rodrigo, 710--711. *Concílios no reino visigodo-católico:* 589 – Toledo III, sob Recaredo I. 589 – Narbona, sob Recaredo I. 590 – Sevilha I, sob Recaredo I. 592 – Saragoça II, sob Recaredo I. 597 – Toledo, sob Recaredo I. 598 – Huesca, sob Recaredo I. 599 – Barcelona II, sob Recaredo I. 610 – Toledo, sob Gundemaro. 614 – Égara, sob Sisebuto. 619 – Sevilha II, sob Sisebuto. 633 – Toledo IV, sob Sisenando. 636 – Toledo V, sob Chintilo. 638 – Toledo VI, sob Chintilo. 646 – Toledo VII, sob Chindasvinto. 653 – Toledo VIII, sob Recesvinto. 655 – Toledo IX, sob Recesvinto. 656 – Toledo X, sob Recesvinto. 666 – Mérida, sob Recesvinto. 675 – Toledo XI, sob Vamba. 675 – Braga III, sob Vamba. 681 – Toledo XII, sob Ervígio. 683 – Toledo XIII, sob Ervígio. 684 – Toledo XIV, sob Ervígo. 688 – Toledo XV, sob Égica. 691 – Saragoça III (?), sob Égica. 693 – Toledo XVI, sob Égica. 694 – Toledo XVII, sob Égica. 704 (?) – Toledo XVIII, sob Vitiza.

ANA MARIA C. M. JORGE

BIBLIOGRAFIA: **Fontes:** ÁLVAREZ RUBIANO, P., ed. – La crónica de Juan Biclarense. *Analecta Sacra Tarraconensia*. 16 (1943) 7-44. APRÍNGIO DE BEJA – *Tractatus in Apocalipsin*. In FÉROTIN, M., ed. – *Apringius de Béja son comentaire de l'Apocalypse (écrit sous Theudis Roi des Wisigoths 531-548)*. Paris, 1900. IDEM – *Tractatus in Apocalipsin*. In VEGA, A. C., ed. – *Apringii Pacensis Episcopi: Tratactus in Apocalypsin*. Escorial, 1941. *Concilios visigóticos e hispano-romano*. Ed. J. Vives, T. Marín Martínez e G. Martínez Díez. Barcelona; Madrid, 1963. FÉROTIN, M., ed. – *Le «Liber Ordinum» en usage dans l'Église wisigothique et mozarabe d'Espagne*. Paris, 1904. FRUTUOSO DE BRAGA – *Regulae*. In CAMPOS, J.; ROCA, I., ed. – *Santos Padres Españoles*. Madrid, 1971, vol. 2, p. 127-211. IDÁCIO DE CHAVES – *Chronicon*. In TRANOY, A., ed. – *Hidace: «Chronique», Introduction, Texte Critique*. Paris, 1974. ILDEFONSO DE TOLEDO – *De uiris illustribus*. In CODOÑER MERINO, C., ed. – *El «De viris illustribus» de Ildefonso de Toledo: Studio y ed. Crítica*. Salamanca, 1972. ISIDORO DE SEVILHA – *Chronica*. In *MGH* AA. 11, p. 424-481. IDEM – *Epistolae*. In *PL*. 83, col. 893-914. IDEM – *De origine Gothorum; Historia Wandalorum; Historia Sueborum*. In RODRÍGUEZ ALONSO, C., ed. – *Las historias de los Godos, Vandalos y Suevos de Isidoro de Sevilla*. León, 1975. IDEM – *De Viris Illustribus*. Ed. C. Codoñer Merino. Salamanca, 1964. IDEM – *Etimologias*. Ed. J. Oroz Reta e M.-A. Marcos Casquero. Madrid, 1993. IDEM – *Regula monachorum*. In CAMPOS, J.; ROCA,

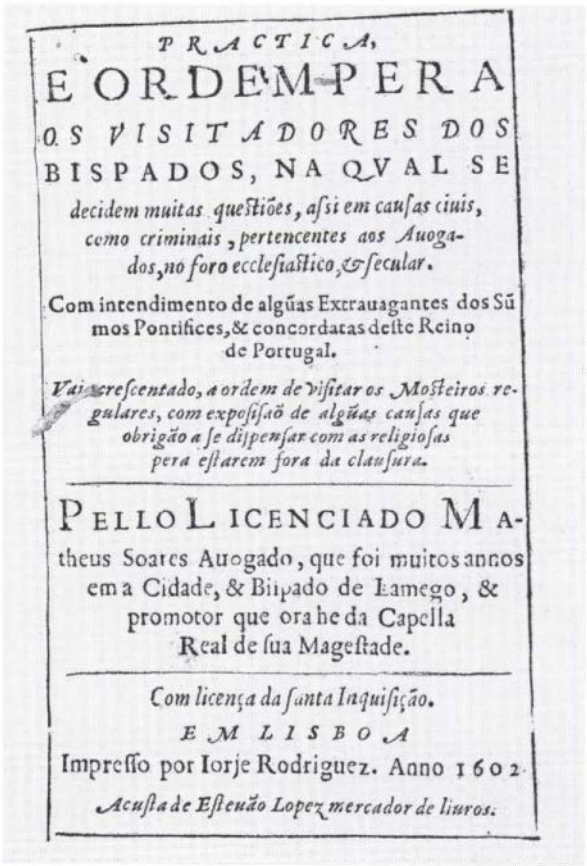
I., ed. – *Santos Padres Españoles*. Madrid, 1971, vol. 2, p. 77-125. JOÃO DE BICLARO – *Chonicon*. In ALVÁREZ RUBIANO, P., ed. – La cronica de Juan Biclarense. *Analecta Sacra Tarraconensia*. 16 (1943) 7-44. IDEM – *Chronicon*. In CAMPOS, J., ed. – *Juan de Biclaro, obispo de Gerona, su vida y su obra*. Madrid, 1960. *LEGES visigothorum*. Éd. K. Zeumer. In *MGHleg*. 1, 1849. *LIBER (Le) ordinum*. Éd. M. Férotin – *Le «Liber Ordinum» en usage dans l'Église wisigothique et mozarabe d'Espagne*. Roma, 1996. RODRÍGUEZ ALONSO, C. éd. – *Las historias de los Godos, Vandalos y Suevos de Isidoro de Sevilla*. León, 1975. VEGA, A. C. éd. – *Apringii Pacensis Episcopi: Tractatus in Apocalypsin*. Escorial, 1941. *VITA Sancti Fructuosi*. In DÍAZ Y DÍAZ, M. C., éd. – *La vida de San Fructuoso de Braga (estudio y edición crítica)*. Braga, 1974. *VITAS (Liber) Sanctorum Patrum Emeritensium*. Éd A. Maya Sanchez. In *CCL*. 116, 1992. *«VITAS (The) sanctorum patrum Emeritensium»: Text and translation*. Éd. J.-N. Garvin. Washington, 1946. ZEUMER, K. éd. – *Leges visigothorum*. In *MGHleg*. 1, 1849. **Estudos:** ALONSO ÁVILA, A.; SAGREDO SAN EUSTAQUIO, L.; ORTIZ DE ZARATE, S. C. – *Hispania Visigoda: Bibliografia sistemática y sintese histórica*. Valladolid, 1985. ALONSO CAMPOS, J. I. – Sunna, Masona y Nepopis: Las luchas religiosas durante la dinastia de Leovigildo. In *LOS VISIGODOS: Historia y civilisación: Antigüedad y cristianismo*. Múrcia, 1986, p. 151-157. CAILLET, J.-P. – *L'évergétisme monumentale chrétien en Italie et à ses marges, d'après l'épigraphie des pavements de mosaïque (IV^e-VII^e s.)*. Roma, 1993. COLLINS, R. – Dónde estaban los arrianos en el año 589?. In *CONCILIO III de Toledo. XIV Centenario 589-1989*. Toledo, 1991, p. 211-222. COSTA, A. de J. da – Apríngio de Beja. In *DICIONÁRIO de História de Portugal*. Lisboa, 1984, vol. 1, p. 1650. COSTA, J. C. da; SILVA, J. M. da – Bibliografia patrística lusitana. In CONGRESSO INTERNACIONAL IX CENTENÁRIO DA DEDICAÇÃO DA SÉ DE BRAGA – *Actas*. Braga, 1990, vol. 1, p. 167-220. DAVID, P. – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI au XII^e siècle*. Paris-Lisboa, 1947. IDEM – La métropole ecclésiastique du royaume suève au temps de Saint Martin. *Bracara Augusta*. 8 (1957) 31-33. DUVAL, Y. – Projet d'enquête sur l'épigraphie martyriale en Espagne romaine et wisigothique (et Bysantine). *Antiquité Tardive*. 1 (1993) 173-206. FERREIRO, A. – *The visigoths in Gaul and Spain A. D. 418-711: A bibliography*. New York, 1988. FONTAINE, J. – Fin et moyens de l'enseignement ecclésiastique dans l'Espagne wisigotique. In *LA SCUOLA nell'Occidente latino dell'alto medioevo*. Spoleto, 1972, p. 145-202. IDEM – *Isidore de Séville et la culture classique dans l'Espagne wisigothique*. Paris, 1983, vol. 1-2. GARCÍA MORENO, L. A. – La conyuntura política del III Concilio de Toledo. Una historia larga y tortuosa. In *CONCILIO III de Toledo. XIV Centenario 589-1989*. Toledo, 1991, p. 271-296. IDEM – *Estudios sobre la Organización administrativa del reino visigodo de Toledo*. Madrid, 1974. IDEM – *Historia de España*, Madrid, 1989. IDEM – La historia de la España visigoda: Lineas de investigation (1940-1989). *Hispania*. 175 (1990) 619-636. IDEM – Iglesia y cristianización en Portugal en la Antigüedad (siglos III-V). In CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: MISSIONAÇÃO PORTUGUESA E ENCONTRO DE CULTURAS – *Actas*. Braga, 1993, vol. 1, p. 227-245. IDEM – *Prosopografia del Reino Visigodo de Toledo*. Salamanca, 1974. GARCÍA-VILLOSLADA, R. dir. – *Historia de la Iglesia en España: La Iglesia en la España Romana y Visigoda (siglos I-VIII)*. Madrid, 1979, vol. 1. GODOY, C.; VILLELA, J. – De la «fides gothica» a la ortodoxia nicena: inicio de la teologia política visigótica. In *LOS VISIGODOS: Historia y civilización: Antigüedad y Cristianismo*. Múrcia, 1986, vol. 3, p. 117-144. GODOY FERNÁNDEZ, C. – *Arqueologia y liturgia: Iglesias hispánicas (siglos IV al VIII)*. Barcelona, 1995. IDEM – Baptisterios hispánicos (siglos IV al VIII). Arqueologia y liturgia. In XI^e CONGRÈS INTERNATIONAL D'ARCHÉOLOGIE CHRÉTIENNE – *Actes*. Roma. 1989, vol. 1, p. 607-635. GONZÁLEZ BLANCO, A. – El canon 7 del concilio de Zaragoza (380) y sus implicaciones sociales. In I CONCILIO CAESARAUGUSTANO (MDC ANIVERSARIO) – *Actas*. Zaragoza, 1981, p. 237-253. IDEM – El decreto de Gundemaro y la historia del siglo VII. In *LOS VISIGODOS: Historia y civilisación*. Múrcia, 1986, vol. 3, p. 159-169. GRIFFE, M. O. – Étude sur le canon II du premier concile de Saragosse. In I CONCILIO CAESARAUGUSTANO (MDC ANIVERSARIO) – *Actas*. Zaragoza, 1981, p. 161-175. HILLGARTH, J. N. – La conversion de los visigodos: Notas criticas. *Analecta Sacra Tarraconensia*. 34 (1961) 21-46. JOVER ZAMORA, J. M., dir. – *Historia de España: España romana*. Madrid, 1982, vol. 2. MACIEL, M. J. – Vectores da arte paleocristã em Portugal nos contextos suévico e visigótico. In CORSO DI CULTURA SULL'ARTE RAVENATE E BIZANTINA, 39 – *Atti*. Ravena, 1992, p. 435-495. MAGNIN, E. – *L'Église wisigothique au VII^e siècle*. Paris, 1912. MARTÍN HERNÁNDEZ, F. – Escuelas de formación del clero en la españa visigoda. In SEMANA ESPAÑOLA DE TEOLOGIA, 28, Toledo, 25-29 septiembre 1967 – *La Patrologia Toledano-Visigoda*. Madrid, 1970, p. 65-98. MATEOS CRUZ, P. – Identificación del xenodochium fundado por Masona en Mérida. In REUNIONES DE ARQUEOLOGÍA (PALEO) CRISTIANA HISPÁNICA, 4 *Actas*. Barcelona, 1995, p. 309-316. MATTOSO, J. – A história das paróquias em Portugal. In *PORTUGAL medieval: Novas interpretações*. Lisboa, 1992, p. 37-56. MORERA, J. – Juan Biclarense: confessor de la fe, fundador del monasterio de Vallclara, historiador y obispo de Gerona. *Analecta Sacra Tarraconensia*. 12 (1936) 59-84. OLIVEIRA, M. de – *As paróquias rurais portuguesas: Sua origem e formação*. Lisboa, 1950. ORLANDIS, J. – Abades y concilios en la Hispania visigoda. In *LOS VISIGODOS: Historia y civilización: Antigüedad y cristianismo*. Murcia, 1986, vol. 3, p. 221-233. IDEM – El arrianismo visigodo tardio. *Cuadernos de Historia de España*. 65-56 (1981) 5-20. IDEM – El elemento germánico en la Iglesia española del siglo VII. *Anuario de Estudios Medievales*. 3 (1966) 27-64. IDEM – *Historia de España: Época visigoda (409-711)*. Madrid, 1987. IDEM – *Historia del Reino Visigodo Español*. Madrid, 1988. IDEM – Las relaciones intereclesiales en la Hispana visigótica. In *COMUNIONE intereclesiale: Collegialità: Primato: Ecumenismo*. Roma, 1972, vol. 1, p. 403-444. IDEM – Le royaume wisigothique et son unité religieuse. In *L'EUROPE héritière de l'Espagne wisigothique*. Madrid, 1992, p. 9-16. IDEM – *La vida en España en tiempo de los godos*. Madrid, 1991. ORLANDIS, J.; RAMOS-LISSON, D. – *Historia de los concilios de la España Romana y Visigoda*. Pampolona, 1986. PALOL, P. – *Arte hispánico de la época visigoda*. Barcelona, 1969. IDEM – Arte y arqueologia. In *HISTORIA de España*. Dir. J. M. Jover Zamora. Madrid, 1991, vol. 3, p. 271-428. PALOL, P.; RIPOLL, G. – *Los Godos en el Occidente europeu: Ostrogodos y visigodos en los siglos V-VIII*. Madrid, 1988. Riché, P. – *Éducation et culture dans l'occident barbare, VI^e-VIII^e siècle*. Paris, 1973. IDEM – L'éducation a l'époque wisigothique: les «institutionum disciplinae». *Antiquité Tardive*. 3 (1971) 171-180. ROUCHE, M. – *L'Aquitaine des Wisigoths aux Arabes, 418-781: Naissance d'une région*. Paris, 1979. SAITTA, B. – La conversione di Recaredo: necessitá politica o convicción personale?. In *EL CONCILIO III de Toledo. XIV Centenario 589-1989*. Toledo, 1991, p. 375-384. SÁNCHEZ ALBORNOZ, C. – *Fuentes para el estudio de las divisiones eclesiásticas visigodas*. Santiago, 1930. SÁNCHEZ SALOR, E. – *Jerarquias eclesiasticas y monacales en época visigótica*. Salamanca, 1976. IDEM – Mérida, metropolis religiosa en época visigótica. *Hispania Antiqua*. 5 (1975) 135-150. THOMPSON, E. A. – The conversion of the Visigoths to catolicism. *Nottingmam Mediaeval Studies*. 4 (1960) 5-35 VÁZQUEZ DE PARGA, L. – *La División de Wamba: Contribición al estudio de historia y geografia eclesiástica de la Edad Media española*. Madrid, 1943. ZEUMER, K. – *Historia de la legislación visigoda*. Barcelona, 1944.

VISITAÇÕES. *1. Definição:* As visitações, ou visitas pastorais, são um mecanismo de fiscalização dos bispos ao estado das paróquias sob a sua jurisdição*. Apesar das enormes variações que apresentam ao longo dos tempos e das regiões, as visitas pastorais tiveram sempre uma função pastoral e correctiva, ao mesmo tempo que serviram para a afirmação da jurisdição episcopal no território diocesano. Como todo o exercício jurisdicional, foram origem de conflitos, por vezes violentos, quer com leigos, quer com clérigos, que reivindicavam isenções ou extraterritorialidade em relação ao poder episcopal. Assim, na prática, e em alguns momentos, as visitas pastorais foram exercitadas por cabidos das dioceses, colegiadas, mosteiros ou ordens militares. As visitas pastorais produziram informação de grande riqueza sobre o estado material, religioso e moral das paróquias, dos seus habitantes, e dos membros do clero local, sendo por isso uma fonte privilegiada de história religiosa. *2. História:* A tradição faz remontar a origem das visitas pastorais ao início da Cristandade, quando São Paulo delegou em Tito e Timóteo a visita das igrejas que tinha fundado em Creta e Éfeso (I Tim 4, 6). De Santo Anastásio a Santo Agostinho, os Padres da Igreja que exerceram a função episcopal deixaram traços da sua preocupação com a actividade visitacional. Os primeiros concílios ocidentais referem a prática a partir do século V e o mais antigo decreto específico sobre visitas pastorais promulga-se em Tarragona em 516. Alguns dos principais parâmetros da sua realização são definidos no início da Idade Média: visita anual das igrejas da diocese, inspecção dos edifícios religiosos e do clero, instrução do povo, controlo dos mosteiros e delegação nos visitadores (BRACCRABÉRE – Visite). A definição progressiva do direito canónico e a associação crescente da Igreja aos assuntos de Estado (*v.* IGREJA E ESTADO. ÉPOCA MEDIEVAL) conduziu a um reforço e burocratização das visitas pastorais entre a época carolíngia e o século XII. Segundo Braccabére,

data desta altura o aumento da componente reformadora e punitiva da instituição, surgindo uma vertente judicial de importância crescente dirigida à correcção dos leigos (visita sinodal) (*v.* LAICADO. ÉPOCA MEDIEVAL). O Decreto de Graciano compilará e organizará as várias disposições anteriores sobre as visitas pastorais numa síntese coerente. Contudo, do fim do século XII até ao Concílio de Trento, assiste-se à decadência generalizada da prática visitacional, consequência do declínio progressivo da autoridade episcopal debaixo do acumular dos privilégios e isenções territoriais e pessoais de entidades de todo o tipo. A crise da Igreja e do episcopado não poderia deixar de ter consequências profundas numa acção intimamente ligada ao exercício activo da jurisdição dos prelados e à intensidade do seu zelo pastoral. Assim, será no Concílio de Trento que um novo e vigoroso impulso será dado a esta prática. Nos decretos tridentinos a visita é referida várias vezes e tratada em detalhe no canôn 3, da sessão XXIV, decreto *De reformatione*. Todavia, as referências tridentinas explícitas às visitas pastorais, que são múltiplas, não esgotam o contributo do concílio. A nova centralidade das visitas pastorais decorre do reforço da autoridade episcopal, do combate às isenções e privilégios, do aumento da preocupação com o estado moral e doutrinal do clero local e dos fiéis e, sobretudo, de uma orientação geral no sentido de uma política de presença efectiva da Igreja no território. O exemplo dos grandes bispos reformadores, contemporâneos do fim do concílio, como Carlos Borromeu (Milão) e Frei Bartolomeu dos Mártires (Braga), visitadores assíduos e zelosos, deu à visita pastoral um estatuto de instrumento pastoral por excelência que todos os prelados deviam passar a cultivar. Sendo as visitas pastorais um dos modos preferenciais do exercício do poder episcopal e um dos mecanismos mais eficazes para implantar uma política de reforma e aferir o seu sucesso, a sua intensidade está intimamente ligada, por um lado, à extensão da jurisdição episcopal num dado momento, quer dentro da esfera eclesiástica, quer no que diz respeito aos assuntos laicos e, por outro lado, ao empenhamento dos prelados no seu ofício. Em regra, um grande bispo reformador foi assíduo visitador, como, entre nós, Frei Bartolomeu dos Mártires (Braga) ou D. Miguel da Anunciação (Coimbra). *3. Evolução em Portugal:* Não são abundantes em Portugal os vestígios documentais de visitas pastorais para o período anterior à segunda metade do século XVI. Contudo, a sua efectivação, pelo menos desde o século XIII, é indubitável. Referências indirectas colhidas em decretos sinodais do século XIII são disso testemunho. Os textos mais vetustos até hoje encontrados datam de 1343 e reportam-se às igrejas da Moita e do Turcifal, ambas na diocese de Lisboa. Do século XIV não há outras e só para a visita da Igreja de Santa Maria de Marvila de Santarém, em 1402, volta a haver relatos. Os poucos livros de visitas pastorais que se conhecem deste período, quase todos relativos a igrejas sitas a sul do Mondego, não permitem uma síntese definitiva, mas é possível revelar algumas tendências. A periodicidade anual da visita em muitas igrejas, em boa parte do século XV e primeira metade do século XVI, espanta. A visita dos bispos tinha regularidade, pelo menos na diocese de Lisboa, e os prelados visitavam pessoalmente as dioceses pelo menos uma vez durante a sua prelatura, o que contraria as teses tradicionais sobre o absentismo e desleixo episcopal neste período. Nesta fase a inspecção centrava-se quase exclusivamente no controlo dos bens das igrejas e na verificação do estado dos edifícios e objectos de culto. A actuação do corpo eclesiástico local também era abordada, ainda que com menor intensidade. O comportamento dos fiéis, até aos inícios do século XVI, ficava praticamente fora das preocupações dos visitadores para além de alertas pontuais para que aprendessem a benzer-se, posturas para que fossem à missa, comungassem e se confessassem uma vez por ano e para que soubessem a doutrina – que se reduzia ao conhecimento de simples orações como a ave-maria, o pai-nosso e o credo. Neste período, o comportamento não estritamente religioso dos fiéis ficava fora das preocupações dos visitadores. Na generalidade não há referências a condenações pela prática de «pecados públicos». O primeiro caso de indagações deste teor reporta-se a uma visita da igreja de Mafra, em 1509, durante a qual se decretou a excomunhão de uma mulher que benzia e de um casal que co-habitava sem estar casado. E a primeira visita conhecida onde se registam depoimentos de acusação de testemunhas delatando «pecados públicos» foi a de Monte Longo e terras de Guimarães, em 1548. A preocupação central, sobretudo até aos alvores do século XVI, seria pois o aspecto venal da visita, com a recepção dos direitos que por essa ocasião se recebiam (colheita ou jantar) e pelo controlo dos rendimentos das igrejas. Daí que não espantem algumas queixas de abusos dos visitadores e das suas por vezes numerosas comitivas, quando da realização destas periódicas inspecções. Registe-se, por fim, como neste período o exercício da visita era autonomamente exercitado em muitas igrejas de ordens militares e de outras dignidades, como cabidos das dioceses, colegiadas e mosteiros, sem que os bispos controlassem esses processos. O Concílio de Trento inaugura o tempo forte da realização das visitas pastorais. Tal é visível através de vários indicadores: frequência da visita, produção de textos normativos que regulamentavam a sua prática, alargamento dos aspectos sobre os quais se fazia a inspecção, reforço da abrangência territorial da acção visitacional dos prelados e ainda nova organização burocrática da actividade visitacional – com reflexos evidentes ao nível da documentação produzida que evolui no sentido de uma maior organização e eficácia administrativa (até este período os livros de visitas pastorais eram mistos, registando-se num único livro todas as disposições da visita; a partir daqui, foram-se vulgarizando quatro tipos de documentos ligados ao exercício das visitas pastorais: livros de capítulos, livros de devassas, livros de termos de culpados e livros de extractos de culpados) (CARVALHO; PAIVA – Reportório, p. 114). Desde as duas últimas décadas do século XVI que com grande regularidade os prelados ou seus delegados exercitavam a visita, como se havia determinado no Concílio de Trento. Mesmo em períodos conturbados a prática

das visitas pastorais não oscilou. Na grande maioria dos casos, os bispos visitavam em pessoa apenas uma vez, habitualmente nos anos imediatos a tomarem posse do cargo. As restantes visitas pastorais eram executadas por visitadores por eles escolhidos, sendo que a rotatividade na nomeação para o cargo parece ter sido a norma. Os livros de capítulos de muitas paróquias atestam esta regularidade das visitas pastorais, revelando ainda que nem em todas as dioceses o ritmo visitacional foi semelhante, nem se manteve estável ao longo do tempo. A diocese de Bragança, ao longo do século XVII, foi visitada em média de 19 em 19 meses e na primeira metade do século XVIII, de 25 em 25 meses; pelo menos em certas zonas da arquidiocese de Braga, cuja variedade de áreas de visita era imensa, no primeiro quartel de Seiscentos houve visita de 13 em 13 meses; a diocese de Lamego foi visitada na primeira metade de Setecentos de 33 em 33 meses; a de Coimbra todos os anos durante o século XVII e todos os 29 meses na metade inicial do século posterior e, finalmente, a diocese de Elvas, em Seiscentos, acolheu a visita do bispo de 24 em 24 meses e na primeira parte do século seguinte, de 38 meses. O tempo mais forte da actividade visitacional, do ponto de vista da sua regularidade, terá sido o século XVII, com visitas pastorais de periodicidade quase anual, ritmo que se manteve elevado até aos anos 40-50 da centúria seguinte, conhecendo a partir daí um decréscimo generalizado, com algumas variações entre dioceses, e rareando ao longo do século XIX, até se extinguirem definitivamente, pelo menos na sua forma tridentina, por 1830 (*v.* IGREJA E ESTADO. ÉPOCA CONTEMPORÂNEA). O fôlego dado pelas determinações de Trento, o empenho de muitos bispos na sua aplicação, a forma como as autoridades régias apoiaram a justiça episcopal, podem ajudar a perceber o período dourado da actividade visitacional. As perturbações nas relações de Portugal com a Santa Sé em boa parte do reinado de D. João V, que provocaram largos períodos de sede vacante em muitas dioceses*, a inflação do número de casos denunciados nas devassas (claramente detectável pelo menos em Coimbra, Portalegre e Faro) com o eventual entupimento dos tribunais da justiça diocesana, a gradual afirmação de políticas regalistas e iluministas, podem ter condicionado o abrandamento de frequência, que não redução de eficácia, que se vai notando ao longo de Setecentos. As Invasões Francesas e o triunfo do liberalismo* foram factores externos que acentuaram dramaticamente o refluxo da prática visitacional, durante os princípios do século XIX. As visitas pastorais não se confinaram às dioceses do continente. Idêntica acção se empreendeu nas colónias. O resultado deste labor é hoje mal conhecido. No Brasil*, por exemplo, praticaram-se regularmente no século XVII, como o demonstra, entre outros, o rico espólio conservado no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. A quantidade de códigos regulamentadores das visitas pastorais é outro dos indicadores do destaque que auferiram nesta época e paralelamente demonstra como as alterações, definidas em Trento, ao modo de as efectuar, levantaram algumas contendas entre dignidades que tinham direitos de visita. Nas constituições diocesanas* as referências às visitas pastorais estão sempre presentes, sendo que aquelas com disposições mais detalhadas foram as de Coimbra de 1591. De igual modo, muitos regimentos de oficiais da justiça e dos auditórios eclesiásticos tenderam a regulamentar as actividades dos visitadores e em algumas dioceses produziram-se ainda instruções de procedimento nas visitas pastorais e regras ou conselhos para visitadores. Este esforço não teve origem exclusiva na documentação de origem episcopal. Durante o século XVII editaram-se também tratados, como o de Mateus Soares, *Practica e ordem pera os visitadores dos bispados* (publicado em 1602, mas composto em 1569) e o de Lucas e Andrade, *Visita geral que deve fazer hum prelado no seu bispado* (1673). *4. Resultados:* A avaliação dos resultados globais concretos das visitas pastorais está longe de poder ser concluída. São ainda necessárias pesquisas que utilizem metodologias apropriadas e universais para se poderem tirar conclusões mais sólidas. A maioria dos trabalhos existentes limitam-se a leituras fragmentárias, habitualmente estudos de caso feitos a partir de capítulos de visita, e, sobretudo, utilizam métodos que não permitem obter visões de conjunto comparativas. No respeitante à parte «espiritual» da visita, cujas disposições ficavam exaradas nos livros de capítulos, não é possível passar deste estádio de descrição pontual. Os casos conhecidos mostram como os prelados estiveram atentos ao estado de conservação das igrejas e à decência dos locais e objectos de culto, contribuindo por esta via para o inculcar da noção de separação entre sagrado e profano – uma das linhas de rumo definidas em Trento. Os livros de capítulos confirmam ao mesmo tempo como seriam poucas as freguesias onde, a este nível, não era necessário aos visitadores deixarem ordens para melhorar a situação que encontravam, ordens que habitualmente se repetiam anos a fio, deixando transparecer como havia resistências ao cumprimento das disposições do visitador, sobretudo se elas implicavam custos para os párocos, padroeiros ou fiéis das igrejas. Em relação ao comportamento dos párocos e demais eclesiásticos, fica a impressão que as queixas e incumprimento das suas obrigações se vão esvanecendo com o tempo, não sendo, no entanto, possível desenhar uma imagem das suas principais faltas. No concernente ao controlo do comportamento dos fiéis, a situação não é muita diversa. Com excepção da diocese de Coimbra, para a qual há indicadores seguros, decorrentes da aplicação de metodologias de abordagem sistemáticas, pouco se sabe. Por delapidação da maior parte da documentação originalmente produzida, semelhantes análises só poderão vir a ser efectuadas para as arquidioceses de Lisboa e Braga. Nas dioceses de Miranda, Viseu, Lamego, Guarda, Porto, Leiria, Portalegre, Elvas, Évora e Faro, por vicissitudes várias, perderam-se a quase totalidade dos livros de devassas, termos e extractos, e dos capítulos que ainda possam estar dispersos pelos arquivos paroquiais não existe sequer um inventário. O bispado de Coimbra, estudado entre 1640 e os finais do século XVIII, revela tendências muito nítidas. O número médio de casos denunciados por freguesia ao

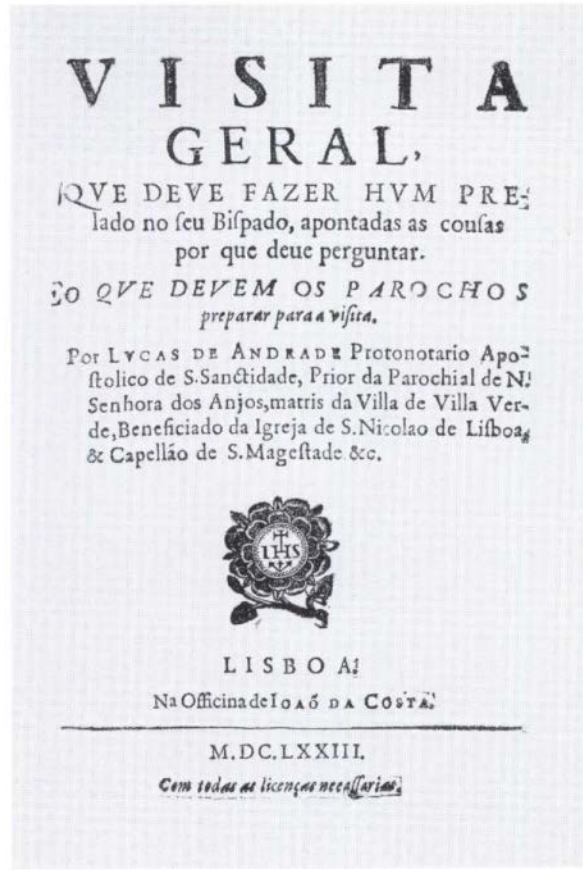
longo do século XVII foi baixo (cerca de 1,8 por paróquia), deixando supor como inicialmente teria havido da parte das populações algumas reticências em participar activamente na denúncia. Nesta época era usual haver freguesias inteiras onde durante anos seguidos não havia qualquer acusação, panorama que se extinguiu no século XVIII. Por seu turno, o século XVIII foi marcado por um acentuado crescimento deste indicador: 5,4 casos por freguesia, valor que atingiu o seu acme pelos meados do século, com 8,8 casos por paróquia. O leque de casos denunciados aos visitadores era bastante alargado. Quantitativamente os mais recorrentes eram os delitos «morais» (conjunto formado por todos os comportamentos de índole sexual e vida familiar irregulares aos olhos da Igreja – como amancebamentos, práticas abortivas, alcoviteirice, cedência de casa para práticas imorais, prostituição, casais que viviam separados, etc.) com 59 % do total de casos delatados, dos quais a terça parte eram concubinatos. Os esparsos vestígios de livros de devassa das dioceses de Portalegre, Faro e Viseu revelaram dados muito próximos destes. Tinham igualmente grande representatividade os casos de embriaguez, com 13 % do total de casos, e o delito de «má-língua» (insultos e injúrias verbais) com cerca de 9,5 %. Os 18 % restantes de acusações eram compostos por uma heterógenea gama de outros delitos como práticas de feitiçaria, blasfémias, jogar cartas, não pagar a dízima, faltar à missa, viver em ódio, usura, trabalhar em dias proibidos, e ainda um conjunto imenso de práticas não passíveis de qualquer tipificação, como um indivíduo que urinava em público ou um rapaz que envenenava galinhas, etc. A leitura da composição dos casos denunciados revelou ainda como o sentido de pecado público variou no tempo. No século XVII, o que se pretendeu foi principalmente regular o comportamento sexual e familiar das populações (*v.*LAICADO. ÉPOCA CONTEMPORÂNEA). A partir de finais de Seiscentos começaram a intensificar-se as acusações de «má-língua» e depois, na centúria seguinte, apareceram em força as acusações de embriaguez, ao mesmo tempo que se avolumaram as acusações de outros delitos menores, dando conta de como o tipo de conduta que a Igreja pretendia que as populações tivessem estava a ser alargado para áreas até então descuradas. As visitas pastorais não espelham apenas preocupações oriundas dos poderes que as praticavam, reflectiam também comportamentos diferenciados por parte das populações. Isso nota-se nas singularidades regionais dos seus resultados. Daí que não tenham sido semelhantes os valores obtidos na cidade de Coimbra e nas áreas não urbanas do bispado. As testemunhas de visita, em enorme maioria do sexo masculino, apareciam a depor na visita normalmente apenas uma ou duas vezes, o que significa que as visitas pastorais não constituiram um mecanismo de criação de «grupos de pressão» no interior da comunidade. Do ponto de vista dos acusados, nota-se um certo equilíbrio na sua distribuição no tocante ao sexo, estado civil, lugares de origem e profissões, o que revela como as visitas pastorais não elegiam como alvo privilegiado de acção grupos específicos da sociedade, como aconteceu no caso português com a Inquisição em relação aos cristãos-novos, antes se constituíam num mecanismo socialmente alargado de normalização social. Os únicos sectores que raramente apareciam denunciados eram a nobreza e o alto clero. Note-se ainda como as visitas pastorais deviam ter alguma eficácia enquanto dissuasoras de comportamentos desviados, já que os acusados normalmente se emendavam depois de denunciados e admoestados, ou condenados. Os resultados concretos da acção visitacional foram ainda condicionados pelo desempenho dos vários bispos. De facto, existem diferenças no resultado das visitas pastorais, diferenças que em grande parte foram introduzidas pela acção dos prelados que presidiram aos destinos da diocese, o que deixa supor como, dentro de certos limites, seria possível encontrar ritmos e tendências diversas destas noutros contextos. A prática das visitas pastorais pelos prelados, no período pós-tridentino, provocou alguns conflitos com outras dignidades que por vezes foram de difícil e demorada resolução. Os episódios mais célebres foram os das resistências de alguns cabidos* e das ordens militares*. O cabido de Braga e algumas das suas dignidades capitulares nunca perderam em absoluto direitos de visita, sendo provavelmente aqui o espaço onde os prelados mais dificuldades tiveram em impor a sua soberania absoluta em matéria de visita. No ápice das disputas, houve mesmo necessidade de



PRACTICA,
E ORDEM PERA
OS VISITADORES DOS
BISPADOS, NA QVAL SE
decidem muitas queſtiões, aſsi em cauſas ciuis, como criminais, pertencentes aos Auogados, no foro eccleſiaſtico, & ſecular.
Com intendimento de algũas Extrauagantes dos Sũmos Pontifices, & concordatas deſte Reino de Portugal.
Vai acreſcentado, a ordem de viſitar os Moſteiros regulares, com expoſiſaõ de algũas cauſas que obrigão a ſe diſpenſar com as religioſas pera eſtarem fora da clauſura.
PELLO LICENCIADO MAtheus Soares Auogado, que foi muitos annos em a Cidade, & Bispado de Lamego, & promotor que ora he da Capella Real de ſua Mageſtade.
Com licença da ſanta Inquiſição.
EM LISBOA
Impreſſo por Iorje Rodriguez. Anno 1602
Acuſta de Eſteuão Lopez mercador de liuros.

Frontispício de Practica e ordem pera os visitadores dos bispados, *de Mateus Soares, 1602 (Lisboa, Biblioteca Nacional).*

intervenção de Roma e da Coroa para tentar regular as relações entre o arcebispo e o cabido. Tudo se resolveu por uma concórdia, datada de 1573, em que os interesses arquiepiscopais ficaram maioritariamente consignados. Em Coimbra, onde a resistência do cabido à visita do bispo nunca foi tão intensa, ainda em 1680 se teve de celebrar uma concórdia entre as partes. E nesta mesma diocese, como na do Porto, o bispo nunca visitou algumas paróquias que eram do isento de Santa Cruz de Coimbra (*v.* CÓNEGOS REGULARES DE SANTA CRUZ), ou de Grijó. Com as ordens militares as disputas foram acesas, por exemplo, nas dioceses da Guarda e de Évora. Em 1574, o prior da freguesia de Entradas, no Alentejo, recusou-se mesmo a publicar uma parte dos capítulos deixados em visita pelo delegado do arcebispo, por considerar que iam contra a jurisdição da Ordem de Santiago. Sustentava o prior que nas igrejas da ordem era ao rei, enquanto governador e administrador da ordem, que competia mandar visitar, cabendo ao bispo apenas visitar o povo e clérigos do hábito de São Pedro. No Algarve, por concordata* celebrada entre o bispo e a ordem, este só podia visitar as igrejas de Santiago quando era ele próprio o visitador, não podendo delegar esta sua competência. A abolição do privilégio de foro eclesiástico, por decreto de 29 de Julho de 1833, constitui um golpe fatal no método tridentino das visitas pastorais. A partir de então elas tornaram-se sobretudo um veículo de difusão pastoral e de convívio entre o prelado e os seus paroquianos, num mundo onde a comunicação e a difusão de mensagens se foram tornando cada vez mais fáceis. A inexistência de monografias que reportem a sua actividade depois de 1830 não autoriza um conhecimento mais profundo desta actividade. *5. Especificidade portuguesa:* O que confere às visitas portuguesas pós-tridentinas um carácter específico no contexto europeu é a natureza judicial da devassa. Esta é uma figura jurídica associada aos actos *ex officio* em que a instância jurisdicional procede a uma averiguação sobre delitos sem queixa prévia. O poder eclesiástico age assim por iniciativa própria com um intuito correctivo. Na devassa geral das visitas pastorais portuguesas não há nem notícia prévia de delito nem queixa de parte ofendida. O visitador investiga «geralmente», perguntando a paroquianos seleccionados ao acaso se têm conhecimento dos delitos elencados nos longos editais de visita. Só após recolher por mais que uma vez denúncias de casos concretos é que o visitador está autorizado, pelas regras processuais, a interrogar as testemunhas especificamente por esses delitos. Como os acusados não tiveram oportunidade de se defenderem, nem de contraporem testemunhas abonatórias, a aplicação de penas passa pela confissão voluntária ou pelo «convencimento» em juízo. Assinar um termo de confissão livra os acusados das despesas e inconvenientes do processo no tribunal episcopal, a troco de uma pena pecuniária. Mas os delitos mais graves e os reincidentes passam sempre por um julgamento cujas penas podem atingir o degredo e a prisão. Todos estes aspectos baseiam-se nas regras processuais das inquirições gerais. Esta natureza judicial parece ser específica do nosso país no Antigo Regime. Enquanto as visitas pastorais francesas, por exemplo, evoluem ao longo dos séculos XVII e XVIII para inquéritos administrativos tipificados, como as nossas informações paroquiais de 1721 e 1758, as visitas portuguesas evoluem para devassas judiciais em larga escala. Nos outros países europeus, quer católicos, quer protestantes, este carácter judicial esteve ausente. A raiz da diferença é jurisdicional. A jurisdição eclesiástica sobre leigos em matéria de pecados públicos, aliada a uma autonomia de execução das penas mais comuns, forneceu a base para o lugar que as visitas ocuparam dentro dos mecanismos de normalização da sociedade portuguesa do Antigo Regime e a forma concreta que assumiram no quotidiano das populações. Do ponto de vista eclesiástico a visita tornou-se um instrumento poderoso de uma pastoral moralizante, um processo central de afirmação da jurisdição episcopal, um mecanismo eficaz de controlo de um clero local que o bispo só limitadamente escolhia e, por fim, uma fonte de receita para as arcas episcopais. Esta conjunção de vectores explica o vigor e a perenidade da instituição.


VISITA
GERAL,
QVE DEVE FAZER HVM PRE-
lado no ſeu Biſpado, apontadas as couſas
por que deue perguntar.
CO QVE DEVEM OS PAROCHOS
preparar para a viſita.
Por LVCAS DE ANDRADE Protonotario Apoſtolico de S.Sanctidade, Prior da Parochial de N.
Senhora dos Anjos,matris da Villa de Villa Verde,Beneficiado da Igreja de S.Nicolao de Liſboa,
& Capellão de S.Mageſtade &c.
LISBOA
Na Officina de IOAÕ DA COSTA.
M.DC.LXXIII.
Com todas as licenças neceſſarias.

Frontispício de Visita geral, que deve fazer hvm prelado no seu bispado, *de Lucas de Andrade, 1673 (Lisboa, Biblioteca Nacional).*

JOAQUIM RAMOS DE CARVALHO e JOSÉ PEDRO PAIVA

BIBLIOGRAFIA: BACCRABÈRE, Geoges – Visite canonique de l'évêque. In *DICTIONNAIRE de Droit Canonique*. Paris: Letouzey et Ane, 1965, t. 8, col. 1512-1594. ARAÚJO, António de Sousa – Visitas pastorais na arquidiocese de Braga. Assiduidade dos visitadores nos séculos XVI-XIX.

Itinerarium. 98 (1977) 284-307. BETHENCOURT, Francisco – As visitas pastorais: Um estudo de caso (Entradas, 1572-1593). *Revista de História Económica e Social*. (1987) 95-122. BOSHI, Caio C. – As visitas diocesanas e a Inquisição na colónia. In CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO SOBRE INQUISIÇÃO, 1 – *Actas*. Lisboa: Universitária Editora, 1989, vol. 2, p. 963-996. CARVALHO, Joaquim – A jurisdição episcopal sobre leigos em matéria de pecados públicos: as visitas pastorais e o comportamento moral das populações portuguesas de Antigo Regime. *Revista Portuguesa de História*. 24 (1988) 121-163. IDEM – *As visitas pastorais e a sociedade de Antigo Regime. Notas para o estudo de um mecanismo de normalização social*, em 1985. Provas de Capacidade Cientifica e Aptidão Pedagógica apresentadas à FLUC. CARVALHO, Joaquim; PAIVA, José Pedro – A evolução das visitas pastorais da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII. *Ler História*. 15 (1989) 29-41. IDEM – Reportório das visitas pastorais da diocese de Coimbra, séculos XVII, XVIII e XIX. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. 7 (1985) 111-214. CAVACO, Hugo – *Visitações da ordem de Santiago no sotavento algarvio*. Vila Real de Santo António: Câmara Municipal, 1987. JOÃO, Luis Inácio – *Visitas pastorais em Leiria e freguesias vizinhas no século XVII: Elementos para o estudo de uma situação sócio-religiosa*. Tese de mestrado apresentada à FCSH-UNL em 1988. MEA, Elvira Cunha de Azevedo – O procedimento inquisitorial garante da depuração das visitas pastorais de Braga (século XVI). In CONGRESSO INTERNACIONAL IX CENTENÁRIO DA DEDICAÇÃO DA SÉ DE BRAGA – *Actas*, Braga, 1990, vol. 2: 2, p. 67-95. PAIVA, José Pedro – A administração diocesana e a presença da Igreja: O caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII. *Lusitania Sacra*. 2 (1991) 71-110. IDEM – Inquisição e visitas pastorais: Dois mecanismos complementares de controle social?. *Revista de História das Ideias*. 11 (1989) 85-102. IDEM – Uma instrução aos visitadores do bispado de Coimbra (século XVII?) e os textos regulamentadores das visitas pastorais em Portugal. *Revista de História das Ideias*. 15 (1993) 637-661. PEREIRA, Isaias da Rosa – Visitações de Santiago de Óbidos (1434-1482). *Lusitania Sacra*. 3 (1967) 103-221. IDEM – Uma visitação do arcebispo de Lisboa, D. João Esteves de Azambuja em 1402. *Arqueologia e História*. 3 (1971) 21-30. IDEM – Visitações de S. Miguel de Sintra e de Santo André de Mafra (1466-1523). *Lusitania Sacra*. 10 (1978) 135-257. IDEM – Visitações de Santiago de Óbidos 1501-1540. *Lusitania Sacra*. 1 (1991) 245-335. IDEM – Visitas paroquiais dos séculos XIV, XV e XVI. *Lusitania Sacra*. 4 (1994) 311-344. IDEM – Visitações da Igreja de S. Miguel de Torres Vedras. *Lusitania Sacra*. 7 (1995) 181-252. ROLO, Raul de Almeida – Função apostólica da visita pastoral segundo o venerável Bartolomeu dos Mártires. *Lusitania Sacra*. 6 (1963) 137-176. SANTOS, Eugénio dos – Os livros das visitas pastorais da região portuense: Questões e perspectivas de abordagem. *Revista de História*. 2 (1979) 237-244. SOARES, Franquelim Neiva – *A arquidiocese de Braga no século XVI: Visitas pastorais e livros de visitações*. Tese de licenciatura apresentada à FLUP em 1972. IDEM – *A arquidiocese de Braga no século XVII: Sociedade e mentalidades pelas visitações pastorais (1550-1700)*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Minho em 1993. TRINDADE, Ana Cristina Machado – *A moral e o pecado público no arquipélago da Madeira na segunda metade do século XVIII*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1999.

VISITAS «AD LIMINA». A instituição das visitas «ad limina» deve-se ao papa Sixto V (1585-1590), dentro do processo reformador levado a cabo pelo Concílio de Trento. A 20 de Dezembro de 1585 foram emanadas as normas, na bula *Romanus Pontifex*, que obrigavam os bispos a fazer estas visitas a Roma, aos túmulos dos apóstolos (São Pedro e São Paulo). Daí procede o termo *ad limina apostolorum*. A visita tinha lugar cada três, quatro, cinco ou dez anos, conforme a distância de Roma, e era feita por países. Esta visita dos prelados pretendia manter vivo o sinal de comunhão das dioceses com o bispo de Roma, sucessor de São Pedro. Revelava uma mentalidade centralizadora na animação do serviço pastoral. Pela ocasião, os bispos entregavam um relatório sobre o estado da sua diocese. A redacção do relatório correspondia a um esquema predeterminado. Fornece elementos sobre a vida da cidade, dos mosteiros, das igrejas e paróquias, dos organismos variados. As descrições são recheadas de informações preciosas, embora dependam da capacidade analítica do relator. Quando ocorria especial motivação, os bispos pediam ao Papa solução para algum conflito ou revelavam necessidades mais relevantes. Embora com diferente periodicidade e objectivos alargados, a instituição mantém-se até aos nossos dias e ocorre de cinco em cinco anos. O mais importante, como fonte histórica, são os relatórios produzidos para acompanhar a visita. São fontes poucas vezes utilizadas. Os relatórios consultáveis encontram-se no fundo *Archivio della Congregazione del Concilio*, do Arquivo Secreto Vaticano, na série *Relationes Dioecesium*. Esta Congregação do Concílio foi criada pelo papa Pio IV, em 1564, para vigiar pela observância das decisões do Concílio de Trento e para fazer actuar as suas reformas. As tarefas a desempenhar seriam acrescidas no tempo de São Pio V e de Sixto V. Foi nesta altura que se cometeu à Congregação do Concílio a competência para rever as relações dos bispos sobre o estado das suas dioceses. Entravam na alçada deste organismo o exame da obrigação da residência dos bispos e a promoção da reforma do clero e do povo, dentro do espírito tridentino. Esta última competência levaria Urbano VIII a instituir, em 1635, uma Congregação da Residência dos Bispos, que conservou o arquivo em comum com a do concílio. Este organismo sofreria, em 1908, uma quase total reforma levada a cabo por São Pio X, até ser extinta pela renovação do II Concílio do Vaticano (1962-1965). Os relatórios, a partir de 1908, seriam apreciados pela Congregação Consistorial. A tarefa cabe hoje à Congregação do Clero. Cada diocese tem no Arquivo Vaticano uma caixa numerada, na qual se conservam estes relatórios. Nota-se a frequente ausência do bispo que invocava vários argumentos para não se deslocar a Roma e por vezes juntava certificados médicos. O relatório chegava a Roma por um procurador e era traduzido para latim, embora muitas vezes seja acompanhado do original em português. Os pedidos de prorrogação aparecem quando a morte ou recente nomeação do bispo não permite o cumprimento da obrigação da visita. A confirmar a visita às basílicas, o bispo ou procuradores entregavam impressos assinados pelos responsáveis destes lugares. Para quem desejar consultar esta série do Arquivo dou seguidamente o número das caixas por cada diocese: Algarve (*Pharaon.*), 635; Angra, 51 (com documentos de 1592, 1597, 1602, 1623, 1632, 1676, 1692, 1701, 1706, 1711, 1725, 1745, 1820, 1877, 1890, um excepcional relatório de 1899, 1900); Aveiro, 100; Beja, 114; Braga, 141 (o primeiro relatório é de 1594, fl. 1-15 v., e as mais importantes são de 1615, fl. 40-55, 1625, fl. 77-92 v., 1632, fl. 125-138, 1754, fl. 299-320); Bragança, 144; Castelo Branco, 203; Coimbra, 252; Elvas, 315; Évora, 311; Funchal, 352; Guarda (*Aegit.*), 8 (contém documentos referentes a 1597, 1600, 1614, 1615, 1623, 1626, 1674, 1681, 1691, 1697, 1701, 1710, 1749, 1752, 1756, 1760, 1779, 1785, 1790, 1797, 1804, 1869); Lamego, 431; Leiria, 448; Lisboa, 457 (contém documentos de 1601, 1605, 1609, 1613, 1618, 1621, 1624, uma excelente do tempo de D. Rodrigo da Cunha: 1641, 1672, 1676, 1716, 1726, 1733 – pede prorrogação –, 1734, 1737, 1738, com muito interesse a de 1746, 1752, em 1755, 1760, 1774 e 1803 não pode ir, 1806); Miranda, 532; Pinhel, 641; Portalegre, 657 (com elementos dos relatórios de 1588, 1598, 1603, 1606, 1611, 1618 – muito boa –,

1624, 1675 – plena de particulares –, 1697, 1719, 1726, 1734, 1781, 1790, 1794, 1798, 1806, 1819, 1821, 1825, 1900); Porto, 660; Viseu, 879 (com documentação de 1599, 1602, 1613, 1623, 1629, 1675, 1692, 1696, 1701, 1705, 1709, 1713, 1717, 1745, 1749, 1753, 1774, 1782, 1786, 1803, 1805, 1817, 1818, 1820, 1893). Além dos relatórios, conserva-se no Arquivo do Vaticano uma série chamada *Libri Litterarum Visitationum SS. Liminum (1587-1881)*, constituída por registos das cartas da Congregação do Concílio aos bispos, devido aos relatórios enviados. Necessita de estudo todo este manancial, mesmo limitado pela fácil justificação de ausência e pelas longas sedes vacantes, por razões políticas. Os dados inéditos aqui elencados abrem caminho à investigação.

CARLOS A. MOREIRA AZEVEDO

BIBLIOGRAFIA: AZEVEDO, Carlos A. Moreira – A cidade do Porto nos relatórios das visitas «ad limina» do Arquivo do Vaticano. *Revista de História*. 2 (1979) 175-204. PASZTOR, Lajos – *Archivio Segreto Vaticano*. Cittá del Vaticano, 1970, p. 145-153.

VITRAL. *V.* ARTES DECORATIVAS.

VOTOS DE SÃO TIAGO. O desejo de conhecer a verdadeira origem dos votos de São Tiago despertou, ao longo dos séculos, o interesse e a atenção de muitos historiadores, apesar da documentação para essa época tão recuada ser escassa, o que levou a que muitos dados fossem falseados e outros se encontrassem incompletos. Desta forma, os estudos feitos até hoje sobre esta temática dão-nos conta da existência de dois diplomas: um anterior ao cardeal compostelano Pedro Márcio e outro, forjado por este, que alarga o âmbito da recolha jacobeia e, por isso mesmo, bem recebido pelas dignidades eclesiásticas de Santiago. Será o *Chronicon Iriense* a afirmar que, em 834, Ramiro II, e na sequência do que tinham feito os seus antecessores, ao visitar o sepulcro do Santo Apóstolo ofereceu à catedral compostelana um censo. Só que, desta vez, este censo deveria ser pago por todas as igrejas que estivessem a ocidente do rio Pisuerga. Tal facto, para além de aumentar a Compostela o volume dos ingressos materiais, proporcionava-lhe uma área de influência jurisdicional idêntica à que pertencera a Braga antes das investidas muçulmanas, ou seja, sobre o vasto território delimitado pelas terras a oeste do Pisuerga e a norte do Douro. Este grandioso evento veio a ser confirmado em 1101, pelo papa Pascoal II, através da bula *Iustitiae ac rationis ordo*. Compostela, e mais concretamente Diego Gelmirez, conseguia, desta forma, duas importantes vitórias. Por um lado, a tão necessária e desejada aprovação papal, e, por outro, na referida bula vinha estipulado que todo aquele que residisse naquela área e tivesse uma junta de bois, ficava sujeito ao censo. A ideia de que, em conformidade com o avanço da Reconquista, se deveria ir impondo o censo às terras reconquistadas tornou-se realidade, quando, no dia 9 de Abril de 1150, Afonso VII, de comum acordo com Raimundo, arcebispo de Toledo, concedeu os votos dos arredores de Toledo à igreja de Santiago. A partir desta data, exigiu que «unoquuoque jugo Boum singulas faneigas de tritico», que seriam entregues pelos camponeses, juntamente com os dízimos. Embora introduzindo algumas novidades, este voto não faz qualquer referência à celebre Batalha de Clavijo e muito menos ao lendário rei Ramiro I, grande «obreiro» dos votos de São Tiago. Poder-se-á assim concluir que terá sido entre 1150 (altura em que foi eleito cardeal) e 1172 (altura da sua morte) que Pedro Márcio «fabricou» o privilégio dos votos. O cardeal compostelano situou o acontecimento no reinado de Ramiro I, no ano de 834, tendo o diploma sido assinado em Calahorra. Segundo ele, o voto régio resultava da circunstância de Ramiro I ter querido pôr termo à exigência feita pelos muçulmanos de, entre outras coisas, receberem anualmente 100 donzelas virgens cristãs. Como tal, juntamente com os outros príncipes das Astúrias, decidiu atacar os infiéis sendo, no entanto, derrotado. Desesperado, o monarca adormeceu e, em sonho, apareceu-lhe o apóstolo Tiago, que lhe prometeu ajuda mal o dia clareasse, comprometendo-se a ir à frente do exército cristão, montado num cavalo branco. Assim, na manhã do dia seguinte, depois dos cristãos derrotarem os muçulmanos, Ramiro I e os príncipes que o acompanhavam transformaram o santo em patrono e defensor dos reinos hispânicos e decidiram que fossem pagos todos os anos e para sempre à igreja de Compostela uma medida de pão e outra de vinho em forma de primícia, para sustento e culto dessa catedral. Várias novidades são assim introduzidas nesta versão do privilégio. Em primeiro lugar, o autor da doação não foi Ramiro II, mas antes Ramiro I, que lutara contra os sarracenos na Batalha de Clavijo. Associavam-se desta forma, como já haviam feito os redactores do *Chronicon Iriense*, o censo e uma vitória militar sobre os muçulmanos. Verificamos igualmente que houve um considerável alargamento da área geográfica abrangida pelo privilégio, uma vez que o diploma falava em toda a Hispânia. O notário Pedro Márcio calculou tudo para que o voto fosse aceite e para que ninguém duvidasse da sua autenticidade, o que não foi de todo conseguido. Primeiramente redigido em latim, o privilégio de Ramiro I foi mais tarde vertido para castelhano e português. Eram obrigadas ao pagamento dos votos, em terras portuguesas, a arquidiocese de Braga e as dioceses do Porto e Coimbra, para além das terras da Vinha (diocese de Tuy) e de Ribacoa (diocese de Lamego). No que concerne à arquidiocese bracarense, e embora a documentação não faça qualquer referência ao início do pagamento desta prestação neste território, tudo leva a crer que terá começado cerca de 1121, altura em que Diego Gelmirez nomeou o arcebispo de Braga, Paio Mendes, cónego de Compostela, cedendo-lhe a terra de Bragança, de que era tenente Fernando Mendes, fazendo menção a uma dádiva de «vota». E se de início Braga entregava a receita da renda jacobeia a Santiago, rapidamente o deixou de fazer uma vez que considerava que tal atitude era sinónimo de dependência. Assim, entre os anos de 1216 e 1220 assenhoreou-se, definitivamente, da tutela da renda jacobeia incorporando os votos da terra de Bragança. Relativamente à diocese do Porto desconhecemos igualmente a data exacta em que esta prestação voteira começou a ser cobrada, embora acreditemos que terá sido por volta de

1112, altura da restauração da diocese, estando à sua frente Hugo, amigo pessoal de Diego Gelmirez. E assim como Braga, também a diocese portuense cedo contestou o pagamento dos votos levando João Peculiar a fazer a sua conversão em renda diocesana. Face ao rumo dos acontecimentos, nada mais restava ao arcebispo e cabido de Compostela senão negociar a cedência desses direitos a troco de uma quantia fixa anual, como, de facto, aconteceu no episcopado de Pedro Rabaldes. O censo limitava-se a uma manta galega e a uma pele de ovelha. Isto é, o seu valor era meramente religioso e simbólico, passando mais tarde e já no século XIII a 30 moedas de ouro anuais, pagas pela altura da Páscoa. Acontece que se de início o privilégio do rei Ramiro foi relativamente bem aceite pelas populações tributadas, as gravosas actualizações e introdução de novos produtos, como animais de capoeira e até numerário, levaram, a partir do século XIV e muito especialmente no século XV, a uma generalizada contestação por parte dos homens do campo, que recorriam em última instância aos monarcas, que se sentiam normalmente impotentes para resolver tal diferendo. Consciencializando-se de que, ou abrandavam as suas exigências, ou os seus problemas com os camponeses se tornavam cada vez mais difíceis de resolver, a Igreja de Braga acabou por reduzir esta prestação, geralmente para metade, ao contrário do Porto que obstinadamente exigia desde o século XIV quatro alqueires de «pão» e 10 a 15 alqueires de trigo. A decisão de extinguir o tributo dos votos de São Tiago foi tomada nas Cortes Constituintes, por decreto de 24 de Julho de 1822.

ALCINA MANUELA DE OLIVEIRA MARTINS

BIBLIOGRAFIA: Costa, Avelino de Jesus – *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*. Coimbra, 1959. 2 vol. Lopez A., F. – *La ciudad de Santiago de Compostela en la Edad Media*. Santiago de Compostela, 1988. Marques, J. – *A arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: INIC, 1988. Martins, Alcina M. O. – *Os votos de S. Tiago no Norte de Portugal (sécs. XII-XV)*. Santiago de Compostela: Ed. X. Galicia, 1993.

Apêndice I

ECONOMIA. ***III. Época Contemporânea:*** A esfera da economia corresponde a um dos vectores centrais do processo de secularização* da sociedade. A racionalidade sobre a produção ou obtenção da riqueza, como desiderato social e individual, corresponde a um processo de afirmação e de autonomia de níveis da actividade humana e, em grande medida, gerador de modos de vida e de formas de vinculação social diferenciados. A religião, nas suas mais diversas expressões, enquanto realidade social também é interveniente na realidade económica, porque geradora de dinâmicas de criação, de acumulação e de produção (ou reprodução) de bens: em duas vertentes, material e espiritual, ambas referentes à dinâmica de vivência e de sobrevivência das comunidades humanas e dos seus membros individualmente. Por isto mesmo, torna-se relevante considerar estes vários níveis, que, entre outros aspectos, têm a ver, antes de mais, com o modo como se processam as relações das Igrejas com a sociedade. Estas relações situam-se ao nível da subsistência das instituições religiosas e do seu diverso pessoal, como também ao nível da reflexão ou atitudes que se desenvolvem, entre os seus membros e no seio das sociedades, a respeito da dimensão económica da realidade. O estudo desta problemática implica considerar contribuições de carácter antropológico e sociológico, apesar de existirem escassos trabalhos sobre esta perspectiva mais ampla da relação entre religião e economia na época contemporânea. É necessário, no entanto, sublinhar a necessidade dessa investigação sobre o modo como a religião está associada à vida concreta, à existência das populações, desempenhando aí uma função valorativa e de sentido, e determinante, em muitas circunstâncias, do comportamento de indivíduos e grupos em sociedade, incluindo formas de vida económica organizada. Por outro lado, importa atender também aos níveis em que a racionalidade económica influi nos universos religiosos, deslocando práticas e introduzindo novos funcionamentos, problematizando as mundividências próprias de cada um deles. Nesta óptica, compreende-se que as diversas confissões religiosas, nomeadamente as Igrejas cristãs, e com particular destaque para a Igreja Católica Romana, maioritária no país, tenham produzido níveis de reflexão e elaborado doutrina acerca da economia e do modo autónomo do seu funcionamento (*v.* CATOLICISMO SOCIAL). Todavia, este plano de elaboração não se confina à sua doutrina social, até porque esta, em cada momento, tem procurado expressar uma teologia que manifeste o núcleo central da revelação, sublinhando o funcionamento das sociedades como ordem e utopia de relações cujo horizonte se inscreve nos «desígnios de Deus», para o homem, quer na sua vertente de «ordem natural» das coisas, quer na dimensão carismática do Evangelho. Assim, esses níveis de reflexão pretendem manifestar princípios judicativos sobre a sociedade e expender critérios valorativos sobre o seu desenvolvimento. Tais posições, apesar de se alcandorarem a moral social (*v.* ÉTICA), revelam um percurso e patenteiam a existência de divergências internas nas Igrejas sobre a valoração da realidade económica, com clivagens entre sensibilidades e formas de empenhamento social em confronto com o mundo económico, tomado como motor da modernidade e articulado com a justiça social. No que respeita aos séculos XIX e XX, desconhece-se com rigor a realidade económica das instituições religiosas em Portugal. Nesta abordagem, ao considerar-se o caso português contemporâneo, apesar de se procurar evocar outras correntes religiosas, os principais aspectos apresentados referem-se ao catolicismo romano. Nesta perspectiva, os estudos existentes consideram em particular os momentos de ruptura, como a extinção das ordens religiosas* em 1834 (*v.* DESAMORTIZAÇÃO) ou o impacte da legislação republicana de 1910 e de 1911 (*v.* IGREJA E ESTADO: ÉPOCA CONTEMPORÂNEA); ou ainda, como no reconhecimento jurídico da Igreja Católica com a Concordata* de 1940 e subsequente comparticipação estatal na subvenção da sua actividade missionária (*v.* ACORDO MISSIONÁRIO). Decorrente do debate e da legislação preconizada sobre liberdade religiosa no período finissecular de Novecentos, permanece em aberto a questão sobre as condições económicas e financeiras acordadas pelo Estado às diferentes confissões religiosas, como reconhecimento da sua função e do valor social da religião enquanto tal. No âmbito desta abordagem sobre economia, destacam-se duas áreas: por um lado, o património e sustentação das Igrejas; e, por outro lado, a reflexão que os universos religiosos elaboram sobre as questões suscitadas no âmbito da vida económica. *1. Património e sustentação:* As experiências religiosas existem

sempre na sociedade condicionadas e mediadas por elementos materiais, nomeadamente por meios económicos e financeiros. Estes elementos manifestam uma correlação estreita entre património e sustentação dessas mesmas experiências, reveladores de dimensões que exprimem níveis de enquadramento e adesão por parte dos fiéis. Para uma melhor compreensão da relação entre religião e economia importa, assim, considerar as diversas dinâmicas e interacções entre as diversas instâncias institucionais, nomeadamente no que se refere à Igreja Católica Romana. Na época contemporânea, verificaram-se sucessivos processos de nacionalização dos bens eclesiásticos. Dois momentos foram particularmente significativos: a incorporação nos bens nacionais dos bens das ordens religiosas no início do regime liberal e, com a instauração da Primeira República, a apropriação de parte significativa dos bens paroquiais e diocesanos. Apesar da diversidade do significado e amplitude destes dois momentos, ambos introduziram alterações significativas decorrentes da mudança no tipo de propriedade e nas formas de acumulação por parte das Igrejas, passando a ter maior relevância a dimensão financeira, na medida em que a contribuição pecuniária dos fiéis ganhou peso, nomeadamente através dos emolumentos cultuais. Com o fim do Antigo Regime e a implantação progressiva do liberalismo político e económico, a alteração da estrutura fundiária e correlativas relações sociais teve como um dos seus principais elementos a liquidação das formas tradicionais de suporte económico da Igreja Católica Romana, provocando alterações fundamentais na sustentação e na organização eclesiástica na época contemporânea. Neste contexto, a extinção das ordens religiosas teve grande importância não apenas na medida em que permitiu a entrada de bens eclesiásticos, longamente acumulados, num novo circuito económico e patrimonial, mas sobretudo porque contribuiu para a funcionarização do clero*, a partir da questão da sua sustentação. Nesta perspectiva, a defesa dos bens da Igreja e a subsistência do clero e das suas obras constituirão um aspecto importante de reivindicação por parte da Igreja Católica ao longo de toda a época contemporânea. Daí a importância de questões como a Bula da Cruzada* ou a angariação de fundos de solidariedade com a Santa Sé, depois da ocupação de Roma em 1870, através do Dinheiro de São Pedro, regularmente objecto das pastorais dos bispos portugueses no final do século XIX e inícios do XX; depois do II Concílio do Vaticano e ao longo da década de 70, o aparecimento das Caixas Económicas do Clero, de âmbito diocesano, ganharam particular importância, com o objectivo de garantir a segurança social do clero; também a criação de condições para viabilizar a existência de um salário base a todos os membros do clero incardinado é uma questão actualmente em aberto, na maioria das dioceses portuguesas. Com a implantação do regime republicano, e com o objectivo explícito de laicização da sociedade (*v.* LAICIDADE), a Igreja Católica perdera para o Estado muitas das suas instalações e locais de culto. No entanto, durante a Primeira República, certas denominações cristãs, mantiveram juridicamente o seu

Funcionário, da fábrica Pereira & Roldão, trabalha uma peça de vidro, 1996, Marinha Grande.

património em titularidade pessoal ou de entidades estrangeiras, procurando assim garantir a sua autonomia e evitar qualquer tipo de interferência exterior, nomeadamente estatal. Surgiram assim diferentes formas de providenciar a sustentação das Igrejas, quer ao nível do pessoal e do culto, quer ao nível das actividades correspondentes à intervenção organizada das Igrejas na sociedade. Esta inovação pode ser verificada também nos modelos de envolvimento e de motivação suscitada entre os fiéis, onde o paradigma da acção introduziu novas formas e perspectivas de contribuição, como são, por exemplo, as cotizações entre os membros das associações católicas ou o desenvolvimento de campanhas com objectivos concretos, como ocorreu com a constituição da Rádio Renascença, com a Universidade Católica Portuguesa* ou, mais recentemente, com a tentativa de constituição da TVI. Para além de sucessivas reconstituições de património eclesiais, foram também surgindo formas e organização de fundos em torno de actividades caritativas e missionárias. Por exemplo, no processo de restauração ou implantação das congregações religiosas*, observa-se que existem fundos pessoais e familiares, apoio estrangeiro e novas formas de angariação através da organização de tombolas, de vendas, de festivais ou de campanhas de publicidade. Tais formas de sustentação também se verificaram no processo de implantação e no desenvolvimento das diversas denominações cristãs (*v.* PROTESTANTISMO), a partir do século XIX. Marcada pela diversificação religiosa, a sociedade portuguesa contemporânea, particularmente depois da segunda metade de Oitocentos, viu organizarem-se várias Igrejas, mas em relação às quais se conhece pouco das suas formas de sustentação. Contudo, a partir dos elementos disponíveis, pode observar-se dois tipos de cooptação de meios: os que decorrem de centros estrangeiros, normalmente aqueles com quem essas comunidades mantêm relações; e os que decor-

rem de fundos internos providenciados pelos próprios fiéis e do apoio estatal a obras de carácter social, dentro da política geral dos diversos governos. A participação decorrente da responsabilidade dos crentes, mais ou menos assumida, para a sustentação material das Igrejas, está normalmente associada à vida sacramental, ao universo devocional, ao cumprimento de promessas, a peditórios ou, ainda, a diversas formas de comparticipação no âmbito do associativismo religioso. Tal ocorreu também no âmbito do judaísmo, por exemplo com a construção das sinagogas no século XIX em Lisboa ou no século XX no Porto (*v.* JUDEUS). No caso do catolicismo, ganha também importância o património constituído a partir de determinados locais de culto como forma de sustentação de actividades, como é o caso de certos santuários*, destacando-se em primeiro lugar, a partir de meados do século XIX, o Santuário do Sameiro e, depois, o de Fátima no século XX, espaços referenciadores da «restauração católica», tendo esta constituído elemento mobilizador também da reorganização económica do catolicismo. Como reacção às ingerências externas, nomeadamente por parte do poder político, e como forma de delimitação de controlo interno, ao nível da autonomia e organização da Igreja Católica Romana, quer no Código de Direito Canónico de 1917, quer no de 1983, elaborado no seguimento do II Concílio do Vaticano, estabeleceram-se normas gerais sobre a propriedade da Igreja e sobre os múltiplos níveis de aquisição, de gestão e de alienação desse património, definindo regras e garantias de ordem jurídica. Tais normas, pressupondo os condicionamentos legislativos de cada Estado, pretendem conferir uma harmonização dos bens patrimoniais da Igreja, ficando patente diversos níveis de organização desses mesmos bens (diocesano, institutos de vida consagrada, associações de fiéis), e onde se incluem obrigações de prestação de contas. Essa posse de bens integra aspectos referentes à economia financeira que constitui um vector importante de angariação e de gestão, sobretudo no século XX. A sustentação da Igreja Católica, das suas diversas instituições e respectivas actividades religiosas, revela não só formas de aquisição mas também de gestão, onde se jogam níveis de participação e instâncias de autoridade. A situação criada pela Concordata de 1940, onde se previram isenções de natureza fiscal para os edifícios directamente ligados ao culto e para a actividade dos eclesiásticos resultante do exercício do seu múnus espiritual, tem suscitado controvérsia no que respeita à situação de separação entre Estado e Igrejas, assim como da autonomia e independência das Igrejas em relação ao poder político. Muita da argumentação sobre a comparticipação por parte do Estado, de um modo ou de outro, na sustentação da religião, particularmente aquela que corresponde à larga maioria dos portugueses, assenta em três aspectos ou argumentos persistentes: um regalismo com mais ou menos cambiantes; a identificação do catolicismo com o todo social e a sua percepção como factor de identidade nacional; e a afirmação da utilidade social da religião. Porém, esta argumentação, não sendo pacífica, tem suscitado vivas reacções, protagonizadas por diferentes quadrantes. Em momentos diferentes, o debate em torno da liberdade e da laicidade tem patenteado esta reflexão onde se joga também o reconhecimento das Igrejas e comunidades religiosas como um bem público em si mesmo e não só ao nível da sua actividade de assistência*. Contudo, os meios e os métodos de angariação de fundos não deixaram de suscitar debate na sociedade, como ocorreu na década de 90 do século XX com a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), não invalidando que, particularmente por parte das denominações cristãs, não-católicas romanas, e de sectores laicos, haja também reparos quanto à situação de que usufrui a Igreja Católica romana, considerada discriminatória. Tal problemática espelhou-se no debate sobre o Projecto de Lei sobre Liberdade Religiosa. Nessa ocasião foi manifestada a vontade governamental de alargar a todas as confissões religiosas, juridicamente legalizadas de acordo com determinados parâmetros, o mesmo tipo de direitos concordatariamente conferidos à Igreja Católica. Todavia, esta perspectiva abrangente é sujeito de contestação por parte dos sectores sociopolíticos que, afirmando a natureza laica do Estado português, compreendem que tal dimensão impede o financiamento de Igrejas nas suas actividades religiosas e só o permite quando se tratar de serviços sociais relevantes que o Estado não possa realizar ou assegurar directamente. Esta posição é contrariada muito particularmente pela Igreja Católica Romana, porque afirma ser sempre a religião e as actividades dela decorrentes uma necessidade social, irredutível à esfera do privado. Nesta perspectiva, a afirmação do valor público da religião, legitimamente constituída, estabelece-se através de serviços ou de funções realizados através do ensino religioso, dos diversos tipos de capelanias (militar, hospitalar, etc.), na construção de lugares de culto; isto é, através de actividades mais vastas do que as obras de assistência e de solidariedade social. Este contencioso corresponde a uma das principais instâncias em que se processa o debate político sobre o lugar da religião na sociedade, no âmbito mais vasto dos processos de secularização e de laicização. *2. Doutrina teológica e pensamento económico:* A história da relação entre pensamento económico e teológico é vasta e complexa. Épocas houve em que era o religioso, nas suas doutrinas e práticas, a condicionar o económico. Na passagem da economia feudal para a economia de mercado, na sua primeira fase urbano-mercantil, puseram-se problemas éticos de vária ordem, com repercussões ao nível das mundividências e das vivências religiosas. Na época contemporânea, esta dimensão do real passou progressivamente, ela própria, a determinar o funcionamento do próprio universo religioso. As sociedades cristãs, de influência católica ou protestante, que protagonizaram as diferentes etapas do processo de industrialização e de modernização económica, desenvolveram níveis de racionalidade que, em grande medida, se confrontam com o percurso da própria experiência cristã. Assim, a economia constitui uma das áreas onde mais profundamente se manifesta a secularização, pela possibilidade daquela ser pensada fora do enunciado directo da afirmação de Deus criador e da perspectiva da revelação

cristã; isto é, de uma economia subordinada a uma hierarquia salvífica. A realização social e individual, através das relações económicas, passa progressivamente a equacionar-se e a rever-se através de uma mundividência que corresponde, em larga medida, à matematização do real enquanto compreensão da riqueza, da produção e da troca. O que traduz essencialmente a persistência de um paradigma onde a ciência se concebe como operativa e capacitada para intervir na realidade, resultando daí a sua autêntica consistência e viabilidade. Contudo, houve também um esforço de pensar a economia na sua vertente teológica, enquanto procura de concretizações decorrentes de valores enunciados no universo moral* e religioso. Na sua afirmação de autonomia, a economia reivindica progressivamente um estatuto científico, enquanto racionalidade que procura relacionar as necessidades humanas – pessoais e sociais – com as possibilidades ao seu alcance para satisfazer essas mesmas necessidades. No entanto, esta afirmação da dimensão económica não esvazia os problemas éticos em torno do modo como é equacionada a subsistência e a realização dos indivíduos e das sociedades no seu todo. A reflexão produzida no seio das Igrejas sobre o mundo económico, numa época em que este se apresenta numa constante e clara autonomia em relação a qualquer subordinação teológica ou confessional, não deixar de envolver questões e debates de natureza moral e ética. A elaboração de doutrina teológica sobre as questões económicas que, em certa medida, condicionam protagonismos sociais, reflecte-se também no movimento católico, seja ao nível de movimentos de leigos ou de certas congregações religiosas, e exprime-se numa diversidade de pensamento e opções políticas em torno de questões como: os modelos de desenvolvimento; o papel do Estado e da iniciativa privada; o valor do mercado; a relação entre trabalho e salário justo. Com a progressiva autonomia das «sciencias economicas», a Igreja Católica foi paulatinamente formulando essas questões como dimensões importantes do seu agir social. Primeiramente a partir da sociedade e da «questão social», posteriormente pela valorização da problemática do desenvolvimento e, depois, através das questões da pobreza e da marginalização social. O problema da economia e da gestão esteve na base da constituição de várias organizações, seja no seio da Acção Católica Portuguesa*, seja autonomamente como, em 1952, com a criação da secção portuguesa da União Católica de Industriais e Dirigentes do Trabalho (UCIDT) que realizaram várias iniciativas sobre a realidade económica e social do país ao longo dos anos 50 e 60 (*v.* MOVIMENTOS ECLESIAIS CONTEMPORÂNEOS). Data também deste período a realização dos I e II Encontros de Diplomados Católicos que, reunindo destacadas personalidades, procuraram novas perspectivas sobre a evolução da sociedade portuguesa no quadro do reformismo católico protagonizado pelas novas gerações. Estas diferentes experiências espelharam também, no contexto português da época, correntes católicas internacionais que centravam a problemática do desenvolvimento na relação entre economia e moral social, expressando uma nova compreensão da assistência e do exercício da caridade dentro de um paradigma de «economia diferente», como ocorre com a influência do dominicano francês Louis Joseph Lebret, patente na escola de *Economie et Humanisme*. É significativa, contudo, a grande diversidade de economistas de formação católica no pós-Segunda Guerra Mundial, estudo que está por realizar, considerando o leque de posições teóricas e de envolvimento prático, quer ao nível político, quer empresarial. Nos anos 60, no momento final do II Concílio do Vaticano, assiste-se à importância do debate em torno das teorias inflacionistas e anti-inflacionistas. Contudo, a crítica marxista, e sobretudo trotskista, ao Estado burguês condicionou ou permitiu também a formação de uma sensibilidade entre os católicos que entretanto integraram ou formaram grupos da extrema-esquerda, alguns dos quais viriam posteriormente a evoluir para um liberalismo mais ou menos reformador. Este percurso repercutiu-se em vários sectores católicos, mas teve e tem expressão noutras confissões cristãs. Por outro lado, na sequência do pensamento pontifício sobre o desenvolvimento dos povos, com o magistério de João XXIII e de Paulo VI, e no quadro da «teologia política», a Teologia da Libertação veio valorizar a condição dos pobres como lugar teológico e profético, destacando as situações de pobreza, como questão central em confronto com diversos paradigmas de desenvolvimento, considerados como fautores de injustiça e de desagregação social, portanto de descristianização. A pobreza surge entendida, já não só como virtude evangélica, mas como factor de marginalização de significativas camadas da população, quer nos países menos desenvolvidos, quer no seio dos países industrializados, acentuando desigualdades e manifestando a matriz da injustiça estrutural. O problema da pobreza é apontado como fenómeno estrutural de selecção e de exclusão. Esta teologia a partir da condição do pobre apresenta-se como percurso de abertura às necessidades dos outros e de si próprio como forma de realização pessoal: um percurso de confronto, de diálogo e de conversão. Numa época do primado da economia, esta percepção emerge como inspiradora de uma espiritualidade que se quer transformadora, articulada com o paradigma da acção e da utilidade social. A «doutrina social cristã» desenvolveu múltiplos aspectos associados a esta sensibilidade, nomeadamente a «teologia da marginalização». Foi ainda no ambiente da Teologia da Libertação que surgiu o paradigma da pós-modernidade como crítica às mais diversas formas de consumismo e anomia produzidas pelas sociedades demo-liberais ou em relação às correntes neoliberais, destacando-se o actual processo de globalização económica. Por outro lado, a «teologia da prosperidade», considerada por alguns sociólogos da religião como uma reacção à Teologia da Libertação, surge ligada ao expansionismo dos movimentos evangelistas, mas também com incidência no espaço do catolicismo, como forma de implantação entre sectores populacionais socialmente mais periféricos e marginais. O mundo cristão, e o católico em particular, bem como os outros meios religiosos, prescindindo ou não assumindo soluções económicas específicas,

encontram-se atravessados por uma fragmentação, muitas vezes em tensão e conflito interno, oscilando entre atitudes teóricas e práticas de reprodução do sistema económico dominante, mesmo a ele subordinadas, e as críticas a esse modelo ou modelos, que se pretendem globais, em contraponto com a defesa de uma «economia solidária» – expressão utilizada pelo Movimento dos Focolares – entendida como conciliação entre os imperativos de crescimento económico e as repercussões deste nas metamorfoses da sociedade; isto é, como substituir uma economia de alienação individual e social por uma economia de comunidade, garantindo ela mesma o «princípio da equidade». Expressão desta oscilação encontra-se em alguns dos aspectos mais salientes das posições assumidas pelo magistério pontifício e dos episcopados nacionais, ou mesmo no interior das organizações internacionais católicas, com repercussões em Portugal, nomeadamente entre os sectores católicos mais activos. Nesta perspectiva, a teologia situar-se-ia ao nível dos fins e a economia apresentar-se-ia como ciência dos meios ou das possibilidades. Todavia, correntemente, estabeleceu-se uma diferenciação entre o universo do pensar-se a realidade económica e a doutrina social cristã (ou católica), tendo sido esta remetida para o universo dos valores e da ética, desvinculada de qualquer capacidade operativa, estabelecendo-se uma dicotomia entre o funcionamento da economia e a instância crítica dos valores. Por vezes, afirma-se, e aceita-se como um dado adquirido, a incompatibilidade entre os planos teológico e económico; a teologia é remetida para um discurso sobre Deus, no caso vertente a partir e sobre a revelação em Jesus e na tradição da Igreja. Esta dicotomia, se tem alguma razão de ser, apresenta-se reducionista, pelo menos quando, apresentando-se deste modo, pretende encerrar o debate. Este posicionamento é compreensível perante uma teologia (ou correntes da teologia) cuja elaboração pretenderia tutelar o todo social e a convivência pessoal, nas suas opções e empreendimentos. É, portanto, e antes de mais, a atitude de uma recusa, de uma desconfiança. Mas, por outro lado, surge também como expressão de uma certa auto-suficiência, onde a crítica exterior à ciência económica é considerada como abusiva ou inadequada. A ética ou a formulação de referências doutrinais (de pensamento a partir dos fins da realização) é encarada como especulativa, como marginal ou mesmo perigosa porque coloca as questões em termos do que importa que o homem e a sociedade possam ser para além das possibilidades existentes; que tem, em certos aspectos, uma dimensão subversiva, provocadora de desordem. A este respeito, importa referir que, em muitos meios culturais desafectos às Igrejas e ao próprio cristianismo, se vê nas questões em torno da justiça social uma das «raras» (nas perspectivas desses sectores) dimensões ditas «progressistas» ou de «vanguarda» por parte de grupos cristãos. Apesar de reconhecida a importância do mercado como instrumento de desenvolvimento, muitas vezes é referido, por grupos cristãos e pelo próprio Magistério da Igreja, que ele por si só não garante a justiça social (*cf.* Encíclicas de João Paulo II). Porém, estes posicionamentos sobre a justiça social, nas suas variadas interpretações, não deixam de suscitar também oposições e rejeições, mesmo em certos sectores de opinião e de acção tradicionalmente marcados pelas Igrejas e pelas diversas correntes do cristianismo, na medida em que são encarados como apelos à desestruturação da sociedade estabelecida, quer ao nível das relações sociais, quer no respeitante à questão da liberdade do mercado. Esta conflituosidade torna-se mais evidente no contexto do liberalismo económico, na medida em que nele se confrontam perspectivas diversas sobre a liberdade e os limites da realização pessoal e individual, e as respectivas implicações sociais. A realização social de cada homem e mulher torna-se um lugar de disputa significativo pelos horizontes distintos que o conhecimento teológico e o conhecimento económico formulam. Neste contexto, a dimensão social – designada também por «questão social» – torna-se um terreno de afrontamento enquanto realidade material como fim em si, ou como suporte de uma finalidade distinta: a espiritual. Os níveis desta problematização não são homogéneos, dependendo muito dos contextos sociais e, também, das diversas tradições (locais e experiências cristãs) de pensamento teológico. Inclusive, para certas perspectivas teológicas, a economia não se apresenta como uma instância, enquanto tal, adequada à reflexão teológica, no que esta tem de linguagem específica. A problemática económica é considerada tão só como referência porque, ao relacionar produção de riqueza e sobrevivência, remete para a essencialidade da realização humana. Outros vêem a questão noutra óptica, da separação entre a economia como a gestão dos recursos (que são escassos) e a teologia ou qualquer doutrina, cabendo ao cristão que é economista ser um bom economista ou um bom gestor. Todas estas questões atravessam o debate teológico, delimitando sensibilidades e escolas, e atingem simultaneamente as percepções eclesiológicas, nomeadamente a nível das relações Igreja-mundo, mas também cristológicas porque nestas questões se equaciona a dimensão encarnacional do cristianismo. A doutrina social da Igreja tem integrado níveis distintos das questões económicas: desde a reacção intransigente ao liberalismo e ao socialismo formulada através da questão social, até às questões do desenvolvimento como horizonte do progresso e da paz, como ainda pela defesa de relações justas no interior das sociedades e entre estas, como por exemplo, no que se refere à questão da dívida internacional, entre países pobres e países ricos. O mundo da economia, o teórico e o de gestão, no seu processo de complexificação e de planetarização, observa fundamentalmente esta doutrina social da Igreja como um discurso ético sem operacionalidade. Para algumas sensibilidades ou certas correntes, sobretudo nas análises de carácter político, consideram a doutrina social da Igreja demasiado perigosa, porque alimenta formas de agitação social (o caso mais referido é o da América Latina e a sua expressão nas correntes da Teologia da Libertação). Em termos conclusivos, pode considerar-se que as posições sobre a relação entre economia e teologia se apresentam do seguinte modo: níveis autónomos e incompatíveis; níveis autó-

nomos mas em interacção, interacção entre a economia da salvação e a economia como caminho de realização das necessidades humanas e das sociedades, antes de mais, as vitais.

ANTÓNIO MATOS FERREIRA

BIBLIOGRAFIA: ANTONCICH, Ricardo; MUNÁRRIZ, José Manuel – *La doctrine sociale de l'Église*. Pref. Jean-Yves Calvez. Paris: Cerf, 1992. ÁVILA, Fernando Bastos de – *Pequena enciclopédia de doutrina social da Igreja*. São Paulo: Edições Loyola, 1991. BENS eclesiásticos. In *DICIONÁRIO de história da Igreja em Portugal*. Dir. António Alberto Banha de Andrade. Lisboa: Editorial Resistência, 1983, vol. 2, p. 424-754. Vários autores. CALVEZ, Jean-Yves; PERRIN, Jacques – *Igreja e sociedade económica: o ensino social dos papas de Leão XIII a Pio XII (1878-1958)*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1960. *CAMINHOS (Os) da justiça e da paz: Doutrina social da Igreja, documentos de 1891 a 1981*. Coord. Peter Stilwell. Lisboa: Rei dos Livros, 1987. CHAFUEN, Alejandro A. – *Economia e ética: raízes cristãs da economia de mercado*. Madrid: Rialp, 1991. CHENU, Bernardo – *Teologías cristianas de los terceros mundos*. Barcelona: Herder, 1989. COLLOQUE «LES CHRÉTIENS ET L'ÉCONOMIE», AFHRC, 30 de Setembro de 1989 – *Actes*. Paris: Éditions du Centurion, 1990. CLAVERO, Bartolomé – *La grâce du don: anthropologie catholique de l'économie moderne*. Pref. Jacques Le Goff. Paris: Albin Michel, 1996.*COMUNICAÇÃO, ética e mercado*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 1999. *CONCORDATA entre a Santa Sé e a República Portuguesa: texto integral da Concordata e do Acordo Missionário, estudos, comentários, legislação executória*. Coord. científica de Manuel Saturino Costa Gomes. Coimbra: Almedina, 2001. CORTEN, André – La construction du lien social: pentecôtisme et théologie de la libération. *Lusotopie*. (1998) 257-266. CRESPIN, Raoul – *Des protestants engagés: le «Christianisme Social», 1945-1970*. Pref. Paul Ricoeur. Paris: Les Bergers et les Mages, 1993. DAUPHIN-MEUNIER, A. – *A Igreja ante o capitalismo*. Lisboa: União Gráfica, 1958. Colecção Verdade; 4. ENCONTRO IBÉRICO SOBRE HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÓMICO – *Actas*. Coord. ed. José Luís Cardoso; António Almodovar. Lisboa: CISEP, 1992. ENCONTRO NACIONAL DE DIPLOMADOS CATÓLICOS, 2, 17 a 19 de Maio de 1963 – *Perspectivas cristãs do desenvolvimento económico*. Lisboa: [Livraria Morais Editora, 1963]. ENCONTROS PROMOVIDOS PELO IPPAR E PELA UCP – *Actas: Património classificado*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 1997. FALISE, Michel; RÉGNIER, Jérôme – *Économie et foi*. Paris; Montréal: Éditions Centurion; Éditions Paulines, 1993. FANFANI, Amintore – *Capitalismo, catolicismo, protestantismo*. Lisboa: Editorial Aster, [s.d.]. Biblioteca do Pensamento Católico; 6. FERREIRA, António Matos Ferreira – Catolicismo. In *DICIONÁRIO de História de Portugal: 7: Suplemento*. Coord. António Barreto; Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 1999, p. 257-269. GUESLIN, André – *L'invention de l'économie sociale: idées, pratiques et imaginaires coopératifs et mutualistes dans la France du XIXe siècle*. 2.ª ed. Paris: Economica, 1998. GUZZETTI, G. Battista – *Chiesa ed economia: disegno storico*. Torino: Marietti Editori, 1973. 2 vol. *IGREJA (A) e a questão social*. 3.ª ed. Lisboa: União Gráfica, 1945. Colecção Acção Social Cristã; 1. JORNADAS DE DIREITO CANÓNICO, 4, 23-26 de Abril de 1996, Santuário de Fátima – *Actas: Os bens temporais da Igreja*. Lisboa: Centro de Estudos de Direito Canónico – UCP, 1997. KOSLOWSKI, Peter – *Principes d'économie éthique*. Paris: Cerf, 1998. LE GOFF, Jacques – *La bourse et la vie: économie et religion au Moyen Âge*. Paris: Hachette, 1986. IDEM – *Para um novo conceito da Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980. LINDENBERG, Adolpho – *O mercado livre numa sociedade cristã*. Porto: Livraria Civilização, 1999. NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: INCM, 1998. IDEM – A questão religiosa na 1.ª República: a posição dos padres pensionistas. *Revista de História das Ideias*. 9: 2 (1987) 675-731. MALLEY, François – *Lebret: a economia ao serviço dos homens*. Lisboa: União Gráfica, [s.d.]. Ed. francesa, 1968. Colecção Perfis; 1. PERROUX, François – *Le pain et la parole*. Paris: Cerf, 1969. POULAT, Émile – *L'ère postchrétienne: un monde sorti de Dieu*. Paris: Flammarion, 1994. *QUESTÕES sociais, desenvolvimento e política: curso de Doutrina Social da Igreja*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 1994. RECONTRE DU CENTENAIRE DE LOUIS-JOSEPH LEBRET «L'ÉCONOMIE HUMAINE ET LA DYNAMIQUE DU DÉVELOPPEMENT À L'HEURE DE LA MONDIALISATION» – *Actes*. Paris: Maison de l'UNESCO, 1998. SORGE, Bartolomeo – *Capitalismo, scelta di classe, socialismo: Una valutazione cristiana*. Roma: Coines Edizioni, 1974. TAMAYO-ACOSTA, Juan-José – *Teología, pobreza y marginación: una reflexión desde Europa*. Madrid: PPC, Editorial y Distribuidora, 1999. TAWNEY, Richard Henry – *Religion and the rise of capitalism*. Harmondsworth, Middlesex: Peguin Books, 1961. 1.ª ed., 1926. TÉVOÉDJRÉ, Albert – *La pauvreté richesse des peuples*. Paris: Éditions Économie et Humanisme; Les Éditions Ouvrières, 1979. TORRE, José M. de – *La Iglesia y la cuestión social: de León XIII a Juan Pablo II*. Madrid: Ediciones Palabra, 1988. VINELLE, Duquesne de la – *Mercado e justiça: uma leitura crítica das enciclicas*. Lisboa; São Paulo: Editorial Verbo, 1994. VITO, Francesco – *A economia ao serviço do homem*. Lisboa: Junta da Acção Social, [s.d.]. Biblioteca Social e Corporativa; 24.

ESCULTURA. ***II. Do manuelino ao romantismo:*** Na presença de sínteses actualizadas e de fácil acesso sobre a temática, apenas nos propomos, sem deixarmos de percorrer o período em questão, a lançar algumas linhas de discussão que, quanto a nós, urge problematizar. A história da arte tem resgatado a memória de alguns mestres, cuja obra se conhece cada vez com mais segurança. Todavia, tem-se avaliado este domínio pela bitola da excepção, quando o universo de obras produzidas põe o problema, face ao conhecimento extremamente parcelar que efectivamente temos, da global menoridade do legado. E falta-nos ainda um verdadeiro *corpus* da escultura religiosa para que as leituras se façam com o sentido da globalidade que importaria implementar. Como tardam em ser iluminados amplos vectores, que não apenas temporais, tarefa que urge ser empreendida pela historiografia da arte. Aos diversos «tempos», com rostos concretos e obras específicas, procuraremos, ainda que de forma sumaríssima, associar algumas balizas que condicionaram a produção escultórica em Portugal. A centúria de Quinhentos assiste a um amplo movimento de indesmentido inconformismo estético, protagonizado, não sem ambiguidades, entre tradicionalismos arreigados e a emergência de contínuas novidades, dando lugar a diferentes longevidades e persistências. A um espectro plural de gostos e sensibilidades, ecléctico nas expressões acolhidas, implementadas e exponenciadas às mais diversas latitudes, associa-se a definitiva internacionalização da imaginária de consumo luso, potenciada por um desafogo económico-financeiro que conduzia fluxos efectivados por uma inusitada rede de disponibilidades, que o grande empreendimento colectivo da Expansão, sem precedentes, alimentava. Aos novos desafios, num horizonte de novos paradigmas até estéticos, cumpre associar a vontade de recriar o novo mundo. Tal tarefa surge assumida por todos os quadrantes sociais, desenhando-se um mecenato de inequívoca qualidade, que lança mão da *intelligentsia* artística para dotar o quotidiano da atmosfera do Paraíso, que se quer decididamente revisitado. Os empreendimentos que, a partir do *Venturoso*, cobrem literalmente todo o país, desde os projectos supra-emblemáticos às mais despretensiosas realizações, só podem impressionar pelo ritmo demonstrado e pelas capacidades actuadas. Neste movimento se insere, como não podia deixar de ser, o contributo da escultura. Chamada a dá-lo em diferentes modalidades, vemo-la povoando interiores, seja em fabulosas máquinas retabulares, com a talha* a autonomizar cada vez mais o seu próprio percurso – ainda assim em trabalho subsidiário à grande paixão do momento, a pintura* –; seja em não menos espetaculares cadeirais, dinamizando com excelência a pragmática função a que se destinam; seja finalmente em obras autónomas, de que a escultura de vulto, mas não só, assume rasgado protagonismo. A esta, que a linguagem eclesial designou vulgarmente «imaginária», justamente pela sua vocação propositiva dos mistérios da fé, daremos aqui a nossa particular atenção. Se até ao declinar do século XV, como se reconhece (muito embora, neste como noutros domínios, não haja lugar a periodização estan-

que), Coimbra se assume como o centro produtor por excelência, tal situação surge progressiva e radicalmente diferenciada no rasgar de Quinhentos, transmutando-se através da operosidade de inúmeros mestres alóctones que se instalam entre nós, muito embora a cidade do Mondego continue a marcar o panorama artístico nacional. São flamengos, franceses, alemães, espanhóis, entre outros, contingente que conhece, à época, números impressionantes, como nunca antes sucedera. Olivier de Gand é um dos nomes maiores desta fase, que convivem com os herdeiros da tradição genuinamente portuguesa, como Diogo Pires, *o Moço*, que representará com amplitude criativa e pessoalizada o dinamismo do manuelino. Sem prescindir ainda de um gosto goticizante, tão renovado segundo o *modus* flamengo que tomou conta da nossa sensibilidade colectiva nos primeiros anos da centúria, vemos Portugal adaptar-se com avidez aos cânones do Renascimento, indelevelmente soprado de Itália. De tal forma que «lavrar ao romano» é expressão omnipresente na documentação que remanesce do segundo quartel/meados do século. Nicolau Chanterene, Hodarte, João de Ruão, são algumas das referências maiores na implementação do novo gosto, como é, por demais, conhecido. Trento significará a abertura de uma nova etapa, promovendo-se de forma concertada e dirigista a renovação estética, por criação de raiz ou reformulação de existências. Os agentes da Contra-Reforma cuidarão, talvez como nunca, de atender à rigidez dos princípios orientadores e reguladores, para que a imaginária se contenha na sua vocação de mediadora por excelência de uma mensagem que não se destina já ou apenas a ser proposta, mas sobretudo a ser tenazmente defendida. Aos artistas os desígnios tridentinos são transmitidos com mão firme, encarregando-se o tradicional regime das visitações, cada vez mais afunilado em função do controlo moral da vida das comunidades, de velar com irritante empenho pela «decência» das «santas imagens». Esta renovada preocupação catequética, tão perseguida por Trento, se de forma positiva reconduz a reflexão colectiva às fontes, nomeadamente aos textos bíblicos acolhidos pela fé da Igreja, não deixa, por outro lado, de deixar marcas menos luminosas. Ao mesmo tempo que provoca, em número, uma avassaladora multiplicação de imagens, que urge «repropor», reduz exponencialmente os caminhos da livre criação, tudo sujeitando a paradigmas unívocos, que o tempo se encarregará de

Lamentação sobre o corpo de Cristo, *escultura em madeira dourada e policromada, século XVIII (Lamego, Santa Casa da Misericórdia).*

cristalizar. Todavia, tenhamos consciência de que esta última responsabilidade já não pode ser imputada a Trento, que se vê, não raro, acusado de todas as inércias posteriores até bem perto de nós (II Concílio do Vaticano). Ao contrário do que se verifica em Espanha, cujos regionalismos estéticos nunca desmentem, antes pelo contrário, uma apaixonada forma de encarar a vida, Portugal, parece-nos, se bem que toda a reserva é aqui necessária face à míngua de estudos especializados, gasta as energias a produzir uma imaginária maioritariamente desprovida de qualidade, realidade tão verificável, quanto os nomes que preenchem a história da arte se projectam continuamente como excepção no universo da produção realizada ou remanescente. Multiplica-se o exercício mimético, que mais não faz do que cumprir com a função catequética e pedagógica, não tanto pela qualidade artística da produção, mas pela evocação que sustenta e pela mediação que actua. Uma escultura de Santo António, por exemplo, pode até constituir cabal paradigma de deficiências estéticas, mas não deixará de cumprir, desde que reconhecidos os sinais identificadores, o papel que lhe cabe junto dos crentes. A escultura religiosa portuguesa, depois de Trento, vive de um amplo mercado alimentado por um sem-número de anónimos santeiros, a quem é pedido apenas que sejam aptos a multiplicar até à exaustão modelos que anacronicamente se vêem prolongados no tempo. E deste modo se acentua o paradoxo: igrejas e capelas, oratórios privados ou o mobiliário do quotidiano, tudo povoado de imaginária, todavia, com bem mais limitado número de exemplares que se erguem à condição de genialidade, fruto da sensibilidade de verdadeiros mestres. Neste panorama há que contar com a obra de alguns escultores de inequívoco merecimento. Gaspar Coelho é nome recentemente resgatado, iluminando de forma nova o período maneirista, que teima, por falta de comparência dos estudiosos, a revelar-se neste domínio. Gregório Fernández, na vigência da monarquia dual, inaugura entre nós, em Miranda do Douro, com o grande retábulo da sé, o gosto pelas formas que se elevam do suporte, tendência que progride em dimensões variáveis um pouco por todo o país com a implantação de baixos-relevos, ora a rematar máquinas retabulares, ora a construir ciclos icónicos de mais ampla narrativa, como sucede em Santa Clara, Coimbra, ou na Capela de São Vicente, da Sé do Porto. Introduzida a plástica protobarroca, que dominará grande parte de Seiscentos, progride de forma avassaladora uma «poética da refulgência», na feliz expressão de Carlos Moura, cujo brilho, quanto a nós, ofusca as deficiências da expressão lusa, teimosa na idealização apatetada de fisionomias ou posturas, na excessiva teatralidade, sempre afectada. Quase apetece dizer que, se a iconografia se via, e bem, prolongada pela palavra ecoada desde o púlpito, o barroco se encarregará de, invertendo os planos, submeter aquela a este, reduzindo o papel da imagem a suporte de um discurso pungente, quando não aflitivo, que toma conta da parenética da época. No final do século surge Claude Laprade a interromper o *status* vigente, mas o seu próprio percurso, cada vez mais adaptado ao mercado, em detrimento de inequívocos pessoalismos, redu-lo na dimensão propositiva que o seu túmulo para o bispo de Miranda, na capela da Vista Alegre, havia exemplarmente significado. E eis que existem nichos. Mais atrás, Manuel Pereira, cuja obra, entre nós, não conhece a implantação que os seus méritos traduzem, por exemplo, na vizinha Espanha. Os monges barristas de Alcobaça. Frei Cipriano da Cruz, a partir de Tibães, com ampla ressonância entre as casas dos «seus» beneditinos. No reinado de D. João V assiste-se ao desabrochar da arte de Jacinto Vieira, o bracarense que actua em Arouca, mas o destaque vai necessariamente para o projecto de Mafra, onde a renovação dos modelos, no entanto, leva a assinatura de mestres italianos. Complete-se o elenco com José de Almeida, cite-se ainda Frei José Vilaça, conclua-se em Machado de Castro, e fica traçado o panorama da escultura religiosa portuguesa, ao tempo. Bem sabemos que a constelação de nomes é muito mais vasta, mas uma coisa é oferecer uma maneira própria de entender e dar a entender os mistérios propostos, outra bem diversa é repetir até à exaustão a forma como terceiros o conseguiram. O declínio do neoclassicismo, no que à imaginária sacra diz respeito, é incontornável,

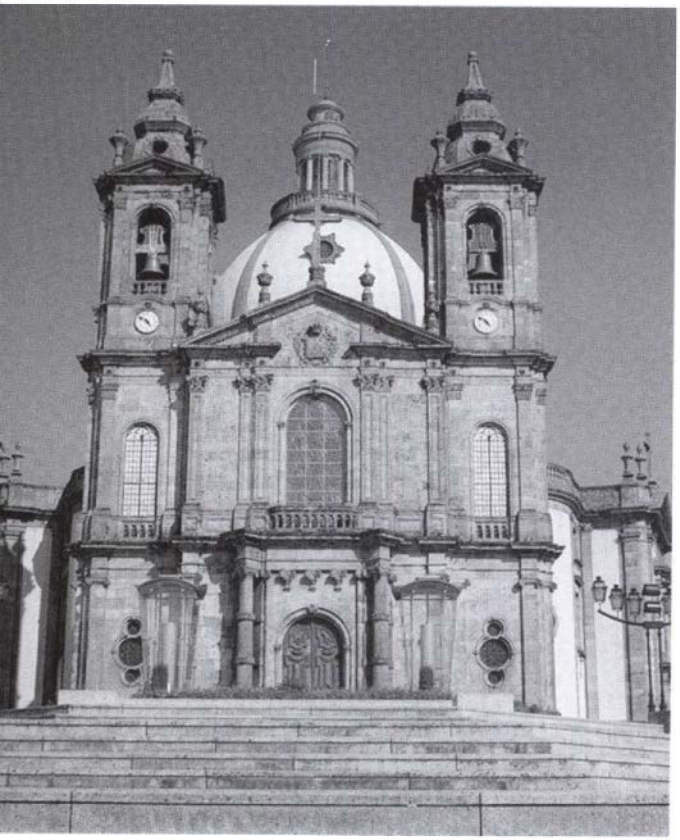
Baptismo de Cristo, *Círculo de Gregório Fernández, baixo-relevo em madeira de castanho, século XVII (Guimarães, Museu de Alberto Sampaio).*

sendo quase por graça que se inclui o romantismo como baliza cronológica de todo este longo aglutinar de períodos artísticos. O século XIX apenas foi capaz de evidenciar o esgotamento exacerbado dos estereótipos de antanho, agora reformulados em grácil sorriso, reduzido à banalização do sentimento, que os Alemães traduziram por *kitsch*, os Franceses por *saintsulpicien* e os Espanhóis por *olot*. Numa palavra, a criatividade da escultura portuguesa de cariz religioso, melhor seria dizer, na verdade, da escultura em Portugal, foi quase sempre dinamizada pelas matrizes culturais externas, massivamente adoptadas ou, quando muito, adaptadas ao consumo interno. Na pluralidade dos cânones e distintas vigências de estilos, assiste-se até ao século XVIII a sucessivas recriações, embora de diferenciados méritos, movimento que, de todo, se vê interrompido na centúria de Oitocentos. Já não se trata apenas do declínio inexorável da plástica das formas, mas sobretudo da errância mental de um mecenato, essencialmente eclesial, que perde, em definitivo, a sua capacidade propositiva e renovadora.

JOÃO SOALHEIRO

BIBLIOGRAFIA: AZEVEDO, Carlos A. Moreira – O lugar da simbólica cristã no inventário cultural. In SOALHEIRO, João, coord. – *Inventário, que futuro?*. Porto: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2000, p. 7-16. CARVALHO, Maria João Vilhena de – Os valores artísticos: a escultura. In *NOVA HISTÓRIA de Portugal: 5: Do Renascimento à crise dinástica*. Lisboa: Ed. Presença, 1998, p. 542-563. CORREIA, Vergílio – *Obras: 3: Estudos de história da arte, escultura e pintura*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1953. DIAS, Pedro, coord. – *O brilho do Norte*. Lisboa: CNCDP, 1997. GONÇALVES, Carla Alexandra – *Gaspar Coelho: um escultor do maneirismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. *HISTÓRIA da arte em Portugal*. 2.ª ed. Lisboa: Publicações Alfa, 1993, vol. 5-10. PEREIRA, Paulo, dir. – *História da arte portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, vol. 2, 3. SANTOS, Reinaldo dos – *A escultura em Portugal*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1948-1950. 2 vol.

ESPIRITUALIDADE. ***III. Época Contemporânea:*** A percepção das correntes de espiritualidade contemporânea não permite uma fácil conceptualização de tipo abrangente. As sociedades marcadas pela matriz do cristianismo transportam uma tensão entre dois pólos: uma «fuga mundo» como expressão radical da vivência íntima de Deus; e, uma «materialização máxima» que, desenvolvendo-se na sua plenitude, expressa o reconhecimento dessa relação íntima com Deus como a realidade última do real. Na articulação desta tensão têm-se situado as reflexões teológicas, de incidência soteriológica, que, valorizando a alteridade, aponta «o outro» como essa instância de relação. Esta dicotomia pode ser também formulada em termos de uma espiritualidade centrada sobre si própria como percurso individual e outra mais voltada para o mundo; uma mais contemplativa e outra mais activa. Porém, nesta pluralidade de sensibilidades espirituais estão em debate questões centrais transportadas pelas diversas heranças cristãs: a natureza de Jesus, a dimensão trinitária de Deus, a relação entre a transcendência e a imanência, entre a condição e a destinação de cada um. A contemporaneidade, enquanto percepção fragmentada da realidade, encerra também um tipo de binómios marcantes da vivência de interioridade quer nas suas variantes religiosas quer nas suas expressões secularizadas (*v.* SECULARIZAÇÃO). Esta percepção dual apresenta diversas formulações: a decadência e a regeneração, o atraso e o progresso, as «trevas do obscurantismo» e a «luz da civilização», ou ainda, a desagregação e a restauração. Estas dualidades não só legitimam as sucessivas rupturas políticas oitocentistas e novecentistas, como estabelecem diferentes tendências culturais com profundas implicações espirituais, tomadas nas suas múltiplas vertentes e níveis, processo que foi acompanhado por uma crescente diversificação dos universos espirituais. Estas formas dicotómicas de lidar com a realidade não são exteriores às vivências religiosas; em larga medida, espelham na existência social paradigmas antropológicos sustentados por espiritualidades e práticas religiosas centradas na relação entre a condição do homem marcada pelo pecado e o horizonte da conversão como sua realização, mundividências que, no caso português, foram trabalhadas particularmente no quadro do catolicismo romano e da tradição tridentina (*v.* CONTRA-REFORMA). Apesar das profundas transformações ocorridas na sociedade portuguesa nestes últimos dois séculos, o catolicismo permaneceu a principal referência da religiosidade, ainda que neste mesmo período tenham surgido outras sensibilidades religiosas, particularmente com o desenvolvimento do protestantismo* a partir da segunda metade do século XIX. Já não se trata da pluralidade, que sempre atravessou o universo religioso português nos seus diversos tópicos devocionais, uns mais associados a determinados estratos sociais, outros atravessando todo o espectro social, com as correlativas sensibilidades teológicas. Esta diversificação do universo espiritual português na época contemporânea decorre não só da pluralidade própria do catolicismo, mas também da crescente presença de outras correntes religiosas. Contudo, compreender essas dinâmicas espirituais, que atravessam e marcam a sociedade e os indivíduos neste período, implica alargar o referencial de análise para além do enquadramento eclesiástico ou dos indicadores expressos através dos testemunhos escritos. A vivência da interioridade e a formulação de sentido existencial diversificam-se e articulam-se constantemente com o lento, mas constante, processo de secularização e de laicização (*v.* LAICIDADE), apontando para uma variedade de formas e de mediações de vida espiritual que, progressivamente, sugerem não só uma pluralidade própria às vivências espirituais confessionais, mas também à emergência de vivências heterodoxas (*v.* HETERODOXIA). Contudo, o universo da espiritualidade na sociedade contemporânea é mais aberto do que normalmente se referencia porque inclui, não só uma diversidade sobre a função da religião na sociedade, como transporta vivências centradas em várias concepções de transcendência, expressas de muitos modos, quer traduzindo um excesso de religioso («surpertições»), quer manifestando uma depuração radical, patente muitas vezes na literatura, particularmente na criação poética (*v.* LITERATURA RELIGIOSA) e noutros níveis da produção artística. Mas, ainda assim, o campo da espiritualidade não se esgota nestes níveis, pois, através de correntes deístas ou agnósticas, a espiritualidade é compreendida como expressão da virtude interior que se cultiva como responsabili-



Igreja do Sameiro, Braga.

dade cívica ou, também, como interrogação existencial sobre a conduta com os outros. Estas perspectivas, por vezes, confrontam-se com uma piedade popular, actualmente apreciada como expressão significativa da vivência de determinados meios e comunidades, mas também vista como suspeita por aqueles para quem a espiritualidade é entendida como desmagização da realidade (*v.* RELIGIOSIDADE POPULAR). Todas estas correntes manifestam uma profunda recomposição do universo religioso da sociedade portuguesa contemporânea, quer no âmbito da permanência predominante da matriz católica romana, quer também através da incorporação de novas referências e desenvolvendo novas sensibilidades. *1. O ambiente católico:* Rompida que foi a dinâmica de sociabilidade do Antigo Regime assistiu-se à passagem de um universo devocional mais confraternal para um mais individualizado, verificando-se progressivamente uma explosão das referências espirituais, particularmente ao nível das suas mediações. A natureza eclesiológica do catolicismo romano, ao valorizar as mediações institucionais na sua dimensão sacramental e organizativa, apresenta no clero* – no sacerdócio ordenado – um esteio preponderante de expressão e controle das fronteiras da vida espiritual. Como resposta à secularização, quase sempre percebida como descristianização, o clero desenvolveu formas de espiritualidade própria, alimentadas por recolecções que se foram desenvolvendo progressivamente a partir do século XIX, por formas de vida comunitária, encarnadas em novas formas de intervenção quer no âmbito da «restauração católica», quer através de experiências de «fronteira», como é o exemplo dos padres-operários, particularmente depois do II Concílio* do Vaticano, sobretudo em regiões consideradas descristianizadas (*v.* CATOLICISMO SOCIAL). Estas diversas modalidades apresentam contornos de uma espiritualidade missionária que, desde as iniciativas de missionação interna – centrada na pregação, na confissão e penitência, na comunhão (*v.* SACRAMENTOS) e na vida de piedade – até ao apostolado entre a emigração (*v.* PASTORAL DAS MIGRAÇÕES), foi como que potenciando num novo tipo de padre. O exemplo do padre Cruz no início do século XX é disso elucidativo pelo seu cultivo de virtudes evangélicas, desencadeando um significativo devocionismo popular em torno da sua figura. Essa actividade missionária associou-se às diversas formas de activação da consciência religiosa, constituindo-se veículo imagético e devocional numa cultura de forte oralidade. A par da pregação, importa também assinalar a acção catequética (*v.* CATEQUESE) que se foi incrementando nestes dois últimos séculos, não só ao nível da transmissão doutrinal, mas da vivência moral das populações, assumindo grande impacte as missões populares, desenvolvidas por franciscanos*, jesuítas* lazaristas* ou redentoristas*, entre outros. Nesta vida espiritual de matriz católica persistiu uma forte influência marcadamente clerical, centrada numa piedade sacrificial e de renúncia, em contraposição à realidade social, com as suas fracturas e materialidade. No entanto, novas sensibilidades se desenvolveram a partir da valorização da acção – isto é, da prática, em toda a sua amplitude –, quer ao nível da vida consagrada, quer ao nível da afirmação dos movimentos laicais (*v.* LAICADO. ÉPOCA CONTEMPORÂNEA), o que, por sua vez, se repercutiu também ao nível da espiritualidade eclesiástica, com particular incidência no pós-Segunda Guerra Mundial. Se um complexo movimento de «restauração católica» marcou o evoluir do catolicismo na época contemporânea até às vésperas do II Concílio do Vaticano, foi também neste período de dois séculos que, paulatinamente, se estabeleceu uma maior diferenciação entre o universo espiritual dos clérigos e dos leigos. Apesar da espiritualidade não se reduzir ao universo das devoções, estas podem transportar, encaminhar ou desenvolver aquela; a espiritualidade inscreve-se no desenvolvimento da consciência. Ambas se enraízam, determinam e expressam de forma contextualizada e dependentes de determinadas ambiências, em sintonia ou em dissonância, e veiculam também percursos de individualização, enquanto formas de vivência que, muitas vezes, se confrontam com paradigmas estabelecidos de espiritualidade, quando marcados por enquadramento confessional específico e associado a práticas determinadas. O universo das devoções corresponde a um importante nível de formulação de mundividências e de comportamentos, particularmente mediados pelo indivíduo que, pela natureza da própria devoção, se inscreve num todo mais amplo, isto é, numa determinada corrente, ou sensibilidade religiosa; introduzindo um ritmo da vivência do tempo, do tempo religioso e cristão, e transportando consigo uma

dimensão de realização pessoal e da colectividade. Na época contemporânea as devoções assumem duas características principais: permitem uma valorização ou «santificação» do tempo e do quotidiano, numa sociedade em processo de secularização; constituem-se como referencial mobilizador, se possível de massas, capaz de limitar e contrariar a tendência atomizadora e fragmentária da contemporaneidade, introduzindo níveis de resistência à diluição do universo religioso ou à sua perseguição movida por um laicismo ou um ateísmo programático. A recomposição do catolicismo romano em face da modernidade fez-se em torno de três elementos principais: do Papa, considerado prisioneiro e mártir, associado a uma devoção reparadora e de desagravo; do culto mariano, definidor do espaço católico e associado a uma devoção alimentada por uma revelação especial, o caso das aparições em Lourdes, para o século XIX, e em Fátima*, para o XX; da Eucaristia*, definidora de uma sociabilidade orgânica, como devoção sacrificial e, com a eclesiologia do II Concílio do Vaticano, como centralidade da vivência comunitária. A relação espiritual centrada em Cristo teve também a sua evolução, sublinhada por determinadas facetas que modelaram sensibilidades religiosas, no plano individual e social: desde a concepção implícita ou explícita de restauração do «reinado social de Cristo» que culminou com a instituição da festa de Cristo-Rei, proclamada por Pio XI em 1925, passando pelo modelo do Jesus trabalhador e operário do socialismo romântico oitocentista, ao revolucionário ou «hippy» das décadas de 60 e 70 novecentistas, ou ainda, pela identificação de Jesus com o pobre e perseguido. No processo contemporâneo de globalização, assente numa legitimidade democrática e no reconhecimento dos direitos do homem, percebida na sua universalidade secular, tem-se também referido a antropologia crística centrada na pessoa, na relação trinitária e eucarística como paradigma de justiça e de vivência comunitária, constituindo tópicos importantes na recentragem antropológica da espiritualidade cristã contemporânea. Estes elementos que marcaram formas de espiritualidade católica tiveram a sustentação de diversas componentes de uma literatura espiritual e hagiográfica, ou ainda, no contexto da renovação do II Concílio do Vaticano, a valorização da leitura e do estudo da Bíblia. Estudar este percurso da literatura religiosa, mais ou menos devocional, até à sua expressão bíblica, permitirá destacar e perceber, em termos da vivência espiritual, a importância da leitura como disciplina intelectual e como itinerário hermenêutico de percursos pessoais e comunitários. Uma das dimensões fundamentais das transformações contemporâneas inscreve-se na alteração dos ritmos de vida e da percepção do tempo decorrente de factores como as mundanças político-económicas, a industrialização e alterações na organização do trabalho, a progressiva desrruralização do país com as migrações, o desenvolvimento dos tempos livres e dos períodos de férias marcados pela escola. Estas mudanças têm-se repercutido na vivência do tempo cristão como o tempo litúrgico ou devocional, onde o culto público, ritmando esse viver, tem procurado estabelecer adaptações e níveis de resistência, desenvolvendo novas práticas celebrativas. A persistência da conceptualização tridentina foi importante até ao II Concílio do Vaticano, sendo a reforma litúrgica considerada como uma das renovações conciliares mais conseguidas no âmbito do catolicismo português. O gosto litúrgico, patenteado em cânticos (*v.* MÚSICA RELIGIOSA), paramentaria (*v.* VESTES LITÚRGICAS), orações, etc., expressa e molda mundividências constitutivas do viver espiritual. Por outro lado, está por estudar a evolução dos gostos e da iconografia* devocionais da época contemporânea, mesmo se os trabalhos mais gerais sobre arte sacra apontam para uma evolução reveladora de novas expressões que coexistem com modelos tradicionais herdados do património estético de séculos precedentes onde a reforma tridentina e, posteriormente, a sensibilidade romântica determinaram representações do sagrado* e um imaginário de piedade e adesão crente. Ainda no âmbito desta problemática, e particularmente na segunda metade do século XX, importa assinalar as alterações decorrentes do desenvolvimento do cinema, do surgimento da televisão e de outros meios de comunicação social* de massas, a partir do quais se estabeleceram novos códigos da linguagem religiosa. Neste percurso, há que sublinhar também o impacte da espiritualidade desenvolvida em ambiente de natureza ecuménica, sobretudo a nível internacional, como acontece no caso da Comunidade de Taizé, contribuindo para novas expressões de religiosidade no seio do catolicismo português. A prática religiosa

Interior da Capela de Nossa Senhora das Amoreiras (Lisboa, Centro Comercial das Amoreiras).

não pode ser analisada só a partir das diferentes formas que a Igreja Católica assume para garantir a sua presença e a realização das suas actividades na sociedade; outros aspectos realçam a qualidade dessas energias e das respectivas motivações espirituais. Em Portugal, ao longo de todo este período, o catolicismo é essencialmente marcado pela vida paroquial, onde o padre desempenha papel determinante, ainda que a este nível se tenham verificado importantes alterações, nomeadamente com o maior protagonismo do laicado ou do pessoal feminino das congregações religiosas*. Os responsáveis eclesiais insistem particularmente na prática sacramental e na vida litúrgica, o que se traduz numa piedade centrada na adoração do Santíssimo Sacramento, no respeito do descanso semanal e cumprimento do «preceito dominical» e na valorização da comunhão eucarística, preocupações bem patentes nas diferentes pastorais ao longo dos séculos XIX e XX. Esta vivência é também marcada pelas missões internas que através da pregação e da confissão, sobretudo na Quaresma, oferecem uma intensa formação e enquadramento da vida espiritual dos fiéis. As procissões* são uma forma de exteriorizar e de estimular as populações a uma crença mais intensa, onde ocupa lugar destacado a devoção a Nossa Senhora, ou em certas festividades, como a do Corpo de Deus, que têm um forte enraizamento nas tradições católicas do país. O rosário ou o terço contituem importantes formas de oração; em diversos meios constituiu uma oração diária e familiar, proposta por diversas associações de piedade e pelos próprios pastores. Os retiros, a orientação espiritual, as reuniões de oração, as novenas, etc. são meios concretos que procuram avivar constantemente a vida cristã. Este trabalho é orientado em muitas circunstâncias por certas congregações religiosas e por diferentes associações de fiéis de diferente índole. *2. Instâncias e dinâmicas de espiritualidade católica:* O pensamento católico português, reflectindo sensibilidades e correntes espirituais diversas, durante muito tempo foi essencialmente marcado pela apologética*. Apesar de algumas traduções, o catolicismo português mantém-se até meados do século XX significativamente afastado dos debates teológicos e dos estudos bíblicos e exegéticos presentes noutros centros da Igreja. Isto não nega a existência de algumas excepções entre clérigos e leigos, mas resultante mais dos seus contactos exteriores do que da existência de uma reflexão interna. Estas excepções nem sempre encontraram a receptividade necessária ou o apoio para introduzirem uma renovação de mentalidade e uma abertura cultural. A fase de restauração do catolicismo foi marcada mais pela segurança da doutrina do que pela interrogação, sendo a diferença dificilmente tolerada. A ausência de uma escola de teologia* no país agravou as dificuldades para o desenvolvimento deste nível de pensamento e reflexão. A Faculdade de Teologia existente na Universidade Coimbra*, quando foi encerrada pela revolução republicana, encontrava-se já numa profunda crise que remontava a meados do século XIX. Durante muito tempo o estudo teológico fica reduzido aos seminários maiores. Apesar de na pastoral de 1930 o Episcopado insistir na necessidade da criação de um instituto católico, este projecto só ganha efectivamente corpo nos anos 60. No entanto, apesar das limitações do catolicismo português em termos de pensamento, ele não deixa de estar presente em muitas das polémicas culturais destes dois séculos ao mesmo tempo que certas figuras da vida cultural do país se convertem a ele, como seja o escritor e militante revolucionário Manuel Ribeiro (1878-1941) ou o filósofo e político republicano Leonardo Coimbra (1883-1936). A experiência cristã, directa ou indirectamente, condiciona o evoluir da sociedade portuguesa, mesmo quando esta a obriga a mudar nas suas concepções ou maneiras de actuar. Apesar da mudança nas formas de prática religiosa, constatam-se permanências ao nível das devoções, e das manifestações de piedade tradicionais. As expulsões sucessivas das ordens religiosas afectaram a presença pastoral regular em certas zonas do país, como na região alentejana, especialmente durante a Monarquia Constitucional e nos primeiros anos da República, com fortes repercursões nas décadas seguintes. Mas, este período correspondeu também a uma fase de grande transformação da vida das dioceses e a uma valorização da acção pastoral do clero secular. Em grande medida o bispo passa a ser o factor mais determinante na organização da vida cristã em cada diocese. Porém, nestes dois séculos o catolicismo em Portugal recebe diversas influências, nomeadamente francesa, através da introdução de certas devoções trazidas pelos membros das congregações religiosas que se instalam em Portugal, em várias épocas. O peso do catolicismo francês na vida da Igreja Católica romana, a semelhança em certos aspectos da vida social e política dos dois países e o impacte da cultura francesa são razões suficientes para explicar esta influência. Dois exemplos expressivos são as devoções a Nossa Senhora de Lourdes e a Jean-Marie Vianney (cura d'Ars). Mais recentemente, outras influências se têm manifestado, nomeadamente de centros de estudo teológico e pastoral como Lovaina, Roma e de ambientes onde se verifica forte presença da diáspora portuguesa, ou ainda através de influência onde surgiram novas formas de organização de apostolado, como a Espanha ou a América Latina. Na época contemporânea são de destacar duas importantes dinâmicas de acção pastoral, que algumas vezes não deixam de apresentar tensões com as formas mais tradicionais ou hierárquicas da autoridade eclesiástica: as congregações religiosas e o movimentos laicais. *2.1. Congregações:* No que respeita à primeira, a sua importância inscreve-se num protagonismo associado à compreensão da liberdade da Igreja Católica romana no seio da sociedade moderna e liberal, pois o Estado, e através deste a Maçonaria*, disputa a influência da Igreja na sociedade, verificando-se um confronto visível sobre as várias formas de sociabilidade, nomeadamente no que se refere à legitimidade da organização da vida religiosa em congregações masculinas e femininas. Contudo, esta tensão, permanente a muitos níveis durante a Monarquia Constitucional e no contexto da separação estabelecida pelo regime republicano, favoreceu o aparecimento de vida religiosa centrada na acção como

expressão da sua própria utilidade e legitimidade. Característica de «novas congregações», masculinas e femininas, esta concepção recentrou a própria espiritualidade dessas comunidades e dos sectores católicos por elas integrados, suscitando uma dinâmica importante de recristianização e influência. Assim, acentuou-se o aparecimento de congregações que desenvolvem uma actividade no campo do ensino, mas também no campo assistencial, particularmente através de instituições de integração social (casas para órfãos, asilos ou casas de correcção), como foi o caso dos Salesianos*. Importa ainda destacar outras experiências que, restauradas, desenvolveram marcante influência no interior e exterior dos meios católicos. Em primeiro lugar importa assinalar a presença da Companhia de Jesus (*v.* JESUÍTAS): apesar do antijesuítismo constituir um dos elementos de ataque anticlerical (*v.* ANTICLERICALISMO), a sua actividade no campo do ensino confere-lhe uma forte tradição ligada ao labor intelectual, não sem influência nos meios populares rurais pela irradiação da pregação da catequese. A ela está intimamente associada a organização em Portugal, a partir de 1864, do Apostolado da Oração*, fortemente ligado à espiritualidade inaciana e que pela sua actividade atravessa todo o tecido social, marcando a sensibilidade religiosa e o comportamento de gerações sucessivas. O Apostolado de Oração foi considerado por católicos e não-católicos «o grande instrumento de combate da Igreja na sociedade portuguesa». Por outro lado, privilegiando a formação das elites, acompanham-nas através de retiros e da direcção espiritual, e realçam o papel da mulher como jovem ou como mãe de família através de múltiplas actividades e organizações. Por outro lado, o franciscanismo constitui um dos grandes filões do imaginário espiritual português que desborda o meio católico. A influência dos Franciscanos não se circunscreve à reestruturação da Ordem a partir da reabertura do Convento de Santo António do Varatojo em 1861. O carácter popular das suas missões e do seu ensino, a actividade da Ordem Terceira de São Francisco, com grande penetração em certas zonas do Norte, contribuem para destacar o franciscanismo como uma corrente espiritual com larga projecção na vida cristã do país. É o carácter evangélico da visão franciscana do cristianismo que permite, particularmente nas primeiras décadas do século XX, a conversão de certos agnósticos e anarquistas testemunhada por alguma literatura da época. O franciscanismo foi apontado como vector dinamizador da cultura portuguesa por certos autores como Jaime Cortesão, António José Saraiva ou Agostinho da Silva. O «espírito franciscano» encontra-se no cruzamento da religiosidade popular com a questão social, o que levou certos grupos de franciscanos a participar activamente no movimento social católico. O franciscanismo, como tal, foi referência interna ao catolicismo, como inspirador da formadora e da acção de figuras como o padre Américo* ou de grupo METANOIA, fundado durante a década de 40 por jovens católicos procurando viver a dimensão mística e social da radicalidade evangélica, ligados ao padre Joaquim Alves Correia. *2.2. Movimentos laicais:* A experiência vivida pela Igreja durante o século XIX e com a República levou ao desenvolvimento de outros meios para a sua acção de mobilização dos católicos, como resposta às exigências de cristianização postas pelo indiferentismo e pelas novas realidades sociais. A multiplicidade de associações e movimentos surgidos em torno das questões social e política, apesar de demonstrativas da força do catolicismo, são também motivo de conflito e divisão entre os católicos, o que leva os bispos a desejar encontrar novas formas de actuação mais concertadas e dependentes da sua autoridade e vontade. Depois do Concílio Plenário Português de 1926, o Episcopado decidiu coordenar e conjugar todas estas experiências e dar-lhes maior eficácia, nascendo em 1933 a Acção Católica Portuguesa* com este desiderato. A Acção Católica é, sem dúvida, a dinâmica mais marcante da vida da Igreja até ao Concílio Vaticano II. Contudo, o seu modo de ser uniformizador não deixa de criar algumas dificuldades à existência de outras experiências de apostolado. Tendo um forte componente de especialização, são os sectores juvenis e operário os mais determinantes. Fortemente ligada às directivas papais e dos bispos, constituiu neste período um espaço organizativo com forte adesão, particularmente num país onde nessa época a vida associativa encontrava fortes limitações resultantes do regime autoritário e corporativo do Estado Novo. Foi uma verdadeira escola de formação de quadros que, não intervindo directamente ao nível político, dava consistência e impacte à Igreja, permitindo a formação e a intervenção de novas gerações que pressionaram a Igreja Católica em Portugal para outros caminhos de renovação. As comemoração do XXV aniversário e o Grande Encontro da Juventude (1963) são momentos que revelam a importância do trabalho de promoção social, cultural e religiosa desenvolvido pelos diferentes organismos, com especial realce para os do meio rural. A sua influência estendeu-se também no movimento de renovação litúrgica e espiritual, sobretudo através das suas diferentes actividades, o que nem sempre foi recebido positivamente devido ao facto de ser o catolicismo português fortemente determinado pela vida paroquial. Contudo, sobretudo depois dos anos 50 e, particularmente, no período pós-conciliar, surgiram outras formas de dinâmicas eclesiais que desenvolveram novas instâncias de vida espiritual centradas na vida familiar, na juventude ou integrando a renovação carismática no catolicismo (*v.* MOVIMENTOS ECLESIAIS CONTEMPORÂNEOS). *3. O universo protestante:* As correntes históricas do protestantismo entendem-se a si próprias como experiências de espiritualidade, na medida em que valorizam e potenciam as relações que todo o crente, na sua intimidade, pode ter com Deus, isto é, a liberdade de cada um se confiar a Cristo. Transportando duas sensibilidades espirituais, centradas num racionalismo e num rigorismo moral, o universo protestante conheceu um importante processo de recomposição na época contemporâneo, de que a sua presença em Portugal é devedora, quer porque considerado como região de missionação para esse *élan* renovador, quer pela presença sistemática em territórios ultramarinos subordinados à potência colonial portuguesa. Em grande medida o *revéil*, que marca o

cristianismo protestante na transição do século XVIII para o XIX, exprimindo-se num importante dinâmica missionária, arranca do pietismo pela constituição de grupos que se reúnem em torno da Bíblia. Este movimento de renovação deu corpo ao metodismo (*v.* IGREJA METODISTA) e está intimamente associado à constituição das diversas sociedades bíblicas que protagonizam importante proselitismo através da divulgação bíblica e pelo incremento de dinâmicas de vivência religiosa não-conformista, contribuindo para acentuar a pluralidade e cissiparidade própria do universo protestante. *4. O caleidocóspio espiritual:* Os níveis e as facetas da dimensão espiritual diversificaram-se e multiplicaram-se ao longo da época contemporânea, inclusive como formas identitárias específicas. Tal ocorreu no seio do catolicismo hegemónico, como nas formas mais ou menos organizadas de uma espiritualidade filosófica, expressa por figuras da cultura portuguesa, através da individualidade das suas obras, incorporando níveis de heterodoxia, como se expressou também através de certas correntes protestantes e até formas de esoterismo*, assim como com o aparecimento e afirmação de formas de expressão religiosa associadas a minorias étnicas, particularmente depois do processo de descolonização, a partir da segunda metade da década de 70 do século XX, como é no caso do islamismo e do hinduísmo*. Apesar da persistência hegemónica do catolicismo, pode referir-se a existência de uma espiritualidade como realidade caleidoscópica no interior de cada uma das dinâmicas religiosas socialmente organizadas, não só pelas práticas que envolvem, mas sobretudo como mundividências que expressam, marcadas pelas mudanças sociais e culturais ocorridas no país. Contudo, a decepção com formas do cristianismo histórico e a busca pessoal, através de uma maior individualização, torna também as experiências espirituais em percursos ou níveis de interiorização da solidão radical da condição humana. Como fuga ou como busca de sentido para esta experiência, surgem formas de sincretismo religioso e de espiritualidade, não só entre correntes cristãs, atravessadas pela dinâmica dos novos movimentos religiosos e das seitas*, mas na fronteira das diversas heranças espirituais em torno de tópicos como a reincarnação, a astrologia*, formas diversas de terapia, recolhendo uma enorme diversidade de sapiências orientais ou afro-americanas. Tem-se assim constituído o que alguns sociólogos da religião consideram ser «uma nebulosa esotérico-mística» e que, em larga medida, define as referências do que tem sido designado por *New Age* (a Nova Era), carregada de laivos milenaristas ou apocalíticos, com maior ou menor enraizamento no temário cristão, onde se destacam diversas correntes, desde um certo ecologismo até filosofias de natureza existencial.

ANTÓNIO MATOS FERREIRA

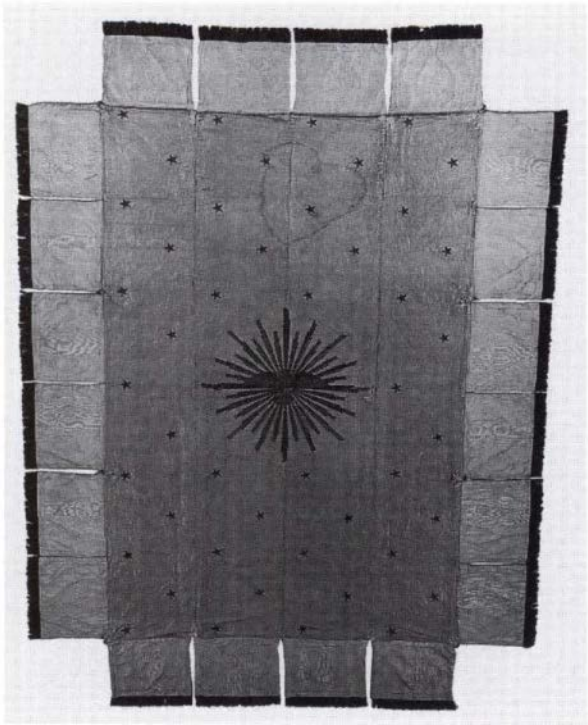
BIBLIOGRAFIA: [A bibliografia que se apresenta tem carácter geral e específico relativamente aos pontos abordados no texto, excepto no que se refere aos temas com entrada própria no *Dicionário*, para onde se remete também a pesquisa bibliográfica complementar, evitando assim repetições.] ALPUIM, Maria Augusta d' – *A montanha dourada*. Pref. cón. Constantino Macedo de Sousa. Viana do Castelo: Ed. Confraria de Santa Luzia, 1989. ANTUNES, Carlos Alberto Maria – *Manuel Ribeiro: Itinerário de uma conversão: mística e questão social*. Tese de licenciatura apresentada à Faculdade de Teologia da UCP, em Lisboa, em 1998. Texto mimeografado. BARUZI, Jean – *L'intelligence mystique*. Textes choisis et présentés par Jean-Luois Vieillard-Baron. Paris: Berg International Éditeurs, 1985. BOCQUET, D. Marcel – *O amor presente no mundo: vida do P. Mateo*. Trad. P. Dr. Francisco Vàqueres. Porto: Edições Salesianas; Cavaleiro da Imaculada, 1969. BORRIELLO, Luigi; CROCE, Giovanna della; SECONDIN, Bruno – La spiritualità cristiana nell'età contemporanea. In *STORIA della Spiritualità*. Dir. Vittorino Grossi; Luigi Borriello; Bruno Secondin. Roma: Edizioni Borla, 1985, vol. 6. BOWMAN, Frank Paul – *Le Christ des barricades (1789-1848)*. Paris: Éditions du Cerf, 1987. CANASTRA, Fernando Augusto Coelho – *As origens das aulas de religião e moral nas escolas públicas em Portugal*. Tese de licenciatura apresentada à Faculdade de Teologia da UCP, em Lisboa, em 1998. Texto mimeografado. CAPELA, Manuel José Martins – *Escritos dispersos*. Terras do Bouro: Câmara Municipal, 1992. Ed. comemorativa do 150.º aniversário do seu nascimento. CERTEAU, Michel de – *La faiblesse de croire*. Paris: Éditions du Seuil, 1987. COLÓQUIO INTERNACIONAL «PIEDADE POPULAR: SOCIABILIDADES, REPRESENTAÇÕES, ESPIRITUALIDADES» – *ACTAS*. LISBOA: TERRAMAR; CENTRO DE HISTÓRIA DA CULTURA/HISTÓRIA DAS IDEIAS – FCSH-UNL, 1999. *CONFERÊNCIAS na Fundação Calouste Gulbenkian nos 150 anos do nascimento de Teresa de Saldanha*. Lisboa, 1987. CONGRESSO INTERNACIONAL DE FÁTIMA, 9-12 de Outubro de 1997 – *Fenomenologia e teologia das aparições*. Fátima: Santuário de Fátima, 1998. CORREIA, Joaquim Alves – *O cristianismo e a mensagem evangélica*. Lisboa: Cosmos, 1941. Biblioteca Cosmos; 7. IDEM – *Cristianismo e revolução*. Selecção de textos e coord. Anselmo Borges, pref. D. António, bispo do Porto. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1997. IDEM – *A largueza do reino de Deus*. 2.ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora; A. M. Teixeira & C.ª (Filhos), 1934. 1.ª ed. 1931. COUTINHO, B. Xavier – *Album da Exposição de Arte Sacra: 2.º Congresso Nacional do Apostolado da Oração (1844-1944)*. Porto: Ed. Comissão Executiva do Congresso, 1946. CUNHA, Arlindo de Magalhães Ribeiro da – *Um povo a caminho*. Vila Nova de Gaia: Comunidade da Serra do Pilar, 1992. DANIÉLOU, Jean – *Dieu et nous*. Paris: Éditions Bernard Grasset, 1956. IDEM – *Sainteté et action temporelle*. Tournai: Desclée, 1955. DARRICAU, Raymond; PEYROUS, Bernard – *La spiritualité*. 3.ª ed. Paris: PUF, 1994. Collection Que sais-je?; 2416. IDEM – *Histoire de la spiritualité*. 2.ª ed. Paris: PUF, 1994. Collection Que sais-je?; 2621. DAWS, Gavan – *Damian de Molokai (Holy Man)*. Trad. A. Pérez del Valle. Madrid: Editorial Reinado Social, 1984. *DICIONÁRIO de espiritualidad*. Dir. Ermano Ancili. Barcelona: Editorial Herder, 1983-1984. 3 vol. DOMINGUES, Bento – *A religião dos portugueses: testemunhos do tempo presente*. Porto; Lisboa: Livraria Figueirinhas, 1988. *ENCYCLOPEDIE du Protestantisme*. Dir. Pierre Gisel. Paris: Éditions du Cerf; Genève: Éditions Labor et Fides, 1995. FERREIRA, António Matos – Catolicismo. In *DICIONÁRIO de História de Portugal: 7: Suplemento*. Coord. António Barreto; Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 1999, p. 257-269. IDEM – Cruz, Francisco Rodrigues da (padre). In *DICIONÁRIO de História de Portugal: 7: Suplemento*. Coord. António Barreto; Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 1999, p. 257-269. IDEM – Joaquim Alves Correia: o cristianismo como humanidade. *Viragem*. 26 (Abr.-Jun. 1997). IDEM – Portugal: C: Le catholicisme aux 19e et 20e siècles. In *DICTIONNAIRE de Spiritualité, Ascétique et Mystique: Doctrine et Histoire*. Paris: Beauchesne, 1986, tomo 12, 2.ª parte, col. 1973-1985. IDEM – Protestantismo. In *DICIONÁRIO de História de Portugal: 9: Suplemento*. Coord. António Barreto; Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 2000, p. 191-197. FILIPE, Nuno – *Teresa de Saldanha, uma vida para os outros*. Lisboa, 1990. *FIM (O) dos tempos*. Conversas com Stephen Jay Gould, Jean Delumeau, Jean-Claude Carrière, Umberto Eco. Lisboa: Terramar, 1999. GOFFI, Tullo – La Spiritualità contemporanea (XX secolo). In *STORIA della Spiritualità*. Bologna: Edizioni Dehoniane, 1987, vol. 8. IDEM – La Spiritualità dell'Ottocento. In *STORIA della Spiritualità*. Bologna: Edizioni Dehoniane, 1989, vol. 7. GOMES, J. Pinharanda – *Imagens do Carmelo Lusitano: estudos sobre história e espiritualidade carmelitas*. Lisboa: Paulinas, 2000. IDEM – *O Servo de Jesus Alberto Diniz da Fonseca (1884-1962)*. Pref. P. Geada Pinto. Guarda: Liga dos Servos de Jesus, 1988. IDEM – *Santa Teresinha do Menino Jesus na devoção portuguesa*. Lisboa: Paulinas, [1998]. GONZALES CARRERA, Juan Vicente – *Servidor del amor: Pedro (Jose Maria) Coudrin, fundador de los Sagrados Corazones (Picpus)*. Santiago do Chile: Ed. Congregación de los Sagrados Corazones (SS.CC.), 1990. HUXLEY, Aldous – *Dieu et moi: essais sur la mystique, la religion et la spiritualité*. Trad. de l'anglais par Dominique Dussaussoy. Paris: Éditions du Seuil, 1994. *ITINERÁRIO (O) de Luiza Andaluz*. Ed. org. e anotada por Maria Fernanda Tavares. Lisboa: Servas de Nossa Senhora de Fátima, [1997]. KÉCHICHIAN, Patrick – *Les usages de l'éternité: essai sur Ernest Hello*. Paris: Éditions du Seuil, 1993. LE PICHON, Xavier – *As raízes do homem: da morte ao amor*. Trad. Fernanda P. Brandão. Lisboa: Livros e Leituras, 1999. LOPES, Francisco – *P. Joaquim Alves Correia (1886-1951): ao serviço do Evangelho e da democracia*. Pref. Prof. Manuel Braga da Cruz. Lisboa: Editora Rei dos Livros, [1996]. *MANUAL da Sociedade de S. Vicente de Paulo*. Pub. pelo Conselho Central das Conferencias da Diocese do Porto, com autorização de D. António, bispo do Porto. Porto: Typ. Catholica Fonseca & Filho, 1907. MARUJO, António – *Vida de Deus na terra dos ho-*

mens. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1999. Colecção Nova Consciência. MERTON, Thomas – *Nul n'est une île*. Trad. Marie Tadié. Paris: Éditions du Seuil, 1993. 1.ª ed. 1956. NICOLAU, Rita Maria do Nascimento – *Teresa de Saldanha, uma vivência cristã no feminino*. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1996. NOGUEIRA, Maria do Céu – *História da Província Portuguesa das Irmãs de Santa Doroteia, 1866-1910*. Linhó, 1967, 2 vol. Texto mimeografado. OLAIO, Nuno Miguel da Silva Pereira – *Carlos João Rademaker (1828-1885): Percurso do restaurador da Companhia de Jesus em Portugal*. Tese de mestrado em História Contemporânea / História de Portugal (séculos XVIII-XX) apresentada à FLUL em 1999. Texto mimeografado. *PADRE Alberto Neto: testemunhos de uma voz incómoda, Capela do Rato (68-73)*. Coord. P. Peter Stilwell. Lisboa: Texto Editora, 1989. PEREIRA, Henrique Manuel S. – *Rita de Jesus: paixão pela infância de Jesus, compaixão pela dor humana*. Pref. Carlos A. Moreira de Azevedo. Porto: Ed. Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, 1999. PINHO, Arnaldo Cardoso de – *Leonardo Coimbra: biografia e teologia*. Porto: Lello Editores, 1999. PINTO, Helena Costa – *A pedagogia de Teresa de Saldanha*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1993. RAMOS, A. Jesus – *O bispo de Coimbra D. Manuel Correia de Bastos Pina*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1995. SAMPAIO, Rosa do Carmo – *Uma caminhada na fé e no tempo: a história das Religiosas do Sagrado Coração de Maria*. [S.l.:] Religiosas do Sagrado Coração de Maria, 1990. SANCHIS, Pierre – *Arraial: festa de um povo. As romarias portuguesas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983. SILVA, Amaro Carvalho da – O Bom Jesus do Monte das Mós: Martins Capela e a devoção ao Sagrado Coração de Jesus. *Lusitania Sacra*. 8-9 (1996-1997) 171-244. SILVA, António José da – *Naturalismo e religiosidade em Jaime Cortesão*. Lisboa: Faculdade de Teologia-UCP, 2000. SILVA, Carlos Henrique do Carmo – Tempo da santificação ou santificação do tempo: o conhecimento da verdade e a recristianização da Europa. *Itinerarium*. 126 (Set.-Dez. 1986) 297-332. SOUSA, J. M. Pinto de – As missões populares dos Redentoristas em Portugal. *Spicil. Hist. Congreg. SSR*. 33: 2 (1985) 485-507. THIAUCOURT, Marie Rose – *Madre Teresa de Saldanha: vida e obra*. Lisboa, 1987. THOMAS, M. – *The Lord may be in a hurry*. Kenosha (USA), 1965. *ÚNICO (O) amor: Escritos espirituais de Teresa de Saldanha*. Apresent. de Pinharanda Gomes. Porto: Lello Editora, 1998. VIEIRA, José Carlos de Sousa Alves – *Para a história do Sameiro*. Braga: Ed. Confraria do Santuário de Nossa Senhora do Sameiro, 1930.

EUCARISTIA. O termo reúne uma pluralidade de aspectos atestado pela variedade dos nomes que recebeu ao longo dos tempos. O nome mais antigo foi o de *ceia do Senhor* ou *fracção do pão*, termos que se encontram no Novo Testamento. Também antigo, do final do século I, é o termo grego *eucaristia*, que significa acção de graças e louvor. Tornar-se-ia o mais usado no Oriente e no Ocidente. O nome mais popular de *missa* prevaleceu no Ocidente, sublinhando a despedida acompanhada de uma benção final. Sobre o léxico eucarístico foi publicada a obra de António do Espírito Santo Macabelo, *Alphabetus eucharisticum per capita XX, distributum, in quo Eucharistici sacramenti nomina colecta [...]* (Lisboa, 1725), novamente publicada em 1733 com o título *Polyanthea Eucharistica*. Insere-se num género enciclopédico de pacientes instrumentos de trabalho, por si só espelho de uma forma mental aparatosa. *1. Definição actual:* A eucaristia é a mais excelente e central expressão sacramental do dom da salvação entregue por Cristo, em obediência ao amor de Deus seu Pai e como apelo à humanidade para que viva de modo novo, transformado pelo Espírito. Do gesto simbólico e profético de Jesus na Última Ceia, partindo o pão e dando a beber do cálice, as comunidades cristãs organizaram uma encenação estética, inspirada em fórmulas de bênção judaicas, que resume a vida de entrega e serviço (na linha do servo sofredor de Isaías), de amor universal de Cristo, e estabeleceram uma ética interpeladora para quem participa do memorial antecipante de um sentido da vida. As várias tradições litúrgicas configuram fórmulas e gestos capazes de comunicar essa experiência central. O sacramento da eucaristia é memorial da Páscoa de Jesus. Mas também é banquete actualizador dos sinais da salvação de Deus presentes no viver, morrer e ressuscitar de Jesus. É igualmente lugar celebrativo da libertação da nova Páscoa, sempre na esperança da vinda de Deus à nossa vida e à vida do mundo. Os cristãos não celebram apenas o gesto da Última Ceia, mas o evento pascal completo. O esquema essencial da celebração é constituído pelos seguintes elementos: rito de entrada (posterior ao século V), leituras, homilia, oração dos fiéis, beijo da paz (após a reforma de 1970, colocado antes da comunhão e extensivo a toda a assembleia), ofertório ou apresentação dos dons (solene quando aumentou o clero), grande oração ou anáfora eucarística, fracção do pão e comunhão dos presentes, despedida e bênção final. A liturgia romana criou o seu conjunto de orações (eucologia) no final da época patrística. Lentamente a celebração adquiriu o ritmo de um drama sacro. Cada actor tinha o seu papel e livro. Sacramentário, depois chamado missal para o presidente da celebração, leccionário para os leitores (depois dividido com o evangeliário do diácono), o antifonário para os cantores. Ao povo bastava um livro com os diálogos e os cantos essenciais: *Kyrie, Sanctus, Agnus Dei*. A Idade Média iria introduzir orações privadas, hinos, sequências, tropos. A missa papal serviria de modelo geral. O povo foi posto à margem de uma participação activa. Não entendia o latim. O clero numeroso absorvia toda a participação e cantos. Restava-lhe dedicar-se a orações e devoções privadas, paralelas ao desenvolvimento da missa a que meramente assistiam. As ordens monásticas e mendicantes deram início às missas por devoção, perdendo a dimensão comunitária, impondo-se como missa-tipo, criando um livro que continha tudo: o «missal plenário». Também a comunhão se tornou rara e muitas vezes fora do ambiente da celebração assumindo carácter privativo, no contexto de crescimento de uma mentalidade fisicista e coisificada da presença real no corpo e sangue de Cristo. Passou a ser recebida de joelhos e directamente na boca e apenas sob a espécie do pão. O Concílio de Trento veio reforçar a visão tradicional pela afirmação do aspecto ontológico-metafísico da presença real para além da celebração. O missal de Pio V (1570) trouxe uma uniformização ritual no Ocidente. Com total subordinação e centralização romana. Apesar de ideias precursoras de alguns, como Muratori e Rosmini, só o movimento litúrgico conseguiria levedar a massa para se conseguir a reforma do II Concílio do Vaticano. *2. Linhas evolutivas:* Após acesas controvérsias (séculos IX-XII) sobre a explicação teológica para a presença real de Cristo na Eucaristia, chega-se a uma sistematização na legislação eucarística dos cânones 17 e 19 a 21 do III Concílio de Latrão de 1215 e na formulação global de Eudes de Sully (1208) – *Praecepta synodalia*, espalhada pela Europa, com eco nas Constituições Sinodais de Lisboa de 1240 (*cf.* COSTA – Santíssima Eucaristia). A norma de se confessar e comungar ao menos uma vez por ano, pela Páscoa (desobriga), nasce aqui como preceito geral da Igreja Católica. Considera-se Páscoa o período que vai desde o início da Quaresma até ao domingo a seguir à

Páscoa, segundo privilégio de Eugénio IV (1431-1447). Quem não cumprisse considerava-se fora da comunhão (excomungado) e se morresse não teria sepultura eclesiástica. Os párocos estavam obrigados a fazer o rol da desobriga e a enviá-lo para o bispo. A crise moral dos séculos XIV a XVI conduziu à decadência da desobriga. Os escolásticos do século XIII, com ajuda das categorias aristotélicas de substância e acidente, formulam a expressão «transubstantio» ou transubstanciação, cunhada por Rolando Bandinelli (c. 1150), futuro papa Alexandre III. Afirma-se também, perante os cátaros e valdenses, que só o presbítero pode celebrar a eucaristia. As obras de São Tomás e São Boaventura exercem larga influência doutrinal. Defendem que «sob as espécies do pão e do vinho está contido um único Cristo total e indiviso, ou seja, o seu corpo, Alma e Divindade, e por isso igualmente em ambas as espécies está presente um único e simplicíssimo sacramento que contém Cristo inteiro» (Boaventura – *Obras*. Madrid: BAC, 1955, vol. 1, p. 470). A realidade da fé permanece, segundo esses autores, escondida aos sentidos que continuam a ver pão e vinho, com sabor a pão e vinho. Pela eucaristia o cristão encontra o auxílio para crescer na vida espiritual e preparar-se para o banquete eterno. Apaga os pecados veniais e conduz à caridade, prevenindo o pecado. Repara, ilumina, aperfeiçoa e vivifica (*cf.* Henriques – *D. Frei Tello*, p. 295). A tradução portuguesa do «Livro de José de Arimateia» e da «Demanda do Santo Graal» demonstram o peso desta literatura medieval na apologia da transubstanciação, com insistentes formas novelescas para afirmar a verdadeira presença real de Cristo no corpo e sangue eucarísticos, para além da missa (*cf.* Martins – *A eucaristia*, p. 16-30). As constituições de Quinhentos dão espaço mais desenvolvido à doutrina eucarística e à disciplina sacramental em geral, como acontece com as constituições de Braga (1538) e Lisboa (1537). Seria, no entanto, após Trento que a teologia relativa à eucaristia ganharia grande lugar na legislação diocesana. Aliás, o bispo de Leiria, Gaspar do Casal (1510-1584), teve importante intervenção no concílio tridentino, sobre a questão da teologia sacrificial. Revelou solidez e vasta erudição nos seus discursos, a ponto de ser escolhido para a comissão que redigiu os artigos relativos ao tema. Deixou obra dedicada à temática (*De sacrificio Missae*. Venetiae: ex off. Jordani Zileti, 1563. Antuerpiae: L. Malconium, 1566). Aí demonstra que a missa é sacrifício verdadeiro e real. A humanidade acolhe pela missa os méritos do sacrifício do Calvário (Resende – *O sacrificio*, p. 27). Outra obra deu a lume na mesma data (*De Coena et calice Domino quo ad laicos et clericos non celebrantes*. Venetiae: ex off. Jordani Zileti, 1563), com mais largueza de informação sobre a eucaristia em geral. Apresenta a doutrina positiva dos concílios, autores patrísticos e teólogos posteriores e acrescenta a especulação para clarificar conceitos e explicar a verdade do dogma eucarístico, nas suas diversas vertentes. Defende que «A essência do sacrifício da Missa não está na imolação mas na obla-

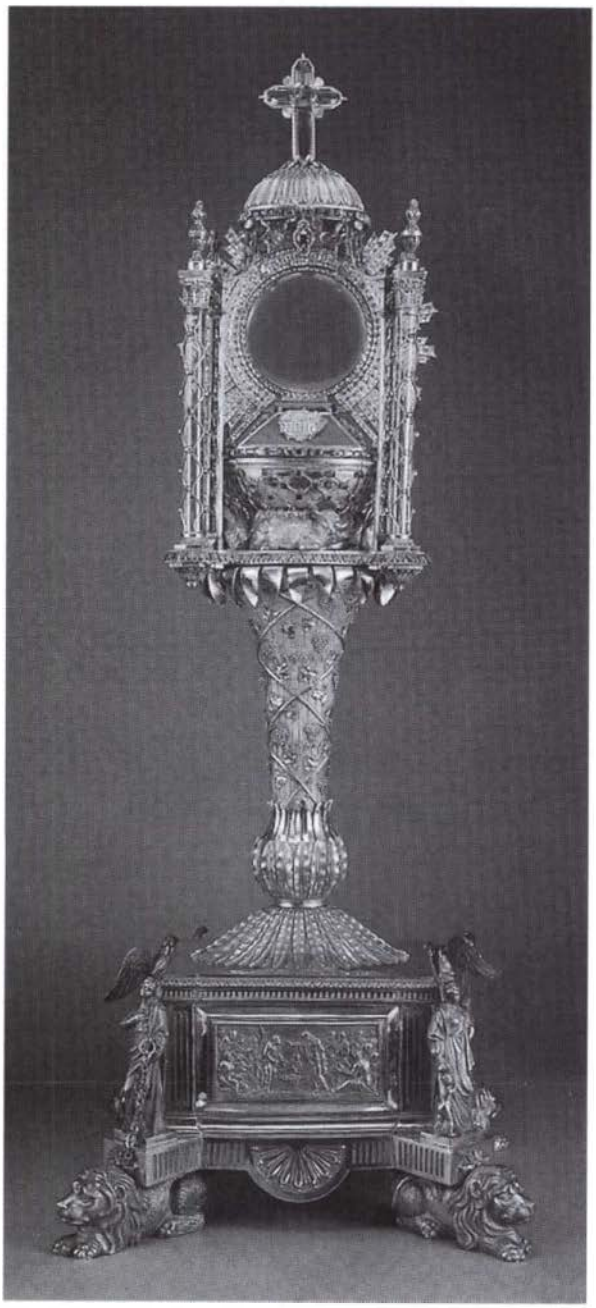
O triunfo da Eucaristia, *óleo sobre tela, finais do século XVIII (Lisboa, Mosteiro dos Jerónimos).*



Pálio, lhama, com bordado aplicado, de fio metálico dourado e prateado, século XVIII (Porto, Igreja de Santa Clara).

ção duma vítima imolada», é «representação actual da imolação passada na cruz» (Resende – *O sacrifício*, p. 183). Desenvolve a tese de que há um só sacrifício de Cristo, com identidade entre a Ceia e a Cruz. A Ceia é parte essencial do sacrifício da Cruz. Este corpo doutrinal vê-se acolhido nas constituições de Portalegre (1632), Lisboa (1640), Lamego (1683) e Porto (1690). Ampliam a dimensão concedida à teologia sacramental equiparando os cânones a verdadeiros tratados. Muitos textos insistem na preparação interior e exterior que o padre deve assumir para celebrar a eucaristia (*cf.* Constituições. Porto (1690) L.º 2.º, t. I, c. 2). Mereceria um estudo o contributo teológico do jesuíta e cristão-novo Manuel da Veiga (1552-1640), que publicou em Praga, onde leccionou, várias obras, entre elas *Assertiones theologiae de Eucharistiae augustissimo sacramento,* Vilnae, 1585; *De divinissimo et tremendo missae sacrificio,* Vilnae, 1586, bem como a obra eborense de Pedro Margalho (1474-1556), *Misterios da missa* (Martim de Burgos, 1585; Manuel de Lira, 1597). Já do século XVII é a bem sucedida obra de Jácome Carvalho; Canto (1623) (*Excelencias e louvores do Santíssimo sacramento do altar.* Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1615; Lisboa: António Alvares, 1645) e o do cisterciense João Bona (*Tratado ascetico do sacrificio da missa.* Lisboa: Deslandes, 1689). Multiplicam-se as ajudas espirituais para o fiel «aparelhar» ou viver mais intensamente a preparação da comunhão e para obter consequências vitais. Data já de 12 de Outubro de 1549 uma edição conimbricense da *Preparaçam sp[iri]tual de catholicos aa sanctissima comunh do corpo & sgue de nosso S[e]n[h]or Iesu Chr[rist]o.* Teve sucesso a obra do jesuíta Francisco Bermudez de Castro (1567-1632): *Exercicio para antes e depois de se receber o S.S.* (Lisboa: P. Craesbeeck, 1629) ou *Tratado do Santíssimo Sacramento do altar.*(Coimbra: Loureyro, 1631). Resulta de um capítulo de outro livro de *Exercicios sanctos.* Seria adaptada por José Freire de Andrade († 1633), com edições em 1632 (Lisboa: Manuel da Silva), 1633 (Lisboa: Jorge Rodrigues), 1652 (Lisboa: António Alvares). Foi editada também pelo agostinho Leonardo de São José (*Tratado para antes e depois da comunhão.* Coimbra: Manuel Dias, 1664). Posteriormente é traduzido o dominicano Francisco Falconi *(Solilóquios do Santíssimo Sacramento.* Lisboa: D. Carneiro, 1662). Este tipo de literatura cresce no século XVII. Podemos ainda referir: António Lopes Castelo, que publica em 1670 um *Oficio em louvor do Santissimo Sacramento com cinco solilóquios para antes e depois da confissão e comunhão* (Lisboa: Diogo Soares de Bulhões); o jesuíta João da Fonseca com a sua *Instrução espiritual para antes e depois da comunhão* (Lisboa: M. Manescal, 1689), ou ainda o produtivo crúzio Fernando Cruz, que escreveu uma *Jóia riquissima dos corações limpos, Jesus sacramentado* (Lisboa: D. Carneiro, 1692). Além da preparação da pessoa que preside à celebração e dos membros da assembleia, exigia-se o cuidado com todas as vestes e alfaias litúrgicas relacionadas com a missa, chegando a minuciosas determinações. Os livros de visitas testemunham e registam as recomendações sobre os cuidados a ter com o esplendor eucarístico, que pode comparar-se à majestade do aparato da corte real (*cf.* Ventura – *Reflexões*, p. 167-197). Indica-se como lugar próprio da celebração a igreja ou lugar dedicado a Deus, não consentindo sítio sem altar ou fora da igreja (*cf.* Constituições de Braga 1477, c. 44). Admitia-se, no entanto, para conceder o viático a algum doente que se celebrasse em casa do próprio ou nalguma ermida vizinha. A obrigação de participar («ouvir missa inteira») na eucaristia aos domingos e de celebrar a Páscoa na sua própria paróquia é referida pelas constituições (p. ex. Leiria, 1549, t. 10, c. 4). Menciona-se a idade de dez anos. Embora haja casos nas nossas constituições que apontam os sete anos para a confissão (p. ex. Coimbra, 1521) o que prevaleceu foi o costume dos dez anos para a confissão e os catorze para a comunhão (Porto, 1497, c. 27). Tinha sido orientação do IV Concílio de Latrão que os fiéis podiam confessar-se e comungar quando atingissem o uso da razão. O que significava capacidade para cometer pecado mortal, poder conhecer os mistérios da salvação e distinguir o pão eucarístico do pão vulgar. Por influência de São Tomás difundiu-se o costume de considerar idade mínima para a comunhão os 10-14 anos. As Constituições de Coimbra de 1548 e 1591 indicam 12 anos para as mulheres e 14 para os homens (t. V, c. 1). Admitia-se que os párocos pudessem anteceder a idade mínima desde que verificassem na pessoa um entendimento capaz. Apesar do desleixo na frequência à eucaristia que se sentia no final da Idade Média e na época pré-tridentina, havia correntes de espiritualidade que abriam caminho à frequência da comunhão, como eco do que

acontecia noutros países. Traduz-se a obra *Tratado de santissima comunham o qual deve ler e ter todo christão muitas vezes* (Lisboa: Luís Rodrigues, 1540), em defesa da assiduidade à eucaristia. É atribuída a Jorge Silva uma *Omelia do santissimo sacramento* (Évora, 1554), onde se aconselha a, pelo menos em desejo, comungar cada dia espiritualmente. Das obras do dominicano Luís de Granada publica-se em Évora o *Aparelho para receber o Santissimo Sacramento tirado das [suas] doutas e mui devotas meditações*. A partir dos meados do século XVI a intensificação do movimento a favor da frequência da comunhão, chefiado pelos seguidores de Santo Inácio, conseguia ganhar terreno e abrir portas na doutrina de Trento. Cada diocese, segundo o sentir pastoral do bispo e conselheiros, ia regulando a periodicidade (*cf.* MARQUES – Rituais, p. 559-561). Modernamente, as constituições diocesanas atendem ao Código de Direito Canónico de 1917 (cânones 802 a 809), ao Concílio Plenário Português (1926) e aos decretos *Sacra Tridentine synodus* (20.12.1905), sobre as condições para a comunhão frequente e quotidiana, e *Quam singulari* (8.8.1910), sobre a idade da primeira comunhão. Esta questão ocuparia os espíritos dando lugar a um curioso e prolongado debate (*cf.* ANTONI, Estevão – *Por que não haveis de comungar...* Guimarães, 1908). A mentalidade que fez passar da possibilidade de comungar três vezes por ano, vigente nos tempos pré-tridentinos (p. ex. Constituições de Braga, 1477), para o alargamento sucessivo de frequência, já estava em questão nas reservas do século XVII, colocando como máximo comungar de oito em oito dias (Portalegre, 1632). No século XVIII já se permitiu a comunhão diária (decreto *Cum ad aures*, de 12 de Fevereiro de 1619); mas uma espiritualidade de cariz jansenista não divulgou a concessão. Mais distante da vivência prática é o debate teológico. A explicação racional do mistério da presença real daria azo a uma polémica peripatético-cartesiana acerca dos acidentes eucarísticos. Os oratorianos João Baptista (*Philosophia aristotelica restituta et illustrate*. Lisboa, 1748, vol. 2, p. 125-129) e Teodoro de Almeida (*Recreação filosófica*. Lisboa, 1751, vol. 2), seguidos pelos jesuítas Manuel Pinheiro e Inácio Martins, estão do lado cartesiano. Contra situam-se os chamados peripatéticos: Frei Manuel Inácio Coutinho (*Systema quaquaversum aristotelicum de formis materialibus [...] cum appendice pro accidentibus eucharisticis*. Lisboa, 1751) enfrenta João Baptista; um autor satírico, sob o pseudónimo de Famião Ferrão Filalete (*Palinódia Manifesta*. Augusta, 1752) combate Teodoro de Almeida. Desviadas do magistério tradicional, estas novas teorias corriam pelos portugueses de Setecentos e eram ensinadas nas cátedras (*cf.* GOMES – Sistemas eucarísticos, p. 213-233). O respeito pelos textos eucológicos, recolhidos nos missais, é exigido e acentua-se após o Concílio de Trento, proibindo alterações criativas dos celebrantes às fórmulas do missal. Evita-se o perigo de invenções tresloucadas e assegura-se o rigor da doutrina. Nasceram livros de espiritualidade litúrgica para que os fiéis resistissem à dificuldade da língua e seguissem o essencial da celebração. Podemos referir: Jorge da Silva, autor do *Aparelho para a Sagrada Comunhão* (Lisboa: Manuel de Lira, 1586); os dois volumes do franciscano Pedro Correia (1634), que reúne textos das principais festas *(Triumphos ecclesiasticos*. Lisboa: P. Craesbeeck, 1617-1623); Jerónimo Correia pelo seu *Devoto manual para assistir ao Sacrossancto sacrificio da Missa* com orações próprias para todos os mistérios (Lisboa: D. Carneiro, 1667; 1677; Lisboa: João da Costa, 1676); o cónego bracarense Aires da Costa († 1551), antes de Trento, explica a celebração de modo prático (*Cerimonial da*



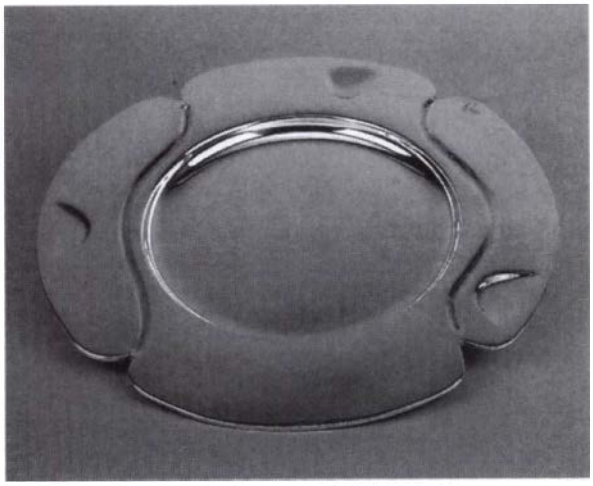
Custódia, prata dourada, ouro (cruz) fundido, cinzelada, rubinites, rubis, esmeraldas, minas-novas, zircões, ágatas, rubis rosa, cristal de rocha, século XIX (Porto, Museu Nacional Soares dos Reis).

missa. Lisboa: G. Galhardo, 1548); António Nabo, capelão do cardeal D. Henrique, privilegia as indicações práticas no *Ceremonial e ordinario da missa* (1568); Gaspar Pires Rebelo († 1635) usa a forma de diálogo no seu *Tesouro de pensamentos concionativos sobre a explicação dos mistérios sagrados e cerimónias* (Lisboa: A. Álvares, 1635); António de Varona publica em 1640 um *Ritual da missa rezada conforme ao missal romano* (Lisboa: A. Álvares). Gonçalo Vaz apresenta *Breve compendio de rubricas* já segundo a reformulação do papa Urbano VIII (Lisboa: D. Lopes Rosa, 1651; Lisboa: A. Craesbeeck, 1656). O tesoureiro-mor da Casa Real, João Campelo de Macedo, publica o *Tesouro das ceremónias* (1657); o franciscano Belchior de Heluno é traduzido por Baltasar Guedes na sua *Epitome e breve explicação das cerimónias da missa* (Coimbra: J. Ferreira, 1693); do franciscano arrábido Frei João José do Prado, com evidente intuito pastoral, se edita a *Instrução eclesiástica [...] da missa rezada como cantada, com reflexões misticas e morais* (Lisboa, 1735). São raras as intervenções doutrinais dos bispos para corrigir posições erradas, dada a pobreza teológica geralmente reinante. Destaca-se por isso o caso do arcebispo de Évora (1760-1783), D. João Cosme da Cunha, na sua pastoral de 9 de Abril de 1765, para condenar «a doutrina sobre a instituição da Eucaristia contida numas certas cartas circulares e livros impressos em nome duma religiosa do Convento do Sacramento de Alcântara e do comissário dos Terceiros de S. Domingos de Lisboa». Na mesma data (11 de Maio de 1765) o arcebispo de Braga publica uma pastoral criticando a obra *Devoção ao Santissimo Sacramento para a hora e dia, com que se instituiu*. É assunto a merecer estudo. O cardeal de Lisboa, D. Fernando Sousa e Silva escreve, em 1780, uma *Pastoral sobre o Santíssimo Sacramento*, e D. Carlos da Cunha Meneses, nos tempos conturbados do Liberalismo, dirigiu aos seus diocesanos uma *Pastoral sobre a eucaristia* (1825). A maior parte dos escritos posteriores oscilam entre o rubricismo e a piedade. Ainda no final do século XIX o cardeal D. Américo fazia publicar, mais uma vez, a *Instrução de ceremonias* (Porto: Cruz Coutinho, 1888). Teríamos de aguardar a influência do movimento litúrgico que paulatinamente, também entre nós, preparou a reforma conciliar (1962-1965). Das novas orientações litúrgicas sublinham-se algumas perspectivas. A eucaristia como refeição comunitária tem duas mesas: a mesa da Palavra de Deus e a mesa do pão do Senhor, o que retira o peso quase único da comunhão na celebração eucarística, estabelecendo equilíbrio com a Palavra que alimenta o Povo de Deus e é presença pessoal do seu querer no caminho da fé. A presença real, actual e pessoal de Jesus, sob os sinais do pão e do vinho, é garantia da presença de Cristo na Igreja e na história do mundo, embora existam modos menos densos mas mais renovadores da comunhão de vida com Ele. Celebrar a eucaristia implica assumir a realidade do mundo como a criação (o pão e o vinho) e o trabalho humano, as necessidades e aspirações da humanidade (oração universal), no compromisso de renovação da justiça, do amor e da paz. Valoriza-se a dimensão comunitária e fraterna da vivência eucarística que afirma a comunhão como núcleo estruturante da existência humana feliz e da identidade cristã que faz a Igreja, corpo real do Senhor. Envolve-se na celebração eucarística toda a assembleia que é convidada a participar de modo diversificado e organizado na oferta da sua vida e da vida do mundo em convergência com a oblação de Cristo, associados à sua acção de graças e adoração, na comunhão do seu corpo e sangue que incorpora no seu sacrifício. Considera-se a eucaristia como expressão de vida crente, por isso, mais do que «dever dominical», expressão da qualidade de vida de uma comunidade. Valioso contributo teológico têm dado alguns professores de Teologia. Permito-me destacar o do malogrado José de Freitas Ferreira (1938-1993). Analisa a questão da celebração anamnésica do crucificado, sob a forma de banquete. Começa por apresentar o problema da ceia pascal e do seu novo significado, passa para as raízes neotestamentárias da eucaristia cristã, que apontam para a ver como plenitude de ceia pascal judaica e memorial da última ceia de Jesus. A compreensão sacrificial da eucaristia provém, para Freitas Ferreira, da série de associações gerada pelo recurso à teologia do servo de Javé, a partir da ideia de Nova Aliança que chegará à valorização do sangue. A outra grande questão estudada refere-se ao entendimento da presença real de Cristo na eucaristia (FERREIRA – O sacramento da eucaristia, p. 35-52), faz a história evolutiva da terminologia, tece considerações sobre a natureza desta presença e sobre o modo como se efectiva, lançando perspectivas de explicação para a palavra transubstanciação. *3. A reserva eucarística e o viático:* Desde os primórdios da Igreja se atendeu à necessidade de guardar (reservar) a eucaristia para os doentes ou para os moribundos (viático). Vasos próprios são conhecidos através das épocas. Aos poucos, a reserva ganhou importância, assinalada com uma lâmpada acesa (Constituições de Braga, 1477; Guarda, 1500), sujeita a decoração especial e colocada, não em lugar oculto, mas no altar-mor. É entre os séculos IX e XII que se desenvolve esta prática de reserva para adoração. No século XII usavam-se as pombas eucarísticas, suspensas por cima do altar com o Santíssimo dentro (*cf.* COSTA – A Santíssima Eucaristia, p. 230). As arcas ou caixas colocadas ao lado de relíquias ou dentro de sacrários de madeira foram adquirindo um estatuto generalizado (século XIV-XV). Também se usaram cofres cravados na parede e as chaves eram conservadas com excepcional cuidado. O sacrário, por dentro, devia ser forrado de cetim, tela, tafetá, seda branca ou carmesim. Era coberto com um pavilhão de cetim ou seda. A legislação diocesana variava no número de habitantes exigido para a concessão das igrejas de uma dada comunidade terem direito a sacrário. Ia de 20 (Coimbra, Évora e Funchal) até 40 (Braga, Lamego, Leiria, Portalegre e Viseu). Os prazos de renovação da reserva eucarística são diversos nas dioceses, indo de 8 a 15 dias. O incremento de culto eucarístico promovido pela Reforma católica produziu obras de arte sumptuosas. Posteriormente ao século XVI cresceu o hábito de levantar sobre o altar sacrários preciosos e destacar o espaço com o altar-trono. A in-

fluência de São Carlos Borromeu é marcante. O trono eucarístico é específico da talha barroca portuguesa. Começou por ser uma estrutura de degrau piramidal móvel, mas nos finais do século XVII é colocado na tribuna do altar-mor. Foi introduzido pelos Jesuítas na capela da Universidade de Coimbra cerca de 1680 e difundiu-se rapidamente por todo o país, com grande acolhimento na devoção dos multiplicadores de *lausperenes* e adorações perpétuas, festas e *Te Deum* (*cf.* MARTINS – Trono). O costume de alimentar os doentes com a comunhão eucarística é dos primórdios do cristianismo. Na Idade Média era levado em procissão, com luzes e campainhas, cantando salmos e ladainhas, na ida e no regresso. Os fiéis, com o decorrer dos anos, foram convidados também a acompanhar o «Senhor fora». Para convocar a comunidade tocava-se o sino, com toque próprio, o padre levava o vaso com as hóstias consagradas, coberto com véu de ombros ou até o pálio. A presença de Cristo era assinalada por círios ou lanternas. Pelo caminho, o soar de campainhas provocava os irmãos da Confraria do Santíssimo a incorporar-se. Na casa do enfermo improvisava-se um altar, com toalhas lavadas, e rezavam-se orações adequadas. Para verificar como ocorria no século XVIII o rito do viático, pode ler-se a *Instrução pastoral* (1784) do ilustrado bispo de Beja (1770-1802), Manuel do Cenáculo Vilas Boas. *4. Congressos eucarísticos:* A organização de congressos, dominados pela temática eucarística, foi um modo de concentrar a atenção dos católicos, quer ao nível do estudo quer da celebração popular, para a força de um ideário religioso. A primeira iniciativa do género deve-se à arquidiocese de Braga, em Maio de 1923. O título escolhido, «A paz de Cristo no reino de Cristo pela Santíssima Eucaristia», evidencia o espírito da época. Este primeiro encontro teve intervenções do cónego Bernardo Chousal, dos padres Luís de Araújo, Alexandre Leituga, Abílio Correia, Domingos Gonçalves, João Lourenço Insuelas, Gonçalves Cerejeira, João Lopes de Faria, Manuel Aguiar Barreiros, Francisco Veloso, Margarida Assis Teixeira, Cunha Barbosa (*cf.* GOMES – *Os Congressos*, p. 56). Este evento conduziu ao lançamento do I Congresso Eucarístico Nacional, ocorrido em Braga, em Julho (2-6) de 1924. Aliás, Braga seria o palco de todos os congressos nacionais (o 2.º de 1974 e o 3.º de 1999). No entanto, o envolvimento de todo o país nestas iniciativas era conseguido. Em 1924, as intervenções, sob o lema «A paz de Cristo, em Portugal, pelo reinado do coração eucarístico de Jesus», tiveram ainda forte participação episcopal (bispos de Angra, Portalegre, Leiria e Évora). Mas a intervenção laical teve, desde a primeira hora, lugar destacado. Aqui entram Queiroz Ribeiro, Joaquim Dinis da Fonseca, Alberto Pinheiro Torres, António O. Salazar e muitas senhoras, a quem é dada voz nestas reuniões. A tendência social, incentivada por Lino Netto e Salazar, terão impacte na organização eclesial. A incidência eucarística na formação dos católicos portugueses vai realizar-se pela organização de congressos nos diversos locais para aí alargar e difundir a reflexão e a vivência a ser inculcada na religiosidade da população. Assuntos como o dogma da presença real, o sacrifício eucarístico, os frutos da eucaristia, a comunhão frequente, a comunhão e a paz social ou piedade e caridade, o incentivo da adoração eucarística vão atingir sucessivamente várias regiões do país. Sem pretender repetir os dados recolhidos no elenco elaborado pelo estudo de Pinharanda Gomes relativamente aos congressos, é curioso verificar a reacção do país a esta onda evangelizadora. A arquidiocese de Braga é a promotora eficaz e ritmada: II (Póvoa do Varzim. 1925), III (Guimarães, 1927), IV (Viana do Castelo, 1929). Só na década de 30 este meio de promoção catequética e celebrativa da eucaristia vai para a região centro, com iniciativas em São Pedro do Sul (Agosto de 1930), Celorico da Beira (Maio de 1932), Sandomil – Seia (Outubro de 1932). A diocese de Lisboa vai, sob a orientação de Gonçalves Cerejeira, que tinha sido pioneiro na participação bracarense, levar a efeito uma intensiva pregação nas várias regiões do seu território: começa em Torres Novas (Junho de 1939), prossegue em 1940 para as regiões de Óbidos e Bombarral (Maio), Torres Vedras e Cadaval (Junho), Santarém (Junho), Alcobaça e Nazaré (Agosto) e termina em 1941 nos seguintes locais: Mafra (Maio), Peniche (Junho), Setúbal (Junho). Também a diocese de Aveiro usaria o mesmo método sistemático: três dias de preparação nas paróquias, sessões de estudo e celebração final. Desde Vagos em Agosto de 1940 até Sever do Vouga em Junho de 1944 percorrem-se diferentes zonas. Outra série acontece na diocese de Bragança, com semelhante esquema. O percurso inicia em Miranda do Douro (Setembro de 1940) e terminará em Bragança (Agosto-Setembro de 1945). Para assinalar as bodas de prata episcopais de D. Manuel Mendes da Conceição Santos, a arquidiocese de Évora incentiva a piedade eucarística no Alentejo. O primeiro congresso ocorre em Maio de 1941, com a participação de muitos colaboradores (*cf.* GOMES – *Os Congressos*, p. 85-86). A eucaristia foi abordada nas múltiplas relações com a verdade, a liturgia, a pessoa humana, a economia, a arte e a sociedade. Em 1949 teria lugar a segunda reunião realizada em Elvas (30 de Março a 3 de Abril). A diocese de Beja também integraria a iniciativa na festa das bodas de prata do seu bispo, D. José do Patrocínio Dias. De notar a dimensão social, com bodo aos pobres e jantar aos presos. A partir de então o entusiasmo vai decaindo e as iniciativas vão rareando: arciprestado de Melgaço (Maio-Junho de 1947), Tabuaço (Agosto-Setembro de 1949), Guarda (Junho de 1950), Arouca (Agosto de 1950), Covilhã (Maio de 1951), Guimarães (Junho de 1952), Lamego (Junho de 1965). A seguir ao grande acontecimento conciliar a eucaristia ocupa sessões de estudo de muitas reuniões de formação de leigos e de clero, não já no estilo dos congressos eucarísticos. As Semanas de Pastoral Litúrgica de Lisboa escolheram a temática eucarística em 1968. Estiveram presentes como especialistas: Raimundo de Oliveira, Joaquim Bragança, Ângelo de Oliveira, José Ferreira, Pedro Rocha, Bartolomeu Rekker e Luís Moita. O Segundo Congresso Eucarístico Nacional realizado em Braga em Junho de 1974, situado no momento fulcral da evolução política do país,

assinalaria já um modo novo de abordar a eucaristia no aspecto exegético, patrístico, litúrgico, jurídico e pastoral e teve como oradores oficiais António Leite, Júlio da Rosa, Silva Rego, José Feiter, Manuel Vieira e Avelino de Jesus da Costa, para além de muitas pequenas intervenções (*cf.* LEITE – Segundo Congresso; ESTEVES – Os dois primeiros). Desde então assumiu particular relevância a organização anual das Semanas de Pastoral Litúrgica (1975-) levadas a cabo pelo Secretariado Nacional de Liturgia e que, com sucesso, estenderam o espírito litúrgico a muitos agentes pastorais. A preparação para o Grande Jubileu do ano 2000 seria o enquadramento adequado para a realização do 3.º Congresso Eucarístico Nacional, novamente em Braga, em Junho de 1999. Pretendia reflectir a eucaristia no contexto da nova evangelização, como expressão de fé e vivência comunitária. O título «Jesus Cristo, único Salvador do Mundo, pão para a vida nova» dava o mote para as intervenções reunidas em volume de actas, publicadas em Braga, na colecção da Faculdade de Teologia, «Memorabilia Christiana» (1999). Os estudos essenciais devem-se a Joaquim Carreira das Neves, António Santos Marto, António Couto, Luís M. Pereira da Silva, D. José da Cruz Policarpo, cardeal Roger Etchegaray e José da Silva Lima. *5. Devoções eucarísticas:* Muitas devoções eucarísticas nasceram e ganharam vigor no decurso da Idade Média, alimentadas pelas explicações contrapostas às teses inicialmente filosóficas dos autores do século IX a XI (Pascácio Radberto e Ratramno e depois Berengário de Tours (século XI). Preferiu-se uma explicação mais realista da presença de Cristo. Acentuou-se no século XII-XIII o que proporcionasse adoração para afirmar e vincar a veneração da presença real. Estas práticas desenvolveram-se no espírito da Contra-Reforma, provocadas pela divergência protestante que não permitia a adoração fora da celebração. O clima de controvérsia valorizava a dimensão doutrinal e teológica da presença real de Cristo nas espécies do pão e do vinho. A chegada do piedoso século XIX deu impulso à espiritualidade eucarística, dirigida pela vertente reparadora. Mais uma vez aparece uma contra-resposta à antropologia racionalista sem lugar para o sentimento e os afectos. Também outro tipo de motivações não meramente de cariz histórico-teológico, mas de ordem litúrgica, produziu alterações no tempo. A partir do século VIII, o isolamento do povo ganha lugar e este perde toda a participação activa. Distancia a língua, o altar de costas, a comunhão na boca (e só do pão e apenas ázimo), a proliferação de missas privadas, criadas pelos monges. A devoção eucarística desenvolveu-se aos poucos, à margem e como compensação popular à celebração. *5.1. Festa do Corpus Christi:* A instituição da festa do Corpo do Senhor situa-se no movimento desejoso de ver a hóstia e a adorar, que valorizou o momento da celebração em que se que faz a narração da Ceia, assinalado pelo toque de campainha e com solenização ritual. A festa do Corpus Christi, mal traduzida por «Corpo de Deus», mas chamada «Solenidade do Corpo e Sangue de Cristo», foi instituída na Bélgica em 1246 e aprovada para toda a Igreja em 1264, na quinta-feira após a oitava do Pentecostes. Em 1318 já João XXII lhe acrescentava a procissão solene, que a caracteriza por levar em triunfo o «Santíssimo Sacramento». Portugal não esperou a determinação papal e acolheu a festa pouco depois da sua criação belga. Já há referências para o Porto (em 1294) e para Coimbra ainda no século XIII. O título de «Corpus Christi» aparece em livros da Colegiada de Guimarães (1302), foi dado ao convento dominicano de Gaia (entre 1348 e 1352) e para reparar um ultraje (1361 e 1362) à eucaristia acontecido em Coimbra foi erguida a Capela do Corpo de Deus, cerca de 1367 (*cf.* CARVALHO – *Antiga Igreja*). Em Évora dá o nome a uma travessa (1385) (*cf.* COSTA – A Santíssima Eucaristia, p. 220). A Confraria do Corpo de Deus da Igreja de São Bartolomeu (Guadalupe), em Braga, em 1403 já tinha uma centena de irmãos (*cf.* MARQUES – A Confraria). Todas as cidades e vilas do reino realizavam com brilho a mais espantosa das procissões. A procissão dava lugar a representações, como se conhece no tempo de D. Manuel (MIGUEL – Entremezes, p. 65-67). As manifestações teatrais e os jogos de danças que se juntaram aos cortejos solenes davam lugar a abusos, que foram controlados por determinações diocesanas (*cf.* COSTA – A Santíssima Eucaristia, p. 223). Além da particular exaltação eucarística na Quinta-feira Santa, os acontecimentos mais atribulados da vida social e política e ocasiões de profanações sacrílegas proporcionavam solenes e emotivos actos de desagravo. É o caso do desacato do Porto (1614), com *Sermão* de Francisco Mendonça (1573-1626) de Santa Engrácia em 1630 (que faz erguer a voz de Gregório Taveira (1575-1654); Dionísio dos Anjos (1588-1654) e Diogo de Areda (1568-1641) ou de Odivelas (1675), a que correspondem muitos sermões, como os do franciscano Luís de São Francisco *(Quartetos e sextilhas eucharisticas)*, de Cristóvão de Almeida (*Sermão de dezagravo*, com várias edições: 1656, 1671 e 1681) João Marques sublinha o momento da Restauração como particularmente propício ao recurso do imaginário eucarístico nos sermões e nas narrações de actos litúrgicos. Unia-se a defesa da pátria à comunhão eucarística (MARQUES – Rituais, p. 567-568). Esta sensibilidade foi contrariada pela separação da Igreja do Estado e pelas orientações do concílio plenário, que conseguiram reduzir a procissão ao meramente religioso e nalguns lugares levaram mesmo à sua suspensão. A festa do Corpus Christi foi momento importante de pregação eucarística dos séculos XVII e XVIII como se pode ilustrar pelo *Sermão da sagrada comunhão* (1648) pregado na Sé de Goa em 1645, graças ao padre António Ardizzone Spinola (1609-1697), pela colectânea de sete sermões do sacramento de Frei Luís de São Francisco *(Quartetos e sextilhas eucharisticas.* Coimbra: J. Ferreira, 1682), pelo *Sermam* de Bartolomeu de Gusmão (1685-1724), pregado em 1721, na Igreja de São Nicolau, ou pelo *Sermam do SS Sacramento da Eucharistia* (1803), pregado na Sé de Braga em 1782 pelo franciscano José Pedro da Transfiguração. Para conhecer os rituais e elementos constitutivos das complexas procissões existem relatórios contemporâneos, como é o de Joaquim Roberto da Silva (*Relaçam da*

solemne procissam do Corpo de Deos) de 1731, a *Historia critico-chronologica da instituiçam da festam procissam e officio do Corpo Santissimo de Cristo* (Lisboa, 1759) e os vários estudos recentes como os de J. R. dos Santos Júnior, Iria Gonçalves, Helena Janeiro, J. C. Viana, A. J. Morais Barros. *5.2. Confrarias do Santíssimo:* Conhecem-se entre nós, desde meados do século XV, as confrarias do Santíssimo Sacramento. O compromisso da existente na freguesia de Castro (Ponte da Barca) data de 1457. Para reagir ao abandono a que se viam destinados tantos sacrários sem veneração, alguns devotos decidiram criar, no convento dominicano de Santa Maria Sopra Minerva (Roma), uma confraria destinada ao culto do Santíssimo Sacramento, com diversos gestos e acções. O papa Paulo III aprovaria esta piedade para toda a Igreja em 30.11.1539. Vários opúsculos espalharam pelo mundo a mesma devoção. Os testemunhos portugueses são também precoces. Faculdades para criar congéneres são concedidas pelo papado ao cardeal D. Henrique, para Braga (1540) e para Évora, pouco depois. O alastrar da instituição é rápido durante o século XVI e sofre incremento tridentino. Aos poucos todas as igrejas erigiram estas associações. Em 1939 em Braga eram 803 (*cf.* COSTA – A Santíssima eucaristia, p. 226). Foram fundamentais para preservar muito património e zelar pela beleza dos espaços. O ímpeto lançado no povo católico à volta do culto eucarístico é fulgurante de realizações piedosas. Em épocas mais recentes novos agrupamentos promoveram o culto eucarístico, como por exemplo a *Obra das Três Marias* e associações de Pajens do Santíssimo Sacramento (*v.* MOVIMENTOS ECLESIAIS CONTEMPORÂNEOS). *5.3. Adoração eucarística: Quarenta Horas e lausperene.* Forma de contemplação e adoração da hóstia, absolutizada como única forma de presença de Cristo à sua Igreja, ganhou terreno e adesão popular. No século XIV introduz-se a exposição da hóstia em custódias. As Quarenta Horas são uma tradição de origem italiana (1527). Consiste em expôr a hóstia durante quarenta horas, à imitação das quarenta horas de Cristo no sepulcro. A introdução em Portugal é disputada por carmelitas descalços (1608) e jesuítas (1609), embora já em 1556 o inaciano Manuel Gomes tivesse organizado, em Macerata, uma adoração do sacramento, exposto durante quarenta horas como alternativa ao Carnaval. Os Jesuítas sublimavam as luzes para ressaltar o triunfo eucarístico. Os Franciscanos Capuchinhos atribuíam às Quarenta Horas um tom penitencial, montando uma «cenografia lúgubre, em particular de símbolos da Paixão de Cristo» (MARQUES – Rituais, p. 565). Para alimentar esta forma de oração, logo surgiram livros auxiliares, como o de José de Faria Manuel, *Modo de orar no lausperene das Quarenta Horas* (Lisboa: D. Carneiro, 1682) e do jesuíta Manuel Godinho, *Horário evangélico demonstrador de quarenta horas dadas pelos evangelistas, com outras tantas meditações sacramentais* (Lisboa: M. Deslandes, 1683). No século XIX desenvolve-se abundante literatura fomentadora de piedade, como, por exemplo, Agostinho Inácio dos Santos Terra, na sua *Primeira Colecção das oito conversações dos pobres nas igrejas em que está o lausperene* (1821). Ou o *Ramalhete de divinos louvores* (Lisboa: Impr. Nacional, 1821). E o exercício permanece, como o atesta o trabalho de José Ferreira da Silva *(Sagrado lausperene.* Lisboa, 1959). O lausperene é outro acto de adoração e louvor, verdadeiro contributo para infiltrar em profundidade a devoção ao Santíssimo Sacramento. Consiste na exposição contínua da eucaristia, numa cidade, circulando de uma igreja para outra du-



Cálice e patena, prata branca e dourada, desenho de Irene Vilar, oficina de Manuel Alcino, c. 1992/1993 (Porto, Paróquia de Senhora da Conceição).

rante um largo arco de tempo. Iniciado em Roma, foi obtido também para Portugal por D. Luís de Sousa, arcebispo de Lisboa, em 1681. Para dar início ao lausperene, foi pregado no Mosteiro de Alcobaça, por Francisco Loios, o *Sermam panegyrico do lausperennis* (Lisboa: Ioam da Costa, 1673). O arcebispo bracarense pretendeu e conseguiu igual jubileu, em 1709, para as igrejas da sua cidade, apenas durante a Quaresma e não circulando pelas igrejas da cidade todo o ano, como em Lisboa. O Porto conseguiu do papa igual jubileu, em 1714 e por sete anos. Portugal obteve a festa da instituição do Santíssimo Sacramento a 24 de Março, por decreto de 27.2.1781, da Congregação dos Ritos. Este multiplicar do culto produziu numerosos objectos destinados às exposições: custódias, turíbulos e navetas. Algumas peças catalisaram o entusiasmo, conseguindo rara beleza e esplendor de riqueza e arte. Mais próximo dos nossos dias readquiriu-se o gosto pelo silêncio concentrado na contemplação eucarística. Vários grupos alimentam nesses momentos de espiritualidade a sua capacidade de entrega serena ao serviço dos outros. *5.4. Outras devoções.* Também as visitas ao Santíssimo são prática devocional recente. É considerado como «exercício de piedade» privilegiado para marcar o dia pela presença de Cristo e um contributo para o crescimento espiritual. Vários livrinhos serviam de ajuda a esta prática, como ainda o recente *Breve visita diária a Jesus Eucaristia* (1981), promovido pelo Movimento Fons Vitae. O mês de Junho foi dedicado à eucaristia e surgiram roteiros de meditações para conduzir os devotos durante os vários dias. Exemplo é o composto pelo carmelita descalço Manuel da Madre de Deus, pregador de santas missões: *Mez de Jesus sacramentado ou adotação especial ao santissimo sacramento da Eucharistia* (4.ª ed. Porto: A. R. da Cruz Coutinho, 1880). Já a piedade medieval criara laudes e cantigas eucarísticas, como as de André Dias (1435) (MARTINS, M. – *Laudes e cantigas espirituais de mestre André Dias*. Lisboa: 1951, p. 205-220). O século XVI conhece ladainhas eucarísticas, como se vê pela colecção do jesuíta Inácio Martins (*Litaniae Sacrossancta Eucharistiae ac dulcissimi nominis Iesu [...]*. Lisboa: António Ribeiro, 1587; Lisboa: Manuel de Lira, 1592). Mais tardiamente aparecem os rosários eucarísticos, como o de Manuel de Sousa Galo, que distribuía em terços os mistérios da eucaristia: *Rosario do Santissimo Sacramento* (Lisboa: João Galrão, 1681). *5.5. Fenómenos ou «milagres» eucarísticos:* A hagiografia divulgou vários episódios de clara afirmação da doutrina eucarística, sobretudo relacionados com a presença real. Basta recordar o milagre eucarístico de Santo António. Em Portugal um dos mais famosos casos é o do «Milagre» de Santarém, decorrido na Igreja de Santo Estêvão, com marcas na historiografia espiritual. Pedro de Mariz (1565-1615) narra, com intenção edificante, os episódios na sua *Historia admiravel do Santissimo Milagre de Santarém* (Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1612). António Mendes traduziu a obra do jesuíta Luca Pinelli, (1542-1607), *Meditações e alguns milagres do Santissimo Sacramento* (Lisboa: Off. Craesbeckiana, 1654). Muita literatura deste género se produziu no Portugal seiscentista. Fenómenos eucarísticos não foram comuns entre nós. Basta porém, qualquer aceno sem imediata explicação para motivar deslocações e excitar o imaginário de quem deseja visualizar o conteúdo da fé eucarística, como aconteceu recentemente na arquidiocese de Braga. Para além de fenómenos tipicamente eucarísticos, propõem-se vidas de figuras com especial ligação ao culto da eucaristia, como *Gustavo Maria Bruni, o serafim da eucaristia* (1939), *Tarcísio, mártir da eucaristia* (1960), ou o nosso caso de Alexandrina Maria da Costa (de Balasar), uma *Vitima da eucaristia*, obra de Mariano Pinho (1959) (*V.* HAGIOGRAFIA). Fátima tem igualmente relação forte com a piedade eucarística. Esta necessária e, por vários factores, rápida síntese revela a necessidade de uma visão histórica da teologia e espiritualidade eucarísticas, em Portugal, que continua por realizar.

CARLOS A. MOREIRA AZEVEDO

BIBLIOGRAFIA: BARROS, Amândio Jorge Morais – A Procissão do Corpo de Deus do Porto nos séculos XV e XVI: a participação de uma confraria. *Revista da Faculdade de Letras: História.* 10 (1993) 117-136. CARVALHO, F. A. Martins de – *Antiga Igreja ou Ermida do Corpo de Deus de Coimbra.* Coimbra, 1918. COSTA, Avelino de Jesus da – A Santissima Eucaristia nas constituições diocesanas portuguesas desde 1240 a 1954. *Lusitania Sacra.* 1 (1989) 197-243. *EBORENSIA.* 13 (2000) 7-311. Vários artigos, resultado das Jornadas de Reflexão promovidas pelo Instituto Superior de Teologia de Évora. ENES, Maria Fernanda – As confrarias do Santíssimo e das Almas no âmbito da cultura barroca. In CONGRESSO INTERNACIONAL DO BARROCO, 1 – *Actas.* Porto: Reitoria da Universidade; Governo Civil, 1991, p. 275-298. ESTEVES, Jorge Agostinho Gomes – Os dois primeiros congressos eucarísticos nacionais. In CONGRESSO EUCARÍSTICO NACIONAL, 3 – *Actas.* Braga: UCP - Faculdade de Teologia; Confederação Episcopal Portuguesa, 1999, p. 223-248. FERREIRA, José de Freitas – O sacramento da Eucaristia. *Didaskalia.* 27 (1997) 5-52. GENRO, Manuel Vaz – *Festa do Corpo de Deus e procissões eucarísticas.* Lisboa: União Gráfica, 1959. IDEM – *O lausperene em Lisboa e em outras terras do país.* Lisboa: União Gráfica, 1958. IDEM – *O lausperene em Portugal.* Lisboa: União Gráfica, 1958. GOMES, J. Pinharanda – *Os Congressos Católicos em Portugal.* Lisboa: ACP, 1984. GOMES, João Pereira, SI – Sistemas eucarísticos na filosofia do século XVIII. *Lumen.* 10 (1946) 213-234. GONÇALVES, Iria – As festas do Corpus Christi do Porto na segunda metade do século XV: a participação do concelho. *Estudos Medievais.* 5-6 (1985) 69-89. HENRIQUES, Victor – D. Frei Tello arcebispo-primaz de Braga e a eucaristia (1278-1292). *Itinerarium.* 40 (1994) 249-298. JANEIRO, Helena Pinto – A Procissão do Corpo de Deus na Lisboa barroca: o espaço e o poder. In *ARQUEOLOGIA do Estado: comunicações.* Lisboa: História e Crítica, 1988, p. 727-742. LEITE, Fernando – Segundo Congresso Eucarístico Nacional. *Acção Católica.* 10-11 (1975) 417-506. MACHADO, Inácio Barbosa – *Historia critico-chronologica da instituiçam da festa, procissam e officio do Corpo Santissimo de Christo.* Lisboa: Off. Patriarcal de F. L. Ameno, 1759. MARQUES, João Francisco – Rituais e manifestações de culto. In *HISTÓRIA religiosa de Portugal.* Dir. Carlos. A. Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, p. 522-526, 558-570. MARQUES, José – A Confraria do Corpo de Deus na cidade de Braga, no século XV. In *LIVRO de homenagem a Lúcio Craveiro da Silva.* Braga: [s.n.], 1994, p. 223-260. MARTINS, Fausto Sanches – Trono eucarístico do retábulo barroco português: origem, função, forma e simbolismo. In CONGRESSO INTERNACIONAL DO BARROCO – *Actas.* Porto: Reitoria da Universidade; Governo Civil, 1991, vol. 2, p. 17-58. MARTINS, Mário – A eucaristia no «Livro de José de Arimateia» e na «Demanda do Santo Graal». *Itinerarium.* 21 (1975) 16-30. MIGUEL, António Dias – Entremezes e representações na Procissão do Corpo de Deus, no reinado de D. Manuel (1509-1514). *Colóquio: Revista de Artes e Letras.* 43 (1967) 65-67. RESENDE, Sebastião – *O sacrificio da missa em D. Frei Gaspar do Casal.* Porto: Livr. Tavares Martins, 1941. RODRIGUES, Luís – A elevação e exposição da S. S. Eucaristia através dos tempos. *Lumen.* 6 (1942) 485-490. SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos – As danças na Procissão do Corpo de Deus em Vila Real no século XVIII. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia.* 24 (1981) 166-170. SOUTO, A. Meireles do – Em redor do «Corpus Christi» do Porto. *Bol. Cult. Cam. Mun. do Porto.* 30 (1967) 6-64. TORRES, Amadeu – A eucaristia nos nossos clássicos e a sua mensagem hoje. *Cenáculo.* 14 (1974). Sep. Braga: Humanistas, 1974. VIANA, J. C. – A Procissão do Corpo de Deus em Viana do Castelo no século XVIII. *Cadernos Vianenses.* 12 (1989). Sep. Viana da Castelo: Câm. Municipal, 1990. VENTURA, Margarida Garcez – Reflexões sobre a Magestade: o culto do Santíssimo Sacramento nos livros de visitações e pastorais da Igreja de São Pedro da Ericeira. *Didaskalia.* 28 (1998) 167-197.

GUERRA. ***III. Época Contemporânea:*** *1. A Santa Sé e a guerra:* O catolicismo começou a viver a contemporaneidade sob o signo da guerra. O grande marco nessa passagem foi a Revolução Francesa

(1789), que primeiro quis revolucionar a Igreja Católica em França com a Constituição Civil do Clero (1791) e acabou rompendo com ela de forma traumática (separação de 1793). O que levou à erupção de uma guerra civil, em que muitos católicos franceses, fiéis ao papa e ao rei, combatiam o novo poder sob a forma de guerrilha (por exemplo, na Vendeia). A Revolução desencadeou também uma guerra europeia que se estendeu de forma quase contínua a boa parte do continente durante mais de 25 anos (1793-1815). Nela, os Estados Pontifícios foram alvo das forças francesas e acabaram anexados ao novo Império de Napoleão. Houve quem acreditasse que tinha soado então a última hora, senão do catolicismo, ao menos do papado. A reunião do conclave foi efectivamente impossível em Roma, mas teve lugar sob protecção austríaca em Veneza, elegendo Pio VII, que o próprio Napoleão veio a reconhecer (GRAHAM – *Vatican*, p. 37 ss.). No entanto, não só a Santa Sé sobreviveu, como foi essencial o papel do clero católico nas guerras de guerrilha contra os invasores franceses que se estenderam por toda a Europa, legitimando a luta com o recurso ao poderoso imaginário da cruzada*, e muitas vezes organizando as próprias operações no terreno. Ninguém tinha dúvidas, em 1815, sobre de que lado da contenda é que o catolicismo e a Santa Sé tinham estado. E foi como parte dos vencedores, elemento fundamental da ordem moral que se procurava restaurar (KISSINGER – *A World*), que o representante papal participou na Conferência de Viena, reclamando os dividendos devidos, consagrados na respectiva acta final de 9.6.1815. Os papas permaneceriam soberanos temporais de boa parte da Itália Central por mais algumas décadas. Ora, enquanto soberanos temporais de um território estratégico – exactamente a meio da península italiana – não puderam deixar de assumir, ao longo dos séculos, a responsabilidade de entrar algumas vezes em conflitos armados com outros poderes terrenos. A doutrina da guerra justa, de legítima defesa, era neste contexto uma necessidade vital: sem ela os Estados Pontifícios deixariam de fazer sentido, ficariam à mercê do primeiro que os quisesse tomar. A derrota, em 1870, da última cruzada militar promovida activamente pela Santa Sé – a defesa da Cidade Santa contra os invasores italianos – marca uma viragem no sentido de uma radicalização da doutrina papal da paz. Pode mesmo argumentar-se que ela vai constituir, desde então e até ao presente, um dos dois grandes pilares – a par da doutrinação sobre a questão social – da afirmação do papado em termos dos grandes problemas do mundo contemporâneo, com justiça e paz como palavras-chave; aliás corporizadas institucionalmente nas comissões com essa designação criadas a partir de meados dos anos 60, no contexto pós-Vaticano II (*v.* CATOLICISMO SOCIAL). Esta nova centralidade da paz na doutrinação e acção papal vai acentuar-se a partir de 1914, quando rebenta a I Guerra Mundial, que virá a ser o mais brutal de todos os conflitos que até então se tinham visto. A Santa Sé estava então sem soberania territorial havia 44 anos, e num ponto baixo da sua influência internacional, privada de relações diplomáticas com muitos dos principais Estados. Que podia fazer Bento XV, recém-eleito? Apostar na paz foi a resposta. Aliás, o seu perfil conciliador e a sua experiência como diplomata tinham sido argumentos importantes para os cardeais que o haviam eleito num momento de crise. Apesar disso, essa imparcialidade não foi exactamente popular entre os grandes Estados católicos que pretenderam, mesmo os mais laicos, mobilizar o imaginário da cruzada e a doutrina da guerra justa a seu favor. No entanto, *a posteriori*, o peso da carnificina foi tal que os esforços da Santa Sé para conter e mediar o conflito, e aliviar o sofrimento dos que nele combatiam, lhe valeram um prestígio adicional no clima pós-1918, fortemente marcado pelo grito de «Guerra nunca mais!» Este contexto e o exemplo papal levaram cada vez mais teólogos a questionarem a doutrina tradicional da guerra justa, culminando numa declaração datada de 1928 assinada por oito teólogos e clérigos católicos destacados (entre eles Luigi Sturzo) defendendo que, tendo em conta a desmesurada capacidade de destruição dos instrumentos de guerra então disponíveis, não havia mais condições, dada a incomensurabilidade dos meios em relação aos fins, para se poder considerar uma guerra como justa e justificada (COMBLIN – *Théologie*, p. 46). Se faltaram o consenso – logo em 1931 surge uma declaração do mesmo tipo contrariando essa tese – ou a sanção papal, a verdade é que, quer Pio XI (1922-1939) quer Pio XII (1939-1958) procuraram desenvolver a sua acção diplomática e de doutrinação pública no sentido de defender que tudo era possível sem guerra, e que esta só podia trazer maiores horrores, pelo que este último pontífice se empenhou a fundo em esforços de mediação de última hora em 1939-1940. A II Guerra Mundial vai portanto ser regida a nível da Santa Sé pelos mesmos princípios de imparcialidade que a anterior, algo que a recuperação da soberania territorial nada tinha alterado; mais, Pio XI tinha querido deixar inscrito nos próprios Pactos de Latrão (1929) que criaram o Estado da Cidade do Vaticano que ele seria «território neutro e inviolável», que se manteria «estranho aos conflitos temporais entre outros Estados» (art. 24, parágrafo 2). Uma imparcialidade que teria servido de disfarce à cumplicidade de Pio XII com o nazismo? A verdade é a importância da assistência católica aos refugiados e prisioneiros, e que nas mensagens papais do período da guerra (para não falar das que a antecedem, que podiam ser bem mais explícitas) fica clara a incompatibilidade do cristianismo com determinadas doutrinas – nomeadamente o racismo – que claramente um dos lados (o nazi) via como determinando e justificando a guerra e os meios que nela usava (ver mensagens de Natal de 1940 a 1944; e BLET – *Pie XII...*). O que é indiscutível é a importância da assistência católica aos refugiados e prisioneiros, e que, quando o conflito se aproxima do fim e se torna claro o seu preço, Pio XII adopta de forma mais explícita do que nunca os temas, e até os lemas – «guerra à guerra!» –, pacifistas. A doutrina oficial – pela pena do responsável do Santo Ofício, cardeal Ottaviani – segue o *dictum* papal, consagrando a ideia de que uma guerra justa deixara de ser objectivamente possível, ainda que se salvaguarde o direito de legítima defesa. Cria-se, portanto, uma con-

tradição, ou ao menos uma tensão, de difícil solução (COMBLIN – *Théologie*, p. 47-49). Não se pode ainda esquecer neste contexto, como duas faces de uma moeda, por um lado, as alianças com o nazismo de nacionalismos católicos extremados, desde a França até aos de nações a que Hitler dá a oportunidade de emergirem como Estados – *v.g.* a Croácia e Eslováquia; por outro – e desde logo nessa mesma França, mas também em Itália, na própria Alemanha ou na Polónia – a importância da militância católica (e de outras confissões cristãs) como uma das componentes do movimento europeu de resistência ao regime hitleriano. Um pós-II Guerra Mundial dominado pela Guerra Fria vai dificultar a assunção de uma posição clara por parte do papado. Pio XII, os seus conselheiros e muitos católicos viam na contenção da ameaça comunista do Leste uma verdadeira cruzada em nome da defesa da própria Igreja e dos seus valores, que um pacifismo apressado e radical podia fazer perigar. Por outro lado não queriam deixar a bandeira da paz totalmente entregue ao «outro lado» (RICCARDI – *Il Vaticano*, p. 123 ss. e 167)... Com os sucessores de Pio XII, e no quadro do II Concílio do Vaticano, dar-se-á uma nova visibilidade e ênfase a estas questões, a partir dos anos 60, nomeadamente com a reacção de muitos católicos e teólogos ao problema das guerras coloniais, muito também sob a influência (crescente no Ocidente) do pensamento de Ghandi. Provavelmente, o maior marco deste período é a encíclica de João XXIII: *Pacem in Terris* (1961). Sendo que a sua intervenção pública e privada no clímax da crise dos mísseis de Cuba, nesse mesmo ano, parece ter facilitado o recuo honrado de Krutschev, num momento decisivo da história contemporânea (FLAMINI – *The Cold War*). Em suma, devido à alteração das circunstâncias históricas, e particularmente ao crescente potencial destrutivo das armas nucleares, a doutrina da guerra justa foi sendo substituída por uma ênfase crescente na questão da justiça como condição da verdadeira paz, no sentido de se evitar que o catolicismo fosse empurrado para legitimar guerras com custos cada vez mais dramáticos. Mas, o que fazer quando não é possível vencer a injustiça senão pela violência? A resposta que Paulo VI parece indicar na *Populorum Progressio* (1964) – que em último caso a violência justifica-se como *ultima ratio* da justiça – pareceu a muitos apontar para a legitimidade das guerrilhas anticoloniais, mas no fundo era o retomar da resposta ambígua dada, duas décadas antes, por Ottaviani. Em todo o caso, a ênfase papal nas últimas décadas tem sido na luta não-violenta contra a injustiça. E o magistério de João Paulo II, nomeadamente criticando várias intervenções militares norte-americanas, tem ido sempre nesse sentido. O seu gesto talvez mais visível neste contexto foi o de reunir periodicamente (a partir de 1986) com líderes religiosos de todo o mundo nos Encontros e Oração pela Paz de Assis. Ao nível da militância católica neste campo apenas nos é possível destacar duas organizações. No imediato pós-II Guerra Mundial foi da maior importância a acção da *Pax Christi* no sentido da reconciliação entre vencedores e vencidos, e da integração europeia como forma de garantir a paz na Europa, no que contou com o decidido apoio de Pio XII, e a particular atenção de Montini (futuro Paulo VI). Quanto aos últimos anos destaca-se a acção da Comunidade de Santo Egídio (*cf.* RICCARDI – *Santo Egídio*), quer ao nível concreto da mediação de conflitos (com o importante sucesso de Moçambique) quer ao nível da sensibilização com encontros de reflexão periódicos interconfessionais (o último dos quais, o do ano 2000, em Lisboa). Curiosamente, a relativização católica da doutrina da guerra justa vem de par com a sua revalorização pelos internacionalistas no quadro do debate em curso, nos últimos anos, a respeito dos critérios e condições que justificam e delimitam uma intervenção (militar) humanitária (por exemplo, WALTZER – *Guerres*; e HOFFMANN – *The Ethics*). É também crescente a importância atribuída pelos analistas das relações internacionais ao perceber o papel das religiões na génese e contenção da violência a nível internacional (*v. g.* MAYER – *Religions*). Não podemos deixar de ressalvar a importância das Igrejas protestantes e das confissões não cristãs neste campo. Recorde-se o protagonismo do Conselho Mundial das Igrejas, ou a centralidade de questões como a da objecção de consciência na identidade dos *quackers* ou das testemunhas de Jeová. Ao nível das confissões não cristãs, sem dúvida que a problemática em torno da definição (militar ou não) do significado essencial da *jihad* ao nível da teologia islâmica (*cf.* CHARNAY – *L'Islam et la guerre*), ou a doutrinação pacifista de importantes figuras do budismo (o actual dalai-lama) ou do hinduísmo (o Mahatma Ghandi) são essenciais para pensar a questão da relação entre as religiões e a guerra no século XX. Todavia, não nos será possível desenvolver estas questões nos limites desta análise, e o seu impacte em Portugal foi certamente menor do que o do posicionamento do catolicismo, pelo menos até muito recentemente. *2. O catolicismo português e a guerra:* O contributo mais importante de Portugal para a formulação da questão da paz em termos do catolicismo a nível global parece ter-se verificado por via de Fátima*, que emerge no contexto da crise provocada pela intervenção portuguesa na I Guerra Mundial, e no quadro da II Guerra Mundial e da Guerra Fria assume um protagonismo internacional importante como centro de uma devoção pela paz que exprime a distância dos católicos alemães, italianos, etc. em relação ao belicismo nazi e fascista, e no pós-guerra é importante para significar que o catolicismo não abandona o campo da paz à propaganda comunista (*v.* o congresso de 1951 no contexto do encerramento do ano santo no santuário). Devoção «pacifista» que manteve a sua importância, quer para Paulo VI quer para João Paulo II. Naturalmente, os católicos portugueses seguiram minimamente, embora possivelmente com algum atraso, a evolução geral da doutrina e atitude da Igreja em relação à questão da guerra, todavia, parece-nos importante assinalar algumas particularidades circunstanciais no seu relacionamento com a questão. As Invasões Francesas (1807-1811) constituem a entrada dramática de Portugal na época contemporânea. Mas, se com elas emerge um projecto político alternativo ao sistema vigente, esta época de transição violenta vai

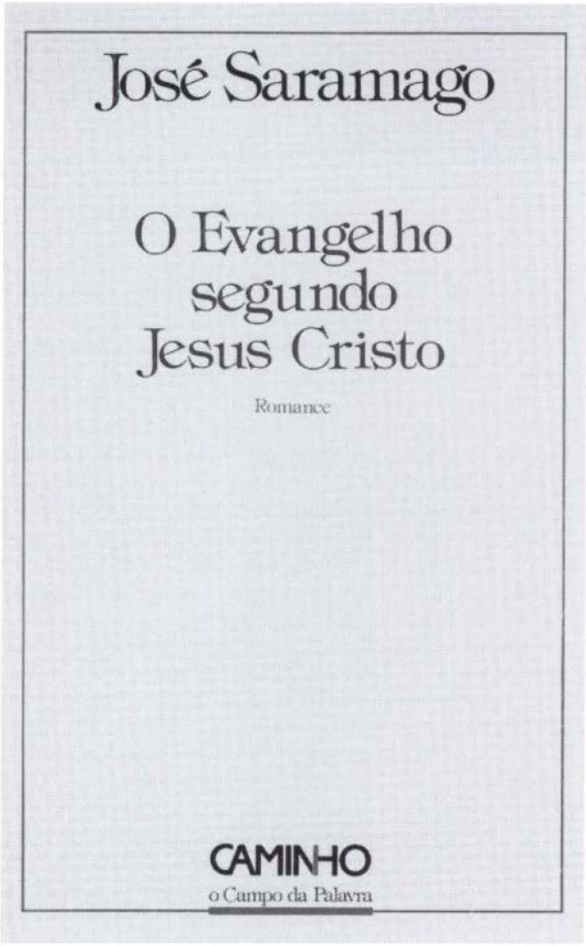
trazer também ao de cima mentalidades fortemente enraizadas no passado. A expulsão dos Franceses só foi possível pela conjugação da presença de um pequeno exército organizado (luso-britânico), capaz de oferecer uma resistência convencional, com um vasto movimento de guerrilha que cortou as linhas de abastecimento e comunicação e não deu um minuto de descanso ao invasor. Guerrilha que resulta de um esforço de mobilização das massas populares por um clero e pequenas nobrezas tradicionalistas em nome do velho ideal da cruzada*, da defesa da fé face aos ímpios franceses e ao Anticristo Napoleão, e na esperança, em alguns, menos do regresso da família real do Brasil, do que da vinda do Encoberto, do santo-rei mártir, D. Sebastião (*v.* SEBASTIANISMO), e do Quinto Império que este traria, no que foi o último emergir como força importante deste messianismo nacionalista português (*cf.* MARQUES – O clero; ARAÚJO – Revoltas; VICENTE – As Invasões; MEDINA – O sebastianismo). Não veio D. Sebastião, mas cedo veio D. Miguel, o novo messias do velho Portugal (*v.* TRADICIONALISMO). E a guerra civil (1832-1834) foi combatida pelos miguelistas como uma nova cruzada contra o «infiel». Todavia, o liberalismo* dos partidários de D. Maria II, sendo anticongreganista e regalista – pois eles viam nesses aspectos elementos importantes da reforma que desejavam para a sociedade – , no entanto, rejeitava a acusação de impiedade; e, efectivamente, D. Pedro IV mantém no texto constitucional que irá reger o país até 1910 o estatuto do catolicismo como religião de Estado (*v.* IGREJA E ESTADO). Nesse quadro não foi tocada a participação do exército em cerimónias religiosas, típica dos Estados confessionais, nem a presença no seu seio de capelães – e até de santos patronos graduados e pagos como oficiais –, com o cardeal-patriarca como capelão-mor das Forças Armadas (como o era da corte, *v.* CAPELA REAL). Com a proclamação da República, em 5 de Outubro de 1910, vemos pela primeira vez emergir na história portuguesa um regime que concebe a sua legitimação sem a bênção do catolicismo, e até contra ele, como a Lei da Separação de 20 de Abril de 1911 deixa claro (*v.* ANTICLERICALISMO). O catolicismo passou, durante um longo período, a estar excluído da vida institucional das Forças Armadas portuguesas. No entanto, cedo esta exclusão total se revelará problemática. A participação de Portugal na I Guerra Mundial, com o envio de importante contingentes para as colónias e para a frente ocidental europeia (Flandres), significou que grande número de alistados, vindos de zonas rurais profundamente católicas, não concebe nem aceita ficar privado de sacramentos* em situação de tão grande risco de vida. O clero e a militância católica vão reagir, afirmando o seu empenho patriótico, e acusando o poder republicano de acrescentar à violência do alistamento obrigatório o da privação de qualquer cura de almas. Se se apela a voluntários médicos, como se podia recusar os capelães? E assim, acabou por constituir-se um corpo de capelães militares *ad hoc* com base no voluntariado do clero, no consentimento do poder republicano e no interesse das chefias militares por tudo o que elevasse o moral dos combatentes (*cf.* MENESES – *União*, p. 189 ss.). Surgem novos heróis do movimento católico, sendo o mais conhecido o futuro bispo (-«soldado») de Beja*, D. José do Patrocínio. E este exemplo de patriotismo será usado, a partir de 1919, como argumento decisivo para contrariar a associação automática – monárquico/católico – usada pela propaganda anticlerical, e que o Centro Católico (*v.* PARTIDOS CONFESSIONAIS) vai ter, a partir de então, como prioridade desmentir, situando a militância dos católicos na política para além da questão do modelo de regime. No entanto, ultrapassada a emergência, não se verifica qualquer alteração da situação institucional e legal: os padres continuam fora dos quartéis. Situação que vai manter-se durante a ditadura militar (1926-1933), a qual não alterou substancialmente o *statu quo* religioso, devido à importância no seio das Forças Armadas de fortes correntes laicistas e anticlericais. Salazar, a figura dominante da nova situação a partir de 1932 e fundador do Estado Novo, também não vai mexer logo nesta questão, pedindo paciência aos seus antigos companheiros do Centro Católico (CRUZ – *O Estado Novo*, p. 15-16). Quando o fez, mediante a assinatura da Concordata de 7 de Maio de 1940 (*v.* CONCORDATAS), não quis pôr em causa o equilíbrio com que procurou congregar à sua volta todos – inclusive de sectores laicos, a começar pelo próprio presidente da República, general Carmona – os que aceitassem a sua autoridade e apoiassem um regime autoritário. Pelo que define limites muitos rígidos para o acordo, de que se afasta pouco. A questão dos capelães militares* é tratada neste espírito: Salazar recusa um corpo permanente deste tipo, ou sequer o pedido da Santa Sé de que o compromisso fosse apenas de o fazer quando possível. Isso contraria o seu desejo de marcar a lógica de separação do acordo, de evitar complicações no meio militar, mas também resulta do seu temor de uma propaganda pacifista dissolvente por parte dos capelães militares, como as suas notas manuscritas de Março de 1937 deixam claro. Por isso, só aceita capelães em período de campanha, e nomeados com o acordo do Estado. A criação de um esboço de corpo permanente de capelães militares* é feito por iniciativa do ministro da Defesa, Santos Costa, nos anos 40 e 50, nomeadamente com a criação de um serviço de estado-maior chefiado por um membro do clero. Esta situação vai arrastar-se até meados dos anos 60, e só se resolverá (em 1966) no sentido da criação do ordinariato castrense* depois de uma forte pressão dos bispos, que ameaçaram em carta deixar de atender os pedidos de padres para as campanhas africanas. No entanto, nem esta tardia regularização da presença do clero no seio das Forças Armadas nem a pastoral colectiva de 1961 (em que os bispos portugueses apoiam o esforço de «pacificação» no ultramar – no quadro de um importante consenso nacional que abrange boa parte da oposição republicana ao Estado Novo) evitaram a «desordem nas consciências» que Salazar temera. De facto, o peso crescente no pensamento católico internacional da questão da paz veio marcar fortemente a reflexão de parte da militância católica dissidente – como se pode ver numa série de publicações mais ou menos clandestinas dos *Cadernos GEDOC* até ao *Boletim Anti-Colonial* – , de al-

gumas figuras importantes do clero português – destacando-se D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto; D. Sebastião de Resende, bispo da Beira; e D. Manuel Vieira Pinto, bispo de Nampula – e alguns capelães militares (*v. g.* o padre Mário de Oliveira) no sentido de se oporem ao que consideravam ser a injustiça estrutural de uma guerra colonial (1961--1974) imposta por um regime ditatorial. E vemos assim emergirem no seio do catolicismo português as posições mais extremadas a favor ou contra a guerra: dos que vêem nela uma nova cruzada* africana face ao infiel comunista – exemplificado por textos de nacionalismo católico no *Diário da Manhã* ou em *A Voz* – , aos que a denunciam como a negação do Evangelho e da doutrina papal mais recente; e inclusive chegam a apoiar a luta armada no quadro das Brigadas Revolucionárias. Hoje em dia, a questão da paz no seio do catolicismo português é, por regra e quando muito, objecto de reflexão doutrinal. Só ao nível da actuação missionária ou de alguns movimentos que se dedicam à cooperação com países menos desenvolvidos a questão se põe com maior acuidade. Simultaneamente, a existência de capelães militares católicos que há muito parecia haver-se tornada consensual voltou a ser objecto de críticas de alguns sectores laicistas, que, no entanto, parecem aceitar uma simples reformulação do conceito, nomeadamente com a possibilidade de outras confissões terem também capelanias no seio das Forças Armadas.

BRUNO CARDOSO REIS

BIBLIOGRAFIA: ARAÚJO, Ana Cristina – Revoltas e ideologias em conflito durante as Invasões Francesas. *Revista de História das Ideias*. 7 (1985) 7-90. BLET, Pierre – *Pie XII et la Seconde Guerre mondiale d'après les archives du Vatican*. Paris: Perrin, 1997. BRISSOS, José – A contra-revolução: o miguelismo. In *HISTÓRIA de Portugal. 7: Portugal liberal*. Dir. J. Medina. Alfragide: Ediclube, 1995, p. 167-196. CHENAUX, Philippe – *Une Europe Vaticane?*; Bruxelles: Eds. Ciaco, 1990. COMBLIN, Joseph – *Théologie de la Paix. 2: Applications*. Paris: Eds. Universitaires, 1963. COSTE, René – *L'Église et la Paix*. Paris: Desclée, 1979. IDEM – *Le Problème du droit de guerre dans la pensée de Pie XII*. Paris: Aubier, 1962. IDEM – *Morale Internationale*. Préf. Cardeal Angelo Cicognani. Tournai: Desclée, 1964. CRUZ, Manuel Braga da – *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa: Bizâncio, 1998. FLAMINI, Roland – *The Cold War Summit that never was. Pope, Premier, Presidente...*. New York: MacMillan Pub., 1980. GRAHAM, Robert – *The Vatican and Communism during World War II...*. San Francisco: Ignatius Press, 1996. IDEM – *Vatican Diplomacy*. Princeton: Princeton University Press, 1959. HANSON, E. O. – *The Catolic Church in World Politics*. Princeton: Princeton University Press, 1990. HOFFMANN, Stanley [et al.] – *The Ethics and Politics of Humanitarian Intervention*. Notre Dame: Notre Dame University Press, 1996. KISSINGER, Henry A. – *A World Restored...*. Boston: Houghton Mifflin, 1957. LE BRAS-CHOPARD, Armelle – *Guerre: théories et idéologies*. Paris: Montchrestien, 1994. MARQUES, João Francisco – O clero nortenho e as Invasões Francesas: patriotismo e resistência regional. *Revista de História*. 9 (1989) 195-246. MAYER, J.-F. – *Religions et securité internationale*. Berne: Office Central de la Defense, 1995. MAYEUR, Jean-Marie, dir. – *Histoire du Christianisme. 12: Guerres Mondiales et Totalitarismes (1914-1958)*. Desclée; Fayard: Paris, 1990. MEDINA, João – O sebastianismo: exame crítico de um mito português. In *HISTÓRIA da Portugal. 6: Sebastianismo*. Alfragide: Ediclube. 1993, p. 251-386. MENESES, Filipe Ribeiro de – *União Sagrada e sidonismo: Portugal em guerra (1916-18)*. Lisboa: Ed. Cosmo, 2000. MERLE, Marcel; MONTCLOS, Christine de – *L'Église catholique et les relations internationales depuis la Second Guerre mondiale*. Paris: Le Centurion, 1988. NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: INCM, 1998. REIS, Bruno Cardoso – Religiões, estados e relações internacionais: os casos da Santa Sé, Irão e Tibete. *Política Internacional*. 21 (2000) 195-228. RICCARDI, Andrea – *Il Potere del Papa da Pio XII a Giovanni Paolo II*. Bari; Roma. Ed. Laterza, 1993. IDEM – *Il Vaticano e Mosca 1940-1990*. Bari; Roma: Ed. Laterza, 1992. IDEM – *Santo Egidio, Roma e o Mundo*. [S.l.]: Circulo de Leitores, 2000; VICENTE, António Pedro – As Invasões Napoleónicas. In *HISTÓRIA de Portugal. 7: Portugal liberal*. Dir. J. Medina. Alfragide: Ediclube, 1995, p. 11-80. WALTZER, Michael – *Guerres justes et injustes...*. Paris: Éds. Belin, 1999.

HETERODOXIA. II. Séculos XIX-XX: A expressão heterodoxia tem sido empregue, de modo mais específico a partir do século XIX, para definir uma certa percepção sobre as transformações sociorreligiosas dentro de um quadro global da evolução do cristianismo, associando-as aos diversos movimentos sociais e a vários tipos de dissidência cultural como manifestações desviantes da ortodoxia*. Para a compreensão inicial desta terminologia importa considerar o impacte da *História de los heterodoxos españoles* de Marcelino Menéndez Pelayo, terminada de publicar em 1880, e que constituiu importante referência para a elaboração da *História da Igreja em Portugal* de Fortunato de Almeida, publicada entre 1910 e 1928 (*v.* HISTORIOGRAFIA RELIGIOSA. ÉPOCA CONTEMPORÂNEA). Nessa obra de Menéndez Pelayo existem capítulos que, considerando a realidade portuguesa contemporânea, apresentam diversos núcleos de heterodoxia como o jansenismo* regalista (*v.* REGALISMO) setecentista, o enciclopedismo (*v.* ILUMINISMO), a revolução liberal e, ainda, no final da obra diferentes itens sobre correntes políticas e filosóficas, sobre a propaganda protestante (*v.* PROTESTANTISMO), as artes mágicas e o espiritismo. Por seu lado, a obra do autor português, elaborada num contexto de apologética* própria do catolicismo intransigente e integral contemporâneo (*v.* LIBERALISMO), recolhe directa e indirectamente a grelha interpretativa sobre as correntes religiosas fora do quadro do catolicismo romano, quer do ponto de vista doutrinal, quer do ponto de vista das relações entre o Estado e a Igreja, comum àquela que sobressai na obra do autor espanhol, até pelas citações que inclui deste. Essa *História da Igreja de Portugal* de Fortunato de Almeida tem permanecido, ao longo de todos estes anos, como instrumento fecundo de informação sobre o estudo do catolicismo português, com particular realce para as suas dimensões institucionais e eclesiásticas. Na formulação proposta aponta-se para a compreensão da diferenciação religiosa como contraponto ao catolicismo romano, considerando este como vector definidor da centralidade religiosa portuguesa, integrada no conjunto peninsular. Tal horizonte interpretativo entende-se como expressão de um contexto cultural mais amplo, no qual se inscreve a própria apologética católica. Neste contexto debatia-se não só a demonstração da função social da religião como se reivindicava o valor da ortodoxia católica, expressa na permanência da Igreja e das suas instituições enquanto sustentáculo do *ethos* nacional, como anterioridade ao próprio Estado, e enquanto garante da coesão social necessária à permanência desse mesmo Estado necessitado de uma moral social integradora. As próprias correntes apologéticas católicas procuravam com esta mesma argumentação fundamentar e legitimar a importância da religião e da Igreja nas origens da nacionalidade e na gesta ultramarina fornecedora da dimensão de império intercontinental português. Assim, a integração da problemática da heterodoxia formulou-se inicialmente a partir de um debate onde se manifestava já o impacte da secularização* e da laicização (*v.* LAICIDADE) da sociedade portuguesa em confronto com a diversificação religiosa do país. Es-



Capa de O Evangelho segundo Jesus Cristo, *de José Saramago.*

ta diversificação era percebida, assim, como factor de desagregação do perfil religioso específico da nação portuguesa, tendendo a identificar essa heterodoxia como factor exterior ou negativo para o catolicismo, bem como para a própria sociedade. Contudo, nesse importante labor historiográfico, de construção da memória religiosa peninsular influente durante décadas, assinalava-se também que, em todos os séculos, se tinham manifestado sempre correntes reformadoras e dissidências no seio do cristianismo enquadrado pela Igreja em termos de ortodoxia e ortopráxis controlada pelas instâncias eclesiásticas e pelo poder político, umas com um carácter mais ligado à vivência religiosa, outras com incidência na disciplina e no funcionamento institucional da Igreja Católica. Todavia, a progressiva disjunção desta articulação entre nação e catolicismo acentuara-se particularmente a partir do século XVIII, onde se prefigurou um profundo confronto entre os interesses do poder absoluto e diversas concepções de reforma promovidas no seio do próprio catolicismo promovidas por sectores eclesiásticos de que são exemplos o movimento da Jacobeia*, de natureza rigorista, o sigilismo*, a partir de concepções da prática moral e sacramental com impacte nas relações sociais, ou ainda as medidas reformadoras estatais decorrentes da política religiosa do pombalismo*. Nestas várias circunstâncias verificou-se um confronto já latente e que se centrava na amplitude do regalismo* na sua relação com sectores do catolicismo romano, entendido que era como religião nacional na sua função de esteio da religião cívica; isto é, o catolicismo romano tendia a ser encarado como subordinado à afirmação do Estado moderno na sua forma absolutista e sujeito às vicissitudes da política religiosa das Coroas bourbónicas. Assim, a diversidade de políticas religiosas no final do Antigo Regime transportava já um afrontamento que se desenvolveu no ambiente revolucionário dos inícios de oitocentos e se acentuaria ao longo dos dois últimos séculos, no quadro referido da secularização e da laicização da sociedade portuguesa. Pode considerar-se ter sido através deste processo que, paulatinamente, se verificou a alteração paradigmática entre o conceito de heresia e o de heterodoxia. A heresia estava associada ao reconhecimento de uma verdade parcelar da verdade que, por ser considerada parcelar, entendia-se como geradora de um confronto desagregador, envolvendo um agir e um pensar considerado de natureza ímpia e sacrílega, aos quais se contrapunha a exclusão. A heterodoxia surge, por seu lado, como necessidade de se formular a divergência e o dissentimento em relação ao que socialmente se considerava a verdadeira religião, o que conduziu ao questionamento e à precisão dos limites dessa autenticidade. A heterodoxia não se reduz à problemática da simples pluralidade confessional, por dissidência ou por justaposição de diversas crenças, na medida em que lida com níveis de interrogação, de dúvida, de angústia e de descrença, apontando para a valorização do psíquico e do espiritual como formas autónomas dos controlos institucionais, valorizando percursos individuais de sentir e dar sentido, próprio da individualização marcante da sociedade contemporânea. Por isto mesmo, a heterodoxia como objecto de análise é pluriforme e evoca muitos níveis que, podendo situar-se nos campos tradicionais da realização social da religião, transborda-os através de dinâmicas espirituais, muitas delas situadas no campo da substituição e do analógico (*v.* ESPIRITUALIDADE. ÉPOCA CONTEMPORÂNEA). Através das mais várias instâncias, entre elas o religioso, as sociedades buscam estabelecer as suas fronteiras. Essas fronteiras lidam com problemáticas que incluem o questionamento sobre os limites do desconhecido, da ignorância e mesmo da boa ou má-vontade, isto é, graus de intencionalidade que procuram delimitar os parâmetros da convivência social legítima. Existe, portanto, uma interacção entre a definição dessas fronteiras e desses limites. Na contemporaneidade, a delimitação referencial da heterodoxia surge como crucial, na medida em que coloca a necessidade de se dirimir a tensão manifestada entre as dinâmicas de inclusão e exclusão sociopolíticas, culturais e vivênciais, e que, ao mesmo tempo, implica a exigência de se estabelecer os limites possíveis que contrariem as tendências de desagregação, a que alguns autores chamam a «nova barbárie». No cerne desta tensão encontra-se a conflituosidade e a necessidade de dirimir o confronto entre verdade e falsidade, luz e trevas, ilustra-

ção e obscurantismo, conhecimento e ignorância, procurando instâncias que, apresentando-se como autónomas, apelam muitas vezes à nostalgia de um universo de sentido holístico, com capacidade de religar o social, o psíquico e o espiritual em termos de finalidade última da condição humana. *1. Elementos da heterodoxia:* É certo que o regalismo iluminista procurou, pela subordinação da iniciativa religiosa à autoridade política, desencadear mudanças ao nível da reprodução social no respeitante ao ensino, ao pôr fim à distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos, ou com determinadas iniciativas reformadoras no âmbito eclesiástico, implicando uma progressiva desvalorização das ordens religiosas em detrimento do clero secular como «cura de almas». Tais transformações apontavam para um processo de secularização* já patente em algumas das prioridades tridentinas (*v.* CONTRA-REFORMA) e que se expressavam em novas formas de vida individual e em novas sociabilidades. Foi, contudo, a extinção da Inquisição em 1821 que, na sociedade portuguesa, abriu definitivamente um debate sem fim entre o lugar da verdade e o estatuto do erro. Esta questão tem percorrido toda a contemporaneidade, não já só circunscrita à religião e à autoridade doutrinal do catolicismo romano, mas alargando-se à possibilidade do dizer livre numa sociedade onde progressivamente a opinião pública se tornou também instância de validação do agir político, até aos níveis de procedimento individual. Posta esta questão de outro modo, trata-se de aquilatar a correlação entre liberdade e os mais diversos graus de censura, organizada ou difusa, que trabalha o controlo da sociedade portuguesa ao longo destes dois últimos séculos. No campo específico do religioso, as reformas eclesiásticas e religiosas, como vector importante da própria regeneração nacional, tornaram-se uma questão central depois da revolução de 1820, pois estava em causa o marco da legitimidade de opinião e do agir. Assim, com a implantação do liberalismo, e apesar da confessionalidade da Monarquia Constitucional proporcionar lentamente uma série de mudanças no campo religioso que foram marcantes na redefinição do espaço da religião, sucessivos acontecimentos tiveram impacte no processo de ultrapassagem do paradigma da heresia para a emergência e a afirmação de diversas ortodoxias possíveis, como alteridades concorrenciais. Tal alteridade, pelo menos doutrinalmente, acabou por ser assumida e, de certo modo, integrada pelo catolicismo romano depois do II Concílio do Vaticano*, onde a pluralidade e o ecumenismo passaram a ser reconhecidos como dimensões positivas da realidade. Porém, este percurso, onde a temática em torno da verdade enquanto dimensão religiosa foi progressivamente questionada, não resultou de simples ajustamentos mas do confronto com sucessivas gerações intelectuais marcadas por um positivismo anti-religioso, por um espiritualismo gnóstico, por um agnosticismo* ou ateísmo* militantes. A crítica a um catolicismo que se combatia, particularmente nas suas expressões consideradas intransigentes, comummente designado por «ultramontano e jesuítico», ocupou muito do esforço e do embate apologético das diferentes correntes ideológicas que, apesar das manifestações protestantes, não foi por estas conduzido, ainda que a crítica ao catolicismo fosse acompanhada, por vezes, pela defesa de um cristianismo autóctone, um cristianismo lusitano, quer do ponto de vista institucional, quer da própria vivência religiosa, nomeadamente com a revalorização de ritos próprios e nacionais. A problemática da heterodoxia envolve, pois, não só aspectos de ordem doutrinal e intelectual, mas associa-se à emergência de outras fórmulas imaginárias e simbólicas que são, no plano prático, insinuações e concretizações legitimadoras da heterodoxia como vivência social. Os contornos dessas vivências são múltiplos: o patriotismo próprio à afirmação do *ethos* nacional como destinação colectiva, centrado em valores como dar a vida ou derramar o sangue pela pátria; o reconhecimento da liberdade religiosa, não só em termos legislativos mas como relativização de uma exterioridade imposta; a aceitação do casamento civil, do divórcio ou do registo civil como percepção de novos significados das relações sociais; novas formulações dos direitos da mulher e da criança; ou, ainda, o reconhecimento de novos horizontes de realização familiar e afectiva. Estes e outros elementos são constitutivos desta heterodoxia, pois a eles estão associados novos dizeres da condição humana como reivindicações de uma convivência social, onde os limites estão problematizados porque outras fronteiras do existir se tornam possíveis. Na época contemporânea, no que respeita os universos religiosos, em particular no caso do catolicismo romano, oscila-se entre o transigentismo e o intransigentismo doutrinal, como forma de relação a este universo da heterodoxia, manifestando-se uma condenação da exterioridade, mas onde grupos e experiências católicas têm também desenvolvido níveis de abertura, simultaneamente questinadores do cristianismo e dessas mesmas realidades que se afirmam como pensamento e como formas de vida específicos. Exemplo deste interagir pode ser referenciado nas sucessivas condenações pontifícias sobre a Maçonaria*, sobre a liberdade de pensamento e a separação entre a Igreja e o Estado, sobre o modernismo*, sobre formas do agir político desde a democracia aos totalitarismos nazi e comunista; mas, esta intransigência não impossibilitou formas de cooperação entre católicos e regimes políticos, formuladas no conceito do *ralliement* leonino, nas organizações de democracia cristã novecentista, na «colaboração com os homens e mulheres de boa-vontade» roncaliana, mesmo no ecumenismo woytiliano. Contudo, neste percurso, a profundidade das questões não são similares. A crítica à revelação, isto é, a consistência transcendental do cristianismo, em particular em torno de Jesus, levou a um confronto entre o dizer teológico e outros níveis de conhecimento. Em Portugal, essa fractura sentiu-se a partir da chamada Geração de 70, no âmbito da realização das Conferências do Casino de 1871 e, com diferentes matizes, pode-se considerar que subsiste, por exemplo, numa obra como a de José Saramago, no *Memorial do Convento* (1982) ou no *Evangelho segundo Jesus Cristo* (1991), passando por autores como Oliveira Martins, Gomes Leal, Raul Brandão, José Régio ou, ainda, Alçada Baptista. No fundo, a

cultura portuguesa contemporânea transporta múltiplas variações sobre a centralidade do cristianismo e a pessoa de Jesus, muitas vezes contraposta à Igreja (à instituição), que outra coisa não é senão o reflexo da «galáxia Jesus», expressão que o sociólogo francês Émile Poulat utiliza para referir o contributo compósito que o próprio cristianismo fornece à modernidade. Também as manifestações de religiosidade popular*, nos seus cultos e devoções, mesmo no âmbito mariano, surgem como instâncias de diferenciação e de confronto, opondo-se a formas mais depuradas da vivência cristã ou às tentativas de normatização eclesiástica. Não se trata só de um confronto entre o catolicismo romano e as tradições protestantes, entretanto presentes na sociedade portuguesa; essa tensão atravessa de modo profundo a consciência de pertença de muitos indivíduos e grupos católicos, ou aqueles que de forma exterior criticam o catolicismo português. De uma maneira geral, o dizer «protestante» nunca interessou os «intelectuais portugueses» como alternativa religiosa, na medida em que a problemática por eles colocada é distinta, tendo mais a ver com o domínio da Igreja Católica romana, expressando-se através do anticlericalismo* e através do questionamento da religião cristã enquanto religião revelada, nas suas contradições e imagéticas consideradas limitadas. Em grande medida, o debate sobre Deus na cultura portuguesa condiciona-se à problemática da consistência das mediações protagonizadas pelo clero e pela Igreja Católica romana no seu conjunto. No entanto, a pluralidade do mundo protestante e evangelista foi-se impondo na sociedade portuguesa, a par de outras sensibilidades como o espiritismo, o rosa cruzismo ou a teosofia. Porém, outras instâncias surgem também como referenciais para essa diversificação da heterodoxia, como ocorre com o universo da política e das ideologias, que transportam formulações de apelo à adesão e à convicção em torno da regeneração e da criação de um «mundo novo», uma nova sociedade como que «uma outra Jerusalém», surgindo assim como instâncias de mística e de identificação sociais. Pode referir-se ainda correntes como o positivismo, que procurou tornar-se como que uma religião popular, quando difundido por jornalistas e publicistas; ou em variantes filosóficas do cientismo, como o evolucionismo, enquanto ideologia de mutação social; ou ainda, por exemplo, o criacionismo espiritual de Leonardo Coimbra que o aproximará do catolicismo como concretização existencial desse seu percurso. Na sociedade portuguesa contemporânea marcada pela progressiva individualização, a heterodoxia também apresenta dimensões de carácter iniciático de muitas colorações. O esoterismo*, como valorização do oculto e dos seus percursos iniciáticos mas passível de revelação, é expressão deste ir buscar fora da religião tradicional algo que é considerado estar dentro, como mistério arcano, fundante de uma consciência mais iluminada e, portanto, vivável. Existe uma tradição portuguesa de esoterismo* cristão, patente de certo modo nas obras de Teixeira de Pascoaes, de José Régio ou de Dalila Pereira da Costa, onde sobressai não propriamente a necessidade de uma heterodoxia, mas a desocultação (a revelação) simbólica do profano à luz do sagrado, com incisões panteístas. Nestas interpretações, decorrentes do pensar a condição humana e sua destinação através do reconhecimento da vitalidade da natureza, transparecem aspectos temáticos da hermenêutica proposta pelo saudosismo, o qual transporta núcleos importantes de profetismo* ou messianismo* nas suas variantes sebásticas (*v.* SEBASTIANISMO). Na obra de Natália Correia, por exemplo, muitos destes elementos encontram-se conjugados numa certa valorização do paganismo* mas, simultaneamente, recheado de formas paráclitas, presentes também noutros autores da cultura portuguesa, com destaque para Agostinho da Silva. Por outro lado, poder-se-ia também referir o universo intelectual que se afirma como ateu, muitas vezes revestido por um anticlericalismo latente ou explícito. Contudo, este também não pode ser generalizado como atitude homogénea, até porque o anticlericalismo de tipo popular nunca é propriamente ateu, expressa-se quase sempre patenteando o que considera disfuncional às suas vivências. Muita vezes, esta disfuncionalidade encontra eco e expressão de empenhamento e convicção no terreno das ideologias políticas, não sem laivos de messianismo, como por exemplo: no liberalismo radical; no pensamento revolucionário socialista, anárquico ou comunista; no nacionalismo de vários matizes; ou ainda, mais recentemente, no ecologismo enquanto, de certo modo, como que uma revisitação da problemática da salvação universal através de uma nova relação entre o homem e a natureza, agora com fronteiras cósmicas. Estas múltiplas nebulosas da heterodoxia contemporânea não romperam necessariamente com o universo religioso dominante em Portugal. Em muitos momentos, estabeleceram-se pontes e formas de diálogo, cuja densidade confere uma originalidade enriquecedora à cultura portuguesa. Nas décadas de 50 e 60 de Novecentos, este percurso inclui personalidades que foram marcantes, como é o caso de Mário de Sacramento ou de Eduardo Lourenço. A sua obra sobre heterodoxia, em dois volumes (1947 e 1967), é apresentada como a possibilidade do pensar a condição humana para além da dualidade racionalidade-espiritualidade, mas centrada na pluralidade da existência humana que atravessa cada indivíduo na relação com os outros e consigo próprio, emergindo a obra e a figura de Fernando Pessoa como esse dizer infinito e aberto de uma destinação que oscila entre o tudo e o nada. Pode considerar-se, no campo de matriz cristã, que todo este processo de validação da heterodoxia como percurso se expressou no projecto de *O Tempo e o Modo* e da Livraria Morais liderado por António Alçada Baptista. As diversas percepções sobre o homem e o seu destino, o mal e sua determinação, expressas ao nível de uma cultura secular, constituiram simultaneamente um desafio ao pensamento clerical e institucional, através de uma formulação autónoma de sensibilidades e dizeres religosos em diversos autores (Pedro Amorim Vieira, Sampaio Bruno, Guerra Junqueiro, Leonardo Coimbra, Teixeira de Pascoaes, etc.). Na cultura portuguesa manifestou-se uma errância de procura antropológica sobre o divino, forma de compreender o sentido da vida para além das

fronteiras capacitadas e experimentadas da reprodução doutrinal e ideológica da maioria dos «eclesiásticos de ofício» (*v.* APOLOGÉTICA; LITERATURA RELIGIOSA. ÉPOCA CONTEMPORÂNEA). Mas, se foram diversos os movimentos culturais e religiosos que contribuíram para a emergência da pluralidade, a problemática da heterodoxia não corresponde só a um processo de diferenciação exterior a uma ortodoxia, mas de separação, de divergência no seu próprio seio. Este processo corresponde não só à afirmação e consolidação de experiências distintas do catolicismo romano, como também ao seu questionamento interno, contribuindo estes dois movimentos para paulatinamente definir o religioso como um campo heterogéneo e plural na sociedade portuguesa. *2. A heteredoxia como hermenêutica:* Verifica-se, assim, uma amálgama e cruzamentos de vivências, em disputa ou em sincretismo operativo, que remetem para estratificações que, atravessando a sociedade portuguesa, são mais ou menos integradoras como possibilidade do existir social. De certo modo, pode considerar-se que a época contemporânea é atravessada por uma atitude de radicalismo, não só no âmbito político, mas de forma mais geral, no desenvolvimento das diversas frentes do mundo cultural. Este radicalismo é simultaneamente marcado pelo confronto entre posições, mas também se inscreve num itinerário de «ir às raízes», da busca e do provisório que, muitas vezes, se associam a este percurso como forma de conhecimento e como expressão de níveis de crença ou adesão. O conhecimento filosófico, científico ou psíquico conduziu constantemente a experiências de fronteira, de ruptura, em confronto com o universo religioso, desencadeando diversas reacções, situadas entre dois pólos: de rejeição e de integração que, por sua vez, conferiram à própria experiência religiosa essa mesma dimensão radical. É um radical que se expressou na dimensão formal, desde a pintura à investigação científica, da literatura (poesia e romances) ao labor filosófico, contendo uma sístole e uma diástole, muitas vezes com arritmias agónicas, mas potenciadoras de um dinamismo com reflexos na ousadia do pensamento teológico, quer em termos de teodiceia, quer na vertente eclesiológica como área fecunda de novas postulações do entendimento da dinâmica das instituições religiosas em sociedade. Assim, a contemporaneidade tem sido marcada pela legitimidade progressiva, apesar de lenta, de múltiplas diferenciações, isto é, pelas possibilidades de afirmação e reconhecimento do outro como alteridade e como complementariedade. O outro e o diferente surgem, deste modo, como fonte e sujeito de verdade e não mero objecto da «nossa» verdade estabelecida. Verificou-se assim a ultrapassagem do paradigma da heresia, para se reconhecer e afirmar ortodoxias diversas como alteridades concorrenciais.

Crente das Testemunhas de Jeová traduz em linguagem gestual o discurso de um dos irmãos. Congresso Distrital das Testemunhas de Jeová, 1999, Pavilhão Atlântico, Lisboa.

E, neste sentido, a heterodoxia passa a ser um reconhecimento positivo, ainda que frágil, da diversificação do dizer plural de sentidos numa perspectiva de sociedade aberta e integradora, onde a verdade, sendo possível, como instância de identidade, se relativiza e cresce com o diferente. Passa assim a pressentir-se e a consentir-se na sociedade a existência de manifestações de uma heterodoxia heteróclita, expressão de fervor e de resistência, vivenciada num quotidiano que cultiva a modernidade e simultaneamente a contesta e rejeita, desde as mais variadas formas de vivência religiosa sectária (*v.* SEITAS), de cultos ou filosofias que sobretudo expressam a vontade de determinação individual, uma liberdade escolhida e não consentida. Nesta problemática, as fronteiras do classificável esbatem-se, e aquilo que inicialmente se constituiu como processo de diferenciação surge também como dinâmica de unidade e de identidade refractário à atomização num momento histórico marcado não só pela globalização, mas de rarefacção dos limites e das fronteiras da crença, da moral e da ética, enfim, dos padrões de convivência social.

ANTÓNIO MATOS FERREIRA

BIBLIOGRAFIA: ABEL, Olivier – La condition pluraliste de l'homme moderne: Relire Pierre Bayle. *Esprit*. 224: 89 (août-septembre 1996) 101-113. ANTUNES, Manuel – *Repensar Portugal*. Lisboa: Multinova, [1979]. BAPTISTA, António Alçada – *Peregrinação interior ou quadros da vida quotidiana numa sociedade em vias de desenvolvimento. 1: Reflexões sobre Deus ou Fragmentos do memorial do combate que Jacob Alçada Baptista vem travando com o anjo que lhe foi atribuido. 2: O Anjo da esperança ou reflexões sobre algumas evidências do mundo e alguns esconderijos da alma*. Lisboa: Moraes Editores, 1971; Lisboa: Edições Uranus, 1982. 2 vol. IDEM – *A pesca à linha: algumas memórias*. Lisboa: Editorial Presença, 1998. IDEM – *O riso de Deus*. Lisboa: Editorial Presença, 1994. BORGES, Anselmo – Do mesmo ao diferente: questões deste tempo. Porto Figueirinhas, [1979]. BOSSI, Emilio – *Christo nunca existiu: Christo na história: Christo na Biblia: Christo na mythologia: Formação impessoal do christianismo*. Trad. Thomaz da Fonseca. Lisboa: Empreza do Almanach Encyclopedico Illustrado, 1909. Bibliotheca de Educação Nacional; 7. BRUNO, Sampaio – *Analyse da crença christã: estudos criticos sobre o christianismo*. Porto: Typ. de Artur José de Sousa, 1874. IDEM – *A ideia de Deus*. Porto: 1902. CARDÍN, Alberto (1948-1992) – *Contra el catolicismo*. Ed. e introd. («Pensar en contra») de Manuel Delgado Ruiz. Barcelona: Muchnik Editores, 1997. CASTELO BRANCO, Camilo – *Divindade de Jesus e tradição apostólica*. Lisboa: Parceria .ª M. Pereira, 1971. [1.ª edição, 1865]. CATROGA, Fernando – *O Céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Minerva, 1999. IDEM – O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1991). *Análise Social*. 100 (1988) 211-273. IDEM – *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal (1865-1911)*. Tese de doutoramento apresentada em Coimbra em 1988. Texto mimeografado. CERTEAU, Michel de – Du système religieux à l'éthique des Lumières (17ᵉ -18ᵉ s.): la formalité des pratiques. In CONVEGNO STUDI DI STORIA SOCIALE E RELIGIOSA, Capaccio-Paestum, 18-21 maggio 1972 – *Atti: La Società religiosa nell'età moderna*. Napoli: Guida Editori, 1973, p. 447-509. «COLÓQUIO LEONARDO COIMBRA NO CENTENÁRIO DA SUA MORTE», Universidade Católica Portuguesa, 21 e 22 de Novembro de 1986 – *O pensamento filosófico de Leonardo Coimbra*. Lisboa: Edições Didaskalia, 1989. COLÓQUIO «GUERRA JUNQUEIRO E MODERNIDADE», 3 e 4 de Janeiro de 1997 – *Actas*. Porto: Centro Regional do Porto da UCP; Lello Editores, 1998. CONGRESSO INTERNACIONAL NO CENTENÁRIO DA SUA MORTE: ANTERO DE QUENTAL E O DESTINO DE UMA GERAÇÃO, Faculdade de Letras do Porto, 20 a 22 de Novembro de 1991 – *Actas*. Org. e coord. de Isabel Pires de Lima. Rio Tinto: Edições Asa, 1994. CRUZ, Robson – Camilo Castelo Branco e o livro «Divindade de Jesus» (1865). *Lusitania Sacra*. 2: 1 (1989) 81-118. DIONÍSIO, Sant'Anna – *Leonardo Coimbra: o filósofo e o tribuno*. Lisboa: INCM, 1985. ESTADO (O) e a liberdade religiosa. *Finisterra*. 33 (Dezembro de 1999). EXCLUSÃO e intolerância. *Ler História*. 33 (1997). FERNANDES, António Teixeira – *O confronto de ideologias na segunda década do século XX: à volta de Fátima*. Porto: Editorial Afrontamento, 1999. FERREIRA, António Matos – Catolicismo. In *DICIONÁRIO de História de Portugal: 7: Suplemento*. Coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 1999, p. 257-269. IDEM – Protestantismo. In *DICIONÁRIO de História de Portugal: 9: Suplemento*. Coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 2000, p. 191-197. IDEM – Religião, Cristianismo, Jesus. *In DICIONÁRIO de Eça de Queiroz*. 2.ª ed. org. e coord. A. Campos Matos. Lisboa: Editorial Caminho, 1988, p. 815-829. FERREIRA, Nuno Estevão Figueiredo M. – «O Tempo e o Modo», revista de pensamento e acção (1963-1967): Repercussões eclesiológicas de uma cultura de diálogo. *Lusitania Sacra*. 2: 6 (1994) 129-294. *FILOSOFIA da saudade*. Selec. e org. de Afonso Botelho e António Braz Teixeira. Lisboa: INCM, 1986. GOMES, António Ferreira, bispo – *Cartas ao Papa: sobre alguns problemas do nosso tempo eclesial pelo bispo resignatário do Porto*. Porto: Figueirinhas, [1986]. GOMES, Pinharanda – *Teodiceia portuguesa contemporânea: estudo e antologia*. Lisboa: Livraria Sampedro Editora, 1974. ITURRA, Raul – *A religião como teoria da reprodução social: ensaios de antropologia social sobre religião, pecado, celibato e casamento*. Lisboa: Escher, 1991. JÚLIO, Maria Joaquina Nobre – *O discurso de Vergílio Ferreira como questionação de Deus (ensaio interdisciplinar)*. Lisboa: Edições Colibri, 1996. Colecção Autores Portugueses; 5. LALOUETTE, Jacqueline – *La libre pensée en France. 1848-1940*. Préface de Maurice Agulhon. Paris: Éditions Albin Michel, 1997. LAVELLE, Louis – *Morale et religion*. Paris: Aubier; Montaigne, 1960. LEAL, Gomes – *O Anti-Cristo: Cristo é o mal*. Ed. José Carlos Seabra Pereira. Lisboa: Assírio & Alvim, 2000. 1.ª ed. 1886. Obras Clássicas da Literatura Portuguesa; 56. IDEM – *História de Jesus para as crianças lerem*. Ed. e intr. José Carlos Seabra Pereira. Lisboa: Assírio & Alvim, 1998. 1.ª ed. 1883. Obras Clássicas da Literatura Portuguesa; 28. LOBO, Elvira da Conceição Fernandes – *A doença e a cura nas crenças tradicionais e recorrência à bruxaria na procura de saúde, na zona de Braga*. Lisboa: FCSH-UNL, 1990. LOURENÇO, Eduardo – *Heterodoxia I e II*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1987. LUBAC, Henri de – *O drama do humanismo ateu*. Trad. de Irondino Teixeira de Aguilar. Porto: Porto Editora, [s. d.]. PAIS, José Machado – *Sousa Martins e as suas memórias sociais: Sociologia de uma crença popular*. Lisboa: Gradiva, 1994. POULAT, Émile – *La galaxie Jésus, un Évangile et des Églises: deux millénaires d'expansion crétienne*. Paris: Éditions de l'Atelier, 1994. MARINHO, José – *Estudos sobre o pensamento português contemporâneo*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. MENÉNDEZ PELAYO, Marcelino – *Historia de los heterodoxos españoles*. 5.ª ed. Madrid: La Editorial Catolica, 1997. 2 vol. Biblioteca de Autores Cristianos; 150 e 151. MINOIS, Georges – *Histoire de l'athéisme: les incroyances dans le monde occidental des origines à nos jours*. Paris: Fayard, 1998. NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: INCM, 1998. PASCOAES, Teixeira – *Arte de ser português*. Lisboa: Edições Roger Delraux, 1978. 1.ª ed. 1915. PIRES, António Manuel Bettencourt Machado – *A ideia de decadência na geração de 70*. Ponta Delgada: Instituto Universitário dos Açores, 1980. QUENTAL, Antero de – *Prosas sócio-políticas*. Pub. e apresent. Joel Serrão. Lisboa: IMCM, 1982. ROCHA, Afonso Maria – *O mal e o misticismo idealista de Sampaio Bruno*. Dissertação de mestrado no Porto à Faculdade de Teologia-UCP em 1996. Texto mimeografado. RODRIGUES, Samuel – *A polémica sobre o casamento civil (1865-1867)*. Lisboa: INIC, 1987. SACRAMENTO, Mário de – *Carta-testamento*. Porto: Editorial Inova, 1973. IDEM – *Frátria: diálogo com os católicos (ou talvez não)*. Porto: Editorial Inova, [1970]. SANCHIS, Pierre – *Arraial, festa de um povo: As romarias portuguesas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983. SEABRA, Jorge; AMARO, António Rafael; NUNES, João Paulo Avelães – *O C.A.D.C. de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934): uma abordagem a partir dos «Estudos Sociais» (1905-1911), «Imparcial» (1912-1919) e «Estudos» (1922-1934)*. Pref. Manuel Augusto Rodrigues. Coimbra: Faculdade de Letras, 1993. SERRÃO, Joel – *Portugueses somos*. Lisboa: Livros Horizonte, [1975].IDEM – *Sampaio Bruno: o homem e o pensamento*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986. IDEM – *Do sebastianismo ao socialismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983. SILVA, Agostinho da – *Considerações e outros textos*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1988. IDEM – *Dispersos*. 2.ª ed. introd. Fernando Cristóvão. Apresent. e org. de Paulo Alexandre Esteves Borges. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989. SILVA, António José da – *Naturalismo e religiosidade em Jaime Cortesão*. Lisboa: Faculdade de Teologia-UCP, 2000. SILVA, Lúcio Craveiro da Silva – *Antero de Quental: evolução do seu pensamento filosófico*. 2.ª ed. aumentada. Braga: Faculdade de Filosofia da UCP, 1992. SIMÕES, Cunha – *Os mistérios do padre Miguel*. 4.ª ed. Tomar: Edição do semanário «A Província», [s. d.] STILWELL, Peter – *A condição humana em Ruy Cinatti*. Lisboa: Editorial Presença, 1995. TELES, Basílio – *O Livro de Job: com um estudo sobre o poema*. Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1912. IDEM – *A questão religiosa*. Porto: Livraria Moreira Editora, 1913. VANEIGEM, Raoul – *De l'inhumanité de la religion*. Paris: Éditions Denoël, 2000. VIEIRA, Amorim Pedro – *Defesa do racionalismo ou análise da fé*. Pref. António Brás Teixeira, org. e fixação do texto de António Carlos Leal da Silva. Lisboa: INCM, 1982. WIRTH, Jean – La naissance du concept de croyence (XIIᵉ-XXᵉ siécles). *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance: Travaux et Documents*. 45: 1 (janvier 1983) 7-58.

HISTORIOGRAFIA. ***I. Época Medieval:*** *v.* Apêndice II.

ICONOGRAFIA RELIGIOSA. Pertence a esta disciplina complementar da história de arte a tarefa de identificar os assuntos das imagens ou cenas representadas pelos artistas, interpretar os temas à luz da sua gramática evolutiva, desde as origens até aos esquemas sucessivos, tendo presente a mentalidade cultural na qual esse conteúdo nasceu e se alterou. A iconografia trata de conhecer os estudos de iconologia que intentam desvendar o sentido das imagens, ler as figuras no contexto ideológico e na sintaxe, dada pela inserção do tema no monumento e no conjunto mais próximo onde se integram, para lhes captar a mensagem. Tratando-se de iconografia religiosa importa recolher e unir o saber bíblico com o litúrgico, o conhecimento hagiográfico (*v.* HAGIOGRAFIA) e o dogmático, o místico e o moral. A arte cristã em geral e a iconografia religiosa particularmente permitem descobrir dados sobre centros de interesse doutrinário em dado momento, sobre a cultura religiosa vivida entre dor e confiança na evolução das crenças, ou sobre a piedade popular. Elementos que não se encontram nos tratados de teologia contemporâneos das obras de arte. *1. Visão historiográfica:* Para conseguir identificar a origem temática das cenas requer-se aprofundamento dos textos bíblicos, da literatura cristã desde os apócrifos aos autores da patrística e da época medieval, sem negligenciar a literatura mítica paralela, tantas vezes inspiradora das cenas representadas em ambientes litúrgicos. Até aos fins do século XIX, a iconografia entendia-se como um conjunto de regras para orientar e dirigir os artistas da temática religiosa na perspectiva da Contra-Reforma*. Os notáveis trabalhos de Emile Mâle seriam pioneiros no estabelecimento de uma nova concepção do termo e na orientação metodológica que conduziria a manuais como o de Louis Réau (*Iconographie de l'art chrétien*, 1955-1959) ou instrumentos de trabalho como o *Lexikon der christlichen Ikonographie*, dirigido por Kirschbaum (1968-1976, 8 vol.). Os estudos de Erwin Panofsky traçaram rumos inovadores (*O significado das artes visuais*. Lisboa: Ed. Presença, 1989). Trata-se de um campo do saber muito pouco desenvolvido entre nós. As obras de carácter geral como *Arte religiosa em Portugal*, de Joaquim de Vasconcelos (1915), e a *Arte sacra em Portugal*, de Armando Lucena (1946), ou a *História da gravura artística*, de Ernesto Soares (1940-1941) dedicam pouca atenção a esta dimensão. As histórias da arte mais recentes oferecem maior destaque à iconografia. Instrumento de trabalho fundamental é o lento *Inventário artístico de Portugal* (1942-). Embora muitos historiadores de arte se aplicassem lateralmente à indagação do sentido das imagens, poucos se dedicaram a esta disciplina como o fez Flávio Gonçalves (1929-1987), com competência e dedicação de um verdadeiro mestre. Vários autores produziram ensaios iconográficos ao estudarem um monumento, como Vieira Natividade os túmulos de D. Pedro e Inês de Castro (*Ignez de Castro e Pedro o Cru perante a iconografia dos seus túmulos*. Lisboa, 1910). Esta obra emblemática seria sucessivamente estudada por Reinaldo dos Santos, António de Vasconcelos, Emídio Ferreira, Carlos A. Ferreira de Almeida e José Custódio Vieira da Silva. Mais emblemático ainda e sujeito a interpretações contraditas é o políptico de São Vicente de Fora. Enumerando apenas alguns autores que dele se ocuparam podemos referir: Bélard da Fonseca, José de Figueiredo, Adriano de Gusmão, M. Malkiel-Jirmoursky, Rocha Madahil, Alberto Souto, Kaflal, Santos Carvalho, Castello Branco, Afonso Botelho, José Saraiva, os estudos reunidos no volume *Nuno Gonçalves*, publicado pelo IPM em 1994, com larga bibliografia (p. 93-95) e o mais recente de Jorge F. Almeida e M. M. Barroso de Albuquerque. O ponto de vista iconológico aplicado à iconografia na arquitectura manuelina, concretamente ao portal sul dos Jerónimos, por Paulo Pereira, revela trabalho profundo e inovador. Para além destes casos raros, envolvendo monumentos com mistérios sugestivos de constantes hipóteses interpretativas, há estudos mais tipicamente iconográficos porque perseguem um tema, visto diacronicamente na sua evolução esquemática, como por exemplo o de Maria de Fátima Eusébio sobre o tema da morte*. A iconografia funerária teve cultores como Manuel Monteiro, ao estudar o túmulo de D. Gonçalo Pereira. A iconologia da morte no barroco foi estudada por António Filipe Pimentel (Vivência da morte, p. 243-260), Fernando Baptista Pereira (Para uma iconologia) e Pedro Xavier (*A iconografia funerária*). A evolução no século XIX é também esboçada (SOUSA – Subsídios, p. 175-213). Tema mais glosado é o relativo a Maria, Mãe de Jesus. Ocupou Xavier Coutinho (*Nossa Senhora*), no rescaldo de uma exposição no Porto, Manuel Aguiar Barreiros (*Nossa Senhora*), relativamente a Braga, Luísa Clode para o Funchal (Iconografia mariana), Correia de Campos, a nível nacional (*A Virgem na arte nacional*) e ainda Julieta Ferrão (Nossa Senhora), João Albino Pinto Ferreira (A figuração), Gonçalves (Nossa Senhora) ou João Pires de Campos (Nossa Senhora; *Exposição iconográfica*). Muitas foram as exposições de escultura mariana, algumas referidas na bibliografia, até à recente sobre imaginária do Sul de Portugal (*Rosa mystica*). Dentro da iconografia mariana, é abundante a produção que se debruça sobre a Imaculada (REIS-SANTOS – A Imaculada, p. 613-615; AZEVEDO – *Vigor da Imaculada*). Para as representações da Senhora da Conceição anteriores à influência espanhola na pintura portuguesa há o estudo de Aguiar (Nossa Senhora, p. 407-419). Há trabalhos que se circunscrevem a uma obra como o painel de Carnide, de Francisco Venegas (CARVALHO – Francisco Venegas). Alguns santos com estudos específicos serão referidos adiante. Outro tipo de contributo diferente dos exemplos anteriormente apontados (um monumento, um tema) é o estudo de um autor. Referimos as recentes obras de José Alberto Gomes Machado que trabalhou o *corpus* artístico de *André Gonçalves* e Vitor Serrão o de Josefa de Óbidos. Este género de instrumentos de trabalho, de carácter exaustivo sobre um pintor ou escultor, são preciosos, mas infelizmente tão pouco cultivados entre nós. Um outro modo de estudo que fornece contributos iconográficos é

Apresentação no Templo, *de Simão Rodrigues (Vidigueira, igreja da Quinta do Carmo).*

o dedicado a um género específico de obras. É o caso dos tectos pintados que foram objecto da investigação de Horácio Manuel Bonifácio para Santa Maria da Oliveira, em Guimarães (Alguns aspectos, 367-373) e de Magno Mello para o Convento de Santa Clara de Évora (Os tectos pintados, p. 353-371). Leandro Quintas Neves fez uma incursão na arte popular debruçando-se sobre as portas de sacrários. Os cadeirais são igualmente elementos acolhedores de rica iconografia, como descobriram Emanuel Ribeiro e Nunes Pereira. O estudo da arte religiosa com influência oriental, como a indo-portuguesa, foi levada a cabo por Bernardo Ferrão Távora, com espaço para a dimensão iconográfica. Destacam-se alguns temas típicos, como o Bom Pastor, trabalhado por Maria Cristina Osswald, e descobrem-se representações católicas raras como a do amor sagrado e amor profano (Távora – Uma rara placa, p. 126-132). Nas últimas décadas e nomeadamente a partir dos catálogos da XVII Exposição (1983-1985), como fruto de grandes exposições – as promovidas para comemorar marcantes eventos como os Descobrimentos Portugueses, as organizadas pelo Instituto Português de Museus e pelo IPPAR ou levadas a efeito por iniciativa da Igreja Católica (Encontro de Culturas, Fons Vitae, Cristo Fonte de Esperança, Entre o Céu e a Terra) –, sairam a lume catálogos de grande qualidade, que valorizam a dimensão iconográfica. Aí aparecem estudos de obras isoladas que ilustram temas significativos em perspectiva comparada ou análises temáticas favorecidas pela recolha conseguida. Menos abrangentes quanto à temática, mas importantes para a leitura porque instrumentos de gramática são, trabalhos como o de Maria José Palla sobre a simbologia da veste, numa aplicação ao caso de Grão Vasco e mais concretamente ao seu retábulo da Sé de Viseu. Descobre as funções retóricas e didácticas de uma gramática da imagem na iconografia cristã (*Traje e pintura*). *2. Traços evolutivos da iconografia cristã em Portugal. 2.1. Do pré-românico ao gótico:* Os primeiros testemunhos iconográficos entre nós conservam-se na escultura* figurativa pré-românica e em iluminuras. Para um conhecimento geral da primitiva iconografia religiosa, no que corresponde ao actual território português, destacam-se: os estudos de Justino Maciel para a época paleocristã (*Antiguidade tardia*); os difíceis passos no período moçárabe para o que contribuiu o *Portugal islâmico*, onde se insere por exemplo a placa decorativa do século x, com a evocação do Paraíso, existente na Sé de Lisboa; o excelente artigo de Helmut Schlunk sobre o sarcófago dito de Martinho de Dume, uma das mais importantes esculturas peninsulares do século xii, representando, na tampa, o Advento de Cristo na Parusia, ladeado pelo Tetramorfo, e a oração no final dos tempos, gravada na arca tumular; e os trabalhos de Manuel Real relativamente à escultura românica. Importantes são os pórticos (para o pórtico de Pombeiro ver Oliveira Junior – O simbolismo, p. 156-161) ou os capitéis historiados em ciclos, como o do mosteiro cisterciense de Celas, que rompe com a tradição vegetalista e animalista da escultura coimbrã e com o purismo cisterciense avesso à iconografia bíblica e hagiográfica. Aparecem aí temas da época (Anunciação e Visitação, Flagelação e Crucifixão, Caminho do Calvário, Descida da Cruz e Enterramento, Aparição a Madalena e Descida aos Infernos, Pentecostes, Pantocrator e Juízo Final). Quanto à iluminura*, os recentes trabalhos de M. Adelaide Miranda e os textos do livro *A iluminura em Portugal* (1999) permitem avançar no conhecimento deste sector, ainda circunscrito ao período medieval e da Leitura Nova, mas com interessantes prolongamentos posteriores. Os Livros de Horas do século xv são geralmente provenientes do estrangeiro (*cf.* Iluminura *(A) em Portugal*, p. 365-380). A iluminura não só marca o texto, mas também transpõe a significação quando a iconografia dá expressão visiva ao discorrer das palavras e complementa o texto, alargando a leitura a um universo representativo. São exemplos célebres o Apocalipse de Lorvão (ANTT) (*cf.* Egry – *Um estudo*) e o *Testamentum Vetus* do Mosteiro de Santa Cruz (BPMP), provenientes de oficinas peninsulares de influência moçárabe*. As pinturas murais do interior das igrejas românicas, nos escassos casos remanescentes, demonstram conhecimento das cenas bíblicas e uso das narrações hagiográficas. Surgem também temas próprios da época como a representação do transporte da alma de um

justo pelos anjos para o Céu. A função psicagógica dos anjos nesta deslocação das almas foi alimentada pela literatura hagiográfica. A alma é figurada por uma pequena figura nua ou a emergir de um pano sustentado nas pontas por anjos. A ideia de que a alma escapava pela boca é de origem pagã. Ao estudar a questão, Flávio Gonçalves nota como originalidade portuguesa os casos de um único anjo (Gonçalves – *História da arte*, p. 19; para os temas psicomáquicos ver ainda A. de Sousa Oliveira). Também em pequenos objectos como as arquetas-relicários da Catedral de Viseu, em cobre esmaltado e datáveis dos finais do século xii, se representa o tema de Cristo Pantocrator em Parusia, rodeado de figuras de santos, na tampa, tema com afinidade ao já referido no sarcófago de Dume (*Cristo fonte de esperança*, n. 191-192). Nos séculos xiii e xiv cresce o didactismo das obras com pendor catequético tendo como centro o Mosteiro de Alcobaça. Até os paramentos são veículo de comunicação cristianizadora (*cf.* Alarcão; Carvalho – *Imagens em paramentos*) e a ourivesaria* grava mensagens, descobertas pelo excelente trabalho de Carlos A. Ferreira de Almeida (*O Presépio na arte medieval*). Seria porém o século xv a desenvolver uma pintura* com influência italiana e inclinação para uma iconografia mística. É o caso da Senhora da Rosa, de São Francisco do Porto, da Pietá da igreja de Valadares (Baião), das pinturas quatrocentistas de Arouca (Dias – As pinturas, p. 173-199) e dos repetitivos calvários. O conjunto tardo-gótico de Arouca, com descuido estético e preocupação iconográfica, regista temas como: *Apresentação no templo, Cristo no horto, Flagelação, Coroação de espinhos, Caminho no Calvário, Calvário, Aparição a Madalena* e *Missa de São Gregório*. Com o avançar de Quatrocentos a pintura sobre tábua regista expressão de influência italiana no *Cristo descido da Cruz* (MNMC), mas vai acolhendo a «afectividade lusíada» no *Ecce Homo* (MNAA) (*cf.* Gonçalves – *Breve ensaio*, p. 8). O repertório foi inspirado nos assuntos do Novo Testamento e nas cenas da *Legenda dourada*. São exemplo os frescos da igreja da Tabuado (Marco de Canaveses), os também tardo-medievais e muito ricos da Igreja de São Francisco de Leiria, os painéis do Infante Santo (MNAA) e até o políptico de São Vicente de Nuno Gonçalves (MNAA).

2.2. A riqueza iconográfica do século xvi: A marca profunda e abundante de pintura flamenga fez Portugal integrar-se nas expressões iconográficas europeias, criadas na Igreja Católica. Os grandes temas da nossa pintura religiosa podem agrupar-se, segundo Flávio Gonçalves, em: episódios da natividade e da infância de Jesus; episódios da Paixão de Cristo; imagens de santos (*Ibidem*, p. 9). Os temas oscilam entre a ternura poética e o dramático realista. Adivinha-se a inspiração em modelos do teatro religioso e da vida quotidiana, enriquecidos por elementos literários. Costa Lima defendeu a tese, depois ultrapassada, da dependência literária da pintura dos nossos primitivos (Lima – Fontes místicas, p. 134-146; Idem – Espiritualidade da pintura, p. 229-234). A força destes ciclos patenteava-se nos conjuntos retabulares dispersos, mas hoje recompostos, como acontecia na Igreja de São Francisco de Évora (MNAA) (*cf.* Markl – Francisco Henriques, p. 53-61; Pereira; Falcão – Retábulo, p. 104-112). Outros exemplos podem apontar-se: retábulo da Sé de Viseu (Museu Grão Vasco), da Igreja de Jesus de Setúbal (Museu de Setúbal), de Santos-o-Novo de Lisboa (MNAA), da Igreja do Paraíso, constituído por um conjunto de oito tábuas de escola portuguesa da primeira metade do século xvi, dedicadas a cenas da Vida de Maria (MNAA). Da Flandres recebemos o influxo, os pintores, as gravuras e por isso a iconografia respeitada pelos nossos artistas era a flamenga, inspirada já pelas conhecidas *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia e pelas *Meditationes de Vita Christi* do Pseudoboaventura. Esta influência atinge a pintura, a iluminura, os frescos e a escultura (*cf. Brilho (O) do Norte*). Para a escultura é excelente a monografia do artista Augusto Nunes Pereira (*Do cadeiral*) sobre os temas iconográficos do coro alto de Santa Cruz, devido aos escultores nórdicos: Machim, Lorete e seus auxiliares. Foi através das obras flamengas que sobretudo a pintura portuguesa captou novos figurações como a da Anunciação em ambiente de aposento com leito, objectos da vida quotidiana e onde Maria escuta o anjo, como acontece no painel do retábulo do Paraíso e do mosteiro de Ferreirim. Também as Natividades apresentam Maria de joelhos em adoração, inspirando-se na visão mística de Santa Brígida da Suécia e que seria alimentada pelo influxo franciscano que popularizou a versão, fundindo a cena da Natividade com a Adoração dos Pastores, como acontece no painel de Santos-o-Novo, da primeira metade do século xvi. A representação da Virgem do Leite, como aparece no flamengo Frei Carlos (MNAA e MNSR) demonstra um momento carregado de humanismo e transparência mística. A Anunciação (MNAA, 1523), da mesma oficina, inclui um pormenor próprio do convento do Espinheiro, donde provém. Debaixo do dossel há uma pequena tábua do retábulo com a representação do achamento maravilhoso da imagem numa sarça. Estes detalhes explicam-se mais claramente quando conhecemos o lugar de proveniência. Na vertente dramática surgem os calvários encenados pelos corpos de Jesus e dos dois ladrões, de Maria desfalecida e dos soldados a lançar os dados para sortear a túnica. São exemplo o painel do retábulo de Santa Cruz de Coimbra, de Cristóvão de Figueiredo ou do Vasco Fernandes do Museu Grão Vasco. Mais teatralizado pelos autos da paixão é o tema do *Enterro ou Deposição de Cristo no túmulo* (*cf.* quadro atribuído a Cristóvão de Figueiredo e proveniente da Universidade de Coimbra – MNAA). Aí se grava a emoção de Maria Madalena e dos acompanhantes, Nicodemos e José de Arimateia, como acontece no painel do retábulo do Hospital da Misericórdia de Montemor-o-Velho ou da Igreja de São Francisco de Évora, de Francisco Henriques (MNAA). Ainda se poderá acolher neste ciclo da paixão a *Aparição de Cristo a Maria após a descida aos infernos*, incluindo as figuras dos primeiros pais, de João Baptista, tal como aparece no painel do Mosteiro da Madre de Deus ou no quadro da Garcia Fernandes (MNMC). No que se refera aos santos, os modelos foram igualmente flamengos, recorrendo ao primeiro plano para o retrato

e ao fundo para os episódios da vida ou para as habituais paisagens. A imitação nórdica chegava ao ponto de escolher santos de distante hagiologia (por exemplo, Santa Úrsula, Santa Colecta). Mais característica é a chegada das relíquias de Santa Auta à Igreja da Madre de Deus (MNAA). Santa Auta é uma das Onze Mil Virgens, à volta de Santa Úrsula, martirizadas em Colónia e envolvidas numa lenda fabulosa da tarda Idade Média e divulgada pela *Legenda dourada* (Gonçalves – *História da arte*, p. 60-63). Um dos temas da influência apócrifa que recebemos via Flandres foi o do Encontro de Santa Ana e São Joaquim à Porta Dourada do Templo. Evoca-se já a doutrina da Imaculada, colocando a figura da Mãe de Jesus no alto do quadro ou em árvore nascida no peito dos lendários pais de Maria (*cf.* Azevedo – *Vigor da Imaculada*). O caso da retábulo flamengo da parentela de Santa Ana, da igreja de Torre de Moncorvo, estudado por Adriano Vasco Rodrigues, é paradigmático da importância do tema. A cena humanista de Santa Ana a ensinar Maria a ler é criação do final da Idade Média, prevalente na escultura e que sublinha o papel da Mãe de Maria na sua educação (Gonçalves – *História da arte*, p. 57--59). No contexto do culto da Imaculada Conceição desenvolveu-se a genealogia da santidade, na procura de ascendência justificativa de uma hereditariedade de pautada pela vontade de Deus. Sem fundamento bíblico, estas estórias ganham adesão popular, difundem-se em confrarias* e expressam-se em imagens. A mais divulgada é a de Santa Ana, Maria e o Menino Jesus, à qual erradamente se dá o estranho nome de «Santas Mães» ou ainda pior «Santana trinitária». A nomenclatura devia ser exacta na descrição do conteúdo, de modo a aproximar-se da verdade da representação. São muito frequentes em Portugal estas figurações (*cf.* Manique – Iconografia sacra, p. 87-99), do gótico à actualidade, muitas vezes sem dignidade plástica, fruto dos santeiros da época, mas atingindo evidente beleza em exemplares como a escultura (1783-1784) de Joaquim Machado de Castro. Mais raro é o tema da Morte de Maria na pintura portuguesa do século xvi. Com variantes iconográficas surge no retábulo flamengo da Sé de Évora (Museu de Évora), na pintura do Museu Grão Vasco (Col. Ameal), na qual aparece Cristo a confortar Maria moribunda; no exemplar do retábulo do Paraíso (MNAA), atribuído a Gregório Lopes, na pintura da matriz de Arruda dos Vinhos, de autor desconhecido, e no retábulo de Ferreirim (Caetano – Morte da Virgem. In *Cristo Fonte*, p. 502). Voltando à iconografia dos santos, digamos que os mais representados pelos artistas de Quinhentos estão ligados a ordens religiosas ou à protecção em calamidades ou doenças, nomeadamente: apóstolos e evangelistas, São Francisco de Assis, São Jerónimo, Santa Bárbara, São Sebastião, Santa Catarina de Alexandria, Santa Luzia, Santa Apolónia, Santa Margarida, Santa Maria Madalena, São Pedro Mártir, São João Baptista. Dada a protecção apotropaica contra as pestes e epidemias na Idade Média, São Sebastião teve enorme implantação. Uma interessante investigação foi conduzida a propósito da imagem quatrocentista de São Sebastião da Igreja de São Francisco de Santarém, apresentado como jovem imberbe, parcialmente desnudo e atado à coluna, à espera do martírio. Como produção nacional, embora ao estilo flamengo, evidencia-se o caso dos Mártires de Marrocos. A divulgação serve a causa da missionação franciscana e é memória permanente das relíquias de Santa Cruz. O tema já aparece na arca-relicário de Lorvão do último quartel do século xiii (MNMC) e na iluminura do fim do século xv (Cod. 770 da BPMP). A partir da canonização em 1481, alarga-se a iconografia como no painel do monumental retábulo da Igreja de São Francisco de Évora (MNAA, Col. José Relvas) ou no quadro do retábulo da Igreja de Jesus de Setúbal, do segundo quartel do século xvi. Neste último vê-se um dos missionários com um punhal no coração. Geralmente nas representações portuguesas o miramolim Abu-Jacob intervém pessoalmente na execução dos cinco franciscanos (*cf.* Gonçalves – *História da arte*, p. 83-114; Krus – Celeiro de relíquias, p. 21-42; Barroca – Arca-relicário). De particular referência nacional é o culto a Santo António com larga iconografia (entre outros, ver: Reis--Santos – *Santo António*; Idem – Painel antoniano, p. 39-48; Markl – Santo António, p. 37-45; Meco – A iconografia, p. 47-58; Matos – *Ideologia e práticas*, 1233-1276; Gasparotto – Note di iconografia, p. 87-89; Azevedo – *Roteiro do culto*, p. 8-25). Também os mareantes e a capital portuguesa divulgam o seu padroeiro São Vicente, cultuado por todo o país, como acontece nos painéis do Museu de Beja, da oficina dos Mestres do Sardoal, e da sacristia de Santa Cruz de Coimbra (*cf.* Correia – Iconografia de São Vicente, p. 263-266). O arcanjo São Miguel, de culto ancestral no âmbito nacional, ampliou a sua projecção em virtude das devoções dos finais da Idade Média. Assim, pode ver-se na pintura do século xvi, como no painel de Gaspar Vaz, de São João de Tarouca, ou no painel, atribuído a Garcia Fernandes, do Museu Nacional de Arte Antiga ou ainda outro na Colecção Palmela, representando São Miguel à maneira de Hermes cristão, combatendo o dragão das sete cabeças, o que será menos frequente a partir da Reforma. O culto do Espírito Santo, lançado e dinamizado em Portugal pelos Franciscanos* no século xiv, depressa se divulgou (*cf. Espírito (O) que dá a vida*). Os painéis quinhentistas do Pentecostes são comuns na arte portuguesa devido à força de uma devoção alimentada e pujante (painel de Garcia Fernandes do Museu Grão Vasco; painel da sacristia de Santa Cruz de Coimbra, de Vasco Fernandes; painel da Colecção das Servas de Nossa Senhora de Fátima – Lisboa). Nalguns lugares, como nos Açores, esta devoção foi particularmente acolhida (*cf.* Felix – *Iconografia*; quanto a Tomar ver Veloso – *Iconografia*). A devoção à Eucaristia e a proximidade dos retábulos ao altar permite o desenvolvimento de cenas de temática eucarística, tocando seja os antecedentes tipológicos do Antigo e Novo Testamento, seja desenvolvendo o seu significado e história. É o caso da predela do Museu Nacional de Arte Antiga ou da presença destes temas em retábulos como o da Sé do Funchal ou da Igreja de São João Baptista de Tomar. Temática relativa a lendas peninsulares é representada na retábulo da vida e da Ordem de São Tiago, do

Mestre da Lourinhã (MNAA). O quadro de São Tiago combatendo os mouros, sentado em cavalo branco e com espada na mão, vestido com hábito da Ordem de São Tiago da Espada, corresponde à lenda transmitida pela Crónica Geral de España, de 1344. Os outros painéis representam: pregação de São Tiago, investidura de D. Pedro Fernandes, entrega da bandeira ao mesmo, D. Paio Peres Correia invocando Maria em Tentudia. Mesmo sem influenciar a temática, há pormenores específicos da vivência portuguesa que entram nas composições quinhentistas: tapetes e louças orientais, na Anunciação do MNAA; músicos de raça negra na orquestra do paço, no retábulo da Igreja da Madre de Deus (MNAA) (*cf.* Lucena – A iconografia do negro); figuras de índios do Brasil, na adoração dos Magos, do retábulo da Sé de Viseu (*cf.* Goulão – Do mito do homem selvagem); plantas e animais, como na iluminura da Fuga para o Egipto, do Livro de Horas de D. Manuel (*cf.* Gonçalves – *Breve ensaio*, p. 12-13). Raros entre nós são os temas de inquietação existencial ou personificação de lutas morais ou alegorias macabras da morte. O mais antigo e original Juízo Final na arte portuguesa está no topo do sarcófago de Inês de Castro, do século XIV (*cf.* Santos – *A escultura*, vol. 1, Lisboa, 1948, p. 29). O Juízo Final e o Inferno do MNAA são exemplares raros. Na pintura *Inferno*, de escola portuguesa da primeira metade do século XVI, encontra-se um eco da iconografia estrangeira, plena de imaginação e misticismo emotivo (*cf.* Couto – O Inferno, p. 179-184). As descrições do Paraíso, do Purgatório e do Inferno, bem como a literatura visionária, enriquecem as representações plásticas das realidades escatológicas. Exprimem a angústia metafísica da época, opondo jardins percorridos por anjos e eleitos a bizarras evocações de suplícios infernais. O *Julgamento*, obra de um mestre próximo de Gregório Lopes (c. 1540, MNAA), pode inscrever-se entre os Juízos Finais da Idade Média e os futuros esquemas de pintura tardo-maneirista e barroca. Apresenta três registos horizontais no itinerário ascensional dos eleitos: o julgamento, com o Inferno de um lado e o Purgatório do outro, a peregrinação para o Céu em cortejo solene, e a corte celestial. O recurso à encenação evoca os mistérios medievais, com as figuras de São Miguel, São Pedro à porta e Cristo sentado no trono, como juiz da história (*cf.* Carvalho – *Gregório Lopes*, p. 104-105). Nos séculos XVII e XVIII multiplicaram-se as evocações do Purgatório, o que indica a popularidade do culto das almas (Gonçalves – Os painéis do purgatório).

2.3. Caminhos pós-tridentinos: As orientações tridentinas impulsionaram os trabalhos sistemáticos de tratadistas como Gilio da Fabriano, Paleotti, Molanus e Palmireno, como reflexão adequada a concretizar os objectivos do concílio. Tem merecido repetidos estudos o impacto da legislação tridentina (3-4 de Dezembro de 1563), aplicada em Portugal pelas constituições sinodais*, emanadas pelos bispos diocesanos, na iconografia católica do final do século XVI e prolongando-se até ao século XVIII. O papel atribuído pelas correntes de espiritualidade mais fortes na época – jesuítas* e carmelitas* – à imagem, como ponto de partida para a meditação e a contemplação, multiplicou o desenvolvimento de representações. Os grandes patrocinadores do novo gosto eram as ordens religiosas, nascidas ou renovadas no mesmo ideário de reforma e atraídas a idêntica sublimação mística. O barroco privilegia o gosto pela figuração de madeira policromada em lugar da pintura. Tende-se para a iconografia homogénea de episódios evangélicos, figuras de santos e alegorias, com rivalidade de oficinas próprias. É o que acontece entre beneditinos* (32 relevos sobre a vida de São Bento, do cadeiral de São Bento da Vitória, Porto, do escultor bracarense Marceliano de Araujo) e cistercienses* (vários ciclos da Vida de São Bernardo, como na capela-mor do mosteiro de Arouca, Salzedas, Cós, etc.). A imaginária barroca obedeceu e submeteu-se em grande parte ao enquadramento retabular na talha nacional. Sublinha-se a visão de eternidade nos dourados fascinantes do conjunto constituído pela talha e pelas imagens ao serviço da mesma «fulgurância intensa» (Falcão – *As vozes do silêncio*, p. 25). Transparece um expressionismo vibrante e emotivo. Permaneceu ainda influente o repertório imagético medieval e incorporou-se o peso alegórico do século XVI, concedeu-se espaço ao reforço do emblemático e proliferou a imaginária seiscentista e setecentista ao serviço do catolicismo triunfante. Comprende-se, assim, que não se enquadrem nesta intencionalidade os temas do Antigo Testamento, tão pouco representado entre nós. Terá nos painéis azulejados de Setecentos um lugar de aparecimento único na arte portuguesa, como no claustro da Sé do Porto, na igreja de Tocha (Cantanhede), Igreja do Mártir São Gonçalo de Angra do Heroísmo (*v.* azulejos). A par dos temas da piedade católica do século XVII, tratados na literatura exegética e mística, aparecem na arte os passos do Cântico dos Cânticos (*v.* literatura religiosa. época moderna). No nosso século XVII, a representação do referido livro é ainda raro (quatro telas da Igreja dos Anjos, de Lisboa; telas de Bento Coelho, p. 240-247), e divulgam-se no século seguinte, graças à temática da esposa, apropriada a ordens femininas e devido às potencialidades de os artistas introduzirem cenas de aparato profano e pastoril na arte religiosa. André Gonçalves pintou alguns ciclos de figuras vetero-testamentárias: Vida de Moisés, da Capela do Sacramento, na igreja do Paço da Bemposta (1720-1730), Vida de José do Egipto, na Madre de Deus (1746-1750), estudada por Nuno Saldanha (A Vida de José, p. 83-112 e Machado – André Gonçalves, p. 144-151). Referidas estas raridades, estamos conscientes de que o programa iconográfico pós-tridentino obedecia à vontade das congregações religiosas* darem a conhecer o passado dos seus melhores e de narrar o seu exemplo capaz de suscitar discípulos, como se vê no ciclo de azulejos do Carmelo de Coimbra, estudado por Mendes Atanásio. Além das figuras destacadas dos fundadores e dos membros mais eminentes, difundiam as suas devoções, que percorrem cadeirais de mosteiros e conventos, como se vê em Arouca, Semide (Miranda do Corvo), Chagas (Vila Viçosa), Bustelo (Penafiel). Nos coros de Tibães, realizados em 1667, desfilavam 28 figuras que se relacionavam com a história da liturgia das horas, qual verdadeira ilustração dos

Bandeira da Misericórdia de Vila do Conde, 1592, de Inácio Ferras de Figueiroa (Vila do Conde, Misericórdia).

criadores das várias festas litúrgicas (*cf.* Oliveira – *Elementos para a história*, p. 66-90). A arte religiosa era veículo emotivo seja para comunicar um modelo a imitar, seja para incentivar a devoção e a vivência da sua virtude. Assume realce o efeito capaz de convencer, de despertar a consciência para a verdade, fazendo recurso a todos os meios expressivos teatrais. Havia, nesta época, uma base de polémica dogmática destinada a consolidar os princípios conciliares. Aqui se insere a temática dos sacramentos, das boas acções, do culto dos santos e nomeadamente de Maria (*cf.* Sobral – A Anunciação, p. 107-113). Se os temas do Antigo Testamento são pobres no nosso programa iconográfico, também o período da vida activa de Cristo, entre a super-representada infância e a cultivada temática da paixão, escasseia de imagens. Têm caráter excepcional os dez painéis do retábulo da Sé de Angra, que inclui Bodas de Caná, Cristo e Mulher Adúltera, Expulsão dos Vendilhões, Cura do Hidrófago, Cura do Paralítico, Samaritana, Ressurreição de Lázaro, Cristo e o Centurião, Madalena aos pés de Cristo. Não surgem facilmente programas como o do retábulo da igreja do Mosteiro da Trindade (MNAA), atribuído a Garcia Fernandes, revelador de grande densidade cristológica e fundamento trinitário, estando centrado nos quadros da Trindade encimado pela Transfiguração, e ladeado por *Natividade, Apresentação no templo e Baptismo de Jesus*, do lado direito, e *Ressurreição, Ascensão e Pentecostes*, do lado esquerdo (*cf.* Carvalho – *Santíssima Trindade*. In *Cristo fonte*, p. 538-539). Enquadrado na mentalidade desta época é o tema da *Aparição de Cristo Ressuscitado à Virgem*, depois de descer aos infernos, seguido de Adão e Eva, Moisés, Baptista, Madalena, profetas do Antigo Testamento. Com antecedentes em Jorge Afonso (1515, MNAA), Frei Carlos (1529, MNAA), Garcia Fernandes (1531, MNMC), aparece em Bento Coelho, no Museu de São Roque (1688-1690), como suporte material para as meditações dos exercícios espirituais. A Parábola do Bom Samaritano, sendo basilar como tipificante da novidade de Jesus, só tem uma representação conhecida (Igreja de Santa Cruz do Castelo-Lisboa, segundo quartel do século XVII). Mais fortuna têm temas crísticos envolvidos pela devoção. O culto do Coração de Jesus desenvolve-se desde o século XVII, mas com acentuado vigor no século XVIII (*cf.* Coutinho – *Album da Exposição*). Também o Menino Jesus se autonomiza e adquire até interesse etnográfico-religioso devido ao vestuário mundano de que se reveste (*cf.* Gonçalves – O vestuário, p. 5-34). Típico é o elo entre a infância de Jesus e a cruz na iconografia rara do Menino deitado na cruz quer na escultura (Tesouro de Évora) quer na pintura (Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres de Beja, de António de Oliveira Bernardes; altar da sacristia da Sé da Castelo Branco, 1691, de Bento Coelho, onde os instrumentos da paixão se espalham pelas mãos de Maria e José, anjinhos e chão; na Universidade Nova de Lisboa, de Bento Coelho, 1695, Maria com o menino e visão da cruz). Preocupação especificamente tridentina centra-se nas questões sacramentais, relativas à penitência e à eucaristia (*v.* sacramentos). Como personificação da atitude penitencial representou-se a *Madalena penitente*, o *Arrependimento de Pedro*, *Jerónimo penitente* e o mártir da confissão, São João Nepomuceno. São modos de afirmar o valor e a necessidade do sacramento da confissão. Esta temática penitencial pode considerar-se presente nos ciclos do Filho Pródigo, conservados por exemplo nas seis pinturas de cobre (século XVII) da antiga colecção João Allen, que a câmara do Porto adquiriu em 1850 e estão em depósito no MNSR, inspiradas em miniaturas. A mesma temática prossegue, entrando na vida quotidiana. É o caso dos pratos da Fábrica de Santo António de Vale da Piedade, Gaia, e pertencentes ao Museu Municipal de Viana do Castelo. Relativamente à eucaristia, marcante entre nós foi o costume do trono (*cf.* Martins – O trono). Unida à composição do trono está a necessidade de impor à atenção dos fiéis o papel da eucaristia, desde os painéis de azulejos aos retábulos circundantes do altar. Nesta militância sacramental estão patentes o quadro da Última Ceia, os protótipos eucarísticos do Antigo Testamento, como a Recolha do Maná (*cf.* Pereira; Falcão), o Encontro de Abraão e Melquisedeque, a típica representação da Missa de São Gregório (*cf.* Pereira; Falcão), os santos devotos da adoração eucarística ou os episódios de Comunhão. Um exemplo de semelhante programa eucarístico são os quatro painéis de Gregório Lo-

pes para a igreja de Tomar (1539-1541) (*cf.* Carvalho – *Gregório Lopes*, p. 66-75). A capela-mor da Igreja de Santa Catarina (Paulistas) está revestida de seis grandes telas de André Gonçalves, sendo três da vida de Moisés e três da vida de Cristo (*Cristo servido pelos anjos, Multiplicação dos pães e dos peixes* e *Discípulos de Emaús*). O mesmo pintor representou também uma alegoria à eucaristia, com o milagre do pão e quatro santos franciscanos (Madre de Deus, 1740-1750). Em altares de prata desenvolve-se a temática eucarística, como no frontal da Sé de Angra ou no altar da Sé do Porto, obra de sucessivas gerações de prateiros. A indicação de fórmulas ou soluções iconográficas proibidas pela Igreja Católica, a ordem para modificar ou destruir imagens sujeitas a confusões teológicas ou consideradas pouco dignas de assuntos religiosos foi posta em prática por uma censura artística zelosa. Cite-se o exemplo dos Calvários onde a figura desfalecida de Maria junto à cruz desapareceu para mostrar a Mãe forte, mantida de pé na dor (painéis da Sé do Funchal e da Igreja de Jesus, de Setúbal) (*cf.* Gonçalves – *Breve ensaio*, p. 13-14; Idem – *História da arte*, p. 115-127). Mas se aconteceram casos de perseguição artística dentro do espírito da Contra-Reforma inquisitorial, também inúmeras obras antigas não sofreram alteração e foi até promovida a execução de novas peças. A Trindade Trifronte é exemplo dessa continuidade heterodoxa (Gonçalves – *Iconografia trinitária*, p. 35-36). Mais eficaz foi a orientação dos artistas do final do século XVI e durante o religioso século XVII, que tinham consciência da mentalidade dos clientes e eliminavam da sua criação elementos profanos ou ofensivos dos cânones estipulados. As cenas da Paixão de Cristo permanecem sóbrias nas figuras e dramáticas nas expressões. Peça rara é o retábulo da Paixão de Portalegre, obra do século XVI, em barro cozido, e constituída por um conjunto de quadros, à maneira da via-sacra (*cf. Cristo, fonte de esperança*, p. 126-127). Foi habitual a representação do Cristo preso à coluna (*cf.* Serrão; Baptista – O retábulo, p. 44-50), do Ecce Homo ou Senhor da Cana Verde, da Coroação de Espinhos, do Senhor da Paciência (do Bonfim, da Piedade e dos Passos). O Senhor da Paciência foi devoção da região de Portalegre, difundida nos séculos XVII e XVIII, inspirada nos Cristos sentados do século XV e em relação com o Senhor da Cana Verde e o Ecce Homo. Amplo e barroco é o ciclo da Paixão patente na sacristia da Igreja de São Roque, de André Gonçalves (1761). Oito anjos sustentam os atributos da Paixão e podem ver-se as seguintes cenas: a *Oração no horto, Flagelação, Coroação de espinhos, Ecce Homo, Verónica, Deposição no túmulo* e *Mater dolorosa*. Esta imaginária estava muitas vezes ao serviço de procissões dos Passos, pintada em bandeiras (*cf. 500 Anos*, p. 189-198). A Misericórdia do Porto possui um conjunto de 12 painéis alusivos à Paixão de Cristo, executados por Francisco Correia e Domingos Lourenço Pardo (1613). Culto promovido pela Reforma Católica na espiritualidade e na arte foi o da Sagrada Família (*cf.* Coimbra, Igreja da Misericórdia, 1757, André Gonçalves), onde a figura de São José ganha terreno na iconografia. Prosseguiu com grande quantidade de obras o ciclo da Natividade, aliado ao ciclo da Vida de Maria. Outras temáticas adquiriram a preferência, dentro da capacidade de veicular princípios doutrinários católicos. Assume lugar apologético a favor das imagens, como argumento de antiguidade, a figuração de *S. Lucas a retratar Maria de Nazaré* (painéis do MNAA, da Sé Nova de Coimbra – *cf.* Martins – Notícia sobre o autor, p. 121-135 – ou do Tesouro da Sé de Braga). A multiplicação das solenes representações de São Pedro sentado no trono atesta a exaltação da figura papal. Contudo, muitas cenas típicas de uma iconografia de combate com a heresia e de defesa do culto das imagens não aparecem como necessárias no Portugal católico. Há uma contenção nos pormenores e uma adesão a novas figuras típicas da moda religiosa da época. A Vida de Maria é fonte permamente de devoção em temas sem originalidade em Portugal. Merecem, no entanto, referência duas temáticas: a Imaculada e a Mãe de Misericórdia. Muita difusão popular teve o tema da Imaculada Conceição cuja globalidade de leitura foi já ensaiada como visão ideal da história, prova da beleza de Deus vencedor no tempo (*cf.* Azevedo – *Vigor da Imaculada*). Os esquemas figurativos evoluíram da Tota Pulchra, rodeada dos símbolos das litanias, até aos modelos espanhóis e italianos, passando pela genealogia da Graça patente nas Árvores de Jessé (Gonçalves – *A talha da capela*; Idem – A «Árvore de Jessé»; Pereira – A Árvore de Jessé, p. 73-92) e na santidade ascendente nas representações da parentela. É bom exemplar desta mentalidade a pintura de Bento Coelho da Silveira para o Mosteiro de Santa Helena do Monte Calvário, Évora (1697), na qual Maria imaculada surge milagrosamente do encontro de dois ramos de roseira que partem dos corações de Joaquim e Ana. Mais rara é a escultura com este tema existente no convento de Balsamão. Igualmente de incrível acolhimento entre nós é uma composição de origem não nacional: a Virgem da Misericórdia (*cf. Mater misericordiae*; *500 Anos*). O modelo vem da xilogravura de Hernão de Campos, que ilustra o compromisso da Misericórdia de Lisboa, de 1516. A divulgação deve-se à campanha dos frades trinitários* que conseguiram obrigar as bandeiras de todas as Misericórdias* a manter a imagem de Maria, Mãe de Misericórdia, de amplo manto aberto para abrigar pessoas de diversa origem social, realeza, aristocracia, burguesia, clero secular e regular. Raramente aparecem nestes quadros figuras pequenas de meninos frades e fidalgos, como na pintura de André de Padilha (c. 1535) para a Misericórdia de Viana do Castelo (Serrão – *André de Padilha*; *Cristo fonte de esperança*, p. 512-513). Os anjos, que sustentam o manto, por vezes coroam Maria ou tocam trompetes, como na escultura da BPMP (*Cristo fonte de esperança*, p. 514-515). A imagem tinha merecido críticas protestantes e sido rejeitada pela Contra-Reforma. A recuperação trinitária (1576) faz ligar à composição a desconhecida figura de Frei Miguel de Contreiras, sob imitação da bandeira da Casa de Lisboa. Os quadros alargam a representação, como acontece na Misericórdia de Sesimbra, em pintura atribuída a Gregório Lopes. O manto protector de Maria acolhe a cristandade toda: os mem-

bros da hierarquia à direita e os leigos à esquerda. A peanha que suporta Maria tem a forma de taça na qual se gravam as representações das Virtudes. A permanência da expressão iconográfica pelos séculos é notável. Seguindo este esquema do manto protector de Maria, algumas congregações religiosas aplicavam-no à sua realidade. Singular é pintura da Senhora do Carmo a abrigar três santas carmelitas (Teresa de Ávila, Ifigénia e Madalena dei Pazzi), à esquerda, e três santos à direita (São Miguel, Eslabão e João Baptista – *cf. 500 Anos*, p. 169). Às Misericórdias se fica a dever a promoção de outros temas: a Senhora da Piedade, devido a ser a titular da capela do claustro da sé onde se instalou inicialmente a confraria; a Visitação de Maria a Isabel, pelo dia da festa anual da Misericórdia e a evocação das obras de Misericórdia, ensinadas pelo catecismo e preferidas nos azulejos das igrejas da instituição social. A concretização de atitudes de proximidade da miséria, seja corporal seja espiritual, entra no repertório iconográfico pelo século XI, ainda sem a sétima (enterrar os mortos) acolhida no século XIII e as espirituais divulgadas a partir do século XIV. Um exemplar de pinturas do século XVIII pode ver-se no coro da Sé de Lamego (*500 Anos*, p. 84-86). Relativamente à iconografia dos santos, aparecem novas figuras, canonizadas dentro dos novos modelos a difundir (Teresa d'Ávila, Santo Inácio de Loiola, São Francisco Xavier, São João Nepomuceno). São Luís Gonzaga, beatificado em 1605 e canonizado em 1726, é protótipo jesuíta das virtudes da castidade e da ascese. Pertence à glória dos santos heróicos da Contra-Reforma. Os artistas recorrem a meios expressivos para transmitir, no rosto cadavérico e no olhar patético do santo, a intensidade mística de quem contempla o fim da glória do mundo. As pinturas de visões e êxtases de santos foi tema glosado pela iconografia pós-tridentina, mas pobre entre nós, como o foi a mística religiosa aí expressa (*cf.* Hatherly – As misteriosas, p. 71-85). Também por isso o artista mais desenvolto neste tipo de representações foi Josefa d'Óbidos († 1684), formada em Sevilha (*cf.* Sobral – Josefa d'Óbidos, p. 51-69) e no círculo paterno (*Josefa d'Óbidos*) e inspirada por um universo simbólico próprio, com estruturas específicas, como o típico *Cordeiro pascal*. Como exemplo desta mentalidade propensa a visões podem referir-se: as *Aparições de Maria a São Bernardo* (MNMC) (*cf.* Brito – *A margem*), de Cristo a São João da Cruz (Misericórdia de Figueiró dos Vinhos), a série de *Santa Teresa de Ávila* (da Matriz de Cascais), o *Casamento místico de Santa Catarina* (MNAA), o *Êxtase de Santa Maria Madalena* (MNMC), os *Desposórios místicos de Santa Rosa de Lima* e a *Santa Catarina de Siena troca o coração com o de Jesus*, existentes na Igreja de São Nicolau em Santarém (*cf. Bento Coelho*, p. 206-209). As representações de cenas de aparição são frequentes em André Gonçalves (1692-1762). Além da cena mais frequente de Santo António com Maria e o Menino (Sacristia de Santa Cruz de Coimbra, 1750-1760, Palácio Nacional de Mafra), são pintados temas como Cristo, Maria e Santo Agostinho, Imaculada Conceição com São Teotónio (Coimbra, Igreja da Misericórdia, André Gonçalves, 1757), Maria aparece a São Pedro de Alcântara (Basílica de Mafra), Nossa Senhora do Rosário com São Domingos e Santa Catarina de Siena, 1675-1680 (Madre de Deus, Lisboa). Muitos pintores se inspiraram em estampas para preencher telas (*cf.* Sobral – *Bento Coelho*; Saldanha – *André Gonçalves*) ou painéis de azulejos (ver os trabalhos de Ponce de León), em espaços religiosos ao serviço das devoções e dos modelos de santidade das várias ordens. Pedro Alexandrino (1736-1810), pintor com enorme facilidade de execução e desenho ágil, o autêntico «fa presto», agradou ao público no colorido das suas múltiplas composições, inspiradas nas gravuras do último barroco italiano. Flávio Gonçalves estudou os quadros do privilégio sabatino, evidente entre os Carmelitas. No auge do culto dos santos foram promovidas abundantes representações, algumas já objecto de uma reflexão iconográfica. Ilustremos com alguns casos. O mártir do século V, São Cristóvão, será, a partir do século XI, objecto de uma biografia lendária e derivada do seu nome (*Christophoros* = portador de Cristo). Daqui a invenção de uma gigantesca figura que transporta Cristo na travessia de um rio. A lenda vai-se adornando e acrescenta-se a crença de que quem visse uma imagem de São Cristóvão não morreria de morte súbita nesse dia, sem confissão. Por esta razão se multiplicam as representações do santo por todos os lados, como acontece no fresco quatrocentista da Matriz de Tabuado (Marco de Canaveses) e nos frescos quinhentistas de Outeiro Seco (Chaves), de Gondar (Amarante), etc. Apesar dos tratados de iconografia como o de Molanus criticarem as superstições inerentes à figura de Cristóvão, no seguimento de outras vozes próximas dos protestantes, as imagens continuaram a ser produzidas nos séculos XVII e XVIII. Com a escolha deste santo para padroeiro dos automobilistas, várias representações voltaram a ser efectuadas (*cf.* Gonçalves – *História da arte*, p. 129-135). Vários santos tiveram já alguma tentativa de análise iconográfica. Poderemos referir entre outros: Santa Apolónia (José de Paiva Boleo), contando com uma exposição no Ateneu Comercial do Porto em 1964 (*Iconografia de Santa Apolónia*); São Cosme e Damião (*cf.* Carvalho – *O culto de S. Cosme*), patente já na pintura de Garcia Fernandes (MNMC), na qual os santos curam a perna de um enfermo, ou no díptico da diocese de Coimbra (*cf. 500 Anos*, p. 259); São Pantaleão (Souto – A iconografia, p. 32-45), São Vicente (*cf.* Correia – Iconografia, p. 263-266), Santa Iria (*cf.* Salema – Iconografia). Serão de referir como casos exemplares os ciclos biográficos seja de São Francisco Xavier (Santa Clara-a-Nova de Coimbra; Igreja de São Roque, Lisboa), da autoria de André Reinoso, activo entre 1610-1641 (Serrão – *A lenda de S. Francisco Xavier*; Correia – Contribuição), ou de Santo Inácio de Loiola (sacristia da Igreja de São Roque, Lisboa), São Francisco de Assis (Convento de Jesus em Lisboa), do pintor Marcos da Cruz. Os Jesuítas beneficiarão de um pintor próprio, Manuel Henriques (1618-1654), que passou a vida a encher os colégios onde viveu de painéis de figuração arcaica, relativos à vida de Santo Inácio, de São Francisco Xavier, do martírio de Padres do Oriente. Também os Paulistas

promoveram no coro alto da Igreja de Santa Catarina o ciclo de 12 painéis com a Vida de São Paulo Eremita (*cf.* Machado – *André Gonçalves*, p. 210-216). Estes ciclos esteticamente irrelevantes são fundamentais para avaliar a mentalidade subjacente. O século xviii acentuou o gosto pela representação de temas místicos, de aparições e visões, usados nos sermões arrebatados e nas leituras espirituais da época. Por exemplo: Cristo Crucificado abraçando São Francisco de Assis ou São Bernardo (mosteiros de Lorvão e Salzedas), Transverberação de Santa Teresa de Ávila, Lactação de São Bernardo pela Virgem (Salzedas, Arouca). Entre as figuras de santos portugueses destaca-se a de Santo António de Lisboa, para cuja iconografia demos um contributo (Azevedo – *Roteiro do culto antoniano*), mas que nunca foi estudado profundamente nos ciclos de azulejos (São Francisco de Guimarães) ou séries de 24 pinturas, como a da capela do santo no Convento da Madre de Deus (André Gonçalves, 1750-1760) ou a capela de Lagos. Santo António é conhecido nas representações de cónego regrante de Santa Cruz e de franciscano, aparece num exemplar único vestido de doutor coimbrão. Trata-se de uma escultura do século xviii, da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, de Lamego. As imagens da São Frutuoso têm uma primeira abordagem em Carlos da Silva Lopes. A tela das *Beatas Teresa, Sancha e Mafalda*, de André Gonçalves para a Igreja do Menino Deus (1730-1740), é influenciada pela gravura do flamengo Arnoldus van Westerhout, cuja legenda indica como criador «Ioannes Odathus inv.» (Saldanha – *André Gonçalves*). Em Arouca uma obra de *atelier* mostra só duas beatas. O Milagre das Rosas da rainha Santa Isabel foi motivo de inspiração por exemplo para Bento Coelho, na Igreja Matriz de Salvaterra de Magos, 1670-1680 (*cf. Bento Coelho*, p. 286-288) –, e para a tela de grande qualidade, de André Gonçalves, na Igreja do Menino Deus (1730-1740). O beato Nuno de Santa Maria já mereceu um ensaio de Xavier Coutinho (*Iconografia e bibiografia*; ver também Cruz – Achegas para a iconografia), Santa Joana um estudo de Rocha Madahil (Iconografia da infanta) e São Gonçalo de Amarante o contributo de António Cardoso. Até figuras veneráveis, ainda não canonizadas, como Frei Bartolomeu dos Mártires, foi abordada por António Manuel Gonçalves (Da iconografia). O percurso iconográfico de São João de Brito foi traçado por Costa Lima, o qual de modo singelo já tinha divulgado o conhecimento da iconografia assuncionista. Pode inserir-se dentro do espírito tridentino e típico do gosto popular, qual resultado de uma pregação eficaz, a abundante figuração das Almas do Purgatório. Muito raras são representações completas dos Últimos Fins do Homem, tão veiculados pela literatura religiosa*. Na igreja de Bitarães, Paredes, conservam-se quatro telas da segunda metade do século xviii com os temas da Morte, Juízo, Inferno e Paraíso (*cf. Cristo fonte*, p. 507-508). A afirmação da existência do Purgatório, em contraposição aos protestantes, e a propaganda devocional levada a efeito pelas confrarias das Almas multiplicou os quadros de figuras condenadas pelo fogo purificador a serem libertadas por anjos, graças à protecção de

Santos apóstolos, *de Diogo de Contreiras, 1537-1538*

Maria, de Cristo ou de Santos (São Miguel, Santo António). Caso curioso é o da porta pintada, dos finais do século xvii, envolvendo as habituais cenas da Paixão de figuras cercadas de chamas (Museu Paroquial de São Bartolomeu de Vila Viçosa). É uma clara afirmação da confiança na Redenção obtida pela Paixão e Ressurreição de Cristo. Desta devoção decorreria a iniciativa de um pintor de Lisboa, Luís Álvares de Andrade, que inaugurou o costume de pendurar painéis seus com o tema das Almas e enriquecido de legendas a suscitar a oração. A ideia foi incentivada pelo clero e acolhida com simpatia na singeleza da fé popular. Os poucos nichos seiscentistas vão gerar abundantes exemplos de alminhas que assinalam encruzilhadas, pontes, bermas de estrada, sobretudo no Norte e Centro de Portugal, como na Galiza. É ímpar a difusão conquistada por este sucesso iconográfico até aos nossos dias (Gonçalves – Os painéis do Purgatório). Dentro do âmbito da iconografia popular se situam os ex-votos*, tratados noutro artigo. A iconografia do livro não tem usufruído de grandes cultores. São escassos os trabalhos ensaiados (por exemplo: Matos – A tipografia portuguesa; Martins – Para a história). Não há estudos que analisem a emblemática religiosa, aplicada pelos nossos autores. A título de exemplo referimos a obra de Jose Pereira Velozo – *Desejos piedosos de huma alma saudosa do seu divino esposo Jesu Christo: divididos em varios emblemas para antes da Confissão e antes e depois da sagrada Comunhão* (Lisboa: Of. M. Deslandes, 1688). Baseia-se no cântico composto por Frei António das Chagas. *2.4. Época Contemporânea:* Os esquemas iconográficos dos séculos xvii e xviii mantiveram-se durante o século xix. Repare-se no academismo de

(Unhos, Igreja Matriz).

Vieira Portuense para a Ordem Terceira de São Francisco do Porto (1799-1800). O seu gosto pela alegoria patente no *Santo Agostinho a calcar aos pés a Heresia* (MNAA) ou na *Adoração da Eucaristia* (MNSR, proveniente da Igreja dos Grilos). As obras religiosas de Domingos Sequeira, compostas no fim da vida (1827-1832), apresentam originalidade de composição pictórica, mas dentro dos cânones iconográficos, como se pode ver na *Ascensão, Juízo Final*, da Colecção Palmela. A crise oitocentista produziu painéis e multiplicou esculturas de santeiros, que raramente saem da vulgaridade. Episodicamente, pintores como Joaquim Rafael (1783-1864), José de Brito (1855-1948), e até Columbano (1855-1933), que pintou a *Virgem da Conceição* (1893), o *Cristo crucificado* (1896; 1920) e *Aparição do Menino a Santo António* (1898), intervieram com representações de inegável interesse iconográfico. O século XX tem na primeira metade poucas intervenções de qualidade, como as da Igreja Senhora de Fátima e São João de Deus, em Lisboa, e Senhora da Conceição, no Porto. Os vitrais de Almada Negreiros na primeira destas igrejas são momento de assinalável inovação. A leitura iconográfica da produção recente é rara. Existe agora um instrumento de trabalho que a diocese do Porto em boa hora promoveu e foi entregue a Clara Meneres (Artes plásticas). Importa passar do elenco das obras à sua inserção iconográfica na evolução dos esquemas figurativos e no jogo das influências. É reconhecido o papel do movimento renovador da arte sacra, mas atingiu sobretudo a arquitectura. Nestas novas opções estéticas preferiu-se o despojamento. Mas ao lado de obras com linguagem moderna continuou o operar grande quantidade de santeiros, que repetem modelos estéticos anteriores, geralmente como prolongamento do século XIX. A novidade de Fátima exigiu a criação de uma iconografia, cuja primeira imagem de gosto popular se deve a José Tedim (1920), de Braga. A tentativa de Teixeira Lopes (1931) produziu outra imagem alvo de polémica, apesar do academismo. Encontra-se em Fátima, na entrada da reitoria. Leopoldo de Almeida criou uma imagem da Senhora de Fátima para o homónima igreja de Lisboa e para a Igreja de Santo Eugénio em Roma. Alvaro Brée esculpiu um exemplar para São Domingos, em Lisboa. Mais recentemente Clara Meneres enriqueceu a iconografia fatimita. Como resultado das aparições é também o *Anjo de Portugal e os pastorinhos* (1986-1992) de Irene Vilar, junto da casa da Irmã Lúcia. As estátuas da colunata são obra de vários escultores. A figura de Cristo crucificado tem inspirado obras de notáveis escultores e pintores: Arlindo Rocha (1964), Barata Feyo para a capela da Barragem do Picote; Jorge Vieira para a igreja de Penamacor; Irene Vilar para o Centro Paulo VI, de Fátima, e para igreja de Fontiscos; Júlio Resende e Zulmiro de Carvalho para a Igreja da Senhora do Porto; Lagoa Henriques para a igreja de Moscavide; José Rodrigues para o Seminário de Viana do Castelo (1999); pintor Álvaro Rocha em Arcozelo, Gaia; rostos de Cristo de Artur Boal e desenhos de Fernando Lanhas. Também a imagem do Ressuscitado entrou de moda. Lembremos a de Lagoa Henriques no referido Centro Paulo VI. Novas igrejas exigiram vias-sacras. As composições originais de autor não são muitas. Podem referir-se: Lino António para a colunata de Fátima, os frescos de Guilherme Camarinha para a Igreja

da Senhora da Conceição do Porto (1947); António Paiva, em madeira policromada, para Penamacor; Frei Miguel da Cartuxa para o próprio mosteiro. Curiosos são os atrevimentos de Barata Feyo, ao representar a Pietá , sendo Maria uma mulher da Nazaré e Cristo um soldado nos braços. António Duarte também deu a Maria as vestes de uma mulher do Minho. Por outro lado Graça Morais e Luís Calheiros utilizam a base popular do imaginário religioso para abordar a cultura portuguesa. São obras situadas, que nunca estiveram ao culto público. A figuração mariana é a mais abundante. Selecionamos só a título de exemplo: a *Senhora do Carmo* de Gustavo Bastos para a Casa de Retiros do Carmo e a de Irene Vilar, sob o mesmo título, para a Igreja dos Carmelitas, na Foz do Porto. Desta autora é uma notável *Imaculada* (Senhora da Hora) e a *Senhora das Ondas* do Hospital Distrital do Funchal. Barata Feyo esculpiu uma *Imaculada*, de barro cozido, para a capela de Caia e Graça Costa Cabral uma imagem, em mármore para o Centro Paulo VI, em Fátima. As incursões em temática do Antigo Testamento é muito escassa. José Rodrigues ilustrou o Cântico dos Cânticos e desenhou o sacrifício de Abraão. Nalguns ciclos bíblicos estão incluídas cenas veterotestamentárias, como nas paredes da Igreja de São Pedro e São João do Estoril, da autoria de J. J. Sousa Araújo. Os painéis cerâmicos tiveram alguma fortuna, como acontece no Sameiro e São Bento da Porta Aberta (Querubim Lapa) e anteriormente nos temas da *Anunciação, Reis Magos, Maria com o Menino* (1950) e *Ascensão* (1985) (Jorge Barradas). Assuntos correspondentes a uma nova sensibilidade podemos considerar o *Sermão da Montanha* de João Barata Feyo (1961). Em ambientes baptismais escasseiam elementos iconográficos. Rico é o da Senhora da Conceição, Porto (1947), ornado de frescos de Dórdio Gomes, com as seguintes cenas: habitual *Baptismo de Cristo, São Martinho de Dume a baptizar um europeu*, padre Manuel da Nóbrega um índio no Brasil e o padre António Barroso um africano. António Lino tem também um painel cerâmico para o baptistério da igreja de Penamacor. O padre João Marcos, do clero de Lisboa, nos últimos anos, tem contribuído para a renovação de alguns temas, usando uma gramática inspirada nos ícones orientais, mas em composições de expressão actual. Salienta-se o retábulo da capela do Seminário de Penafirme, o ícone da Trindade do Seminário dos Olivais ou o Pentecostes da igreja de Casais Brancos, Merceana.

CARLOS A. MOREIRA AZEVEDO

BIBLIOGRAFIA: *500 ANOS DAS MISERICÓRDIAS portuguesas: solidariedade de geração em geração* [Catálogo da exposição. Mosteiro de santa Mónica. Lisboa, 2000] Lisboa: Com. para as Com. dos 500 anos das Misericórdias, 2000. AGUIAR, Joaquim António de, CMF – Nossa Senhora da Conceição na pintura portuguesa antes da influência espanhola. In CONGRESSUS MARIOLOGICI-MARIANI INTERNATIONALIS. Caesaraugustae [Saragoça], 1979 – *Acta de cultu mariano saeculo XVI*. Romae: PAMI, vol. 2, p. 407-419. *AI CONFINI della terra: sculptura e arte in Portogallo, 1300-1500*. Rimini: Electa, 2000. ALARCÃO, Teresa; CARVALHO, José Alberto Seabra – *Imagens em paramentos bordados, século XIV a XVI*. Lisboa: IPM, 1993. ALDEMIRA, Luís Varela – Os dois Cristos de Columbano. *Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*. 1 (1957) 13-22. ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de – *A Anunciação na arte medieval em Portugal: estudo iconográfico*. Porto: Instituto de História de Arte-FLUP, 1983. IDEM – *O díptico-relicário de Arouca*. Porto: Instituto de História de Arte-FLUP, 1983. IDEM – *O Presépio na arte medieval*. Porto: Instituto de História de Arte-FLUP, 1983. IDEM – A Roda da Fortuna / Roda da Vida do túmulo de D. Pedro, em Alcobaça. *Revista da Faculdade de Letras: História*. 8 (1991) 255-263. ALMEIDA, Jorge Filipe de; ALBUQUERQUE, M. Manuela Barroso de – *Os painéis de Nuno Gonçalves*. Lisboa: Verbo, 2000. ANDRADE, Maria do Carmo Rebello de – *Iconografia narrativa na ourivesaria manuelina: as salvas historiadas*. Dissertação de mestrado apresentada em Lisboa à UNL em 1997. ALVES, António Leandro – *Exposição bibliográfica e iconográfica de Évora: Catálogo*. Évora: Biblioteca Pública, 1966. ALVES, Natália Marinho Ferrerra – Iconografia e simbólica cristãs: pedagogia da mensagem. *Theologica*. 30 (1995) 57-64.IDEM – Nótula para o estudo da paramentaria bracarense no século XVIII. *Revista da Faculdade de Letras: História*. 8 (1991) 307-317. *ARTE sacra nos antigos coutos de Alcobaça*. Alcobaça: Museu, 1995. *ASPECTOS do Natal na arte portuguesa*. [Exposição]. Lisboa: MNAA, 1947. ATANÁSIO, M. Mendes – Um ciclo de azulejos em Coimbra e o «Speculum Carmelitanum». In *LECTURAS de história del Arte*. Vitoria, 1990, p. 309-311. AZEVEDO, Carlos A. Moreira – Algumas reflexões sobre a iconografia religiosa popular. *Estudos Contemporâneos*. 6 (1984) 85-96. IDEM – Elementos para a iconografia da cruz de Cristo na escultura portuguesa. *Humanística e Teologia*. 4 (1983) 213-234. IDEM – *Vigor da Imaculada: visões de arte e piedade*. Porto: Paróquia Senhora da Conceição. 1998. BARBOSA, Fernando – Exposição de arte sacra do Concelho da Póvoa de Varzim. *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*. 1 (1958) 84-95. BARBOSA, Pedro Gomes; PEREIRA, F. A. Baptista – Iconografia da morte e da Ressurreição de Cristo: desvios heterodoxos em dois painéis do antigo retábulo da Igreja de Jesus em Setúbal. *Prelo*. 2 (1984) 41-58. BARROCA, Mário Jorge – Arca-relicário dos santos mártires de Marrocos. In *NOS CONFINS da Idade Média: arte portuguesa séculos XII-XV*. Porto, 1992. IDEM – Cenas de passamento e de lamentação na escultura funerária medieval portuguesa (séculos XIII a XV). *Revista da Faculdade de Letras: História*. 14 (1997) 655-684. BARREIROS, Manuel de Aguiar – *Nossa Senhora nas suas imagens e no seu culto na arquidiocese de Braga*. Braga: Revista «Opus Dei», 1931. IDEM – Nossa Senhora nos seus emblemas ou símbolos e nas suas figuras. *Theologica*. 1 (1955) 363-376. *BENTO Coelho (1620-1708) e a cultura do seu tempo* [Catálogo da exposição]. Lisboa: IPPAR, 1998. BOLEO, José de Paiva – *A evolução dos ferros de extracção dentária através dos séculos pela iconografia da Santa Apolónia*. Porto, 1963. IDEM – *O martírio de Santa Apolónia*. Porto: Junta Distrital, 1968. IDEM – *Um retábulo de Andrea del Sarto com uma curiosa figura de Santa Apolónia*. Lisboa, 1964. IDEM – *Santa Apolónia*. Lisboa, 1960. IDEM – *Santa Apolónia nos ornamentos sagrados*. Gouveia: Acção Médica, 1968. BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira – Alguns aspectos da iconografia religiosa nas tábuas dos tectos de Santa Maria de Oliveira. In CONGRESSO HISTORICO DE GUIMARÃES E SUA COLEGIADA – *Actas*. Guimarães, 1981, p. 367-373. BRANDÃO, Domingos de Pinho – Para a história da arte: algumas obras de interesse: I. *Museu*. 2 (1961) 76-85; II. 3 (1961) 72-83; III: imagens de Santa Ana. 4 (1962) 83-115; IV. 6 (1963) 101-105. *BRILHO (O) DO NORTE: Escultura e escultores do Norte da Europa em Portugal: Época manuelina* [Catálogo da exposição]. Lisboa: CNCDP, 1997. BRITO, Alberto da Rocha – *A margem dum quadro de Josefa de Óbidos: A virgem do Leite e S. Bernardo*. Lisboa. 1949. IDEM – A gestação na escultura religiosa portuguesa: Nossa Senhora do Ó. *O Tripeiro*. 1 (1945) 5-6, 42-43, 63-66, 89-91, 108-110, 142-143, 162-164, 183-184; 2 (1946) 18-19, 43-44, 90-93, 135, 137; 3 (1948) 137; 4 (1949) 275; 6 (1951) 276. BRITO, Castro e – A propósito de uma divergência iconográfica do milagre tradicional de Ourique. *Arquivo de Beja*. 2 (1945). Separata, Beja, 1945. CAETANO, Joaquim de Oliveira – O antigo retábulo de pintura da capela-mor da Igreja da Misericórdia de Beja. *A Cidade de Évora*. 45-50 (1988-1993) 197-210. IDEM – Ao redor do presépio: fontes e imagens do ciclo da Natividade. In NATIVIDADE em S. Roque. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia; Museu de São Roque; Livros Horizonte, 1994, p. 10-25. IDEM – O pintor Diogo de Contreiras e a sua actividade no Convento de São Bento de Castris. *A Cidade de Évora*. 45-50 (1988-1993) 73-94. IDEM – Roque e as suas imagens. In *A ERMIDA manuelina de São Roque*. Lisboa: SCML; MSR, 1999. CAMPOS, Correia de – *Imagens de Cristo em Portugal*. Lisboa: Livr. Bertrand, [1950]. IDEM – *A Virgem na arte nacional*. Braga: Of. S. José, 1956. CAMPOS, João Pires de – *Exposição iconográfica e bibliográfica mariana*. Castelo Branco: Museu de F. Tavares Proença Júnior, 1976. IDEM – Nossa Senhora na arte antiga. *Arqueologia e história*. 2 (1970) 127-140. CARDOSO, António – *São Gonçalo de Amarante: lenda e história: O seu culto, iconografia amarantina: Exposição biblio-iconográfica*. Amarante: Câmara Municipal, 1978. CARVALHO, Augusto da Silva – *O culto de S. Cosme e S. Damião em Portugal e no Brasil*. Coimbra: Impr. da Universidade, 1928. CARVALHO, José Alberto Seabra – Francisco Venegas e o seu painel da Imaculada na Igreja de Nossa Senhora da Luz, em Carnide. *Vértice*. 3 (1988) 30-35. IDEM – *Gregório Lopes*. Lisboa: Inapa, 1999. IDEM – Pintura luso-flamenga em Évora no início do século XVI: o Mestre da Lamentação na Oficina do Espinheiro. *A Cidade de Évora*. 45-50 (1988-1993) 95-104. CARVALHO, José Alberto Seabra [et al.] – Arquitectura e simbólica tumulares nos primeiros cemitérios públicos de Lisboa: A necrópole romântica como museu da morte. *História*. 12 (1990) 36-57. CARVALHO, José dos Santos – *Iconografia e simbólica do políptico*. Lisboa: ed. do Autor, 1965. IDEM – O políptico de S. Vicente de Fora e a iconografia

médica portuguesa do século XV. *Boletim Clínico e Estatístico*. 20: 18 (1967) 101-116. CASIMIRO, Luís Alberto Esteves dos Santos – A pintura da Anunciação do Museu de Lamego. *Museu*. 8 (1999) 9-57. CASTELLO BRANCO, Theresa Schedel de – *Os painéis de S. Vicente de Fora: as chaves do mistério*. Lisboa: Quetzal Ed., 1994. CERQUEIRA, Cruz – As pinturas do Menino Deus, os temas e os seus autores. *Olisipo*. 4 (1938). CIRURGIÃO, António – A relação entre as letras portuguesas e a pintura dos séculos XVI-XVII. *Boletim Cultural da Ass. Distr. de Lisboa*. 88 (1984). CLODE, Luísa – Iconografia mariana na diocese do Funchal. *Das Artes e da História da Madeira*. 9: 39 (1969) 13-22. COCHERIL, Maur – *Notes sur la décoration de L'Eglise de l'Abbaye cistercienne de Santa Maria de Cós, Alcobaça*. Alcobaça, 1983. CORREIA, Maximino – Contribuição para o estudo da iconografia de S. Francisco Xavier. *Folia Anatomica Universitatis Conimbrigensis*. 27: 7 (1952). CORREIA, Vergílio – Iconografia de S. Vicente. In IDEM – *Obras*. Coimbra, 1953, vol. 3, p. 263-266. COUTINHO, Bernardo Xavier – *Album da Exposição de Arte Sacra sobre o Coração de Jesus e o Coração de Maria*. Porto, 1946. IDEM – Apontamentos iconográficos de alguns bispos portugueses. *Museu*. 3: 7 (1944) 105-126. IDEM – *Iconografia e bibliografia condestabrianas*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1971. IDEM – *Nossa Senhora na arte: Alguns problemas iconográficos e uma exposição marial*. Porto: Ass. Católica; Livr. Tavares Martins, 1959. COUTO, João – O Inferno, painel português do século XVI. *Litoral*. 2 (1944) 179-184. CRAVEIRO, Lurdes – A escultura das oficinas portuguesas do último gótico. In *HISTÓRIA da arte em Portugal*. Lisboa: Alfa, 1986, vol. 5, p. 93-115. CRUZ, António – Achega para a iconografia do Santo Condestável. In *NOVO centenário do nascimento de D. Nuno Álvares Pereira*. Lisboa, 1961. *DE LISBOA a Goa: a arte indo-portuguesa dos séculos XVI a XVIII*. Lisboa: SEC; IPM, 1992. DESTERRO, Maria Teresa – *O Mestre da Romeira e o maneirismo escalabitano 1540-1620*. Coimbra: Ed. Minerva, 2000. DIAS, Geraldo J. A. Coelho – Hagiografia e iconografia beneditinas: Os diálogos do papa S. Gregório Magno. *Via Spiritus*. 3 (1996) 7-24. DIAS, J. Pereira – *Iconografia broteriana*. Coimbra, 1947. DIAS, Pedro – *Álvaro Nogueira e a pintura maneirista de Coimbra*. Coimbra, 1977. IDEM – Fons Vitae da Misericórdia do Porto. In *TESOUROS da Misericórdia do Porto*. Porto: CNCDP, 1995. IDEM – As pinturas quatrocentistas do Museu de Arouca. *Beira Alta*. 39 (1980) 173-199. DIAS, Pedro; SERRÃO, Vítor – A pintura, a iluminura e a gravura dos primeiros tempos do século XVI. In *HISTÓRIA da arte em Portugal*. Lisboa: Alfa, 1986, vol. 5, p. 117-145. *DICIONÁRIO de arte barroca em Portugal*. Lisboa: Ed. Presença, 1989. *Do gótico ao maneirismo: a arte na região de Mafra na época dos Descobrimentos* [Exposição]. Mafra: Câmara Municipal, 2000. DOMINGUES, Ernesto – Iconografia mariana das antigas missões dos jesuítas no Brasil. In CONGRESSUS MARIOLOGICI-MARIANI INTERNATIONALIS, Portugal, 1967 – *Acta: De primordiis cultus mariana*. Romae: PAMI, 1970, vol. 6, p. 405-414. IDEM – Retratos e família do beato Inácio de Azevedo. *Arquivo da Província Portuguesa*. 3 (1965-1977) 530-534. EGRY, Anne de – *Um estudo de «O Apocalipse de Lorvão» e a sua relação com as ilustrações medievais do Apocalipse*. Lisboa: FCG, 1972. *ENCONTRO de Culturas: Oito séculos de missionação portuguesa*. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa, 1994. *ENTRE O CÉU e a terra: Arte sacra na diocese de Beja*. Dir. José António Falcão. Beja: Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 2000. 3 vol. ESPANCA, Túlio – Achegas iconográficas para a história da pintura mural no distrito de Évora. *A Cidade de Évora*. 30 (1973) 93-112. IDEM – Iconografia dos santos populares de Junho: S. João e S. Pedro. Évora, 1971. IDEM – Ofícios e ciclos de pintura em Évora no século XVI. *Anais da Academia Portuguesa da História*. 25 (1979) 275-294. *ESPÍRITO (O) que dá a vida* [Exposição]. Lisboa em Mosteiro de São Vicente de Fora, 1998. *ESPLENDOR e devoção: os relicários de S. Roque*. Lisboa: Misericórdia: Museu de S. Roque, 1998. *ESTUDOS sobre escultura e escultores do Norte da Europa em Portugal*. Org. Pedro Dias. Lisboa: CNCDP, 1997. EUSÉBIO, Maria de Fátima dos Prazeres – Para uma pedagogia da mensagem da morte: a produção artística dos séculos XIV ao XVIII. *Mathesis*. 8 (1999) 273-296. *EXPOSIÇÃO antoniana iconográfica e bibliográfica: Catálogo*. Coimbra: Museu Machado de Castro, 1965. *EXPOSIÇÃO de arte sacra: Catálogo*. Sernancelhe: [s.n.], 1964. *EXPOSIÇÃO de arte sacra do concelho de Matosinhos*. Matosinhos: Câmara Municipal, 1972. *EXPOSIÇÃO de arte sacra missionária*. Lisboa: AGU, 1952. *EXPOSIÇÃO de arte sacra: Subsídios para o inventário artístico do concelho da Tondela*. Caramulo: Junta da Turismo, 1951. *EXPOSIÇÃO biblio-iconográfica no décimo sexto centenário da conversão de Santo Agostinho*. Porto: Biblioteca do Seminário Maior do Porto, 1987. *EXPOSIÇÃO de Cristos populares: Comemorações do VIII Centenário da Reconquista Cristã da Cidade de Évora*. Évora, 1966. EXPOSIÇÃO de escultura mariana do concelho de Arouca (século XIV a XVIII). In *NOSSA SENHORA na devoção do povo de Arouca*. Arouca: Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988. *EXPOSIÇÃO de esculturas religiosas: Convento de Santa Clara: Funchal: Catálogo*. Org. L. Peter Clode; M. J. Pita Ferreira. Porto: Ed. J. G. Distrito Aut. do Funchal, 1954. *EXPOSIÇÃO iconográfica e artística do Menino Jesus: Catálogo*. Évora: [s.n., s.d.]. *EXPOSIÇÃO iconográfica do VIII Centenário da Chegada das Relíquias de São Vicente a Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1973. FALCÃO, José António; PEREIRA, F. A. Baptista – *O painel de Santa Catarina de Alexandria da Igreja Matriz de Sines*. Beja: Dep. do Patr. Hist. e Art. da Diocese de Beja, 1996. IDEM – Pintura maneirista do distrito de Setúbal: Duas «Adorações» da Igreja Matriz de Santiago do Cacém, atribuídas a José Escobar. *Anais da Real Sociedade de Arqueologia Lusitana*. 2 (1988). IDEM – A «Última Ceia» da Igreja Matriz de Sines: aspectos de iconologia e história de arte. In *PORTUGAL/ /Brasil-Brasil/Portugal: duas faces de uma realidade artística*. Lisboa: CNCDP, 2000, p. 244-261. *FAMÍLIA (A) na iconografia cristã* [Catálogo de exposição]. Lamego: CDAS, 1980. FELIX, Emanuel – *Iconografia e simbólica do Espírito Santo nos Açores*. Praia da Vitória: Santa Casa da Misericórdia, 1996. FERRÃO, Julieta – Nossa Senhora na pintura portuguesa. In *A VIRGEM em Portugal*. Porto: Ed. Ouro L.da, 1967, vol. 2, p. 869-900. FERREIRA, Emídio Maximiano – A arte tumular medieval portuguesa (séculos XII a XV) Dissertação de mestrado apresentada à FCSH-UNL em 1986. FERREIRA, João Albino Pinto – A figuração de Nossa Senhora em alguns registos portugueses. In *A VIRGEM em Portugal*. Porto: Ed. Ouro L.da, 1967, vol. 2, p. 965-1002. FONSECA, António Belard da – *O mistério dos painéis*. Lisboa, 1957-1967. 5 vol. *FONS Vitae* [Catálogo de exposição]. Lisboa: Pavilhão da Santa Sé na Expo'98, 1998. *FRANCISCO Henriques: Um pintor em Évora no tempo de D. Manuel I*. Lisboa: CNCDP; Câmara Municipal de Évora, 1997. FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e – *O políptico de Santo Estêvão de Valença*. Porto, 1952. *GARCIA Fernandes: Um pintor do Renascimento eleitor da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa, 1998. GASPAROTTO, Cesira – Note di iconografia antoniana. *Il Santo*. 7 (1967) 87-98. GOMES, Paulo Varela – *Vieira Portuense e a arte do seu tempo*. Dissertação de mestrado apresentada à UNL em 1987. GONÇALVES, António Manuel – Da iconografia de Frei Bartolomeu dos Mártires. In COLÓQUIO COMEMORATIVO DO IV CENTENÁRIO DA MORTE DE DOM FREI BARTOLOMEU DOS MÁRTIRES – *Actas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1990, p. 53-62. GONÇALVES, António Nogueira – *Estudos de ourivesaria*. Porto: Paisagem Ed., 1984. IDEM – Nossa Senhora na escultura portuguesa. In *A VIRGEM em Portugal*. Porto: Ed. Ouro L.da, 1967, p. 901-952. IDEM – As urnas sepulcrais das santas Teresa e Sancha em Lorvão. *Ourivesaria Portuguesa*. 2: 16 (1951) 203-254; 2: 17-18 (1952) 26-35. GONÇALVES, Flávio – A «Anunciação» da lápide de bronze de Leça do Balio. *O Tripeiro*. 12 (1956) 142-145. IDEM – A «Árvore de Jessé» na arte portuguesa. *Revista da Faculdade de Letras: História*. 3: 2 (1986) 213-238. IDEM – *Breve ensaio sobre a iconografia da pintura religiosa em Portugal*. Lisboa, 1973. IDEM – Em torno da iconografia das nove irmãs gémeas. *Boletim Cultural da Câmara Mun. Porto*. 25 (1962). Separata, Porto, 1962. IDEM – Um grandioso retábulo barroco da Ribeira Lima. *Bracara Augusta*. 31 (1977). Separata, Braga, 1977. IDEM – *História da arte: iconografia e crítica*. Lisboa: INCM, 1990. IDEM – *Iconografia trinitária*. Porto, 1962. IDEM – A origem das «alminhas» populares. In CONGRESSO DE ETNOGRAFIA E FOLCLORE, 1, Braga, 1956 – *Actas*. [S.l.: s.n., 196?], p. 103-115. IDEM – Outra imagem de S. Pantaleão padroeiro da cidade do Porto. *O Tripeiro*. 7 (1951) 105-107. IDEM – Os painéis do Purgatório e as origens das «alminhas» populares. *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*. 6 (1959) 71-107. IDEM – O pórtico da Matriz de Viana do Castelo. *Museu*. 3 (1961) 60-71. IDEM – Os Portugueses e a iconografia religiosa da arte indiana: o códice 1234 da BPMP. In COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS – *Actas*. Coimbra, 1966, vol. 4, p. 477-486. IDEM – O privilégio sabatino na arte portuguesa. *A Cidade de Évora*. 45-46 (1963) 5-16. Separata, Lisboa, 1964. IDEM – A representação artística dos «mártires de Marrocos»: os mais antigos exemplares portugueses. *Museu*. 6 (1963) 20-50. [In *História da arte*]. IDEM – *O retábulo de Santiago*. Lisboa: Artis, 1963. IDEM – Uma série de painéis do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde. *Vila do Conde*. 5 (1964). Separata, Barcelos, 1964. IDEM – S. Pantaleão: Documentos portuenses para o estudo da sua iconografia. *O Tripeiro*. 3 (1947) 62-64. IDEM – O suicídio de Judas na arte portuguesa. *Museu*. 4 (1962) 43-57. IDEM – *A talha da capela da «Árvore de Jessé» da Igreja de S. Francisco do Porto e os seus autores*. Porto: Livr. Fernando Machado, 1971. IDEM – O vestuário mundano de algumas imagens do Menino Jesus. *Revista de Etnografia*. 9 (1967) 5-34. GONÇALVES, J. Cardoso – *Uma jóia da iluminura portuguesa*. Vila Nova de Gaia, 1931. GONÇALVES, M. Isabel Rebelo – Subsídios para o estudo iconográfico animal dos códices medievais alcobacenses. In CONGRESSO INTERNACIONAL PARA A INVESTIGAÇÃO E DEFESA DO PATRIMÓNIO – *Actas*. Alcobaça, 1978, p. 369-380. GOULÃO, Maria José – Do mito do homem selvagem à descoberta do «homem novo»: a representação do negro e do índio na escultura manuelina. In *PORTUGAL e Espanha entre a Europa e Além-Mar*. Coimbra: Inst. de Hist. da Arte, 1988 [1992]. GRAÇA, Soares da – *A visitação no simbolismo das Misericórdias*. Águeda, 1962. *GRÃO VASCO e a pintura europeia do Renascimento* [Exposição]. Lisboa: CNCDP, 1992. GUSMÃO, Adriano – Iconografia artística: a composição da «Descida da Cruz» da capela do Esporão da Sé de Évora. *A Cidade de Évora*. 39-40 (1957-1958) 37-39. HATHERLY, Ana – As misteriosas portas da ilusão: a propósito do imaginário em Sóror Maria do Céu e Josefa d'Óbidos. In *JOSEFA de Óbidos e o tempo barroco*. Coord. Vítor Serrão. Lisboa: Palácio Nacional da Ajuda, 1991, p. 71-85. *ICONOGRAFIA mariana no Alto Alentejo* [Exposição]. Évora: Museu de Évora, 1988. *ICONOGRAFIA de Santa Apolónia existente em Portugal: Catálogo*. Braga: Ateneu Comercial do Porto, 1964. *ILUMINURA (A) em Portugal: Identidade e influências (do século X ao XVI)* [Catálogo da exposição]. Lisboa: BN, 1999. *IMAGENS de Nossa Senhora: algumas esculturas do século XIV ao XVIII existentes no Porto*

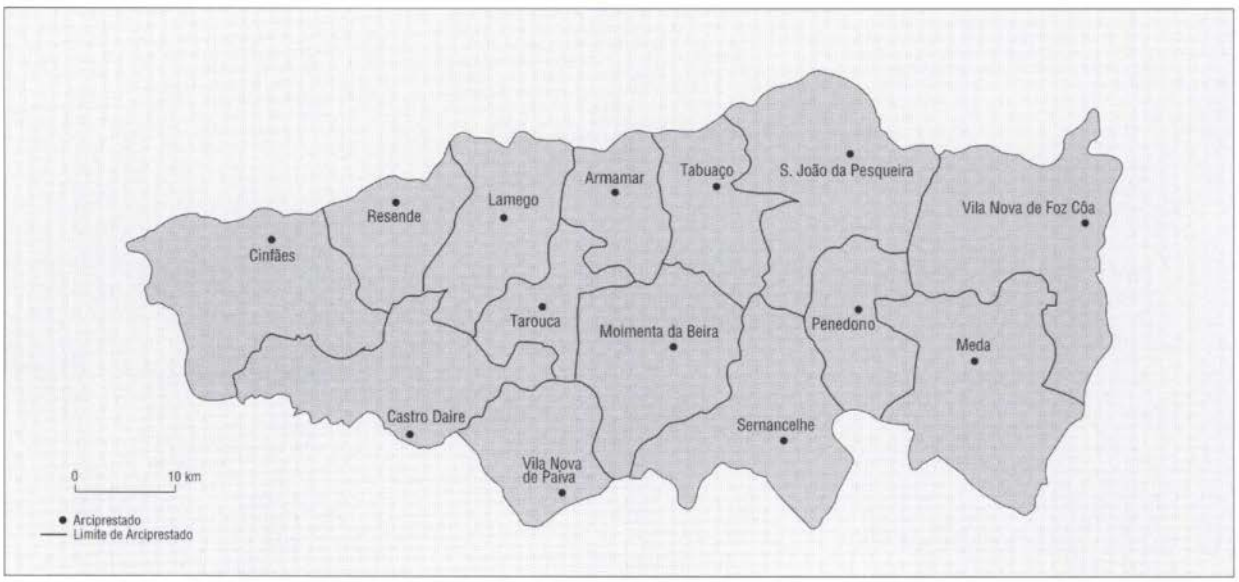
[Catálogo da exposição. 1952]. Porto: Câm. Municipal, 1954. *Imagens da Virgem da Colecção Vilhena (séculos XIV-XV-XVI)* [Exposição]. Lisboa: Câmara Municipal, 1971. *Jerónimos: 4 séculos de pintura*. Lisboa: IPPAR; Mosteiro dos Jerónimos, 1993. 2 vol. KAFLAL, Georges – Essai iconographique sur les panneaux attribués à Nuno Gonçalves. *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*. 2: 6 (1942). KRUS, Luís – Arca dos cinco mártires de Marrocos. In *Os Descobrimentos portugueses e a Europa do Renascimento*. XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura do Conselho da Europa. Lisboa: Núcleo Madre de Deus, 1983. IDEM – Celeiro de relíquias: o culto quatrocentista dos Mártires de Marrocos e a devoção dos nus. *Studium Generale*. 6 (1984) 21-42. LIMA, J. da Costa – Espiritualidade da pintura lusíada de quinhentos. *Lusíada*. 1: 3 (1953) 229-234. IDEM – Fontes místicas dos pintores quinhentistas. *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*. 1: 3 (1948) 134-146. IDEM – Iconografia assuncionista. *Brotéria*. 51 (1950) 540-558. IDEM – S. João de Brito na Arte. *Brotéria*. 44 (1947) 672-688. LOPES, Carlos da Silva – Cenas da vida popular nos presépios populares. *A Medalha*. 30 (1974) 15-22. IDEM – Iconografia de S. Frutuoso. In CONGRESSO DE ESTUDOS COM. DO XIII CENT. DA MORTE DE S. FRUTUOSO – *Actas: Bracara Augusta*. 21 (1967) 361-366. IDEM – O retábulo manuelino da Sé de Viseu e a sua doutrina. *A Medalha*. 37 (1975) 59-63. LOPES, Roger Teixeira – Colóquio angélico ou a Anunciação na pintura portuguesa 1500--1550. In CONGRESSO HISTORICO: PÁGINAS DA HISTÓRIA DA DIOCESE DE BRAGANÇA-MIRANDA 1545-1995 – *Actas*. Bragança: Com. Arte Sacra, 1997, p. 619-668. LUCENA, Armando de – *A arte sacra em Portugal*. Lisboa: Empresa Contemporânea, 1946. 2 vol. IDEM – A iconografia do negro na arte portuguesa. *Mundo Português*. 13 (1941). MACEDO, Diogo de – Em redor dos presépios portugueses. Lisboa, 1940. IDEM – Iconografia tumular portuguesa. Lisboa: Soc. Ind. de Tip., 1934. MACHADO, José Alberto Gomes – *André Gonçalves: Pintura do barroco português*. Lisboa: Ed. Estampa, 1995. MACIEL, M. Justino – *Antiguidade tardia e paleocristianismo em Portugal*. Lisboa: ed. do Autor, 1996. MADAHIL, A. G. da Rocha – Iconografia da Infanta Santa Joana. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. 70-71: 90-91 (1957). Separata, Aveiro, 1957. MALKIEL-JIRMOUNSKY, Myron – *Pintura à sombra dos mosteiros*. Lisboa: Arcádia, 1957. MANIQUE, Luís de Pina – Iconografia sacra do concelho de Mafra: Santas Mães. *Estremadura*. 11 (1946) 87-99. MARÇAL, Horácio – O «Senhor Morto» na Capela do Campo Lindo. *O Tripeiro*. 12 (1972) 144-146. MARKL, Dagoberto L. – Os ciclos: das oficinas à iconografia. In *História da arte portuguesa*. Dir. Paulo Pereira. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, vol. 2, p. 240-275. IDEM – Duas gravuras de Albrecht Duerer no painel «Jesus em casa de Marta e Maria», atribuído a Vasco Fernandes: Breve achega ao estudo da influência alemã na pintura portuguesa do século XVI. *Beira Alta*. 43 (1984) 325-333. IDEM – Duas obras inéditas de Fernão Gomes do Museu Nacional de Arte Antiga. *Bol. Cult. Ass. Distr. de Lisboa*. 86: 2 (1980) 5-39. Trata-se do Nascimento de Maria e do Pentecostes. IDEM – A escola do Mestre do Sardoal e os seus artistas na transição do século XV para o XVI. *Panorama*. 40 (1971) 39-52. IDEM – O «Julgamento das almas» do Museu de Arte Antiga: estudo de uma pintura panfletária. *Prelo*. 1 (1983) 85-104. IDEM – *Livro de Horas de D. Manuel*. Lisboa: INCM, 1983. IDEM – Na procura de um rosto perdido. In *Nuno Gonçalves*. P. 27-32. IDEM – O painel da igreja do Calvário de Évora e a pintura portuguesa do século XV. *A Cidade de Évora*. 30 (1973) 5-11. IDEM – O Renascimento. In *História da arte em Portugal*. Lisboa: Alfa, 1986, vol 6. IDEM – *O retábulo da São Vicente da Sé de Lisboa e os documentos*. Lisboa: Ed. Caminho, 1988. IDEM – Santo António, uma complexidade iconográfica. In *O santo do Menino Jesus: Santo António: Arte e história*. Lisboa: SEC; Ministério do Comércio e Turismo, 1995, p. 37-45. IDEM – O tríptico das «Tentações de Santo Antão» de Jerónimo Bosch: um ensaio de interpretação iconológica. *Ocidente*. 84 (1973) 329-356. MARTINS, Fausto Sanches – Notícia sobre o autor e a data do quadro da «Virgem de S. Lucas» do Colégio de Jesus de Coimbra. *Lusitania Sacra*. 5 (1993) 121-135. IDEM – O trono eucarístico do retábulo barroco português: origem, função, forma e simbolismo. In CONGRESSO INTERNACIONAL DO BARROCO – *Actas*. Porto, 1991, vol. 2, p. 17-58. MARTINS, José V. de Pina – Para a história da cultura portuguesa do Renascimento: A iconografia do livro impresso em Portugal no tempo de Duerer. *Arquivos do Centro Cultural Português*. 5 (1972). Separata, Paris: FCG, 1972. *Mater Misericordiae: simbolismo e representação da Virgem da Misericórdia*. Lisboa: Museu de São Roque; Livros Horizonte, 1995. MATOS, Manuel Cadafaz de – A tipografia portuguesa e a iconografia do livro europeu na fase áurea da expansão. *Biblos*. 68 (1992) 139-198. MATTOSO, José – O imaginário da iluminura medieval. In *A iluminura em Portugal* [...]. P. 25-37. MECO, José – Azulejaria de Cascais com temática ou utilização religiosa. In *Um olhar sobre Cascais através do seu património: 2: Fontes documentais e arte sacra*. Cascais, 1989. IDEM – A iconografia antoniana no azulejo português. In *O santo do Menino Jesus: Santo António: Arte e história*. Lisboa: SEC; Min. do Com. e Turismo, 1995, p. 47-58. MEIRELES, R. de Castro – Uma peça rara sob o ponto de vista iconográfico. In COLÓQUIO DE OURIVESARIA DO NORTE DE PORTUGAL – *Actas*. Porto: ARPPA; AIORN, 1986, p. 129-135. MELLO, Magno – Os tectos pintados da igreja do Convento de Santa Clara de Évora. *A Cidade de Évora*. 32 (1996-1997) 353-371. MILHEIRO, Maria Manuela – As gravuras dos livros do Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Braga. In CONGRESSO INTERNACIONAL DO BARROCO – *Actas*. Porto, 1991, vol. 2, p. 73-92. MENERES, Clara – Artes plásticas de temática religiosa. In *A Igreja e a cultura contemporânea em Portugal*. Lisboa: Universidade Católica Ed., 2000, p. 43-72. MIRANDA, M. Adelaide – *Do esplendor do ornamento à simplicidade da imagem: a iluminura românica dos manuscritos do Mosteiro de São Pedro de Arouca*. Arouca: Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1995. IDEM – A iluminura românica em Portugal. In *A iluminura em Portugal* [...]. P. 127-235. IDEM – Imagens do mundo nos manuscritos alcobacenses: o bestiário. In CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE SAN BERNARDO E O CISTER EN GALICIA Y PORTUGAL – *Actas*. Ourense, 1992, vol. 2. MONTEIRO, Manuel – *O túmulo de D. Gonçalo Pereira*. Braga. 1944. Iconografia funerária do Minho; 1. MOSER, Francisco de Mello – Liturgia e iconografia na interpretação do «Auto da Alma». *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa. 6 (1962) 86-112. NATIVIDADE, M. Vieira – Ignez de Castro e Pedro o Cru perante a iconografia dos seus túmulos. Lisboa: Typ. A Editora, 1910. NEVES, Leandro Quintas – As portas dos sacrários dos nossos altares, na iconografia religiosa e na arte popular do maneirismo português. *Revista de Etnografia*. 12 (1969) 399-406. Também publicado em *O Distrito de Braga*. 4 (1968-1980) 125-132. NOGUEIRA, Ibérico – A «visitação» da Misericórdia de Valença e o seu pintor. *Arquivo do Alto Minho*. 6 (1956) 30-37. *Nos confins da Idade Média: arte portuguesa, séculos XII-XV*. Org. IPM, coord. do catálogo de Maria Antónia Pinto de Matos. Lisboa: IPM, 1992. *Nuno Gonçalves: novos elementos: estudo da pintura portuguesa do séculos XV*. Lisboa: IPM; Reproscan, 1994. Ver Bibliografia na p. 93-95. OLIVEIRA, A. de Sousa – Temas psicomáquicos na escultura românica decorativa. In COLÓQUIO PORTUENSE DE ARQUEOLOGIA, 4 – *Actas*. Porto, 1966. OLIVEIRA, Eduardo Pires de – Arte religiosa e artistas em Braga 1870-1920. *Itinerarium*. 38 (1992) 384-457; 39 (1993) 44-132. OLIVEIRA JÚNIOR, António Coelho de Sousa – O simbolismo do pórtico de Pombeiro. In CONGRESSO HISTÓRICO DE PORTUGAL MEDIEVO – *Actas: 2: Bracara Augusta* 16-17 (1964) 156-161. História de Daniel e a luta entre o bem e o mal. OSSWALD, Maria Cristina – *O Bom Pastor na imaginária indo-portuguesa em marfim*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP em 1996. IDEM – Considerações acerca de um oratório indo-português. *Museu*. 2 (1994) 17-35. *Ourivesaria sacra* [Catálogo da exposição. Miranda do Corvo, 1995]. Bragança: Com. Diocesana para as Com. dos 450 Anos da Diocese de Bragança-Miranda, 1996. PAIS, Alexandre Nobre – Presépios portugueses do século XVIII. In *Portugal/Brasil-Brasil/Portugal: duas faces de uma realidade artística*. Lisboa: CNCDP, 2000, p. 410-424. PALLA, Maria José – *Traje e pintura: Grão Vasco e o retábulo da Sé de Viseu*. Lisboa: Estampa, 1999. *Paramentaria religiosa* [Catálogo da Exposição Moncorvo, 1996]. Bragança: Com. Diocesana para as Com. dos 450 Anos da Diocese de Bragança-Miranda, 1996. PEIXEIRO, Horácio A. – *Missais iluminados dos séculos XIV e XV: contribuição para um estudo da iluminura em Portugal*. Dissertação de mestrado apresentada à FCSH-UNL em 1986. PEREIRA, Augusto Nunes – *Do cadeiral de Santa Cruz*. Coimbra: Ed. da Paróquia de Santa Cruz, 1984. PEREIRA, Fernando António Baptista – *Para uma iconologia da morte em Portugal no período barroco*. Viseu: Museu de Grão Vasco, 1995. IDEM – O retábulo de Santiago. *Oceanos*. 4 (1990) 66-74. PEREIRA, Fernando António Baptista; FALCÃO, J. A. – Encontro de Abraão e Melquisedec [MNAA Inv. 93]. In *Francisco Henriques* [...]. P. 138-139. IDEM – Missa de S. Gregório. In *Francisco Henriques* [...]. P. 142-144. IDEM – A recolha do Maná. In *Francisco Henriques* [...]. P. 144-146. IDEM – Retábulo do altar-mor da Igreja de São Francisco de Évora. In *Francisco Henriques* [...]. P. 104-112. PEREIRA, Henrique Manuel S. – A Árvore de Jessé: dois exemplares do Museu de Arte Sacra e Arqueologia. *Atrium*. Porto. 3: 5 (1989) 73-92. IDEM – A Árvore de Jessé; um exemplar da Igreja da Lavandeira. *Brigantia*. 12: 3 (1992) 221-240. PEREIRA, Paulo – *A obra silvestre e a esfera do rei: Iconologia da arquitectura manuelina na Grande Estremadura*. Coimbra, 1990. PIMENTEL, António Filipe – Vivência da morte no tempo barroco: tumulária portuguesa nos séculos XVII e XVIII. In CONGRESSO INTERNACIONAL DO BARROCO – *Actas*. Porto, 1991, vol. 2, p. 243-260. PINTO, Joaquim Caetano – O Mosteiro e o Museu de Arte Sacra de Arouca. *Bol. da Casa Reg. Beira-Douro*. 23 (1974) 208-213. *Pintura (A) maneirista em Portugal: arte no tempo de Camões*. Com. Vítor Serrão. Lisboa, 1995. *Pintura dos Mestres do Sardoal e de Abrantes*. Lisboa: FCG, 1971. PONCE DE LÉON, Fernando – Iconografia de Santa Teresa de Jesus em Portugal. In JORNADAS LUSO-BRASILEIRAS DE HISTÓRIA DE ARTE – *Actas*. Coimbra, 1990. IDEM – Os painéis de azulejos sobre Santa Teresa de Jesus no Convento de Santa Marta de Lisboa. *Museu*. 1 (1993) 161-181. PORFÍRIO, José Luís – As tentações de Santo Antão. In *As tentações*. Lisboa: Quetzal Ed., 1989, p. 77-91. *Presépio (O) nas colecções alentejanas* [Exposição. Museu de Évora]. Catálogo. Org. por A. Pestana de Vasconcelos. Évora, 1985. *Presépios (Os) de Belém : o Natal e a Arte* [Catálogo da Exposição. Lisboa. Palácio de Belém, 1996-1997]. Lisboa: Presidência da República, 1996. REAL, Manuel Luís – La sculpture figurative dans l'art roman du Portugal. In *Portugal roman*. [S.l.:] Zodiaque, 1986, vol. 1, p. 33-75. IDEM – O Pórtico da Glória e a escultura portuguesa do seu tempo. In SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE O PÓRTICO DA GLÓRIA E A ARTE DO SEU TEMPO – *Actas*. Santiago de Compostela: Xunta da Galicia, [1991], p. 269-298. RÉGIO, José – O Natal na arte portuguesa. [S.l.,] Artis, 1965. REIS-SANTOS, Luís – *Iconografia henriquina*. Coimbra: V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960. IDEM – A Imacula-

da Conceição na pintura portuguesa. *Brotéria*. 43 (1946) 613-615. IDEM – Painel antoniano de Gregório Lopes na Misericórdia de Tomar. *Belas Artes*. 15 (1960) 39-48. IDEM – *Santo António na pintura portuguesa do século XVI*. Lisboa, 1945. *Retábulo de Santa Auta: estudo de investigação*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura; Centro de Estudos de Arte e Museologia, 1972. RIBEIRO, Emanuel – O cadeirado da Sé do Funchal. *Revista Portucale*. 3: 17 (1930). ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – Dirigismo e produção da imaginária religiosa nos séculos XVI-XVIII: as constituições sinodais. *Museu*. 5 (1996) 187-202. RODRIGUES, Adriano Vasco – O retábulo flamengo da parentela de Santa Ana, da Igreja Matriz de Torre de Moncorvo. *Revista de Ciências Históricas da Univ. Portucalense*. Porto. 5 (1990) 143-168. Também publicado em IDEM – Estudos sobre escultura e escultores [...]. Lisboa: CNCDP, 1997, p. 215-261. RODRIGUES, Dalila – Retábulo da capela-mor da Sé de Lamego. In *Grão Vasco e a pintura europeia do Renascimento* [Catálogo da exposição]. Lisboa: CNCDP, 1992, p. 114-133. RODRIGUES, Natércia Fonseca – Iconografia cristã no século XIII. *Boletim da Junta Distrital de Lisboa*. 57-58 (1963). Separata, Lisboa, 1963. ROSA, João – *Iconografia artistica eborense: subsídios para a história da arte do distrito de Évora*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1926. ROSA, José António Pinheiro e – *Arte sacra em Tavira*. Tavira, 1966. IDEM – *Tesouros artisticos do Algarve*. Faro, 1990. *Rosa Mystica: Nossa Senhora na arte do Sul de Portugal: Rosa Mystica: Marien Darstellungen aus dem suedlichen Portugal* [Catálogo da exposição, Ratisbona, 1999-2000]. Ratisbona: Schnell und Steiner, 1999. SALDANHA, Nuno – *Artistas, imagens e ideias na pintura do século XVIII: Estudos de iconografia, prática e teoria artística*. Lisboa: Livros Horizonte, 1995. IDEM – A pintura na Igreja de Nossa Senhora da Pena em Lisboa (séculos XVI a XIX). *Boletim Cult. da Ass. Distr. de Lisboa*. 90 (1984-1988) 125-151. IDEM – A vida de José do Egipto de André Gonçalves. *Bol. Cult. da Ass. Distr. de Lisboa*. 91: 2 (1989) 83-112. SALEMA, Vasco da Costa – Iconografia de Santa Iria. *Boletim Cult. e Inf. da Câm. Mun. de Tomar*. 8-9 (1985). Separata, [s.l.]: Empresa Ed. Cidade de Tomar, 1987. SANTOS, A. Monteiro dos – Iconografia da Igreja Matriz: o exterior e o interior. *Bol. Cult. Câm. Mun. de Vila do Conde*. 18 (1996). Separata, Vila do Conde, 1996. SANTOS, Afonso dos – Uma pintura de Viseu. *Beira Alta*. 25 (1966) 557-561. SANTOS, Reinaldo dos – A iconografia dos túmulos de Alcobaça. *Lusitania*. 1 (1924) 83-90. SCHLUNK, Helmut – Ein Sarkofag aus Dume im Museum in Braga. *Madrider Mitteilungen*. 9 (1968) 424-458. SEBASTIAN, Santiago – Iconografia del Claustro barroco en Portugal, España e Iberoamérica. In CONGRESSO INTERNACIONAL DO BARROCO – *Actas*. Porto, 1991, vol. 2, p. 403-418. SERRA, Teresa Botelho – Os Livros de Horas em Portugal no século XV. In *A ILUMINURA em Portugal* [...]. P. 363-380. SERRÃO, Vítor – *André de Padilha e a pintura quinhentista entre o Minho e a Galiza*. Lisboa: Ed. Estampa, 1998. IDEM – A «criação do homem»: de Gregório Lopes. *Oceanos*. 4 (1990) 76-81. IDEM – Fontes iconográficas da pintura do ciclo manuelino. In COLÓQUIO «A ARTE NA PENÍNSULA IBÉRICA NO TEMPO DO TRATADO DE TORDESILHAS – *Actas*. Lisboa: CNCDP, 1998, p. 431-447. IDEM – *A lenda de S. Francisco Xavier pelo pintor André Reinoso*. Lisboa: Quetzal Ed.; Santa Casa da Misericórdia, 1993. IDEM – A pintura maneirista e o desenho. In *História da arte em Portugal*. Lisboa: Alfa, 1986, vol. 7, p. 31-91. IDEM – *A pintura proto-barroca em Portugal 1612-1657*. Lisboa: Colibri, 2000. IDEM – O programa artístico da Igreja de S. Cristóvão de Lisboa: O retábulo quinhentista e a campanha de obras proto-barrocas (1666-1685). *Bol. Cult. Ass. Distr. de Lisboa* 92: 1 (1990-1998) 48-81. SERRÃO, Vítor; BAPTISTA, António Martinho – O retábulo do Convento da Trindade. *Revista Municipal*. 138-139 (1973) 44-50. SILVA, José Custódio Vieira da – Os túmulos de D. Pedro e de D. Inês em Alcobaça. *Portugália*. 17-18 (1996-1997) 269-276. SILVA, José Luís Poças Leitão Conceição – *Os Painéis do Museu das Janelas Verdes*. Lisboa: Guimarães e C.ª, 1981. IDEM – *S. Rafael, o menino Tobias e D. Vasco da Gama*. Évora, 1966. SILVA, Nuno Vassalo e – As ofertas dos Reis Magos: O tema da Epifania nas artes preciosas portuguesas do gótico ao barroco. In *NATIVIDADE em S. Roque*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia; Livros Horizonte, 1994, p. 26-31. SOALHEIRO, João – *Imaginária sacra: Itinerário breve em terra de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal, 1997. SOARES, Ernesto – *História da gravura artística em Portugal*. 2.ª ed. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1971. 1.ª ed. 1940-1941. SOBRAL, Luís de Moura – A Anunciação na pintura portuguesa da Contra-Reforma: doutrina, tradição e agudeza. In *A PINTURA maneirista em Portugal: Arte no tempo de Camões* [Catálogo]. Lisboa: CNCDP, 1995, p. 106-113. IDEM – *Do sentido das imagens: ensaio sobre pintura barroca portuguesa e outros temas ibéricos*. Lisboa, 1996. IDEM – Josefa de Óbidos e as gravuras: problemas de estilo e de iconografia. In *JOSEFA de Óbidos e o tempo barroco*. Coord. Vítor Serrão. Lisboa, 1991, p. 51-69. IDEM – *Pintura e poesia na época barroca*. Lisboa: Estampa, 1994. IDEM – Théologie et propagande politique dans une gravure de Lucas Vorstermann II: L'Immaculée Conception et la Restauration de la monarchie portugaise de 1640. *Nouvelles de l'Estampe*. 101-102 (1988) 4-9. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e Sousa – Subsídios para uma iconografia da morte no Porto do século XIX. *Humanistica e Teologia*. 16 (1995) 175-213. SOUSA, José Augusto de Macedo de Campos e – A propósito de iconografia da Virgem nas bandeiras e guiões militares e nos estandartes reais portugueses. *Ocidente*. 66 (1964) 135-141. SOUTO, António Meyrelles do – A iconografia de S. Pantaleão. *Museu*. 5:11 (1949) 32-45. IDEM – Os santos Cosme e Damião nas «Janelas Verdes». *Ocidente*. 66 (1964) 20-22. TÁVORA, Bernardo Ferrão de Tavares e – Elementos para o estudo histórico-iconográfico da imagem de «Santa Maria de Guimarães». In CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES E SUA COLEGIADA – *Actas*. Guimarães, 1981, vol. 4, p. 299-335. IDEM – Imaginária hispano-filipina e indo-portuguesa. *Gil Vicente*. 1974. Separata, Guimarães, 1974. IDEM – *Imaginária luso-oriental*. Lisboa: INCM, 1983. IDEM – Imaginária de marfim. *Museu*. 11 (1967-1969) 9-26. IDEM – Imaginária mariana quinhentista cingalo-portuguesa. In CONGRESSUS MARIOLOGICI-MARIANI INTERNATIONALIS. Caesaraugustae [Saragoça], 1979 – *Acta: de cultu mariano saeculo XVI*. Tomae: PAMI, 1985, vol. 2, p. 421-460. IDEM – Meninos Jesus cingalo-portugueses e seus prováveis protótipos flamengos. *Revista Universitas*. Salvador. 25 (1979). IDEM – Notas sobre a arte indo-portuguesa. *Colóquio*. 43 (1967) 26-31; 45 (1967) 13-15; 48 (1968) 25-31; 52 (1969) 19-25. IDEM – O presépio na arte portuguesa. *Gil Vicente*. 25 (1974) 215-229. IDEM – Uma rara placa de marfim cingalo-portuguesa de motivo alegórico. *Gil Vicente*. 22 (1971) 126-132. IDEM – Um tríptico seiscentista sino-português de marfim. *Gil Vicente*. 23 (1972) 83-92. *TRIUNFO do Barroco* [Catálogo]. Lisboa: Fundação das Descobertas, 1993. VANDEVIVERE, Ignace – Le retable sculpté à volets peints de la chapelle des Rois Mages d'Estreito de Calheta, Madère: une production anversoise des années 1520. *Revue des Archéologues et Historiens d'art de Louvain*. 3 (1970). IDEM – Un retable sculpté bruxellois du second tiers du XV siècle au Musée de la Quinta das Cruzes de Funchal. *Revue des Archéologues et Historiens d'art de Louvain*. 5 (1972). In *ESTUDOS sobre época manuelina: escultura e escultores do Norte da Europa em Portugal*. Coord. Pedro Dias. Lisboa: CNCDP, 1997, p. 63-104. VASCONCELOS, António – *Inês de Castro: estudos para uma série de lições no Curso de História de Portugal*. 2.ª ed. Barcelos: Portucalense Ed., 1933. VASCONCELOS, Flórido de – O busto relicário de S. Pantaleão: Breve estudo de iconografia. *Museu*. 5 (1996) 7-27. IDEM – O retábulo-mor quinhentista da Sé de Braga. In CONGRESSO INTERNACIONAL DO IX CENTENÁRIO DA DEDICAÇÃO DA SÉ DE BRAGA – *Actas*. Braga, 1990, vol. 2: 2. In *ESTUDOS sobre a época manuelina: escultura e escultores do Norte da Europa em Portugal*. Coord. Pedro Dias. Lisboa: CNCDP, 1997, p. 263-. VASCONCELOS, Joaquim de – *Arte religiosa em Portugal*. Porto, 1915. VELOSO, Carlos; FREIRE, Filipa Castro; LEBRE, Maria Cunha Ferreira – *Iconografia do Espírito Santo no concelho de Tomar*. Tomar: Escola Superior de Tecnologia de Tomar, 1987. *VOZES (As) do silêncio: Imaginária barroca da diocese de Beja*. Beja: Departamento do Patr. Hist. e Art. da Diocese de Beja; Estar Ed., 1997. XAVIER, Pedro M. da Cruz N. do Amaral – *A iconografia funerária no barroco e o túmulo do bispo de Miranda na capela da Vista Alegre*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUL em 1990.

ISLAMISMO. Apesar dos esforços da coordenação e da editora, lamentamos não ter sido possível obter, em tempo útil, a colaboração solicitada. No entanto, em cada um dos três volumes da *História Religiosa de Portugal* encontrar-se-á informação e bibliografia especializada relativamente à presença islâmica no país: vol. 1, p. 91-133; vol. 2, p. 64-68; vol. 3, «A pluralidade religiosa: correntes cristãs e não-cristãs no universo religioso português» (*v.* ainda: CRUZADA, MARROCOS, MOÇÁRABES, MOUROS).

LAMEGO, Diocese de. A diocese de Lamego teve em Joaquim de Azevedo, nos finais do século XVIII, o seu «primeiro» historiador, apesar de algumas tentativas anteriores, nomeadamente as da Academia Real da História, no sentido de serem escritas as suas memórias insígnes. Mais perto de nós, conta com uma história actualizada dos seus fastos, cobrindo em seis volumosos tomos o longo período das origens até aos finais do século XVIII, por Manuel Gonçalves da Costa (Lamego, 1977-1993). O autor aproveitou como nunca antes sucedera o rico espólio documental da diocese, que veio a ser integrado, na sua maioria, no Arquivo da Torre do Tombo, em consequência das determinações da I República. Apesar disso, cabe dizer que este espólio raramente tem sido utilizado para estudos de carácter monográfico, mormente no âmbito universitário, que urge levar a cabo para o completo conhecimento da vida

desta igreja diocesana, nas suas estruturas pastorais, personagens que lhe deram rosto, comunidades, épocas, etc. Mesmo reconhecendo que globalmente se encontra esclarecido o percurso próprio desta diocese, a investigação centrada em pontos específicos tem revelado que bastas vezes a realidade dos factos contradiz em muitos casos o que se tem por adquirido. Neste sentido, mais que resumir uma obra de grande envergadura e recente, para a qual indiscutivelmente se remete o leitor interessado, preocupa-nos neste artigo, sumário, apontar algumas linhas de investigação que cumpre à historiografia empreender. *Das origens à actualidade:* A exemplo do que sucedeu noutras regiões do nosso território não custa creditar a uma ambiência profundamente romanizada a penetração célere do cristianismo, que exigiria da parte dos responsáveis atenção actuante para com as comunidades que se formavam. É sintomático que os vestígios paleocristãos, nunca até hoje abordados de modo particular e englobante no que se refere a esta região, surjam associados predominantemente a locais de inequívoca romanização. Lendárias parecem ser as figuras de prelados anteriores a Sardinário (572), justamente o primeiro bispo documentado para a sede lamecense, como é o caso de Severo, Tibúrcio, Ilderico, etc. A historiografia hodierna tem como adquirida a origem martiniana da diocese de Lamego. O facto das actas do Concílio de Braga de 572 carrearem a firma de Sardinário, como regente da cátedra lamecense, ausente no concílio de 561, tem levado os diversos autores a referirem a São Martinho de Dume, no âmbito da reorganização da Igreja sueva, decidida em 569, a criação desta circunscrição eclesial a sul do Douro. Com a devida vénia, não se nos afigura apodítico que assim seja. De facto, mais significativo que uma «ausência», que jamais poderá conhecer explicação fundamentada, é ter em conta que, desmembrada da diocese de Viseu, integrando a metrópole de Mérida, constituindo território próprio do antigo *conventus scalabitanus*, Lamego só pode emergir à luz do movimento próprio desta ampla circunscrição, cuja repartição em dioceses mais pequenas se nos afigura bem mais precoce que idêntico movimento patrocinado por São Martinho para o território bracarense. Parece-nos, de facto, que a presença de Sardinário no Concílio de Braga não se reporta a um acto organizador soprado de Braga, mas acolhido pela metrópole da Galécia, quando toda esta região a sul do Douro reconhece e se integra face à autoridade dos reis suevos, em detrimento do percurso próprio no âmbito da província da *Lusitania*. O *Parochiale suevum*, à época de São Martinho, dá a Lamego seis paróquias, que, enquanto entidades constitutivas do tecido diocesano, têm de entender-se de modo bem diverso do actual: *Lamecum*, *Tuentica*, *Arauoca*, *Cantabriano*, *Omina*, *Camianos*. Recuperado para a crítica por Pierre David, devem-se, no entanto, a A. de Almeida Fernandes os maiores esforços de identificação dos seus *nomina*, tarefa que não é fácil e por isso continua em aberto. O *Parochiale* põe todavia outras questões, para além da identificação dos *nomina*. É comum opor-se ao grande número de paróquias a norte do Douro (Braga, com Tui e Portucale) um número muito mais rarefeito a sul, assim se concluindo na «superior» organização daquela cristandade. Todavia, esquece-se o elementar, que as seis paróquias de Lamego (e o mesmo se passa nas restantes) têm de ser referidas ao espaço diocesano que efectivam, o que não está feito. Na verdade, uma das questões insuficientemente reflectidas, pelo menos, é a do território lamecense, que está longe de comungar por inteiro com o espaço hodierno. Razões que não podemos aqui avançar, pois que não as temos devidamente reflectidas, permitem-nos supor, para esta época, uma dimensão bem mais restrita, que os limites tidos por certos, sobretudo no que se refere à parte oriental. O *Provinciale visigothicum*, outro documento de grande interesse, já para a centúria VII, dá como limites a esta diocese «de Sorta usque Petram,



Fonte: Anuário Católico de Portugal, *1995-1998*.

de Tara usque Artosam». O documento quase só tem merecido a atenção e o esforço de Almeida Fernandes, cujas propostas, por mais discutíveis, continuam, no entanto, sem grandes alternativas. No que se refere à diocese de Lamego, a sua interpretação, tanto para os dados do *Parochiale* como para os do *Provinciale*, algo diverge da de P. M. Albuquerque, não sendo possível optar por qualquer solução sem profundo estudo do problema, que não cabe aqui fazer-se. A precaridade da solução encontrada ao tempo dos Suevos, com ou sem Martinho de Dume, pouco importa aqui, está bem patente na reclamação do metropolita da Lusitânia, Orôncio, em 650, e na posterior reintegração de Lamego e sedes vizinhas a sul do Douro na igreja metropolitana de origem, como já sucede no II Concílio de Mérida, em 666. Ocupam a sede diocesana, desde Sardinário, os bispos Filipe (589), Profuturo (633, 638), Vitarico (646), Filimiro (653), Teodisclo (666), Gundulfo (681, 683), Fiôncio (688, 693), documentados pela firma de actas conciliares do antigo reino visigodo. Com a invasão árabe dá-se a desorganização das estruturas eclesiais, mas não se perde a memória das antigas sedes, agora prolongada na vigência de bispos titulares, com residência fixa mais a norte, nas terras livres, cujos testemunhos, no entanto, nem sempre se conservaram. Deste período há evidência dos seguintes prelados: Branderico (881, 886), Argimiro (893), Ornato I (916, 920), Pantaleão (922, 935), Ornato II (944, 955), e Jacobo (969, 981). A investida devastadora de Almançor, nos finais do século X, interrompe mais uma vez a série episcopal. Os avanços da Reconquista, que se tornam definitivos para esta região com as campanhas de Fernando Magno, fizeram, no entanto, emergir de novo as antigas igrejas, tidas como um dos melhores símbolos da era visigoda, cuja restauração anima os novos tempos, embora o processo nem sempre se conduza da mesma forma de sede para sede. De facto, se a restauração de Braga se protelou no tempo quando não havia razões sérias para que assim acontecesse, como demonstrou Avelino da Costa, já Lamego vai ter de contar sobretudo com o carácter centralizador que ganha forma em Coimbra, movimento que, no político-administrativo, tem em Sisenando, o alvazil, a figura tutelar. Nem se alegue a dificuldade da insegurança, pois a situação de Coimbra não era, de todo, melhor, quanto a este aspecto, e isso não impediu o seu quase imediato restabelecimento. As tentativas de restauração vinham já do tempo de Fernando Magno, que tomara a cidade de Lamego em 1057, como o testemunha a sua filha Elvira em doação a Vistrário, bispo de Lugo, em 1071, que declara ter o pai morrido naquele desejo, sem o concretizar. D. Sancho II, depois de destronar o seu irmão D. Garcia na Galiza, indigita para bispo de Lamego a D. Pedro, em 1071, tal como fazia em Braga, nesse mesmo ano, com outro Pedro. Todavia, o facto de não subsistirem notícias, por mínimas, da sua actividade em Lamego, apesar de lhe conhecermos a firma em doação de D. Urraca à Sé de Tui, em 13 de Junho de 1071, faz suspeitar que o seu pontificado terá sido efémero, mas não apaga o facto mais significativo: a inequívoca restauração da diocese. Não se conhecem sucessores imediatos até à bula *Apostolicae sedis*, de Pascoal II, datada de 24 de Março de 1101, pela qual encarrega o bispo de Coimbra do governo das igrejas diocesanas de Lamego e Viseu. Não está claro, no entanto, se se trata de iniciativa ou de confirmação, embora susbsistam indícios, nomeadamente em documentação de Arouca e nos fastos da igreja de Viseu, que nos fundamentem a hipótese das letras papais reiterarem uma situação que não é nova. A cura conimbrigense, actuada através de priores, entretanto disputada no que diz respeito a Lamego e conseguida de forma efémera pelo bispo D. Hugo do Porto (1116), vai prolongar-se até D. Afonso Henriques, no tempo que medeia a tomada de Santarém e de Lisboa, ter restituído pastores próprios a estas dioceses. Note-se que, ao contrário do que quase sempre se escreve, não se trata de «restaurar» a diocese, realidade que não se alterou depois do acto de D. Sancho II, mas de dar prelado próprio a uma diocese tutelada. A data da nomeação de bispo residencial por D. Afonso Henriques tem sido discutida, ou quando muito assinalada com errante incerteza, todavia é possível fixá-la entre os dois sucessos apontados, em 1147, pois o pacto do rei com os cruzados tendo em vista a conquista de Lisboa conta com o bispo de Lamego entre as testemunhas e só a recente tomada de Santarém justificaria, pelo que significava de segurança no Entre Douro e Tejo e de incontornável novidade política, que se abdicasse da cura conimbrigense. É primeiro bispo desta fase D. Mendo, criatura do arcebispo D. João Peculiar, que havia sido seu confrade no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. D. Mendo viu-se envolvido nas lutas que Braga teve de travar em quase todo o pontificado de D. João Peculiar, ora com Compostela, ora com Toledo, na disputa acesa dos bispados sufragâneos, nomeadamente Lamego. A posição de indefectível fidelidade à Igreja de Braga do bispo lamecense pode ser averiguada, por exemplo, na defesa que este fez do seu arcebispo no Concílio de Valladolid, em 1155, bem como no imediato acompanhamento de D. João Peculiar a Roma, quando este teve de justificar perante o papa a sua conduta, resultante em clara desautorização do legado pontifício. Após a morte de D. João Peculiar reacende-se a disputa com Santiago de Compostela, tudo resultando numa partilha dos bispados sufragâneos sancionada por Inocêncio III, em 1199, pela qual Lamego ficou adstrita a Compostela. No que se refere a este aspecto, a diocese viu-se continuamente transitada, pois em 1393 passou para Lisboa, recentemente elevada a arcebispado, até que, em 1882, se integrou definitivamente na província bracarense. Também ao nível do seu território sofreu Lamego diversas vicissitudes até bem perto de nós. Já aludimos ao facto de não estar esclarecida a dimensão da diocese ao tempo dos Suevos e dos Visigodos. Dadas as convulsões conhecidas do período da reconquista, e em data não definida, mas depois seguramente de restabelecido o prelado próprio, parte do território da antiga diocese de Calábria terá transitado para Lamego, a que se acrescentará todo a arcediagado de Ribacoa, destutelado de Ciudad Rodrigo, em 1403. Com a criação da diocese de Pinhel, de iniciativa pombalina, este dis-

trito eclesiástico é desanexado de Lamego, passando, com a extinção de Pinhel, a integrar a diocese da Guarda. Na reforma de 1882, Lamego perde, na parte ocidental, as igrejas de Arouca e Castelo de Paiva, adstritas ao Porto, acto que só pode ser considerado evidente atentado à identidade destas comunidades, cuja história se fez sempre na sua relação com Lamego. Ainda em 1882 são integrados em Lamego os concelhos de Alijó, Régua, Santa Marta de Penaguião e Murça, até à criação da diocese de Vila Real, em 1922. Ao contrário do que sucedeu noutras dioceses, apenas tardiamente se procedeu à divisão administrativa, concretizada em quatro visitas ou distritos: Serra, Douro, Entre Côa e Távora e Ribacoa, que Joaquim de Azevedo tributa a D. António de Vasconcelos e Sousa, embora a sua vigência, não esclarecida, seja anterior. A par dos distritos, a centúria de Setecentos assistiria à organização de arciprestados, referidos a espaços mais restritos. Hoje a diocese encontra-se dividida em 14 arciprestados, coincidentes com a realidade autárquica local: Cinfães, Castro Daire, Resende, Lamego, Tarouca, Vila Nova de Paiva, Moimenta da Beira, Armamar, Tabuaço, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Penedono, Meda, Vila Nova de Foz Côa, totalizando 223 paróquias com cerca de 150 000 habitantes. *Governo diocesano:* Quanto ao catálogo episcopal lamecense, de que registámos as referências mais ancianas, *supra*, remetemos o leitor para a entrada episcopológio*, onde se consigna comodamente a sucessão episcopal desta diocese. No que respeita ao governo diocesano, alterado e complexificado no suceder dos tempos, contava, na sua máxima expressão, verificada ao longo do século XVIII, com os mais diversos oficiais, regidos por protocolo específico: provisor, vigário-geral, pelo menos quatro desembargadores, promotor e procurador da mitra, arciprestes, promotor da justiça, meirinho-geral, escrivão da câmara, advogados, inquiridor, distribuidor, contador, nove escrivães do auditório, doze notários do auditório, a que se associavam ainda porteiro da massa, prebendeiro, aljubeiro, solicitador da justiça, porteiros do auditório, notários apostólicos, depositário das dispensas da justiça, depositário-geral, além de diversos outros oficiais menores. Dois institutos avultam na direcção da vida diocesana ao longo dos séculos: os sínodos e as visitações. Dos primeiros ganharam projecção os realizados por D. Manuel de Noronha, em 1561, D. Miguel de Portugal, em 1639, e D. João da Silva Campos Neves, em 1952, devido à publicação das respectivas constituições (1563, 1683, 1954). Mas as referências retrocedem no tempo, como sucede no caso de um provável sínodo ao tempo ainda de D. Mendo, em 1171, e outros em 1194, 1252, 1368, por exemplo. Quanto às visitações fixar-se-iam numa periodicidade de quatro anos, todavia sem absoluta regularidade. O acto revestia-se de profunda solenidade e carreava inequívoco significado, sobretudo pelo que proporcionou de sentido de comunhão, enquanto elo de ligação das comunidades, mesmo as mais isoladas, com a sede diocesana. Da sua vigência restam ainda diversos livros de capítulos, embora em número muito limitado nas actuais existências face ao nível de produção. *Cabido*: As suas origens perdem-se no tempo, mas é certo que já existia aqui organizado em torno da figura dos priores nomeados pelos bispos de Coimbra, anteriormente à nomeação de D. Mendo. A este prelado coube a responsabilidade de reestruturar a diocese, de que é exemplo a repartição dos rendimentos com a mesa capitular, sendo quase certo que o lamecense tenha aqui seguido idêntica iniciativa de D. João Peculiar em Braga, já em 1145, de que nos chegou documento autêntico. Não se conserva o texto do estatuto lamecense, mas subsiste a sua memória na confirmação feita pelo sucessor, em 1188. Relativamente à orgânica e ao funcionamento do cabido conservam-se ainda diversos estatutos, desde o século XIII, que estão longe de constituir articulado extenso ou minucioso. No século XVI era integrado por seis dignidades, além de número variável de simples capitulares: deão, chantre, mestre-escola, arcediago da sé, arcipreste, tesoureiro-mor. Ainda no que diz respeito a regulamentos internos, logo no primeiro quartel de Quinhentos, D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos deu novas determinações, nomeadamente quanto a residência e distribuições. Em 1594 D. António Teles de Meneses, de acordo com o cabido, procedeu à reforma dos estatutos e introduziu-se a figura dos tercenários ou porcionários, com o objectivo de engrandecer a acção litúrgica catedralícia, à custa da divisão de prebendas, entretanto extintas. Nova reforma foi protagonizada em 1647, sobretudo para completa definição das atribuições dos porcionários. O quadro capitular foi discutido longamente desde 1860, sem contudo se resolver a questão. Com a implantação da República, o cabido plurissecular de Lamego viveu momentos de total definhamento, até que, já na década de vinte, ressurge em novo quadro, mas não sem dificuldades. Para dirimir de forma definitiva dúvidas que vinham de longe, D. João da Silva Campos Neves solicitou a intervenção da Santa Sé, que respondeu em 1953, fixando o número de capitulares e as respectivas dignidades, agora reduzidas a quatro: deão, chantre, arcediago e arcipreste. Pesem as notáveis contribuições de Gonçalves da Costa, a história desta instituição diocesana, pode afirmar-se, está ainda por fazer. Conhecer com rigor as pessoas que deram corpo à instituição, averiguar dos textos reguladores, verificar a relação dos capitulares com o prelado, nem sempre fácil, como sucedeu no tempo de D. Martim Afonso Mexia, são vectores que pedem leitura atenta, profunda e sistemática. Um dos capítulos que também se torna premente explorar com método é o da proveniência e repartição das rendas, sendo, como é sabido, que se conhecem dois elencos de fundo, um do século XIV chamado *Leituário da Sé* e outro *Censual da Sé*, da primeira metade do século XVI, que nos dão, todavia, informações parcelares. *Paróquias*: A estruturação da rede paroquial da diocese tem sido pouco estudada. Destaca-se, neste ponto, a investigação de Almeida Fernandes para as paróquias à volta de Lamego, trabalho infelizmente não continuado para a restante área diocesana. Gonçalves da Costa dá as notícias disponíveis de forma fragmentária, o que não permite uma leitura eficaz dos dados disponíveis, sobretudo porque a organização assumida em

Sé de Lamego.

torno dos actuais concelhos é profundamente redutora neste campo. Vamos apenas dar dois exemplos concretos, o primeiro relativo às igrejas em torno de Lamego, segundo a investigação conduzida por A. Fernandes, o segundo quanto a Numão, no concelho de Vila Nova de Foz Côa, sobre o qual debruçámos recentemente a nossa atenção. Almeida Fernandes verificou a deriva fundacional das igrejas do aro de Lamego, sobretudo estendida a partir da igreja catedral e, posteriormente, de Santa Maria de Almacave, embora a sua atenção vá para além destes limites. Tendo em atenção os mais diversos elementos, quer documentais, quer do hagiológio, quer do direito de padroado, o autor concluiu pela antiguidade da estruturação paroquial, mesmo que o seu estatuto tenha sido modificado até atingir o regime de igreja local com território rigorosamente definido. O que se aponta é de grande importância para contraditar a predisposição de certa historiografia em dar como inexistente o que dificilmente se documenta pela diplomática, quase sempre referindo a sucessos do século XII ou posteriores o que teima em declarar movimentos inequivocamente antecedentes. O problema do fraccionamento do território para dar lugar a novas paróquias é de suma importância e tem na filiação, isto é, na rede de paróquias sufragâneas, como lhes chamam as Inquirições de 1258, um dos seus melhores testemunhos da primitiva situação. Quanto a Numão, partimos do foral de Fernão Mendes, dado em 1130, que não refere de qualquer modo a situação eclesial da «cividade», ainda que cite a propósito diverso a *ecclesia*, quando a inclui, ao lado do mercado ou da reunião dos vizinhos, como espaço onde possa ocorrer violência, a ser punida, para assumir que tal omissão só nos parece aceitável num contexto de total normalização. Vale dizer, a situação eclesial não se colocava, pois estava estabelecida de antemão e era conhecida e reconhecida, dispensando atenção, numa palavra, vinha de trás. No que diz respeito ao exercício do padroado falta resposta positiva, mas certamente que não pertencia ao senhor da terra, pois se assim acontecesse a referência seria obrigatória. Datável do século XI ainda se conserva o templo de São Pedro, extramuros do castelo, embora em ruínas, mas suficiente para se considerar um novo fôlego no desenvolvimento da fixação da população, na sequência, aliás, da campanha de Fernando Magno de Leão. O seu padroado devia estar na posse dos próprios povoadores aqui radicados, o que significa ser de sua iniciativa a implantação desse templo e consequente erecção paroquial. Se assim não fora, Fernão Mendes não deixaria de se referir ao padroado da *ecclesia* como seu, o que de facto não acontece. Por outro lado, é nas mãos do concelho de Nu-

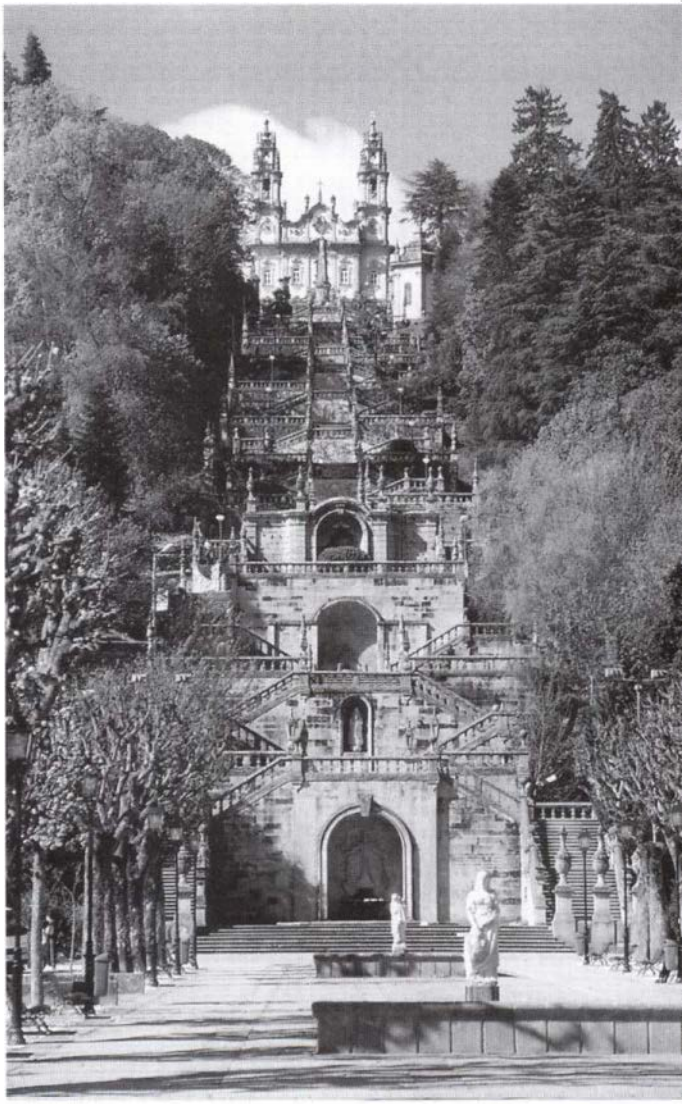
mão que encontramos o seu padroado, quando este é transferido, por acordo do mesmo concelho, para o domínio régio, já nos finais do século XIII. A inserção do templo petrino de Numão no âmbito da definitiva ocupação cristã do território com as campanhas de Fernando Magno de Leão, que culminarão na tomada de Coimbra, em 1064, conhece outros testemunhos materiais a que importa dedicar alguma atenção. Referimo-nos às sepulturas escavadas na rocha, de que a necrópole implantada junto das ruínas de São Pedro, que apresenta mais de duas dezenas de exemplares identificados, é seguramente o caso mais significativo no território numantino, mas não o único. Como se reconhece, esta tipologia de enterramento foi particularmente cultivada entre o século IX e o século XI, vindo a ser abandonada a partir de finais desta centúria. Em Numão há a considerar mais duas necrópoles do mesmo tipo, embora subsistam muito menos exemplares (ou vestígios) de sepulturas: junto à igreja românica de Santa Maria, intramuros do castelo, e no local de implantação da igreja matriz. É possível que os templos que se conservam tenham suplantado estrutura mais anciana, mas não temos elementos que o atestem com segurança. Na vizinhança há ainda notícia de outras necrópoles em Santa Maria da Aldeia Nova, Vila Nova de Foz Côa, que obras recentes de pavimentação encobriram, o mesmo sucedendo em torno da Capela de Nossa Senhora da Conceição, também em Foz Côa. Apresentando características diversas, mas dentro do mesmo contexto cronológico, em parte, há ainda que situar a necrópole do Prazo, em Freixo de Numão, onde se verifica uma ampliação do templo no século X. Ou seja, restam-nos ainda vestígios materiais que apontam para uma rede estruturada desde muito cedo que, no tempo, se complexificará de forma notável até ao reinado de D. Dinis. A multiplicação de ocorrências, num âmbito cronológico bem definido, séculos X a XII, testemunha por si o nível de implantação populacional nesta época, elemento que tem de ser considerado com a devida atenção, dada a escassez de notícias documentais para o mesmo período. Em momento indeterminado, mas possivelmente dentro da década de quarenta do século XII, a exemplo do que acontece em Longroiva, no ano de 1145, o arcebispo de Braga, D. João Peculiar, sagrou uma igreja em Numão, o que concorre para o reconhecimento do crescimento demográfico do território. Uma igreja, das várias igrejas medievais com carácter paroquial de que temos notícia em Numão, sem ser possível uma inequívoca identificação, como é o caso, além da de São Pedro, já referida, da de Santa Maria, intramuros, e ainda São Tiago, São Mamede e São Vicente, cuja implantação se desconhece, mas que se situariam no aro da vila. A enumeração, há ainda que reconhecê-lo, nem sequer esgota a possibilidade de outros terem existido nas mesmas condições. A multiplicação de paróquias na sede do território numantino há-de significar a bem sucedida fixação de população, capaz de garantir a subsistência do culto e dos seus agentes, como o exigiam os cânones conciliares, matéria que se viu renovada no Concílio de Coyança, em 1055, como é sabido. Mas este movimento não se confina à sede do território. Estende-se por todo o seu espaço, numa expansão que ganha contornos de significativo sucesso até ao século XIII, marcado por um dinamismo, neste campo, que não tem qualquer paralelo em tempos posteriores. Este quadro, sumariamente apontado para Numão, vive-se também na vizinhança, em Cedovim, em Vila Nova de Foz Côa, na zona de Longroiva, Meda e Penedono. O cenário, por certo, não será completamente diverso, na mesma época, para as restantes regiões da diocese. O que aqui se regista apenas parece contradizer os dados exauridos nas listas de 1320-1321, que dão apesar de tudo um número restrito do quadro paroquial, que muita documentação da época esclarece e completa. Convém atender ao facto de, na sua maioria, as igrejas taxadas corresponderem a duas situações de capitalidade: ou são abadias, sem qualquer dependência de outras paróquias, ou são matrizes, vale dizer, têm implicitamente associadas as respectivas filiais, que, por serem sufragâneas, não deixam de constituir paróquias (territorialidade definida, lugar de culto com pia baptismal, presbítero, espaço cemiterial). Note-se ainda que a rede paroquial que hoje subsiste, praticamente estabelecida desde o século XVI, tirantes casos raros de constituição posterior, é profundamente diversa da apontada para o período dos séculos XII-XIII. Onde antes havia quatro, cinco ou mais paróquias, como acontece em Numão ou Foz Côa, agora surge apenas uma. Esta mutação, que é profunda, encontra-se globalmente por estudar, embora não sejam alheios a estes sucessos os índices demográficos verificados ao longo da segunda metade do século XIV e primeira metade da centúria seguinte. Outra questão que entra profundamente na história das paróquias prende-se com o direito de padroado, aqui exercido por número variável de entidades ou pessoas, até à sua completa abolição pelas reformas liberais. As melhores páginas dedicadas a este capítulo no que respeita à diocese devem-se a Gonçalves da Costa, sobretudo nos volumes dedicados à época medieval, mas é assunto cuja abordagem sistemática, para a área de Lamego, mais uma vez se encontra por fazer. As listas que o autor apresenta colheu-as num códice da Biblioteca Nacional (Fundo Geral 10601), dos meados do século XVI. Como principais detentores aponta: Coroa, mosteiro de Salzedas, mosteiro de Cárquere, conde de Marialva, cabido, mitra, chantrado, Ordem de Cristo, Ordem do Hospital, mosteiro de Arouca. Note-se que com a extinção da Casa de Marialva parte significativa das igrejas que apresentava passaram para a Universidade de Coimbra (1537) e que as igrejas da Ordem de Cristo pertenciam anteriormente aos Templários, a quem aquela ordem, criatura de D. Dinis, sucedeu. Nem sempre o direito de padroado incluía o da apresentação do respectivo pároco, como acontecia, por exemplo, em Sebadelhe e Mós do Douro, onde, apesar da presença, a este título, da Universidade de Coimbra, competia aos moradores, em eleição assistida pelo juiz-de-fora e escrivão da câmara, proceder à respectiva escolha a votos. Finalmente, uma palavra sucinta sobre transferência de padroados. Foi movimento que conheceu, sobretudo no período medieval, grande dinamismo. Apontamos apenas um

exemplo. Com D. Dinis a Coroa recebeu dos municípios, sobretudo no lado oriental da diocese, como no Entre Távora e Côa, o direito de padroado de inúmeras igrejas, aliás numa dimensão que merece, só por si, devida atenção e leitura. Com D. João I muitas dessas igrejas são entregues à Casa de Marialva, que, uma vez extinta, as faz regressar à Coroa. D. João III não perde tempo a fazer integrar parte significativa no padroado universitário. Outros exemplos podem, nesta linha, ser apontados. O estudo das implicações e da vigência do direito de padroado, no entanto, precisa de renovada atenção, até no que diz respeito ao domínio artístico, pois muitas das obras que permanecem radicam originariamente na sua prática. Relativamente à vida própria das paróquias muito há ainda a esclarecer, embora a perda muito significativa dos livros de visitações nos tenha privado de uma fonte de primordial importância para tal fim. Conserva-se, no entanto, apreciável acervo relativo aos registos paroquiais, cuja utilização no conjunto apenas foi tentada por Gonçalves da Costa. Outro vector quase totalmente desconhecido é o da vida confraternal, aqui muito intensa pelo menos nos séculos XVI a XVIII. De facto, era rara a paróquia que não tinha pelo menos uma irmandade e algumas confrarias. Do muito que há a revelar neste domínio, contentar-nos-emos em ilustrar com duas instituições específicas: a Misericórdia de Lamego, fundada em 1519, cuja acção e âmbito se estendeu muito para além da sede diocesana, e a Irmandade dos Clérigos Pobres do Glorioso Patriarca São Pedro, erecta em 1577. Entre as irmandades mais populares contam-se as do Santíssimo Sacramento, Almas e Nossa Senhora do Rosário. Caso que assume alguma precocidade é a da Irmandade do Coração de Jesus, fundada em 1741 na paróquia de Cedovim, muito antes que esta devoção atingisse expressão nacional a partir do impulso que D. Maria I lhe daria com a construção da Basílica da Estrela, no final de Setecentos.

Vida religiosa: As raizes da vida religiosa na diocese lamecense radicam na distância dos tempos, sendo escassas as referências seguras para épocas mais recuadas. São Pedro de Arouca, com evidência desde 925, é uma das mais antigas instituições monásticas de que se conserva memória clara. Mas não seria a única nesta vasta região, como o deixa supor a nota testamentária de Chamôa Rodrigues, em 960, referida ao território do Entre Távora e Côa, quando destina de modo explícito, embora *in genere* parte do produto da venda dos seus avultados bens aos *monasteria... in ipsa terra*. Quando a reforma de Cister chega a Portugal, entra justamente pelas terras da Beira, implantando algumas das mais importantes casas nesta diocese, como São João de Tarouca, Santa Maria de Salzedas, São Pedro das Águias. Importa que se note que esta implantação, tanto quanto as difusas notícias o permitem entrever, anda profundamente ligada a locais onde anteriormente se desenvolveu a espiritualidade eremítica, entretanto a evoluir para comunidades institucionalizadas sob a

Museu de Lamego (antigo Paço Episcopal).

regra beneditina. Também Arouca, antes com regra beneditina, muda para Cister, ganhando renovada projecção com a rainha Santa Mafalda. Tarouquela, fundada como casa de augustinianos, em data imprecisa, vê-se mudada para monjas beneditinas já no século XIII, sendo por D. João III anexado o mosteiro ao de São Bento da Ave Maria, no Porto, cerca de 1534. Ainda mais acidentado é o percurso da comunidade de Recião, que começa por ser de religiosas, arrastando-se em agonia até à dissolução total no século XV. Depois de vicissitudes várias, acaba por ser instalada aí uma comunidade de lóios, e mesmo esta é transferida em definitivo pelos finais do século XVI para o Convento de Santa Cruz, sobranceiro a Lamego. Provável fundação augustiniana é ainda Cárquere, que no século XVI será entregue aos Jesuítas. De ermida do Paiva sabe-se que anda associado à sua fundação um D. Roberto. Foi a única fundação da ordem premonstratense em Portugal, reduzindo-se a paroquial já no século XV. Desta casa conservam-se duas insígnias prelatícias de grande interesse, hoje no Museu Nacional de Arte Antiga, um báculo e uma mitra, dos séculos XIII-XIV. A chegada dos Franciscanos verifica-se bastante cedo, mas cerca de 1567/1568 a fundação lamecense muda de claustrais para capuchinhos da Custódia de São Francisco. Outra casa célebre na diocese foi o Convento de Santo António de Ferreirim, patrocinado pela Casa de Marialva. Com algum significado devemos ainda registar a fundação franciscana de São João da Pesqueira, com o apoio dos Távoras. A mais célebre casa de clarissas foi o convento das chagas, fundação de D. António Telles de Meneses, no final do século XVI (1588), que se tornaria um dos maiores potentados diocesanos, ainda hoje ilustrado por um espólio de grande valor, conservado maioritariamente no museu local. De outras ordens importa que destaquemos a presença dos Jesuítas, na Lapa, onde se chegou a fundar um colégio, com aulas de Latim e Teologia desde 1714. *Dimensão cultural:* A avaliar pelo interesse pelas letras, cultivado desde muito cedo na sé lamecense, é lícito colocar a hipótese de aqui ter funcionado uma escola catedral, muito embora não haja referências explícitas para tempos recuados. Sabemos, por alguns fragmentos de códices que nos chegaram, que a sé dispunha das obras de referência da espiritualidade medieva, desde Santo Agostinho a Gregório Magno, além de variados comentários bíblicos ou até, num domínio mais prático, de medicina. Os fragmentos que se conservam vão do século X ao XV, com uma concentração significativa nos séculos XII e XIII. Também os testamentos nos dão conta do grande interesse pelo direito, de que existia na biblioteca capitular significativa variedade de obras. O apreço pelo livro fica demonstrado desde cedo, pois a meados do século XII vemos os códices trazidos de França pelo prior Gonçalo a serem disputados pela sé e pelo Mosteiro de São João de Tarouca. Logo na centúria seguinte conserva-se um número significativo de referências a «mestres» em Lamego. Não consta a data da instituição do mestre-escolado na sé, mas o facto de ter sido necessário prover à sua reactivação em 1452 mostra que no entretempo a situação se degradou. Além da formação prestada a partir da sé importa ter consciência que ela se multiplicava nas casas religiosas. Um exemplo paradigmático é o de São João de Tarouca. A este mosteiro se deve a conservação do famoso sermonário de Frei Paio de Coimbra, do século XIII, de que os monges de Tarouca solicitaram cópia a Alcobaça, exemplar que subsiste, integrado na Biblioteca Nacional. Já no século XVI registe-se o empenho de D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos, que fez distribuir por toda a diocese cartilhas para instrução na catequese, segundo dá conta Rui Fernandes, o autor do célebre *tratado* sobre Lamego. D. Manuel de Noronha, atendendo às directrizes de Trento, criou na sé o lugar de leitor de Teologia. Instituiu ainda o Colégio de São Nicolau, tendo em vista a formação do clero, casa que substituiu durante séculos o seminário diocesano, que o concílio tridentino havia solicitado a cada Igreja particular. O seminário propriamente dito só seria edificado nos últimos anos do pontificado de D. João António Binet Píncio. Para tanto, Binet Píncio solicitou de Roma, em 1788, breve de extinção



Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, Lamego.

do Colégio de São Nicolau, cujos bens seriam repartidos entre a nova fundação e a corporação capitular. Em 1800 dotou-se o seminário de estatutos, pelo que a esta data deveria estar pronto a funcionar. Todavia, as convulsões liberais determinariam o seu rápido encerramento, agravado por um incêndio em 1834. D. José de Moura Coutinho, por 1850, tratou de restaurar o seminário, o que foi feito no meio de enormes dificuldades. Não tardaria a sofrer grandes obras de remodelação com o sucessor, D. António da Trindade Pereira de Melo, dadas por findas em 1869, e que seria confiscado pela I República. Reabrir um novo seminário foi a grande tarefa de D. Francisco José Vieira e Brito, desígnio que mobilizou de forma muito significativa toda a diocese, como o testemunham as páginas do *Boletim da Diocese de Lamego*, fundado em 1916 (e extinto com a fundação pelo episcopado português da revista *Lumen*, em 1936). Nesta fase ocupou-se a chamada Casa do Poço, em Lamego, e em 1928 inaugurou-se junto a Resende o que constituiria até aos dias de hoje o seminário menor. Actualmente o seminário maior encontra-se sedeado em edifício feito *a fundamentis*, obra de D. João da Silva Campos Neves, grande impulsionador da vida diocesana nos meados do século XX, inaugurado em 1961. Toda esta problemática conta com recente estudo monográfico de M. Gonçalves da Costa, que dedicou ao assunto as melhores páginas de que dispomos. A diocese, apesar da espoliação do Paço Episcopal, actual museu afecto ao Instituto Português de Museus, conserva um património cultural de inquestionável valor, traduzido nas mais diversas expressões: quanto ao arquivo, destaca-se um núcleo de fragmentos de códices medievais, entre eles um em escrita visigótica, datável do século X, pertencente a um desmembrado códice da liturgia hispânica, muito próximo do celebrado *Antifonário* de Leon. A documentação refere-se a registos paroquiais, instituições pias, serviços centrais, cabido, sé, etc., sendo muito irregular a cobertura temporal. Refira-se que o núcleo mais significativo do arquivo foi incorporado pela I República na Torre do Tombo, incluindo dois códices de suma importância para esta Igreja diocesana: falamos do *Pontifical* e do *Martirológio-Necrológio*, este volume reunindo duas obras distintas. As paróquias conservam ao serviço da liturgia ou já desafectos do culto dezenas de milhares de espécimes, da escultura à ourivesaria, da pintura à paramentaria, talha, vidro, mobiliário, etc., que urge inventariar, embora sejam conhecidos pelo labor da história da arte alguns núcleos mais importantes, como acontece no domínio da pintura, caso dos chamados «Mestres de Ferreirim». Até este momento apenas o arciprestado de Vila Nova de Foz Côa, com 15 paróquias, cumpriu o inventário cultural, com um total de mais de 5000 peças estudadas, desde o século XIII.

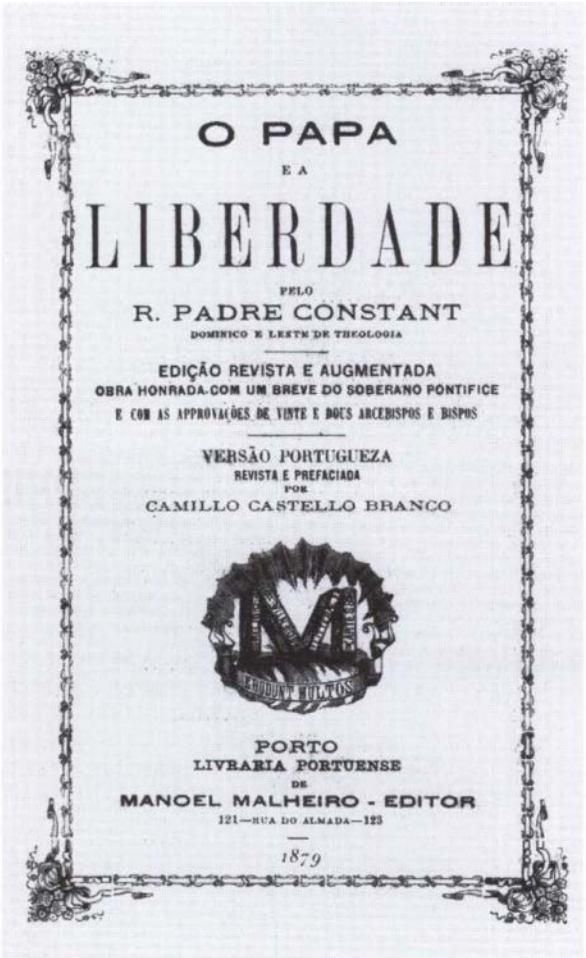
JOÃO SOALHEIRO

BIBLIOGRAFIA (sumária): ALBUQUERQUE, J. Pina Manique e – *Paróquias suevas e balizas visigóticas na diocese de Lamego*. Porto, 1962. ALMEIDA, Fernando de, D. – Arte visigótica em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Nova série: 4 (1962) 5-278. ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Nova ed. por Damião Peres. Porto; Lisboa: Livraria Civilização, 1970-1971. 4 vol. AZEVEDO, Correia de – *Património artístico da região duriense*. Porto, 1972. AZEVEDO, Joaquim de – *Historia ecclesiastica da cidade e bispado de Lamego*. Porto: Typ. do Jornal do Porto, 1877 [1878]. BARROCA, Mário Jorge – Do castelo da Reconquista ao castelo românico (séculos IX a XII). *Portugália*. Porto. 11-12 (1990-1991) 89-136. IDEM – *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. [Lisboa:] FCG; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000. 3 vol. IDEM – A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa do século XII. *Portugália*. Porto. 17-18 (1996-1997) 171-209. BARROS, Henrique da Gama – *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 2.ª ed. dir. por Torquato de Sousa Soares. Lisboa, [s.d.]. BOTELHO, Jacinto Tomás de Carvalho – Notícias sobre as ordens religiosas na diocese de Lamego nos primeiros tempos da nacionalidade. *Beira Alta*. 36 (1977) 145-169. BRANDÃO, Domingos de Pinho – Nicolau Nasoni e a reconstrução da Catedral de Lamego. *Beira Alta*. 36 (1977) 171-200. CAMPOS, Correia de – *Monumentos da antiguidade árabe em Portugal*. Lisboa: ed. do Autor, 1970. COCHERIL, Maur – *Études sur le monachisme en Espagne et en Portugal*. Lisboa, 1966. COELHO, Maria Helena da Cruz – *O mosteiro de Arouca: do século X ao século XIII*. Arouca: Câmara Municipal; Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988. CORREIA, Vergílio – *Artistas de Lamego*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928. IDEM – *Vasco Fernandes, mestre do retábulo da Sé de Lamego*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924. COSTA, António Domingues de Sousa – Bispos de Lamego e de Viseu no século XV. *Itinerarium*. 26 (1980) 54-105, 189-216, 317-373; 27 (1981) 26-62; 29 (1983) 261-305; 30 (1984) 41-139, 213-330, 397-431. COSTA, Avelino de Jesus da – O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga. In CONGRESSO INTERNACIONAL DO IX CENTENÁRIO DA DEDICAÇÃO DA SÉ DE BRAGA – *Actas*. Braga: UCP, 1990, vol. 1, p. 379-454. IDEM – *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*. 2.ª ed. rev. e aum. Braga: Irmandade de São Bento da Porta Aberta, 1997-2000. 2 vol. IDEM – *Estudos de cronologia, diplomática, paleografia e histórico-linguísticos*. Porto: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1992. IDEM – D. João Peculiar co-fundador do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, bispo do Porto e arcebispo de Braga. In *SANTA CRUZ de Coimbra do século XI ao século XX: estudos*. Coimbra: Comissão Executiva do IX Centenário do Nascimento de S. Teotónio, 1984, p. 59-83. COSTA; Avelino de Jesus da; MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Bulário português: Inocêncio III (1198-1216)*. Coimbra: INIC, 1989. COSTA, M. Gonçalves da – *Artistas medievais lamecenses*. Porto, 1973. 6 vol. IDEM – *História do bispado e cidade de Lamego*. Lamego, 1977-1993. IDEM – *Organistas e mestres de capela da Catedral de Lamego*. Viseu, 1976. IDEM – *Paróquias beiraltinas: Penude e Magueija*. Lamego, 1975. IDEM – *Seminário e seminaristas de Lamego*. Lamego, 1990. DAVID, Pierre – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e^ au XII^e^ siècle*. [S.n.,] 1947. DIAS, Augusto – *Lamego do século XVI*. [Lamego:] Edições «Beira Douro», 1947. DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510: aspectos artísticos*. Coimbra: Instituto de História da Arte-FLUC, 1979. DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – *Códices visigóticos en la Monarquia Leonesa*. León, 1983. ERDMANN, Carl – *Papsturkunden in Portugal*. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1927. IDEM – O *papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa*. Coimbra, 1935. FERNANDES, A. de Almeida – *Acção dos cistercienses de Tarouca: as granjas nos séculos XII e XIII*. Guimarães, 1976. IDEM – *Censual da Sé de Lamego (século XVI)*. Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense, 1999. IDEM – *Esparsos de história: sécs. XII e XIII*. Porto, 1970. IDEM – *As origens nas igrejas da diocese lamecense*. Porto, 1963. IDEM – *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*. 2.ª ed. Arouca, 1997. IDEM – *Taraucae Monumenta Historica: 1: Livro das Doações de Tarouca: 1: 1: Documenta: 1: 2: Indices & studia (anthroponimia)*. Braga: Câmara Municipal de Tarouca, 1991-1992. FERREIRA, J. A. Pinto – *Antigo concelho de Freixo de Numão: memórias paroquiais do século XVIII*. Lisboa: Associação Lisbonense de Proprietários, 1974. FERREIRA, J. Augusto – *Fastos episcopais da Igreja Primacial de Braga*. Braga, 1928-1935. FRIAS, Agostinho – Fragmento de missal. In *CRISTO: fonte de esperança*. Porto: Diocese do Porto, 2000, p. 202-203, n. 112. Catálogo da exposição. GAMA, Manuel Fonseca da – *Terras do Alto Paiva*. Lamego, 1940. GARCÍA ÁLVAREZ, R. – El diploma de la restauración de la sede de Tuy por la infanta Urraca: dos problemas que se aclaran. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. 17 (1962) 275-292. GARCÍA Y GARCÍA, Antonio – Concilios y sinodos en el ordenamiento jurídico del Reino de León. In *EL REINO de León en la Alta Edad Media: 1: Cortes, Concilios y Fueros*. León, 1988, p. 353-494. GOMES, J. Pinharanda – *História da diocese da Guarda*. [Braga:] ed. do Autor, 1981. GOMES, Paulo Dordio – O povoamento medieval em Trás-os-Montes e no Alto-Douro: Primeiras impressões e hipóteses de trabalho. *Arqueologia Medieval*. Porto. 2 (1993) 171-190. HERCULANO, Alexandre – *História de Portugal desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*. Prefácio e notas críticas de José Mattoso. Lisboa: Livraria Bertrand, 1980-1981. 4 vol. LARANJO, F. J. Cordeiro – Escudos de armas dos bispos de Lamego (1492-1976). *Beira Alta*. 36 (1977) 109-144. Il. LEITUÁRIO da Sé de Lamego. Transc. de Alfredo Pimenta. In MEIRELES, António da Assunção – *Memórias do mosteiro de Pombeiro*. Ed. António Baião. Lisboa: APH, 1942, p. 225-255. *LIVRO da fazenda e rendas da Universidade de Coimbra em 1570*. Pub. A. G. da

Rocha Madahil. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1940. *Livro das igrejas e capelas do padroado dos reis de Portugal: 1574*. Introd. Joaquim Veríssimo Serrão. Paris: FCG; Centro Cultural Português, 1971. *Livro Preto da Sé de Coimbra*. Ed. crítica, texto integral. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999. LOPEZ QUIROGA, Jorge; RODRÍGUEZ LOVELLE, Mónica – Reflexiones sobre la evolución de la organización territorial diocesana y parroquial en el Norte de Portugal (s. IV-VIII). *Revista Portuguesa de História*. 31: 2 (1996) 19-63. MANSILLA, Demetrio – Disputas diocesanas entre Toledo, Braga y Compostela en los siglos XII-XV. *Anthologica Annua*. 3 (1955) 89-143. IDEM – Formación de la metrópoli eclesiástica de Compostela. *Compostellanum*. 16 (1971) 73-124. IDEM – Formación de la provincia bracarense después de la invasión árabe. *Hispania Sacra*. 14 (1961) 5-25. IDEM – Obispados y metrópolis del Occidente peninsular hasta el s. X. In CONGRESSO DE S. FRUCTUOSO – *Actas*. Vol. 2, p. 11-40. MARQUES, Maria Alegria Fernandes – A restauração das dioceses de Entre Douro e Tejo e o litígio Braga-Compostela. In CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES, 2 – *Actas: 5: Sociedade, administração, cultura e Igreja em Portugal no século XII*. [Guimarães:] Câmara Municipal; Universidade do Minho, [1997], p. 51-84. IDEM – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri, 1998. MATTOSO, José – *Identificação de um país: Ensaio sobre as origens de Portugal: 1096-1325: 1: Oposição: 2: Composição*. 5.ª ed. Lisboa: Referência; Editorial Estampa, 1995. IDEM – *Portugal medieval: novas interpretações*. 2.ª ed. Lisboa: INCM, [1992]. IDEM – *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*. 2.ª ed. Lisboa: INCM, [1997]. NASCIMENTO, Aires A. – *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*. Lisboa: Ed. Colibri, 1998. IDEM – Martirológio e obituário da Sé de Lamego. In *CRISTO: fonte de esperança*. Porto: Diocese do Porto, 2000, p. 306-307. Catálogo da exposição. *NOS CONFINS da Idade Média: arte portuguesa, séculos XII-XV*. Lisboa: IPM; A. Coelho Dias, 1992. Catálogo da exposição. OLIVEIRA, Miguel de – Origens da Ordem de Cister em Portugal. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. 5 (1951) 317-353. IDEM – *As paróquias rurais portuguesas: sua origem e formação*. Lisboa: União Gráfica, 1950. IDEM – Os territórios diocesanos. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 1 (1956) 29-50. PÉREZ DE URBEL, Justo – El Antifonario de Léon y su modelo de Beja. *Bracara Augusta*. Braga. 22 (1968) 213-225. IDEM – *Sampiro, su Crónica y la monarquia leonesa en el siglo X*. Madrid, 1952. PINTO, Alexandre Alberto Nogueira, leit., introd. e notas – *Estatutos do Cabido da Santa Sé de Lamego, feitos pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Antonio Telles de Menezes bispo da cidade e bispado de Lamego: Anno de 1594*. Viseu, 1976. REAL, Manuel Luís – A construção cisterciense em Portugal durante a Idade Média. In *ARTE de Cister em Portugal e Galicia*. [S.l.:] Fundación Pedro Barrié de la Maza; FCG, 1998, p. 42-96. RUIZ-ZORRILLA, A. Gonzalez – Sobre la restauración de la diócesis de Braga en 1070. *Hispania Sacra*. 10 (1957) 431-442. SAMPAIO, Alberto – As villas do Norte de Portugal. In IDEM – *Estudos históricos e económicos*. Porto: Ed. Luís de Magalhães, 1923, p. 3-254. SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio – *Despoblacion y repoblación del Valle del Duero*. Buenos Aires, 1966. IDEM – Fuentes para el estudio de las divisiones eclesiásticas visigodas. *Boletin de la Universidad de Santiago de Compostela*. (1930) 29-83. SÁ-NOGUEIRA, Bernardo – O padroado régio dionisino (1279-1321) entre a organização episcopal e a chancelaria régia. In *ARQUEOLOGIA do Estado*. Lisboa, 1989, p. 421-445. SERRA, Pedro da Cunha – Alguns aspectos da toponimia lamecense. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 31 (1986) 11-20. IDEM – *Contribuição topo-antroponímica para o estudo do povoamento no Noroeste Peninsular*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1967. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – Projecção cultural do bispado de Lamego. *Beira Alta*. 36 (1977) 15-38. SOALHEIRO, João – Arciprestado de Vila Nova de Foz Côa, diocese de Lamego: breve ensaio sobre o território e as comunidades eclesiais. In IDEM, coord. – *Foz Côa: Inventário e memória*. Porto: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2000, p. 30-56. TORRE, C. – Limites geográficos de Galicia en los s. IV y V. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. 4 (1949) 367-385. VÁZQUEZ DE PARGA, L. – *La división de Wamba*. Madrid, 1943. VENTURA, Margarida Garcez – *Igreja e poder no século XV: Dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas (1383-1450)*. Lisboa: Edições Colibri, 1997. VICENTE, António Maria Balcão – Domínio e senhorio de Santa Maria de Aguiar: séculos XII e XIII. In CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE SAN BERNARDO E O CISTER EN GALICIA E PORTUGAL – *Actas*. Orense, 1992, vol. 1, p. 563-582. VIGUERA MOLINS, María-Jesús – En torno a Riba Coa y Al-Andalus. In TRATADO DE ALCANICES E A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DAS TERRAS DE RIBA CÔA – *Actas*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 1998, p. 131-152. VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usavam e que hoje regularmente se ignoram [...]*. Ed. crítica de Mário Fiúza. Porto; Lisboa: Livraria Civilização, 1984. 2 vol.

LIBERALISMO. A acepção de liberalismo é ampla na medida em que envolve simultaneamente questões de natureza sociopolítica e económica, assim como também formas de conceber as relações sociais, onde se destacam a liberdade individual, a pertença à sociedade como cidadania e a valorização da iniciativa privada em contraponto com a subordinação colectiva, mais ou menos associada a uma perspectiva holística do Estado. Define-se, numa primeira instância, como a expressão ideológica da génese e afirmação da nova sociedade que surge em consequência da desagregação da sociedade medieval e que determina a passagem do movimento das Luzes (*v.* ILUMINISMO) ao movimento dos povos, definindo novos protagonismos e vínculos sociais. Se emergiu em ruptura com a sociedade de Antigo Regime e se afirmou através dos movimentos revolucionários na transição do século XVIII para o XIX, confrontar-se-á posteriormente com outras correntes ideológicas e revolucionárias, como sejam o socialismo, o anarquismo ou o comunismo. Neste percurso, o liberalismo nunca foi uma realidade homogénea do ponto de vista do seu universo cultural e ideológico, e transportou sempre um leque variável de concretizações políticas e económicas. Por isto mesmo, a sua relação com os universos religiosos apresentou constantemente elementos de convergência e de confronto. Também em Portugal, a afirmação do liberalismo envolveu, desde o início, a problemática religiosa. Em primeiro lugar porque o ideal de regeneração a ele associado, nas suas variadas conotações e implicações, afrontava directamente essa dimensão religiosa, através da qual o Antigo Regime legitimara a sua própria realidade como sacralidade. Uma ordem sacral que se expressava a vários níveis: religião* e Estado; função social do clero; religião e moral social; representações mentais e legitimidades sociopolíticas. Se as Invasões Francesas aceleraram o processo de transferência da sociedade de Antigo Regime para uma sociedade liberal, o processo da instauração do liberalismo foi lento e muito complexo. Considerando que esse processo se desenvolve ao longo dos séculos XIX e XX, vários períodos podem ser referenciados. Num primeiro momento, até meados de Oitocentos, a implantação do liberalismo foi marcada por convulsões sociais e formas de guerra civil, a que se seguiu um período de estabilização do regime monárquico constitucional, com um sistema político rotativo essencialmente bipartidário. Nos finais do século XIX e início do XX, a crise do regime monárquico constitucional foi acompanhada pela radicalização política e ideológica dos sectores que se identificam com o republicanismo, o anarquismo e o socialismo, conduzindo a sociedade portuguesa à ruptura republicana, com a Revolução do 5 de Outubro de 1910. Com a Revolução Nacional de 28 de Maio de 1926, ocorre uma ruptura com o sistema político demo-liberal, passando este a constituir uma referência de contestação e de oposição ao Estado Novo ou até de reformas internas deste. Por último, com a democratização da sociedade portuguesa no pós-25 de Abril de 1974, inaugurou-se novo período da afirmação do liberalismo, em particular nas derradeiras décadas do século XX (*v.* IGREJA E ESTADO. ÉPOCA CONTEMPORÂNEA). *1. Liberalismo e religião*: Reconhecendo a função integradora da religião, o liberalismo não descura o papel

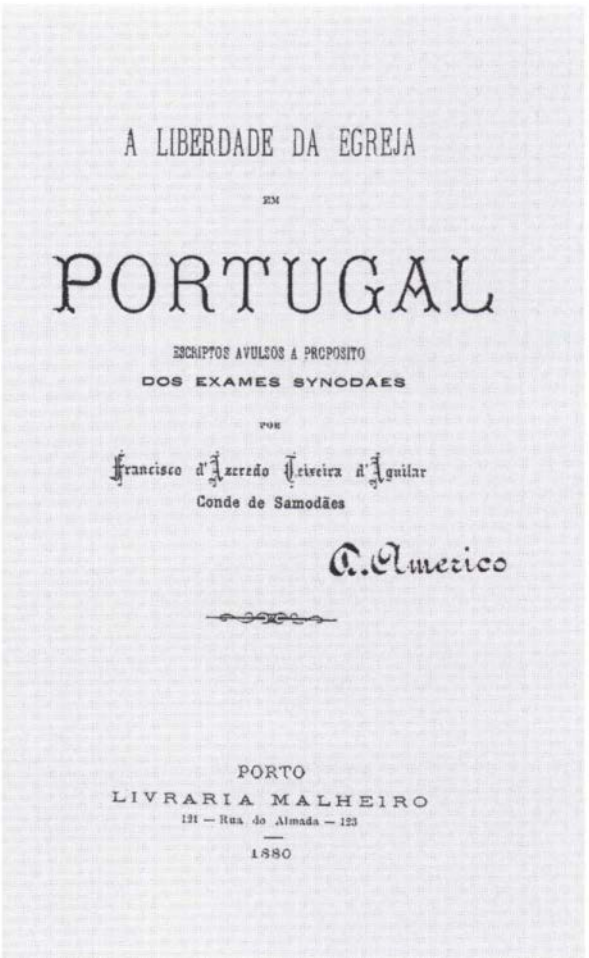
relevante das instituições religiosas, mas tende a centrar a experiência religiosa como expressão da liberdade individual. O leque conceptual e vivencial do liberalismo recolhe diversos níveis de elaboração do religioso, desde a concepção deísta de uma realidade ontológica que suporta e sustenta a ordem do real até à formulação romântica de «génio» que, no interior da existência humana, enforma a realidade (GUSDORF – *Du néant*). Nestas mundividências a natureza surge como instância de revelação do divino, assim como exteriorização da subjectividade e da interioridade da condição humana. Na sua relação com o cristianismo, este desiderato de realização individual implica tanto a perspectiva de uma regeneração da sociedade como da própria experiência religiosa. Assim, no contexto português oitocentista, considera-se necessário reformar a Igreja e regenerá-la, de acordo com um programa que implicava uma desvalorização do clero regular e uma valorização da figura do padre secular, como «cura de almas», orientando espiritualmente a sociedade. As ordens e congregações religiosas* eram encaradas como perturbadoras da ordem social e esvaziadas de qualquer sentido social, conforme o padrão liberal: não produziam e estimulavam a atitude esmoler,


O PAPA
E A
LIBERDADE
PELO
R. PADRE CONSTANT
DOMINICO E LEITOR DE THEOLOGIA
EDIÇÃO REVISTA E AUGMENTADA
OBRA HONRADA COM UM BREVE DO SOBERANO PONTIFICE
E COM AS APPROVAÇÕES DE VINTE E DOUS ARCEBISPOS E BISPOS
VERSÃO PORTUGUEZA
REVISTA E PREFACIADA
POR
CAMILLO CASTELLO BRANCO
PORTO
LIVRARIA PORTUENSE
DE
MANOEL MALHEIRO - EDITOR
121—RUA DO ALMADA—123
1879

Capa de O Papa e a liberdade, *do padre Constant, versão portuguesa de Camilo Castelo Branco, Porto, 1879.*

constituindo mau exemplo em relação ao trabalho tornado valor do homem livre; viviam o celibato, que se entendia como contrário à constituição de família e à realização natural do homem; tinham a obediência como voto religioso, agora desqualificado na medida em que o ideal liberal transferia a natureza das relações sociais da dimensão de súbdito para a de cidadão, isto é, afirmava um entendimento do indivíduo como parte da nação, perspectiva sedimentada pelo patriotismo enquanto referencial da consciência colectiva; e, também, ao serem tomadas como expressões de Igreja não controlada pela autoridade episcopal nacional, as ordens e congregações eram encaradas como formando um Estado dentro do próprio Estado nacional (HORTA – *Liberalismo*). Porém, esta formulação levantaria a problemática da legitimidade e da autonomia religiosas na sociedade, até porque com o advento do liberalismo se deram as primeiras manifestações da presença de protestantismo* e, mais tarde e paulatinamente com a implantação de novas correntes religiosas, se desencadearam debates em torno da existência de uma religião nacional como forma identitária da sociedade. No caso específico do catolicismo, a reivindicação da sua própria liberdade passou assim a estar associada, entre outros aspectos, à legitimidade do congreganismo* religioso. O liberalismo correspondeu a uma nova percepção sobre a relação e a autonomia entre os vínculos religiosos e os contratos sociais, decorrentes da ordem jurídica, nomeadamente constitucional. Por isto mesmo, ao longo da sua história, colocaram-se sempre questões como a evocação ou a explicitação do nome de Deus nas constituições (os níveis de confessionalidade dos vários regimes políticos), a tolerância e a igualdade dos vários cultos ou denominações religiosas, a legitimidade de um estatuto concordatário (*v.* CONCORDATA) conferido à Igreja Católica Romana e a validade de uma legislação sobre liberdade religiosa. Ainda, e neste contexto, foram suscitados permanentes debates sobre o lugar da religião nos diversos níveis da reprodução social, nomeadamente em torno de questões como a educação e o ensino* em geral (CANASTRA – *As origens*; TORGAL – *A revolução*), como também a assistência* social aos seus vários níveis (MARTINS – *Génese*). Por seu lado, os universos religiosos marcantes da contemporaneidade portuguesa sempre lidaram ambiguamente com o liberalismo: a Igreja Católica, na sua hegemonia do espaço religioso, passou da intransigência antiliberal a um processo complexo de *ralliement*, reagindo sempre ao que considera como secularismo (*v.* SECULARIZAÇÃO) ou laicismo (*v.* LAICIDADE); outras correntes religiosas, mesmo convivendo com as mutações sociais e sendo, em parte, expressão delas, denunciam o impacte de formas consumistas que o liberalismo económico assumiu (*v.* ECONOMIA). Mas, de um modo ou de outro, as várias correntes religiosas têm procurado não só conviver como também compor com a sociedade liberal, mais centrada na valorização do indivíduo e da cidadania, sublinhando a problemática da liberdade e da autonomia. *2. Implantação da sociedade liberal:* A fragmentação e o conflito marcaram e condicionaram o emergir do Portugal contem-

porâneo. Se em 1820 a revolução teve inicialmente um núcleo convergente de interesses entre liberais e absolutistas em torno de um ideário regenerador, como que um impulso nacional de regeneração messiânica, cedo se verificou um confronto de influências, acabando por se travar uma guerra civil que determinou a implantação do liberalismo. Nas Cortes, convocadas em 1820, debateram-se problemas de âmbito religioso como a reforma e limitação das congregações religiosas, nomeadamente com a interdição da entrada de noviços nas ordens masculinas; a função dos bispos, manifestando-se tendências para compreender a sua missão como essencialmente nacional em contraponto ao papado, expressando uma eclesiologia cismontana; e a missão e a disciplina do clero paroquial, centrando-se frequentemente a sua abordagem na problemática do celibato. As Cortes solicitaram aos bispos que escrevessem pastorais recomendando e exigindo a adesão ao novo regime. Assim, desde o início, a ruptura liberal teve na questão religiosa um dos aspectos mais importantes para a concretização do seu próprio ideário: abolição dos vínculos; desamortização* da propriedade eclesiástica; supressão das congregações religiosas; abolição do dízimo; tentativa de delimitar a intervenção exterior ao Estado por uma política de beneplácito régio e de provimento dos benefícios eclesiásticos. Nesta política confundiam-se diferentes tendências, de um modo geral preocupadas em realizar as necessárias reformas eclesiásticas, numa perspectiva iluminista da função da religião e da Igreja na sociedade, com um intuito disciplinador e na persistência do regalismo*. Primeiro com a extinção do Tribunal do Santo Ofício a 7 de Abril de 1821 e, depois, com o processo de promulgação da Constituição, em 1822, onde se explicitava ser a «Religião Católica Apostólica Romana» a religião do Estado, tornou-se central o debate em torno de questões como o estatuto do erro em face da verdade (*v.* HETERODOXIA), nomeadamente em função da livre circulação de ideias e de escritos, ou o modo de preservar e reconhecer publicamente os direitos superiores de Deus em face dessa nova legitimidade política, compreendida agora a partir do poder soberano da Nação. Reduzindo-se a autonomia das congregações religiosas, criticadas pelo seu comportamento e diversidade, pelo peso da sua influência e pelo seu poder económico, verificou-se a valorização do clero secular como base de uma Igreja mais articulada com os interesses da soberania nacional, isto é, subordinado ao poder episcopal e garante da função moralizadora atribuída à religião pelas figuras liberais mais significativas nesta primeira fase revolucionária (CASTRO – O poder; HORTA – *Liberalismo*; NETO – *O Estado*). Se de início houve consenso quanto à necessidade de reformas, tendo nelas participado também personalidades significativas do clero, rapidamente surgiram clivagens. Alguns bispos e outras figuras eclesiásticas reagiram, considerando haver prepotência e ilegitimidade do poder político em intervir em assuntos da religião e da Igreja. Por outro lado, a promulgação da constituição liberal em 1822 desencadeou uma reacção absolutista em confronto com as forças liberais, agravada pela questão sucessória, que mesmo a outorga da Carta Constitucional em 1826, enquanto forma de compromisso, não evitou que degenerasse em guerra civil. Este conflito afectou o meio católico, aprofundando divisões político-religiosas já manifestadas, com particular destaque entre os eclesiásticos, sectores da nobreza e das elites locais, tendo-se definido dois campos antagónicos que, simultaneamente, requeriam da religião formas de mobilização, de adesão e de legitimação dessas mesmas correntes. Assim, a guerra civil foi também um período de confronto entre facções do catolicismo: os sectores miguelistas (*v.* TRADICIONALISMO) surgiam associados a um catolicismo exaltado, agiam de forma repressiva contra as inovações e denunciavam a existência de uma cabala dos «pedreiros-livres» contra a religião, a Igreja e a sociedade; os sectores liberais tendiam a radicalizar as atitudes anticongreganistas e cismontanas, particularmente na sequência da actuação de Gregório XVI, em 1831, ao nomear alguns bispos para prover dioceses vacantes, gesto considerado por parte dos chefes liberais como um procedimento ilegítimo. E, de facto, após a vitória do regime liberal em 1834, as relações diplomáticas com a Santa Sé foram interrompidas com esta justificação até 1841. Tal situação afectou enormemente


A LIBERDADE DA EGREJA

EM

PORTUGAL

ESCRIPTOS AVULSOS A PROPOSITO

DOS EXAMES SYNODAES

POR

Francisco d'Ezeredo Teixeira d'Aguilar

Conde de Samodães

O Americo

PORTO

LIVRARIA MALHEIRO

191 — Rua do Almada — 123

1880

Rosto de A liberdade da Egreja em Portugal, *pelo conde de Samodães, Porto, 1880.*

a vida das dioceses, pois o Governo, não reconhecendo os bispos nomeados durante a «usurpação absolutista», fez escolher novos vigários capitulares, gerando-se uma fractura de legitimidade religiosa na organização interna da Igreja Católica (*v.* CISMA) e, simultaneamente, pondo-se em questão as relações de legitimidade entre a política e o religioso. Mas, de um modo ou de outro, as várias facções liberais estavam conscientes de que o prolongamento da ruptura dessas relações enfraquecia externamente os interesses do país, sobretudo no referente às possessões ultramarinas, e dificultava internamente a acalmação da população, maioritariamente rural e em relação à qual a influência eclesiástica permanecia fundamental. Assim, verificou-se uma evolução a partir de 1841, acabando o poder liberal por reconhecer os bispos nomeados anteriormente pela Santa Sé, dando-se um progressivo restabelecimento da vida interna das dioceses; entretanto, em 1843, ocorria a constituição de uma associação de católicos que procurava no terreno social e político defender os interesses da religião (CLEMENTE – *Nas origens*); e, posteriormente, a celebração de uma concordata em 1848 possibilitava a lenta reorganização de seminários*, dando origem à formação de novas gerações de clero. Se as dificuldades económicas do país, agravadas pela guerra civil, nomeadamente os empréstimos externos e a extensão da dívida pública, conduziram Joaquim António de Aguiar a decretar a expropriação dos velhos senhorios laicos e eclesiásticos, e posterior venda dos bens públicos em 18 de Junho de 1834, as consequências daí resultantes fizeram-se sentir de modo profundo na sociedade portuguesa. O poder eclesiástico viu reduzir substancialmente o seu suporte económico, sobretudo de natureza fundiário. Esta transferência de propriedade realizada na sequência da extinção das ordens religiosas masculinas e femininas correspondeu ao triunfo de uma concepção secular do funcionamento da Igreja e à consequente funcionarização do clero*. Apesar disso, o problema da subsistência do clero permanecerá como contencioso durante a Monarquia Constitucional, ficando a Igreja Católica sujeita às vicissitudes da política religiosa dos vários governos liberais. Pretendeu-se assim acabar com as instituições de carácter supranacional, incorporar a riqueza das congregações na restauração liberal do Estado, suprimir os meios mais significativos da Igreja estar presente em certos domínios da vida sociocultural, e tentou-se reduzir todo o tipo de apoio ao absolutismo e ao partido miguelista, através da supressão das congregações e do controlo governamental de nomeação para os benefícios eclesiásticos. A extinção das ordens religiosas reduziu também, e significativamente, as formas tradicionais de relação da Igreja Católica com a população, bem como suprimiu importantes centros da sua produção intelectual. A concórdia tentada entre católicos foi, contudo, realizada sem significativo aprofundamento teológico. O problema de liberdade de consciência, a autonomia do envolvimento político partidário, mesmo se incipiente, introduziu fracturas como a da dupla pertença religiosa e política, isto é, gerou uma progressiva diferenciação interna na sociedade e no catolicismo

Associação Catholica do Porto

A Igreja e a liberdade

Conferencias apologeticas realisadas
:: na Associação Catholica do Porto ::
nos domingos da Quaresma de 1907

:: (Com licença da Auctoridade ecclesiastica) ::

I A Igreja e a liberdade d'investigação scientifica
II A Igreja e a liberdade de consciencia
III A Igreja e a liberdade de critica biblica
IV A Igreja e a Inquisição
V Intolerancia dos inimigos da Igreja. A condemnação illegal de Jesus

Porto • 1907 • •
Typ. Catholica •
Fonseca & Filho
Picaria, 74 • • •

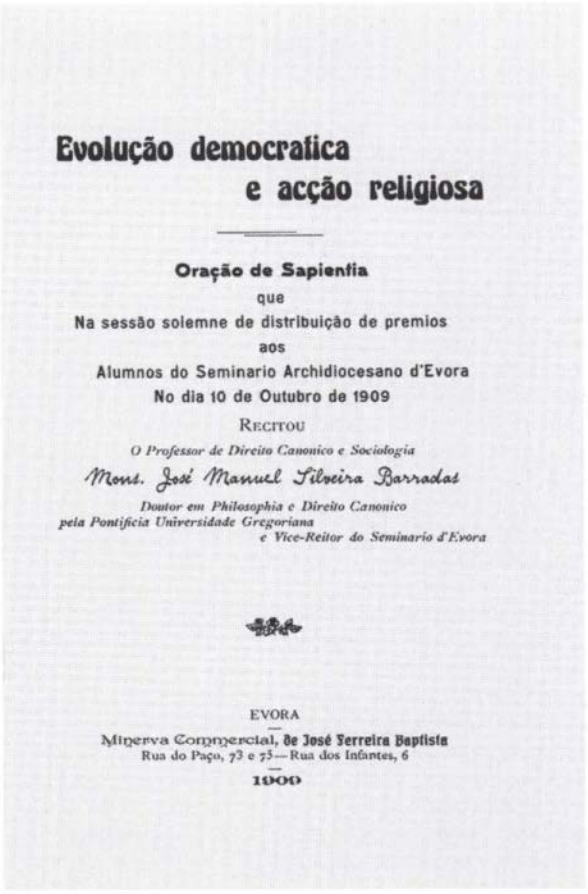
Rosto de A Igreja e a liberdade, *Porto, 1907.*

portugueses. Para populações essencialmente rurais, a religião oferecia segurança e determinava o esteio da tradição em face das alterações que se operavam na sociedade. Assim, no meio católico, o problema da liberdade religiosa apareceu antes de mais como defesa da própria Igreja, enquanto reprodução da sociedade e enquadramento religioso dos laços sociais, como por exemplo ao nível da educação. Se nesta fase de implementação liberal não esteve directamente em causa a religião enquanto tal, o lugar desta na sociedade foi profundamente questionado na sua função e na articulação com o poder político. Se é certo que por parte de figuras gradas da hierarquia católica houve inicialmente níveis de adesão ao projecto de regeneração nacional, mesmo a formas avançadas de liberalismo, estas posições foram também, e simultaneamente, acompanhadas por uma consciência de reacção e perspectiva contra-revolucionária, associada sistematicamente à condenação da Maçonaria*, enquanto recusa de novas sociabilidades e à condenação da liberdade e dos princípios modernos. Este procedimento constituiu-se na formulação de uma reacção que, tornando-se referencial da restauração católica, teve no magistério pontifício oitocentista a sua explicitação doutrinal e programática. *3. Libe-*

ralismo católico e catolicismo liberal: Tanto a guerra civil como a formulação liberal da sociedade portuguesa, nas sucessivas versões do vintismo ou do cartismo, introduziram fracturas no catolicismo português assinaláveis a vários níveis. Em certo sentido, essas fracturas expressaram-se num conflito entre uma velha e uma nova ordem social. Esta nova ordem social tendia a compreender-se e a afirmar-se em contraponto àquela de Antigo Regime, considerada como aristocrática e clerical. Tal conflito potenciou e traduziu uma lenta e constante metamorfose do substracto e dos territórios do universo religioso das populações rurais e urbanas, requerendo novos modos de intervenção da Igreja Católica. Três aspectos a considerar sobre o impacte deste processo no catolicismo português do século XIX, e mesmo no do XX: as relações da Igreja-Estado nas suas rupturas e continuidades; a vida religiosa das populações; a relação entre ser-se católico e ser-se cidadão. A estas exigências internas, outras se colocaram a partir do comportamento e da reacção da Santa Sé em face dos movimentos revolucionários que influíram e determinaram o agir de diferentes sectores de católicos nestes últimos dois séculos. O fraccionamento da sociedade de cristandade, entendida esta como determinada por uma prática e uma obediência religiosas, explicitou uma divisão decorrente do afrontamento político entre absolutistas e liberais, tendo-se afirmado assim uma divisão entre católicos legitimistas e católicos liberais. Em torno do legitimismo católico polarizou-se a reacção contra o liberalismo em geral, e contra o constitucionalismo em particular. Deu-se, assim, a emergência de um catolicismo que se distanciou da evolução e da regeneração enquanto expressões do liberalismo, contrapondo o modernismo*, na sua acepção mais ampla, à tradição. Esta experiência fracturante avivou um diagnóstico e uma consciência de descristianização progressiva da sociedade portuguesa, quer pelos sectores legitimistas, quer pelos sectores liberais que se afirmavam como católicos ou que, simplesmente, reconheciam no catolicismo o esteio fundamental da ordem social. Se a implementação do liberalismo sociopolítico e económico encontrou resistências em certos sectores da população, especialmente rural, em determinadas circunstâncias essas atitudes de resistência exprimiram-se também em níveis de conflituosidade religiosa, como ocorreu no contexto da revolta da Maria da Fonte em 1846. A Igreja Católica, na instância da sua autoridade eclesiástica, oscilou entre um comportamento de resistência legitimista e uma busca de pacificação com o Estado liberal, onde ocupava, pela lei constitucional e na prática, uma função legitimadora da ordem social. Pode considerar-se que os vários sectores católicos se reviam ou num legitimismo católico que se expressava progressivamente como intransigência, ou num liberalismo que se pretendia não só compatível mas se apresentava como a realização adequada da doutrina cristã. José Feliciano de Castilho traduzira Lammenais em 1836 (SÁ – *A crise*) e o jovem jornalista, e futuro parlamentar católico, José Maria do Cazal Ribeiro escreveu em 1848 o opúsculo *O soldado e o povo*, no qual preconizava a união de todos sob a bandeira evangélica «da liberdade, igualdade e da fraternidade» (RIBEIRO – *Portugal*), expressivo de um catolicismo que encarava a relação entre liberdade e caridade como o autêntico programa de regeneração social, identificando-o com o de recristianização. Por um lado, a primeira geração liberal reconhecia, genericamente, a religião como factor de aglutinação social; por outro lado, quer os legitimistas quer os liberais buscaram a validação das suas posições na religião, procurando, de forma propagandística, compatibilizar esses posicionamento e o religioso. Porém, nos meios católicos, em reacção a esse afrontamento surgiu embrionariamente um desiderato de união desejável. O impulso desta consciência explica o aparecimento da Sociedade Católica* Promotora da Moral Evangélica do Reino, em 1843, com o objectivo de desenvolver missões internas e no ultramar a fim de reavivar a vivência do cristianismo; tendo prolongado a sua actividade até aos princípios dos anos 50, esta sociedade provocou, contudo, alguma resistência e desconfiança entre responsáveis da Igreja e nalguns sectores do meio católico, nomeadamente porque, ao nível do religioso, indiciava um novo tipo de protagonismo que, nem se confinava ao eclesiástico, nem decorria do poder político, mas emanava de católicos agindo em nome da própria religião e tomando-a como referência reformadora da sociedade e da Igreja (CLEMENTE – *Nas origens*). Estes vários impulsos de actuação católica geraram filões de apologética* e traduziram-se em múltiplos títulos de imprensa*. Se desde 1790 o terreno católico contava com a intransigente condenação pontifícia sobre aspectos importantes do liberalismo, em particular da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, e apesar da política concordatária formulada posteriormente, outros elementos intervieram para dirimir contornos do posicionamento católico contemporâneo (ALBERIGO – Dal bastone). A 15 de Agosto de 1832, na encíclica *Mirari Vos*, Gregório XVI condena o indiferentismo religioso, denunciando o que dele resultava como liberdade de consciência, como a separação entre o poder civil e a religião ou como a liberdade de imprensa, consideradas como ruinosas para o Estado e a Igreja. O impacte deste pensamento pontifício acentuou a factura política no seio do catolicismo, agora acrescida de duas vertentes opostas, já anteriormente referidas: o cismontanismo e o ultramontanismo. Apesar do Estado liberal português se apresentar constitucionalmente católico e de se ter dado uma certa funcionarização do clero, as posições pontifícias provocaram fracturas internas nos meios católicos e tiveram consequências no terreno do combate político. Tal situação tornou-se ainda mais evidente durante o pontificado de Pio IX, em momentos como a proclamação do dogma da Imaculada Conceição (1853), a promulgação da encíclica *Quanta Cura* e a declaração doutrinal *Syllabus errorum* (1864) e, posteriormente, com a definição dogmática referente à infalibilidade papal (1869) no contexto da realização do I Concílio do Vaticano. Se a autoridade pontifícia reduzia assim o espaço de intervenção católica na sociedade liberal, por outro lado definia um posicionamento dentro de um quadro

de intransigência contra o indiferentismo e o naturalismo, considerados como «ímpio e absurdo» (AUBERT – La liberté; L'enseignement). Neste contexto e neste sentido, liberais católicos em Portugal são minoritários, não chegando a constituir-se em tendência nem a organizar-se de um modo consistente, ainda que tenham surgido críticas opondo o antigo e autêntico catolicismo ao novo considerado ultramontano, jesuítico e congreganista, na sequência da actuação do papado e das decisões do concílio. O caso mais expressivo e paradigmático corresponde à acção e reflexão de Alexandre Herculano – o qual já em 1850 se envolvera em polémica acerca da vocação providencial das origens da nacionalidade – e que, a propósito da questão das Irmãs da Caridade (1857-1862), denuncia o congreganismo como a base desse outro catolicismo antiliberal. Porém, a maioria dos protagonistas do catolicismo português da segunda metade de Oitocentos, e apesar das suas fracturas políticas entre legitimistas e liberais, tenderam a desenvolver um comportamento de duplo acatamento: da autoridade pontifícia e do poder político liberal. Assim, pode considerar-se que, se houve um liberalismo católico, convicto de que a Igreja Católica romana constituía o referencial identitário e o suporte moral da nação e dos seus interesses ultramarinos mas simultaneamente defensor de um regalismo corporizando o seu cismontanismo, e que encara o catolicismo como a religião cívica, houve sobretudo um catolicismo liberal que, acatando os princípios pontifícios mas destacando o *ethos* nacional como católico, reelaborou na questão política e social o seu modo de agir. Fazendo da questão religiosa um combate pela liberdade da religião e da Igreja, corporizada antes de mais nessa relação com o Papa e na valorização das congregações religiosas enquanto expressões da sua própria liberdade, este catolicismo teve nos cultos mariano e eucarístico os seus elementos orgânicos de religião do povo e de uma cultualidade definidora da sua especificidade, nomeadamente em relação ao proselitismo protestante que despontava nessa época. *4. Questão política, questão social e questão religiosa*: A Monarquia Constitucional tanto na sua implementação como na sua consolidação com a Regeneração, ou mesmo na fase finissecular do rotativismo, teve sempre entre o seu pessoal político figuras relevantes do meio católico. Tal presença decorria da intervenção de homens que faziam da sua carreira política, parlamentar ou ministerial, ou ainda através de diversas formas de poder local e de associativismo ou através de cargos no funcionalismo público, não só um empenhamento pessoal ou partidário mas aureolavam as suas convicções confessionais como figuração da intervenção católica na política. Este facto constituiu, em determinados momentos, aspecto importante de luta político-partidária. A questão congreganista, a actividade missionária em territórios coloniais, o casamento civil (1865-1867), a sustentação do clero, as nomeações eclesiásticas, foram algumas dessas áreas onde as políticas das várias correntes liberais divergiram, permitindo perceber o peso político dos caciques eleitorais e o papel neles desempenhados por figuras do clero e de outras personalidades católicas; mas, tal situação atestava também a subordinação em que a Igreja Católica se encontrava em face do regime e das suas componentes partidárias. Com efeito, as origens dos partidos políticos em Portugal estão directamente ligadas à implantação do liberalismo, consubstanciando vectores ideológicos e expressando práticas parlamentares e eleitorais. Nesse processo de institucionalização dos partidos políticos intervieram diversas sociabilidades que, a certos níveis, se tornaram concorrenciais, nomeadamente entre a Maçonaria e a Igreja Católica. Apesar da intransigência católica em face do maçonismo, numa fase de menor radicalização este integrou personalidades católicas (CLEMENTE – Maçonaria), enquanto expressão dessa sociabilidade política decorrente do liberalismo e do respectivo envolvimento na vida político-governativa, na medida em que a estruturação da sociedade liberal, além de representar uma nova regulação jurídica da actividade política e económica, exigia também formação política, cultural e ideológica dos cidadãos. Porque havia a necessidade de dar corpo a novas práticas sociais e simbólicas, de expressar uma nova cultura, de debater os contornos da cidadania, personalidades católicas intervieram também como ideólogos e governantes na reforma da instrução pública – como, por exemplo, D. António da Costa – ou, mais tarde, nas reformas do sistema penal e prisional – Jerónimo Pimentel ou Alexandre Pinheiro Torres. O período designado como Regeneração, iniciado no princípio da década de 50 de Oitocentos, correspondeu à instauração de um sistema bipartidário, que se foi reformulando e foi acentuando novas divisões políticas também entre os católicos, já não só entre legitimistas e liberais mas decorrentes da recomposição partidária e de conivências entre sectores diversificados do próprio terreno político-ideológico liberal. Centrada na valorização do indivíduo, a afirmação da sociedade liberal desencadeara a necessidade de reelaboração da identificação social e da identidade individual, muitas vezes formuladas através de perspectivas religiosas fora da ortodoxia* ou anti-religiosas. Por seu lado, a Igreja Católica tendia a entender-se como totalizadora da realidade social, encontrando-se confrontada por outros níveis e elementos de integração social, não só os que decorriam da função legítima e legal do Estado, mas da multiplicidade de redes, de influências e de organizações desenvolvidas a partir desse universo político-partidário. Em torno de 1856 acentuou-se uma atmosfera anticlerical (*v.* ANTICLERICALISMO) concomitante com o desenvolvimento de uma nova consciência católica, processo decorrente quer das negociações entre o governo português e a Santa Sé sobre missionação (1858), quer da problemática congreganista suscitada nomeadamente pela questão das Irmãs da Caridade. Para a Igreja Católica as congregações religiosas representavam, não só importantes mediações de actuação na sociedade ao nível da cultura e do ensino, da assistência e da reprodução de formas de religiosidade, mas sobretudo a expressão da sua própria liberdade, isto é, a definição da sua autonomia em face do Estado. A liberdade religiosa como o problema da autonomia e liberdade da Igreja

era, neste contexto, equacionada como a afirmação socialmente vinculativa da verdade católica e da liberdade da Igreja Católica em face do Estado, isto é, daquela poder ensinar, criar associações, promover a vida religiosa, de influenciar a sociedade. Neste contexto, apesar das reservas pontifícias, teve eco significativo a célebre afirmação do conde de Montalambert no Congresso de Malines em 1864: «Uma Igreja livre num Estado livre», princípio celebrado como formulação do catolicismo liberal. Esta percepção, contudo, condicionava a amplitude da liberdade do Estado àquela que era possibilitada à própria Igreja, portanto correspondente a uma posição refractária do regalismo herdado e desenvolvido pela Monarquia Constitucional. Mas, se existia esta sensibilidade católica, a confessionalidade do Estado aparecia como natural e desejável pela Igreja. Esta ambivalência gerou e potenciou uma progressiva radicalização liberal em torno da questão religiosa. Por outro lado, a emergência de novas realidades sociais como a classe operária, as novas elites intelectuais, a disputa eleitoral do poder político, o debate em torno do valor histórico e cultural das verdades cristãs constituíram também níveis de secularização das consciências, gerando um ambiente anticlerical com impacte entre as elites urbanas, académicas e políticas, ou entre o proletariado nascente. Desde os anos 50 que ocorrera um aumento da capacidade industrial, uma maior circulação de pessoal e de mercadorias como consequência do incremento dos transportes e das vias de comunicação. Estas transformações materiais e económicas foram acompanhadas também por um aumento demográfico. E, neste contexto, o movimento operário português teve, em particular a partir da década de 70, um desenvolvimento gerador de um ambiente de agitação social, diverso daquele das lutas civis entre absolutistas e liberais, ou entre facções militares e partidárias liberais. Esta dinâmica correspondia a novas transformações sociais, marcadas pela progressiva industrialização, com impacte no mundo rural, mas sobretudo pelo desenvolvimento de novos núcleos urbanos e industriais, a que se juntou a acção e a propaganda de uma nova geração de intelectuais, normalmente referenciados à realização das Conferências do Casino (1871) e, posteriormente, à constituição do Partido Operário Socialista em 1875 ou do Partido Republicano em 1876. Nestas correntes ideológicas confluíam novas referências ideológicas, desde as várias perspectivas de socialismo ao liberalismo radical, herdando o reformismo liberal, o positivismo e o agnosticismo*, onde o anticlericalismo surgia como elemento catalizador. Tal situação prolongou-se pelos anos 80 e 90, que conheceu também redobrada agitação político-social e ideológica a partir do Ultimato inglês, em Janeiro de 1890, e da primeira tentativa revolucionária republicana na cidade do Porto, a 31 de Janeiro de 1891. Os impasses governativos corporizados na crise do rotativismo e a agudização da agitação republicana e operária tiveram momentos fundamentais de conflito e de fractura nesta fase finissecular do liberalismo monárquico, percepcionada como tempo de decadência. Do desenlace desta conjuntura resultou o regicídio, a 1 de Fevereiro de 1908, e o fim da



Evolução democratica
e acção religiosa

Oração de Sapientia
que
Na sessão solemne de distribuição de premios
aos
Alumnos do Seminario Archidiocesano d'Evora
No dia 10 de Outubro de 1909

RECITOU

O Professor de Direito Canonico e Sociologia

Mons. José Manuel Silveira Barradas

Doutor em Philosophia e Direito Canonico
pela Pontificia Universidade Gregoriana
e Vice-Reitor do Seminario d'Evora

EVORA

Minerva Commercial, de José Ferreira Baptista
Rua do Paço, 73 e 75—Rua dos Infantes, 6

1909

Rosto de Evolução democratica e acção religiosa, *de monsenhor José Manuel Silveira Barradas, Évora, 1909.*

Monarquia Constitucional, a 5 de Outubro de 1910. Em todo este processo, com implicações no terreno do religioso em geral, e em especial entre diversos sectores católicos, desenvolveram-se novas formas de organização e perspectivas doutrinais de participação. Estas iniciativas, envolvendo figuras eclesiásticas e de leigos, corresponderam à reacção do próprio catolicismo em torno do qual se tinham centrado muitas destas disputas ideológicas e político-institucionais. Com a propaganda, que denunciava a religião e a Igreja como sustentáculos do regime e como factor do «atraso, ignorância e obscurantismo», o liberalismo na sua radicalização acabou por definir e integrar também um programa de reformas conducentes a que a influência da religião e da Igreja Católica fosse reduzida. Contudo, este processo também foi fautor de uma recomposição do catolicismo dentro da própria sociedade liberal, através de uma cultura militante, interveniente na luta social e política, reivindicando autoridade e legitimidade de presença pública dos católicos. Estes objectivos constituem a motivação central das primeiras associações católicas, procurando novas formas de intervenção por parte da Igreja na sociedade, como tentativa de convergência dos católicos para além das suas fracturas político-ideológicas. Foi, sobretudo, a partir da conjuntura dos anos 70 anteriormente referida, amplificada pela «horrível Comuna» e pela «questão

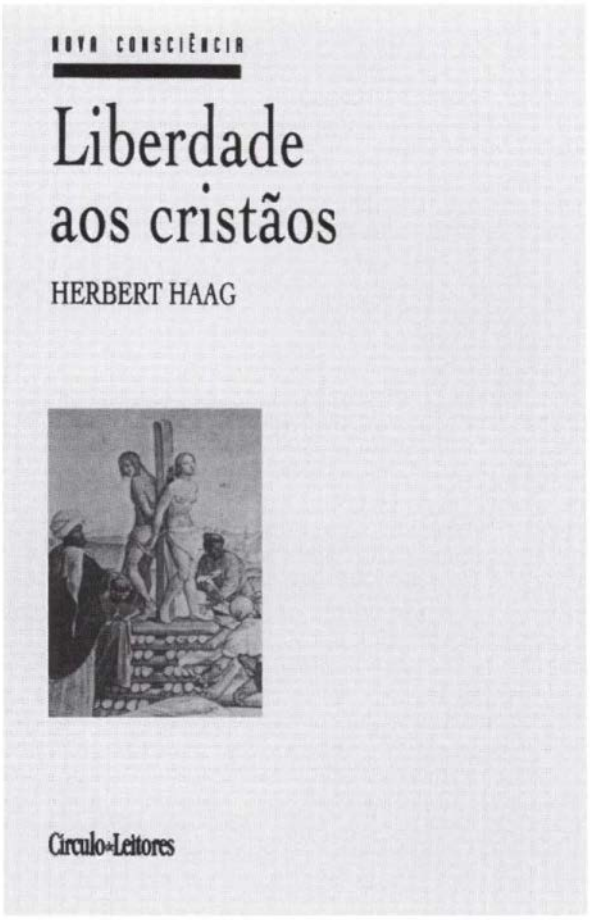
romana», que esse movimento social católico se afirmou e desenvolveu, como que procurando uma progressiva autonomização da questão religiosa em relação ao legitimismo político e a um liberalismo católico de raiz regalista e cismontana. Apesar da peso da ruralidade do país, e por conseguinte do próprio catolicismo, esse activismo católico teve maior ênfase nos meios urbanos e contribuiu para uma deslocação da questão religiosa e da questão política para o campo do social. Uma iniciativa marcante deste processo ocorreu com a realização, no Porto, da Assembleia dos Oradores e Escritores Católicos, entre 27 de Dezembro de 1871 e 5 de Janeiro de 1872, que se considera o primeiro congresso católico português (*v.* CONGRESSOS CATÓLICOS), e a partir do qual se organizou a Associação Católica do Porto. No âmbito desta iniciou-se, em 1872, a publicação do jornal *A Palavra*, de grande influência no meio católico, assumindo-se, de certo modo, como referência para o desenvolvimento desse movimento e dessa consciência militante. Apesar da realidade social e económica portuguesa apresentar, na época, um menor desenvolvimento socioeconómico quando comparado com outros países católicos, constituíram-se associações e publicaram-se jornais procurando responder à necessidade de cristianização entre os sectores populares, particularmente operário. Este incremento do movimento católico a partir dos finais dos anos 70, resultou da conjugação da situação interna do país e da chegada ao sólio pontifício de Leão XIII. As intervenções leoninas caracterizaram-se globalmente pela percepção do catolicismo como sistema integral em face da sociedade liberal, pelo constante apelo à união dos católicos, por uma política de *ralliement* pela qual os católicos acatando a legitimidade dos poderes instituídos reivindicavam a liberdade de se organizarem e de intervirem para defender as leis adequadas aos princípios da religião e da Igreja, bem como pelo desenvolvimento de dinâmica internacional decorrente da centralidade ultramontana. O seu pensamento e as suas orientações doutrinais procuraram recentrar a actuação dos católicos num programa de intervenção e de recristianização das sociedades liberais, consideradas «filhas da Revolução», marcados por dois objectivos: suster a influência e a propaganda irreligiosa na sociedade, e combater a sua expressão – o socialismo – no campo social, tal como foi expresso na encíclica *Quod Apostolici muneris* (1878), passando a compreensão da questão social a ser entendida como a questão católica; isto é, a questão social decorria do facto de se considerar estar a sociedade ameaçada por uma catástrofe tremenda para a qual só o catolicismo poderia constituir autêntico antídoto (NUNES – *Socialismo*). Esta perspectiva do catolicismo integral, de levar a sociedade a reconhecer na religião, e especificamente na religião católica, o seu verdadeiro amparo expressou-se claramente na encíclica *Rerum Novarum* (1891), onde a questão social foi explanada essencialmente como uma crise moral e a religião como a sua verdadeira e única solução. Para o confronto entre o socialismo e catolicismo não se apresentavam soluções intermédias, e para que a religião pudesse desenvolver a sua acção eram necessárias duas condições: a sua liberdade e a protecção do Estado. Já em anos anteriores à publicação desta encíclica, algumas iniciativas tinham sido realizadas com o intuito de mobilizar os católicos para uma intervenção mais significativa na sociedade portuguesa. A carta *Pergrato nobis* de Leão XIII aos bispos portugueses, de 14 de Setembro de 1886, apelara à união dos católicos e advertira ser «pernicioso o erro daqueles que não distinguem bem os negócios sagrados dos civis e [...] fazem servir o nome da religião para patrocinar partidos políticos». Nessa intervenção insistia na necessidade de superar as divisões políticas existentes entre católicos, centrando na valorização da religião católica o fundamento da sua intervenção social. De algum modo, na perspectiva deste apelo, em Abril de 1889 e de 1891 realizam-se dois Congressos Católicos, um no Porto e outro em Braga. Contudo, foi, efectivamente, a partir da publicação da célebre encíclica leonina sobre a questão social e operária que, em Portugal, se desencadeou uma acção mais intensa, culminando em 1898 com a fundação no Porto do primeiro Círculo Católico de Operários. Nesse fervilhar do militantismo católico surgiram outras associações orientadas para a juventude ou para a questão feminina, como o Centro Académico de Democracia Cristã (CADC) em 1901, a Associação Promotora da Instrução Pública em 1902 ou ainda a Juventude Católica Lisbonense em 1908, entre outras. Como elemento divulgador e, de algum modo, integrador desta panóplia de iniciativas, apresenta-se uma rede de imprensa*, a «boa imprensa». Surgiam assim novas formas de aglutinação e novas sinergias que constituíam espaços de formação e de organização dos sectores católicos. Neste processo muitos leigos e clérigos podem ser evocados pelo seu protagonismo, como o conde de Samodães, Manuel Frutuoso da Fonseca, Mendes Lajes, Jerónimo Pimentel, José Maria do Cazal Ribeiro, Henrique de Barros Gomes, os padres Sena de Freitas e Benevenuto de Sousa, Abúndio da Silva, ou Domingos Pinto Coelho, entre outros. A partir de 1906 realizaram-se também anualmente, e até à implantação da República, os Congressos das Agremiações Populares. Tinha assim, paulatinamente, tomado corpo um movimento orgânico, que pretendia ser popular em contraponto à visão liberal da sociedade, como que uma rede de influência, distinta da tradicional territorialidade eclesiástica de enquadramento pastoral. Porém, estas dinâmicas centradas num horizonte de união, com o objectivo de criar a harmonia social, de providenciar por reformas em ordem à pacificação social e de fazer da religião a base da ordem e da legitimidade social, vão suscitar divisões e confrontos entre os seus próprios impulsionadores. A Igreja Católica reapresentava-se no seu modelo totalizante, através do qual procurava enfrentar os efeitos sociais do liberalismo, entendido como gerador do socialismo revolucionário. Esta condenação do liberalismo através das suas consequências sociais baseava-se na rejeição do individualismo, encarado como ideal de vida que se desligava de preocupações altruístas, e na proposta de uma concepção do Estado quase comunitarista, expressa numa visão corporativa da realidade, e na função paternalista deste. Apesar da debilidade do

movimento católico português, a questão social tornara-se assim o terreno comum da mobilização dos católicos para além das suas diferenças políticas, na medida em que a questão operária e, em suma, toda a agitação revolucionária eram encaradas como acelerando o processo de laicização ao qual cabia responder através da religião e da caridade cristãs. Contudo, essas limitações do movimento católico português não resultaram só do modo como o meio católico captava a complexidade da questão social, mas da própria estrutura social e económica do país. A fragilidade do Estado liberal, que se agudizara ao longo da década de 90 e no início do século XX, favorecia, nos meios católicos, uma certa tendência em subordinar essa união em torno da questão social aos ditames do combate político. Se foi neste período que o movimento social católico português se estruturou e se complexificou, verificando-se um entrosamento entre o político e o social, foi também nesse período que a questão da intervenção política dos católicos na sociedade liberal manifestou uma fractura marcante entre o catolicismo político e o catolicismo social*, como variantes distintas da consciência e da acção católicas na sociedade. Importa sublinhar que, neste âmbito, e decorrente do *ralliement* preconizado por Leão XIII em *Au millieu des sollicitudes* (1892), surgira uma tentativa de constituição de um Centro Católico Parlamentar em 1894. Apesar das dificuldades manifestadas nesse projecto de união parlamentar dos católicos, surgiu posteriormente, e no contexto da reivindicação dos direitos católicos, a constituição do Centro Nacionalista em 1901 que, em 1903, deu origem ao Partido Nacionalista (Silva – *O Partido*). Todas estas iniciativas procuravam patentear a capacidade do catolicismo em mobilizar e regenerar o país e, ao mesmo tempo, pretendiam canalizar para essa convergência política o activismo católico existente. Em todo este processo, a problemática da legitimidade deslocara-se, portanto, da questão sobre o tipo de regime para se situar no tipo de reforma social. Contudo, estas múltiplas actividades colocavam o problema da articulação entre si, bem como o da sua expressão pública e política; isto é, a questão da representação política dos católicos, desencadeando o confronto entre várias sensibilidades, nomeadamente em torno da existência de um partido católico e da liberdade católica em relação ao voto. Se, num primeiro momento, houve essencialmente a preocupação de unir os católicos dos diferentes partidos rotativos em ordem à defesa dos interesses e das posições da Igreja, embora com escassos resultados, os interesses e lutas partidárias tornaram difícil uma actuação mais continuada, até pelas divisões verificadas nos partidos liberais. As dúvidas e as disputas instalaram-se em torno da natureza de um partido católico autónomo: este seria capacitado para disputar o poder político em eleições, com um programa fundado nos princípios da doutrina social católica e apelando para uma convergência interparlamentar a fim de levar a cabo as reformas adequadas à continuação do regime político (a Monarquia Constitucional), através de mudanças sociais reformistas; ou, como pugnava uma outra sensibilidade, progressivamente dominante, seria um partido que, utilizando a pertença religiosa como base de apoio e em que a sua proposta eleitoral assentava na afirmação da condição católica dos baptizados expressa no voto, assumindo um confronto com todas as outras forças políticas e tendo o ultramontanismo como ideologia. De qualquer modo, esta tentativa de formação partidária nunca conseguiu uma expressão eleitoral significativa, apesar de pretender subordinar-lhe muitas das energias do movimento social católico. Porém, ambas as sensibilidades se desenvolveram paralelamente, até que em 1908, em plena crise do regime monárquico, os nacionalistas foram acusados de querer controlar todo o dinamismo das várias associações católicas e centros da democracia cristã numa perspectiva de unionismo católico. Esse afrontamento teve a sua expressão mais aguda na polémica entre *A Voz de Santo António*, publicação editada pelos franciscanos de Montariol (Braga) onde foram defendidas perspectivas de democracia cristã, e o *Novo Mensageiro do Coração de Jesus*, ligado à Companhia de Jesus, tendo a Santa Sé decidido o encerramento da publicação minorita em 1909. Não se tratou, todavia, de uma mera disputa entre duas ordens religiosas ou de concorrência entre as respectiva influências sociais através dos seus associados na Ordem Terceira de São Francisco ou no Apostolado da Oração*. Estes acontecimentos reflectiram um confronto entre duas concepções de participação política dos católicos, entre duas concepções opostas sobre a articulação da política com a religião: de um lado, os nacionalistas e, do outro, os democratas cristãos. Se o movimento católico na sua mobilização unira no terreno social católicos diferentemente posicionados ao nível político, não suportava o pluralismo de opções públicas decorrente da valorização da democracia e da tolerância como processo de autonomia possível entre religioso e político, caindo na alçada da suspeita modernista. Na medida em que a sociedade contemporânea se caracteriza, entre outros aspectos, pela afirmação do exercício da cidadania, traduzida no protagonismo cívico e político, introduziu-se uma tensão entre a pertença às Igrejas e o exercício da cidadania, particularmente quando o Estado na afirmação da sua legitimidade e autoridade conflitua com aquelas. Em particular, a Igreja Católica recusa ou resiste a duas situações: a sua funcionarização e a redução da religião à esfera do privado; em ambas está presente a questão da sua autoridade. A questão mais significativa na primeira década de Novecentos exprimiu-se assim em torno do voto católico, enquanto expressão pública do comportamento dos católicos, problema suscitado antes da queda da monarquia. O problema será recorrente durante a Primeira República e durante o Estado Novo, prolongando-se até ao início da década de 70 do século XX. Numa sociedade onde a vontade colectiva se formula através do voto, este divide os católicos, pondo a descoberto não só as diferenças entre Igreja Católica e sociedade, mas entre os próprios católicos. Essas diferenças introduziram questões que foram percebidas como fragilização do próprio meio católico. *5. Democracia e liberdade religiosa*: O século XX iniciou-se, por parte do

Mesa de voto.

catolicismo, com fortes reservas em face da democracia, evoluindo progressivamente para a sua aceitação e valorização, sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial, como balanceamento e, mesmo, contraposição à influência comunista, emergindo no decorrer do *aggiornamento* conciliar um paradigma de diálogo e de pluralismo. Todavia algumas dessas reservas reafirmaram-se no final do século, quer no respeitante às suas consequências no interior catolicismo, quer sobre a adequação dessa forma de regime noutros contextos culturais e continentais. A divisão dos católicos resultaria das diversas práticas em face da questão social e da questão política, agora formulada também como a questão da democracia; todavia, o liberalismo e a democracia permaneceriam suspeitos ao catolicismo intransigente, na medida em que apareciam como anti-religiosos, fautores de relativismo, de indiferença e, portanto, de descristianização. Contudo, na perspectiva do catolicismo integral, a democracia tendia a ser formulada como democracia cristã, no sentido de «cristandade restaurada», cuja ordem social assentava na valorização do povo como realidade holística e encarnacional da vontade de Deus mediada pela Igreja, e não como forma política de concorrência e luta partidária liberal ou revolucionária socialista. Esta posição expressara-se com toda a clareza na desautorização leonina com a encíclica *Graves de communi* de 1901, onde o pontífice restringe as implicações político-partidárias no âmbito da democracia cristã e, portanto, na intervenção política católica. Posteriormente, nomeadamente aquando da Lei de Separação francesa em 1905 e na condenação do modernismo através do decreto *Lamentabili* e da encíclica *Pascendi dominici gregis* de 1907, Pio X considera estar atingido o múnus da Igreja e o cerne do dogma católico pelos «erros da sociedade moderna», na medida em que liberdade e relativismo permanencem associados e contrários à verdade e à autoridade magisterial da Igreja. Em Portugal, foi com a implantação do regime republicano, a 5 de Outubro de 1910, que o liberalismo procurou incentivar e desenvolver uma descristianização militante através de vária legislação, da constituição de um regime de separação entre o Estado e as Igrejas de 1911 e de medidas coercivas da autoridade eclesiástica e respectiva autonomia, medidas que visavam encarnar um ideário radical e de laicização. Perante esta avalanche anticatólica dos primeiros anos da República, as divisões políticas entre católicos ocorreram entre os defensores da monarquia na sua forma de liberalismo constitucional e os católicos sociais que, sem deixarem ser monárquicos, e muitos deles revendo-se na herança do legitimismo político, secundarizavam a questão de regime para acentuar a necessidade da união dos católicos na defesa dos direitos da Igreja Católica. A problemática da separação e da laicidade não foi rejeitada por todos os sectores católicos, na medida em que reconheciam poder a Igreja alcançar maior liberdade se saísse da tutela do Estado através

de uma «autêntica separação». Esta perspectiva, ainda que muito minoritária, considerada como marginal no sentir maioritário do catolicismo português, surgiu no âmbito de catolicismo legitimista, orgânico e social, que tendia a desvalorizar a natureza do regime político através do entendimento leonino de *ralliement*, pugnando por um protagonismo e formas organizativas que a capacitassem para competir com outras forças sociais, políticas e ideológicas. O catolicismo liberal, por outro lado, tendia a considerar a questão monárquica como central. Contudo, foi esta doutrina do *ralliement*, assumida pelos responsáveis hierárquicos nas suas sucessivas pastorais de 1910, de 1911, de 1913 e de 1916, que favoreceu, apesar de algumas polémicas, o progressivo distanciamento da causa monárquica por parte de sectores e lideranças do meio católico. Desde 1913, através do chamado «apelo de Santarém», que o Episcopado apelou à concretização dessa dinamização conducente à constituição de uma União Católica. Com a entrada de Portugal no conflito mundial em 1916, num contexto de agitação social e política interna, proporcionou-se à Igreja Católica o ambiente para surgir e reivindicar como sendo elemento determinante de consciência nacional; e em certos meios republicanos foi também reconhecido como necessário, para a estabilidade do regime republicano, o restabelecimento das boas relações entre a Santa Sé e o Estado português. A conjugação destas múltiplas circunstâncias contribuíram para criar condições aos católicos para se organizarem e participarem na vida política do país. Esta intervenção procurava pautar-se pela disputa eleitoral e pela afirmação programática da união dos católicos como factor moralizador e reformador da sociedade. A constituição, em 1917, do Centro Católico procurou dar corpo a este desiderato, tendo tido em António Lino Neto o seu principal impulsionador. Porém, este posicionamento e estas iniciativas foram fortemente atacadas pelos católicos monárquicos constitucionais que consideravam os seus mentores como «catolaicos». Assim, e apesar do apoio explícito da hierarquia católica, o Centro Católico passou por várias fases, que atestam a diversidade de sensibilidades políticas existentes que o tempo não fizera desaparecer. Entretanto, ao Centro Católico acorriam novas gerações que constituíram o elo entre o unionismo católico, restaurador e de recristianização, e soluções autoritárias de regeneração sociopolítica na variante sidonista e, posteriormente, no desenvolvimento do regime político saído da Revolução Nacional de 28 de Maio de 1926. Com a realização do Concilio Plenário Português* em 1926 e a constituição da Acção Católica Portuguesa* a partir de 1933, em pleno processo de consolidação do regime do Estado Novo, verificou-se de novo a secundarização da intervenção política autónoma dos católicos pela valorização da questão social como instância de mobilização e de recristianização. Este enquadramento revigorou as prioridades estabelecidas pelo reforço da destrinça de campos de intervenção: o político e o social. Se a desvalorização da política de partido, associada ao liberalismo monárquico e republicano, correspondia à sensibilidade e atitude da grande maioria dos católicos, pelo contrário, estes



Capa de Liberdade aos cristãos, *de Herbert Haag, Lisboa, 1998.*

reviam-se na unidade orgânica do Estado Novo. No período do pós-guerra, desenvolveram-se também crescentes tensões entre o regime político e certos sectores católicos que, apesar de minoritários, evidenciaram atitudes de distanciamento. Ainda que diferenciados quanto à sua natureza, alguns factores contribuíram para fazer convergir neste procedimento público de dissensão política vários tipos de católico: uns, defendendo o princípio monárquico, não aceitavam a perpetuação do regime e exigiam outras soluções de participação política; outros expressavam desilusão em relação ao corporativismo existente, porque, não satisfazendo as exigências da doutrina católica, subalternizava a justiça social e a participação operária, nomeadamente no respeitante à legislação laboral e à vida sindical; outros ainda, com uma perspectiva da vida cristã mais espiritual e livre em contraponto com a exuberância pública do catolicismo desses anos, valorizavam a liberdade e o direito de expressão de opinião como exigências políticas. Estas divergências não se expressaram todas da mesma maneira. Umas traduziram-se no aparecimento de católicos no Movimento de Unidade Democrática, aquando das eleições presidenciais de 1946. Outros, através da sua actividade nos organismos da ACP, particularmente operários, tomaram iniciativas que conduziriam ao encerramento, em 1948, do jor-

nal *O Trabalhador* e ao afastamento de alguns dirigentes leigos e assistentes eclesiásticos. São procedimentos que não podem ser só apreciados como fruto da conjuntura, significaram também no interior do catolicismo português a abertura a outros horizontes que, inscrevendo-se em filões de sensibilidades sociorreligiosas anteriores, desenvolveram instâncias refractárias ao ambiente dominante, tornando-se referência e memória de um catolicismo crítico e cívico. Os responsáveis católicos estiveram atentos a esta evolução, tendo, no final dos anos 40, havido auscultações para a constituição de um movimento democrata-cristão. Esta problemática esteve subjacente na reflexão e em intervenções públicas de D. António Ferreira Gomes, suscitando o complexo processo conhecido pelo «caso do bispo do Porto» (MATOS – A campanha). Apesar do regime concordatário estabelecido em 1940, a questão religiosa, entendida também como questão social, suscitou progressivos distanciamentos que conduziram, nos anos 50 e 60, muitos católicos a distintos campos de reformismo e à oposição católica. Pode falar-se de três tipos de comportamento no posicionamento político dos católicos, que se foi afirmando até à mudança de regime em 1974: os católicos de «situação», os reformadores e os de «oposição». Estas variantes têm a ver com a emergência de novas gerações, com as reivindicações de liberdade de participação política e de democratização, com a denúncia da censura e da existência de presos políticos, com a política em face da guerra em África. Correspondendo a três posicionamentos distintos são também níveis de evolução de quadros eclesiais, do clero e dos leigos, decorrente de uma progressiva abertura ao problemas políticos e sociais, através de um recrudescimento de politização motivada pelas intervenções de Pio XII sobre a democracia e, em particular, sobre a democracia cristã em face do perigo comunista no pós-Segunda Guerra Mundial, pela problemática do desenvolvimento suscitada pelos processos de descolonização, pelo *aggiornamento* exaltante decorrente do ambiente conciliar, pelo empenhamento católico em contextos sociopolíticos onde se formulava a dimensão revolucionária do cristianismo. Em Portugal, por reflexo externo, mas também pela evolução do Estado Novo, sobretudo a partir da conjuntura de 1959, verifica-se uma paulatina fractura política, mas que também é religiosa, particularmente no rescaldo do impacte inicial do II Concílio do Vaticano. Essas fracturas foram potenciadas, ao longo da década de 60, pelo incremento do confronto político-partidário resultante das lutas estudantis, da reorganização sindical e das intervenções das organizações da oposição. Este ambiente teve repercussões no interior do regime do Estado Novo e acelerou também um processo de progressiva desafectação ideológica e programática por parte de sectores católicos em relação ao poder político autoritário. Tal dinâmica de divisão, associada a transformações sociais significativas, decorrentes da emigração, da guerra colonial e de uma maior escolarização das novas gerações, contribuiu para extremar posições no seio do catolicismo. Contudo, importa assinalar que no período marcelista (1968-1974) personalidades relevantes dos meios católicos integraram a Ala Liberal, tendo protagonizado importantes debates sobre a liberdade religiosa, a liberdade de expressão, a revisão constitucional e a «questão ultramarina». Foi certamente a questão da guerra colonial que introduziu as rupturas mais profundas no seio do catolicismo português, tornando-se a democratização do país uma exigência para os sectores reformadores mais ou menos ligados à Igreja Católica. Se esta democratização era entendida como reivindicação de liberdade de expressão, como liberdade de debate público e de associação, os modos de a alcançar não eram percepcionados de forma idêntica, muito menos de modo uniforme. Para uns, esse processo deveria decorrer através da evolução das instituições, por uma via reformista e a partir de dentro do sistema; para outros, aos católicos competiria solidarizarem-se e cooperarem com as forças que defendiam uma luta revolucionária a partir do exterior do regime. Foi neste ambiente de tensão interna que, a partir do marco e dos limites da doutrina social católica, o episcopado português, em pastoral colectiva de 4 de Maio de 1973, reconheceu a legitimidade do pluralismo político entre os católicos; isto é, os bispos apelavam à intervenção legal dos católicos, mas reconheciam a existência e a legitimidade de diferentes posições sobre os assuntos da vida nacional de que decorria o reconhecimento da necessidade de debate público e da liberdade de organização sociopolítica. Com maiores ou menores tensões internas, esta posição de pluralismo político tornou-se prática assumida e valorizada pela ambiência católica na conjuntura revolucionária de 1974 e no processo de consolidação da democracia política no país (FERREIRA – Catolicismo). Paulatinamente, os meios católicos foram convivendo e integrando os diversos níveis da vivência democrática, quer na participação eleitoral, quer exercendo níveis de responsabilidade sociopolítica de natureza partidária, governativa, sindical ou associativa. Ao longo das duas últimas décadas do século XX, o episcopado pronunciou-se sobre o valor positivo da democracia e, nesse quadro, apelou à necessária participação cívica dos católicos. No contexto do pontificado de João Paulo II, e em particular depois da queda do Muro de Berlim (1989), tem-se reflectido no seio do catolicismo português um debate em torno da liberdade e da justiça social como conteúdos e horizontes da realização democrática. Neste debate têm ressurgido fracturas que atravessaram toda a contemporaneidade e que evidenciam diferentes percepções sobre a natureza e a identidade individual e pública do próprio cristianismo, sobre as funções reguladoras e protectoras do Estado, sobre a delimitação entre público e privado, sobre o valor, a natureza e os limites do mercado como factor dinamizador da concorrência, enquanto matriz da organização socioeconómica da democracia. Trava-se, assim, um debate entre um catolicismo liberal ou um liberalismo católico que valoriza a vivência religiosa como suporte moral e social, e um catolicismo social que enfatiza a necessidade de uma gestão, de uma governação mais centrada na justiça social. Todavia, não se trata de um dualismo, na medida em que existem sen-

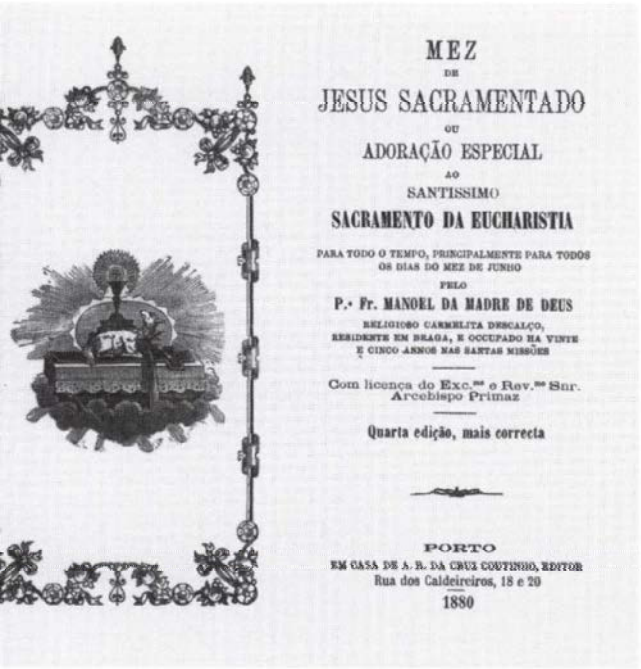
sibilidades e fracturas transversais a estas posições que resultam de percepções diferenciadas sobre a economia, atingindo também a formulação ética como horizonte da liberdade, entendida como forma de realização social mas também individual. Se em face do liberalismo oitocentista, encarado como factor fragmentário da sociedade, o catolicismo tendeu a desenvolver-se como um sistema integral enquanto assunção identitária de uma resposta aos problemas da sociedade, encontra-se actualmente confrontado com comportamentos sociais e individuais que patenteiam também essa fragmentação como interna: desde as situações de divórcio à assunção de uma cultura de direitos humanos; desde a reivindicação do direito à interrupção livre da gravidez e às uniões livres até à configuração jurídica dessas situações como direitos individuais e sociais; desde da integração social das minorias como sujeitas de direitos até ao reconhecimento de outras formas legítimas de vivência religiosa; desde as expectativas de melhor vida às diversas formas de conhecimento técnico-científico, nomeadamente com o recurso a diversos meios de manipulação; etc. Assim, a democracia entendida como forma de liberalismo coloca o problema da sua amplitude integradora em termos antropológicos, questionando a função do Estado como a das Igrejas, suscitando novas formulações ou reelaborações da secularização, da separação e da laicidade enquanto qualificativos dessa mesma democracia. Em Portugal, se o incremento do liberalismo quer como doutrina política, quer como programa reformador político-social nunca pretendeu, como tal, substituir o catolicismo por uma outra confissão religiosa, nas suas várias fases lidou sempre com a questão da função social das Igrejas e da religião, colocando de formas diversas a problemática da liberdade religiosa. A democracia como expressão de uma sociedade centrada na liberdade, ao procurar gerir as dissidência transformando-as em pluralidade, coloca necessariamente, por mimetismo ou por pressão externa, reivindicações de representação e de participação no seio das várias instituições religiosas, questionando as suas concepções e práticas eclesiológicas e potenciando a secularização. O debate instaurado sobre os valores na sociedade parece apontar para uma revalorização da religião e das Igrejas como instâncias dinamizadoras da sociedade civil, o que, de certo modo, questiona as concepções existentes sobre as funções do Estado. Porém, a formulação dos universos de crença e de pertença religiosa transcende, isto é, está para além do Estado e não se reduz a simples integração societária, porque, numa sociedade democrática, a liberdade individual e social exprime-se também no questionamento dos fundamentos e nas expressões do viver religioso que se apresenta e se busca como plural.

ANTÓNIO MATOS FERREIRA

BIBLIOGRAFIA: ALBERIGO, Giuseppe – Dal bastone alla misericordia: il Magisterio nel Cattolicesimo contemporaneo (1830-1880). *Cristianesimo nella Storia*. 2 (1981) 487-521. ALVES, Adelino – *A Igreja e a política: Centro Católico Português*. Lisboa: Rei dos Livros, 1996. ALVES, José Felicidade, ed. – *Católicos e política: de Humberto Delgado a Marcello Caetano*. 2.ª ed. Lisboa: [s.d.]. *ANTÓNIO (D.) FERREIRA GOMES. Nos 40 anos da carta do bispo do Porto a Salazar*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – UCP; Multinova, 1998. ASSOCIAÇÃO CATHOLICA DO PORTO – *A Igreja e a liberdade: Conferencias apologeticas realizadas na Associação Catholica do Porto nos domingos da Quaresma de 1907*. Porto: Typ. Catholica Fonseca & Filho, 1907. AUBERT, Roger – La liberté religieuse de «Mirari vos» au «Syllabus». *Concilium*. 7 (1965) 81-93. IDEM – L'enseignement du magistère ecclésiastique au XIX^e siècle sur le libéralisme. In *TOLÉRANCE et communauté humaine: Chrétiens dans un monde divisé*. Tournai: Casterman [s.d.], p. 75-103. Cahiers de l'actualité religieuse. BARRADAS, José Manuel Silveira – *Evolução democrática e acção religiosa*. Évora: Minerva Commercial de José Ferreira Baptista, 1909. BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *Apologia da história: estudos sobre o século XIX português*. Lisboa: Quetzal, 1999. CANASTRA, Fernando Augusto Coelho – *As origens das aulas de religião e moral nas escolas públicas em Portugal*. Lisboa: Faculdade de Teologia – UCP, 1994. Texto mimeografado. CASTRO, Zília Osório de – O poder político e a Igreja: pensamento político de Borges Carneiro. In *O LIBERALISMO na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1982, vol. 1, p. 259-263. CATÓLICOS (Os) na sociedade portuguesa: Séculos XIX e XX. *Reflexão Cristã*. 68 (1990). CATROGA, Fernando – O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1991). *Análise Social*. 100 (1988) 211-273. IDEM – *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal (1865-1911)*. Tese de doutoramento apresentada em Coimbra em 1988. Texto mimeografado. CHAUVIN, Charles – *Lamennais ou l'impossible conciliation: 1782-1854*. Paris: Desclée de Brouwer, 1999. CLEMENTE, Manuel – D. António de Almeida no catolicismo português de Oitocentos. *Boletim de Trabalhos Históricos*. Guimarães. 40 (1989) 235-255. IDEM – Os católicos portugueses e os princípios de 89. *Communio*. 6: 3 (1989) 250-264. IDEM – O Congresso Católico do Porto (1871-1872) e a emergência do laicado em Portugal. *Lusitania Sacra*. 1 (1989) 179-195. IDEM – A Igreja e o liberalismo: Um desafio e uma primeira resposta. *Communio*. 9: 6 (1992) 548-553. IDEM – Laicização da sociedade e afirmação do laicado em Portugal (1820-1840). *Lusitania Sacra*. 3 (1991) 111-154. IDEM – Maçonaria e movimento católico português: a posição do conde de Samodães (1828-1918). In *RELIGIÃO e ideal maçónico: convergências*. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões – UNL, 1994, p. 11-16. IDEM – *Nas origens do apostolado contemporâneo em Portugal: a «Sociedade Católica» (1843-1853)*. Braga: UCP, 1993. IDEM – Primeiro congresso católico português. *Laikos*. 10: 4 (1987) 3-18. COLLOQUE INTERNATIONAL D'HISTOIRE RELIGIEUSE, Grenoble, 30 septembre, 3 octobre 1971 – *Actes: Les catholiques libéraux au XIX^e siècle*. Avant-propos de Jacques Gadille. Paris: Presses Universitaires de Grenoble, 1974. Collection du Centre d'Histoire du catholicisme; 11. CONGAR, Yves – L'ecclésiologie de la Révolution française au Concile du Vatican, sous le signe de l'affirmation de l'autorité. In *L'ECCLÉSIOLOGIE au XIX^e siècle*. Paris: Cerf, 1962. p. 77-114. CONSTANT, padre – *O Papa e a liberdade*. Versão portuguesa revista e prefaciada por Camilo Castelo Branco. Porto: Livraria Portuense de Manoel Malheiro, 1879. 1.ª ed. francesa, 1873. CORREIA, José Eduardo Horta – *Liberalismo e catolicismo: o problema congreganista (1820-1823)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1974. CRISTÓVÃO, Maria do Céu – *A questão das Irmãs de Caridade: Estudo de opinião pública: 1858-1862*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1977. Texto mimeografado. CRUZ, Manuel Braga da – Os católicos e a vida pública portuguesa do liberalismo aos tempos de hoje. *Reflexão Cristã*. 68 (1990) 5-20. IDEM – As elites católicas nos primórdios do salazarismo. *Análise Social*. 116-117 (1992) 547-574. IDEM – *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1998. IDEM – A Igreja na transição democrática portuguesa. *Lusitania Sacra*. 8-9 (1996-1997) 519-536. IDEM – *As origens da democracia cristã e o salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença; GIS, 1980. IDEM – As relações entre o Estado e a Igreja. In *NOVA HISTÓRIA de Portugal: 12: O Estado Novo (1930-1960)*. Coord. Fernando Rosas. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 201-221. IDEM – As relações entre a Igreja e o Estado liberal: do «cisma» à concordata (1832-1848). In *O LIBERALISMO na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1982, vol. 1, p. 223-235. IDEM – *Transições históricas e reformas políticas em Portugal*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1999. DEMOCRACIA liberal e religião. *Nova Cidadania*. 6 (2000) 4-43. DUMONS, Bruno – *Catholiques en politique: un siècle de ralliement*. Paris: Desclée-Brouwer, 1993. DUMONT, Louis – *Ensaios sobre o individualismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992. *L'ÉGLISE et l'État à l'époque contemporaine: Mélanges dédiés à la mémoire de Mgr. Aloïs Simon*. Publié sou la direction de Gaston Braive et Jacques Lory. Bruxelles: Publications des Facultés Universitaires Saint-Louis, 1975. ESTADO (O) e a liberdade religiosa. *Finisterra: Revista de Reflexão e Crítica*. 33 (1999). FARIA, Ana Mouta – A condição do clero português durante a primeira experiência de implantação do liberalismo: as influências do processo revolucionário francês e seus limites. *Revista Portuguesa de História*. 23 (1987) 301-331. IDEM – A hierarquia episcopal e o vintismo. *Análise Social*. 116-117 (1992) 285-328. FERREIRA, António Matos – Catolicismo. In *DICIONÁRIO de História de Portugal: 7: Suplemento*. Coord. António Barreto; Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 1999, p. 257-269. IDEM – A Igreja na Monarquia Constitucional: o comportamento da Igreja em face da liquidação do Antigo Regime. In *HISTÓRIA contemporânea de Portugal: Monarquia Constitucional: Das origens do liberalismo à queda da realeza*. Dir. João Medina. Lisboa: Amigos

do Livro Editores, 1985, tomo 1, p. 273-292. IDEM – La Révolution Française et le développement du Catholicisme au Portugal: quelques questions et perspectives. In *LA RÉVOLUTION Française vue par les Portugais*. Paris: FCG, 1990, p. 101-120. IDEM – L'Espagne et le Portugal. In *HISTOIRE du Christianisme: 11: Libéralisme, industrialisation, expansion européenne (1830-1914)*. Coord. Jacques Gadille e Jean-Marie Mayeur. Paris: Desclée, 1995, p. 279-298 e p. 637-657. FERREIRA, Nuno Estevão Figueiredo M. – *«O Tempo e o Modo»*, revista de pensamento e acção (1963-1967): Repercussões eclesiológicas de uma cultura de diálogo. *Lusitania Sacra*. 6 (1994) 129-294. FLAMANT, Maurice – *O liberalismo contemporâneo*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1999. Colecção Saber; 216. FRANCO, António de Sousa – A Igreja e o poder: 1974-1987. In *PORTUGAL: O sistema político e constitucional*. Lisboa: ICS-UNL, 1989, p. 403-425. FREIRE, José Geraldes – *Resistência católica ao salazarismo-marcelismo*. Porto: Livraria Telos Editora, 1976. GUSDORF, Georges – *Du néant à Dieu dans le savoir romantique*. Paris: Payot, 1983. IDEM – *Signification humaine de la liberté*. Paris: Payot, 1962. HAAG, Herbert – *Liberdade aos cristãos*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995. LEITE, António – O «Syllabus». *Brotéria*. 79: 6 (1961) 513-526. *LE LIBÉRALISME catholique*. Textes choisis et présentés par Marcel Prélot, avec la collaboration de Françoise Gallouédec Genuys. Paris: Librairie Armand Colin, 1969. MARCADÉ, Jacques – Les évêques et le sentiment national: l'Episcopat portugais et l'occupation française (1807-1808). In *L'ÉVÊQUE dans l'Histoire de l'Église*. Angers: Presses de l'Université d'Angers, 1984, p. 151-164. IDEM – L'Épiscopat portugais et la Révolution Française. *Revista Portuguesa de História*. 23 (1987) 81-109. MARQUES, A. H. Oliveira – Igrejas, Igrejas e culto. In *NOVA História de Portugal: 11: Portugal da Monarquia para a República*. Coord. A. H. Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 479-518. MARTINS, Alcina Maria de Castro – *Génese, emergências e institucionalização do serviço social português*. Lisboa: FCG, 1999. MARTINS, António Manuel – Recepção em Portugal das encíclicas sobre o liberalismo: «Mirari Vos», «Quanta Cura» e «Immortale Dei». *Lusitania Sacra*. 1 (1989) 41-80. MATOS, Luís Salgado de – A campanha de imprensa contra o bispo do Porto como instrumento político do governo português (Setembro de 1958-Outubro de 1959). *Análise Social*. 150 (1999) 29-90. MAYEUR, Jean-Marie – Catholicisme, intransigeant, catholicisme social, démocratie chrétienne. *Annales: E.S.C.*. 2 (1972) 483-499. MONTEIRO, Teresa Líbano – A Igreja Católica e o 25 de Abril. *Communio*. 12 (1995) 364-377. NETO, Vítor – A. Aires de Gouveia: da ideologia humanitária ao regalismo liberal. *Revista de História das Ideias*. 11 (1989) 373-443. IDEM – A emergência do Estado liberal e as contradições político-eclesiásticas (1832-1848). *Revista de História*. 8 (1988) 281-199. IDEM – *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: INCM, 1998. IDEM – A questão religiosa na 1.ª República: a posição dos padres pensionistas. *Revista de História das Ideias*. 9 (1987) 675-731. NUNES, Augusto Eduardo – *Socialismo e catholicismo: ensaio crítico sobre as soluções da questão social*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1881. OLAIO, Nuno Miguel da Silva Pereira – *Jacinto Cândido da Silva e o nacionalismo católico (1901-1911): O Partido Nacionalista através das memórias de um dos seus fundadores*. Lisboa: FLUL, 1999. Texto mimeografado. PETRUZZI, Paolo – *Chiesa e società civile al Concilio Vaticano I*. Roma: Università Gregoriana Editrice, 1984. POLICARPO, João Francisco de Almeida – Anteprojecto de um laicismo cristão. *Revista Cultura – História e Filosofia*. 4 (1985) 143-218. POULAT, Émile – *Catholicisme, Démocratie et Socialisme*. Tournai: Casterman, 1977. IDEM – *Église contre bourgeoisie: Introduction au devenir du catholicisme actuel*. Tournai: Casterman, 1977. IDEM – *Intégrisme et catholicisme intégral*. Tournai: Casterman, 1969. RAMIÈRE, Henri, Père – *O liberalismo desmascarado por um jesuita o Rev.do P.e Henri Ramière, varios auctores e pelos proprios liberaes*. Obra traduzida, compilada e annotada por um vimarenense. Guimarães: Livraria Internacional de Teixeira de Freitas Editor, 1877. 2 vol. RAMOS, Jesus – A Igreja e a I República: a reacção católica em Portugal às leis persecutórias de 1910-1911. *Didaskalia*. 13 (1983) 251-302. REIS, António do Carmo – *O liberalismo em Portugal e a Igreja Católica: a época de Sua Majestade Imperial e Real D. Pedro*. Lisboa: Editorial Notícias, 1988. REZZOLA, Maria Inácia – Breve panorama da situação da Igreja e da religião católica em Portugal (1930-1960). In *NOVA História de Portugal: 12: O Estado Novo (1930-1960)*. Coord. Fernando Rosas. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 222-255. RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – *Portugal e a Revolução de 1848*. Coimbra: Livraria Minerva, 1990. RODRIGUES, Manuel Augusto – A hierarquia da Igreja e o liberalismo: o bispo de Coimbra, D. Fr. Joaquim de Nossa Senhora da Nazaré (1776-1851), no contexto da sua época. In *O LIBERALISMO na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1982, vol. 1, p. 237-257. IDEM – As Invasões Francesas em cartas pastorais dos bispos portugueses (posição dos prelados de Angra e de Elvas). *Revista de História das Ideias*. 7: 2 (1985) 91-109. IDEM – Problemática religiosa em Portugal no século XIX, no contexto europeu. *Análise Social*. 14: 61-62 (1980) 407-428. RODRIGUES, Samuel – *A polémica sobre o casamento civil (1865-1867)*. Lisboa: INIC, 1987. SÁ, Victor de – *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*. 3.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1978. SALIN, Pascal – *Libéralisme*. Paris: Éditions Odile Jacob, 2000. SAMODÃES, Conde de [Francisco d'Azevedo Teixeira d' Aguiar] – *A liberdade da Egreja em Portugal: escriptos avulsos a proposito dos exames synodaes*. Porto: Livraria Malheiro, 1880. SEABRA, Jorge; AMARO, António Rafael; NUNES, João Paulo Avelães – *O C.A.D.C. de Coimbra, a Democracia Cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934): Uma abordagem a partir dos «Estudos Sociais» (1905-1911), «Imparcial» (1912-1919) e «Estudos» (1922-1934)*. Pref. Manuel Augusto Rodrigues. Coimbra: Faculdade de Letras, 1993. *SÉCULO (Um) de cultura católica em Portugal*. Lisboa: Edições Laikos, 1984. SERRÃO, Joel – *Liberalismo, socialismo, republicanismo: antologia de pensamento político português*. 2.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1979. SILVA, Amaro Carvalho da – *O Partido Nacionalista no contexto do nacionalismo católico (1901-1910): Subsídios para a história contemporânea portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 1996. SILVA, Manuel Isaias Abúndio da – *Cartas a um abade: sobre alguns aspectos da questão político-religiosa em Portugal*. Braga: Cruz & C.ª Livreiros Editores, 1913. IDEM – *Questões actuaes*. Porto: Magalhães & Moniz L.da editores, 1910. SIMPÓSIO «PROFECIA E LIBERDADE EM D. ANTÓNIO FERREIRA GOMES», 30 DE SETEMBRO-2 DE OUTUBRO DE 1988, FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN – *ACTAS*. LISBOA, AJUDA À IGREJA QUE SOFRE, 2000. TORGAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel Nobre – *A revolução de 1820 e a instrução pública*. Porto: Paisagem Editora, 1984. TRANVOUEZ, Yvon – *Catholiques d'abord: approches du mouvement catholique en France XIX^e-XX^e siècle*. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1988. VOLOVITCH, Marie-Christine – *Le Catholicisme Social au Portugal, de l'encyclique Rerum Novarum aux débuts de la République (1891-1913)*. Tese de doutoramento em Paris na Sorbonne Nouvelle-Paris III, em 1981-1982.

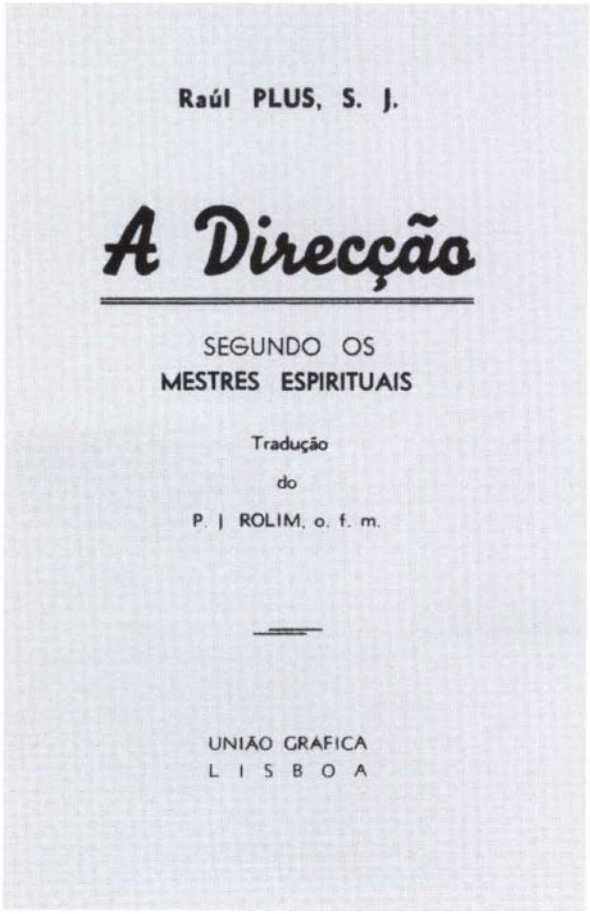
LIVRO RELIGIOSO. ***III. Época contemporânea:*** A facilidade crescente do sistema tipográfico, apesar da qualidade diminuta do papel, abriu possibilidades para a divulgação do livro religioso de carácter mais popular. A edição aparece nesta época contemporânea como um lugar de contraposições ideológicas entre grupos de diversas mundividências (*v.* ESOTERISMO, IMPRENSA CATÓLICA, MAÇONARIA, PROTESTANTISMO). Nesta perspectiva, e apesar de nos centrarmos na abordagem do catolicismo, entendemos por livro religioso a monografia editada pelas Igrejas e a obra sobre temas religiosos editado por qualquer editora atenta às indicações do mercado. No século XIX multiplicam-se as edições de livros didácticos e catequéticos, os escritos de espiritualidade, como sejam as novenas e exercícios de piedade, os tomos de sermões e de polémicas. Não existem trabalhos que nos permitam um conhecimento detalhado da produção católica deste período, a não ser o precioso e documentado estudo de Pinharanda Gomes (*O pensamento*) e o capítulo sobre editores do livro *Um século de Cultura*. São, no entanto, esclarecedoras de um ambiente fecundo iniciativas que se podem incluir ainda sob a designação de Boa Imprensa, qualificação condizente com uma atitude remanescente até aos meados do século XX. Há, de facto, uma campanha chamada da Boa Imprensa. No 2.º Congresso Católico da província eclesiástica de Braga, em Abril de 1891, houve uma comunicação de José Martins Peixoto sobre a propaganda das boas leituras e da Boa Imprensa e outra de Miguel Sotto-Mayor sobre a Liga Protectora da Boa Imprensa. Já o 1.º Congresso, realizado no Porto, em 1889, tinha sugerido a criação de uma editora. A favor da Boa Imprensa é determinante a acção do padre Benevenuto de Sousa, que nos finais do século lançou a colecção «A Propaganda Catholica» (SOUSA, Benevenuto de – *Apostolado da Imprensa: o seu futuro em Portugal*. Porto, 1904). A aplicação diocesana desta campanha não tardou. O 1.º Congresso dos Jornalistas Católicos Portugueses (Lisboa, 27-29.4.1905) impulsionou a criação das comissões diocesanas da Obra da Boa Imprensa. O Centro


MEZ
DE
JESUS SACRAMENTADO
OU
ADORAÇÃO ESPECIAL
AO
SANTISSIMO
SACRAMENTO DA EUCHARISTIA
PARA TODO O TEMPO, PRINCIPALMENTE PARA TODOS OS DIAS DO MEZ DE JUNHO
PELO
P.e Fr. MANOEL DA MADRE DE DEUS
RELIGIOSO CARMELITA DESCALÇO, RESIDENTE EM BRAGA, E OCCUPADO HA VINTE E CINCO ANNOS NAS SANTAS MISSÕES
Com licença do Exc.mo e Rev.mo Snr. Arcebispo Primaz
Quarta edição, mais correcta
PORTO
EM CASA DE A. R. DA CRUZ COUTINHO, EDITOR
Rua dos Caldeireiros, 18 e 20
1880

Gravura e página do livro Mez de Jesus Sacramentado, *de Frei Manuel da Madre de Deus, 4.ª ed., Porto, 1880.*

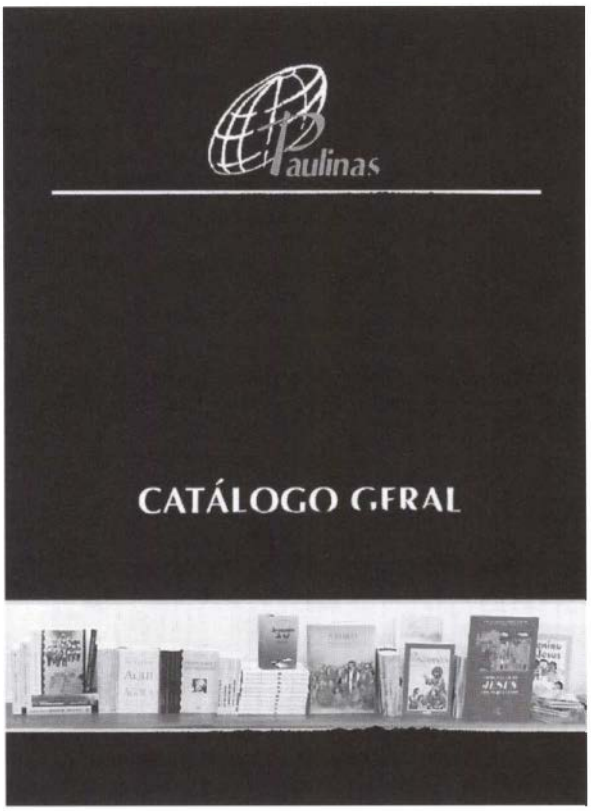
de Propaganda Católica em Portugal teve sede em Guimarães e foi dirigido por Teixeira de Freitas. Em 1916, como órgão da Liga da Boa Imprensa, aparece em Coimbra o *Amigo do Povo*, fundado pelo cónego Martins Madeira, que hoje ainda vive, com uma tiragem de 40 000 exemplares. O 1.º Congresso da Imprensa Católica (Braga, 29 de Junho a 1 de Julho de 1944) preconizou um projecto de Comissão para criar o Secretariado da Imprensa Regional e levar a bom termo a ideia de um congresso nacional. Muitos leigos corporizaram esta missão ao «serviço do reinado de Cristo». Desde o século XIX que várias iniciativas pululam neste ambiente. A Igreja Católica procura combater pelos mesmos meios o movimento de secularização* lançado pelas publicações do regime constitucional: desenvolver uma imprensa própria, sobretudo investindo em tipografias. *1. Tipografias católicas:* Assim acontece com a Tip. Católica, de Tomás Pereira (antiga Tip. da Cruz do Operário), a Imprensa Cristã, de Coimbra; a Tip. Catholica, de Frutuoso da Fonseca e a Casa Nun'Álvares, ambas no Porto. As Oficinas de S. José só seriam levantadas depois de 1899, em terreno doada pelo marquês de Liveri. Em Braga actuam a Empresa de José Maria Dias da Costa e a Cruz e C.ª. Mantiveram considerável número de publicações periódicas e deram a conhecer obras como a do químico católico A. J. Ferreira da Silva: *Ciência e crenças*, ou *Lourdes*, do Dr. Sousa Gomes, *Manual de História das Religiões*, de monsenhor J. A. Ferreira, etc. Caso curioso é o de Coimbra, pela continuidade da acção até aos nossos dias. A primeira tipografia propriedade da diocese foi instalada no seminário em 1886. A finalidade primária era imprimir a revista *Instituições christãs*, documentos episcopais e trabalhos de professores. Em 1920 fundou-se a Gráfica Conimbricense, destinada aos jornais diocesanos e a publicações religiosas. Em 1944 foi transformada em Gráfica de Coimbra, sob a direcção de monsenhor Francisco de Assis Figueiredo até 1969. Desde aí, a mão firme do padre Valentim Marques ergueu-a como uma das melhores do país, tendo imprimido a edição definitiva dos livros litúrgicos, fruto da reforma conciliar. Em 1923, D. Manuel Mendes da Conceição Santos criou, em Évora, uma tipografia (Gráfica Eborense) e o jornal diocesano *A Defesa,* que se mantiveram até hoje. A partir dos anos 70, ainda que se mantenham algumas tipografias de origem diocesana, como continuidade de empresa, deixa de ser necessário recorrer a elas para ter a liberdade de publicar qualquer tema. Aliás, as próprias «tipografias católicas», para sobreviver financeiramente, passam a trabalhar na maioria para servir os interesses dos clientes. *2. Editoras católicas:* As primeiras editoras católicas confundem-se com as tipografias que as apoiam. Sofrem grande adversidade e são pequenas estruturas da âmbito diocesano. Antes porém de nos referirmos a estas editoras, é de registar o lugar pioneiro da Livraria Internacional de Ernesto Chardron (Porto e Braga) que edita a colecção «Bibliotheca do Clero Illustrado». Traduzem-se obras de autores conhecidos, particularmente franceses, tais como Bougaud, Rivaux, Landriot, Dubois, Hettinger, J. Balmes, entre outros. A falta de trabalhos originais, devido à crise de reflexão teológica, evidencia-se no recurso a livros estrangeiros, habitual em muitas gerações de eclesiásticos. Seguem-se a *Teologia moral universal*, de Scavini; o *Compendio de Teologia ascetica e mistica*, de Tanquerey, o *Manual de Apologética*, de Boulanger, e o *Manual de Teologia Dogmática*, de J. Bujanda. A partir da estabilidade política do último quartel do século XIX aparecem várias revistas católicas. Relativamente às editoras nascidas dentro das estruturas eclesiais, uma das primeiras é a de Viseu: Empresa da Revista Catholica e a sucessiva Editora Véritas. Nos seus prelos nascerá a «Bibliotheca Christã Ecclesiastica», sob orientação do Cónego Miguel Ferreira de Almeida. A esta editora viseense ficam a dever-se traduções de obras de Lacordaire, Segneri, Mercier (*Curso de Filosofia*, 6 vol., Viseu, 1904, significativo passo do movimento neo-escolástico), Afonso Maria de Ligório, Tiloy, Gaussens, cónego Antoine (*Curso de Economia Social*, 2 vol., Viseu, 1904-1905, com influência na formação de dirigentes católicos), H. Leroy (*Jesus Cristo, a sua vida e o seu tempo*, 8 vol., Viseu, 1910--1914). Transferido para a Guarda em 1905, D. Manuel Vieira de Matos, leva a experiência de Viseu e cria no seminário uma tipografia, da qual sairia a Empresa Veritas, com novo vigor nos anos vinte e capaz já de editar uma série de volumes de esmerada apresentação, recolhendo textos de autores nacionais e estrangeiros. A colecção «Fé e Pátria» começou em 1892. O jornalista Artur Vieira Cardoso Gomes dos Santos († 1918) traçou o caminho da ambiciosa colecção quinzenal «Sciencia e Religião», com início em 1904. Esta série foi editada pela Livraria Povense e no final pela Livraria Cruz, de Braga. Aproximou-se de uma centena de títulos. Divulgou entre nós nomes consagrados e promoveu escritores ca-

tólicos portugueses. O jesuíta Manuel Fernandes Santana começou a «Bibliotheca social», adequada a ocupar o lugar da formação do povo para o gosto da leitura. Lugar único na edição do livro religioso em Portugal desempenhou a União Gráfica, criada em 1923, em Lisboa. Uma crise financeira e falta de criatividade editorial conduziram-na à decadência após a Revolução de Abril. São várias as editoras com projecto de divulgação de cultura católica, particularmente pela tradução de estrangeiros: Livraria Católica de Machado e Ribeiro (Porto), Figueirinhas (Porto, 1907-), Edições Salesianas (Porto) (*v.* SALESIANOS). A Editorial Franciscana, criada em Braga em 1924, editou obras ao serviço da evangelização e da espiritualidade, como sejam as colecções: «Alma Nova», «Perfis Humanos», «Pastoral», «Pedras Vivas», «Espírito e Vida», entre tantas outras. A esta editora se deve a promeira edição da Liturgia das Horas em português. Logo nos anos trinta, graças ao desenvolvimento da Acção Católica*, surge uma panóplia de edições e um renovado trabalho editorial do qual se salienta a colecção «Pensamento e Acção». A formação de militantes conhece a necessidade de dispor de bons livros. A Junta Central criará também as Edições Logos, mais dedicada ao sector da juventude. Traduzem-se P. Chauchard, R. Troisfontaines, E. Roche, A. Maréchal, G. Martelet, entre outros. A viragem doutrinal do II Concílio do Vaticano é preparada e acompanhada por muitas obras. Também a *Sociedade Editora Trabalho*, do padre Abel Varzim, se enquadra nesta renovação, privilegiando o operariado católico. O Secretariado Nacional de Apostolado dos Leigos prosseguia na mesma linha editorial com as suas colecções, «Cadernos Laikos», destinadas a desenvolver a consciência laical para os diversos problemas da vida social e eclesial. São inúmeras as publicações do século XIX e XX de carácter devocional ou estatutário nascidas de confrarias, movimentos e obras de diferente cariz e editadas por imediato contacto com a tipografia. Foi de largo alcance o papel editorial da *Livraria Apostolado da Imprensa*, fundada no Porto em 1942. A numerosa carteira de referências bibliográficas regista obras de R. Cabral, Thiamer Toth, Ferreira Fontes, Abel Guerra. A orientação dos Jesuítas* deslocá-la-ia para Braga, em 1982, criando uma fusão com a Editorial Apostolado de Oração. Esta dedicou, desde cerca de 1950, particular atenção à edição dos documentos pontifícios e fez sucessivas tiragens dos textos do II Concílio do Vaticano. As obras dos Jesuítas mais lidos, como J. Costa Pinto, Dário Pedroso, Manuel Morujão, têm esta editora ao dispor. Estimular uma pedagogia da santidade tem sido manifesta intenção, patente nos títulos traduzidos. Outras congregações religiosas*, além dos Franciscanos* e Jesuítas, revelaram no pós-guerra sensibilidade para actividades editoriais. A Editorial Perpétuo Socorro é fundada no Porto em 1946, no meio redentorista (*v.* REDENTORISTAS), e consegue impor-se pela variedade das suas colecções, tais como: «Poliedro», «Amanhecer», «Problemas de Hoje», «Nova Cidade», «Mosaico», «Antenas de Deus», «Novos Rumos», «Arco-Iris». Em 1954, lançaria a revista «Miriam». Os livros desta editora, destinados a um grande público, fazem parte das bibliotecas paroquiais mais actualizadas. Ultimamente está atenta a obras de maior exigência, como dicionários temáticos. As *Edições Paulistas*, iniciadas em 1948, e depois designadas São Paulo (*v.* PAULISTAS), lançaram, na segunda metade do século, cerca de um milhar de títulos, difundidos por livrarias próprias, postas em vários locais do país. A *Difusora Bíblica* é criada pelos Padres Capuchinhos* em Lisboa, no ano de 1955, e passará para Fátima em 1997. Distingue-se pelo papel desempenhado na edição da Sagrada Escritura (*v.* BÍBLIA). A *Bíblia Sagrada*, desde 1966 até hoje, já ultrapassou 1 200 000 mil exemplares. Após revisão feita por biblistas em 1973, o texto foi usado pela Verbo para uma edição de luxo. Até meados do século foi muito divulgada a tradução da Vulgata do padre Manuel Matos Soares (Porto, 1933-1934). Também no Porto se lança, a partir dos textos originais, a tradução luxuosa da *Bíblia Ilustrada* (Editora Universus, 1957-1970). Em Braga cabe à Editora Pax dar espaço aos autores católicos. Nos anos 60, a Livraria Morais lança, pela mão de Alçada Baptista, uma ofensiva editorial na edição do livro religioso católico. Basta recordar a série «Círculo do Humanismo Cristão», ou a tradução de teólogos fundamentais no pensamento contemporâneo. Correspon-



Capa de A direcção segundo os mestres espirituais, *de Raúl Plus, SJ, tradução portuguesa editada pela União Gráfica, Lisboa, 1944.*

deu aos ventos conciliares e à abertura de horizontes aí programada. Na década de 70 é a fase da Editora Telos, do Porto, se afirmar com colecções de interesse, dentro do serviço à cultura teológica que D. António Ferreira Gomes, regressado do exílio, desejava impulsionar. Vem neste encalce a Sampedro, de Lisboa, que abre o leque de temas às novas perspectivas de pensamento católico. Na mesma cidade desenvolve-se a Multinova, que se ocupa da edição portuguesa da revista *Concilium* e vai alternando o lançamento de obras de teor religioso, com a publicação de outro género de livros. Várias editoras, sem circunscreverem o seu trabalho ao livro religioso, acolheram no seu programa editorial títulos que serviam o ideal de valores que se identificavam com o Evangelho. Como exemplo podemos mencionar a Livraria Tavares Martins. Criteriosamente editou obras dentro de uma linha fiel a princípios éticos abertos ao transcendente. Destaque-se a grande série «Filosofia e Religião», fundada por Leonardo Coimbra. Como o projecto vivia no espírito do fundador Américo Tavares Martins, a sua morte levou a editora para outros caminhos até ao encerramento. Também a Editorial Verbo, fundada por Sebastião Alves e Fernando Guedes, abarcou desde a primeira hora, a dedicação a grandes empreendimentos, aliada à intenção esclarecida de contribuir para enriquecer a produção de livro com temática do humanismo cristão. Apenas citaremos a *Polis: Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, sob patrocínio da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa. No Porto, também a Lello e Irmãos se abriu a incluir obras com interesse para leitores preocupadas com valores religiosos. Recentemente tem estabelecido parcerias com a Universidade Católica, no Porto. Em 1980 foi constituida a Associação de Editores Católicos, como estrutura de aproveitamento de sinergias na distribuição não só de livros, mas também de revistas e audiovisuais. Começou a editar anualmente um catálogo conjunto dos títulos disponíveis relativos ao livro difusor da mundividência cristã. Poderia ter sido um serviço eficaz para a co-edição de obras de maior envergadura. A iniciativa veria limitado o seu horizonte, dada a pouca propensão nacional para projectos amplos. Nas últimas décadas vai-se impondo a publicação de pensamento teológico próprio, graças ao impulso da Faculdade de Teologia. Em Lisboa estão fecundas as colecções «Fundamenta», «Nova Spes» e «Epheta», dedicadas a acolher trabalhos científicos de diferente grau, desde teses de doutoramento a dissertações de licenciatura. No Porto, publica-se a colecção «Biblioteca Humanística e Teológica» (1989-), já com 14 volumes; em Braga tem lugar a colecção «Memorabilia Christiana», que se valorizou com a integração de actas de congressos vários e com trabalhos na área de história religiosa. Também nesta área o Centro de Estudos de História Religiosa lançou algumas colecções. O Centro de Estudos de Direito Canónico edita a *Lusitania Canonica*. Algumas editoras despertam para o mundo do religioso e publicam obras desta temática. O Círculo de Leitores, por exemplo, publica a série «Nova Consciência», sob a direcção de Bento Domingues. *3. Livrarias*:



Catálogo geral das edições Paulinas.

Unido ao desenvolvimento das tipografias está o lançamento de livrarias. O fenómeno divulga-se nos finais de século XIX. A criação da possibilidade de livre acesso à edição de textos de pendor cristão é considerada uma forma de apostolado. Podem citar-se a Livraria Catholica portuense; Centro de Propaganda Religiosa em Portugal e Brasil, de Aloísio Gomes da Silva (Rua da Picaria, 39-41); a Livraria Manuel Malheiro (Picaria, 87-Porto), a Livraria Portugueza Religiosa, de Joaquim Maria da Costa (Largo dos Lóios, 56); a Livraria Catholica, de Joaquim António Pacheco, de Lisboa. O despertar para a necessidade de uma formação religiosa suscitou o aparecimento em todo o Portugal de livrarias diocesanas. Para ilustrar a afirmação referimos alguns casos. Em Braga surge a Empresa do Diário do Minho, que edita o jornal desse nome (1919-). Põe em marcha a Livraria do Diário do Minho. Desde 1957 a diocese de Aveiro é proprietária da Livraria de Santa Joana, vocacionada especialmente para a difusão de edições católicas e de inspiração cristã. Possuiu também a tipografia Gráfica do Vouga (1957-1982). A Livraria Verdade e Vida, criada por volta de 1950, de orientação dominicana, exerce nas últimas décadas do século XX uma função de vanguarda na colocação em Portugal do livro religioso estrangeiro, sendo lugar de visita obrigatória para o clero e laicado mais atentos aos caminhos do futuro.

CARLOS A. MOREIRA AZEVEDO

BIBLIOGRAFIA: Gomes, A. F. – Editores e livreiros católicos. In *Um século de cultura católica em Portugal*. Lisboa: Ed. Laikos, 1984, p. 42-57. Gomes, J. Pinharanda – *O pensamento teológico contemporâneo em*

Portugal. Braga, 1991. MOREIRA, Eduardo – *Crisostomo português: elementos para a história do púlpito*. Lisboa: Junta Presbiteriana de Cooperação em Portugal, 1957.

MARIOLOGIA PORTUGUESA. A largueza do conceito de mariologia permite a sua aplicação a fragmentos de reflexão teológica sobre Maria de Nazaré, mãe de Jesus, esparsos em autores portugueses. Porque, de facto, falar de mariologia em Portugal, como exposição orgânica e estruturada da doutrina da Igreja Católica sobre a figura de Maria, seu papel na história da salvação, seu lugar na vivência eclesial e seu eco espiritual nos crentes, não seria possível. Até porque, constituindo um tratado independente e autónomo dentro da teologia, a mariologia está unida à cristologia e à eclesiologia. De facto, embora sejam abundantes os estudos sobre o culto mariano, não se pode afirmar o mesmo para o campo estritamente teológico. Desde o *Santuário mariano* (1707-1723) de Frei Agostinho de Santa Maria (1642-1728), como recolha das histórias das imagens milagrosas das igrejas, capelas e ermidas sob invocação mariana existentes no continente, ilhas e ultramar, até ao fecundo escritor Alberto Pimentel (*História do culto de Nossa Senhora em Portugal*), que pretende fazer «a história do país na sua relação com a fé nacional», dá-se um passo importante nos estudos histórico-marianos. Foi a primeira sistematização global. Vários actos comemorativos, ocorridos nos anos 1946 e 1967, suscitaram o aprofundamento da temática. A colectânea *A Virgem e Portugal*, publicada em dois volumes, sob a direcção de Fernando de Castro Pires de Lima, em 1967, reúne 22 contributos de diversos ângulos de abordagem, contendo o primeiro esboço de uma mariologia portuguesa, pela pena de João Ferreira. Segue um método sistemático, analisando na repercussão portuguesa a temática doutrinal, tese a tese. Estes estudos não escondem a conhecida pobreza e reduzida produção de reflexão teológica em Portugal. A uma intensa piedade, evidenciada em todas as formas, momentos e gostos, patente em exuberantes imagens, esparsa em escritos poéticos, não corresponde igual profundidade doutrinal. Mas, como em todas as dimensões da teologia, também aqui há uma evolução de ideias e princípios, orientada por correntes, vivida em devoções, expressa em literatura, poesia e arte. Quando entramos na época gloriosa dos séculos XVI e XVII aumentam os autores e as obras, fruto da divulgação da imprensa. É impossível referir todos os autores. Há um guia para esta época, graças aos trabalhos bibliográficos. Para o período de Quinhentos pode consultar-se José Marques (Bibliografia mariana portuguesa do século XVI), com o elenco de duas centenas de obras, particularmente da segunda metade do século. Os catecismos e cartinhas ou cartilhas veiculavam orações marianas. Maria da Graça Pericão dedicou importante trabalho bibliográfico aos séculos XVII e XVIII (Bibliografia mariana portuguesa), identificando 911 espécies, que se alargam à hagiologia, parenética, literatura, liturgia, legislação eclesiástica e devocionário. De facto os tratados teológicos propriamente ditos são poucos. É ainda útil consultar o trabalho de Manuel Anaquim (*O genio portuguez*), como primeiro contributo bibliográfico. *1. Os primeiros passos:* Os passos da preparação iniciam-se com a abordagem de algumas verdades da fé, decorrentes da doutrina cristológica. São ainda sementes de mariologia as referências que se podem colher nos escritores da patrística, correspondentes ao actual território português. Nessa época insiste-se no tema da maternidade divina de Maria, na sua virgindade perpétua, e toca-se o ponto da sua associação salvífica na obra do Filho. Podemos referir Potâmio de Lisboa, Baquiário, Orósio de Braga, historiador auxiliar de Santo Agostinho (*Ad paganos* VII, 3, 2: CSEL 5, 438). A época visigoda-moçárabe é impulsionadora da piedade mariana, como está bem atestado na liturgia, sob influência bizantina. Quer em textos litúrgicos, quer ascéticos, Maria é valorizada como exemplo de santidade para os cristãos. A dignidade singular de Maria, na sua correspondência à santidade de Deus, aceitando plenamente a sua vontade, suscita a confiança da fé. As orações, hinos, ofícios e missas veiculam doutrina mariana, sendo particularmente rico o ciclo do Advento-Natal, a solenidade da Maternidade e da Purificação. O X Concílio de Toledo (656) decide celebrar a festa da Anunciação a 18 de Dezembro. Até aí era a 25 de Março, mas, como ocorria no tempo da Quaresma, acharam por bem transferi-la. Nessa reunião estiveram presentes Cesário de Lisboa, Zózimo de Évora, Potâmio de Braga, Frutuoso de Dume e Flávio do Porto. Com o passar dos anos, permaneceram as duas datas. O 25 de Março para a Anunciação e 18 de Dezembro para a Festa da Expectação do Parto. Nas primeiras vésperas desta solenidade, começaram a cantar-se as antífonas do *Magnificat* alusivas ao Redentor, iniciadas pela interjeição do Ó. Daí, em Portugal, chamar-se a esta festa Nossa Senhora do Ó. A partir do século X, embora não se deixasse de salientar a Maternidade divina e a virgindade perpétua, a Assunção ganha lugar principal entre as festas, com vigília e oitava, desde 847 (*cf.* COSTA – A Virgem Maria, p. 28-33). Os calendários medievais incluíam cinco festas marianas: Purificação (2 de Fevereiro), Anunciação (25 de Março), Assunção ou Dormição (15 de Agosto), Natividade (8 de Setembro) e Expectação (18 de Dezembro). A estas acrescentaram-se a Senhora das Neves, no século XIV, e as da Visitação e Conceição no século XV. O mais conhecido e divulgado título era a invocação de Santa Maria (embora celebrada a 15 de Agosto), a ponto da terra portuguesa nos alvores da nacionalidade se apelidar de terra de Santa Maria, primeiramente referido à terra entre Douro e Vouga e ampliado a todo o território. É titular de muitos mosteiros antigos como Águas Santas (Maia), Aguiar (Figueira de Castelo Rodrigo), Campanhã (Porto), Cárquere (Resende), Figueiredo (Vouzela), Oliveira (Famalicão), Pombeiro (Felgueiras), Refóios de Lima (Ponte de Lima), Salzedas (Mondim da Beira), Seiça (Montemor-o-Velho), Semide (Miranda do Corvo), Tarouquela (Cinfães), Várzea (Amarante), Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses), Vila Nova de Muía (Ponte de Lima), Vimieiro (Braga). Na Baixa Idade Média (século XII-XV), a piedade e a teologia marianas atingiram uma nova marca reflexiva, promovida por grandes mosteiros e extensiva às paróquias, muitas delas dedicadas a

Maria, com acrescido número para o sul. O florescimento teológico posterior ao século XII promove a veneração de Maria pela sua participação no mistério da paixão e morte de Cristo e pela dignidade pessoal decorrente da maternidade divina. Assim se foi preparando a sensibilidade religiosa para celebrar a Imaculada Conceição. Aires do Nascimento estudou o Códice Alcobacense 149, da Biblioteca Nacional de Lisboa, incluído entre os *Marialia*, criados e divulgados no decurso dos séculos XII e XIII. Eram colecções de orações. Neste caso identificou Hugo Farsito (*Libellus de miraculis B. Mariae Virginis*) e hinos de Bernardo de Morlas, Adão de São Victor, Marbodo de Rennes, Godofredo de São Victor, constituindo um *Corpus Rythmicum Marianum* de 22 poemas. Contém também um *Transitus Mariae*, ou seja, um relato da Dormição de Maria para alimentar a piedade e destinado a uso litúrgico. Este códice recolhe ainda uma compilação de 49 milagres. Para Aires do Nascimento há coincidências a indicar uma fonte comum, com a obra de Gonzalo de Berceo (*Milagros de Nuestra Senora*) (*cf.* Nascimento – Um «mariale»). Cada ordem religiosa divulga em Portugal os seus autores. Assim a Ordem de Cister torna

Nossa Senhora da Nazaré, *madeira policromada, c. 1510-1520 (Nazaré, Igreja do Santuário de Nossa Senhora da Nazaré).*

presente a mariologia de São Bernardo. O dominicano Frei Paio, grande mestre do mistério da Assunção, na primeira metade do século XIII, foi transcrito pelos monges bernardos de Alcobaça nos seus quinze sermões marianos, juntamente com o *Tratado da Assunção*, atribuído a Santo Agostinho, visto esclarecer as dúvidas acerca do destino do corpo de Maria e da sua ressurreição. Embora celebrassem a festa, devido à influência da *Carta a Paulo e a Eustoquio*, do Pseudojerónimo, do *Cântico da Assunção*, de Hugo de São Victor e dos sermões de São Bernardo, sentiam dificuldade em justificar a crença na assunção em corpo e alma ao céu (Montalverne – Assunção, p. 132-133). As ordens mendicantes procuram em Maria um modelo de vida e grandes mestres da teologia enfrentam a temática mariana com eco nos autores portugueses: Anselmo, Abelardo, São Tomás, São Boaventura. Os ensinamentos teológicos passam à vivência litúrgica e penetram na espiritualidade. Celebram-se festas marianas, criam-se ladainhas, rezam-se missas ao sábado, aparece a redacção ampla da *Salve Rainha*. Muitas e variadas ladainhas foram rezadas em Portugal, antes do sucesso da litania lauretana no século XVI, após a aprovação oficial ocorrida em 1587. Mário Martins arquivou uma série de ladainhas encontradas em livros de horas e manuscritos de várias bibliotecas (Martins – *Ladainhas*). O seu carácter emocional, rítmico e simples conquistou a simpatia popular. Foram ganhando leveza e sofreram sucessivas adaptações, sempre cativantes pela riqueza de imagens de teor bíblico que espalhavam. Nos livros de horas, como o de D. Duarte, incluem-se o ofício menor de Nossa Senhora, o ofício das Dores de Nossa Senhora, atribuído ao papa João XXII, um saltério mariano e a ladainha do Pseudoboaventura, bem como a *Salve Rainha* glosada (*cf.* Martins, M. – *Guia geral das horas del-rei D. Duarte*. Lisboa: Brotéria, 1971). As horas de Nossa Senhora (*cf. Horas de Nossa Senhora em linguagem portugues*. Coimbra: João Álvares, 1563), ou Ofício Menor, tornaram-se extensivas a toda a Igreja, na segunda metade do século XI, graças ao zelo de São Pedro Damião e à decisão de Urbano II. Inicialmente reservada ao sábado, estende-se a todos os dias pela popularidade alcançada, devido à ligação a lendas e milagres obtidos pela recitação (*cf.* Soares – Nossa Senhora, p. 75). Nesta época medieval generalizam-se formas de piedade que se tornariam clássicas, como a recitação do *angelus*, a devoção às Dores e Gozos, que desenvolve a doutrina quer da maternidade espiritual de Maria junto à cruz quer da sua participação na salvação operada por Cristo. Em obras de carácter geral aparecem referências de tipo exegético, histórico, apologético e teológico. A própria poesia transmite conceitos teológicos. Muitos devotos – inseridos em ordens, bispos e eremitas – juntaram pedras para o monumento da poesia mariana medieval. André Dias, por exemplo, compõe dez cantares e cinco prantos (lamentações da Senhora das Dores), quando nasciam por todo o lado elementos literários de devoção à compaixão da Mãe de Jesus (Martins, M. – *Laudes e cantigas espirituais de mestre André Dias*. Lisboa, 1951, p. 105-138). Livros de milagres fidelizam devotos

como no santuário de Aveiras de Cima do concelho de Azambuja, através da compilação de Frei João da Póvoa, em 1497 (*cf. Livro dos Milagres de Nossa Senhora das Virtudes*). Foi a partir da divulgação intensiva do «milagre» da oliveira que o culto de Santa Maria da Oliveira atingiu dimensão regional, nos meados do século XIV (1342). Iriam perdurar até à Restauração, quando Vila Viçosa se transformou em santuário nacional (*cf.* Marques – Santa Maria da Oliveira, p. 65-89). Uma colectânea de orações, copiada em 1558, no Mosteiro de Santa Maria do Bouro, além do devocionário em latim acrescenta orações em português, importantes para o conhecimento do ambiente espiritual do santuário (*cf.* Bragança – Cântico gradual). Neste devocionário, conservado na Biblioteca Nacional (Códice Alcobacense 85), se integra o cântico gradual, composto por Frei Gaspar de Manteigas, de base e sabor bíblico, a lembrar as colectas sálmicas, embora as orações que seguem os 15 salmos não tenham relação imediata nem com os salmos nem com os mistérios do Rosário. Demonstra equilíbrio doutrinal e pouca familiaridade afectiva, mais acentuada pelos Franciscanos e Dominicanos. *2. Grandes temas:* Além dos grandes temas teológicos relativos a Maria, aparecem géneros novos. Os autores portugueses sublinham a dignidade, excelência e etimologia do nome de Maria (p. ex. Lemos, Manuel de, OST – *Estatuto da Irmandade do Santíssimo Nome de Maria*. Lisboa: Jorge Rodrigues, 1625). Destaca-se o jesuíta Manuel Fernandes, que se ocupa da veneração do nome pela sua significação, santidade e revelação (*Alma instruida*. Lisboa, 1688, p. 573-659). Os teólogos portugueses defendem a maternidade divina como ponto de partida de todos os chamados «privilégios marianos», mas hoje considerados carismas de uma missão. António de Sousa Macedo, fidalgo e doutor em leis, apresenta com clareza a eleição de Maria para Mãe de Jesus, desde toda a eternidade, na primeira grande obra dedicada a Maria (*Eva e Ave ou Maria triumphante*, p. 2; esta obra teve dez edições entre 1676 e 1766). A aceitação livre da proposta de Deus, através do Sim da Anunciação, é sublinhada sobretudo nos sermões como acontece, por exemplo, com João Ceita (*Quadragena de Sermoens em louvor da Virgem e Mãy de Christo Senhor*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1619; Évora: L. Craesbeeck, 1625; *Sermoens das festas da Virgem Sanctissima* [...]. Lisboa: L. Creasbeeck, 1635). O magistério da Igreja Católica considera ponto de fé que Maria dá à luz sem quebra da sua virgindade. Assim se opera a conciliação da integridade física com a dedicação total a Deus. Os pregadores aproveitam os artifícios da retórica em ordem a abrir os corações para a transcendente maravilha de Deus. É o caso do dominicano António Feio (*Tratado das festas e vidas de santos*. Lisboa, 1615, vol. 2, fl. 30) e o referido João Ceita (*Quadragena*, 21 v.). Os desposórios com São José são ocasião para afirmar a verdade do casamento, isento do conhecimento carnal, segundo a mentalidade puritanista reinante. Sebastião Barradas defende o matrimónio verdadeiro entre Maria e José por razões de conveniência para a protecção moral e crédito de Maria e para ter uma companhia e ajuda nas várias dificuldades, como o desterro no Egipto (*Commentaria in Concordiam et Historiam evangelicam*, vol. 1. Conimbricae, 1699, p. 507b). A sermonária não se cansa de exaltar as perfeições de Maria, como espelho perfeito das graças de Deus, «cheia de todas as virtudes e graças», como lhe chama Vieira (*cf. Sermoens*, vol. 6, Lisboa, 1690, p. 26). Decorrentes de posição teológica da maternidade divina são as verdades da fé católica atribuídas a Maria. A Imaculada Conceição atesta que foi imune de pecado desde a sua concepção. Já antes do Concílio de Basileia de 1439, D. Duarte, no *Leal conselheiro* (cap. 35), se apoiava em quatro razões para a defender. Duas baseiam-se na história das revelações de Elsino, a terceira, de tipo escotista, funda-se no benefício da dúvida, atribuindo a vantagem à tese mais favorável. A quarta realça a superioridade sobre João Baptista em virtude deste mistério da sua Conceição. Relativamente à Imaculada as posições teológicas são diversificadas. Frei Luís de Sotomaior, por exemplo, mantém-se fiel à interpretação tomista tradicional, ensinando que Maria foi livre de todo o pecado original logo após a conceição, livre de todo o pecado, ou seja, impecável (*Cantici Canticorum*. Ulyssipone: apud P. Crasbeeck, 1599, c. 4, col. 798, 2B).Os teólogos portugueses aceitam quase unanimemente a qualidade e mistério da Imaculada, apontando a escolha da Mãe do Redentor. É essa a razão profunda da Imaculada, segundo Frei Lourenço de Santa Teresa (*Sermoens*, vol. 4, Lisboa, 1761). Mais tarde Silveira Malhão segue esta perspectiva (*Sermão da Conceição*. Lisboa, 1859, p. 81). Frei José do Nascimento (*cf. Sermoes*, vol. 1, Coimbra, 1732, p. 70b) argumenta a favor da Imaculada com quatro fundamentos de certeza requeridos: testemunho da Sagrada Escritura, tradição da Igreja, autoridade dos Padres e consenso comum dos teólogos. No início do século XVII tinha-se levantado acesa polémica. Para obviar a desacatos de ordem pública Filipe II instituiu um tribunal, a Real Junta da Imaculada Conceição, para dirimir as questões. Nesse enquadramento foram escritas na defesa do mistério mariano várias obras. O bispo de Silves, Fernando Martins Mascarenhas, escreveu *Pro defensione Immaculatae Conceptionis epistolae*, editada em Sevilha em 1616. O agostinho Frei Egídio da Apresentação publicou em Coimbra o *De Immaculata Beatae Virginis Conceptione ab omni originali peccato immuni libri quatuor*, em 1617. O jesuíta A. Pinto Ramires vê editado em Lião (1642) o *De Conceptione Beatae Mariae Virginis*. Para os detalhes da evolução do culto da Imaculada em Portugal ver o estudo recente de Chorão Lavajo (A consagração de Portugal). Nova polémica se levantaria nos meados do século XVIII. Na celebração festiva do dia da Imaculada feita pela Academia Portuguesa da História em 1753, o pregador dominicano Frei José Malaquias assumiu posições contrárias à doutrina da Imaculada. Ergueu-se atribulada polémica contra o pregador, como a de António Diniz e Sousa (*Escudo Mariano critico-theologico*. Lisboa: Off. dos Herdeiros de António Pedrozo Galrão, 1755). Avulta o papel de D. Frei Manuel do Cenáculo. Com erudição consistente opôs-se às posições do infeliz pregador, agora satirizado na *Dissertação histórico-crítica,*

principalmente sobre a chamada fábula do glorioso triunfo que Scoto conseguiu em Paris defendendo a Imaculada Conceição da Mãe de Deus. António de Sousa Macedo, na breve exposição teológico-mariana *Apologeticum Juridicum pro Conceptione Immaculatae Virginis in primo instanti* (Conimbricae, 1783), usa vários argumentos defensivos: *ex iure maternitatis, ex iure sponsae, ex dignitatae Filiii, ex amore eiusdem Filii, ex subrogationem ad Hevam, ex iure favorabilis causae, ex communi opinione*. Entre os pregadores da Imaculada situam-se, por exemplo: Cosme de Magalhães (*Dous discursos da Conceição*), António da Costa Cordovil (*Três sermoens da Conceição*, 1675), Manuel de São Carlos da Veiga (*Sermão da Conceição*, 1699) Gaspar dos Reis (*Sermão da Conceição*, 1717), José de Sousa (*Sermoens panegyricos da Imaculada Conceição*), Caetano Lopes Pereira (*Sermoens da Conceição de Maria*), António da Conceição Montalverne (*Sermoens da Conceição*). A proclamação dogmática realizada a 8 de Dezembro de 1854 levou os bispos a escreverem cartas pastorais sobre o tema, ainda que sem rasgo teológico a assinalar. Outra questão teológica situa-se no tipo de mediação de Maria entre o crente e Deus. Sendo Cristo o único Mediador, Maria, como mãe de Cristo, é invocada como auxílio de confiança dos crentes na misericórdia de Deus. De certo modo o exagero da devoção e o entusiasmo da oratória fazem atribuições de títulos de Deus à mãe de Jesus: Medianeira das graças, advogada nossa, mãe de Misericórdia, Senhora da Piedade. A intercessão de Maria é, no entanto, quase sempre apresentada como dependente, correlativa com a do seu Filho. A associação e cooperação de Maria com a redenção de Cristo é várias vezes defendida pelos autores portugueses, como Manuel Bernardes (*Exercícios espirituaes e meditaçoens*, vol. 1, Lisboa Occidental, 1751, p. 122) e António de Sousa Macedo (*Eva e Ave*, p. 387). A dramaticidade da vida de Maria de Nazaré tocou a sensibilidade portuguesa e os autores souberam acolher o sofrimento e desamparo das provas humanas da Mãe de Jesus. A imaginação exercitada na meditação do desterro para o Egipto, da Soledade e da morte de Maria alarga as desventuras e angústia, multiplica as aflições para irmanar os ouvintes ou leitores em experiências comuns. Lembre-se o *Sermão do desterro*, do grande orador Francisco Rafael Silveira Malhão (Lisboa, 1858) e, muito antes dele, a vivência de Vieira entre Portugal e Brasil (*Sermoens*, vol. 6, Lisboa, 1690, p. 275a). Os sofrimentos de Maria junto à cruz são vividos nas festas litúrgicas como a da Senhora das Dores. Multiplicaram-se em Portugal os sermões da Soledade, na sexta-feira anterior ao Domingo de Ramos. Desdobra-se a dor de Maria a vibrar com a Paixão e morte de Jesus, a hora do Calvário (Arrais – *Diálogos*. Coimbra, 1604, fl. 331 ss.), o Filho morto nos braços e a solidão e tristeza pela ausência (*cf.* Gouveia, Manuel – *Sermoens*. Lisboa, [s.d.], vol. 2, p. 365a; Silveira, Manuel da, OP – *Sermoens*, vol. 7, p. 101). Estes pregadores fazem verdadeira «anatomia do sentimento religioso» (Ferreira – Teologia mariana, p. 440). A teologia mística, a oratória, a parenética e a sistemática aproveitaram as circunstâncias psicológicas da sensibilidade para comunicar aos fiéis uma identidade de situações de prova e dor. Serviu também a ocasião para infundir coragem na tribulação. Os autores portugueses enfrentam o tema da morte de Maria, qual consequência da sua natureza humana. Sebastião Barradas, Manuel Bernardes e António de Sousa Macedo escrevem pormenorizadamente sobre a morte da mãe de Jesus. Não esquecem porém que esta criatura era mãe de Deus e atribuem privilégios à sua morte: foi anunciada por um anjo, é assistida por Cristo rodeado da corte celeste, morreu sem dor, sem doença, não sofreu corrupção do corpo, foi acompanhada com outros milagres, ressuscitou (Barradas – *Commentaria*, p. 530-533). Manuel Bernardes tem uma meditação muito sugestiva sobre o tema (*Meditaçoens sobre os principaes mistérios*, p. 311-312). Os autores estabelecem também aqui a ligação ao Filho como essencial para morrer com Ele e não se deixar dominar, porque a morte para ambos não era castigo (Branco – Assunção). Sublinha-se a razão afectiva, atribuindo a Maria saudades do Filho e amor de o encontrar. Aqui se insere o tema da Assunção. Ocupou muitos escritores, desde Santo António de Lisboa, que lhe dedica um sermão, até ao franciscano Frei Manuel dos Anjos (*Triumpho da sanctissima Virgem Maria*. Lisboa: L. Craesbeeeck, 1638), ao carmelita Frei Vicente de Aguiar (*Triumpho da subida de Maria Santissima ao Ceo*. Lisboa: A. Craesbeeck, 1671; Coimbra: João Antunes, 1692), Amadeu Meneses da Silva, Manuel Bernardes, João Ceita e tantíssimos outros. Os tratados geralmente são divididos em três momentos: morte, ressurreição e assunção (glória). Sebastião Barradas diz que a Virgem ressuscitou ao terceiro dia (*Commmentaria*, vol. 1, p. 534b), conservando Deus o seu corpo em toda a integridade. A morte desligou o vínculo entre alma e corpo (*Ibidem*, p. 335). Frei Amadeu Meneses da Silva diz que «no mesmo dia em que a sua alma se separou do corpo, nesse mesmo dia se lhe voltou a unir» (*Apocalypsis nova: De beata virgine Maria*, raptus 8. *In* Bibliotheca Virginalis. Ed. Alva y Astorga. Matriti, 1648, vol. 1, p. 726a). Manuel Bernardes apresenta outras razões para a ressurreição: 1) porque em Cristo e Maria existe a mesma carne; 2) porque é Mãe de Deus ainda agora em corpo e alma reunidos. Alguns autores falam da ressurreição de Maria por razões de conveniência teológica (Macedo – *Eva e Ave,* p. 478; Arrais – *Diálogos*, p. 340). Após a ressurreição é glorificada nos céus, coroada de glória, como tinha coroado o Filho com a coroa da carne (António de Lisboa – *Sermões*. Patavii, 1895, p. 752a). A glorificação é descrita com os requintes da imaginação inspiradora de artistas, como faz Manuel Bernardes em pormenorizado cenário (*Meditaçoens*, p. 346 ss.) e é evocada pela transformação poética. *3. Figuras destacadas:* Deixando a visão diacrónica sobre vários temas, passemos a considerar algumas destacadas figuras. Antes de referirmos os teólogos, digamos que passou pela veia poética dos autores quinhentistas a celebração da Mãe de Jesus. As poesias em louvor de Maria compostas por Gil Vicente estão impregnadas de encanto pela graça feminina e pela beleza espiritual da Mãe de Jesus. Demonstram conhecimentos teológicos, expressos em inspirado lirismo. Os passos da vida

Insígnia. Ordem de Nossa Senhora da Conceição, desenho de Jean-Baptiste Debret (Porto, Clube Portuense).

da «mansa pomba gloriosa» são evocados em quadros de delicada transparência e profunda ingenuidade. As canções marianas dos autos foram estudadas por Mário Martins (Canções marianas, p. 399-432). Os autores classicistas enaltecem e cantam as imagens espirituais de Maria e, ao lado, os místicos fazem florescer nas letras a erudição ao serviço da fé e do amparo interior que é a Mãe de Jesus. Luís de Camões, por exemplo, celebra com ternura a fortaleza dolorosa de Maria no Calvário, em elegias carregadas de dramatismo. No soneto à Conceição, já é mais distante e reflexivo, ao sabor renascimental. As *Endechas a Nossa Senhora* de Diogo Bernardes são plenas de formusura simples. Bartolomeu dos Mártires apresenta nos seus escritos teológicos apontamentos sobre a questão mariana mais debatida no momento, que era a conceição imaculada, e nas homilias das festas de Nossa Senhora, incluídas no *Catecismo,* vai de encontro à devoção popular. Apelida Maria de medianeira por Jesus Cristo e propõe-na como paradigma de santidade, exortando os devotos a purificarem a vida do pecado. Com base em seis sermões dedicados às festas da Conceição, Natividade, Anunciação, Visitação, Purificação e Assunção. Margerie (Les grands auters, p. 225-235) considera a mariologia de Bartolomeu dos Mártires predominantemente ética. As virtudes de Maria surgem em conexão com o seu combate contra o mal. Na Conceição sublinha o mistério da sua santificação no seio da mãe Ana, ao contrário do resto da humanidade, submetida à tristeza da sua maldade atingida pelo pecado original. Da tristeza de Job e Jeremias passa-se à transformação operada pela salvação, como na Conceição de Maria. Idêntica oposição, agora entre a luz e as trevas, é evocada no sermão da Natividade. A vida de Maria, desde o nascimento, é caminho para a luz, como estrela da manhã. O crescimento contínuo da inteligência do mistério de Deus é atribuído pelo teólogo conciliar a um singular privilégio de ciência, em virtude da missão de Mãe de Cristo. Todos os servos de Deus são chamados a renascer para iluminar o mundo. Esta verdade traz lição moral. O que faz a pessoa espiritual é a fé, a esperança e a caridade. Um coração casto é adequado ao nascimento espiritual. A Visitação serve a Bartolomeu dos Mártires para exortar os ouvintes a terem o coração disponível para acolher a visita de Deus. Os pecados mortais apagam o efeito da visita de Deus, mas Deus continua a visitar os fiéis para trazer a luz. A apresentação no templo é ocasião para o pregador dominicano falar da corredenção e pedir a Maria que ofereça pela humanidade Cristo ao Pai. O arcebispo de Braga, dentro da escola tomista, tem uma perspectiva optimista, proveniente da concepção do pecado original como privação de justiça original, deixando as faculdades humanas na sua pura condição natural. Outros homens de Trento, João Soares e Diogo Paiva de Andrade, ligavam mais o pecado original à concupiscência. O bispo de Coimbra João Soares, nos *Comentários aos Evangelhos de S. Mateus e S. Lucas* (*Commentarium in sacrosanctum... Evangelium secundum Mathaeum*. Conimbricae: apud J. Barrerium, 1562; *Commentarium in ... evangelium Beati Lucae*. Conimbricae: apud Antonium a Mariz, 1574), de estilo predicável e afectivo, exalta Maria pela singularidade da sua predestinação e virtudes, sem sublinhar tanto a dimensão ascética aplicada aos fiéis. Mais preso à materialidade da purificação prévia do embrião, antes da infusão da alma, João Soares é contudo claro na conciliação do privilégio com a dignidade da redenção universal de Cristo. Diogo Paiva de Andrade (1528-1575), nos *Sermões* (vol. 2, Lisboa, 1617; *cf.* o estudo de Pires – Oratória mariana, p. 129-142) e na obra polémica *Defensio tridentinae Fidei Catholicae* (Olyssipone: per A. Riberium, 1578, fl. 348 ss.), centra o discurso em Cristo e associa Maria à obra salvífica do Filho, como corredentora, em conformidade de corações com o desígnio de Deus. Só raramente exorta à imitação, mas estabelece critérios para a verdadeira devoção a Maria (*cf.* Rolo – Devoção a Maria, p. 249-252). É no grupo de sermões sobre a Anunciação que atinge a maior perfeição e profundidade mariológica. Nos três sermões de Paiva de Andrade sobre a festa da Imaculada há um crescendo na explicação (entre 1566, 1567 e 1570). Parte dos conceitos de limpeza e santidade e lembra a superação de Maria sobre os santos, pela sua relação peculiar com Jesus Cristo. No último sermão afirma que Maria foi remida por Cristo de modo mais excelente do que os outros santos. Os comentários bíblicos são férteis em referências mariológicas como acontece com o jesuíta Sebastião Barradas (*Commentariorum in concordiam et historiam evangelicam*. Conimbricae: A. Mariz, 1599) que lhe dedica vários capítulos. Outros tratadistas desenvolvem perspectivas marianas cujo conteúdo está por aprofundar, como Damião da Costa (*Tractatus da Incarnatione in tertiam partem D. Thomae*. Conimbricae, 1544), Francisco de Cristo (*Praelectionum sive ennarationem admirabilis Divi-*

ni Verbi Incarnationis libri sex. Conimbricae: J. Alvares, 1564), André dos Anjos (*Triumphum Mariae Virginis*. Olissipone, 1600) ou Brás Viegas (*Commentarii exegetici in Apocalipsim*. Évora, 1601; Turnoni: H. Cardon, 1614; Colonia, 1617, p. 523-683). Também os autores espirituais do século XVI reflectiram sobre temas mariológicos. Tomé de Jesus deixa perpassar, nos *Trabalhos de Jesus*, a figura espiritual de Maria ao pé da cruz, como «ovelha sacratíssima», associada ao Cordeiro de Deus, como «remediadora dos pecadores», uma espécie de «procuradora», fortaleza dos aflitos. Aparece como Cordeira corredentora associada a Cristo crucificado: no «parto espiritual dos pecadores», tomados como filhos. Antevê assim o místico a serva cooperadora da regeneração dos pecadores e «companheira» dos trabalhos salvíficos de Cristo. O sofrimento vivido compagina-se com o da Mãe das Dores. Amador Arrais, bispo de Portalegre, oferece no seu décimo Diálogo um itinerário bíblico, contemplativo e teológico de Maria (*Diálogos*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello e Irmão, 1974, p. 568-768). É um vasto tratado mariológico. Seguindo o autor anterior tomemos o tema do papel de Maria ao pé da cruz. Arrais valoriza a força da fé, da esperança e do amor natural e sobrenatural que aí manifesta. O progresso mariano da caridade vai até dar a vida, no carisma do martírio. Assinala a participação de Maria, «toda em tudo», na reparação de Cristo, como novo Adão e na capacidade de intercessão. Esta assimilação ao mistério pascal de Cristo é ponto fundamental da mulher universal e ecuménica, que representa a humanidade inteira, na Incarnação, na morte e na Ressurreição do seu criador e salvador. Deixa transparecer a emoção portuguesa, atribuindo «saudade» à relação entre Maria e Cristo e entre os cristãos e Maria. O carmelita imagina o papel consolador de Maria na Igreja nascente e põe-na a «ouvir missa cada dia». Assim se identificava com Cristo e ensinava os mistérios da infância de Jesus com carácter pascal. Esta teologia afectiva não tem dificuldade em ver Maria, vivendo do sopro do Espírito, transfigurada na fé, cheia de desejo de esperança da glória, inflamada de amor pelo Único. Merece então o privilégio da sua Assunção espiritual e corporal, o encontro face a face com a divindade do Filho e na companhia, não menos definitiva da humanidade do Filho ressuscitado e autor de qualquer ressurreição. Maria ajuda, pela sua relação espiritual, o fiel cristão a inserir-se profundamente no mistério pascal. No século XVI obteve grande êxito a obra do dominicano Nicolau Dias († 1596) *Livro do Rosairo de Nossa Senhora*, publicado em 1573, mas com edições sucessivas em 1575, 1576, 1577 (2), 1582, 1583 (2) (ed. fac-similada da 1.ª ed. Nota prévia de Raul de Almeida Rolo, OP, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982). Foi marco importante da devoção popular iniciada por volta de 1463 pelo dominicano Alain de la Roche. O segundo passo seria dado pela criação em 1470 da Confraria da Virgem e de São Domingos. Cinco anos depois instituiu-se em Colónia a Confraria do Rosário, animada pelo padre Sprenger e que levaria à decisiva propagação da devoção do Rosário pela confirmação do papa. Sixto IV, em 1479, estendeu-a à igreja universal. Após a vitória de Lepanto, atribuída à intercessão de Nossa Senhora do Rosário, Pio V estenderia eficazmente esta prática espiritual. Nicolau Dias, que estava em Roma, absorveu este clima e lançaria em Portugal a devoção. Sob modelos que confessa seguir (Alain, Taix, Alberto Castelano), divide a obra em quatro partes: origem, comentários ao pai-nosso e ave-maria; modo de rezar e meditar os mistérios; indulgências concedidas, graças e milagres obtidos pela devoção. Recorre aos fundamentos bíblicos, ao contemplar os mistérios, e observa o contraste entre a antiga e a nova aliança, sublinhando «a transcendência espiritual do Novo Testamento» (Margerie – Les grands auteurs, p. 269). Em cada mistério alcança a missão de Cristo, de Maria e da Igreja, numa visão de grande teólogo, com espírito renovado para o tempo e dentro da escola dominicana lisbonense afectiva, na qual se insere. Não admira que se tenha tornado um clássico, dada a boa sistematização prática, a sobriedade de estilo e a capacidade para suscitar uma vivência espiritual no devoto. Já em 1552 Germão Galharde tinha publicado em Lisboa *O Rosário de Nossa Senhora Santa Maria acrescentado de muitas devoções*. No seguimento de Nicolau Dias, muitos autores desejaram contribuir para uma oração frutuosa do terço ou rosário. São de referir os jesuítas Gaspar Loarte (*Instruçam e avisos pera meditar os mysterios do Rosario*. Lisboa: A. Ribeiro, 1587) e João Rebelo, com mais larga fortuna (*Rosario de la Santissima Virgen Maria* [...]. Évora; Manuel de Lyra, 1599; 1600; *Historia dos milagres do rosario e de muitas e diversas devoções*. Évora: Manuel de Lyra, 1602). Esta última obra foi sucessivamente editada até ao final de Seiscentos. Colaboram nesta divulgação os dominicanos António Rosado (*Tratados em louvor do sacratissimo rosario, sobre a oração do padre-nosso e cântico da Senhora*. Porto; João Rodrigues, 1622) e João Franco, que também foi pregador fecundo (*Modo de meditar o Rosário de Nossa Senhora*. Lisboa: Manuel Ferreira da Costa, 1730). Por limite do espaço, apenas citamos ainda alguns autores seiscentistas comentadores da devoção do Rosário: Jácome Carvalho do Canto, o trinitário António Freire, Francisco das Chagas, António da Cruz, o dominicano Filipe das Chagas, Manuel de Sousa Galo. A grande produção de teologia acontece no âmbito da pregação. São de referir, entre tantos, não só os pregadores quinhentistas como Filipe Dias (*Marial de la Sacratissima Virgen Nuestra Senhora* [...]. Barcelona: P. Malo; S. de Cormellas, 1597; Salamanca: J. Fernandez, 1598; Veneza: Domenico Zenario, 1601), Pedro de Padilha, Tomás da Penha (*Conceitos sobre os Evangelhos de Maria*), Cosme de Magalhães, Saturnino de Alcanede (*Homiliae Beatae Virginis Mariae*), mas muitos outros na passagem para Seiscentos, como Pedro Calvo, António Feio (*Tratado das Festas da Virgem*. Lisboa: Jorge Rodrigues, 1615), Pedro Correia, João de Ceita, o famoso dominicano Inácio Coutinho (*Marial ou promptuario espiritual sobre os evangelhos das festas* [...]. Lisboa: L. Crasbeeck, 1636, com traduções em Espanha), João Rebelo ou o jesuíta Francisco Mendonça (*Sermões*. Lisboa: Matias Rodrigues;

Lourenço de Anvers, 1623-1649, 2 vol. traduzidos em castelhano), que «abandona» o equilíbrio clássico de Paiva de Andrade e se impõe pelo entrelaçado de sentenças patrísticas, pelo brilho das imagens e gosto barroco das figuras (*cf.* Pires – Oratória mariana, p. 142-145). A oratória do século xvii foi artificiosamente ondulante e pujante de palavras, em grandeza arquitectónica, como os espaços dourados onde era proclamada. O mestre e cume de uma época foi Vieira, aliás crítico do exagero culteranista da oratória reinante. Deixou-nos 46 sermões de temática mariana, com predominância para os mistérios do Rosário, aos quais dedica 30 pregações, que constituem os volumes ix e x dos *Sermões*, intitulados *Maria Rosa Mística*. Foram escritos «em cumprimento de um voto, feito e repetido em grandes perigos de vida» e como resposta à devoção à imagem de «Nossa Senhora das Maravilhas», do Colégio da Bahia. Apenas três referem o lugar e a data da pregação. A grande maioria nunca terá sido pregada, nem sequer redigida a partir de borrões conservados (*cf.* Pires – Maria e a Trindade, p. 125-147). A temática mariana conquistou um friso enorme de pregadores do século de Vieira e percorre todos os mistérios evangélicos como o ciclo do Natal: Conceição, Anunciação, Expectação ou do Ó, Visitação, Natividade, Apresentação e Purificação; o ciclo da Paixão: Dores, Piedade, Soledade, e o ciclo da Glória: Assunção, Coroação. Além deste percurso próprio exalta-se a relação com outros mistérios de Cristo, onde Maria aparece na função maternal e vigilante. Fica ainda enorme lugar para invocações variadas na gratidão e na prece, do louvor à aflição. Outras vezes são as intervenções milagrosas a suscitar devoções localizadas. As preferências dos oradores pela situação dolorosa da Soledade (por ex., Francisco de Santo Agostinho Macedo – *Sermão da Soledade pregado na Capela Real*. Lisboa, 1645; Coimbra, 1654) prova o gosto dramático que se prolonga nos sermões dos Passos, da Paixão, da Piedade, do Descimento da Cruz. Frei Luís de Sousa compôs um opúsculo com sugestivo título de «Consideração das lágrimas que a Virgem Senhora derramou na sagrada Paixão, repartidas em dez passos, para a devoção dos dez sábados» (Lisboa: Geraldo da Vinha, 1625; Lisboa: António Álvares, 1645). Esta assistência aos tormentos do Filho inspirava pregadores e consolava os ouvintes nas dores da própria vida. Entre os autores, referimos Baltasar Pais (*Marial de sermões*), Francisco do Amaral, Cristóvão de Almeida, Rafael de Jesus, Gabriel da Purificação, Francisco da Veiga. Um comentário ao cântico do *Magnificat*, escavando o sentido literal e espiritual, foi escrito por Pedro do Amaral, de Azurara (*Canticum Marianum*. Eborae: Off. da Universidade, 1709). Outro momento teologicamente fecundo é o de Manuel Bernardes e Teodoro de Almeida. O interesse dos Oratorianos pela temática mariológica estava patente na Biblioteca Mariana, iniciada em 1703 pelo padre Domingos Pereira, na casa do Espírito Santo, ao Chiado, que ardeu no terramoto de 1755. Seria de novo recomeçada no Hospício das Necessidades e depressa adquirido um número de obras correspondente a mais de 50 % das anteriores. Há um catálogo de 1737, outro de 1760, já posterior ao desastre, um suplemento de 1765, mas desconhece-se o último destino deste acervo (*cf.* Cristino – A Biblioteca). O oratoriano Manuel Bernardes, quer nos *Sermões*, quer nos *Exercícios espirituais* ou nas *Meditaçoens sobre os principaes mysterios da Virgem* (Lisboa: off. Bernardo da Costa Carvalho, 1706; 1737, 1758, 1768), trata o mistério de Maria no quadro de uma espiritualização da carne, como devoto e doutrinador. Nas 15 meditações segue o ano litúrgico. Tece considerações piedosas, unidas com alguns discursos históricos e teológicos. Também enfrenta questões especificamente teológicas como a graça habitual em Maria, a corredenção, o dogma da Imaculada. No entanto, o tom é mais impulsionador de devoção, socorrendo-se da autoridade de narrativas de visões como de Brígida, Marina Escobar, Maria de Jesus Agreda. A obra *Mystica ciudad de Dios* desta mística espanhola foi editada em Lisboa (Miguel Manescal, 1684, 3 vol.). Esta última teria em autores como António Simões Ferreira (1733) e o jesuíta Francisco da Fonseca (1738) grandes divulgadores. Quando Bernardes trata aspectos dogmáticos apoia-se nas fontes da tradição, recolhidas por Hipolito Marraci († 1675), em livros piedosos como *Cielo estrellado de Maria*, de João de Alloza († 1666) ou *Umbra Virginea*, de Pedro Novarino († 1650), nos tratados de teologia mariana em voga, especialmente do jesuíta Cristóvão de Vega († 1671), que resume estudos em favor da

Nossa Senhora e São João, *de Olivier de Gand, 1510-1514 (Tomar, Convento de Cristo).*

Imaculada, no estilo do franciscano Pedro Astorga y Alva († 1667), no seu *Armamentario seráfico*. Reflecte as tendências do seu tempo. Bernardes expõe a Maternidade divina de Maria ao comentar a saudação angélica. Maria, Mãe de Cristo Deus sem ser mãe da sua divindade, como as mães segundo a carne são mães das nossas pessoas, mas não dos nossos espíritos. Atribui a Maria uma clara visão de Deus, o que a preparou para a Encarnação, sem negar que ela viveu no regime habitual da fé. Bernardes exalta a participação de Maria no mistério pascal. Porque melhor conhecia o mistério do seu Filho mais sofria ao pé da cruz e mais se alegrava com Cristo ressuscitado. Exorta os leitores a sofrer com Maria para sofrer com Cristo, como mãe da Igreja, ferida pelos pecados dos filhos. Relativamente à presença junto do Ressuscitado, o silêncio «doutrinal e misterioso» do Evangelho é justificado pelo crédito das testemunhas, já que Maria estava interessada, e pela sua singularidade perante os outros discípulos. O silêncio do Evangelho é doutrinalmente meditado como misterioso segredo da maternidade divina, provocado pela Palavra única, pelo Verbo ao serviço desta Palavra única, e acolhido em escuta crente pela Igreja. É um aspecto original do oratoriano. A oração de Maria «pela aceleração do ressuscitado» e pela sua presença na Eucaristia é afirmada como sinal do seu encontro com o Ressuscitado. Através do mistério da Assunção dá-se a participação suprema de Maria no mistério pascal do seu Filho. Bernardes apresenta argumentos de conveniência teológica, dentro da inteligência do mistério da fé para a assunção corporal: honra de Cristo, unidade total da mãe de Deus e não só de uma parte (corpo e alma). São os limites da teologia mariana da época. O grande prosador mostra-nos a reparação amante do Coração de Maria ao coração de Jesus. A sua reflexão ajuda a compreender na fé a «soledade» de Maria ao pé da cruz e durante toda a vida. «Soledade» enraizada na fé, na esperança e na caridade, momento privilegiado da sua constante associação ao sacrifício do Filho para salvação do mundo. Apelida Maria de «atalho da salvação». Foi hora para acolher a Páscoa de Cristo e acolher as orações dos crentes, em ordem a conceder-lhes a graça de uma boa morte, conforme reza a ave-maria. Bernardes pedia o estado da inocência para não temer a morte, isto é, a graça de esperar na misericórdia de Deus, sem dúvida na agonia, sem medo da própria fraqueza, mas confiante na intercessão de Maria. Este autor põe todo o seu talento literário e qualidade estética ao serviço da apresentação de um perfil pascal de Maria (*cf.* Margerie – Les grands auteurs, p. 477-492). Teodoro de Almeida (1722-1804), oratoriano douto e piedoso, com linguagem simples e persuasiva, dá nos seus escritos (*Gemidos da Mãe de Deus afflicta* [...] Porto: Francisco Mendes Lima, 1763; *Estimulos de amor da Virgem Maria*. Lisboa: Miguel Rodrigues, 1759, com sucessivas edições) elementos para uma «mariologia orante, afectiva sem deixar de ser racional» e apelando à teologia monástica, como aos Padres pré-escolásticos. Nos *Estimulos* apresenta 12 motivos, seguidos de um exercício de amor e de um ramalhete de jaculatórias. Num sermão sobre a Imaculada Conceição de 1779 o orador contempla com Maria a terra sobre as águas, coberta pela inundação do pecado e a alma de Maria, pomba no meio do dilúvio, privada de lugar onde poisar. Imagina a tristeza de Maria pelo pecado e a alegria pela liberdade desse contágio. Estas interpretações místicas servem para uma afirmação teológica: isenção única do pecado e consciente santidade de Maria. O relevo dado à consciência subjectiva de Maria manifesta a modernidade do seu discurso teológico. A mariologia patrística e medieval não se afastava da objectividade dogmática. Noutro sermão da mesma data, agora sobre a solidão de Maria ao pé de cruz, contempla a Virgem desolada, a participar no abandono do seu Filho e apresenta, com dramaticidade crescente, a «soledade»: abandonada corporalmente pelo seu Filho único, Maria sofre com ele na paixão por salvar os pecadores que abandonam o Filho. Há um «dolorismo desequilibrado» nesta desolação de Maria (*cf.* Margerie – Les grands auteurs, p. 506). O contexto jansenista explica o tom pessimista desta pregação, a sublinhar a perdição da humanidade. Teodoro de Almeida enaltece, apesar de tudo, a eficácia espiritual da dor de Maria pelos pecados. Esta comunhão com o Filho merece a transformação da dor em alegria, quando acontece a salvação através da conversão. No seu modo de ver, o cristão, pela reparação consoladora, torna-se com-

Nossa Senhora do Ó *(Montemor-o-Velho, Igreja da Alcáçova).*

panheiro de Maria, associado ao Cordeiro salvador. Pela Assunção, Maria também «abandona» os fiéis para os tornar conformes à imagem do Filho crucificado. Ao mesmo tempo consola os crentes porque prepara-lhes um lugar, quais companheiros da sua fé na ressurreição. Maria é, para Teodoro de Almeida, corporalmente ausente, mas espiritualmente presente na vida dos cristãos, na esperança da visão (*Ibidem*, p. 503-509). É ainda oratoriano Manuel da Consciência, autor de diversas novenas e da obra *Devoto de Maria Santissima instruído* (Lisboa: A. P. Galrão, 1705). Para alimentar a piedade, editam-se e traduzem-se obras várias. A devoção do terço do rosário e das coroas de Nossa Senhora ocupam na espiritualidade laical grande lugar. Exemplos dessas coroas são as de Bernardino de Santo António, OST (*Devocionário de N. S., que contém o modo de rezar a sua coroa*. Lisboa: Jorge Rodrigues, 1624), a *Coroa de Nossa Senhora* atribuída a Pedro de Melo ou Fragoso (Lisboa: Manuel Ferreira, 1645) e a de Pedro de Jesus Maria, OFM (*Coroa serafica meditada*. Lisboa: Miguel Manescal, 1742). O jesuíta Hipólito Moreira escreve uma *Devoção e culto do sacrossanto Coração de Maria* (Lisboa, 1731). O cónego regrante de Santa Cruz, Fernando da Cruz, dedicou-se a escrever livros ascéticos, que Inocêncio apelida de estilo «alambicado»: *Amores de Maria Santissima*. Lisboa: Domingos Carneiro, 1682; *Escola de amor de Maria Santissima*. Lisboa: D. Carneiro, 1685; *Coroa de excelências e louvores da Rainha dos Anjos*. Lisboa: D. Carneiro, 1689. É curioso um género de escritos ao estilo da Imitação de Cristo aplicada a Maria (*Imitação da Santissima Virgem*. Trad. por M. de S., Lisboa, 1779; Trad. da obra de Alexandre José d'Hérouville, aprovada pelo bispo do Porto e feita por António Moreira Belo: *cf.* Anaquim – *O genio*, p. 86, 163). O estilo meditativo tem preponderância e quase exclusividade na literatura mariana. Multiplicam-se as meditações ou coroas dos gozos, dores (por ex. o paulista Frei José de Santa Catarina, no *Jardim doloroso*. Lisboa: A. Correia Lemos, 1736) e glórias de Maria, como motivos do mês de Maio, do sábado mariano. Seguem-se as coroas de doze estrelas (António de Setúbal. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1632), a coroa segundo a devoção de Frei Simão de Rojas (Bernardino de Santo António). Há largo campo para os impulsionadores de devoções. Referimos como ilustração Carlos do Vale Carneiro (*Horas portuguesas do Oficio da Virgem nossa Senhora e ramalhete* [...]. Lisboa: Domingos Carneiro, 1673, 1692), do oratoriano Francisco Xavier, que publica um exercício devoto (*Escravidão e filial entrega a Maria Santissima*. Lisboa: José Lopes Ferreira, 1715) e do agostinho Tomé de Jesus, que publica devocionário com prolongada difusão (*Oratorio sacro dos solilóquios de amor divino e varias devoções a Nossa Senhora*. Madrid: Herderos de Madrigal, 1628; Lisboa: Of. Augustiniana, 1734; Lisboa: Impr. Régia, 1805). Os religiosos mínimos de São Francisco de Paula foram apóstolos do rosário de 63 ave-marias e devotos do nome de Maria. Divulga-se o Devoto das sete dores (António Pereira, Alexandre da Sagrada Família), acumulam-se as novenas (no século XVII e XVIII, Pericão refere mais de 20 titulares diversos). Publicam-se sermonários, como meio de formar mentalidades e de oferecer um ensinamento religioso. Os poetas do século XVII não têm o brilho do século anterior, mas prosseguem com profusão a enaltecer Maria, como Baltasar Estaço, Francisco Rodrigues Lobo e Gregório de Matos. As academias literárias do século XVIII assumem a religiosidade portuguesa e dedicam odes à Senhora, como acontece com António Dinis da Cruz e Silva, da Arcádia Lusitana. O tom de louvor passa a súplica em António Pereira Caldas e Nicolau Tolentino manifesta gratidão. Mas, nem mesmo as poetisas religiosas dos claustros seiscentistas conseguiram, como o boémio Bocage (1765-1805), atingir a emoção religiosa, ao dirigir-se a Maria, experimentando, em dramática ansiedade, a distância entre a vida estouvada e a candura de Maria. Entre as academias da época surgiu também uma Academia Mariana, em Lisboa. Na primeira sessão usou da palavra Frei António das Onze Mil Virgens, que discorreu sobre *Problema mariano* (Lisboa: Francisco Luís Ameno, 1756). No século XVIII ressoa a projecção da eloquência mariana do século anterior. Apenas referimos nomes, pela ordem de publicação dos sermões: Diogo de Anunciação Justiniano, José de Oliveira, António de Morim, Manuel da Silva, Francisco de Santa Maria, Jacob Bernardes, José Ferreira, Manuel de Gouveia, Manuel de São Luís, José da Natividade Seixas, Manuel de São Plácido Salta, Manuel dos Reis, Simão da Gama, Diogo Curado, Manuel de Lima, André de Cerqueira, José de Sousa, Francisco Xavier da Rocha, António de Santo Eliseu, João Franco, Manuel de Santo António Doroteu, António de Santa Ana, Gabriel Coutinho, José de Jesus Maria, Manuel da Anunciação, José do Nascimento, Dionísio de Deus, João de Coimbra, Manuel da Ribeira Niza, Manuel da Silveira, Lourenço de Santa Teresa, Sebastião de Santo António, António do Espírito Santo, Bento da Trindade, Gabriel Ferreira Rego, Francisco da Madre de Deus Pontes e Alexandre do Espírito Santo Palhares (1748-1811). A época contemporânea revela um século XIX pobre, por razões de instabilidade política e sociorreligiosa. O clima espiritual foi sobressaltado por perturbações militares e políticas, pela revolta liberal e sucessivas contra-reacções, contendas entre posições extremadas, divisões religiosas sob pressão de rivalidades políticas, expulsão das ordens religiosas. O povo continuava a peregrinar para os santuários marianos, do Minho ao Algarve. A oratória contou no período romântico com: Francisco Rafael da Silveira Malhão (1794--1860), António Aires de Gouveia (*Sermão de Nossa Senhora das Dores*. Porto, 1909), José Inácio Roquete. Para o período do realismo podemos referir: António da Silva Alves Mendes, Sena Freitas, Augusto Eduardo Nunes (*Obra oratória: 2: Panegíricos mariais*. Évora: Junta Distrital, 1966) e Luís Gonzaga Cabral. As ciências eclesiásticas perdem terreno, só recuperado, e com esplendor, no último quartel do século. Não apresenta, no entanto, originalidade em relação ao período anterior. Momentos sublimes oferecem os poetas. Revela-se alguma angústia no romantismo emotivo de Garrett, Castilho e Camilo. Mais sensibilidade como-

vente revela João de Deus. O espírito torturado e místico de Antero ofereceria um excelente soneto à Mãe de Misericórdia, com seu «olhar de piedade». Uma sentida emoção transmite a poesia de António Nobre. Nem os poetas revolucionários do fim do século se subtrairam à atracção pela figura mariana. Quer Teófilo Braga, quer Guerra Junqueiro ou Gomes Leal, inscreveram pela sua pena hinos à «mãe dos pecadores», «mãe dos abandonados». Guerra Junqueiro (1850-1923), o sarcástico poeta contra a Igreja, dedica o seu talento ao serviço de um enternecido lirismo mariano, com sublimidade de espiritual ternura. O rosário de poetas sensíveis ao papel de Maria continua na variedade de expressões de um Pascoais, Afonso Lopes Vieira e Correia de Oliveira e afirma-se em Augusto Gil, António Sardinha. Na geração da Presença, volta a encontrar-se em José Régio e Pedro Homem de Melo. A garra poética de Vitorino Nemésio produz loas encantadoras. A tradição mariana portuguesa alimenta-se com Fernanda de Castro, Ruy Cinatti, Sebastião da Gama, Ruy Belo. Relativamente à mística escolástica atinge o cume no século XIX e Maria é apresentada como modelo consumado da vida espiritual, da fé e da contemplação. Já referimos as sínteses de história, lenda e espiritualidade. Também as cartas pastorais dos bispos são um meio de conhecer aspectos teológicos de Maria, como acontece, por exemplo, com a Imaculada, conforme já foi referido. Alguns boletins diocesanos começam a recolher estas posições episcopais. Após a proclamação do dogma da Imaculada Conceição em 1854 a pena de muitos escritores comentou as razões, ainda que sem novidade. Também o movimento assuncionista cresceu até à definição pelo papa Pio XII, em 1950. As homilias episcopais e outros momentos do seu magistério, como a assinalável carta pastoral de Sebastião Soares de Resende, bispo da Beira (*Mulher única*. Lisboa: Sampedro, 1967, 200 p.), carecem de um estudo. De vez em quando há polémicas que agitam a opinião pública. Do ponto de vista teológico será de referir a causada pela publicação do livro de Mário Pais de Oliveira (*Maria de Nazaré*. Porto: Afrontamento, [s.d.]). A Comissão Teológica da Diocese do Porto teve de pronunciar-se, dada a ousadia de algumas afirmações desta figura controversa. No século XX aparecem contributos literários como os de Nuno de Montemor na vida poética de Maria, idealizada na obra *Virgem* e o escrito narrativo de Antero de Figueiredo intitulado *Fátima*. Os acontecimentos da Cova da Iria vão conduzir a uma reflexão mariológica relevante, mas que aqui não registamos. *4. Congressos e encontros de estudo:* Destaca-se o desdobramento da celebração de congressos, semanas, assembleias de estudos marianos. Em 1904 reuniu no Porto o Congresso do Cinquentenário da Imaculada Conceição. Foi iniciativa de D. António Barroso em ordem a preparar o Congresso Mariano Internacional de Roma. Houve comunicações de D. António Barroso, Francisca Martins, António Barbosa Leão, D. Teotónio Vieira de Castro, Tomás de Vilhena, conde de Samodães, Fernando de Sousa e José de Sousa Gomes. O 1.º Congresso Mariano Nacional foi celebrado em Braga, de 26 a 30 de Maio de 1926. Ocorreu na simultaneidade com o pronunciamento militar que teria repercussão nacional de teor político, operado na mesma cidade. No mesmo lugar reúne em 1954 o 2.º Congresso Mariano Nacional (8-13 de Junho). O programa de estudos foi de alargado âmbito, bem patente no volumoso tomo das actas. António de Castro Mendes, jovem professor do seminário, explana o tema *A maternidade divina de Maria* (p. 113-232) fazendo a evolução da ideia nos Padres e nos concílios até se deter na teologia bíblica. O provincial dos Espiritanos, Olavo Teixeira Martins, reflecte sobre o *Coração Imaculado de Maria* (p. 275-295). O franciscano David de Azevedo analisa o tema *A Imaculada e o Redentor* (p. 321-343), prosseguindo com profundidade o trabalho publicado na *Colectânea de estudos* (1954, p. 115-132) intitulado *A unidade do mistério da Redenção e a necessidade de Maria*. Nestas actas aparecem trabalhos com linguagem de pendor pietista, ao lado de intervenções como a de Maria de Lourdes Pintasilgo, então presidente da direcção-geral da LUCF (Maria, primeira entre as criaturas, bendita entre as mulheres, p. 391-403). O tema da mediação foi abordado pelo Dr. Álvaro Dias (p. 419-444), professor do Seminário de Braga. O lugar de Maria na liturgia é desenvolvido pelo beneditino D. Tomás Gonçalinho de Oliveira. A realeza de Maria é entregue à pena de A. Molho de Faria (p. 757-772), que apresenta uma visão informada do «estado actual da ciência mariológica» (p. 892-911). Longos trabalhos históricos merecem a atenção do cónego de Évora Sebastião Martins dos Reis (*As catedrais portuguesas e a dedicação a Santa Maria*, p. 445-614) e de Correia de Campos (*A Virgem na arte nacional*, p. 665-723). Contributos mais breves são dados pelo cónego Aguiar Barreiros (*Nossa Senhora nos seus emblemas ou símbolos e nas suas figuras*, p. 815-828), pelo padre Arlindo Ribeiro da Cunha (*Nossa Senhora na onomatologia e nas instituições morganáticas*, p. 829-841) e pelo padre Manuel de Oliveira Veloso (*Nossa Senhora na arquidiocese de Braga*, p. 874-875, com numerosos mapas fora de texto) e muitos outros. Sem o carácter nacional realizou-se em Mafra (11.8.1946) um congresso mariano para comemorar o tricentenário da Padroeira e coroar a imagem de Nossa Senhora de Fátima. Na procissão foi encenado um texto do padre Álvaro de Proença. Logo em 1947, um congresso mariano sobre a Assunção foi promovido pela Província Franciscana de Portugal, em Lisboa. Faz o ponto dos estudos mais recentes acerca do assunto e apresenta a evolução da fé dos Portugueses no mistério da Assunção – *Colectânea de Estudos*. 3 (1947), todo o vol. de 215 páginas. Foi um precioso contributo para a proclamação do dogma, que será feita em 1950. David de Sousa dá conta dos estudos bíblicos sobre a temática (p. 5-44). A tradição patrística é assumida por Fernando Félix Lopes (p. 45-64) e a abordagem dos apócrifos mais antigos deve-se a Manuel Taveira da Silva (p. 65-86). Hilário de Burgo dedica atenção às obras de São Lourenço de Brindes (p. 87-114). Dedicados a autores portugueses são os artigos de Frei Montalverne, relativo aos manuscritos de Alcobaça (p. 115-133), Mário

Branco dedicado à oratória (p. 135-153) e João Diogo Crespo sobre os místicos (p. 155-164). Papel saliente assumiu na produção bibliográfica mariana a Sociedada Mariológica «Mater Ecclesiae». Nascida em 1964, teve grande acção renovadora nos primeiros anos da sua vida. A revista *Theologica*, reiniciada em 1966, aparece como órgão da Sociedade. Promoveu o congresso para assinalar o centenário do Santuário do Sameiro. Os três volumes das actas constituem um rico manancial de investigação predominantemente teológica e no imediato pós-concílio. Álvaro Dias justifica a razão da existência do santuário mariano (vol. 2, p. 17-35) e Sebastião Martins dos Reis estabelece a relação entre culto e santuários (vol. 2b, p. 285-327). António G. Molho de Faria apresenta longo estudo sobre a plenitude de graças em Maria (p. 71-185); Baltasar Pires dedica a atenção à maternidade divina sob o aspecto físico (p. 201-210), enquanto a maternidade e virgindade são objecto da análise de David de Azevedo (p. 251-262). O dominicano João Oliveira desenvolve a teologia da Assunção (p. 263-281), o beneditino Ângelo de Oliveira explica a realeza de Maria (p. 299-321), os franciscanos José Maciel da Costa e Silva, a mediação (vol. 2b, p. 3-20) e Albano Vieira, a redenção objectiva (vol. 2b, p. 21-38) e o claretiano João Roberto Marques indica as consequências espirituais do termo Nova Eva (vol. 2b, p. 69-82). Aspectos referentes à moral são abordados por Francisco de Carvalho Correia, João de Freitas Alves, CMF, Alberto Rosado Fileno, CMF, Adelino Pereira, OFM. A Sociedade Mariológica promoveu uma assembleia em Maio de 1965. Intervieram António de Castro Mendes, Joaquim Carreira das Neves, António Molho de Faria, Armindo Lopes Coelho e Alberto Rosado Fileno – *cf. Theologica*. 1 (1966) 69-71. Estas assembleias iriam prosseguir e alimentar a publicação de numerosos artigos de cariz mariológico na revista que tinha como órgão. Cada ano realizava-se uma assembleia, interrompida em 1967 para concentrar esforços no Congresso Mariológico-Mariano Internacional, organizado em Lisboa e Fátima e cujas actas foram publicadas em 1970, em seis volumes. Vários autores portugueses são motivados para fazer teologia nesta maior congregação de mariólogos do mundo. Aí têm colaboração, sobre Fátima, Francisco Rendeiro; o jesuíta Agostinho Ferraz relacionando Fátima com a teologia das revelações privadas em Francisco Suarez; Luciano Guerra, Fernando Leite, os franciscanos Joaquim Carreira das Neves e José Cunha Portugal, os claretianos João de Freitas Alves e Alberto Rosado Fileno e o dominicano Luís Cerdeiro. Além dos estudos históricos, que serão referidos na bibliografia, também abordaram o tema de Maria, Mãe da Igreja, os seguintes portugueses: José António Godinho de Lima e Armindo Lopes Coelho, professores do Seminário Maior do Porto, o dominicano Armindo da Costa Carvalho, o jesuíta António Martins Alves e o dominicano João de Oliveira. Estas reuniões científicas permitem a produção de uma reflexão mais actualizada e facilita os contactos com os melhores especialistas da matéria, conquistando para o debate teológico assuntos tantas vezes reduzidos ao sentimento religioso primitivo ou ao pietismo rude. Após este grande evento esmoreceu a actividade da Sociedade Mariológica, reduzida à participação dos seus membros nos congressos internacionais, que iriam privilegiar a perspectiva histórica. O Ano Mariano de 1988 contribuiu com várias iniciativas para a investigação teológica. Foi o caso da Semana de Teologia, organizada pele Faculdade de Teologia da Universidade Católica, de 8 a 12 de Fevereiro. Reuniu um muito significativo e equilibrado conjunto de 16 trabalhos (Semana de Estudos Teológicos – *Maria nos Caminhos da Igreja*. Lisboa: Verbo, 1991). A problemática dos santuários mereceu um conjunto de estudos da revista *Theologica* – 29 (1994) 239-426. O Centenário da Senhora da Penha foi ocasião para um Simpósio Mariológico (*Actas*. Braga: UCP, 1994), destacando o estudo de António Ferreira Rodrigues que resume a questão das passagens escriturísticas com referências a Maria (p. 203-210), e de Pio Alves de Sousa, que recorda luzes da mariologia para a reflexão teológica, ao que chama de «exercício» de maternidade e evidencia o papel da fé do Povo de Deus na compreensão do mistério (p. 211-221). O Instituto Superior de Évora promoveu em 1996 uma jornadas mariológicas para comemorar os 350 anos da proclamação da Senhora da Conceição como padroeira de Portugal. Manuel Clemente traça um panorama do culto do marianismo em Portugal desde a fundação à Restauração, nos tópicos Maternidade, Assunção, Conceição. Chorão Lavajo estuda a evolução histórica da consagração de Portugal à Senhora da Conceição. Vários autores se dedicam às dimensões artísticas, desde a música, pintura, escultura, azulejaria. O desenvolvimento teológico foi entregue a autores estrangeiros. Teresa Maria da Cruz Costa Pereira debruça-se sobre o modelo mariano como impulso para a nova evangelização e modelo evangélico da vida pastoral. De 9 a 12 de Outubro de 1997 realizou-se o Congresso Internacional sobre o tema «Fenomenologia e Teologia das Aparições», comemorativo dos 80 anos das aparições de Fátima. Teve o mérito de ser o primeiro contributo para analisar o fenómeno através de uma metodologia interdisciplinar e da compreensão teológica da mensagem, a partir das fontes disponíveis. Algumas comunicações foram publicadas na *Didaskalia* (1998) e todas no volume das actas. Como figuras do século XX, até hoje só mereceu um estudo o dominicano e bispo Francisco Rendeiro (1915-1971). São escritos de teor pastoral, apologético e teológico particularmente fecundo entre 1940 e 1970. Considera a «Conceição Imaculada como prolegómeno da Incarnação, ou seja, como prelúdio da derrota do mal» (Gomes – Francisco, p. 235). Aqui se inicia a primeira etapa da história espiritual de Maria, que atinge ponto culminante na Anunciação. Da plenitude inicial vem a plenitude maternal e axial, ou momento da Incarnação do Verbo e a plenitude final com a Assunção. Estes momentos formam uma tríade: chamamento, obra e glória. Rendeiro realça em Maria não tanto a concepção imaculada, mas o lugar no processo da Redenção, contrapondo Maria a Eva, na continuidade do paralelo Adão-Cristo, apontado

por São Paulo. Rendeiro já tem bem presente que a verdade da Maternidade de Maria é a «chave de todos os outros problemas», incluindo a Conceição inicial e a assunção escatológica. O autor defende a maternidade divina na linha tomista; Maria e Mãe de Deus não por produzir a natureza divina de Jesus nem a sua pessoa, mas porque produz a natureza humana de uma pessoa divina» – *Lumen*. 5 (1941) 373. Opera-se entre Maria e Jesus uma aliança física e espiritual, que é contínua e se prolonga para além do nascimento e da infância. Rendeiro defende que Maria recebeu uma elucidação na generalidade, e desde os primeiros dias da missão do Filho, pelas palavras de Simeão e Ana. Considera que Maria talvez não pudesse avaliar toda a extensão do drama e dia a dia foi adivinhando e testemunhando, embora ciente da natureza do Filho (*cf.* GOMES – Francisco, p. 241). O teólogo carrega sobre a conversa com o anjo a consciência da missão redentora do Filho existente em Maria. É também fiel à sua formação dominicana e tomista na introdução de Maria no seio da Trindade. É essa união com Cristo e com a Trindade que valoriza a sua mediação, não independente do Filho, mas comediação. A mediação para Rendeiro promana da maternidade da graça e da maternidade divina. A sua mediação entre os filhos e o pai é uma intercessão operante que suplica, porque não é divina, está ligada ao seu Filho mesmo após a morte. Dada a Ascensão de Jesus, Maria é elevada definitivamente ao reino de Deus Pai. O teólogo e bispo dominicano considera o culto a Maria justo e necessário à salvação, se ordenado ao Filho, porque orar não é modificar a vontade de Deus, mas dispor-se a cumprir as tarefas do Reino. Aqui se inserem os estudos que desenvolveu sobre o Rosário em época de contestação, sublinhando a análise do conteúdo teológico dos mistérios bíblicos da Redenção, «Evangelho abreviado», com o desejo de excitar a devoção interior – obras: Mãe de Deus: Sancta Maria Mater Dei. *Lumen*. 5 (1941) 249-258; Jesus em Maria: gratia plena. *Lumen*. 5 (1941) 297-306; A vencedora da serpente. *Lumen*. 5 (1941) 366-379; Mistério da Maternidade de Maria. *Lumen*. 5 (1941) 489-502, 636-646; *Ao serviço de Jesus e sua Mãe*. Porto, 1943; Maria Medianeira de todas as graças. *Lumen*. 8 (1944) 8-16, 98-108; O Imaculado Coração de Maria e a sua Maternidade de graça. *Lumen*. 8 (1944) 538-548. No campo dos tratados sistemáticos só um autor arriscou um ensaio de mariologia: J. Calmeiro Matias (*Maria na história da salvação: ensaio de mariologia*. Lisboa: Ed. autor, 1986). Os estudos bíblicos foram os mais generosos no enriquecimento da mariologia portuguesa. Para exemplificar, referimos os contributos de António Augusto Tavares, que estuda o versículo Mt. 1, 25 à luz da tradição patrística e das perspectivas da exegese moderna (*Da mariologia à cristologia*. Lisboa: UCP, 1972), de Joaquim Carreira das Neves – Soteriologia paulina e mariologia lucana. *Itinerarium*. 12 (1966) 1-23; O chamamento de Maria e a sua resposta na fé. In *MARIA nos caminhos da Igreja*. Lisboa: Verbo, 1991, p. 23-42 –, de Manuel Isidro Alves e da XI Semana Bíblica Nacional, do Ano Mariano de 1988, sob o tema «Maria na História da Salvação». O tema da conceição virginal de Jesus foi objecto de uma tese de doutoramento defendida em 1977 por José de Freitas Ferreira (*Conceição virginal de Jesus: Análise crítica da pesquisa liberal protestante, desde a «Declaração de Eisenach» até hoje, sobre o testemunho de Mt. 1, 18-25 e Lc. 1, 26-38*. Roma: Univ. Gregoriana Ed., 1980). A débil mariologia portuguesa tem demonstrado capacidade de actualização promovida pelo II Concílio do Vaticano. Prossegue um trabalho de evangelização do sentimento religioso natural e das suas expressões piedosas. O papel dos santuários marianos na educação cristã de uma religiosidade mariolátrica tem permitido aproximar a teologia actual da espiritualidade vivida pelos católicos.

CARLOS A. MOREIRA AZEVEDO

BIBLIOGRAFIA: ALDAMA, José António, SI – Nuestra Senora en el rito liturgico Bracarense. In CONGRESSO DE ESTUDOS A TEOLOGIA DO SANTUÁRIO MARIANO – *Actas*. Braga: Soc. Mar. Mater Eclesiae, 1968, vol. 2b, p. 259-276. ALEGRIA, José Augusto – Nossa Senhora e a música em Portugal no século XVI. In CONGRESSUS MARIOLOGOCI-MARIANI INTERNATIONALIS, Caesaraugustae (Saragoça), 1979 – *Acta: De culto Mariano saeculo XVI*. Romae: PAMI, 1985, vol. 2, p. 479-494. ANAQUIM, Manoel – *O genio portuguez aos pés de Maria: subsidios para a bibliografia mariana em Portugal*. Lisboa: Livr. Ferreira, 1904. AZEVEDO, Carlos A. Moreira – *Vigor da Imaculada: visões de arte e piedade*. Porto: Paróquia Senhora da Conceição, 1998. BARREIROS, Manuel Aguiar – *Nossa Senhora nas suas imagens e no seu culto na arquidiocese de Braga*. Braga, 1931. BIGOTE, José Quelhas – *O culto de Nossa Senhora na diocese da Guarda*. Guarda: Pap. Fernandes, 1948. BRAGANÇA, Joaquim O. – Cântico gradual de Nossa Senhora. *Didaskalia*. 10 (1980) 361-380. IDEM – A devoção dos monges de Bouro a Nossa Senhora. In IX CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE SÃO BERNARDO – *Actas*. Braga: UCP, 1991, p. 65-76. IDEM – A devoção dos portugueses a Nossa Senhora. *Communio*. 4:1 (1987) 54-70. BRANCO, Mário – A Assunção de Nossa Senhora na oratória portuguesa. *Colectânea de estudos*. 3 (1947) 135-154. CAMPOS, João Pires – Nossa Senhora na arquidiocese de Évora. In CONGRESSUS MARIOLOGOCI-MARIANI INTERNATIONALIS, Caesaraugustae (Saragoça), 1979 – *Acta: De culto mariano saeculo XVI*. Romae: PAMI, 1986, vol. 7, p. 263-306. IDEM – Nossa Senhora na arquidiocese de Évora nos séculos XVII e XVIII. In CONGRESSUS MARIOLOGOCI-MARIANI INTERNATIONALIS, Caesaraugustae (Saragoça), 1979 – *Acta: De culto Mariano Saeculo XVI*. Romae: PAMI, 1988, vol. 2, p. 201-226. CARVALHEIRA, José do Sale – *Nossa Senhora na história e devoção do povo português*. Porto: Ed. Salesianas, 1988. CARVALHO, António do Rosário de Sousa, OP – Protecção de Santa Maria da Escada. In CONGRESSUS MARIOLOGOCI-MARIANI INTERNATIONALIS, 1967 – *Acta: De primordis cultu mariani*. Romae: PAMI, 1970, vol. 6, p. 375-396. IDEM – Das confrarias do Rosário. In CONGRESSUS MARIOLOGOCI-MARIANI INTERNATIONALIS, Portugal 1967 – *Acta: De primordis cultu mariani*. Romae: PAMI, 1970, vol. 6, p. 363-373. CARVALHO, José Vaz de, SI – As congregações marianas em Portugal de 1583-1620. In CONGRESSUS MARIOLOGOCI-MARIANI INTERNATIONALIS, Caesaraugustae (Saragoça), 1979 – *Acta: De culto mariano saeculo XVI*. Romae: PAMI, 1986, vol. 7, p. 183-197. CASTELO-BRANCO, Fernando – Aparição e milagres marianos na vida de D. Afonso Henriques. In CONGRESSUS MARIOLOGOCI-MARIANI INTERNATIONALIS, Caesaraugustae (Saragoça), 1979 – *Acta: primordi cultus mariani*. Romae: PAMI, 1970, vol. 6, p. 397-403. CLEMENTE, Manuel – O culto de Nossa Senhora: da fundação à restauração da nacionalidade. *Eborensia* 9: 17-18 (1996) 11-30. CONGRESSO DE ESTUDOS DO I CENTENÁRIO DO SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DO SAMEIRO – *Actas: Teologia do Santuário Mariano*. Braga: Sociedade Mariológica Mater eclesiae, 1965-1968. 2 vol. COSTA, Avelino de Jesus da – Aparições de Nossa Senhora no Barral a 10 e 11 de Maio de 1917. In CONGRESSUS MARIOLOGOCI-MARIANI INTERNATIONALIS, Caesaraugustae (Saragoça), 1970 – *Acta: primordi cultus mariani*. Romae: PAMI, 1970, vol. 6, p. 347-362. IDEM – O culto mariano em Portugal e sobretudo em Braga, Coimbra e Lisboa nos séculos XII a XV. In CONGRESSUS MARIOLOGOCI-MARIANI INTERNATIONALIS, Caesaraugustae (Saragoça), 1979 – *Acta: primordi cultus mariani*. Romae: PAMI, 1970, vol. 3, p. 301-344. IDEM – *Nossa Senhora das Neves: Subsídio para a história do seu culto*. Viana do Castelo, 1978. IDEM – A Virgem Maria Padroeira de Portugal na Idade Média. *Lusitania Sacra*. 2 (1957) 7-49. COSTA, Beniamino – *La Mariologia di S. Antonio di Padova*. Padova, 1950. CRESPO, João Diogo – A Assunção nos místicos portugueses. *Colectânea de Estudos*. 3 (1947) 155-164. CRISTINO, Luciano – A Biblioteca mariana dos oratorianos de Lisboa (século XVIII). In CONGRESSUS MARIOLOGOCI-MARIANI INTERNATIONALIS, Republica Militensi (Malta), 1979 – *Acta: De culto mariano saeculis XVII-XVIII*. Romae: PAMI, 1988, vol. 2, p. 111-128. CRISTÓVÃO, Fernando – Nicolau Dias. In *ANTOLOGIA de espirituais portugueses*. Lisboa: INCM, 1994, p. 289-295. DEUS, João António de – Santuário de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viço-

sa de Portugal. In CONGRESSUS MARIOLOGOCI-MARIANI INTERNATIONALIS, Republica Militensi (Malta), 1979 – *Acta: De culto mariano saeculis XVII-XVIII*. Romae: PAMI, 1988, vol. 2, p. 227-244. DIAS, Geraldo J. A. Coelho – Um certo Porto devoto no Porto do liberalismo: a Arquiconfraria do Imaculado Coração de Maria. *Humanistica e Teologia*. 13 (1992) 383-392. *FÁTIMA Altar do mundo: o culto de Nossa Senhora em Portugal*. Porto: Ocidental Ed., 1953-1955. 3 vol. FERREIRA, J. A. Pinto – *Algumas notas sobre o culto de Nossa Senhora Auxiliadora no Porto*. Porto, 1953. FERREIRA, João, OFM – A teologia mariana portuguesa. In *A VIRGEM e Portugal*. Dir. F. de Castro Pires de Lima. Porto: Ed. Ouro, 1967, vol. 1, p. 419-456. GOMES, F. Soares – Tensões Igreja-Estado em Portugal: documentos vaticanos por ocasião do dogma da Imaculada. *Brotéria* 100 (1975) 291-305. GOMES, J. Pinharanda – Miguel de Azevedo, O. Carm. na apologética eliano-mariana. *Carmelo Lusitano*. 2 (1984) 53-64. IDEM – Francisco Rendeiro, teólogo mariano. In IDEM – *Pensamento português*. Lisboa, 1979, vol. 4, p. 229-247. LARANJO, F. J. Gadeiro – *Padroado mariano no território do Douro Sul*. Lamego: Voz de Lamego, 1989. LAURENTIN, René – La Vierge Marie chez Saint Antoine de Padoue. *Il Santo*. 22 (1982) 491-520. LAVAJO, Joaquim Chorão – A consagração de Portugal a Nossa Senhora da Conceição. *Eborensia*. 9: 17-18 (1996) 31-56. LEÃO, Maria Dulce – Notre Dame dans la litérature portugaise. In *MARIA: Études sur la Saint Vierge*. Paris: Beauchesne, 1952, vol. 2, p. 239-272. LIMA, J. A. Pires de; LIMA, F. C. Pires de – *Nossa Senhora em Portugal*. Porto: Ed. Domingos Barreira, 1955. LOPES, Fernando Felix – A propósito do culto da Imaculada Conceição em Portugal. *Colectanea de Estudos*. 1 (1946) 19-83. IDEM – Introdução ao culto da Imaculada Conceição em Portugal. *Brotéria*. 43 (1944) 500-508. LOURO, Henrique da Silva – *O culto de Nossa Senhora e dos Santos na arquidiocese de Évora*. Évora, 1967. MARGERIE, Bertrand de – Les grands auteurs religieux dans la littérature classique du Portugal. *Didaskalia*. 31 (1991) 213-522. IDEM – Frei Nicolau Dias, OP (1520-1596): teólogo e apóstolo do Rosário. *Revista de Espiritualidade*. 8 (1994) 305-320. MARQUES, José – Bibliografia mariana portuguesa do século XVI. *Theologica*. 20 (1985) 39-109. Também in CONGRESSUS MARIOLOGOCI-MARIANI INTERNATIONALIS, Caesaraugustae, 1979 – *Acta: De culto mariano saeculo XVI*. Romae: PAMI, 1986, vol. 7, p. 13-121. IDEM – Santa Maria da Oliveira, centro nacional de peregrinações. In SIMPÓSIO MARIOLÓGICO «SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DA PENHA» – *Actas*. Braga, 1994, p. 65-89. MARQUES, Manuel Luís – Frei Manuel do Cenáculo e a definibilidade da Imaculada Conceição. *Colectânea de Estudos*. 1 (1946) 123-136. MARTINS, Mário – Canções marianas mencionadas nos autos vicentinos. *Didaskalia*. 7 (1977) 399-430. IDEM – A Imaculada Conceição na espiritualidade portuguesa. *Brotéria*. 43 (1946) 556-578. IDEM – Ladainhas a Nossa Senhora em Portugal (Idade Média e século XVI). *Lusitania Sacra*. 5 (1960-1961) 121-220. Separata, Lisboa, 1961. MEA, Elvira Cunha de Azevedo – Nossa Senhora em processos da Inquisição. *Revista da Faculdade de Letras: História*. 1 (1984) 135-158. Também in CONGRESSUS MARIOLOGOCI-MARIANI INTERNATIONALIS, Caesaraugustae (Saragoça), 1979 – *Acta: De cultu mariano saeculo XVI*. Romae: PAMI, 1986, vol. 7, p. 157-181. MENDEIROS, José – Santo António, teólogo da mediação universal e da Assunção de Nossa Senhora. *Lumen*. 11 (1938) 151-154. MENDEIROS, José Filipe – Oragos marianos das paróquias da arquidiocese de Évora. *Eborensia*. 9: 17-18 (1996) 187-221. MOITA, António José – *O culto de Maria no Patriarcado: memória do Patriarcado de Lisboa ao Congresso Mariano reunido em Braga em Maio de 1926*. Lisboa: União Gráfica, 1927. MONTAGNA, David Maria – Tracce di pietá mariana medievale nei sermones di Sant'Antonio. *Il Santo*. 22 (1982) 521-535. MONTALVERNE, José, frei – A Assunção de Nossa Senhora nos mais antigos manuscritos do Mosteiro de Alcobaça. *Colectânea de Estudos*. 3 (1947) 115-133. IDEM – A crença na Imaculada Conceição da Igreja latina a João de Duns Escoto. *Colectânea de Estudos*. 1 (1946) 137-173. MORAIS, José Manuel, MIC – As ordens religiosas em Portugal nos séculos XVII-XVIII. In CONGRESSUS MARIOLOGOCI-MARIANI INTERNATIONALIS, Republica Militensi (Malta), 1979 – *Acta: De culto mariano saeculis XVII-XVIII*. Romae: PAMI, 1988, vol. 2, p. 141-174. MOREIRA, Domingos de Azevedo – Nossa Senhora do Pilar em Portugal. In CONGRESSUS MARIOLOGOCI-MARIANI INTERNATIONALIS, Caesaraugustae (Saragoça), 1979 – *Acta: De cultu mariano saeculo XVI*. Romae: PAMI, 1986, vol. 7, p. 307-348. MORENO, Humberto Baquero – Nossa Senhora em processos anteriores à Inquisição. In CONGRESSUS MARIOLOGOCI-MARIANI INTERNATIONALIS, Caesaraugustae (Saragoça), 1979 – *Acta: De cultu mariano saeculo XVI*. Romae: PAMI, 1986, vol. 7, 149-156. NASCIMENTO, Aires Augusto – Um «Mariale» alcobacense. *Didaskalia*. 9 (1979) 339-412. NEVES, Francisco Moreira das, ed. lit. – *Santa Maria nos poetas portugueses do século XVI*. Fátima: Ed. Santuário, 1979. *NOSSA SENHORA na devoção do povo de Arouca: 1.ª Exposição de Escultura Mariana no Concelho de Arouca (séculos XIV a XVIII)*. Arouca, 1988. OLIVEIRA, Miguel de – Santa Maria na história e na tradição portuguesa. Lisboa: União Gráfica, 1967. In *FÁTIMA altar do mundo*. P. 35-144. PERICÃO, Maria da Graça – Bibliografia mariana portuguesa dos séculos XVII e XVIII. *Didaskalia*. 20 (1990) 249-464. PIMENTEL, Alberto – *História do culto de Nossa Senhora em Portugal*. Lisboa: Livr. Ed. Guimarães Libânio e C.ª, 1899. PINA, Luís de – A Mãe de Deus nas páginas médicas clássicas portuguesas. *Theologica*. 1 (1955) 441-485. PINTO, Américo Cortez – A presença da Virgem na literatura portuguesa. In *FÁTIMA altar do mundo*. P. 145-288. PIRES, José Alves, SI – Oratória mariana portuguesa no século XVI. In CONGRESSUS MARIOLOGOCI-MARIANI INTERNATIONALIS, Caesaraugustae (Saragoça), 1979 – *Acta: De cultu mariano saeculo XVI*. Romae: PAMI, 1986, vol. 7, p. 123-147. IDEM – Maria e a Trindade nos Sermoens de Vieira. *Didaskalia*. 30 (2000) 125-147. PIRES, Moisés – *O culto de Nossa Senhora Auxiliadora em Portugal*. Porto: Ed. Salesianas, 1988. POMBO, Ruela – *Mariologia portuguesa (subsídios: pastorais dos bispos)*. Porto, 1955-1956. 2 vol. RIBEIRO, Bartolomeu – Ladainha mariana dos portugueses. *Itinerarium*. 2 (1956) 415-423. REBELO, Domingos – *O culto a Maria na diocese de Aveiro*. V. N. Gaia: Mov. dos Cruzados de Fátima; Secretariado Diocesano de Aveiro, 1989. REIS, Jacinto dos – *Invocações de Nossa Senhora em Portugal de aquém e de além-mar e seu padroado*. Lisboa: União Gráfica, 1967. REIS, Sebastião Martins dos – *As catedrais portuguesas e a sua dedicação a Santa Maria*. Lisboa, 1955. ROLO, Raul de Almeida, OP – Devoção a Maria nos padres e doutores portugueses do Concílio de Trento. In CONGRESSUS MARIOLOGOCI-MARIANI INTERNATIONALIS, Caesaraugustae (Saragoça), 1979 – *Acta: De cultu mariano saeculo XVI*. Romae: PAMI, 1986, vol. 4, p. 247-265. IDEM – Doutrina mariana de D. Frei Bartolomeu dos Mártires. In CONGRESSO DE ESTUDOS «A TEOLOGIA DO SANTUÁRIO MARIANO» – *Actas*. Braga, 1965, vol. 2, p. 51-69. ROSÁRIO, António do, OP – O culto mariano na primeira Academia Portuguesa da História. In CONGRESSUS MARIOLOGOCI-MARIANI INTERNATIONALIS, Republica Militensi (Malta), 1983 – *Acta*. Romae: PAMI, 1988, vol. 2, p. 123-140. SAMODÃES, Conde de – *O culto de Maria Santissima na diocese do Porto*. Porto: Typ. Catholica de José F. da Fonseca, 1904. SANTA MARIA, Agostinho, fr. – *Santuário Mariano e a história das imagens de Nossa Senhora e das milagrosamente aparecidas, em graça dos pregadores e dos devotos da mesma Senhora*. Lisboa: 1707-1723. 10 vol. SANTOS, Luciano Afonso dos – O culto de Nossa Senhora na arquidiocese de Braga no século XVI (nas ermidas e capelas). In CONGRESSUS MARIOLOGOCI-MARIANI INTERNATIONALIS, Caesaraugustae (Saragoça), 1979 – *Acta: De cultu mariano saeculo XVI*. Romae: PAMI, 1986, vol. 7, p. 199-231. SERPA, Gonçalo de – *A virgem da Lusitania: história, paisagens, mistérios*. Lisboa: Coimbra Ed., 1947. SOARES, Franquelim Neiva – Capelas marianas nos séculos XVII e XVIII. In CONGRESSUS MARIOLOGOCI-MARIANI INTERNATIONALIS, Republica Militensi (Malta), 1983 – *Acta*. Romae: PAMI, 1988, vol. 2, p. 175-200. IDEM – Nossa Senhora nas visitações da arquidiocese de Braga no século XVI. In CONGRESSUS MARIOLOGOCI-MARIANI INTERNATIONALIS, Caesaraugustae, 1979 – *Acta: De cultu mariano saeculo XVI*. Romae: PAMI, 1986, vol. 7, p. 233-262. Também publicado, com maior desenvolvimento, em *Theologica*. 24-26 (1989-1991) 61-101. VALENÇA, Manuel – A Imaculada Conceição na obra dos principais escritores místicos portugueses. *Colectânea de Estudos*. 1 (1946) p. 97-122. VELOSO, Agostinho – A devoção a Nossa Senhora no tempo da restauração. *Brotéria*. 43 (1946) 533-546.

MISERICÓRDIAS NOS SÉCULOS XIX-XX. O aumento da intervenção do Estado nas Misericórdias constituiu um dos traços mais marcantes da vida destas instituições no século XIX, sobretudo a partir do regime liberal. A primeira a sentir os seus efeitos foi a Misericórdia de Lisboa que, após o decreto de 11 de Agosto de 1834, viu dissolvida a mesa da sua irmandade, passando a ser administrada por comissões administrativas e pessoas da confiança governamental, assumindo as características de um organismo de assistência ao serviço do Estado. Entre as suas atribuições, definidas superiormente, contava-se a do apoio aos expostos, que no resto do território transitou para a competência das câmaras municipais a partir do decreto de 19 de Setembro de 1836, e a administração do principal hospital do país (São José), até ao momento em que este saiu da sua alçada (1851). Nas restantes Misericórdias, depois do decreto de 21 de Outubro de 1836, que regulava a administração dos bens confraternais, o controle estatal fez-se sentir sobretudo pela obrigatoriedade destas associações enviarem anualmente as suas contas para aprovação às autoridades municipais e distritais. Com a publicação da lei de desamortização* de 22 de Junho de 1866, o Estado levou mais longe a sua intervenção nas Misericórdias, mandando vender os bens que

lhes pertenciam, bem como os das confrarias*, recolhimentos, hospitais e outras instituições, obrigando à aplicação do seu produto em títulos de dívida pública ou papéis de crédito. Esta directiva, sobretudo devido à desvalorização da moeda, provocou o decréscimo da capacidade económica das Misericórdias, contribuindo de forma decisiva para o enfraquecimento da sua acção, conduzindo-as à penúria ou até, em alguns casos, a processos de extinção. Apesar destas dificuldades, no final da Monarquia, uma boa parte da rede de assistência* continuava a assentar nos hospitais, recolhimentos, asilos e outros serviços criados pelas 286 Misericórdias então existentes, que se distribuíam pela maior parte dos concelhos do país. Com a República, através da lei de 25 de Maio de 1911, foram definidos os serviços de assistência oficial, aproveitando-se para este fim «a participação da assistência privada», nomeadamente das Misericórdias, que ficavam então sob a alçada da Direcção-Geral de Assistência, inserida na orgânica do Ministério do Interior. Entre outras, o Estado mantinha capacidade para vigiar a contabilidade destas instituições, aprovar doações ou alienações do seu fundo social, inspeccionar a assistência clínica dos seus estabelecimentos e dissolvê-las, caso se afastassem dos fins a que se tinham proposto. Para além disso, através de outros diplomas legais, as autoridades civis republicanas reservaram também para si o direito de nomear comissões administrativas para as Misericórdias e de admitirem irmãos sem qualquer tipo de restrição, permitindo colocar nestas irmandades e à frente dos seus destinos indivíduos política e ideologicamente identificados com o novo regime. Apesar deste privilegiar as associações religiosas beneficentes, em detrimento das cultuais, a verdade é que as medidas políticas republicanas não trouxeram melhorias substanciais à vida das Misericórdias, que continuaram sem as condições económicas e patrimoniais adequadas ao exercício da sua acção assistencial. Esta situação conduziu à realização do I Congresso nacional destas instituições, em Março de 1924, que tinha como principal objectivo o estudo de medidas que pudessem ajudar a superá-la. Na sequência deste evento, foi publicada a Lei n.º 1641, de 29 de Julho de 1924, que permitia ao governo liquidar os défices das gerências das Misericórdias, desde que elas mantivessem serviços de assistência em hospitais. Através da Lei n.º 1667, de Setembro desse ano, autorizava-se ainda o executivo a lançar um adicional até 5 % sobre as contribuições gerais directas do Estado, destinado a distribuir pelas instituições de assistência concelhias, por meio da Comissão Municipal de Assistência. O Decreto n.º 10 242, de 1 de Novembro de 1924, que regulamentava os referidos diplomas, reconhecia a autonomia administrativa das Misericórdias como organismos beneficentes de carácter privado sob fiscalização do Estado, e concedia um lugar privilegiado às que pretendiam aderir aos financiamentos públicos, tornando-as instituições concelhias de assistência oficial, dado que para obterem esses apoios eram obrigadas a prestar, na área do respectivo município, um conjunto de serviços definidos superiormente. Entre eles, contava-se a ajuda aos miseráveis e aos doentes em hospitais ou domicílios, a protecção de grávidas e recém-nascidos, o fornecimento de sistemas de ensino e de apoio à primeira infância desvalida, e a «assistência aos velhos e inválidos de trabalho, caídos na indigência». Esta «municipalização» das Misericórdias e crescente dependência face aos subsídios estatais estimulou o aparecimento de novas Santas Casas, possibilitou a diversificação de áreas de actuação (sopa dos pobres, lactários, semi-internatos, patronatos, etc.) e contribuiu para a afirmação dos serviços prestados pelos seus postos médicos e hospitais que, durante o Estado Novo, compunham a principal rede de cuidados de saúde do país. Basta recordar que, na década de 1960, as Misericórdias detinham «um hospital central, o de Santo António do Porto, todos os regionais e a quase totalidade dos sub-regionais» (Fonseca – *História*, p. 204). Na capital, a Misericórdia, então instituto oficial de assistência, reforçava a sua posição de principal organismo português na sua área de intervenção, abrindo sucessivos serviços de apoio social, como o de Medicina no Trabalho ou o Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão (1966), apoiada nos rendimentos de jogos sociais como o Totobola (1961), de que possuía o monopólio. Além disso, em termos políticos, detinha representação na Câmara Corporativa, por meio da Corporação da Assistência. Durante o Estado Novo, merece ainda destaque o Decreto-lei n.º 35 108, de 7 de Novembro de 1945, que instituiu o chamado «regime dualista», vigente até 1979, separando as Misericórdias das respectivas irmandades, remetendo estas últimas apenas para o exercício de funções cultuais, subalternizando-as. O regime saído da revolução de Abril de 1974, através do Decreto-lei n.º 618/75, de 11 de Novembro, procedeu à nacionalização dos hospitais das Misericórdias, ameaçando-as de extinção nos casos em que, após este processo, se verificasse que deixavam «de manter qualquer estabelecimento ou actividade integrada na política social aprovada pelo Governo». Para ajudar a fazer face a esta conjuntura política adversa, foi criada a União das Misericórdias Portuguesas, após o V Congresso destas irmandades (1976), que preconizava a revisão do corpo legislativo que afectava a vida das Misericórdias. Esta revisão foi conseguida, em primeiro lugar, com a publicação do Decreto-lei 519-G/79 e, sobretudo, a sua reformulação através do Decreto-lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, que definiu o estatuto das instituições particulares de solidariedade social, no qual as Misericórdias se poderiam inserir, conseguindo financiamentos públicos para projectos assistenciais, reduzindo as formas de tutela estatal sob a sua actividade administrativa. Na década de 1980 foi ainda possível restabelecer o processo de retorno dos hospitais para as Misericórdias que, contudo, não incluiu o de Santo António do Porto, nem os de âmbito distrital. Também do ponto de vista canónico, as Misericórdias procuraram definir a sua situação jurídica, reivindicando para si o estatuto de associações privadas de fiéis. Quanto à Misericórdia de Lisboa, desde 1991 que possui a qualidade de pessoa colectiva de utilidade pública administrativa, tutelada pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Solidarie-

dade Social, sendo o seu provedor nomeado pelo governo. Actualmente, existem 384 Misericórdias activas no continente e ilhas, prestando apoio social a mais de 100 000 pessoas, destacando-se as valências que implicam ajuda a idosos (lares, centros de dia e apoio domiciliário), ou a crianças (jardins de infância e creches). As Misericórdias participam ainda na aplicação de programas governamentais de combate à pobreza e à exclusão social, como o Rendimento Mínimo Garantido, constatando-se também o seu interesse por novas áreas funcionais, como o apoio aos desempregados e a formação profissional, ou a valorização do seu património cultural, com a criação de serviços de biblioteca, de arquivo e de museu, a publicação de obras histórico-documentais ou a promoção de iniciativas culturais e de exposições, destacando-se as realizadas no âmbito das comemorações do V Centenário da Fundação das Misericórdias.

PEDRO PENTEADO

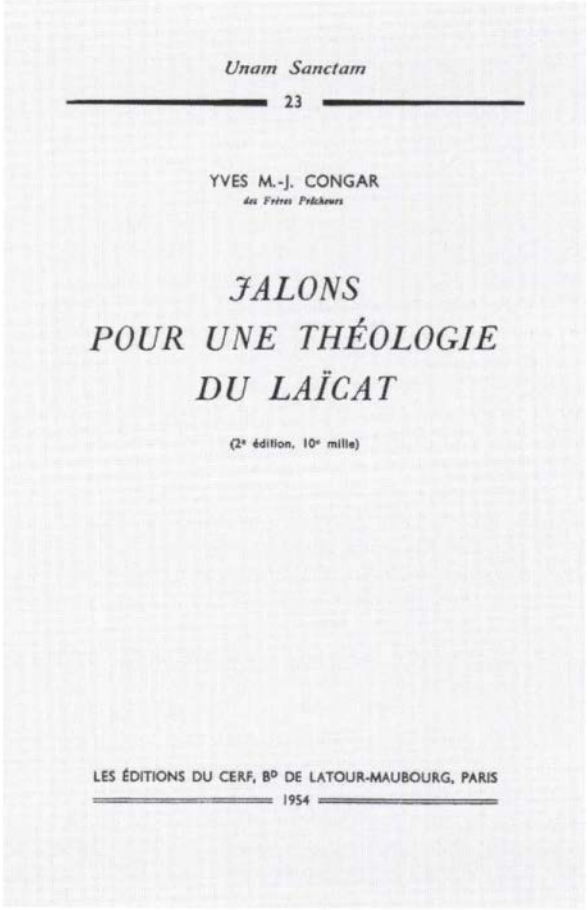
BIBLIOGRAFIA: Para além da legislação específica, BIGOTTE, José Quelhas – *Situação jurídica das Misericórdias portuguesas*. 2.ª ed. Lisboa, 1994. FONSECA, Carlos Diniz da – *História e actualidade das Misericórdias*. Lisboa, 1996. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A Misericórdia de Lisboa: Quinhentos anos de História*. Lisboa, 1998. UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *As Misericórdias de Portugal*. Lisboa: UMP, 2000. 2 vol.

MOVIMENTOS ECLESIAIS CONTEMPORÂNEOS (séculos XIX-XX). Um dos elementos característicos da contemporaneidade reside no aparecimento de diversificados movimentos sociais, de que os movimentos operários, estudantis, juvenis e feministas são exemplo, assim como novas formas de vinculação política ou expressão cultural, como os partidos e as maçonarias*. Por outro lado, a par da continuidade de anteriores formas de organização social, as iniciativas de tipo sindical constituem uma novidade que, conjugada com as contínuas transformações nos modos de socialização e formas de sociabilidade, se traduziram no aparecimento de novos grupos e organizações, mais ou menos institucionalizados, assentes na ideia de um maior protagonismo individual e directa participação de todos os seus membros na vida da sociedade, à medida do desenvolvimento da sociedade liberal (*v.* LIBERALISMO) e da afirmação da própria ideia de democracia, dando origem ao associativismo moderno e a renovadas formas de expressão cultural. Esta tendência repercutiu-se e fez-se acompanhar também de mudanças na vivência religiosa das populações e formas de organização das Igrejas, nomeadamente da Igreja Católica, em articulação com o processo de secularização* da sociedade e de laicização das principais instituições públicas, contribuindo para gerar uma nova concepção de apostolado. No processo de ruptura da ordem política, social, cultural e religiosa tradicional desenvolveu-se, no século XIX, um amplo movimento católico na procura de novas formas de presença e de articulação da Igreja Católica com a sociedade, que conheceu diversas fases e cambiantes, acentuando primeiro a dimensão política, depois a dimensão social, no marco de um catolicismo integral (*v.* CATOLICISMO SOCIAL). Esse movimento católico traduziu-se no desenvolvimento de novas formas e concepções de apostolado, que estão na origem dos movimentos eclesiais contemporâneos. Em termos gerais, e considerado o catolicismo como uma forma religiosa de vivência e integração social, assente na ideia de corporeidade, podem distinguir-se dois modelos correspondentes a duas grandes fases na história dos movimentos eclesiais contemporâneos: uma primeira, marcada pelo desenvolvimento do associativismo católico, como forma de resposta à emergência da sociedade liberal, assente no desenvolvimento de novos protagonismos (a importância dos fiéis comuns) e novas formas de concepção pastoral* a partir da ideia da necessidade de recristianização da sociedade; uma segunda fase, que se afirma a partir da segunda metade do século XX, marcada pelo aparecimento de uma perspectiva que se pode considerar neocongreganista, como reacção ao sentimento de fragmentação experimentado a nível individual e forma de integração relativamente a uma realidade percepcionada como marcada pelo atomismo social. Em termos das relações Igreja/Estado, estes dois modelos correspondem também a dois tempos: um, marcado pela preocupação da Igreja definir o seu próprio espaço na sociedade, em contraposição às tendências hegemónicas ou totalitárias do Estado, traduzindo-se no modelo da Acção Católica de Pio XI; outro, definido pela valorização da democracia política e pelo paradigma da pluralidade e da laicidade*, a que a Igreja Católica procura responder com novos movimentos eclesiais, visando uma resposta global para os seus membros e gerando os seus próprios mecanismos integradores assente cada um deles em diferentes tradições espirituais, com carismas e especificidades próprias, à semelhança das congregações religiosas (*v.* CONGREGANISMO). Muitos desses novos movimentos surgiram ou desenvolveram-se em Portugal por duas vias complementares: por um lado, em estreita articulação com os dinamismos colaterais sustentados pelas próprias congregações religiosas*, à medida da sua reintrodução ou implantação no país nomeadamente a partir dos anos 30 do século XX ; por outro lado, em função de propostas trazidas pela nova dinâmica internacional do catolicismo, no pós-2.ª Guerra Mundial (*cf.* FERREIRA – Religião). Nesta perspectiva, os movimentos eclesiais actuais constituem formas dinâmicas da Igreja Católica acompanhar os processos de mudança social, procurando a integração dos considerados outrora como «fiéis», hoje compreendidos genericamente como «crentes», a dois níveis: fazendo-os participar no processo de cristianização ou evangelização da sociedade e, simultaneamente, proporcionando-lhes espaços de autoformação e autocristianização. O percurso da sua génese e desenvolvimento, que ocupa os séculos XIX e XX, é, no entanto, longo e complexo. *1. Movimento católico, apostolado laical e associativismo eclesial:* Em concreto, ao longo dos dois últimos séculos, assistiu-se no mundo católico ao aparecimento de variadas iniciativas que acompanham o desenvolvimento dos próprios movimentos sociais, num processo de envolvimento – em reacção, participação ou antecipação –, relativamente às questões sociais, em função da capacidade de mobilização da Igreja romana e do livre exercício de cidadania por

parte dos católicos. Verificou-se a progressiva institucionalização de novas formas de organização religiosa, assentes num maior e diversificado protagonismo dos cristãos e no desenvolvimento da perspectiva associativa, que paulatinamente conduziram ao reconhecimento do chamado apostolado laical e à afirmação da sua importância no seio da Igreja Católica. Nesta perspectiva, os movimentos eclesiais contemporâneos não apenas correspondem a renovados meios para o exercício de uma prática religiosa, como resultam da institucionalização de novas formas de enquadramento e participação dos católicos enquanto tais, simultaneamente na vida eclesial e social. A grande diversidade de campos, formas de organização e modos de articulação destes movimentos com o todo eclesial acompanhou também a própria evolução da Igreja* Católica, quer na autocompreensão que foi desenvolvendo acerca de si própria, quer na relação que foi estabelecendo com a sociedade no seu todo. Nesta perspectiva, a reflexão teológica constitui um lugar fundamental para se compreender a evolução de concepções que acompanharam a mudança da prática religiosa tradicional. Em termos de longa duração, sublinhe-se a passagem da concepção oitocentista de Igreja Católica como *societas perfecta*, que se estrutura dicotomicamente em Igreja docente e discente, como «sociedade desigual» (na definição de Pio X), para a ideia de Igreja como «corpo místico de Cristo», «povo de Deus» na história dos homens, «sacramento de salvação» no mundo contemporâneo, na tríplice definição consagrada pelo II Concílio do Vaticano*, só possível graças ao próprio desenvolvimento de uma teologia do laicado, de que a obra do padre Yves Congar, *Jalons pour une théologie du laicat* (Paris, 1952) é, de certo modo, pioneira (*cf.* Pereira – *A questão da identidade*, p. 23-70). No século XX, a partir da ideia de Acção Católica definida por Pio XI, assistiu-se à passagem da ideia de «participação dos leigos no apostolado hierárquico», para a de «colaboração com o apostolado hierárquico», modo indirecto de se reconhecer já a especificidade de um apostolado de leigos, para finalmente se falar autonomamente do apostolado laical (*cf.* Fontes – A Acção Católica, p. 67-69). A dinâmica da Acção Católica Portuguesa* correspondeu assim, desde os primórdios, à emergência e ao protagonismo do laicado*, entendido este como o reconhecimento da intervenção qualificada dos fiéis comuns nos campos social, cultural e político, progressivamente autonomizados da esfera religiosa e da autoridade eclesiástica. No entanto, a sua génese é muito anterior e inclui um leque muito diversificado de iniciativas. No caso português, o paralelismo entre a laicização da sociedade e a crescente afirmação do laicado católico é sublinhado por Manuel Clemente num estudo relativo às primeiras décadas do século XIX, no período imediatamente sequente à revolução liberal (*cf.* Clemente – Laicização). Mas, a primeira experiência consistente do que poderá ser considerado o apostolado contemporâneo encontra-se na Sociedade Católica*, como o sublinha o mesmo autor num outro estudo, ao interrogar-se sobre o significado desta iniciativa, que perdurou de 1843 a 1853: «Que ficou afinal? Ficou o esboço de uma iniciativa apostólica verdadeiramente contemporânea: por partir já da consciência da alteridade entre a Igreja e a sociedade, olhando-se esta como campo próprio da militância católica; por querer mobilizar, além dos agentes tradicionais, todos os leigos capacitados, superando divisões partidárias; por projectar uma rede especificamente confessional à dimensão do país e com contactos internacionais» (Clemente – *Nas origens*, p. 261). Definem-se assim alguns dos traços mais marcantes do que virão a ser os movimentos eclesiais contemporâneos, a que se juntarão outros a partir de então, como sejam: a valorização do livre associativismo dos indivíduos a partir da sua identidade religiosa; o reconhecimento de determinado sector ou problemática da vida social (a juventude ou o operariado, por exemplo) em função dos quais se procura oferecer uma resposta especializada, ainda que numa atenção crescente à globalidade da vida; o desenvolvimento de uma espiritualidade e de uma mística próprias, capaz de sustentar cada uma dessas novas formas de apostolado; o reconhecimento dos dinamismos individuais e sociais, assente na proposta de conversão individual e na vivência comunitária do ideal cristão, inerentes à própria ideia de movimento; a valorização do sentido de adesão individual e vivência comunitária, muitas vezes concretizada em pequenos grupos, compreendendo frequentemente vários círculos e formas de pertença e participação dos seus membros; e, por último, a inserção ou articulação de cada nova iniciativa no todo da Igreja Católica. Pode considerar-se que este último ponto constitui mesmo uma questão central na reflexão eclesiológica actual, concretamente a procura de «critérios de eclesialidade» capazes de responder à novidade das novas experiências, como resulta explicitamente do n.º 30 da exortação apostólica *Christifidelis Laici* (1988), do papa João Paulo II, publicada na sequência do Sínodo dos Bispos de 1987 sobre o tema «Vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo». Mas, com o desenvolvimento de novos movimentos eclesiais na segunda metade do século XX, a tradicional concepção de movimentos e obras de apostolado dos leigos tende a ser posta em questão, em favor do desenvolvimento de movimentos que procuram respostas globais (para homens e mulheres, jovens e adultos, celibatários ou casados, consagrados ou não) e que integram simultaneamente leigos, religiosos e padres, em função de carismas ou formas de espiritualidade específicos, como se de uma grande família religiosa se tratasse, dentro do que foi definido como uma perspectiva neocongreganista. Por outro lado, à medida que crescem em número e em autonomia, os movimentos eclesiais contemporâneos têm conduzido a um aprofundamento ou questionamento da própria teologia dos ministérios, e, em particular, dos ministérios ordenados, sobretudo a partir do momento em que se considera que estes escasseiam relativamente às necessidades pastorais existentes, tal qual elas são definidas pelas Igrejas locais, enquanto alguns destes movimentos ensaiam novas vivências comunitárias e formas de organização e modos de afirmação da comunhão eclesial. Numa perspectiva

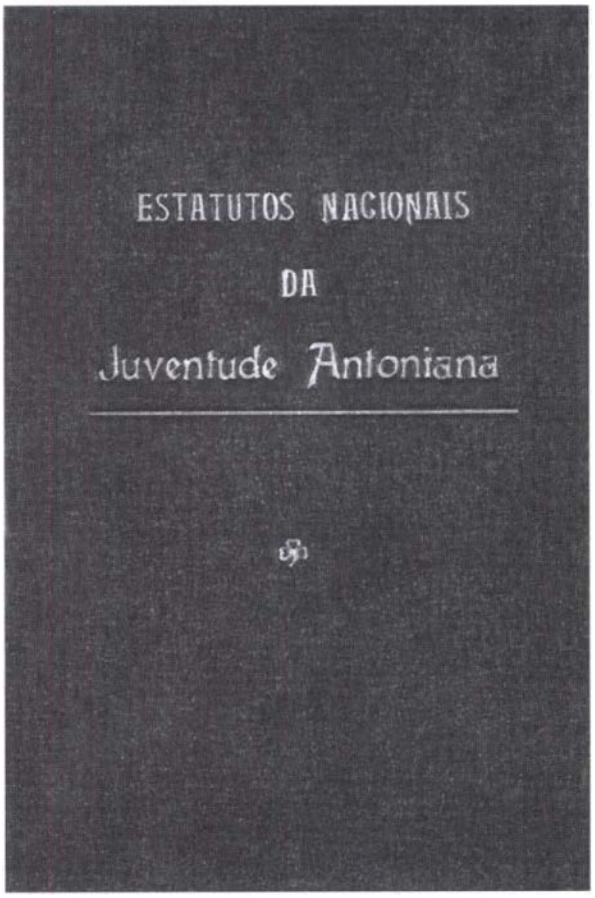
intra-eclesial, o enquadramento jurídico ajudará a situar uma das principais mudanças trazidas pelos movimentos eclesiais contemporâneos ao longo dos dois últimos séculos: a valorização do associativismo dos fiéis como um elemento constituinte da própria Igreja Católica. Se o Código de Direito Canónico de 1917 permaneceu alheio e indiferente ao tema dos direitos fundamentais (*cf.* Gomes – Deveres e direitos, p. 37), entre eles o do direito de associação, referindo-se às associações de fiéis para distinguir entre aquelas erigidas pela Igreja (hierárquica) das recomendadas por esta, como seria, por exemplo, a Sociedade de São Vicente de Paulo e todas as de iniciativa laical (*cf.* Marques – O direito, p. 131-141), já o novo Código de 1983 reconhece explicitamente o direito de associação no interior da Igreja e a importância das associações de fiéis, independentemente da natureza laical ou clerical dos membros que a integram e das formas organizativas que essas associações revestem. No livro II («Do Povo de Deus»), parte I («Dos Fiéis»), título V («Das Associações de Fiéis») do Código pode ler-se nomeadamente no n.º 298, §1: «Na Igreja existem associações, distintas dos institutos* de vida consagrada e das sociedades de vida apostólica*, nas quais os fiéis quer clérigos quer leigos, em comum se esforçam por fomentar uma vida mais perfeita, por promover o culto público ou a doutrina cristã, ou outras obras de apostolado, a saber, o trabalho de evangelização, o exercício de obras de piedade ou de caridade, e por informar a ordem temporal com o espírito cristão» (*Código*, p. 236). Esta afirmação jurídica traduz, afinal, o desenvolvimento de uma nova consciência eclesial, que pressupõe a valorização do sacerdócio comum dos fiéis assente no baptismo; mas, simultaneamente, resulta do reconhecimento intra-eclesial do valor do testemunho cristão, resultante do exercício da cidadania dos católicos na sociedade, numa perspectiva de crescente pluralidade. *2. Formas de apostolado e diversidade dos movimentos eclesiais católicos:* O desenvolvimento do apostolado contemporâneo implicou efectivamente o reconhecimento da diversidade de iniciativas e formas organizativas dos católicos, assim como a aceitação e paulatina valorização da pluralidade de perspectivas no seu seio, nomeadamente no modo de relação com a sociedade, no quadro de unidade eclesial, vivido mais ou menos tensionalmente, e reiterado teologicamente (*v.g.*: as mais recentes eclesiologias assentes na ideia de comunhão). Mas, a história do catolicismo contemporâneo é também atravessada por um movimento mais profundo, que genericamente designaríamos de diferenciação religiosa: diferenciação relativamente a outras compreensões religiosas, a outras tradições eclesiais cristãs e ainda, no seu próprio interior, a diversos modos de compreender e exprimir a identidade católica, no marco da reflexão cultural e antropológica contemporânea. Aliás, aqui reside porventura o maior desafio com que os actuais movimentos eclesiais se encontram confrontados num contexto de laicidade*, isto é, a capacidade de reconhecerem e proporem caminhos de realização humana, pessoal e comunitária, na dupla referência crística e eucarística, fundamento da sua identidade católica. Esta questão assenta, afinal, numa mudança de concepção teológica fundamental expressa pelo II Concílio do Vaticano, a partir da teologia dos «sinais dos tempos»: a salvação não é algo que se realiza numa perspectiva exterior (de fora para dentro, da Igreja para o mundo), mas é um processo que abarca e valoriza os dinamismos históricos, numa permanente tensão entre o «já» realizado e o ainda «não» vislumbrado. Assim se compreende uma mutação, ainda em curso, no perfil católico assumido pelos novos movimentos eclesiais: tal como entre o século XIX e o século XX se assistiu à paulatina passagem do «homem de obras» assistenciais e caritativas para o «militante católico» (Cholvy – *De l'homme*), verifica-se agora a emergência de um novo perfil de homem e mulher cristãos, que inseridos nos diversos ambientes sociais aí procuram viver e testemunhar, de modo mais consistente mas diferenciado, a sua fé. «À medida que se vai difundindo o valor da comunhão e da vida comunitária que chama a tomar parte activa na Igreja todos os baptizados; que se vai criando uma nova consciência da missão da Igreja e que todos, na Igreja, de várias maneiras, são corresponsáveis por ela; que se vai elaborando conceptualmente e praticando um novo modelo de relação entre a Igreja e a sociedade, designadamente os poderes estabelecidos, passando pela descoberta do valor e responsabilidade da autonomia da secularidade; e que se vai clarificando que o apelo à participação é dirigido a todos os cristãos e que todos eles podem e devem atingir a perfeição cristã e ser santos no seu próprio estado de vida; à medida que estes elementos se vão difundindo por um número crescente de cristãos e na própria sociedade, vão sendo reconhecidos novos significados, valor e funções aos leigos e aos movimentos» (Antunes – Movimentos, p. 7). Se estes são alguns traços comuns dos movimentos eclesiais no período pós-conciliar, importa, no entanto, analisar o conjunto desses movimentos, caracterizando-os diferenciadamente. Uma metodologia possível seria fazer um levantamento exaustivo e um estudo comparativo de todos eles, em ordem a definir uma tipologia específica, tendo em conta um conjunto de indicadores, tais como: objectivos específicos; métodos e formas de acção; formas de organização adoptada; número e tipo de membros; tempo de existência; formas de relação com a hierarquia; espiritualidade que cultivam; temas e métodos de formação que privilegiam; expansão que têm no país e no estrangeiro; importância e intensidade da dependência das respectivas estruturas internacionais; formas e meios de comunicação social tanto para o interior como para o exterior; e abertura e grau de cooperação com outras associações e entidades eclesiais e civis (*cf. Ibidem*, p. 8). Perante a inexistência de um estudo sociológico global, e partindo dos levantamentos e estudos parciais já realizados (*cf.*: Antunes – Algumas notas; Gomes – Os movimentos; *Guia para o estudo*; secretariado – *Perfil*), optámos por rastrear a sua existência numa perspectiva diacrónica, tendo em atenção que o catolicismo evolui sobretudo por coexistência de iniciativas e acomodação ou integração de novas perspectivas. É importante sublinhar, no entanto, que pela sua natureza es-

pecífica ficam de fora outros tipos de envolvimento e organização dos fiéis leigos na vida da Igreja, mais ou menos antigos mas que não se integram na definição de movimentos eclesiais contemporâneos, tais como confrarias*, irmandades, mordomias e até ordens terceiras*. Ficam também de fora iniciativas de carácter mais instrumental, isto é, todas as formas de organização dos católicos que visam preferentemente uma intervenção directa na sociedade, seja nos campos político, social, cultural, assistencial ou educativo, acabando por assumir um carácter mais ou menos conjuntural, independentemente do seu valor e importância na história do próprio movimento católico, como a Liga dos Amigos da Rádio Renascença (1938), o Movimento de Defesa da Vida (1977) ou os Cristãos pelo Socialismo (1975), por exemplo. Apesar disso, e porque se trata de um processo longo e complexo, algumas das organizações rastreadas e adiante referidas não se enquadrariam taxionomicamente na noção de movimento eclesial contemporâneo, considerado enquanto organização que assume uma dupla vertente: forma de enquadramento e de presença dos católicos na sociedade; e modo de vivência espiritual e de expressão religiosa específico para o conjunto dos seus membros. *3. Periodização:* Tendo presente os marcos cronológicos já referidos, é possível estabelecer uma periodização global relativamente ao desenvolvimento dos movimentos eclesiais contemporâneos na sua especificidade, embora sem ignorar outras propostas de periodização, nomeadamente as que cruzam esta problemática com a da acção social e política dos católicos (*cf.*: Gomes – Os movimentos; e a entrada «Catolicismo social» neste mesmo dicionário). Na perspectiva em apreço, considera-se a existência de cinco períodos. *3.1. A moderna ideia de apostolado:* Um primeiro período recobre as décadas de 40 a 70 do século XIX, marcadas pelo fim da presença das congregações religiosas no país e pelas primeiras iniciativas que valorizam o apostolado de todos os fiéis, de que são expressão: a já referida Sociedade Católica Promotora da Moral Evangélica na Monarquia Portuguesa (1843-1853) que, embora com vida curta, contribuiu para desenvolver uma nova perspectiva apostólica e missionária; a Sociedade das Conferências de São Vicente de Paulo (1859-), ainda hoje existente, que assenta o seu trabalho na oração, na prática da caridade individual, aliada ao sentido de justiça social, como forma de identificação com Cristo pobre e sofredor (*v.* conferências vicentinas); a Associação das Filhas de Maria Imaculada (1859), vulgarizada também com o nome de Filhas de Maria, inicialmente ligada às Irmãs de São Vicente de Paulo ou Filhas da Caridade, e que «constitui o modelo de agrupamento que melhor se inseriu entre as mulheres, nesta época» (Gomes – Os movimentos, p. 51), subsistindo ao longo do século XX em várias dioceses, como na do Funchal, onde se instalou em 1920 (*cf. Manual da Filhas de Maria Imaculada*. Funchal: Tip. Andrade, D. L., 1987); ou o Apostolado de Oração* (1864-) que, ligado aos padres jesuítas, teve importante papel no período de «restauração religiosa» que se prolongou pela primeira metade do século XX, mobilizando e enquadrando milhares de católicos, a partir da ideia da vocação universal ao apostolado; e ainda múltiplas obras e associações de piedade e assistência, algumas das quais se conhece apenas a existência e cuja acção se encontra por estudar, como a Associação para a Santificação do Domingo. *3.2. O associativismo católico:* Um novo período inicia-se precisamente na década de 70 e prolonga-se até aos primeiros anos da República, caracterizado pelo desenvolvimento autónomo do associativismo católico, visando a formação e organização dos seus membros para uma intervenção, enquanto católicos, na sociedade, no marco da política de *ralliement* definida por Leão XIII (1891). Iniciado com a realização do Congresso dos Escritores e Oradores Católicos (Porto, 1871-1872), de que nasceu a Associação Católica do Porto (1872-), que recentemente festejou os seus 125 anos de existência (*cf.* Gonçalves – *A Associação*), e as de Braga (1873), Guimarães (1873) e Lisboa (1874) que se lhe seguiram, este período integra uma multiplicidade de iniciativas sectoriais que estariam na base de propostas pastorais mais ou menos duradoras, tais como: o Círculo Católico de Operários do Porto (1898); a Associação dos Estudantes Católicos do Porto (1898); a Sociedade dos Amigos de Santo António (1898) e a Juventude Antoniana (1896), ambas estas iniciativas ligadas aos Franciscanos* e organizadas na se-



Capa de Jalons pour une théologie du laïcat, *de Yves M.-J. Congar, 2.ª ed., Paris, 1954.*

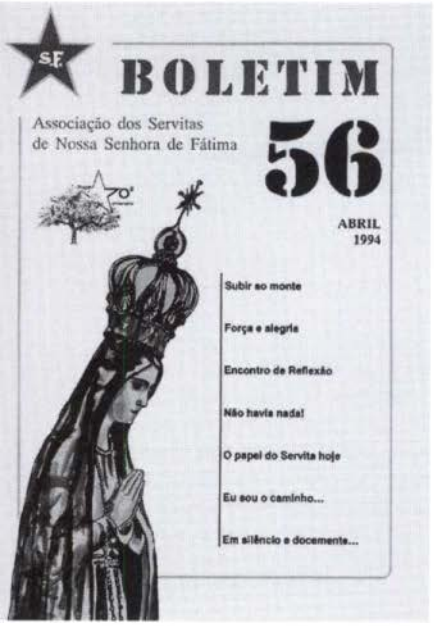
quência do Congresso* Católico Internacional de Lisboa (25-28 de de Junho de 1895) que culminou as celebrações do 7.º Centenário de Santo António; os Centros Académicos de Democracia Cristã* (CADC), de que o de Coimbra (1901) foi o mais representativo, perdurando até 1971; a Associação Promotora da Instrução e Educação Popular (1902), que se transformaria na Liga de Acção Social Cristã (1907), radicada em Lisboa mas que, a partir 1912, criaria núcleos paroquiais por todo o país, chamados de *dezenas*; os variados Círculos Católicos, «outras formas orgânicas de apostolado laical, como os Círculos de Cultura Católica, menos influente do que os Círculos Católicos de Operários de que Lisboa teve o primeiro, fundado (1904) por D. Manuel Vieira de Matos» (Gomes – Os movimentos, p. 58), e ainda, por influência destes, os Círculos Rurais Católicos Fé e Caridade (1908) iniciados na diocese da Guarda; a Associação da Doutrina Cristã (1906) que, numa perspectiva formativa, congrega religiosos e leigos em várias dioceses do país; a Juventude Católica de Lisboa (1908); e, por último, a Obra dos Congressos, preconizada em 1906 mas só oficializada em 1908, no III Congresso das Agremiações Católicas Populares, realizado na Covilhã. *3.3. Sob o signo da unidade católica:* A reacção à política laicizadora da I República inicia uma nova fase de reorganização do movimento católico português, balizada pelo chamado «apelo de Santarém» (1913) do episcopado português e pela realização do Concílio Plenário Português* (1926), cujo impulso se prolongaria pela década de 30 e que culmina na criação da Acção Católica Portuguesa* (ACP), instituída em 1933. Este período caracteriza-se pela afirmação da necessidade de união católica como projecto pastoral, pela consequente redefinição do lugar eclesial e espaço de intervenção social dos movimentos católicos, preferindo o episcopado português apoiar, criar ou enquadrar todas as iniciativas que, sob a sua orientação, visassem uma presença articulada nos diversos sectores da sociedade que considerava urgente recristianizar, no marco da chamada acção católica. No campo específico da juventude, que desde o século XIX vinha merecendo a atenção pastoral da Igreja Católica (*cf.* Fontes – As organizações), são de registar então as seguintes iniciativas: existência local de várias Juventudes Católicas, criadas ou reactivadas no quadro da União Católica Portuguesa (1913) e reagrupadas na Federação das Juventudes Católicas Portuguesas (1913) que, até 1922, realizaria seis congressos nacionais, subsistindo essas juventudes até aos anos 30 com diversas designações locais, como a Juventude Católica Nossa Senhora da Conceição, na diocese de Angra do Heroísmo; o lançamento de diversas Associações Nuno Álvares, estas nacionalistas, surgidas em vários pontos do país depois do II Congresso das Juventudes Católicas, realizado no Porto em 1914 (*v.* CRUZADA NUNO ÁLVARES); a criação da Juventude Católica Feminina (1924), iniciada como uma secção autónoma da Liga de Acção Social Cristã, já referida; o início do escutismo* católico, com a criação do Corpo de «Scouts» Católicos Portugueses (1923), rebaptizados em 1925 como Corpo Nacional de «Scouts», hoje Corpo Nacional de Escutas, que

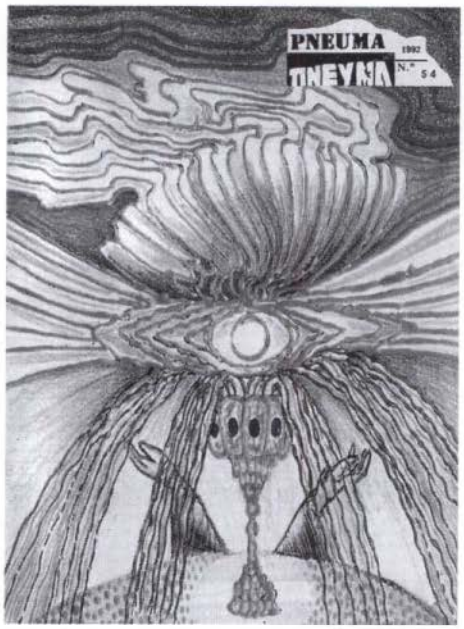


Capa dos Estatutos Nacionais da Juventude Antoniana, *Braga 1944.*

tanta importância teve no enquadramento e formação de sucessivas gerações; a fundação do Centro Académico Feminino Católico (1923), o equivalente feminino do CADC de Coimbra; e o lançamento de obras de apoio à juventude, como a Obra dos Soldados (1916), inspirada no modelo francês e que envolvia a cooperação de militares católicos e do clero para o apoio às tropas portuguesas enviadas para a guerra, ou a Obra de Protecção às Raparigas (1914), com a sua actividade de acolhimento nas gares e outros meios de apoio e formação às jovens que migravam para os grandes centros urbanos à procura de melhor vida e que perduraria até aos dias de hoje, embora em novos moldes (desde 1937, reconhecida como instituição de utilidade pública e, a partir de 1964, com nova designação, derivada da dinâmica internacional do catolicismo, na qual teve origem: ACISJF – Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina). As iniciativas desencadeadas neste período apontam ainda noutras direcções, que subsistirão no movimento católico do século XX. Verifica-se assim a criação de organizações de base profissional, como a Associação dos Médicos Católicos Portugueses (1915), ainda hoje existente, a Associação dos Educadores Portugueses (1930) ou o início da Obra de Previdência e Formação das Criadas (1931), na diocese da Guarda, depois conhecida como Obra de Santa Zita (*v.* OBRA DAS ZITAS), que

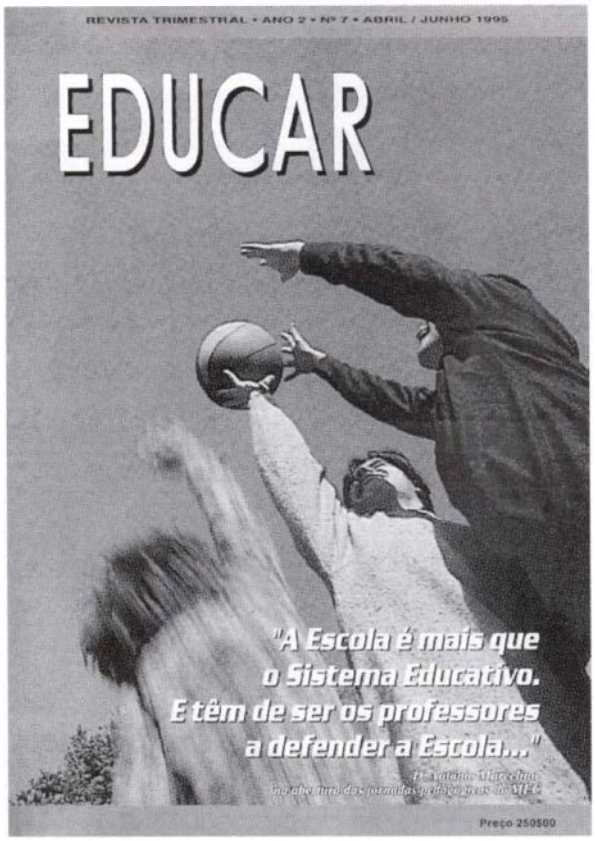
tanta importância teve no enquadramento e promoção das empregadas domésticas assim como na ideia do apostolado da família, dando posteriormente origem a um instituto secular* em 1961. Dá-se também o arranque de formas especializadas de apostolado, como: a Associação dos Pais de Família (1916), criada para defender a liberdade a nível da orientação da educação a dar aos filhos, considerada ameaçada; a criação da Cruzada Eucarística das Crianças (1921), secção autónoma do Apostolado da Oração e que foi seguramente uma das primeiras organizações católicas vocacionadas especificamente para esta idade, agora tão valorizada no quadro da promoção das comunhões solenes; e ainda a União Noelista Portuguesa (1913), trazida de França, com maior actividade a partir de 1926, orientada para a valorização da condição feminina dos meios sociais da burguesia urbana, assente numa espiritualidade da encarnação e numa mística baseada no mistério de Belém (daí o nome, de *Noel*), de cunho marcadamente evangélico que, com o seu lema «piedade, caridade, apostolado, esforço intelectual», tanta importância teve na formação e envolvimento militante de muitas mulheres católicas. E, por último, assiste-se ao desenvolvimento de iniciativas específicas ligadas a determinadas congregações religiosas, em particular na década de 30, como a revitalização das Congregações Marianas*, ligadas ao Jesuítas*, o lançamento da Obra da Entronização, ligada à instalação no país da Congregação dos Sagrados Corações de Jesus e Maria*, em 1931, ou o Rosário Perpétuo, ligado à presença dos Dominicanos*, nomeadamente nas dioceses de Portalegre-Castelo Branco*, de Lisboa* e, posteriormente, do Algarve*. Iniciativas houve, de cariz religioso, marcadas pela contingência do momento, com maior ou menor continuidade – criadas de novo ou reformulação de outras anteriores, como a Associação das Almas Vítimas do Sagrado Coração de Jesus, a Cruzada do Rosário pela Salvação de Portugal, a Obra das Três Marias dos Sacrários-Calvários, a Associação das Famílias Cristãs, ou a Associação das Almas do Purgatório –, enquanto outras apenas se iniciavam, nomeadamente ligadas às aparições de Fátima, como a que daria origem à actual Associação dos Servitas de Nossa Senhora de Fátima (1924), antes conhecida como Associação dos Servos de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, organizada desde 1926 com dois ramos (um masculino e outro feminino) e actualmente movimento misto, reunindo todos aqueles que começaram a prestar serviço gratuito de apoio aos peregrinos de Fátima*. No entanto, a iniciativa culminante deste período foi a Acção Católica Portuguesa (ACP), fundada em 1933 sob o signo da recristianização da sociedade portuguesa, instituída para ser o braço estendido da hierarquia, que chegasse onde esta não podia chegar, e para tal com um *mandato* próprio, reunindo e integrando muitas das organizações preexistentes, na perspectiva do unionismo católico, de acordo com um modelo totalizante a nível do apostolado (*cf.* Fontes – A Acção Católica), estruturada em quatro organizações e 20 organismos especializados por idade e meio social, que se desenvolveriam e implantariam na década seguinte. *3.4. Da tutela da ACP à diversificação do apostolado dos leigos:* O período seguinte, que se inicia na década de 40 e se prolonga até ao início do II Concílio do Vaticano, coincidente em larga medida com o pontificado de Pio XII (1939-1958), é vivido oficialmente sob o signo da nova organização nacional, entendida como a forma por excelência do apostolado dos fiéis leigos e a partir da qual se organiza a militância católica. As demais iniciativas que subsistem, quando não integradas na ACP, e muitas das que entretanto surgem, ambas são aferidas pela ideia de «acção católica». Desenvolve-se, assim, um conjunto de iniciativas que esquematicamente podem ser classificadas em três categorias: as que se articulam directamente com a estrutura da Acção Católica Portuguesa ou os seus diversos organismos especializados; as que mantém ou procuram desenvolver um espaço autónomo, como as que estavam mais directamente ligadas a algumas congregações religiosas ou a determinadas tradições locais, como o CADC de Coimbra, por exemplo; e ainda as que, apesar de todas as suas insuficiências, resistências ou limitações iniciais, procuram responder a outras realidades de acordo com novas perspectivas, contribuindo assim para uma maior diversificação do próprio movimento católico. No primeiro caso, regista-se: a criação da Pia União dos Cruzados de Fátima (1934), responsável pelas colectas destinadas a angariar fundos para a ACP; a criação do Movimento Nacional Católico de Serviço de Doentes (1941), nascido no seio dos sectores juvenis operários da mesma, mas que acabaria por se desenvolver autonomamente a nível diocesano e nacional; e a continuação ou a criação de associações profissionais, como a dos médicos, já existente, a actualmente designada ACEPS – Associação Católica de Enfermeiros e Profissionais de Saúde (1948), a Associação dos Engenheiros (anos 40) e, depois também, Economistas Católicos (1968), a Associação dos Professores do Ensino Liceal e Técnico (anos 40), a Associação dos Farmacêuticos Católicos Portugueses (1955) e ainda a Associação dos Juristas Católicos (anos 50), organização de jurisconsultos com existência anterior à própria ACP. No segundo caso, verifica-se: a criação da LIAM – Liga Intensificadora da Acção Missionária (1937), criada pelos Espiritanos* para apoiar as missões católicas nas colónias portuguesas ou o lançamento do Movimento Cor Unum dos Apóstolos do Coração Imaculado de Maria (1949), dinâmica apostólica de espiritualidade marial, ligada à mesma congregação e cujos membros se espalham pelas várias organizações católicas já existentes; a institucionalização da Associação dos Cooperadores Salesianos (1951), existente desde o século XIX como pia união ligada à província portuguesa da Sociedade de São Francisco de Sales (*v.* Salesianos) e, ligada às escolas da mesma congregação religiosa, a constituição da Federação Nacional dos Antigos Alunos de D. Bosco (1952); ou ainda, em articulação com os Jesuítas e ligado ao Apostolado de Oração, o aparecimento da Liga Eucarística* em 1948, embora só aprovada pelas autoridades eclesiásticas em 1954, especialmente direccionada para os homens, a par da continua-





Boletim comemorativo do 70.º aniversário da Associação dos Servitas de Nossa Senhora de Fátima, n.º 56, 1994; capa da revista Pneuma, *editada pelo Renovamento Carismático Católico, n.º 54, 1992; capa de* Levanta-te... e caminha, *de monsenhor Henry François, publicada pela Fraternidade Cristã dos Doentes e Deficientes.*

ção das Congregações Marianas, vocacionadas para o sector feminino. Outro tipo de iniciativas, muitas delas ligadas à dinâmica internacional do catolicismo do pós-guerra e que integram o terceiro grupo referido, desenvolveram-se em Portugal com mais ou menos apoio do episcopado local, traduzindo a procura de novas respostas a várias necessidades pastorais, em particular ao longo da década de 50: a Legião de Maria* (1949), que inicialmente teve de vencer várias resistências; o Opus Dei* (1946), de origem espanhola, que começou por se estabelecer na diocese de Coimbra e que teve marcada presença a nível educativo e cultural, nomeadamente através das suas residências universitárias e clubes juvenis, bem como da Editorial Aster e da revista *Rumo: revista de problemas actuais* (1957-1971); a UCIDT, União Católica de Industriais e Dirigentes do Trabalho (1952), organização portuguesa filiada na UNIAPAC, Union Internationale Chrétienne des Dirigeants d'Entreprise, e que, nos anos 50 e 60, desenvolveu significativo trabalho no campo da habitação através do apoio ao movimento de autoconstrução em várias zonas do país, como forma de resolver o degradante problema das «barracas»; o Graal (1957), movimento internacional de mulheres de todos os estados de vida e diversas profissões que procuram viver as suas responsabilidades como cristãs adultas na sociedade e na Igreja, iniciado na Holanda em 1921; o Oásis (1958), movimento de espiritualidade do serviço, dirigido a jovens de ambos os sexos, fundado em Itália no dia de proclamação do dogma da Assunção (1950), pelo jesuíta Virgínio Rotondi, e que começou em Lamego por iniciativa de um padre local, embora só em 1969 se tenha organizado um secretariado nacional no Porto, correspondendo a uma fase de maior expansão; o Movimento Esperança e Vida (1958), movimento católico de origem francesa, nascido durante a II Guerra Mundial e particularmente dirigido às viúvas; os Cursilhos de Cristandade* (1960), movimento que cresceu no refluxo da própria Acção Católica, que em Espanha lhe dera origem; o Movimento Apostólico de Schoenstatt (1960), movimento mariano de educação e espiritualidade para todos os cristãos, originário da Alemanha, e que «pretende formar o homem novo na nova comunidade e, portanto, uma nova ordem social, para a renovação do mundo em Cristo, por Maria» (SECRETARIADO – *Perfil*, p. 71); o Movimento por Um Mundo Melhor (1960), fundado pelo padre Riccardo Lombardi em Itália, em 1952, e que visava a «renovação total da vida cristã», «procurando levar os cristãos a viver mais no Amor de Deus, nas relações entre os homens e nas próprias estruturas da sociedade». Outra iniciativa que, embora de origem estrangeira, fez de Fátima o seu centro foi o Exército Azul de Nossa Senhora de Fátima (1946), de forte componente anticomunista, com o objectivo de «conhecer e promover o movimento de orações pela conversão da Rússia». No âmbito da ACP, algumas organizações e organismos, como a Liga dos Homens de Acção Católica e, em particular, as Juventudes Operárias Católicas e as Juventudes Universitárias Católicas (masculinas e femininas), ganham particular visibilidade social ao longo da década de 50, afirmando-se também como movimentos com uma dinâmica nacional mais autónoma. Um aspecto particularmente significativo deste quarto período, embora se prolongue para além dele, reside no aparecimento de novas formas de apostolado familiar assentes na ideia da conjugalidade, de que são expressão: as Equipas de Nossa Senhora, de inspiração francesa, iniciadas em Lisboa, em 1954, e no Porto, em 1955, embora só em Setem-



Capa da revista Educar, *n.º 7, 1995, dedicada às Jornadas Pedagógicas organizadas pelo Movimento de Educadores Católicos.*

bro de 1958 tenha sido oficialmente constituída a primeira equipa (Porto 1), após assentimento do bispo local, D. António Ferreira Gomes; o Movimento Familiar «Casais de Santa Maria» (1957), inicialmente designado como Movimento Nacional de Espiritualidade e Apostolado Familiar, surgido de iniciativa local (Ribatejo) e inicialmente ligado aos organismos da Acção Católica na diocese de Lisboa, com aprovação episcopal em 1963; o Serviço de Entreajuda e Documentação Conjugal, criado já em 1965 por um grupo de casais e um padre, sendo os primeiros estatutos aprovados provisoriamente em 1976; e o CPM – Centro de Preparação para o Matrimónio (1960), dinâmica de origem francesa, que se implantou também em Portugal como serviço diocesano de apoio aos noivos e jovens casais, através da realização de cursos, e que veio a ter os seus estatutos aprovados pela Conferência Episcopal Portuguesa como Associação Portuguesa de CPM.

3.5. O apostolado dos leigos e o desenvolvimento de novas dinâmicas: Embora a dinâmica de diversificação das formas de apostolado organizado dos leigos se tenha verificado já no período anterior, é com a realização do II Concílio do Vaticano (1962-1965) que se verifica o pleno reconhecimento do lugar e papel dos apostolado dos leigos na Igreja Católica, nomeadamente com o decreto conciliar *Apostolicam Actuositatem* (18 de Novembro de 1965). Tal reconhecimento resulta de um lento processo, que implicou a valorização da própria identidade laical e esteve na origem da realização, em Roma, de três Congressos Internacionais para o Apostolado de Leigos – o I em 1951 (7 a 14 de Outubro), o II em 1957 (5-13 de Outubro) e o III, já depois do Concílio, em 1967 (11 a 18 de Outubro) –, todos com significativa presença portuguesa. Pode considerar-se assim a existência de um novo período, que se inicia nos anos 60 e se prolonga até à década de 80, eclesialmente marcada por uma nova dinâmica que, não se esgotando no apostolado dos leigos, encontra aí um dos pontos de apoio para a afirmação de novos movimentos eclesiais, por contraposição ao modelo da Acção Católica. Este período coincide com o pontificado de Paulo VI (1963-1978) e início do de João Paulo II (1978-). Como tem sido sublinhado por outros analistas, «se é certo que já havia diversidade de movimentos [eclesiais] em Portugal quando o II Concílio do Vaticano começou, verifica-se que na década de 60 cresce o número e diversidade de movimentos, não obstante a sua fundação ou implantação ter encontrado, muitas vezes, um ambiente pouco receptivo por parte de autoridades civis que então suspeitavam, por princípio, do associativismo, e também por parte de alguns responsáveis eclesiásticos que receavam a introdução de novas maneiras de pensar e de actuar na Igreja, vindas do estrangeiro, e de novos movimentos que poderiam fazer concorrência aos que existiam. Em geral, os novos movimentos têm começado por se implantar nas dioceses de Lisboa ou Porto e tendem a expandir-se em primeiro lugar nas regiões mais desenvolvidas do país, na faixa litoral entre Braga e Setúbal» (Antunes – Movimentos, p. 7). Assim, novos movimentos continuaram a implantar-se no país, algumas vezes a partir da realidade juvenil, integrando progressivamente pessoas de ambos os sexos, várias idades, estados e vocações, expressão de uma nova dinâmica eclesial: caso dos Focolares (1966), de origem italiana, nascidos no pós-II Guerra mundial, que reunindo e organizando-se em grupos e sectores de jovens (Gen) e adultos – celibatários ou casados, famílias, padres, religiosas e religiosas – procuram viver e influir nos seus meios de vida e trabalho, sublinhando a necessidade do testemunho cristão da unidade («Que todos sejam um só, como tu, Pai, e eu somos um»), através de uma espiritualidade marcadamente comunitária; situação semelhante do Movimento Fons Vitae (1967), que nasceu em Lisboa, tendo por objectivo renovar e aperfeiçoar a vida cristã dos seus membros, formando comunidades eucarísticas e fraternas no espírito dos primeiros cristãos, e que entretanto se expandiu a outros países e continentes; também os Convívios Fraternos (1968), movimento nascido a nível local (Castelo Branco) da dinâmica dos Cursilhos de Cristandade, inicialmente virado para os jovens que prestavam serviço militar, se alargou depois a outros sectores. Entretanto, a partir dos anos 70, ainda sob o impulso do espírito de renovação conciliar, caracterizado nomeadamente pela já referida dimensão comunitária (assente no baptismo e na eucaristia), pela reforma litúrgica, pelo movimento bíblico e pela perspectiva ecuménica, desenvolveram-se ou aprofundaram-se novas dinâ-

micas no interior dos movimentos eclesiais já existentes e nos que se lhes vieram juntar, como: as Comunidades Neocatecumenais (1971), movimento de origem espanhola, que parte da redescoberta e valorização do baptismo como caminho para a iniciação e aprofundamento da vida cristã dos adultos e assenta também na dinâmica comunitária; o Renovamento Carismático Católico (1974), movimento de origem americana, lançado em Portugal pelo padre José Lapa, da Congregação do Espírito Santo, cujo rápido crescimento nos anos seguintes é expressão de um novo despertar religioso; as Comunidades de Vida Cristã, CVX (1975), movimento de espiritualidade inaciana, formado por pequenos grupos mistos, que nasceu da transformação das antigas Congregações Marianas, desenvolvendo-se a partir do trabalho realizado pelos padres da Companhia de Jesus nos meios universitários; o Movimento Shalom (1975) que, nascido em Angola em 1967, em plena guerra colonial, com o objectivo de trabalhar pela paz (como o indica a palavra hebraica que lhe dá o nome), se implantou em Portugal continental, no rescaldo do processo de descolonização; e ainda o Movimento Teresiano de Apostolado (1977), ligado ao instituto religioso do mesmo nome, com três ramos reconhecidos, crianças, jovens e adultos. Outras necessidades ditaram o aparecimento de outros movimentos: a Fraternidade Cristã dos Doentes e Deficientes (1971) que não se considera nem associação nem obra, mas movimento de vida e de acção, de acordo com um conjunto de princípios que visam «lutar contra o paternalismo, o pietismo e o dolorismo»; Fé e Luz (1976), movimento de origem francesa que trabalha com pessoas diminuídas mentais e seus familiares; e ainda o Movimento do Apostolado das Crianças (1978), que surgiu ligado à dinâmica do Movimento Internacional do Apostolado das Crianças (MIDAC), desenvolvendo a sua acção em vários centros urbanos, nomeadamente no Funchal, onde a sua acção com os «meninos de rua» teve grande impacte mediático na década de 80. Esta dinâmica eclesial correspondeu também a significativas mudanças económicas, sociais, culturais e políticas no país, nomeadamente a emigração, o desenvolvimento de uma classe média urbana, maior abertura cultural e um processo de transição democrática que, na sua acepção mais vasta, significou não só a passagem de um regime autoritário para um regime democrático, mas também a transição do país de uma integração ultramarina para uma integração europeia, pontuada por uma guerra colonial de 13 anos (sobre esta problemática da transição e do papel da Igreja Católica, *cf.* Cruz – A Igreja na transição). Neste quadro, compreende-se melhor a evolução relativa aos movimentos eclesiais católicos, assinalada já relativamente ao período anterior: «À tendência sexista e classista [característica suposta da ACP] sucede-se a tendência para a renovação dos movimentos mistos, abertos simultaneamente a homens e a mulheres, a jovens e a adolescentes, a intelectuais e operários,

Aspecto da assembleia plenária do Congresso Nacional de Leigos, realizado em Fátima, de 2 a 5 de Junho de 1998.

unidos todos na condição cristã, sem outros requisitos. Estes movimentos pedem mais o testemunho de vida do que o combate, transita-se dos organismos nacionais para os quadros internacionais» (Gomes – *As duas cidades*, p. 73). Esta evolução acabou, aliás, por se reflectir na própria Acção Católica Portuguesa, também afectada na capacidade de formação e renovação dos seus quadros juvenis pela situação gerada pela guerra e pela emigração da década de 60. Por outro lado, a doutrina conciliar, ao reconhecer novos matizes na natureza do apostolado laical em geral, diferenciando a acção católica, a que atribui um carácter oficial e de colaboração com o apostolado hierárquico, desenvolvido sob superior orientação da mesma hierarquia, acabou por impulsionar a reformulação da própria ideia de apostolado, independentemente da sua forma de organização. Em Portugal, esta dinâmica levara à formulação de novos Princípios Básicos da ACP, aprovados em 1971, facto que no entanto não impediu o seu desmembramento como corpo unitário em 1974. Em Novembro de 1976, constatando que a estrutura unitária da ACP se perdera «em benefício de uma reclamada autonomia dos mesmos movimentos que a integravam», e perante a evolução particular de cada um deles no novo contexto sociopolítico e cultural, os bispos portugueses consideravam a necessidade de opção de cada movimento continuar ou não a definir-se como sendo acção católica, mediante o cumprimento de determinados critérios, a ter presentes na elaboração de novos estatutos a submeter à apreciação da Conferência Episcopal Portuguesa*, de modo a ser-lhes reconhecida, ou não, essa qualidade à escala nacional (*cf.* Conferência – *Documentos*, p. 313-314). Este processo, que se prolongou até meados da década de 80, levou à redefinição do mapa dos movimentos eclesiais originados no seio da Acção Católica: a refundada ACI, Acção Católica Independente (1971), viu logo o seu estatuto reconhecido em 1977; dos anteriores organismo rurais de adultos, masculinos e femininos (LAC e LACF), nascia um único movimento, a ACR, Acção Católica Rural (1977), também logo reconhecido; as antigas Ligas Escolares Católicas, também divididas por sexos (LEC e LECF), davam origem ao novo MEC, Movimento de Educadores Católicos (1978), enquanto em Lisboa a antiga LUC dava origem à nova Associação de Professores Católicos (1977/1978); em 1980, as antigas JEC (Juventude Escolar Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica), entretanto também já transformadas em organizações mistas desde o final dos anos 60, fundiam-se no novo MCE, Movimento Católico de Estudantes (1980), vendo os seus estatutos reconhecidos em 1984; a JARC, Juventude Agrária e Rural Católica (1968), a que os anteriores organismos rurais de juventude (a JAC e a JACF) tinham já dado lugar, veio a ser reconhecida como movimento de acção católica também em 1984; os organismos operários de adultos e jovens, que entretanto se tinham tornado mistos, veriam finalmente os seus novos estatutos aprovados, a LOC, Liga Operária Católica, em 1984, e a JOC, Juventude Operária Católica, em 1988. Sinal do reconhecimento de uma nova situação a nível do associativismo eclesial católico é a constituição oficial de um Conselho Nacional de Movimentos e Obras de Apostolado dos Leigos, em 1981, resultante da realização de dois encontros nacionais desses movimentos e obras, promovidos pela Comissão Episcopal do Apostolado dos Leigos (*cf.* Laikos). A participação na evangelização do mundo contemporâneo torna-se, para muitos destes movimentos, a referência teológica fundamental, na senda da encíclica *Evangelli Nuntiandi* (1975) de Paulo VI. *3.6. Os movimentos eclesiais no final do século XX:* A aprovação de novas normas gerais para as associações de fiéis, à luz do novo Código de Direito Canónico (1983), pela assembleia plenária do episcopado português, em Abril de 1987 (*cf.* Conferência – *Documentos*, 3, p. 301), baliza o início deste último período que se prolonga até ao início do novo século, onde em grande medida se dilui a questão da identidade laical em favor da teologia de comunhão e do reconhecimento de novas dinâmicas de tipo neocongreganista. O episcopado não apenas reconhece que «o relevo que o actual ordenamento jurídico da Igreja dá às associações de fiéis corresponde à importância que elas foram tomando, progressivamente, na Igreja», como acrescenta: «Podemos considerar um sinal positivo do nosso tempo, fruto pastoral da eclesiologia de comunhão veiculada pelo Concílio, o facto de muitos cristãos sentirem a necessidade de referir a sua vida cristã a um movimento, associação, obra apostólica ou comunidade concreta, de tal modo que a vitalidade da Igreja se exprime, cada vez mais, na vitalidade destes grupos ou pequenas comunidades» (*Ibidem*, p. 136). A diversidade dos movimentos eclesiais contemporâneos é tal que se torna impossível, aliás, a adopção de uma terminologia uniforme. Neste período, e a par da continuidade de grande parte dos movimentos anteriores, alguns com novos estatutos aprovados, regista-se o aparecimento de novas experiências, umas decorrentes da dinâmica internacional do catolicismo, outras mais directamente resultantes da iniciativa interna do catolicismo português. No primeiro caso verifica-se: quer a abertura a movimentos anteriores mas que, fruto dos condicionalismos e evolução da realidade portuguesa, só agora encontram ocasião para se implantar no país, como Pax Cristi (1985), nascida no final da Segunda Guerra Mundial, trabalhando pela paz a partir da reconciliação franco-alemã, o Movimento Vida Ascendente (1985), «que prepara e ajuda os fiéis para viverem os valores da terceira idade», ou ainda Comunhão e Libertação, nascido na Itália do pós-guerra e vindo para Portugal já nos anos 90; quer o aparecimento de movimentos mais recentes, caso das Oficinas de Oração e Vida, movimento de espiritualidade nascido na América Latina em 1984 e introduzido em várias dioceses de Portugal ainda nessa década. No segundo caso, verifica-se a constituição de novos movimentos, como: o Movimento Mariano de Oração e Reparação, que retoma a tradição de espiritualidade reparadora aos Sagrados Corações de Jesus e Maria, com estatutos aprovados em 1982 e presença em várias dioceses; e o Metanoia, Movimento Católico de Profissionais (1986), nascido da convergência geracional de pessoas de diversos per-

cursos, na maioria da antiga acção católica e também com ligações à realidade internacional (como Pax Romana) mas que, com a escolha do nome, invocam uma outra tradição (a do grupo dos *Cadernos Metanoia*, ligado ao padre Joaquim Alves Correia, nos anos 40). Outra referência deste período foi o I Congresso Nacional de Leigos, realizado em Fátima, de 2 a 5 de Junho de 1988, com ampla participação das dioceses, dos institutos religiosos e dos movimentos e obras de apostolado (48 destes tiveram representação própria à escala nacional). Constituiu sobretudo um ponto de chegada, embora se apresentasse também como novo ponto de partida. Foi convocado no espírito da *Carta pastoral sobre a renovação da Igreja em Portugal na fidelidade às orientações do Concílio e às exigências do nosso tempo* dos bispos portugueses, datada de 1984 – que centrara as prioridades de renovação da Igreja Católica em Portugal na «pastoral da fé» (*cf.* Conferência – *Documentos*, 3, p. 45-75) – e no contexto da realização do Sínodo dos Bispos de 1987. Na sessão inaugural, D. José da Cruz Policarpo desenvolve uma reflexão a partir do mesmo sínodo, sobre a vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo, sublinhando a necessidade de «uma imagem renovada da Igreja perante o mundo», que responda ao «desafio da unidade de vocação e missão», a partir de uma «eclesiologia de comunhão», onde a Igreja se possa rever como «uma comunidade de irmãos», enviada como «sinal da solicitude salvífica de Deus». E individualiza dois desafios comuns a todos os cristãos: o da formação continuada, entendida como «processo em ordem à maturidade humana e cristã, à verdadeira estatura do homem interior»; e o da «vocação de todos à santidade», vivência crescente de uma «dupla experiência: união a Cristo e pertença à Igreja» (Congresso – *Leigos*, p. 31-48). Prolongando esta linha de reflexão e na sequência de um esforço de análise alargada e aprofundada sobre a realidade, procurando uma leitura concreta dos «sinais dos tempos», o congresso conclui reconhecendo designadamente: a) «que está a ser mais valorizada a sua dimensão comunitária [da Igreja]»; b) «que está a crescer a consciência de que há uma missão comum a toda a Igreja e de que todos os cristãos – Hierarquia e Leigos – são corresponsáveis por ela»; c) e que «de uma forma geral, os cristãos têm ainda muita dificuldade em comprometer-se efectivamente na construção da sociedade, havendo áreas da vida social portuguesa que estão por reflectir suficientemente à luz do Evangelho e nas quais os leigos ainda não encontraram a sua forma própria de presença» (*cf. Ibidem*, p. 318). Nesta perspectiva, a partir de então, a questão colocada residirá na capacidade de formulação e reconhecimento eclesial das propostas de cada um dos diversos movimentos para responder a esses desafios, numa dinâmica que, não ignorando a dimensão diocesana ou nacional, acaba, em muitos casos, por se inscrever numa dimensão mais vasta, no plano internacional. Em termos concretos, essa avaliação está por fazer, sobretudo numa perspectiva potenciadora do que conjugadamente os movimentos eclesiais estão a realizar. No entanto, relativamente à compreensão e afirmação da identidade e missão de cada um deles, encontram-se perspectivas muito distintas, numa gradação de posições e variedade de matizes que, tipologicamente e de modo muito simplificado, podem ser identificados a partir de um conjunto de eixos orientadores, em função dos quais cada movimento se situa, num cruzamento de variáveis muito alargado: enquanto uns insistem no paradigma da cristianização, outros preferem-lhe o paradigma da evangelização; enquanto uns se orientam para a expressão do religioso, outros acentuam a necessidade de aprofundamento espiritual; enquanto uns afirmam a especificidade de determinado carisma cristão, outros sublinham a sua especificidade laical; enquanto uns estão mais atentos à sua inserção diocesana, outros acentuam uma dinâmica interna ao movimento; enquanto uns privilegiam uma leitura crítica da realidade social, outros tendem a contrapor-se à realidade entendida como «o mundo» ou como exterioridade a si mesmos. Evidentemente que a experiência do conjunto destes movimentos, antigos e recentes, não se define isoladamente nem de modo estático, verificando-se antes uma interacção a todos estes níveis pela sua própria dinâmica de inserção social e eclesial, de acordo com uma conformidade integradora que eles próprios criam, numa perspectiva includente. O modo como se desenvolve o processo de construção social deste «catolicismo em movimento» constitui, aliás, uma área de investigação que importa realizar, enquanto dimensão da mutação mais global do país. *4. Movimentos eclesiais e movimentos sociais:* A ideia de apostolado de leigos, o desenvolvimento das modalidades do associativismo, a evolução verificada na eclesiologia, são factores que, isolada e conjugadamente, contribuem para a complexificação dos movimentos eclesiais, enquanto forma de integração e envolvimento dos católicos no processo de afirmação da modernidade no mundo contemporâneo. No entanto, a compreensão deste processo obriga a considerar mais globalmente a articulação da Igreja Católica com a sociedade, através da sua iniciativa e capacidade de socialização, concretizada nomeadamente nas formas de enquadramento e sociabilidade que estes mesmos movimentos eclesiais corporizam. Assim, a sua relação com os movimentos sociais, ao longo dos dois últimos séculos, constitui outro importante eixo de investigação. Apesar da inexistência de estudos desenvolvidos nesta área, podem identificar-se sectores onde a compreensão dessa articulação surge como prioritária: movimentos de juventude; movimentos operários; movimentos de mulheres; movimentos de pais e de famílias; movimentos profissionais específicos; movimentos de apoio ao desenvolvimento; movimentos culturais e de opinião. Dada a natureza dos movimentos eclesiais e os seus objectivos específicos, só pontualmente, no entanto, surgem questões e problemáticas sobre os quais convergem iniciativas que, embora de iniciativa particular colhem o apoio, explícito ou implícito, da hierarquia católica. Concretamente, e no contexto da democratização da vida política e social do país, verificada no pós-25 de Abril de 1974, onde o valor da pluralidade emergente é doutrinalmente reconhecido, duas questões podem ser referidas a título de exemplo. A primeira

prende-se com o debate em torno das alterações legislativas a propósito do «aborto» ou «interrupção voluntária da gravidez», conforme a expressão das perspectivas em contenda: esse debate esteve na origem de uma nova iniciativa, de tipo inicialmente «frentista», a criação do Movimento de Defesa da Vida (1977), lançado por iniciativa de quatro organizações católicas já existentes – a Associação Católica de Enfermeiros e Profissionais de Saúde (ACEPS), a Associação de Médicos Católicos Portugueses (ACMP), a Acção Católica Rural (ACR) e o Serviço de Entreajuda e Documentação Conjugal (SEDC) –, e que subsiste actualmente como federação de mais sete organizações associadas, com o objectivo alargado de desenvolver um trabalho contínuo de informação, formação e acção nas áreas da «educação sexual», «planeamento familiar» e «desenvolvimento conjugal e familiar». A segunda questão refere-se à área do desenvolvimento dos povos e das migrações, com todo o trabalho realizado nos anos 80-90 por iniciativa da Obra Católica Portuguesa das Migrações, que mobilizou vários sectores do catolicismo militante para o debate político acerca do acolhimento e estatuto dos imigrantes na sociedade portuguesa. Em articulação com esta última questão, refira-se ainda o aparecimento de novas dinâmicas de iniciativa católica, como seja a criação de organizações não-governamentais, confessionais ou não (caso da Oikos e dos Leigos para o Desenvolvimento, esta ligada aos Jesuítas), seja o ressurgir de um trabalho de animação missionária ligado a algumas congregações religiosas* (ver também entrada própria a cada congregação), como os Jovens Missionários da Consolata, os Jovens sem Fronteiras (ligados aos Espiritanos), ou a Associação Missionária do Redentor (ligada aos Redentoristas). Nos últimos anos, outros movimentos surgiram também em estreita associação com esses mesmos institutos religiosos – tendência já sublinhada no início do texto –, sendo de referir alguns movimentos juvenis, como o Movimento Juvenil Salesiano, os Jovens Leigos Dehonianos, a Juventude Hospitaleira, a Associação da Juventude Passionista, ou a Juventude Mariana Vicentina (*cf. VINDE e vede*).

PAULO F. DE OLIVEIRA FONTES

BIBLIOGRAFIA: **1. Fontes:** *ANUÁRIO Católico de Portugal*. Lisboa: Secretariado Geral do Episcopado, 1968, 1975, 1981, 1986-1987, 1988-1990 e 1991-1994. *ASSOCIAÇÕES religiosas dos fiéis: Regulamento Geral decretado pelos bispos, 23 de Maio 1937*. Lisboa, 1937. *CÓDIGO de Direito Canónico*. Ed. anotada a cargo de Pedro Lombardia e Juan Ignacio Arrieta, tradução portuguesa a cargo de José A. Marques. Braga: Edições Theologica, 1984. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA – *Documentos pastorais: 1: 1967-1977*. Lisboa: Of. da União Gráfica, 1978; *2: 1978--1982*. Lisboa: Secretariado Geral do Episcopado, 1984; *3: 1983-1990*. Lisboa: Secretariado Geral do Episcopado; Rei dos Livros, [1991]; *4: 1991-1995*. Lisboa: Secretariado Geral do Episcopado; Rei dos Livros, 1996. CONGRESSO NACIONAL DE LEIGOS, Fátima, 1988 – *Leigos em congresso*. Lisboa: Rei dos Livros, 1988. IGREJA CATÓLICA. Papa, 1978--(João Paulo II) – *Vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo: Exortação apostólica pós-sinodal «Christifidelis Laici» de Sua Santidade o Papa João Paulo II*. 3.ª ed. revista e contendo os principais textos citados. Lisboa: Secretariado Geral do Episcopado; Rei dos Livros, 1989. *VINDE e vede. Lisboa: formas de vida consagrada na Igreja*. Lisboa: Paulinas, D.L. 1995. **2. Estudos de carácter geral:** ANTUNES, Manuel Luís Marinho – Algumas notas sobre a situação actual dos movimentos e obras de apostolado dos leigos em Portugal. *Laikos*. 4: 8/9 (1980) 21-73. IDEM – Um contributo para um melhor conhecimento da situação actual dos movimentos de apostolado dos leigos em Portugal. *Laikos*. 3: 12 (1979) 20-45. IDEM – Movimentos no pós-Concílio: anotações sociológicas. *Communio. Revista Internacional Católica*. 8 (1991) 5-11. CHOLVY, Gérard – *De l'homme d'oevres au militant, une évolution dans la concéption du laicat catholique en France depuis le XIX ème siècle*. Communication au XV Congrès Internationale des Sciences Historiques, Bucarest 1980, Bruxelles 1980. CLEMENTE, Manuel – Laicização da sociedade e afirmação do laicado em Portugal (1820-1840). *Lusitania Sacra*. 3 (1991) 111-153. *COMMUNIO: Revista Internacional Católica*. 8: 1 (1991). Número temático sobre movimentos eclesiais. CRUZ, Manuel Braga da – A Igreja na transição democrática portuguesa. *Lusitania Sacra*. 8/9 (1996/1997) 519-536. IDEM – *As origens da democracia cristã e o salazarismo*. Lisboa: Presença; Gabinete de Investigações Sociais, 1980. FERREIRA, António Matos – Religião e relações internacionais: o catolicismo português: Uma abordagem historiográfica. *Política Internacional*. 21 (2000) 163-193. FONTES, Paulo F. de Oliveira – A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja na sociedade. *Lusitania Sacra*. 6 (1994) 61-100. IDEM – As organizações de juventude e o movimento católico no século XX em Portugal. *História*. 31 (Maio. 1997) 15-29. GOMES, J. Pinharanda – Confrarias, misericórdias, ordens terceiras, obras pias e outras associações de fiéis em Portugal nos séculos XIX e XX: bibliografia institucional (Contributo). *Lusitania Sacra*. 8-9 (1996-1997) 611-648. IDEM – *Os congressos católicos em Portugal: subsídios para a história da cultura católica portuguesa contemporânea, 1870-1980*. Lisboa: Secretariado Nacional para o Apostolado dos Leigos, 1984. IDEM – Os movimentos de acção apostólica e social em Portugal (1830-1980). *Democracia e Liberdade*. 37/ /38 (1986) 99-156. Republicado na colectânea de textos do mesmo autor *As duas cidades*. Lisboa: Multinova, 1990, p. 45-81. GOMES, Manuel Saturino C. – Deveres e direitos na Igreja: Do CIC 1917 ao CIC 1983: algumas notas. In *DEVERES e direitos dos fiéis na Igreja*. Lisboa: Centro de Estudos de Direito Canónico – UCP, 1999, p. 31-50. IDEM – O direito de associação: um direito fundamental na Igreja. *Didaskalia*. 19: 1 (1989) 191-262. GOUVEIA, Maurílio de, arcebispo de Évora – *Os leigos na Igreja e no mundo:* Lisboa: Secretariado Nacional para o Apostolado dos Leigos, 1981. *GUIA para o estudo das organizações católicas em Portugal no século XX*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – UCP. No prelo. *LAIKOS: Boletim do Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos*. 3: 12 (1979); 4: 8/9 (1980). Números monográficos sobre o I e II Encontro Nacional de Movimentos e Obras do Apostolado dos Leigos. MAFRA, Luís – Anos 30 a anos 80: o apostolado dos leigos no Patriarcado. *Boletim Diocesano de Pastoral*. 2: 9 (1987) 5-9. MARQUES, José António Gomes da Silva – O direito de associação e as associações de fiéis. In *DEVERES e direitos dos fiéis na Igreja*. Lisboa: Centro de Estudos de Direito Canónico – UCP, 1999, p. 127-183. PEREIRA, Teresa M. L. de A. Martinho –*A questão da identidade laical à luz da «Lumen Gentium» e dos desenvolvimentos pós-conciliares*. Lisboa: Rei dos Livros, 1990. Colecção Nova Spes. REZOLA, Maria Inácia – Breve panorama da situação da Igreja e da religião católica em Portugal (1930-1960). In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal: 12: Portugal e o Estado Novo*. Coord. de Fernando Rosas. Lisboa: Presença, 1992, p. 222-255. SECRETARIADO NACIONAL DO APOSTOLADO DOS LEIGOS – *Perfil dos movimentos e obras do apostolado dos leigos em Portugal*. Cascais: Tip. Cardim [s.d.]. Separatas Laikos; 1. **3. Estudos específicos:** Para as organizações que têm entrada própria neste *Dicionário*, remete-se para a bibliografia apresentada em cada uma delas. E ainda: CLEMENTE, Manuel José Macário do Nascimento – *Nas origens do apostolado contemporâneo em Portugal: a Sociedade Católica (1843-1853)*. Braga: UCP, 1993. GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro – *A Associação Católica do Porto há 125 anos: contributo para a sua história*. Porto: A Associação Católica do Porto, 1997. DOMINGOS, Manuela – Opus Dei. In *DICIONÁRIO de História de Portugal: 8: Suplemento*. Coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 1999, p. 646-647.

ORATÓRIA SACRA OU PARENÉTICA. Qualquer comentário oral da Sagrada Escritura, explicação dos mandamentos ou artigos da fé, confutação de doutrinas heréticas, demonstrações teológicas e ascéticas acerca dos mistérios de Cristo e da Virgem, das virtudes e vícios, do pecado e da graça, bem como panegíricos dos santos, passaram a ser designados pelo vocábulo latino *concio* [= oração], termo que da retórica forense romana transitou para o discurso eclesiástico preparado, de estilo culto ou familiar. Se a palavra *homilia* ficou a denominar uma alocução breve sobre ou a pretexto da leitura do Evangelho da missa, o nome de *sermão* generalizou-se a toda a exposição moral de duração mais dilatada, proferida numa celebração litúrgica ou devoção piedosa, em templo ou préstito sagrado. O sermão tem lugar, em regra, de um sítio elevado, quer seja

do altar, do transepto que separa o presbitério da nave, reservada aos fiéis, ou geralmente do *ambo* [= ambão], mais conhecido por *púlpito*, espécie de pequena tribuna, com ou sem dossel e algum espaço para movimentação, aberto ou firmado nos pilares do arco cruzeiro ou na parede lateral do corpo do templo, a fim de permitir ao orador, auxiliado pela energia e expressividade do gesto, impor silêncio, fazer-se ouvir e prender a atenção dos ouvintes que, separados por sexos, assistiam de pé, sentados no pavimento ou em tapetes (daí o anexim lançar o tapete «em São Roque», a marcar lugar para ouvir o padre António Vieira), esteiras, almofadas e assentos trazidos de casa, bem como encostados a paredes, colunas e altares, não raro «com pouca reverência [...], lançando os braços e cotovelos sobre eles». Enquanto meio de comunicação de massa, a pregação religiosa, na sua dupla função de ensinar (*didaskein*) e exortar (*parakalein*), transmite e defende a fé. Se, na sua ligação com a *retórica*, move e deleita pela palavra, o gesto e o jogo fisionómico, no intuito de persuadir os ouvintes, recebe o nome de *oratória sacra* e também de *parenética*, ao tornar a mensagem da salvação compreensível e eficaz a linguagem por que a veicula. Ao dirigir-se à comunidade dos fiéis, por força das obrigações do ministério eclesiástico, o pregador apercebe-se dos imperativos dos momentos e circunstâncias em que o faz. Daí, a necessidade de se terem presentes os dois eixos que dominam a proclamação da mensagem sagrada: a pregação pastoral ou ordinária e a de ocasião ou extraordinária. A primeira, de características pedagógicas, dirigida à educação para a fé, e a cargo de bispos e párocos no exercício do seu múnus de pastores, distribui-se pelo subgénero catequético e homiliético. A segunda, a que pertence o sermão propriamente dito, agrupa os subgéneros encomiástico (panegírico e oração fúnebre), deprecatório (prece), eucarístico (acção de graças) e gratulatório (regozijo). A distinção de popular e culta implica a consideração de um auditório sociologicamente particularizado, a envolver questões de linguagem, temática e finalidades pastorais específicas.

I. Época Medieval: Se a evangelização dos povos está ligada à palavra, a existência de uma pregação conducente à fé acompanha o trabalho de cristianização do Ocidente peninsular que, no tempo, é bem anterior ao aparecimento da nacionalidade lusa. No percurso da formação da língua portuguesa, de raiz novilatina, se poderá assim divisar o nascer de uma oratória sacra identificada com o falar colectivo, veículo de entendimento e comunicação social. Não existem textos litúrgicos em protoportuguês, pois na missa e no ritual sacramentário o latim era de uso obrigatório na Igreja do Ocidente. Os únicos que permitem indiciar a expressão vernacular usada na catequese* e na pregação ao povo são os que traduzem actos comuns escritos, cantares líricos ou prosas de assunto profano ou sagrado. E se só com distância de séculos aparecem textos parenéticos formalmente elaborados em linguagem, sinónimo de língua viva, há, porém, elementos documentais e informativos para se poder traçar uma história da oratória sacra portuguesa concernente ao período medievo. O bispo São Martinho de Dume, na carta que acompanhava o envio a Polímio, bispo de Astorga, do seu sermão *Da instrução dos rústicos*, recomendava que lhes pregasse no linguajar bárbaro em que se entendiam. Na sua primeira epístola aos Coríntios (14, 9), recomendava São Paulo que o pregador se exprima na língua dos ouvintes para ser entendido e produzir fruto o que anuncia, de contrário será como falar ao vento. Exigia-se, desta forma, eficácia no pastoreio das almas, e que fosse cabal o acompanhamento da fala do povo em seu contínuo evoluir. De resto, pregar em Portugal, nessa época recuada, não seria por certo diferente do praticado na cristandade latina, de cultura comum e preparação eclesiástica padronizada nas escolas claustrais dos conventos e sés* diocesanas (*v.* ENSINO). Basta atentar na cronologia das mais antigas e prestigiadas destas instituições religiosas para se aceitar que a retórica de Cícero, Quintiliano e Aristóteles longe de ser desconhecida era, como acentuam os autores de «Textos medievais portugueses» (p. 666), «originariamente difundida e consolidada pelas vulgarizações isidoriana e augustiniana», fiel à tradução cultural latina, e depois pelo manusear das *Artes praedicandi* em disseminação crescente. Alain de Lille, subsidiário do promissor ensino monástico, falecido em 1203 e autor da *Summa arte praedicatoria* entre nós conhecida, define a pregação «como ensino público e colectivo da boa conduta e da fé, que se apoia na razão, mergulha nas fontes da autoridade e tem por fim a instrução dos homens». A necessidade de ministrar o pão da palavra Deus, que devia acompanhar a distribuição do pão eucarístico, era obviamente recomendada com insistência pelos concílios gerais e reiterada pelos diocesanos. *1. Crúzios e cistercienses:* As duas ordens religiosas que vão dar consistência ao reformismo religioso e à cultura eclesiástica nos começos da nacionalidade foram a dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho*, presentes desde o século XI e cujo dinamismo muito deve ao arcediago Telo, fundador de Santa Cruz de Coimbra, e os cistercienses* de Tarouca e Alcobaça, radicados depois dos meados do século seguinte. A preparação cultural do clero diocesano passava em regra pela frequência da escola catedral que, além da alfabetização, do ensino do latim e do canto litúrgico, ministrava formação doutrinária, ao menos a indispensável, para o ensino da catequese, a celebração da missa e a administração dos sacramentos, com a casuística elementar necessária à confissão, bem como a instrução para a reza do ofício divino e o exercício da pregação. As bibliotecas dos mosteiros e das sés diocesanas sabe-se que possuíam os livros da Bíblia, leccionários, homiliários, passionários, as *Etimologias* de Santo Isidoro de Sevilha, as *Vidas dos Padres da Igreja*, e dos santos, os *Apoptegmatum Patrum*, o *Liber Dialogorum* e *Moralia* de São Gregório Magno, as *Enarrationes in Psalmos* e o comentário do Evangelho e Apocalipse joaninos da autoria de Santo Agostinho, o *De Virginitate Beatae Mariae Virginis* de São Leandro de Sevilha, os hinos de Santo Efrém, a *Regula pastoralis* de São Gregório Magno, tão proveitoso aos curas de almas com as regras a respeitar na pregação, sermonários

com homilias e prédicas de São Basílio, São Leão Magno, Santo Agostinho e São Gregório Magno que os *scriptorium* monásticos multiplicavam, contribuindo também para a sua difusão e compra. Noviços e monges, aspirantes ao sacerdócio e clérigos dispunham assim de instrumentos para alimentarem a sua cultura religiosa, sem que ao mesmo tempo deixasse de coexistir uma ignorância significativa entre a gente da Igreja. Prelados, mosteiros e patronos apresentavam párocos, quando vagavam as freguesias, e, por proliferar a simonia, nem sempre os melhores e mais aptos, mesmo quando existiam, sofrendo com isso todo o ministério pastoral e o anúncio da palavra divina. Era hierarquicamente incentivada a pregação litúrgica, que seria de teor moralizante e catequético, a estigmatizar vícios e superstições*, a apontar virtudes, semeando a mensagem cristã nos comentários e paráfrases às leituras da Epístola e do Evangelho e explicando as fórmulas da doutrina a memorizar. Os tempos, a partir do século XII, eram de reconquista* contra a moirama sob o signo da cruzada* e de simultâneo crescimento demográfico com movimentos migratórios em ordem à extensão territorial e repovoamento. No alastrar da segurança colectiva, a afluência de gente, camponeses e mesteirais, reanima as cidades e povoa zonas desertas. Cruzam as cidades e caminhos os homens que se consagravam à guerra, indigentes, pessoas em trânsito, deslocados à procura de albergarias, hospitais e gafarias, devotos rumo a santuários* de peregrinação de Entre Minho e Douro até a linha do Tejo – massa de gente que precisava e recebia a assistência religiosa possível. A penitência*, a esmola, a reforma de vida e a oração pelos mortos eram temas que estariam presentes nessas admonições homiliéticas dos párocos aos seus fregueses e na preparação feita nas procissões* ocorrentes. O quadro social estava semeado de violências, injustiças, perversidades carnais, ganância, prepotência de senhores, jogo, blasfémia, embriaguez, roubo e esbulho de indefesos e humildes. As hagiografias coevas (*v.* HAGIOGRAFIA E SANTIDADE) permitem fundamentar o que deveria pontear a proclamação da palavra de Deus na homília da estação da missa, que não seria meramente de meditação espiritual de louvor e acção de graças ao Altíssimo, criador e providente. A *Vita S. Geraldi*, arcebispo de Braga, escrita entre 1099 e 1108 pelo também monge cluniacense Bernardo, ao traçar a actividade pastoral do prelado acentuava que «derramava sobre os povos a palavra da pregação» na correcção dos vícios do povo e pecados do clero, na condenação das práticas simoníacas e das ligações incestuosas, na defesa da liberdade em ordem à escolha dos mais aptos para os cargos eclesiásticos e dos direitos das mulheres casadas dentro do matrimónio, no estabelecimento da paz e do exercício da justiça. O hagiógrafo de *Vita S. Martini Sauriensis*, apóstolo bem mais novo do que o metropolita bracarense, exemplo de cura de almas em Soure, povoação fronteiriça, e executor das directizes pastorais gregorianas de D. Gonçalo bispo de Coimbra, sublinhava que o santo, aprisionado mais tarde pelos mouros e falecido em Córdova no ano de 1145, era um modelo de irrepreensível conduta que considerava como mais heróico pôr as coisas em comum e nada possuir, tendo o furto por *maximum crimen*. Para o autor da *Vita Sancti Theotonii*, que remonta a cerca de 1163, o autorizado prior de Santa Cruz pregava o domínio das paixões, a necessidade de purificar a Igreja da imoralidade e libertá-la do domínio do século, o culto devido aos mortos (*v.* MORTE), com a procissão ao cemitério depois da missa, a esmola, o uso de clemência para com os moçárabes* aprisionados que «eram fracos e não conheciam os costumes da terra», a austeridade no comer e vestir, a assistência* aos miseráveis, inválidos, famintos, deslocados e sem trabalho. Na *Vita Tellonis*, outro fundador do cenóbio de Santa Cruz, dá-se relevo à prática da mortificação, à condenação da vaidade, à oração, à pregação da inanimidade das riquezas materiais e da fragilidade do homem perante a morte. Daqui nascia também o encaminhamento de vocações para a vida eremítica (*v.* EREMITISMO), na solidão, na contemplação e na pobreza evangélica, e para a vida monástica votada à oração, louvor divino e trabalho manual. Tanto no *Livro Santo de Santa Cruz* (1133) e no *Livro de D. João Teotónio* (1161), como por exemplo nos testamentos de Gonçalo Dias e Baio Ferrado (1141) do cartório do mosteiro de Grijó, patenteiam-se em suas disposições o perdão de dívidas e as dádivas para os pobres*, os lugares santos e a peregrinação a Jerusalém, a libertação dos cativos da moirama, a construção de igrejas e pontes, as leprosarias, albergarias e hospitais. Se juntarmos ainda a disputa e extorsões de bens eclesiásticos (*v.* PATRIMÓNIO ECLESIÁSTICO), pertencentes a mosteiros* e igrejas, por ricos-homens, cavaleiros e escudeiros, as vinganças em nome da honra, os crimes passionais, sobretudo nos meios urbanos, e a justiça aplicada pelas próprias mãos, sem esforço se conjectura como o quotidiano tinha porta aberta para entrar explicitamente na pregação ao povo. Os cónegos regrantes que detinham igrejas com cura de almas pregavam o cumprimento das normas canónicas, sendo de admitir que seguissem o ensino de Santo Agostinho na interpretação da Sagrada Escritura, com o emprego dos sentidos literal, alegórico, anagógico e tropológico, dirigida a tomar-se a Palavra de Deus como regra da vida cristã. Note-se que o ensino de São Bernardo, em sintonia com o do grande doutor africano quanto ao interesse pela pregação, devia incutir nos Cistercienses, já então numerosos em território português, idêntica actuação. Colectâneas de sermões destes dois luminares da Cristandade que serviriam de leitura e de modelos parenéticos para as comunidades, cujas regras seguiam na disciplina monástica (*v.* MONAQUISMO) e na espiritualidade*, eram guardadas nos *armários* de seus mosteiros. Vestígios da pregação dos pastores do clero diocesano pode descobrir-se na determinação do Sínodo de Lisboa de 1240 em que se chama a atenção para, no exercício daquele ministério, os párocos recordarem aos fiéis que fizessem uma visita à sé, a fim de venerarem o mártir São Vicente, padroeiro da cidade. O exemplo de Cristo e da Virgem Maria, que os santos procuraram imitar, devia tornar-se atraente aos ouvintes, levando-os à prática

das virtudes da humildade, misericórdia, mansidão, abstinência, mortificação, pudor, paciência, caridade para com o próximo, pobres e doentes, em particular os gafos, sempre como meio para merecer a eterna salvação. Revela-se elucidativo, a propósito, o códice 116 do fundo alcobacense, valioso repositório de sermões e alocuções marianas de autor anónimo cisterciense, estudado pelo medievalista José Marques, ricos em doutrina e surpreendentes em beleza literária, espraiam-se em «abundantes apelos à penitência, à mudança de vida, à compreensão da função corredentora de Maria». *2. A novidade da pregação mendicante:* O segundo período da pregação mediévica inicia-se, também entre nós, com o aparecimento das ordens mendicantes e a sua oratória carismática contra a riqueza e a heresia. O ideal de vida de despojamento e errância dos observantes franciscanos era, sem dúvida, uma ruptura com o estabelecido pelos *codices regularum*, de Pacómio, Ambrósio, Agostinho, Bento de Núrsia, Isidoro e Leandro de Sevilha, Frutuoso de Braga, ligada a uma existência sedentária e enquadrada no domínio rural. A implantação de franciscanos* e dominicanos* em território lusitano acompanharia, aliás, a expansão do arroteamento de terras, a fim de absorver os excedentes da população desde cavaleiros do Norte do país à gente assalariada do Centro e Sul. Desde 1217 que terminara a cruzada contra a moirama que ocupava o território disputado e pessoas com bens e dinheiro abundavam. As cidades reanimam-se. Santarém, por exemplo, conquistada aos mouros cerca da metade do século XII, esparrama o burgo para fora da muralha defensiva. Nesse espaço que a gente pobre procura para habitar, cavões e artesãos, desocupados e mendigos erguem moradias ao longo desse período, ao lado dos «guetos» de judeus* e mouros*. Os Mendicantes – Dominicanos desde 1217/18 e Franciscanos a partir de 1247 – instalam-se nos bairros extramuros ocupados por esta população marginalizada carente de sentida fraternidade ou objecto de óbvia tentativa de conversão. Dentro da área muralhada contavam-se, em 1261, 19 igrejas repartidas pelas paróquias. A pregação esperada seria, pois, diferente da proferida pelos seculares, mergulhada por certo em profanos interesses de dízimos e emolumentos que o povo considerava onerosos, pois até coadjutores de bispos e de curas se retraíram a exigi-los, como parece induzir-se do *Liber Poenitentiarius*, datado de cerca de 1240, da autoria do franciscano Frei João de Deus, que considerava cometerem pecado de omissão os que a tal obrigação se furtassem. Verificar-se-ia idêntica situação em vários lugares análogos do reino submetido às mesmas condicionantes conjunturais. O entusiasmo pelo estilo de vida e pregação dos Mendicantes foi sem dúvida grande, a ponto de nas principais cidades e vilas do reino se fundarem conventos franciscanos e dominicanos, como se verificou em Guimarães, Porto e Santarém, originando-se graves diferendos que acabaram por ser resolvidos com a marcação de espaços e dias em que poderiam dirigir a palavra de Deus às respectivas populações. Por outro lado, ainda em meados do século XV era grande a carência de uma pregação evangélica por ministros capazes, se atendermos a que o autorizado medievista José Marques pode concluir, após haver recolhido «mais de dois milhares de registos de cartas de confirmação de clérigos diocesanos, monges e frades, em benefícios na Arquidiocese de Braga», e bastantes até originais, notando que, se nas mesmas «se insiste de forma sistemática na celebração da missa, administração dos sacramentos, conservação das igrejas, casas paroquiais e herdades, tais cartas são omissas quanto à pregação e catequese». Por outro lado, sendo uma obrigação do bispo doutrinar o povo de Deus, a que, por si próprio, não pode acorrer dadas as dimensões do espaço diocesano de que é o pastor, os concílios ecuménicos* pronunciam-se sobre a necessidade dele dispor de auxiliares preparados para os coadjuvarem. Nesse sentido, o Lateranense III (1179) convocado pelo papa Alexandre III ordena, no cânon 18, que cada igreja catedral atribua a um mestre, destinado a ensinar gratuitamente os clérigos dessa igreja e os escolares pobres, um benefício suficiente para a satisfação de suas necessidades, de forma a manter uma via de conhecimento aberta aos estudantes, restabelecendo-se nas outras igrejas ou mosteiros a contribuição já destinada ao mesmo fim. Por sua vez, o Concílio de Latrão IV (1215), reunido sob o pontificado de Inocêncio III, reiterando no cânon 10 a importância do alimento espiritual da alma, ao reconhecer que os bispos por si não chegam para dispensar a palavra de Deus ao povo, sobretudo nas dioceses extensas e com população dispersa, manda-os designar, a fim de cumprir salutarmente a tarefa da santa pregação, homens idóneos, poderosos em obras e palavras, que, em seu lugar, edifiquem pela palavra e exemplo as populações que lhes foram confiadas, as visitem com solicitude, quando eles próprios o não possam fazer, e lhes dispensem tudo o que lhes seja necessário; e também nas catedrais como nas igrejas conventuais haja homens idóneos, que os bispos poderão ter como coadjutores e colaboradores, não só para o ofício da pregação, mas ainda para ouvir confissões. Ao notar que não era de todo ainda observado o estabelecido no concílio anterior a respeito do mestre-escola, decreta que, não só na igreja catedral como em todas que disponham de recursos suficientes, o superior deve procurar um mestre idóneo, a eleger pelo cabido*, para ensinar gratuitamente a clérigos dessas igrejas a gramática* e as outras disciplinas. Todavia a igreja metropolita teria mesmo um teólogo para ensinar Escritura Sagrada aos padres e aos outros, e sobretudo o que respeite à cura de almas. Em complemento destas directrizes, o cânon 27 do referido concílio, que considera o governo das almas a «arte das artes», prescreve formalmente aos bispos para formarem com cuidado os que fossem promovidos ao sacerdócio, instruindo-os eles próprios ou por outras pessoas capazes na celebração dos ofícios divinos e dos sacramentos da Igreja segundo as rubricas; e sob a ameaça de graves sanções intima também os prelados a que, de futuro, não ousassem ordenar homens ignorantes e incultos. Tais disposições acabariam por ser difundidas pelos sínodos* provinciais que os metropolitas, conforme o concílio recorda, deviam anualmente reunir a fim de corrigir abusos e

tratar da reforma de costumes em particular no respeitante ao clero. Assim se compreende que este impulso à pregação por pessoal idóneo, coincidente com o expandir dos Mendicantes, lhes tenha gerado, como assinala Zinck (p. 129), nos primeiros anos da sua existência, uma grande preocupação em recrutar vocações nas escolas universitárias e no seio das ordens já existentes, entre noviços, estudantes dotados e mestres famosos. O crescer dos movimentos heréticos havia levado o papado em 1220 a pressionar a intensificação desse recrutamento, a fim de lhes dar combate, a ponto de, em Abril do mesmo ano, Honório III pedir aos bispos das *marcas* fronteiriças para encontrarem nas dioceses quatro, três ou mesmo dois homens de boa vontade, não importava a ordem religiosa, que estivessem dispostos a dedicar-se à pregação na «vinha do Senhor», contornando se preciso a resistência oferecida pelos superiores para deixá-los sair do mosteiro. Deu-se até o caso de o papa Gregório IX em 1230 ordenar aos bispos para autorizarem os frades mendicantes a pregar nas paróquias. Aliás, já em 1218, o prelado de Coimbra, D. Soeiro, consentira que os Dominicanos o fizessem na diocese, concedendo 40 dias de indulgência a quem os escutasse, porquanto falavam ao povo para se corrigir dos defeitos e permanecer na fé. Instituídas especialmente para evangelizar as populações e sobretudo para combater a heresia, a ordem dominicana como a franciscana conservam a recitação coral do ofício divino e ambas trocam o trabalho manual pelo intelectual e pela assistência a confrarias* e ordens terceiras*, indo ao encontro das massas, pregando nas praças públicas, albergarias e lugares vis, dinamizando as devoções do rosário e do presépio, de forma a cativar e alimentar a religiosidade popular* no ideal ascético e místico. Os casos paradigmáticos da primeira geração de mendicantes portugueses, António de Lisboa (1188/1190?-1231) e Paio de Coimbra (1250/1257?), podem servir para ilustrar o elo entre as antigas e prestigiadas ordens e as novas voltadas para uma diferente espiritualidade e acção pastoral, bem como seriam entre nós conhecidas as directizes papais acima mencionadas. Homens dotados e doutos por seu tirocínio escolar haviam sido recrutados no seio de agostinhos* e, talvez, cistercienses. Formado, entre 1212 e 1219, nas comunidades de São Vicente de Fora e Santa Cruz de Coimbra dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, ficou Frei António a dever-lhes a sua impressionante bagagem cultural humanística e teológica que seus sermões patenteiam e que veio a ser posta brilhantemente em campo na actividade entre os irmãos franciscanos como no embate polémico com os heréticos de França e de Itália, para onde abalara e aí se finara. Ainda que sejam escassos os dados biográficos de Frei Paio de Coimbra, sabe-se por informação de Frei Luís de Sousa que «era um escolar maduro quando se juntou aos frades». E, se atendermos a que Frei Domingos Peres de Lisboa copiou no *scriptorium* de Alcobaça, em 1250, a pedido de D. Pedro Enes, o abade cisterciense de Tarouca, o sermonário do dominicano, não será forçado conjecturar, até pelo conhecimento do serviço de cura de almas a que também se dedicavam os monges beneditinos, que uma ligação estreita e antiga entre estes e Frei Paio, que foi o primeiro prior do convento conimbricense, bem poderia existir, a ponto de lhes dever a sua aprendizagem intelectual e formação teológica. A *Summa Sermonum* que lhe é atribuída forma um conjunto de 406 peças de teor esquemático, esboçadas a partir de perícopas bíblicas e destinadas a celebrações marcantes do ano litúrgico, cuja ordenação correspondia ao ritmo quotidiano de uma sociedade rural. Escritas ao longo da vida, a sua *materia praedicabilis* reflecte uma cultura escriturística, patrística, hagiográfica, histórica e escolástica coevas e denota uma pronunciada feição moralizante e apologética na defesa da Igreja e da fé católica. Os escopos desses esquemas de sermões, onde se encontra o recurso à didáctica dos *exempla*, espraiam-se pelo doutrinário teológico e ético-normativo, cristológico e mariano, panegírico, exegético-alegórico, ascético-místico e pastoral. A seiva literária escorre das designadas e englobantes «divinas Escrituras» que compreendiam a Bíblia, a patrística*, os concílios e textos que encorporavam a corrente da tradição. Por sua vez, os *Sermones*, dominicais e festivos, de Santo António, de teor doutrinário e moral e também de estrutura esquemática, com abundante recurso às fontes bíblicas, foram organizados no fim de sua vida. Do cotejo entre os escritos parenéticos do franciscano e os do dominicano parece ressaltar que se destinariam tanto a ser um auxiliar da pregação, como a constituir uma espécie de manual de oratória sacra para preparação de futuros pregadores de ambas as ordens. A obra parenética antoniana, de que há edições integrais bilingues, é subsidiária de uma raiz augustiniana e ascético-mística, no exercício da oração e penitência, e de um espírito genuinamente tributário do *Poverello* de Assis, aberto à natureza e ao símbolo, ou seja, à utilização do visível como teofania do invisível. A exegese da Escritura Sagrada, de que era Santo António preciosa «arca», e que constituía o suporte mais robusto da sua pregação, assentava na metáfora da quadriga em que as quatro rodas correspondiam aos sentidos histórico, alegórico, tropológico e anagógico por onde passavam a interpretação dos signos literal, dogmático, moral e místico. Assim se lhe tornava possível o fecundo manuseio argumentativo da *allegoria facti* e da *allegoria verbi* que animariam os seus sermões e cativariam os que, aos milhares, acorriam a ouvi-lo. *3. Os conflitos de estilos na pregação medieval ou a impreparação do clero secular:* A parénese dos Mendicantes acusa a clivagem conflituosa entre a praticada pela cleresia secular de pendor comunicativo, homiliético, singelo e familiar, acusando carências graves de cultura e credibilidade, acomodações chãs dos imperativos de uma pastoral administrativa, e a dominicana e franciscana mais liberta e evangélica, embora nem sempre pacífica e desprendidamente o fizessem. Assim aconteceu em 1261, na vila de Santarém, quando, na ânsia de guardarem e alargarem o domínio exclusivo de espaços para a sua actividade religiosa, as duas ordens se envolveram em lamentável disputa só sanada com a intervenção dos superiores-gerais e das autoridades régias e locais. De resultado positivo só o facto de se passar a estabelecer em

Santo António pregando aos peixes, *de Vieira Lusitano, 1721 (Lisboa, Igreja de São Roque).*

pormenor as igrejas e solenidades em que alternada ou simultaneamente podiam uns e outros pregar, bem como, para o mesmo efeito, quais as casas ligadas a uns e outros. Aliás, a rápida difusão dos Mendicantes nas principais vilas e cidades do reino e o impacte provocado deram origem também a tensões deploráveis, como sucedeu em Braga, Porto e Guimarães, dentro da segunda metade do século XIII, às vezes até ultrapassando-o. Na verdade, segundo as pesquisas do investigador José Marques que utilizamos, o cabido bracarense conseguiu, em 1279, celebrar um compromisso com o município, a fim de obstar que os Mendicantes se instalassem na cidade primaz. A veneração com que o povo os distinguia levou o clero secular a confiar-lhes o ministério da pregação em certos templos urbanos onde acabavam por se instalar. Nasceram, porém, querelas sobre aquela prática religiosa, como ainda a propósito de emolumentos pelos ofícios de sepultura de defuntos que, por devoção, nessas igrejas desejavam ficar tumulados. Em 1297, a colegiada* vimaranense acordou entregar aos Mendicantes o ministério da pregação nas igrejas da vila, pela qual recebiam módica remuneração. A composição pacífica celebrada entre os interessados, apesar das dificuldades materiais subsequentes à Peste Negra no século XIV, foi renovada em 1409 e previa mesmo um minucioso calendário da pregação a ser anualmente cumprido, compreendendo os domingos do Advento e da Quaresma, as festas principais do ciclo litúrgico, de Cristo, de Nossa Senhora e dos santos, tanto na colegiada como nas igrejas de São Domingos e São Francisco, São Paio e Santa Margarida, nestas últimas só nos dias do orago e em algumas festas de devoções

aí ligadas. Pela prestação de tais serviços, a instituição outorgante concedia-lhes a chamada «porção funerária», que consistia na quarta parte das ofertas levadas aos ditos mosteiros por altura dos funerais ali feitos. Em troca, comprometiam-se os frades a lembrar aos fiéis a obrigação do pagamento das dízimas, primícias e outros direitos devidos aos párocos e de irem às missas e pregações aos domingos e festas de guarda; enquanto os capelães da colegiada deviam recomendar aos fregueses para que participassem nas festas litúrgicas dos referidos mosteiros e ouvissem as pregações. O que se verificava, a nível de uma prestação mais exigente do ministério da Palavra, é que, se isto não obstava a que houvesse a ordinária e singela homilia nos domingos e dias santificados, parecia não ser de molde a estimular o aparecimento de oradores do clero secular. O caso de Guimarães, que no reino deveria ter outros paralelos, mostra ter existido ainda certo cuidado em assegurar a prestação deste serviço, pois havia no Convento de São Domingos, em 1426, quatro doutores, um mestre em Teologia e dois bacharéis. O alheamento da colegiada duma obrigação que também era sua, pois cabia aos capitulares dedicarem-se à pregação, chegou a merecer o reparo do superior dos Franciscanos, Frei João de Vila Franca, num sermão na Igreja da Nossa Senhora da Oliveira em finais de 1445, a ponto de denunciar «a ignorância da clerezia do arcebispado» e, em particular, dos «sacerdotes et ecclesiarum rectores villa», atingindo por concomitância os membros da instituição canonical vimaranense que, irritados, lhe moveram um processo canónico. Ao mostrarem-se inaptos para proclamar a Palavra de Deus, eram hereges, sublinhara o religioso, porque assim a tolhiam. E as tensões entre a colegiada e os Mendicantes repetiram-se. Em 1448, os Franciscanos não se apresentaram no púlpito de São João da Ponte, na festividade anual. Por altura da peste de 1453, a procissão, que devia recolher em São Domingos, encaminhou-se para São Francisco e os Dominicanos contestaram. Oito anos depois, acelerou-se a ruptura com os Franciscanos. Temendo ficar sem oradores para as principais festividades litúrgicas, decidiu a colegiada sustentar um «pregador letrado pera em ella pregar a palavra de Nosso Senhor aos fieis christãos e moradores da dita vila». Vale a detença neste quadro da pregação no Norte de Portugal quatrocentista por haver permitido, em paralelo, dar a conhecer aspectos significativos indicadores do estado do ministério da Palavra de Deus que pelo clero secular era confiado aos Mendicantes. Sendo os Dominicanos e Franciscanos, no parecer autorizado de Chenu, «ao mesmo tempo os arautos da jovem Cristandade e os Mestres da nova Universidade», perfilavam-se como hostes apostadas também numa autêntica pregação carismática, a contrastar com a praticada pelo clero secular, pobre e acomodatícia. Responsáveis directos pela vida cristã diocesana, os bispos conheciam as directizes papais a seguir. O prelado lisbonense D. Domingos Jardo autoriza em 1293, com a aprovação do cabido, que os estudantes residentes no Hospital de São Paulo, sito na paróquia de São Bartolomeu, possam como os outros presbíteros pregar aos fiéis e confessar no termo da cidade e em toda a diocese, com recurso ao toque dos sinos, autorização estendida por Bonifácio VIII, dois anos depois, a seis escolares pobres do Hospital de Santo Elói e Clemente (*Chartularium*, I, 26 e 28). E, se havia a colaboração de universitários para o ministério da Palavra, será de atender que, em 1448, este existiria para os académicos, à semelhança do que se passava na Europa, pois o infante D. Henrique disponibiliza recursos para que o mestre de Teologia celebre a festa de Santa Maria de Março, no dia de Anunciação de Nossa Senhora, assistida por «todolos leentes E escolares» por sua vida, que deveria manter-se após falecer, com missa e pregação, e da mesma forma na confraria do Salvador, no princípio de cada ano lectivo (*Ibidem*, VI, p. 182). O poder político de uma sociedade sacral quereria, por sua vez, uma pregação eficaz. Atitude normativa paradigmática encontra-se na primeira das *Sete partidas* de Afonso X, obra didáctica escrita por 1258, de escopo legislativo e moral. No texto que circulou em Portugal, as leis XL a XLVIII tratam do ministério da palavra sagrada no seu anúncio ao povo. A inspiração bebeu-a o autor em São Paulo, São Gregório Magno e na *Summa* de São Raimundo de Peñafort, ao que parece. O pregador, lembra, deve ser como o médico, semelhante a um desses «bõos fisicos que nõ desenparã os enfermos ante[s] os uã prouando todauia aquelas cousas cõ que os cuydam» (p. 240). Por sua vez, a pregação é «çijza que deita adecoada e laua as outras cousas e ella fica lixossa em ssy» (p. 233). Como São Jerónimo, vê-a sob o símile do «latido do cão» que pela palavra mete medo. A clérigos e leigos deve o prelado mostrar-lhes a crença a conhecer e, depois de entendida, a necessidade de guardarem-se de pecar. Recomenda aos pregadores que falem na igreja ou outro lugar «onesto», ante todos e «nõ apartadamente», usando de caridade, tanto no dizer como no proceder, sendo de vida honesta, pregando bem, moderados nas palavras que, por singelas, se percebam e aproveitem aos ouvintes, «dirigidas sem recado», furtando-se a disputas públicas diante dos hereges, para que não aconteça de os menos entendidos caírem no erro. Como as fontes eram comuns, não surpreendem as convergências. No segundo sermão de Santo André e na esteira do doutor das gentes, Frei Paio de Coimbra distingue três classes de pregadores: os que vivem e ensinam bem como apóstolos; os que vivem mal e ensinam bem como mercenários; os que vivem mal e ensinam mal como heréticos. Os aspectos formais da oratória do púlpito acusava, por seu lado, evolução a registar. Se, conforme anota o medievista Charland, no começo do século XIII, a pregação desconhecia regras fixas e receitas impostas, Santo António e Frei Paio mostravam conhecer o novo estilo de pregar que as *artes praedicandi* prescreviam indicando as partes constitutivas do sermão: o *thema* (enunciação da perícopa bíblica), o *prothema* ou exórdio (correspondente a outra enunciação com os pontos a tratar e o apelo à oração destinada a obter a graça de Deus para que a Sua palavra frutificasse), a *dilatatio* ou *expositio* (desenvolvimento da matéria do sermão) e a *conclusio* ou peroração (conclusão exortativa à práti-

ca). Circularam, com efeito, sobretudo em nossos meios conventuais, o *Processus negotiandi themata sermonum*, que aparece num códice alcobacence da Biblioteca Nacional de Lisboa anexado à *Summa* de Frei Paio de Coimbra e com alguns sermões avulsos, atribuído ao mestre franciscano João de la Rochelle ou de Rupella (1245) que, segundo a *Crónica da Ordem dos Frades Menores* (II, 54), «foy muy grande pregador e homem muy claro em rreligiosidade e çiemcia e discriçam e outro sy de tamto engenho que, emaddendo elle aa sotileza dos primeiros meestres, feze arte e modos esquisitos de pregaçom e leitura em na faculdade de Theologia»; a *Summa de arte praedicatoria* de Alain de Lille que Frei João da Póvoa registou no seu inventário quatrocentista da livraria de São Clemente das Penhas sob a designação de «tractado magistri alani de arte praedicandi»; a *Summa de arte praedicandi* de Thomas Chobbam; a controvertida *De Arte praedicandi* de João de Galles. A proliferação dos Mendicantes e a frequência da instituição universitária, criada em 1288 na versão de estudos gerais, e das universidades italianas, inglesas e castelhanas intensificaram a preparação de pregadores que acomodavam a letra e o espírito da *lectio*, *disputatio* e *praedicatio* da lição magistral, habilitando-os para auditórios especializados e exigentes. Aliás, adverte Chenu, esta pregação cuidada, pautada pelo rubricismo das *artes praedicandi*, destinava-se a clérigos habituados por ofício a todos estes procedimentos retóricos e a públicos heterogéneos, cortesãos e urbanos, mais exigentes. Refira-se que os letrados de formação universitária e os infantes da Ínclita Geração conheciam a teoria oratória clássica. Existia uma cópia da *Rethorica ad Herenium* na Biblioteca Alcobacence, D. Duarte cita a *Retórica de Aristóteles* e manda traduzir a Afonso de Cartagena a *Retórica* de Cícero cujo *De Oratore* é citado por Vasco Fernandes de Lucena na *Oração da obediência* nas Cortes de Évora de 1481. O ministério da palavra direccionado para o povo comum continuaria, porém, a seguir o estereótipo homiliético sem descurar o conteúdo catequético e moral. O *Livro das confissões* de Martim Pérez, pertencente ao século XIV, adverte que «tres cousas deue pregar o pregador aas almas. As cousas celestiaes pera aas amar & desejar & ganhar. Os peccados pera aos leixar. As uirtudes & aas boodades pera as tomar & gardar & uestir.se delas». Sendo, pois, o destinatário o que ditava o teor formal dos *sermones dominicales*, *de tempore* e *de sancti*, as circunstâncias ampliavam a sua tipologia enquanto tinham lugar em: exéquias, expedições militares, acção de graças, anúncio de cruzadas, confrontos bélicos, entronizações régias, calamidades públicas, peregrinações, abertura de sínodos e concílios, e tantas outras motivações. Há lugar, por isso, para a consagrada distinção entre pregação ordinária e extraordinária. Significativos exemplos da última encontram-se nas crónicas da *Conquista de Lisboa* (1147), de Fernão Lopes, de Zurara, de Rui de Pina, de Garcia de Resende, e no *Livro dos conselhos de El-Rei D. Duarte*. Quanto à pregação apologética dirigida a judeus* e mouros*, e contra práticas pagãs e crenças heréticas, até certo ponto tolerados, embora na prática sempre combatidos. Gastão de Fox, bispo de Évora, contemporâneo do conimbricense Paterno, aparece mencionado como autor de tratados doutos em língua árabe para conversão dos maometanos, o que testemunha a existência de uma comunidade que conservara a sua identidade, mas por outro lado se ia deixando atrair pelo culto cristão. Celebravam os sarracenos São João Baptista, que o Alcorão considera mártir e profeta; e desciam dessas ilhotas disseminados por terra católica portuguesa, juntando-se a moçárabes* e mouros livres, para irem ao santuário algarvio do cabo do Corvo em peregrinação. O dominicano Frei Paio de Coimbra, próximo dos meados do século XIII, não obstante, atacava os blasfemadores muçulmanos que não criam na divindade de Cristo; e um pouco no estilo apologético do, mais tardio, *Livro da corte emperial*, fala, no último dos cinco sermões a São Silvestre, «da disputa que o santo sustentou com doze sábios judeus, lembrando-nos que, sem Deus, nada podemos na luta contra os judeus, sarracenos, demónios e falsos irmãos». As conhecidas pregações do judeu converso e clérigo mestre Paulo, em Braga, que eram feitas compulsivamente à comuna judaica da urbe, e levaram à intervenção drástica de D. Afonso V, em 1481, segundo a documentação revelada por Baquero Moreno, inscreviam-se, por certo, numa sermonária apologético-proselítica. O zelo do pregador, de tão extremo, arrastava-o a uma linguagem que resvalava no ataque directo, obviamente à consabida «perfídia judaica», destinada a mover à conversão menos pela força das razões do que pela violência e o medo. O sentimento anti-semítico da população, excitado pelo que via e escutava, desencadeava no povo o «ódio e escândalo» que conduziam ao tumulto e punham em perigo a política régia de tolerância e acalmia nas relações entre as duas comunidades. Sendo o leque de comunidades judaicas no reino de dimensão significativa, basta juntar a da cidade dos arcebispos às de Guimarães, Vila do Conde, Barcelos, Ponte de Lima, Moncorvo, Chaves, Mogadouro, Lamego, Viseu, Coimbra, Leiria, Trancoso, Estremoz, Évora, Lisboa, Beja, Loulé e Tavira para se avaliar as intenções do conteúdo dos títulos 67 e 68, do livro II, das Ordenações Afonsinas e as constituições XIII, LVII e LVII do Sínodo de Braga de 1477, presidido por D. Luís Pires. A conversão da «gente da nação», porém, era um desiderato da hierarquia eclesiástica e as ordens mendicantes perseguiam-no. O cronista seráfico Frei Fernando da Soledade (II, 14-15) indica os franciscanos Frei Domingos Bonelo e Frei Domingos Lourenço, do convento de Lisboa, como comissários do papa para a conversão dos judeus. Os provinciais dominicanos portugueses, na sequência das determinações dos capítulos gerais da ordem, votar-se-iam à conversão dos mouros e judeus «à semelhança dos Perigrinantes». A respeito do combate às heresias o mesmo zelo se notava no bispo de Silves, Álvaro Pais (1333-1339), patente nas disputas e pregações que fazia, verberando nestas religiosos e clérigos mais perseguidores e inimigos da Igreja do que servos obedientes. A conduta religiosa e moral de gente da Igreja e do povo foi, aliás, objecto de directas censuras na pregação trecen-

tista. O dominicano André Dias criticava os abusos notórios na provisão de cargos eclesiásticos conferidos a sujeitos gananciosos e sem ciência teológica ou apresentados por compadrios de interesses. Por sua vez, o cronista Fernão Lopes refere, reportando-se aos tempos das lutas pela independência, que o povo da capital «fora amoestado em pregaçoões que se partisse dalguuns pecados e danados custumes dos gentios que se em ela de lomgo tempo hussarom, moormente erros de jdollatria» (II, 93). E, ao longo do século XV, continua esta pregação reformista contra a conduta delituosa dos clérigos e leigos. O Sínodo do Porto de 1430 ordena a todos os abades e beneficiados, religiosos como seculares, que nas festas do Natal, Páscoa, Pentecostes e Santa Maria de Agosto e no tempo da oferta, nas pregações, nos mosteiros, igrejas de benefícios e nos ladários, em dias das ladainhas e dos oragos, quando o povo estivesse reunido, o admoestassem sobre a necessidade da restituição aos que se houvessem apropriado indevidamente de bens móveis e de raiz pertencentes à Igreja, condição para serem absolvidos da pena de excomunhão. Abundante e variada era, pois, a matéria a tratar na pregação, se tomada em conta a legislação diocesana, aliás tão concretamente extensa em seus tópicos. Recordam, por exemplo, as Constituições de Lisboa decretadas em 1240 que tanto nas confissões como nas pregações os presbíteros devem recomendar aos paroquianos que visitem uma vez no ano a sé em honra do mártir São Vicente. Por sua vez, ficou exarado em 1467, no livro de visitações de Óbidos, que o pároco nos sermões e pregações falasse da graça de Deus recebida no sacramento da confirmação. A reconhecida falta de preparação do clero secular para este ministério mantinha-se, porém, em plena era quatrocentista, apesar do esforço dos prelados zelosos. Em 1403, o lisbonense D. João de Azambuja reconhecia que reitores e beneficiados de ordens sacras necessitavam «muito de seerem ensinados e sabedores em aquellas cousas que lhe perteceem e som theudos de gardar em si e ensinar aos outros», e «aprenderem gramatica pera entenderem o que rezam e leerem». Segundo informação reunida pelo investigador José Marques, foram encontrados na diocese de Braga*, nas Confirmações de D. Fernando da Guerra (1423-1468), presbíteros a rondar a dúzia e meia de casos, providos em benefícios com cura de almas, que não sabiam ler nem cantar. E, no entanto, a prática do preceito dominical, conforme prescrevia o sínodo bracarense de 1477, destinava-se aos «fiiees christãaos se ocuparem em visitar as egrejas e ouvir a missa e a pregaçom». Dever este sobre o qual o *Tratado da confissom* de 1489 manda mesmo interrogar o clérigo penitente: «Se despreçou pregar e ensinar Jhesu Christo.» Entendia-se a pergunta, como se deduz, se ministrou ao menos a catequese e proferiu a homilia da missa ou prédica equivalente. Acerca duma pregação para o público cortesão, confiada a eclesiásticos para tal função escolhidos, há no declinar da época medieva o testemunho de D. Duarte, cujo ordenamento do culto na Capela Real englobava os dias e festividades em que obrigatoriamente devia a mesma ter lugar. *4. Pregação por leigos:* O que não passa sem alguma insistência na legislação eclesiástica é o exercício abusivo da pregação por leigos, casados e religiosos (*v.* LAICADO). As *Decretais*, em seu título «de haereticis», falam no assunto, designando as pessoas, pois a mesma era proibida. O Sínodo de Braga de 1326, presidido por D. Gonçalo Pereira, ao querer refrear os abusos e burlas dos questores, manda que os abades, priores, reitores vigários e beneficiados em suas igrejas, sem exibirem comprovada licença os impeçam de propor indulgências e graças apostólicas, e só sob condições os deixem pedir esmolas, abstendo-se, porém, de qualquer pregação. Nas Cortes de

Santo Agostinho, *de Olivier de Gand e Fernand Munoz, c. 1510-1514 (Tomar, Convento de Cristo).*

Elvas de 1361, D. Pedro I decreta análogo procedimento, referindo as reuniões que nas igrejas faziam com os povos. O artigo IV da Concordata de Santarém, inclusa nas Ordenações Afonsinas, não disfarça a existência de prelados que vendiam licenças para os ichacorvos, nome por que tais impostores eram conhecidos, fazerem peditórios, dando azo a que constrangessem os povos, sob ameaça de excomunhão, a ouvir as suas pregações. A este propósito o Sínodo de Lisboa de 1403 é bem extenso na fundamentação das medidas proibitivas que preconizava, porquanto os demandadores e ichacorvos dos «quaes algũuns emganando mentem dizendo-se seer outros que nom sam em suas pregaações propõem e dizem muitos abusõoes por tal que emganem os simplezes e tirem e levem delles per sotil emganoso engano, ouro, prata, dinheiros, pam e vinho e azeite e lãa e linho e qualquer outra cousa que podem tirar e taaes como estes buscam e demandam as suas cousas e nom Deus por Deus mais por os gaanhos temporaes e por as ditas cousas», sendo a autoridade da Igreja «lançada em desprezamento em perigoo das almas e escandallo de muitos». O mal de tão arreigado custava a extirpar. A visitação de Santiago de Óbidos de 1454 lembra que se não devia receber ichacorvos. O sínodo de 1477, no tempo do prelado bracarense D. Luís Pires, dá como coisa certa «que muitos ychacorvos e emganadores andam per este arcebispado pedindo esmollas, mostrando letteras falssas e preegando indulgencias e perdoanças mentirosas que nunca forom ou, se algũuas som, acrecentam nellas muitas falssidades e mentiras e assy enganom os simplezes e lhes levam e roubam o seu como nom devem sem lhes ficar proveicto alguum pera suas almas». E mais acrescenta: «furtam e falsifficam o nosso sinal e escrepvem cousas que nunca em nosso coraçom penssamos nem Deus queira que outorguemos». Por isso, ordena que sejam impedidos de pregar e pedir esmola, sem rigorosa verificação das licenças passadas que apresentarem. O quadro da diocese da Guarda*, como revela o sínodo de 1500, não era diferente: a mesma multidão de ichacorvos a pregar ao povo, nos mosteiros, igrejas e lugares; o mesmo recurso a maus e enganosos modos. Tudo isto ainda perdurava na viragem de Quatrocentos. E, se o testemunho de João de Barros e Gil Vicente pode cobrir o período próximo àquele em que nasceram, a pregação revestia-se também de um estilo apocalíptico de «imprudente praguejar», cheio de abusões escolásticos e profanos, em que a dialéctica escotista marcava presença, de forma a fazer perder a cabeça de quem os pronunciava e os ouvia. O suficiente para surgirem paródias de sermões nas quais, servindo-nos da alusão vicentina, «Estudantes preguadores / metem sanctas escreturas em sermoões» jocosos, alguns a derivar por facécias amorosas, mais sacrílegos que desrespeitosos, e, por isso, condenáveis. A ironia de Garcia de Resende torna-se, pois, pertinente ao visá-los na sátira de resposta a Afonso Valente, pondo a ridículo certas especulações patenteadas: «Preegador muy seduizo / c'alegua sempre Ezcoto, e feyticeiro coloto / ou porteiro do estudo.» *5. Sermão da cruzada:* Se, em tempo de cruzada ibérica, desponta, com a empresa da conquista de Lisboa em 1147, a oratória sacra portuguesa em conhecidas exposições narrativas, continuava o registo a estender-se ao Norte de África, nos inícios da era quatrocentista. Em Lagos, o franciscano Frei João de Xira, no relato de Zurara, aproveita a circunstância para ler a versão em linguagem da bula da cruzada* e lhe parafraseia o conteúdo, insistindo no apelo à entrega generosa dos expedicionários que, se selada pela morte, lhes traria a glória eterna: *Deus todo poderoso sabe que, se algum de vós outros morrer, que morre pela verdade da Fé e salvação da sua Lei*, acentuara o orador que recorda as atrocidades e devastações pelos árabes cometidas antes da invasão da Península nas cristandades existentes em solo africano. Por ocasião da ida a Tânger em 1437, D. Duarte foi ouvir Frei Martinho na Igreja do Carmo e a D. Frei Aimaro, bispo de Ceuta e confessor régio. A conquista e manutenção dessas praças e o prosseguimento da evangelização do além-mar mantinha de pé a necessidade da pregação da bula papal. Reporta-se à segunda metade do século XV a notícia que dá D. Gil, titular de Titópolis e auxiliar do arcebispo primaz D. Fernando da Guerra, a pregar nas regiões nortenhas de Barroso a bula da cruzada com assistência de numeroso povo que em troca da remissão dos pecados contribuía para os gastos dispendiosos da ofensiva contra os Turcos, oferecendo as suas dádivas, como em carta de 7 de Agosto de 1464 o próprio escrevia. Em pormenores adiantados acerca da pia actividade, conforme essa fonte revelada pelo investigador José Marques, fala o prelado da delegação cometida ao abade de Cabral e ao vigário de São Vicente da Chã, curas em terras de Montalegre e em seu parecer capazes da colaboração que lhes pedira, aos quais forneceu uma tradução em vernáculo da bula, ficando consigo o original latino, *bem guardado e limpo*. Comunicava na missiva que o mesmo trabalho pastoral fizera em Guimarães e projectava-o ainda para Braga, Ponte de Lima e outros lugares, queixando-se ao arcebispo da falta do pagamento de 3070 reais, relativos às despesas com idêntica pregação já feita em território vimaranense. Nos finais do século, os franciscanos Frei João da Póvoa (1433-1506), confessor e conselheiro de D. João II, e copista muito empenhado no apetrechamento das bibliotecas dos conventos da sua província religiosa, e Frei Domingos Velho aparecem nomeados pela bula *Ortodoxe fidei* (1485) de Urbano VIII pregadores da cruzada, a juntar sem dúvida a outros mais caídos no anonimato. *6. Textos parenéticos e pregadores:* Quanto a textos parenéticos firmados por autores portugueses lamentavelmente o elenco não é estimulante, pois, para além dos notáveis sermonários de Santo António e Frei Paio de Coimbra, o conhecimento que temos por aqui se fica. Há, porém, os inclusos nas crónicas de Osberno, Fernão Lopes e Zurara, a levantar o debatido problema: aonde começa e se estende a mão dos cronistas? A efectiva cultura teológica e o inegável saber bíblico destes só dificultam a dilucidação desejada. Não seriam essas extensas paréneses contextuais pertencentes aos próprios pregadores ou elaboradas a partir de dados fornecidos pelos mesmos? Ou foram, e bem capazes o eram disso, os cronistas que inteiramente

as redigiram sem a base de «antigas escrituras»? Mas, se tais textos são escassos, abundam referências a pregadores – actividade oratória, circunstâncias em que actuaram, contexto histórico-cultural –, relativas a não poucos que viveram nas três centenas de anos do Portugal medievo e que, em sucinto resenhar, importa referir. A obra parenética deixada aponta, como mais notáveis, os atrás mencionados Santo António e Frei Paio de Coimbra; contudo, variados testemunhos, a tradição e fontes históricas diversas, dão-nos notícia de muitos outros. Para o século XII, há que relevar D. Pedro Pitões, bispo do Porto, que se dirigiu aos cruzados intervenientes no assédio e conquista de Lisboa à moirama (1147). No que respeita ao século XIII, entre os *dominicanos*: São Gonçalo de Amarante; Frei João Fróis, nomeado em 1216, pregador de Filipe II, rei de França; Pedro Julião, o papa João XXI (1277), filósofo, teólogo e doutor, professor de Bolonha e Pádua, autor de *Sermones praedicabiles*, esquemas de sermões de algum interesse; e ainda João Martins, Lourenço Mendes e Vicente Egas, frades do convento de Guimarães; entre os *franciscanos*: Frei João Gil que compôs *Sermones dominicales e festiva communes*. No século XIV, conhecem-se: o *carmelita* Afonso Abelho que pregou na Sé de Évora por ocasião de uma inundação; os *dominicanos* Frei Rodrigo do Porto, doutor com pregação referente a 1381 e 1391; Frei Pedro que estudou em Oxford (1394); Frei Vicente de Lisboa († c. 1408), estudante em Oxford, confessor de D. João I e fundador do convento de Benfica; os *franciscanos* Frei Afonso Alprão, estudante em Bolonha, teólogo, confessor régio, autor de uma «Ars praedicandi»; Frei Pedro, teólogo e pregador na vitória de Aljubarrota; Frei Rodrigo de Sintra, teólogo e orador no levantamento do cerco de Lisboa (1384); Frei Tomás de Portugal, docente nas universidades de Inglaterra, Espanha e Paris. No século XV, aparecem referidos os *carmelitas** João Sobrinho (1475), teólogo e canonista, confessor de D. Afonso V, a quem colocaram o púlpito fora do Carmo de Lisboa, para que o pudessem ouvir; e Frei Martinho, pregador da cruzada a Tânger (1437); os *dominicanos* Frei Afonso de Évora, prior de São Domingos, pregador no recebimento dos restos mortais do infante D. Fernando; Frei Afonso de Lorvão, teólogo e pregador de D. Afonso V; Frei Afonso Velho, confessor de D. Henrique e pregador da bula da cruzada (1456); Frei Álvaro Correia; Frei Álvaro da Torre; Frei André Dias de Escobar, autor das «Laudes e cantigas de Santa Maria», orador nos concílios de Constança (1416) e de Pavia-Siena, onde proferiu o *Sermo ad clerum* diante de Martinho V e dos cardeais, e na peste de Lisboa de 1432, sendo dignos de atender os «comentários» acerca da pregação e do seu papel; Frei Fernando de Chelas, lente em Colónia, Oxford e Portugal, que numa súplica a Nicolau V (1450) refere haver pregado nas dioceses de Lisboa, Coimbra e Braga durante 40 anos; Frei Fernando do Porto, bacharel de Teologia, que se dirige em 1486 ao cardeal de Nápoles a pedir autorização, aliás concedida, para pregar em qualquer parte do mundo; Frei Gonçalo Mendes; Frei João Dias e Frei Pedro Dias; Frei Rodrigo, confessor do infante D. Henrique; os *franciscanos* Frei Afonso do Paraíso (c. 1441), provincial em 1431, confessor e pregador de D. Duarte, cuja viúva procura harmonizar, sem êxito, com o infante D. Pedro; Frei André do Prado, autor do célebre *Horologium Fidei*, natural de Évora, pregador no Concílio de Basileia, em que apresentou uma exposição teológica sobre os mistérios da Trindade e da Encarnação, promotor da vida diocesana com prelados capazes e dignos, provavelmente ainda vivo em 1450; Frei Estevão de Guimarães, «leitor de Teologia» em 1443, de quem se conhece uma súplica a Nicolau V (1452) e referência à actividade concionatória em Barcelos e arredores, afecto à Casa de Bragança, em cujos domínios teve licença para aceitar um benefício com cura de almas; Frei Estevão de Loulé, «leitor parisiense e capelão do infante D. Henrique», que em 1456 menciona a Calisto III os três anos de pregações ao povo que fez nas Canárias; Frei Fernando de Arroteia, conhecido por suas «bõas preegações», da estima de D. Duarte; Frei Francisco, confessor do mesmo rei; Frei Francisco Flores, estudante de Salamanca em 1459, com licença para se entregar à pregação; Frei Gil Lobo ou de Tavira, letrado, conselheiro, colaborador e confessor de D. Duarte e mestre de D. Afonso V; Frei Henrique de Coimbra, o pregador da primeira missa no Brasil* e missionário na Índia*; Frei João, *o Farto*, coevo de D. Afonso, o malogrado herdeiro de D. João II; Frei Martinho de Tavira que em 1482 impetrou do papa a capelania do hospital onde se tratavam os doentes vindos das praças africanas; Frei Rodrigo do Porto que recebeu o grau de doutor, em 1425, na Universidade* de Lisboa, e foi professor de Teologia e confessor do duque de Bragança, tendo-se dedicado ao ministério apostólico. Prelados e seculares, considerados oradores dotados, surgem igualmente referidos, a juntar a D. Pedro Pitões e ao presbítero anónimo da conquista de Lisboa, tais como: D. Diogo Ortiz de Vilhegas, castelhano, bispo de Tânger e Viseu; D. Martinho Gil de Brito, bispo de Lisboa, pregador em 1380 de um sermão gratulatório pelo reconhecimento de D. Fernando do papa de Avinhão, Clemente VII, que três anos depois morreu às mãos da plebe por ocasião da crise nacional; D. Fernando da Guerra, arcebispo de Braga, de quem se conhece o sermão doutrinário-disciplinar, pronunciado em 1442, na abertura do sínodo diocesano; D. Vasco Gil, bacharel em decretos e pregador do infante D. João, que, já bispo de Évora em 1442, confessou ter proferido muitos sermões nesta diocese; Afonso Mangacha, letrado e orador; Diogo Gonçalves que declarava em 1464, na súplica enviada a Pio II, haver passado a vida a ensinar em Salamanca e Lisboa, a ouvir confissões e pregar; João Gonçalves, cónego de Silves e bacharel em Teologia que em 1452 afirmava ter durante vários anos pregado a reis e príncipes e nunca haver deixado de evangelizar os fiéis; Martinho de Viana, doutor em Teologia, capelão do arcebispo D. Jorge da Costa, pregou diante do papa Alexandre VI em 1496 e publicou dois anos antes quatro *Orationes*; Vasco Tenreiro, bacharel em decretos e reitor de São Pedro de Torres Vedras, mestre dos filhos de el-rei, declarou em 1462 que durante vários anos se entregou à pregação. *7. Oratória fúnebre:* Merece referência, numa

Pregação de São Francisco Xavier em Goa, *de André Reinoso (Lisboa, Igreja de São Roque).*

época em que as constituições sinodais contemplam normas sobre ofícios fúnebres, que incluíam nas missas celebradas por ocasião da morte*, sepultura e aniversário dos defuntos uma pregação que, ao menos tratando-se de vultos de estirpe régia e de pessoas de relevo social, podia tocar na matéria ligada ao poder político. Conhecem-se, de facto, pregadores e até a índole de alguns desses sermões de exéquias. O arcebispo de Braga, D. João de Cardaillac (1361-1371), pregou nas exéquias de D. Inês de Castro, mandadas celebrar por D. Pedro, cujo texto existente mostra haver sido o tema tomado do capítulo 23 do Génesis e o rei comparado a Abraão e a Sara, mulher do bíblico patriarca, inditosa senhora. A intenção política perpassa no reconhecimento, que dessa forma parece fazer-se, da validade canónica do matrimónio que se dizia entre ambos existente e da subsequente legitimidade dos filhos. O rei D. Duarte sugeriu mesmo ao franciscano Frei Francisco, incumbido de pregar o elogio fúnebre de D. Nuno Álvares Pereira, o tema bíblico e o teor da matéria a expor que devia incidir na vida virtuosa do condestável, digno da coroa de glória que Deus lhe reservara. O dominicano e confessor do infante D. Henrique, mestre Frei Rodrigo, na trasladação do corpo de D. João I para o Mosteiro da Batalha, numa das janelas da Capela de Santo António, frente à Sé de Lisboa, segundo o cronista Rui de Pina (p. 500), «fez hum Sermam per modo de perguntas a ho povoo, dicto com tanta inveençam de tristeza com que moveo todos pera muytas lagrimas e espantôso pranto». Pertenceu a Frei Gil Lobo a incumbência da pregação do dia seguinte, na *missa de requiem*, «com têma ao auto conforme». No percurso do cortejo processional que acompanhava a tumba real para a Batalha, foi armado na Rua Nova, junto da Igreja de São Domingos, um cadafalso onde o letrado e eloquente orador Doutor Diogo Afonso Mangancha proferiu outro sermão, cujo tema foi «Et nos moriamur cum eo», trazendo «pera o caso cousas mui notavaes e asáz bem dictas». Nas exéquias celebradas no Mosteiro da Batalha coube ao dominicano e pregador régio Frei Fernando de Arrotea pronunciar o sermão aprazado no qual, por indicação expressa de D. Duarte, deveria exaltar a acção do monarca seu pai na coesão da família real, a exemplo de D. Filipa de Lencastre, e na elevação do estrato nobre. Rezam Frei João Álvares (I, 264-265) e o cronista Rui de Pina (p. 828) que o dominicano Frei Afonso de Évora comoveu o auditório na chegada a Belém dos restos mortais de D. Fernando acompanhados pelo sobrinho do rei de Fez, ao que parece por razões políticas. À porta de Santa Catarina, no púlpito aí armado com um rico pano de brocado, o religioso, tendo tomado o salmo 117, «Benedictus in nomine Domini», fê-lo «com tal concerto de palavras que não ouve alguẽ que deixasse de derramar muitas lagrimas amorosas e condoidas louvando altamente a grande virtude e sanctidade do sancto Iffante». O letrado franciscano mestre Frei João, *o Farto*, proferiu em 1491 um patético sermão, nas exéquias do malogrado herdeiro de D. João II, o infante D. Afonso, morto numa queda desastrosa de cavalo, tendo alegado «tantas, e taes razões pera choro, e tristeza, que muytos homens de muyta autoridade, muyto saber, muyto siso, aquella hora parecia que o não tinham, vendolhes muyto cruamente dar na essa tamanhas cabeçadas, que parecia que quebrauam as cabeças, depenando todos suas barbas, e cabellos, dando em si muytas bofetadas, assi homens como molheres, velhos e mo-

ços, cousa tam espantosa, e de tanta dor, e tristeza, que não se vio outra tal, e durou tanto, que os não podiam fazer calar, porque a dor e sentimento era em todos em geral grande sem comparaçam, por quam amado, e bem quisto o Príncipe de todos era» (Resende, 202). Por sua vez, ao bispo D. Diogo Ortiz de Villegas coube pronunciar a oração fúnebre panegírica de D. João II ao ser trasladado o corpo para a Batalha, em que contou «as grandezas, e esmolas e merces que fizera sendo vivo» e bem se podia «dizer santo, pois fora Rey tam Catholico, e penitente, e que estaua inteyro seu santo corpo com cabellos na cabeça, e barba, e peitos», repetindo as «muytas cousas muy catholicas que o santo Rey a hora de sua morte dissera» (*Ibidem*, p. 294). *8. Sermonários e colectâneas de exemplar:* Pelos inventários conventuais existentes do século XV, vê-se que os religiosos dispunham de sermonários e homiliários, em latim* e linguagem, para sua preparação e leitura, à mesa e no coro, como se detecta pelos elencos de Alcobaça, e ainda pelos de Seiça de 1408 e de Bouro de 1437, revelados por José Mattoso, a que se deve acrescentar, por exemplo, os de São Clemente das Penhas elaborados respectivamente em 1457 por Frei Rodrigo de Arruda e em 1474 por Frei João da Póvoa, e os que eram pertença das *livrarias de mão* da Congregação dos Lóios* de Vilar de Frades, fundada em 1425; bem como de instituições diocesanas para o clero que lhes estava afecto, os livros de sermões legados em 1331 ao cabido da Sé do Porto pelo bispo D. Vasco, e outros pertença da Sé de Coimbra, uns mais antigos, talvez do século XII, e duas compilações mais recentes que se julgam ser da segunda metade quatrocentista. Na livraria do rei D. Duarte havia um *Livro das pregações*, sem qualquer outra identificação, e no testamento do Infante Santo, de 12 de Agosto de 1437, mencionam-se um sermonário de Santo Agostinho em latim e «huum livro de pregações de Frey Vicente per linguagem» que tudo aponta serem de São Vicente Ferrer, célebre pregador espanhol conhecido em terra portuguesa. Da Flandres, onde se encontrava em 1468, Frei João Álvares, que havia sido capelão do Infante Santo e seu secretário, enviou aos religiosos de Paço de Sousa, de cujo mosteiro era abade comendatário, uma colectânea de 25 sermões pseudo-augustinianos, traduzidos em vernáculo, com recomendação de serem utilizados na «liçom» e na «preegacom», feita em seu lugar e por ele, até ao seu regresso (Álvares, vol. 2, 161). Auxiliares da pregação eram as colectâneas de *exempla*, profanos e históricos, de alto valor didáctico, pois serviam desde o século XII para melhor se entender conteúdos doutrinários, chegando-se a constituir várias tipologias antológicas a que recorriam os pregadores. A literatura hagiográfica e de edificação, como narrações de episódios bíblicos, inclusive apócrifos, vidas de santos, o *Orto do esposo*, o *Livro das confissões de Martim Vaz*, o *Virgeu de consolaçon*, os *Dez Mandamentos* do bispo de Jaen, o mercedário Frei Juan Pascoal, e tantos mais. Acentua Aires do Nascimento (p. 9) que o *exemplum* foi obtendo ao longo do século XV maior «espaço tanto nos tratados didácticos como noutros, tendendo mesmo a secularizar-se, isto é, a tornar-se numa narrativa de finalidade exclusivamente profana ou até um conto deleitável. De referir, a propósito, ao lado do manancial de informação compendiada em o missal e o breviário, a *História scolastica* – editada no século XIX por Frei Fortunato de São Boaventura sob a designação de *Histórias d'abreviado Testamento Velho, segundo o Meestre das Histórias Scolasticas, e segundo outros que as abreviarom, e com dezeres d'alguns doctores e sabedores* – e o *terceiro livro* sobre santos mártires, alguns peninsulares, de Bernardo Brihueha, colaborador de Afonso X, *o Sábio*, que circulava numa versão parcial medievo-portuguesa, bem como esse repertório de lugares comuns tirados da Sagrada Escritura, espécie de dicionário moral e doutrinário de conceitos predicáveis, conhecido por *Distinctiones* do inglês Frei Maurício, manuscrito do século XIV da Abadia de Alcobaça, e a *Summa* de Francisco Brito, de que se socorreu Frei André do Prado, compilada cerca de 1250, com extractos de Papias a Santo Isidoro. Tudo isto, afinal, heranças e caminhos com continuidades e aproveitamentos na era imediata. ***II. Época Moderna:*** Em séculos da palavra, as eras quinhentista a oitocentista, a pregação tinha lugar destacado no enquadramento paroquial e conventual, quer na Capela Real* quer solarenga. O florescimento de devoções e instituições capazes de promovê-la tornava familiar a presença do sermão na celebração religiosa. A prédica litúrgica ordinária, nos domingos e dias de preceito e nas quadras do Advento, Quaresma, Pentecostes e Rogações, e a extraordinária, nas festividades das inúmeras invocações de Cristo e da Virgem, nos novenários e oitavários das solenidades dos santos, tríduo das Almas do Purgatório, aniversário da fundação de templos e casas conventuais, tomadas de hábito e canonizações, como ainda nas acções de graças por eventos de natureza vária e exéquias, inseriam de forma densa o púlpito no quotidiano dos fiéis. As festas* aos oragos das freguesias, dos templos, das confrarias*, como as jornadas de penitência, rogações e preces públicas pelas calamidades oriundas de fenómenos climatéricos ou pelas fomes, pestes e guerra, aliás sempre presentes, eram de ordinário culminadas pela procissão penitencial ou gratulatória – outro dos actos pios comunitários em que o sermão estava presente. *1. O dever da pregação:* Se nem todas as constituições sinodais portuguesas (*v.* CONSTITUIÇÕES DIOCESANAS) dos séculos XV a XVIII mandavam os párocos recitar na *estação* da missa o formulário da doutrina cristã que os crentes têm obrigação de saber, correspondente, como preceituam as Constituições de Viseu de 1617, ao que se deve crer, obrar e pedir, bem como ensiná-los a benzer e a memorizar uma ou duas orações, várias o ordenavam a fazê-lo de forma ritualizada que terminava pelo recitar colectivo da confissão e pelo arrependimento dos pecados, a culminar por uma bênção do celebrante. Aconselhava a decência com que importava rodear este ensino da doutrina e o preceituado para o encerrar que tudo fosse feito dentro de uma uniformidade, cujo modelo, prescrito nas Constituições de Lisboa de 1640, mantido na reedição de 1735, era justificado por os «Parochos fazerem estaçoens a seus freguezes por diversos modos, e palavras», daí se seguindo «alguns erros, es-

Pregador e ouvintes, *tela do Colégio do Espírito Santo, Évora, século XVII (Évora, Universidade).*

candalos, ou occasioens de rizo, e zombaria, que se não devem permitir em materias tão graves, e tão importantes». O Concílio de Trento, e não apenas pressionado pela importância que os reformadores protestantes davam ao anúncio da palavra de Deus, insiste, na linha tradicional do magistério católico, no grave dever, inerente à função ministerial dos bispos e curas de almas, de pregar ao povo. E enquanto o agostinho Frei Valentim da Luz, militante denodado da renovação eclesial, apontava a necessidade de os clérigos com responsabilidades pastorais darem «ao povo pasto de boa doutrina», o arcebispo bracarense D. Frei Bartolomeu dos Mártires, ao abrir o seu *Catecismo*, denunciava como motivos pertinentes destes males: «Quanto à doutrina, que é mais fácil pasto de dar, claro está quão negligentes são os Abades, Reitores e capelães em fazer exortações santas e espirituais a seus fregueses nas estações, quão mal lhes persuadem o amor e temor de Deus, o ódio dos pecados, o desprezo das cousas do mundo e desejos do céu [...]. A culpa de não ensinarem seus fregueses não procede da ignorância ou falta de letras [= *como alguns alegam*], mas de negligência e preguiça de estudar, e de falta de virtude e zelo da salvação das almas que estão a seu cargo; porque, se este zelo tivessem, ainda que não soubessem latim, procurariam haver alguns livros em linguagem que há, mui católicos e santos, e os teriam e cuidariam neles, e o desejo e zelo de aproveitar as almas lhes ministraria palavras ardentes com que consolassem e edificassem o seu povo.» As constituições sinodais pós-tridentinas mostram-se zelosas neste ponto. Assim, as do Porto de 1585 ordenam que os abades, reitores e curas, «que pera isso tiverem habilidade, e sufficiencia lhes [= aos fregueses] declarem o Evangelho daquelle dia tirando delle doutrina conveniente segundo sua capacidade, e dos ouvintes. E os que nam tiverem sufficiencia, nam se antre metam em mais que ensinar a doutrina Christam, e fora della nam falaram à estaçam outra algũa cousa senão» as acima mencionadas para a primeira e segunda parte da mesma. Este ónus de pregar na *estação* da missa dominical revestia-se, pois, de tal gravidade que os sacerdotes com cura de almas, se estivessem impedidos de cumpri-lo, deviam provê-lo por pessoas idóneas, aptas a proporcionarem o alimento espiritual

da palavra de Deus, conforme o seu próprio talento e a capacidade dos ouvintes. Importava que se ensinasse sobretudo o que todo o cristão necessitava conhecer para salvação da alma, explicando em poucas palavras e termos fáceis os vícios a evitar e as virtudes a praticar para se livrarem das penas eternas e alcançarem a felicidade celeste. O Concílio de Trento* preconiza a aplicação de sanções, se o pároco depois de admoestado pelo bispo faltar durante três meses ao cumprimento desta obrigação. Determinações que as várias constituições sinodais portuguesas reiteram, recomendando algumas que a substituição pode ser feita pela leitura de obras espirituais, nomeando as de Lisboa de 1640, na reedição de 1737, o catecismo de D. Frei Bartolomeu dos Mártires como exemplo de escolha a fazer. No plano devocional, propiciador de uma pregação «extraordinária» de natureza festiva, Lisboa apresentava um quadro denso, conforme traça o padre Nicolau de Oliveira, referindo-se ao primeiro quartel do século XVII: «[...] em todos os tempos [estações do ano] se vendem na feira, que todas as terças feiras se faz, mais rozas, & boninas, assi de jardins, como agrestes, de que ha tanta abundancia, que alem de as auer pera cappelas, & ramilhetes pera todas as festas, que se fazem; nas Igrejas, que saõ mais que os dias do anno, por que escaçadamente se acha hũa Igreja, assi de freguesia como de mosteiro, em que se não faça festa, não sò aos Sanctos, que são de guarda, mas tambem a muitos de devação, como São Sebastião, Sancto Amaro, São Braz, São Roque, Sancta Agueda, Sancta Catherina, Sancta Luzia, & outras, & em todas as freguesias todos os terceiros Domingos ao Santissimo Sacramento». No que respeita ao concreto de uma diocese, no período tratado, é elucidativo o quadro do bispado de Lamego*. A julgar pela vontade dos padres do concílio provincial bracarense de 1566 de mandar que os «Rectores das parochias, ou a quem dellas carrego teuer preguem ou fação pregar as suas custas em suas parochias, pollo menos o dia do orago», fácil é conjecturar a mobilização quantitativa de pregadores. As crónicas monásticas e historiadores das ordens religiosas referem-se, por vezes dilatadamente, a esta actividade parenética. Por obrigação estatuária do Real Mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação da Ordem Militar de São Bento de Aviz (*v.* ORDENS MILITARES), destinado a acolher as mulheres e filhas dos fidalgos em serviço no além-mar e as que ficassem viúvas e orfãs, devia haver na igreja do convento «pregação todos os Domingos do Advento, de Quaresma, dia de Cinza, e nas quartas ou sextas-feiras da quaresma, Quinta feira da Cea do Senhor o mandato, e ás onze oras da noite da mesma quinta feira da Paixão; [que, embora a haja,] de nenhuma maneira se poderá dizer de noite nas tres Paschoas, Ascensão, Trindade, na Dominga depois do Corpus Christi, ou no dia em que se fizer sua festa, Circuncisão, Epiphania, Purificação, Encarnação, [Nossa Senhora das] Neves, Assumpção, Natividade, Conceição, e Expectação de Nossa Senhora, na festa de todos os Santos, e na de São Pedro, e São Bento, e no dia em que se fizer o Anniversário pela Infanta [D. Maria, filha de D. Manuel, a fundadora do mosteiro]», por óbvios motivos de moralidade pública. O elenco do sermonário de Diogo Paiva de Andrade, do franciscano Frei João de Ceita, do dominicano Frei António Feo, dos jesuítas padre António Vieira, padre Manuel da Silva e padre João Franco, do oratoriano padre Teodoro da Almeida, entre muitos mais, e a lista manuscrita dos avulsos compilados por Bernardo Gomes, saídos entre os meados do século XVI aos finais do primeiro quartel do XVIII, documentam exaustivamente o que se afirma. A premência, pois, de uma preparação na arte da eloquência justificava-se, até porque a pregação dita extraordinária requeria do orador predicados pessoais no domínio da doutrina e da retórica. Por vezes, eram as próprias disposições estatuárias das entidades promotoras que determinavam dever a escolha incidir em pregadores de nomeada, como rezam as do referido Mosteiro da Encarnação que explicitamente ordenam à superiora, para o desempenho de tal missão, «consolação e edificação das Religiosas, que se chame os Pregadores mais espirituaes e doutos que houver, ou freiras da Ordem, Religiosos ou seculares», recomendando que, na cerimónia fúnebre aniversária em sufrágio da infanta fundadora, «haverá sermão, por algum dos Prègadores de mais letras e fama». E o mesmo acabaria por suceder, ao menos nas paróquias urbanas. Nesse sentido, as Constituições de Braga, provenientes do sínodo de 1639, promovido por D. Sebastião de Matos e Noronha, determinam que apenas se cometesse este ofício do púlpito a «pessoas savidamente idoneas». Nas instituições conventuais, e por arrastamento nas freguesias, teriam naturalmente primazia os regulares. Assim se poderá explicar a diminuta percentagem de sermões impressos da autoria de sacerdotes seculares verificada na parenética portuguesa. O que não exclui, no entanto, a hipótese de os mais credenciados serem amiúde solicitados, dada a abundância de ocasiões existentes. Do empenhamento dos religiosos na pregação falam-nos com suficiente pormenor as crónicas monásticas e a oratória sacra publicada. Além dos membros das ordens mendicantes, os Agostinhos*, Beneditinos*, Lóios* e Oratorianos* eram também insistentemente convidados. O autor anónimo da obra seiscentista *História dos mosteiros e conventos*, a propósito dos lóios da comunidade lisboeta de Santo Elói, escreveu: é assídua ao coro e celebra com perfeição os ofícios divinos e assiste «na igreja ás confissões, nam faltando tambem no pulpito ao povo com o pasto da doutrina evangelica». Quanto aos Jesuítas*, sabemos como nesta época se entregavam intensivamente a este ministério. O historiador inaciano Francisco Rodrigues fornece-nos, para a primeira metade do século XVII, dados estatísticos que, embora referentes à capital, nos permitem inferir um pouco o que se passaria noutros locais do continente e ilhas, onde a Companhia de Jesus estivesse implantada. Citando textualmente o confrade setecentista padre António Franco, informa que em Lisboa foram pregados pelos padres da casa professa de São Roque 80 sermões, de Julho a Agosto, enquanto em Setembro e Outubro 54, para, em Novembro e Dezembro, serem cerca de 110, oscilando por estes números os pronunciados no primeiro semestre do ano. Sucedia mesmo não haver festa com alguma solenidade que não tivesse como

orador um sacerdote jesuíta. E, segundo os analistas, no Colégio de Évora foi grande o número de pregações no ano de 1591 e em Vila Viçosa, Braga, Bragança e Funchal idêntico esforço pastoral se fazia. O mesmo se passava pelo ano de 1637, em que o autor da carta ânua da Companhia de Jesus falava das frequentes pregações dos confrades não só nos colégios e cidades, mas nas vilas e aldeias onde iam em trabalho pastoral. Continuavam os jesuítas de São Roque a desenvolver a sua actividade no púlpito com 123 sermões pregados ao povo na igreja-mãe, como em outros templos da cidade. Em Maio foram pronunciados 90, e 28 no mês seguinte, sem contar as exortações, mais de uma vez por semana, pelo menos no tempo quaresmal, às comunidades conventuais femininas da capital. *2. O exercício da pregação: licença e orientações:* Dependia o exercício da pregação de licença escrita do prelado diocesano que a concedia ao clérigo possuidor de ciência suficiente e conduta moral regrada, pois o anúncio da Palavra de Deus devia ser autorizado pelo testemunho de vida, bastando, no caso dos religiosos, estarem aprovados pelos superiores a subirem ao púlpito de suas igrejas. Era a necessidade da chamada «missão canónica», exigida pelo IV Concílio de Latrão (1215), sob ameaça de excomunhão, e no de Trento, vezes repetidas, solenemente enfatizada. Daí recomendarem os bispos locais aos curas de almas e arciprestes rigorosa vigilância neste ponto e os capítulos provinciais dos religiosos insistirem na formação teológica dos seus membros pregadores, como se verifica, por exemplo, nos dos dominicanos do Porto, em 14.05.1576, e de Benfica, em 19 de Maio, volvidos dois anos. As constituições sinodais dos bispados portugueses são obviamente zelosas em assinalá-lo. Há muito, porém, na sequência do humanismo renascentista, que a preceptiva oratória estava em marcha na escolaridade dos aspirantes ao ministério sacerdotal. Só desde inícios do século XVI a retórica fazia parte do currículo de estudos da Universidade portuguesa, «através de nomeação de professores e provimento de cátedra autónoma». Em Outubro de 1504, na oração «de sapiência», pronunciada a abrir os trabalhos lectivos universitários, D. Pedro de Meneses chama a «Oratória, disciplina sem a qual toda a ciência, mesmo tendo olhos, ouvidos e língua, andaria cega, surda e muda.» Na formação dos alunos de Humanidades pelos Jesuítas no Colégio das Artes de Coimbra, que lhes fora confiado em 1555, a retórica era tratada com interesse merecido por quem estava consciente da importância da eloquência do púlpito, numa altura em que se travava rija luta contra a heresia protestante: o *delectare* valorizava o *docere* e amadurecia o *movere*. O manual do mestre inaciano Cipriano Soares, *De Arte Rhetorica* (1562), com as suas numerosíssimas edições seria marcante no ensino daquela disciplina. Obras voltadas para a preparação oratória da cleresia principiaram a circular. E, embora a do leigo Fernando Soares Homem, *Rhetorica ecclesiastica para pregadores*, haja, infelizmente, desaparecido, surgiu em Lisboa da autoria de Frei Luís de Granada, que em Portugal residia, *Rhetorica ecclesiastica*, utilizada sobretudo «onde se concentra o ensino teórico e prático da pregação» e irá «constituir, ao longo de todo o século XVII, o livro base da eloquência sacra portuguesa». Tinham os Dominicanos, ordem a que pertencia Frei Luís, na sua preparação académica o «sermão», a fim de os estudantes se exercitarem, «desde os bancos da escola, na arte de propor a palavra de Deus», com apresentação pública diante da comunidade conventual «precisamente nas solenidades e momentos principais da liturgia». A dificuldade maior residia, obviamente, no clero secular cuja ignorância constituiu durante séculos uma dura frente de luta para os prelados zelosos. D. Frei Bartolomeu dos Mártires, ao reorganizar o Colégio de São Paulo e ao entregar a direcção à Companhia de Jesus, pede ao geral professores não apenas para ler «casos de consciência» e confessar, mas que fossem também pregadores disponíveis para acorrer às paróquias da vastíssima arquidiocese de Braga, com as suas 1300 freguesias onde, mesmo nos centros urbanos, como a vila de Viana do Castelo, eram raros os sacerdotes instruídos para disseminar a palavra de Deus e ouvir confissões. Quando em Trento, por 1562, o arcebispo escrevera *Considerações para pregar*, segundo os preceitos da boa oratória patrística, encaminhada a increpar o vício e estimular a virtude, e «não adulatória e metafisicamente», tão ao gosto italiano, antes preocupada em ensinar e mover os ouvintes à reforma interior, poderia vir a ser também um guia informativo para os curas de almas mais capazes, completando os conteúdos parenéticos do catecismo que lhes destinou. No concílio provincial de 1566-1567, o primaz acordou com os bispos da metrópole bracarense a instituição de um seminário* em Braga, que seria o de São Pedro, para 100 alunos; outro em Coimbra, para 50; outros em Viseu e Miranda, para 40 cada; e outro no Porto, para 30. Por haver também verificado, nas visitas pastorais, a grande carência de pregadores no arcebispado e não dispor a cidade de instituições eclesiásticas com ensino de teologia especulativa, de resto longe de Coimbra e Évora para a frequência de candidatos, em geral filhos de gente pobre rural e mesteiral, deliberou D. Frei Agostinho de Jesus, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, fundar em 1596 o Convento e Colégio de Nossa Senhora do Pópulo, que confiou aos religiosos da sua ordem com a obrigação de regerem duas cátedras de Teologia Dogmática, a fim de obviar aquela penúria. Durante largo tempo o ensino da preceptiva da eloquência sacra ficou assegurado pelos manuais de Cipriano Soares e Luís de Granada, embora outros mestres, sobretudo não jesuítas ou dominicanos, pudessem escolher o *De ratione concionandi* (1576) de Frei Diego de Estella e seguir as *Instruções da pregação da Palavra de Deus* (1643), traduzida em 1763, de São Carlos Borromeo, como os *Dialogos sobre a eloquencia em geral, e a do pulpito em particular*, de Fénelon, versão aparecida em Lisboa no ano de 1761, e vários mais, marcantes alguns, entretanto saídos até ao fim do Antigo Regime, segundo o modo clássico e novo de pregar. Vivendo de olhos postos no meio em que se encontravam, à medida que a ilustração do clero se alargava, os clérigos que em particular se dedicavam à pregação extraordinária escutavam, liam e sen-

tiam-se tentados a imitar sermões concebidos segundo modelos e estilos, do barroco ao neoclássico, onde se situavam o «método português» e o «método francês» de pregar – paradigmas que, entretanto, iam degenerando pela ausência de qualidade, no barroquismo decadentista e medíocre, numa ofensa à santidade da Palavra de Deus e aos fins espirituais da pregação evangélica. Sabe-se que no século XVI, em Portugal, o tempo normal que durava esta pregação era uma hora. Segundo D. Frei Manuel do Cenáculo, na Sé de Lisboa, no início de Seiscentos, o sermão estendia-se por três quartos de hora; «e sendo o Prégador de grande aceitação, fazia-se-lhe a graça de ser ouvido por mais tempo», embora o usual parecesse regular entre a meia hora e uma. Neste aspecto procurariam os oradores eclesiásticos imitar o estilo dos profanos que se cingiam a tempos certos. Os ouvintes, porém, inclinavam-se pela brevidade. Quem o diz é o coevo Jorge Ferreira de Vasconcelos, autor da *Aulegrafia* que, referindo-se à duração das pregações, anota serem os pregadores uns mais longos que outros, e diz satisfazer-se o vulgo com as ditas em pouco tempo: «Da prégação gabam somente o ser breve.» Quanto à obrigação de ouvir, ordenam os referidos sínodos que, na sé, «as Dignidades, Conegos, e Beneficiados della, assistão aos Sermoens nos dias que os houver», e exortam «todos os outros» diocesanos «que assistão ás Pregaçoens nas suas Igrejas Parochiaes, aonde commodamente o poderem fazer». Testemunho elucidativo da advertência para o cumprimento desta obrigação por parte dos fiéis para assistir à pregação no âmbito paroquial que já de longe vinha, como se vê pormenorizado nas Constituições de Braga de 1477, aprovadas pelo arcebispo D. Luís Pires, encontrámo-lo em Guimarães e Coimbra nas últimas décadas quinhentistas. Em 1577, determinara a Colegiada da Oliveira, Guimarães, que alternadamente o prior e cabido assegurassem a pregação aos domingos e festas de preceito. E, para serem melhor escutados e vistos, em 1601 e 1672, ordenara-se que os curas da vila, como acontecia ali, deviam fazer a estação do púlpito. A gravidade do momento impusera, ante os abusos neste particular registados, que em 1640 se passe a não consentir «que no tempo da estação se levantem praticas, e porfias entre os fregueses». As constituições do bispado de Coimbra, datadas de 1591, ordenavam que aos domingos, dias de Nossa Senhora e festas de guarda, em que não era permitido ter tendas abertas ou vender algo com elas fechadas, excepto «aos doentes e necessitados», as padeiras, vendedeiras, taberneiros e peixeiras, só depois de saírem da pregação da Sé e não antes, «estavam autorizados a exercerem as suas actividades na praça». *3. Os conteúdos do discurso:* A intensificação do culto e a orientação tridentina, à medida que impregnavam a vida de piedade, desencadeavam um contínuo apelo ao ministério da palavra. Em maré de reformismo disciplinar e de crise espiritual, em crescendo desde a aurora da Idade Moderna, o discurso moralista imperava no quotidiano do púlpito. «Antes do Seculo decimo sétimo – escreveu D. Frei Manuel do Cenáculo – pregava-se sobre Mytérios e reforma dos Costumes. O uso dos Panegyricos não era tão frequente, como depois se introduzio, sendo naquele tempo dirigidos os sermões festivos à Instrução Moral.» A panorâmica da pregação homiliética na maioria esmagadora das paróquias não ultrapassaria, quando muito, a instrução catequética, a poder generalizar-se, e há motivos de sobejo para fazê-lo, o que as Constituições de Lisboa do sínodo de 1640 recomendavam aos curas de almas que não tinham suficiência para pregar. Neste caso deveriam dirigir aos fiéis «praticas esperituaes regendo sua capacidade, e a dos ouvintes, em que lhes ensinem o que lhes he necessario seguir para sua salvação, e para fugir dos vicios, e abraçarem-se com as virtudes», importando «nas mesmas praticas tratar muitas vezes do Mysterio do Sacrificio da Missa, e do Evangelho que nella se disser, e dos Sacramentos, como particularmente lhes encarrega o mesmo Sagrado Concilio Tridentino». Correspondia essa prática a uma espécie de paráfrase do texto escriturístico, em estilo familiar mais para ensinar os rudes do que para mover os obstinados, cujo introdutor, segundo opina Frei Luís de Sousa, parece haver sido o dominicano Frei António da Fonseca cerca de meados de Quinhentos. Daí dizer-se que o ensino do catecismo era «hum dos empregos dos nossos Prégadores». O escopo pastoral desta parénese seiscentista acentuam-no as Constituições Sinodais do Porto de 1687, a reprovar já um certo abastardamento, recordando, na esteira de São Bernardo, que «o fim dos

SERMÃO
QVE PREGOV
O R.P. ANTONIO VIEIRA
da Companhia de IESVS
Na Capella Real o primeiro dia de Ianeiro do anno de 1642.

Com as licenças necessarias. Em Lisboa. Na Officina de Lourenço de Anueres

Sermão que pregou o R. P. Antonio Vieira, *1 de Janeiro de 1642, Lisboa.*

Prégadores Evangelicos em seus sermoẽs ha de ser a gloria de Deos, & espiritual utilidade das almas, & não o aplauso, & acclamação do povo, ou lucro temporal». Censurara Vieira no *Sermão da Sexagésima* os pregadores pelo pouco fruto de suas pregações, porque suas palavras eram palavras e não a Palavra de Deus, não podendo assim ser eficazes. O mal campeava. Por isso, exortara aquele sínodo os pregadores em actividade no bispado que acomodassem «em tudo seus sermões ao espiritual lucro das almas, uzando de sua efficacia no dizer, pera arrancar os vicios, que forem mais commũs, & graves no povo, a que pregarem; & por plantar aquellas virtudes, que lhe forem mais necessarias; procurando saber os costumes. & genio dos ouvintes, pera que acomodem o sermaõ ao auditorio, pera que melhor possaõ lucrar suas almas pera Deos; e se hajaõ em seus sermoẽs de maneira, que ensinando aos ouvintes com clareza, & brevidade a Catholica, & verdadeira doutrina, naõ dem naquelle lugar direita, ou indireitamente occasiaõ algũa de escandalo; & reprehenderaõ os vicios em forma, que de nenhum modo se possa cuidar, que dizem, & descobrem os segredos, que ouviraõ em confissaõ, ou que fizerao de algũa, ou algũas pessoas em particular, ou que o fazeis por seus respeitos proprios, ou de seus parentes, & amigos». No fundo, recomendava-se-lhes algum domínio de psicologia da massas, de conhecimento do meio, de prudência na mensagem a transmitir. O panegírico dos santos, a oração fúnebre de exaltação às qualidades do defunto, eclesiástico ou leigo, e as reflexões moralistas no púlpito sobre pecados e virtudes, mais palavrosas que de sumo ascético-místico, inundava por completo a pregação. A exposição doutrinariamente sólida dos dogmas de fé não se vislumbra na parenética dos meados do século XVII a XVIII, cedido o passo a esse «apostilhar o Evangelho», de que fala Vieira, já que a eloquência sacra trocara o *docere* pelo *delectare*. E sem ciência teológica, nem consciência do ridículo, mais se difundia o erro e provocava o riso dos fiéis que alimentava a sua piedade, como na realidade sucedia e para as quais as disposições sinodais chamavam a atenção. A legislação sinodal pós-tridentina é significativamente peremptória em desaconselhar que se faça no púlpito, mesmo sob louvável propósito, a refutação dos erros dos hereges pois se podia oferecer pasto mais para despertar nos ouvintes perigosa curiosidade do que aversão pelas doutrinas condenadas. Mostrava, ainda, especial cuidado em proibir a menção de fábulas e histórias fantasiosas, quando se referissem milagres nos panegíricos dos santos e mistérios da Virgem, bem como desencorajava o tratar de matérias políticas e crítica social, visando o governo, instituições e pessoas. Os sermões de auto-de-fé e os por ocasião de actos sacrílegos, como os de Santa Engrácia e Odivelas, pretexto para combater o judaísmo*; as pregações de influência heterodoxa erasmiana e as antiluteranas que se escutavam (*v.* HETERODOXIA; ERASMISMO), nos templos da capital e das cidades universitárias, numa altura em que os pregadores política e doutrinariamente eram vigiados, por temor e incitamento inquisitorial (*v.* INQUISIÇÃO), bem como as anti-sigilistas (*v.* SIGILISMO) e as favoráveis à jacobeia*; as críticas à falta de justiça, aos roubos, corrupção e mau governo, civil e eclesiástico; o apoio dado no púlpito à luta contra o domínio filipino e à defesa do movimento restauracionista de 1640 e ao combate aos pedreiros-livres (maçons e pensadores deístas) (*v.* MAÇONARIA); os fomentadores do patriotismo face às Invasões Francesas e as pró e contra o liberalismo* constitucional – tudo isto demonstra o emiscuir da pregação no quotidiano das populações e a sua avassaladora importância como o mais influente *mass-media* do tempo (*v.* MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL), aliás batido por enorme analfabetismo e dominado pela aliança Trono-Altar, característica da sociedade de Antigo Regime. É neste contexto que deve entender-se o alcance das determinações sinodais acerca do que era desaconselhado ou proibido tratar no púlpito. Referindo-se ao labor oratório do padre António Vieira, com validade aliás para uma generalização a abarcar todo o período, Hernâni Cidade disse: «[...] era o púlpito a única tribuna com certa liberdade, em tempo em que nem instituições parlamentares, nem salas de conferências, nem tertúlias de clubes ou salões, nem ambientes excitantes de botequins podiam altear, avolumar, comunicar a público mais largo do que os interlocutores de recolhido diálogo, os comentários críticos à vida pública. Quanto se não pudesse dizer do alto da tribuna sagrada, só no pasquim clandestinamente afixado no muro ou à porta da igreja, encontrava meio de momentânea, explosiva expansão». Os *Memoriaes* preparados para o sínodo provincial bracarense de 1566, sob a égide de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, ao tratarem da pregação, contemplam um núcleo concreto de directizes pastorais, ditadas pela realidade sociológica, de resto patenteada pelo país que não só por aquela região eclesiástica. As constituições da diocese de Viseu de 1617 mandam aos «prègadores, que não prèguam, nem refirão diante do povo os erros, nem abusos dos herejes, ainda que seja pera os confutar, pelo perigo que hà de ficarem antes na memoria dos homens os ditos erros, que as razões por onde se mostra sua falsidade; pelo que sempre deuem confirmar os fieis na Fè, & religião catholica». Mas, para além das heterodoxias doutrinárias, a interdição alarga-se ao profano literário, mesmo exemplar e à agudeza conceitista extravagante, à admostação e à censura de pessoas, sem que nunca o sermão perca a sua finalidade moral, voltado sempre para conversão interior e o aperfeiçoamento das almas. Prescreve-se, pois, que «não uzaràõ nos sermões de historias profanas, ou de livros apócrifos, & fabulas poéticas, ainda que seja para moralizarem, nem diràõ, que provoquem o rizo, nem explicaràõ lugares da Sagrada Escritura, fora do comum sentido dos Padres, & Expositores Sagrados; & finalmente se averàõ em tudo em forma, que se veja bem, que considerão o lugar, em que estão pessoa, que representão, & officio, exercitão». Dir-se-ia que a crítica de Vieira, no *Sermão da Sexagésima* de 1661, à oratória sacra do tempo, continuando pertinente, é aqui tomada numa síntese de advertências e obrigações para os pregadores terem em conta. A ideia de que o púlpito é a «Cátedra do Espírito Santo» e a «língua dos pregadores a sua pena», no dizer do oratoriano padre Diogo Curado, justifica atribuir à pregação, como finali-

dade, o louvor a Deus e o proveito espiritual das almas cujo destino é a salvação eterna. Longe, por isso, se devia manter o orador sagrado do aplauso público e da recompensa temporal. O assunto a tomar concentrar-se-ia no ensino das verdades da fé e na explicação da prática dos mandamentos, fazendo compreender que a honra se encontra numa vida virtuosa e a desonra no vício. Os novíssimos ou últimos fins do homem, a gravidade do pecado, com incidência no da luxúria e roubo, a penitência, a oração e os sacramentos eram frequentemente tratados. As leituras da missa, nomeadamente do Evangelho dos domingos e festas, constituíam uma fonte inexaurível de temas de recorte moralista. Recomendava, porém, a tradição eclesiástica que se visasse uma pedagogia* eficaz que assentava no conhecimento do meio e na acomodação às circunstâncias concretas dos ouvintes. E, porque o confessionário permitia um conhecimento realista do estado espiritual das almas e o convívio quotidiano acarretava implicações de carácter terreno, havia que alertar sobre os perigos e perversas tentações a que os mesmos podiam arrastar. Neste sentido advertiam as constituições da diocese do Porto dos finais de Seiscentos que os pregadores procurassem «saber os costumes, & génio dos ouvintes, para que acomodem o sermão ao auditorio, pera que melhor possaõ lucrar suas almas para Deus; e se hajaõ em seus sermões de maneira, que ensinando aos ouvintes com clareza, & brevidade a Catholica, & verdadeira doutrina, não dem naquelle lugar direita, ou indireitamente occasião algũa de escandalo; & reprehenderão os vícios em forma, que de nenhum modo se possa cuidar, que dizem, & descobrem os segredos que ouvirão em confissão, ou que fallarõ de algũas pessoas em particular, ou de seus parentes, & amigos». Mas, porque tal actuação se reconhecia estar ao alcance de poucos, pois à maioria impedia-os o medo das represálias que dos admoestados lhes pudessem advir, permitia-se que o fizessem discretamente em público, porém sempre acautelando a obediência devida aos governantes. E, no que tocasse aos superiores eclesiásticos, mais valia rezar que deles praguejar. Apesar desta orientação, manteve-se a intervenção dos pregadores nessas áreas de natural melindre. Pregando na Capela Real de Lisboa, na festa do patrono São Tomé, em 1623, durante o domínio filipino, o padre Bartolomeu Guerreiro defende o direito e a obrigação de se tratarem no púlpito assuntos políticos para orientações dos reis e responde assim àqueles que pensam o contrário. É facto comprovado que, no decorrer da união das duas Coroas, alguns pregadores portugueses pagaram com o cárcere ou o exílio certas audácias críticas contra o governo filipino. Da mesma forma se procedia em Espanha, onde Filipe IV, que não gostava que o clero se imiscuísse na política, exilou, em 1637, um capuchinho e um jesuíta, acusados de terem pronunciado sermões políticos. Havia oradores que em sincero desabafo ou calculada dissimulação se queixavam do desvirtuamento que os ouvintes faziam das suas palavras, a ponto de afirmarem que chegava a correr no vulgo uma versão bem diversa da originária, motivo por que se decidiam a estampar o texto escrito. É natural que o orador, à medida que pregava, arrastado pela veemência da indignação ou com premeditado intuito, proferisse no púlpito afirmações e comentários pertinentes, de cuja contundente justeza o auditório se aperceberia e, ao agradar-se do que escutava, avolumaria o significado e alcance. Esta pregação político-patriótica de tanta importância em momentos graves da história portuguesa, ao longo da Idade Moderna, para a defesa da autonomia da nação, a partir da crise dinástica de 1578-1581, prosseguiu sem quebra durante a união dual. Para o fim do período filipino, à medida que o descontentamento do país alastrava e se desenhavam movimentos de hostilidade contra o usurpador, faziam-se ouvir no púlpito, com maior intensidade, vozes de apoio a encorajar, mais ou menos subterraneamente, os ânimos insubmissos. Quando restituído Portugal ao seu legitimo rei, aos brados aclamatórios da nobreza e do povo misturam-se as intervenções dos pregadores então com redobrada veemência e entusiasmo, porque livres de quaisquer entraves inibitórios. A princípio todos afinam pelo mesmo tom: justificação da revolta, defesa dos direitos dinásticos do monarca restaurador, apelo à união e ao contributo colectivo para se poderem enfrentar com êxito as dificuldades que se levantavam. Pregar em apoio do novo rei era servir tão utilmente a pátria como se os oradores o fizessem incorporados na milícia, nos presídios militares e nas praças fronteiriças. Durante quase três décadas que mediaram entre o dia primeiro de Dezembro de 1640 e o da assinatura do tratado de paz com Espanha, em 1668, acontecimentos graves se registaram na metrópole e nas conquistas a provocar inúmeras inquietações e incertezas. No século XIX, o discurso patriótico-religioso no púlpito foi particularmente intenso e influente no desencadear da rebelião de 1808 contra a invasão napoleónica, como na mobilização da resistência armada até à sua expulsão. O teor dessa sermonária, do Norte ao Sul do país, era a do combate ao estrangeiro, usurpador e tirano, e a apologia do soberano legítimo, penhor da ordem político-social assente na solidariedade estreita entre Trono e o Altar, e, vencido o perigo, traduzia-se numa exaltante acção de graças à providência divina e ao Anjo Custódio da nação. Desde a crise de 1820 até ao fim da agonia do Antigo Regime, a ideologia contra-revolucionária na defesa dos fundamentos e governo da monarquia absolutista musculava os sermões legitimistas, combatendo a Constituição liberal que, para o beneditino Frei João São Boaventura, era «uma lei nova, ímpia, e destruidora de toda a ordem», ordem que, segundo Frei Fortunato de São Boaventura, pretenderam impor pelas baionetas ao povo de forma a reprimir-lhe «o grito da lealdade portuguesa». Pelos sermões impressos de pregadores seiscentistas, como Frei João de Ceita, Frei António Feo, Frei Pedro Calvo, entre vários mais, e exemplarmente nos do padre António Vieira, eloquentes no diversificado fáctico social que neles perpassa, atingem-se o homem comum, o colono, o magistrado, o ministro, o burguês, o nobre, o eclesiástico, de forma contundente. No *Sermão da primeira dominga do Advento*, na Capela Real, em 1650, Vieira insurge-se contra os «ladrões do tempo», esses ministros que se perdem entre omissões e

vagares, a merecer a forca por «salteadores da ocasião» e «destruidores da República», advertindo sobre as consequências do voto injusto em tribunal que dá ao beneficiário o proveito e deixa aos responsáveis os encargos. Com impiedosa ironia fustiga o funcionalismo voraz, no *Sermão da terceira dominga da Quaresma*, em 1655, na Capela Real, a que chama «cabides de empregos». A necessidade de escalpelizar os desvios e repreender os vícios, para morigerar as chagas sociais e converter os prevaricadores, levava o orador sagrado a «pregar aos ouvidos e aos olhos». Daí a formal semelhança entre o pregador e o actor que no século XVII se chegaram a distinguir apenas pelas matérias tratadas, dando lugar a variadas aproximações entre o púlpito e o teatro. Servia-se este das virtualidades cénicas e do poder comunicativo dos actores para oportunas práticas moralizantes que se encontram patenteadas nos propósitos e temas da dramaturgia portuguesa, desde os autos vicentinos às comédias de Sá de Miranda, Jorge Ferreira de Vasconcelos e António Ferreira cujo fim era castigar desmandos da época, a coberto da liberdade e da benevolência de que desfrutavam. Vieira sublinhou mesmo essa função do teatro clássico e encareceu as comédias de Plauto, de Terêncio, de Séneca, por achar «nelas muitos desenganos da vida, e vaidade do mundo, muitos pontos de doutrina moral, muito mais verdadeiros, e muito mais sólidos», do que em seu tempo se ouviam nos púlpitos. Quando a gravidade da oratória eclesiástica se diluía num discurso literário-profano, cheio de ornatos cultistas e agudezas conceitistas alimentados no pasto dos conceitos predicáveis, convertida ao gosto e sensibilidade dos ouvintes – os sermões, conforme anota D. Frei Manuel do Cenáculo, passaram a ser «teatro dos deuses» e os pregadores fizeram do púlpito o seu próprio teatro, ambientado pela «decoração dos templos», «satisfação da música» e «iluminação dos altares». Vencido já o dobrar de Setecentos, D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas fala ainda do uso nos sermões «de hum estilo de prégar effeminado, delicioso, e de glanteria», método que «proveio de frequentarem os homens a lição, & a representação das comedias de mao gosto», originárias do teatro espanhol. E insiste: «muitos pregadores ou por condescendência, ou por dictame, nada menos eram, que uns Maneiristas daquella frase de teatro», assim «apaixonado, molle, e delicioso». Vieira já antes verberara o costume desse coevo «pregar conversando», e exemplifica: «Vemos sair da boca daquele homem [o pregador], assim naqueles trajos [amortalhado em um hábito de penitência], e uma voz muito afectada, e muito polida, e logo começar com muito desgarro, a quê? a motivar desvelos: a acreditar empenhos: a requintar finezas: a lisonjear precipícios: a brilhar auroras: a derreter cristais: a desmaiar jasmins, a toucar primaveras, e outras mil indignidades destas.» Foram-se agravando os vícios retóricos na fase barroquista da parenética, com a entrada do século XVIII, a ponto de o agostiniano, fautor do rigorismo sigilista, Frei Francisco da Anunciação (c. 1668-1720) verberar em *Vindicias da virtude* os «pregadores da moda» por mais se prezarem ser «oradores gentis ou gentios do que oradores cristãos [...], que para ver cabeceaduras no auditório, dão cabeçadas no pulpito para escornar a virtude, e, de pavões bizarraços, se tornam touros cegos e furiosos», cuja eloquência, nas matérias necessárias à salvação, «so sabe correr caudalosa por prados, jardins, flores, montes, vales, estrelas, sóis, luas, céus, rios, fontes, formosuras, deidades, etc.». Se um dos fins da pregação é mover a vontade pelo toque da sensibilidade no despertar das emoções, torna-se mais próximo da acção dramática o desempenho do pregador. Lembra a propósito D. Frei Manuel do Cenáculo não se contentarem «muitas vezes os Prégadores com o estimulo da narração para affervorarem os Ouvintes. Expunham ao Povo imagens sensíveis, que lhes despertassem affectos, porque entendiam não ser a todos concedido animarem-se para os seus officios, só pela força da razão». O recurso a estes expedientes, a reforçar aquela referida teatralidade, era um costume ibérico bem do século XVI em que se pregava com uma caveira nas mãos, quando o assunto era de penitência e se pretendia mover à conversão interior. Segundo D. Frei Manuel do Cenáculo é já do tempo de São João Crisóstomo o hábito «de levantar as mãos; de ferir com ellas o rosto; e de suspirar com gemidos». Em Portugal, este estilo de pregar teve em Frei António das Chagas eloquente paradigma, que o apreenderia com o castelhano Frei Sebastião de la Chica e seus companheiros, esbofeteando-se com tal coragem que duma vez, conta o biógrafo padre Manuel Godinho, ficou surdo. *4. A pregação popular:* A evangelização dos rudes, gentes dos campos e da cidade mergulhadas em crassa ignorância religiosa, metaforicamente designadas de «mata bravia de vícios e idolatrias, pego do demo», urgia, de há muito, no início da era moderna, apesar da obrigatoriedade do ensino do catecismo, mesmo se cumprido. A rusticidade dos povos, lembrava D. Frei Manuel do Cenáculo, combatia-se pela repetição do ouvir que passa a bom entender. O zelo de prelados como D. Frei Bartolomeu dos Mártires, dos religiosos reformados e das congregações aparecidas na esteira da renovação tridentina, pressionadas pelo evangelismo protestante, bem cedo aceitou o desafio através do incremento da pregação popular. Aliás, desde São Martinho de Dume a Frei Paio de Coimbra e São Vicente Ferrer, a Península mantinha-lhe a tradição. Com as missões do interior*, a partir de meados do século XVI, pregadas por jesuítas, dominicanos, membros da irmandade do beato Juan de Ávila, franciscanos, oratorianos (1668), missionários apostólicos e Varatojo (1679), lazaristas ou vicentinos* (1744), a frente de combate alargou-se a todo o reino, do Minho à região transmontana, às Beiras, Alentejo e Algarve, cobrindo as cidades de Braga, Porto, Coimbra, Évora e Lisboa. Se D. Frei Bartolomeu dos Mártires e o cardeal D. Henrique apelavam aos Jesuítas para acorrerem às suas vastas dioceses, o bispo de Lamego, D. Manuel de Noronha, ordenou que dessem ao dominicano Frei Francisco Vilaça, enviado por seu vigário-geral, Frei João Salinas, a pregar a Quaresma nesta diocese, os lugares onde devia fazê-lo, o qual «deu muy bõ exẽplo» e de que resultou visível fruto, tendo, ao informar disto D. João II, pedindo que o rei louvasse e apoiasse o provincial de São Domingos no «estatuto que fez a ordẽ acerca do mãdar prega-

dores na coresma pelos bispados». De dois tipos eram estas missões populares que tinham a duração de uma semana a vários meses: estáveis e pedâneas, não se considerando as primeiras de tanto fruto como as segundas, cujos itinerários por vezes se conhecem, de maneira a poder traçar-se a sua cartografia. A ignorância religiosa a combater era tal que a relação de dois jesuítas sobre a missão feita, em 1673, na comarca de Chaves menciona ser tanta a falta de doutrina que até o número de pessoas e o nome da Santíssima Trindade desconhecia «alguma gente grande e dos outros mistérios da nossa santa fé se sabia muito pouco», a ponto de se confundir a ave-maria com o acto de contrição e errar acerca dos sacramentos e mandamentos, usando-se não pouco de agouros e sonhos. Tinham as missões lugar, sobretudo, um pouco antes e no decurso do Advento e Quaresma, constando entre outros actos de piedade e ascese, de um a três sermões por dia, não repetidos, de uma a três horas cada, numa linguagem simples, directa, emotiva, dramatizada com voz gritante, patética e usando campainhas, caveiras e gestos espectaculares, a fim de *tocar* os ouvintes pelo temor da condenação eterna. O efeito imediato destas pregações, em geral improvisadas a partir de tópicos estruturais, lê-se na vida do missionário setecentista oratoriano padre António Geraldes, «no auditorio comumente herão [ser] tantas as lágrimas e gritarias que lhe hera precizo parar com o sermão athe que a gente sosegasse algum tanto [...]». As prédicas, que chegam a reunir mais de uma dezena de milhares de ouvintes, eram proferidas nas igrejas ou nas praças públicas. O varatojano Frei António de Chagas teria a escutá-lo em Braga 10 000 pessoas e em Barcelos cerca de 13 000, havendo a missão realizada em 1820 no templo da Lapa, no Porto, congregado «logo no primeiro dia 5 a 6 mil pessoas e outras ficariam de fora e retiraram-se por falta de lugar». Se importava seguir a recomendação de São Paulo de insistir oportuna e inoportunamente, os missionários, de harmonia com a rudeza das pessoas, deviam ensinar com clareza, repreender com energia e corrigir com severidade os desmandos morais e o incumprimento grave das práticas religiosas. Os assuntos tratados incidiam sobre os costumes desonestos, a fealdade do pecado e os castigos dos prevaricadores impenitentes, os novíssimos do homem, a confissão, a comunhão, a perseverança, a devoção do terço e da via-sacra. Dizia a notícia necrológica do grande missionário oratoriano da segunda metade do século XVIII, padre José Martins: «o seu pregar *ad mores* era claro, chão sem ornato de palavras, antes as vezes para se acomodar ao auditório as proferia menos cultas e polidas, [...] e tambem ordenadas e concludentes as invectivas de que uzava, que sempre quando compassivo enternecia ao auditório e quando o arguia o aterrava de sorte que fazia estacar, e arrepelar os cabelos; testemunha de hũa e outra couza erão as lagrimas, prantos, soluços e desmayos que em todo o auditorio se avião e muito mais a reforma de vida que a esta comoção se seguia [...]». Num inventário manuscrito de meados do século XVIII, dos 96 temas de sermões de missão só dois tratam da doutrina do amor divino, o que é esclarecedor. Segundo D. Frei Manuel do Cenáculo as exposições eram bebidas em sermonários, polianteias, *Catenae Patrum*, e entretecidas de muitos casos «horrorosos» narrados no *Baculo pastoral de flores e exemplos colhidos de varia e authentica historia espiritual sobre a doutrina christã* (1624) do padre Francisco Saraiva de Sousa, que conheceu logo outra impressão quatro anos depois e, em 1676, foi «accrescentado com um acto de contricção por Frei Francisco de Azevedo, e com a historia do purgatório de São Patricio», tendo uma décima edição em 1719; no *Itinerário historial que debe guardar el hombre para caminar al Cielo* (Madrid, 1647 e Lisboa, 1687) e «outras Collecções de semelhantes noticias». Como seriam na era setecentista, por exemplo, as obras dos oratorianos: *Nova floresta* (1706-1728) do padre Manuel Bernandes e *Floresta novissima de varias acções sentenciosas, e illustradas com todo o genero de erudição* (I, 1735 e II, 1737) do padre Manuel da Epifania. A ligação púlpito-confessionário era prioritariamente visada, chegando Frei António das Chagas a afirmar que o pregador era o varejador e os confessores os apanhadores. Os resultados, a fazer fé em testemunhos por certo interessados nessas «primaveras do céu», como o cronista inaciano padre Baltazar Teles lhes chamava, seriam os que a carta ânua de 1592, enviada à Cúria Generalícia, relata: «curaram-se em toda a parte tantas feridas de alma; retrataram-se perjúrios; desterraram-se cantigas ou trocaram-se por melodias sãs; desfizeram-se uniões pecaminosas; trouxeram a melhor conselho violadores de testamentos; cortaram-se numerosas demandas; atalharam-se assassínios de esposas e vinganças de mão armadas. Reconciliaram-se filhos com pais, cidadãos com os párocos; sacerdotes com sacerdotes, extinguiram-se ódios inveterados; realizaram-se restituições de fama e de dinheiro; libertaram-se da prisão inocentes; muitos finalmente se tiraram, pela misericórdia divina, de uma vida licenciosa com os sermões, com o catecismo, com as exortações e avisos, com palavras e mais que tudo com o exemplo». A juntar, ainda, as vocações religiosas e sacerdotais despertadas e até escolas públicas abertas, para além da reorganização da vida paroquial, com o ensino regular do catecismo e a prática sacramental. Mau grado a boa intenção desta actividade pastoral, assente fundamentalmente numa pregação popular emotiva, o ritualismo religioso persistia, a interioridade consciente e responsável era alienada à exteriorização cultural, a falta de instrução alimentada pelo analfabetismo da população não propiciava o acesso a leituras esclarecidas, aliás quase inexistentes, pois as que circulavam, quando ultrapassavam o palavroso e lamecha, ficavam pelo doutrinarismo rigorista e moralismo escrupuloso. *5. Os textos e os autores:* Com o advento da Idade Moderna firmou-se o movimento humanista em Portugal (*v.* HUMANISMO), que no segundo quartel do século XVI conheceu a maior pujança, ao mesmo tempo que se afervorava o sentimento religioso, enfumado pelos ventos da renovação monástica e pelos imperativos da dilatação da fé em espaços ultramarinos à escala do mundo. A literatura católica clássica vai conhecer o seu esplendor e também a oratória sacra impressa, veiculando assim o ministério da palavra à difusão do

livro cujo aparecimento, de facto, provocou uma autêntica revolução (*v.* LITERATURA RELIGIOSA; LIVRO RELIGIOSO). O ensino da retórica, incrementado na universidade portuguesa pelos príncipes da dinastia de Avis, recebe decisivo impulso nos meios eclesiásticos conventuais, a partir do reinado de D. João III, com a entrada da Companhia de Jesus, a entrega do Colégio das Artes aos mestres inacianos e a proliferação de estabelecimentos escolares sob as directrizes da *ratio studiorum* nos principais centros urbanos do país. Cada vez mais se toma consciência de que, como lembra Aníbal Pinto de Castro, o que importava sobretudo através da escola era «formar homens cristãos, capazes de se transformarem em apóstolos, para darem testemunho da fé e de fidelidade à ortodoxia católica». Por outro lado, a partir da reforma tridentina, a pregação transforma-se num forte baluarte destinado a impedir a progressão do protestantismo nascente, como aliás sempre fora na detença das heresias. Na interpretação da Bíblia – que o evangelismo reformista defendia ser a única regra de fé e em que o magistério romano fundamentava as verdades teológicas e os preceitos morais a disseminar, por ser a Palavra de Deus revelada –, privilegiava-se o sentido literal da Sagrada Escritura, ou seja, aquele que ressalta de imediato do significado dos termos e expressões dos textos. Porém, mesmo que a pregação, cujo fim é louvar a majestade divina e mover as almas à salvação, devesse assegurar a primazia do *docere*, importaria não negligenciar o *delectare* num discurso ordenadamente elegante, comedido no ornato e natural na forma. A *Rhetorica eclesiastica* do bispo Agostinho Valério, composta a pedido de São Carlos Borromeu, e a de Frei Luís de Granada destinavam-se à preparação do clero*, para que, no desempenho do ministério do púlpito, estivesse dentro desse espírito, seguindo na linguagem vernácula a empregar a lição dos clássicos, Demóstenes e Cícero, e dos mestres autorizados na arte de dizer como de escrever. Contudo, apesar de, ao tempo, a imprensa se encontrar em expansão, poucos na altura publicavam as suas pregações. Anota o facto D. Frei Manuel do Cenáculo ao sublinhar que a maioria dos grandes oradores portugueses do século XV não se havia decidido a «estampar» os sermões que, por vezes, corriam em manuscrito e em avulso ou então permaneciam mergulhados no recato das celas e silêncio das bibliotecas conventuais (*v.* BIBLIOTECAS ECLESIÁSTICAS), embora fosse possível descortinar o talento do orador por outras obras suas vindas a público. Era, entre nós, o caso: de Martinho de Viana que pregara diante do papa Alexandre VI em 1496; do carmelita calçado Frei João Sobrinho, pregador de D. Afonso V e seu director em matérias de consciência; de Álvaro Gomes, confessor de D. João III e lente coimbrão de Teologia (1545); dos dominicanos: Frei Tomás da Costa (1570), pregador de D. João III e D. Catarina, de quem foi director espiritual, severo no escalpelizar dos vícios da corte, Frei Tomás de Sousa, controverso pregador de D. Sebastião que «pregava a verdade de verdade», Frei António Freire (1485-1575) e Frei António da Fonseca, doutor na Sorbona (1542) e professor em Coimbra (1544) que, segundo Frei Luís de Sousa, introduziu na pregação, cerca de 1540, o apostilar de modo fácil o Evangelho, conforme o sentido literal da Sagrada Escritura; dos padres tridentinos: os domínicos Frei Jerónimo de Azambuja (1505-1557) e Frei Francisco Foreiro (1523-1581) e o Doutor Diogo de Paiva de Andrade (1528-1575); dos bispos carmelitas: o do Porto, D. Frei Baltazar Limpo (1478--1558), de Cabo Verde, D. Frei Pedro Brandão (1556--1608), delator dos excessos da escravatura, e do auxiliar de Lisboa, D. Frei Tomé de Faria (1558--1628); dos de Coimbra, o agostiniano D. Frei João Soares (1507-1572) e D. Afonso Castelo Branco (1522--1615); dos de Braga, o dominicano D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1514-1590) e os eremitas agostinhos D. Frei Aleixo de Meneses (1559-1619) e D. Frei Jorge Queimado, falecido em 1618, coadjutor de D. Frei Agostinho de Castro; do Algarve, D. Jerónimo Osório (1506-1578); de Leiria, D. António Pinheiro, falecido cerca de 1581/1583; de Portalegre, o carmelita D. Frei Amador Arrais (1529?-1600); dos gracianos, Frei Sebastião Toscano (1515-1583) e Frei Miguel dos Santos (c. 1537-1595); dos jesuítas: Gaspar Gonçalves (1540-1590), Inácio Martins (1532--1598), Luís Álvares (1540-1590), de que quatro grossos fólios de sermões se conservam inéditos; Luís da Cruz (1545-1600), dramaturgo e professor de retórica, João de Lucena (1548-1600), autor de uma célebre biografia de São Francisco Xavier, Sebastião Barradas (1542-1615), escriturista de nomeada; dos carmelitas calçados: Frei Simão Coelho (1514-1617) e Frei Estevão da Purificação (1571-1617); do jeronomita Frei Heitor Pinto (1528-1584?), de quem se encontraram 30 sermões manuscritos. Se o estilo, que Aubrey Bell, referindo-se ao clássico Frei Tomé de Jesus, considera acessório nas obras de espiritualidade, era natural e terso, nesta fase da oratória, e corria solto nos sermões de Diogo de Paiva de Andrade, a parénese resultava por inteiro acessível aos ouvintes. Do lado das pregações «mais doutas, e levantadas», que invadiram o púlpito no século XVII, mostravam-se estas ser apelos fiéis ao sentido literal da Escritura, seu primeiro fundamento e, por divinamente inspirada, «útil para ensinar, persuadir, corrigir e formar», como lembra São Paulo a Timóteo (II, 3, 16). O uso da Bíblia, já então lida, meditada e escolhida ordinariamente como tema-escopo dos sermões, era cumulativo com o dos Padres e Doutores da Igreja a que, segundo D. Frei Manuel do Cenáculo, se lançava mão no século XV, e bem antes mesmo, na «instrução dos povos», a fazer fé no poeta Diogo Bernardes ao carpir a morte de D. João II, os bons autores e o livro da *Imitação de Cristo*, cuja tradução corria impressa. Consistiam as citações patrísticas nos elementos literários com que os oradores musculavam a amplificação das suas exposições parenéticas. O desvio desta gravidade na preparação que se introduzirá no «modo português de pregar», a que Vieira forneceria o paradigma, tem a sua origem no emprego abusivo dos sentidos bíblicos que a exegese medieva canonizara: o literal e o místico, este por sua vez subdividido em alegórico (em que o significado próprio das palavras se emprega para designar outra coisa); tropológico (que visa a formação moral) e anagógico (que serve para interpretar os factos da Escritura como representações ou símbolos dos

bens celestes). De todos, o mais importante era o literal; mas a subversão irá dar-se quando o ensinar ceder ao agradar e os sermões festivos deixarem de ser dominados pela instrução moral ou, como diria Severim de Faria, tratarem «mais de aprazer, que de mover». O irromper do panegírico, como subgénero a cultivar daí na oratória sacra, tornando-se frequente nos meados de Seiscentos, escreve Cenáculo, foi imperado pelos ditames do louvor dos destinatários, do agrado dos encomendadores e dos ouvintes afectados pelo espírito profano, a larvar no século. O zelo pastoral e a gravidade dos pregadores, compenetrados pela responsabilidade de subir à tribuna sagrada, no entanto dominaram e mantiveram-se muitos anos ainda após o reinado de D. João III, transparecendo nos sermões do dominicano Frei Tomás de Sousa que, «em tom de conversação», expunha a substância dos Evangelhos lidos na liturgia da missa, à maneira de paráfrase do texto sagrado. Colocados ao lado do teor oratório de Diogo de Paiva de Andrade, tão despojado de empolamentos retóricos, devem pôr-se os sermões de Frei Heitor Pinto que Cenáculo diz serem também despidos de ornato das figuras e certos no uso das autoridades patrísticas. O códice de 30 textos pregados em Salamanca por 1568, pertença da Biblioteca Angélica de Roma, sugere um auditório culto e certamente académico. Mais morais que doutrinários, segundo Cândido dos Santos, a quem se deve a revelação, ostentam uma linguagem vernácula e teológica, larga abundância de lugares do Antigo e Novo Testamento, menção de autores clássicos, reprimenda dos vícios e apelos à virtude, em conformidade com o fim santo da pregação, para que era necessário «pureza de coração e a força do Espírito Santo». Essas mesmas singeleza e vernaculidade se encontram na obra parenética do arcediago de Vila Nova de Cerveira, Francisco Fernandes Galvão (1554-1610), em seus três tomos de *Sermões* póstumos (1611, 1613, 1616); nos *Tratados Quadragesimais e da Paschoa* (1609) e *Tratados das festas e vidas dos santos* (1.ª e 2.ª parte, 1612, 1615) do dominicano Frei António Feo (1572-1627); nos dois tomos das *Homilias de Quaresma* (1627, 1629) do também domínico Frei Pedro Calvo (1551-16??); nos três tomos de *Sermões* (1617, 1618, 1625) do eremita agostiniano Frei Filipe da Luz (1574-1633); na *Quadragena de sermoens* (1619) e *Quadregena Segunda* (1625) e mais dois volumes póstumos de *Sermões* (1634, 1635) do franciscano Frei João de Ceita (1578-1633) e nas colectâneas oratórias de seus confrades, as do universitário Frei Tomás da Veiga (1578-1638), e nos *Sermões* (1618), *Santoral de varios sermões* (1638) e *Jardim da Sagrada Escriptura* (1653) de Frei Cristovão de Lisboa (1583-1652), irmão do chantre Manuel Severim de Faria, missionário no Amazonas e autor de notáveis pregações em defesa da causa restauracionista. O século XVII, marcado pelo esplendor do barroco e pela presença do padre António Vieira (1608-1697), foi também o período maior da oratória sacra portuguesa. Os repositórios bibliográficos de Barbosa Machado e Inocêncio documentam à saciedade a existência de um copioso número de sermões avulsos e sermonários impressos, estampados até ao neoclassismo, sendo de atender, ainda, à produção concionatória manuscrita que ambos mencionam, cuja quase totalidade o terramoto de 1755 fez desaparecer. Tomando-os como fonte, num rastreio cuidado, se bem que empírico, foi possível levantar uma elucidativa panorâmica de pregadores portugueses com obra documentada, desde a fundação da nacionalidade aos finais de Oitocentos, e em que o período de que nos ocupamos avulta de maneira eloquente (*v.* quadro da página seguinte). Não surpreende, pois, que uma tal variedade de gente – permeável a influências vindas da pressão sociológica do gosto de auditórios elitistas, da formação retórica assumida e da corrente de espiritualidade perfilhada – seguisse itinerários diversos no «modo» e estilo de pregar, entre a fidelidade à tradição e o desejo de inovações. Escreveu D. Frei Manuel Cenáculo, autoridade histórica a respeitar na matéria, que antes dos meados do século XVII «prégava-se commummente sobre Mystérios e reforma dos Costumes», sendo pouco frequentes os panegíricos e os sermões festivos dedicados à instrução moral. Na explanação dos assuntos, os oradores debitavam o que os Padres da Igreja haviam sobre eles escrito, acrescentando que um outro dos processos seguidos, aliás diferente, «consistia em discorrer a puro raciocínio». A cizânia, no entanto, entrou bem cedo na seara da oratória sagrada, pois na idade de ouro, que exalta, já detecta vestígios do mal que a iria perverter. A causa estaria no abandono do sentido literal na interpretação das citações da Escritura e na abertura aos panegíricos, julgados, por vezes contraditoriamente, com maior ou menor severidade por quantos, de Vieira a Verney, analisaram em atitude crítica a parenética do apogeu do barroco à degenerescência barroquista. Frei Manuel da Conceição, eremita agostinho e editor dos sermões de seu tio Diogo de Paiva de Andrade, no prólogo escrito em 1603, lamenta o abandono da naturalidade e da fidelidade ao sentido literal, estilo «já pouco costumado», pois se pregava então «com mais subtileza e engenho». Por sua vez, o franciscano Frei Tomás da Veiga pisava-lhe a peugada ao escrever no prólogo das *Considerações sobre as domingas depois do Espírito Santo*, começadas a sair em 1619: «Procuro muito seguir sempre o verdadeiro sentido literal, de que muitos Prégadores (e com muito menos credito de suas Prégações) se mostram pouco zelosos, sendo elle o fundamento de todo o sentido mystico espiritual: e assim edificam quasi em o ar.» Natural seria, aceitando-se a opinião de Cenáculo, que a origem desta mudança fosse ditada pela «diversidade de assumptos, e das circunstancias do tempo, e dos lugares», sem deixar de atender à qualidade intelectual e à situação social dos oradores, muitos com tirocínio docente em retórica, humanidades e teologia, e habituados à especulação. Daí poder distinguir-se a pregação de «modo» elevado, própria dos meios elitistas palacianos, e a dirigida aos auditórios populares, como anota Frei Luís de Sousa, quando se refere à parénese pastoral de D. Frei Bartolomeu dos Mártires no esforço de apresentar a mensagem evangélica aos humildes e incultos: «o seu estilo de prégar era mui differente do que usava na Corte: (o intento sempre nelle foi o mesmo) deixou flores de Rethorica, explicações agudas, e conceitos levan-

	XII/XIII	XIII	XIII/XIV	XIV/XV	XV	XV/XVI	XVI	XVI/XVII	XVII	XVII/XVIII	XVIII	XVIII/XIX	XIX	S/D	
Agostinhos							5	20	12	39	10	13			99
Beneditinos								1	10	13	2	11	5		42
Carmelitas Calçados					1			17	8	18	10	4			58
Carmelitas Descalços								1	3	16	7	4			31
Cisterciences						1			5	4		1		11	22
Clérigos seculares		1			2	1	15	30	27	62	44	52	53	3	290
Con. de São João Evangelista (Lóios)								1	5	25	4	2			37
Con. Regrantes de Santo Agostinho							1	2	7	6	5	1	3		25
Dominicanos		1				2	9	25	18	28	11	4			98
Eremitas de São Paulo									3	8	7	2			20
Franciscanos	1		1	2	1	1	5	31	29	86	51	35	9	3	255
Jerónimos							1	2	5	11	2	2	1		24
Jesuítas							2	38	24	52	16				132
Judeus								1	2	2		2			7
Mínimos de São Francisco de Paula									2				1		3
Oratorianos									1	16	1	2			20
Ordem de Cristo								6	4	9	4	3	2		28
Ordem Militar de Avis (São Bento)					1							2			3
Ordem Militar de São Tiago									1	4	3	1			9
Ordem da N. S. das Mercês									3						3
Ordem de São João de Deus										2	1		1		4
Ordens não identificadas												3			3
Teatinos									1	11	6	1			19
Trinitários							1	3	8	19	5	1			37
	1	2	1	2	5	5	39	178	178	431	189	146	75	17	1269

tados, que serviam lá pera orelhas delicadas, e entendimentos mimosos pera os penetrar, e fazer effeito a Doutrina medicinal a modo de bom guizado: e entregou-se Todo a termos chãos, e Doutrina clara, que servisse pera todos: porque esta cumpria a maior parte dos Ouvintes». Depressa, porém, esta «mercancia espiritual» foi corrompida, não importando quem fosse a parte interessada no trato. O jeronomita Frei Damião Botelho – com longa experiência anterior como mestre na Companhia de Jesus, deixada em 1630, tendo vivido ainda década e meia, autor de seis tomos de sermões prontos para impressão – alinha também na crítica à oratoria coeva liderada por «hortenseanos e pregadores à moderna». Preferiam estes à sólida pregação apostólica, doutrinária e moralizante, apostada «no apartar dos vícios e persuadir ao amor das virtudes», «escuridades affetadas», «gostos e regalos», destinados a adular auditórios, pois «seu intento he buscar louvores proprios e que admirem seu dizer e discorrer, todos se empregam em lavrar bem suas redes tecendo-as de passos curiosos, de termos esq[u]isitos, de galanterias de poetas, de jerogliphicos, humanidades e sentenças plausíveis, a fim de serem aplaudidos dos ouvintes e andar na boca das gentes». Parece este um premonitório grito de alerta contra o efeito pernicioso destas pregações – na altura em se pedia mesmo que tais oradores fossem privados da licença de pregar –, como a anunciar o famoso *Sermão da Sexagésima* (1655) do padre António Vieira, carta-magna do «modo português de pregar», paradigma a seguir, quando expurgado dos desvios denunciados, de que, contraditoriamente, o jesuíta de todo se não eximia. Pautado pelos ditames da *Rhetorica ecclesiastica* de Frei Luís de Granada e movido pelo ardor catequético de Trento, acentua Aníbal Pinto de Castro, o púlpito transforma-se no lugar quase exclusivo de doutrinação religiosa, instrução moral e debate apologético. Só que o sermão panegírico, quer exequial quer festivo, incentivado pelo contexto sociológico, fazia acorrer o povo à pregação extraordinária que propiciava pelo assunto a desenvolver o recurso ao ornato e às agudezas, tão do gosto dos ouvintes que acudiam aos templos como a um teatro. Encontrara, por isso, terreno preparado para rápida sementeira a introdução pelo padre Francisco de Mendoça, que em 1581 vestira a roupeta de jesuíta, dos conceitos predicáveis, de tão largas consequências na oratória barroca peninsular, vindo a caracterizar o «modo português de pregar». Constituídos por sentenças tiradas da Sagrada Escritura e

dos Padres da Igreja pelo engenho do pregador, artificiosamente adaptadas para servir de prova a um discurso destinado a convencer e a mover a vontade, com eles e os denominados lugares-comuns ou tópicos, obtidos pelo uso de tropos, figuras e descrições, tecia-se a amplicação da parénese cujo tema se condensava na perícopa bíblica que se recitava no início e desenvolvia do exórdio à peroração. Assim, através destas «agudezas argutas» e novidades sentenciosas, dispunham os pregadores de materiais retóricos para expor verdades de fé e preceitos morais capazes de melhor penetrar os espíritos, captar a atenção e despertar as consciências dos ouvintes. Ignora-se com que fundamento o cronista-geral da ordem, o castelhano Pedro Lopez Altuna, dá o trinitário Baltazar Paes (1570-1638) como sendo «el primero que ensenò a predicar com pensamientos subtiles, apoyados con Santos, como ora se usa». Os sermões, que se distribuíam pelos subgéneros demonstrativo (laudatórios e panegíricos), deliberativo (suasivos e dissuasivos) e judicial (precativos e executórios, destindos a impetrar clemência ou incitar a abominação do mal), dividiam-se em tantas partes quantas os conceitos predicáveis introduzidos, de que resultava um estilo rebuscado e soporativo, tocando as raias do insuportável se manipulado por talentos medíocres. Como a piedade e o culto faziam crescer o pedido de pregações e era modesto o número de bons oradores, depressa o sermão barroco principiou a afastar-se do espírito da «retórica de Deus» e a tornar-se «teatro da vaidade», sendo alvo de impiedosa crítica. D. Francisco Manuel de Melo amplia as recriminações, que remontam mesmo a bem antes, ao verberar os sermões invadidos por assuntos mundanos em que os pregadores arrepelavam «pelos cabelos os lugares santos e interpretações piedosas da Escritura Sagrada para os fazer cúmplices dos seus caprichos». A partir da segunda metade do século XVII, uns continuaram a pagar pesado tributo aos modismos cultistas e conceptistas enquanto uma minoria resistia no possível à onda corrosiva praticando uma parénese digna, com arte, inteireza e pia unção, no intuito de manter o púlpito fiel à sua religiosa finalidade, como queria o autor do *Hospital das letras*, elevado sobretudo a um «confessionário moral onde os vícios se transformassem em virtudes». Era a alegoria semeadura fértil para o jogo de agudezas que se tornara a seiva do sermão barroco que do emprego do sentido literal da Escritura se afastava cada vez mais. Definira Rodrigues Lobo os «ditos agudos» como consistindo «em mudar o sentido a uma palavra para dizer outra coisa, ou mudar alguma letra ou acento à palavra para lhe dar outro sentido [...]». E, no sermão, o recurso ao acomodatício ou transuntivo ou ecbático tinha na Bíblia, onde as provas do discurso se deviam fundamentar, uma mina infinda e autorizada, por divinamente inspirada, de expedientes literários ideais. Trento vira o perigo e apressara-se a condenar a utilização do sentido místico da Escritura Sagrada para coisas profanas, e mesmo voltado para as divinas, quando fosse presa fácil do burlesco. Vieira lamentou enfaticamente, com desassombro crítico, que por fortes razões também o atingia, este preciso aspecto da paranética coeva: «Que diferente é o estilo violento, e tirânico, que hoje se usa? Ver vir os Tristes Passos da Escritura, como quem vem ao martírio: uns vêm acarretados, outros vêm arrastados, outros vêm estirados, outros vêm torcidos, outros vêm despedaçados, só atados não vêm.» E tudo, acentua o orador, porque se pregam palavras de Deus, mas não se prega a Palavra de Deus: «As palavras de Deus pregadas no sentido em que Deus as disse, são palavras de Deus; mas pregadas no sentido, que nós queremos, não são palavra de Deus, antes pode ser palavra do Demónio.» Curioso é ver-se que, na segunda metade de Setecentos, o arrábido Frei Sebastião de Santo António (1762) atribuía a causa da variação dos métodos parenéticos, ao longo dos tempos, não a modas literárias, mas antes à «acção do espírito maligno apostado em impedir os fiéis de colherem os frutos da actividade do púlpito». Com obra oratória manuscrita e/ou impressa e renome deixado, neste período de maré alta do sermão barroco a esgotar-se pelos alvores do século XVIII, em que se integram não poucos críticos do domínio filipino e pregadores da Restauração no continente e além-mar, são dignos de menção: os *eremitas agostinianos* Manuel da Conceição (1547-1624), Diogo Lopes de Andrade (1569-1628), bispo de Otranto (Nápoles), Gaspar Amorim (c. 1576--1646), Filipe Moreira (c. 1585-1645), António da Natividade (1590-1665), Francisco da Maia (1591-?), Dionísio dos Anjos (1654), Cristóvão de Almeida (1621-1679), bispo de Martyria, José de Oliveira Agostinho (1638-1719), bispo de Angola, Manuel de Lima (1728); os *beneditinos* Bernardo de Braga (1597-1662), Jacinto Pacheco (1601-1679), Jorge de Carvalho (c. 1604-1677), Bento da Cruz (c. 1604-?), Rafael de Jesus (1614-1693), Jerónimo Baía (1620--1688), Cristóvão de Almeida (1636-1704), António da Conceição (c. 1642-1710), João dos Prazeres (1648--1700/1709); os *carmelitas calçados* Gaspar dos Reis (1579-1660), Manuel das Chagas (1590-1666), Temoteo Ciabra Pimentel (1591-1651), João da Silva (1592--1660), Gaspar Cota (1603-1651), José de Lencastre (1621-1705), Vicente da Luz (c. 1654-1713), José de Sousa (1664-1730); os *carmelitas descalços* Tomé de São Cirilo (1574-1652), Nuno Viegas (1606-1661), José do Espírito Santo (1609-1674), Eusébio de Matos (1629-1692), André dos Reis (1639-1697); os *cistercienses* Luís de Sá (1601-1667), Francisco Brandão (1601-1680), Gabriel de Almeida (1608--1674), bispo do Funchal; os *cónegos regrantes* de Santa Cruz de Coimbra Francisco da Trindade (c. 1598--1654), Basílio de Santa Maria (1609-1685), Luís da Ascensão (c. 1638-1693); os *dominicanos* Manuel Coelho (1550-1622), João Aranha (1556-1620), Simão da Luz (c. 1565-?), António da Ressurreição (1574-1637), universitário e bispo de Angra, António de Sousa (c. 1579-1632), António Coutinho (c. 1585-?), António Rosado (c. 1586-?), Tomás Aranha (1588-1663), Manuel Ferreira (c. 1600-1659), Fernando Soeiro (c. 1600-1674), António Vel (c. 1600-?), Domingos de São Tomás (c. 1607-1675), visado por Vieira no *Sermão da Sexagésima*, Álvaro Leitão (1608-1676), Valério de São Raimundo (c. 1620-1689), bispo de Elvas, Manuel Pereira (1625-1688), bispo eleito do Rio de Janeiro, António de Almeida (c. 1648-1723),

Manuel Guilherme (1658-1730); os *franciscanos* António dos Inocentes (c. 1570-?), João de São Bernardino (1577-1655), João da Conceição (1580--1643), João da Natividade (c. 1580-1652), Luís da Natividade (1590-1656), Manuel dos Anjos (1640), Francisco de Santo Agostinho de Macedo (1596--1681), Diogo César (1604-1661), Luís de São Francisco (1614-1696), João de Deus (1618-1684), Luís São José (c. 1628-1704), António das Chagas (1631--1682), missionário varatojano, António da Conceição (1657-1713), Manuel de São Plácido Salta (1717); os *jeronomitas* Pedro do Rosário (1577-?), Damião Botelho (1645), Gabriel da Purificação (c. 1616-1704), Fernando de Santo Agostinho (c. 1631-1709), Carlos de São Francisco (c. 1650-1727); os *jesuítas* Bartolomeu Guerreiro (1564-1642), Diogo Areda (tio 1568-1641 e sobrinho 1599-1671), Francisco de Mendoça (1573--1626), André Gomes (1574-1649), Gaspar Fernandes (1583-1640), Gaspar Correia (1583-1654), Simão da Cunha (1587-1660), Manuel Escobar (1587-1665), Bento Sequeira (1588-1664), Diogo Lopes (1591--1649), João de Vasconcelos (1592-1661), Francisco do Amaral (1593-1647), Nuno da Cunha (1593-1674), Baltazar Teles (1595-1675), António Bandeira (1598--1664), Francisco Aranha (1603-1679), António Vieira (1608-1697), Jorge da Costa (1610-1688), José Seixas (1614-1691), Luís Cardeira (1616-1684), Luís Álvares (1617-1709), António de Sá (1620-1678), Manuel da Silva (1629-1709), Manuel dos Reis (1635-1699), Francisco de Matos (1636-1720), Mateus de Moura (1639-1728), António de Morim (1641-1716), Simão da Gama (1641-1718), João Coutinho (1642-1709), João Pereira (1646-1715), Paulo Pereira (1655-1713), Manuel de Sá (1658-1728), Jerónimo Castilho (1664--1730); os *lóios* Gabriel da Anunciação (1644), Gonçalo da Madre de Deus Semblano (1705), Francisco de Santa Maria (1653-1713), Diogo da Anunciação Justiniano (1654-1713); os *oratorianos* Bartolomeu do Quental (1626-1698), Manuel Bernardes (1644-1710); os da *Ordem de Cristo* Roque do Soveral (1570-1660), Gregório Taveira (1575-1654), João Correia Peixoto (c. 1600-?); o da *Ordem de São Tiago de Espada* Manuel de Noronha (1595-1671); os *padres seculares* Gabriel da Costa (1555-1616), Jerónimo Coelho (1590-1653), Lourenço Vivas (c. 1590-?), Sebastião da Costa Andrade (1612), Luís de Lemos (1596--1656), egresso jesuíta, Jerónimo Peixoto da Silva (c. 1600-1666), Jerónimo Ribeiro de Carvalho (1610--1679), egresso jesuíta, Luís Machado Pereira Pinto (1616-?), Francisco de Castro (1665); o *teatino* António de Ardizone Spinola (1609-1697), napolitano; os *trinitários* Baltazar Paes (1570-1638), António Correia (1620-1693), José de Santa Maria (c. 1620-1676), José da Assunção (c. 1623-1667). A influência das academias literárias enraizadas na segunda metade do século XVII (*v.* ACADEMIAS ECLESIÁSTICAS), a que pertenciam vários pregadores de nomeada, marcará, na teoria e na prática, a crítica e o gosto da retórica, na transição para Setecentos. A preludiar o ataque de Luís António Verney à oratória seiscentista, o clérigo e historiógrafo Francisco Leitão Ferreira (1667-1735) publica a *Nova arte de conceitos* (1718-1721), cujas principais fontes de inspiração eram os italianos Manuel Tesauro e Muratori, propondo uma teoria renovada do conceito em que a parenética barroca, através do conceito predicavel, vira o alfobre por excelência de argúcias. Para gerar os conceitos bastaria a natureza que por força do entendimento proporcionaria «imagẽs representativas, fieis, & imanentes copias dos objectos sensiveis exteriores», traduzidas por «palavras significantes». Em sua teorização, Aníbal Pinto de Castro, sem cujo notável estudo crítico absolutamente pioneiro e imprescindível não se pode traçar o evoluir do estilo parenético do barroco ao neoclassicismo, lembra que Leitão Ferreira apontava um caminho renovador para o barroco português «pela defesa do equilíbrio, da sobriedade, da clareza natural». Por sua vez, o jeronomita Frei José Caetano com a obra *Divini Verbi Hierologia*, em 5 volumes (1730-1735), tenta preencher a carência de um manual da aplicação do conceito predicável, que reputa importante na explicação da palavra divina e cujo emprego se tornara imprescindível no estilo de pregar. Recomenda o exercício e a leitura de oradores consagrados, em que Vieira emerge, denunciando a aceitação da sobrecarga ornamental, entremeada de horóscopos e hieroglíficos florais, do predomínio do *delectare* sobre o *movere* que, conducente a uma pregação «degenerada e vazia», era, no fundo, a configuração do «código barroquista na arte de pregar, na primeira metade do nosso século XVIII». Ganhava consistência, no entanto, a procura de um novo sermão-tipo que privilegiasse o *docere* e *movere*, decidido por uma linguagem verdadeira, sóbria e clara, pondo-se apenas o problema do caminho a seguir – reforma do modo tradicional de pregar ou ruptura aberta? Surge, então, com Luís António Verney (1713-1792) um violento ataque à parenética barroca, cujo cerne eram os conceitos tirados do sentido alegórico da Bíblia, logo desencadeando acesa polémica. Saído em Nápoles, o arcediago de Évora, sob o pseudónimo de o «Barbadinho da Congregação de Itália», publicou em 1746 o *Verdadeiro método de estudar*, destinado a fomentar a renovação do sistema pedagógico português, passando em revista com um olhar crítico apaixonado os subgéneros da nossa oratória sacra, enredada nas interpretações imaginárias dos textos sagrados. Vieira é atacado por haver alimentado o gosto da subtileza que corrompera a boa eloquência, enquanto se elogiam os italianos Segneri e Casini que apontavam a via da naturalidade para onde caminhava a retórica moderna, directamente empenhada em demonstrar a verdade e estigmatizar o erro no campo doutrinário e moral. De imediato apareceram os contendores, em geral a coberto do anonimato. Os jesuítas José de Araújo (Arsénio da Piedade) em *Reflexoens apologeticas*, que logo em 1748 conheceu cinco edições, e Francisco Duarte (Autóphilo Cândido de Lacerda) em *Retrato de Mortecòr*, no ano seguinte, respondem com energia na defesa às acusações ao «modo português de pregar» e aos oradores visados da ordem inaciana em que surgira. O padre João Baptista de Castro, na Parte IV (1749) do seu *Mappa de Portugal*, e o oratoriano Manuel Monteiro em *Elogios dos Reys de Portugal do nome João* (1749), não poupam críticas a Verney que, no entretanto, retorquia. Verdadeiro impacte produz o *Sermam de São António*, proferido

em 1750, na Igreja da Esperança de Coimbra, pelo padre José Pegado da Silva Azevedo e publicado em 1752, estruturado sem o recurso a conceitos predicáveis, perfilhando uma renovação da oratória sacra, conforme as directrizes do «método francês». A coberto também do anonimato, o lóio Manuel de Santa Marta Teixeira respondeu ao desafio lançado por meio do sermão do padre Pegado com um *Dialogo critico e apologetico* (1752), em tom jocoso, na defesa do «método português», cuja escolha era legítimo direito de cada um, anotando que nem por isso os pregadores franceses faziam mais conversões que os portugueses. E, admitindo o uso dos conceitos predicáceis, a que só exigia «subtileza entre os limites da verdade», afirmava irónico: «[...] não sei que perigo, ou que desar possa haver, em proferir huma proposição, que não he verdade conhecida por si, e logo provalla com hum texto da Escritura, ou no sentido literal, ou em algum dos outros sentidos». A teorização de uma parénese renovada pertence, não obstante, ao franciscano Manuel da Epifania, com o seu *Verdadeiro methodo de pregar* (1759), em que censura os seguidores do «método português de pregar», sem poupar o prestígio de Vieira, a quem assim se refere: «Não me dirás que tira destes taes Sermoens [os de Vieira] hum ouvinte? Isto he ser Orador? Elles não attendem á verdade, não fallão com decencia, não respeitão o lugar; os ouvintes vão buscar o sustento, e ficão sem pão.» E mais contundentemente alveja essoutros imitadores: «Repara [leitor] em muitos Sermoens impressos, e acharás pleonasmos, impropriedades, indecencias, hyperboles; verás Oraçoens sem cultura, e sem instrução.» Face à titulação de prédicas como, por exemplo, as do jesuíta egresso padre Nicolau Fernandes Colares, *O mais soberano objecto da grammatica: sermão prégado no dia de Natal de 1698, O mestre de solfa na capella do céo: sermão do Espirito Santo* e *Geometria do amor: sermão do Mandato, prégado em 1698*; do graciano Manuel Gouveia, *Fenix gloriosa entre aromas de devoção renascida, e mannuaes diarios eternizadas* (duas partes: 1715 e 1730); do agostiniano Frei Manuel da Assunção, natural da Caparica, *Jardim sagrado aonde todas as flores são maravilhas, regadas com as correntes que manam da penha mistica Maria Santissima* (1736); e do franciscano Frei Jorge de Santa Rosa Viberbo, *Panegyrico sagrado do filho de David, mais filho, do que Jesus Christo seo filho. Do esposo de Maria Santissima, mais esposo do que o Espirito Santo seo esposo. Do pay de Christo Senhor Nosso, mais pay do que o Padre Eterno seo pay* [...] (1725), é fácil aceitar a decadência e extravagâncias em que mergulhava a parenética barroca. Nem os sermões das missões escaparam a este barroquismo decadente, como se vê pelos textos inseridos no *Zodiaco soberano*, em dois tomos impressos em Salamanca (1726 e 1734?), do mesmo pregador seráfico que a esta apostólica actividade se dedicou nas regiões nortenha e centro, nomeadamente transmontanas e beirãs. Defendia Frei Manuel da Epifania a perfeição e o gosto na imitação da natureza, «a decencia e gravidade das expressoens», a propriedade e parcimónia vocabular e a correcta pureza da norma gramatical». Ora, no intuito de defender a parénese barroca e rebater Verney, respondeu a Epifania o eremita agostinho Frei Manuel de Figueiredo, na I Parte da *Palestra da oratoria sagrada* (1759), procurando mostrar a superioridade do «método português» e o oportunismo inepto dos que se deslumbravam com essas «imperfeições estrangeiradas», tal como denominava o «método francês» que passava em crivo crítico. Se condena o abuso das agudezas, aceita convictamente que «o que mais chega a deleitar está mais perto do persuadir». Por isso, reconhece a urgência não de substituir, mas de depurar a matriz barroca dos modelos nacionais, superiores às modas francesas. Apesar da diminuta originalidade do seu contributo, o oratoriano Francisco José Freire (Cândido Lusitano), a quem se deve uma primeira «definição clara do conceito de *bom gosto*», concorda nas suas linhas fundamentais, porém em tons moderados, com a censura de Verney, escrevendo na *Illustração critica* (1752) que Portugal se deixara arrastar pela Europa no «uso demasiado de conceitos, as hyperboles, as metaforas pueris, e atrevidas, e outras semelhantes pestes, como são as antiteses verbaes, as paronomasias, os equivocos, &c.». A este testemunho autorizado se apega o arrábido Frei Sebastião de Santo António e, com as suas *Conversações familiares sobre a eloquencia do pulpito* (1762), caldeadas na prática, intenta completar-lhe as *Maximas sobre a arte oratória* (1759) no que respeita à retórica sacra, engrossando as fileiras dos que rejeitam o sermão barroco e dos entusiastas pelo pregar afrancesado. Constate-se de caminho que, de tempos bem mais recuados, a situar ao menos em 1737, data o aparecimento da tradução de *Arte de pregar* de Louis Abelly, bispo de Rodez, devida ao jeronomita Frei Jacinto de São Miguel [Miguel Joachino de Freitas], daí remontando, para não poucos, a notícia de tal modelo concionatório. A letra deste manual advertia sem rebuço que aos dotes naturais do orador cabia elaborar os pensamentos, remetendo-se para a arte «a destreza de os fazer sahir com boa ordem, e ordenar as palavras, para que exprimão perfeitamente, o que imaginamos, e o que queremos, que se imagine» – em suma: «encaminhar a natureza e aperfeiçoalla». Já na vertente final setecentista, a posição do erudito e carismático bispo de Beja, o franciscano D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1724-1814), arauto eminente da reforma de estudos em Portugal, assume um ecletismo contemporizador no que visa a esta controvérsia. Se é antiescolástico militante e um doutrinário ortodoxo, Cenáculo integra-se sem tergiversações «no movimento da simplificação da parenética, desencadeado pela reacção anti-barroca»; e, se repudia a ruptura, esforça-se por incorporar «aqueles elementos que, herdados do método antigo de pregar, se mostravam mais susceptíveis de suavizar a firmeza do racionalismo», como a sua fecunda análise *Memorias historicas do ministerio do pulpito* (1776) de sobejo nos patenteia. O progressivo divórcio da cultura portuguesa da espanhola após a Restauração, a influência transpirenaica e a mentalidade iluminista com a ideia dinâmica da natureza – princípio da ordenação e de simplicidade e clareza da verdade – parecem-nos deverem associar-se ao aproveitamento que a corrente

teorética francesa faz para estiolar a reacção novi-barroca reformista *tout-court* e incentivar os caminhos da renovação da parénese portuguesa no sentido do que havia de mais positivo preconizado pelo «método francês». Aliás, era claro o propósito consentâneo com o novo gosto literário triunfante, a fim de gerar um sermão-tipo que, estrutural e estilisticamente diferente, conservasse, como corrector supletivo, os elementos tidos por válidos e enriquecedores da antiga arte de pregar. A abundância de pregadores que continuou a verificar-se no século XVIII até ao Liberalismo, com sermões publicados ou originais manuscritos identificáveis, cujos púlpitos se estendiam da Capela Real às igrejas conventuais, dos meios urbanos e rurais, da metrópole ao Brasil, comedidos na expressão ou transbordando delírios de agudezas, distribui-se pela cedência ao gosto da época, dominada pelo barroquismo decadente, ou pela procura de um caminho reabilitador da dignidade da oratória sacra. Alguns disfrutaram, ao tempo, de notória nomeada; outros tiveram-na por haverem sido intervenientes de topo na polémica a propósito do método português de pregar e sua renovação. Dentre as várias centenas de cultores da continuidade, agarrados ao maneirismo tradicional, de reformistas ou dos deliberadamente inovadores, relevem-se em sua filiação religiosa institucional: os *eremitas agostinhos* Manuel de Figueiredo (c. 1695-1774), Francisco do Coração de Jesus Cloots Vanzeller (1753-1817); os *beneditinos* Tomás do Sacramento (1671-1747), João de São Boaventura (1690-1734?), Joaquim de Santa Clara Brandão (1740-1818), Vicente da Soledade (1763-1823), arcebispo da Bahia, Joaquim José de Nossa Senhora Pedrosa (1765-?); o *cisterciense* Gabriel Coutinho (1675-1738); os *carmelitas* António da Expectação (1652-1736), Caetano de São José (1657-1745), Ângelo de Santa Maria (1666-1745), Manuel de Madre de Deus de Bulhões (c. 1673-1741), António de Santo Eliseu (1679-1736), João do Sacramento (1684-1737), Luís de Santa Teresa (1696-1757), José Caetano de Sousa (1717-1798), Inácio de São Caetano (1719-1788), confessor de D. Maria I e bispo de Penafiel, Manuel de Santo Ambrósio (1742-1802), José da Expectação (1771-?); os *cónegos regrantes de Santo Agostinho* João Evangelista (1681-1748), Joaquim de Santa Ana Bernardes (1692-1764); os *dominicanos* António de São Domingos (1667-?), José de Jesus Maria (1668-1738), bispo de Patara, António de Guadalupe (c. 1673-1741), bispo do Rio de Janeiro, António do Sacramento (1675-1730?), Manuel da Silveira (1750); os *franciscanos* Fernando da Soledade (1663-1737), Francisco Xavier da Rocha (1683-?), Jorge de Santa Rosa Viterbo (1684-1755), Manuel da Epifania (1712-1768), Francisco de Jesus Maria do Sacramento (1713-1790), Sebastião de Santo António (c. 1721-1784), Francisco de Madre de Deus Pontes (c. 1721-179?), Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1724-1814); os *jeronomitas* José do Nascimento (1731), José Caetano (1670-1746?), José da Conceição (1690-?); os *jesuítas* António Betancourt (1679-1738), José Araújo (1680-1746), Francisco Duarte (1720-?), perseguido por Pombal, em cujo governo a Companhia de Jesus foi extinta; o *lóio* Manuel de Santa Marta Teixeira (1715-1759); os *oratorianos* Diogo Curado (1655-1736), Manuel Monteiro (1667-1758), Manuel Consciência (1682-1739); o *paulista* Francisco de São Luís (c. 1707-?); os *seculares* José Pereira de Lacerda (1661-1738), Francisco Xavier Leitão (1667-1739), João Baptista de Castro (1700-1775), Nicolau Fernandes Colares (1721-1784), José Pegado de Azevedo (1726-1756), Joaquim Franco Araújo Freire Barbosa (177?-1807/1812); os *teatinos* Rafael Bluteau (1638-1734), Manuel Caetano de Sousa (1658-1734), Manuel do Tojal e Silva (1670-1738), José Barbosa (1674-1750), Caetano de Gouveia Pacheco (1696-1768), Tomás Caetano do Bem (1718-1797). A figura do oratoriano Teodoro de Almeida (1722-1804), pregador da Ilustração e também missionário rural – formado na vigência do padrão concionatório tradicionalista, mas bem depressa em sintonia com o afrancesado na sua propensão para o rigor científico e exigência racional na argumentação conducente a mover o auditório à aceitação das verdades divinas como certezas irrevogáveis em que se apoiava a prática cristã –, reveste-se de um perfil paradigmático na nossa parenética da viragem do século.

III. Época Contemporânea: O vínculo institucional entre o Trono e o Altar, ou seja, a Igreja e o Estado, que se manteve, apesar de conflitos de natureza e motivações diversas, no decurso das idades precedentes, irá sofrer uma transformação profunda, a partir das invasões francesas e, sobretudo, da implantação do liberalismo* cujo pendor maçónico transparecerá, em 1834, no decreto da expulsão das ordens religiosas (*v.* CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS). O novo regime inicia medidas atinentes à reforma da Igreja e às carências abertas pela falta do clero regular* que não deixam de ser vistas como anti-religiosas. Começa a faltar aos párocos, particularmente rurais, um apoio que na pregação se tornará grave, e mais durante os anos imediatos de guerra civil, afectando a administração eclesiástica e a prática religiosa. A extinção das ordens religiosas repercute-se no domínio da cultura e da formação do clero. Arrastada a dar o aval da legitimidade ao regime político, o estrato eclesiástico vê-se envolvido em divisionismos partidários irredutíveis. O avanço do racionalismo positivista, da irreligiosidade e da secularização* abrem frentes de luta e exigências de reajustamento do país católico, na hora de revoluções europeias e ataques radicais ao magistério e autoridade do Papa de que a sociedade portuguesa não pode nem consegue alhear-se. Por força da legislação relativa à liberdade de culto, tornam-se inevitáveis, no país e ultramar, como reflexo dos ventos que sopravam no velho continente, a progressiva difusão e o proselitismo das confissões protestantes (*v.* PROTESTANTISMO). A normalização das relações com a Santa Sé e a assinatura da Concordata de 1848, com a crescente tolerância ao regresso das ordens religiosas, longe de abaterem a acuidade da questão religiosa no país, mas fizeram sentir o frágil equilíbrio entre os dois poderes: o civil e o religioso, de quem este sempre em muito dependeria. É possível, contudo, reconhecer-se em tais contextos a prevalência da tradicional linha, relativa à pregação *ordinária* e de *circunstância*, seguindo o calendário litúrgico, e uma parenética de teor apologético chamada a intervir em eventos e

diferendos emergentes na longa duração de dois séculos. Em época de predomínio da imprensa* como meio de comunicação (*v.* MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL), não poucos pregadores com acção relevante no púlpito e jus a merecido destaque deixaram publicada obra oratória, em peças avulsas e colectâneas afins, a que se dará a esta brevíssima síntese possível pormenorização. *1. Oratória oitocentista*: A clivagem aberta oficialmente pela Constituição liberal de 1822 e a Carta Constitucional de 1826, a resistência oferecida pelo miguelismo triunfante em 1828 com a sua queda militar em 1834 e consequente sucesso do regime liberal com inevitáveis conflitos partidários, guerrilhas e alinhamentos políticos irredutíveis, acentuaram a divisão do clero em duas tendências que encarniçadamente se digladiavam. A facção ultramontana exercia acentuada influência, mais significativa no Norte e Centro do país. Havia em 1837 ao serviço paroquial 4048 sacerdotes, que cobriam as 4028 freguesias do continente; e mesmo que, no meado do século XIX, o número destas diminuísse em 203, contando Braga 1270, enquanto Coimbra se ficava por 282, Évora em 145 e por 289 o patriarcado. Aos sacerdotes com cura de almas deve juntar-se, é certo, apreciável contingente de religiosos egressos que exerciam o ministério sacerdotal. Poderá desta forma avaliar-se a força que representaria a actividade do púlpito, compreendendo o anúncio da palavra na homilia dominical e dias santificados e como se manifestaria a conflituosidade referida num país política e religiosamente bipolarizado em simpatias absolutistas e liberais (*v.* IGREJA E ESTADO. ÉPOCA CONTEMPORÂNEA). Bastará atender que o vigário capitular de Évora, escrevendo em 1835 ao governo, advertia resultar da aplicação de um diploma que previa a exoneração dos párocos miguelistas ficarem «sem Pastor mais de metade» das freguesias daquele arcebispado. Notáveis oradores se distinguiram em ambos os campos onde quase sempre actuavam também pela pena, deixando obra oratória impressa. Refiram-se entre os primeiros: o polémico, eloquente e emotivo padre José Agostinho de Macedo (1761-1833) que chegou a reunir na igreja dos Mártires 5000 ouvintes, e a pregar em acção de graças pela retirada das tropas de Junot em 1808, para cima de 40 vezes, em quase todos os templos da capital; D. Frei Fortunato de São Boaventura (1766-1845), polemista acutilante e arcebispo de Évora; D. Frei Joaquim de Nazaré (1776--1851), prelado de Coimbra, e D. Francisco Alexandre Lobo (1763-1844), lente e bispo de Viseu que sobre a teoria oratória escreveu o opúsculo *Oração, orador e suas funções*; José Inácio Roquette (1801--1880?), frade franciscano e miguelista moderado que esteve exilado em Londres e Paris onde veio a ser coadjutor da freguesia de São Paulo e entregar-se ao exercício da pregação. Gramático e literato de renome, o cardeal D. Guilherme convenceu-o a regressar e nomeou-o professor no Seminário Patriarcal da aula de Eloquência, tendo publicado em França, em 1857, ano da morte do patriarca, o seu *Manual da eloquência sagrada, para uso dos seminarios e dos eclesiasticos que começam a exercer o ministerio do pulpito*, de que se serviram gerações várias até aos primórdios de Novecentos. Na notícia que lhe consagrou datada de 1860, Inocêncio (vol. 4, p. 377) referia que conservava «em seu poder ineditos muitos sermões, e homilias de que a maior parte foi composta em francez, e prégada nas egrejas de Pariz; alguns dos quais se propõe traduzir, para assim completar um curso especial de pregação, exemplificativo das regras que estabeleceu no *Manual de eloquência sagrada*». Dos segundos, apontam-se: D. Frei Francisco de São Luís (1766-1845), que foi polígrafo de alto merecimento e cardeal patriarca de Lisboa; o beneditino D. Frei Vicente da Soledade e Castro (1763--1823), arcebispo da Bahia e primeiro presidente do Parlamento português; D. Frei Joaquim de Santa Clara Brandão (1740-1818), catedrático da Universidade de Coimbra e arcebispo de Évora; D. António Alves Martins (1808-1882), cavaleiro professo da Ordem de Avis, bispo de Viseu e parlamentar, alvo de acérrimos ataques ultramontanos; D. José Luís Alves Feijó (1816-1874), bispo de Bragança, egresso da Ordem da Santíssima Trindade e formado em Direito pela Universidade de Coimbra foi advogado e notável orador sacro, tendo pregado em 1854 o elogio fúnebre de D. Maria II. A celebração de exéquias de pessoas régias e personalidades de relevo no campo da benemerência e cultura, dando ensejo a convidar oradores de nomeada, permite referenciar nomes e sermões que eram dados ao prelo. Sendo o aniversário fúnebre de D. Pedro IV objecto de uma cerimó-

Padre José Agostinho de Macedo, *gravura em cobre, de D. J. da Silva a partir da pintura de Henrique José da Silva.*

nia litúrgica com a presença das autoridades da cidade do Porto, subiram ao púlpito da igreja da Lapa, entre 1835 e 1889, os seguintes pregadores: Joaquim de Santa Clara Sousa Pinto (1841); Domingos da Soledade Sillos (1843, 1844, 1845), António de Ascensão e Oliveira (1856), José Vieira e Sousa (1857, 1858), Joaquim Alves Mateus (1860), Augusto César da Cunha Menezes (1862, 1865, 1871), António José Pereira Leite Júnior (1863), Manuel Ribeiro de Figueiredo (1867, 1879), José Rodrigues Pinto Portela (1873), Francisco José Patrício (1874), António de Almeida Cotta (1889). Mas outros oradores que pela sua eloquência congregavam numerosos auditórios também se inscrevem neste discurso sacro-funerário oitocentista: Francisco Rafael de Oliveira Malhão (exéquias do conde de Barbacena, 1854); Francisco António Rodrigues de Azevedo (1811-1897), lente da Faculdade de Teologia de Coimbra (D. João III no aniversário de 1853, Francisco Manuel do Nascimento [Filinto Elísio], 1856, padre José Vicente Gomes de Moura 1859, D. Pedro V, 1861, D. Miguel de Bragança, 1867); Carlos João Rademaker, jesuíta, orador do elogio fúnebre no trigésimo dia da morte do irmão do marquês da Fronteira, general D. Carlos de Mascarenhas, em 1861; Alves Mendes (D. Pedro V, 1861, José Relvas, 1887, Fontes Pereira de Melo, 1887, Alexandre Herculano, 1887); António Cândido (duque de Loulé, 1875, Alexandre Herculano, 1877, D. Maria da Conceição P. da Silva Forjaz e Menezes, 1879); Francisco Santos Donato (1882), lente de Coimbra (D. Pedro V, 1862); Damásio Jacinto Fragoso (1898), catedrático de Teologia (D. João III, 1874); António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (1860-1941), titular de Teologia (D. João III); Francisco Martins (1848-1916), director da Biblioteca da Universidade de Coimbra (D. Luís, 1889); José Maria dos Reis (1831-1889), exéquias (D. Pedro V, 1867). Considerada, a era de Oitocentos, uma época de crise religiosa, em que incredulidade, agnosticismo* e filosofismo, num fervilhar de sistemas agressivos, assediam a Igreja Católica, a pregação, tomando um cunho apologético, regista nomeadamente em Coimbra, através de docentes da Faculdade de Teologia, uma presença de assinalar. Alvos visados são o racionalismo que, na esteira do iluminismo* setecentista, assume uma posição ateísta e o cientismo que preconiza o advento de um novo humanismo. A oratória católica combate-os, apostada em demonstrar que não existe irredutibilidade entre a razão e fé, nem serem inconciliáveis ciência* e religião*. O bracarense Doutor Luís Maria da Silva Ramos (1841-1921), professor do Seminário de Braga e director da Faculdade de Teologia de Coimbra, pregou na sé catedral um sermão sobre *A divindade de Jesus Christo* (1876); António Garcia Ribeiro de Vasconcelos proferiu na capela da Universidade de Coimbra as conferências *Sciencia e fé* (1887), *Realeza de Jesus Cristo* (1889), *Religião e sciencia* (1899). Permeável ao doutrinarismo apologético do espanhol Jaime Balmes parece ser, com alguns mestres coimbrãos, o Doutor Manuel Eduardo da Motta Veiga (1831-1879) que nas *Conferências religiosas* (1874), recitadas na Sé de Coimbra nos domingos da Quaresma, alveja ideais «humanistas e sociais irreligiosos, desvairados e funestos». Outra colectânea de conferências quaresmais («A existência de Deus e o pantheismo, A espiritualidade da alma e o materialismo, A fé e o racionalismo, A liberdade e o princípio da autoridade»), proferidas no mesmo púlpito em 1891 pelo cónego Joaquim dos Santos Abranches, tocam princípios e valores que o autor intitula *Questões fundamentais* por considerá-los «a base indispensável para a solução de todos os problemas que agitam a sociedade». Falecido nos inícios oitocentistas, o franciscano Frei Alexandre do Espírito Santo Palhares (1749-1811), com uma estrutura de discurso classicisante, em particular de inspiração vieirense, autorizado por sua vida austera, subiu aos púlpitos de Lisboa e Centro do país, de Coimbra a Leiria, escutado por auditórios urbanos e universitários, não recuando na denúncia de injustiças e desmandos governativos. Em dois tomos, foi publicada postumamente, em 1855-1856, uma sua colectânea com 36 sermões de acento panegírico, moralista e apologético. Por sua vez o maior orador apologeta do século foi, por certo, o padre José Joaquim de Sena Freitas (1840-1913), açoreano, missionário lazarista infatigável polemista e escritor fecundo, que deixou dezenas de sermões reunidos em *No presbitério e no templo* (2 vol., 1874) e *A palavra do semeador* (3 vol., 1905-1907). O regime parlamentar vigente até às duas primeiras décadas do século XX trouxe à oratória portuguesa o tom emotivo e vibrante do pleitear na arena política em que os tribunos discutiam causas civis e questões religiosas de momentosa importância, mas onde as ideias e a verdade cediam frequentemente à demagogia sectária, a propósito, por exemplo, de progresso, humanidade e liberdade, ao empolamento frásico, ao brilho das imagens, à sedução da voz que subjugavam auditórios heterogéneos. A retórica sacra não resistiu ao contágio e alguns pregadores às armadilhas da eloquência do púlpito, declamando autênticas peças literárias apreciadas pelo seu recorte estilístico a que a oralidade transfigurava. A mediocridade, porém, obviamente pontificava, a ponto do padre Lopes de Melo, ao comentar de forma elogiosa os sermões proferidos na Sé de Coimbra, na Quaresma e tempo pascal de 1901, escrever: «Abundam em Portugal os pregadores na quantidade, que não infelizmente na qualidade. Prega-se muito, mas prega-se mal, com poucas numerosas excepções (...). Abusa-se da linguagem florida, compõe-se ramalhetes mais ou menos matizados e odoríferos, alinham-se em ordem de batalha os tropos exaustos de tanta manobra oratória, fala-se de muitas coisas modernas e acutilantes das quais se procura extrair deslumbramentos que apenas servem para encher vaidades e não para patentear a maior glória de Deus e conquistar almas para Ele...» (*Trindade*, 326). A par dessa oratória política de Oitocentos e de alguns de seus indiscutíveis paradigmas, merecem destaque na eloquência sagrada: padre José Maria dos Reis (1831-1889), natural de Estombar e pároco da diocese do Algarve, nomeadamente em Vaqueiros, de grande inteligência e aptidão para o púlpito, colaborador na imprensa algarvia, latinista reputado, deixou publicados, em 1865 e 1867, *Sermões do padre José Maria dos* Reis, editados em

Lisboa; Joaquim Alves Mateus (1835-1903), cónego da Sé de Angra e Braga, onde foi professor do seminário, pregador das grandes ocorrências festivas e fúnebres do seu tempo, com vários sermões publicados em folhetos; António Alves Mendes da Silva Ribeiro (1838-1904), doutor em Teologia, membro do cabido portuense e professor de eloquência sagrada e de pastoral no seminário diocesano, de um invulgar verbalismo metafórico que antepunha a forma à ideia e, segundo Mendes dos Remédios, «mais burilador de frases e joalheiro da linguagem que orador sacro», com sermões avulsos e dois volumes de *Orações e discursos* (1906) publicados; padre Francisco José Patrício (1850-1911), aluno do Seminário do Porto, pároco de Paranhos, deputado regenador, jornalista, cónego da Sé de Lisboa, orador sagrado e pregador régio, subiu ao púlpito de muitas igrejas do país inteiro, arrastando pela fama da sua eloquência auditórios numerosos. Das cerca de 2000 de suas notáveis peças oratórias, sairam impressos três volumes de *Trabalhos oratórios, sermões e discursos* (1904), com algumas orações fúnebres e gratulatórias. António Cândido Ribeiro da Costa (1852-1922), lente de Teologia na Universidade de Coimbra, académico, deputado e ministro do reino, orador de privilegiados recursos, considerado glória nacional no domínio da palavra, deixou impressa a colectânea *Orações fúnebres* (1880). *2. Figuras do episcopado no século XIX:* Com uma relevante actividade apostólica no púlpito a partir da ordenação, há figuras prestigiantes do episcopado a assinalar no ministério do púlpito ao longo do século XIX, que intervieram em momentos difíceis por que atravessou o país e se viveram em suas dioceses, prolongando também na escrita o que na oratória difundiram: D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa (1810-1888), egresso franciscano, lente de Teologia em Coimbra, arcebispo de Goa e Braga, com uma actuação de relevo e polémica, na pastoral* e na política, que, além da publicação de três tomos das suas *Obras* (1882, 1887, 1888), deixou inéditos seis volumes de sermões (mistérios de Cristo e da Virgem, ascéticos, panegíricos de santos, doutrinários, morais, assuntos de circunstância), de grande singeleza estrutural, ausência de empolamentos retóricos, de metáforas e expressões enfáticas, de teor sentencioso e escasso recurso à citação bíblica e patrística, de preferente exemplário histórico face ao hagiográfico; D. Manuel Correia de Bastos Pina (1830-1913), nascido em Carregosa, concelho de Oliveira de Azeméis, doutor em Direito e Teologia por Coimbra de que foi bispo a partir de 1870, sensível às causas sociais atinentes à miséria e à saúde pública, relacionado com a Casa Real e sobremaneira com a rainha D. Amélia, sofreu o efeito das lutas partidárias, a crise da Faculdade de Teologia, a perseguição da I República, tendo deixado numerosas pastorais e algumas alocuções; D. Américo Ferreira dos Santos Silva (1830-1899), natural do Porto, doutor pela Faculdade de Teologia de Coimbra, professor e vice-reitor do Seminário de Santarém, cónego da Sé Patriarcal, bispo de sua cidade berço (1871), cardeal em 1879, publicou no ano anterior uma doutrinária e extensa pastoral sobre o protestantismo que fazia grandes progressos em terra portuense. Ligado à família real e confessor do príncipe D. Afonso, irmão de D. Carlos, seguiu a repercussão do Ultimato que deu origem a fortíssima reacção patriótica no Norte e à revolta de 31 de Janeiro, tendo em circunstâncias diversas, sociais e religiosas, proferido alocuções várias reunidas em dois volumes póstumos. O controverso D. António Aires Gouveia (1828-1916), doutor em Teologia e bispo do Algarve e arcebispo titular de Calcedónia, pregador mais próximo da oratória profana e empolada da época, visando o agrado do público pelo brilho da eloquência, deixou sermões vários publicados entre 1875 e 1909 no Porto onde alguns foram proferidos. Deve juntar-se-lhe, embora sem texto impresso conhecido o padre Henrique Ribeiro Ferreira Coelho (1836-1898), abade de Silgueiros, diocese de Viseu*, muito assíduo no púlpito tripeiro, irmão do poeta Tomás Ribeiro, que «foi, segundo Sampaio Bruno (p. 318), um pregador de tom moderno, à Lacordaire e Loyson, como quando, na festividade da Senhora das Dôres, nos Congregados do Porto, em um sermão que impressionou, se referiu à ingratidão de Bernardotte e fez vibrar o auditório de romanescas e modernas emoções». Tendo trocado o grémio católico pela Igreja Evangélica Reformada, insere-se no elenco dos sacerdotes que apostataram no século XIX e eram pregadores, como o também estimado orador nortenho Guilherme Dias da Cunha (1844?-1907); Joaquim dos Santos Figueiredo, vigário de Santa Cruz de Coimbra; António Ferreira de Miranda (1894), João Joaquim da Costa Almeida (1825-1897), José Nunes Chaves (1828-1893), António do Prado de Sousa Lacerda (1863-?). *3. Apostolado militante e missões populares:* O aparecimento em 1843 da Sociedade Católica Promotora da Moral Evangélica na Monarquia Portuguesa (*v.* SOCIEDADE CATÓLICA) que perdurou durante dez anos, corresponde a uma séria tentativa, após a revolução liberal, para organizar o apostolado militante, partindo, como o seu historiador Manuel Clemente (p. 18) larga e rigorosamente demonstra, da consciência da distinção entre a Igreja e a sociedade cuja reevangelização urgia, da importância premente da colaboração do laicado, da delimitação entre os objectivos político-partidários, em momento de ofensiva legitimista, e religioso-pastorais. A laicização era um facto na defesa da vida individual e pública, assumida por voluntária escolha (*v.* LAICIDADE). O afastamento compulsivo do congreganismo* que contrariava as opções pessoais livres ao exigir os votos de obediência, castidade e pobreza e ao vincular a conduta dos religiosos à sujeição de superiores estrangeiros e ao poder universal do papado. O clero secular* sentia-se espartilhado pela dependência da vontade dos governantes, a fim de manter a própria sustentação, e nem culturalmente se mostrava preparado para entrar num campo de luta, aliás cheio de escolhos. Aponta-se, de resto, uma diminuição de efectivos, desde 1820 a 1840, de cerca de 24 para 10 milhares de sacerdotes seculares, a que se juntaram, é certo, uma bem módica quantidade de frades egressos. Neste contexto, a Sociedade Católica, que trouxe ainda maiores divisões ao seio do episcopado ao pretender um paradigma diferente para o trabalho

D. Manuel de Bastos Pina. *In* O bispo de Coimbra D. Manuel Correia de Bastos Pina, *de A. Jesus Ramos, 1995 (Lisboa, Biblioteca do Palácio Galveias).*

pastoral da evangelização, reconheceu a necessidade de haver eclesiásticos que «preguem sem temor à política, que não vejam diante de si reis nem plebeus, mas só justos e pecadores, vícios e virtudes, para louvar uns e vituperar outros». Se escasseavam as escolas e seminários* para instruir e formar capazmente, via-se a concominante falta de missões internas* já por carência de recursos materiais para retribuir esses pregadores itinerantes, já ainda por irem rareando padres idóneos para uma tarefa reconhecidamente eficaz por uma multi-secular tradição. Por isso, considerou a Sociedade Católica logo desde 1844 como uma de suas maiores iniciativas fomentar nos meios urbanos e rurais novas missões, a que acorreram, como em Mafra, multidões de ouvintes. Escrevia a propósito um relator coevo: «Daqui se pode ver o quanto a Religião Cristã está gravada no coração de todos os Portugueses, e o quanto seria útil, que todas Freguesias deste Reino tivessem uma missão para trazer os povos à observância da Religião e de caminho à observância das leis civis» (*Ibidem*, p. 171). É curioso que se presentia estar o caminho da pacificação da sociedade portuguesa e da inerente consolidação do regime liberal nesta via com decisiva influência sobre a população. Por Mafra andaram Frei Inácio da Purificação e Frei Francisco das Chagas, exclaustrados zelosos. Em Lisboa a missão, com as suas usuais componentes de pregações, confissões e comunhão geral, foi dirigida pelo padre José Constantino Alves do Vale, tendo por activos colaboradores os padres José Maria Ferrão, capelão do mosteiro de Chelas, Gregório Sales Pinto, capelão da Santa Casa de Misericórdia, José do Menino Jesus, coofundador da dita Sociedade, sublinhando o relator Francisco do Rosário e Melo, pároco de São Nicolau, que o povo não fora «atraído pela nobreza; esta, disfarçando sua alta jerarquia, se confundia com o mesmo povo»; nem pelas dignidades que se não distinguiam por haver recusado os lugares reservados; nem pelos ricos que aí não luziam pela ostentação, pois que «tudo era só povo». Nem sequer havia faltado o recurso à música e ao aproveitamento de uma encenação expressiva, na sequência do que era costume, pois um dos pregadores, o padre Constantino, «com o melhor artifício oratório arrebatou à contemplação dos três objectos, que estavam à vista. – No Trono um Deus de Majestade patente, e manifesto aos olhos da nossa fé. – No altar um Santo (S. Nicolau), que defendeu a sua divindade, e sustentou o seu culto. – E no pavimento um povo convertido, e preparado para receber o penhor da vida eterna» (*Ibidem*, p. 172-174). Neste sentido, aparecerá na arquidiocese de Braga* no decénio de 1850 uma frente missionária da responsabilidade do padre Manuel José Gonçalves do Couto (1819-1897), presbítero secular e autor da célebre *Missão abreviada*, aparecida em 1859 «para despertar os descuidados, converter os pecadores, e sustentar os fructos das missões», de filiação jacobeia*, muito próxima da moral e espiritualidade de coloração jansenista (*v.* JANSENISMO), na visão antropológica pessimista e ética de extremo rigorismo. Até em 1904, a obra, que servia para a oração mental, teve extraordinária difusão, pois atingiu uma tiragem global de cerca de 116 000 exemplares, com 16 edições, sendo tal cifra deveras impressionante. O padre Couto, transmontano do concelho de Vila Pouca de Aguiar, andou a pregar incansavelmente na companhia do egresso carmelita Frei Manuel da Madre de Deus (1806-?) missões populares nas terras de Chaves, Montalegre e Lamego e nas minhotas de Terras de Bouro, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso e Braga, insistindo na temática dos fins últimos do homem, na fealdade do pecado, no temor do inferno e de Deus, na eficácia da oração, do sacramento da penitência, na morigeração dos costumes, na modéstia e pureza, na resistência às tentações diabólicas, na comunhão frequente. O Norte era um foco duro da resistência à nova ordem política constitucional, assente na religiosidade das populações crédulas e manipuladas (*v.* TRADICIONALISMO). Camilo retrata sociologica e psicologicamente esta mentalidade pietista nas páginas realistas de *A brasileira de Prazins* (1882), onde faz uma caracterização pícara destes missionários apostólicos, filão explorado com severos e satíricos ressaibos crí-

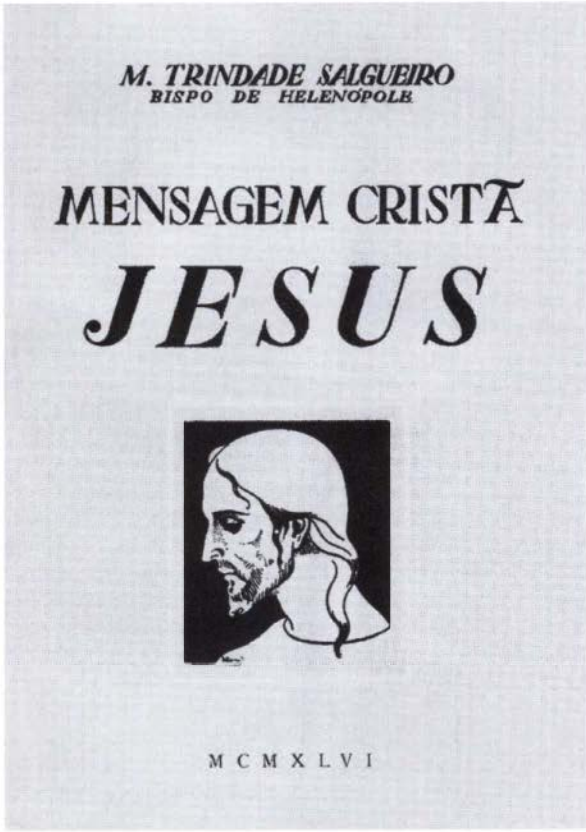
ticos por escritores oitocentistas, como Júlio Dinis em *A Morgadinha dos Canaviais* [1868]. Quando acontecia de se verificar estes efeitos lamentáveis, as autoridades eclesiásticas não deixariam de prestar-lhes atenção, como se pode ver pelo ofício enviado em 1877 aos párocos de Álvares e Pedrogão, por D. Manuel Correia de Bastos Pina, bispo de Coimbra. Com efeito, o prelado, tendo-se apercebido numa visita pastoral andarem alguns fiéis um tanto «aterrados com as missões a que tinham ido assitir na igreja vizinha, do bispado da Guarda», dava-lhes conta de uma informação recebida que, «em resultado da exageração que se notava nas doutrinas que ali se pregavam, e da impressão que estas causavam naqueles povos simples e muito religiosos, algumas pessoas, especialmente do sexo feminino, andavam com a razão muito perturbada, e que outras tinham cortado o cabelo, e adoptado um certo desapego das coisas do mundo muito prejudicial à família e à sociedade» (Ramos – *O bispo*, 144). Abrangendo, porém, todo o país e os Açores, na segunda metade do século, foi a actividade do jesuíta Carlos João Rademaker (1828-1885), tido pelo mais celebrado pregador do seu tempo mercê do seu zelo, dom oratório, colorido verbal e domínio de grandes auditórios, bem característica desta pregação popular. No quarto de século duma itinerância apostólica acompanharam-nos os padres José Guerreiro, João Rebelo e José da Fonseca Matos, visando males sociais e incrementando a devoção religiosa. Para assegurar a perseverança, deixavam, sempre que possível, nas terras a Associação das Filhas de Maria para mulheres e a devoção de Cristo Agonizante para homens. Incrementavam também a catequese das crianças e, em grandes centros, alguma obra de recuperação de jovens caídas na prostituição. O padre Rademaker, que limava a linguagem em Vieira e Manuel Bernardes e deixou vários sermões impressos, «foi, segundo Ambrósio de Pina (p. 146) um orador típico do século XIX que tratou (a Imaculada Conceição, a Infalibilidade Pontifícia, o Poder temporal do Papa), pelo tom apologético, pela vibração patética, pelo nacionalismo histórico» e pela apaixonada defesa da Igreja que via perseguida. Em 1871, na grande peregrinação* de 25 de Junho ao Sameiro (*v.* SANTUÁRIOS), no auge da «Questão Romana», falou sobre o tema actual da soberania do Sumo Pontífice, perante cerca de 60 000 pessoas, defendendo que o Papa tinha poder para ser independente, como os católicos desejavam, e também livre, sobretudo os portugueses, por haver sido o Papa quem primeiro reconheceu a independência do reino luso (*Ibidem*, p. 145). No púlpito e pela pena mereceu-lhe o protestantismo que avançava pelo país e o liberalismo um aceso combate. Acentue-se que este trabalho das missões populares, a que se dedicavam outras congregações religiosas como lazaristas (*v.* VICENTINOS) e franciscanos*, estes com relevante e fecunda actuação, como vê no caso paradigmático de Frei José da Assunção Rolim, continua no século XX. O arcebispo primaz D. Manuel Vieira de Matos dedicou-lhe, em 1922, uma pastoral e, ao recordar as suas finalidades, realça entre os resultados obtidos a mudança operada nas famílias e povoações, e lamenta que o sectarismo político se lhes mostre cego, afirmando que só a Igreja pode curar os males de que enferma a sociedade pois, «Senhora dos ricos e dos operários sabe inspirar aos primeiros o amor e a compaixão para com os segundos, e levar êstes à convicção de que são grandes apesar da sua pobreza, colocando-os a par de Jesus Cristo que também foi um operário pobre». A referência que faz aos protestantes não diverge dessa mentalidade inspiradora. O regresso das ordens religiosas, em pleno no governo do Estado Novo, trouxe o incremento desta actividade pastoral, havendo a assinalar o labor dos capuchinhos, como foi o caso de Frei Mateus Maria do Souto (1911-?), autor de *Verdade e luz* (1948/1952) que, como sugere, melhor se chamaria «Album de Recordações», pois lhe lembrava os esquemas elaborados nas muitas freguesias onde pregara. Trata-se de uma espécie de florilégio em dois volumes repleto de ideias, breves textos, citações e exemplos para sermões e práticas, ao longo de todos os domingos e dias santos, bem como para a pregação extraordinária, contemplando ainda os temas de obrigatório tratamento numa missão popular. *4. A pregação novecentista:* A Associação de Pregadores instituída na diocese de Braga, em 1917, empenhada no combate à ignorância religiosa e no atendimento das necessidades espirituais dos fiéis, em colaboração estreita com os párocos e a ajuda de numerosos auxiliares do clero secular e alguns do religioso, apesar do reduzido número de membros de que dava conta em 1922, em relatório firmado pelo director, cónego Luís António de Almeida, informava que só os sócios haviam já pregado: 47 missões, 75 novenas e 422 tríduos e 4670 sermões e práticas no vastíssimo arcebispado que, então, ainda englobava o território do futuro bispado de Vila Real, sublinhando que cerca de 800 pregações haviam sido feitas de modo gracioso. Relativamente, porém, ao ano de 1921 os números rezavam: 28 missões de 15 dias, sendo gratuitas três; novenas 34 e oito gratuitas, tríduos 115 e 22 gratuitos; sermões e práticas 1550 e 280 gratuitas. Os sócios inscritos chegaram a ser 73, mas se à efectividade, na altura, pertencessem 51, a associação apenas se podia valer de quatro ou cinco para cumprir «as determinações do Direito Canónico* que impõe aos párocos a obrigação de uma missão permanente pelo menos de dez em dez anos». Mostrava-se, mesmo assim, bem activa a associação bracarense, pois em Abril de 1922 realizara um congresso de pregadores que, entre as oito conclusões aprovadas, se destacavam: a obrigação do envio à cúria diocesana de «um pequeno relato sobre os resultados da missão»; «a necessidade de uma formação especial, completa quanto possível dos sócios»; a exortação para «aproveitarem o exercício da pregação para ilucidar os párocos e os fiéis ácerca da organização e funcionamento das Obras Católicas da Arquidiocese, nomeadamente sobre as menos vulgarizadas, como as de acção social-religiosa, as Conferências de S. Vicente de Paulo, etc.» (*v.* CATOLICISMO SOCIAL; CONFERÊNCIAS VICENTINAS); a recomendação para a consagração ao Coração de Jesus no dia próprio, e também à Imaculada Conceição na sua festa, bem como a entronização do Coração de Jesus nas famílias e a criação da associa-

ção juvenil da reparação nacional. O caso de Braga não deveria, por certo, ser único no país (*v.* MOVIMENTOS ECLESIAIS CONTEMPORÂNEOS). A oratória fúnebre novecentista é um subgénero sempre de atender pelas sensibilidades que a animam dentro de uma pregação de circunstância onde se reflectem personalidades que intervieram na construção de uma história civil e religiosa. O padre Sena Freitas pregou em Setúbal em 1903 a oração fúnebre de Leão XIII; o padre Correia Pinto pronunciou os sermões funerais de D. Carlos e do príncipe real D. Luís Filipe, dos papas Bento XV e Pio XI, do cardeal D. Américo, de D. António Barroso, de José Luciano de Castro, de Alexandre Cabral, de João Franco, de Sidónio Pais, de E. Vieira de Castro, de Adriano Bandeira, de António da Silva Marinho, do abade Moreira Freire e da trasladação, para o panteão de São Vicente de Fora, de D. Manuel II; padre Manuel José dos Santos Farinha, as orações fúnebres de D. Pedro II, imperador do Brasil, da rainha D. Maria Pia (1911) e do papa Bento XV (1922); padre Donaciano de Abreu Freire, nas exéquias, no Porto, de D. Manuel II; D. Manuel Mendes da Conceição Santos, nas de D. Manuel Vieira de Matos, arcebispo de Braga (1932); D. Manuel Trindade Salgueiro, as orações funerais de D. Manuel Luís Coelho da Silva, bispo de Coimbra (1936), rainha D. Amélia (1951), D. Marcelino Franco (1956), Pio XII (1958), João XXIII (1963); padre João Ferreira Fontes, nas exéquias em Guimarães de D. Manuel Vieira de Matos (1932), cónego Bernardo Chouzal, a oração fúnebre do rei D. Carlos e D. Luís Filipe na Misericórdia de Viana do Castelo (1908), publicada com um prefácio de Fialho de Almeida, a de Bento XV em Braga (1922) e a de D. Manuel II, em Lisboa, na igreja de São Vicente de Fora; D. Frei Francisco Rendeiro, as orações fúnebres do arcebispo D. Manuel Mendes da Conceição Santos e de D. José Alves Correia, bispo de Leiria, e D. João Evangelista Lima Vidal, bispo de Aveiro; padre Alberto da Rocha Martins, *Palavras de saudade*, discurso fúnebre da rainha D. Amélia (1960); padre Benjamim Salgado, oração fúnebre nas exéquias do poeta António Correia de Oliveira; D. Francisco Maria da Silva, as orações fúnebres de D. António Martins Júnior, arcebispo de Braga (1964), e de Manuel Mendes da Conceição Santos, no centenário do nascimento (1978); padre Domingos Maurício Gomes dos Santos, oração fúnebre na trasladação de D. Miguel e D. Adelaide (1967). Seguindo a evolução da oratória sacra coeva, o papa Leão XIII ordenou o envio de uma «Carta circular (1894) sobre a pregação» aos bispos e superiores dos religiosos de Itália onde se afirma que, ao tempo, esta era frequentemente «despresada, ou pelo menos estéril e infrutífera», urgindo pôr termo aos abusos e extirpá-los. A advertência cabia, ao que se sabe, também a Portugal, em que as causas e remédios indicados tinham perfeito cabimento. Por sua vez, o Código do Direito Canónico, promulgado em 1917 lembra que os aspirantes ao sacerdócio deviam ter no seu currículo de estudos teológicos um curso de eloquência sacra. Nesse mesmo ano o papa Bento XV, através da Congregação Consistorial decreta normas para a pregação, insistindo na formação do clero na arte de pregar «santa e salutarmente»; no conhecimento dos géneros parenéticos; na atitude gestual no púlpito. A hierarquia portuguesa acatou esta directiva e seu espírito, como se vê, por exemplo, no Sínodo Diocesano de Braga de 1918 (artigos 657--673) que destaca o problema da habilitação, da licença e da obrigação de pregar; e no Concílio Plenário Português* celebrado em 1926 e promulgado em 1929, onde se chama a atenção (tit. VI, cap. I a VI), entre outros pontos, para o dever de pregar, os sermões e as santas missões. Em todo este contexto, com reflexos por certo na prática, se poderá ver que data de 1903 o tratado de oratória do jesuíta Luís Gonzaga Cabral, metodicamente conseguido em sua finalidade, intitulado *Vieira pregador*, que teve em 1936 nova edição. E logo três anos depois surgiu, da autoria do professor de Teologia do Seminário do Porto, padre António Ferreira Pinto, *Elementos de eloquência sagrada*, de fôlego mais modesto, como compêndio para os alunos teólogos, recomendado a quem se dedicasse ou aspirasse ao ministério do púlpito, que logo em 1909 foi reeditado. Em Coimbra, o então Doutor Manuel Trindade Salgueiro publicou *Apontamentos de oratória sagrada* (1929) para os seminaristas teólogos da diocese. Por sua vez, o jesuíta José de Oliveira Dias (1891-1962), antigo professor de oratória sacra no Seminário Conciliar de Braga, publicou *Elementos de arte concionatória* (1935) que, em segunda edição melhorada de 1948, saiu sob o título de *Novo Curso de Oratória Sagrada*, a fim de servir para aprendizagem dos discentes da cadeira, e também em outras casas de ensino eclesiástico. Será de aceitar, por isso, que as preceptivas hierárquicas, por tais meios aplicadas, viessem a reflectir-se na pregação do clero, sobretudo secular, de cujas fileiras saíram, ao longo do século findo, uma plêiade de notáveis oradores sagrados.

5. Figuras do episcopado no século XX: No episcopado do século XX, emergem como pregadores, com actividade parenética antes da ordenação episcopal, sermões impressos e pastorais que eram obrigatoriamente lidas e explicadas no âmbito diocesano, por altura da homilia das missas de preceito, alguns prelados de obrigatória referência. D. António Mendes Belo (1842-1929) nasceu em Gouveia, aluno do Seminário de Coimbra, tirou na Universidade o curso de Direito. Advogado na terra natal e professor do liceu do Funchal, foi bispo do Algarve (1884), patriarca de Lisboa (1907) e cardeal (1914). Sofreu duramente com a implantação da República. Intercedeu junto do poder político por uma amnistia para os presos implicados na revolução monárquica do Porto de 1919 e na revolução sangrenta de Lisboa de 19 de Outubro, tendo enviado no ano anterior uma mensagem ao presidente sobre as violências e atentados por que a Igreja em Portugal passara, com pedido da restituição dos bens eclesiásticos, de plena liberdade de culto, do ensino religioso e de associação. Foi um eloquente orador e deixou notáveis pastorais, firmes e doutrinárias. D. Augusto Eduardo Nunes (1849--1920), catedrático da Faculdade de Teologia e professor do Seminário de Coimbra, arcebispo de Évora desde 1890, teve a ouvi-lo numerosos auditórios, atraídos pela sua figura majestosa, voz sonora de timbre agradável, distinguindo-se tanto na pregação

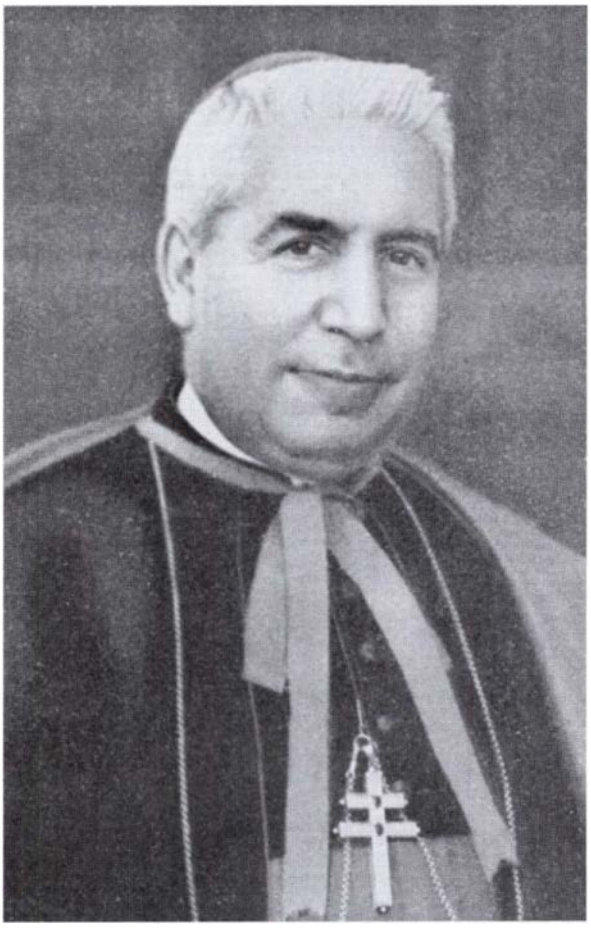
de circunstância como na ordinária por um discurso doutrinário, fluente e raciocinado. Saída em 1905, uma trilogia de sermões da Imaculada pregados em Braga, Évora e Vila Viçosa, no jubileu do cinquentenário da definição dogmática, por chamada em 1854 por Pio IX, parte da sua extensa produção parenética foi compendiada postumamente em cinco volumes (*Panegíricos de santos, Penegíricos mariais*, em 2 vol., *Sermões cristológicos e eclesiais*, *Alocuções gratulatórias* e *Orações fúnebres*). D. António Barroso (1854-1918), natural de Remelhe, concelho de Barcelos, notável missionário em Angola* e bispo de Meliapor e de Moçambique*, de intrépido zelo apostólico, compulsivamente afastado da sua diocese do Porto* na sequência da implantação da República, bondoso e enérgico, amado e combatido, publicando, no regresso à metrópole, quase anualmente uma pastoral, era «um orador de raça», como Fortunato de Almeida (vol. 3, p. 589) refere: «De improviso ou quase de improviso, no púlpito e fora dele, produziu discursos fluentes e admiravelmente ordenados, mas por vezes arrebatadores, vibrando a nota da religião e do patriotismo. Por vezes parecia que se transfigurava; e aquela veneranda figura, abatida pela acção dos climas africanos, como que remoçava electrizado pela acção do sentimento.» D. Luís António de Almeida (1872-1941), de Cavalões, concelho de Famalicão, foi director espiritual do Seminário de Braga, presidente da Associação de Pregadores desta diocese, bispo de Bragança e «conhecido em todo o norte como um dos mais apostólicos e incansáveis pregadores». D. João Evangelista de Lima Vidal (1874-1958), nasceu em Aveiro, frequentou o Colégio Caprânico, em Roma, a partir de 1889, e foi ordenado, em 1896, em Coimbra, em cujo seminário recebera a primeira formação eclesiástica. Em 1909 era nomeado bispo de Angola, que eclesiasticamente abrangia o território inteiro, e sete anos depois é colocado no Patriarcado, como arcebispo titular de Mitilene e vigário-geral do Cardeal Mendes Belo, podendo acompanhá-lo até 1922 e comungar de suas preocupações, e seguir activamente o trabalho do Centro Católico hostilizado pela Carbonária. Colocado na diocese de Vila Real em 1923 veio a ser arcebispo-bispo de Aveiro em 1939, após a restauração do bispado. Prelado apostólico, vítima de um atentado ao entrar na Sociedade de Geografia, em toda a parte a que dedicou, por dever da missão canónica, o seu apostolado, empenhou-se na pregação que desde muito novo cultivou e durante a sua vida sempre empenhadamente com o próprio exemplo promoveu. Em seu livro *Esplendores do sacerdócio* encarece o ministério parenético e lembra a responsabilidade que pesa sobre o pregador: «O homem que sobe ao púlpito e de lá de cima ostenta uma fé que não sente e virtudes que não possui, é um contrabandista» (p. 241). Tinha bem consciência D. João Evangelista o que era instruir pela palavra como pela pena. D. Manuel Mendes da Conceição Santos (1876-1955), nascido em Olaia, concelho de Torres Novas, doutor em Teologia (1898), colaborador na imprensa católica*, bispo de Portalegre (1915) e arcebispo de Évora (1920), pastor e escritor, foi orador de merecimento, falando em nome do episcopado português em datas festivas e acontecimentos relevantes nacionais. Há na imprensa regional eborense referências às suas pregações quaresmais em Évora, Elvas e Estremoz. De estilo límpido e sólida informação doutrinária, existe publicado um volume póstumo editado pelo centro com seu nome que contempla *O escritor e o apóstolo*, contendo nove discursos, 12 exortações patrióticas e seis orações fúnebres. Segundo o seu biógrafo, D. Francisco Maria da Silva, escrevia os discursos ao ritmo do dia de trabalho intenso, servido por uma memória fiel e uma inteligência penetrante, sendo que «foi um orador sagrado de raros recursos naturais e sobrenaturais que serviram para semear ao perto e ao longe a Palavra viva de Deus, vivificando os espíritos e movendo as vontades à prática da justiça e do Bem». D. António Augusto de Castro Meireles (1880-1942), natural de Boim, concelho de Lousada, era doutor em Direito e Teologia pela Universidade de Coimbra, deputado do Centro Católico, na República, bispo de Angra (1923) e do Porto (1929). É escasso o que deixou escrito, mas foi um orador reputado, pelo brilho literário e cultura de seus sermões e discursos, presente em celebrações nacionais solenes, religiosas e patrióticas. D. José da Cruz Moreira Pinto (1887-1964), natural de Tortosendo, Covilhã, era doutor em Filosofia pela Universidade de Lovaina, professor do Seminário de Évora, bispo de Viseu (1928), tendo deixado publicado várias pastorais que tratam de disciplina e liturgia*. Fez-se notar pelas intervenções oratórias em congressos* e comemorações festivas, sendo na opinião de Plínio Salgado «um dos maiores oradores do nosso tempo», sem dúvida português. D. Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1978), natural de Lousado, concelho de Famalicão, doutor em Teologia e Letras pela Universidade de Coimbra onde foi catedrático de História, marcou um lugar de grande relevo na vida pública e na cultura religiosa e humanística da Igreja em Portugal, distinguindo-se como mestre universitário, arcebispo de Mitilene e cardeal-patriarca de Lisboa (1929), pela sua vastíssima erudição, brilho e empenhamento pastoral. Em Coimbra, enquanto estudante e docente, foi jornalista e orador, polémico e combativo, tendo proferido inúmeros sermões e conferências. De raros dotes de comunicação e elegância patentes à saciedade na palavra escrita e falada, deixou em seus seis volumes das *Obras pastorais* o testemunho de um superior espírito, apesar das conivências e ambiguidades que lhe apontam nas relações políticas com o governo de Salazar, seu colega e companheiro das lutas e actividades católicas coimbrãs. D. Manuel Trindade Salgueiro (1898-1965), oriundo de Ílhavo de uma família de pescadores, licenciado em Direito Canónico e doutor em Teologia pela Universidade de Estrasburgo com uma importante tese sobre Santo Agostinho, foi professor do Seminário de Coimbra e catedrático de Filosofia da Faculdade de Letras. Orador de qualidade invulgar, de presença insinuante e palavra sedutora, com preocupação doutrinária e interventora, de transbordante actividade entre a docência, a escrita e o apostolado, desde o presbitério de Coimbra aos tempos de arcebispo de Mitilene (1949) em Lisboa e de arcebispo de Évora (1955), deixou em *Mensagem cristã — I: Jesus*

(1945) um reflexo da sua pregação dominical na Sé Nova e Igreja de São Domingos. Do seu labor parenético na diocese eborense, saiu em 1968 um volume póstumo com alguns sermões, orações fúnebres, alocuções de circunstância, bem como todas as pastorais e exortações. D. Francisco Maria da Silva (1910-1977) nasceu na Murtosa, bacharel em Direito Canónico e doutor em Teologia pela Universidade Gregoriana, professor no seminário e cónego da Sé de Évora, bispo auxiliar e arcebispo de Braga (1963), foi nas terras onde exerceu o seu múnus pastoral um pregador de assinaláveis recursos e intensa actividade. Poucos sermões escritos deixou, pois até de um simples esquema se servia para fazer longo e importante discurso. Revelou sempre grande inclinação pelos problemas sociais e políticos, sugerindo e apoiando, através da pena e da palavra, a acção decisiva na reacção do norte, a partir da cidade primaz, face ao controlo do PREC nos tempos imediatos e turbulentos da Revolução de Abril, a assemelhar-se a dura campanha cruzadística. Correram impressas orações fúnebres, pastorais e conferências, mas podem ler-se de outros mais relatos e resumos, sobretudo em periódicos locais de Évora e Braga. D. Frei Francisco Rendeiro (1915-1971), natural da Murtosa, dominicano, em cujo colégio romano se formou em Teologia, dedicou-se inteiramente ao apostolado pela palavra, a merecer ser considerado seu «incansável andarilho». Foi bispo do Algarve e Coimbra onde faleceu. Alguma de sua oratória saiu em volume ou na revista da ordem (*v.* DOMINICANOS). Ideias e desenvolvimentos discursivos acabaram por ser aproveitados para estruturar certas obras deixadas, de doutrinarismo sólido e linguagem fluente e clara, de vincada espiritualidade mariana, consideradas antológicas dentro da pregação pastoral contemporânea. *6. Figuras do clero religioso e secular:* Entre o clero religioso e secular do século XX até a revolução do 25 de Abril que pôs termo ao período da ditadura salazarista, podem apontar-se oradores sacros, regionalmente dispersos, que deixaram memória oral e escrita de sua pregação. *Franciscanos*: Frei José da Assunção Rolim (1872-1952), missionário em Moçambique e Brasil*, com uma vida inteira dedicada ao púlpito, percorrendo o país, o ultramar, as ilhas da Madeira e Açores e núcleos portugueses da América, e relevante presença na pregação de missões populares, constando haver deixado mais de 10 000 sermões manuscritos. Da obra impressa será de assinalar: *Novenário* (1932), *Sermões de Semana Santa* (1936), *Nossa Senhora da Conceição* [Sermões] (1946) e *Homiliário dominical* em dois volumes (1945-1946); *Jesuítas**: padre Luís Gonzaga Cabral (1866-1936), professor e director do Colégio de Campolide, era provincial na proclamação da República em 1910, tendo-se refugiado em Espanha na altura. Docente de literatura e retórica na ordem, foi um pregador de grande reputação e actividade já pelas conferências quaresmais nos Mártires (1904) e na Sé de Lisboa (1909), como na longa estada no Brasil, havendo falecido na Bahia, após 22 anos de residência. Fez conferências e subiu aos púlpitos do Salvador, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, com audiências interessadas. Para além de seu *Vieira pregador*, estudo de teoria oratória, deixou *Inéditos e dispersos* em 8 volumes; padre Domingos Maurício Gomes dos Santos (1896-1978), doutor pela Gregoriana, director e colaborador de *Brotéria*, historiador, conferencista e orador, era bastante solicitado por ambientes cultos e retiros, apesar de se conhecer a referida oração fúnebre na trasladação dos restos mortais de D. Miguel e D. Adelaide (1967); padre João Ferreira Fontes (1882-1943) estudou Teologia na Bélgica e na Holanda, e foi professor do Colégio de São Fiel e La Guardia, director do *Mensageiro do Coração de Jesus* (1931-1942), director espiritual do Seminário Conciliar de Braga, conferencista com presença na Igreja da Encarnação (1924) e orador de mérito. Conhece-se a citada oração fúnebre nas exéquias de D. Manuel Vieira de Matos, arcebispo primaz; padre José de Oliveira Dias (1891-1962), doutorado em Filosofia na Universidade Gregoriana, professor de Eloquência Sagrada no Seminário Conciliar de Braga e redactor do *Mensageiro do Coração de Jesus*, publicou o mencionado compêndio de arte concionatória, mas infelizmente não deixou impressos, parece, nenhum de seus numerosíssimos sermões, alocuções, práticas e conferências. *Seculares*: Bernardo Chouzal (1935), doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra e cónego da Sé de Évora, foi um orador de renome, mais próximo de auditórios elitistas que populares, cujos sermões de circunstância e orações fúnebres impressos revelam apreciável sensibilidade literária; padre Manuel José dos Santos



Capa de Mensagem cristã: Jesus, *I, de M. Trindade Salgueiro, 1946.*

Farinha (1871-1923), natural de Lisboa, aluno da Escola Académica e do Seminário de Santarém, bacharel pela Faculdade de Teologia de Coimbra, exegeta e polemista católico e orador sacro dotado de invulgares aptidões oratórias, era solicitado para uma frequente pregação de circunstância. Está ligado a algumas orações fúnebres pregadas em Lisboa e – intervenções no púlpito do Santuário da Cova da Íria, onde já doente, em 1923, se encontrava no derradeiro Maio em que viveu; padre Francisco Correia Pinto (1873-1952), estudou em Lamego, no Seminário do Porto e na Universidade de Coimbra onde se formou em Direito (1904). Pároco na cidade Invicta e professor de Direito Canónico no seminário maior, deputado à Assembleia Nacional (1931-1939), fundador e redactor dos Estatutos do CADC (*v.* CENTRO ACADÉMICO DE DEMOCRACIA CRISTÃ), foi um distinto orador, dotado de invulgar capacidade para o púlpito e, em especial, para o sermão fúnebre. Recorda a tradição as conferências quaresmais que proferiu na Sé Nova de Coimbra (1917, 1920 a 1923), mas só parece haver publicado algumas dezenas de orações fúnebres. Do plano, em tempos esquematizado, para editar a sua obra completa em seis volumes, apenas saiu o primeiro em 1956, organizado por Xavier Coutinho, que compreende *XXVII Orações fúnebres*; Padre António José da Silva Gonçalves (1879-1942), sacerdote pertencente à diocese de Braga, pároco, homem de cultura, escritor, jornalista católico e político, orador de apreciáveis recursos. Foi eleito senador no parlamento republicano, período em que intensamente se empenhou, eleito nas listas do Centro Católico pelo círculo de Braga, chegando a ser perseguido e preso. Publicou, entre uma interessante obra poética e de cunho moralizante, alguns sermões apologéticos como: *Pela religião e pela patria*, *Delicias de Deus*, *A Igreja* (1925); padre Manuel Mendes do Carmo (1883-1966), aluno do Seminário da Guarda e doutor em Teologia pela Gregoriana, escritor apologético e jornalista, era considerado um orador com reais qualidades para o ministério do púlpito de recursos estilísticos, imagéticos e metafóricos, e emprego dum exemplário apropriado à finalidade do discurso. Vibrante e apostólico, deixava transparecer vida interior, quando pregava, não se lhe conhecendo, porém, obra específica publicada de âmbito parenético; padre Luís Castelo Branco (1885-1973), transmontano da diocese de Vila Real, orador de circunstância muito solicitado de todos os pontos do país, subiu a numerosíssimos púlpitos sempre escutado com apreço mercê da eloquência do seu discurso e de sua sonora e timbrada declamação, parecendo, infelizmente, não haver publicado nenhum de seus sermões; padre Luís Lopes de Melo (1885-1951), sacerdote da diocese de Coimbra* cujo seminário frequentou e onde exerceu a docência, licenciou-se na Faculdade de Teologia, vindo a ser professor do Liceu, da Escola do Exército, assistente eclesiástico de organizações de apostolado e pároco da Sé Velha durante mais de quatro dezenas de anos. Foi considerado com o Doutor Gonçalves Cerejeira um dos padres que, segundo o seu biógrafo (p. 327), «fizeram a transição entre a oratória *ancien régime* e o novo estilo», se bem que no púlpito parecesse «prolixo e vagaroso». Sabia, no entanto, extrair da riqueza do Evangelho e expor com agrado e colorido um discurso convincente. Não deixou, ao que se saiba, nenhum texto parenético publicado, embora nos numerosos escritos jornalísticos deixasse o doutrinarismo e ideário que expunha em homilias, sermões e conferências; padre Clemente Ramos (1888-1970), estudou no Seminário de Braga e doutorou-se em Teologia na Universidade Gregoriana. Exerceu o seu ministério pastoral na diocese de Évora, onde foi professor de Teologia dogmática, no tempo de D. Manuel Mendes da Conceição. A sua pregação distribuiu-se por uma sermonária de circunstância e por missões populares, novenas* e tríduos, sem que, no entanto, se lhe conheça de tanta actividade qualquer texto impresso; padre Donaciano de Abreu Freire (1889-1950), de Pardilhó, concelho de Estarreja, frequentou o Colégio de São Fiel, o Seminário dos Carvalhos e Maior do Porto. Pároco de Beduímo, sendo orador de grandes dotes e propensões literárias, era solicitado com frequência para subir ao púlpito para sermões de circunstância, conhecendo-se impressa a citada oração fúnebre; padre Benjamim Salgado (1916-1978), formado nos seminários de Braga e aí professor, compositor de música sacra, regente de coros, com inúmeras peças editadas, jornalista, director cultural, pároco, foi um orador de grandes dotes naturais com um timbre de voz melódica e de indesmentível brilho literário que prendia os auditórios e, por isso, pregava assiduamente, às vezes dois e três sermões num dia, tantas as festividades para que era convidado. De tão grande labor, porém, raros sermões por inteiro escrevia e, publicados, só deixou o elogio fúnebre do poeta António Correia de Oliveira; padre Alberto da Rocha Martins (1917-1995), aluno distinto dos seminários de Braga, professor de colégios, colaborador de jornais diários e semanários, pároco e Dom Prior de Barcelos, foi um pregador com larga aceitação especialmente na diocese a que pertencia, de voz timbrada e palavra fluente de que sabia tirar efeitos eloquentes, ouvido com muito agrado em sermões de circunstância. Da obra deixada, pertencem ao genérico parenético: *Debruçado sobre o Evangelho* (1953); *Palavras de saudade* (1960), *Sementes de esperança* (Homilías dominicais, 1977 e 2.ª ed. 1978), *Novas sementes de esperança* (1979), *Últimas sementes de esperança* (1980) e *Sermões* (1982); padre Sebastião da Costa Cruz (1918-2000), aluno dos seminários arquidiocesanos de Braga, formado em Direito Canónico na Universidade de Salamanca e Direito Civil em Coimbra, foi nesta catedrático de Direito Romano. Com raça de orador, era deveras eloquente, servido por uma portentosa memória. Dedicou-se à pregação, embora muito condicionado pelas absorventes obrigações da docência. Só se lhe conhece um sermão publicado: *Oração à dor*, proferido na festa de Nossa Senhora das Dores, na Quaresma de 1951, na Igreja dos Congregados de Braga. No século último, em que a agitação política e social se repercutiu na fé e prática católica das populações, a pregação foi arrastada em envolvimentos que certos eventos tornaram mais compreensivelmente prementes: a proclamação da República (*v.* IGREJA E ESTADO. ÉPOCA CONTEMPORÂNEA), as aparições de Fátima* e a guerra



D. Manuel Mendes da Conceição Santos, *arcebispo de Évora. In* Bodas de Prata, 1923-1948. Servas de Nossa Senhora de Fátima *(Lisboa, Biblioteca Nacional).*

colonial (*v.* GUERRA. ÉPOCA CONTEMPORÂNEA). Com o caso Calmon, no início de novecentos, houve um aproveitamento anticongreganista reflectido na legislação. A Lei da Separação da Igreja e do Estado, a expulsão das ordens conventuais e as medidas que visaram o clero, as associações religiosas e a hierarquia católica haveriam de levar a reacções do púlpito. A própria organização de uma actuação política de coloração católica, porém, levantara divisões manifestadas já de trás, a ponto de se escrever então que se fazia «propaganda política no confessionário e no púlpito». Ao longo dos anos, Fátima tornou-se, por sua vez, no maior auditório religioso do país, em que a pregação tinha lugar de grande relevo. O padre Santos Farinha, figura de prestígio do Patriarcado, pregava com frequência na Cova da Iria, tal como o bispo dominicano D. Francisco Rendeiro, orador de nomeada, e tantos e tantos outros — facto a pedir exaustivo estudo. A guerra colonial teve, no caso do padre José da Felicidade Alves, que foi professor de Teologia no Seminário dos Olivais e pároco de Santa Maria de Belém, de 1956 e 1968, a mais mediática repercussão pelo conteúdo e intencionalidade de suas homilias que levaram o cardeal Cerejeira a afastá-lo compulsivamente. O mesmo sucedeu com o desfecho da célebre carta a Salazar de D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto. *7. Conclusão:* Neste bosquejo fatalmente lacunar, duas tendência se descobrem na actuação dos oradores sagrados portugueses da era contemporânea: a presença da palavra e da escrita. Não se limitou, de facto, grande parte dos pregadores de nomeada à actuação no púlpito, mas prolongou-a pela imprensa ao publicar sermões e conferências ou, ao menos, ao aproveitar as matérias expendidas no púlpito, em artigos de jornal e de revista ou em livro. No entrelaçar da mensagem divina com as opções humanas, evangelismo, integrismo e progressismo marcaram alinhamentos discerníveis sem esforço, no evoluir histórico da parenética portuguesa dos dois últimos séculos. Sendo a pregação um discurso em público destinado a instruir, deleitar e mover os ouvintes, o sermão escrito, se é árvore despida de verdura e viço, permite, no mínimo, e mais se acompanhado do testemunho de quem o escutou, intuir o que teria sido na realidade. Ao recuar-se, porém, no tempo, frequentemente faltam os suportes textuais indispensáveis a uma história da parenética, o que torna sobremaneira árduo o trabalho do investigador. Será possível, no futuro, com a revolução tecnológica dos audiovisuais e seu crescente emprego vir a fazer-se, para o presente que flui sem detença e mergulha concomitantemente no passado, uma mais completa e objectiva história da oratória sacra?

JOÃO FRANCISCO MARQUES

BIBLIOGRAFIA: Almeida, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Ed. Damião Peres. Porto; Lisboa: Livraria Civilização, 1967-1971. 4 vol. Coelho, Jacinto do Prado – Oratória. In *Dicionário de literatura*. 3.ª ed. Porto: Livraria Figueirinhas, 1973, p. 758-763. Longère, Jean – *La Prédication medievale*. Paris: Études Augustiniennes, 1983. Machado, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana*. Coimbra: Atlântida Editora, 1965-1967. 4 vol. Moreira, Eduardo – *Crisóstomo Português: elementos para a história do púlpito*. Lisboa: Junta Presbiteriana de Cooperação em Portugal, 1957. Moreno, Miguel Angel – Prédication. In *Dictionnaire de Spiritualité, Ascétique et Mystique*. Paris: Beauchesne, 1985, t. 12, col. 2052-2064. Silva, Inocêncio Francisco da – *Diccionário bibliográfico português*. Lisboa. 1973, 25 vol. Viana, Mário Gonçalves – Bosquejo histórico da oratória sagrada em Portugal. In *Padre António Vieira: Sermões e lugares selectos*. 3.ª ed. Porto: Editora Educação Nacional, 1954, p. 5-25. [Vilas Boas, Manuel do Cenáculo, D. Frei] – *Memorias historicas do ministerio do pulpito*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1776. **1. Época Medieval:** Álvares, João, frei – *Obras*. Ed. crítica com introd. e notas de Almeida Calado. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 1959-1960. 2 vol. António de Lisboa, Santo – *Obras completas: Sermões dominicais e festivos*. Introd., trad. e notas de Henrique Pinto Rema, pref. de Jorge Borges de Macedo. Porto: Lello-Editores, 1987. 2 vol. Baubeta, Patricia Odber de – Towards a history of preaching in medieval Portugal. *Portuguese Studies*. University of Birmingham. 7 (1991). Idem – *Igreja, pecado e sátira social na Idade Média portuguesa*. Lisboa: INCM, 1997. Idem – A pregação e a sociedade portuguesa. In Congresso Internacional de História. «Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas» – *Actas: 1: Cristandade portuguesa até ao século XV: Evangelização interna, ilhas atlânticas e África Ocidental*. Braga: UCP, 1993, p. 279-299. Caeiro, Francisco da Gama – Ensino e pregação teológica no contexto medieval peninsular. In Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, 2 – *Actas*. Porto: Instituto de Investigação Científica, 1990, vol. 4, p. 1349-1357. Idem – Os primórdios dos frades pregadores em Portugal: enquadramento histórico-cultural. *Arquivo Histórico Dominicano Português*. 3: 1 (1984) 161-173. Actas do II Encontro sobre História Dominicana, vol. 1. Idem – *Santo António de Lisboa*. Lisboa: INCM, 1995. 2 vol. Carvalho, Joaquim de – *Os sermões de Gil Vicente e a arte de pregar*. Lisboa: Edição da Revista «Ocidente», 1948. Idem – Sobre a erudição de Gomes Eanes de Zurara. In *Obra Completa: 2: História da cultura*. Lisboa: FCG, 1983, vol. 4, p. 185-308. Idem – Sobre a autenticidade dos sermões de Frei João de Xira. *Obra Completa: 2: História da cultura*. Lisboa: FCG, 1983, vol. 4, p. 341-346. Carvalho, José Adriano Freitas – A Igreja e as reformas religiosas em Portugal no século XV: anseios e limites. In Congreso Internacional de Historia – *El tratado de Tordesillas y su Época*. Tordesillas, 1996, p. 1-16. Idem – *Nobres letras... Formosos volumes... Inventários dos Observantes em Portugal: os traços de união das refor-*

mas peninsulares. 2.ª ed. Porto, 1995. CHARLAND, Th-M. – *Artes Praedicandi: contribution a l'histoire de la rhètorique au Moyen Age*. Paris; Ottawa, 1936. *CHARTULARIUM Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá. Vol. 1 a 6, 1966-1974. CHENU, M. D. – *La théologie au douzième siècle*. Paris, 1966. COIMBRA, Paio, frei – *The Sermons of Brother Paio: thirteenth century dominican preacher*. Ed. por J. G. Tuthill; Ann Albor. University International, 1984. *CONQUISTA de Lisboa aos mouros (1147): Narração pelos cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cêrco*. Texto latino e sua tradução para português pelo Dr. José Augusto de Oliveira. 2.ª ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1936. COSTA, António Domingues de Sousa – *Doutrina penitencial do canonista João de Deus*. Braga: Editorial Franciscana, 1956. IDEM – *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV*. Roma; Porto, 1967. COSTA, Avelino de Jesus – *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos séculos XV*. Braga, 1985. COSTA, Manuel Gonçalves da – *História do bispado e cidade de Lamego: 1: Idade Média: a mitra e o município*. Lamego, 1977. *CRÓNICA da Ordem dos Frades Menores (1209-1285)*. Ed. J. J. Nunes. Lisboa, 1911. 2 vol. DIAS, Geraldo J. Amadeu Coelho – Os sermões de Frei Paio de Coimbra e o Antigo Testamento. *Arquivo Histórico Dominicano Português*. 3: 1 (1984) 381-389. Actas do II Encontro sobre história dominicana, vol. 1. DINIS, A. J. Dias – *Esquema de sermão de el-rei D. Duarte para as exéquias de D. João I, seu pai*. Braga: Editorial Franciscana, 1954. DUARTE, D. – *Leal Conselheiro*. Ed. por João Morais Barbosa. Lisboa: INCM, 1982. IDEM – *Livro dos conselhos de el-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*. Ed. diplomática. Lisboa: Editorial Estampa, 1982. ESPERANÇA, Manuel – *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de San Francisco na Provincia de Portugal*. Lisboa, 1656, 1666, vol. 1 e 2. FERREIRA, José de Azevedo – *Alphonse X: Primeyra partida*. Edition et étude. Braga: INIC, 1980. FERRO, Maria José Pimenta – *Os judeus em Portugal no século XIV*. Lisboa: Guimarães Editores, 1979. IDEM – *Os judeus em Portugal no século XV*. Lisboa: UNL, 1982. FRIAS, Agostinho Figueiredo – *De signis pulsandis: leitura hermenêutica de Santo António de Lisboa e Frei Paio de Coimbra*. Dissertação de mestrado de Filosofia Medieval apresentada à FLUP em 1994. 2 vol. IDEM – *Leitura Ermeneutica dei «Sermones» de Sant'Antônio di Padova: Introduzione alle radici culturali del pensiero antoniano*. Padova: Centro Studi Antoniani, 1995. *INVENTÁRIO dos códices alcobacenses*. Lisboa: BNL, 1930, vol. 1. *LES CONCILES Oecumeniques: 2: Les Décrets: De Nicée à Latran V*. Dir. G. Alberigo. Paris: Cerf, 1994. LOPES, Fernando Félix – Escolas públicas dos Franciscanos em Portugal antes de 1308. In *COLECTÂNEA de estudos de história e literatura*. Lisboa: APH, 1997, vol. 2, p. 353-369. IDEM – As escolas franciscanas portuguesas de 1308 a 1570. In *COLECTÂNEA de estudos de história e literatura*. Lisboa: APH, 1997, vol. 2, p. 371-405. IDEM – Franciscanos portugueses pretridentinos: escritores, mestres e leitores. In *COLECTÂNEA de estudos de história e literatura*. Lisboa: APH, 1997, vol. 2, p. 407-460. IDEM – Frei Henrique de Coimbra: o missionário, o diplomata, o bispo. In *COLECTÂNEA de estudos de história e literatura*. Lisboa: APH, 1997, vol. 3, p. 363-446. LOPES, Fernão – *Cronica del Rei Dom João I da boa memória*. Lisboa: INCM, 1977. 2 vol. LÓPEZ, Mercedes Brea – Oratória. In *DICIONÁRIO da literatura medieval galega e portuguesa*. Org. e coord. Giulia Lanciani; Giuseppe Tavani. Lisboa: Editoral Caminho, 1993, p. 488-491. MARQUES, Bernardino Fernando da Costa – *Sermonário de Frei Paio de Coimbra*. Ed. e interpretação da estrutura e formas de pregação. Dissertação de mestrado em Filosofia apresentada à FLUP em 1994. MARQUES, José – *A arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: INCM, 1988. IDEM – A Colegiada de Guimarães no priorado de D. Afonso Gomes de Lemos (1449-1487). In CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES E A SUA COLEGIADA: 850.º ANIVERSÁRIO DA BATALHA DE S. MAMEDE (1128-1978) – *Actas: 2: Comunicações*. Guimarães, 1981, p. 239-323. IDEM – Livrarias de mão no Portugal medievo. *Bracara Augusta*. 100 (1997) 269-282. IDEM – *A pregação em Portugal na Idade Média: alguns aspectos*. No prelo. IDEM – O testamento de D. Fernando da Guerra. *Bracara Augusta*. (1979). Separata. MARTINS, Mário – *Alegorias, simbolos e exemplos morais da literatura medieval portuguesa*. Lisboa: Edições Brotéria, 1975. IDEM – *A Biblia na literatura medieval portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979. IDEM – *Estudos de cultura medieval*. Lisboa: Editorial Verbo, 1969, vol. 1; 2.ª ed. Lisboa: Edições Brotéria, 1980; vol. 2; Lisboa: Edições Brotéria, 1983, vol. 3. IDEM – O penitencial de Martim Perez em medievo-português. *Lusitania* Sacra. 2 (1957) 57-110. IDEM – O sermonário de Frei Paio de Coimbra do Cod. Alc. 5/CXXX. *Didaskalia*. 3 (1973) 337-362. MATTOSO, José – Estratégias da pregação no século XIII. In IDEM – *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 191-202. IDEM – Le Portugal de 950 à 1550. In *HAGIOGRAPHIES*. Dir. Guy Philippart. Brepols-Turnhout, 1996, vol. 2, p. 83-102. IDEM – Leituras cistercienses do século XV. In *DO TEMPO e da história*. Lisboa, 1972, vol. 5, p. 101-141. IDEM – *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*. Lisboa: INCM, 1982. MONTALVERNE, frei – Antigos manuscritos do Mosteiro de Alcobaça: 4: Sermões. *Colectânea de Estudos*. Braga, 3 (1947) 128-133. Suplemento do *Boletim Mensal*. MOLLAT, Guillaume – Jean de Cardaillac, prélat, orateur et diplomatique. *Histoire Littéraire de la France*. 40 (1974) 187-210. MORENO, Humberto Baquero – Novos elementos relativos a Mestre Paulo, pregador do século XV, contra os judeus bracarenses. In *EXILADOS, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval: estudos de história*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 139-155. IDEM – As pregações de Mestre Paulo contra os judeus bracarenses nos fins do século XV. In *EXILADOS, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval: estudos de história*. Lisboa: Presença, 1990, p. 139-155. NASCIMENTO, Aires Augusto do – Introdução. In PRADO, André – *Horologium Fidei: Diálogo com o infante D. Henrique*. Lisboa: INCM, 1994, p. 5-28. O'CALLAGHAN, Joseph F. – *El Rey Sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla*. Trad. cast. de M. G. Jiménez. Sevilla: Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 1996. OLIVEIRA, Correia; MACHADO, Saavedra – *Textos portugueses medievais*. 2.ª ed. Coimbra: Atlântida Livraria Editora, 1961 p. 665-672. Pequena síntese sobre a pregação medieval. *ORDENAÇÕES afonsinas*. Lisboa: FCG, 1984. 4 vol. PACHECO, Maria Cândida Monteiro – Exegese e pregação em Santo António de Lisboa e Frei Paio de Coimbra. In JORNADAS LUSO-ESPANHOLAS DE HISTÓRIA MEDIEVAL, 2 – *Actas*. Porto: INIC, 1990, vol. 4, p. 1297-1307. PAIS, Álvaro – *Estado e pranto da Igreja (Status et planctus Ecclesiae)*. Estabelecimento de texto e trad. de Miguel Pinto de Meneses. Lisboa: INICT, 1988-1994. 4 vol. PEREIRA, Isaías da Rosa – A vida do clero e o ensino da vida cristã através dos sínodos medievais portugueses. *Lusitania Sacra*. 10 (1978) 103-141. IDEM – Visitações de Santiago de Óbidos (1434-1481). *Lusitania Sacra*. 8 (1967-1969) 103-121. IDEM – Visitações de Santiago de Óbidos (1482-1500). *Lusitania Sacra*. 9 (1970-1971) 79-116. PINTO, Sérgio da Silva – Da celebração e da validade do casamento de D. Inês de Castro. In *ESTUDOS e comentários*. Braga: Edição da Câmara Municipal, 1982, vol. 2, p. 101-121. PONTES, J. M. da Cruz – À propos d'un centenaire: une nouvelle monographie sur Petrus Hispanus Portugalensis, le pape Jean XXI (m. 1277) est-elle necessaire?. *Recherches de Théologie Ancienne et Médiévale*. 44 (1977) 220-230. PÓVOA, João da, frei – *Memórias soltas e inventários do Oratório de S. Clemente das Penhas e do Mosteiro de N.ª S.ª da Conceição de Matozinhos, dos séculos XIV e XV: Ed. por Frei João da Póvoa e outros*. Ed. A. de Magalhães Basto. Porto, 1940. REINHARDT, Klaus – Die Sermones von Fray Paio de Coimbra OP (ca. 1250) im Lichte des Biblischen Exegese seine Zeit. *Arquivo Histórico Dominicano Português*. 3: 1 (1984) 365-380. Actas do II Encontro sobre História Dominicana. RESENDE, André – *Oratio pro rostris*. Trad., introd. e notas de A. Moreira de Sá. Lisboa, 1956. RESENDE, Garcia de – *Crónica de dom João II e miscelânea*. Lisboa: INCM, 1973. RICARD, Robert – *Études sur l'histoire morale et religieuse du Portugal*. Paris: FCG; Centro Cultural Português, 1970. ROSÁRIO, António do – Convento de S. Domingos e a Colegiada de Guimarães. In CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES E SUA COLEGIADA, 850.º ANIVERSÁRIO DA BATALHA DE S. MAMEDE (1128-1978) – *Actas: 2: Comunicações*. Guimarães, 1981, p. 57-98. IDEM – De Santarém pelo tempo de Santo António. In *COLÓQUIO Antoniano*. Lisboa: Câmara Municipal, 1982, p. 75-91. IDEM – Frades pregadores em intercâmbio peninsular, século XIII. In JORNADAS LUSO-ESPANHOLAS DE HISTÓRIA MEDIEVAL, 2 – *Actas*. Porto: INIC, 1990, vol. 4, p. 1251-1272. IDEM – Letrados dominicanos em Portugal nos séculos XII-XV. In *REPERTÓRIO de história de las ciencias eclesiásticas en España: Siglos III-XVI*. Salamanca, 1979, vol. 7, p. 509-598. IDEM – Notícia de frades pregadores em serviço diplomático: séculos XIII-XVII. In *A DIPLOMACIA na história de Portugal*. Lisboa: APH, 1990. Separata. RUSCONI, Robert – De la prédication à la confession: transmission et contrôle de modèles de comportement au XIII[e] siècle. In *FAIRE Croire: Modalités de la diffusion et de la réception des messages religieux du XII[e] au XV[e] siècle*. Roma, 1981, p. 61-65. SARAIVA, António José – Religião nos séculos XIV e XV: a «vaga» franciscana inunda Portugal. *História*. 30 (1981). SOLEDADE, Fernando da – *Historia Serafica Chronologica de S. Francisco na Provincia de Portugal*. Lisboa: Officina de Manoel e Joseph Lopes Ferreyra, 1705, t. 3. *SYNODICON Hispanum: 2: Portugal*. Dir. António Garcia y Garcia. Madrid: BAC, 1982. SOUSA, Luís de, frei – *História de S. Domingos*. Introd. e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello e Irmão Editores, 1977. 2 vol. TUTHILL, John G. – Frei Paio's Sermons on the Virgin Mary. In CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES E SUA COLEGIADA, 850.º ANIVERSÁRIO DA BATALHA DE S. MAMEDE (1128-1978) – *Actas: 2: Comunicações*. Guimarães, 1981, p. 193-203. IDEM – *The sermons of Brother Paio: thirteenths century Dominican Preacher (Sermons in Latin Text)*. Dissertação apresentada à University of California em 1982. *TRATADO de Confissom (1489)*. Ed. J. V. de Pina Martins. Lisboa: INCM, 1973. WILLIAMS, Frederick G. – Breve estudo do «Orto do Esposo» com um índice analítico dos exemplos. *Ocidente*. 74 (1968) 197-242. ZINCK, Michael – *La Prédication en langue romane avant 1300*. Paris: Honoré Champion, 1982. ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica da tomada de Ceuta*. Introd. e notas de Reis Brasil. Lisboa: Europa-América, 1988.

2. Época Moderna: ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – O culto de Nossa Senhora, no Porto, na época moderna: perspectiva antropológica. *Revista de História*. Porto. 2 (1979). Separata. ALVES, J. Marinho A. – *A parenética portuguesa e os principais acontecimentos politicos de 1820 a 1834*. Coimbra: Secção de Textos, 1966. Dissertação de Licenciatura. ANSELMO, António Joaquim – *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa: BNL, 1926. ANUNCIAÇÃO, Francisco da, frei – *Vindicias da virtude e escarmento de virtuosos nos públicos castigos dos hipócritas dados pelo Tribunal do Santo Ofício*. Lisboa, 1725-1726. 3 t. ASSUNÇÃO, José Ferreira da – Os folhetos da Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra. In *BOLETIM Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*. Lisboa: FCG, 9;

11 (1968; 1970). AZCONA, Pio Sagues – *Fray Diego de Estella: Modo de predicar Modus Concionandi*. Madrid: Instituto Miguel Cervantes, 1951. 2 t. AZEVEDO, Carlos de – A cidade do Porto nos relatórios das visitas «ad limina» do Arquivo do Vaticano. *Revista de História*. 2 (1979). AZEVEDO, J. Lúcio – *Cartas do padre António Vieira*. Coord. e anotadas por João Lúcio de Azevedo. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925-1928. 3 vol. IDEM – *A evolução do sebastianismo*. Lisboa: Clássica Editora 1947. IDEM – *História de António Vieira*. Lisboa: Clássica Editora, 1918. 12 vol. IDEM – *História dos cristãos-novos portugueses*. Lisboa: Clássica Editora, 1975. BAIÃO, António – El-Rei D. João IV e a Inquisição. In ACADEMIA PORTUGUESA DE HISTÓRIA – *Anais: Ciclo da Restauração de Portugal*. Lisboa, 1942, vol. 6. IDEM – A Inquisição em Portugal e no Brasil. *Archivo Histórico Portuguez*. Lisboa. 4-5 (1906--1907). BAUER, Helga – Die Predigt als Spiegel politischer und solialer Ereignisse: Zur Judenfrage in Iahre 1630 in Portugal. *Portugiesische Forschungen der Gorresgesellschaft, Aufsätze zur Portugiesisehen Kulturgeschichte*. Münster, 1971, vol. 11. BEAU, Albin Eduard – *Estudos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959, vol. 1. BELL, Aubrey F. G. – *A literatura portuguesa (história e crítica)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1971. BESSELAAR, José van den – *António Vieira: o homem, a obra, as ideias*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981. Col. Biblioteca Breve. IDEM – Introdução. In *António Vieira. História do futuro (livro anteprimeiro): 1: Portugiesische Forschungen der Gorresgesellschaft*. 3 Reihe. Münster, t. 3. IDEM – *O sebastianismo: história sumária*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987. BEUGNOT, Bernard – Florilèges et Polyantheae: difusion et statut du lieu commun à l'époque classique. *Études françaises*. Paris. 13: 1-2 (1975). BRUNO, [José Pereira Sampaio] – *Portuenses illustres*. Porto: Livraria Magalhães e Moniz, 1908, vol. 3. BUESCU, Ana Isabel Carvalhão – *O milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano: uma polémica oitocentista*. Lisboa: INIC, 1987. CABRAL, Luís Gonzaga – *Vieira prégador*. Braga: Livraria Cruz, 1936. 2 vol. CAETANO, Marcello – *Recepção e execução dos decretos do concílio de Trento em Portugal*. Lisboa, 1965. CANTEL, Raymond – Le Père Ardizone Spinola et son «Cordel Triplicado de Amor a Jesu Sacramentado». *Bulletin Hispanique: Mélanges offerts à Marcel Bataillon*. Bordeaux. 64: 2 (1962). Annales de la Faculté des Lettres de Bordeaux. IDEM – *Les sermons de Vieira: étude de Style*. Paris: Ediciones Hispano-Americanas, 1959. IDEM – *Prophétisme et messianisme dans l'oeuvre d'António Vieira*. Paris: Ediciones Hispano-Americanas, 1960. CARDOSO, Jorge – *Agiologio lusitano dos santos, e varoens illustres do reino de Portugal, e suas conquistas*. Lisboa, 1662-1966. 3 t. IDEM – O portuense Frei Pedro Calvo, O. P. e a polémica sobre as ordens religiosas nos começos do século XVII. *Revista de História*. Porto. 3 (1980). CASSUTO, Alfonso – Bibliografia dos sermões de autos-de-fé impressos. *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. Coimbra: Atlântida. 1-4 (1955). CASTELO-BRANCO, Fernando – *Lisboa seiscentista*. Lisboa, 1969. CASTRO, Aníbal Pinto de – *Retórica e teorização literária em Portugal do humanismo ao neoclassicismo*. Coimbra: Centro de Estudos Românicos da Faculdade de Letras, 1973. CASTRO, José de – *Portugal no Concílio de Trento*. Lisboa: União Gráfica, 1944-1946. 6 vol. CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *O Renascimento em Portugal: 1: Clenardo e a sociedade portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora, 1974. CIDADE, Hernâni – *A literatura autonomista sob os Filipes*. Lisboa: Sá da Costa, 1948. IDEM – *Padre António Vieira*. Lisboa: Arcádia. 1964. Colecção «A Obra e o Homem». IDEM – *Padre António Vieira*. Lisboa: AGC, 1940. 4 vol. IDEM – Pe. António Vieira e a oratória sagrada. In *Lições de cultura e literatura portuguesa: 1: Séculos XVI a XVII*. Coimbra: Coimbra Editora, 1933. IDEM – Prefácios. In VIEIRA, António, padre – *Obras escolhidas*. Pref. e notas de António Sérgio, tomos 1 e 2; Hernâni Cidade, tomos 3 a 12. Lisboa: Sá da Costa, 1951-1954. CINTRA, Luís Filipe Lindley – Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique. In *Revista da Faculdade de Letras. Miscelânea de estudos em honra do Prof. Hernâni Cidade*. Lisboa, 1957. *Constituições Synodaes do Bispado do Porto, ordenadas pelo muyto Illustre & Reuerendissimo Senhor Dom frey Marcos de Lisboa Bispo do dito Bispado & c*. Coimbra: António Mariz, 1585. *Constituiçoens Sinodais do Arcibispado de Braga oredenadas pello Ill.mo S.or Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha no Anno de 1639 e mandadas em Primir aprimeiravez pello Ill.mo Senhor D. João de Sousa or Arsibispo Primas das Espanhas Em Janeiro de 1697*. Lisboa: Miguel Deslandes, 1697. COSTA, Manuel Gonçalves da – *História da diocese e cidade de Lamego*. Lamego, 1977-1986. 5 vol. CRUZ, António – *O Porto seiscentista: subsídios para a sua história*. Porto: Publicações da Câmara Municipal, 1943. CURTO, Diogo Ramada – *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Ed. Projecto Universidade Aberta, 1988. DELUMEAU, Jean – *La Peur en Occident, (XIVe-XVIIIe siècles: une cité assiégée)*. Paris: Arthème Fayard, 1978. DELUMEAU, Jean, dir. – *Histoire vécue du peuple chrètien*. Toulouse: Privat, 1979. 2 vol. DIAS, José Sebastião da Silva – *Correntes do sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. Coimbra: Instituto de Estudos Filosóficos-FLUC, 1960, 2 t. IDEM – *O erasmismo e a Inquisição em Portugal: o processo de Frei Valentim da Luz*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias-FLUC, 1975. IDEM – *A política cultural de D. João III*. Coimbra: Instituto de Estudos Filosóficos-FLUC, 1969. 2 vol. IDEM – Portugal e a cultura europeia. *Biblos*. 28 (1952). IDEM – *Seiscentismo e renovação em Portugal no século XVIII: estudo de um processo inquisitorial*. Coimbra: FLUC, 1961. IDEM – A teoria da cruzada no pensamento de Clenardo. *História & Crítica*. 9 (1982). *Dicionário de História de Portugal*. Dir. Joel Serrão. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971. 4 vol. DIOS, Angel Marcos de – Proyección cultural de la Universidad de Salamanca en Portugal durante el reinado de los Filipes. *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris. 10 (1976). EPIFANIA, Manuel da – *Verdadeiro methodo de pregar*. Lisboa, 1759-1762. 2 t. FONSECA, Martinho da – Elementos bibliográficos para a história das guerras chamadas de Restauração: 1640-1668. In *Arquivo de História e Bibliografia, 1923-1926*. Lisboa: INCM, 1976, vol. 2. FRÈCHES, Claude-Henri – L'Oraison funèbre de Louis XIII prononcée à Lisbonne en 1643. *Arquivos do Centro Cultural Português*. Lisboa; Paris. 21 (1985). FUMAROLI, Marc – *L'âge de l'éloquence: rhethorique et «res literaria» de la Renaissance au seuil de lépoque classique*. Genève: Droz, 1980. GARCIA, António – Jesuítas na Restauração. *Brotéria*. Lisboa. 31 (1940). GLASER, Edward – Portuguese Sermons at Autos-da-Fé: introduction and bibliography. In *Studies in Bibliography and Booklore*. Vol. 2. GOMES, João Pereira – Crise da cultura em Portugal no século XVII?. *Brotéria*. 33 (1941). IDEM – *Os professores de Filosofia na Universidade de Évora (1559-1759)*. Évora: Câmara Municipal, 1960. LEITE, Serafim – *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro; Lisboa, 1938-1950. 10 vol. MARAVALL, José-Antônio – *La Cultura del Barroco: analisis de una estrutura histórica*. Barcelona: Editora Ariel, 1980. MARQUES, João Francisco – *O clero nortenho e as Invasões Francesas*. Porto; Bordeaux: CENPA, 1991. IDEM – *A parenética portuguesa e a dominação filipina*. Porto: INIC; CHIP, 1984. IDEM – *A parenética portuguesa e a Restauração, 1640--166: a revolta e a mentalidade*. Porto: INIC; CHUP, 1989. 2 vol. IDEM – São Bernardo em alguns pregadores seiscentistas portugueses. In IX CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE S. BERNARDO – *Actas*. Braga: UCP; Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, p. 101-119. Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa. IDEM – Santo Agostinho na parenética portuguesa seiscentista. *Didaskalia*. 26: 1 (1996) 195-224. Separata. IDEM – Santo António na parenética portuguesa seiscentista. In CONGRESSO INTERNACIONAL PENSAMENTO E TESTEMUNHO: 8.º CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE SANTO ANTÓNIO – *Actas*. Braga: UCP; Família Franciscana Portuguesa, 1996, vol. 2, p. 853-874. MARTI, Antônio – *La preceptiva retórica española en el siglo de oro*. Madrid: Editorial Gredo, 1969. MÁRTIRES, Bartolomeu dos, D. frei – *Catecismo ou doutrina cristã e práticas espirituais*. 15.ª ed. Fátima: Edição do Movimento Bartolomeano, 1962. MEA, Elvira Azevedo – *A Inquisição de Coimbra no século XVI: a instituição, os homens e a sociedade*. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida, 1997. IDEM – *Sentenças da Inquisição de Coimbra em metropolitanos de D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1567-1582)*. Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português, 1982. MENDES, Margarida Vieira – *A oratória barroca de Vieira*. Lisboa: Caminho, 1989. MONTEIRO, António Xavier de Sousa – *Manual de Direito Ecclesiastico Parochial para uso dos parochos*. 3.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1890. OLIVEIRA, António de – *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra: FLUC, 1971-1972. 2 vol. PONTES, Maria de Lourdes Belchior – *Frei António das Chagas: um homem e um estilo do séc. XVII*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Filosóficos, 1953. IDEM – A oratória sacra em Portugal no século XVI segundo o manuscrito 362 da Biblioteca Nacional de Lisboa. In *Os homens e os livros: Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Ed. Verbo, 1971. REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos – Sermões em auto-de-Fé. *Biblos*. 3 (1927). RICARD, Robert – *Estudios de literatura religiosa española*. Trad. cast. de Manuel Muñoz Cortes. Madrid: Editorial Gredos, 1964. RODRIGUES, Francisco – *Formação intelectual do jesuíta: leis e factos*. Porto: Livraria Magalhães e Moniz, 1917. IDEM – O P. António Vieira: contradições e aplausos. *Revista de História*. Lisboa. 11 (1922). RODRIGUES, Manuel Augusto – *A cátedra de Sagrada Escritura na Universidade de Coimbra, primeiro século (1573-1640)*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos--FLUC, 1974. RODRIGUES, Maria Idalina Resina – Literatura e anti-semitismo: séculos XVI e XVII. *Brotéria*. 109: 1-3 (1979). ROLO, Raul de Almeida – *Bartolomeu dos Mártires: obra social e educativa*. 2.ª ed. Porto: Edição do Movimento Bartolomeano, 1979. IDEM – *Formação e vida intelectual de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Porto: Edição do Movimento Bartolomeano, 1977. IDEM – *L'Evêque de la Reforme Tridentine: sa mission pastorale d'après le vénérable Barthélemy des Martyrs*. Lisboa: CEHU, 1965. ROSÁRIO, António do – *Capitulos provinciais da Ordem de S. Domingos em Portugal, 1567-1591*. Porto: Arquivo Dominicano Português, 1977. IDEM – *Memoriaes para o S. Concil. Bracar q̃ se Prouincial, ẽ publicou o Rmo sôr frey Bratolomeu dos Martires (1566)*. Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português; Movimento Bartolomeano, 1972. RÜHL, Klaus – Biblisher Original: text und Bibelversion in Predigten Vieiras. In *Portugiesische Forschungen der Gorresgesellschaft: Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschite*. 5 Band. Munster, 1965. SALGADO, Félix Herrero – *Aportación bibliográfica de la oratoria sagrada española*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas. IDEM – *La oratoria sagrada espanhola de los siglos XVI y XVII*. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1996-1998, 2 vol. SAMPAIO, Albino Sampaio Forjaz de, dir. – *História da literatura portuguesa ilustrada*. Lisboa: Bertrand, 1929-1942. 4 vol. SANTA MARIA, Agostinho de – *Santuário mariano, e a história das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, em graça dos Prègadores, & devotos da mesma Senhora*. Lisboa: António Pedro-

zo Galrão, 1707-1723. 10 t. SANTOS, Cândido – *Os Jerónimos em Portugal: das origens aos fins do século XVII*. Porto: INIC, 1980. SANTOS, Eugénio dos – As missões do interior em Portugal. *Bracara Augusta*. 38 (1984) 93-119. IDEM – Missões e missionários do interior da região de Guimarães. In CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES E SUA COLEGIADA – *Actas*. Guimarães, 1981, vol. 3. IDEM – *O Oratório no Norte de Portugal: Contribuição para o estudo da história religiosa e social*. Porto: INIC, 1982. SARAIVA, António José – *O Discurso engenhoso: estudos sobre Vieira e outros autores barrocos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1980. IDEM – Le predicateur, Dieu et son peuple. A Bahia en 1640: étude d'un sermon du Père Vieira. *Tilas: Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg*. 10 (1970). IDEM – Les quatre sources du discours ingénieux dans les sermons de Pe António Vieira. *Bulletin des Études Portugaises*. Lisbonne; Paris: Institut Français au Portugal: 21 (1970). SAUGNIEUX, Joël – *Les jansénistes et le renouveau de la prédication dans l'Espagne de la seconde moitié du XVIII^e siècle*. Lyon: Presses Universitaires, 1976. SÉRGIO, António – Prefácio. In VIEIRA, António, padre – *Obras escolhidas: 1: Cartas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1951. IDEM – Salada de conjecturas a propósito de dois jesuítas. In *ENSAIOS*. Lisboa: Seara Nova, 1936, vol. 5. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A historiografia portuguesa: doutrina e crítica*. Lisboa: Verbo, 1972-1974. 3 vol. SILVA, António Pereira da – *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII*. Braga: Editorial Franciscana, 1966. SILVA, Luís Augusto Rebelo – *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Ed. fac-similada com introd. de Jorge Borges de Macedo. Lisboa: INCM, 1971-1972, 5 vol.; 1972, vol. 6 com índice de nomes próprios. 1.ª ed. 1860-1971. SILVA, Vítor Manuel Pires de Aguiar e – *Maneirismo e barroco na poesia lírica portuguesa*. Coimbra: Centro de Estudos Românicos, 1971. SIMÓN DIAZ, José – *Impresos del siglo XVII*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1972. SOARES, A. Franquelim S. Neiva – *A arquidiocese de Braga no século XVII: sociedade e mentalidades pelas visitações pastorais*. Braga, 1997. SOLEDADE, Fernando – *Historia serafica cronologica da Ordem de S. Francisco*. Lisboa: Officina de Manoel Joseph Lopes Ferreyra, 1705, t. 3; Lisboa: Manoel e Jozè Lopes Ferreira, t. 4; Lisboa: António Pedrozo Galram, 1721, t. 5. SOUSA, António Caetano – *Agiologio [...]: Tomo IV, que comprehende os meses de Julho e Agosto, e com seus commentarios*. Lisboa: Reg. Officina Silviana, 1744. SOUSA, Gabriel – Um monge além-mar na época da Restauração: Frei Bernardo de Braga. *Bracara Augusta*. 22 (1968). SOUSA, Luís de, frei – *Vida de Dom Frei Bartolameu dos Mártires*. Introd. Aníbal Pinto de Castro. Lisboa: INCM, 1984. STEGMÜLLER, Friedrich – *Filosofia e teologia nas Universidades de Coimbra e Évora no Século XVI*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959. TORGAL, Luís dos Reis – *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981-1982. 2 vol. TRUCHET, Jacques – *La prédication de Bossuet: études des thèmes*. Paris: Editions du Cerf, 1960. 2 t. VELA, Gregorio de Santiago – *Ensayo de una Biblioteca Ibero-Americana de la Orden de San Agustin*. Madrid; El Escorial, 1925-1931. 8 vol. VERNEY, Luís António – *Verdadeiro método de estudar*. Ed. preparada por António Salgado Júnior. Lisboa: Clássicos Sá da Costa, 1949-1952. 5 vol. 1.ª ed. 1747. *VIEIRA escritor*. Org. Margarida Vieira Mendes; M. L. G. Pires; J. C. Miranda. Lisboa: Edições Cosmos, 1997. WERMERS, Manuel Maria – *A Ordem Carmelita e o Carmo em Portugal*. Lisboa: União Gráfica; Fátima: Casa Beato Nuno, [s.d.].

3. Época Contemporânea: ABRANCHES, Joaquim dos Santos – *Questões fundamentais*. Coimbra, 1891. *BIBLOS: Enciclopédia Verbo das literaturas de língua portuguesa*. Lisboa: Verbo, 1998, 1997, 1999. 3 vol. BRÁSIO, António – *D. António Barroso: Missionário, cientista, missiólogo*. Lisboa, 1961. BROCHADO, Costa – *Fátima à luz da história*. Lisboa, 1948. BRUNO, Sampaio – *A questão religiosa*. Porto: Livraria Chardron, 1907. CABRAL, António – *A águia do Marão (o grande orador António Cândido)*. Lisboa: Livraria Popular Francisco Franco, [1943]. CÂNDIDO, António – *Orações fúnebres*. Porto: Livraria Universal, 1880. [CARTA-PASTORAL de D. Manuel Vieira da Matos, arcebispo primaz sobre missões religiosas ao povo de 16-03-1922]. *Acção Católica*. 7: 4 (1922) 129-134. CASTRO, José de – *Bragança e Miranda*. Porto, 1951. CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Obras Pastorais*. Lisboa: União Gráfica, 1936, 1943, 1947, 1954, 1960. CLEMENTE, Manuel José Macário do Nascimento – *Nas origens do apostolado contemporâneo em Portugal: a Sociedade Católica (1843-1853)*. Braga: UCP, 1993. *CONCÍLIO Português: Pastoral colectiva: Decretos*. Lisboa: União Gráfica, 1939. CONGRESSOS: conclusões do Congresso dos Prègadores desta arquidiocese [Braga] realizado no dia 22 de Abril último (1922). *Acção Católica*. 7: 4 (1922) 243-245. CRÓNICA diocesana: prègações. *Acção Católica*. 7: 1 (1922) 35. CRUZ, Manuel Braga da – *As origens da democracia cristã e o salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença; Gabinete de Investigações Sociais, 1980. DIAS, José de Oliveira – *Novo Curso de Oratória Sagrada*. 2.ª ed. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1948. FERREIRA, António Matos – La Revolution Française et le development du Catholicisme au Portugal: quelques questions et perspectives (Perspectives de l'impact révolutionnaire et de l'émergence du liberalisme dans le Catholicisme portugais). In COLLOQUE LA REVOLUTION FRANÇAISE VUE PAR LES PORTUGAIS – *Actes*. Paris: FCG; Centre Culturel Portugais, 1990, p. 101-120. FIGUEIRA, Maria Fernanda de Barros Borges Reis – *A Faculdade de Telogia e o «racionalismo» do século XIX*. Tese de licenciatura apresentada em Coimbra em 1970. FIGUEIREDO, Filipe – A oratória sagrada. In *UM SÉCULO de cultura católica em Portugal* [séc. XX]. Lisboa: Edições Laikos, 1984, p. 257-274. GASPAR, João Gonçalves – *Lima Vidal no seu tempo, 1874-1958*. Aveiro, 1974. 3 vol. GOMES, Pinharanda – *História da diocese da Guarda*. Braga: Editora Pax, 1981. MACEDO, José Adílio Barbosa – D. António Barroso: síntese biográfica e bibliográfica. *Barcelos Revista*. 8 (1997) 41-72. MARQUES, A. H. De Oliveira – A questão religiosa. In *A PRIMEIRA República Portuguesa: para uma visão estrutural*. Lisboa: Livros Horizonte, [s.d.]. MARQUES, João Francisco – *A obra oratória de D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa*. In CONGRESSO INTERNACIONAL IX CENTENÁRIO DA DEDICAÇÃO DA SÉ DE BRAGA – *Actas*. Braga: UCP – Faculdade de Teologia; Cabido Metropolitano e Primacial, 1990, vol. 2: 2. Separata. IDEM – A rainha D. Amélia e o educador lazarista padre Alfredo Fragues, seu confessor. In *ENSAIOS em homenagem a Joaquim ferreira Gomes*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação, 1998, p. 541-574. IDEM – *Reacção da maioria católica à minoria protestante em Portugal*. In COLÓQUIO COMEMORATIVO DO CENTENÁRIO DA IGREJA DO TORNE: GAIA HÁ CEM ANOS – *Actas*. Vila Nova de Gaia, 1995. Separata. IDEM – *O rigorismo na espiritualidade popular oitocentista: o contributo da Missão Abreviada*. In COLÓQUIO INTERNACIONAL PIEDADE POPULAR, 20 a 23 de Novembro de 1998 – *Actas*. Lisboa: Terramar; Centro de História da Cultura da UNL, 1999, p. 231-242. Separata. MOUTA, J. Henriques – *Alexandre Lobo: antítese de Alves Martins*. Braga: Editora Pax, 1946. NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: INCM, 1998. NUNES, José Eduardo – *Obra oratória*. Pref. D. Manuel Trindade Salgueiro. Évora, 1963, 1966, 1969, 1970. 5 vol. *OBRAS pastorais de Ex.mo cardeal D. Américo, bispo do Porto*. 1901. OLIVEIRA, Miguel – *História eclesiástica de Portugal*. 2.ª ed. Lisboa: União Gráfica, 1948. PEIXOTO, Fernando Aníbal Costa – *Diogo Cassels, uma vida em duas margens*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP em 1995. PINA, A. – *Carlos Rademaker, 1828-1885. Restaurador dos Jesuítas em Portugal no século XIX*. Porto: Apostolado da Imprensa, 1967. PINTO, António Ferreira – *Elementos de eloquência sagrada*. 2.ª ed. 1909. PINTO, Francisco Correia – *Obras do cónego F. Correia Pinto: 1: Orações fúnebres*. Prefaciadas e publicadas pelo Dr. Xavier Coutinho. Porto: Livraria Tavares Martins, 1956. RAMOS, A. Jesus – *O bispo de Coimbra D. Manuel Correia de Bastos Pina*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1995. RAMOS, Luís A. de Oliveira – *Da Ilustração ao liberalismo*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1979. IDEM – *O cardeal Saraiva*. Porto: FLUP, 1972. RELATÓRIO anual da Associação dos Pregadores. *Acção Católica*. 7: 6 (1922) 235-237. REMÉDIOS, Mendes dos – *História da literatura portuguesa*. 6.ª ed. Coimbra: Atlântida-Livraria Editora, 1930. SILVA, Francisco Maria – *A alma do arcebispo apóstolo*. Braga, 1960. *SÍNODO Diocesano de Braga*, 1919. TELES, Basílio – *Do Ultimato ao 31 de Janeiro: a questão religiosa*. Lisboa: Livraria Moreira, 1913. TRINDADE, Manuel de Almeida – *O padre Luís Lopes de Melo e a sua época (1885-1951)*. Coimbra, 1958.

Apêndice II

HISTORIOGRAFIA. ***I. Época Medieval:*** No período de formação político-territorial de Portugal, da Batalha de Ourique (1139) ao tratado luso-castelhano de Alcanises (1297), a fixação escrita da história do passado do reino permaneceu, no essencial, uma actividade letrada eclesiástica, como já acontecera, aliás, desde os finais do século IX, quando a Hispânia cristã ocidental a sul da Galiza passou a estar integrada no reino das Astúrias-Leão. De facto, na época dos condes portucalenses e conimbricenses, foram os mosteiros* e as catedrais que, ainda de uma forma mais exclusiva, centralizaram os esforços tendentes a ler e a meditar o presente em função do registo escrito de uma história geral e regional da Península e da própria Cristandade. Uma tal actividade justifica-se, em primeiro lugar, devido ao facto de ser nas bibliotecas eclesiásticas* do Entre Minho e Mondego que se encontravam disponíveis algumas das grandes obras da historiografia cristã dos finais do Império Romano e várias das que haviam sido produzidas na Hispânia suevo-visigótica, moçárabe* e asturiana, permitindo, desse modo, aos religiosos pensar e inserir o presente no devir da Cristandade. Na verdade, sabemos que as bibliotecas do mosteiro condal de Guimarães e da Sé de Coimbra possuíam, respectivamente, em meados do século X e a partir da restauração definitiva do bispado sedeado na cidade (1080), muitos desses textos, nomeadamente a *História eclesiástica* de Eusébio de Cesareia, a obra fundadora da uma leitura cristã sobre o passado, os *Varões ilustres* de São Jerónimo, uma colectânea de biografias dos antigos construtores do cristianismo, *A Cidade de Deus* de Santo Agostinho, onde se expuseram as bases teológico-filosóficas da concepção providencialista da história, as *Etimologias* de Isidoro de Sevilha, a enciclopédia em que se encontravam registadas as mais importante efemérides do passado do povo eleito, *As histórias dos Godos, Vândalos e Suevos*, do mesmo autor, dedicadas à demonstração do providencialismo da monarquia visigótica de Toledo, a chamada *Collectio Hispana*, na qual se compilavam as deliberações dos concílios* hispânicos, celebrando, portanto, ainda que indirectamente, as glórias do saber e do poder do episcopado da já extinta monarquia goda, e os *Comentários ao Apocalipse* do beato de Liébana, que convidavam à meditação sobre os sinais anunciadores da proximidade dos fins dos tempos. Por outro lado, também é provável que nessas ou em outras bibliotecas eclesiásticas da fronteira ocidental do reino das Astúrias-Leão se registasse a presença de textos representativos da historiografia ovetense desenvolvida nos tempos de Afonso II (792-842) e Afonso III (866-910), nos quais se pretendia primeiro insinuar e, depois, provar uma suposta continuidade dinástica entre os reis godos de Toledo e os soberanos de Oviedo e de Leão, em ordem a transferir para estes últimos a legitimidade e o prestígio de herdeiros e continuadores dos poderes outrora detidos por uma monarquia cristã visigótica (*v.* VISIGODOS) vista como sagrada e até mesmo messiânica, ou seja, a tese historiográfica de que as conquistas obtidas pelos monarcas das Astúrias contra os senhores muçulmanos do Sul da Península se fariam em nome da recuperação e restauração de direitos terrioriais ilegitimamente apropriados pela força e pela violência islâmicas, isto é, em nome da reconquista* de uma soberania que teria sido usurpada e profanada. Com efeito, o conhecimento da historiografia ovetense parece deduzir-se do conteúdo das obras originais que, no Entre Douro e Mondego dos finais do século XI e começos do XII, procuraram fixar o sentido do passado ibérico regional posterior à conquista muçulmana da Península, ou seja, os anais compostos nos mosteiros de Santo Tirso, Grijó e Lorvão, sobretudo os últimos. De facto, quando o mosteiro, durante a segunda década do século XII, procurou rememorar um passado susceptível de ser reivindicado pelos seus monges e prestigiar a comunidade, sintetizou-o numa curta série de seis notícias, em que se evocavam efemérides maioritariamente respeitantes aos fundadores do poder asturiano a sul do rio Minho, ou seja, aos reis e aos condes asturianos do século IX, recordando, portanto, um passado regional de fronteira bem associado ao prestígio detido pela supostamente goda e também sacralizada monarquia leonesa, ao mesmo tempo que, à excepção da lembrança da definitiva reconquista cristã de Coimbra por Fernando I e da notícia da morte do seu filho e sucessor, o rei Afonso VI, nada se registou sobre os tempos mais próximos. Certamente porque, para Lorvão, um mosteiro que havia sido fundado no século X e que rapidamente progredira, devido ao apoio dos reis e dos condes asturianos, assim como, durante o século XI, através de doações e protecções

História eclesiástica, *de Eusébio de Cesareia, Santa Cruz de Coimbra (Porto, Biblioteca Pública Municipal).*

alcançadas entre os cavaleiros moçárabes da cidade do Mondego, era preferível silenciar a recente hostilidade que havia despertado ao conde Henrique da Borgonha, visto ele ter considerado o poderoso cenóbio na qualidade de obstáculo regional à penetração dos interesse político-religiosos franco-romanos no condado conimbricense. Assim, após o mosteiro de Lorvão ter sido extinto e anexado à Catedral de Coimbra (1092), para depois se voltar a refundar como abadia beneditina (1116), os seus anais optaram por renegar o presente e lembrar um passado asturiano capaz de demonstrar como sempre deveriam ter merecido respeito, reconhecimento e gratidão por parte de qualquer detentor dos poderes delegados pelos reis sobre o condado conimbricense. De uma forma geral, as memórias do Entre Minho e Mondego consagradas nos anais de Santo Tirso e de Grijó, também partiam de recordações que inseriam a região na história da monarquia asturiana. Nos primeiros, compostos cerca de 1079 e abrangendo 25 notícias, evocam-se, com efeito, os feitos militares dos reis das Astúrias-Leão que haviam contribuído para a expansão da fronteira ocidental do reino, nomeadamente os de Fernando I, apresentado como o campeão da Reconquista cristã que soubera vingar as derrotas produzidas pelas incursões militares de Almansor a norte do Mondego, pelo findar do primeiro milénio do nascimento de Cristo. Contudo, os anais de Santo Tirso não se limitam a recordar o passado régio do território. Também registam efemérides regionais relacionadas com a acção dos antigos condes de origem asturiana e dos infanções portucalenses, sobretudo, neste último caso, os antepassados dos senhores da Maia, a família que fundara o cenóbio no século X e que continuava a protegê-lo e a beneficiá-lo. Na verdade, o passado recordado a propósito dos infanções distingue-se, radicalmente, do evocado para os condes. Enquanto estes são lembrados na qualidade de guerreiros incapazes de proteger as terras da cristandade ibérica ocidental dos ataques muçulmanos, ou de até nelas provocarem rebeliões e lutas internas susceptíveis de as fragilizarem militarmente perante a ameaça islâmica, os infanções recordam-se enquanto iniciadores das vitórias que tinham antecedido e permitido as posteriores conquistas obtidas por Fernando I na fronteira a sul do Douro, apresentando-se, desse modo, como grupo apoiante e solidário da realeza guerreira que se havia prestigiado e legitimado através de uma expansão territorial destinada à recuperação e restauração da presença cristã em terras até então profanadas pelos muçulmanos. Mais tarde, cerca de 1111, os anais de Grijó, um mosteiro situado a sul do Douro, cujos patronos se aparentavam com os infanções da família da Maia, continuaram e ampliaram as notícias históricas que haviam sido compostas em Santo Tirso, dedicando as suas escassas oito lembranças do passado às recordações respeitantes aos novos avanços territoriais da fronteira ocidental do reino das Astúrias-Leão, sobretudo a que correspondia à linha do Tejo, tanto no que toca à memória da sucessiva ocupação cristã de várias cidades (Toledo, Talavera, Santarém e Sintra), como à das batalhas, derrotas e mortes que a respectiva defesa foi suscitando (Zalaca e Vatalandi), a fim de promoverem no presente um generalizado sentimento colectivo de resistência e vingança guerreiras. A exemplo dos anais de Santo Tirso, também se atribuem aos reis e aos infanções portucalenses, com particular destaque para os das famílias da Maia e de Grijó, sendo esta última a principal protectora do cenóbio, o que de mais positivo se lembrava acerca do passado. Em contrapartida, a memória dos condes francos, Raimundo e Henrique de Borgonha encontra-se muito pouco referenciada ou até vista negativamente, já que os anais, ao terminarem com a notícia da reconquista islâmica de Santarém, em 1111, demonstram uma grande apreensão sobre a realidade política do presente, tal como, de resto, já o haviam feito os de Santo Tirso, dado terem terminado com o registo da ocorrência de um eclipse, durante o qual o dia se tornara noite e pressagiara a vinda de perigosos e receados tempos, ou seja, aqueles em que o rei Afonso VI, antes de ter conquistado Toledo, parecia estar mais interessado em negociar o pagamente de avultados tributos aos senhores muçulmanos para não os combater, do que continuar, conforme defendiam os infanções portucalenses, a expansão territorial do reino e a conquista das cidades do Sul islâmico. Sobretudo preocupados em registar um passado capaz de fornecer ao presente a consciência da necessidade de prosseguir e intensificar a guerra* da fronteira cristã, os anais de Santo Tirso e de Grijó tiveram repercussões distintas

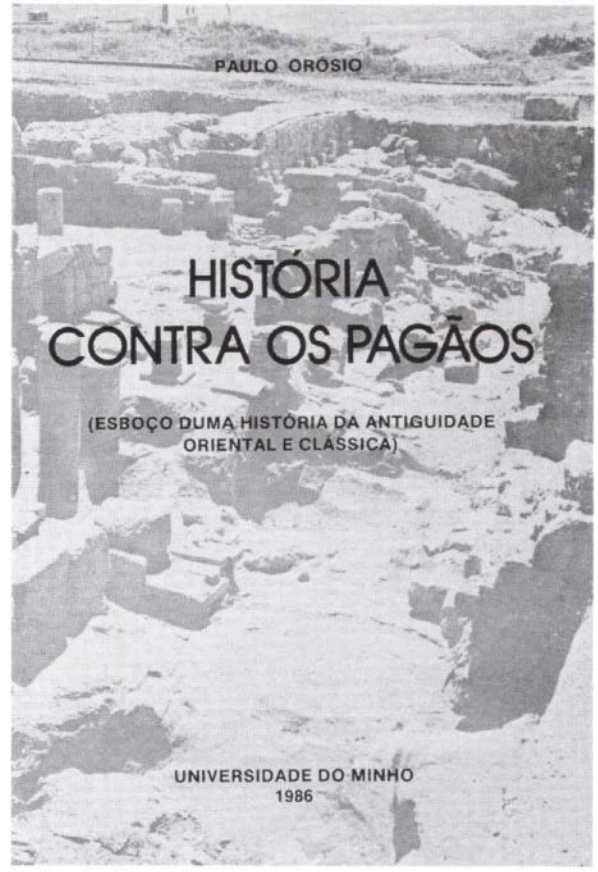
dos de Lorvão. De facto, estes últimos, enquanto portadores de uma memória de legitimação leonesa de bens, privilégios e poder simbólico, não alcançaram grande eco social, desconhecendo-se qualquer testemunho de uma sua apropriação textual ou continuidade de escrita. Pelo contrário, os anais de Santo Tirso e os de Grijó, na qualidade de defensores do valor de um passado prestigiado pela prática da acção guerreira contra o Islão, tiveram mais sucesso, tendo sido copiados e continuados em Santa Cruz de Coimbra, o mosteiro de cónegos regrantes de Santo Agostinho que fora fundado, em 1131, por Afonso Henriques e que passou a desempenhar, a partir da segunda metade do século XII, as funções de principal centro de produção letrada de textos historiográficos destinados a construir um passado legitimador da autonomia política do reino de Portugal (*v.* CÓNEGOS REGULARES DE SANTA CRUZ). Com efeito, as primeiras manifestações do que já podemos designar como historiografia portuguesa encontram-se em duas séries de notícias históricas compostas pelos cónegos regrantes conimbricenses por volta de 1169 e 1185, as que referiremos como *Anais de Santa Cruz I* e *II*, se bem que já antes deles, desde o momento em que no mosteiro se haviam copiado, entre 1140 e 1150, os *Anais de Santo Tirso* e os *de Grijó* na folha de guarda de um homiliário datado de 1139 (o ano da Batalha de Ourique), já os letrados do cenóbio se tivessem distinguido, quer pela obtenção para a sua biblioteca de exemplares de várias obras clássicas da historiografia romana, visigótica e talvez mesmo da moçárabe (*Crónica de 754*) e da asturiana (*Nomina Régia* dos tempos de Afonso II), quer pela escrita de memórias hagiográficas (*v.* HAGIOGRAFIA E SANIDADE) relacionadas com o passado da fronteira lusa contra o Islão (*Vida de Martinho de Soure*, c. 1150), ou com a acção nela desenvolvida pelo rei Afonso Henriques (*Vida de Telo*, c. 1155; *Vida de Teotónio*, c. 1163). Tal como, de resto, competia a uma instituição eclesiástica letrada cujo padroado régio e as funções político-administrativas desenvolvidas por alguns dos seus membros, quer na cúria afonsina, quer no posterior desempenho de cargos episcopais em algumas das mais importantes dioceses do reino, tornavam particularmente responsável pela salvaguarda da memória, do prestígio e da legitimidade da monarquia portuguesa, tanto mais quanto o Mosteiro de Santa Cruz havia sido eleito como necrópole da dinastia régia que então se iniciava, tornando-se, desse modo, obrigado e interessado guardião das memórias do fundador do reino. Ao mesmo tempo, aliás, que também lhe competia, ainda em vida de Afonso Henriques, exaltar e celebrar o considerado transcendental e providencialista destino histórico que o rei teria sabido cumprir e continuaria a assegurar, mesmo quando, na sequência do chamado desastre de Badajoz, parecesse extremamente difícil que ele fosse capaz de evitar as consequências da sujeição feudal da realeza lusa à leonesa, e que conseguisse impedir o recuo da fronteira meridional do reino perante as aguerridas investidas militares dos cavaleiros almóadas. De facto, foi neste contexto de profunda crise político-militar que os *Anais de Santa Cruz I* se propuseram construir um passado capaz de dissipar dúvidas e incertezas, procurando demonstrar pela história como Afonso Henriques sempre fora o protagonista de uma causa delineada e protegida pela divindade. No seu conjunto, as 14 notícias que foram compiladas cerca de 1169 referem-se a acontecimentos maioritariamente ocorridos a sul do Mondego, durante as décadas de 50 e 60, sobretudo os sucessos bélico-militares (conquistas, cercos e batalhas) que possibilitaram a rápida expansão do reino luso em direcção às vilas e cidades do Além-Tejo, tendo quase todos o rei fundador como único e exclusivo agente. Para além disso, Afonso Henriques representa-se enquanto monarca superlativo que absorve toda a ribalta da glória da Reconquista peninsular do seu tempo, sendo referido como prestigiado centro de uma régia estirpe, onde se incluem, para além do mulher, citada enquanto *regina*, o filho (*rex*), o avô (*rex*) e o primo (*imperator*), dois soberanos a quem os Crúzios silenciam feitos e poderes. Acima dele, com efeito, apenas se recorda um personagem sagrado, o *Dominus* divino, ou seja, aquele que, no dizer dos anais, lhe colocaria nas mãos as vilas e cidades conquistadas, à semelhança de feudos outorgados pelo suserano a um desejado e dilecto vassalo. Depois, uma vez que o texto dos anais de 1169 prolonga as notícias anteriormente fixadas nos de Santo Tirso e nos de Grijó, sem as separar ou creditar, os tempos de Afonso Henriques apenas encontram paralelo nos que antes se registam, num passado já remoto, a propósito do rei Fernando I. Neste sentido, o monarca luso, visto na qualidade de guerreiro insuperável e de vassalo de Deus, também se concebe como o novo campeão da cristandade hispânica que tivera nos senhores muçulmanos derrotados na Batalha de Ourique os seus Almansores, os únicos e superados verdadeiros adversários. De facto, para os anais de Santa Cruz, que situam o momento de Ourique no dia da comemoração litúrgica de Santiago, esse fora o início simbólico de uma refundação da cristandade hispânica, já que equivaleria a um recomeço abençoado pelo apóstolo que era considerado responsável pela primitiva evangelização da Hispânia. Em suma, os anais latinos de cerca de 1969, a que Pierre David denominou *Annales Portugalensis Veteres*, comemoravam o valor e o prestígio ibéricos do velho rei de Portugal, projectando no passado modelos de futuro e apelos ao reforço da unidade entre os grupos privilegiados em torno da Coroa. Globalmente, esta primeira tentativa de construção historiográfica de um passado justificativo da coesão e autonomia política da monarquia portuguesa conheceu uma vasta e prolongada transmissão textual, tendo-se tornado, após a morte do rei, em 1185, um instrumento de trabalho litúrgico para as instituições eclesiásticas a quem os favores e a generosidade de Afonso Henriques obrigavam, tal como sucedia em Santa Cruz de Coimbra, a comemorar anualmente a memória e a piedosa lembrança do fundador do reino. Não admira, portanto, que tenham sido copiados, quer em comunidades religiosas espiritualmente ligadas aos crúzios conimbricenses ou à sua regra, sendo esse o caso do mosteiro de cónegos regrantes de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, onde foram transcritos em 1245, quer em templos diocesanos marcados pela presença de sacerdotes oriundos de Santa

Cruz, tal sucedendo em Lamego, no ano de 1262, ou até em mosteiros cuja antiga e comum protecção do primeiro monarca português motivara aproximações e trocas culturais com os cónegos que cultuavam o seu túmulo, o que sucedeu em Alcobaça, o mosteiro cisterciense onde os anais ainda se copiaram durante o século XII. Entretanto, nas duas últimas décadas da centúria, já depois do papado ter reconhecido a realeza portuguesa através da bula *Manifestis Probatum* (1179), os cónegos regrantes de Coimbra ou de Lisboa, através de letrados pertencentes aos mosteiros de Santa Cruz e de São Vicente de Fora (*v.* CÓNEGOS REGRANTES DE SANTO AGOSTINHO), continuaram a produzir parcelares e ensaísticas versões do passado afonsino, seja recordando, talvez ainda em vida de Afonso Henriques, quando, em 1184, as hostes almóadas cercaram Santarém, como o rei fundador outrora a conquistara com um reduzido grupo de guerreiros e graças a ajudas celestes e a orações dos crúzios (*De Expugnationis Scalabis*), seja, já após a morte do monarca, cerca de 1188, a forma como ele se associara, por ocasião da reconquista de Lisboa, em 1147, a milagres de cruzados mártires e a demonstrações de deferência e generosidade para com os eclesiásticos que nela participaram e contribuíram para a restauração cristã da urbe (*Indiculum Fundationis Monasterii S. Vicentii*). Tratando-se, em ambos os casos, de relatos circunstanciais do passado militar afonsino, caracteriza-os o crescente pendor cruzadístico (*v.* CRUZADA) e hagiográfico com que é recordada e exaltada a sua acção, apontando, portanto, para a progressiva fixação de uma representação histórica em que o construtor guerreiro de um novo reino da cristandade ibérica da Reconquista tende a dar lugar ao providencial iniciador de uma realeza textualmente comparada à que fora exercida pelos monarcas bíblicos do Antigo Testamento. De resto, uma tal leitura encontra-se subjacente aos *Anais de Santa Cruz II*, que, entretanto, pouco após a morte do rei, talvez ainda em 1185, haviam sido compostos no mosteiro em que já se encontrava sepultado. Intitulados por Monica Blocker-Walter, a sua principal estudiosa, como *Annales Domni Alfonsi Portugalensium Regis*, constituem, ao longo das 26 notícias que abrangem o período que vai de 1125 a 1184, uma renovada construção historiográfica, já muito próxima do género cronístico, do sentido sagrado e cruzadístico do passado afonsino. Com efeito, se, comparativamente aos anais crúzios dos finais da década de 60, o passado profano da governação de Afonso Henriques surge bastante ampliado, recordando-se, para além de notícias sobre a administração e a defesa dos territórios conquistados ao Islão, sendo esse o caso da lembrança de algumas práticas régias de repovoamento e fortificação da fronteira, várias efemérides dinásticas relacionadas com a transmissão familiar da monarquia e, sobretudo, um grande número de sucessos militares régios antes omitidos ou silenciados, o certo é que essa dimensão temporal e terrena da evocação do reinado que então havia terminado acaba por ser percepcionada como consequência da afirmação de um poder permitido, conduzido e coadjuvado pela divindade. De facto, embora o valor dos feitos atribuídos ao monarca fundador seja textualmente aproximado

Imagem do Apocalipse do beato de Liébana, *invocando liturgia sumptuosa (Léon, Igreja de San Isidoro).*

ao de ilustres políticos e militares da Antiguidade romana pagã, como Cipião, os letrados crúzios preferem equipará-lo, logo na sua primeira notícia, ao que o Antigo Testamento creditara a Judas Macabeu, ao mesmo tempo que se contextualizavam as vitórias obtidas na guerra fronteiriça contra o Islão como cumprimento de um providencial e quase messiânico destino régio. Na realidade, o Afonso Henriques dos *Anais de Santa Cruz II* representa-se como um monarca predestinado por Deus para resgatar a cristandade ibérica, libertando-a dos muçulmanos que a haviam invadido e ocupado enquanto instrumento da ira divina que punira os pecados praticados pelos antigos reis godos de Toledo. Sendo assim, os cónegos de Coimbra, num momento em que a morte do primeiro rei português recolocara a questão das incertezas sobre o futuro político da dinastia e do próprio reino, tanto devido à continuação da pressão militar islâmica na fronteira meridional, como às tensões e conflitos armados travados com o reino cristão vizinho, procuravam encontrar no passado um modelo de monarquia a imitar e a continuar, legitimando-a historicamente enquanto poder sagrado predestinado ao combate com o Islão e totalmente desvinculado de qualquer subordinação histórica à Coroa de Leão, uma vez que lhe contestavam a superioridade dos direitos inerentes à tese de que o ascendente ibérico

dos respectivos monarcas assentaria na qualidade de herdeiros directos da sagrada e providencial monarquia goda de Toledo. No fundo, de forma mais explícita, tratava-se de retomar uma leitura do passado hispânico que já havia sido insinuada pelos *Anais de Santa Cruz I*, quando fizeram preceder o texto das efemérides compiladas nos antigos *Anais de Santo Tirso* e *de Grijó*, primeiro pela cópia do breve esquema cronológico da história dos godos que se encontrava disponível na *Crónica moçárabe de 754*, segundo o qual se afirmava, explicitamente, a total extinção da realeza peninsular visigótica a partir da conquista muçulmana da Hispânia, e, logo depois, pela transcrição da lista dos reis das Astúrias que se encontrava numa *Nómina Régia* produzida nos tempos do rei Afonso II, onde ainda não se encontrava consagrada a reivindicação de uma continuidade dinástica entre os monarcas de Oviedo e os soberanos godos de Toledo. De uma forma geral, a leitura que os *Anais de Santa Cruz I* e *II* desenvolveram acerca da legitimação histórica das origens e da autonomia peninsulares da realeza e do reino de Portugal permaneceu, durante muito tempo, como trave-mestra da historiografia eclesiástica relativa ao passado luso, não tendo sofrido qualquer substancial alteração ou acrescento durante todo o século XIII. Decerto, porque se podia facilmente articular com a forma pela qual a bula *Manifestis Probatum* interpretara o sentido do devir português, já que reconhecera a monarquia portuguesa enquanto poder responsável pela conquista cruzadística de um reino considerado como feudo da Santa Sé, sendo em nome dessa acção militar, protagonizada por Afonso Henriques, que lhe legitimara o exercício dinástico de uma soberania ibérica, apenas condicionada, no exterior da Península, pelas obrigações decorrentes de uma vassalagem prestada ao bispo-senhor de Roma. De resto, do ponto de vista das grandes instituições religiosas do reino, a interpretação crúzia e papal sobre a génese e funções da monarquia portuguesa revelava-se um bom e indispensável instrumento jurídico, já que lhe permitia utilizar decisivos argumentos históricos para litigar a contestação feita ao exercício e à expansão dos privilégios senhoriais eclesiásticos, tal como aconteceu, intermitentemente e em nome da crescente afirmação de uma política régia de centralização régia de poderes, durante os reinados de Sancho I, Afonso II, Afonso III e Dinis. De facto, neste contexto, não tinha muito sentido desenvolver esforços letrados para novas releituras ou até mesmo revisões pontuais sobre o sentido das origens e do devir político da monarquia lusa, antes funcionando o que se encontrava consagrado pelos anais crúzios como arquétipo histórico pelo qual se deveria aferir a ilegitimidade de comportamentos régios que, no presente, o distorcessem ou negassem, como, aliás, veio a ocorrer, por via jurídico-diplomática, por ocasião, quer de diversas intervenções escritas que os religiosos produziram para forçar e justificar a deposição papal do rei Sancho II, quer na documentação elaborada para expressar agravos e censuras durante a celebração de várias cortes gerais dos reinados de Afonso III ou Dinis, sobretudo até à celebração da concordata* de 1289. Para além disso, se a generalidade dos eclesiásticos portugueses se sintonizaram, ao longo da centúria de Duzentos, com as teses historiográficas crúzias para se posicionarem contra a luta anti-senhorial desenvolvida por sucessivos monarcas, mesmo um soberano tão radical na defesa da necessidade de subordinar o exercício dos poderes temporais detidos no reino pelas instituições religiosas à soberania e à fiscalização régias não deixou de a utilizar como argumento para suscitar uma mediação papal, no contexto externo das iniciativas político-diplomáticas destinadas a salvaguardar a integridade territorial portuguesa então ameaçada por invasões e incursões militares leonesas, fazendo-o em nome das obrigações históricas que a Igreja tinha contraído no passado relativamente ao avô que conquistara Portugal ao Islão e o governara como feudo de Deus e da Santa Sé. Sendo também, por outro lado, em nome do passado de uma monarquia vinculada a apoios e protecções anteriormente dispensados pela divindade e pela sua Igreja, que o rei Afonso III defendeu a legitimidade política de se apropriar do trono, na sequência da deposição papal do irmão, o monarca Sancho II, e que, tanto ele como o filho, o rei Dinis, encontraram depois alguns dos argumentos históricos utilizados nas negociações luso-castelhanas destinadas a reivindicar para a Coroa portuguesa a plena soberania sobre o Algarve, já que sobrepuseram ao valor feudal dos direitos reivindi-



Capa da História contra os pagãos, *de Paulo Orósio, ed. de José Cardoso, Universidade do Minho, 1986 (Lisboa, Biblioteca Nacional).*

cados pela Coroa do reino vizinho através da suserania antes obtida sobre o último senhor muçulmano do território, à supostamente superior e mais antiga condição de reis descendentes do providencial fundador de uma monarquia a quem a Santa Sé* reconhecera como vassalo, a ele entregando, dinasticamente, um feudo resgatado ao Islão, para o governar e expandir através da conquista cruzadística de espaços ainda usurpados e profanados pelos infiéis, tal como o teria feito Afonso III durante as campanhas miliares algarvias de 1249 e 1250. Porém, se, em Duzentos, as instituições eclesiásticas lusas não produziram nenhum grande texto historiográfico original que funcionasse como alternativa ao passado fixado pelos anais crúzios de finais do século XII, tal não significa qualquer diminuição do seu interesse pela história, sobretudo entre as comunidades cujo padroado régio, ou a condição de espaços em que se situavam os túmulos de antigos soberanos, implicavam a especial obrigação de ler e meditar sobre o devir do reino e dos seus monarcas. De facto, tanto em Santa Cruz de Coimbra, onde repousavam os corpos de Afonso Henriques e Sancho I, como na abadia cisterciense de Alcobaça*, que se tornara necrópole régia a partir de Afonso II, se foi assistindo, durante toda a centúria, ao enriquecimentos das respectivas bibliotecas com códices em que se continham obras de historiadores romanos, tais como as *Antiguidades judaicas* de Flávio Josefo e a *História contra os pagãos* do hispânico Orósio de Braga, e até dos mais recentes, sendo esse os casos da *História eclesiástica*, composta nos finais da centúria anterior pelo dominicano Pedro Comestor, um mestre das escolas parisienses, e da *Crónica dos imperadores e dos papas*, elaborada, cerca de 1274, por Martinho da Polónia, um clérigo da corte papal, ao mesmo tempo que, sobretudo em Alcobaça, se procedia à recolha e à cópia de textos latinos cruzadísticos sobre sucessos militares ocorridos durante a Reconquista portuguesa, encontrando-se nessa situação o poema que o talvez clérigo franco Gosuíno dedicara à evocação da conquista de Alcácer do Sal, em 1217 (*De Expugnatione Salacie Carmen*). Por outro lado, em ambos os mosteiros, também se foi prosseguindo o labor letrado do registo escrito de notícias soltas e dispersas sobre as consideradas principais efemérides da história contemporânea do reino luso, dando origem a notícias que seriam posteriormente compiladas em textos historiográficos fixados nas duas centúrias seguintes. Porém, durante o século XIII, o gosto e o interesse dos eclesiásticos pela história não se encontrava apenas circunscrito aos letrados pertencentes a comunidades de cónegos regrantes e de cistercienses, estando também testemunhado, desde os finais do século XII, entre os clérigos diocesanos das principais catedrais do reino, uma vez que a progressiva associação entre o conhecimento do passado e o saber jurídico implicava a possibilidade de utilizar os textos historiográficos na qualidade de argumentos de autoridade e de prova, nos cada vez mais numerosos conflitos sobre os limites territoriais da jurisdição espiritual e temporal dos bispos e cabidos* das dioceses lusas, seja em relação à realeza centralizadora, seja no tocante a conflitos ocorridos entre instituições congéneres situadas no reino ou fora dele. Nesse sentido, e com esse uso, sabemos, por exemplo, que a biblioteca da Catedral de Braga possuía uma importante secção de obras históricas, nas quais se incluíam, a par de alguns textos da Antiguidade romana relativos ao conjunto do espaço imperial (*Breviarum Rerum Gestorum Populi Romani*, de Rufo Festo) ou a províncias não peninsulares (*De Bello Gallico*, de Júlio César), muitos dos que, embora partindo de uma história geral da Cristandade, acabavam por se centrar nos acontecimentos hispânicos, tal como se verificava em relação a Orósio de Braga (*História contra os pagãos*) ou a Idácio de Chaves (*Crónica*), e, mais desenvolvidamente, os representativos da posterior historiografia visigótica (*Crónica* de João de Biclara ou de Santarém, *História dos Godos, Vândalos e Suevos* de Isidoro de Sevilha, *Varões ilustres* de Ildefonso de Toledo, *História de Vamba* de Julião de Toledo) e, sobretudo, asturiana (*Crónica* de Afonso III, *Crónica* de Sampiro). De resto, nos finais do século XIII, o uso jurídico da história para legitimar direitos e prerrogativas adquiridos no passado, ou apresentados enquanto tal, também começa a interessar as elites leigas (*v.* LAICADO. ÉPOCA MEDIEVAL) do reino, nomeadamente a grande nobreza senhorial que contestava a centralização régia do poder. Ora, faltando-lhe os meios e os saberes necessários à construção de sólidas e fundamentadas argumentações históricas letradas, foi-se socorrendo da ajuda de eclesiásticos dependentes ou solidários com os seus interesses e estratégias de combate político. Por um lado, valendo-se das competências e dos materias disponíveis nas comunidades monásticas tradicionais sobre que há muito exerciam um padroado familiar, sendo esse o caso, por parte das velhas e poderosas linhagens da fidalgia do Entre Douro e Minho, das abadias, em geral beneditinas (*v.* BENEDITINOS), que os seus antepassados há muito haviam fundado e protegido. Por outro, pedindo a interessada colaboração dos clérigos que se encontravam directamente ao serviço da sua casa senhorial, ou que, estando ligados por laços de parentescos aos chefes de linhagem, exerciam funções clericais ou religiosas em instituições eclesiásticas, tal como ocorreu, nomeadamente, com a nobreza senhorial mais recente, aquela que subira na escala nobiliárquica da fidalguia do reino graças ao serviço da própria corte, ou a vantajosas ligações de parentesco e de interesses político-económicos, seja com as elites urbanas do país a sul do Douro, seja com as ordens religiosas militares que aí detinham, desde os tempos da definitiva reconquista do Além-Tejo, grandes domínios e senhorios, com a vantagem, neste último caso, de serem dirigidas e administradas por monges-guerreiros recrutados, numa significativa parte, entre os filhos segundos e os bastardos de muitas das suas famílias. Assim, na passagem do século XIII para o XIV, apareciam, graças ao contributo prestado por eclesiásticos letrados, as primeiras obras portuguesas em que o passado do reino se evocava, explícita e objectivamente, a propósito dos interesses profanos da nobreza senhorial, sendo redigidas na língua dos leigos, o galaico-português, um falar que tinha tinha vindo a atingir, ao longo da centúria de Duzen-

tos, uma expressão escrita cada vez mais generalizada. Primeiro, segundo uma forma genealógica, através do chamado *Livro velho de linhagens*, no qual os monges da velha abadia beneditina de Santo Tirso lembraram, nos finais dos anos 80, as tradições e a ascendência da linhagem dos seus principais patronos, a dos senhores de Riba de Vizela, fazendo-a entroncar no conjunto das supostas cinco famílias fundadoras da fidalguia lusa, quando, antes dos reis portugueses, *andarom a la guerra a filhar o reino.* Depois, cerca de 1315, de acordo com um género propriamente historiográfico, o cronístico, por via da tradução do árabe para o galaico-português da *Crónica do mouro Rasis*, um texto em que, devido ao contributo letrado do clérigo, talvez hospitalário, Gil Peres, os senhores em cuja casa então servia, a dos de Aboim-Portel, puderam encontrar uma história geográfica da península muçulmana particularmente atenta aos espaços meridionais, ou seja, aqueles onde tinham obtido e expandido, durante a segunda metade do século XIII e os começos da centúria seguinte, o património senhorial responsável pela sua ascensão na hierarquia da fidalgia dos reinados de Afonso III e de Dinis. No seu conjunto, todo este novo interesse senhorial pela rememoração da época da Reconquista anterior à formação política do reino de Portugal não impediu que os letrados da corte régia continuassem a considerar a sucessão dinástica da realeza lusa como o tempo histórico em que se tinham originado todos os poderes então existentes, quer da Coroa, quer dos senhores, seguindo a tese de que estes últimos se teriam originado pela generosidade e vontade dos soberanos lusos, sendo, portanto, ilegítimos os que não pudessem provar documentalmente um tal início. Neste contexto, marcado, ao longo do reinado de Dinis, seja pelo desencadear de inquéritos régios destinados a avaliar as bases legais do exercício de poderes senhoriais, seja pelo sentenciamento no tribunal da corte do monarca, em 1290, dos que foram considerados usurpações aos bens e direitos da Coroa, ou ainda, numa plano bélico, pelos confrontos militares travados entre os exércitos do soberano e as hostes dos grandes senhores, como ocorreu, mais intensamente, durante a guerra civil de 1319-1324, a concepção da realeza e dos letrados da sua chancelaria acerca do passado português mantinha-se fiel ao princípio de que a história lusa apenas se originara a partir do momento em que Afonso Henriques resgatara Portugal ao Islão e assim iniciara um poder monárquico transmitido dinasticamente até ao presente, de acordo, aliás, como os princípios historiográficos que haviam sido fixados, num contexto ibérico, pela analística crúzia de finais do século XII. Por isso, talvez possamos considerar que o texto da chamada *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, onde se regista, em 1429, de forma mais analística do que cronística, a *remembrança dos Reys que foram destes Reynos de Portugall e do Alguarve*, desde o conde Henrique da Borgonha até Dinis, preocupando-se em precisar, para cada um deles, a cronologia do respectivo reinado e a fornecer indicações suplementares sobre a identidade das rainhas e dos infantes, assim como acerca dos locais onde se encontravam sepultados os monarcas idos, não tenha sido originalmente composto nos começos de Quatrocentos, e que apenas correspondesse à refundição escrita de um anterior primeiro ensaio de constituição de uma historiografia régia, contraposta, nos começos do reinado de Afonso IV, à que vinha a ser desenvolvida pelas grandes casas senhoriais do reino, e, tal como ela, redigida em língua vulgar. Estruturando-se, no dizer de Lindley Cintra, como uma «espécie de tábua cronológica» destinada a permitir averiguar a validade diplomática de *doações e outras escripturas* outrora outorgadas pelos monarcas lusos, essa hipotética primitiva redacção da actual *Crónica Breve do Arquivo Nacional* poderia então ter representado a primeira concepção régia do passado português, pela qual se expressaria a vontade e a necessidade de confrontar, através de fontes jurídico-documentais, o passado reivindicado pelo senhorialismo luso enquanto suposta origem dos respectivos direitos e prerrogativas, o que, a ser assim, anteciparia preocupações de crítica histórica que só viriam a ser sistematicamente desenvolvidas a partir das crónicas de Fernão Lopes. Contudo, a ter existido uma resposta cronística da corte de Afonso IV à progressiva construção e difusão de um passado senhorial português, registada por escrito e em língua vulgar, tal não impediu que ele progredisse e melhor se estruturasse durante a década de 40 do século XIV, numa conjuntura em que a vitória obtida ao Islão pela cristandade ibérica coligada nos campos castelhanos do Salado reavivou e renovou o gosto senhorial pelo passado. De facto, foi então que se produziram, no seio das grandes casas fidalgas e das poderosas instituições eclesiásticas lusas que tinham colaborado, directa ou indirectamente, na hispânica e cruzadística empresa militar do Salado, diversos textos redigidos em galaico-português, onde se fazia a apologia do papel que a nobreza guerreira e as ordens religiosas militares (*v.* ORDENS MILITARES) tinham desempenhado no passado da reconquista de Portugal, reivindicando, desse modo, junto da realeza, a necessidade de nelas continuar a reconhecer e a agraciar os privilégios e a gratidão devidas aos legítimos herdeiros dos que lhe teriam possibilitado o reino em que exercia soberania dinástica, desde os tempos de Afonso Henriques. Do ponto de vista cronístico, redigiram-se então as chamadas *Crónica da conquista do Algarve*, uma secção da mais global e hoje perdida *Crónica do mestre Paio Peres Correia*, e, segundo uma nomenclatura proposta por Diego Catalán, a *Crónica portuguesa de Espanha e Portugal*. Na primeira, composta nos círculos letrados do mestrado da hispânica ordem religiosa militar de Santiago, em Castela-Leão, o gosto e o interesse pelo passado peninsular cruzadístico que havia sido despoletado pelo feito do Salado recordava-se e celebrava-se através da lembrança da acção reconquistadora desenvolvida pelo antigo mestre Paio Peres Correia, o freire fidalgo português que desempenhara, entre 1242 e 1275, as funções de máximo dirigente dos santiaguistas em toda a cristandade ibérica, tendo apenas sido preservada, no entanto, a parte respeitante à narrativa sobre o protagonismo por ele desempenhado na submissão militar dos territórios muçulmanos dos actuais Baixo Alentejo e Algarve, sem

que se refira qualquer interferência por parte do monarca português desse tempo, Sancho II, ou se referencie como as posteriores campanhas militares chefiadas pelo irmão, o rei Afonso III, acabaram por obter a total e definitiva reconquista desse espaço. Por seu lado, se a chamada *Crónica da conquista do Algarve* silenciava qualquer protagonismo desempenhado pela realeza lusa para a definitiva reconquista cristã do reino mouro do Algarve, a *Crónica portuguesa de Espanha e Portugal*, onde se retomavam antigas tradições épico-heróicas relativas aos feitos militares do fundador da monarquia portuguesa, como as desenvolvidas na suposta *Gesta de Afonso Henriques*, também fornecia uma interpretação do passado em que os fidalgos repartiam a responsabilidade pelos feitos e pelas glórias que a historiografia analística crúzia de finais de Duzentos atribuíra, exclusivamente, ao primeiro dos soberanos lusos. Longe da imagem do cruzadístico e providencial rei-guerreiro que era evocado nos textos de Santa Cruz, o Afonso Henriques da *Crónica portuguesa de Espanha e Portugal* representa-se, à partida, como um jovem fidalgo deserdado pela mãe, a condessa Teresa, fazendo-se depender o sucesso da rebelião pela qual viria a recuperar a herança paterna e o poder condal do explícito apoio militar que então lhe fora generosamente prestado pelos nobres portucalenses, a quem, depois, tanto também se credita o decisivo contributo guerreiro para derrotar as hostes régias do primo, o rei Afonso VII de Leão e Castela, o imperador, quando este o teria defrontado para o obrigar a libertar a tia que o impetuoso conde mantinha aprisionada, como, num momento situado já após a Batalha de Ourique o ter tornado rei, a prudente inciativa político-diplomática pela qual se evitara que o monarca desse morte irada e violenta a um cardeal enviado pela Santa Sé, para o repreender relativamente à prisão materna e à herética nomeação forçada de um bispo negro moçárabe para a chefia da diocese conimbricense. Mas, para além das crónicas que recuperavam e dignificaram o passado fidalgo do reino, os anos 40 do século XIV também conheceram uma pujante afirmação das memórias genealógicas da nobreza senhorial, tendo-se elaborado, entre 1340 e 1344, dois novos e muito ampliados livros de linhagens, os chamados *Livro do deão* e *Livro de linhagens do conde D. Pedro*. O primeiro, proveniente dos círculos letrados de dois grandes senhores eclesiásticos da Sé de Braga, o arcebispo Gonçalo Gonçalves Pereira e o primo, o então deão do cabido Martim Martins Zote, ambos aparentados com dirigentes das ordens religiosas militares, onde, como vimos, a propósito dos santiaguistas, se assistia neste momento à produção de crónicas panegíricas da acção desenvolvida no passado por prestigiados e carismáticos mestres fidalgos. O segundo, o *Livro de linhagens*, por iniciativa do detentor da única casa condal então existente em Portugal, a de Barcelos, ou seja, o conde Pedro Afonso, um bastardo do rei Dinis que fora genro, pelo seu primeiro casamento, do senhor de Portel, uma linhagem, por sua vez, também muito relacionada com as ordens religiosas militares, sobretudo a do Hospital, e em cuja casa se composera a primeira crónica medieval portuguesa, a *Crónica do mouro Rasis*. Oriundos de uma tal constelação senhorial, ambos os livros reconstruíram uma ampla e aprofundada história genealógica da nobreza lusa, a qual não só remontava a épocas anteriores à da fundação política do reino, como, no caso do texto do conde, recuava até às origens bíblicas, fazendo das linhagens portuguesas as herdeiras das tradições de uma cavalaria hispânica, onde entroncavam as dinastias régias peninsulares e onde confluíam e se superavam, pelo exercício da transcendental guerra contra o Islão, as famas dos antigos heróis troianos e arturianos. Ao passado da terra hispânica, os espaço de actuação dos reis e dos nobres da Reconquista ibérica, dedicou depois o conde de Barcelos a última e mais grandiosa crónica deste período, a *Crónica geral de Espanha de 1344*, nela fundindo, sob a influência da historiografia castelhana neovisigótica e asturiana, transmitida através de uma tradução para português (a chamada, por Lindley Cintra, *Tradução da variante ampliada da Crónica geral de Espanha* do rei Afonso X de Leão e Castela, ou, por Catalán, *Versão galaico-portuguesa da Crónica geral de Espanha*), textos genealógicos (uma variante do *Liber Regum* navarro próxima do aragonês *Livro de gerações* de 1260-1270) e crónicas de iniciativa senhorial, sendo esse o caso das já mencionadas *Crónica portuguesa de Espanha e Portugal* e *Crónica do mouro Rasis*. Com este monumental empreendimento, o conde inaugurou uma nova leitura do passado e do devir do reino português. Integrando-o na história peninsular da Reconquista, formulou, em sua intenção, as chaves de uma valorizada «diferença» hispânica nas origens e no superior ideal cavaleiresco manifestados pela sua nobreza guerreira, competindo aos reis lusos as manifestações de solidariedade e de reconhecimento feudal capazes de permitir e valorizar a cruzadística missão dos fidalgos portugueses. Passada uma geração, a refundição de 1380-1383 do *Livro de linhagens do conde D. Pedro*, feita em memória de Álvaro Gonçalves Pereira, o filho do arcebispo bracarense Gonçalo Gonçalves Pereira que fora prior da secção portuguesa da ordem religiosa militar do Hospital, entre 1336 e 1380, acentuou e extremou toda esta concepção senhorial do passado português. Com efeito, ao reivindicar para os fidalgos das ordens religiosas militares do reino a condição da vanguarda da cavalaria hispânica, tornou extensível a toda a nobreza portuguesa o estatuto de garante das tradições em que se baseavam o prestígio e a grandeza de Portugal, conferindo-lhe, desse modo, um vigilante e decisivo protagonismo na vida política do país, ou seja, o de coadjuvar, moralizar e educar o exercício régio da soberania, conforme um papel e uma função que ainda seriam aludidos na biografia quatrocentista de Nuno Álvares Pereira contida na chamada *Crónica do condestabre*. Entretanto, nas comunidades monásticas letradas de Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça, onde a custódia dos túmulos dos antigos reis de Portugal criava especiais responsabilidades pela salvaguarda das respectivas memórias, as inovações intoduzidas ao longo da centúria de Trezentos na forma de escrever e interpretar o passado da monarquia não tiveram qualquer repercussão,

talvez porque, da parte de mosteiros cujo padroado e renovadas protecções régias implicavam uma certa sintonia com as posições historiográficas defendidas na corte dos monarcas centralizadores e em frequente litígio com o vizinho reino cristão peninsular, tal como ocorreu durante as guerras luso-castelhanas de 1336-1339, 1369-1371, 1372-1373 e 1381-1382, tornasse politicamente incorrecta a constante lembrança da história de um Portugal prestigiado pelas suas longínquas origens peninsulares. De facto, entre os cónegos regrantes de Coimbra parece mesmo ter-se assistido durante todo o século XIV a um decréscimo do interesse pelo saber sobre o passado, não se registando qualquer nova entrada de obras historiográficas na biblioteca conventual e parecendo que o labor letrado dos Crúzios se teria reduzido, para além da composição de uma ou outra notícia analística latina sobre a história imediata, a preservar e a difundir as memórias anteriormente escritas no cenóbio. Por contraste, a abadia cisterciense de Alcobaça revela-se mais activa e empreendedora. Por um lado, porque continuou a aquisição ou a cópia de códices onde se encontravam transcritos textos historiográficos que permitiam conhecer e dominar a cronologia de várias dinastias régias da cristandade ocidental, como é o caso da entrada na biblioteca da abadia das *Flores Chronicarum*, um texto em que o dominicano francês Bernardo Gui fixara, nos começos da centúria, para além da sucessão dos papas e os imperadores, a dos senhores dos reinos de França, Inglaterra e Aragão. Por outro lado, porque nos começos do reinado de Pedro I, talvez devido ao facto de o monarca, ao contrário do pai e do avô, ter voltado a escolhar a abadia como lugar de sepultura, em túmulo paralelo ao que aí mandara construir para depositar o corpo de Inês de Castro, os monges letrados alcobacenses redigiram então a primeira obra historiográfica originalmente composta no cenóbio, o chamado *Chronicon alcobacense*, onde se evocavam as memórias, mais analísticas e genealógicas que cronísticas, do passado dos reis lusos, desde o nascimento de Afonso Henriques até à morte de Afonso IV (1355). Contudo, o facto de a reflexão e a escrita da história permanecer centrada em textos latinos, e de não ser visível, tal como em Santa Cruz, qualquer inequívoco interesse em adquirir ou reproduzir os diversos textos memorialísticos portugueses que se haviam composto no decorrer da centúria, revela como os principais centros de conservação e produção de escritos sobre o passado luso durante os séculos XII e XIII, permaneceram relativamente alheios ao que de mais inovador aparecera na historiografia portuguesa de Trezentos, ou seja, a evocação cronística e genealógica, expressa em língua vulgar, das origens ibéricas do reino e da nobreza de Portugal. Na verdade, a partir da crise de 1383-1385, e da subida ao trono luso de uma nova dinastia régia, a de Avis, o discurso historiográfico senhorial perdeu grande parte da sua anterior função político-social, já que, ao basear-se na tese do prestígio das origens peninsulares da fidalguia e realeza lusas, confrontava-se com a real e concreta situação de uma prolongada guerra luso-castelhana, pela qual se pretendia defender a autonomia do reino e de para ele negar um projecto de anexação ibérica à Coroa do país vizinho, sendo, aliás, neste contexto que se despoletaram as primeiras manifestações sociais, nomeadamente urbanas e concelhias, de um anticastelhanismo militante, suscitado pela nova realeza e tendo como principal alvo, justamente, a grande nobreza senhorial lusa que, ao pronunciar-se, em grande parte, pela união dinástica de Portugal com Castela, fora banida e exilada do reino. Ora, foi exactamente neste contexto político-cultural que emergiu uma historiografia inequivocamente suscitada e apoiada pela Coroa, tendo como principal objectivo legitimar pelo passado a ruptura dinástica provocada pela subida ao trono do rei João I. O seu texto inaugural, encontra-se na chamada *Crónica de Portugal de 1419* ou *Crónica dos sete primeiros reis de Portugal*, atribuível a Fernão Lopes, o letrado urbano leigo que, desde o ano anterior, se encontra documentado nas funções de conservador dos escritos depositados nos arquivos régios do reino, em Lisboa, assim como na qualidade de escrivão dos livros do infante herdeiro, Duarte, um cargo a que, no ano seguinte, o da feitura da própria crónica, acumulou no que respeita aos do rei João I. Tendo como fontes, para além dos textos do arquivo do reino, as informações disponíveis na historiografia analística dos mosteiros de padroado régio, e as que constavam da seccção dedicada ao passado dos reis de Portugal na *Crónica geral de Espanha de 1344*, certamente através do texto da refundição a que foi sujeita cerca de 1400, a *Crónica de Portugal de 1419* autonomizava, contudo, a memória lusa do conjunto das lembranças relativas ao passado cristão peninsular, identificando a história portuguesa com o registo cronístico dos feitos e geração dos senhores reis de Portugal, aos quais subordinava as recordações respeitantes à nobreza cavaleiresca e senhorial, tal como, mais esquematicamente, se veio depois a expressar na impropriamente designada *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, o texto analístico que, tendo talvez sido elaborado nos começos do reinado de Afonso IV, voltara a ser copiado e refundido em 1429. Mais tarde, a partir de 1434, quando Fernão Lopes foi nomeado primeiro cronista-mor do reino pelo já rei Duarte, as crónicas que dedicou aos reinados de Pedro I, Fernando I e, em parte, João I ampliaram o sentido da institucionalização de uma historiografia régia e oficial acerca do passado do reino, já que, mantendo o protagonismo dos feitos e acções dos monarcas, assim como dos praticados pelos grandes senhores leigos e eclesiásticos durante os respectivos reinados, se passaram a também a recordar notícias e efemérides relativas às populações urbanas e respectivas elites, enriquecendo o relato dos actos régios com informações paralelas às até aí quase exclusivas notícias acerca da nobreza e do clero, ao mesmo tempo que se passaram a transferir para a figura do monarca fundador da nova dinastia, o antigo mestre de uma ordem religiosa militar, a de Avis, a missão e o providencial destino reservado pela *Crónica geral de Espanha de 1344* e pelos livros de linhagens produzidos na centúria anterior à cavalaria fidalga portuguesa. Neste sentido, os textos do cronista contribuíram para construir o passado de

um reino ibérico onde o país se cumpriria na cíclica história de uma realeza cruzadística e missionária, capaz de levar Portugal a superar, como tinha predicto Pedro Afonso, o conde de Barcelos, as famas da heróica gesta da Reconquista hispânica. Contudo, a narrativa cronística desses novos feitos portugueses, que se tinham iniciado em 1415, com a conquista lusa, no Norte de África islâmico, da cidade de Ceuta, apenas começou a ser redigida por Gomes Eanes de Zurara, o segundo cronista-mor do reino e, tal como Fernão Lopes, também um letrado leigo ao serviço da corte régia. Com efeito, tendo como objectivo a celebração dos primórdios da Expansão e das Descobertas, foi ele que partiu da evocação das memórias do monarca iniciador da conquista ultramarina (João I, através da *Crónica da tomada de Ceuta*), para depois se deter nas façanhas praticadas nessa mesma empresa pelos grandes vassalos da coroa, fossem duques (como o infante Henrique, por via da *Crónica dos feitos da Guiné*) ou condes (*Crónica do conde D. Pedro de Meneses* e *Crónica do conde D. Duarte de Meneses*), produzindo, por encomenda de Afonso V, o rei «Africano», um conjunto de textos, a que também se pode associar, ainda a rogo do mesmo monarca, o relato hagiográfico do redentor martírio sofrido nas prisões marroquinas pelo tio, o infante Fernando (*Trautado da vida e feitos do mui vertuoso senhor ifante D. Fernando*, de Frei João Álvares). Este notável surto de crónicas de iniciativa régia acabou por condicionar e influenciar a evolução da historiografia eclesiástica, nomeadamente entre as instituições mais sintonizadas com as políticas régias que visavam anexar o Norte de África muçulmano à cristandade europeia, como sejam os frades franciscanos* e os cónegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra, já que tinham partido dos primeiros os mais precoces esforços para a missionação de Marrocos*, através da acção desenvolvida, nos começos do século XIII, por cinco frades italianos que partiram de Portugal para as terras magrebinas e nelas acabaram por conhecer a morte e o martírio no exercício da sua missão evangélica, e que, entre os segundos, para além do seu mosteiro conservar e cultuar as relíquias desses mesmos cinco mártires, também se celebrava, anualmente, a memória de Afonso Henriques, o fundador da realeza portuguesa que a analística produzida no mosteiro durante o século XII contribuíra para apresentar como iniciador de uma monarquia providencial e cruzadística. Sendo assim, justifica-se, por um lado, que os letrados franciscanos se tenham empenhado na obtenção de textos relativos à história e ao passado missionário da sua ordem, sendo esse o caso da comunidade do convento de Alenquer, onde se havia adquirido, cerca de 1465, um exemplar da tradução do latim para o galaico-português da *Chronica XXIV Generalium Ordinis Minorum*, redigida em Itália, por Arnaldo de Sarano, no já distante ano de 1285, que foi depois copiado no convento de Vila Franca, cinco anos mais tarde, sob o título de *Crónica dos gerais da Ordem dos Frades Menores*. Ao mesmo tempo que também se compreende como os tempos do longo reinado de Afonso V coincidiram com o retomar da escrita da história portuguesa no convento crúzio de Coimbra.

No essencial, esse novo interesse crúzio dos letrados de Santa Cruz expressou-se, tanto através da recordação hagiográfica da vida, feitos e milagres dos Mártires de Marrocos (*v.* HAGIOGRAFIA E SANTIDADE), como se verifica pela cópia na sua livraria das latinas *Legenda Martyrum Morrochii*, extraída da *Chronica XXIV Generalium Ordinais Minorum* de Arnaldo de Serrano, e, mais tarde, da *Passio et miracula quinque fratrum minorum martyrum in Marochio*, a transcrição de um texto que, em 1476, o provincial franciscano de Portugal, Frei João da Póvoa, teria encomendado a Frei Francisco de Sevilha, com o propósito de preparar a canonização dos santos, o que veio a ocorrer em 1481, como por via da reprodução de textos cronísticos redigidos em português na centúria anterior, sendo esse o caso de um fragmento da *Crónica portuguesa de Espanha e Portugal* de cerca de 1340, a chamada *IV.º Crónica Breve de Santa Cruz*, e de uma outra parte da refundição de cerca de 1400 da *Crónica geral de Espanha de 1344* do conde Pedro Afonso de Barcelos, isto é, a denominada *III.ª Crónica Breve de Santa Cruz*, ou, sobretudo, pela elaboração de dois novos textos ainda muito próximos do género cronístico, os hoje conhecidos sob o nome de *I.ª* e *II.ª Crónica Breve de Santa Cruz*. Ambos redigidos em língua vulgar, testemunham como o mosteiro procurava um auditório letrado mais vasto do que aquele que até aí tinha podido ler e meditar os seus anteriores escritos historiográficos latinos, como, de resto, também se passava relativamente aos cónegos regrantes de São Vicente de Lisboa, já que também então procederam à tradução do latim para o português das memórias relativas às origens da sua comunidade, dando origem à *Crónica da tomada de Lisboa aos mouros e da fundação do Mosteiro de S. Vicente*. A chamada *I.º Crónica Breve de Santa Cruz* apresenta-se como uma compilação de apontamentos historiográficos de pendor analístico, recolhidos, na sua maioria, em códices pertencentes à livraria do mosteiro. Conforme o expressa o título lançado no século XVI no início do texto, *Cadernos de memórias dos reis que foram nestes reinos*, centra-se na história dos monarcas portugueses, detendo-se, com certa insistência, nos reinados dos dois primeiros soberanos, Afonso Henriques (contemplado com duas séries de informes por vezes repetidos) e Sancho I, ambos sepultados no templo conimbricense, e em notas relativas aos monarcas da dinastia de Avis (João I, Duarte e Afonso V), surgindo a notícia sobre a conquista de Arzila, em Agosto de 1471, como indicação de um *terminus a quo* para a sua redacção. Intimamente relacionadas com as referências aos soberanos, recolhem-se várias informações relativas ao passado da comunidade, no quadro de uma visão régio-monástica da história do reino, por ela se conferindo ao Mosteiro de Santa Cruz um lugar central na construção, memória e interpretação do devir do país, como o demonstra o cuidado expresso na consignação de notícias reveladoras dos «sinais do tempo», caso do registo de vários prodígios, pestes e calamidades. Mais antiga do que a *I.ª*, a *II.ª Crónica Breve* estrutura-se, tal como a anterior, na qualidade de um texto compósito e miscelâneo, embora dela se

distinga por um maior relevo dado à memória de factos ocorridos em finais de Trezentos e começos de Quatrocentos, através da notícia de toda uma série de acontecimentos sobre vitórias obtidas pelo mosteiro na resolução de contendas locais e regionais que ameaçavam bens e direitos detidos por Santa Cruz em várias partes do reino, sobretudo na zona de Coimbra. Adquire, nesse sentido, um tom de gesta e elogio aos priores crúzios, conferindo particular relevo às intervenções do sagrado na resolução dos problemas do mosteiro, através da inclusão de milagres e prodígios relacionados com a protecção dispensada pelas relíquias e pelos mortos nele depositados. Nessa linha, não só se inicia por uma breve resenha dos reinados de Afonso Henriques e Sancho I (baseada nos letreiros colocados, antes de 1429, sobre os túmulos desses reis), bem evocativos da realeza padroeira e protectora do mosteiro, como insere uma adaptação para *lingoagem* (datada de 1455 e devida ao dominicano mestre Álvaro da Mota) da latina hagiografia de Telo, um dos fundadores de Santa Cruz e um santo particularmente associado ao primeiro monarca português, o soberano de quem os Crúzios, para além da custódia do seu corpo, então procuravam recolher e complilar memórias e testemnunhos de santidade. De uma forma geral, todos estes textos que relacionavam a história de santos, relíquias e priores de Santa Cruz com o passado dos reis e reino de Portugal, tornavam-nos participantes e obreiros do destino português, sacralizando-o e vocacionando-o para a causa do triunfo da Cristandade. No fundo, disponibilizavam, nos tempos de Afonso V e da expansão marroquina, memórias e recordações cujo sentido foi depois retomado e clarificado pela historiografia oficial do reinado de Manuel I, quando o auge do império luso reactivou, através das crónicas que Rui de Pina dedicou aos reinados de Sancho I a João II, assim como promoveu uma leitura quase hagiográfica da vida e dos feitos do monarca fundador, tal como se viria a expressar na *Crónica de Afonso Henriques* de Duarte de Galvão, transformando-o na santificada e predestinada raiz do Portugal manuelino, os tempos em que o país parecia estar a cumprir as missões da evangelização universal e da vitória final sobre o Islão. Depois disto, se bem que nos começos do reinado de João III ainda tivesse surgido uma síntese compilatória da anterior cronística medieval, a *Crónica dos reis de Portugal* de Cristóvão Acenheiro, encerrava-se um ciclo da historiografia portuguesa onde a produção memorialística das instituições eclesiásticas e dos seus letrados desempenharam um papel fundamental, quer construindo de forma quase exclusiva, nos séculos XII e XIII, as respectivas bases temáticas, quer mantendo, durante as centúrias de Trezentos e Quatrocentos, um constante diálogo com a história leiga e profana, influenciando-a e fornecendo-lhe programa e problemáticas.

LUÍS KRUS

BIBLIOGRAFIA: AMADO, T. – *Bibliografia de Fernão Lopes*. Lisboa: Cosmos, 1991. IDEM – *Fernão Lopes, contador de História*. Lisboa: Estampa, 1991. IDEM, dir. – *A guerra até 1450*. Lisboa: Quimera, 1994. BASTO, A. de Magalhães – *Estudos: Cronistas e crónicas antigas: Fernão Lopes e a «Crónica de 1419»*. Coimbra: Universidade, 1960. BLOCKER-WALTER, M. – *Alfons I von Portugal: Studien zu Geschichte und Sage des Brgrunders der Portugiesichen Unabhangigkeiten*. Zurique: Fretz und Wasmuth Frelag, 1966. BRANCO, A. Guedes – *Emergência de um herói: estudo da Crónica do Condestável*. Tese de doutoramento apresentada em Faro à Universidade do Algarve. CALADO, A. de Almeida – Introdução. In ÁLVARES, João, frei – *Trautado da vida e dos feitos do muito vertuoso Senhor ifante Dom Fernando*. Coimbra: Universidade, 1960. IDEM – Introdução. In *ESTORIA de Dom Nuno Alvarez Pereyra*. Coimbra: Universidade, 1991. IDEM – Introdução. In *CRÓNICA de Portugal de 1419*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998. CATALÁN, D. – *De Alfonso X al conde de Barcelos: Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografia romance en Castilla y Portugal*. Madrid: Gredos, 1960. CATALÁN, D.; ANDRÉS, M. Soledad de, ed. – *Crónica del Moro Rasis*. Madrid: Gredos, 1975. CEPEDA, I. Vilares – *Bibliografia da prosa medieval em lingua portuguesa*. Lisboa: IBNL, 1995. CINTRA, L. Lindley – *Crónica geral de Espanha de 1344*. Lisboa: APH, 1951, t. 1. IDEM – Introdução. In LOPES, Fernão – *Crónica del rei Dom João I da boa memória*. Lisboa: INC, 1997. (7)-(17). IDEM – Historiografia medieval. In COELHO, J. Prado, dir. – *Dicionário das literaturas portuguesa, galega e brasileira*. Porto: Figueirinhas, 1982, vol. 2, p. 401-402. IDEM – A lenda de Afonso I, rei de Portugal (origens e evolução). *ICALP: Revista*. 16-17 (1989) 64-78. CINTRA, M. Adelaide Valle – *Bibliografia de textos medievais portugueses*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1960. CONDESSA, M. Sofia – *A memória das cidades dos séculos XII a XIV nas crónicas de Rui de Pina e Duarte Galvão*. Tese de mestrado apresentada à UNL em 1999. COSTA, A. de Jesus – *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI*. Coimbra: Coimbra Ed., 1983. IDEM – *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*. Braga, 1985. CRUZ, A. – *Crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Porto: Biblioteca Pública e Municipal, 1968. IDEM – *Santa Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média*. Porto, 1964. DAVID, P. – Annales Portucalenses Veteres. In *ÉTUDES historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e^ au XII^e^ siècle*. Paris: Les Belles Lettres. Lisboa: Livraria Portugália, 1947, p. 257-340. DINIS, A. J. Dias – Vida e obras de Gomes E. de Zurara. In ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica dos feitos da Guiné*. Lisboa: AGC, 1949, vol. 1. FERNANDES, A. de Almeida – Os livros de linhagens dos séculos XIII e XIV. In *HOMENAGEM de Lalim ao conde D. Pedro: a história de Lalim*. Lamego: Câmara Municipal, 1990, p. 315-402. FONSECA, F. Peixoto da – *Crónica Breve do Arquivo Nacional*. Guimarães, 1986. IDEM – Crónica da conquista do Algarve. *Boletim de Trabalhos Históricos*. 38 (1987) 206-240; 39 (1988) 81-110. IDEM – *Crónica da tomada de Lisboa*. Lisboa, 1995. IDEM – *Crónicas Breves e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Lisboa, 2000. IDEM – Vida de D. Telo e notícia da fundação de Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. *Boletim de Trabalhos Históricos*. 35 (1984) 131-164. FONTES, J. Luís Inglês – *Percursos e memória: Do infante D. Fernando ao Infante Santo*. Cascais: Patrimonia, 2000. GAMEIRO, O. Alves – *A construção das memórias nobiliárquicas medievais: o passado da linhagem dos senhores de Sousa*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000. GUENÉE, B. – *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*. Paris: Aubier, 1980. KRUS, L. – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico: geografia dos livros de linhagens medievais portugueses (1280-1380)*. Lisboa: FCG; INICT, 1994. IDEM – Crónica; Crónica Breve do Arquivo Nacional; Crónicas Breves de Santa Cruz; Crónica da Conquista do Algarve; Crónica de Portugal de 1419; Crónica Geral de Espanha de 1344; Historiografia medieval. In LANCIANI, G.; TAVANI, G., dir. – *Dicionário de literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993. IDEM – Ourique, batalha de; Pedro, D., conde de Barcelos; Pereira, Álvaro Gonçalves; Pereira, Gonçalo Gonçalves; Peres Correia, Paio; Riba de Vizela, Gil Martins; Tempo na Idade Média. In PEREIRA, J. Costa, coord. – *Dicionário ilustrado de história de Portugal*. Lisboa: Alfa, 1985. IDEM – *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa: estudos*. Redondo: Patrimonia, 1994. IDEM – *A produção do passado nas comunidades letradas do Entre Minho e Mondego nos séculos XI e XII: as origens da analística portuguesa*. Provas de agregação apresentadas à UNL em 1998. KRUS, L.; SOUSA, B. Vasconcelos e – A construção do passado de uma nobreza de serviço: as origens dos Pimentéis. In *ÚTOPIA: Mitos e formas*. Lisboa: ACARTE, 1993, p. 101-114. LAPA, M. Rodrigues – *Lições de literatura portuguesa: Época Medieval*. 10.ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1981. LOPEZ PEREIRA, J. – El elemento godo en los Annales Portucalenses Veteres: un problema de crítica textual. *Revista Portuguesa de História*. 16 (1976) 223-226. MAGALHÃES, J. Romero – Uma interpretação da «Crónica da Conquista do Algarve». In JORNADAS LUSO-ESPANHOLAS DE HISTÓRIA MEDIEVAL, 2 – *Actas*. Porto: INIC, 1987, vol. 1, p. 123-133. MARAVALL, J. A. – *El concepto de España en la Edad Media*. Madrid: [s.n., s.d.]. MARQUES, A. H. de Oliveira – *Antologia da historiografia portuguesa*. Lisboa: Europa-América, 1974, vol. 1, p. 17-25. IDEM – Historiografia: Idade Média. In *DICIONÁRIO de História de Portugal*. Dir. J. Serrão. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, vol. 4, p. 418-420. MATTOSO, J. – Alcobacense, Historiografia; Anais; Livros de linhagens. In *DICIONÁRIO da literatura medieval galega e portuguesa*. Dir. G. Lanciani; G. Tavani. Lisboa: Caminho, 1993. IDEM – A cultura monástica em Portugal (975-1200); O mosteiro de Santo Tirso e a cultura medieval portuguesa. In *RELIGIÃO e cultura na Idade Média portuguesa*. Lisboa: INCM, 1982, p. 355-393 e 481-509. IDEM – A literatura genealógica e a cultura da nobreza em Portugal. In

PORTUGAL medieval: novas interpretações. Lisboa: INCM, 1985, p. 309-328. IDEM – Os livros de linhagens medievais portugueses e a literatura genealógica europeia na Idade Média. In *A NOBREZA medieval: a família e o poder*. Lisboa: Estampa, 1980, p. 37-56. IDEM – *Le monachisme ibérique et Cluny: Les abbayes du diocèse de Porto de l'an 1000 à 1200*. Lovaina: Université, 1968. IDEM – Nobiliários. In *DICIONÁRIO ilustrado da história de Portugal*. Coord. J. Costa Pereira. Lisboa: Alfa, 1986, vol. 1, p. 36-37. IDEM – A realeza de Afonso Henriques. In *FRAGMENTOS de uma composição medieval*. Lisboa: Estampa, 1990, p. 213-232. IDEM – As três faces de Afonso Henriques. *Penélope*. 8 (1992) 25-42. IDEM – Sobre as fontes do conde de Barcelos; A transmissão textual dos livros de linhagens. In *NAQUELE Tempo: ensaios de história medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 265-292. MENDES, J. – *Chronica da tomada desta cidade de Lixboa aos mouros e da fundaçam deste Moesteiro de Sam Vicente*. Tese de mestrado apresentada à UNL. MONTEIRO, J. Gouveia – *Fernão Lopes: texto e contexto*. Coimbra: Minerva, 1988. NASCIMENTO, A. Aires do – As livrarias dos príncipes de Avis. *Biblos*. 69 (1993) 265-287. IDEM – *Hagiografias de Santa Cruz de Coimbra*. Lisboa, Colibri, 1998. NASCIMENTO, A. Aires do; MEIRINHOS, J. Francisco, coord. – *Catálogo dos códices da livraria de mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Mnicipal do Porto, 1997. NUNES, J. Joaquim – *Crónica da Ordem dos Frades Menores*. Coimbra: Universidade, 1918. OLIVEIRA, A. Rodrigues – *As representações da mulher na cronística medieval portuguesa (sécs. XII a XIV)*. Cascais: Patrimonia, 2000. PASSOS, M. Lúcia Perrone de Faro – *O herói na «Crónica de D. João I» de Fernão Lopes*. Lisboa: Prelo, 1974. PEREIRA, A. Sousa – *Representações da guerra na cultura letrada dos séculos XI-XIII: a fronteira hispânica ocidental*. Tese de mestrado apresentada à UNL. PERES, D. – A propósito do Chronicon Alcobacense. *Revista Portuguesa de História*. 1 (1940) 148-150. PICOITO, P. – *As musas e a memória: história, conflito e legitimação política nos livros de linhagens*. Tese de mestrado apresentada à UNL em 1997. PIMENTA, A. – *Fontes medievais da história de Portugal: anais e crónicas*. Lisboa: Sá da Costa, 1948. REBELO, L. de Sousa – *A concepção do poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Horizonte, 1993. RUIZ DE LA PEÑA, J. – La cultura en la corte ovetense del siglo IX. In *CRÓNICAS Asturianas*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 1985, p. 11-42. SANCHEZ-ALBORNOZ, C. – *Investigaciones sobre historiografía hispana medieval (siglos VIII al XII)*. Buenos Aires: Instituto de Historia de España, 1967. SARAIVA, A. J. – *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1988, p. 151-276. IDEM – *A épica medieval portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979. IDEM – *História da cultura em Portugal*. Lisboa: Jornal do Foro, 1950, vol. 1, p. 451-594. SERRÃO, J. Verissimo – *Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1977. IDEM – *A historiografia portuguesa: doutrina e crítica*. Lisboa: Verbo, 1972, vol. 1, p. 11-144. SILVÉRIO, C. – A imagem da realeza na analística medieval portuguesa dos séculos XI e XII. In CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES, 2 – *Actas*. Guimarães: Câmara Municipal; Universidade do Minho, 1997, vol. 3, p. 319-357. IDEM – *Representações da realeza na cronística medieval portuguesa: A dinastia de Borgonha*. Tese de mestrado apresentada à UNL em 1999. SOARES, L. Ribeiro – A bula «Manifestis Probatum» e a legitimidade portuguesa. In *8.º CENTENÁRIO do reconhecimento de Portugal pela Santa Sé*. Lisboa, 1979, p. 143-191. SOUSA, B. Vasconcelos e – D. Afonso Henriques nas primeiras crónicas portuguesas. In CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES, 2 – *Actas*. Guimarães: Câmara Municipal; Universidade do Minho, 1997, vol. 3, p. 21-31. IDEM – A imagem do mouro nos «Anais de D. Afonso Henriques». In *A IMAGEM do mundo na Idade Média*. Dir. Helder Godinho. Lisboa, 1992, p. 147-154. IDEM – O sangue, a cruz e a coroa: a memória do Salado em Portugal. *Penélope*. 2 (1989) 26-48. VIANA, M. – A memória regional na analística portuguesa dos séculos XI e XII. *Estudos Medievais*. 10 (1993) 59-77.

Índices

ÍNDICE GERAL*

A

Abaqa, *ilkhân* da Pérsia, II, 63
Abbadie, Jacques, I, 89
Abbate, Francesco Maria, núncio apostólico, III, 71
Abbeville, Claude de, I, 268
Abbeville, João de, cardeal-legado, I, 422, 431; II, 116; IV, 8, 157
Abd al-Aziz, I, 184
Abelardo, I, 445; IV, 446
Abelho, Afonso, IV, 480
Abelly, Louis, IV, 496
Abiêncio, bispo de Évora, II, 132, 211
Abissínia (ver **Etiópia**)
Abiud, Lourenço de, III, 17
Aboim, Manuel Guerreiro, I, 194
Aboim, Maria, I, 137, 139
Aborto, III, 57, 288; IV, 198, 440, 469-470
Abraão, patriarca judeu, III, 31
Abraão Abulafia, III, 33
Abraão Saba, III, 33
Abranches, Joaquim Cassiano dos Santos, II, 74, II, 160, 344, 387, 394; III, 30, 305, 499
Abrantes, I, 27, 177, 233; II, 20, 44, 55, 81, 300, 310; III, 67, 229; IV, 61, 336
Abravanel, Isaac, II, 221; III, 33, 36; IV, 73, 278
Abreu, Álvaro de, bispo do Algarve, de Lamego, e de Évora, I, 45; II, 133, 136, 138
Abreu, Brás Luís de, sacerdote e médico, I, 174, 271
Abreu, Cristóvão Soares de, II, 107
Abreu, Fernando, II, 85
Abreu, João Gomes de, bispo de Viseu, II, 108, 141; IV, 353
Abreu, João Pimenta de, bispo de Angra, II, 134
Abreu, José Paulo, I, 370
Abreu, Leonor de, III, 156
Abreu, Luís da Cunha de, bispo de Vila Real, I, 187
Abreu, Sebastião de, III, 23; IV, 323
Absentismo, I, 46, 365-366, 409, 410, 431; II, 12, 13, 76, 282, 284, 285, 295, 310, 311, 384; III, 100, 377, 397, 426; IV, 9, 10, 13, 14, 27, 86, 240, 242, 366, 478
Abudiente, Moisés ben Gidhon, II, 226
Academias eclesiásticas, I, **7-9**, 187, 207, 341, 377, 388, 395, 437; II, 368, 381-382; III, 84, 143-144, 304, 305, 388; IV, 274, 279-280, 296, 453, 495
Academia da Imaculada Conceição, I, 198
Academia Litúrgica Pontifícia dos Sagrados Ritos e História Eclesiástica, I, 8, 388, 437; II, 368, 382; III, 143-144, 279-280
Academia Militar, I, 153
Academia Real das Ciências (Academia das Ciências de Lisboa), I, 8, 37, 194, 386; II, 73, 328, 369, 376, 416; III, 147, 165, 289, 329
Academia Real da História (Academia da História), I, 7-8; II, 73, 85, 327, 368, 382, 416; III, 147, 193; IV, 7, 274, 279, 419, 447
Academia de São Tomás, I, 377, 395; III, 304; IV, 281, 296
Acção Bíblica, IV, 80
Acção Católica, boletim diocesano de Braga, I, 239-240, 246; II, 207, 312; IV, 24
Acção Católica Portuguesa (ver também **Catolicismo social, Movimentos eclesiais contemporâneos, Semanas Sociais**), I, **9-19**, 99, 130, 153, 154, 170, 197, 199, 260, 310, 313, 320, 330-331, 378, 389, 398, 440, 444, 469, 475, 491, 492, 494, 495; II, 40, 171, 408, 409, 410, 459, 461; III, 54, 56, 57, 64, 73, 107, 111, 112, 188, 287, 354, 378-379, 384, 389-390, 391-392, 470; IV, 23, 49, 218, 238, 239-240, 255, 258, 310,

* 1) Os termos (nomes, localidades ou temas) são seguidos de números romanos que indicam os volumes e de números árabes que indicam as páginas.
2) Os nomes antigos, nomes de santos e beatos são inseridos pelo primeiro nome.
3) Os termos e os números a **negro** assinalam os temas com entrada própria no *Dicionário*. As remissões para outras entradas do *Dicionário* ou referências no índice são feitas com a indicação «ver também» seguida da listagem das entradas pertinentes. Neste caso, não se procede à inserção das páginas respectivas, devendo o leitor consultar a entrada onde encontrará essa indicação.
4) Por uma questão de comodidade na consulta do índice, as entradas respeitantes às dioceses vêm imediatamente a seguir à entrada da respectiva cidade. As sedes de concelho têm menção autónoma, enquanto outras povoações e lugares podem ou não ser referenciadas, dependendo da sua importância.
5) As entradas geográficas relativas a países estrangeiros seguem o princípio geral de registar apenas o nome do país na actualidade, evitando-se assim uma multiplicação de topónimos.
6) A ordenação de nomes próprios idênticos usa o seguinte critério: soberanos por ordem de antiguidade do respectivo reino — *v.g.* Afonso I, rei de Leão; Afonso I, rei de Aragão —; príncipes; infantes; títulos de nobreza; arcebispos e bispos (por ordem alfabética das sedes titulares).

338, 349, 358, 377, 386, 438-439, 443, 470
Acção Médica, I, 342
Accepimus propitia, II, 117
Acciaiuolli, Filippo, núncio apostólico, cardeal, III, 72, 315; IV, 161
Accoramboni, O., núncio apostólico, II, 71
Acenheiro, Cristóvão, IV, 522
Acordo Missionário (ver também **Concordatas**, Concordata de 1940, **Santa Sé e Portugal**), I, **19-20**, 25, 151, 283, 284, 352, 480, 486, 490; II, 8-9, 42, 106, 127, 211, 270, 279, 296, 304, 323, 408; III, 64, 219, 244, 368; IV, 98-99, 163, 214, 248, 251, 374
Açores (ver também **Angra do Heroísmo, diocese de**), I, 21, 31, 153, 295, 398; II, 27, 157, 166, 167, 208-209, 232, 276, 278, 299, 375, 402, 449, 457; III, 189, 190, 210, 223, 228, 398, 455; IV, 71, 409, 502
Action Française, IV, 299
Acto Colonial, I, 20; III, 219, 367
Actos de Tomé, II, 65
Aculturação (ver também **Missões**), I, 22, 23, 24, 25, 51-55, 56, 57, 59, 60, 61, 63, 336-337, 356, 386; II, 197, 198, 322, 323-324, 431, 435, 437, 438-439, 440, 474; III, 10, 12, 13, 25, 154, 160, 162, 208, 210, 214, 216-217, 230-231, 239, 245, 247, 368-370, 423; IV, 51, 60, 134-135, 180, 181, 188, 266, 267, 268, 291, 297
Ad aptiorem populi Dei (1977), bula papal, II, 72; IV, 337
Ad decorem Ecclesiae (1339), bula papal, I, 431-432
Ad ea ex quibus (1319), bula papal, III, 339
Ad eradicandum (1746), bula papal, I, 88; III, 7
Ad personam (1559), bula papal, III, 336
Ad Regiae Maiestatis (1570), bula papal, III, 336
Ad sacrum apostolus (1561), I, 453
Adam, Guilherme, II, 64, 65
Adams, William, III, 15
Adeodato, bispo de Beja, I, 184, 421; II, 133
Adório (ou Adorico), bispo de Egitânia, II, 132, 311
Adriano, imperador romano, III, 370
Adriano, papa, II, 75
Adriano IV, papa, I, 431
Adventistas do Sétimo Dia, I, 67, 116; IV, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 209
Adversus Nefandam Sectam Saracenorum, I, 84
Aequum Reputamus, bula papal (1534), I, 67, 68; II, 299; IV, 180
Aeterni Patris (1879), encíclica papal, I, 95; II, 160, 268, 386; III, 304; IV, 295, 296
Afonseca, António da, III, 253, 255
Afonso I, rei das Astúrias, I, 185; III, 247; IV, 6
Afonso II, rei das Astúrias, IV, 91, 512, 514
Afonso III, rei das Astúrias, I, 202, 417; II, 89, 183; IV, 6, 91-92, 512, 517
Afonso VI, rei de Leão e Castela, I, 202, 381-382; II, 112, 113, 183, 289, 294, 389; III, 95, 247, 248, 256; IV, 6, 91, 92, 265, 512, 513
Afonso VII, rei de Leão e Castela, I, 416, 417, 422; IV, 7, 371, 519
Afonso IX, rei de Leão, II, 35; III, 339
Afonso X, rei de Leão e Castela, I, 44, 185, 340, 417; II, 185, 186, 220, 292, 364; III, 121, 146, 248; IV, 170, 476, 482
Afonso I, rei de Aragão, I, 225, 421
Afonso II, rei de Aragão, II, 388
Afonso V, rei de Aragão, II, 64, 195
Afonso I (Henriques), rei de Portugal, I, 32, 37, 106, 111, 137, 225, 226, 331-332, 348, 350, 383, 416-417, 423, 430-431, 437; II, 36, 114, 150, 151, 183, 214, 218, 220, 291, 335, 336, 337, 346, 369, 388, 390, 393; III, 37, 75, 95-96, 97, 118-119, 153, 248, 265, 279, 293, 309, 337, 339, 398, 401; IV, 7, 41, 57, 73, 92-93, 156, 166, 301, 353, 421, 512, 514-516, 517, 518, 519, 521-522
Afonso II, rei de Portugal, I, 139, 332, 424; II, 37, 59, 78, 82, 91, 218, 364, 389, 390, 391, 393; III, 37, 121, 339, 375, 396, 399, 401, 458; IV, 8, 122, 305, 517
Afonso III, rei de Portugal, I, 33, 44, 139, 185, 195, 353, 407, 424, 425, 438, 439; II, 77, 240, 290, 292, 390, 391, 393; III, 38, 102, 121, 180, 279, 339, 341, 350, 374, 399; IV, 8, 9, 353, 516-517, 518, 519
Afonso IV, rei de Portugal, I, 33, 84, 137, 138, 332; II, 35, 73, 106, 164, 290, 391, 392, 393; III, 39-40, 103, 180, 350, 397, 399, 458; IV, 63, 99, 314, 353, 518
Afonso V, rei de Portugal, I, 34, 67-68, 112, 139, 145, 156, 173, 183, 185, 204, 205, 209, 229, 286, 387, 426, 462; II, 27, 36, 83, 104, 152, 160, 164, 186, 274, 320, 364, 365-366, 376, 392; III, 18, 36, 103, 152, 153, 177, 194, 266, 281, 283, 309, 336, 341, 342, 350; IV, 12, 94-95, 264, 265, 267-268, 305, 306-307, 349, 477, 480, 491, 521, 522
Afonso VI, rei de Portugal, I, 291; III, 104, 313, 329; IV, 74
Afonso I, rei do Congo, I, 22, 52-54, 55, 56, 60, 154
Afonso, 1.º Duque de Bragança, I, 235; IV, 11
Afonso, príncipe real, IV, 481-482
Afonso, infante de Portugal, II, 107, 390; IV, 9
Afonso, infante de Portugal, cardeal, bispo de Viseu, arcebispo de Lisboa, I, 35-36, 87, 349; II, 136, 139, 141, 212, 213, 215, 398; III, 99, 136, 152, 295-296; IV, 178, 243, 320-321, 353, 354
Afonso, infante de Portugal, duque do Porto, IV, 500
Afonso, bispo de Coimbra, II, 132
Afonso, bispo da Guarda, II, 311
Afonso, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Afonso, prior premonstratense, IV, 57
Afonso, mestre-escola congolês, I, 53
Afonso Geraldes de Montemor, beato, I, 84; III, 122
Afonso Maria de Ligório, santo, III, 261-262; IV, 95-96, 442
Afonso Pedro, III, 149, 150
Afonso de Valhadollid, I, 83
Afonso, Álvaro, bispo do Algarve, e de Évora, II, 133, 136
Afonso, Belarmino Augusto, I, 260
Afonso, Fernando, I, 166
Afonso, Godinho, bispo de Lamego, II, 138
Afonso, Gomes, IV, 14
Afonso, João, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Afonso, João (I), bispo de Évora, II, 136, 212
Afonso, Jorge, pintor régio, III, 450, 451
Afonso, José, III, 188
Afonso, Lourenço, mestre de Avis, III, 339
Afonso, Martinho (II), bispo de Évora, II, 136
Afonso, Paulino, IV, 49
Afonso, Pedro, bispo do Porto, II, 140; IV, 10, 27
Afonso, Sarah, III, 455
Afonso, Violante, III, 155; IV, 44
África (ver também **Acordo Missionário, Angola, Cabo Verde, Etiópia, Guiné, Marrocos, Moçambique, Padroado, São Tomé e Príncipe**), I, 19, **21-25**, 30, 264, 265, 404-405, 490; II, 9, 62, 64, 66, 69, 70, 86, 160-161, 179, 180, 188, 243, 275, 282, 294, 299, 342, 374, 414, 430, 439; III, 25, 207, 211, 215; IV, 110, 158, 165, 210, 212
Agápe, IV, 64
Agesindo, bispo de Egitânia, II, 310, 311
Agião, IV, 6
Agiológio Lusitano, II, 339-340; III, 48
Agnelo, bispo de Fez, III, 176-177
Agnosticismo, I, **25-27**, 83, 94, 95, 96, 148, 152, 484; II, 38, 105, 169, 267-268, 269; IV, 126, 196, 206, 207, 208, 229, 382, 386, 402, 434, 499
Agonizantes, Congregação dos (ver também Camilianos), I, 356

Agostinho, santo, bispo de Hipona, I, 25, 83, 158, 161-168, 249, 272, 278, 279, 299, 305, 351, 355, 429, 434, 446, 483; II, 19, 32, 110, 111, 113, 148, 151, 153, 159, 173, 183, 193, 263, 318, 319, 321, 382; III, 8, 16, 17, 67, 68, 113, 115, 116, 118, 123, 133, 139, 145, 146, 174, 194, 268, 293, 368, 406, 408, 411-412, 438; IV, 43, 64, 66, 102, 138, 155, 182, 325, 342, 365, 426, 445, 446, 472, 473, 482, 505
Agostinho de Cantuária, santo, II, 70
Agostinho, José de Oliveira, IV, 494
Agostinhas, I, **27**, 430, 434, 471, 477; II, 218, 472; III, 212
Agostinhos (ver também **Ordens Terceiras**), I, **27-31**, 49, 54, 55, 77, 87, 88, 90, 110, 114, 163, 164, 165, 166, 195, 218, 219-220, 236, 266, 326, 338, 343, 385, 408, 449, 450; II, 16, 45, 48, 50, 120, 121, 150, 152, 218, 317, 346, 347, 371, 383, 436, 441, 443, 465; III, 5, 26, 78, 79, 102, 103, 128, 147, 161, 171-172, 207, 209, 238, 241, 397, 398, 440-441, 443--446; IV, 17, 42, 45, 51, 181, 188, 234, 294
Agoult, João de, bispo de Lisboa, II, 139; III, 97
Ágreda, Maria de Jesus, IV, 89; IV, 451
Agricultura e pecuária, I, 32, 35, 36, 48, 50, 248, 282, 300-301, 315-316, 346, 348, 349, 350, 360, 369, 377, 432; II, 29, 60, 89, 90, 92, 151, 181, 207, 208, 214, 252, 254, 259, 293; III, 40, 155, 156, 212, 308, 335, 372, 383, 400; IV, 22, 51, 71, 187, 189--190, 274, 327, 350, 447, 473
Agrípio, bispo de Faro, II, 133
Agrum Universalis Ecclesiae (1770), breve papal, I, 183, 186
Agrupamentos Religiosos Minoritários (ARM) (ver **Seitas**)
Água, I, 43
Água benta, I, 41-42; II, 231
Águas Claras, IV, 42
Águas Santas, I, 439
Águeda, I, 352, 371
Aguiar da Beira, I, 352
Aguiar, Américo Monteiro de (padre Américo), I, 318, 399, II, 347; III, 319-321, 423; IV, 54, 386
Aguiar, António de, bispo de Ceuta, II, 142
Aguiar, António Rodrigues de, bispo de Goiaz, II, 145
Aguiar, Estêvão de, abade de Alcobaça, I, 34, 204-205; II, 185; III, 123, 154
Aguiar, João de, bispo de Bragança e Miranda, II, 135
Aguiar, Joaquim António de, I, 31, 77, 187, 236, 290, 295, 300, 477, 486, 490; II, 402, 476; III, 398; IV, 218, 338, 340, 356, 359, 431
Aguiar, Manuel de, bispo de Leiria, II, 120, 138, 300; III, 75, 79, 81
Aguiar, Nuno Álvares de, bispo de Tânger, II, 144; III, 177
Aguiar, Tomás Roiz de, III, 195
Aguiar, Vicente, IV, 448
Aguilar, Moisés Rafael d', II, 226
Aguilar, Francisco de Azevedo Teixeira de (ver Samodães, conde de)
Aguilera, Barbero, IV, 64
Aguilera, João de, inquisidor-geral, IV, 307
Agulhon, Maurice, I, 460
Aimardo, abade de Cluny, I, 381
Aimaro, bispo de Ceuta, IV, 479
Aimerico, patriarca latino de Antioquia, I, 294
Aires, Francisco, III, 23, 50, 51, 129
Aires, Martins, IV, 42
Airosa, João Pedro, I, 151; III, 422
Aiun, IV, 202
Aiuti, André, núncio apostólico, III, 72
Akbar, imperador mogol da Índia, II, 436
Aker, Jakop op den, I, 212
Ajuda de Fé, I, 84
Ajuste de contas com a corte de Roma, I, 90
Alaio, Manuel, III, 299, 300
Alandroal, I, 105; II, 154, 157; III, 369
Alão, Brito, IV, 166
Alão, João Joaquim, IV, 39
Alão, João Soares, bispo do Algarve, I, 45; II, 133
Alarção, José de Barros, bispo do Rio de Janeiro, II, 146
Alba, 1.º duque de, II, 320
Albergaria (ver **Assistência**)
Albergaria, António Soares de, II, 222
Albergaria, Lopo Soares de, vice-rei da Índia, II, 64, 196
Albergatti, Antonio, núncio apostólico, III, 71
Alberione, Tiago, III, 416, 417
Alberto I, imperador do Sacro-Império, II, 33
Alberto II, imperador do Sacro--Império, II, 319
Alberto *Magno*, santo, III, 169, 349
Alberto, chanceler-mor, I, 332
Alberto de Áustria, arquiduque, cardeal e vice-rei de Portugal, I, 207; II, 51
Alberto de Vercelli, santo, patriarca latino de Jerusalém, I, 294, 296
Albertoni, Gaspar, núncio apostólico, II, 71
Albino, Graziela, II, 168
Albizzi, cardeal, III, 252
Albuquerque, Afonso de, vice-rei da Índia, I, 304; II, 37, 64, 86, 196, 439, 444; III, 170, 341, 443; IV, 178, 232, 54
Albuquerque, Fernando Afonso de, III, 338
Albuquerque, Henrique Ribeiro Ferreira de, II, 413
Albuquerque, Jerónimo de, I, 268
Albuquerque, João Afonso de, bispo de Goa, II, 144
Albuquerque, Libânia de, II, 347
Albuquerque, Luís de, I, 157
Albuquerque, M. M. Barroso de, IV, 406
Albuquerque, Manuel de, I, 97, 373, 385
Albuquerque, Martim de, II, 379; III, 176; IV, 295
Albuquerque, P. M., IV, 421
Albuquerque, Rui de, IV, 295
Alcácer do Sal, I, 108; II, 21, 35, 36; III, 95, 96, 223, 279, 340, 402; IV, 517
Alcanede, Saturnino de, IV, 450
Alcanizes, I, 253
Alcobaça I, 38; II, 21, 91; III, 266, 399; IV, 172
Alcobaça, Mosteiro de Santa Maria de (ver também **Cistercienses**), I, **32-38**, 53, 84, 85, 108, 111, 115, 139, 161, 162, 163, 166, 177, 206, 212, 215, 236, 302, 303, 327, 332, 397, 446, 463, 464; II, 46, 52, 63, 72, 73, 77, 89, 90, 91, 98, 112, 115, 121, 157, 164, 184, 185, 186, 363, 371, 391, 419; III, 20, 37, 68, 76, 85, 102, 118, 120, 123, 145, 157, 257, 258, 269, 272, 294, 361, 396, 399, 402, 403, 405; IV, 61, 167, 168, 170, 191, 236, 294, 339, 381, 395, 408, 410, 426, 446, 473, 474, 476, 482, 515, 517, 519-520
Alcobaça, Lourenço de, IV, 276
Alcochete, II, 21
Alcoforado, Baltasar Vaz, I, 194
Alcoforado, Francisco, II, 281
Alcoforado, Mariana, I, 186, 194
Alcoolismo, I, 181; IV, 368
Alcorão, I, 84; II, 34, 62; III, 121, 174, 246, 279, 280, 281; IV, 72, 94, 147, 477
Alcoutim, I, 110
Alcuíno, I, 83; II, 112, 318; III, 412
Aldassoro, Inácio, III, 298, 299, 301
Aldeias e aldeãos (ver também Agricultura), II, 177, 178, 181, 182-183, 203-208, 242-243, 252, 254, 255, 257, 258, 259, 271, 364, 382, 451; III, 26, 47, 49, 76, 134, 212, 216, 222, 306-309, 320, 326, 368, 370, 372, 374, 395, 400, 401, 439; IV, 6, 58, 68, 71, 76, 107, 110, 164, 165, 168, 183, 225, 264, 266, 267, 338, 340, 364, 372, 384, 386, 399, 431, 432, 434, 463, 473, 485, 502
Alegre, Manuel, IV, 195
Alegria, João, IV, 253
Alegria, José Augusto, III, 302
Aleixo, Paulo, III, 240
Alemanha, I, 181, 289, 310, 408, 471, 491; II, 15, 16, 63, 66, 70, 81, 84,

146, 199, 267, 273, 361, 362, 414; III, 52, 55, 243, 262, 301, 302; IV, 24, 75, 76, 80, 124, 127, 131, 202, 214, 237, 326, 327, 328, 341, 380, 398, 450, 465, 468
Além Mar, I, 405
Alenquer, I, 468; II, 19, 20, 21, 44, 45, 55, 81, 82, 85, 98, 273, 274; III, 102; IV, 171
Alesi, Francisco de, I, 288
Alessano, Boaventura, I, 291
Alexandre, imperador etíope, II, 195, 196
Alexandre, rei de Khaketi, III, 444
Alexandre III (Rolando Bandinelli), papa, I, 182, 225, 226, 407, 431; II, 76, 77, 103, 381; III, 342; IV, 156, 389, 473
Alexandre IV, papa, I, 353, 417, 422; II, 310
Alexandre VI, papa, I, 35, 405; II, 36, 104, 220, 284, 298, 379; III, 18, 155, 336, 350, 491
Alexandre VII, papa, III, 17; IV, 135
Alexandre, José, IV, 253
Alexandria, I, 406; II, 65, 197, 198; III, 393, 394
Alexandrina de Balasar, I, 249; II, 330, 331, 345, 347, 387; III, 58; IV, 176, 396
Alexandrino, Pedro, III, 452; IV, 413
Alfaias litúrgicas. (glossário) (ver também **Artes decorativas, Festas, Liturgia, Procissões, Vestes litúrgicas**), I, **38-43**, 78, 109, 392, 421, 432; II, 9, 67, 92, 98, 155, 233, 278; III, 69, 98, 101, 155, 201, 290, 361--363, 395; IV, 13, 92, 99, 166, 168, 172-173, 174, 366, 367
Alfândega da Fé, II, 300
Alfaqueques (ver **Redenção de cativos**)
Alfar, António, I, 194
Alfarde, Pedro, III, 119
Alfaro, Pedro de, I, 338
Alferes, Gil Nunes, I, 175; II, 87; III, 423
Algarve, I, 185; II, 37, 50, 89, 155, 452; III, 223, 279, 301, 335, 338, 477, 517, 518-519
Algarve, diocese do, I, **44-50**, 123, 127, 214, 304, 346, 363, 366, 367, 373, 421, 493; II, 12, 14, 15, 18, 43, 44, 56-57, 105, 120, 133, 211, 212, 291, 292, 297, 299-300, 301, 306, 371; IV, 69, 221, 364, 366, 464
Aliança Evangélica Portuguesa, II, 100; IV, 79, 80, 83, 84
Aljezur, conde de, I, 443; III, 53
Aljustrel, I, 104, 185, 193, 195, 196, 199, 200; III, 371
Aljubarrota, I, 28, 32, 33, 37; II, 342; IV, 480
Alleman, Cirilo, I, 296
Allighieri, Dante, II, 32; IV, 182
Allosa, João de, IV, 451
Alma, Gil, bispo do Porto, e de Coimbra I, 391; II, 136, 140; IV, 7, 10, 11, 30
Almada, I, 108, 117, 136, 139; II, 21, 168, 409; III, 108, 111, 225, 279, 363
Almada, Manuel de, bispo de Angra, II, 134
Almada, Vasco Lourenço de, I, 137
Almansur, Yaqub, I, 387; IV, 6, 352, 421, 513
Almeida, Abraão, IV, 82
Almeida, António de, I, 318, 493; III, 381; IV, 48, 495
Almeida, António J. Dimas de, IV, 83, 105
Almeida, António José de, presidente da República, II, 31, 39, 106, 406
Almeida, António Vitorino de, III, 302
Almeida, Apolinário de, bispo de Niceia, II, 347; IV, 323
Almeida, Avelino de, II, 246
Almeida, Boaventura Alves de, padre, I, 316; IV, 238, 239
Almeida, Carlos A. Ferreira de, IV, 168, 408
Almeida, Celestino de, II, 39
Almeida, Constantino José de, bispo eleito da Guarda, I, 343
Almeida, Cristóvão de, IV, 394, 451, 494
Almeida, Diogo de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Almeida, Estêvão de, II, 18
Almeida, Fernando de, bispo de Ceuta, II, 107, 108, 142, 379
Almeida, Fialho de, IV, 503
Almeida, Fortunato de, I, 314-315, 368, 370, 396, 434; II, 292, 341, 372, 382, 394; III, 44, 51, 194, 350; IV, 241, 400, 504
Almeida, Francisco de, vice-rei da Índia, I, 324, 325; II, 64; III, 341
Almeida, Gabriel de, bispo do Funchal, II, 137; IV, 494
Almeida, Garcia de, IV, 277, 315
Almeida Garrett, Gonçalo de, III, 382; IV, 195, 303
Almeida Garrett, José Maria de, II, 334
Almeida Garrett, 1.º visconde de, I, 78, 91-92; III, 51, 52, 131, 218; IV, 10, 75, 454
Almeida, Gustavo de, I, 318, IV, 256
Almeida, João de, I, 116, 135; II, 168
Almeida, João Crisóstomo Gomes de, bispo de Viseu, IV, 358
Almeida, João Fernandes de, I, 87, 212
Almeida, João Ferreira de, II, 228; III, 147; IV, 77-78, 80, 253, 260
Almeida, João Gaspar de, IV, 30
Almeida, João Gouveia de, I, 309
Almeida, João Joaquim da Costa, II, 413; IV, 500
Almeida, Jorge, historiador de arte, IV, 406
Almeida, Jorge de, comendatário de Alcobaça, bispo-conde de Coimbra e arcebispo de Lisboa, I, 36, 87, 177, 387, 390, 396; II, 136, 139, 396; III, 100, 148
Almeida, José de, ceramista, IV, 61, 381
Almeida, José Bernardo de, III, 25
Almeida, José Gouveia de, jesuíta, I, 59
Almeida, José Xavier de, IV, 40
Almeida, Leonor de, II, 418
Almeida, Leopoldo de, II, 167, 168; IV, 415
Almeida, Lopo de, I, 144; II, 108; IV, 449
Almeida, Lourenço de, I, 324
Almeida, Luís António de, bispo de Bragança e Miranda, II, 135; IV, 502, 504
Almeida, Manuel, missionário jesuíta, I, 86
Almeida, Manuel Duarte de, IV, 49
Almeida, Manuel Nicolau de, bispo de Angra e Açores, I, 71, 90; II, 134
Almeida, Miguel Ferreira de, I, 98; III, 250, 305; IV, 442
Almeida, P. Vieira de, I, 117
Almeida, Paulo de São Tomás de Aquino e, arcebispo-bispo de Cranganor, II, 144; IV, 186
Almeida, Rita Lopes de (ver Amada de Jesus, Rita)
Almeida, Roque de, I, 450
Almeida, Teodoro de, I, 309, 341; II, 192, 416; III, 107, 127, 128, 129, 147, 328, 329, 332, 334, 391, 451, 452-453, 484, 497
Almeida, Tomás de, bispo de Lamego, do Porto, e cardeal-patriarca de Lisboa, I, 88, 174; II, 138, 139, 140; III, 7, 105, 106, 225, 366, 427; IV, 16, 27, 52, 53, 234, 350
Almeida, Tomás Gomes de, bispo de Angola e Congo, e da Guarda II, 138, 142, 311, 314
Almeida, Valentim, I, 180
Almeida, Vasco Maria Eugénio de Almeida (conde de Vilalva), I, 300
Almeida, Vieira de, I, 26, 167
Almeirim, I, 426
Almendra, Júlia d', III, 301
Almendres, Gregório Martins, IV, 96
Almóadas, I, 32; II, 35, 36, 37, 292; III, 176, 247, 256; IV, 93
Almodôvar, I, 195, 196, 197, 199, 200; IV, 341
Almofada, I, 41
Almorávidas, I, 387; III, 177, 247; IV, 91
Almoster, I, 348; II, 46
Almutamide, emir de Sevilha, III, 38
Aloado (ou Aloário), bispo de Caliábria, I, 421; II, 131
Al-Oriani, II, 173
Alorna, marquesa de, III, 286
Alpedrinha, cardeal (ver Costa, Jorge da)

Alpendorada, I, 206, 207
Alpoim, I, 404
Alprão, Afonso de, III, 123
Alquimia (ver **Magia**)
Alsina, F. López, III, 375
Altaner, B., III, 115
Altar (ver **Mobiliário eclesiástico**)
Alte, visconde de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Alva (ver **Vestes litúrgicas**)
Alva, Julião de, bispo de Portalegre e de Miranda, I, 254, 257; II, 135, 140, 297; III, 464-465, 471
Alvarada, Diogo de, III, 359
Álvares, André, ministro-geral dos Franciscanos, II, 276
Álvares, António, III, 148
Álvares, Baltazar, I, 87; II, 5, 264; III, 23; IV, 322
Álvares, Diogo, arcebispo de Cranganor, II, 144
Álvarez, Domingos, III, 455
Álvares, Fernando, bispo de Lisboa, II, 139
Álvares, Francisco, II, 64, 196
Álvares, G., IV, 277
Álvares, Gaspar Afonso, bispo de Meliapor, II, 145
Álvares, João, abade comendatário de Paço de Sousa, I, 162, 205; II, 186; III, 122, 123; IV, 12, 42, 481, 482
Álvares, João, escritor humanista, II, 148; IV, 129
Álvares, Jorge, I, 334
Álvares, Luís, II, 192, 228; III, 22, 129; IV, 491, 495
Álvares, Manuel, missionário jesuíta, I, 23, 59, 282; II, 322
Álvares, Manuel, latinista, I, 393; II, 287, 307, 378; III, 9, 23, 69, 334; IV, 321-322
Álvares, Manuel, oratoriano, IV, 37
Álvares, Mateus, IV, 193
Álvares, Ordonho, bispo de Salamanca, arcebispo de Braga, I, 407; II, 134
Álvarez, Gonzalo, I, 267
Álvarez, Rodrigo, II, 12; III, 122, 142; IV, 27
Álvaro III, rei do Congo, I, 291
Álvaro, bispo de Lisboa, I, 433; II, 114, 138,; III, 96
Álvaro, missionário dominicano, II, 321
Álvaro, prior de Florença, I, 204
Álvaro Afonso, bispo do Algarve e Évora, I, 45
Álvaro de Córdova, II, 183
Álvaro de Lisboa, universitário agostinho, I, 28
Álvaro, João, II, 133
Alvega, II, 157
Alvelos, Vasco Martim de, bispo da Guarda, e de Lamego, II, 137, 138, 311
Alverca, II, 441
Alvernaz, José Vieira, bispo de Cochim, arcebispo de Goa, II, 144
Alves, Agostinho de Almeida, I, 375
Alves, António Martins, IV, 455
Alves, António dos Santos, II, 246
Alves, Francisco Manuel (abade de Baçal), I, 259, 260; II, 371; IV, 264
Alves, Guilhermino Augusto, I, 259
Alves, João, bispo de Coimbra, I, 389-390, 391, 440; II, 136; III, 203; IV, 250
Alves, João, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Alves, João Carlos, I, 495
Alves, João de Freitas, IV, 455
Alves, José da Felicidade, I, 101; IV, 507
Alves, Manuel, III, 79, 300
Alves, Manuel Isidro, II, 229, IV, 313, 456
Alves, Sebastião, IV, 444
Alvim, Paulo, III, 301
Alvim, Pedro, bispo de Portalegre, II, 140; III, 467
Alvito, I, 195, 197, 199, 200; II, 21; III, 227
Alvito, bispo de Dume, II, 132
Alvo, João, IV, 8
Amada de Jesus, Rita, II, 316-317, 347, 473
Amadeu (de Sabóia), beato (Meneses, Amadeu da Silva), II, 186, 346; III, 46, 123, 123, 208
Amado, José de Sousa, I, 91, 92, 309, 457, 493; II, 371, 382, 386, 394
Amado, José Rodrigues, I, 167, 395
Amado, Rodrigo, III, 149, 150, 153, 154
Amadora, I, 472; II, 27
Amaral, Alberto Cosme do, bispo de Leiria-Fátima, II, 138, 281; III, 81, 325; IV, 25
Amaral, António Cardoso do, II, 78
Amaral, António Caetano do, II, 328, 369, 416; III, 147; IV, 317
Amaral, Amílcar, I, 175
Amaral, Francisco do, IV, 451, 495
Amaral, Gaspar do, IV, 297
Amaral, Jerónimo Teixeira de Figueiredo e, IV, 347, IV, 347-348, 350
Amaral, Luís do, bispo de Lamego, e de Viseu, I, 409, II, 138, 141; IV, 11, 353
Amaral, Pedro do, II, 228; IV, 451
Amarante, I, 109, 139; II, 20, 182; IV, 53
Amarante, Carlos, II, 158; IV, 39
Amarante, José Joaquim da Imaculada Conceição, arcebispo de Cranganor, II, 144
Amarante, Manuel Luís de, IV, 38
Amares, I, 109
Amatucci, Emídio, II, 165
Amazónio, I, 268
Ambão (ver **Mobiliário eclesiástico**)
Ambrósio, santo, arcebispo de Milão, I, 305; II, 110, 111; III, 68, 145, 293, 413; IV, 64, 65, 131, 138, 473
Ambrósio Fernandes, beato, III, 26
Ameal, João (conde de), I, 328; II, 342, 343, 344; IV, 296
Amélia de Orléans, rainha de Portugal, II, 165; III, 469; IV, 500, 503
Américo, cardeal e bispo do Porto (ver Silva, Américo Ferreira dos Santos)
Américo, padre (ver Aguiar, Américo)
Ameríndios, I, 264-269; II, 86, 161, 428; III, 25-26, 87, 88, 194, 196, 196, 211; IV, 61, 145, 410
Amicto (ver **Vestes litúrgicas**)
Amigo da Religião, I, 372
Amigo do Povo, I, 396
Amorim, Ana de Jesus Faria de, I, 196; II, 280-281, 347; IV, 224
Amorim, Antónia de Jesus Faria de, II, 281
Amorim, Diogo Pacheco de, I, 330; III, 382-383
Amorim, Eugénio, III, 301
Amorim, Gaspar, IV, 494
Amorim, Guedes de, III, 134, 353
Amorim, João de Santa Gertrudes Leite, I, 208; IV, 43
Amorim, Jorge, III, 136
Amorim, Rosa, III, 301
Amesterdão, I, 212
Amzalak, Moisés Bensabat, III, 41
Ana de Áustria, infanta de Espanha, IV, 193
Anabaptistas, IV, 76, 77
Anadia, II, 21
Anahory, Simão, III, 41
Anaia, João, bispo de Coimbra, I, 214, 422; II, 113, 135
Anaia, Pêro da, III, 237
Análise da crença cristã, I, 81
Análise Social, I, 321
Anaquim, Manuel, I, 97; III, 112; IV, 445
Anarquismo, I, 315, 330; III, 63, 134; IV, 386, 403, 428
Anastásio, santo, patriarca de Alexandria, IV, 365
Anauk-pet-lun, rei da Birmânia, I, 220
Anchieta, José de, I, 267, 309, 383; III, 69, 134, 271; IV, 74
Andaluz, Luísa, I, 320; II, 347, 459; III, 57, 110, 130, 131; IV, 226
Andersen, Sophia de Mello Breyner, III, 134, 136-137
Andrade, Alfredo Freire de, II, 39; IV, 73
Andrade, António de, I, 276; III, 25; IV, 283-284
Andrade, António Banha de, II, 122; IV, 296
Andrade, António Navarro de, IV, 19, 20
Andrade, Augusto de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Andrade, Dias de, III, 383
Andrade, Diogo Lopes de, bispo de Otranto, IV, 494

Andrade, Diogo de Paiva de, I, 87; II, 384; III, 50, 69, 147, 148, 242, 285; IV, 278, 279, 295, 449, 451, 484, 491, 492
Andrade, Emiliano de, I, 71, 75
Andrade, Francisco José Rodrigues de, bispo do Funchal, II, 137, 285
Andrade, Gaspar Berenguer, II, 284
Andrade, José Dias de, II, 39
Andrade, José Freire de, IV, 390
Andrade, Lucas de, III, 142; IV, 367
Andrade, Luís Álvares de, IV, 414
Andrade, P. Dias, I, 373
Andrade, Sebastião da Costa, II, 227; IV, 495
Andrade, Teófilo de, bispo de Nampula, II, 143, 279; III, 245
Andrade, Tomé de Paiva de (ver Jesus, Tomé de)
André, santo, III, 442
André, Carlos Ascenço, II, 379
André, João, II, 76
Andréa, Henrique de, I, 85
Anel (ver **Insígnias episcopais e monásticas**)
Anes, Afonso, bispo do Algarve, II, 133; III, 152
Anes, Diogo, IV, 12
Anes, Domingues, III, 152
Anes, Gomes, abade de Santa Cruz de Coimbra, I, 204; II, 185; IV, 42
Anes, Gonçalo, abade de Tibães, I, 384
Anes, Gonçalo, bispo de Lamego e do Porto (ver também Enes, Gonçalo), II, 138, 140; IV, 11, 27
Anes, João, arcebispo de Lisboa, II, 139; III, 97, 99, 152
Anes, Lourenço, III, 149, 150
Anes, Pedro, bispo de Lamego, II, 138
Anes, Rodrigo, IV, 236
Anes, Soeiro, bispo de Lisboa, IV, 242
Ang Chan, rei do Camboja, I, 284
Ang Duong, rei do Camboja, I, 286
Ângela Merici, santa, II, 460; IV, 324
Angeloni, Luciano, núncio apostólico, III, 72
Angérri, José, III, 301
Anglicanismo (ver também **Protestantismo**, **Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica**), I, 87, 406; II, 168, 287, 320, 386, 432, 435-436, 437, 478; III, 218, 302; IV, 77, 78, 80, 96, 134
Angola (ver também **Acordo Missionário**, **África**, **São Tomé e Príncipe**), I, 25, **51-67**, 193, 208, 290, 291, 293, 309, 331, 352, 353, 418, 440, 475, 480, 491; II, 12, 88, 106, 123, 141-142, 143, 180, 181, 270, 276, 278, 295, 296, 299, 300, 304, 448, 449, 471, 473, 475; III, 26, 30, 73, 204, 205, 208, 210, 218, 321, 385; IV, 96, 226, 251, 253, 314, 328, 467
Angra do Heroísmo, I, 474; II, 131, 375; III, 23; IV, 150, 410, 463
Angra do Heroísmo, diocese de, I, 21, **67-79**, 123, 217, 363, 367, 374, 375; II, 14, 43, 58, 133-134, 294, 295, 299; IV, 221, 223, 248, 249, 259
Animismo (ver também **Paganismo**), I, 23, 264, 333; II, 181, 201, 285, 437, 462; III, 10, 170, 174, 211; IV, 68, 144, 145, 148, 168, 188, 212, 266, 267, 284-285, 290
Anjo Custódio de Portugal, II, 346
Anjo, António do, bispo de Cabo Verde, I, 280
Anjos, Ambrósio dos, III, 445
Anjos, André dos, IV, 450
Anjos, António Rebelo dos, I, 191
Anjos, Belchior dos, III, 444
Anjos, Dionísio dos, I, 167; IV, 394, 494
Anjos, Francisco dos, II, 443
Anjos, Gregório dos, bispo do Maranhão, II, 145
Anjos, Luís dos, I, 165, 166, 167
Anjos, Manuel dos, bispo de Fez, II, 142; IV, 448, 495
Ano Santo da Companhia de Jesus em Portugal, II, 345
Anselmo, santo, I, 167; III, 179; IV, 446
Anselmo, Artur, II, 307
Anselmo, Manuel, I, 331
Anserico, bispo de Viseu, II, 133; IV, 352
Ansiulfo, bispo do Porto, IV, 5
Ansur, III, 395
Antão, santo, II, 148, 182, 185, 186; IV, 342
Antas, António das, IV, 39
Anticlericalismo (ver também **Clero regular**, **Clero secular**, **Congreganismo**), I, 10, 24, 60-61, 65, 72, 73, 76, **79-82**, 88-101, 115, 133, 150, 161, 188, 189, 277, 316, 329, 330, 357, 372, 376-378, 382, 389, 425, 427, 435, 437-438, 440, 441-442, 444, 455, 468, 473, 474, 477, 479, 491; II, 38, 52, 80, 120, 170, 232--236, 267, 270, 272, 277, 278, 331, 347, 370, 372, 385, 406, 418, 436, 461, 470, 476, 477; III, 26, 27, 28, 29, 51, 52, 54, 59, 60, 62, 63, 64, 109-110, 131-132, 164, 165, 166, 167, 168, 183, 208, 214-215, 218--219, 243, 287, 298, 302, 352, 364, 377, 382, 385, 389, 422, 454, 465, 468; IV, 21, 22, 48, 84, 107, 173, 174, 189, 200, 226, 237, 248, 339, 376, 386, 399, 400, 403, 433, 434, 497-498, 499, 504
Anticongreganismo (ver **Congreganismo**, **Anticlericalismo**)
Anti-Cristo, O, I, 81, 95
Antijudaísmo (ver também **Cristãos-novos**, **Inquisição**, **Judaísmo**), I, 84-85, 85-86, 144, 190, 207, 274, 422, 447, 461; II, 239, 366, 371, 383; III, 40-41, 477
Antimoria, II, 147; IV, 129
Antioquia, I, 406; II, 432; III, 393, 440; IV, 134, 182
Anti-semitismo (ver Antijudaísmo)
Antitrinitários, IV, 76
Antoine-Fréderic Ozanam, beato, I, 443, 444; III, 53
Antoninhos (ver **Franciscanos**)
Antonini, Gaudêncio, núncio apostólico, III, 72
Antonionismo (Kimpa Vita), movimento religioso, I, 22, 57
António, prior do Crato e pretendente ao trono português, I, 30, 206, 436; II, 84, 396; III, 309; IV, 15, 42, 193
António I, rei do Congo, I, 57
António, bispo de Viseu, II, 133
António de Beja, I, 157, 163
António da Conceição, beato, II, 346
António Francisco Varejão, beato, I, 206, 258; III, 26
António de Lisboa (ou Pádua), santo, I, 93, 134, 135, 136, 157, 162, 179, 288, 339, 387, 431, 433, 494, 495; II, 184-185, 194, 269, 273, 336, 337, 341, 343, 346, 383; III, 68, 102, 120, 144, 181, 206, 240, 258, 309, 454; IV, 33, 122, 276, 381, 409, 414, 448, 458, 462-463, 474, 476, 479, 480
António Maria Claret, santo, I, 351, 352
António, Lino, I, 134-135; III, 455; IV, 415-416
António, Pedro, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Antropologia (ver **Etnografia religiosa**)
Antuã, I, 392
Antunes, António, bispo-conde de Coimbra, I, 389, 392, 394; II, 136; III, 324
Antunes, Bartolomeu, I, 180
Antunes, Cabral, III, 181
Antunes, João, I, 97; II, 174; III, 154
Antunes, José Maria, I, 24, 62, 63
Antunes, José Paulo, III, 301
Antunes, Lourenço Mateus, IV, 257
Antunes, Manuel, I, 101; III, 30, 137, 423
Antunes, Manuel Dâmaso, II, 458, 462; III, 144
Antunes, Manuel Marinho, IV, 105
Anunciação, Agostinho da, arcebispo de Goa, II, 144
Anunciação, António da, I, 166; III, 144
Anunciação, Bernardo da, III, 144
Anunciação, Diogo da, II, 385
Anunciação, Domingos da, IV, 53
Anunciação, Francisco da, missionário jesuíta I, 219
Anunciação, Francisco da, I, 88, 437; III, 5, 6, 147, 255; IV, 234, 489
Anunciação, Gabriel da, bispo de Fez, II, 142; IV, 495
Anunciação, Gaspar da, I, 219

Anunciação, Manuel da, IV, 453
Anunciação (Povolide), Miguel da, bispo-conde de Coimbra, I, 8, 88, 89, 169, 217, 370, 385, 388, 391, 393, 394, 437-438; II, 136, 297, 385; III, 5, 7, 144, 148, 429; IV, 220, 234, 235, 280, 324-325, 366
Anunciação, Pedro d', II, 273
Anunciação, Possidónio da, I, 436
Anunciada, Francisco da, I, 436
Anunciada, Isabel da, IV, 47
Anunciada, Teresa da, II, 347
Anvers, Lourenço de, IV, 451
Anzir, rei da Tunísia, II, 34
Aparício, Sebastião, III, 29
Aparício, João Marcelino dos Santos Homem, bispo de Angra, II, 134
Apocalipse, João do, I, 158, 207
Apolinário, II, 111
Apologética (ver também **Catequese e catecismos**, **Oratória sacra ou parenética**), I, 79, **82-102**, 155, 158--159, 341-342, 376-377, 412, 434, 457; II, 16, 82, 100, 115, 263, 266, 371, 372, 383, 384, 385, 386; III, 62, 116, 121-122, 130, 145, 147, 157, 158, 206, 254-255, 305, 368, 412, 413, 437; IV, 21, 49, 82, 277, 278, 281, 385, 400, 404, 412, 432, 442, 447, 448
Apontadores, I, 363
Apostasia, I, 288
Apostolado da Oração (ou Associação do Coração de Jesus), I, 9, 11, **102-103**, 189, 199, 214, 393, 398, 494; II, 236, 345; III, 28, 53, 56, 110, 111, 181, 287; IV, 36, 49, 226, 386, 436, 443, 462, 464
Apostolatus ministerio (1710), bula papal, III, 105
Apostolatus officium meritis (1783), bula papal, III, 238
Apostolica nostrarum sollicitudo (1922), bula papal, II, 72
Apostolica Praedecessorum Nostrarum (1922), bula papal, IV, 345
Apostolicae Sedis (1320), bula papal, II, 35; III, 340
Apostolicae Sedis consuetudinem (1975), bula papal, II, 72; IV, 151
Apostolicam Actuositatem (1965), decreto conciliar, IV, 466
Apostolici ministerii (1749), bula papal, I, 88; III, 7
Apresentação, Egídio da, I, 29; III, 148; IV, 278, 295, 447
Apresentação, Luís da, III, 48
Apríngio, bispo de Beja, I, 184, 193; II, 110, 133, 183; III, 68, 117, 405; IV, 73, 276, 364
Apuleio, I, 272
Aquae Flaviae (ver Chaves)
Aquaviva, Cláudio, geral dos Jesuítas, I, 334, 474; II, 26; III, 240
Aquiba, rabi, III, 32
Aquileia, III, 394
Ara, bispo de Lisboa, II, 133; III, 94
Aragão, Fernão Ximenes de, I, 84; III, 127
Aragão, Francisco de, IV, 124
Aragão, Manuel Pinheiro de, IV, 18
Araki Murashige, dáimio, III, 12
Aranda, Mateus d', III, 294, 295, 296
Aranha, Francisco Xavier, bispo de Olinda (Pernambuco), II, 146
Aranha, João Afonso, bispo de Safim, e do Porto, I, 303, 332; II, 133, 140, 143; III, 177; IV, 11, 278, 494
Aranha, Silvestre, III, 23
Aranha, Tomás, IV, 495
Araújo, António, III, 87; IV, 496
Araújo, António Moreira de, IV, 28
Araújo, António de Sousa, I, 371; III, 455
Araújo, J. J. de Sousa, IV, 416
Araújo, João António Caldeira de, III, 447
Araújo, José, IV, 497
Araújo, José Maria de, bispo de Olinda (Pernambuco), II, 146
Araújo, José Rosa de, II, 209
Araújo, Juvenal de, III, 383
Araújo, Luís de, IV, 393
Araújo, Manuel Ferreira de, II, 66, 273
Araújo, Manuel do Monte Rodrigues de, IV, 34
Araújo, Marcelino de, IV, 39
Araújo, Pedro de, organista, III, 359
Araújo, Pedro de, vigário-geral da Guiné, II, 323
Araújo, Vitorino da Silva, III, 80
Arcádia Tibanense, I, 207
Archer, Luís, III, 423
Archiva Ecclesiae, I, 118
Archivo Açoriano, O, I, 76
Arcônsio, bispo de Évora, II, 132, 211
Arcos de Valdevez, I, 206; II, 23
Ardashir II, imperador da Pérsia, III, 440
Areda, Diogo de, III, 23; IV, 394, 495
Areeiro, José Fernandes, IV, 218
Arga, I, 206
Arganil, I, 396, 397, 430; II, 89; III, 383
Argentina, II, 9
Argesindo, bispo de Egitânia, II, 132
Arghun, *ilkhân* da Pérsia, II, 63
Argimiro, bispo de Lamego, II, 132; IV, 421
Argiovito, bispo do Porto, IV, 5
Argote, Jerónimo Contador, I, 7; IV, 272, 274
Ariamiro, rei dos Suevos, IV, 262
Arianismo (ver também **Heterodoxia**), I, 83, 184, 190, 223, 247, 406, 414; II, 31, 162, 382; III, 94, 115, 372, 405, 412-413, 414; IV, 5, 73, 262, 352, 362, 364
Arias, Diogo, II, 274
Arima Harunobu Protázio, dáimio, III, 12, 13
Arima Yoshida André, dáimio, III, 12
Ariosto, IV, 130
Aristóteles, I, 160, 305, 339; II, 5, 6, 148, 159-160, 264, 265, 266, 307, 378, 416, 417, 418; III, 23, 168, 305; IV, 126, 389, 471
Arménia (ver **Pérsia, Arménia e Geórgia**)
Arménio, bispo de Egitânia, II, 132, 311
Armentário, bispo de Dume, II, 132
Arnoldo de Lubeque, II, 63
Arnóbio, III, 174
Arnóia, I, 206
Arnot, Frederico Stanley, missionário anglicano, I, 64
Arouca, I, 104, 216, 348; II, 157, 184; III, 124, 395, 396, 399; IV, 39, 40, 41, 46, 51, 53, 62, 381, 410, 414, 422, 425
Arqueologia, I, 245, 327; III, 140, 369; IV, 40
— **I. Paleocristã**, I, **103-106**, 184; III, 94, 437; IV, 59, 65; IV, 352, 364, 419
— **II. Época Medieval**, I, **106-109**
Arquitectura, I, 39, 193; II, 175, 177--178, 207, 381, 436, 456; III, 140; IV, 168-169, 176, 191, 192, 363--364, 366, 367
— **I. Até ao manuelino** (ver também **Arqueologia**), I, 32, 33, **109-113**, 172-173, 257-258, 384, 396; II, 82, 154, 217, 315, 362, 448; IV, 6, 13, 38, 349, 424
— **II. Do manuelino ao romantismo**, I, 35, 37, 46, 48, 50, **113-115**, 172, 207, 258, 262, 396, 155, 157, 217; III, 19-20, 24, 79, 154, 155, 177, 237, 448, 467, 471, 472; IV, 16, 38-39, 230, 349, 353, 354
— **III. Do romantismo à actualidade**, I, **115-117**, 328; II, 158, 167, 168, 448; IV, 39-40, 51, 349
Arquivos eclesiásticos, I, **118-132**, 238-239, 392, 393, 402, 432; II, 40, 86, 233, 388, 394; III, 80, 109, 244, 354, 397, 399; IV, 99, 136, 287, 366, 370, 419, 427
Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, I, 38, 120, 128, 393; II, 19, 73
Arrábida (*ribath*), II, 150, 185, 190, 275, 276, 369; III, 47, 136, 176
Arraial: festa de um povo, II, 207
Arraiolos, I, 146; II, 155; III, 156
Arrais, Amador, bispo de Portalegre, esmoler-mor, I, 85, 193, 194, 163; II, 140, 191, 194; III, 147, 465, 471; IV, 221, 279, 450, 491
Arrais, António, bispo da Guarda, II, 137, 311
Arrais, José António Pinto de Mendonça, bispo de Pinhel, e da Guarda, II, 138, 139, 311; III, 447
Arrendamento, II, 90, 93

Arriaga, Manuel de, presidente da República, III, 131
Arroio, António Lopes, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Arroteia, Fernando de, IV, 480, 481
Arruda, Diogo de, I, 112
Arruda, Francisco de, I, 112
Arruda, Rodrigo de, IV, 482
Arte da guerra do mar, II, 161
Arte da língua angolana, I, 59
Arte de orar, III, 126
Arte sacra (ver também **Arquitectura, Artes decorativas, Azulejo, Escultura, Iconografia, Iluminura, Presépio, Pintura, Museus, Ourivesaria, Talha**), I, 245, 247, 435, 437; II, 175, 236-238, 255, 287; III, 45, 152, 400, 401; IV, 36, 38, 99, 153, 329, 330, 360-361, 384, 427, 455
Artes decorativas (ver também **Arqueologia**, **Arquitectura**), I, 50, **133-136**, 173; III, 291, 455; IV, 39, 40
Artesani, Francisco, I, 454
Artola, Miguel, II, 415
Ascensão, Bernarda da III, 448
Ascenção, Luís da, IV, 494
Ascenção, Marcelino da, I, 207
Ascenção, Maria da, (ver Amorim, Ana de Jesus Faria de)
Ascensão, Sebastião da, bispo de Cabo Verde, I, 173, 280; II, 142
Asensio, Eugenio, II, 148; III, 91
Ashoka, imperador indiano, I, 275, 324
Ásia (ver também **Birmânia, Camboja, Ceilão, Cochinchina, Coreia, Índia, Índia. Goa, Insulíndia, Japão, Laos, Macau, Malaca e Singapura, Pérsia, Arménia e Geórgia, Tibete e Ásia Central, Timor e Solor, Tonquim, Sião**), II, 267, 277, 299, 300-301, 307, 320, 379, 430; III, 25, 209, 211, 213, 364; IV, 21, 158, 212
Aspey, Albert, II, 411; IV, 83
Asseiceira, II, 19; III, 350; IV, 176, 301
Assembleia dos Oradores e Escritores Católicos, I, 9
Assembleias de Deus, IV, 79, 82, 83
Assisi, Luigi-Maria d', I, 60
Assistência (ver também **Misericórdias, Pobreza**), I, 24, 400, 459-460, 488; II, 438, 443-444; III, 159, 161, 162, 170, 237, 244, 287
— **I. Época Medieval**, I, 34, **136-140**, 183, 199, 250-251, 262, 279, 350, 390, 429, 430, 432, 434, 461; II, 47, 75, 92, 116, 183, 184, 218, 220, 391; III, 38, 45, 148, 194, 270, 338, 350, 374, 377; IV, 53, 305, 306, 364, 472-473, 476
— **II. Época Moderna e Contemporânea**, I, 36, 48, 50, 58, 133, **140-149**, 175, 176-177, 181, 199, 229, 251, 260, 262, 284, 288, 289, 312, 313, 356, 360, 371-372, 387, 390, 397, 464-465, 475, 490; II, 54, 61, 84, 153, 157, 178-179, 220, 234, 278, 284, 287-288, 346, 374-375, 476; III, 22-23, 26, 48, 53, 66-67, 76, 103, 153, 156, 178, 195, 270, 329, 334, 350, 352-353, 443, 465, 466, 468; IV, 15, 16, 17, 43, 78, 95-96, 173, 272, 305, 307, 321, 324, 325, 340, 355, 357, 429, 457
— **III. Do fim da Monarquia ao Estado Novo**, I, 64, 65, 78, 93, **149-152**, 188, 189, 196, 200, 251-252, 263, 264, 292-293, 296, 316, 317, 352, 353, 372, 374, 375, 378, 398-399, 440, 442-445, 467, 468-470, 471-472, 474, 475, 477-482, 486-487, 489; II, 7, 27, 39, 43, 54, 66, 100, 127, 128, 220-221, 235, 272, 279, 280, 281, 317, 324, 375, 406, 414, 436-437, 441, 458, 459, 469-470, 473, 474, 476-477, 478-479; III, 41, 53, 54, 72, 73, 111-112, 173, 174, 181, 203, 243, 319-322, 353, 354, 379, 389, 423; IV, 19, 22, 46, 47, 48, 50, 54-55, 82, 106-107, 131, 150-151, 153, 154-155, 189, 216, 224, 226, 227, 231, 237, 254, 289, 294, 338, 340, 351, 376, 386, 397, 429, 458-459, 464, 500, 502
Assistência religiosa às Forças Armadas (ver também **Ordinariato Castrense de Portugal**), I, **152-153**, 292, 428, 472, 474, 475; II, 406; III, 319, 469; IV, 376, 399, 400
Assistentes eclesiásticos, I, 11, 12, 13, 15, 17, 154, 378, 444; II, 170, 171, 172; III, 203
Associação Auxiliar das Missões Ultramarinas, II, 475
Associação Cristã da Mocidade (União Cristã da Mocidade Portuguesa), II, 411; IV, 82
Associação da Doutrina Cristã, IV, 33
Associação das Educadoras de Infância, IV, 48
Associação dos Farmacêuticos Católicos, I, 312
Associação Fé e Pátria (ver **Jesuítas**)
Associação da Imprensa Católica, III, 185
Associação dos Médicos Católicos, I, 312; III, 56; IV, 37, 49, 463, 470
Associação Missionária Portuguesa (ver **Franciscanos**)
Associação dos Pais de Família, I, 312; III, 56; IV, 49, 464
Associação Promotora da Instrução Pública (Liga de Acção Social Cristã) (ver também **Catolicismo social**), I, 10
Associação para a Propagação da Fé, III, 218
Associação Protectora das Raparigas Pobres (ver **Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena**)
Associação de Rádios Católicas, III, 185
Associação do Registo Civil e do Livre Pensamento, II, 80; III, 180
Associações católicas (ver também **Movimentos eclesiais contemporâneos**), I, 9, 312, 493; II, 271; III, 54, 111, 381; IV, 21, 47, 48, 434-435, 436, 459, 502-503
Associações de fiéis, I, 129-130, **154**, 196, 442, 491; III, 44, 348, 446; IV, 461
Assunção, António da, bispo de Meliapor, II, 145
Assunção, Domingos da, bispo de São Tomé, II, 143
Assunção, Joaquim Luís de, IV, 33, 37
Assunção, José da, IV, 495
Assunção, José da, bispo de Lamego, I, 174, 309, 343; II, 138
Assunção, José Reis da, III, 188
Assunção, Lino da, I, 93
Assunção, Manuel da, I, 309; IV, 496
Assunção, Paulo da, IV, 34
Assunção, Pedro da, I, 438
Assunção, Rafael Maria da, prelado de Moçambique e bispo de Cabo Verde, I, 282, II, 142, 143, 279; III, 245
Assunção, Remígio da, II, 287
Asta, Salvatore, núncio apostólico, III, 72
Asti, Bernardino d', I, 288
Astorga, I, 253, 414, 421; III, 373, 407, 437; IV, 66
Astorga y Alva, Pedro, IV, 452
Astrologia (ver também **Profetismo**), I, **154-159**; II, 31, 37, 163, 173, 181, 366; III, 33, 168, 169; IV, 264-265, 266, 387
Astúrias, Afonso das, bispo de Lamego, II, 138
Ataíde, Bernardo de, bispo de Portalegre, III, 466
Ataíde, Estêvão de, governador dos Rios e Monomotapa, III, 240
Ataíde, João de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Ataíde, Joaquim de Meneses e, bispo de Meliapor, e de Elvas, II, 136, 145
Ataíde, Jorge de, comendatário de Alcobaça, bispo de Viseu, I, 36; II, 141; IV, 354
Ataíde, Martinho de, I, 262
Ataíde, Tristão de, II, 465
Atanásio, santo, bispo de Alexandria, I, 83, 305; II, 110, 148; III, 94, 412
Atanásio, Mendes, IV, 410
Atão, santo, IV, 193
Ataulfo, arcebispo de Braga, II, 131
Ateísmo (ver também **Agnosticismo**, Indiferentismo), I, 79, 83, 92, 96, 99, **159-161**, 378; II, 126, 267-268, 417; III, 59, 60, 165, 241, 386; IV,

25, 206, 207, 208, 215, 229, 383, 402, 403, 499
Atouguia, II, 21
Attendentes provide (1350), bula papal, II, 117
Au millieu des sollicitudes (1892), I, 314; III, 388; IV, 436
Auctorem Fidei (1794), bula papal, III, 8
Audeca, rei dos Suevos, IV, 262
Auditório episcopal (ver **Tribunais eclesiásticos**)
Augustinismo, II, 31, 32, 159, 264
Augustianismo em Portugal (ver também Agostinho de Hipona), I, **161-168**, 305, 455, 456; II, 383, 385; IV, 298
Augusto, imperador romano, III, 368
Aurel, M., III, 46
Auribelli, Marcial, mestre-geral dos Dominicanos, II, 82
Aurillac, Aimaro de, bispo de Marrocos e Ceuta, II, 142; III, 177
Ausónio, Décio Magno, I, 222
Áustria, I, 491; II, 105, 265, 453; III, 214, 243, 388; IV, 96, 97, 194, 326
Auta, santa, IV, 123
Auto da alma, I, 163
Auto da feira, I, 156
Auto dos fisicos, I, 156
Auto de Mofina Mendes, I, 163
Auxerre, I, 383
Ava, I, 220, 221
Aveiro, I, 114, 117, 136, 168-177, 183, 297, 392, 394-395, 465, 469; II, 27, 43, 46, 47, 81, 82, 89, 158, 168, 171, 186, 271, 296; III, 227, 300; IV, 78, 256, 444
Aveiro, diocese de, I, 123, 126, **168-177**, 374, 390, 394, 492; II, 12, 43, 57, 106, 134, 297, 302, 303, 371, 402; III, 226; IV, 29, 249-250, 358, 393, 444
Aveiro, duque de, I, 290
Avelar, André de, II, 31; IV, 316
Avelar, Caetano, arcebispo de Braga, III, 387
Avelar, Francisco Gomes de, arcebispo-bispo do Algarve, I, 45, 46, 48, 49, 309, 455; II, 133; III, 148; IV, 221
Avelar, João de Magalhães e, bispo do Porto, I, 215, 343; II, 140; III, 85; IV, 14, 18-19
Avé Maria, José da, bispo de Angra e Açores, I, 71
Averroísmo, I, 339; II, 365, 367; III, 122; IV, 126
Avieno, III, 369
Ávila, Francisco Dias da Casa da Torre de, I, 268
Ávila, Sancho de, IV, 15
Avinhão, I, 84, 344-346, 408, 491; II, 64, 104, 274, 381, 392; IV, 9, 10
Avis, III, 339
Avis, Ordem de (ver **Ordens militares**)
Avito(s), presbíteros bracarenses, I, 83; II, 182; III, 68, 115, 405-406, 411; IV, 276
Ayala, Francisco Xavier, III, 324
Ayala, Josefa de (Josefa d'Óbidos), III, 452; IV, 61, 406, 413
Aylli, IV, 275
Azambuja, II, 19; IV, 170, 447
Azambuja, Diogo de, III, 341
Azambuja, Jerónimo de (pseud. Oleastro), II, 84, 221, 222-223, 224, 384; III, 69, 147; IV, 278, 491
Azambuja, João Esteves Afonso de, chanceler-mor, bispo do Algarve, do Porto, Coimbra e arcebispo de Lisboa, cardeal, I, 45, 303, 332, 408, 447, 365, 366; II, 108, 133, 136, 139, 140; III, 40; IV, 10-11, 27, 29, 478
Azevedo, Álvaro Rodrigues de, II, 282
Azevedo, António de, abade comendatário de Bustelo, I, 206; IV, 43
Azevedo, António A. Gonçalves de, IV, 33
Azevedo, António de Miranda de, IV, 232
Azevedo, António de Oliveira, sacerdote e académico, I, 7
Azevedo, Cândido Mendes, III, 28
Azevedo, Carlos Moreira, IV, 26, 36
Azevedo, David de, IV, 455
Azevedo, Fernão de, IV, 14
Azevedo, Fernão Lopes de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Azevedo, Francisco de, bispo de Viseu, II, 109, 141; IV, 490
Azevedo, Francisco António Rodrigues de, II, 228; IV, 499
Azevedo, Francisco Ferreira de, bispo de Goiaz, II, 145
Azevedo, Francisco Monteiro de, bispo de Viseu, IV, 356, 360
Azevedo, Francisco Pereira de, IV, 37
Azevedo, Francisco Rodrigues de, IV, 281
Azevedo, Hugo de, III, 325
Azevedo, Jerónimo de, vice-rei da Índia, I, 386
Azevedo, João de, bispo de Portalegre e do Porto, II, 140; III, 155, 467, 471; IV, 12, 29, 31, 33, 44, 317
Azevedo, João da Rocha, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Azevedo, Joaquim de, II, 228, 371; IV, 37, 419, 422
Azevedo, Joaquim Guilherme Peixoto de F. S., IV, 37
Azevedo, José Pegado de, bispo de Angra e Açores, I, 71, 75; II, 134; IV, 496, 497
Azevedo, José Pinto de, médico, I, 59
Azevedo, Lúcio de, II, 372, 394; IV, 194
Azevedo, Luís de, I, 309
Azevedo, Luís da Anunciação e, bispo de Angola e Congo, II, 141
Azevedo, Luís António de, II, 195
Azevedo, Luís Gonzaga de, I, 93; II, 394; III, 30
Azevedo, Manuel de, abade comendatário de Alpendorada e Santo Tirso, I, 206; IV, 14, 42-43
Azevedo, Manuel de, missionário jesuíta, II, 467, 468
Azevedo, Manuel de, sacerdote e académico, I, 8; III, 23, 144
Azevedo, Manuel Rodrigues de, III, 300
Azevedo, Nicolau Maia de, III, 127
Azevedo, Pedro de, II, 328
Azevedo, Rui de, II, 73, 111; IV, 7
Azevedo, Rui Pinto de, III, 339
Azevedo, Sebastião de, III, 225
Azevedo, Silvestre de, I, 284, 309
Azevedo, Vasco, III, 302
Azevedo, visconde e conde de (ver em Fonseca, Francisco Lopes de Azevedo Velho)
Azóia, III, 176
Azor, Juan, III, 261
Azpilcueta Navarro, Martin, I, 272, 449, 454; II, 78, 119, 160; III, 147, 426; IV, 278
Azulejo (ver também **Artes decorativas**), I, 50, 114, 133, 168, 173, **177-180**, 193; IV, 99, 230, 323, 410, 413, 414
Azurara, António de, I, 454

B

Babilónia, I, 154; III, 32, 33; IV, 146-147, 178, 180, 181
Baçal, abade de (ver Alves, Francisco Manuel)
Bacalhau, Mário, IV, 259
Bacelar, António J. Rodrigues, IV, 50
Bacelar, José, I, 161
Backmund, N., IV, 57
Bacon, Francis, I, 340; II, 160; IV, 275
Baconthorp, João, II, 159
Báculo (ver **Insígnias episcopais e monásticas**)
Báculo pastoral de flores e exemplos, III, 50
Badajoz, I, 186; III, 248
Baden-Powel, Robert, II, 168, 169, 170-171, 172; III, 56
Bahram I, imperador da Pérsia, III, 440
Baía, Jerónimo da, I, 207; IV, 494
Baião, António, II, 372
Bainbridge, IV, 205
Bajard, Maria de Jesus, superiora-geral das Irmãs de São José de Cluny, II, 475
Bajenc, Agustin, arcebispo de Nakhitchevan, III, 445
Balbi, II, 53, 97, 199, 396
Balcónio, arcebispo de Braga, I, 222-223; II, 131, 182; III, 406

Baldaquino (ver **Mobiliário eclesiástico**)
Baldi, João José, II, 315-316
Baldino, Justo, bispo de Ceuta, I, 234-35, 238, 400, 447; II, 83, 142; IV, 336
Baldinotti, Juliano, IV, 297
Baldo, II, 319
Balduíno, III, 196
Baleal, João Anes do, III, 151
Balma, Hugo de, II, 189, 190
Balmes, Jaime, I, 309; IV, 444, 499
Balsemão, visconde de, III, 85
Baltar, IV, 58
Baltazar Afonso, jesuíta, I, 54
Banco do bispo (ver **Mobiliário eclesiástico**)
Banco do celebrante (ver **Mobiliário eclesiástico**)
Bandarra, Gonçalo Anes, II, 37, 268, 367; III, 197; IV, 73, 74, 193
Bandeira, Adriano, IV, 503
Bandeira, António, IV, 495
Bandeira, José da Silva, I, 309
Bandelli, Vicente, II, 84
Banez, Domenico, III, 8
Banû Bakr, III, 248
Banû Harûn, III, 248
Baptista, António Alçada, I, 99, 100; II, 410; III, 137, 384; IV, 402, 403, 443-444
Baptista, Manuel, bispo de Angola e Congo, II, 141
Baptista, António Martins, I, 318
Baptista, Francisco Xavier, III, 359
Baptista, Gregório, II, 227
Baptista, João (pseud. Filão Ferrão Filalete), III, 169; IV, 391
Baptista, José Lopes, IV, 50
Baptista, Júlio César, II, 212
Baptistas, IV, 78, 79-80, 82, 83, 84, 208-209
Baptistas (Missionários de São João Baptista), I, 24, **181**, 486; II, 317
Baquiário, II, 110, 382; III, 115, 406-407, 410
Bar Hebraeus, II, 63, 65
Bar Koseba, III, 32
Bar-le-Duc, Norberto, IV, 135
Baracho, José Dantas, arcebispo de Lacedemónia, III, 110
Barahona, António, III, 134
Baranera, Manuel, I, 296
Barata, António Costa, IV, 83
Barata, Domingos, bispo de Portalegre, II, 140; III, 253, 466
Baraúna, Luís J., IV, 296
Barba em Portugal, A, II, 202
Barba, Francisco de São Bento, I, 207
Barbadinhos (ver **Capuchinhos**)
Barbas, Joaquim Guerreiro, I, 195, 196; IV, 224
Barberini, António, cardeal-prefeito da Propaganda Fide, I, 56
Barbo, Luís, I, 204; II, 185
Barbosa, Agostinho, bispo de Otranto, II, 78; III, 147
Barbosa, Albino, II, 166
Barbosa, António de Miranda, I, 167; IV, 296
Barbosa, Aires, I, 175; II, 147, 378, 384
Barbosa, Albino, II, 165
Barbosa, Arnaldo Miranda, I, 495; II, 160
Barbosa, Cunha, III, 383; IV, 393
Barbosa, Duarte, II, 65; IV, 128
Barbosa, Frutuoso, I, 295
Barbosa, João Morais, II, 364
Barbosa, Joaquim Franco A. Freire, IV, 497
Barbosa, Jorge, I, 438
Barbosa, José, I, 7; IV, 497
Barbuz, Afonso Fernandes, III, 48-49
Barca, João de Santa Rita, IV, 19
Barcelos, I, 139, 180, 201, 235, 244, 292, 400, 494; II, 56, 116, 158, 181, 182, 270, 279, 375; III, 67, 73, 226, 490, 506
Barco, Gabrielle del, I, 180
Barnabitas, I, 221, 356
Baroncel, II, 114
Barradas, Constantino, bispo da Baía, II, 145
Barradas, Jorge, I, 135; III, 455
Barradas, Sebastião, I, 85; II, 221, 224-225, 226, III, 23, 69, 147; IV, 278, 323, 447, 449, 491
Barreira, António de, III, 148
Barreira, Baltazar, I, 23, 282; II, 322, 324
Barreira, Isidoro, II, 227
Barreira, João de, III, 148
Barreiro, I, 468; II, 21, 275; IV, 174
Barreiros, António, bispo da Baía, II, 145; IV, 360
Barreiros, Gaspar, II, 225
Barreiros, Manuel de Aguiar, I, 39; IV, 393, 406, 454
Barrete (ver **Vestes litúrgicas**)
Barreto, Agostinho, II, 443; III, 422
Barreto, Constantino, III, 126
Barreto I, Francisco, bispo do Algarve, I, 46, 193-194; II, 133
Barreto II, Francisco, bispo do Algarve, I, 46, 194; II, 133
Barreto, Francisco, bispo de Cochim e Cangranor, III, 238, 240; IV, 323-324
Barreto, Gregório Martins, IV, 291-292
Barreto, Jerónimo, bispo do Funchal e do Algarve, I, 46, 47; II, 133, 137, 282, 284
Barreto, João Nunes, patriarca da Etiópia, II, 142, 197; III, 394
Barreto, José, IV, 240
Barreto, José Teixeira, III, 290; IV, 52
Barreto, Manuel Agostinho, bispo do Funchal, II, 137, 284, 285, 478
Barreto, Paulo de Santo Agostinho, I, 438
Barroco, I, 286, 287-288, 455, 463; III, 271, 273, 307, 330, 363, 394, 452; IV, 38, 61-62, 70, 88, 270-271, 381, 406, 410, 485-486, 489, 494, 495-497, 499-500
Barros, A. J., Morais, IV, 394
Barros, António de, representante de Portugal junto da Santa Sé, I, 63; II, 108
Barros, Brás de, prior-mor de Santa Cruz, bispo de Leiria, I, 435; II, 121, 138, 189; III, 74, 75, 77-78, 81
Barros, Henrique da Gama, II, 371-372
Barros, João de, missionário jesuíta, I, 268, 309
Barros, João de, cronista-mor do reino, I, 52, 85, 163, 306; II, 36, 37, 65, 194, 307, 308, 309, 337, 383, 384, 447; III, 87, 89, 91, 92, 93, 128, 216, 237, 285; IV, 73, 128, 129, 179, 479
Barros, João Crisóstomo de Freitas, I, 39; II, 459
Barros, Joaquim Augusto de, bispo de Cabo Verde, I, 281; II, 142
Barros, Jorge de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Barros, Manuel Correia de, I, 495; III, 305; IV, 296
Barros, Manuel Leal de, I, 166
Barros, Manuel de Santa Rita, bispo de Angola e Congo, I, 55, 62; II, 141
Barros, Marcelino Marques de, vigário-geral da Guiné, II, 322, 323
Barroso, missionário, I, 64; IV, 416
Barroso, António José de Sousa, bispo de Meliapor, prelado de Moçambique e bispo do Porto, I, 24, 211, 329, 373, 403, 493; II, 141, 143, 145, 334, 345, 347, 406; III, 204, 242; IV, 22, 28, 32, 40, 51, 54, 454, 503, 504
Barroso, João, III, 123
Barroso, Pedro Gomes, bispo de Coimbra, e de Lisboa, II, 136, 139
Barruel, abade, IV, 299
Barth, Karl, I, 25
Bartolomeu, são, I, 324; III, 441; IV, 121
Bartolomeu, bispo do Algarve, I, 45; II, 133
Bartolomeu, bispo de Viseu, II, 141; IV, 353
Bartolomeu, bispo da Guarda, II, 137
Bartolomeu Álvares, beato, I, 258
Bascio, Mateus de, I, 288
Basileia, I, 408-409; II, 107; III, 122; IV, 11, 241; IV, 353, 447, 480
Basílica (ver também **Arqueologia**, **Arquitectura**), I, 184; II, 154, 247; III, 95, 373, 408, 410, 437, 438; IV, 352, 362, 363, 364
Basílides, bispo de Leão-Astorga, III, 437

Basílio de Cesareia, são, I, 483; II, 111; IV, 342, 471
Basto, Domingos, III, 188
Basto, João, II, 73
Basto, José, II, 73
Bastos, António de São José, bispo de Olinda (Pernambuco), II, 146
Bastos, Artur Carlos de Barros, II, 170; III, 41
Bastos, Gustavo, IV, 416
Bastos, Joaquim Rodrigues de, I, 175
Bastos, José A. Godinho de Lima R., IV, 36
Bastos, Manuel Pires, IV, 40
Bastos, Vítor, II, 165
Bataillon, Marcel, II, 146, 147
Batalha, I, 112, 134; II, 46, 82, 83, 84, 86, 98, 120, 163, 164; III, 20, 76, 77, 79, 403; IV, 171, 191, 481
Batávia (Jacarta), I, 87, 212; III, 90
Batina (ver **Vestes litúrgicas**)
Battaglia, Jerónimo, núncio apostólico, III, 71
Baudelaire, III, 132
Bay, Michel de (Baio), III, 8
Bayle, Pierre, II, 417; III, 7
Baysio, Guido de, II, 76
Beatas (ver também **Eremitismo, Hagiografia e santidade**), I, **181**
Beatificação (ver **Beatas, Hagiografia e santidade**)
Beato de Liébana, II, 183; III, 405; IV, 512
Beato, João, I, 378
Beatriz, rainha de Portugal, I, 137, 138
Beatriz de Castela, rainha de Portugal, I, 417, 103
Beatriz de Portugal, rainha de Castela e pretendente ao trono português, I, 230; III, 194
Beatriz (ou Brites) da Silva de Meneses, beata, I, 183, 405, 343, 346; II, 469; III, 46, 208
Beccari, Camillo, III, 220
Beccaria, II, 416
Beckford, William, II, 431
Beckx, Pedro, superior-geral dos Jesuítas, III, 28, 242
Beda *o Venerável*, são, III, 145; IV, 275
Beethoven, Ludwig van, III, 298
Beguinas (ver **Eremitismo, Laicado. I. Época Medieval, Mulher**)
Beiral da Beira, necrópole, I, 327
Beirante, Ângela, I, 461
Beirão, Mário, I, 195; III, 133; IV, 195
Beirão, Raimundo dos Anjos, I, 472, 473; II, 271; III, 110
Beja, I, 52, 103, 104, 105, 106, 112, 123, 177, 179, 180, 183-201, 214, 292, 295, 296; II, 19, 21, 27, 45, 47, 50, 52, 55, 100, 274, 194, 249, 289--290, 300, 371; IV, 262, 280, 411
Beja, diocese de, I, **183-201**, 353, 373, 374, 394; II, 56, 58, 102, 120, 124, 133, 134, 211, 212, 281, 291, 296, 300, 301, 303; III, 301, 319, 405, 424, 468; IV, 221, 223, 224, 364, 393
Beja, Afonso de, I, 194
Beja, António de, I, 194, 449, 453; II, 173, 194
Belágua, João, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Belchior, José Carlos, III, 423
Belchior, Maria de Lourdes (ver Pontes, Maria de Lourdes Belchior)
Beleago, Belchior, ou Melchior, bispo de Fez, I, 340; II, 142
Beleágua, João, II, 107
Belém do Pará, I, 268, 269
Belém, Jerónimo de, II, 192
Bélgica, I, 208, 289, 310, 491; II, 164, 437, 472; III, 8, 30, 122, 304, 305, 450; IV, 88, 380, 394, 399, 408, 434
Belito, bispo de Faro, II, 133
Bell, Aubrey, IV, 491
Bell, Rudolph, II, 330, 334
Bellarmino, Roberto, cardeal, I, 393; II, 435; III, 50, 128
Bellisomi, Carlos, núncio apostólico, III, 72
Bellot, Paul, I, 116; IV, 39
Bell'Uomo, III, 252
Belmonte, II, 31; III, 36, 41
Belo, António Mendes, bispo do Algarve e cardeal-patriarca de Lisboa, I, 47, 418-419, 492, 494; II, 133, 139, 246; III, 107, 108, 447, 448; IV, 69, 223, 503-504
Belo, António Moreira, IV, 48, 453
Belo, Carlos Filipe Ximenes, bispo, administrador apostólico de Díli, IV, 293
Belo, João, ministro das Colónias, I, 19, 67
Belo, Ruy, III, 134, 137; IV, 454
Beltrão, Bernardo Bernardino, bispo de Pinhel, II, 139; III, 447, 449
Belver, III, 338
Bem, Tomás Caetano do, IV, 241, 274, 497
Bemoim, rei do Benim, III, 208
Benavente, Álvaro de, I, 338
Benavente, Jacobo de, III, 123, 146
Benci, Jorge, II, 161
Benedictus, Alexander, II, 376
Benedictus Deus (1564), bula papa, I, 362, 451; III, 386
Beneditinas, I, 67, 168, **201-205**, 208, 258, 260, 397, 398, 477; II, 46, 150, 184; III, 162, 173, 218, 258; IV, 46, 338-339, 426
Beneditinos (ver também **Cluniacenses, Ordens terceiras**), II, 73; IV, 86-87, 170
— **I. Idade Média**, I, 110, **202-205**, 235, 258, 260, 278, 346, 350, 397, 430, 435, 483; II, 43, 45, 112, 149, 184, 185, 211, 218, 293; III, 206, 256, 257, 258, 293, 348; IV, 27, 40-41, 42, 58, 62, 339, 342--343, 350, 425-426
— **II. Época Moderna**, I, 87, 90, 165, 166, 168, **205-208**, 236, 248, 260, 266, 267, 449; II, 45, 48, 51-52, 72, 84, 94, 96, 97, 121, 385; III, 102, 210, 258, 347, 397; IV, 15, 34, 42-43, 52, 234, 381, 410
— **III. Época Contemporânea**, I, 39, 67, 135, 191, **208-209**, 403, 489, 494; II, 27, 235, 317, 370; III, 178, 215, 217, 218, 298, 299; IV, 43, 45, 132, 334
Benefícios (ver também **Paróquia, Património, Economia**), I, 359, 360, 363-366, 368, 370-373, 375, 409, 410, 424, 425, 426, 453; II, 16, 43, 57, 76, 95, 102, 105, 119, 285, 391, 396, 398, 402, 404, 405, 406; III, 76, 105, 152, 252, 364, 374, 375, 376, 377, 386, 447, 465, 472; IV, 21, 27, 30-31, 86, 155, 220, 240, 243, 247, 431, 472, 477, 478
Beneplácito régio (ver também **Regalismo**), I, **209-211**, 370, 425; II, 79, 292, 383, 392, 393, 399, 400, 405--406, 428; III, 7, 43, 106, 366, 382; IV, 157
Benetti, António, IV, 190
Benevides, Afonso Anes de, bispo de Meliapor, I, 78
Bengala, I, 30, 218, 219, 220, 309
Ben Ibraîm, Ahamad, imã do sultanato de Adal, II, 196
Benim, I, 61
Benjamim, bispo de Dume, II, 132
Bens de alma (ver **Legados pios, Património**)
Bento XII, papa, I, 333-334, 418, 421, 423, 431-432; II, 35, 258; IV, 10, 43
Bento XIII, papa, I, 121, 345, 346, 408; III, 236, 314, 349
Bento XIV, papa, I, 8, 88, 89, 121, 173, 182, 212, 276, 337, 394, 475; II, 105, 381, 417; III, 26, 105, 110, 143, 144, 164, 364, 385, 427, 467; IV, 133, 134-135, 161, 235, 248--249
Bento XV, papa, I, 19, 40, 103, 277, 311, 330, 457; II, 87; III, 74, 259, 383, 469; IV, 134, 248-249, 397, 503
Bento de Castro, beato, I, 258
Bento de Lisboa, I, 28
Bento de Núrsia, são, I, 179, 201, 202, 278, 346, 353, 382, 385, 397, 483; II, 112, 149, 150, 202, 329; III, 123, 145, 256, 293, 339; IV, 62, 171, 342, 410, 473
Berceo, Gonzalo de, IV, 446
Berdiaeff, Nicolas, I, 26
Berengário de Tours, IV, 394
Berg, Daniel, IV, 79
Bergson, Henri, I, 26, 96
Beringel, José de, I, 194
Berlengas, III, 19

Berlim, I, 19, 63; III, 215, 242, 243, 366
Bermudes, Adães, I, 133
Bermudes, Francisco, II, 196
Bermudes, João, II, 196
Bermudo, bispo de Coimbra, I, 385; II, 135
Bernão, abade de Cluny, I, 381
Bernardes, António de Oliveira, I, 180; IV, 411
Bernardes, Diogo, IV, 449, 491
Bernardes, Jacob, IV, 453
Bernardes, Joaquim de Santa Ana, I, 88; IV, 497
Bernardes, Manuel, I, 309, 455-456; II, 189, 192; III, 50, 126, 129, 147, 255, 272, 333; IV, 89, 448, 451, 452, 490, 495, 502
Bernardes, Policarpo de Oliveira, I, 180
Bernardino de Sena, são, II, 274
Bernardo, bispo de Coimbra, I, 382, 387, 429; II, 135, 183; III, 119
Bernardo, arcebispo de Toledo, I, 202, 224, 225, 226
Bernardo de Braga, III, 18
Bernardo de Brihuega, III, 121; IV, 482
Bernardo de Claraval, são, I, 32, 33, 346, 348, 382; II, 32, 184, 186, 190, 330; III, 118, 147, 269, 294, 337; IV, 57, 410, 446, 472, 486
Bernardo de Kagoshima, III, 12
Bernardo, Roberto, I, 396
Berne, Sebastião, I, 309
Berni, Sebastião, III, 240
Bernini, II, 104
Berti, IV, 280
Bertiandos, conde de, III, 382
Bertoldo, I, 294, 297
Berulle, Pedro de, cardeal, III, 330
Bessa, Forbes, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 106, 109
Bessone, Numídico, II, 167
Betancourt, António, IV, 497
Beth Misdrash, escola rabínica, III, 33
Bethencourt, Francisco, II, 366
Béthune, E. de, II, 115
Bettencourt, António de, II, 385
Bettendorf, João Filipe, I, 309
Beuron, I, 208
Beyer, II, 461
Bezerra, Lima, I, 465
Bhuvaneka Bahu, rei de Kotte, I, 325
Bíblia (ver também **Exegese bíblica**), I, 80, 83, 84, 95, 100, 114, 136, 140, 159, 160, 198, 211-221, 212, 215, 216, 261, 292, 293-294, 302, 304, 305, 307, 342, 366, 367, 368, 378, 380, 394, 403, 405, 410, 424, 429, 432, 445, 446, 450, 457, 482; II, 12, 16, 31, 74, 76, 99, 100, 111, 148, 161, 172, 173, 179, 181, 189, 190, 229, 231, 263, 268, 369, 382, 384, 419, 429; III, 6, 9, 17, 32, 67, 68, 69, 82, 84, 87, 88, 120, 121, 122, 133, 134, 135, 136, 138, 141, 145, 146, 147, 174, 179, 195, 222, 231, 271, 293, 300, 423, 453; IV, 59, 66, 67, 75, 76, 77, 78, 80-81, 102, 110-111, 117, 131, 138, 143, 203, 342, 406, 408, 410, 411, 416, 446, 447, 470, 481, 488, 494, 495, 500, 515
Bíblia (edições), I, 87, **211-214**, 243, 293, 411, 438; III, 387; IV, 77-78, 80, 81, 127, 252-253, 277, 443
Biblica, I, 293
***Biblioteca lusitana*, II, 78**
Biblioteca Nacional de Lisboa, I, 38, 128, 130, 164, 215, 217, 302, 304, 393; II, 63, 77
Bibliotecas eclesiásticas (ver também **Leitura**), I, 34, 37, 38, 50, 161-68, 187, **214-217**, 232, 244, 245, 256, 301, 350-351, 382, 392, 393, 429, 432, 435, 454; II, 13, 72-73, 86, 112-113, 115, 183, 184, 218, 233, 419, 447; III, 33, 68, 76, 118, 125, 145, 146, 152-153, 157, 169, 289, 332, 333, 400-401, 405, 468; IV, 16, 17, 18, 32, 33, 34, 35, 44, 276, 294, 295, 313, 321, 360, 426, 446, 451, 471-472, 476, 479, 482, 491, 492, 512, 514, 517, 521
Bicchi, Vicenzo, núncio apostólico, cardeal, I, 210; III, 71, 313-315; IV, 160
Bidarra, Manuel, I, 322
Biel, Gabriel, IV, 277
Biglia, Giovanni Battista, núncio apostólico, II, 71
Bigotte, J. Quelhas, I, 100
Bilhano, José António Pereira, arcebispo de Évora, I, 171, 174; II, 103, 137
Billon, missionário espiritano, I, 62
Biondi, Fabio, núncio apostólico, II, 71
Birmânia, I, 30, **218-221**, 275, 285; II, 277, 301, 437; III, 22, 66, 160, 211, 212, 231, 232, 233; IV, 286
Bis saeculari, I, 475
Bisagudo, Pêro Vaz, III, 208
Bispos (ver também **Diocese, Episcopológio, Visitações, Visitas «ad limina»**) , I, 182, 201, 207-208, 258, 317, 362, 364, 365, 370, 371, 375, 378, 401, 405, 410, 412, 423-424, 439-440, 491, 493; II, 7, 9-15, 18, 44, 67-68, 74, 75, 78, 80, 165, 179, 183, 278, 311, 346, 347, 362, 364, 382, 384, 385, 390, 391, 395, 396, 397, 402-404, 405, 406-408, 409, 438, 450, 452, 454, 475; III, 7, 8, 52, 53, 55, 56, 69-70, 81, 93-94, 100, 167, 184, 201, 214, 227, 245, 247, 251, 256, 287, 315, 364, 373, 376, 382-383, 388, 393, 395, 439; IV, 64, 65, 67, 68, 97, 112, 156, 157, 161, 162, 178, 180, 182-183, 184, 185, 188, 192, 221, 234-235, 247, 249, 251, 254, 310-311, 323--324, 329, 331, 344-345, 363-364, 385, 386, 389, 419, 430, 431, 460, 463, 468, 472, 473, 474, 476, 491, 500, 501, 503-504, 514, 519
Bister, Charles, I, 133
Bivar, António, I, 97
Bivar, Artur (pseud. Pedro Ermita), I, 318, II, 314; III, 55
Bizantino, Império (Império Romano do Oriente) (ver também **Arqueologia**, Constantinopla), I, 110, 406; II, 63, 75, 77, 162; III, 174, 207, 310, 356, 360, 371, 442, 456; IV, 155, 363
Blasfémia (ver também **Heterodoxia, Inquisição**), I, 243, 448, 457; IV, 368
Blavatsky, Helena, II, 174
Blávio, João (ou João Blávio de Colónia ou de Agripina), I, 307
Blet, Pierre, III, 70
Blocker-Walter, Monica, IV, 515
Bluteau, Rafael, I, 7, 214; II, 228, 154; III, 51, 147, 168; IV, 274, 497
Boa Nova, II, 271
Boal, Artur, IV, 415
Boano, Xavier, III, 417
Boaventura, são, I, 353, 445; II, 189; III, 145, 146, 147; IV, 446
Boavida, António José, administrador do bispado de Beja, I, 188; III, 204
Bocage, Barbosa du, II, 405, 418; IV, 453
Bochmann, Christopher, III, 302
Bodley, Sir Thomas, I, 214
Bodleiana, Biblioteca, I, 46, 214
Boécio, II, 159
Boehmer, II, 76
Boitaca, Diogo, I, 112, 113; III, 19-20
Bolandistas (ver **Hagiografia e santidade**)
Bolanho, Afonso de, prefeito apostólico da Guiné, II, 321
Boletim Cinematográfico, III, 186-187
Boletim de Informação Pastoral, I, 100, 441; II, 40; III, 390-391, 392; IV, 105, 256-258
Bolland, III, 437
Bolonha, I, 294, 346, 359, 410, 443, 446, 447; II, 76, 78, 84, 85, 319, 379; III, 179; IV, 276
Bolonha, José de, II, 162
Bolsa do corporal, I, 43
Bom Sucesso, António do, II, 316
Bombarda, Miguel, I, 96, 342
Bombarral, II, 404
Bombeiros, I, 289
Bona, João, IV, 390
Bonald, IV, 298
Boneli, João Baptista, III, 66
Bonelo, Domingos, IV, 477
Bonfer, Pierre, I, 218
Bongiovanni, Múcio, núncio apostólico, II, 71
Bonhomini, Pedro, III, 121

Bonifácio, são, II, 70
Bonifácio VIII, papa, I, 209, 407, 434; II, 33, 76, 104, 116, 117; IV, 476
Bonifácio IX, papa, I, 346, 421; II, 70, 211; III, 16, 18, 97, 339
Bonvalot, Carlos, III, 454
Book of Common Prayer, II, 413; IV, 76
Borba, I, 327; II, 21, 157
Borba, Tomás, III, 299
Borda, Manuel de Faria, III, 300
Borges, A. Antunes, II, 394
Borges, Aires G. de Oliveira, IV, 33
Borges, Armindo, III, 302
Borges, Filipe C. Mesquita, IV, 347
Borges, Júlio Ferry, I, 133
Borges, Libânio, IV, 350
Borges, Onófrio, IV, 297
Borja, Jerónimo Rodrigues Pereira de, bispo de Macau, II, 144
Borja, João de, IV, 122, 124
Borri, Cristoforo, I, 386
Borrow, George, IV, 253
Boscán, IV, 127
Bosco deleitoso, I, 339; II, 186; III, 122, 146, 158, 362; IV, 294
Boso, cardeal-legado, I, 416, 422
Bossi, Emilio, I, 95
Botelho, A., II, 265; IV, 406
Botelho, Alexandre da Silva, bispo de Elvas, II, 136
Botelho, Damião, IV, 493, 495
Botelho, Francisco, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Botelho, Jacinto, bispo de Lamego, II, 138
Boticas (Beteca), diocese de, I, 222
Bottari, cardeal, III, 9
Botto, António, III, 134
Bouchard, C., III, 45
Bougaud, IV, 444
Bouic, Louis, superior-geral dos Espiritanos, II, 179
Boulanger, II, 417; IV, 442
Boulard, Fernand, IV, 256
Bourdelle, II, 167
Bouro, I, 108, 244, 348, 350; II, 52; III, 400; IV, 173, 482
Bouton, Nöel, conde de Saint-Léger, I, 194
Bouvet, Honoré, II, 319
Boyajian, James, II, 452
Boves, André, I, 218
Boxer, Charles, III, 90
Braccabé, IV, 365-366
Bracciolini, Poggio, II, 379
Braga, I, 83, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 115, 120, 128, 139, 143, 144, 145, 151, 162, 165, 180, 201, 202, 214, 217, 221-253, 296, 307, 330, 355, 372, 373, 384, 403, 405, 414, 423, 477, 493, 494; II, 20, 27, 50, 56, 77, 127, 128, 156, 159, 162, 165, 166, 171, 181, 268, 270, 273, 279, 281, 311, 313, 364, 382-383; III, 19, 73, 114, 116, 117, 145, 150, 181, 226, 231, 250, 255, 267, 299, 302, 304, 353, 354, 358, 361, 370, 371, 372, 381, 382, 385, 395, 398, 411; IV, 8, 15, 26, 64, 66, 96, 106, 131, 150, 164, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 219, 261, 262, 263, 267, 276, 311-312, 325, 338, 364, 393, 394, 408, 420, 436, 441, 442, 443, 444, 454, 462, 475, 479, 485, 486, 490, 499, 501, 502--503
Braga, arquidiocese de (ver também **Diocese,** Primazia das Espanhas, **Províncias eclesiásticas**), I, 44, 123, 125, 126, 130, 136, 169, 187, 204, 205, 206, 210, 214, **221-253**, 253-254, 279, 303, 304, 308, 310, 332, 346, 359, 360, 362, 363, 364, 366, 367, 368, 375, 383-384, 387, 399, 400, 407, 414, 416, 417, 418, 420-421, 421-422, 424, 430, 432, 440, 448, 452, 457, 472, 474, 492, 493-494; II, 9, 12, 13, 14, 18, 44, 48, 56, 58, 61, 73, 77, 81, 82, 84, 89, 92, 95, 96, 97, 111, 113, 119--120, 131, 134-135, 151, 155, 157--158, 160, 170, 171, 172, 173, 181, 182, 207, 208, 211, 241, 280, 289, 290, 292, 293, 294, 296, 298, 300, 303, 305, 310, 326-328, 337, 338, 371, 384, 389, 390, 392, 393, 406, 413, 454; III, 49, 54, 67, 77, 97, 118, 141, 150, 151, 152, 251, 258, 293, 300, 302, 329, 346, 373, 375, 381, 386, 395, 396, 397, 398, 399, 402, 405-406, 408, 409-410, 414, 425; IV, 5, 6, 7, 12, 16, 17, 19, 29, 30, 86, 100, 120, 132, 133, 135, 136, 167, 172, 191, 210, 216, 222--223, 242, 243, 250, 263, 266-267, 276, 296, 332, 333, 336-337, 345, 352, 364, 366, 367, 368, 371, 372, 376, 389, 392, 393, 395, 396, 421, 435, 478, 479, 487, 501-502, 503, 519
Braga, António Correia, III, 359
Braga, António de Sousa, bispo de Angra, II, 134
Braga, Baltazar de, abade-geral dos Monges Negros de São Bento, I, 207
Braga, Bernardo de, I, 207; IV, 494
Braga, Brás de, I, 390; II, 148; IV, 277, 315
Braga, João de Almeida, II, 386; IV, 319
Braga, Leandro de Sousa, I, 133
Braga, Luís Almeida, IV, 75
Braga, Manuel Rodrigues, IV, 19
Braga, Teófilo, I, 26, 93, 96; II, 203, 205, 370, 394; III, 131; IV, 264, 454
Bragança, I, 117, 202, 215, 217, 241, 253-264, 352, 400, 432, 467; II, 19, 45, 182, 274, 302; III, 73, 255; IV, 172, 176, 192, 371, 485
Bragança-Miranda, diocese de, 123, 126, 227, 233, **253-264**, 363, 367, 368, 452, 474, 492; II, 9, 12, 13, 14, 50, 54, 55, 56, 120, 135, 172, 294, 300, 302, 306, 371; III, 74, 173, 253, 306-308, 374; IV, 130, 159, 173, 220, 224, 242, 248, 250, 336, 366, 393
Bragança, casa ducal e real de, I, 28, 400; II, 54, 96, 97, 276, 340, 369, 398; III, 24, 156, 296, 336; IV, 69
Bragança, Alexandre de, arcebispo de Évora, II, 136; IV, 243
Bragança, Constantino de, vice-rei da Índia, I, 276; IV, 179
Bragança, Fulgêncio de, abade comendatário de Travanca, I, 206; IV, 42
Bragança, Gaspar de, arcebispo de Braga, I, 242; II, 135, 158, 327; III, 425
Bragança, João de, bispo de Viseu, II, 141; IV, 354
Bragança, Joaquim, II, 326
Bragança, José de, arcebispo de Braga, II, 135, 372; III, 425
Bragança, Teotónio de, bispo de Fez, arcebispo de Évora, I, 193, 299, 300, 301; II, 136, 142, 187, 188, 189; IV, 120
Bramão, Alberto, II, 80
Branco, Domingos Soares, II, 168
Branco, Luís de Freitas, III, 299
Branco, Mário, I, 134; IV, 455
Branco, Pedro de Freitas, III, 299
Brandão, Afonso da Costa, bispo do Funchal, I, 173
Brandão, Ambrósio, II, 282
Brandão, António, arcebispo de Goa, II, 144
Brandão, António, cronista-mor do reino, I, 37, 351; II, 121; III, 147; IV, 279, 305
Brandão, António, I, 99, 100, 457
Brandão, Artur E. de Almeida, IV, 37
Brandão, Bartolomeu, I, 165
Brandão, Brás, I, 206
Brandão, Caetano, bispo de Belém do Pará e arcebispo de Braga, I, 145, 167, 243, 244-245, 248, 249, 370; II, 135, 146, 278, 328, 418; IV, 150
Brandão, Domingos de Pinho, bispo auxiliar de Leiria-Fátima e do Porto, III, 302; IV, 26, 28, 40
Brandão, Fernando, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Brandão, Francisco, II, 391; IV, 494
Brandão, Francisco Fernandes, I, 165, 351, 439; II, 116, 192
Brandão, Francisco Gomes, bispo do Algarve, III, 387
Brandão, Gaspar Afonso da Costa, bispo do Funchal, II, 137
Brandão, Hilário, I, 436; II, 190
Brandão, Joaquim de Santa Clara, arcebispo de Évora, I, 207; II, 137; 228; IV, 497, 499

Brandão, Leonardo de Sousa, bispo de Pinhel, I, 343; II, 139; III, 447
Brandão, Luís, III, 23, 143
Brandão, Luís Simões, bispo de Angola e Congo, II, 141
Brandão, Maria da Natividade G. de C. P. e Mendes, I, 443
Brandão, Mário, II, 148; IV, 315
Brandão, Mateus da Assunção, I, 207
Brandão, Paulo, III, 302
Brandão, Pedro, bispo de Cabo Verde, I, 280; II, 142; IV, 491
Brandão, Raul, I, 26, 377; III, 132; IV, 402
Brandeiro, José de Bivar, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 110
Branderico, bispo de Lamego, II, 132; IV, 421
Brás, são, IV, 121
Brás Ribeiro, beato, I, 249
Brás, Alberto, III, 300
Brás, António, I, 403
Brás, Joaquim Alves, I, 318, II, 317, 457, 462; III, 57; IV, 48
Brasil, I, 31, 54, 55, 57, 68, 86, 92, 97, 140, 145, 146, 158, 165, 167--168, 207, 208, 213, 248, **264-271**, 290, 292, 294, 295-296, 308, 309, 356-357, 373, 405, 474, 475, 480, 491; II, 9, 28, 120, 123, 145-146, 160-161, 162, 167, 175, 180, 188, 272-273, 276, 279, 282, 286, 294, 295, 296, 299, 300, 301, 315, 320, 372, 375, 402, 412, 413, 429, 448, 449, 450, 451, 452, 471, 472, 473; III, 22, 25-26, 57, 69, 88, 127, 134, 195, 196, 198, 204, 205, 206, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 242, 304, 315, 324, 331; IV, 43, 52, 78, 79, 80, 179, 187, 188, 190, 210, 211, 226, 253, 299, 300, 323, 326, 327, 340, 367, 399, 448, 505
Brásio, António, II, 373; III, 220; IV, 192
Bráulio, bispo de Saragoça, II, 110, 113; III, 405
Bravo, José Francisco da Soledade, bispo de Portalegre, I, 194, 343; II, 140; III, 468
Bravo, José Vicente Dias, I, 454
Brasão, Eduardo, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 78, 110, 373, 394; III, 104
Brée, Álvaro de, II, 167
Brémond, Henri, II, 15
Bretiande, José de Cristo Pereira de, I, 438
Breyner, Pedro de Melo, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Breyner, Tomás de Melo, conde de Mafra, II, 39
Briteiros, Rui Gomes de, I, 407
Brites, infanta de Portugal, I, 280
Brito, Alberto, IV, 55
Brito, António Camacho de, I, 195
Brito, Bernardino, IV, 171
Brito, Bernardo de, I, 32, 36, 37, 351; II, 77, 121, 327; III, 147; IV, 74, 165; IV, 279
Brito, Diogo Álvares de, bispo de Évora e arcebispo de Lisboa, II, 136, 139
Brito, Estêvão de, arcebispo de Cranganor, II, 144; IV, 184
Brito, Fernando, I, 135
Brito, Fernando Abrunhosa de, IV, 39
Brito, Fernando Tomás de, I, 309
Brito, Francisco de, bispo de Olinda (Pernambuco), II, 146; IV, 482
Brito, Francisco de A. de, arcebispo de Goa, II, 144, 442
Brito, Francisco José R. de Vieira e, bispo de Angra, e de Lamego, II, 134, 138; IV, 345, 427
Brito, Henrique de Távora e, bispo de Cochim, arcebispo de Goa, II, 84, 144
Brito, Isabel de, II, 174
Brito, J. Pais de, II, 206
Brito, João, bispo de Lisboa, II, 139
Brito, João Joaquim Bernardino de, bispo do Funchal, II, 137
Brito, João Miguéis de Carvalho e, barão da Venda da Cruz, II, 105
Brito, José de, III, 454; IV, 415
Brito, Luís de, I, 220
Brito, Manuel de, I, 438
Brito, Manuel de Sousa, IV, 294
Brito, Manuel Teles de, bispo de Goa, II, 144
Brito, Martinho (ou Martim) Gil de, bispo do Algarve, bispo de Évora, e arcebispo de Lisboa, I, 45, 346; II, 136; III, 97; IV, 480
Brito, Sebastião de Azevedo e, governador de Timor, IV, 290
Brito, Tomás de Noronha e, bispo de Cochim, II, 144
Britónia, 414, 421
Brocardo, I, 297-298
Brochado, Alexandrino, IV, 55
Brochado, Costa, I, 86, 98
Brochado, Estêvão Anes, chanceler-mor, bispo de Coimbra, I, 332, 390; II, 135; IV, 242
Brochado, José Luís da Cunha, II, 107
Brognolo, Cândido, II, 230, 232
Bronseval, Claude de, I, 35
Brotéria, I, 97, 100, 101, 342, 378; II, 328; III, 28, 30, 137, 186, 422; IV, 296, 504
Brotero, Félix de Avelar, I, 342
Bruno, são, I, 300
Bruno, Giordano, III, 169; IV, 125
Bruxaria (ver também **Exorcismo, Magia, Superstições**), I, **271-274**, 448; II, 203-204, 208, **229-232**, 285, 363, 364, 366, 367; III, 99, 145, 146, 149, 212, 366
Bruxelas, I, 19, 63, 162, 308
Bucer, II, 18; IV, 76
Buchanan, George, II, 148, 367, 378; III, 69
Buczys, Pedro, 173
Budé, G., IV, 127
Budismo (ver também **Birmânia, Ceilão, Tailândia, Tibete**), I, 264, **274-276**, 333, 385, 386; II, 63, 149, 368, 468; III, 10, 13, 66, 205, 211--212; IV, 204, 286, 398
Buffon, II, 417
Bugio, Bernardo de, I, 61
Bujanda, J. M., III, 126; IV, 442
Bula da Cruzada (ver também **Cruzada, Património**), I, 76, **276-277**, 371, 375, 427; II, 92, 124, 313, 397, 404, 444; III, 42, 402, 448; IV, 21, 35, 221, 375, 479
Bulhões, II, 97
Bulhões, Miguel de, bispo eleito de Timor, IV, 290
Bulhões, Manuel de Madre de Deus de, IV, 497
Bull, M., III, 44
Bunyan, John, IV, 82
Buonarroti, Miguel Ângelo, IV, 126
Burcardo, bispo de Worms, II, 75, 419
Burdino, Maurício, bispo de Coimbra e arcebispo de Braga, I, 202, 225, 226, 382, 385, 290; II, 134, 135,
Bureau International do Escutismo (ver **Escutismo**)
Burgo, Hilário de, IV, 454
Burgos, I, 416, 422; III, 141; IV, 7, 28, 40, 133
Burguesia (ver também **Laicado**, Cidades), I, 357, 359, 384, 401, 430, 461, 464, 474; II, 47, 61, 62, 233, 242, 390, 415, 416; III, 5, 17, 78, 167, 169, 184, 202, 266; IV, 8, 12, 18, 21, 107, 286, 293, 343, 434, 464, 520
Burnay, conde de, I, 328; II, 269; III, 353
Burke, Edmund, IV, 299
Busenbaum, Hermann, III, 261-262
Busnelli, E., II, 460
Bustelo, I, 203, 206; III, 400, 403; IV, 410
Buzomi, Francisco, I, 385
Bynum, Caroline, II, 330, 334-335

C

Cabala (ver também **Esoterismo, Judaísmo**), III, 33, 93
Caballero, Antonio, I, 338
Cabanas, I, 206
Cabeça-de-Vaca, João, bispo de Coimbra, II, 136
Cabeção (ou colarinho) (ver **Vestes litúrgicas**)
Cabido (ver também Capítulos, Diocese, **Dignidades eclesiásticas**), I, 22, 45, 46, 48-49, 50, 54-55, 60, 69, 72, 73, 75, 76, 113, 145, 170,

186, 187, 189, 191, 214, 215, 224, 225, 228-232, 240, 241, 244, 254, 255, 256-257, **278-280**, 281, 282, 283, 343, 360, 361, 387, 391-392, 398, 399, 400, 416, 417, 419, 423, 425, 426, 427, 431, 450; II, 43, 44, 55, 61, 70, 96, 101, 102, 103, 113, 114, 116, 119, 212-213, 214, 290, 297, 300, 312, 316, 322, 373, 391, 395, 396, 397, 398, 402, 405, 440, 444, 454; III, 77, 78, 96, 100, 105, 106, 107, 110, 123, 153, 155, 227, 293, 294, 295, 347, 386, 394, 395, 403, 425, 447, 465, 465, 466, 468, 470; IV, 7-8, 9, 10, 12, 15, 16-17, 18, 19-20, 21, 30-31, 34, 54, 62, 171, 229, 330, 338, 355, 357, 358, 365, 368-369, 372, 422, 475, 476, 482, 500
Cabinda (ver também **Angola**), I, 58
Cabo Verde (ver também **África**), I, 20, **280-284**, 290, 291, 394; II, 105, 124, 142, 161, 276, 282, 294, 295, 299, 321-322, 324, 386; III, 22, 26, 204, 210, 217, 472
Cabral, Alexandre, IV, 503
Cabral, Amílcar, I, 283
Cabral, António Bernardo da Costa, primeiro-ministo, representante de Portugal junto da Santa Sé, conde e marquês de Tomar, I, 404; II, 105, 109, 124; III, 166, 418; IV, 302, 432
Cabral, Conceição, IV, 49
Cabral, Daniel de Pina, bispo de Limbombos, II, 413-414
Cabral, Francisco, I, 334
Cabral, Francisco, superior da missão jesuíta do Japão, III, 12, 13
Cabral, Gil, bispo da Guarda, II, 137, 311
Cabral, Graça Costa, IV, 416
Cabral, Jerónimo Teixeira, bispo de Angra, e de Miranda, II, 134, 135, 285
Cabral, João, IV, 50
Cabral, Jorge, II, 384
Cabral, Juvenal António Lopes da Costa, I, 283
Cabral, Luís, I, 283, presidente da República de Cabo Verde, I, 283
Cabral, Luís Gonzaga, I, 93; III, 28, 29-30; IV, 281, 453, 503, 505
Cabral, Madalena, I, 135
Cabral, Manuel Costa, II, 168
Cabral, Manuel Ferreira, bispo da Beira, II, 142
Cabral, Manuel Paulo da Silva, III, 447
Cabral, Manuel Villaverde, IV, 105
Cabral, Mariano, I, 76
Cabral, Pedro Álvares, II, 65, 315; III, 237; IV, 178
Cabral, Roque, II, 387; IV, 443
Cabrera, Juan Bauptista, bispo anglicano, II, 413
Cabrita, Bernardo, II, 39
Cacégas, Luís de, II, 85
Cacela, I, 106
Caçuta, chefe congolês, I, 52
Cadaval, casa do, III, 155
Cadaval, duque do, primeiro-ministro, III, 28
Cadeira episcopal (ver **Mobiliário eclesiástico**)
Cadeira paroquial (ver **Mobiliário eclesiástico**)
Cadeiras do coro (ver **Mobiliário eclesiástico**)
Cadernos de poesia, III, 136
Cadillac, Vítor, I, 476
Caeiro, Francisco da Gama, II, 114, 373
Caetano, José Maria, bispo de Castelo Branco, II, 135, 228, III, 472; IV, 296, 495, 497
Caetano, Marcelo, primeiro-ministro, III, 186, 189, 317-318; IV, 163, 216-217, 240, 312, 439
Caetanos (ver **Teatinos**)
Caiado, Henrique, II, 148, 377
Caixas de previdência do clero (ver **Clero secular, Economia. III. Época Contemporânea**)
Calábria, Joane de, II, 195
Calado, Diogo, IV, 287
Calangute, Aleixo de, I, 293
Calatrava, Ordem de (ver **Ordens militares**)
Calcedónia, I, 406; III, 394, 442
Caldas da Rainha, I, 112, 141, 146, 147, 166; III, 149
Caldas, António Pereira, IV, 453
Caldas, José, I, 93-94
Caldas, José Fernandes, II, 166-167
Caldeira, António Velez, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 107, 109
Caldeira, Carlos José, I, 96
Caldeirinha, I, 41-42
Calendário litúrgico (ver **Liturgia, Tempo**)
Calepi, Lourenço, núncio apostólico, III, 72
Calheiros, Luís, IV, 416
Caliábria, I, 224; II, 131; IV, 364, 421
Cálice, I, 39
Calieri, Caetano Orsini, núncio apostólico, III, 72
Calisto II, papa, I, 225; III, 96; IV, 28
Calisto III, papa, II, 36; III, 18, 309, 341, 364; IV, 480
Calisto, Avelino César, I, 83
Calligari, Giovanni, núncio apostólico, II, 71
Callois, IV, 148
Calvino, João, II, 15, 18; IV, 76, 88, 122
Calvinismo, IV, 76, 285, 287
Calvo, João, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Calvo, Pedro, IV, 450, 488, 492
Câmara, António Luís Cabral da, bispo de Bragança e Miranda, I, 260; II, 135
Câmara, João da, IV, 195
Câmara, João Gonçalves da, capitão-donatário do Funchal, II, 284
Câmara, João Husson da, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Câmara, José Manuel da, cardeal patriarca de Lisboa, II, 139; III, 106
Câmara, Luís Gonçalves da, II, 287
Câmara, Martim Gonçalves da, II, 287
Camarinha, Guilherme, I, 135, 180; III, 455; IV, 39, 416
Camboja, I, 275, **284-286**, 309, 386; III, 22, 209, 211; IV, 233, 286
Cambridge, I, 294
Camelo, António Moreira, III, 128
Camelo, António de São Bento, I, 207
Camelo, João, bispo do Algarve, e de Lamego, I, 45; II, 133, 138
Cameron, explorador, I, 64
Caminati, Ângelo, II, 42-43
Caminha, I, 474; II, 20, 22
Caminha, Pêro Vaz de, I, 265, 340; II, 175; III, 216
Caminho do Céu, I, 48
Camilianos, I, 355
Camões, Bento de, I, 438
Camões, Luís Vaz de, I, 93, 157, 340; II, 38, 320, 376; III, 131; IV, 73, 303, 448
Campainha, I, 41
Campanella, Tommaso, IV, 125
Campanhão, Francisco Pereira, IV, 271
Campeggi, Giovanni, núncio apostólico, III, 71
Campo Maior, I, 146, 352, 405; II, 21, 101
Campo, Tomás do, IV, 184-185
Campo Santo, Joaquim de Abreu, III, 28
Campos, Correia de, IV, 406, 454
Campos, Hermano dos, III, 148
Campos, Hernão de, IV, 412
Campos, João Pires de, IV, 406
Campos, Manuel de, IV, 120
Campos, Maria Rosa, I, 472
Canadá, I, 66, 67; II, 9, 179; IV, 202, 227
Canale, Floriano, II, 230
Cancioneiro (ver **Literatura religiosa**)
Cancioneiro Geral, II, 376
Cândia, reino cingalês (ver **Ceilão**)
Cândido, António (ver Costa, António Cândido Ribeiro da)
Cândido, Jacinto, I, 493; III, 55, 382
Cândido Lusitano (ver Freire, Francisco José)
Candor lucis aeternae (1745), II, 301
Canedo, I, 203
Cangranor, José de, II, 65; IV, 178
Cannecatin, Bernardo de, I, 60
Canibalismo, II, 463; III, 26

Caninha, I, 39
Cano, Francisco, bispo do Algarve, I, 45, 46, 47; II, 133
Canova, Gastão, II, 42
Cantabro, bispo de Coimbra, II, 132
Cantar é rezar, III, 298, 299
Cantai o Senhor, III, 298, 299
Cantanhede, I, 384, 396; II, 21, 89; III, 203
Cantão, I, 334, 338
Cantemos todos, III, 300
Cantigas de Santa Maria, I, 44, 185; II, 185, 220; III, 114, 121, 266
Canto (ver **Música religiosa**)
Canto Gregoriano, III, 301
Canto, Jácome Carvalho do, II, 192; III, 126-127; IV, 390, 450
Canto, Sebastião do, IV, 232-233
Cântabro, bispo de Conimbriga, I, 421
Cão, Diogo, I, 51-52, 53
Cão, Gaspar, bispo de São Tomé, I, 29, 30; II, 143
Cão, Pereira, I, 134
Capa de asperges (ou pluvial) (ver **Vestes litúrgicas**)
Capaccini, Francesco, núncio apostólico, cardeal, I, 344; II, 404; III, 72, 316
Capdeville, Constança, III, 302
Capela, Martins, I, 493; II, 268; III, 304; IV, 296
Capela da Rainha, I, 287
Capela Real (ver também Corte, **Patriarcado**), I, **286-288**, 400, 425, 448; II, 295, 340; III, 100, 105, 141, 142, 294, 296, 297, 328, 359, 425; IV, 12, 160, 274, 399, 478, 482, 488, 489
Capelas (ver **Ermidas e capelas, Instituições pias**)
Capelães militares (ver **Assistência religiosa às Forças Armadas, Guerra**)
Capitula Martini, II, 77
Capítulos (ver também **Monaquismo**), I, 206, 207, 208, 278-279, 288, 293, 299-300, 346-347, 348, 349, 383, 384, 385, 400, 430, 431, 432, 436, 453, 473, 491; II, 47, 74, 82, 84, 85, 86, 214, 270-271, 273, 274, 277, 279, 280, 375, 473, 475, 479; III, 17, 21, 101, 152, 155, 156, 335, 336, 343, 351; IV, 43, 57, 273
Capodiferro, Geronimo, núncio apostólico III, 71, 311-312
Capra, II, 150
Capranzine, imperador de Monomotapa, III, 239
Cápua, Raimundo de, mestre-geral dos Dominicanos, II, 82, 85
Capuchos (ver **Franciscanos**)
Capuchinhas (ver também **Clarissas**) I, 477; II, 20-21
Capuchinhos (Ordem dos Frades Menores Capuchinhos) (ver também **Franciscanos**), I, 23-24, 54, 56, 58, 60, 61, 62, 85, 195, 219, 266, 267-268, 269, 283, 284, **288--294**, 291, 308, 397, 405, 408, 450; II, 19-20, 21, 153, 162, 185, 190, 271, 281, 322, 383, 436, 467; III, 152, 154, 173, 210, 213, 241, 444; IV, 36, 45-46, 135, 188
Carabelli, Giuseppe, III, 204
Caraccioli, Fabrizio, núncio apostólico, II, 71; III, 252
Caraffa, Decio, núncio apostólico, II, 71
Caravantes, José, III, 224
Caravela, José de Matos, IV, 79
Carcopino, Jérôme, III, 195
Cardeira, Luís, I, 194; IV, 495
Cardijn, Joseph, I, 13
Cardillac, João de, arcebispo de Braga, I, 227; II, 135; IV, 481
Cardim, António, III, 24; IV, 297
Cardim, João, II, 193
Cardinale, Giovanni Beda, núncio apostólico, II, 247; III, 372
Cardan, J., III, 169
Cardoso, Álvaro, III, 358
Cardoso, Amadeu de Sousa, III, 454--455
Cardoso, António, IV, 414
Cardoso, António Brito, I, 213; II, 228
Cardoso, António José Gomes, prelado de Moçambique, bispo de Angola e Congo, II, 143
Cardoso, Duarte Nunes, bispo de Laodiceia, I, 173
Cardoso, F. A. Gonçalves, governador de Angola, I, 61
Cardoso, Fernando Henriques, presidente da República do Brasil, I, 264
Cardoso, Henrique Lopes, II, 323
Cardoso, Inácio do Nascimento Morais, bispo do Algarve e cardeal--patriarca de Lisboa, I, 47, 411; II, 133, 139; III, 107, 110; IV, 223
Cardoso, Jerónimo, II, 194, 377
Cardoso, João, I, 456; II, 227
Cardoso, Jorge, II, 339-340, 343, 344; III, 48-49
Cardoso, José Pires, IV, 256
Cardoso, Luís Nolasco dos Reis (pseud. Paulo Dias de Niza), III, 193
Cardoso, Manuel, cónego e músico, III, 78, 100, 296, 298
Cardoso, Manuel Pedro, IV, 83
Cardoso, Mateus, jesuíta, I, 53, 55, 308
Cardoso, Pedro Nolasco dos Reis, III, 193
Cardoso, Pereira, IV, 78
Cardoso, Sílvia, II, 347, 469; III, 58, 203, 287
Cardoso, Vaz, IV, 297
Carey, William, I, 63; II, 436; III, 46
Cargaleiro, Manuel, I, 135
Cariati, José, arcebispo de Cranganor, II, 144
Caridade (ver **Assistência**)
Carismáticos, IV, 50, 84, 467
Caritas, II, 151-152, 312, 313; III, 220, 162, 470; IV, 54, 155, 217, 229, 231, 338
Carletti, Francesco, II, 26
Carlos I *Magno*, imperador do Sacro Império, I, 406; II, 32, 75
Carlos V, imperador do Sacro Império, I, 409, 410; II, 16, 319, 320, 444; III, 71, 209, 311, 394; IV, 13, 124, 193
Carlos I, rei de Portugal, II, 87; IV, 434, 500, 503
Carlos, pintor, IV, 408
Carlos Borromeo, são, arcebispo de Milão, I, 113, 121, 362; II, 84; III, 127, 235; IV, 190, 324, 334, 366, 392, 485, 491
Carlota Joaquina de Bourbon, rainha de Portugal, III, 181; IV, 300, 303
Carlos Maria Isidro de Bourbon (Carlos V), pretendente ao trono espanhol, IV, 301
Carmelitas (ver também **Ordens terceiras**), I, 197, 397, 477, 484; III, 213; IV, 48, 54
— **Ordem do Carmo**, I, 77, 165, 195-96, 196, 261, 266, 267, 268, **294-296**; II, 45, 87, 150, 159, 218, 317, 342, 383, 385, 433, 434, 474; III, 47, 58, 102, 169, 178, 203, 241, 398; IV, 45, 51, 52, 132, 184, 185--186, 193, 234, 410, 413, 416, 480
— **Carmelitas Descalças**, I, 195, 294, **296-297**, 397, 477, 482; II, 443, 475; III, 212; IV, 47, 226, 339
— **Carmelitas Descalços**, I, 24, 56, 60, 90, 114, 248, 268, 294, **297-300**, 397, 455; II, 322, 440, 441, 442; III, 210, 425, 444; IV, 45
Carmelitas Missionárias, I, 297
Carmelitas Missionárias Teresianas, I, 297
Carmen de Cometa, I, 157
Carmo, Francisco, IV, 256, 259
Carmo, Irene do, presidente da JOCF, I, 13
Carmo, Manuel Mendes do, I, 99, 404; IV, 506
Carmona, Óscar Fragoso, presidente da República, IV, 399
Carneiro, António, III, 23, 454
Carneiro, Belchior, bispo da China e do Japão, IV, 323
Carneiro, Bernardino Joaquim da Silva, II, 79
Carneiro, Carlos do Vale, III, 127; IV, 453
Carneiro, Francisco Sá, I, 322; II, 384
Carneiro, Maria Isabel Picão Caldeira, superiora das Irmãs Concepcionistas, I, 320; II, 347, 469-470
Carneiro, Melchior, bispo de Macau, I, 334; II, 197
Carneiro, Miguel, III, 300

Carneiro, Pêro Dias, I, 206
Carneiro, Roberto, III, 423
Carocciolinos, I, 356
Carpalhosa, Egídio da, I, 293
Carpim, António, IV, 324
Carpine, João de Pian di, I, 333; II, 63; IV, 282
Carrapatoso, Eurico, III, 302
Carregado, II, 8, 414
Carreira, A., III, 359
Carreira, Joaquim, I, 404
Carreira, José Nunes, II, 229
Carreira, visconde de (ver Lima, Luís António de Abreu e)
Carriarico, rei dos Suevos, IV, 262, 263
Carrilho, António José Cavaco, bispo aux. do Porto, IV, 26
Carrilho, Manuel Álvares, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Carrión, I, 422
Carta a Osberno, III, 95, 119; IV, 93, 479
Carta de guia de casados, III, 285
Cartagena, I, 237
Cartagena, Afonso de, IV, 477
Cartageno, António, III, 300, 301
Cartas ao Papa, IV, 25
Cartaxo, II, 19
Cartilha maternal, I, 64
Cartilhas (ou cartinhas), I, 304-309; III, 22, 89, 127-128, 261, 387; IV, 32
Cartuxa, Miguel da, IV, 416
Cartuxos, I, 207, **300-301**, 357; II, 186; III, 398
Carvalhais, José Guedes, I, 99, 100; III, 186
Carvalhal, Fernando Lopes, IV, 12
Carvalho, Adriano de, IV, 88
Carvalho, Amorim de, I, 26, 160
Carvalho, António, III, 22
Carvalho, António José de, II, 386
Carvalho, António Mendes de, bispo de Elvas, II, 9, 102, 136, 378
Carvalho, Armindo da Costa, IV, 455
Carvalho, Ayres, III, 456
Carvalho, Diogo, I, 309
Carvalho, Diogo de Brito, II, 78
Carvalho, Domitila, IV, 318
Carvalho, Fernão, III, 23
Carvalho, Filipe Rosa de, III, 299
Carvalho, Francisco da Mãe dos Homens Anes de, arcebispo de Évora, II, 137, 213, 216
Carvalho, Francisco Leitão de, bispo de Beja, I, 187; II, 134
Carvalho, Garcia de, I, 494
Carvalho, Gaspar do, IV, 14
Carvalho, Guilherme Henriques de, bispo de Leiria, cardeal patriarca de Lisboa, II, 138, 139; III, 75, 81, 106-107, 108, 110, 388; IV, 498
Carvalho, J. M. Freitas de, III, 46
Carvalho, Jerónimo Ribeiro de, IV, 495
Carvalho, João de, II, 78
Carvalho, João Pedro Miguéis de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Carvalho, João Soares, IV, 253
Carvalho, João de Sousa, bispo de Miranda, I, 254, 255; II, 135; III, 297, 359
Carvalho, João Teixeira de, pró-bispo do Algarve Oriental, bispo de Elvas, I, 46; II, 136
Carvalho, Joaquim de, II, 6, 148
Carvalho, Joaquim Ferreira de, bispo do Maranhão, II, 145
Carvalho, Joaquim de Santana, bispo do Algarve, I, 47; II, 133
Carvalho, Jorge de, I, 207; IV, 494
Carvalho, José Adriano de, II, 329; III, 48
Carvalho, José Dias Ferreira de, bispo de Cabo Verde, bispo de Viseu, I, 188, 281; II, 142; IV, 357, 360
Carvalho, José Manuel de, bispo de Macau, e de Angra, II, 134, 145
Carvalho, José Vitorino Pinto de, III, 380
Carvalho, Manuel Afonso de, bispo de Angra, II, 134
Carvalho, Manuel de Almeida, bispo do Pará, II, 146
Carvalho, Manuel Cardoso de, I, 404
Carvalho, Manuel dos Santos, II, 411
Carvalho, Manuel de Sousa, bispo de Beja, I, 187; II, 134
Carvalho, Mário S. de, I, 168; IV, 296
Carvalho, Mendes de, III, 300
Carvalho, Miguéis de, II, 403
Carvalho, Orlando de, I, 319, III, 384
Carvalho, Rodrigo de, bispo de Miranda, I, 254; II, 135
Carvalho, Santos, IV, 406
Carvalho, Silva, II, 124, 232
Carvalho, Teixeira de, II, 72
Carvalho, Tristão Barbosa de, II, 192
Carvalho, Zulmiro de, IV, 40, 415
Carvalhosa, Martinho da Silva, prefeito apostólico da Guiné, II, 142, 324
Carvalhosa, Rui Gomes de, III, 443
Casa Pia de Lisboa, I, 148, 150; III, 418
Casal, Gaspar do, arcebispo do Funchal, bispo de Leiria e Coimbra, I, 29, 87; II, 138, 187, 136, 137, 282, 384; III, 69, 75, 77, 78, 81; IV, 278, 389
Casal, João do, bispo de Macau, II, 144; III, 160; IV, 323
Casal Ribeiro, José Maria do, III, 54
Casas de correcção (ver **Assistência**)
Casamento (ver **Matrimónio**)
Casamento e divórcio, II, 80
Casanova, José, IV, 50
Casas do Gaiato (ver **Obra da Rua**)
Cascais, I, 117, 130; II, 21, 412; III, 452, 454
Casini, IV, 495
Casnedi, Carlos António, III, 255
Caso Calmon (ver também **Anticlericalismo, Congreganismo, Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora**), I, 92, 93, 329, 479, 489; II, 331; III, 382; IV, 22, 507
Caso das Irmãs da Caridade (ver **Anticlericalismo, Congreganismo, Irmãs de São Vicente de Paulo**)
Caso das Trinas (ver **Anticlericalismo, Congreganismo**)
Cassels, André Boys, II, 411, 413; IV, 78
Cassels, Diogo, II, 411, 413; IV, 78, 80, 81, 83
Cassels, Herbert, IV, 81
Cassiano de Nantes, beato, I, 289; III, 117
Cassiodoro, III, 368
Cassirer, Ernest, IV, 103
Cassuto, Alfredo, I, 85
Castanheda, Afonso Lopes de, IV, 73, 129
Castanheira do Ribatejo, I, 146, 489; II, 20, 21, 414; III, 149
Castelete, Agostinho, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Castelo, Alexandre, III, 28
Castelo, António Lopes, IV, 390
Castelo Branco, I, 28; II, 30, 126; II, 296, 473; III, 337, 384, 402, 468, 470, 471-472; IV, 96, 470
Castelo Branco, diocese de (ver **Portalegre-Castelo Branco, diocese de**)
Castelo Branco, Afonso de, bispo do Algarve, e de Coimbra, I, 46, 387--388, 390-391, 396, 398; II, 133, 136, 320-321, 397; III, 148; IV, 491
Castelo Branco, Anselmo de, III, 169
Castelo Branco, António de, IV, 323
Castelo Branco, Bento, I, 493
Castelo Branco, Camilo, I, 91, 92, 92, 95, 174; III, 131-132; IV, 195, 454, 502
Castelo Branco, Isabel Maria, IV, 150
Castelo Branco, João, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Castelo Branco, João Rodrigues de (pseud. Amato Lusitano), I, 340; II, 31
Castelo Branco, João de Sousa de, bispo de Elvas, e do Funchal, II, 136, 137
Castelo Branco, Joaquim Maria de Mascarenhas, bispo de Angola e Congo, II, 141
Castelo Branco, José Barbosa C. de F., III, 52-53; IV, 254
Castelo Branco, José Joaquim Justiniano Mascarenhas, bispo do Rio de Janeiro, II, 146
Castelo Branco, Luís A. D. de Azevedo, IV, 350, 506
Castelo Melhor, IV, 74
Castelo Mendo, III, 375

Castelo de Paiva, IV, 422
Castelo de Vide, II, 21
Castelo de Vide, Rafael de, bispo de São Tomé, II, 143
Castelos (ver **Guerra. I. Época Medieval**)
Castiçais, I, 39
Castiglione, Baltazar, IV, 126
Castilho, António Feliciano de, I, 91, 92; III, 51; IV, 432, 454
Castilho, Diogo de, I, 173, 396; III, 20; IV, 13, 73
Castilho, Jerónimo, IV, 495
Castilho, João de, I, 35, 113; III, 19, 20
Castilho, Pedro de, vice-rei de Portugal, bispo de Leiria, inquisidor-geral, II, 134, 138, 397, 445; III, 75, 78, 79, 81
Castillon, Teobaldo de, bispo de Lisboa, II, 139; III, 97
Castínio, IV, 261
Castracane, Alexandre, núncio apostólico, III, 71
Castro d'Aire, I, 109; III, 369; IV, 57, 58
Castro d'Avelães, I, 253-54, 256, 260; II, 89
Castro Marim, III, 339, 340
Castro Verde, I, 109, 196
Castro, Afonso de, governador de Timor, IV, 290
Castro, Agostinho de Jesus e, arcebispo de Braga, I, 29, 232, 236; III, 153, 443, 444, 491
Castro, Álvaro de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108; IV, 273
Castro, André de Melo e, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 105, 109
Castro, Aníbal Pinto de, IV, 491, 493-494, 495
Castro, António de, governador da diocese de Timor, IV, 290
Castro, António Leite de, I, 322
Castro, António Lopo Correia de, I, 370
Castro, António de São José e, bispo do Porto, I, 168, 300; II, 120, 140; IV, 17-18, 34
Castro, António T. da Silva Cordeiro, bispo de Angola e Congo, I, 64; II, 143
Castro, António Tomás da Silva Leitão e, prelado de Moçambique, bispo de Lamego, II, 138, 142
Castro, Augusto de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 110
Castro, Baltazar Oróbio de, I, 54; III, 158
Castro, Chaves e, I, 210
Castro, Cristóvão de, bispo da Guarda, II, 108, 311
Castro, Columbano Pinto Ribeiro de, II, 55
Castro, Dinis de Melo e, bispo de Leiria, da Guarda, e de Viseu, II, 137, 138, 141, 311; III, 75, 79, 81; IV, 354
Castro, Estêvão de, III, 129-130, 272
Castro, Faria e, II, 369
Castro, Fernanda de, IV, 454
Castro, Fernando de, III, 123
Castro, Fernando U. R. Vieira de, IV, 33
Castro, Francisco, inquisidor-mor e bispo da Guarda, I, 157; II, 137, 312, 399, 453, 495
Castro, Francisco Bermudez de, IV, 390
Castro, Francisco de Melo e, governador de Timor, IV, 290
Castro, Gabriel Pereira de, II, 401; IV, 97
Castro, Inês de, I, 34, 327; II, 164; III, 272; IV, 46, 61, 481, 520
Castro, J. J. Pereira de, I, 213
Castro, J. M. B. de, III, 335
Castro, Jerónimo Correia de, I, 376
Castro, João de, I, 206; IV, 74, 128, 273
Castro, João Baptista de, I, 341; II, 48; III, 129, 333; IV, 69, 120-121, 125, 167, 496, 497
Castro, João de Melo e, bispo do Algarve e arcebispo de Lisboa, I, 45, 46, 411, 423; II, 109, 133, 136
Castro, João Paulino de Azevedo e, bispo de Macau, II, 145
Castro, Joaquim Machado de, IV, 61, 62, 381, 409
Castro, José de, II, 371, 394
Castro, José António de, I, 259
Castro, José Gama e, II, 371; IV, 299, 302, 303
Castro, José Luciano de, primeiro-ministro português, II, 302-303; IV, 503
Castro, Leonor de, IV, 124
Castro, Lourenço de, bispo de Angra, e de Miranda, I, 70; II, 134, 135, 135
Castro, Luís Pereira de, bispo de Cuiabá (Mato Grosso), II, 145
Castro, Manuel de, bispo da Guarda, II, 137, 311
Castro, Manuel dos Passos, IV, 53
Castro, Mariana de Noronha e, IV, 273
Castro, Mário de, IV, 195
Castro, Miguel de, cónego africano, I, 55
Castro, Miguel de, bispo de Viseu, arcebispo de Lisboa, II, 139, 141; III, 387; IV, 243, 354
Castro, Maria das Dores Paes de Sande e, III, 203
Castro, Martinho de Melo e, governador de Angola, I, 59, 60
Castro, Pedro de, III, 237
Castro, Pimenta de, primeiro-ministro, IV, 319
Castro, Rodrigo de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Castro, Teotónio Vieira de, bispo de Meliapor, arcebispo de Goa, II, 144, 145, 387, 473; IV, 454
Castro, Vicente da Soledade e, arcebispo da Baía e presidente das Cortes Constituintes, I, 207-208, 327; II, 145; IV, 497, 499
Castro, Zília Osório de, IV, 97
Casula (ver **Vestes litúrgicas**)
Catalayud, Pedro de, III, 224
Catalunha, I, 112, 113
Catarina, infanta, II, 186; III, 154
Catarina, duquesa de Bragança, II, 84
Catarina de Bragança, infanta e regente de Portugal, rainha da Grã-Bretanha, I, 194; III, 466
Catarina de Áustria, rainha e regente de Portugal, I, 49, 140, 146, 185, 307; II, 84, 101, 147, 148, 296-297, 300, 378; III, 451, 464; IV, 122, 123-124, 159, 193, 307, 315, 491
Catarina de Sena, santa, I, 182
Catedral (ver **Arquitectura, Sé**)
Catequese e catecismos (ver também **Apologética**), I, 55, 74-75, 75, 78, 82, 90, 170, 175, 186, 188, 192, 212, 242-244, 255, 257, 258, 268, 272, 276, **302-310**, 368, 373, 376, 386, 393-394, 447, 451, 456, 469, 474, 487, 493, 494; II, 9, 13, 14, 16, 19, 26, 28, 40, 76, 84, 87, 110, 161, 163, 186, 187, 192, 198, 214-215, 251, 284, 286, 313-314, 324, 329, 338, 342-343, 344, 382, 433, 439, 459, 464, 472, 474; III, 9, 22, 26, 49-50, 62, 67, 73, 88, 100, 103, 107-108, 121-122, 123, 125, 127-128, 147, 149, 161, 170, 173, 191, 200, 203, 204, 222, 226, 240, 245, 261, 301, 308, 325, 330, 376, 377, 378, 379, 386, 387, 388, 389, 401, 410, 421, 447, 450, 465, 468, 469; IV, 20, 22, 23, 27, 32-33, 76, 88, 96, 152, 184, 227, 229, 243, 252, 258, 273, 278, 292, 297, 324, 340, 346-347, 349, 355, 357, 359-360, 381, 383, 413, 426, 449, 471, 477, 483, 484, 490, 502
Catizone, Marco Tullio, IV, 193
Catolicismo em Portugal, O, I, 376
Catolicismo social (ver também **Acção Católica Portuguesa, Assistência, Economia, Moral, Partidos políticos confessionais, Semanas Sociais**), I, 72, 98, 99, 100, 148, 149-152, 181, 188, 189, **310-324**, 329-331, 373, 376, 378, 394, 395-396, 399, 442-445, 491, 492-493, 495; II, 27, 42, 87, 269-270, 280-281, 317, 347, 373, 408, 409, 410, 428; III, 54-55, 62, 63, 134, 198, 203, 249, 272, 286-287, 349, 353, 382, 385, 389, 422, 458, 460-461, 470; IV, 22, 24, 37, 49, 68, 193,

219, 228, 318, 383, 384, 386, 397, 413, 432, 435-437, 438-440, 442, 459, 462, 499, 500, 501, 502, 503
Católico, O, I, 73, 76; IV, 221-222
Cavaco, Timóteo, IV, 252
Cavalca, Domenico de, III, 123, 146
Cavalieri, Caetano, núncio apostólico, cardeal, III, 315
Cavalli, Jacóme, I, 85
Cavazzi, João António, I, 291
Caxias, I, 207
Ceia, Benvindo, III, 453
Ceilão (ver também **Índia**), I, 30, 86, 147, 275, 308, **324-326**; II, 86, 277, 347, 405, 441; III, 212, 213, 217, 366; IV, 61, 286
Ceita, João de, IV, 279, 448, 450, 484, 488, 492
Celedónio, bispo de Caliábria, II, 131
Celestino I, papa, III, 293
Celestino III, papa, I, 431; II, 35
Cemitérios (ver também **Morte**), I, **327-329**; III, 41, 79, 269, 273, 395, 467; IV, 20, 424
Censuais (ver **Economia, Geografia eclesiástica**)
Censura (ver também **Índice de livros proibidos, Inquisição**) I, 17, 148; II, 416, 428; III, 62, 83, 184, 186, 188-189, 229; IV, 182, 412, 439
Centesimus Annus (1991), I, 310; III, 265
Cento, Fernando, núncio apostólico, III, 72
Centro Académico de Democracia Cristã (CADC) (ver também **Catolicismo social**), I, 10, 14, 99, 318, **329-331**, 389, 396, 493; II, 409; III, 54-55, 249-250, 384; IV, 49, 174, 215, 303, 318, 435, 463, 464, 506
Centro Académico Feminino, IV, 463
Centro Católico Parlamentar (ver **Partidos políticos confessionais**)
Centro de Cultura Católica, IV, 36
Centro de Cultura Operária, I, 16, 313; IV, 240
Centro de Estudos de Direito Canónico, IV, 444
Centro de Estudos de História Religiosa, I, 120, 130; II, 373; IV, 444
Centro de Estudos de História da Espiritualidade, II, 329
Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, IV, 206
Centro de Informação e Documentação Anticolonial, I, 322
Centro de Propaganda Católica, I, 91
Centro Ecuménico Reconciliação, II, 99, 412
Centros Sociais (ver **Catolicismo social**)
Cerdeiro, Luís, IV, 455
Cerejeira, Manuel Gonçalves, cardeal-patriarca de Lisboa, I, 12, 98, 116, 296, 317, 330, 375, 378, 379, 396, 440, 476, 492, 493; II, 139, 171, 372, 408, 409, 410, 458, 473, 474, 477; III, 54, 73, 107, 108, 109, 110, 111, 131, 188, 190, 259, 324, 384; IV, 33, 151, 215, 216, 224, 227, 257, 310-312, 319, 393, 504-505, 506, 507
Cernache do Bonjardim, I, 24, 62, 63, 64, 65, 67, 283; II, 21, 124; III, 28, 205, 217, 219, 242, 243, 367, 471; IV, 188, 340
Cerqueira, André de, IV, 453
Cerqueira, Luís de, bispo de Funais, I, 193; II, 144; III, 14, 15; IV, 295, 323
Certeau, Michel, II, 327, 329, 340; III, 429
Cervantes Saavedra, Miguel de, II, 38; IV, 127
Cerveira, A. X. Machado e, III, 358
Cerveira, Gil Peres de, IV, 336
César, Fortunato, IV, 39
Cesário de Arles, são, II, 114
Cesário, bispo de Lisboa, II, 133; IV, 445
Cesaryni, Mário, III, 456
Céspedes, Gregório de, II, 26
Cete, I, 202
Céu, Maria do, II, 174
Céu, Violante do, III, 143
Ceuta (ver **Marrocos**)
Chacim, Francisco de Nossa Senhora da Luz, bispo de Macau, II, 144
Chacón, Pedro, IV, 275
Chagas, António das, I, 186, 193, 438, 456; II, 153, 189, 192, 276, 331; III, 103, 147, 223, 225-226, 227-228, 271, 307; IV, 88, 279, 354-355, 414, 489, 490, 495
Chagas, Diogo das, I, 75
Chagas, Filipe das, II, 192
Chagas, Francisco das, I, 220; IV, 450, 501
Chagas, Gregório das, I, 207, II, 222; IV, 278
Chagas, Luís das, bispo de São Tomé, II, 143
Chagas, Pinheiro, II, 370
Chaghatai, II, 63
Chairacha, rei do Sião, IV, 232
Chakkraphat, rei do Sião, IV, 232-233
Chamusca, II, 21
Chancelarias (séculos XI-XV), I, **331-332**, 429, 435; II, 73, 76, 107, 363, 388, 389-391, 393; IV, 156, 353, 512, 518
Changamira, imperador de Monomotapa, III, 240
Chanson de Roland, II, 32
Chanterene, Nicolau, I, 168, 396; III, 19, 20; IV, 380
Chantre (ver **Dignidades eclesiásticas**)
Chanu, Pierre, III, 223
Chapéu clerical (ver **Vestes litúrgicas**)
Charbonneau, Michel, III, 419
Charland, IV, 476
Charles, Thomas, IV, 252
Charneca, Martinho Pires da, arcebispo de Braga, I, 228
Chartes, Yves, I, 445; II, 75
Chateaubriand, Renée, I, 91, 95; III, 218; IV, 299
Chatelain, Helin, missionária metodista, I, 64
Chauchard, P., IV, 443
Chaves (Aquae Flaviae) (ver também **Vila Real, diocese de**), I, 241, 243, 244, 245, 400, 405, 449, 453; II, 131; III, 227, 228, 229; IV, 345, 349, 413, 490
Chaves, Álvaro de, bispo da Guarda, II, 137, 311
Chaves, Antão Martins de, bispo do Porto, cardeal, I, 409; II, 140; IV, 11, 27
Chaves, António Vasques, II, 78
Chaves, João de, bispo de Viseu, e de Évora, II, 136, 141; IV, 353
Chaves, José Nunes, II, 411, 413; IV, 500
Chaves, Luís, II, 330
Chaves, Pedro de, abade-geral dos Monges Negros de São Bento, I, 205-207; IV, 42, 43
Chaves, Tomás, I, 454
Checoslováquia, I, 289; IV, 327, 390
Chelas, Fernando de, IV, 480
Chemnitz, Martin, III, 147; IV, 278
Cheng de Ch'in, imperador da China, I, 333; III, 160
Chenu, IV, 476, 477
Cherubini, Giuseppe, núncio apostólico, III, 72
Chesnay, Berthelot, III, 224, 228
Chesterton, C. K., IV, 296
Chestov, I, 26
Chevalerie, Henriette Aymer de la, I, 475
Chevreul, Louis, I, 285
Chica, Sebastián de la, IV, 489
Chichorro, Bacelar, académico, I, 37
Chiese, Bernardino della, bispo de Pequim, I, 338; II, 145
China (ver também **Macau**), I, 30, **333-339**, 385, 386, 475; II, 26, 62, 86, 145, 258, 295, 301, 303, 347, 379, 404, 430, 435, 439, 441; III, 10, 15, 22, 25, 66, 72, 170, 207, 210, 211, 216, 365, 421; IV, 134-135, 181, 203, 282, 289, 326, 340
Chindasvinto, rei dos Visigodos, IV, 364
Chintila, rei dos Visigodos, IV, 364
Chiogia, Paulo de, I, 288
Chipre, I, 298; III, 338
Chobbam, Thomas, IV, 477
Chorão, João Bigotte, III, 137
Chousal, Bernardo, I, 494; IV, 393, 503, 506
Christian Jr., William, III, 327; IV, 121
Christifidelis laici (1988), exortação apostólica, III, 52; IV, 460-461

Christus Dominus, I, 440; II, 39, 71; III, 355
Chrysostomi lucubrationes, II, 147
Ciaia, Lotário della, núncio apostólico, III, 72
Church Missionary Society, I, 63
Cibo, Catarina, duquesa de Camerino, I, 288
Cibório, I, 39-40
Cícero, II, 82, 159, 193-195, 319, 321; III, 68, 69, 260; IV, 102, 263, 471, 477
Cícero, Alexandre, bispo de Nanquim, I, 338; II, 145
Cicouro, Manuel J. Fernandes, I, 258--259
Cidade, Hernâni, II, 372; IV, 487
Cidade Rodrigo, II, 44, 298; III, 30; IV, 421
Cidades e cidadinos, I, 312, 322, 350, 353, 355, 382, 430, 461, 462; II, 44, 48, 70, 90, 126, 152, 175, 177-178, 181, 182, 183, 209, 242-243, 252, 255, 383, 451; III, 37, 40, 41, 78, 82, 85, 102, 145, 177, 206, 216, 266, 280, 293, 326, 330, 368, 370, 371, 373, 375-376, 399-400, 424, 440, 456, 465; IV, 5, 6, 7, 23, 30, 68, 84, 91, 106, 107, 110, 137, 164, 198, 207, 286, 320, 343, 364, 370, 432, 434, 435, 464, 467, 473, 474, 475, 499, 520
Cidraes, Maria Leonilde Gonçalves, IV, 227
Ciência, I, 245, 289, 315, 334-335, **339-343**, 386, 393, 395-396, 411, 433, 453; II, 5, 6, 26, 31, 112, 121, 123, 126, 158-160, 199-210, 266, 414, 416, 447; III, 23, 25, 26, 28, 54, 67, 121, 130, 168, 214, 217, 242, 333, 422; IV, 127, 128, 138, 146, 199, 213, 219, 255, 297, 298, 317, 320, 323, 324, 344, 377, 403, 404, 499
Ciências sociais (ver **Sociologia religiosa**)
Ciganos (Rumi), IV, 80
Cinatti, Ruy, III, 134, 136, 137; IV, 454
Cinco Chagas, Manuel das, I, 174; II, 279; IV, 494
Cinema (ver **Meios de comunicação social**)
Cineclubes católicos, III, 186
Cinfães, I, 327
Cintra, Lindley, IV, 518
Cipriano, são, bispo de Cartago, I, 305; III, 94, 174, 437
Círculo de Leitores, IV, 444
Círculos Católicos de Operários (ver também **Catolicismo social, Sindicalismo**), I, 9-10, 317, 329; III, 54, 55, 181, 353, 382, 389; IV, 22, 48, 215, 237, 238, 357, 360, 435, 462, 463
Círio, I, 43
Ciriaci, Pietro, núncio apostólico, III, 72
Cirilo, são, patriarca de Alexandria, III, 408; IV, 182
Cisma (1832-1842), I, 90, 168, 210, 229, 236, **343-344**, 389, 427; II, 103, 302, 311, 331, 385, 402-404; III, 52, 166, 167, 315-316, 377, 388, 468; IV, 20, 301, 430-431
Cisma do Ocidente e Portugal (1378-1417), I, 28, 84, 205, 209, 230, 241, 249, 294, 332, **344-346**, 408, 409, 418, 432, 477; II, 34, 77, 82, 85, 104, 108, 139, 274, 292, 312, 392, 431; III, 97, 207, 340; IV, 10, 97, 157, 339, 480
Cisneros, cardeal, IV, 277
Cistercienses (ver também **Alcobaça**), I, 108, 111, 201, 203, 205, 236, 236, 278, **346-351**, 357, 382, 397, 405, 429, 435, 477; II, 43, 45, 46, 48, 52, 73, 90, 115, 116, 121, 150, 184, 218, 293, 363, 371, 388, 391, 419, 468; III, 120, 129, 145, 147, 177, 257, 258, 267, 269, 294, 270, 334, 335, 395, 398, 448; IV, 41-42, 170, 234, 339, 353, 361, 407, 410, 425, 426, 446, 472-473, 520
Clamores (ver **Religiosidade popular**)
Clara de Assis, santa, I, 353
Clara, Maria, madre-superiora das Franciscanas Hospitaleiras, II, 478--479
Claramont, André de, IV, 306
Claretianos (Congregação dos Missionários do Coração de Maria), I, **351-353**, 486; III, 219; IV, 36, 45, 189
Clarissas (Ordem de Santa Clara), I, 49, 78, 113, 195, 260, 270, **353-355**, 397, 405, 431, 472, 477; II, 47, 50, 127, 218, 269, 293; III, 5, 73, 162, 212, 448; IV, 46, 47, 426
Claro, Augusto Joaquim, III, 302, 358
Claro, João, I, 163, 349, 450; II, 115
Cláudio, imperador etíope, II, 196-197
Clavis Prophetarum, IV, 74
Clavis Regnum Caelorum, I, 225
Clavius, IV, 275
Clemente, são, I, 436; III, 438
Clemente I, são, papa, II, 74; III, 232
Clemente IV, papa, I, 355; IV, 9
Clemente V, papa, I, 68, 333, 407, 423; II, 76; III, 207
Clemente VI, papa, I, 383; II, 104, 106, 117, 299; IV, 276
Clemente VII, papa, I, 194, 230, 280, 288, 344, 345, 409-410, 418; II, 196, 275, 292, 295, 300, 301, 312, 366, 447; III, 71, 105, 296, 311; IV, 158, 272, 320
Clemente VIII, papa, I, 40, 54, 87, 418, 436; III, 16, 17, 52, 351, 444; IV, 272, 329
Clemente IX, papa, I, 221; II, 476; IV, 135, 233
Clemente X, papa, III, 466; IV, 89
Clemente XI, papa, I, 183, 194, 337, 400, 455; II, 295, 385; III, 105, 258, 467; IV, 135, 294, 340
Clemente XII, papa, III, 105, 164, 314; IV, 135
Clemente XIII, papa, I, 210, 295, 388; III, 315
Clemente XIV, papa, I, 169, 183, 236, 254, 297, 438; II, 71, 302, 310; III, 27, 106, 214, 241, 315, 446; IV, 17, 161
Clemente Maria Hofbauer, são, IV, 96
Clemente Romano, III, 139
Clemente, José, III, 9
Clemente, Manuel, IV, 455, 460, 500--501
Clenardo, I, 450; II, 372, 384
Clérigos Marianos da Imaculada Conceição da Beatíssima Virgem Maria (ver **Marianos**)
Clérigos Regulares Ministros dos Enfermos (de São Camilo de Lélis), I, 49
Clérigos Regulares Teatinos da Divina Providência (ver **Teatinos**)
Clermont Ferrand, II, 34, 319
Clero autóctone (ver Aculturação, **Missões**, Propaganda Fide)
Clero Portuguez, I, 377
Clero regular (ver também **Anticlericalismo, Congregações religiosas masculinas e femininas, Congreganismo, Conventos, Extinção das ordens religiosas, Monaquismo, Mosteiros, Ordens sacras, Seminários**), I, 22-23, 24, 108, 111-112, 113, 114, 115, 116, 127--129, 151, 152, 156-157, 201-209, 235-236, 248, 249-250, 331-332, 346-351, 352-353, 353-354, **355--358**, 361, 371, 378, 387, 390, 399, 416, 419, 427, 429-439, 440, 492; II, 7, 8, 16, 18, 40, 43, 44-47, 47--54, 59-62, 77, 89, 92, 94, 96, 97, 98, 118, 120, 121, 122, 126-127, 128, 151, 159, 160, 173, 208, 241, 273-280, 289, 294, 320, 322, 365, 369, 378, 382, 384, 416, 440; III, 61, 76, 85, 96, 109, 128, 164, 212, 224, 239, 248, 254, 312, 335, 344, 386; IV, 32, 86, 152-153, 155, 197-198, 231, 234, 257, 267, 273, 276, 280, 290, 314, 321, 382, 498, 512
Clero secular (ver também **Anticlericalismo, Ordens sacras, Seminários**), I, 22, 59-60, 61, 90, 152, 197, 235-236, 266, 269-270, 282, 283, 331-332, 352, 355, **358-381**, 384, 385, 399, 413, 416, 419, 430, 440, 492; II, 7, 8, 9, 40, 43-44, 54-58, 59-62, 77, 89, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 118, 119, 120, 121-122, 123, 151, 159, 182, 188, 196, 198, 241, 278, 284, 289, 290, 320, 321-322,

365, 369, 373, 378, 382, 384, 411, 413, 416, 442, 443, 457, 462; III, 61, 85, 96, 98, 99, 103, 109, 128, 164, 170, 212, 214, 215, 217, 224, 227, 241, 242, 248, 253, 254, 255, 328-334, 367, 373, 386, 403; IV, 19, 32, 44, 54-55, 86, 152-153, 155, 188-189, 197-198, 231, 257, 267, 290, 291, 321, 329, 369, 375, 383, 429, 430, 431, 473, 474-478, 497, 498, 501, 504, 512
Cleto, Albino Mamede, bispo coadjutor de Coimbra, I, 390
Cleto, Joel, II, 210
Clode, Luísa, IV, 406
Clorivière, II, 460
Cluniacenses, I, 84, 108, 136, 202, 355, **381-385**, 387, 406, 429, 484; II, 32, 35, 75, 112, 183, 290, 293, 294, 346, 388, 389, 393; III, 118, 141, 256, 267, 269; IV, 41, 42, 62, 92, 132, 133, 155
Coca-Cola, II, 251
Cocchi, António, I, 338
Cocheril, Maur, I, 108, 348, 350
Cochim (ver **Ceilão, Índia**)
Cochinchina, I, 285, **385-387**; III, 22, 26, 210, 211, 213; IV, 286, 297
Coelestis Jerusalem (1625), breve papal, II, 345
Coelestis Pastor, bula papal, III, 252
Coelho, Adolfo, II, 203, 205, 330; IV, 264
Coelho, António, I, 39, 208, 494; III, 378; IV, 347
Coelho, António de Albuquerque, governador de Timor, IV, 290
Coelho, António Bonifácio, arcebispo de Lacedemónia, bispo eleito de Leiria, I, 168, 186; III, 81
Coelho, Armindo Lopes, bispo de Viana do Castelo, e do Porto, II, 141; IV, 26, 219-220, 337, 338, 455
Coelho, Bento, I, 168; IV, 411, 414
Coelho, Carlos Pinto, III, 383
Coelho, Diogo, III, 23
Coelho, Domingos Pinto, III, 383; IV, 435
Coelho, Estêvão, IV, 46
Coelho, Gaspar, III, 13, 471; IV, 381
Coelho, Gonçalo Caldeira, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 110
Coelho, Henrique Ribeiro Ferreira, IV, 500
Coelho, Henrique Trindade, representante de Portugal junto da Santa Sé, I, 49, 404; II, 39, 110; III, 53
Coelho, Jacinto Prado, III, 133
Coelho, Jerónimo, IV, 495
Coelho, Jorge, II, 148, 378
Coelho, José, I, 268
Coelho, José Augusto, III, 419
Coelho, José da Silva, III, 79
Coelho, José Gabriel, II, 80
Coelho, José Maria, III, 422
Coelho, Latino, II, 370
Coelho, Manuel, IV, 494
Coelho, Manuel Filipe, I, 95, 457; IV, 21, 35
Coelho, Manuel Rodrigues, III, 359
Coelho, Maria Helena, II, 73
Coelho, Pedro, IV, 46
Coelho, Romualdo de Sousa, bispo do Pará, II, 146
Coelho, Ruy, III, 302
Coelho, Simão, IV, 491
Coelho, Tomás Ribeiro, IV, 500
Coiança, I, 416; II, 113; III, 256, 374; IV, 40, 41, 352, 424
Coimbra, I, 27, I, 28-29, 99, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 133, 137, 138, 139, 143, 144, 146, 162, 183, 188, 202, 207, 213, 215, 217, 224, 295, 297, 320, 327, 328, 348, 372, 373, 377, 382, 384-385, 401, 402, 405, 422, 424, 430, 454, 462, 468, 471, 474; II, 18, 19, 20, 21, 22, 27, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 55, 59, 72, 82, 84, 89, 111, 112, 116, 117, 123, 147, 148, 153, 155, 156, 157, 158, 163, 165, 168, 183-184, 185, 194, 230, 258, 270, 273, 337, 366, 379, 382, 389, 409, 411, 412, 448, 450, 451, 458, 469, 472; III, 5-6, 18, 21, 26, 38, 57, 119, 120, 131, 141, 145, 149, 156, 165, 176, 203, 229, 247-248, 249, 253, 254, 304, 319, 324, 338-339, 350, 375, 384; IV, 61, 71, 78, 91, 99, 122, 215, 218, 281, 296, 310, 313, 314, 315, 325, 362, 380, 381, 394, 413, 421, 424, 442, 463, 465, 499-500, 506, 512-513
Coimbra, diocese de, I, 123, 125, 134, 136, 161, 166, 168, 169, 177, 214, 215, 223, 225, 226, 279, 310, 346, 359, 363, 366, 368, 371, 374, 375, 376, **387-399**, 403, 404, 414, 416, 417, 418, 421, 429, 431, 452, 492; II, 9, 12, 13, 14, 18, 27, 44, 48, 58, 89, 113-114, 120, 131-132, 135-136, 151, 274, 276, 281, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 300, 302, 303, 304-305, 306, 310, 311, 320-321, 361, 389, 390, 411, 459; III, 75, 77, 80, 124, 204, 224, 248, 293-294, 300, 337, 346-347, 373, 375, 399, 402; IV, 6, 7, 28-29, 62, 67, 68, 191, 220, 222, 242, 250, 276, 318, 352, 364, 367-368, 369, 371, 390, 421, 422, 486
Coimbra, João de, IV, 453
Coimbra, Henrique de, bispo de Ceuta, I, 248, 265; II, 104, 276; IV, 336, 480
Coimbra, Leonardo, I, 96, 97, 161, 167, 341, 342; II, 263, 267, 268, 387; III, 132, 133, 353; IV, 75, 296, 385, 403, 444
Coimbra, Manuel, III, 127; IV, 37
Colaço, António, I, 194
Colaço, Jorge, III, 455; IV, 39
Colaço, José Filipe, bispo de Cabo Verde, I, 282, 284; II, 142
Colaço, Magalhães, IV, 319
Colaço, Pedro (I), bispo de Évora, II, 136
Colaço, Tomás Ribeiro, IV, 195
Colares, II, 45
Colares, Nicolau Fernandes, IV, 496, 497
Cole, Sally, II, 209
Colecção «Bibliotheca Christã e Ecclesiastica», I, 98
Colecção «Bibliotheca Social», I, 98; IV, 443
Colecção «Fé e Pátria», I, 98; IV, 442
Colecção «Grandes Portugueses», II, 342
Colecção «Portugal de perto», II, 205, 206, 207-209
Colecção «A Propaganda Católica», I, 97
Colecção «Sciencia e Religião», I, 97; IV, 442-443
Colecta, I, 374
Colegiadas (ver também **Dignidades eclesiásticas**), I, 46, 70, 72, 97, 108, 215, 228, 234-235, 242, 244, 254, 279, 288, 327, 330, 360, 384, 385, 392, **399-403**, 430; II, 44, 55, 61, 82, 89, 94, 116, 213, 214, 365, 390, 402; III, 78, 101, 102, 105, 239, 270, 296, 362, 395, 399, 402, 403; IV, 19, 31, 33, 58, 167, 364, 366, 394, 475-476, 486, 514
Colégio Militar, I, 153
Colégio Português em Roma, I, **403-404**, 166; II, 228, 247; IV, 310
Colégios universitários (ver **Ensino, Universidade**)
Collecção chronologica da legislação portuguesa, II, 74
Collectio Alcobacensis, II, 77
Collectio Dionysio-Hadriana, II, 75
Collectio Hispana (ou *Isidoriana*), II, 77
Collins, Michael, III, 72
Collyrium Fidei adversus Haereses, I, 84, 155, 162-63; II, 364-365, 383; III, 122
Colombini, João; III, 16
Colombo, Ângelo, I, 42
Colombo, Cristóvão, III, 194, 208
Colonialismo, III, 215-216, 217, 242, 365-368; IV, 110, 188-190, 292, 325, 386, 398, 399, 434, 439, 498, 500
Colónia, Arnaldo de, I, 333
Colonna, Agapito, bispo de Lisboa e cardeal, I, 345; II, 139; III, 97
Colt, João, IV, 361
Comaro, Giorgio, núncio apostólico, III, 71
Comboni, Daniel, I, 404-405
Combonianos (Missionários Combonianos do Coração de Jesus), I,

397, **404-405**, 486; II, 428; III, 219, 221; IV, 46
Comendas (ver também **Património eclesiástico**), I, 35-36, 204-205, 206, 256, 349, 363-364, 382, 426, 433, 434, 435, 477; II, 92, 98, 292, 391; III, 102, 194, 258, 335, 343, 397, 398, 402; IV, 27, 42-43, 315, 354
Comentário ou censuras ao registo da sacrossanta Faculdade de Teologia de Paris, I, 87
Comércio, I, 49-50, 63, 265, 369, 371, 382, 386, 430, 433; II, 28-29, 37, 62, 64, 65, 92, 95, 151, 257, 286, 287, 325, 367, 434, 439, 445, 447, 451, 452, 465, 468; III, 12, 14, 19, 40; III, 66, 85, 88, 90, 104, 159, 160, 162, 170, 171, 176, 178, 206, 208, 209, 212, 215, 237, 239, 338, 371, 395, 396, 399-400, 401, 445, 463; IV, 8, 12, 21, 78, 124, 170, 178, 179, 187, 232, 233, 286, 287, 297, 298, 343, 434
Comestor, Pedro, III, 122; IV, 517
Comissão Central de Beneficiência, I, 150
Comissão Central dos Padres Pensionistas, I, 373
Comissão dos Episcopados da Comunidade Europeia, I, 441
Comissão Episcopal da Doutrina de Fé, II, 99-100
Comissão Episcopal do Apostolado dos Leigos, I, 16, 390
Comissão Episcopal do Clero, Seminários e Vocações, II, 66
Comissão Nacional de Arte Sacra e do Património Cultural da Igreja, I, 120
Comissão da Reforma Eclesiástica (dos Açores), I, 72
Comissão da Reforma Geral Eclesiástica, I, 187, 370, 371; II, 402
Comissões Justiça e Paz (ver também **Catolicismo Social**), I, 322
Comissões Protectoras dos Pobres, I, 150
Comissum Novis (1639), breve papal, I, 267
Communio, I, 458; III, 184
Communio et Progressio (1971), III, 184-185
Companhia de Maria (ver **Monfortinos**)
Companhia de Santa Teresa de Jesus (Teresianas), I, 297, 479, 480, 482; II, 477; IV, 36
Company, Lorenzo, provincial dos Mercedários, III, 194
Compasso (ver **Religiosidade popular**)
Compendium Spiritualis Doctrinae, II, 191-192
Compromissos, I, 460-461, 462, 466, 468; III, 201-202; IV, 53, 412
Comunas, III, 37-40, 279-281, 282
Comundo, bispo de Egitânia, II, 132
Comunidades de Vida Cristã (ver **Congregações Marianas, Movimentos eclesiais contemporâneos**)
Conâncio, bispo de Palência, II, 113, III, 118
Conceição, António da, III, 155, 239; IV, 494, 495
Conceição, Bento da, I, 436
Conceição, Bernardo da, I, 207; III, 143
Conceição, Cláudio da, cronista-mor, II, 369; IV, 173
Conceição, Diogo da, III, 359
Conceição, Francisca da, III, 448
Conceição, Francisco da, bispo de Timor, IV, 290
Conceição, Jácome da, I, 285
Conceição, João da, IV, 495
Conceição, José da, IV, 497
Conceição, Lourenço da, III, 358
Conceição, Luís da, I, 221
Conceição, Manuel da, confessor régio, I, 31; IV, 492, 494
Conceição, Manuel da, paleógrafo, II, 73
Conceição Júnior, Manuel da, pastor presbiteriano, II, 412
Conceição, Nicolau da, I, 220
Conceição, Roque da, III, 359
Conceição, Tomás da, I, 165
Conceição, Vasco da, III, 181
Concepcion, Luís de la, II, 230
Concepcionistas Franciscanas, Monjas, I, **405**, 477; II, 469
Concílios ecuménicos (e Portugal) (ver também Trento, I Concílio do Vaticano, II Concílio do Vaticano), I, 83, 84, 155, 226, 228, 231, 244, 278, 294, 297-298, 361-362, 400, **405-413**, 416, 419, 431, 446, 484, 491; II, 9, 12, 15-19, 34, 35, 67, 69, 74, 75, 76, 77, 82, 104, 107, 113, 116, 195, 284, 312, 319, 363, 364, 382, 385, 390, 392, 444; III, 70, 94, 98, 99, 101, 122, 165, 207, 269, 281, 294, 339, 359, 362, 375, 393, 394, 401, 406, 412, 412, 414, 427, 428, 442; IV, 8, 9, 11, 26, 33, 64, 135, 139, 157, 182, 183, 184, 241, 276, 329, 364, 388, 389, 390, 447, 473, 480, 485
Concílios nacionais, I, 244, 249, 439; II, 438; III, 442; IV, 9
— **I. Época Medieval**, I, 223, 237-238, 240, 247, 302, **413-418**,
— **II. Plenário Português de 1926**, I, 10, 190, 310, 374, 376, 391, **418-419**, 440, 457; II, 14, 77; III, 51, 108, 204, 299, 302, 377-378, 389; IV, 24, 248, 249, 310, 358, 386, 391, 394, 438, 463, 503
Concílio Plenário Latino-americano, I, 267
Concílios peninsulares (ver também **Concílios nacionais. II. Época Medieval**), I, 44, 83, 155, 184, 190, 201, 202, 222, 223, 228, 302, 381, 382, 387, 397; II, 77, 113, 114, 150, 154, 182, 183, 211, 284, 309, 310, 311-312, 381, 382, 382-383, 454; III, 68, 94, 115, 118, 256, 265, 371, 374, 406, 408, 409-410, 413; IV, 5, 6, 7, 28, 29, 64, 65, 66, 133, 139, 183, 263, 352, 362-363, 364, 420, 421, 424, 445
Concílios provinciais, I, 387, 392, **419-423**, 439; II, 69, 70, 77, 162, 212, 311-312, 313, 318, 364, 382-383, 439; III, 17, 78, 94, 95, 100, 114, 117, 237, 267, 366, 375, 386, 395, 406, 409; IV, 5, 7, 15, 26, 34, 64, 66, 133, 136, 139, 179, 180, 220, 240, 241, 263, 333, 352, 421, 485
Concordata de 1848, I, 9, 426-427; II, 124; III, 63, 167, 388; IV, 221, 431, 498
Concordata de 1857, I, 63, 93, 427; II, 105, 405, 440; III, 217, 364
Concordata de 1886, I, 63, 427; II, 105, 303, 370, 405, 436, 440; III, 173, 217, 366, 381, 394; IV, 291
Concordata de 1940 (ver também **Acordo Missionário**), I, 11, 25, 67, 82, 126, 151, 152, 154, 211, 310, 379, 428-429, 480, 486, 490; II, 79, 80, 106, 216, 217, 243, 270, 279, 372, 406, 408, 410; III, 64, 181, 219, 244, 287, 292, 368, 377; IV, 98, 163, 164, 214, 223, 238, 248, 250, 251, 310, 347, 374, 376, 439
Concordatas, I, 407, **423-429**; II, 74, 76, 77, 105, 106, 127, 303, 319, 373, 390, 391, 393, 402, 414, 440; III, 43, 62, 219, 283, 367-368, 376; IV, 8, 9, 10, 11, 155, 353, 429, 478-479, 516
Concordia discordantium canonum, II, 76
Concórdia Evangélica, I, 85
Conde, Manuel Sílvio, I, 139
Condeixa, I, 108; II, 21, 89
Cónegas Regrantes de Santo Agostinho (ver **Agostinhas**)
Cónego (ver **Dignidades eclesiásticas**)
Cónegos de São João Evangelista (ver **Lóios**)
Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, I, 88, 165, 166, 195, 215, 235, 383, 416, **429-434**; II, 45, 46, 47, 51-52, 75, 150, 293, 294, 316, 368, 388; III, 5, 19, 96, 102, 119, 120, 123, 130, 145, 150, 257, 270, 334, 335, 347, 395; IV, 7, 27, 43, 56-59, 63, 122, 234, 339, 341, 342, 426, 471-472, 474
Cónegos Regrantes de Santo Antão, I, **434-435**; II, 45, 316
Cónegos Regulares de Santa Cruz, I, 88, 174, 202-203, 205, 236, 279,

355, 388, 397, 398, **435-438**; II, 43, 44, 90, 115, 121, 183-184, 218, 297-298, 391, 419; III, 74; IV, 41, 63, 123, 295, 343-344, 414, 514, 520
Cónegos do Santo Sepulcro, I, **438-439**; IV, 42
Cónegos de São João Evangelista (ver **Lóios**)
Conferência Episcopal Portuguesa, I, 12, 13, 16, 17, 120, 130, 154, 169, 313, 322, 380, 392, 404, 419, **439-441**, 442, 444, 459; II, 7, 39, 41, 66, 100, 171, 172, 250, 251, 457; III, 57, 65, 71, 184, 185, 187, 190, 192, 199, 302, 390, 392; IV, 105, 151, 153, 190-191, 216, 217-218, 224, 249, 252, 257, 259, 312, 329, 439, 466, 468
Conferência Mundial de Institutos Seculares, II, 251
Conferência Nacional (dos Superiores Maiores) dos Institutos Religiosos, I, **441-442**; II, 250; III, 349; IV, 153, 218
Conferências do Casino (1871), I, 81, 91, 489; III, 54, 131; IV, 402, 434
Conferências Vicentinas (Sociedade de São Vicente de Paulo), I, 10, 72, 151, 199-200, 262-263, 284, 312, **442-445**, 468, 482; II, 27, 220-221, 317; III, 53, 72, 79, 111, 353, 389, 462; IV, 49, 54, 155, 338, 341, 461, 462, 503
Confessionários (ver **Mobiliário eclesiástico**)
Confissão (ver também **Eucaristia, Penitência, Róis de confessados, Sigilismo**), I, 73, 74, 75, 77, 88, 125, 127, 272, 273, 276, 303, 305, 307, 367, 368, 437, **445-459**; II, 16, 119, 187, 203, 231, 278, 385, 433; III, 6, 18, 47, 48, 49, 98, 99, 100, 124, 129, 147, 226-227, 228, 235-236, 260-261, 262, 263, 284, 342; IV, 44, 82, 86, 178, 179, 182, 183-184, 220, 273, 321, 366, 369, 383, 385, 473, 485, 494
Confrarias (ver também **Associações de fiéis, Assistência, Misericórdias**), I, 36, 78, 119, 127, 129-130, 199, 243, 246, 257, 261, 270, 317, 392, 393, **459-470**, 474; II, 14, 29, 47, 61, 85, 93, 156, 178, 187, 220, 317, 402, 406, 433, 444, 476; III, 45, 48, 52, 53, 56, 103-104, 123, 126, 176, 230, 232, 270, 272, 294, 335, 338, 348, 378, 458, 462, 467; IV, 11, 21, 27, 38, 46, 51, 52, 53, 67, 168, 173, 174, 187, 188, 355, 393, 394-395, 409, 414, 425, 450, 462, 474, 482
Confúcio, I, 333, 334, 337, 386; III, 10; IV, 135
Congar, Yves, IV, 147, 460
Congo (ver também **Angola**), reino africano, I, 21, 22, 23, 24, 291, 308, 405; II, 86, 210, 211
Congregação da Apresentação de Maria, I, 480; III, 219, 220
Congregação dos Concílios, I, 419, 420
Congregação da Doutrina Católica, I, 72
Congregação dos Milagristas do Beato Padre José Vaz, II, 433
Congregação dos Pobres de Jesus Cristo (ver também Ossa, serra de), I, 195, II, 153, 186, 218; III, 151, 257
Congregational Foreign Missionary Society of British North America, I, 65
Congregação da Missão (ver **Vicentinos**)
Congregação da Oliveira (ver **Porto**)
Congregação (de Nossa Senhora da Caridade) do Bom Pastor, I, 197, 397, 403, **470-472**, 479; II, 387; IV, 36, 47
Congregação da Divina Providência e Sagrada Família, I, **472**
Congregação do Espírito Santo (ver **Espiritanos**)
Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, I, 66, 78, 92, 93, 129, 176, 196, 283, 397, **472-474**, 489; II, 127, 271, 269, 271, 323, 324, 478; III, 110, 218, 220, 243; IV, 36, 47, 190, 227, 339, 349
Congregação dos Descalços (ver **Agostinhos**)
Congregação dos Ritos, I, 182; II, 246
Congregação Mariana, I, 11, 197, **474-475**; II, 235 ; III, 53, 110, 287, 349; IV, 48, 464, 467
Congregação dos Missionários do Coração de Maria (ver **Claretianos**)
Congregação dos Missionários Passionistas (ver **Passionistas**)
Congregação Missionários de São Carlos (ver **Scalabrinianos**)
Congregação do Santíssimo Redentor (ver **Redentoristas**)
Congregação dos Sagrados Corações, I, **475-476**; IV, 46, 464
Congregações Missionárias (ver **Acordo Missionário, África, Congregações religiosas femininas, Congregações religiosas masculinas, Missões**)
Congregações religiosas femininas (ver também **Congreganismo, Conventos, Mosteiros, Mulher, Ordens Religiosas**), I, 114, 120, 151, 270-271, 283, 284, 320, 347, 348, 389, 405, 427, 468, 470-472, **476-482**; II, 19, 27, 46-47, 81-82, 100, 106, 189, 232-236, 269-273, 324, 344, 346, 347, 382, 438, 443, 468-479; III, 110, 203, 212, 217, 243-244, 291, 299, 319; IV, 36, 46-47, 105-107, 130-131, 225-227, 324-325, 339, 351, 361, 375, 377, 385, 410, 443, 459
Congregações religiosas masculinas (ver também **Congreganismo, Conventos, Mosteiros, Ordens religiosas**), I, 114, 120, 283, 284, 320, 382, **482-488**; II, 8-9, 42-43, 106, 178-181, 232-236, 273-280, 362, 438; III, 66-67, 217, 299, 385, 414-415; IV, 36, 95-96, 271-274, 293-294, 326-329, 350-351, 361, 375, 377, 410, 443, 459, 489, 491, 494-495, 497
Congreganismo (ver também **Clero regular, Congregações religiosas masculinas** e **femininas, Extinção das ordens religiosas, Ordens religiosas, Vida religiosa**), I, 24, 89-90, 91-94, 329, 352, 382, 389, 435, 484-487, **488-490**; II, 51, 52, 150, 151, 152, 153, 271, 277-278, 371, 381; III, 62, 258, 327; IV, 43, 45, 51, 76, 79, 80, 96, 149, 198, 226-227, 340, 385-386, 399, 429, 430, 432, 459, 460, 497, 501
Congressos, I, 9-10, 12-13, 14, 26, 92, 97, 98, 102, 152, 169, 191, 199, 310, 312, 313-314, 330, 372-373, 380, 441-442, 476, **490-496**; II, 170, 250, 387, 409; III, 54, 55, 58, 72, 299, 304, 353, 378, 381, 383, 384, 469; IV, 21, 24, 33, 37, 48, 51, 216, 217, 237, 240, 255, 346-347, 349, 358, 377, 393-394, 398, 435, 441-442, 454, 455, 458, 462-463, 466, 469, 503
Côngruas (ver **Economia**)
Conimbricenses (ver também **Filosofia**), I, 340, 393; II, **5-6**, 33, 123, 160, 264-265, 378, 385; III, 23, 147; IV, 278, 295, 322
Conímbriga, I, 105, 108, 109, 387, 392
Consciência, Manuel, III, 50; IV, 453, 497
Conselheiro, António, III, 196
Conselho das Conferências Episcopais da Europa, I, 441
Conselho Diocesano de Assistência do Culto e Clero (Açores), I, 70
Conselho de Estado, II, 394, 397
Conselho Mundial das Igrejas, II, 99; IV, 80
Conselho Nacional de Movimentos e Obras do Apostolado de Leigos, I, 13; IV, 468
Conselho Nacional de Assistência Pública, I, 150
Conselho Pontifício para a Interpretação dos Textos Legislativos, II, 77
Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos, II, 99, 100
Conselho Português de Igrejas Cristãs (COPIC) (ver também **Protestantis-**

mo), II, 99-100, 411, 412; IV, 80, 83, 84
Conselho Ultramarino, I, 62; II, 394
Conselho Presbiterial, I, 170, 191, 375, 389, 390; II, **6-7**, 66, 68; IV, 26, 153, 229, 338, 358
Conselhos Pastorais, I, 255, 390; II, **7-8**; III, 109, 391; IV, 25, 32, 151--152, 229, 338, 358
Conselho Superior de Beneficiência Pública, I, 150
Consêncio, IV, 64, 65
Consolação cristã e luz para o povo hebreu, I, 85
Consolação das tribulações de Israel, III, 147
Consolatinos (Instituto Missionário da Consolata), I, 25, 397, 486; II, **8-9**; III, 219, 243; IV, 46, 470
Consolatinas, III, 243-244
Consolini, Paulo, IV, 40
Constança, I, 408, 419; II, 104; III, 122; IV, 11, 480
Constança, duquesa de Bragança, I, 251
Constância, III, 453
Constâncio, imperador romano, III, 371, 412, 413
Constâncio, bispo de Palência, III, 407
Constâncio, bispo do Porto, II, 132; IV, 5
Constantino, imperador romano, I, 406; II, 31, 70; III, 41, 210, 284, 393, 440
Constantino IV, imperador bizantino, II, 32
Constantinopla, I, 406, 409; II, 110, 364, 414, 463; III, 36, 70, 117, 309, 359, 360, 393-394, 406, 407, 409, 442; IV, 11, 125, 182
Constantis fidei (1553), bula papal, III, 336
Constituições diocesanas, I, 49, 70, 73, 121, 125, 126, 169, 190, 205, 233-34, 238-240, 243, 249, 254, 257, 266-267, 269, 361, 362-369, 387, 390-391, 447-449, 450, 451--452, 452-453, 469; II, **9-15**, 19, 76, 77, 103, 118, 119, 177-178, 187, 212, 276, 282, 285, 305, 312, 313--314, 320-321, 366, 384, 413, 440; III, 52, 68, 75, 78, 98-99, 100, 124, 148, 152, 223, 269-270, 284, 401, 447, 465, 466, 471; IV, 10, 12, 15, 16, 26-28, 32, 34, 37, 67-68, 69, 100, 120, 124, 135-136, 228, 241, 242, 243-247, 248, 250, 251, 267, 272, 329, 355, 358, 367, 388, 389, 390-391, 392, 410, 422, 477, 478, 482, 483-484, 486-487, 487-488, 503
Constituições de vida consagrada, I, 206, 288, 289, 297, 346, 347, 350, 351, 352, 353, 471, 472, 474, 475, 480; II, 8, 19, 27, 82, 84, 85, 269, 271, 279-280, 458, 459, 460, 461, 469, 471, 472, 473, 474, 475, 479; III, 16, 17-18, 21, 68, 148, 150-151, 152, 203, 204, 330-331, 335, 342--344, 348-349, 351; IV, 62-63, 86, 225, 272, 324, 326, 340, 343, 344
Constitutiones Apostolicae, II, 75
Contarini, Gasparo, II, 445
Conti, Nicolo de, IV, 178
Conti, Inocêncio, núncio apostólico, III, 72
Conti, Miguel Ângelo, núncio apostólico (ver Inocêncio XIII)
Conto de Amaro, III, 118
Contra-Reforma (ver também Trento, Concílio de), I, 80, 87, 113, 114, 201, 286, 303-304, 308, 309, 336, 356, 360, 361-362, 361-369, 409--410, 436, 453, 456, 463-464, 488; II, 12, 13, 14, **15-19**, 85, 147, 150, 156, 157-158, 187, 192, 242, 262, 263-265, 282, 284, 285, 338, 340, 346, 384, 396, 399, 431, 439, 451; III, 36, 49-50, 141, 146, 208, 221--231, 258, 260-261, 267, 310, 313, 351, 362-363, 386-387, 397-398, 421, 451, 465-468; IV, 27-28, 52, 67, 69-70, 89, 99-100, 111, 123--124, 168-169, 178, 183, 198, 200, 267, 270, 272, 273, 274, 277, 298, 315-316, 319, 321, 366-368, 369, 380-381, 382, 383, 390, 394, 402, 406, 410-413, 482-497
Contra Judeos, I, 83
Contra os juízos dos astrólogos, I, 157
Contracepção, I, 447
Contreiras, Diogo de, III, 451
Contreiras, Miguel, I, 145, 146; III, 104; IV, 307, 412
Conventos (ver também **Arqueologia**, **Arquitectura**, **Ordens religiosas**), I, 175-76, 282, 299, 300, 355; II, **19-25**, 116, 273-280, 283-284, 293, 316; III, 102, 146, 254, 398; IV, 107, 343, 361, 484
Conversos (ver também **Clero regular**), I, 432, 435; II, 46, 90; III, 18
Corbiniaco, Pedro de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Corda, João da, I, 219
Cordeiro, António, III, 28
Cordeiro, António Francisco de Meneses, III, 54
Cordeiro, António José, bispo de Aveiro, I, 168, 171; II, 6, 134, 265; III, 23
Cordeiro, António Vellez, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Cordeiro, Graça Índias, II, 209
Cordeiro, Herculano, IV, 150
Cordes, Sinel de, III, 384
Córdova, I, 185, 415-416; II, 150, 173, 183; III, 247; IV, 92, 472
Cordovil, António da Costa, IV, 448
Coreia, II, **26-27**; III, 160-161, 211; IV, 282
Corella, Jaime de, I, 454
Coronel, Gregório Nunes, secretário da Congregação De Auxiliis, I, 29
Corografia portuguesa, III, 193
Corografia do reino do Algarve, I, 49
Corpo de Deus, dia do (ver **Festas, Procissões**), I, 40, 198, 238, 387, 397, 464; II, 176, 387; III, 99-100, 110, 124, 232, 282; IV, 27, 52, 68, 69-70, 71, 385, 394
Corpo diplomático portuguez, II, 74
Corpo Místico de Cristo, doutrina do, I, 11, 321; II, 40, 178; III, 139
Corpo Nacional de Escutas (ver **Escutismo**)
Corporal, I, 42-43
Corporativismo (ver **Catolicismo social**, Estado Novo)
Corpus Iuris Canonici (CIP) (ver **Direito canónico**)
Corpus Iuris Civilis (ver Direito civil)
Corrêa, Pedro Lopes, I, 85
Correia, Abílio Gomes, I, 249; IV, 393
Correia, Afonso, bispo da Guarda, II, 137, 311, 314
Correia, Alexandre, IV, 296
Correia, Almeida, III, 382
Correia, Álvaro, IV, 480
Correia, António, III, 300-301; IV, 495
Correia, António, arcebispo da Baía, II, 145
Correia, Arduíno Adolfo, IV, 254
Correia, Diogo, bispo de Ceuta, e de Portalegre, II, 140, 142; III, 465--466
Correia, Fernando da Silva, III, 460
Correia, Francisco de C. Correia, IV, 412, 455
Correia, Gaspar, I, 156; II, 65; IV, 495
Correia, Gaspar Pinto, III, 266
Correia, Jerónimo, III, 127, 142; IV, 391
Correia, João Manuel, IV, 33
Correia, Joaquim Alves, I, 100, 318; II, 372, 373, 409; III, 299, 384; IV, 386, 469
Correia, José, IV, 20
Correia, José de Almeida, I, 99-100
Correia, José Manuel Pinto, 319
Correia, Martins, II, 167
Correia, Mendes, I, 99
Correia, Natália, III, 133; IV, 195, 403
Correia, Paio Peres, mestre da Ordem de Santiago, III, 338; IV, 518-519
Correia, Pedro, representante de Portugal junto da Santa Sé, I, 194; II, 108; IV, 391, 450
Correia, Pêro, I, 309, 450
Correia, Virgílio, IV, 349
Correio dos Açores, O, I, 76
Correio Braziliense, I, 90
Correio da Beira, I, 373
Correio de Coimbra, I, 396
Correio Nacional, III, 381, 382
Correio do Vouga, I, 170
Corte, I, 286-88, 405, 425, 430, 448;

II, 72, 186, 196, 197, 198, 294, 307, 319, 346, 374, 376, 378, 454; III, 38, 39, 46, 48, 75, 98, 104-105, 106, 121, 122, 123, 154, 155, 256, 266, 285, 350, 361, 394, 425, 449, 450, 453, 459, 469; IV, 12-13, 21, 92, 129, 264, 273, 355, 363, 390, 477, 480, 493, 514, 519-520, 521
Corte Real, Diogo de Mendonça, I, 87
Corte Real, Miguel de Ataíde (pseud. Ramiro Leite Gatade Luneira de Recibade), I, 48, 88
Cortes (ver também Parlamento), I, 209, 248, 343, 346, 425, 426; II, 30, 59, 73, 97, 241, 370, 391, 392, 393, 396, 452; III, 38, 40, 281, 341, 350, 397, 401, 457; IV, 8, 11, 12, 15, 157, 299, 301, 477, 478
Cortes de Júpiter, I, 156
Cortesão, Jaime, II, 341; III, 353; IV, 386
Cortez, Ulisses, II, 80
Corvino, Mateus, rei da Hungria, IV, 127
Corvo, João de Andrade, III, 366, 418
Cosgaya, José Rodrigues, I, 103; IV, 37
Cosme Indicopleutes, I, 324; II, 65
Cosme, Álvaro, IV, 34
Costa, Afonso, I, 98, 149, 314-315, 427; II, 406
Costa, Aires da, III, 142; IV, 391
Costa, Álvaro da, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108, 226
Costa, André da, III, 238
Costa, António da, I, 94, 95, 318; II, 167; III, 85; IV, 433
Costa, António Cândido Ribeiro da, I, 99; IV, 499, 500
Costa, António Carvalho da, III, 193
Costa, António Domingues de Sousa, II, 73, 78, 114, 341
Costa, António Mário, III, 301
Costa, António Pedro da, bispo de Damão, II, 144
Costa, Arquimínio Rodrigues da, bispo de Macau, II, 145
Costa, Avelino de Jesus da, I, 120, 123, 125, 128, 161, 227, 247, 390; II, 73, 74, 113-114, 120, 326, 329, 373; III, 145, 326, 327, 372, 374, 375; IV, 192, 393, 421
Costa, Cesário, III, 301
Costa, Dalila Pereira da, II, 174; III, 131, 137; IV, 403
Costa, Damião da, I, 295; IV, 449-450
Costa, Daniel Rodrigues da, I, 90
Costa, Diogo da, bispo do Porto, II, 140; IV, 13
Costa, Domingos, IV, 39
Costa, Domingos da, capitão-mor de Timor, IV, 289
Costa, Duarte da, governador-geral do Brasil, I, 267
Costa, Ernesto Gonçalves da, bispo de Inhambane e do Algarve, I, 47; II, 133, 142, 279, 280; III, 245
Costa, Estêvão de Jesus Maria da, bispo de Angra, e de Meliapor, II, 134. 145
Costa, Faria e, II, 369
Costa, Feliciano da, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Costa, Fernando da, I, 385
Costa, Francisco, I, 101, 495; III, 134, 305; IV, 296
Costa, Francisco da, I, 163
Costa, Francisco Manuel Couceiro da, III, 367
Costa, Francisco Pires da, III, 448
Costa, Francisco Rogério da, II, 131
Costa, Gabriel da, II, 222, 227, IV, 278, 495
Costa, Jeremias Alves da, I, 64
Costa, João da, bispo de Lamego, II, 138
Costa, João da, prior-mor de Santa Cruz, I, 433, 450; IV, 276
Costa, João da, missionário jesuíta, I, 218
Costa, João da, humanista e universitário, II, 148, 378; III, 69
Costa, Joaquim Maria da, IV, 444
Costa, Joaquim Pinto da, IV, 28
Costa, Joaquim Vicente da, III, 73
Costa, Jorge, IV, 495
Costa, Jorge da, universitário, II, 31
Costa, Jorge da, bispo do Algarve, bispo de Évora, arcebispo de Braga, Lisboa, e cardeal, I, 34, 45, 243, 245-246, 249, 303, 349, 359, 360, 384, 447, 449; II, 108, 133, 135, 136, 139, 363; III, 99, 123; IV, 13, 480
Costa, José Gomes da, IV, 340
Costa, José Plácido da, IV, 79
Costa, José Severino Maciel da, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Costa, José Damasceno da, bispo de Angra e Açores, I, 72, 73, 76; IV, 249
Costa, José de Leite, III, 359
Costa, Lucas da, I, 450
Costa, Luís Augusto da, vigário-geral de Beja, I, 188
Costa, Magalhães, III, 187-188
Costa, Manuel Álvares da, bispo de Olinda (Pernambuco), II, 146
Costa, Manuel da, universitário, II, 31, 379; III, 147
Costa, Manuel, bispo de Angra, II, 134
Costa, Manuel de Barros e, I, 453
Costa, Manuel Damasceno da, bispo de Angra, II, 134
Costa, Manuel Ferreira da, IV, 450
Costa, Manuel Gomes da, II, 39
Costa, Manuel Gonçalves da, IV, 419, 422, 424, 425, 427
Costa, Manuel José da, bispo de Leiria, II, 138; III, 81
Costa, Manuel Madruga da, I, 72
Costa, Manuel Pinto da, IV, 24
Costa, Maria Clementina Pinto Bastos Couceira da, superiora-geral das Criaditas dos Pobres, II, 27
Costa, Maria Zita F. A. Ferreira da, IV, 83
Costa, Mariana Josefa da, III, 53
Costa, Mário, I, 134
Costa, Martinho da, arcebispo de Lisboa, II, 139
Costa, Mateus da, régulo de Viqueque, IV, 289
Costa, Paulo da, governador da diocese de Malaca, I, 285; IV, 287
Costa, Pedro da, bispo do Porto, de Lião e de Osma, II, 140; IV, 13
Costa, Pedro da, bispo de Angra, II, 134
Costa, Pedro da, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Costa, Rebelo da, II, 96; III, 156; IV, 31, 54
Costa, Santos, IV, 399
Costa, Tomás, II, 166; IV, 491
Constança de Noronha, beata, II, 346
Cota, António de Almeida, IV, 499
Cota, Gaspar, I, 194
Cota, João, I, 405
Cotolendi, Ignazio, vigário apostólico da China Oriental, I, 338
Couceiro, Henrique M. de Paiva, IV, 319
Coudrin, Pierre, I, 475
Couraça, Bartolomeu, III, 296
Courtois, Victor, III, 29
Cousin, Victor, II, 126
Coutinho, A. R. Cruz da, IV, 396
Coutinho, André, III, 363
Coutinho, António, III, 130; IV, 495
Coutinho, António da Câmara, vice-rei da Índia, IV, 289
Coutinho, Bernardo Xavier, III, 190; IV, 54, 40
Coutinho, Fernando, bispo de Lamego, Algarve e Coimbra, I, 45, 194, 423; II, 108, 133, 136, 138
Coutinho, Francisco de, bispo de Angola e Congo, I, 57
Coutinho, Francisco de Lemos de Faria Pereira, bispo-conde de Coimbra, II, 136; III, 147; IV, 280, 316-317
Coutinho, Francisco de Sousa, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 107, 109
Coutinho, Gabriel, IV, 453, 497
Coutinho, Henrique, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Coutinho, Inácio, IV, 450
Coutinho, Inocêncio de Sousa, bispo de Luanda, I, 24
Coutinho, João, bispo do Algarve, de Lamego, e arcebispo de Évora, I, 47; II, 136, 138; IV, 495

Coutinho, João Guedes, IV, 16
Coutinho, João de Sá, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 110
Coutinho, Joaquim José de Miranda, bispo de Castelo Branco, II, 135; III, 472
Coutinho, José Caetano da Silva, bispo do Rio de Janeiro, II, 146
Coutinho, José Joaquim da Cunha de Azeredo, bispo de Pernambuco, bispo de Elvas, II, 102, 136, 146, 162
Coutinho, José de Moura, bispo de Lamego, II, 138; IV, 427
Coutinho, Luís, bispo de Viseu, de Coimbra, e arcebispo de Lisboa, II, 136, 139, 140, 141; III, 359; IV, 353
Coutinho, Luísa, condessa de Sabugal, III, 48
Coutinho, Manuel, administrador eclesiástico de Moçambique, III, 237
Coutinho, Manuel, bispo do Funchal e de Lamego, II, 137, 138
Coutinho, Manuel Inácio, IV, 391
Coutinho, Manuel Tavares, pró-bispo do Algarve Ocidental, I, 46; II, 301
Coutinho, Pedro da Cunha, IV, 47
Coutinho, Sousa, governador de Angola, I, 60
Coutinho, Xavier, IV, 406, 414
Couto, António de, I, 55, 309; IV, 48, 394
Couto, António Joaquim de Azevedo e, IV, 48
Couto, Diogo do, I, 275; II, 65; IV, 129
Couto, Estêvão do, II, 265; IV, 295, 322-323
Couto, Luís de, IV, 52
Couto, Manuel de Sá, III, 358
Couto, Manuel José Gonçalves do, I, 165-166, 456; II, 381, 385; IV, 350, 501-502
Couto, Sebastião de, II, 5; III, 23; IV, 322
Coutos (ver também **Alcobaça**, Senhorialismo), I, 206, 231, 383, 384; II, 89, 93; III, 152, 398-399; IV, 7-8, 12, 42-43, 58, 173
Covarrubias, Juan, I, 454
Covilhã, I, 390; II, 19, 45, 300, 310, 457, 472; IV, 238, 327, 336, 463
Covilhã, Pêro da, II, 195, 196
Cox, H., II, 251
Cracóvia, Mateus de, IV, 294
Craesbeeck, Pedro, III, 148
Cranmer, Thomas, IV, 76
Crato, II, 21, 211, 214, 218, 292, 293, 300, 303, 391; III, 338
Crawley-Boevey, Matéo, I, 475-476
Credência (ver **Mobiliário eclesiástico**)
Crema, Battista da, IV, 272
Crescones, Froila, I, 382
Crescónio, bispo de Iria/Compostela, I, 224
Crescónio de Tui, bispo de Coimbra, I, 416; II, 113, 135,, 290; III, 249; IV, 352
Crespo, João Diogo, IV, 455
Criaditas dos Pobres, Congregação das, I, 320, 398, 482; II, **27**; IV, 48
Crime do Padre Amaro, O, II, 331, 334
Crise de 1383-85 (ver Interregno de 1383-85)
Crispim e Crispiniano, santos, II, 337
Cristãos-novos (ver também **Anti-semitismo**; **Inquisição**), I, 48, 49-50, 74, 84, 85, 274; II, **27-31**, 196, 286, 366-367, 430; III, 35-36, 41, 283, 311; IV, 73, 159, 316, 368
Cristeta, santa, II, 338, 344; III, 118, 438
Cristo, António de Almeida da Silva e, I, 175
Cristo, Cristóvão de, I, 438
Cristo, Francisco de, IV, 278, 295, 450
Cristo, João do, III, 359
Cristo, José de, I, 166, 434
Cristo, Mateus de, I, 86
Cristo, Ordem de (ver **Ordens militares**)
Cristo, Pedro de, I, 393, 436; III, 301; IV, 181
Cristo, Simão de, I, 438
Cristóvão, são, IV, 413
Cristóvão de Lisboa, I, 268; II, 340
Crodegando, são, bispo de Metz, I, 278-279
Crónica da Guiné, I, 156
Cronicões, II, 327, 338
Crossier, Luís da Maia, III, 295
Cruise, Tom, IV, 202
Cruz, I, 39, 42, 43, 462; II, 31, 231, 253, 362
Cruz peitoral (ver **Insígnias episcopais e monásticas**)
Cruz Vermelha, IV, 82
Cruz, Afonso da, II, 192
Cruz, Agostinho da, II, 174; III, 147; IV, 279
Cruz, António da, I, 438; IV, 286
Cruz, Bento da, IV, 494
Cruz, Bernardo da, abade comendatário de Tibães, I, 86; II, 84
Cruz, Bernardo da, bispo de São Tomé, II, 143
Cruz, Cipriano da, I, 207; IV, 381
Cruz, Cristiano, III, 454
Cruz, Fernando da, III, 127, 130; IV, 390, 453
Cruz, Francisco (padre Cruz), III, 108; IV, 383
Cruz, Francisco da, bispo de Cabo Verde, I, 29, 280; II, 142
Cruz, Gaspar da, I, 284; II, 86; III, 171
Cruz, Guilherme Braga da, I, 319
Cruz, Ivo, III, 299
Cruz, J. C. Pinto da, IV, 37
Cruz, Jerónimo da, I, 218, 438; III, 444; IV, 232
Cruz, João da, I, 285; II, 84; III, 209, 307
Cruz, João da, bispo do Rio de Janeiro, II, 146
Cruz, João da, bispo de Miranda, II, 135
Cruz, João Filipe da, II, 73
Cruz, João Nogueira da, governador eclesiástico de Moçambique, III, 241
Cruz, João Vieira Castro, IV, 48
Cruz, Jorge da, IV, 181, 184
Cruz, José da, IV, 34
Cruz, José Maria Braga da, II, 80; III, 383
Cruz, José Valério da, bispo de Portalegre, II, 140; III, 467-468, 471
Cruz, Lopes da, III, 186, 188, 189
Cruz, Lucas da, IV, 288
Cruz, Luís da, II, 225, 378; III, 266; IV, 491
Cruz, Mâncio da, I, 207
Cruz, Manuel da, bispo de Mariana, e do Maranhão, II, 145
Cruz, Manuel Braga da, IV, 314
Cruz, Marcos da, I, 436
Cruz, Maria do Rosário Themudo Barata Azevedo, II, 394
Cruz, Sebastião da Costa, IV, 506-507
Cruzada (ver também **Bula da Cruzada, Guerra, Reconquista**), I, 67, 86, 88, 137, 139, 145, 196, 276-277, 297, 351, 363, 399, 422, 426, 434; II, **31-38**, 62, 63, 64, 65, 75, 92, 104, 114, 158, 195, 295, 335-336, 346, 379, 381, 383, 388, 418, 462; III, 45, 56, 96, 105, 119, 176, 181, 196, 206, 209, 216, 309, 334-335, 337, 340-341, 394, 442, 443; IV, 74, 158, 282, 289, 301, 305, 343, 397, 399, 400, 450, 479, 480, 505, 515, 519, 520, 521
Cruzada Eucarística (ver também **Apostolado da Oração, Eucaristia**), I, 197, 284; III, 56; IV, 49, 464
Cruzada de Nuno Álvares, II, **38-39**, 341; IV, 303
Cruzados de Fátima (Movimento da Mensagem de Fátima), I, 197, 199, 284; IV, 130-131, 175
Crúzios (ver **Cónegos Regulares de Santa Cruz**)
Cuba (Alentejo), I, 117, 196, 199, 200
Cuba, ilha de, II, 469
Cuba, Estêvão de, I, 193
Cucufate, são, I, 222, 225
Cucujães, I, 206, 207, 208; II, 477; III, 204, 205; IV, 43, 46
Cunctis Sanctorum (1088), bula papal, I, 226
Cunha, Abílio Cardoso Pinto da, IV, 49
Cunha, Agostinho Alves da, IV, 35
Cunha, António Álvares da, I, 7
Cunha, António Cardoso, bispo de Be-

ja e Vila Real, I, 189, 375; II, 141; IV, 112, 346, 349-350
Cunha, Arlindo Magalhães de R. da, IV, 33, 454
Cunha, Domingos da, III, 24
Cunha, Duarte, IV, 34
Cunha, Estela da, IV, 40
Cunha, Euclides da, III, 196
Cunha, Gonçalo Vasques da, bispo da Guarda, II, 137, 311
Cunha, Guilherme Dias da, I, 457; II, 411, 413; IV, 21, 81, 500
Cunha, Helder de Mendonça e, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 110
Cunha, Irineu da Silva, bispo da IEMP, II, 99, 411
Cunha, Jaime, I, 393
Cunha, Joaquim José de Oliveira e, IV, 33
Cunha, João Cosme da, bispo de Leiria e arcebispo de Évora, I, 186; II, 136, 212, 301; III, 128; IV, 392
Cunha, João Nunes da, I, 165
Cunha, João Manuel e Uy da, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Cunha, José Anastácio da, II, 418; III, 333
Cunha, Luís, I, 117, 136; II, 168; IV, 39
Cunha, Luís da, embaixador em França, I, 7; II, 52, 107; IV, 317
Cunha, Luís Álvares da, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Cunha, Manuel da, bispo eleito de Elvas, II, 136, 399
Cunha, Manuel Alves da, I, 54
Cunha, Manuel Baptista da, arcebispo de Braga, I, 174; II, 135
Cunha, Maria Cristina, III, 339
Cunha, Nuno da, inquisidor-geral, cardeal, I, 88; II, 108; III, 7, 332, 427; IV, 234, 317, 495
Cunha, Pedro d'Orey, III, 423
Cunha, Pedro José da, II, 39
Cunha, Rodrigo da, inquisidor-geral, bispo de Portalegre, do Porto, arcebispo de Braga e de Lisboa, I, 249, 452; II, 78, 120, 135, 139, 140, 306, 327, 396; III, 93-94, 96, 100, 103, 141, 147, 406, 466; IV, 5, 11, 13, 15, 31, 136, 243, 279, 370
Cunha, Rui da, representante de Portugal junto da Santa Sé, I, 235; II, 108
Cunha, Simão da, IV, 495
Cunha, Tristão da, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 104, 108, 381
Cunha, Vasco Martins da; III, 16
Cunha, Vasco Pereira da, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 110
Cum Alias (1483), decreto de canonização, I, 434
Cum a nobis (1559), bula papal, IV, 321
Cum ad auris (1619), decreto papal, IV, 391
Cum ad nihil magis (1536), bula papal, II, 366, 447
Cum adolescentium aetas (1563), decreto conciliar, IV, 220
Cum attente (1545), bula papal, I, 435
Cum Itaque, bula papal (1421), I, 67
Cum occasione (1653), bula papal, I, 455; III, 8
Cum Olim, bula papal (1289), I, 425, 431
Cupertino, Joaquim, III, 355
Curado, Diogo, IV, 453, 497
Cúria diocesana, I, 170, 190-191, 228-232, 240-242, 255-257, 360, 415, 419; II, 13, **39-41**, 67-68, 119, 212-214, 312; III, 447, 467, 468; IV, 23, 25, 26, 29, 31-32, 152, 191, 229, 338, 346, 347, 358, 422
Curoli, núncio apostólico, III, 72
Cursilhos de Cristandade, I, 72, 170, 197; II, **40-41**; III, 57, 112; IV, 50, 338, 361, 465, 466
Curwen, John, IV, 82
Cusa, Nicolau de, cardeal, II, 33; IV, 127
Custódia, I, 40
Custódio, Pedro, I, 285

D

Da gente judaica, I, 85
Dacosta, António, III, 456
D'Alembert, II, 415
Dalmática (ver **Vestes litúrgicas**)
Dâmaso, são, papa, III, 293; IV, 65; IV, 131, 155
Dança (ver **Festas, Religiosidade popular**)
Danilevskij, Nicolaj, III, 217
Dantas, António Vitalino Fernandes, bispo de Beja, I, 190, 296; II, 134
Dantas, Júlio, IV, 195
Dantas, Miguel Martins, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 105, 109
Dantas, Pereira, embaixador na Inglaterra, II, 36
Dar à luz..., II, 208
Darwinismo (evolucionismo), I, 94; II, 125, 126; III, 216; IV, 102-103, 188
Daun, João Carlos de Saldanha de Oliveira, primeiro-ministro, marechal, duque de Saldanha, I, 94, 341; II, 109, 404; III, 54; IV, 302
David, rei hebreu, III, 32, 51
David IV, patriarca arménio, III, 445
David, Pierre, II, 73, 326, 330; III, 141, 326, 372-373; IV, 420, 514
Daza, Gaspar, I, 299
De Bello Septensi, II, 376
De Catechisando rudibus, I, 83; III, 410
De Civitate Dei, I, 161; II, 32, 321
De correctione rusticorum, I, 83, 237, 302; III, 117, 222, 368, 410; IV, 266-267, 471
De Graecis errantibus, I, 84
De justitia et jure, II, 160
De justo imperio Lusitanorum asiatico, I, 86; II, 36, 78
De Lazaro, III, 413
De martyrio, III, 413
De modo Sarracenos extirpandi, II, 64, 65
De re diplomatica, II, 72
De schismatibus, I, 84
De spirituali militibus (1966), decreto pontifício, III, 355
De statu et planctu Ecclesiae, II, 364; III, 122, 157, 284
De Statu Regni Portugalliae (1290), II, 116; IV, 276, 314
De vera et falsa poenitentia, I, 445
Deão (ver **Dignidades eclesiásticas**)
Décadas da Ásia, I, 275-276
Decadência I, 314; II, 370, 371; IV, 73, 74-75, 382, 428, 432, 434
Decens esse videtur (1591), I, 276
Decet Romanum Pontificem, bula papal, I, 16; III, 464
Décio, imperador romano, II, 430; III, 437
Decurtins, Gaspar, III, 249
Dedução cronológica e analítica, II, 371; III, 9, 26
Defesa, A, II, 217
Defesa do racionalismo ou análise da fé, II, 266
Degredo, I, 141
Dehon, Leão João, II, 42
Dehonianos (Sacerdotes do Coração de Jesus), I, 397, 485, 486; II, 427; III, 219; IV, 46, 470
Dei Filius (1870), constituição dogmática, I, 411
Del Monte, cardeal, I, 361
Delgado, Francisco Xavier, IV, 28
Delgado, Humberto, III, 384
Delgado, João, III, 24
Delgado, Manuel, III, 254
Delgarte, José, bispo do Maranhão, II, 145
Delumeau, Jean, I, 361, 363, 365, 456; II, 15, 16; III, 223, 429; IV, 87, 88
Delvaux, Filipe José, III, 28
Demanda do Santo Graal, III, 121; IV, 389
Democracia (ver também **Catolicismo social, Liberalismo**, Republicanismo), I, 15-16, 17-18, 171, 249, 278--279, 311, 313, 321, 322, 329, 330--331, 376, 379, 443, 469-470, 490; II, 80, 106, 129, 170, 172, 243-244, 409, 415, 418, 428; III, 54, 55, 59, 60, 64, 67, 107, 166-167, 185, 188, 190, 287, 320-321, 331, 335, 355, 387, 423; IV, 24, 25, 32, 46, 54, 99, 105, 113, 164, 176, 194, 201, 206, 208, 209-210, 212-213, 214, 216-

-217, 312, 337, 377, 428, 436-437, 439-440, 458, 459-460, 505
Democracia cristã (ver **Catolicismo social, Centro Académico de Democracia Cristã, Partidos políticos confessionais**)
Demografia eclesiástica, I, 402; II, 438, 463, 464; III, 13, 14, 29, 160, 162, 173, 204, 205, 214, 219, 220, 221, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 259; IV, 84, 91, 137, 186, 189, 191, 205, 286, 291, 292-293
— **I. Idade Média**, I, 185, 232, 233, 399, 432, 462; II, **43-47**, 82, 292, 293; III, 76, 95, 336, 346, 373, 395; IV, 6, 8, 31, 43, 424
— **II. Do século XVI aos inícios do século XX**, I, 300, 360, 376, 379, 405, 442, 444, 464, 468, 471, 473-474, 475, 480; II, 27, 41, 42, **47-59**, 86, 87, 88, 100, 218, 233, 235, 245, 250, 251, 273, 276, 277, 279, 280, 297, 323, 450, 458, 462, 473, 477; III, 22, 23, 26, 28, 29, 30, 67, 74-75, 81, 86, 103, 109, 112, 153, 154, 155, 156, 157, 173, 204, 224, 227, 228, 230, 319, 321, 324, 325, 334, 346-347, 349, 351--352, 355, 356, 385, 417, 424; IV, 18-19, 20-21, 26, 29, 31, 34, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 80, 96, 107, 131, 151, 152, 169, 172, 175, 177, 206-209, 212, 220, 222, 224--225, 226, 227, 228, 229-230, 231, 233, 294, 309, 314, 321, 327, 328, 345, 359, 360, 459, 485, 490, 498, 501, 502
Demonstracion Evangelica, y destierro de ignorancias judaicas, I, 85
Desamortização, I, 148, 464; II, 240
— **I. Leis medievais**, II, **59-60**, 79, 390, 399; III, 396-397; IV, 8
— **II. Século XIX** (ver também **Extinção das ordens religiosas**), I, 115, 118, 133, 279, 467, 488; II, 19, **60-62**, 400, 402; III, 43, 62--63, 398; IV, 98, 301, 356, 374, 375, 430, 431, 457-458
Descartes, René, II, 6, 160, 414, 417; IV, 125, 360
Descobrimentos (ver também **Línguas indígenas, Missões**), I, 51, 52, 53, 67, 86, 112, 304, 306, 340, 342, 408, 423, 426; II, 6, **62-66**, 84, 157, 159, 175, 186, 274-275, 296, 298--299, 320, 368, 379, 383, 397, 429, 433, 439, 464; III, 11, 19, 91, 124, 148, 158, 159, 196, 205, 207, 215, 237, 272, 283, 288, 340-342, 362, 394, 421, 440; IV, 61, 73, 97, 102, 127-129, 178, 187, 231, 271, 282, 284, 298, 379, 400, 407, 490, 521
Descrição do reino de Portugal, III, 285
Desembargo do Paço, II, 397
Desengano de perdidos..., II, 189-190
Desengano, Amador do, III, 287
Desiderantes ab intimis (1319), bula papal, III, 339
Despouy, IV, 51
D'Étaples, Lefèvre, IV, 127, 277
Deus, Dionísio de, IV, 453
Deus, Jacinto de, III, 162
Deus, João de, bispo do Algarve, I, 446, 447; II, 78
Deus, João de, franciscano, III, 254; IV, 473, 495
Deus, João de, agostinho, I, 454
Deus, João de, escritor, I, 64; III, 134, 144; IV, 454
Deus, Manuel de, I, 88, 309; II, 192; III, 127; IV, 234
Deus, não tenho nada contra, II, 210
Deus, Rodrigo de, II, 192
Deusdado, Ferreira, II, 267; III, 305; IV, 296
Deusdedit, cardeal, II, 75
Deuses indígenas (ver **Paganismo**)
Devocionário musical, III, 298, 299
Devotio moderna (ver **Espiritualidade**)
Devotionis Vestrae, bula papal, III, 194
Dezenas, III, 55
Dezza, P., IV, 296
Dharmapala (João), rei de Kotte, I, 325-326
D'Holbach, II, 417
Diabo (ver também **Bruxaria, Exorcismo**), I, 271, 273, 302; II, 185, 266, 366, 367; III, 132, 135, 168, 210, 230, 253, 267, 268; IV, 75, 144, 146, 149, 212, 264, 265, 266, 267, 268, 494, 502
Diaconado, II, **66-67**, 216; III, 348, 356, 470; IV, 26
Diálogo da conversão do gentio, I, 86, 267
Diálogo evangélico sobre os artigos da fé contra o Talmud dos judeus, I, 85
Diálogo entre o discípulo e o mestre catequizante, I, 85
Diário da Manhã, IV, 400
Diário do Minho, I, 246; III, 188; IV, 112
Diário da Tarde, IV, 21, 48
Diana, Antonino, I, 454
Dianga, I, 218, 220
Dias, A. Jorge, II, 203, 205-206, 207
Dias, Álvaro, II, 282; IV, 454, 455
Dias, André, IV, 396, 446
Dias, Amílcar Vasques, III, 302
Dias, André, beneditino, III, 122
Dias, André, franciscano, I, 84; III, 123
Dias, António Joaquim, vigário-geral da Guiné, II, 323
Dias, António de Sousa, III, 302
Dias, Baltasar, II, 467; III, 285
Dias, Bartolomeu, III, 134, 341
Dias, Carlos Malheiro, IV, 195
Dias, Diogo, III, 76
Dias, Filipe, IV, 450
Dias, Francisco, III, 24
Dias, Francisco Carlos Esteves, bispo do Luso, I, 208; II, 142
Dias, Gaspar, III, 451
Dias, Gonçalo, prior-mor de Santa Cruz, I, 433; IV, 472
Dias, Gonçalo, missionário, II, 346
Dias, Guilherme, I, 95
Dias, J. S. da Silva, I, 100, 163, 319, 495; II, 19, 187, 373, 394, 401; III, 9, 48, 87
Dias, Jaime Lopes, IV, 264
Dias, João, IV, 480
Dias, José de Oliveira, IV, 503, 506
Dias, José do Patrocínio, bispo de Beja, I, 188-89, 190, 191, 193, 196, 198-99, 200, 281, 314, 319; II, 134; IV, 224, 393, 399
Dias, Luís, III, 36; IV, 73, 193
Dias, Luís José, III, 382
Dias, Manuel, bispo do Algarve, I, 385; II, 133; IV, 324
Dias Júnior, Mateus, I, 334
Dias, Mor, I, 431
Dias, Nicolau, I, 174; II, 84, 192; IV, 450
Dias, Pedro, dominicano, IV, 480
Dias, Pedro, jesuíta, I, 59
Dias, Rodrigo, bispo do Algarve, II, 133
Diaz Taño, Francisco, I, 267
Dicionário de literatura medieval..., II, 329
Dicionário geografico, III, 193
Didaskalia, II, 75; IV, 455
Diderot, II, 415, 417
Didimo, II, 111
Difusora Bíblica, I, 293, 294
Dignidades eclesiásticas (ver também **Cabido, Priorado, Vestes litúrgicas**), I, 228, 229, 255, 279, 287, 300, 391, 399, 400-401, 431; II, 39, 40, 43, 66, **67-69**, 74, 212, 312, 362; III, 76, 77, 96, 105, 232, 293, 335, 345-346; IV, 7, 31, 67, 68, 131, 243, 247, 358, 422
Dignitatis Humanae, IV, 197
Dinis I, rei de Portugal, I, 137, 144, 185, 332, 351, 384, 399, 417, 424--425, 438; II, 35, 59, 60, 79, 89, 92, 116, 117, 163, 214, 290, 292, 293, 364, 383, 383, 390, 391, 393; III, 37, 39, 40, 102, 121, 122, 180, 266, 279, 281, 283, 335, 336, 338, 339--340, 376, 396, 399, 402; IV, 9, 57, 157, 276, 314, 353, 424, 425, 516--517, 518, 519
Dinis, Afonso, bispo da Guarda e de Évora, II, 136, 137, 311
Dinis, Júlio, IV, 502
Dinis, Pedro, I, 92
Diocese (ver também dioceses de **Algarve, Angra do Heroísmo, Beja, Braga, Bragança-Miranda, Elvas,**

Évora, Funchal, Guarda Leiria-Fátima, Penafiel, Porto, Viana do Castelo, Vila Real; e África, Angola, Brasil, Cabido, Cúria diocesana, Geografia eclesiástica, Igreja, Macau, Malaca e Singapura, Províncias eclesiásticas, São Tomé e Príncipe, Visitações, Visitas «ad limina»), I, 20, 120, 121-123, 145-146, 154, 310, 332, 338, 353, 354, 355, 356, 357, 361, 363, 373, 375, 378, 399, 416, 417, 431, 439-440, 444, 472, 475, 481, 492, 493; II, 6-7, 7-8, 9-15, 41, 61, 66, **69-72**, 77, 79, 93, 94, 95, 96, 100, 104, 106, 113-114, 118, 124, 125, 127, 170, 232, 241, 242, 281, 285, 307, 336, 345, 346, 363, 368, 404, 405, 456, 457, 459, 461, 477; III, 13, 15, 17, 45, 68, 71, 86, 152, 174, 176, 191, 199, 206, 210, 244-245, 256, 299, 301, 310, 312, 313, 332, 354, 355-356, 364, 373-374, 386, 387, 391, 393, 402, 439; IV, 62, 65, 66, 106, 180, 184, 220, 221, 232, 242, 243-246, 249, 268, 287, 292, 344-345, 375, 376, 378, 394, 512, 514

Diocleciano, imperador romano, I, 222; II, 69, 110; III, 93, 394, 437, 438

Diogo I, rei do Congo, I, 55

Diogo, arcebispo de Braga, II, 131

Diogo, bispo do Porto, IV, 6

Diogo, bispo de Coimbra, II, 132

Diogo, bispo de Lamego, II, 138

Diogo de Carvalho, beato, I, 385; III, 26

Dionísio, Sant'Anna, II, 267

Dioscórides, II, 430

Diplomacia (ver também **Embaixadores de Portugal junto da Santa Sé, Legados pontifícios, Nunciatura de Lisboa, Santa Sé e Portugal**), I, 194, 289; II, 76, 195-199, 244, 320, 367, 398; III, 13, 24, 26, 159, 178, 208, 288, 338, 339, 340, 443, 444; IV, 9, 11, 12, 78, 232, 233, 282, 297, 299, 397

Diplomática, História da, II, **72-74**, 369; IV, 31, 125, 126

Direcção-Geral da Assistência, I, 150

Direito canónico, I, 73, 94, 119, 120-122, 123, 124, 153, 154, 170, 182, 190, 215, 216, 229, 230, 234, 239-240, 245, 255, 272, 277, 360, 362, 364, 392, 394, 404, 407, 410, 411, 413, 414, 415, 416, 418, 419, 420, 425, 435, 442, 446, 450-451, 454, 456, 457, 458-459, 460, 463, 482, 484, 488; II, 6, 8, 9-15, 18, 19, 31, 32, 34, 35, 39, 40, 42, 68, 70, 71, **74-79**, 79-81, 100, 102, 112, 113-114, 115-116, 119, 120, 121-122, 160-161, 183, 202, 212, 213-214, 217, 239, 240-244, 250, 251, 312, 319, 345, 362, 369, 377, 384 388, 390, 391-392, 396, 400, 419, 441, 449, 456-457, 459-460, 461, 477-478; III, 6-7, 23, 40, 41-43, 52, 57, 69-70, 71, 139, 144, 145, 146, 147, 179-181, 262, 284, 298, 324, 326, 327, 347, 348, 355-356, 375, 377-378, 379, 395, 426-429, 446; IV, 23, 31, 86, 135, 136, 141-143, 155-156, 160, 181, 220, 224, 235, 241, 247, 248, 250, 251, 252, 278, 303-305, 310, 312, 323, 329, 330, 331, 332, 333, 340, 344-345, 347, 358, 366, 367, 369, 376, 388, 391, 460-461, 468, 472, 473, 478, 485, 502-503

Direito civil, I, 209-211, 272, 360, 362, 365, 366, 367, 368, 370, 371, 391, 394, 404, 415, 421, 424, 425, 426, 439, 440, 442, 456, 463, 466-467, 468, 470; II, 18, 51, 59-62, 74, 76, 77, 79-81, 89, 162, 232-236, 240-244, 251, 270, 278, 364, 377, 390, 391-392, 396, 400, 402, 403, 406, 408, 409, 415, 416-417, 449, 471; III, 28, 29, 30, 37, 41, 63, 64, 71, 178-181, 200-201, 217, 219, 242, 243, 266, 267, 279, 280, 281, 282, 283, 299, 355, 386, 396-397, 399, 458; IV, 9, 24, 26-28, 66, 68, 79, 94, 97, 98, 99, 100, 208-209, 221, 222, 223, 267-268, 276, 295, 310, 312, 315-316, 317, 318, 319, 320, 429, 437, 457, 458, 464, 476, 477, 478-479, 498

Direitos humanos, I, 311, 312

Disquisitionum magicarum, I, 272

Dissertação sobre a alma racional, I, 89

Dissertações cronológicas e críticas, II, 369

Divindade de Jesus, III, 131-132

Divindade do Filho de Deus Humanado, I, 85

Divini Illius Magistri (1924), encíclica papal, II, 409; III, 422; IV, 216

Divino Amore (1452), bula papal, II, 160

Divórcio, I, 94, 428-429; II, 74, **79-81**, 196, 406; III, 64, 287, 288, 316

Dízimos (ver **Património eclesiástico**), I, 34, 37, 38, 45, 49, 50, 68, 136, 207, 229, 279, 360, 383, 384, 390, 392, 402, 421, 423, 426, 427, 430, 452, 484; II, 9, 91, 92, 93, 94, 95, 97-98, 102, 297, 304, 397, 402, 408; III, 40, 76, 96, 98, 100, 108, 152, 156, 227, 283, 375-376, 389, 401, 403, 404; IV, 27, 47, 57, 198, 211, 221, 371, 402, 430, 473, 476

Do Papa, I, 93

Doctrine sociale de l'Église comme idéologie, La, I, 311

Döderer, Gerhard, III, 302

Domenico, Pêro, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108

Domingo (ver também **Tempo**), I, 321; II, 177, 203, 247, 252, 262-263; III, 53, 74, 222; IV, 22, 211, 256, 259, 275, 338, 385, 462, 486, 488

Domingo, bispo, III, 176

Domingos, bispo de Coimbra, II, 135

Domingos de Gusmão, são, I, 136, 179; II, 81, 82, 85

Domingos Mavura, imperador de Monomotapa, III, 239

Domingos, João, II, 384

Domingues, Afonso, I, 112

Domingues, André, IV, 10

Domingues, Bento, III, 305; IV, 105, 444

Domingues, Domingo, II, 78

Domingues, Geraldo, bispo do Porto, de Palência, e arcebispo de Évora, II, 136, 140; IV, 9

Domingues, José Garcia, III, 95

Domingues, Manuel Pelino, bispo de Santarém, II, 141; IV, 26, 33

Dominicanas, Monjas, I, 151, 195, 394-395, 397, 477; II, 46-47, **81-82**, 186, 469, 471; III, 76, 143; IV, 46, 292

Dominicanos (ver também **Ordens terceiras**), I, 23, 50, 52, 54, 70, 83, 86, 87, 88, 95, 108, 111, 113, 114, 135, 136, 146, 165, 196, 218, 219, 235, 236, 242, 243, 244, 248, 251, 272, 278, 280, 284, 285, 296, 307, 309, 326, 336, 337, 338, 348, 355, 357, 358, 382, 385, 397, 431, 435, 436, 445, 446, 449, 451, 453, 455, 461, 484, 489; II, 19, 23-24, 37, 43, 45, 46, 48, 50, 52, 75, 81, **82-88**, 107, 116, 117, 120, 121, 159, 168, 184-185, 186, 187-188, 218, 233, 264, 265, 293, 314, 321, 346, 347, 365, 383, 385, 431, 435, 441, 442, 449, 460, 463, 467, 468, 471, 472; III, 48, 51, 53, 57, 76, 77, 83, 102, 103, 110, 120, 121, 123, 129, 147, 162, 171, 175, 177, 178, 190, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 238, 241, 267-268, 270, 304, 305, 347, 359, 395, 398, 442, 443, 445, 469; IV, 8, 11, 16, 18, 34, 42, 43-44, 48, 53, 63, 69, 132, 135, 158, 184, 187, 232, 233, 234, 276, 286, 288, 289, 290, 291, 295, 316, 327, 339, 341, 377, 388, 447, 464, 473-478, 479, 480, 485, 489-490

Dominus ac Redemptor (1773), breve papal, III, 27

Domus, I, 109

Donato, II, 115, 159

Donato, Flamínio, núncio apostólico, II, 71

Donato, Francisco Santos, IV, 499

Doroteu, Manuel de Santo António, IV, 453

Dossel (baldaquino), I, 42

Doutrina cathólica para instrução e confirmação dos fiéis, I, 85

Doutrina Cristã, I, 55, 59; II, 188; III, 50, 387
Doutrina Social da Igreja (ver **Catolicismo social; Teologia**)
Doyle, Arthur Conan, IV, 145
Duarte I, rei de Portugal, I, 84, 136, 155-56, 161, 204-205, 212, 286, 301, 332, 409, 446; II, 37, 60, 64, 73, 82, 107, 159, 186, 194, 265, 319, 365, 379, 383; III, 38, 47, 121, 123, 146, 157-158, 285, 294, 309, 340, 341-342, 410; IV, 11, 12, 87, 170, 268, 294-295, 315, 353, 446, 447, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 520
Duarte, infante de Portugal e abade de Tarouca, II, 398; IV, 74, 124
Duarte, prior-mor de Santa Cruz, IV, 315
Duarte Nuno, duque de Bragança, IV, 303
Duarte, Afonso, III, 133; IV, 195
Duarte, António, II, 167, 168; IV, 416
Duarte, Arnaldo, I, 153
Duarte, Bartolomeu, III, 24
Duarte, Francisco, III, 158; IV, 496, 497
Duarte, Urbano, I, 98; III, 422
Dublin, I, 444
Dubois, IV, 444
Duby, George, III, 45
Duchenne, Adolphe, II, 271
Dudum siquidem (1493), bula papal, II, 36
Duff, Frank, III, 72
Dulcídio, bispo de Viseu, II, 133; IV, 352
Dum intra mentis (1574), breve papal, I, 206
Dume (ver **Braga**)
Duparquet, Carlos, I, 24, 62, 63; II, 181
Dupeyron, Pedro, III, 29
Dupin, I, 89; II, 385; III, 7
Dupront, Alphonse, II, 15, 176; IV, 165
Dupuy, Michael, III, 7
Duque da Terceira e Conde de Vila Flor, marechal, primeiro-ministro, I, 72; II, 341
Duran, Tomás, I, 449
Durando, bispo de Lamego, II, 138
Durando, Guilherme, II, 76; IV, 277
Durão, Américo, IV, 195
Durão, António, I, 100, 418; III, 30, 422
Durão, José de Santa Rita, I, 31
Durão, Paulo, I, 100; III, 30, 305, 422
Durazzo, Marcelo, núncio apostólico, III, 71
Durkheim, Émile, II, 15, 251; III, 200; IV, 102-103, 148, 212

E

Eanes, Afonso, bispo do Algarve, I, 45
Eanes, Afonso, prior de Baltar, IV, 58
Eanes, Afonso, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Eanes, Aires, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Eanes, Fernando, II, 151
Eanes, Gil, navegador e cavaleiro de Cristo, IV, 127
Eanes, Gil, escultor, II, 164
Eanes, Gomes, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Eanes, João (III), bispo de Évora, II, 136
Eanes, Vicente, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Eborico, rei dos Suevos, IV, 262
Ebrard, Aymerico, bispo de Coimbra, I, 387; II, 135
Ebrard, Raimundo I, bispo de Coimbra, I, 387; II, 135
Ebrard, Raimundo II, bispo de Coimbra, II, 135
Eça, Pedro Barbosa de, bispo de Leiria, II, 138, 396; III, 75, 81
Eça, Vicente de Almeida de, II, 39
Ecclesia, agência de informações, I, 441; III, 185
Ecclesia, programa de TV, III, 191, 192
Ecclesia Sanctae (1966), *motu proprio*, II, 7
Echeverría, Fernando, III, 136
Echeverría, Xavier, prelado do Opus Dei, III, 324
Ecolampado, IV, 76
Economia (ver também Agricultura, Bula da Cruzada, Comércio, Dízimos, Indústria, **Património eclesiástico,** Pesca, **Pobreza,** Senhorialismo, **Votos de Santiago**), I, 377, 400; II, 9; III, 195, 197-198, 212; IV, 199, 292, 305-306, 359
— **I. Época Medieval**, I, 203, 204, 224, 228, 230-231, 233, 240, 256, 279, 346-347, 348, 349-50, 359, 360, 383-384, 399-400, 401-402, 424-425, 430, 431, 432; II, 13, 34, 47, 59-60, 67, **89-93**, 117, 151, 212-213, 214, 220, 240, 312-313, 365; III, 38, 39-40, 68, 70, 76, 96, 258, 310, 343, 350, 375-376; IV, 5, 43, 62, 91, 92, 305-306, 343, 358, 364, 371-372, 422, 473
— **II. Época Moderna**, I, 69-70, 74, 77, 147, 207, 228, 233-34, 256, 279, 359, 360, 361, 425-426, 433, 435, 452, 460, 462, 464; II, 13, 36, 52, 86, **93-98**, 101, 102, 118, 153, 157, 162, 214, 216, 240, 277, 284, 313, 395, 398, 452; III, 24, 26, 40, 79, 105, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 202, 225, 227, 258, 313, 343-344, 346, 347, 350, 364, 365, 447; IV, 13, 16, 27, 34, 44-45, 94-95, 98, 179, 220, 294, 297, 305-307, 317, 381, 479
— **III. Época Contemporânea** (ver também **Catolicismo social**), I, 72, 197, 229, 234, 256, 279, 352, 371-375, 376, 379, 380, 391, 440, 467-468, 488, 492, 493; II, 8, 13, 14, 40, 57-58, 66, 103, 124, 162, 214, 232-236, 277-278, 297, 402, 415, 459, 469, 472, 477; III, 62-63, 203, 219, 332, 367, 366, 382-383, 385, 386, 388, 447; IV, 19, 20-21, 25, 78, 79, 84, 98, 151, 152, 211, 221, 222, 238, 252, 254, 308, 346, 347, 349-350, **374-379**, 429, 431, 440, 442, 464, 465, 501, 504
Economie et Humanisme, IV, 377
Ecos do Santuário, III, 299
Ecumenismo, I, 100, 154, 213, 412; II, **98-100**, 147, 321, 387, 438-439; III, 360, 423; IV, 80, 129; IV, 210, 219, 253, 384, 402, 466
Ederonio Alvitiz, IV, 41
Editoras e tipografias católicas, I, 97-98, 100, 212, 213, 214, 247, 293, 396; II, 279, 280, 314, 315, 342, 344, 345, 459; III, 30, 137, 183, 186, 299, 300, 417; IV, 37, 96, 151, 227, 313, 403, 442-443, 444, 465
Educadoras Paroquiais, II, **100**
Éfeso, I, 406; II, 62; IV, 181
Efrém, santo, IV, 471
Egas, bispo de Viseu, II, 78, 141; IV, 353
Egas, João, arcebispo de Braga, I, 407; II, 108, 134
Egas, Vicente, IV, 480
Égica, rei dos Visigodos, IV, 364
Egitanense, João, II, 78
Egitânia (ver **Guarda**)
Egressos (ver **Extinção das ordens religiosas**)
Eileuva, III, 395
Eiró, Gonçalo, IV, 50
Ekathotsarot, rei do Sião, IV, 233
Eldebredo, I, 422
Elêusis, II, 174
Eliacheff, C., II, 330
Eliade, Mircea, IV, 103, 149, 166
Elias, profeta, I, 294, 296, 297
Elias, Francisco, II, 166
Elísio, Filinto, II, 418; IV, 499
Elogia da loucura, II, 147
Eloy, António, IV, 254
Eloy, Mário, III, 455
Elpídio, IV, 64
Elsino, IV, 447
Elvas, I, 146, 209, 228, 320, 425, 475; II, 21, 45, 81, 82, 157, 291, 292, 469; III, 38, 279, 280-281; IV, 157, 393, 478
Elvas, diocese de, I, 123, 126, 169, 186, 363, 366; II, 9, 12, 14, **100-103**, 120, 136, 212, 214, 216, 295, 300, 302, 303, 347, 468; IV, 192, 221, 246, 247, 367

Elvira, I, 413; II, 77, 211, 382; III, 93, 371, 410, 413
Embaixadores de Portugal junto da Santa Sé, I, 404, 408, 409, 411-412, 426; II, 18, **103-110**, 398-399; IV, 11, 12, 13, 16
Emerenciano, bispo da Galécia (Lugo), I, 414
Emila, bispo de Coimbra, I, 387; II, 132
Emiliano, Jerónimo, I, 309
Emmerich, Natanael, II, 412
Emparedadas (ver também **Eremitismo**), I, 270, 477; II, 365; III, 257
Empírico, Sexto, IV, 204
Empréstimos e investimentos, I, 464, 467; II, 92, 94, 95; IV, 173
Encarnação, André da, I, 436
Encarnação, António da, bispo de Meliapor, II, 145
Encarnação, Baltasar da, I, 194; II, 153
Encarnação (Santa Cruz), Gaspar da, ministro de Estado, I, 88; III, 5, 427; IV, 234, 235
Encarnação, João da, II, 227
Encarnação, Joaquim da, I, 309
Encarnação, Manuel da, I, 87; II, 228
Encarnação, Pedro da, I, 216
Encarnação, Tomás da, bispo de Pernambuco, II, 368, 371, 382; III, 144
Encerrabodes, António Freire de Andrade, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Enciclopédia luso-brasileira de cultura (Verbo), III, 30
Encyclopédie, I, 89; II, 414, 418
Endoenças (ver **Religiosidade popular**)
Énego, bispo do Porto, II, 132
Enes, António, comissário régio para Moçambique, I, 92; II, 370; III, 242
Enes, Gonçalo (ver Anes, Gonçalo)
Enes, Manuel Bernardo de Sousa, bispo de Macau, Bragança e de Portalegre, I, 78; II, 135, 140, 145; III, 468
Enes, Pedro, abade de Tarouca, IV, 474
Enfitêuse, II, 89-90, 93, 95, 97; III, 401, 403
England, John, II, 411
Engrácia, santa, II, 336, 344
Enoea ou aplicação do entendimento sobre a pedra filosofal, III, 169
Ensino (ver também **Catequese e catecismos, Pedagogia, Pedagogia religiosa, Seminários, Universidade**), I, 20, 22, 23, 24, 28, 29, 34, 35, 36, 49, 52-53, 54, 55, 58, 60, 61, 62-63, 64, 65-66, 67, 70-71, 72, 73, 74, 75-76, 77, 78, 93, 94, 99, 138-139, 145, 146, 148, 149, 152, 168, 171-172, 175, 176, 186, 192, 195, 198, 207, 208, 214, 215, 228, 229, 231-232, 236, 238, 240, 244-245, 248, 264, 266, 270, 279, 282, 284, 289, 292, 293, 296, 316, 320, 326, 331, 351, 352, 353, 354, 356, 357, 359, 360, 362, 366-369, 370, 374, 375, 376, 379, 382, 385, 387, 388, 393, 393-395, 397-389, 400, 403-404, 415, 428, 431, 433, 435, 437, 442, 446, 447, 453-454, 456, 465, 467, 468, 472, 473, 474, 475, 477-481, 483, 486-487, 488, 489, 490, 495; II, 5-6, 7, 12, 13, 14, 16, 18, 43, 51, 54, 66, 67, 76, 80, 82, 84, 86, 87, 92, 100, **110-129**, 147, 148, 153, 163, 176, 178, 181, 198, 199, 213, 214, 215-216, 216-217, 218, 221, 235, 262, 264, 270, 272, 274, 276, 278, 279, 280, 287, 307, 313, 314, 316, 317, 323, 324-325, 341, 368, 369, 370, 373, 376, 381, 385, 389, 404, 406, 408, 409, 411, 414, 416-417, 433, 434, 436, 438, 441, 442, 443, 459, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 478-479; III, 21-22, 23, 26, 30, 34, 41, 43, 50-51, 54, 63, 64, 66-67, 68, 69, 76-77, 78, 79, 82-83, 96, 100, 101--102, 103, 110, 113, 116, 121, 144, 145, 146, 152, 154, 156, 157, 161, 162, 166, 173, 174, 178, 181, 182, 184, 186, 203, 204, 209, 211, 212, 214, 215, 217, 218, 224, 229, 239, 240, 242, 243, 244, 260-261, 280, 286, 293, 294, 295-297, 298, 299, 300, 301, 304, 305, 316, 320, 321, 325, 329, 330, 331-332, 332-334, 334, 346, 376, 386, 387, 389, 405, 407, 410, 411, 443, 453, 454, 463, 465, 466, 468, 470, 472; IV, 17, 19, 20, 23, 33-34, 36, 44, 45, 46, 47, 48, 78, 82, 83, 84, 106-107, 150--151, 152, 163, 173, 189, 192, 198, 207, 216, 226-227, 229, 237, 238, 257, 268, 278, 279, 280, 287, 292, 295, 297, 310, 315, 318, 321, 324, 325, 327, 338, 340, 344, 349, 350, 360, 364, 384, 386, 409, 413-414, 426, 429, 431, 433, 439, 464, 468, 470, 471, 473, 474, 476, 480, 485, 491, 495-497, 498, 499, 501, 506, 506, 512
Entradas, Manuel de, I, 193
Entre-os-Rios, I, 353; II, 20; III, 399; IV, 46, 47
Epicurismo, I, 160
Epidemias (ver também **Morte**), I, 203, 230, 231, 241, 289, 398, 443, 473; II, 34, 44, 82, 83, 84, 90, 233, 285, 375, 431, 478; III, 22, 28, 103, 207, 258, 270-271, 282, 308, 376, 396, 458, 466, 469; IV, 11, 19, 22, 42, 51, 53, 409, 475, 476, 480
Epifania, Manuel da, IV, 490, 496, 497
Epigrafia religiosa, I, 105, 109; II, **129-131**; III, 94, 175, 293, 369-371, 437; IV, 276
Episcopológio (ver também Bispos, **Diocese**), II, **131-146**
Epitome hispana, II, 75
Época, A, III, 383
Erasmo (ver também **Erasmismo**), II, 377; III, 147; IV, 88, 122, 126, 127, 272
Erasmismo, I, 49, 86, 87, 163, 175, 308, 435, 450; II, 16, 18, **146-149**, 174, 196, 321, 367, 378, 384; III, 51, 151; IV, 88, 128, 179, 487
Erdmann, Carl, I, 128, 225; II, 73
Eremitas da Observação Ordinária (ver **Agostinhas**)
Eremitas de Santo Agostinho (ver **Agostinhos**)
Eremitismo, I, 108, 195, 203, 261, 265, 289, 294, 295, 297-298, 300--301, 346, 347, 348, 397, 430, 434, 476, 483; II, 44, 45, 46, **149-154**, 182, 184, 186, 191, 273, 274, 275, 283-284, 316, 346, 365; III, 16-21, 118, 146, 150, 151, 256-257, 258, 398; IV, 41-42, 44, 57, 193, 341--342, 425-426, 472
Ericeira, II, 157; IV, 193
Ericson, Gerald Carl, IV, 83
Ermamento paroquial (ver também **Paróquia**), I, 224, 253; II, 310
Ermesinde, I, 403, 471; II, 9, 181
Ermidas e capelas (ver também **Ex-votos, Festas, Paróquia, Peregrinações, Santuários**), II, **154-158**, 175, 214, 246, 281, 381, 457; III, 46, 100, 132, 160, 201, 306, 326, 342; IV, 27, 51, 52, 65, 112, 267, 315, 320, 349, 381, 394
Ervidel, I, 196, 197
Ervígio, rei dos Visigodos, IV, 364
Ervígio, bispo de Caliábria, II, 131
Escacho, Pedro, mestre da Ordem de Santiago, III, 338, 342
Escada, José, I, 135
Escatologia, II, 183; III, 5-6, 32
Escobar, André Dias de, abade comendatário de Rendufe e Pendorada, I, 205; II, 78, 185, 186; IV, 42, 480
Escobar, Manuel, IV, 495
Escobar, Marina, IV, 451
Escola do Exército, I, 153
Escola Naval, I, 153
Escolápios, I, 356
Escolástica (ver também **Neotomismo, Tomismo**), I, 339-340, 341, 342, 456; II, 5-6, 18, 33, 76, 113, 120, 123, 126, **158-160**, 185, 189, 264, 266, 319, 377, 383, 387, 416, 417; III, 147, 158, 210, 218, 255, 262, 305, 421; IV, 140, 264, 279, 280, 294-297, 389, 454, 479
Escoteiro, O, II, 169
Escoto, João Duns, III, 305; IV, 277, 447, 479
Escoto, Tomás, I, 84, 305; II, 365; III, 122
Escravatura, I, 53, 56, 57, 58, 61-62,

63, 218, 264, 265-266, 266-67, 268, 280, 325, 449; II, **160-162**, 180, 285, 322, 367, 436, 437, 451, 469; III, 26, 166, 170, 205, 242, 279, 283, 395, 461; IV, 187-188, 288, 323, 491
Escudeiro, Aurélio Granada, bispo de Angra, II, 134
Escudo da religião catholica, O, I, 90
Escultura (ver também **Iconografia**), I, 193, 258, 386; IV, 58-62
— **I. Até ao manuelino**, I, 34, 173, 384; II, **162-165**, 183; III, 265, 267, 269, 271-272, 401; IV, 38, 61, 349
— **II. Do manuelino ao romantismo**, I, 35, 37, 168, 173, 207, 300, 396; III, 20, 79, 363; IV, 39, 270, **379-382**
— **III. Do romantismo à actualidade**, II, **165-168**, 274; III, 109; IV, 39-40
Escutismo, I, 170, 197, 312, 389; II, **168-172**, 408; III, 56, 107; IV, 49, 82, 338, 463
Escutismo para rapazes, II, 171
Esgueira, comarca da (ver **Aveiro**)
Esmaragdo, II, 183; III, 256
Esmola (ver **Assistência**)
Esoterismo, II, **172-174**, 268, 386; III, 163, 168, 169; IV, 72, 387, 403, 441
Espaço sagrado, II, 14, **174-178**
Espanha (ver também **Visigodos**), I, 99, 100, 113, 114, 118, 127, 188, 254, 265, 268-269, 270, 289, 291, 292, 293, 296, 297, 299, 308, 336, 337, 338, 345, 352, 353, 365, 373, 379, 381, 385, 386, 394, 403, 405, 416, 426, 471, 480, 481, 491; II, 15, 28, 29, 34, 35, 36-37, 39, 40, 43, 44, 47, 60, 71, 72, 75, 78, 81, 84, 89, 102, 103, 104, 105, 111, 146--147, 148, 156, 188, 189, 265, 272, 274, 275, 276, 279, 292, 297, 298, 300, 301, 320, 321, 322, 346, 361, 367, 373, 374-375, 379, 391, 393, 413, 419, 447, 448, 449, 450, 451, 466, 468-469, 472; III, 8, 15-16, 17, 26, 30, 33, 40, 41, 46, 67, 70, 71, 83, 103, 114, 133, 145, 147, 158, 161, 162, 176, 177, 194, 203, 207, 209, 214, 252, 255, 265, 280, 282, 283, 287, 296, 307-308, 310, 311, 312, 313, 316, 322-323, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 385, 394, 438, 444, 452, 465, 466; IV, 15, 24, 42, 50, 52, 57, 60, 89, 96, 97, 121, 127, 133, 156, 159-160, 165, 176, 183, 193, 226, 241, 253, 273, 277, 286, 287, 301, 327, 328, 364, 380, 381, 385, 412, 465, 488, 505, 515-516, 517, 520
Espatários (ver **Ordens militares**)
Espelho de Cristina, III, 285
Espelho dos christãos novos, I, 85
Esperança, Augusto Almeida, IV, 252
Esperança, Manuel da, II, 115
Esperança, Pedro da, I, 436
Espinha, José, I, 335; III, 25
Espinheiro, Eduardo Alves, IV, 36
Espinho, I, 133
Espínola, Fradique, III, 129, 130
Espinosa, Bento, I, 160; II, 6, 227, 414
Espinosa, Gabriel, IV, 193
Espiritanas (Irmãs Servas do Espírito Santo), III, 243
Espiritanos (Congregação do Espírito Santo), I, 24, 25, 54, 62-63, 64, 65, 66, 67, 75, 76, 100, 196, 248, 283, 284, 397, 442, 489; II, **178--181**, 235, 324, 475; III, 203, 217, 219, 220, 221, 298, 299; IV, 45, 351, 464, 467, 470
Espiritismo, II, 174; IV, 144-145, 211, 403
Espírito Santo (culto do) I, 463-464; II, 35, 131, 156, 157, 179, 208-209, 268, 387; III, 72, 73, 76, 104; IV, 210-211, 236, 403, 409
Espírito Santo, André do, IV, 233
Espírito Santo, António do, bispo de Angola e Congo, I, 56-57; II, 141; IV, 278, 453
Espírito Santo, Arnaldo, II, 182
Espírito Santo, Cristóvão do, III, 444
Espírito Santo, Domingos do, I, 166
Espírito Santo, Gregório do, I, 207
Espírito Santo, Joaquim do, II, 278
Espírito Santo, José do, IV, 279, 494
Espírito Santo, Lourenço do, I, 438
Espírito Santo, Luís do, III, 239
Espírito Santo, Moisés, IV, 105, 260
Espírito Santo, Roque do, IV, 307
Espírito Santo, Vicente Ferrer do, bispo de São Tomé, bispo de Goiaz, II, 143, 145
Espiritualidade (ver também **Eremitismo, Morte, Ordens terceiras**), I, 249-250, 261, 355-358, 398, 460, 482-484; II, 19, 149, 156; III, 35, 322-323; IV, 40-53, 69, 87-90, 197, 350-351, 361, 401
— **I. Época Medieval**, I, 181-82, 286, 351, 353, 434, 446, 448, 449, 462; II, 47, 82, 149-150, 150-52, 164, **181-187**, 217, 346, 365, 383; III, 44, 82, 118, 122, 123, 145, 146, 194, 344, 350, 457; IV, 171-172, 472
— **II. Época Moderna**, I, 77, 270-71, 276, 362-363, 369, 435, 436, 437, 446, 448, 450, 451-452, 454, 455, 456, 462, 463-464, 476; II, 16, 47, 83, 85, 146, 150, 152-153, 156--157, 157-158, 173-174, 179, **187--193**, 218, 285, 317, 345; III, 5-6, 7-8, 17-18, 21, 23, 123, 126-127, 146, 147, 151, 200, 202, 211, 214, 225, 230, 252, 258-259, 330, 344, 350, 352-353, 385, 388, 448, 450; IV, 75, 77, 96, 169, 171-172, 272, 329, 340, 392-396, 410, 413, 425, 453
— **III. Época Contemporânea**, I, 78, 176-77, 197-199, 351-352, 353, 376, 378, 379-380, 389, 392, 405, 466, 468, 469, 481, 482, 484-485, 488; II, 8, 9, 27, 40-41, 42, 81, 100, 160, 218-219, 285, 317, 345, 458, 459, 460, 461, 469, 470, 471, 472, 473-474, 476, 477, 479; III, 57, 60, 72, 73, 86, 110, 133, 136, 163, 173, 174, 203, 205, 218, 230, 287, 299, 324, 334, 385, 417, 448; IV, 23, 26, 77, 80, 131, 153, 173, 340, 377, **382-388**, 454
Espitalité, missionário espiritano, I, 62
Essex, conde de, almirante inglês, I, 46
Estaço, Aquiles, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 107, 108-109, 379
Estaço, Baltasar, IV, 453
Estado Novo, I, 11, 14-15, 16, 17, 19, 20, 50, 82, 94, 99, 100, 129, 134, 151-152, 152-153, 259, 282, 312--313, 316, 321, 322, 330-331, 378, 427-429, 469, 480, 486, 490; II, 39, 80, 99, 127-128, 167, 169, 170, 171, 235, 243, 279, 284, 329, 341, 342, 372, 406-410, 411, 428, 473, 477; III, 30, 56-57, 64, 67, 107, 166, 167-168, 186, 188, 197, 219, 220, 221, 243-246, 259, 317-318, 367--368, 384, 388, 389, 392, 398, 417, 419, 422; IV, 24, 71, 79, 84, 96, 98--99, 163, 174-175, 189, 194, 208--209, 214-217, 223-224, 238-240, 301, 303, 310, 319-320, 341, 358, 386, 399, 428, 436, 438-439, 454, 458, 502, 504-505, 507
Estados Unidos da América, I, 118, 194, 201, 264, 310, 376, 491; II, 8, 66, 409, 412, 413, 414, 437, 471, 472; III, 45, 46, 173, 184; IV, 77, 78, 79, 80, 106, 176, 198, 202, 203, 327, 341, 398, 467
Estante, III, 236
Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas, I, 19, 24, 64, 67
Estatuto Missionário, I, 20, 25
Este, João Baptista d', I, 85
Estela, Diego de, II, 225; IV, 485
Estermann, Carlos, missionário espiritano, I, 24
Estêvão, santo, III, 115, 406; IV, 171
Estêvão, III, 119, 120
Estêvão, bispo da Guarda, II, 137, 311
Estêvão, bispo de Lisboa, II, 139; III, 99, 102
Estêvão, confessor régio, bispo do Porto, I, 408; II, 140; IV, 9
Estêvão, abade de Alcobaça, I, 425
Estêvão, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108

Estêvão, José, I, 176
Estêvão, Tomás, I, 308
Estevens, Manuel Santos, II, 72-73
Esteves, António, II, 192; III, 127; IV, 258
Esteves, Geraldo, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Esteves, João, bispo do Porto, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 106, 108; IV, 34
Estigmatinos, I, 404
Estoicismo, I, 83, 154-155; II, 182, **193-195**; III, 68, 117, 410; IV, 489
Estola (ver **Vestes litúrgicas**)
Estrabão, II, 151; III, 369
Estrada, Francisco, III, 22
Estrada, José Possidónio, I, 90
Estrasburgo, I, 167
Estrela, serra da, I, 272
Estrela, Paulo da, bispo de Meliapor, II, 145
Estremoz, I, 104, 112, 215; II, 19, 21, 45, 100, 218, 274; III, 402
Estremoz, João de, I, 28
Estudos de etnografia comparativa, II, 202
Estudos do CADC, I, 330-331; III, 55, 186
Estudos esotéricos, II, 174
Estudos Sociais, I, 329; III, 55, 249
Etchegaray, Roger, cardeal, IV, 394
Etéria (ou Egéria), II, 382; III, 114-115, 408
Etiópia (ver também **África**), I, 86-87, 291, 309, 405; II, 37, 62, 63-64, 65, 66, 86, 142, 147, **195-199**, 347, 448; III, 36, 206, 213, 237, 394
Etnografia Portuguesa, II, 200, 201-202, 202-203, 372
Etnografia religiosa (ver também **Bruxaria, Ex-votos, Festas, Hagiografia e santidade, Liturgia, Magia, Mariologia, Oragos paroquiais, Peregrinações, Procissões, Rito, Santuários, Superstições, Tempo**), I, 258, 259, 260, II, **199-210**; III, 46, 306-308, 322-323; IV, 99, 129, 329-335
Etsi sancta et immaculata (1557), bula papal II, 295, 439
Etsi suscepti (1443), bula papal, III, 342
Eucaristia (ver também **Liturgia, Rito, Sacramentos**), I, 39, 74, 78, 125, 169, 191, 197, 198, 199, 237, 238, 307, 355, 360, 367, 390, 392, 410, 415, 445-448, 455, 458, 463, 491-492, 494, 495; II, 100, 157, 165, 170, 173, 175, 177, 190, 256, 259, 262, 263, 271, 281, 331, 381, 384, 386, 430, 457, 462; III, 56, 72, 73, 78, 86, 110, 111, 127, 147, 158, 223, 228, 232-233, 344; IV, 16, 52-53, 75-76, 86, 88, 152, 178, 229-230, 247, 256, 259, 272, 278, 338, 358, 384, **388-396**, 411-412, 433, 466, 478, 486, 487
Eugénio II, bispo de Toledo, II, 113
Eugénio III, papa, I, 422, 431
Eugénio IV, papa, I, 193, 286, 298, 408-409; II, 107, 195, 379, 393; III, 150, 153, 154, 341, 349, 353, 389
Eulália, santa, I, 183; III, 438, 439
Eulógio, II, 183
Eusébio, mestre, IV, 277
Eusébio de Cesareia, santo, II, 65, 74-75, 115; III, 116, 145; IV, 512
Eusébio de Vercelli, santo, I, 278, 355; II, 113
Eusébio, Maria de Fátima, IV, 406
Eutrópio, arcebispo de Braga, I, 222; IV, 276
Evágrio, III, 411
Evangelista, João, IV, 497
Evangelização do Ocidente Peninsular (ver também **Arquelogia. I. Paleocristã, Concílios, Hagiografia e santidade, Heterodoxia, Moçárabe, Monaquismo, Patrologia, Priscilianismo, Sínodos, Suevos, Visigodos**), I, 184-185, 222-223, 247, 302, 461; II, 154, 251, 263, 313, 382; III, 75, 93-94, 174, 405-414; IV, 352, 362-364
Evangelii Nuntiandi (1975), encíclica papal, II, 219; IV, 112, 468
Évora, I, 27, 28, 50, 104, 105, 108, 111, 112, 113, 137, 138, 143, 146, 161, 177, 178, 179, 180, 192, 214-215, 217, 287, 295, 297, 299, 300, 304, 307, 425, 434, 449, 450, 474-475; II, 19, 21, 44, 45, 46, 55, 61, 62, 81, 82, 84, 157, 181-183, 274, 279, 293, 366, 376, 391, 447, 448, 450, 451; III, 18, 20, 21, 23, 33, 38, 73, 93, 118, 149, 155, 223, 227, 228-229, 279, 282, 290, 338; IV, 70, 93, 121, 218, 393, 408, 442, 455, 480
Évora, arquidiocese de (ver também **Diocese, Províncias eclesiásticas**), I, 44, 123, 184, 185, 187, 188, 191, 195, 229, 320, 346, 359, 363, 365, 367, 373, 374, 375, 376, 405, 417, 418, 421, 422, 423, 425, 440, 462, 492; II, 9, 12, 13, 44, 54, 55, 58, 77, 95, 100, 103, 124, 132, 136-137, 163, 177, **210-221**, 276, 291, 292, 294, 296, 303, 306, 338; III, 97, 100, 294, 295-296, 297, 298, 347-348, 386, 403, 450; IV, 221, 227, 243, 246, 259, 293, 321, 324, 364, 395, 409, 477, 498
Évora, Afonso de, IV, 481
Évora, Álvaro de, bispo de Ceuta, II, 142
Évora, João de, bispo de Viseu, II, 141, 280; IV, 94-95, 353
Évora, Jorge de, II, 121
Évora, José Maria da Fonseca de, representante de Portugal junto da Santa Sé, bispo do Porto, I, 426; II, 105, 109, 140; IV, 16, 37, 234
Évora, Paulino do Livramento, bispo de Cabo Verde, I, 282, 284
Evreux, Yves d', I, 268
Ex apostilicae sedis (1452), bula papal, III, 338
Ex debito pastoralis Officii (1633), breve papal, I, 337
Ex iniunco nobis divinitus (1679), II, 276
Ex justo nobis desuper (1567), bula papal, I, 206
Ex proximis litteris (1562), breve papal, I, 205
Ex quo singulari (1742), breve papal, I, 337
Examinadores, I, 365
Exarno, bispo de Faro, II, 133
Exegese bíblica, I, 211-213, 215, 436; II, 12, 84, 112, 113-114, 115, 117, 120, 123, 148, 181, 183, 190, **221-229**, 264, 384, 386, 417, 419-420, 430-431; III, 18, 23, 31, 32, 68, 91-92, 107, 117, 122, 125, 138, 143, 145, 146, 147, 178, 262, 405, 407, 410, 413, 430-434, 436; IV, 72, 80-81, 83, 92, 138, 140, 142, 147, 182, 218, 220, 234, 274, 277, 278, 279, 280, 323, 341, 342, 360, 365, 384, 385, 387, 388, 449-450, 471, 472, 491-492, 506
Exército Azul, IV, 176, 465
Exército de Salvação, IV, 80, 209
Exhibita Nobis (1495), bula papal, III, 350
Eximiae devotionis (1496), bula papal, III, 18
Eximiae devotionis (1562), bula papal, I, 205; II, 396
Eximiae devotionis sinceritas (1403), II, 298
Eximiae devotionis sinceritas (1493), bula papal, II, 36
Existencialismo (ver **Filosofia e religião**)
Exorcismo (ver também **Bruxaria**, Diabo), I, 302; II, **229-232**, 252; III, 225, 230
Exortação à guerra, I, 156
Expectação, António da, II, 192; III, 127; IV, 497
Expectação, José da, IV, 497
Exponi nobis (1552), bula papal, II, 310, 442; III, 341
Exposição de Arte Sacra Moderna, I, 135
Expostos (roda) (ver **Assistência**)
Exsurge domine (1521), bula papal, I, 16
Extinção das Ordens Religiosas, I, 24, 27, 28, 30, 31, 49, 75, 77, 90, 115, 133, 149, 150, 166, 175, 188, 195, 201, 208, 216-217, 236, 248, 269, 283, 290, 295, 297, 300, 350, 351, 352, 354, 357, 371, 375, 394, 397, 427, 438, 471, 472, 474, 486, 488-489; II, 19, 53, 81, 86, 87, 97-

-98, 126, 153, 165, 211, 216, 218--219, 220, **232-236**, 278, 279, 284, 314, 370, 371, 375, 385-386, 402, 403, 406, 436, 469, 470, 472, 473; III, 26, 28, 29-30, 52, 62, 109, 161, 162, 173, 204, 214, 217, 221, 237, 241, 243, 289, 290-291, 297, 316, 327, 334, 337, 352, 366-367, 388, 398, 404, 453; IV, 20, 43, 44, 46, 58, 96, 107, 173, 186, 188, 226, 279, 290, 291, 318, 325, 325, 338, 356, 374, 375, 431, 497
Exul Familia (1952), constituição apostólica, III, 198
Ex-votos, II, 129-130, 155, 202, 219, **236-238**, 255; III, 45, 306, 455; IV, 414

F

Fabri, Francisco Xavier, I, 48
Fabriano, Gilio da, IV, 410
Fabrício, Arnaldo, II, 378
Fachiquan, Joaquim, II, 26
Fafe, I, 292
Fafes, Egas, bispo de Coimbra, I, 214, 387, 390; II, 108, 135
Fagundes, Estêvão, II, 160-161; III, 23; IV, 278, 323
Faixa (ver **Vestes litúrgicas**)
Falcão, Albano de Jesus, I, 259
Falcão, Bento de Mena, IV, 19
Falcão, Fernando, I, 204-205
Falcão, João, II, 443
Falcão, José, I, 213; II, 228
Falcão, Manuel Franco da Costa de Oliveira, bispo de Beja, I, 189-190, 191, 196, 197, 199, 317; II, 134; IV, 112, 256-258, 259
Falconi, Francisco, IV, 390
Faldistório (ver **Mobiliário eclesiástico**)
Faleiro, A. Pedro, III, 358
Falperra, I, 208, 296
Falun Gong, IV, 203
Famalicão, I, 405, 472
Família (ver também **Divórcio, Matrimónio**), II, 209, 210, 252, 253, 457; III, 88, 371, 373; IV, 59-60, 203, 218, 344, 363, 402
— **I. Época Medieval e Moderna**, I, 401, 453, 461, 464; II, 27, 29, 31, 39, 43, 46, 178, **239-242**, 362, 363, 366-367, 390, 398; III, 48, 49, 50, 52, 120, 255, 256, 258, 283, 284, 285, 347, 396, 460; IV, 41, 184, 236, 324, 343, 368, 412, 514, 515, 519
— **II. Época Contemporânea**, I, 151, 234, 312, 376, 441, 457, 472, 495; II, 42, 66, 100, 178, 219, **242-245**, 257-258, 261, 331, 334, 363, 366--367, 408, 457-458, 458-459, 473, 474, 477; III, 86, 389; IV, 48, 150, 216, 224, 228, 429, 464, 467, 470, 502
Fano, João de, I, 288
Fargues, A., IV, 341
Faria, A. Molho de, IV, 454, 455
Faria, Adão Vaz de, I, 472
Faria, Antão de, IV, 28
Faria, António Leite de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 110
Faria, Baltasar de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Faria, Basílio de, I, 300
Faria, Francisco, III, 301
Faria, Francisco Freire de, III, 129
Faria, Francisco Henriques, provincial dos Dominicanos, II, 87
Faria, Francisco Leite de, I, 292, 293; III, 251
Faria, Gaspar de, bispo de Angra, II, 134
Faria, Henrique, III, 300
Faria, João de, representante de Portugal junto da Santa Sé, I, 309, 409; II, 104, 108, 398
Faria, João Lopes de, IV, 393
Faria, Joaquim Nunes, IV, 55
Faria, José Custódio de, I, 342
Faria, José Lopes Leite de, bispo de Bragança e Miranda, I, 255, 257; II, 135; IV, 345
Faria, Manuel, III, 300, 301, 302
Faria, Manuel Leite de, IV, 96
Faria, Manuel Severim de, II, 192; III, 126, 128; IV, 323, 492
Faria, Teodoro de, I, 404; II, 137
Faria, Tomé de, IV, 491
Farinha, Afonso Pires, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Farinha, Manuel José dos Santos, I, 99; IV, 503
Farinha, Pedro Sanches, bispo de Angola e Congo, I, 56; II, 141
Farinha, Santos, IV, 507
Fariseus, III, 33
Farnésio, cardeal, abade comendatário de Santo Tirso, bispo de Viseu, I, 206; IV, 43, 354
Farno, bispo de Viseu, IV, 352
Faro (Ossónoba, Santa Maria Al--Harun) (ver também **Algarve, diocese do**), I, 83, 104, 106, 109, 184, 210, 243, 297, 413, 492; II, 21, 133; III, 115, 248, 302; IV, 277, 305
Faro, Fernando de, II, 136
Faro, João de, bispo de Cabo Verde, I, 280-281; II, 142
Farpas, As, III, 131
Farsito, Hugo, IV, 446
Fascismo, I, 311; II, 39, 408; III, 107; IV, 215, 299, 398
Fasíladas, imperador etíope, II, 198
Fastos da Igreja, I, 91; II, 370
Fatela, Joaquim, I, 200; III, 423
Fátima (ver também **Leiria-Fátima, Mariologia portuguesa, Santuários**), I, 14, 18, 98, 116, 133, 189, 191, 192, 197, 198, 199, 294, 296, 313, 352, 378, 380, 389, 441, 469, 492, 495; II, 8, 41, 43, 82, 87, 106, 158, 166, 167, **245-250**, 273, 280, 342, 345, 386-387, 410, 428, 457, 474; III, 86, 109, 111, 134, 173, 181, 188, 190, 199, 259, 300, 302, 305, 363, 417, 455; IV, 23, 51, 71--72, 112, 130-131, 210, 226, 227, 231, 248, 309, 327, 358, 376, 384, 396, 398, 415, 416, 464, 465, 469, 507
Fátima missionária, II, 9
Faustino, III, 412, 413
Faustino, arcebispo de Braga, II, 131
Fé e Luz, IV, 50
Febádio, III, 412
Febronius, Justinus, I, 89; II, 385; III, 7; IV, 98
Fèbvre, Lucien, I, 160; II, 15
Federação das Juventudes Católicas Portuguesas, I, 330, 493; III, 55, 389
Federação Nacional dos Institutos Religiosos Femininos, II, **250**, 251; III, 204
Federação Nacional dos Institutos Seculares, II, **250-251**
Feijão, Mendo, chanceler-mor, I, 331
Feijão, Pedro, I, 332
Feijó, José Luís Alves, bispo de Cabo--Verde, e de Bragança e Miranda, I, 258, 281, 411; II, 135, 142; IV, 499
Feio, António, III, 142; IV, 295, 447, 450, 484, 488, 492
Feio, João Baptista, III, 142
Feio, Manuel, I, 194
Feiter, José, IV, 393
Felgueiras, I, 296
Felici, Angelo, núncio apostólico, III, 72
Feliciana, I, 434
Félix, arcebispo de Braga, II, 131
Félix, arcebispo de Mérida, III, 94
Félix, bispo de Dume, II, 132
Félix, bispo do Porto, II, 132; IV, 5
Félix V, antipapa, I, 409
Félix de Valois, são, IV, 305
Félix, Francisco Maria, III, 108
Felizardo, Herlânder, IV, 83
Felner, Albuquerque, I, 53
Fenélon, IV, 89
Fent, Hugo, IV, 190
Feo, António (ver Feio, António)
Fermo, Serafino da, IV, 272
Fernandes, A. Almeida, III, 326, 327, 375; IV, 5, 6, 28, 420, 421, 422, 423
Fernandes, André, III, 238
Fernandes, António, II, 227, III, 23; IV, 278
Fernandes, António Teixeira, IV, 258, 259
Fernandes, Bartolomeu, III, 237
Fernandes, Bento, II, 226; IV, 278
Fernandes, Carlos, III, 302
Fernandes, Carolina, III, 325
Fernandes, Clara, III, 153

Fernandes, Delfim Guimarães, IV, 105
Fernandes, Domingos da Apresentação, bispo de Aveiro, I, 169, 172; II, 134; IV, 257
Fernandes, Duarte, IV, 232
Fernandes, Francisco, bispo de Fez, I, 218; II, 142; III, 23; IV, 288
Fernandes, Garcia, III, 451; IV, 408-409, 411
Fernandes, Gaspar, I, 194; II, 227, III, 296; IV, 495
Fernandes, Gonçalo, IV, 275
Fernandes, João, organista, III, 358
Fernandes, João, irmão converso jesuíta, III, 12
Fernandes, João, impressor e professor universitário, II, 147, 377, 378; III, 148
Fernandes, Julião, bispo do Porto, I, 390; II, 140; IV, 8, 10, 26-27, 28, 29, 33
Fernandes, Lopo, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Fernandes, Manuel, I, 206, 309; III, 23, 127; IV, 447
Fernandes, Manuel António da Ressurreição, I, 255, 259
Fernandes, Mateus, I, 112; III, 19
Fernandes, Melícia, III, 48
Fernandes, Pedro, IV, 410
Fernandes, Rodrigo, bispo da Guarda, II, 137, 311
Fernandes, Rui, IV, 426
Fernandes, Teresa, I, 137
Fernandes, Valentim, II, 64; III, 121, 148; IV, 128
Fernandes, Vasco (Grão-Vasco), I, 397; II, 429; III, 450; IV, 61, 360, 407, 408, 409
Fernandes, Vasco, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Fernandéz, Gregório, IV, 381
Fernandéz Pecha, Pedro, III, 16
Fernando I, imperador do Sacro-Império, IV, 123
Fernando I *Magno*, rei de Leão e Castela, I, 202, 224, 232, 387, 416; II, 36, 112, 113, 289; III, 256, 374; IV, 6, 91, 352, 421, 423, 424, 512, 513, 514
Fernando II, rei de Leão, III, 338
Fernando III, santo, rei de Leão e Castela, II, 116, 337
Fernando VII, rei de Espanha, IV, 301
Fernando I, rei de Portugal, I, 34, 232, 332, 345, 346, 418; II, 59, 104, 290, 312, 365; III, 38-39, 103, 282, 309, 350; IV, 10, 97, 157, 314, 480, 520
Fernando II, rei de Portugal, I, 115, 133
Fernando de Áustria, infante de Espanha e vice-rei de Portugal, I, 36
Fernando, beato, infante de Portugal e duque de Beja (Infante Santo), I, 185, 205, 214, 248, 446; II, 82-83, 151, 186, 341, 343, 346; III, 45, 122, 150, 158, 339, 341, 481, 482, 521
Fernando, duque de Bragança, II, 337
Fernando, duque de Viseu, governador da Ordem de Cristo, III, 340, 342
Fernando, bispo de Coimbra, II, 135
Fernando, bispo de Lamego, IV, 236
Fernando I, bispo de Évora, II, 136
Fernando II, bispo de Évora, II, 136
Fernando, João, III, 18
Fernão Afonso, III, 123
Ferrado, Baio, IV, 472
Ferrand, conde de, IV, 299
Ferrão, José Maria, IV, 501
Ferrão, Julieta, IV, 406
Ferrão, Martens, II, 109; III, 366
Ferrara, I, 211, 408-409; II, 376
Ferraz, Afonso, bispo da Guarda, II, 137, 311
Ferraz, Agostinho, IV, 455
Ferraz, António Paes, IV, 74, 264-265
Ferraz, João, I, 238
Ferraz, João Afonso, bispo de Ceuta, e da Guarda, II, 137, 142, 311
Ferraz, João José da Cunha, I, 72
Ferraz, Joaquim Ferreira, III, 81
Ferraz, Joaquim Pereira, bispo de Bragança e Miranda, e de Leiria, II, 135, 138
Ferraz, José Telmo, I, 259
Ferrazzetta, Arturo Settimio, bispo da Guiné, II, 324
Ferreira de Aves, I, 201; II, 22
Ferreira do Alentejo, I, 199, 200
Ferreira do Zêzere, I, 390
Ferreira, Alberto, I, 161
Ferreira, Álvaro, bispo de Coimbra, II, 136
Ferreira, André, I, 450
Ferreira, António, II, 194; IV, 451, 489
Ferreira, António, ceramista, IV, 61, 62
Ferreira, António Alves, bispo de Viseu, II, 141; IV, 357, 358, 360
Ferreira, António Dias, prelado de Moçambique, bispo de Angola e Congo, II, 142, 143
Ferreira, Augusto, IV, 5
Ferreira dos Santos, barão de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Ferreira, Bento, III, 240
Ferreira, David Mourão, III, 136
Ferreira, Ernesto, IV, 79, 83
Ferreira, Francisco Leitão, IV, 495
Ferreira, Gomes, prior-mor de Santa Cruz, I, 433, 435
Ferreira, Guilherme Luís Santos, IV, 82
Ferreira, J. A., IV, 442
Ferreira, Januário Torgal, bispo aux. para as Forças Armadas, III, 356
Ferreira, João, IV, 444
Ferreira, João, prefeito apostólico da Guiné, II, 142, 324
Ferreira, João Albino Pinto, IV, 406
Ferreira, João Gomes, bispo de Cochim, II, 144
Ferreira, João da Silva, I, 309; IV, 16
Ferreira, José, III, 301; IV, 393, 453
Ferreira, José Augusto, I, 97, 245; II, 326-327, 371; IV, 5
Ferreira, José Freitas, IV, 392, 456
Ferreira, José Maria Cabral, IV, 50
Ferreira, Luís, III, 136
Ferreira, Manuel, escultor, III, 79
Ferreira, Manuel, I, 386; III, 29; IV, 495
Ferreira, Manuel Marques, pároco de Fátima, II, 245
Ferreira, Manuel de Oliveira, IV, 37
Ferreira, Manuel Pinto, IV, 36
Ferreira, Orlando, I, 378
Ferreira, Silvestre Pinheiro, I, 341; II, 266; III, 329, 333
Ferreira, Virgílio, I, 161; II, 268, 314; III, 137
Ferreirim, II, 19; IV, 408, 426
Ferrieri, Inocêncio, núncio apostólico, III, 72
Festas (ver também **Tempo**), I, 177, 198, 199, 238, 303, 309, 389, 401, 436, 456, 460, 464, 465; II, 19, 154, 155, 175-176, 204, 206, 207, 208, 242, **251-263**, 317, 344, 387, 440, 444, 462; III, 32, 36, 40, 41, 55, 134, 141, 199, 222, 225, 282, 306, 308-309, 326, 376, 389, 448, 458, 467, 469; IV, 24, 27, 52, 60, 67, 68, 70-71, 72, 95, 111, 114, 121, 132, 135, 154, 165, 173, 184, 188, 231, 243, 275, 307-308, 309, 361, 384, 385, 394, 446, 476, 482, 484, 485, 488, 500, 503
Festas do Espírito Santo, As, II, 208-209
Feudalidade (ver Senhorialismo)
Feudo, Pedro, bispo do Porto, IV, 8
Feuerbach, Ludwig, I, 160; IV, 138
Feyo, Elisa (Irmã Maria do Santíssimo Sacramento), IV, 225
Feyo, João Barata, II, 167, 168; IV, 39, 415, 416
Fiadeiro, José Damasceno, II, 39
Fialho, José, bispo da Guarda, bispo de Olinda (Pernambuco), arcebispo da Baía, II, 138, 145, 146, 311
Fialho, Manuel, II, 101
Fiandor, António Ferreira, bispo da ILCAE, II, 413; IV, 78, 208
Ficarelli, Francesco, III, 28
Fichte, Johann G., II, 126
Ficino, Marsilio, II, 146; IV, 126
Fides, religio, moresque Aethiopum..., II, 147, 196, 445
Figa, A, II, 202
Figanière, Frederico de, visconde, II, 174
Figueira, Baltazar Gomes, III, 452
Figueira, Diogo Nunes, bispo de Macau, I, 193; II, 144

Figueira, Luís, I, 268
Figueira da Foz, I, 394, 395, 396, 397; II, 89, 99, 154, 412; III, 186; IV, 313
Figueiredo, Alberto, IV, 360
Figueiredo, Anastácio de, II, 416
Figueiredo, Antero de, I, 101; III, 134; IV, 195, 454
Figueiredo, António Pereira de, I, 89, 212, 286, 288; II, 189, 228, 327, 369, 382, 385, 401, 416; III, 7, 9, 147, 297, 328, 329, 332; IV, 80, 253, 280
Figueiredo, Bernardo António de, bispo do Algarve, I, 47; II, 133
Figueiredo, cardeal (ver Melo, Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e)
Figueiredo, Cristóvão, I, 397; III, 451; IV, 408
Figueiredo, Estêvão Brioso de, bispo de Pernambuco e do Funchal, II, 137, 146; IV, 323
Figueiredo, Eurico de, IV, 82
Figueiredo, Francisco de Assis, I, 396; IV, 442
Figueiredo, Jackson de, IV, 299
Figueiredo, João da Mota, II, 316
Figueiredo, Joaquim dos Santos, bispo eleito da ILCAE, II, 411, 413; IV, 500
Figueiredo, José de, III, 291; IV, 406
Figueiredo, Luís Álvares da Cunha, arcebispo da Baía, II, 109, 145
Figueiredo, Manuel de, I, 37, 351; II, 121; III, 447; IV, 496, 497
Figueiredo, Manuel de Ribeiro de, IV, 499
Figueiredo, Mário de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 80, 110; III, 54, 384
Figueiredo, Martinho de, II, 146, 376-377
Figueiredo, Sebastião Gomes de, II, 226
Figueiró dos Vinhos, II, 20; III, 454
Figueiró, Pedro de, I, 436; II, 225-226; III, 147; IV, 278
Figueiroa, Francisco C. de, IV, 317
Figueiroa, Joaquim Borges de, bispo de Mariana, e arcebispo da Baía, II, 145
Filangieri, Gaetano, II, 416
Fileno, Alberto Rosado, IV, 455
Filhas de Maria (ou Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo) (ver também **Irmãs de São Vicente de Paulo**), III, 203; IV, 49, 226, 462
Filhas do Coração de Maria, I, 72, 76, 78, 197
Filhos de Adão, filhas de Eva, II, 208
Filimiro, bispo de Lamego, II, 132; IV, 421
Filipa de Lencastre, rainha de Portugal, I, 286; II, 36, 37, 64, 104, 164; III, 123, 141, 481
Filipe II, rei de França, IV, 480
Filipe IV, o *Belo*, rei de França, I, 209, 407; III, 339
Filipe II, rei de Espanha (I de Portugal), I, 206, 207, 297, 300, 436; II, 36, 64, 84-85, 275, 301, 375, 396, 467; III, 15, 17, 78, 209, 313, 397, 443-444, 465; IV, 15, 43, 70, 97, 123, 159, 165, 180, 181, 193, 268, 316, 354, 447
Filipe III, rei de Espanha (II de Portugal), II, 198, 396; III, 16, 313, 397, 444; IV, 97, 159, 165, 273
Filipe IV, rei de Espanha (III de Portugal), I, 85, 436; II, 28, 161, 396; III, 81, 313, 397, 466; IV, 97, 159, 165
Filipe, *o Bom*, duque da Borgonha, II, 62; III, 150
Filipe, são, I, 324
Filipe, bispo de Lamego, II, 132; IV, 421
Filipe de Bérgamo, II, 64
Filipe Mavura, imperador de Monomotapa, III, 239
Filipe de Neri, são, III, 103, 330
Filipinas, I, 338, 405; II, 438; III, 14, 15-16, 161-162, 212; IV, 151, 286, 287
Filosofia e religião, I, 76, 99, 160, 166-167, 244, 292, 305, 339-343, 352, 362, 375, 393, 394, 411, 433, 457; II, 5-6, 9, 18, 115, 122, 123, 126, 128, 146-148, 158-160, 185, 191, 193-195, **263-269**, 368, 387, 417; III, 23, 33, 121, 157-158, 161, 169, 210, 216, 304-306, 333-334, 421; IV, 37, 126, 127, 138, 294-297, 311, 317, 321, 322, 387, 394, 404, 499
Finlândia, I, 63
Fino, Guy, I, 135
Fiôncio, bispo de Lamego, II, 132; IV, 421
Firenze, Eugénio da, I, 60
Firmino Materno, III, 407
Firmo, bispo de Viseu, II, 133;
Firrao, Giuseppe, núncio apostólico, I, 7; II, 381; III, 71, 314
Fischer, Joseph, I, 70; IV, 127
Flaviano Recaredo, arcebispo de Braga, II, 131
Flávio, bispo do Porto, II, 132; IV, 5, 445
Flávio Josefo, I, 160; III, 145; IIV, 517
Fleury, cardeal, I, 309; IV, 280
Fleury, Michel, IV, 100
Flor de Lis, II, 170
Flora, Joaquim de, II, 35; III, 196; IV, 75
Florença, I, 204, 408-409; II, 26, 195, 376; III, 359, 442; IV, 11, 42; IV, 139
Flores, Francisco, IV, 480
Floro, I, 182
Flos Sanctorum, I, 243; II, 186, 336-337; III, 121, 146
Flower, Frederico W., II, 413; IV, 208
Focolares (movimento dos), IV, 50-51, 361, 378, 466
Fogaça, João, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Folclore (ver **Etnografia religiosa**)
Folgado, Aníbal, I, 263
Folha Açoriana, I, 76
Folhas Caídas, III, 131
Folieto, Hugo de, II, 419; III, 122
Folquini, Guilherme, núncio apostólico, IV, 9
Fomes (ver **Assistência**)
Fonseca, Alberto Diniz da, I, 318, 493; II, 321; III, 54, 383; IV, 174-175
Fonseca, Álvaro Diniz da, I, 318, 493; III, 54
Fonseca, António da, II, 84, 221, 222; III, 147; IV, 278, 486, 491
Fonseca, António Manuel da, III, 453
Fonseca, António Valente da, bispo de Vila Real, II, 141; IV, 345-346, 348, 349
Fonseca, Bélard da, IV, 406
Fonseca, Belchior da, I, 397
Fonseca, Bento da, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Fonseca, Carlos da, IV, 33
Fonseca, Francisco da, II, 211; IV, 451
Fonseca, Francisco Gomes da, IV, 37
Fonseca, Francisco Lopes de Azevedo Velho (visconde e conde de Azevedo), representante de Portugal junto da Santa Sé, I, 91, 92; II, 109; III, 131-132; IV, 48
Fonseca, Gaspar da, bispo do Porto, II, 109, 140
Fonseca, Gaspar Rego da, bispo do Porto, IV, 15-16
Fonseca, João, I, 455
Fonseca, João da, I, 309, 456; III, 23, 50, 128; IV, 390
Fonseca, João Vicente da, arcebispo de Goa, I, 423; II, 144
Fonseca, Joaquim Diniz da, I, 318, 330, 493, 495; III, 54, 383; IV, 393
Fonseca, José Diogo da, I, 92
Fonseca, Júlio da, I, 133
Fonseca, Luís da, I, 284, 285; IV, 233
Fonseca, Luís Gonzaga da, I, 98
Fonseca, Manuel da, I, 219, 220
Fonseca, Manuel Frutuoso da, I, 315; III, 353, 389; IV, 37, 49, 435, 442
Fonseca, Manuel Jorge da, I, 404
Fonseca, Manuel Temudo da, II, 78
Fonseca, Pedro da, I, 393; II, 5-6, 160, 265, 385; III, 23, 69; IV, 278, 295, 322, 323
Fonseca, Pêro Mendez da, IV, 294
Fonseca, Tomás da, I, 95, 98
Fontana, José, I, 91
Fontana, Roberto, núncio apostólico, II, 71
Fontanelle, II, 417
Fontanes, A. J. Peres, III, 358
Fonte da Arcada, I, 231

Fonte da Arcada, João de, II, 322
Fontenay, Jean, I, 335
Fontes, António de, I, 386; IV, 297
Fontes, António Lourenço, II, 330
Fontes, Ferreira, IV, 443
Fontes, João Ferreira, IV, 503, 506
Fontes, Luís, I, 108
Fontes, marquês de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Foreiro, Francisco, I, 87; II, 84, 221, 223-224, 264, 384; III, 69, 147; IV, 278, 491
Forjaz, António Pereira, III, 383
Formigão, Manuel Nunes (pseud. visconde de Montelos), I, 98; II, 245-246; IV, 130-131, 174-175, 227
Fornos de Algodres, I, 390
Fortes, Manuel de Azevedo, III, 9, 333
Fossombrone, Francisco, I, 288
Fossombrone, Rafael, I, 288
Foucauld, Charles, II, 150
Fox, Gastão de, bispo de Évora, IV, 477
Frade, Augusto, III, 301
Frade, Manuel, III, 301
Frades Eremitas de São Jerónimo (ver **Jerónimos**)
Frades julgados no Tribunal da Razão, Os, I, 90; II, 98
Frades e os Jesuítas, Os, I, 90
Fradilano, I, 215
Fradulo, bispo do Porto, II, 140
Fragata, Júlio, II, 160; III, 30, 305
Fragoso, Carlos de Sá, bispo de Meliapor, II, 145
Fragoso, Damásio Jacinto, II, 125; IV, 281, 318, 499
Fragoso, João Baptista, II, 161; III, 23
França, (ver também Avinhão, Invasões Francesas, Lião, Paris), I, 32, 59, 61, 62, 66, 93, 102, 116, 118, 119, 127, 128, 152, 202, 209, 264, 266, 267-268, 285-286, 289, 290, 294, 298, 310, 314, 327, 333, 335-336, 337, 338, 344, 345, 346, 347, 348, 350, 351, 365, 366, 381, 382, 383, 384, 386, 388, 394, 407-408, 409, 411, 416, 434, 442, 444, 460, 470, 471, 472, 473, 475, 481, 489, 491; II, 12, 15, 34, 36, 42, 64, 66, 69, 70, 75, 79, 80, 81, 85, 87, 105, 113, 146, 148, 162, 178, 182, 183, 184, 234, 265, 269, 270, 271, 272, 289, 308, 318, 319, 320, 322, 323, 331, 334, 373, 378, 379, 389, 392, 414, 418, 419, 430, 434, 436, 445, 460, 474, 476, 477; III, 8, 26, 46, 51, 53, 55, 62, 65, 66, 67, 68, 82, 83, 84, 106, 107, 109, 111, 114, 116, 117, 118, 141, 145, 160, 163, 164, 165, 172, 174, 178, 180, 190, 204, 213, 214, 215, 217, 218, 255, 261, 262, 285, 298, 299, 304, 310, 313, 314, 315, 330, 333, 334, 339, 356, 374, 388, 389, 414, 439, 452; IV, 24, 42, 47, 49, 56, 57, 63, 65, 66, 74, 76, 92, 97, 106, 107, 127, 132, 133, 134, 159, 160, 161, 163, 173-174, 175, 190, 198, 202, 214, 233, 243, 248, 255, 271, 291, 299, 300, 324, 326, 327, 340, 341, 356, 362, 364, 369, 380, 384, 385, 396-397, 426, 434, 435, 437, 464, 465, 466, 468, 474, 486, 498
França, António d'Oliveira Pinto da, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 110
França, António da Penha de, bispo de São Tomé, II, 143
França, José Pinto da, representante de Portugal junto da Santa Sé, IV, 20
França, Luís de, III, 190; IV, 105
Francês, Manuel Bocarro, IV, 74
Franciscanas de Nossa Senhora das Graças, Congregação das Servas, II, **273**
Franciscanas Missionárias de Maria, Instituto das, I, 24, 66, 67, 151, 196, 248, 261, 479, 482; II, **269-271**, 324; III, 162, 218, 220, 243; IV, 225
Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, I, 248, 472, 479; II, **271-273**; IV, 47
Franciscanos (ver também **Capuchinhos, Ordens terceiras**), I, 23, 49, 52, 54, 56, 57, 60, 70, 71, 74, 75, 77, 78, 84, 85, 90, 98, 100, 108, 111, 128, 136, 146, 147, 159, 161, 163, 164, 186, 191, 195, 197, 213, 218, 219, 221, 235, 236, 242, 248, 250, 258, 260, 265, 267, 268, 280, 282-283, 284, 285, 296, 309, 325, 333, 336, 337, 338, 339, 348, 353, 355, 357, 358, 382, 385, 397, 431, 434, 435, 445, 446, 449, 450, 456, 461, 472, 484, 489; II, 19-23, 26, 35, 43, 45, 46-47, 48, 50, 54, 75, 78, 86, 107, 116, 117, 120, 121, 126-127, 150, 152, 159, 160, 184-185, 186, 187, 189, 218, 233, 235, 262, 269, **273-280**, 281, 283-284, 293, 314, 316, 321, 322, 323, 324, 346, 365, 369, 374, 383, 385, 431, 435, 441, 442, 460, 464, 465, 466, 467, 468, 472, 478, 479; III, 5, 15-16, 46, 48, 53, 55, 58, 76-77, 79, 102-103, 110, 120, 122, 123, 131, 133, 143, 147, 155, 157, 158, 161-162, 172, 175-176, 177, 178, 206-207, 208, 209, 210, 211, 214, 217, 219, 220, 221, 224, 225, 227, 228, 230, 240, 243, 244, 245, 250-251, 258, 259, 266, 267-268, 270, 295, 299, 302, 304, 305, 347, 359, 382, 395, 398, 450; IV, 8, 18, 33-34, 43, 44, 48, 51, 52, 54, 61, 69, 73, 88, 122-123, 153, 158, 178, 179, 180, 181, 184, 190, 225, 233, 234, 276, 305, 316, 325, 339, 341, 350-351, 353, 355, 383, 386, 388, 409, 414, 426, 436, 443, 447, 462-463, 473-478, 479, 480, 490, 521
Francisco I, rei de França, I, 409
Francisco, Amador, III, 79
Francisco Aranha, beato, I, 249; III, 26; IV, 495
Francisco de Assis, são, I, 175, 179, 260, 266, 288, 299, 353, 484; II, 85, 273, 365; III, 133, 175, 206, 348, 349, 351, 354; IV, 60-61, 272, 413, 474
Francisco de Borja, são, I, 244; II, 219; IV, 124
Francisco Marto, beato, II, 245, 246, 345; III, 58
Francisco Pacheco, beato, III, 26
Francisco de Sales, são, II, 189; III, 128, 334, 349
Francisco de Sevilha, III, 120
Francisco Xavier, são, I, 102, 158, 165, 218, 275, 306, 309, 326; II, 277, 433, 439, 465, 466; III, 12, 21, 159, 170, 181, 206, 209, 237, 363, 443, 452, 458; IV, 285, 413, 414, 491
Franco, António, III, 24, 222; IV, 484
Franco, António de Sousa, I, 16
Franco, Francisco, escultor, I, 116; II, 167-168
Franco, Henrique, IV, 39
Franco, João, dominicano, III, 129, 272; IV, 450, 453, 484
Franco, João, primeiro-ministro, I, 309; II, 125; III, 204; IV, 503
Franco, José, IV, 62
Franco, Marcelino António Maria, bispo do Algarve, I, 47, 48, 50; II, 133; IV, 503
Fransotii, Giacomo Filippo, núncio apostólico, III, 72
Frassineti, Paula Angela Maria, II, 472; III, 110
Fraternidade Franciscana da Divina Providência, I, 196, 482; II, 271, **280-281**; IV, 224
Frazer, James, IV, 102
Frederico I, *Barba-Ruiva*, imperador do Sacro Império, II, 32, 63; III, 196
Frederico II, imperador do Sacro Império, I, 407; II, 35, 390; IV, 157
Fredulo, bispo do Porto, IV, 9
Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), III, 245
Freire, Anselmo Braancamp, II, 39; III, 418
Freire, António, I, 194; IV, 450, 491
Freire, Domingues, I, 295
Freire, Donaciano de Abreu, IV, 503, 506
Freire, Francisco José (pseud. Cândido Lusitano), II, 227; IV, 496
Freire, João, II, 227
Freire, Jorge, IV, 14
Freire, José, missionário jesuíta, III, 241

Freire, José Geraldes, I, 101, 123
Freire, José Ilídio, IV, 78
Freire, Melo, II, 416
Freire, Natércia, III, 136
Freitas, António de, IV, 322
Freitas, Barjona de, primeiro-ministro, II, 303
Freitas, Frederico de, III, 302
Freitas, Gaspar de Abreu, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Freitas, José Joaquim de Sena, I, 26, 92, 95, 96, 97, 167, 213, 341, 376, 377, 443, 457; II, 267; III, 53, 380, 381, 382, 422; IV, 21, 223, 281, 340, 435, 453, 499, 503
Freitas, Manuel Costa, II, 160
Freitas, Nicolau de, I, 180
Freire, Paulo, I, 316
Freire, Pedro Lupina, II, 448
Freitas, Serafim de, I, 86; II, 36, 78
Freitas, Teixeira de, I, 91; IV, 442
Freixo de Espada à Cinta, I, 233, 244, 453; III, 329; IV, 336
Freud, Sigmund, IV, 102-103, 138
Frias, Pedro, IV, 193
Friburgo, I, 167; III, 56
Friedberg, Emil, II, 76
Frissens, J. M., III, 259
Froarengo, bispo de Coimbra, II, 132
Froarengo, bispo do Porto, IV, 6
Froarico, bispo do Porto, II, 132; IV, 5
Fróis, João de, IV, 480
Fróis, Luis, I, 194; II, 26; III, 10, 24
Frontal (ou antipêndio), I, 42
Frumarius, III, 408
Frumento, Alessandro, núncio apostólico, III, 71
Fürstenberg, Maximiliano de, núncio apostólico, III, 72
Frutuoso, são, arcebispo de Braga e bispo de Dume, I, 202, 235, 249, 250, 382; II, 46, 110, 111, 112, 131, 132, 150, 182, 328, 336, 343, 346, 373; III, 68, 114, 117-118, 255, 256, 407, 439; IV, 165, 169, 364, 445, 473
Frutuoso, mártir, bispo de Tarragona, III, 438
Frutuoso, Domingos Maria, bispo de Portalegre, II, 140; III, 305, 469
Frutuoso, Gaspar, I, 70, 74
Frutuoso, Manuel Rosa, II, 87
Frutuoso, Manuel, bispo de Portalegre, II, 87
Fulconis, Francisco Xavier, II, 472; III, 28
Fulgêncio, bispo de Écija, IV, 362
Funchal, I, 135, 177, 295, 320, 354, 443, 474; II, 42, 43, 47, 120, 167, 168, 270, 375, 477; III, 213, 362, 451; IV, 313, 409, 416, 462, 485
Funchal, diocese do (ver também **Diocese, Províncias eclesiásticas**), I, 21, 53, 68, 69, 113, 123, 173, 188, 265, 280, 324, 363, 366, 368, 375; II, 9, 12, 43, 48, 58, 105, 137, **281-288**, 294, 295, 298, 299, 439; III, 100, 159, 177, 187
Fundações de inspiração católica, I, 196, 200
Fundão, I, 464
Fundo Nacional de Assistência, I, 150
Furtado, Paio, bispo de Lamego, II, 138
Fusculi, Francisco Monte, IV, 297

G

Gabão, I, 65
Gabriel, João, arcebispo ortodoxo, IV, 210
Gabriel, Manuel Nunes, II, 142
Gadamer, Hans-Georg, IV, 298
Gaeta, Antonio da, prefeito apostólico de Matamba, I, 56
Gaetano (Caetano) da Thiene, são, IV, 271, 272
Gafaria (ver **Assistência**)
Gago, Baltazar, I, 309
Gaia, I, 113, 139, 352, 392, 464, 471; II, 20, 27, 47, 89, 166, 411, 413; IV, 39, 43, 45, 46, 47, 51, 78, 84, 96, 394, 415
Gaiato, O, III, 320; IV, 54
Gaiffier, Baudouin de, II, 338
Gailhac, Pierre Jean, IV, 106
Gaio, João Ribeiro, bispo de Malaca, II, 145
Galamba, Carlos, III, 320; IV, 54
Galão, Joaquim Cordeiro, III, 297
Gales, João de, IV, 477
Galharde, Germão, I, 304, 308; II, 148, 445; III, 148; IV, 450
Galheta, I, 41
Galicanismo (ver **Regalismo**)
Galileu, IV, 125
Galimberti, cardeal-prefeito dos Negócios Eclesiásticos Extraordinários, II, 405
Gallea, José, II, 9
Gallus, Tomás, II, 185
Galo, Manuel da Sousa, IV, 396, 450Galrão, António da Madre de Deus, bispo de São Paulo, II, 146
Galvão, António, II, 465, 466
Galvão, Duarte, II, 65, 108, 115, 196, 336; IV, 522
Galvão, Francisco Fernandes, IV, 492
Galvão, Inácio, IV, 295
Galvão, João de, bispo de Ceuta, bispo-conde de Coimbra, arcebispo eleito de Braga, I, 387; II, 135, 136, 142
Gama, Araújo e, I, 94; III, 180
Gama, Cristóvão da, II, 196, 199
Gama, Diogo da, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Gama, Estanislau Martins da, II, 344
Gama, Estêvão da, II, 196
Gama, João da, bispo de Bragança e Miranda, II, 135
Gama, João Pinto da, I, 395
Gama, Sebastião da, III, 136; IV, 454
Gama, Simão da, bispo do Algarve e arcebispo de Évora, I, 47, 49; II, 133, 136; IV, 453, 495
Gama, Vasco da, vice-rei da Índia e 1.º conde da Vidigueira, I, 156, 264; II, 37, 64, 65, 104, 195; III, 87, 88, 134, 208, 237, 341, 363; IV, 127, 178
Gameiro, Aires, II, 334
Gand, Olivier de, I, 396
Gândavo, Pêro Magalhães de, II, 307, 308; III, 91
Gandi, Indira, primeira-ministra da Índia, II, 438
Gandi, Mahatma, presidente da República da Índia, IV, 398
Ganfei, I, 206; III, 400; IV, 170
Garcês, Francisco, III, 249-250
Garcês, João, III, 156
Garcia II, rei do Congo, I, 57
Garcia V (de Água Rosada), rei do Congo, I, 60
Garcia, bispo do Algarve, I, 45, 417; II, 133
Garcia, bispo de Viseu, e de Lamego, IV, 353
Garcia, Bonifácio, II, 78
Garcia, Emídio, II, 267
Garcia, Francisco, arcebispo de Cranganor, II, 144; IV, 184-185, 323
Garcia, Fonseca, III, 383
Garcia, Inácio, III, 351
Garcia, José dos Santos, bispo de Porto Amélia, II, 143; III, 245
Garcia, Manuel, II, 161
Garcia, Manuel Emídio, I, 96
Garcia, Pulido, I, 493
Garcia y Garcia, António, II, 78
Garcilaso, IV, 127
Garde, Estêvão de la, bispo de Lisboa, III, 97
Garnier de Rochefort, III, 120
Garro, Lourenço, bispo de Cabo Verde, I, 280; II, 142
Garrone, cardeal, IV, 312
Gaspar, João, I, 123
Gaspar, Rodrigues, ministro das Colónias, I, 19
Gaspari, Pietro, cardeal, II, 77
Gassendi, Pierre, II, 160
Gaudemus et exultamus (1341), bula papal, II, 35
Gaudêncio, são, II, 344
Gáudio, II, 365
Gaudium et Spes (1965), constituição conciliar, II, 71, 387; III, 262, 263, 265; IV, 197
Gaudrault, Pio, III, 305
Gaussens, IV, 442
Gautier, E.-F., III, 175
Gautrelet, François-Xavier, I, 102
Gavião, Pero Vaz, capelão-mor, bispo da Guarda, I, 448; II, 137, 311, 315; III, 76
Gazeta de Lisboa, I, 7, 370

Gazul, Francisco de Freitas, III, 302
Geary, P., III, 45
Geertz, Clifford, IV, 103
Gelásio I, papa, III, 293
Gelásio II, papa, I, 225 II, 75
Gelmires, Diego, bispo de Santiago de Compostela, I, 225, 249, 421-422; II, 35, 290; III, 118; IV, 7, 371, 372
Gema, santa, II, 344
Gemelli, A., II, 460
Gemma Coronae Claustralium, II, 115
Genádio de Astorga, são, III, 405
Genádio de Marselha, III, 115, 406, 411
Gengiscão, imperador mongol, I, 333; II, 63; IV, 282
Genovesi, António, II, 160, 266
Gens, são, III, 93, 439
Gentil, José Nicolau de Azevedo Coutinho, bispo de Cuiabá (Mato Grosso), e de Goiaz, II, 145
Gentile, G., IV, 126
Gentilis Angolae, I, 55, 59
Genuflexório (ver **Mobiliário eclesiástico**)
Geografia eclesiástica (ver também **Demografia eclesiástica**), I, 222--223, 227-228, 253-254, 255, 390, 392, 393; II, 64, 81, 82, 176-177, 178, 237, 330, 335, 336, 337-339, 340, 413, 414, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 459; III, 29, 160, 162, 193-194, 218, 240, 242, 243--244, 325-328, 350; IV, 62, 165-167, 167-168, 170, 191, 286, 336, 345, 421-422
— **I. Época Medieval**, 399, 462; II, 89, 211, 214, 217-218, **289-294**, 310; III, 75-76, 95, 96, 337-338, 339, 349-350, 373-376, 402-403, 438; IV, 7, 8, 28-29, 46, 352, 420--421, 477
— **II. Séculos XV-XX**, II, 212, 276, 279, 280, **294-307**, 310-311, 337--338, 397, 411, 412, 458, 459, 470, 472, 473, 474, 475-476, 478, 479; III, 11, 17, 18-19, 21-22, 23, 28, 30, 67, 73, 74, 78, 80-81, 86, 105, 109, 173, 174, 204, 228, 259, 319, 320, 325, 329, 334, 347, 352, 354, 385, 398, 402-403, 417, 446--447; IV, 18-19, 20-21, 21-22, 25, 29-30, 32, 53, 96, 100, 107, 131, 150, 152, 174, 206, 207, 208, 210, 220-221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 313-314, 340, 341, 345, 358--359, 458, 459, 466, 485, 498
Geórgia (ver **Pérsia, Arménia e Geórgia**)
Geraldes, António, IV, 490
Geraldes, Martinho, arcebispo de Braga, I, 417-418, 422; II, 134
Geraldes, Vicente, abade de Alcobaça, I, 34
Geraldo, são, arcebispo de Braga, I, 202, 225, 231, 249, 382; II, 113, 134, 183, 290, 336, 343, 346, 133, 472
Geraldo, bispo de Lamego, I, 408
Geraldo, bispo de Palência, I, 408
Geraldo *Sem-Pavor*, II, 218; IV, 93
Gerbert, Martin, IV, 280
Gerbillon, Jean-François, I, 335
Germano, bispo de Dume, II, 132
Gerson, Jean, II, 189; III, 51, 147; IV, 88
Geserico, rei dos Vândalos, IV, 262
Gibraltar, III, 41
Gieystor, Alexander, III, 226
Giga, Idalete, III, 301
Giglio, Luigi, IV, 275
Gigante, José António Martins, II, 79
Gil, bispo da Guarda, II, 137, 311
Gil, bispo de Titópolis e aux. de Braga, IV, 479
Gil, bispo de Viseu, II, 141; IV, 353
Gil de Leiria, III, 120
Gil de Roma, II, 319
Gil de Santarém, beato, provincial dominicano da Espanha, II, 82, 85, 343, 346, 347; III, 120; IV, 73, 353, 361
Gil, Afonso, III, 22
Gil, António Almeida, IV, 254
Gil, Augusto, III, 133, 134; IV, 454
Gil, Cristóvão, II, 384; III, 23; IV, 278, 295, 323
Gil, João, IV, 480
Gil, Manuel dos Santos, IV, 254
Gil, Martinho, bispo do Algarve, e do Porto, I, 45; II, 133, 140
Gil, Vasco, IV, 34, 480
Gilberto, bispo de Lisboa, II, 138, 336
Gilgamesh, I, 159
Giorge, Giovanni, III, 295
Giotto, III, 456
Giovanni Battista Scalabrini, beato, III, 198; IV, 190
Giovanni-Pietro Caraffa, são, bispo de Chieti (ver Paulo IV)
Giraldes, Manuel Nunes, I, 92; II, 386
Girão, Amorim, IV, 215
Girard, IV, 148
Giustiniani, Alessandro, núncio apostólico, cardeal, III, 72, 315; IV, 162
Gladila, arcebispo de Braga, II, 131
Glaser, Edward, I, 85, 163
Gloria Domini (1747), bula papal, III, 143
Glória, Madalena da (pseud. Leonarda Gil da Gama), I, 164
Glück, III, 179
Gnosticismo (ver também **Esoterismo**), II, 181, 268; III, 255, 413, 445; IV, 64, 73, 181, 212
Goa (ver **Índia. Goa**)
Godim, António C. Osório, IV, 34
Godinho, arcebispo de Braga, II, 134
Godinho, bispo de Viseu, IV, 353
Godinho, missionário brasileiro, I, 60
Godinho, António Pais, bispo de Nanquim, I, 338, 433; II, 145; IV, 323
Godinho, Correia, IV, 19-20
Godinho, Lopo, II, 152
Godinho, Manuel, III, 223, 225-226, 227-228; IV, 102, 395, 489
Godinho, Nicolau, IV, 324
Godinho, Paio, I, 434
Godinho, Silvestre, arcebispo de Braga, I, 228, 244, 359, 424; II, 78, 108, 134
Godinot, Nicolau, III, 27
Godofredo, Dionísio, II, 76
Goldofre, são, I, 434
Godoy Fernandéz, C., IV, 362
Goffman, IV, 203, 213
Goiás, I, 269-270
Góis, I, 396
Góis, Bento de, I, 78; III, 25; IV, 283, 284
Góis, Damião de, I, 52, 156, 450; II, 27, 65, 147, 196, 367, 378, 379, 387, 445; III, 20; IV, 73, 128; IV, 179
Góis, Fernão Gomes de, I, 327
Góis, Luís, III, 238
Góis, Manuel, II, 5, 6, 16; III, 23, 69
Golegã, II, 19; IV, 153
Goma, bispo de Lisboa, II, 133; III, 94
Gomado, bispo do Porto, II, 132
Gomes, bispo de Viseu, II, 133; IV, 352
Gomes, prior-mor de Santa Cruz de Coimbra, II, 108; IV, 11
Gomes de Lisboa, vigário-geral dos Franciscanos Observantes, I, 339; II, 159, 274
Gomes, Álvaro, I, 87, 157, 163, 383; IV, 491
Gomes, André, IV, 495
Gomes, António, IV, 271
Gomes, António de Azevedo, III, 366
Gomes, António Dias, IV, 79
Gomes, António Ferreira, bispo de Portalegre, e do Porto, I, 14-15, 16, 101, 317, 322, 375, 490; II, 100, 141, 373, 409; III, 137, 301, 302, 317, 320, 384, 422, 469-470, 471; IV, 24-26, 28, 32, 40, 48, 54, 55, 112, 163, 240, 400, 439, 466, 507
Gomes, António de Sousa, I, 319
Gomes, Augusto, III, 455; IV, 39
Gomes, Bernardino Barroso, I, 342
Gomes, Bernardo, IV, 484
Gomes, Carolina de Sousa, I, 319, III, 58
Gomes, Chamoa, I, 353
Gomes, Diamantino, IV, 33
Gomes, Diogo, III, 205
Gomes, Dórdio, III, 455; IV, 39, 416
Gomes, Fernão, III, 451
Gomes, Flamula, IV, 46, 47
Gomes, Francisco, III, 79
Gomes, Francisco José de Sousa I, 97, 319, 329-330, 342, 493; II, 27; III, 54, 250, 353, 382, 442
Gomes, Gaspar, III, 240

Gomes, Henrique de Barros, II, 405, 406; III, 54, 366, 382; IV, 341, 435
Gomes, J. Pinharanda, I, 161; III, 137; IV, 393, 441
Gomes, João, bispo do Porto, I, 322; II, 140; IV, 9, 27
Gomes, João Serafim, III, 28
Gomes, José, organista, III, 79
Gomes, José de Santa Clara, I, 495
Gomes, José Simões, IV, 35
Gomes, José de Sousa, IV, 454
Gomes, Manuel, IV, 395
Gomes, Manuel (padre Himalaia), I, 342; IV, 39
Gomes, Manuel António, IV, 39
Gomes, Manuel José, governador da diocese de Malaca e Timor, III, 172; IV, 290
Gomes Júnior, Manuel dos Santos, IV, 37
Gomes, Maria Carolina Leite Perry de Sousa, superiora-geral das Criaditas dos Pobres, I, 320; II, 27
Gomes, Rodrigo, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Gomes, Rui, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Gomes, Simão, III, 48
Gomes, Soeiro, provincial dominicano da Espanha, II, 82, 85, 87
Gomes, Teresa Santa Clara, I, 320
Gómez, Pedro, II, 5, 26
Gómez de Santisteban, II, 63
Gómez y Togar, Vicente, II, 412
Gomil e lavanda, I, 42
Gonçalo, bispo de Coimbra, I, 390; III, 119; IV, 28, 353, 472
Gonçalo, bispo de Dume, II, 132
Gonçalo, bispo de Lamego, II, 138
Gonçalo, bispo de Lisboa, IV, 58
Gonçalo, bispo de Viseu, II, 141; IV, 353
Gonçalo II, bispo de Viseu, IV, 353
Gonçalo, prior premonstratense, IV, 58
Gonçalo Dias de Amarante, beato, II, 343, 346; III, 121, 195; IV, 414, 480
Gonçalo Garcia, são, II, 336, 341, 343, 346
Gonçalo de Lagos, beato, I, 28, 29; II, 343, 346, 347
Gonçalo Vaz, beato, II, 346
Gonçalves, André, III, 452; IV, 406, 410, 412, 413, 414
Gonçalves, António, abade comendatário de Cucujões, I, 185
Gonçalves, António, IV, 254
Gonçalves, António José da Silva, IV, 506
Gonçalves, António Manuel, IV, 414
Gonçalves, Avelino, II, 170; III, 56
Gonçalves, Cunha, II, 80
Gonçalves, Diogo, IV, 480
Gonçalves, Domingos da Silva, bispo da Guarda, II, 137, 138, 311; IV, 393
Gonçalves, Estêvão, IV, 360
Gonçalves, Fernando, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Gonçalves, Fernão, I, 185
Gonçalves, Flávio, IV, 406, 408, 413
Gonçalves, Francolino, II, 229
Gonçalves, Gaspar, IV, 295, 323, 491
Gonçalves, Gonçalo, bispo de Lamego, I, 139; II, 138
Gonçalves, Iria, II, 46; IV, 394
Gonçalves, J. Cerqueira, I, 168, II, 160
Gonçalves, João Augusto, III, 86
Gonçalves, Joaquim, bispo de Vila Real, II, 141; IV, 346
Gonçalves (Serpa), José António, I, 195
Gonçalves, José Caetano, bispo de Moçambique, II, 142
Gonçalves, José Maria, IV, 96
Gonçalves, Martinho, bispo de Coimbra, I, 391; II, 44, 135
Gonçalves, Nuno, I, 178; III, 449; IV, 406
Gonçalves, Pedro, bispo de Viseu, II, 141; IV, 353
Gonçalves, Pedro, III, 154; IV, 13
Gonçalves, Sebastião, IV, 14
Gonçalves, Silva, I, 100
Gondesindo, bispo de Coimbra, II, 132
Gondesindo Eiriz, IV, 41
Gondomar, IV, 51
González, Juan, II, 78
González, Tirso, geral dos Jesuítas, I, 335
Gonzalvez Navaes, Lorenzo, I, 352
Goody, Jack, II, 240, 388
Gordo, João, IV, 38
Gorges, J.-G., III, 372
Gótico (ver **Arquitectura**)
Goulão, Manuel Sanches, bispo de Meliapor, II, 145; IV, 323
Goulart, Jaime Garcia, bispo de Díli, II, 144, 304; IV, 292, 293
Gouveia, I, 390, 390; II, 19, 20; III, 107
Gouveia, Aires de (ver Osório, António Aires de Gouveia)
Gouveia, Alexandre de, bispo de Pequim, I, 338; II, 26, 145; III, 162
Gouveia, André de, I, 194, 393; II, 148, 160, 378; III, 69, 209; IV, 315
Gouveia, António de, arcebispo de Cirene, visitador apostólico na Pérsia, I, 30, 193, 194; III, 444
Gouveia, António Aires de, IV, 453, 500
Gouveia, Aurora, IV, 48
Gouveia, Diogo de, I, 194, II, 18; III, 21
Gouveia, Fernão Brito de, IV, 33
Gouveia, Francisco de, jesuíta, I, 54; III, 23
Gouveia, Francisco Barradas de, III, 445
Gouveia, Francisco Velasco de, II, 401; IV, 316
Gouveia, Henrique Nunes de, IV, 45
Gouveia, Jerónimo de, bispo de Ceuta, II, 142
Gouveia, Manuel, bispo de Angra, I, 165; II, 134; IV, 453, 496
Gouveia, Marcial, I, 450
Gouveia, Maurílio Jorge Quintal de, arcebispo de Évora, II, 137, 212
Gouveia, Teodósio Clemente de, arcebispo de Lourenço Marques, cardeal, I, 404, 405; II, 8-9, 142, 143, 42; III, 245
Gower, John, III, 123
Grã, Pêro da, I, 206
Grã-Bretanha, I, 47, 61, 115, 118, 128, 194, 268, 294, 298, 310, 345, 381, 408; II, 8, 36, 64, 70, 84, 162, 168, 171, 265, 270, 287, 298, 320, 362, 392, 411, 412, 413, 414, 433, 434, 435, 436, 437, 448, 472, 478; III, 15, 26, 30, 46, 72, 84, 123, 141, 163, 165, 172, 214, 215, 218, 219, 366, 452; IV, 22, 76, 77, 79, 80, 96, 100, 253, 299, 301, 302, 398, 434, 500
Graal, III, 136
Graal, santo, II, 365; III, 121
Graal (movimento), I, 320; IV, 465
Grão-Pará, I, 267, 268, 269
Graça, Fernando Lopes, III, 299, 302
Graça, Sebastião da, I, 438
Graça, Simão da, I, 165
Graciano, imperador romano, III, 406, 413; IV, 65
Graciano, Jerónimo, I, 299
Graciano, João, II, 76, 78, 116, 319; III, 119, 179, 375; IV, 241, 366
Gracias, Valerian, cardeal, arcebispo de Bombaim, II, 434
Grainha, Borges, I, 93
Gramática (ver também **Latim eclesiástico, Linguística, Línguas indígenas**), I, 216, 232, 244, 267, 268, 306, 359, 367, 370, 394; II, 110, 112, 115, 116, 123, 159, 215, 287, **307-309**, 377, 433; III, 23, 67, 240, 295, 321
Gramsci, IV, 109
Granada, I, 84, 146, 413; II, 35, 36, 374; IV, 306
Granada, Luís de, I, 307, 308, 309, 454, 455; II, 84, 85, 187, 188, 189, 190, 367, 386; III, 47, 48, 49, 126, 147; IV, 32, 89, 272, 279, 391, 485, 491, 493
Grande Mãe (Magna Mater), III, 371
Grândola, I, 195, 199, 200
Granjo, António, III, 383
Gratiae Divinae Premium (1540), bula papal, II, 212
Graves de communi (1901), encíclica papal, IV, 437
Gravissimum Christi Ecclesiarum (1881), bula papal, I, 169, 233; II,

72, 103, 105, 297, 298, 303; III, 74, 109, 446, 472; IV, 21, 30, 422
Gregório I *Magno*, são, papa, I, 228, 305; II, 112, 151, 183; III, 68, 119, 121, 145, 293, 294; IV, 124, 155, 426, 471, 476
Gregório V, papa, I, 381
Gregório VII, papa, I, 406, 419, 421, 429; II, 31, 34, 70, 75, 112, 240, 289, 290, 388; III, 75, 98, 141, 132; IV, 133, 155, 267
Gregório IX, papa, I, 35, 182, 355, 424; II, 59, 70, 76, 78, 102; III, 193, 348, 375; IV, 8, 157, 474
Gregório X, papa, I, 407, 425; IV, 9
Gregório XI, papa, I, 344; II, 117, 151; III, 17, 18
Gregório XII, papa, I, 408; III, 150
Gregório XIII, papa, I, 193, 206, 289, 297, 299, 474; II, 84, 153, 379, 439; III, 71, 160, 310; IV, 180, 275, 329
Gregório XIV, papa, I, 276; III, 387
Gregório XV, papa, II, 435; III, 364
Gregório XVI, papa, I, 207, 343, 344, 427; II, 105, 162, 334, 402-403, 404, 405; III, 106, 139, 164, 183, 217, 315, 468; IV, 20, 162-163, 186, 301, 430, 432
Gregório de Elvira, I, 302
Gregório *o Iluminador*, bispo de Cesareia, III, 442
Gregório de Naziano, são, II, 111
Gregório de Tours, são, III, 116, 409; IV, 263
Grehon, José Amado, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Grécia (ver também Bizantino, Império), I, 154; II, 148, 414; III, 105, 338; IV, 210
Gregg, John, arcebispo de Armagh, II, 414
Grenet, IV, 296
Grijó, I, 430, 433, 436; II, 89, 92, 298; III, 397, 403; IV, 7, 27, 34, 43, 63, 369, 472, 512, 513-514, 516
Grilos (ver **Agostinhos**)
Grito do Povo, O, III, 389; IV, 37, 49
Grond, IV, 257
Groot, Gerard, IV, 88
Grouchy, Nicolau, II, 378
Grupo do Leão, I, 133
Guadalupe, António de, bispo do Rio de Janeiro, II, 146; IV, 497
Guadalupe, João de, II, 275
Gualter, franciscano, II, 273
Gualtério, abade premonstratense, IV, 57
Guarda, I, 31, 115, 121, 181, 310, 342, 425, 493; II, 20, 45, 188; III, 254; IV, 442, 463
Guarda, diocese da, I, 113, 191, 279, 297, 303, 346, 352, 363, 366, 368, 369, 375, 379, 390, 414, 417, 421, 423, 425, 434, 448, 450, 456, 492; II, 9, 12, 13, 14, 15, 20, 44, 58, 132, 137-138, 211, 291, 292, 297, 300, 302, 303, 306, **309-318**, 371, 473; III, 100, 248, 373, 446-447, 464, 472; IV, 58, 86, 136, 221, 243, 251, 267, 327, 352, 364, 392, 422, 479
Guarda, João da, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108; IV, 30
Guarda, Pedro da, II, 283-284
Guarda-pó, I, 43
Guardini, Romano, III, 195-196
Guedelha Negro, III, 33
Guedelha, Abraão, IV, 264
Guedes, Baltasar, IV, 45, 53, 392
Guedes, Correia (pseud. Carlos Martel), III, 249
Guedes, Fernando, III, 136; IV, 444
Guéranger, Prosper, III, 215; IV, 132
Guérente, Guilherme de, II, 378
Guerra (ver também **Cruzada**), I, 289; II, 255; III, 11-14
— **I. Época Medieval** (ver também Invasões germânicas, **Reconquista**), I, 345, 399, 422; II, 92, 274, **318-319**; III, 40, 45, 216, 350, 374, 409, 440-441, 442; IV, 6, 421, 515, 517, 520
— **II. Época Moderna**, I, 386, 387; II, 16-17, 84, 146, 157, 160, **319-321**, 339-340, 374, 375, 434, 436, 440, 453; III, 17, 21, 26, 170, 178, 181, 216, 238, 313, 328, 350, 377, 394; IV, 11, 12, 13, 15, 16, 74, 128, 232, 286, 287, 288, 289, 297, 306, 323
— **III. Época Contemporânea** (ver também Invasões Francesas), I, 82, 152-53, 322, 357, 411, 418, 480, 492, 495; II, 169, 236, 245, 246, 247, 248, 342, 347, 375, 406, 408, 410, 412, 458, 474; III, 30, 56, 72, 108, 217, 220, 224, 243, 245, 290, 315, 317-318, 319, 355, 382, 385, 447, 468; IV, 17-18, 19, 20, 23-24, 34, 45, 103, 161-162, 163, 173, 176, 202, 215, 221, 290, 292-293, 301-302, 317-318, 319, 326-327, 356, 357, **396-400**, 427, 430-431, 437, 438, 453, 465, 467, 468, 498, 504, 507
Guerra, Abel, IV, 443
Guerra, Fernando da, chanceler-mor, bispo do Algarve, Porto e arcebispo de Braga, I, 45, 204, 205, 214, 227, 228, 230, 235, 236, 240, 241, 244, 248, 332-333, 359, 423; II, 9, 133, 134, 136, 140, 305, 365, 392, 393; III, 103, 150, 151, 258, 376; IV, 11, 47, 236-237, 478, 479
Guerra, Francisco Carvalho, IV, 36
Guerra, João Pedro Miller, I, 322, 342
Guerra, Luciano, IV, 455
Guerra, Luís da, bispo da Guarda, II, 137, 311
Guerra, Manuel Afonso da, bispo de Cabo Verde, e de Meliapor, I, 280; II, 142, 145
Guerreiro, Afonso Álvares, bispo de Monopoli, I, 194
Guerreiro, António Coelho, governador de Timor, IV, 289
Guerreiro, Bartolomeu, I, 194; IV, 120, 495
Guerreiro, Cândido, III, 133
Guerreiro, Fernão, I, 194; II, 26; III, 24; IV, 324
Guerreiro, José, IV, 502
Guerreiro, Manuel de Medeiros, bispo de Nampula, II, 143
Gui, Bernardo de, IV, 520
Guia espiritual, III, 252
Guião (pendão ou estandarte), I, 43
Guichard, François, IV, 83
Guicciolini, Alexandre, núncio apostólico, III, 72
Guilherme I, rei de Inglaterra, I, 381
Guilherme III, duque da Aquitânia, I, 381
Guilherme Parisiense, III, 122, 142
Guilherme de Tiro, II, 31-32
Guilherme, Manuel (pseud. padre Manuel Velho), I, 88, 455; IV, 37, 495
Guillois, André de, I, 258
Guimarães, I, 91, 95, 105, 107, 109, 115, 126, 139, 144, 202, 215, 228, 235, 242, 244, 251, 296, 327, 330, 399, 401, 402, 462, 472, 477; II, 19, 20, 45, 46, 50, 56, 68, 78, 81, 82, 89, 94, 95, 96-97, 112, 116, 120, 163, 273, 274, 289, 365, 389, 390; III, 19, 28, 68, 124, 145, 351, 361, 362, 380, 398, 402, 403, 404, 449; IV, 45, 96, 164, 166, 167, 173-174, 216, 327, 366, 393, 394, 407, 442, 462, 473, 475-476, 479, 480, 486, 512, 514
Guimarães, Alexandre da Silva Pedrosa, bispo de Macau, II, 144
Guimarães, Bráulio de, IV, 341
Guimarães, Estêvão de, IV, 480
Guimarães, Fernando, III, 136
Guimarães, Francisco de São Dâmaso, bispo de Malaca, arcebispo da Baía, II, 145
Guimarães, Guilherme Augusto Inácio da Cunha, bispo de Angra, II, 134
Guimarães, João Teixeira, IV, 39
Guimarães, Manuel José de Oliveira, III, 447
Guimarães, Pedro, III, 301, 302
Guiné, I, 20, 21, 30, 280, 282, 283, 290, 290, 440; II, 142, 180, 276, 279, 280, **321-325**; III, 19, 22, 207, 217
Gulbenkian, Calouste, IV, 105
Gumado, bispo do Porto, IV, 6
Gundemaro, rei dos Visigodos, IV, 5, 364
Gundemaro, bispo de Viseu, II, 133
Gundemiro, bispo de Viseu, II, 133; IV, 352
Gundisalvo, arcebispo de Braga, II, 131

Gundulfo, bispo de Lamego, II, 132; IV, 421
Gurisatti, Pio, I, 403
Gurt Esparraguera, J. M., IV, 362
Gusmão, Adriano de, IV, 406
Gusmão, Alexandre, II, 52, 109; III, 51, 128
Gusmão, Artur N. de, I, 108
Gusmão, Bartolomeu de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Gusmão, Domingos de, bispo de Leiria, arcebispo de Évora, I, 194, 423; II, 136, 138; III, 81
Gustavo Maria Bruni, beato, IV, 396
Guterres, bispo da Guarda, II, 137, 311
Guterres, João, bispo de Lisboa, II, 139; III, 97
Guthin, A., I, 96
Guttenberg, III, 81
Guyon, IV, 89
Gúzman, Juan de, I, 205
Gúzman, Luis de, II, 26

H

Habitação, I, 200, 316
Haeckel, Ernst, II, 126
Haering, Bernhard, III, 262
Hagiografia e santidade (ver também **Beatas, Iconografia religiosa, Perseguições e mártires, Registo de santos, Relíquias, Santuários**), I, 39, 74, 78, 106, 129, 164-166, 173, 174, 176, 177, 178, 193, 194, 199, 216, 222, 258, 249, 266, 289, 326, 327, 422, 431, 434, 436-437, 443, 471; II, 15, 16, 18, 26, 32, 39, 84, 111, 114, 115, 150, 151, 155, 163, 164, 178, 183, 184, 186, 193, 202, 203, 209, 219, 236, 251, 252, 254-256, 257, 259, 261-262, 273, 284, 285, 316, 322, **326-361**, 371, 417, 418, 428, 457, 473, 474, 479; III, 26, 44, 45-46, 48, 49, 68, 73, 81, 98, 100, 111, 114, 116, 118, 119-121, 122, 124, 129, 134, 142, 144, 145, 146, 147, 176, 181, 184, 211, 240, 246, 248, 249, 252, 254, 258, 269, 271, 284, 285, 304, 306, 309, 321, 324, 325, 326, 351, 363, 369, 395, 401, 406, 407, 416, 441, 448; IV, 23, 51, 52, 66, 67, 69, 70, 71, 75, 76, 88, 106, 109, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 132, 139, 154, 227, 236, 266, 267, 272, 275, 297, 301, 336, 342, 352, 361, 364, 371, 381, 383, 384, 385, 396, 399, 446-447, 448, 462-463, 472, 482, 484, 487, 500, 514, 515, 521
Haia, II, 270
Hales, Alexandre de, III, 145
Hall, Stanley, IV, 146
Hallerstein, August von, I 335
Hardstedt, Jack, IV, 79
Harduin, II, 76
Harmel, Léon, I, 329; III, 353
Harpa do Crente, III, 131
Hartmann, Anastácio, arcebispo de Bombaim, II, 434, 436
Hasan Hudin, sultão de Macaçar, II, 467-468
Hasenohr, III, 46
Hastings, Gilberto de, arcebispo de Lisboa, II, 114; III, 95
Hatfeld, Helmut, IV, 89
Havai, I, 475
Haw, João Maria, I, 181
Heidegger, Martin, III, 429
Hegel, Friederich, I, 160; II, 267; III, 132
Heintz, George, IV, 39
Helena, imperatriz etíope, II, 63, 196
Helena Vesiva, princesa insulíndia, II, 466-467
Helesteu, são (imperador etíope Kaleb), II, 63
Heluno, Belchior de, IV, 392
Hennessy, Margaret, IV, 107
Henrique IV, imperador do Sacro Império, II, 32
Henrique I, rei de Aragão, III, 343
Henrique I, rei de Castela, III, 284
Henrique II, rei de França, II, 36, 320
Henrique IV, rei de França, II, 320
Henrique IV, rei de Inglaterra, II, 64
Henrique VIII, rei de Inglaterra, I, 87; II, 320; IV, 127
Henrique I, arcebispo de Évora, cardeal e rei de Portugal, I, 21, 36, 114, 139, 185-186, 205-206, 207, 234, 242, 249, 295, 349, 362, 426, 449, 451, 454; II, 52, 84, 100-101, 102, 120, 136, 153, 187, 188-189, 190, 210, 212, 214, 215-216, 265, 275, 295, 300, 301, 396, 397, 398, 445; III, 43, 48, 99, 102, 142, 295, 312-313, 386, 465; IV, 43, 44, 136, 180, 221, 268, 278, 315, 321, 354, 392, 395, 489
Henrique, infante de Portugal, duque de Viseu, governador da Ordem de Cristo, I, 67, 74, 84, 85, 87, 156, 158, 446; II, 62, 64, 186, 195, 282-284, 323-324; III, 18, 123, 134, 205, 340, 341-342, 364; IV, 127-128, 158, 276, 353, 476, 480, 481, 521
Henrique, infante, arcebispo de Braga, II, 135
Henrique, príncipe do Congo e bispo de Útica, I, 22, 53; III, 154, 208
Henrique (de Borgonha), conde de Portucale, I, 108, 202, 225, 382, 383, 397; II, 112, 183, 289, 290, 389, 390, 393; III, 256, 398; IV, 6, 92, 352, 513, 518
Henrique de Bona, II, 335-336, 346; III, 120
Henriques, Aleixo de Miranda de, bispo de Miranda, e do Porto, I, 254, 260; II, 135, 140, 302; IV, 17, 242, 248
Henriques, Américo, bispo de Nova Lisboa, II, 143; III, 81
Henriques, António José, II, 347
Henriques, Domingos José de Santo Estêvão, III, 144
Henriques, Francisco, III, 450; IV, 408
Henriques, Henrique, I, 308; III, 88-89, 90, 147; IV, 278, 295
Henriques, Lagoa, II, 168; IV, 415
Henriques, Leão, II, 287
Henriques, Luís, III, 23
Henriques, Manuel, I, 397; III, 24; IV, 413-414
Henriques, Pedro, IV, 277
Henry, Louis, IV, 100
Henskens, G., II, 327
Heráclio, imperador bizantino, II, 31, 32; III, 409
Heraclito, filósofo grego, I, 160
Heráldica eclesiástica, II, **361-363**; III, 309; IV, 286
Herculano, Alexandre, I, 8, 81, 90-91, 92, 93, 94, 114, 128, 216, 351, 370, 402; II, 73, 87, 370, 371, 394, 404, 405; III, 52, 131, 180, 329, 333; IV, 10, 264, 302, 303, 432, 499
Herder, IV, 299
Herédia, João de, II, 466-467
Heresia (ver **Heterodoxia**)
Hermenegildo, arcebispo de Braga, II, 131
Hermenegildo, bispo de Viseu, II, 133; IV, 352
Hermenegildo Gonçalves, conde de Guimarães, II, 289
Hermenegildo Guterres, conde de Coimbra, IV, 92
Hermes Trismegistus, II, 173; III, 169
Hermigário, rei dos Suevos, IV, 262
Hermo espiritual, II, 186
Hermógio, bispo do Porto, II, 132; IV, 6
Hermulfo, bispo de Coimbra, II, 132
Hero, arcebispo de Braga, II, 131
Herodes, I, 266
Heródoto, II, 430
Heroldt, Johannes, III, 146
Hérouville, Alexandre José d', IV, 453
Herp, Henrique, II, 189
Herrera, I, 114
Herreros de Mora, Ángel, II, 413
Hervás, Juan, bispo de Palma de Maiorca, II, 40
Hesíodo, I, 160
Heterodoxia (ver também **Apologética, Índice de livros proibidos, Inquisição**), II, 174, 372; IV, 202, 205
— **I. Até ao século XVIII**, I, 157, 160, 161, 222, 237, 247, 336, 406, 409, 410, 411, 413-414, 415-416, 445, 446, 450, 455; II, 15, 16, 18, 28, 31, 34, 85, 147, 148, 173, 181, 182, 196, 202, **363-367**, 370, 382, 383, 387, 388, 391; III, 94, 99,

120, 122, 164, 174, 206, 222, 252-255, 284, 311, 405, 406, 407, 408-409, 411-414, 426, 442; IV, 5, 26, 63-67, 76, 77, 90, 178, 179, 181, 182, 204, 273, 412, 473, 474, 478, 487
— **II. Séculos XIX-XX**, II, 268, 387; III, 164, 249-252, 77; IV, 210, 214, 382, 387, **400-405**, 430
Hethum, *o Arménio*, II, 64
Hettinger, IV, 444
Higínio, bispo de Córdova, IV, 64
Hilário, arcebispo de Arles, II, 70
Hillgarth, III, 46
Himalaia, padre (ver Gomes, Manuel)
Hincmar de Reims, II, 318; III, 179
Hinduísmo, I, 275, 324, 326; II, 149, 174, **367-368**, 434-435, 437, 438, 439, 440, 451, 468; III, 208, 424; IV, 103, 184, 286, 387
Hinoja, Ricardo de, III, 70
Hipólito, são, III, 405, 438
Hispano, Vicente, chanceler-mor e bispo da Guarda, II, 78, 310, 311
Hissope, I, 42
História Bíblica, I, 212
História da Administração Pública em Portugal..., II, 371-372
História da Expansão Portuguesa no Mundo, II, 372
História eclesiástica ultramarina, II, 370
História da Etiópia, II, 198
História Evangélica, I, 212
História do Futuro, IV, 74
História genealógica da Casa Real portuguesa, II, 176
História geral de Portugal e suas conquistas..., II, 369
História da igreja cathólica em Portugal e possessões, I, 91
História da Igreja portuguesa, II, 369-370
História e Impugnación de la Seta de Mahomet, I, 84
História do Mui Nobre Vespasiano, III, 121
História da origem e estabelecimento da Inquisição, II, 370
História do Reino do Congo, I, 53
Historia rerum in partibus transmarinis gestarum, II, 31-32
Historiae adversus Paganos, I, 83, 161; III, 116, 412
Historiae Ecclesiae Lusitanae..., II, 368, 382
Histórias abreviadas do Testamento Velho, I, 212
Historiografia (ver também **Diplomática, História da**)
— **I. Época Medieval**, I, 37, 207, 351, 359, 430, 436, 437, 438; II, 37, 83, 85, 115, 121, 151, 159, 268, 326-328, 335-336, 365, 381-382; III, 23-24, 93-94, 116, 117, 118, 119, 120, 124, 141, 144, 145, 147, 175, 193, 208, 238, 265, 266, 284, 338, 350, 351, 352, 407, 408-409, 411, 412, 437, 456; IV, 5, 6, 64, 65, 66, 73, 91-92, 92-93, 123, 127, 129, 178, 241, 261, 262, 263, 274, 279, 280, 322, 352, 362-363, 371, 410, 419, 445, 477, 479-480, 484, 492, 494, **510-523**
— **II. Contemporânea**, II, 15, 17, 26, 174-175, 187, 249, 259, 260, 328-330, 334-335, 343, 345, **368-374**, 390, 393, 394, 417; III, 16, 30, 44-45, 46, 51, 60-61, 70-71, 90, 93-94, 114, 131, 140-141, 218, 220, 230, 246-247, 339, 349, 350, 372, 374, 437, 456, 457, 463; IV, 5, 6, 7, 30, 52, 63-64, 82, 83, 91, 100, 147-148, 241, 302, 303, 362, 400-401, 406-407, 419-420, 422-423, 445, 454-455, 459, 461-462, 503
Hodie Sanctissimus in Christo Pater (1533), I, 68
Hodarte, Filipe, I, 173
Hoepers, M., I, 213
Holanda (Províncias Unidas dos Países Baixos), I, 56, 87, 179, 266, 267, 268, 285, 290, 296, 310, 326, 386; II, 16, 28, 38, 164, 199, 320, 451, 466, 467, 468; III, 15, 30, 90, 147, 158, 172, 180, 212, 213, 237, 238, 240, 259, 450; IV, 76, 77, 88, 134, 184, 185, 187, 285, 287-290, 291, 292, 326, 380, 408, 465
Holanda, Francisco de, III, 451; IV, 126
Holden, Catherine, IV, 78
Holden, Richard, IV, 78, 82, 208
Holmes, Sherlock, IV, 145
Holstein, Alexandre de Sousa, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Holstein, Pedro de Sousa, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Homem, António, II, 29, 31, 108; IV, 316
Homem, Armando Carvalho, III, 44
Homem, Fernando Soares, IV, 485
Homem, Francisco Fernando, III, 238
Homem, João, bispo de Viseu, II, 141; IV, 353
Homem, Lourenço, III, 153
Homem, Luís de Brito, bispo de Angola e Congo, bispo do Maranhão, I, 54-55; II, 141, 145
Homem, Teodoro Botelho, arcebispo de Cranganor, II, 144
Homero, I, 160
Honorato, António de Freitas, arcebispo de Braga, I, 245; II, 135
Honório III, papa, I, 226, 294, 297, 390, 422; II, 35, 82, 102; III, 176, 284, 340; IV, 8, 57, 474
Honório IV, papa, III, 348
Honório, prior de Viseu, IV, 353
Hong-Kong, II, 270
Hora, Joaquim Alves da, I, 95, 96, II, 126, 267, 385
Horas (ver **Liturgia**)
Hormidas, são, III, 293
Hornay, Francisco, IV, 290
Horologium Fidei, I, 84, 159, 163, 446; III, 122; IV, 480
Horta, José Ramos, IV, 293
Horto do esposo, I, 34, 158-159, 162, 339, 351; II, 186; III, 146, 268; IV, 294, 482
Horvell, Teodoro, IV, 40
Hospitais (ver **Assistência**), I, 152
Hospitalários (Ordem Militar de São João de Jerusalém) (ver **Ordens militares**)
Hospitaleiros de São João de Deus, I, 146-47, 151, 195, 260, 342, 352, 358; II, 48, 220, 316, **374-375**, 440, 441, 443; III, 103, 110, 212, 217, 237, 289, 470
Hóstia, I, 43, 182
Houtard, François, IV, 257
Hubert, IV, 148
Hubl, Tadeu, IV, 96
Hughes, J., III, 44
Hugo, bispo do Porto, I, 226, 390; II, 140, 290; III, 118, 398; IV, 6-7, 8, 28-29, 30, 372, 421
Hugo de Gabala, bispo, II, 63
Hugo de Semur, são, abade de Cluny, I, 381, 382, 384, 385
Hugolino, cardeal, I, 353
Huguccio de Pisa, II, 76, 115
Huguet, mestre, I, 112
Huizinga, Johan, II, 252; IV, 87, 89
Humanae Vitae (1968), encíclica papal, II, 243
Humanismo (ver também **Erasmismo, Renascimento**), I, 46, 84, 86, 156, 356, 435; II, 16, 17, 18, 83, 121, 159, 185, 221, 265, 321, 340, 367, 372, **375-380**; III, 6, 23, 68, 91, 210, 211, 288, 465; IV, 88, 215, 220, 272, 277, 321, 343-344, 408, 409, 485, 490, 499
Humanística e Teologia, IV, 36, 38
Humanum Genus (1884), encíclica papal, III, 164
Humberto, beato, II, 82
Hume, David, I, 26
Hungria, I, 83, 330-331; II, 63; III, 384, 409; IV, 127, 327
Hungria, Bernardino da, I, 58
Hupperts, Mathieu, III, 259
Hurtado, Juan, II, 187
Husillos, I, 416
Huss, Jan, II, 365
Hutten, U. von, IV, 127
Huxley, Theodore H., I, 25, 95-96

I

Ibn Al-Mujahid, Nûr, II, emir de Harar, II, 197
Ibn Al-Mûndir, III, 248

Ibn Arabi, II, 173
Ibn Marwan, I, 110
Ibn Qasî, III, 248
Iconografia religiosa, IV, **406-419**
Idácio, bispo de Chaves, I, 83, 235; II, 110, 364, 382; III, 68, 115, 116, 408, 438; IV, 64, 65, 66, 261, 345, 517
Idácio, bispo de Mérida, IV, 64
Idanha-a-Velha (ver também **Guarda, diocese da**), I, 105, 106, 110, 223, 224; III, 248, 338, 369, 376; IV, 362
Idrissi, geógrafo árabe, II, 151
Igreja, II, **381-388**
Igreja da Cientologia, IV, 202
Igreja Davidiana, IV, 202
Igreja e Estado (ver também **Assistência, Augustinismo em Portugal, Beneplácito régio, Concordatas, Congreganismo, Ensino, Liberalismo, Nunciatura, Ordens militares, Padroado, Partidos políticos confessionais, Perseguições e mártires, Regalismo, Santa Sé e Portugal**), I, 286-288, 331-332, 413; II, 68, 69, 70, 74, 75, 266, 345, 372, 438, 444, 451; III, 10, 12, 13-15, 61, 70-71, 167, 174, 212, 214, 219-220, 371-372; IV, 31, 65-66
— **I. Época Medieval**, I, 204, 347, 348, 355, 360, 387, 399, 407-408, 414, 417-418, 439, 446, 461, 462; II, 31, 32, 34, 46, 59-60, 79, 89, 92, 104, 214, 240, 241, 290, 292, 363, 364, 371-372, 383, **388-393**; III, 42-43, 70, 95-98, 102, 122, 206-207, 222, 256, 283, 285, 375-376, 394, 396-397, 398-399, 401, 403, 404, 408, 409, 412, 413-414; IV, 5, 7-11, 27, 42, 47, 57-58, 63, 263, 305, 314, 353, 362-363, 364, 365, 423-424, 425, 516
— **II. Época Moderna**, I, 360, 365, 433, 435, 436, 462, 463, 464-465; II, 52, 62, 79, 95, 96-97, 98, 101, 152, 187, 192, 220, 239, 241-242, 266, 287, 296, 346, 366, 371-372, **393-401**, 447-450, 453; III, 7, 8, 9, 26 III, 42-43, 74, 104-106, 151-152, 208, 224-225, 285, 386, 402, 403, 404, 463-464; IV, 12-13, 15, 16, 53, 63, 69, 70, 76, 94-95, 100, 168, 196, 198, 242-243, 273, 290, 305, 306-307, 323, 340, 367, 368, 369
— **III. Época Contemporânea** (ver também **Anticlericalismo, Assistência religiosa às Forças Armadas, Congreganismo, Extinção das ordens religiosas, Liberalismo**, Republicanismo), I, 284, 310, 311, 314, 331, 402, 403, 411, 419, 466-467, 468-470, 471, 472, 473, 477, 491; II, 12-13, 38, 58, 60-62, 78-79, 79-81, 98, 123-126, 124, 125, 127-129, 171, 172, 181, 242-244, 250, 277-278, 323, 324, 372, **401-411**, 412, 413; III, 27-30 III, 42-43, 52, 53, 54, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 106-107, 108, 164-167, 185, 188-189, 202, 217, 219, 220, 239, 289-292, 387, 388, 389; IV, 46, 79, 83, 100, 174, 176, 196, 198, 200, 208-209, 212, 216, 221-222, 223-224, 248, 281, 310, 312, 358, 374, 376, 385-386, 394, 396-397, 399, 400-401, 402, 457-459, 497-498, 503-505, 507
Igreja Evangélica de Filadélfia, IV, 80
Igreja Evangélica Metodista Portuguesa, I, 64, 95, 99; II, **411**; IV, 78, 80, 209, 387
Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal, II, 99, **411-412**; IV, 78, 80, 208, 252
Igreja dos Irmãos, IV, 78, 79-80, 208, 398
Igreja de Jesus Cristo sobre a Terra pelo Profeta Simão Kimbango, IV, 210
Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica, II, 99, 386, 411, **412-414**; IV, 78, 80, 83, 208
Igreja Maná, IV, 80, 203, 210-212
Igreja do Nazareno, IV, 80
Igrejas Ortodoxas, I, 406, 407, 408-409, 411; II, 32, 34, 75, 195, 330, 383, **414**; III, 122, 139, 144, 180, 231, 302, 442; IV, 97, 210, 218
Igreja e o Pensamento Contemporâneo, A, I, 98-99; III, 131
Igreja Presbiteriana de Cristo, II, 412
Igreja e a questão social, A, I, 314-315
Igreja Reformada Holandesa, I, 87, 212
Igreja Unida do Canadá, I, 66, 67
Igreja da Unificação, IV, 77
Igreja Universal do Reino de Deus, IV, 80, 202, 210-211, 376
Ildefonso, santo, I, 302; II, 183; IV, 517
Ildefonso (?), bispo de Lisboa, II, 133;
Ilduara, condessa de Portucale, IV, 41
Iluminismo (ver também **Maçonaria, Pombalismo**), I, 48, 71, 80, 86, 88, 89, 160, 161, 186, 212, 214-215, 264, 290, 309, 339, 340-341, 342, 357, 437-438, 465; II, 15, 174, 232-233, 265-266, 267, 277, 371, **414-419**, 440; III, 6, 7, 26, 130, 158, 163-164, 165, 167, 213-214, 241, 262, 289, 304, 313, 328, 376, 386, 387, 421, 467; IV, 74, 98, 108, 160, 236, 268, 298, 317, 400, 428, 495-497, 499
Iluminura, II, **419-422**; III, 145, 269, 449; IV, 191, 360, 407
Ilharco, João, I, 98
I-Myyeong, Li, II, 26
Imaculada Conceição, dogma da, I, 8, 81, 387, 391, 405, 493, 495; II, 387; IV, 316, 412, 432, 447, 448, 451, 452, 454, 455, 502, 504
Imagem da vida cristã, II, 191
Imâm (capelão), III, 281, 282
Imitação de Cristo, II, 186, 189; III, 123; IV, 491
Immortale Dei (1885), encíclica papal, III, 164
Imola, Giovanni d', II, 195
Imparcial, O, I, 330, 396; III, 55; IV, 319
Imprensa (ver também **Leitura**), I, 148, 151, 188, 216, 245-246, 304-309, 393, 435, 436, 449, 451, 454; II, 12, 18, 76, 84, 107, 147, 148, 193, 194, 195, 196, 230, 245, 264, 299, 307, 328, 375, 376, 379, 411, 413, 414, 444-447, 473; III, 8, 9, 13, 23, 29, 30, 53, 54, 121, 123-124, 126, 127, 128, 131, 141, 142, 144, 146, 148, 165, 169, 182, 202, 211, 285, 294-295, 297, 342-343, 387, 426, 463; IV, 27, 37, 79, 82-83, 125, 126, 127, 132, 134, 184, 242, 243, 248, 250, 254, 275, 277, 295, 300, 316, 321, 323, 412, 413, 414, 450, 484
Imprensa católica (ver também **Meios de comunicação social**), I, 72, 73, 76, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 170, 172, 181, 189, 192-193, 238, 243, 245-247, 254-255, 257, 276, 293, 304-309, 321, 329-330, 372, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 389, 395-396, 405, 419, 441, 442, 444-445, 472, 474, 475, 476, 482, 493; II, 9, 41, 43, 87, 170, 217, 235, 247, 250, 271, 273, 279, 287, 312, 314-315, 324, 344, 373, 406, **423-429**, 457, 478, 479; III, 28, 30, 54, 55, 56, 57, 62, 67, 73, 74, 80, 81, 86, 110, 112, 162, 173, 174, 203, 205, 218, 245, 259, 300-301, 304, 305, 317, 320, 353, 380-381, 382, 383, 385, 389, 390-391, 392, 416-417, 422, 468, 469, 470-471, 472; IV, 21, 23, 25, 28, 33, 37-38, 44, 46, 48-49, 51, 112, 131, 152, 153, 174, 175, 190, 229, 238, 254, 281, 296, 302, 337, 338, 341, 347, 357, 358, 360, 399, 427, 432, 435, 441-442, 444, 465, 498
In apostolicae dignitatis fastigio (1499), bula papal, II, 298
In causa duorum (1199), bula papal, II, 211; III, 97
In eminenti (1566), breve papal, I, 205-206
In eminenti (1738), bula papal, III, 164
In eminentissime dignitatis (1393), I, 421; II, 70, 211, 294; III, 97
In junctum nobis, II, 287
In supremo (1839), bula papal, II, 162
In supremo militantis Ecclesiae (1600), IV, 184

In supremo apostolatus solio (1716), bula papal, II, 295; III, 105
Inácio, são, II, 74
Inácio de Azevedo, beato, I, 244, 248; II, 219, 341, 343; III, 26
Inácio de Loyola, santo, I, 356, 484; II, 189, 191, 192, 197; III, 21, 88--89, 126, 128, 209, 211, 330, 331, 465; IV, 89, 124, 159, 413
Incenso, I, 41; II, **429-431**; IV, 59
Índia (ver também **Ceilão, Descobrimentos, Padroado, São Tomé, cristãos de**), I, 30, 68, 86, 87, 114, 122-123, 146, 147, 218, 219, 220, 221, 249, 264, 265, 308-309, 322, 356, 386, 418, 474; II, 9, 26, 28, 36, 37, 38, 64-66, 71, 86, 104, 144, 145, 161-162, 188, 195-196, 197, 198, 269, 277, 295, 300-301, 303, 347, 367-368, 375, 405, **431-439**, 449, 452, 464, 466, 478; III, 10, 19, 21, 22, 26, 29, 30, 36, 66, 88-89, 160, 170, 190, 206, 207, 208-209, 210, 212, 216, 217, 219, 221, 237, 238, 240, 317, 443; IV, 61, 134, 135, 136, 163, 273, 340
Índia. Goa, I, 20, 21, 30, 68, 114, 142, 147, 165, 218, 220, 265, 275, 285, 306, 308-309, 324, 326, 331, 338, 418, 423, 427, 429, 451, 455; II, 9, 12, 13, 26, 71, 86, 106, 144, 196, 197, 198, 282, 294, 295, 296, 299, 300-301, 303, 347, 404-405, 410, 430, **439-444**, 448, 450, 451; III, 12, 13, 14, 22, 159-160, 170, 171, 172, 201, 209, 211, 212-213, 214, 215, 217, 219, 221, 237, 238, 241, 242, 331, 363, 386, 395, 440, 444-445; IV, 250-251, 283, 285, 288, 289, 291, 394
Índice de livros proibidos, I, 87, 88, 94, 164, 426; II, 18-19, 78, 84, 125, 147, 148, 196, 264, 384, 418, **444--447**; III, 7, 126, 147, 158, 252, 261, 277, 278, 281
Indicopleustes, Cosme (ver Cosme Indicopleustes)
Indiferentismo (ver também **Agnosticismo**), I, 72, 94, 186, 188, 457, 459; II, 124, 169, 378, 470; IV, 207, 386, 432-433, 499
Indochinesa, península (ver **Birmânia, Camboja, Cochinchina, Laos, Sião, Tonquim**)
Indonésia (ver **Insulíndia**)
Indulgências (ver **Penitência**)
Indústria e artesanato (ver também **Artes aplicadas, Azulejo, Ourivesaria**), I, 133, 312, 376, 433, 465; II, 28, 90--91, 166-167, 214, 255, 293, 411, 413, 452; III, 40, 48, 54, 85, 215, 353, 358, 371, 383, 399-400, 461, 468; IV, 49, 68, 69-70, 78, 270, 298, 301, 377, 381, 384, 434, 465
Ineffabilis Deus (1854), bula papal, I, 210
Infância (ver **Assistência, Ensino**)
Infante, João, III, 194
Inferno, II, 175; III, 226; IV, 410, 411, 502
Inglaterra, I, 87
Injunctum nobis desuper (1587), I, 207
Inocêncio I, papa, III, 142, 144
Inocêncio II, papa, I, 225, 407, 430
Inocêncio III, papa, I, 182, 353, 383, 390, 419, 421, 423, 431, 439; II, 32, 70, 82, 85, 104, 211, 273, 292, 388; III, 97, 348, 375; IV, 7, 8, 139, 305 306, 473
Inocêncio IV, papa, I, 294, 298, 353, 390, 407, 424, 434; II, 31, 76, 390; IV, 8, 157
Inocêncio V, papa, I, 344
Inocêncio VII, papa I, 193
Inocêncio VIII, papa, I, 251, 405; II, 287, 379
Inocêncio X, papa, I, 455, 486; II, 361, 362; IV, 135
Inocêncio XI, papa, II, 276; III, 103, 252, 466
Inocêncio XII, papa, I, 173, 337, 338, 486
Inocêncio XIII, papa, I, 168, 290; III, 71; IV, 234
Inocentes, António dos, IV, 495
Inquisição (ver também **Cristãos-novos, Heterodoxia, Índice de livros proibidos**), I, 48, 49-50, 85, 86, 87, 88, 157, 193, 271-272, 274, 285, 386, 450, 452; II, 18, 37, 75, 93, 104, 148, 201, 230-232, 264, 285-286, 327, 368, 370, 372, 373, 378, 379, 385, 386, 394, 396, 398, 415, 416, 418, 434, 435, 439, 440, 445, **447-453**; III, 5, 7, 26-27, 41, 48, 62, 79, 128, 147, 158, 165, 167, 169, 214, 252, 253-254, 284, 311, 312, 402, 427, 428, 463, 466; IV, 14, 18, 87, 97, 98, 158, 159, 179, 184, 185, 193, 198, 234-235, 236, 265, 267, 268, 272, 277, 281, 307, 315, 316, 368, 402, 430, 487
Insígnias episcopais e monásticas, I, 43, 225; II, **453-456**; IV, 426
Instâncio, IV, 64
Instituições da religião cristã, IV, 76
Instituições particulares de solidariedade social (IPSS) (ver também **Assistência. III. Época contemporânea**), I, 313, 470
Instituições pias, I, 140, 146, 147; II, 400, **456-457**
Instituto Açoriano de Cultura, I, 72
Instituto Católico Português (ver **Universidade Católica**)
Instituto de Ciências Sociais (*olim* Gabinete de Investigações Sociais), I, 321, IV, 207, 256, 259
Instituto Justiça e Paz, I, 331, 396
Instituto Missionário da Consolata (ver **Consolatinos**)
Instituto Missionário Pia Sociedade de São Paulo (ver **Paulistas**)
Instituto das Missões Coloniais, I, 19
Instituto Secular das Cooperadoras da Família («Obra das Zitas»), I, 172, 197, 312, 316, 398; II, 313, 317, **457-458**, 462; III, 56, 57; IV, 48, 463-464
Instituto Secular da Sagrada Família, I, 196; II, **458-459**, 462
Instituto Servas do Apostolado, II, **459**, 462; III, 57
Institutos Religiosos, II, **459-460**
Institutos Seculares, I, 176, 197, 248; II, 250-251, **460-462**; III, 57, 81, 323, 348; IV, 48, 339, 341, 361
Instrumentos musicais (ver também **Música religiosa, Organaria**), II, **462-464**
Ínsua, André da, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Insuelas, João Lourenço, IV, 393
Insulíndia, II, **464-468**; III, 22, 87, 90, 170-171, 209, 211, 212; IV, 77, 285, 286, 287, 288, 293
Integralismo Lusitano (ver também **Tradicionalismo**), II, 267, 341, 372; III, 133; IV, 75, 319
Intellecta ex vestris litteris (1218), bula papal, II, 35
Inter Coetera (1455), bula papal, I, 21, 68; II, 36; III, 364
Inter Coetera (1493), bula papal, II, 36
Inter gravissimas (1582), bula papal, IV, 275
Inter mirifica (1963), decreto conciliar, III, 183, 184
Inter pastoralis offici (1676), II, 295
Inter tot pietatis (1870), II, 381
Internet, III, 192
Interregno (1383-1385), I, 204, 230, 231, 241, 346; II, 82, 104, 156, 320; III, 40, 97, 309; IV, 42, 73, 157, 480, 520
Intin, abade de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Invasões Francesas (1807-1811) (ver também **Guerra. III. Época Contemporânea**), I, 37, 48, 126, 133, 165, 168, 180, 187, 208, 236, 264, 300, 357, 370, 438, 465; II, 102, 216, 277, 300, 314, 320; III, 79, 108, 165, 167, 197, 315, 403, 447, 453, 468, 471, 472; IV, 17-18, 34, 43, 45, 136, 165, 172-173, 221, 253, 300, 367, 398-399, 428, 488, 498
Invasões germânicas (ver também **Suevos, Visigodos, Arqueologia, Arquitectura. I. Até ao manuelino**), I, 137, 164, 165, 235, 327, 406; II, 31, 32, 69, 75, 111, 113, 318; III, 68, 115, 116, 174, 179, 222, 406, 408-409; IV, 329, 352, 362

Inventário Artístico de Portugal, IV, 406
Investigador Portuguez, O, I, 90
Iquila (ou Iquiliani), bispo de Viseu, II, 133; IV, 352
Ireneu, santo, I, 184
Irenismo (ver **Ecumenismo**)
Iria (ver Santiago de Compostela)
Iria, santa, II, 328, 329, 336; III, 118, 121, 438; IV, 154, 413
Irlanda, I, 289, 296, 477, 489; II, 8, 75, 81, 84, 87, 413, 414, 470, 471, 472; III, 22, 72, 108, 114, 118, 206, 255, 305; IV, 106, 107, 183
Irmandades (ver também **Confrarias, Misericórdias, Associações de Fiéis**), I, 78, 129-30, 199, 269-270, 371--372, 374-375, 398, 443; II, 61, 85, 93, 156, 178, 214, 219, 287-288, 402, 406; III, 52, 53, 55, 107, 112, 181, 230, 252, 270, 272, 348, 354; IV, 54, 173, 187-188, 425, 462
Irmã Lúcia (ver Santos, Lúcia de Jesus)
Irmãos das Escolas Cristãs (ver **Lassalistas**)
Irmãos Maristas das Escolas (ver **Maristas**)
Irmãos de Plymouth, I, 64, 65
Irmãos de São João de Deus (ver **Hospitaleiros de São João de Deus**)
Irmãs Carmelitas do Sagrado Coração de Jesus, I, 297
Irmãs do Amor de Deus (Congregação das), I, 283, 284, 397; II, **468--469**; IV, 48
Irmãs da Assunção, III, 203
Irmãs do Bom Pastor (ver **Congregação do Bom Pastor**)
Irmãs Concepcionistas ao Serviço dos Pobres, I, 129, 151, 320, 405, II, **469-470**; III, 110
Irmãs do Coração de Jesus Sacramentado, I, 197
Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena, I, 172, 479, 489; II, 81, **470-471**, 475; III, 110, 218; IV, 47
Irmãs Doroteias (Instituto das), I, 151, 196, 261, 262, 397, 472, 479, 482, 489; II, 127, 235, 247, 316, **471-473**; III, 110, 218, 220; IV, 47--48, 360
Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, I, 151, 398, 479, 480; II, 317
Irmãs de Jesus Maria José, I, 320, 479; II, 316-317, **473**; IV, 47
Irmãs Missionárias Dominicanas do Rosário, IV, 47
Irmãs Missionárias do Espírito Santo, I, 283, 284; IV, 326, 339
Irmãs Missionárias do Santíssimo Sacramento, I, 197
Irmãs do Precioso Sangue, III, 243
Irmãs Reparadoras Missionárias da Santa Face, II, **473-474**
Irmãs de São José de Cluny, I, 24, 25, 64, 65, 66, 67, 76, 77, 172, 197, 248, 395, 397, 482; II, 27, 324, **474--476**; III, 110, 218, 220, 237, 242, 243
Irmãs de São Vicente de Paulo (Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo), I, 81, 92, 93, 182, 196, 320, 397, 472, 473, 489; II, 234, 473, 475, **476-477**; III, 109, 203, 217; IV, 340, 433, 462
Irmãs Servas da Sagrada Família, I, 482; II, **477-478**; IV, 292
Irmãs Vitorianas (Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias), I, 320, 398, 479; II, **478-479**; III, 218, 220
Isaac, patriarca hebreu, III, 31
Isaac, patriarca arménio, III, 442
Isaac, imperador etíope, II, 64, 195
Isaac Aben Yehudad Aben Moshia, III, 38
Isaac de Nínive, III, 123, 145
Isabel I, rainha da Inglaterra, I, 87, II, 320
Isabel de Aragão, santa, rainha de Portugal, I, 137, 138, 139, 193, 387, 397, 431; II, 35, 328, 340, 343, 346, 371; III, 45, 103, 181, 194, 272, 309, 350, 361; IV, 34, 353
Isabel de Aragão e Castela, rainha de Portugal, II, 27; III, 151, 154
Isabel Maria, infanta e regente de Portugal, II, 476
Isabel de Portugal, duquesa da Borgonha, III, 150
Isabel de Portugal, rainha de Espanha e imperatriz do Sacro-Império, III, 151; IV, 13, 124
Isaías, profeta, III, 195
Isentos (Prelazias *nullius diocesis*) (ver também **Alcobaça, Diocese, Ordens militares, Moçambique**), III, 75-76, 256; IV, 63, 365, 369
Isidoro, bispo de Beja, I, 185; II, 133; III, 409
Isidoro, santo, arcebispo de Sevilha, I, 190, 202, 302, 340, 382, 414, 416; II, 110, 112, 113, 115, 150, 159, 183, 311, 318, 419, 456; III, 86-87, 92, 117, 118, 256, 265, 368, 405, 407, 409, 410, 413, 414; IV, 40, 64, 73, 193, 262, 263, 471, 473, 482, 517
Isidoro de Leão, I, 430
Ísis, II, 174
Islamismo (ver também **Apologética, Cruzada, Mocárabes, Mouros, Reconquista**), I, 103, 106, 117, 136, 160, 264, 294, 324, 334, 339, 387, 434; II, 31, 33, 35, 36, 37-38, 62, 63-64, 75, 129, 150, 163, 173, 264, 268, 285, 336, 363, 367, 370, 383, 434, 439, 451, 464-468; III, 95, 170, 174-178, 182, 205, 207, 211, 212, 246, 247, 423-424, 440-441, 442, 445, 460; IV, 72, 94, 121, 147, 156, 158, 178, 204, 205, 207, 212, 232, 285, 286, 287, 288, 289, 293, 306, 387, 398, **419**, 513, 514, 515, 516, 518, 519, 522
Ispahan, I, 30
Itácio, bispo de Mérida, III, 413
Itácio, bispo de Faro, I, 83; II, 133, 382; III, 413-414; IV, 65
Itália, I, 115, 118, 127, 133, 194, 246, 266, 268, 288, 289, 290, 291, 297, 310, 344, 407, 408, 411, 481, 491; II, 8, 15, 26, 32, 34, 42, 66, 70, 105, 146, 184, 185, 186, 269, 273, 274, 275, 308, 319, 323, 375, 376, 377, 378, 379, 443, 444, 445, 453, 460, 472; III, 8, 9, 16, 26, 44, 52, 55, 66, 115, 120, 123, 145, 149, 150, 151, 169, 181, 206, 209, 214, 258, 299, 304, 330, 362, 385, 409, 412, 416, 417, 439, 451, 452; IV, 95-96, 97, 112, 114, 125-127, 157, 164, 190, 193, 271, 301, 324, 326, 330, 340, 354, 380, 397, 398, 408, 412, 435, 465, 466, 468, 474
Itinerário de um padre. Diário, I, 380
Ivo de Chartres, III, 119
Ixo'yahb III, patriarca de Babilónia, IV, 183

J

Jabalot, mestre-geral dos Dominicanos, II, 87
Jacinta Marto, beata, II, 245, 246, 247, 345, 428; III, 58, 130-131
Jacinto, cardeal-legado, I, 417
Jacobeia, I, 88, 437, 455; II, 189, 385, 417; III, **5-7**, 148, 255, 261, 429; IV, 17, 401, 487, 501
Jacobini, Domingos, núncio apostólico e cardeal-secretário de Estado, II, 269, 405; III, 72
Jacobo, bispo de Lamego, II, 132; IV, 421
Jafanapão, reino asiático, I, 275-276
Jaffna, reino cingalês (ver **Ceilão**)
Jaime, missionário franciscano, I, 280
Jaime I, rei de Aragão, I, 83; III, 120, 194
Jaime II, rei de Aragão, II, 35
Jaime, 5.º duque de Bragança, I, 300; II, 37; III, 296
Jaime, cardeal, arcebispo de Lisboa, II, 139
Jalhay, Eugénio, III, 30
Jamdudum in Lusitania (1911), encíclica papal, II, 105; III, 316; IV, 163
James, William, I, 26; IV, 146
Janeiro, Helena, IV, 394
Jansenismo (ver também *Unigenitus*), I, 86, 88, 164, 261, 309, 388, 455, 456; II, 189, 192, 265, 385, 417, 418; III, **7-10**, 26, 128, 164, 218, 241, 261, 262; IV, 198, 234, 280, 317, 391, 400, 452-453, 501
Jansenius, Cornelius, III, 8

Janssen, Arnaldo, IV, 326
Januário, bispo de Toledo, III, 93
Januário, abade, III, 115, 407
Japão, I, 193, 249, 275, 285, 309, 334, 337, 385, 475; II, 26, 71, 144, 295, 301, 347, 439, 441; III, **10-16**, 22, 26, 88, 89-90, 160, 161, 162, 205, 209, 210, 211, 213; IV, 202, 285, 292-293, 297
Jardim, Diogo de Jesus, bispo de Olinda (Pernambuco), e de Elvas, II, 136, 146
Jardim, Jorge, secretário-geral da ACP; I, 16
Jardim, Manuel Gomes, I, 95, 99; II, 385
Jardo, Domingos Anes, chanceler-mor, bispo de Évora e Lisboa, I, 236, 332; II, 116, 117, 136, 139; III, 102, 149, 154; IV, 314, 476
Jaspers, Karl, I, 159
Jayavira I (Manuel), rei de Cândia, I, 325
Jayavira II, rei de Cândia, I, 325-326
Javouhey, Ana Maria, superiora-geral da Congregação das Irmãs de São José de Cluny, II, 474-475
Jedin, Hubert, I, 362; II, 15
Jejum, IV, 86-87
Jeremias, Pascoal, II, 443
Jerónimo, são, I, 83, 249, 305, 351; II, 110, 111, 148, 193, 382; III, 16, 68, 115, 116, 119, 133, 265, 405, 406, 407, 408, 411-412; IV, 63, 131, 476, 512
Jerónimo, Fernando, II, 282
Jerónimos (Ordem de São Jerónimo), I, 112, 113, 114, 157, 397, 477; II, 45, 46, 52, 120, 121, 150, 152, 153, 186, 283, 373, 385; III, **16-21**, 78, 84, 103, 149, 150, 151, 258, 398, 451; IV, 295, 315
Jerusalém, I, 405, 407, 429; II, 31, 34, 35, 37, 63, 64, 175, 183, 195, 222, 228, 260, 383; III, 21, 32, 33, 35, 68, 114, 115, 118, 119, 176, 209, 337, 338, 362, 394, 405-406, 408, 412, 431, 442; IV, 342
Jesuatos (Ordem Hospitaleira dos Clérigos Apostólicos de São Jerónimo) (ver **Jerónimos**)
Jesuítas (Companhia de Jesus) (ver também **Apostolado da Oração, Liga Eucarística**), I, 7, 11, 22, 23, 24, 30, 48, 49, 52, 54, 55, 56, 57, 58-59, 75, 76, 77, 78, 85, 86, 87, 88, 93-94, 96, 99, 100, 113, 114, 128, 146, 150, 165, 186, 192, 195, 196, 206, 210, 217, 218, 219, 220, 232, 236, 243, 244, 257, 260, 265-266, 267, 268, 270, 275, 276, 282, 285, 291, 306, 308, 310, 320, 326, 334-338, 341, 342, 356, 357, 362, 367, 384, 385-386, 393, 394, 395, 397, 398, 403, 404, 418, 427, 435, 436, 453, 455, 456, 474-475, 484, 485, 486, 488, 489, 490; II, 5-6, 18, 26, 48, 50, 54, 64, 84, 87, 105, 118, 120, 122-123, 126, 148, 160-161, 178, 187-188, 192, 194, 197-199, 215-216, 218, 220, 232, 234-235, 264-265, 268, 269, 276, 278, 279, 285, 287, 307, 316, 317, 322, 324, 327, 334, 338, 340, 344-345, 346, 347, 370-371, 372, 378, 385, 394, 406, 416, 418, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 439, 440, 441, 442-443, 444, 460, 462, 464-468, 472, 473; III, 5, 7, 8, 12-16, **21-31**, 47, 50, 53, 54, 55, 66, 69, 79, 83, 84, 86, 87, 88-89, 103, 106, 108, 109, 126, 127, 128, 129, 136, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 158, 159, 160, 161, 162, 166, 170, 181, 186, 204, 208-211, 212, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 227, 228, 229, 235, 237, 238, 239, 240-241, 242-243, 250, 251, 252, 261-262, 299, 300, 305, 315, 316, 329, 333, 334, 349, 364, 367, 382, 398, 421, 422, 425, 427, 444, 446, 451-452, 463, 464, 465, 466; IV, 17, 34, 42, 43, 45, 48, 50, 58, 69, 74, 122, 123, 124, 134-135, 160-161, 180, 181, 184-185, 188, 221, 233, 273, 278, 279, 280, 282, 285-286, 288-289, 292, 294, 295, 296, 297, 311, 315, 317, 318, 321-324, 326, 343-344, 354, 383, 386, 391, 392-393, 396, 410, 413-414, 426, 432, 436, 443, 462, 464, 465, 467, 470, 484-485, 490, 491, 505
Jesus, Agostinho de, arcebispo de Braga, I, 220, 229, 248; II, 135; IV, 337, 485
Jesus, António de, carmelita, I, 297
Jesus, António de, I, franciscano, 90,
Jesus, Gertrudes Margarida de, III, 286
Jesus, Jerónimo de, IV, 254
Jesus, Jorge de, IV, 180
Jesus, José de Santa Maria de, bispo de Cabo-Verde, II, 142
Jesus, Luís de, I, 166
Jesus, Maria de, IV, 45, 361
Jesus, Maria Camila de, madre, I, 175
Jesus, Olímpia de, II, 245
Jesus, Quirino Avelino de, II, 427; III, 382
Jesus, Rafael de, I, 165, 207; IV, 451, 494
Jesus, Ruperto, I, 165
Jesus, Tomé de, I, 29, 163; II, 191; III, 126; IV, 279, 450, 453, 491
Jesus Maria, Estêvão de, bispo de Angra e Açores, I, 72, 75
Jesus Maria, Filipe de, I, 165
Jesus Maria, João de, I, 207
Jesus Maria, José de, bispo de Patara, II, 230; IV, 453, 497
Jesus Maria, Pedro de, IV, 453
Jesus Maria José, Manuel de, bispo de Nanquim, e de Meliapor, I, 338; II, 145; III, 162
Jesuyab II de Gadal, 33.º patriarca nestoriano do Oriente, II, 62
Jinga Mbandi, rainha de Matambe e Ndongo (D. Ana de Sousa), I, 24, 56
Joana, beata, infanta de Portugal (Santa Joana Princesa), I, 173, 174, 176, 183; II, 82, 186, 342, 343, 346; III, 45; IV, 414
Joana de Áustria, infanta e regente de Espanha, IV, 193
Joana de Chantal, santa, III, 334
Joanes, Bartolomeu, I, 137
Joaquim, Ângelo, I, 167
Joaquim, Teresa, II, 208
João VIII, papa, II, 32
João XI, papa, I, 381
João XIX, papa, I, 381
João XXI (Pedro Hispano Portugalense; Pedro Julião), papa, I, 339, 407, 425; II, 78, 103, 114, 116, 159, 185, 264; III, 68, 121, 157; IV, 33, 276, 480
João XXII, papa, II, 35, 43, 70, 392; III, 339, 402, 442; IV, 10, 27, 394, 446
João XXIII, papa deposto, I, 408
João XXIII, papa, I, 311, 412; II, 77, 248, 409, 457; III, 80, 81, 198, 265, 317, 353, 360, 390; IV, 163, 237, 240, 377, 398, 402, 503
João, imperador etíope, II, 199
João I, rei de Leão e Castela, I, 230, 345
João II, rei de Leão e Castela, I, 405; II, 151
João *Sem Terra*, rei de Inglaterra, II, 388
João I, rei de Portugal, I, 34, 138, 155, 162, 204, 209, 261-262, 286, 295, 332, 408, 409, 423, 425-426; II, 33, 59-60, 70, 78, 81, 104, 106, 151, 152, 164, 211, 290, 292, 319, 364, 365, 391, 393; III, 39, 40, 122, 176, 266, 281, 283, 309, 336, 338, 339, 340, 341, 397; IV, 7, 10, 11, 97, 265, 267, 276, 314, 353, 425, 480, 481, 520-521
João II, rei de Portugal, I, 35, 52-53, 84, 138, 141, 156, 209, 235, 251, 287, 400, 449; II, 27, 64, 83, 152, 195, 274, 320, 366, 379, 393; III, 41, 103, 154, 155, 156, 200, 206, 207, 208, 309, 338, 339, 341, 342, 343, 350; IV, 53, 95, 123, 157, 158, 170, 268, 295, 353, 479, 482, 489-490, 491, 522
João III, rei de Portugal, I, 21, 28, 46, 53-54, 67, 68, 69, 70, 75, 87, 113, 140, 145, 146, 156-157, 209, 233, 254, 256, 280, 306, 307, 308, 325, 367, 393, 400, 410-411, 435, 437, 449; II, 17, 18, 28, 30, 31, 36, 78, 84, 86, 100, 121, 147, 159, 187-188,

196, 197, 212, 221, 222, 264, 295, 296, 299, 300, 301, 320, 367, 370, 375, 376, 378, 397, 398, 399, 448, 463; III, 20, 21, 25, 47, 75, 77, 78, 142, 149, 152, 155, 156, 158, 208, 209, 295, 296, 309, 311, 312, 336, 338, 341, 394, 451, 464-465; IV, 14--15, 63, 95, 124, 158-159, 178, 179, 193, 268, 276, 277, 315, 320, 321, 336, 353-354, 425, 426, 491, 492, 499
João IV, rei de Portugal, I, 36, 87, 158, 268, 290, 291, 426, 455, 475; II, 28, 33, 396, 397, 399, 453; III, 24, 181, 197, 296, 297, 309, 313, 328-329, 363, 466; IV, 15, 74, 124, 159-160, 187, 194, 273, 274, 288, 316, 488
João V, rei de Portugal, I, 7, 88, 114, 134, 164, 209, 210, 216, 260, 276, 287-288, 290, 291, 292, 300, 363, 388, 426, 437; II, 17, 71, 73, 105, 106, 176, 265, 295, 322, 368, 381, 382, 394, 397, 399, 416, 454; III, 5, 6, 104-105, 106, 110, 157, 193, 195, 197, 266, 273, 295, 297, 309, 313--314, 329, 331, 332, 363, 394, 402, 424, 427, 429, 452, 466, 467; IV, 16, 74, 97, 160, 194, 234, 235, 268, 271, 274, 294, 340, 355, 367, 381
João VI, rei de Portugal, I, 93, 216; II, 276, 371, 393, 394, 476; III, 27, 197, 204, 315, 336, 347, 417; IV, 96, 194, 300, 317, 345
João I, rei do Congo, I, 52
João II, rei do Congo, I, 57
João, são (evangelista), I, 445
João, infante de Portugal e governador da Ordem de Santiago, I, 209; III, 338, 341; IV, 393
João, bispo do Algarve, I, 45
João, bispo de Beja, I, 184; II, 133
João, bispo de Ceuta, e da Guarda, II, 108
João, bispo de Dume, II, 132
João, bispo de Jerusalém, III, 115
João I, bispo de Lamego, II, 138
João II, bispo de Lamego, II, 138
João I, bispo de Lisboa, I, 446-447; II, 138; III, 98
João I, bispo do Porto, IV, 10
João III, bispo do Porto, II, 140; IV, 10
João, bispo de Targa, II, 215
João, bispo de Viseu, II, 141; IV, 353
João *o Farto*, IV, 480, 481
João, vigário de Santiago (Cabo Verde), I, 280
João Afonso, vedor régio, I, 138
João Afonso, escultor, II, 164
João de Alcobaça, I, 84; II, 115; III, 121
João de Áustria, IV, 74
João de Ávila, são, II, 374, 375; IV, 489
João Baptista, são, I, 181, IV, 477
João Baptista de La Salle, são, III, 66
João Baptista Machado, beato, III, 26
João da Barroca, ermitão, II, 152
João de Biclara (ou João de Santarém), bispo de Gerona, II, 110, 364; III, 68, 115, 117, 407; IV, 262, 276, 362, 364, 517
João Boaventura, são, I, 305; III, 305
João Bosco, são, III, 217; IV, 150
João de Brito, são, II, 219, 233, 342--343, 347, 435; III, 26, 103, 181; IV, 23, 135, 323
João Cassiano, são, II, 111, 148, 182, 185; III, 68, 118, 123, 145, 146, 255, 411; IV, 183
João Clímaco, III, 123, 145
João Crisóstomo, são, II, 111; III, 145, IV, 489
João da Cruz, são, I, 160, 297, 300; III, 133; IV, 89
João de Deus, são, I, 146, 342; II, 219, 334, 342, 343, 346, 374; III, 181, 455
João Eudes, são, I, 470
João Fernandes, beato, I, 249; II, 151
João da Mata, são, IV, 305
João Nepomuceno, são, IV, 411, 413
João de Patmos, são, I, 41
João Paulo I, papa, III, 80
João Paulo II, papa, I, 182, 266, 289, 310, 312, 419, 459; II, 72, 77, 460, 479; III, 52, 62, 80, 81, 174, 181, 184, 190, 199, 264, 265, 323, 355; IV, 142, 164, 169, 176, 248, 313, 378, 398, 439, 460, 466
João de Santarém (ver João de Biclara)
João da Silva de Meneses, beato, II, 343
João Sulaca, patriarca caldeu de Selêucida-Ctesiphon, III, 441
João Vaseu, III, 409
João, Domingos, IV, 322
João, Manuel, bispo de Coimbra, II, 136
Joaquimismo (ver também **Heterodoxia**, **Sebastianismo**, **Profetismo**), I, 161; II, 35, 37, 152, 365; III, 46, 196, 206, 208; IV, 75
Job, I, 159
Jofreu, José, IV, 340
Joinville, II, 63
Jonas de Orleães, II, 32
Jones, Jim, IV, 202
Jones, Joseph Charles, IV, 78-79, 81
Jordão, Levi Maria, I, 94; II, 74
Jorge, são, I, 133
Jorge, duque de Aveiro e governador das Ordens de Santiago e Avis, II, 376; III, 336, 338, 342-343, 344; IV, 295
Jorge, bispo de Coimbra, II, 136
Jorge, António Roberto, IV, 34, 35
Jorge, Marcos, jesuíta, I, 55, 308, 309; II, 309; II, 5; III, 22, 89, 107, 128, 261, 387; IV, 32
Jorge, Silvestre, III, 24
Jorge, Virgolino, I, 108
José I, rei de Portugal (ver também **Pombalismo**), I, 31, 60, 88, 89, 148, 168, 186, 210, 214, 254, 437; II, 53, 86, 105, 212, 400, 418; III, 26, 106, 181, 261, 262, 424, 425, 467; IV, 97, 98, 157
José I da Água Rosada, rei do Congo, I, 60
José, são, I, 199; IV, 59-60, 412
José Allamano, beato, II, 8
José de Arimateia, III, 121
José Chajun, III, 33
Josemaría Escribá de Balaguer, beato, III, 323-324, 325
José Vaz, beato, I, 326; III, 213
José, Salomão Mor, III, 41
Josefismo (ver **Regalismo**)
Joseph, Teotónio, I, 309
Josefa d'Óbidos (ver Ayala, Josefa d')
Juan Manuel, II, 319
Jubilate!, III, 298, 299
Judaísmo (ver também **Apologética**, Anti-semitismo, **Cristãos-novos**, **Judeus. II. Séculos XIX-XX**, **Inquisição**), I, 49-50, 115, 160, 184, 264, 283, 339, 407, 415; II, 65, 74, 98, 128, 148, 170, 172, 173, 174, 179--180, 196, 197, 264, 268, 286, 311, 363, 365-366, 383, 430; III, **31-37**, 147, 174, 182, 195, 197, 423, 440; IV, 73, 109, 193, 278, 487
Judeus, I, 85, 156; II, 18, 36, 85, 363, 365, 370, 372, 379, 390, 392, 448; III, **37-41**, 94, 98, 99, 147, 157, 158, 279, 311, 401; IV, 158, 206, 207, 208, 277, 363, 364, 473, 477
Judiarias, I, 84, 407; III, 37, 38, 40
Júlia, beata, I, 183; II, 328, 335, 336; III, 93, 94, 95, 114, 118, 124, 438
Juliano, bispo algarvio, I, 106
Juliano, bispo de Évora, II, 132, 211
Julião *o Apóstata*, imperador romano, 371
Julião, arcebispo de Braga, I, 223; II, 131; IV, 133
Julião de Toledo, IV, 517
Julião Nakaura, III, 13
Júlio César, político romano, I, 183; IV, 517
Júlio César, missionário jesuíta, III, 240
Júlio II, papa, I, 405, 409; III, 296, 341
Júlio III, papa, I, 68, 410, 435, 450; II, 84, 282; III, 21, 336, 364, 394, 465
Junot, II, 102
Junqueira, I, 432
Junqueira, Daniel Gomes, bispo de Nova Lisboa, II, 143
Junqueiro, Alípio Guerra, I, 26, 81; II, 341, 387; III, 132, 133; IV, 75, 403, 454
Junta Americana de Comissários para as Missões Estrangeiras, I, 65

Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Religiosas, I, 90, 301; II, 52-53, 95, 278, 302
Junta Geral das Missões, II, 444; III, 366
Junta Presbiteriana de Cooperação em Portugal, II, 412
Junta da Providência Literária, IV, 280, 317
Jurisdição eclesiástica (ver também **Visitações**), II, 79; III, **41-43**; IV, 158
Justiça e Paz (comissões) (ver **Catolicismo social**)
Justiniani, núncio apostólico, I, 344; II, 403
Justiniano, imperador romano, II, 76; III, 179, 371, 409; IV, 182
Justiniano, Diogo da Anunciação, IV, 453, 495
Justino, são, I, 160; II, 74; III, 210
Justino, bispo de Évora, II, 132, 211
Justius petentium desideriis (1210), bula papal, I, 423-424
Justo, bispo do Porto, II, 132; IV, 6
Justo, bispo de Salamanca, II, 310
Juventude Antoniana, IV, 49, 462
Juventude Católica Feminina (JCF), I, 494; II, 459; III, 203
Juventude Católica Lisbonense, I, 10; IV, 435, 463
Juventude Católica do Porto, IV, 48
Juventude Escolar Católica (JEC) (ver também **Acção Católica Portuguesa**), I, 197, 330; IV, 50, 468
Juventude Operária Católica (JOC) (ver também **Acção Católica Portuguesa**), I, 197, 322, 330-331, 378, 495; II, 409; III, 384; IV, 216, 240, 465
Juventude Operária Católica Feminina (JOCF) (ver também **Acção Católica Portuguesa**), I, 197
Juventude Operária Católica Internacional, I, 321
Juventude Universitária Católica (JUC) (ver também **Acção Católica Portuguesa**), I, 330, 495; II, 409; III, 186, 384; IV, 49, 105, 216, 256, 258-259, 465, 468
Juzarte, Francisco, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Juzarte, Pedro da Cruz, III, 127

K

K'ang-hsi Ch'ing, imperador da China, I, 335, 337; III, 160
Kaflal, IV, 406
Kaicil Hairun, sultão de Ternate, II, 465, 466
Kalley, Robert R., IV, 21, 78, 80, 82
Kalley, Sarah, IV, 82
Kanjamala, Augustine, II, 431
Kant, Emmanuel, I, 25, 26, 160; II, 126, 415; III, 249; IV, 103, 317
Karaeng Motoaya, rei de Miló, IV, 288
Kardeck, Allan, II, 174; IV, 145
Kariattil, José, arcebispo de Angamale, IV, 186
Katterbach, Bruno, II, 73
Kaun, Vicente, II, 26
Kayserling, Meyer, III, 41
Kempis, Tomás de, II, 189; III, 146
Ketevan, rainha georgiana, III, 445
Ketteler, Guilherme von, cardeal, I, 491
Khemeres Vermelhos, I, 286
Kidman, Nicole, IV, 202
Kierkegaard, Soren, I, 26
Kim, Tomás, III, 136
Kipling, Rudyard, III, 216
Kirschbaum, IV, 406
Knob, Pascoal, III, 9
Kohn, Hans, IV, 299
Konishi Yukinaga Agostinho, dáimio, III, 15
Koresh, David, IV, 202
Korrodi, IV, 39
Kramer, H, I, 272
Krichen, G. van, I, 116
Kristeller, Paul Oskar, II, 378
Krus, Luís, II, 336
Kubilai Cã, imperador da China, I, 333

L

La Garde, Estêvão de, bispo de Lisboa, II, 139
La Garde, Guilherme de, arcebispo de Braga, II, 135
La Mettrie, II, 417
La Puente, Luís de, III, 127
Laborão, Joaquim Barros, ceramista, IV, 61
Laborem Exercens (1982), encíclica papal, III, 265
Labriolle, IV, 341
Lacerda, Agostinho de, jesuíta, I, 54
Lacerda, Alberto, III, 134, 136
Lacerda, António do Prado de Sousa, IV, 500
Lacerda, Fernando Correia de, bispo do Porto, II, 140; IV, 16, 48
Lacerda, Francisco Maria do Prado, bispo de Angra e Açores, I, 76; II, 134
Lacerda, Gonçalo de, II, 225
Lacerda, José Ferreira de, II, 246; III, 80
Lacerda, José Pereira de, cardeal e bispo do Algarve, I, 47, 194; II, 133; IV, 497
Lacerda, Luis Pereira de, III, 444
Lacerda, Manuel de, I, 271, 272
Lacordaire, Henri D., II, 87; IV, 442, 500
Lactâncio, II, 193, 318; III, 174; IV, 102
Lado, Maria do, II, 347
Ladurie, Emmanuel Le Roy, II, 95; III, 222
Laércio, Diógenes, IV, 204
Laetentur coeli et exultet terra (1439), I, 409
La Flor des Estoures des parties de l'Orient, II, 64
Lafões, I, 347; IV, 352-353
Lafões, duque de, III, 28, 147
Lagarra, Francisco, I, 454
Lages, António Mendes, III, 54; IV, 238
Lages, Mário, IV, 105
Lagoa, II, 21
Lagonissa, Fábio de, núncio apostólico, III, 71
Lagos, II, 50; IV, 96, 414, 479
Lagos, Vicente de, IV, 179
Laguna, Vicente, II, 86
Laicado (ver também **Institutos seculares, Ordens terceiras**) I, 18, 76, 78, 82, 88, 357-358, 358-359, 413; II, 155, 373, 438; IV, 65, 67, 197, 198
— **I. Época Medieval** (ver também Patronos leigos), I, 353, 354, 355, 415, 434-435, 439, 447, 448, 461--462; II, 70, 75, 77, 150, 185, 346, 365, 383, 388-393; III, **44--47**, 82, 103, 149, 150, 266, 334, 335, 336, 344, 376, 397, 426; IV, 183, 241, 343, 365, 366, 478-479, 520, 521, 522
— **II. Época Moderna**, 113, 140, 182, 386, 449, 450, 462-464, 474; II, 13, 14, 153, 187, 189, 190, 265, 282, 337, 346, 365, 375, 376, 383, 385, 393-400; III, 12, 17; III, **47-51**, 103, 126, 127, 128-129, 200-203, 266, 269, 332, 344, 387, 397; IV, 27, 46, 124, 234, 241, 247, 272, 344, 367, 368, 452, 522
— **III. Época Contemporânea** (ver também **Acção Católica Portuguesa, Apostolado da Oração, Catolicismo social, Movimentos eclesiais contemporâneos, Partidos políticos confessionais**), I, 10, 59, 79, 81, 94, 96, 118, 148, 149, 152, 154, 169, 173, 190, 197, 246, 284, 353, 376, 390, 393, 419, 440, 442-445, 464-470, 476, 481--482, 491-496; II, 7-8, 9, 14, 15, 40-41, 43, 216, 236, 251, 314, 342-343, 375, 400-410, 411, 412, 413, 459, 460-462, 470, 474, 475, 477; III, **51-58**, 59, 60-62, 72-74, 80, 81, 111, 166, 173, 174, 183, 185, 204, 205, 218, 266, 287, 324, 385, 470; IV, 21, 25, 26, 32, 33, 36, 44, 48, 49-50, 80, 87, 150, 217, 218, 226, 228, 229, 238-240, 254, 310, 338, 368, 377, 383, 384, 385, 393, 500-501
Laicidade (ver também **Liberalismo, Secularização**), I, 10, 59, 79, 81, 94, 96, 118, 198, 311, 321, 332, 375, 377, 455, 457, 468, 489, 491;

II, 66, 98, 233, 265-267, 340, 341--342, 343, 404, 406, 418; III, 51, **58-65**, 131, 163, 164, 182, 183, 192, 219, 243, 266, 269, 273, 287, 336, 360, 367, 383, 388, 392; IV, 98, 113, 126, 212, 218, 375, 376, 382, 383, 399, 400, 401, 429, 432, 436, 437-438, 459, 461, 501
Lam Ka Tseung, Domingos, bispo de Macau, II, 145; III, 162
Lama, Rodriguez de, II, 74
Lamaísmo (ver **Budismo**)
Lamarck, Jean, II, 126
Lambekowen, Godofredo, bispo de Nanquim, I, 338; II, 145
Lamego, I, 105, 113, 121, 179, 208, 224, 353, 401, 402, 463, 468; II, 19, 22, 47, 50, 81, 82, 155, 167, 370, 448, 471; III, 153-154, 302, 450, 451; IV, 19, 91, 169, 173, 175, 238, 362, 413, 414, 515
Lamego, diocese de I, 123, 126, 188, 223, 346, 352, 363, 365, 366, 367, 376, 390, 414, 417, 418, 421, 423, 425, 469; II, 12, 14, 15, 18, 44, 95, 105, 116, 120, 132, 138, 153, 291, 296, 298, 302, 303, 306, 371; III, 100, 248, 253, 294, 446, 447; IV, 24, 28, 29, 57, 58, 136, 220, 355, 364, 367, 371, 390, **419-428**, 484
Lamego, Vasco de, bispo da Guarda, II, 137, 311
Lamentabili (1907), decreto papal, III, 249, 250; IV, 437
Lammenais, Hugues F. R. de, I, 91; III, 164, 183; IV, 298, 432
Lançarote, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Landerico, bispo de Lisboa, II, 133; III, 94
Landinelli, Vicente, núncio apostólico, II, 71
Landriot, IV, 444
Langa, Adriano, bispo aux. de Maputo, II, 280
Lanhas, Fernando, III, 456
Laodiceia, II, 69
Laos, I, 275, 386; III, **65-66**, 211; IV, 231
Lapa, Fernanda, III, 301
Lapa, João, II, 166
Lapa, José, IV, 467
Lapa, José Udalrico da, II, 473
Lapa, Manuel, I, 135
Lapa, Querubim, I, 180; II, 168; IV, 416
Laprade, Claude, IV, 381
Laranjeira, Manuel, II, 330-331, 334
Laranjo, Francisco, IV, 40
Larrañaga, Inácio, I, 261
Lassalistas (Irmãos das Escolas Cristãs), I, 486; III, **66-67**
Latiegui, Vicente, IV, 50
Latim eclesiástico (ver também **Gramática**), I, 48, 49, 207, 210, 216, 236, 237, 244, 258, 303, 332, 359, 367, 368, 369, 375, 419; II, 12, 13, 83, 106-107, 110, 111, 112, 118, 122, 216, 260, 287, 368, 375, 376, 458; III, 23, 66, **67-69**, 72, 82, 89, 90-91, 102, 114, 123-124, 126, 128, 129, 145, 157, 175, 182, 249, 285, 298, 305, 334, 387; IV, 31, 131, 321, 388, 482, 485
Latini, Brunetto, I, 340; II, 159
Latrão (ver Roma)
Lauro, bispo de Beja, I, 184; II, 133
Lauso, bispo de Viseu, II, 133; IV, 352
Lausperene (ver também **Eucaristia**) I, 36, 437; III, 110; IV, 53, 392-393, 395-396
Laynes, Francisco, arcebispo de Meliapor, II, 145; IV, 324
Lavajo, Chorão, IV, 447, 455
Laval, Pyrard de, II, 444
Lavradio, marquês do (ver Portugal, António de Almeida)
Lawrence, III, 46
Lazaristas (ver **Vicentinos**)
Lazaristas, Os, I, 92
Lázaro, são, I, 139
Le Bras, Gabriel, II, 15, 150, IV, 255, 256
Le Brun, III, 143
Le Courtier, III, 144
Le Goff, Jacques, III, 222
Le Play, IV, 255
Le Roy, II, 180
Le Vavasseur, Frederico, II, 180; III, 144
Leal Conselheiro, I, 84, 136, 155, 156, 162, 286, 301, 339, 446; II, 82, 186, 265, 365; III, 123, 146, 157-158, 285, 294, 410; IV, 294-295, 447
Leal, António dos Santos, III, 447
Leal, Freitas, I, 116, 135; II, 168
Leal, Gomes, I, 81, 91, 95; III, 132, 134; IV, 75, 402, 454
Leal, João, II, 203, 208
Leal, Manuel Pereira da Silva, IV, 241
Leal, Mendes, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Leal, Raul, II, 174, 387
Leal, Silva, II, 73
Leandro, são, arcebispo de Sevilha, I, 202; II, 113, 183, 364; IV, 40, 471, 473
Leão I *Magno*, papa, I, 222, 414; II, 70; III, 293, 394, 408; IV, 66, 131, 155, 471-472
Leão III, papa, III, 294
Leão IV, papa, I, 32
Leão VI, papa, III, 180
Leão X, papa, I, 22, 50, 68, 183, 287, 384, 409, 426; II, 104, 275, 278, 310, 319, 379; III, 17, 19, 102; IV, 44, 136
Leão XII, papa, I, 343; II, 276; III, 106
Leão XIII, papa, I, 95, 98, 134, 149, 169, 227, 233, 254, 276, 310, 311, 312, 313-315, 329, 330, 389, 403, 404, 427; II, 42, 72, 103, 105, 160, 228, 268, 387, 405, 473; III, 54, 63, 67, 74, 109, 110, 164, 167, 173, 198, 265, 304, 349, 353, 381, 383, 388-389, 460, 468, 472; IV, 22, 30, 49, 134, 200, 237, 250, 295, 296, 302, 318, 325, 435, 436, 462, 503
Leão Hebreu, II, 264
Leão, António Barbosa, bispo de Angola e Congo, Algarve e Porto, I, 47, 49, 50, 65, 373; II, 133, 140, 142; IV, 22-23, 33, 35, 40, 347
Leão, Cunha, IV, 39
Leão, Francisco Cunha, IV, 75
Leão, Gaspar de, arcebispo de Goa, I, 85; II, 144, 189-190, 447; III, 142; IV, 74
Leão, Manuel Barbosa, IV, 48
Leão, Nunes, III, 92
Leão, Serafim de, II, 322
Lebeurier, bispo de Orleães, I, 378
Lebna Dengel, imperador etíope, II, 196-197
Lebret, Louis Joseph, IV, 377
Leça da Palmeira, IV, 44
Leça do Bailio, I, 202; II, 112, 293, 391; III, 256, 338; IV, 42, 62
Leccionário (ver **Liturgia**)
Leclercq, Jean, II, 330
Ledesma, Francisco, IV, 278
Ledesma, Martinho de, I, 86, 449; II, 84, 160; IV, 277, 295
Legados pios (ver também **Morte**), I, 214, 215, 244; II, 59, 116, 151, 154, 208, 240, 457, 464; III, **69-70**, 98, 145, 151-152, 154, 156, 202, 240, 267, 268-269, 270, 272, 273, 294, 344, 350, 395, 396-397, 401, 402, 459; IV, 8, 12, 315, 337, 425, 472, 475, 514
Legados pontifícios (ver também **Nunciatura, Santa Sé e Portugal**), III, **70-72**, 209; IV, 97
Legatio Magni Indorum Imperatoris, II, 147
Legenda Aurea, II, 186; III, 84, 146; IV, 294, 408, 409
Legião de Maria, I, 197, 261, 284; III, 55, **72-74**; IV, 465
Legitimismo (ver em **Tradicionalismo**)
Leibnitz, G. W., II, 6
Leiria, I, 108, 113, 139, 183, 214, 215, 217, 233, 244, 467, 468; II, 19, 21, 44, 45, 46, 47, 54, 81, 82, 89, 98, 115, 127, 236, 276, 279, 280, 291; III, 96, 203, 450; IV, 8, 79, 171, 172-173, 236, 499
Leiria-Fátima, diocese de (ver também **Fátima**), I, 123, 169, 297, 363, 367, 374, 390, 394, 431, 435, 436; II, 12, 14, 18, 84, 106, 120, 138, 274, 296, 298, 300, 303, 345; III, **74-81**, 100, 109, 227-228, 300; IV, 58, 68, 131, 159, 221, 251, 313, 336
Leiria, João de, I, 244

Leitão e Irmãos, III, 363
Leitão, Afonso, I, 295
Leitão, Álvaro, IV, 495
Leitão, António Vieira, bispo de Angra e Açores, I, 70, 368; II, 134
Leitão, Bartolomeu, bispo de Cabo Verde, I, 193; II, 142; IV, 280
Leitão, Belchior Carneiro, governador da diocese de Macau, III, 159, 160
Leitão, Clemente José Colaço, bispo de Cochim, II, 144
Leitão, Domingos Barreiro, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Leitão, Estêvão, II, 84
Leitão, Francisco Xavier, I, 85, 455; IV, 323, 497
Leitão, Manuel Rodrigues, II, 401; III, 329; IV, 45, 97
Leitão, Pedro, bispo da Baía, II, 145; IV, 52
Leite, António, III, 422; IV, 98, 248, 393
Leite Júnior, António José Pereira, IV, 499
Leite, Bressane, governador de Angola, I, 61
Leite, Dinis, III, 220
Leite, Fernando, II, 344
Leite, Gonçalo, II, 161
Leite, J., pastor, II, 99
Leite, Jerónimo Dias, II, 281, 287
Leite, João, III, 152
Leite, Joaquim, governador da diocese de Malaca, III, 172
Leite, Joaquim José, I, 309
Leite, José, II, 344
Leite, José Marques, III, 472
Leite, José Pereira, IV, 51
Leite, Lourenço, I, 438
Leite, Serafim, I, 99; II, 372; III, 30, 220, 422
Leite, Silva, IV, 82
Leituga, Alexandre, IV, 393
Leitura (ver também **Bibliotecas eclesiásticas**, Imprensa, **Imprensa católica, Literatura religiosa, Livro religioso, Scriptoria**), I, 214-217; III, **81-86**
Leitura Nova, I, 35; II, 72, 169; IV, 407
Lemos, Francisco de, bispo-conde de Coimbra e reitor da Universidade, I, 215, 388, 416; IV, 317
Lemos, João de, I, 92; III, 131, 132, 134
Lemos, Jorge de, bispo do Funchal, II, 137, 282
Lemos, José Manuel, bispo de Miranda, de Viseu, e bispo-conde de Coimbra I, 375, 393; II, 135, 136; III, 447; IV, 357
Lemos, Luís de, egresso jesuíta, IV, 495
Lemos, Luís Figueiredo de, bispo do Funchal, I, 70; II, 137, 282, 284
Lemos, Sebastião da Anunciação Gomes de, bispo de Angola e Congo, I, 174; II, 141
Lencastre, Afonso de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Lencastre, António de, governador de Angola, I, 59
Lencastre, João de, bispo de Lamego, II, 138
Lencastre, Jorge de, bispo de Ceuta, II, 142
Lencastre, José de, bispo de Miranda, e de Leiria, I, 367; II, 135, 138, 170; III, 79, 81; IV, 494
Lencastre, Lourenço de, bispo de Elvas, e de Leiria, II, 136, 138; III, 81; IV, 221
Lencastre, Pedro de, bispo de Elvas, II, 136
Lencastre, Veríssimo de, arcebispo de Braga, II, 135
Lenda e História, II, 328
Lendas da Índia, I, 156
Leodegísio, bispo de Dume, arcebispo de Braga, I, 237; II, 131, 132
Léon, Luis de, IV, 127, 272
Leone, Ricardo, I, 134; IV, 39
Leonor, infanta de Portugal e imperatriz do Sacro Império, III, 282; IV, 123
Leonor, rainha de Portugal, I, 141, 145, 157, 251, 287, 462; III, 46, 104, 121, 123, 154, 156, 282
Leonor, rainha do Congo, I, 52
Leonor de Aragão, rainha de Portugal, II, 64, 82; IV, 480
Leonor de Áustria, rainha de Portugal, I, 49; III, 362
Leonor Teles, rainha e regente de Portugal, I, 346; III, 194; IV, 10
Leopoldo, imperador do Sacro-Império, IV, 185
Leovigildo, rei dos visigodos, I, 106, 414; II, 364; III, 117; IV, 5, 133, 262, 352, 362, 364
Leprosaria (ver **Assistência**)
Leria, João Maria, I, 386; III, 66
L'Esprit des Lois, II, 415
Leunis, João, I, 474
Lévi-Strauss, Claude, II, 199, 239; III, 217
Li, Pedro, II, 26
Lião, I, 407, 424, 443; II, 35, 390; III, 207, 359; IV, 8, 132, 157
Liber de copia verborum et rerum, II, 148
Liber Poenitentiarius, I, 446
Liber Secretorum Fidelium Crucis, II, 64
Liberalismo (ver **Anticlericalismo, Congreganismo, Desamortização, Extinção das ordens religiosas, Iluminismo**), I, 24, 37, 49, 50, 69-70, 71-72, 80, 89-94, 102, 115, 118, 126, 133, 148, 149, 150, 168-169, 208, 210, 215, 229, 233, 235, 236, 239, 244-245, 248, 256, 264, 279, 311, 312, 314, 327, 343-344, 348, 357, 370-373, 375-378, 388-389, 392, 393, 394, 399, 402, 411, 426-427, 438, 465-468, 472-473, 475, 477, 484, 485, 486, 488, 490, 491; II, 12, 53-54, 57-58, 78, 79, 81, 87, 95, 97, 98, 102-103, 105, 123-124, 131, 164, 213, 216, 232-236, 242-243, 277-278, 284, 297, 302, 314, 370, 371, 372, 375, 385-386, 401, 402-406, 415, 418, 436, 448, 460-461, 476; III, 27-28, 41, 43, 51, 52, 55, 59, 61, 62, 63, 64, 74, 75, 79-80, 85, 106-107, 108, 111, 131, 156, 161, 162, 164, 165-166, 167, 180, 183, 196, 197, 202, 213-214, 216, 217, 218, 221, 241, 290, 296, 297-298, 315-316, 329, 332, 337, 347, 348, 352, 358-359, 364-366, 377, 380-382, 388-389, 398, 402, 403, 404, 417-418, 421-422, 447, 449, 453, 459, 460, 462, 471; IV, 19, 46, 57, 67, 71, 74, 78, 84, 98, 138, 161-163, 173, 188, 194, 195, 198, 201, 215, 220, 221, 224, 237, 248, 254, 280-281, 298-303, 317-318, 325, 339, 340, 357, 367, 372, 374, 375, 376, 378, 385, 386, 392, 396-397, 399, 402, 403, 415, 422, 427, **428-441**, 453, 459, 460, 462, 497-498, 502
Liberata, santa, II, 328
Libério, papa, III, 412
Libério, bispo de Mérida, I, 413
Libermann, Francisco Maria Paulo, II, superior-geral dos Espiritanos, 179-180, 181
Libro del Conosçimiento de todos los reinos, II, 64
Libro del Infante Don Pedro de Portugal, II, 63
Licério, bispo de Egitânia, II, 132, 311
Licet et Debito (1572), bula papal, II, 375
Liciano, bispo de Cartagena, IV, 362
Lienhardt, Godfrey, IV, 103
Lievens, Constant, II, 437
Liga de Acção Social Cristã, I, 11; III, 55
Liga de Acção Litúrgica e Paroquial, III, 299
Liga da Boa Imprensa, I, 317, 389, 396, 493; III, 55, 183, 469; IV, 49, 435, 441, 442
Liga do Clero Paroquial Português, I, 372
Liga Eucarística (ver também **Apostolado da Oração**), III, **86**; IV, 49, 464
Liga Independente Católica Feminina (LICF), I, 197
Liga dos Libertadores Filo-Africanos (Mission Philoafricaine), I, 64, 65
Liga Operária Católica (LOC) (ver

também **Acção Católica Portuguesa**), IV, 239-240, 468
Liga Operária Católica Feminina (LOCF) (ver também **Acção Católica Portuguesa**), I, 197
Liga da Santidade Sacerdotal (ver **Apostolado da Oração**)
Lille, Alain de, IV, 471, 477
Lima, A. Pires de, II, 330
Lima, Arenas de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 110
Lima, Cândido, III, 302
Lima, Fernando de Castro Pires de, IV, 445
Lima, Fernão de, I, 206
Lima, Francisco de, bispo de Olinda (Pernambuco), II, 146
Lima, Francisco Barreto de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Lima, Jaime de Magalhães, I, 175; III, 353
Lima, João de Abreu, IV, 287
Lima, Joaquim Xavier Botelho de, arcebispo de Évora, I, 215; II, 136
Lima, Joaquim da Costa, III, 422; IV, 408
Lima, José Mendes, I, 195
Lima, José António Godinho de, IV, 219, 455 (ver Bastos, José A. Godinho de Lima R. de)
Lima, José da Silva, II, 210; IV, 105, 394
Lima, Lopes de, governador de Timor, IV, 292
Lima, Lourenço Torres, I, 293
Lima, Luís António de Abreu e (visconde da Carreira), representante de Portugal junto da Santa Sé, I, 344; II, 105, 403, 404; IV, 53
Lima, Luís Caetano de, II, 78; III, 193
Lima, Manuel de, IV, 453, 494
Lima, Manuel António de Brito, vigário-geral da Guiné, II, 323
Lima, Rodrigo de, II, 196
Lima, Sílvio de, I, 98, 99; IV, 320
Lima, Tomás da Encarnação da Costa e, bispo de Olinda (Pernambuco), II, 146
Lima, Xavier Botelho de, arcebispo de Évora, II, 216
Limpens, J., III, 259
Limpo, Baltasar, provincial dos Carmelitas Descalços, bispo do Porto e arcebispo de Braga, I, 193, 194, 245, 295, 365, 411, 453; II, 135, 140, 187, 384; IV, 13-15, 27, 31, 171, 491
Linda-a-Pastora, I, 473
Línguas indígenas (ver também **África, Angola, Brasil, Índia, São Tomé, cristãos de**), I, 308-309, 385--386, 442, 443, 464; III, 26, **86-90**, 170, 240, 299; IV, 292, 297, 324
Linguística (ver também **Gramática, Latim eclesiástico, Línguas indígenas**), II, 221, 308-309, 381, 433, 464; III, 26, 31, 51-52, 58-59, **90--93**, 114, 138-139, 146, 161, 168, 170, 174-175, 195, 222, 246, 252, 259-260, 279, 292, 306, 322, 326, 359, 368, 393, 404-405; IV, 58, 67, 72, 91, 101-102, 108, 126, 131, 138-139, 143, 146, 155, 164, 191, 192, 204, 234, 236, 263-264, 277, 280, 284, 286-287, 344, 388, 470--471
Linhares, conde de, vice-rei da Índia, III, 445
Linhares, Silvestre de, III, 155; IV, 44
Lino, Acácio, III, 454
Lino, António, IV, 416
Lino, Manuel Jesus, II, 126, 228
Lippomano, Andrés, IV, 273
Lippomano, Luiggi, núncio apostólico, bispo de Bérgamo, I, 87; III, 71, 312
Lira, Manuel, II, 307; III, 148; IV, 450
Lira, Nicolau de, I, 84, 159; II, 383; III, 158
Lisboa, I, 27, 28, 102, 105, 106-107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 126, 130, 134, 135, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 146, 150, 151, 153, 165, 171, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 196, 206, 207, 208, 212, 213, 214, 217, 274, 287, 289, 295, 297, 299, 307, 308, 309, 327, 328, 330, 349, 352, 353, 359, 371-372, 373, 393, 400, 402, 405, 419, 423, 426, 430, 434, 442, 444, 447, 453, 461, 462, 464, 465, 467, 470, 474, 475, 476, 477, 492, 493; II, 9, 19, 20, 21, 22, 36, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 54, 61, 73, 81, 82, 83, 84, 87, 98, 99, 112, 116--117, 122, 123, 126, 127, 131, 147, 151, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 175, 181, 186, 190, 209, 241, 246, 258, 270, 273, 274, 279, 293, 335, 337, 376, 391, 411, 412, 413, 418, 448, 450, 451, 459, 472, 474; III, 8, 18, 19-20, 21, 23, 26, 33, 37, 38, 40, 41, 53, 54, 55, 68, 73, 85, 114, 118, 119--120, 145, 149, 150, 154, 157, 165, 169, 186, 187, 200, 202, 247, 254, 266, 267, 272, 279, 282, 331, 342, 351-352, 375, 381, 384, 417, 418, 439, 450, 451, 452, 455; IV, 51, 68, 79, 83, 84, 91, 93, 94, 96, 105, 130, 131, 150, 151, 153, 166, 169, 171, 172, 173, 175, 207, 209, 214-215, 217, 218, 238, 256, 267, 273, 296, 300, 305, 310, 311, 312, 314-315, 319, 327, 340, 398, 408, 412, 413, 415, 416, 441, 443, 444, 457, 458--459, 462, 463, 464, 465, 476, 477--478, 479, 480, 484, 485, 498, 501, 515, 520
Lisboa, diocese e patriarcado de (ver também **Capela Real, Diocese, Patriarcado**), I, 44, 49, 54, 69, 121, 123, 228, 265, 267, 269, 279, 280, 288, 304, 332, 346, 354, 363, 367, 371, 374, 375, 390, 399, 417, 418, 421, 422, 423, 425, 426, 451, 471, 494; II, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 39, 43, 44, 53, 54, 55, 60, 66, 77, 89, 95, 105, 114, 120, 124, 132-133, 138--139, 211, 212, 240-241, 245, 273, 276, 282, 291, 292, 294, 295-296, 300, 303, 306, 362, 363, 364, 365, 402, 410, 431, 454, 472, 476; III, 78, 80, **93-113**, 191, 204, 248, 270, 294, 295, 297, 298, 300, 301, 304, 336, 355, 356, 386, 391, 402, 412--413, 417, 467, 468; IV, 21, 68, 86, 87, 104, 136, 151, 152-153, 167, 175, 187, 191, 220-221, 227, 242, 243, 254, 258, 331, 340, 366, 367, 389, 393, 421, 453, 466, 472, 478, 482, 484, 486
Lisboa, António de, II, 121; IV, 474
Lisboa, Cristóvão de, bispo de Malaca, arcebispo de Goa, II, 144, 145; IV, 492
Lisboa, Gomes Eanes de, III, 150
Lisboa, João de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108; IV, 128
Lisboa, Marcos de, bispo do Porto, I, 451-452, 453; II, 140, 187, 189; III, 147, 351; IV, 15, 51, 73-74, 279
Lisboa, Pedro de, I, 218
Lisboa, Vicente de, confessor régio, II, 81, 82
Literatura, I, 376-377; II, 175
Literatura religiosa (ver também **Apologética, Confissão, Espiritualidade, Hagiografia e santidade, Mariologia, Oratória sacra ou parenética, Patrologia lusitana**), III, 182, 284, 306, 308
— **I. Época Medieval**, III, 68, **113--125**, 266, 268, 272, 437; IV, 64
— **II. Época Moderna**, I, 301; II, 6, 47-48; III, 69, **125-130**, 268, 272, 285, 465; IV, 37, 120-121, 366, 389-392, 408, 410, 414
— **III. Época Contemporânea**, I, 259, 494; III, **130-138**, 325; IV, 82-83, 382, 396, 404
Liturgia (ver também **Alfaias litúrgicas, Eucaristia, Mobiliário eclesiástico, Ritual, Tempo, Vestes litúrgicas**), I, 109, 110, 113, 116, 117, 136, 169, 173, 175, 191, 202, 207, 208, 212, 214, 215, 237, 259, 279, 286, 287, 304, 307, 349, 355, 360, 367, 368, 376, 381, 382, 384, 387, 390, 393, 394, 395, 399, 400, 403, 414, 416, 419, 421, 429, 432, 435, 440, 491, 492, 494, 495; II, 9, 12, 13, 14, 16, 27, 35, 63, 67, 75, 76, 92, 100, 112, 113, 114, 118-119, 154, 155, 173, 177, 178, 183, 213, 215, 260, 261, 263, 311, 321, 326-

-327, 328, 336, 344, 382, 384, 413, 414, 419, 429-431, 432, 438, 454, 456, 462; III, 17, 35, 45, 68, 69, 75, 79, 98, 99, 104, 113, 117, 129, **138-145**, 152, 190, 214, 247, 249, 256, 258, 265, 267, 268, 269, 270, 292, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 307, 356, 357, 374, 378, 379, 386, 387, 397, 410, 414, 437, 442; IV, 22, 24, 25, 27, 39, 41, 48, 58, 67, 80, 82, 83, 104, 111, 121, 136, 138, 166, 173, 182, 183, 184, 189-190, 192, 203, 210, 220, 228, 231, 250, 273, 320, 342, 347, 363, 366, 384, 385, 406, 411, 422, 442, 443, 446, 451, 454, 470, 472, 475, 504, 514
Liturgia, I, 208
Liúvia II, rei dos Visigodos, IV, 364
Liúva, arcebispo de Braga, II, 131
Liúva, bispo de Dume, II, 132
Livingstone, David, missionário protestante, I, 63; III, 240, 242
Livro de arautos, II, 37
Livro das Calendas, I, 214
Livro da Cartuxa, I, 156
Livro das confissões, I, 84, 446; III, 122; IV, 482
Livro da corte imperial, I, 83, 84, 159, 162; II, 78, 383; III, 122, 145, 158; IV, 276, 477
Livro da crença cristã, III, 121-122
Livro da doutrina espiritual, II, 190
Livro das grandezas de Lisboa, II, 51
Livro da montaria, I, 155, 162
Livro de oração comum, I, 87; II, 413; IV, 78
Livro religioso (ver também Imprensa, **Leitura, Literatura religiosa**), III, 182; IV, 388
— **I. Época Medieval** (ver também **Iluminura**), III, **145-146**, 395, 131-132, 133-134, 427, 445, 471, 514
— **II. Época Moderna**, II, 16; III, **146-149**, 295; IV, 13, 37, 132, 181
— **III. Época Contemporânea**, III, 203-204, 298; IV, **441-445**
Livro das três virtudes, III, 285
Livro da virtuosa benfeitoria, I, 162, 301; II, 82, 186, 194; III, 123; IV, 295
Ló, Gregório, vigário apostólico, I, 338
Loarte, Gaspar, IV, 450
Lobato, Pedro de, IV, 233
Lobo, A. S. Silva Costa, IV, 194
Lobo, Alexandre, bispo de Viseu, I, 194
Lobo, Diogo, III, 66
Lobo, Duarte, III, 294, 296, 298, 302
Lobo, Francisco Alexandre, bispo de Viseu, I, 90; II, 141; III, 144, 147, 148; IV, 356-357, 360, 498
Lobo, Francisco Rodrigues, II, 121; IV, 453
Lobo, Gil, IV, 480, 481
Lobo, Heitor, III, 358
Lobo, João, bispo de Tânger, II, 144
Lobo, João de Sousa, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Lobo, Manuel, IV, 34
Lobo, Pedro da Cunha, bispo de São Tomé, II, 143
Lobo, Vasco José da Boa-Morte, bispo de Moçambique, II, 142
Lobrichon, G., III, 44
Locatelli, Achiles, núncio apostólico, cardeal, II, 106, 406; III, 72, 316
Lócio, Jorge Eugénio de, IV, 303
Locke, John, II, 414, 415, 417
Loewenstein, Adelaide Sofia de, IV, 302
Logomédia, III, 191-192
Lóios, I, 52, 53, 146, 147, 205, 235-236, 397; II, 45, 121, 346, 385; III, 103, **149-157**, 258, 398; IV, 12, 34, 44, 51, 353, 426, 482
Loios, Francisco, IV, 395
Lombardi, Riccardo, IV, 465
Lomelino, Urbano, II, 284
Lopes, António, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108; III, 423
Lopes, Bartolomeu, III, 240
Lopes, Bernardo, IV, 44
Lopes, David, III, 90
Lopes, Diogo, II, 227; IV, 495
Lopes, Fernando Félix, vigário-geral da Guiné, II, 116, 323; III, 220; IV, 454
Lopes, Fernão, guarda-mor da Torre do Tombo, I, 155, 162, 214; II, 37, 115, I, 312, 322, 350, 353, 355, 382, 430, 461, 462; II, 44, 48, 70, 90, 126, 152, 186, 194, 319, 365, 383; III, 97; IV, 73, 477-478, 479, 518, 520, 521
Lopes, Francisco, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108; III, 225
Lopes, Gregório, bispo de Nanquim, II, 145
Lopes, Gregório, pintor, II, 346; III, 451; IV, 61, 409, 410, 411-412, 412-413
Lopes, Gregório, exegeta, II, 225
Lopes, Heitor, IV, 193
Lopes, João da Silva, II, 371
Lopes, José Manuel Miranda, I, 259
Lopes, Luís, I, 194
Lopes, Manuel Pereira, IV, 33
Lopes, Martinho da Costa, governador da diocese de Timor, IV, 293
Lopes, Óscar, III, 136, 137
Lopes, Teixeira, I, 328; II, 165-166; IV, 415
Lopes, Toríbio, bispo de Miranda, II, 135, 297
López Altuna, Pedro, IV, 494
López de Ayala, Pedro, III, 175
Lordelo, I, 109
Lorete, escultor, IV, 408
Loreto, Manuel Caetano do, abade-geral dos Monges Negros de São Bento, I, 207
Loronha, Fernando de, II, 28-29
Lorvão, I, 202, 215, 216, 348, 387, 392, 393, 394, 397; II, 111, 183, 184, 419-420; III, 118, 145, 249, 256, 269, 399, 405; IV, 62, 122-123, 191, 407, 414, 512, 513, 514
Lorvão, Afonso de, IV, 480
Louise de Marillac, santa, II, 476; IV, 340
Loulé, I, 117, 126, 405; II, 173, 274; III, 281
Loulé, duque de, primeiro-ministro, I, 93; III, 418; IV, 499
Loulé, Estêvão de, IV, 480
Loupès, Philippe, II, 417
Lourdes, I, 491; II, 387; IV, 384, 385
Lourdes, Maria Plácida de, IV, 227
Loureiro, Diogo Gomes, III, 148
Loureiro, João, I, 342; III, 26
Loureiro, Manuel Lopes, IV, 18
Loureiro, Manuel Pires de Azevedo, bispo de Beja, I, 187-88; II, 134
Loureiro, Rui Manuel, II, 379
Lourenço, são, III, 438
Lourenço, irmão jesuíta japonês, III, 12
Lourenço, bispo de Coimbra, II, 136
Lourenço, bispo da Guarda, II, 137, 311
Lourenço, bispo de Lamego, II, 138
Lourenço de Brindes, são, I, 289; IV, 454
Lourenço Justiniano, são, II, 185, 186; III, 154
Lourenço, bispo de Mégara e abade comendatário de Pendorada, I, 204-205; IV, 42
Lourenço, Agostinho, III, 23
Lourenço, Domingos, IV, 477
Lourenço, Eduardo, III, 131, 132, 137; IV, 195, 403
Lourenço, João, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108, 229
Lourenço, Joaquim Maria, I, 200
Lourenço, José, IV, 44
Lourenço, Martim, III, 103, 149, 150, 153
Lourenço, Pedro, bispo de Viseu, II, 141; IV, 353
Lourenço, Pedro, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Lourenço, Rui, chanceler-mor, I, 332, 104
Loures, II, 21
Louriçal, I, 354, 397
Lourido, Estêvão de, III, 123
Lourinhã, II, 21; III, 451
Lourinhã, Hilário da, III, 122
Lourosa, I, 110, 396; IV, 96
Lousã, II, 22
Lousada, IV, 5
Lousada, Gaspar Álvares, IV, 5

Loyson, IV, 500
Lovaina, II, 19, 30, 84, 121, 196, 221, 379, 444, 445; III, 8, 146, 305; IV, 238, 277, 298, 315, 385
Luca, Xisto Fabri de, geral dos Dominicanos, I, 453
Lucas, Domingos Marcos, IV, 39
Lucas, Maria Clara, II, 329
Lucena, Afonso de, II, 26
Lucena, Armando, IV, 406
Lucena, João de, III, 24; III, 147; IV, 279, 323, 491
Lucena, Vasco Fernandes de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 107, 108, 194, 379, 477
Lucêncio, abade de Lorvão, bispo de Coimbra, I, 387, 414; II, 131
Luciano, III, 406
Lúcio II, papa, IV, 156
Lucrécio, IV, 101, 263
Lucrécio, arcebispo de Braga, I, 223, 237, 414; II, 131; III, 117, 409
Ludolfo da Saxónia, I, 300; II, 186; III, 121, 123, 146; IV, 408
Lugar na cidade, Um, II, 209
Lugo, I, 223, 224, 414, 421; II, 70, 131, 309, 311, 381; III, 373; IV, 5, 352
Luís IX, são, rei de França, II, 337
Luís XII, rei de França, I, 409; III, 330
Luís XIV, rei de França, I, 335; II, 320
Luís XV, rei de França, II, 179; III, 262
Luís XVIII, rei de França, II, 179
Luís I, rei de Portugal, I, 134, 427, 472; II, 105, 303, 405; III, 173
Luís, rei de Supa, II, 464-465
Luís, infante de Portugal, II, 377
Luís Filipe, príncipe real, I, 65; II, 87; III, 469; IV, 503
Luis Gonzaga, são, IV, 413
Luís Maria Grignon de Monfort, são, III, 72, 230, 258
Luís, António II, 378; IV, 128
Luís, Gaspar, I, 386
Luís, Manuel, III, 300, 301
Luís, Pedro, IV, 295
Luisa de Gusmão, rainha de Portugal, I, 27, 31, 475; III, 329, 466; IV, 74
Luisier, Afonso, III, 28
Lulismo, III, 122, **157-158**
Lull, Raimundo, I, 84, 159, 383; III, 157-158, 169
Lumen, I, 374, 375, 376, 378, 379, 441, 458; II, 217; III, 186; IV, 24, 28, 104, 256, 427, 456
Lumen Gentium, constituição conciliar, II, 387; III, 52, 263
Lumi, Maria (pseud.), II, 344, 345
Luna, Pedro de, cardeal (ver Bento XIII)
Lúnula, I, 40
Luper, Albert Ward, IV, 83
Lusitanae ecclesiae religio, I, 88
Lusiadas, Os, I, 157; II, 37, 320, 376, 383; III, 19, 134; IV, 130
Lusitania Sacra, II, 373
Lusitanorum nobilissima gens (1967), decreto papal, IV, 311-312
Lusitanos, I, 183; II, 369
Luteranismo (ver também **Protestantismo**), I, 49, 87, 88, 409, 410; II, 168, 196, 378, 437; III, 311, 387; IV, 76, 80
Lutero, Martinho, I, 87, 88, 409, 450; II, 15, 148, 320, 367, 444; III, 210; IV, 75, 76, 88, 122, 127, 272
Luz e calor, III, 255
Luz, Belchior da, I, 219; IV, 286
Luz, Filipe da, II, 192; IV, 492
Luz, Isidoro da, I, 164; IV, 279
Luz, Maria Perpétua da, I, 18, 193
Luz, Simão da, II, 85; IV, 494
Luz, Valentim da, I, 49, 87, 450, 483
Luz, Vicente da, IV, 494
Luzia, santa, I, 106, 199; II, 202
Lynch, Keliano, I, 296
Lyra Sacra, III, 298, 299

M

Mabille, Louise, superiora-geral das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, II, 271
Mabillon, Jean, II, 72, 73
Macabelo, António do Espírito Santo, IV, 388
Macau (ver também **China**), I, 30, 114, 117, 259, 284, 285, 385, 405, 418, 427, 429, 440; II, 71, 120, 144--145, 270, 277, 295, 301, 303, 347, 405, 410; III, 14, 22, 29, 30, 73, **159-163**, 172, 173, 209, 211, 217, 219, 304, 365; IV, 150, 233, 289, 291, 292, 296, 297, 314
Macaçar, I, 285
Maçangano (ver **Angola**)
Macchi, Vicenzo, núncio apostólico, cardeal, III, 72, 315
Macebi, Giuseppi, núncio apostólico, III, 72
Macedo de Cavaleiros, IV, 225
Macedo, A., III, 359
Macedo, António de, III, 195
Macedo, António de Sousa de, I, 158; II, 321, 401; IV, 74, 447, 448
Macedo, Bento de, IV, 322
Macedo, Edir, IV, 202-203, 211
Macedo, Francisco de Santo Agostinho de, I, 87, 164; II, 86, 227; IV, 451, 495
Macedo, João Campelo de, III, 142; IV, 392
Macedo, João M. C., IV, 296
Macedo, João Teixeiro, IV, 349
Macedo, José de Santo Agostinho de, I, 31, 90, 418; III, 333; IV, 300, 303, 498
Macedónio, *magister officiorum*, III, 413
Maciel, Francisco da Piedade, II, 227
Maciel, João R. Pereira, I, 315, 317, 443
Maciel, Justino, IV, 407
Maciel, Miguel, IV, 35
Maciel, Roberto, IV, 49
Maçonaria, I, 50, 90, 91, 92, 93, 148, 328, 489, 490; II, 80, 173, 174, 278, 371, 372, 415-416, 418, 476; III, 29, 52, 62, **163-168**, 352, 381, 468; IV, 21, 107, 220, 298, 300, 301, 302, 385, 402, 430, 431, 433, 441, 459, 487
Machado, Álvaro de Melo, II, 168
Machado, Ana Maria, II, 329
Machado, Bernardino, presidente da República, I, 480; II, 39, 169; III, 167; IV, 319
Machado, Dinarte, III, 302
Machado, Diogo Barbosa de, I, 214; II, 78; III, 89, 141, 147, 333; IV, 317, 492
Machado, Francisco, III, 147
Machado, Inácio Barbosa de, III, 333
Machado, João, I, 133
Machado, João da Assunção Carneiro de Araújo Correia, prior-mor de Santa Cruz, IV, 20
Machado, José Alberto Gomes, IV, 406
Machado, José de Oliveira, I, 403, 404
Machado, Manuel, III, 79, 358
Machado, Raul, I, 99
Machim, escultor, IV, 408
Macret, Germain, IV, 289
Madagáscar, II, 43; III, 221, 238, 240
Madaíl, Rocha, IV, 406, 414
Madalena, António da, I, 284
Madalena, João de, universitário agostinho, I, 28
Madeira (ver também **Funchal, diocese do**), I, 21, 116, 117, 153; II, 42, 157, 275, 346, 411, 449, 478; III, 177, 189, 210, 224-225, 342; IV, 78, 208
Madeira, Diogo Simões, III, 239
Madeira, Henrique Castelo, I, 379
Madeira, João, I, 284; III, 238-239
Madeira, Martins, I, 396
Madre de Deus, António da, IV, 227
Madre de Deus, Faustino da, III, 128; IV, 300
Madre de Deus, João da, bispo da Baía, I, 166, 309; II, 145, 227
Madre de Deus, Manuel da, IV, 396, 502
Madre de Deus, Miguel da, bispo de São Paulo, e arcebispo de Braga, I, 243, 258; II, 135, 146
Madre de Dios, Afonso de la, II, 26
Madre de Dios, J. Gracián de la, II, 189
Madureira, Álvaro, IV, 55
Madureira, Bernardo Augusto, I, 95; III, 304; IV, 281, 296
Mafalda, beata, infanta de Portugal, I,

183, 348; II, 184, 343, 346; III, 258, 284
Mafalda de Savóia, rainha de Portugal, I, 32; IV, 426
Mafra, I, 114, 115, 216, 236, 437; II, 21, 123, 176, 241, 386; III, 181, 358, 452; IV, 43, 61, 210, 366, 413, 454, 501
Mafra, António de, II, 330
Magano, Fernando, I, 495
Magalhães, Ana de Jesus Maria José de, II, 331, 334, 345, 347
Magalhães, António de, filósofo jesuíta, III, 30
Magalhães, António Miranda de, vigário-geral da Guiné, II, 323
Magalhães, Cosme de, II, 5, 226-227; III, 23, 147; IV, 278, 448, 450
Magalhães, Diogo de, II, 467
Magalhães, Filipe de, III, 294-295, 296
Magalhães, Joaquim Romero de, II, 452
Magalhães, João Jacinto de, I, 174
Magalhães, José António de, I, 309
Magalhães, José Ribeiro de, prefeito apostólico da Guiné, II, 142, 323
Magalhães, José T. Calvet de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 110
Magalhães, Pedro de, inquisidor-mor, I, 164; II, 85; IV, 278
Magalhães, Rodrigo da Fonseca, primeiro-ministro, I, 276; II, 105, 124, 405, 417-418
Magalhães, Vasco Pinto de, IV, 50
Magia (ver também **Bruxaria**, **Superstições**), I, 261, 447; II, 181, 202, 229, 231-232, 346, 367; III, **168-170**, 413; IV, 64, 66, 114, 144, 146, 166-167, 284, 285
Maglione, cardeal secretário de Estado, IV, 214
Magrin, José, IV, 190
Maia, I, 405; II, 166, 167; IV, 39, 46, 513
Maia, Amálio, II, 166
Maia, Carlos da, III, 219
Maia, Domingos, IV, 28
Maia, Eliseu Rubio, I, 296
Maia, Francisco da, IV, 494
Maia, Gabriel da Costa, IV, 40
Maia, Helena Pereira da, IV, 53
Maia, João, III, 136, 137
Maia, Mário, II, 103
Maia, Sousa, III, 181
Maimónides, Moisés, III, 33, 34, 36
Maiólo, abade de Cluny, I, 381
Maistre, Joseph de, I, 93; IV, 299
Mal (ver também Diabo, Inferno), II, 267, 268; III, 5-6, 7-8, 196, 284; IV, 144
Malaca e Singapura, I, 30, 173, 219, 284, 285, 305, 326, 385, 386; II, 65, 145, 162, 301, 303, 405, 464, 465, 466, 467, 468; III, 15, 22, 66, 159, 160, **170-173**, 209, 211, 365; IV, 232, 233, 286, 287, 291
Malados (Muwalladun), III, 247, 248
Malagoli, Mário, II, 42-43
Malagrida, Gabriel, I, 236; III, 26-27
Malaquias, José, IV, 447
Malarico, IV, 262
Maldonado, Luís, I, 460; IV, 112
Maldonado, Manuel, I, 69
Maldivas, I, 324
Mâle, Emile, IV, 406
Maler, B., IV, 294
Malhão, Francisco Rafael Silveira, IV, 447, 448, 453, 499
Malheiros, António do Desterro, bispo de Angola e Congo, e do Rio de Janeiro, II, 141, 146
Malhoa, José, III, 453-454
Malícia das mulheres, III, 285
Malinowski, Bronislaw, IV, 103
Malioso, bispo de Britónia, I, 414
Malka Kristos, príncipe etíope, II, 198
Malkiel-Jirmoursky, M., IV, 406
Malleus Maleficarum, I, 272
Malpica, Manuel de, II, 322
Malta, III, 338
Malta, Ordem de (ver **Ordens militares**)
Malthus, III, 216
Mamiani, Luís Vicêncio, I, 268, 309
Mâncio Itô, III, 13
Manco, Francisco, IV, 273
Manços (ou Mâncio), são, II, 211, 338; III, 93, 118, 439; IV, 121
Mandeville, John, II, 64
Manenti, Carlo, III, 179
Manfredo, rei da Sicília, II, 35
Mangancha, Diogo Afonso, I, 155--156; II, 116; IV, 315, 480, 481
Manini, Luigi, I, 133
Manifestis probatum (1179), bula papal, I, 225, 226; II, 103, 381, 383; IV, 156, 515, 516
Manila, I, 285, 337, 338
Manípulo (ver **Vestes litúrgicas**)
Manique, Pina, I, 148; III, 167
Maniqueísmo, II, 149, 150; III, 253, 413, 414; IV, 64, 66
Manselli, R., III, 46
Mansi, G. D., II, 76
Mansilla, Demetrio, II, 74
Mansilha, João, II, 86-87
Manso, Francisco Manuel, II, 311
Manso, João Inácio da Fonseca, II, 138; III, 81
Manso, Manuel Martins, bispo da Guarda, e do Funchal, I, 258; II, 138, 311, 312, 314
Manual de confessores e penitentes, I, 449, 454
Manual do escoteiro portuguez, II, 168
Manual do peregrino de Fátima, IV, 175
Mamiani, Luís Vivência, I, 268
Mamposteiros, I, 141, 146, 147; III, 458; IV, 95
Manrique, João Garcia, bispo de Coimbra, II, 136
Manrique, Sebastião, I, 220
Manta, Abel, I, 134
Manteigas, Gaspar de, IV, 447
Manuel Comneno, imperador bizantino, II, 63
Manuel I, rei de Portugal, I, 21, 22, 35, 49, 52, 53, 54, 68, 112-113, 134, 138, 141, 156, 185, 209, 234, 251, 265, 287, 304, 325, 384, 409, 426, 435, 448, 462; II, 27, 28, 36, 37, 52, 63, 64-66, 83, 86, 104, 120, 187, 194, 196, 220, 287, 346, 367, 376, 379, 381, 393, 394, 397, 400, 444; III, 18, 41, 103, 121, 152, 200-201, 208, 209, 237, 266, 281, 282, 283, 309, 336, 340, 341, 402, 450; IV, 12-13, 53, 58, 70, 73, 95, 123, 170, 178-179, 230, 268, 276, 295, 315, 320, 353, 379, 522
Manuel II, rei de Portugal, I, 307; II, 87; III, 469; IV, 303, 503
Manuel, chefe congolês, I, 52
Manuel António, físico real, I, 84
Manuel de Elvas, geral dos Lóios, III, 152
Manuel, Bernardo, I, 397
Manuel, Horácio, IV, 407
Manuel, João, bispo de Ceuta, de Viseu, e arcebispo de Lisboa, II, 139, 141, 142, 194, 311
Manuel, José de Faria, IV, 395
Manuel, Manuel de Moura, bispo de Miranda, I, 194; II, 135
Manuel, Teotónio, bispo da Guarda, I, 194
Manustérgio, I, 43
Maomé, III, 174; IV, 147
Maomé II, sultão otomano, IV, 125
Mappa de Portugal antigo e moderno, II, 48-51
Maqueixa, João Fontanes de, III, 358
Mar Abraão, arcebispo de Angamale, IV, 180-181, 184
Mar Atallah, IV, 184-185
Mar Denha, IV, 179
Mar Elias, IV, 180
Mar Gregorios, IV, 185
Mar Ivanos, II, 432
Mar Jacob, arcebispo de Angamale, IV, 179, 180, 183
Mar João, IV, 178
Mar José, IV, 180, 184
Mar Magnum, bula papal, I, 298
Mar Simão de Ada, IV, 185
Mar Tomás, II, 432
Mar Tomás VI, IV, 186
Marcadé, Jacques, III, 9
Marçal, Lúcio, III, 355
Marcelino, III, 412, 413
Marcelino de Champagnat, são, III, 174
Marcelino, António Baltazar, bispo de Aveiro, I, 169; II, 134; IV, 249-250
Marcial, bispo de Mérida, III, 437

Márcio, Pedro, cardeal, arcebispo de Compostela, IV, 371
Marco de Canaveses, I, 117, 136; II, 165, 168; IV, 40, 45, 52, 413
Marcocci, António, I, 102; III, 53
Marcos, bispo de Viseu, II, 140; IV, 353
Marcos de Mênfis, III, 413; IV, 64
Marcos, João, III, 455-456; IV, 416
Marcos, Lucas, II, 64
Marchi, João de, II, 8
Mardel, Carlos, I, 300
Maréchal, A., IV, 443
Margalho, Pedro, II, 18, 159; III, 142; IV, 390
Marginalidade (ver também **Assistência**, Prisões, **Pobreza**, Prostituição), I, 447-449, 452, 472; III, 208, 287, 288; IV, 202, 203, 204, 368, 378
Maria Teresa, imperatriz do Sacro Império, III, 388
Maria I, rainha de Portugal, I, 60, 90, 148, 210, 236, 238, 283, 357, 438, 455; II, 86-87, 95, 216, 278, 371, 402, 443; III, 9, 106, 107, 110, 181, 262, 273, 315, 329, 332, 334, 336, 354, 425, 426; IV, 43, 98, 152, 186, 235-236, 317, 425
Maria II, rainha de Portugal, I, 72, 115, 168, 343-344, 426-427; II, 105, 242, 402, 404; III, 106, 309, 380, 388; IV, 20, 253, 255, 300-301, 325, 399, 499
Maria de Áustria, rainha de Portugal, III, 19; IV, 123
Maria do Divino Coração, beata, I, 403, 471; II, 347, 387; IV, 47
Maria Eufrásia Pelletier, santa, I, 470
Maria Francisca Benedicta, infanta de Portugal, I, 133
Maria Francisca Isabel de Sabóia, rainha de Portugal, I, 290, 477
Maria Goretti, santa, II, 329
Maria Inês (Ana Félix Pereira Botelho), madre, II, 81-82
Maria Leocádia, beata, I, 258
Maria Madalena, santa, I, 145, 182
Maria Mazzarello, santa, IV, 151
Maria da Paixão, madre-superiora das Franciscanas Missionárias de Maria, II, 269-270
Maria de Portugal, rainha de Espanha, IV, 193
Maria Pia de Sabóia, rainha de Portugal, I, 133; II, 105; IV, 503
Maria Santíssima, Manuel de, III, 225, 226
Maria Santíssima, Silvestre, bispo de Cabo Verde, I, 281; II, 142
Marialva, casa de, III, 153
Mariana de Áustria, rainha de Portugal, IV, 325
Mariana, Luís, III, 240
Mariano, Ambrósio, I, 299, 300
Mariano, João, I, 166
Marianos (Clérigos Marianos da Imaculada Conceição da Beatíssima Virgem Maria), I, 49, 260-261, 486; II, 317; III, **173-174**
Marignolli, João de, I, 324, 334; II, 64, 65; III, 207
Marinha, «santa», II, 344
Marinho, José I, 161; II, 267; IV, 195
Marinho, Júlio, III, 422
Marinho, Manuel, IV, 35
Marino, Filipe, bispo de Macau, II, 144
Mariño, Gonzalo, II, 274
Mário Vitorino (ou Vitorino de Petóvia), III, 115, 405
Mariologia portuguesa (ver também **Fátima, Iconografia, Santuários**), I, 44, 74, 76, 78, 90, 95, 133, 134, 173, 178, 181, 182, 185, 191, 198--199, 210, 261-262, 296, 324, 351--352, 398, 436, 463, 474-475, 492, 493, 494, 495; II, 8, 16, 18, 37, 85, 87, 100, 130, 131, 155, 156, 157, 163, 176, 178, 185, 192, 220, 237, 255, 259-260, 261, 273, 285, 317, 334, 371, 386-387, 418, 428; III, 18, 19, 20, 26, 52, 72, 73, 75, 78, 80, 95, 110-111, 121, 124, 133, 134, 143, 147, 148, 173, 174, 181, 188, 194, 218, 230, 240, 248, 258-259, 267, 271, 284, 306, 307, 308, 326--327, 327-328, 466, 470; IV, 24, 28, 39, 51-52, 59-60, 69, 70, 71-72, 115-117, 120, 170, 181, 187-188, 192, 202, 219, 231, 236, 272, 275, 300, 327, 351, 355, 358, 361, 384, 385, 403, 433, **445-457**, 463, 464, 465, 468, 472
Maristas (Irmãos Maristas das Escolas), I, 486; III, **174**, 219; IV, 36, 46, 351
Maritain, Jacques, I, 330; II, 265; IV, 295
Mariz, António, I, 243, 245, 304, 451; III, 148; IV, 275
Mariz, José Alves de, bispo de Bragança e Miranda, I, 257; II, 135
Mariz, Luís Gonzaga, III, 298, 299
Mariz, Pedro de, III, 148; IV, 396
Marques, A. H. de Oliveira, II, 44, 73, 293; III, 181, 309, 349; IV, 170
Marques, António Francisco, bispo de Santarém, I, 379-380; II, 141, 250, 280; IV, 151, 153
Marques, Eduardo Augusto, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 110
Marques, João, IV, 83, 394, 445
Marques, João Eduardo, I, 191
Marques, João Francisco, I, 227, 248
Marques, João Roberto, IV, 455
Marques, Joaquim António, II, 314
Marques, José, I, 120; II, 48, 73, 392; III, 297; IV, 445, 473, 475, 478, 479
Marques, José Maria, governador de São Tomé, IV, 188
Marques, José de Sousa, III, 300
Marques, José Vieira, III, 186, 390
Marques, Manuel, III, 23
Marques, Maria Alegria Fernandes, I, 348; II, 45, 74
Marques, Pêro, IV, 297
Marques, Pinheiro, I, 98
Marques, Valentim, I, 396; IV, 442
Marraci, Hipólito, IV, 451
Marramaque, Pereira, II, 387
Marranos (ver **Cristãos-novos**)
Marecos, Carlos, III, 302
Marefoschi, Giovanni Franzesco, núncio apostólico, III, 72
Marrocos — Ceuta, Fez, Safim, Tânger (ver também Mártires de Marráquexe; Mártires de Marrocos), I, 228, 243, 248, 276, 387, 426, 431; II, 28, 34, 35-36, 37, 38, 44, 48, 62, 71, 82-83, 84, 85, 101, 104, 142, 143, 144, 186, 195, 212, 273, 275, 295, 298, 300, 319, 321, 370, 376, 393, 451; III, 19, 36, 41, 123, **174-178**, 206, 211, 247, 282, 340-341, 342, 449, 460; IV, 11, 12, 15, 73, 74, 94-95, 122, 158, 193, 195, 305, 306-307, 336, 479, 521, 522
Martavão, I, 219
Martelet, G., IV, 443
Martens, José Maria da Silva Ferrão Carvalho, bispo de Bragança e Miranda, e de Portalegre, II, 135, 140; III, 468
Marti, Raimundo, I, 83; II, 85
Martim João, III, 149, 150
Martín, Antón, II, 375
Martin, Hervé, III, 224
Martín, Jerónimo, I, 338
Martini, Martinus, II, 78
Martinho IV, papa, I, 425
Martinho V, papa, I, 228, 384, 408; II, 104; III, 150, 349; IV, 11, 480
Martinho, são, arcebispo de Braga e bispo de Dume, I, 83, 106, 223, 235, 237, 247, 249, 302, 414; II, 77, 111, 131, 132, 150, 155, 159, 162, 181, 182, 193-194, 263, 313, 328, 343, 346, 364, 366, 373, 382; III, 68, 114, 116-117, 181, 222, 255, 368, 372, 373, 407, 409-411; IV, 133, 170, 263, 266, 268, 276, 407, 420, 421, 471, 489
Martinho II, arcebispo de Braga, I, 237
Martinho, bispo do Algarve, II, 133
Martinho, bispo de Coimbra, I, 433
Martinho II, bispo de Évora, II, 108, 213
Martinho IV, bispo de Évora, II, 136
Martinho, bispo da Guarda, II, 137, 311
Martinho, bispo de Lamego, II, 138
Martinho, bispo do Porto, IV, 10
Martinho, são, bispo de Tours, II, 113; III, 116, 409, 410, 414; IV, 65, 263

Martinho, bispo de Viseu, II, 141; IV, 353
Martinho II, abade de Alcobaça, I, 34
Martinho Árias, III, 119
Martinho de Hara, III, 13
Martinho de Soure, são, I, 434; II, 184, 346; III, 119, 472; IV, 514
Martinez, Francisco, III, 324
Martins, Abílio, III, 423
Martins, Adriano, IV, 28
Martins, Afonso, I, 230, 242; II, 164
Martins, Alberto de Rocha, IV, 503, 506
Martins, Américo Tavares, IV, 444
Martins, Antão, cardeal, bispo do Porto, II, 108
Martins, António, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108; IV, 256
Martins, António Alves, bispo de Viseu, II, 141; III, 52, 167; IV, 357, 360, 499
Martins Júnior, António Bento, bispo de Bragança e Miranda, arcebispo de Braga, I, 230, 239, 243-244, 245, 249, 257, 292; II, 135, 273; IV, 250, 337, 503
Martins, Basílio do Nascimento, bispo, IV, 293
Martins, Cláudio Azambuja, I, 133
Martins, Coimbra, II, 416, 417; III, 9
Martins, Diamantino, I, 99; II, 160; III, 30, 305
Martins, Domingos, prior de Baltar, IV, 58
Martins, Estêvão, abade de Alcobaça, I, 34, 407; II, 115; III, 68; IV, 276
Martins, Fernando (ver António de Lisboa)
Martins, Fernando, bispo de Évora, II, 136, 212
Martins, Fernando, bispo do Porto, II, 140; IV, 7, 33
Martins, Firmino Augusto, I, 259
Martins, Francisco, III, 296; IV, 454, 499
Martins, Francisco da Rocha, II, 341
Martins, Gil, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 104, 108; III, 339-340
Martins, Gonçalo, bispo da Guarda, II, 137, 311Martins, Henrique Oconor, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Martins, Inácio, I, 308, 393, 474; III, 22, 107, 128, 261, 387; IV, 32, 295, 322, 391, 396, 491
Martins, João, pregador dominicano, IV, 480
Martins, João, bispo de Safim, da Guarda, e de Viseu, II, 137, 141, 143, 311; III, 142; IV, 353
Martins, João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 105
Martins, Joaquim Pedro, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 106, 109
Martins, Joaquim Pedro Oliveira, II, 341, 370-371, 394; III, 197; IV, 194, 402
Martins, José, IV, 49, 490
Martins, José Alves, bispo de Cabo Verde, I, 281-282, II, 142, 323
Martins, José Pedro, III, 301
Martins, Manuel Rodrigues, II, 230; IV, 324
Martins, Manuel da Silva, bispo de Setúbal, I, 317; II, 141; IV, 28, 228
Martins, Maria Augusta, IV, 224
Martins, Maria de Lourdes, III, 302
Martins, Mário, I, 83; II, 185, 326, 328, 373; III, 30, 146, 271; IV, 446, 449
Martins, Mendo, I, 226
Martins, Mor, II, 73
Martins, Olavo Teixeira, IV, 454
Martins, Pedro, bispo de Ceuta, e de Coimbra, II, 135, 142
Martins, Pedro, bispo de Funai, II, 144; III, 14; IV, 323
Martins, Pero, IV, 166
Martins, Rogério, I, 319
Martins, Salvado, bispo de Lamego, II, 138
Martins, Sousa, II, 131, 330
Martins, Vasco, bispo do Porto, e de Lisboa, II, 108, 139, 140; III, 16, 18; IV, 9-10, 33, 294
Mártir, Pedro, I, 434; II, 85; IV, 295
Mártires do Brasil (ver também **Hagiografia e santidade**), I, 249, 258, 266; II, 342-343; IV, 323
Mártires da Embaixada ao Japão (ver também **Hagiografia e santidade**), I, 386
Mártires do Japão (ver também **Hagiografia e santidade**), I, 386
Mártires de Marráquexe (ver também **Hagiografia e santidade**), III, 178
Mártires de Marrocos (ver também **Hagiografia e santidade**), I , 431, 434; II, 37; III, 120, 175-176; IV, 9, 122, 409, 521
Mártires de Nagasáqui (ver também **Hagiografia e santidade**), III, 15
Mártires, António dos, I, 165
Mártires, Bartolomeu dos, arcebispo de Braga, I, 7, 113, 226, 232, 236, 237, 238, 242-243, 244, 245, 249, 254, 307-308, 362, 363, 365, 366, 368, 384, 411, 423, 449, 451, 452--453, 454, 495; II, 84, 85, 87, 119--120, 135, 142, 187, 188-189, 191--192, 219, 225, 329, 346, 347, 384, 396; III, 49, 50, 69, 77, 128, 147, 223, 466; IV, 32, 220, 243, 279, 295, 337, 339, 366, 414, 449, 483, 484, 485, 491, 492-493
Mártires, Bartolomeu dos, prelado de Moçambique, e bispo de São Tomé, I, 24; II, 143; III, 241
Mártires, Francisco dos, bispo de Goa, II, 144
Mártires, Timóteo dos, I, 166
Martyrologio, II, 338-339, 340
Marto, António dos Santos, IV, 33, 394
Marto, Manuel Pedro, II, 245
Marvão, II, 21
Marvão, António, I, 195; III, 302
Marvila, João de, IV, 305
Marx, Karl, I, 160; IV, 138
Marxismo (comunismo) (ver também **Ateísmo**), I, 26, 99, 286, 100, 311, 378, 268, 347; III, 55, 134, 220, 360; IV, 74, 176, 203, 215, 377, 398, 400, 400-401, 402, 403, 428, 435, 437, 439
Mascarenhas, Carlos de, IV, 499
Mascarenhas, Fernando Martins de, bispo do Algarve e inquisidor-mor, I, 46, 48, 85, 133, 214; III, 148; IV, 447
Mascarenhas, Fernão Martins de, III, 48
Mascarenhas, Filipe de, vice-rei da Índia, IV, 185
Mascarenhas, Francisco de, III, 444
Mascarenhas, Jerónimo de, bispo eleito de Leiria, III, 81; IV, 233
Mascarenhas, João de, bispo de Portalegre, e da Guarda, II, 137, 140, 311; III, 466
Mascarenhas, Pedro de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108, 468
Mascarenhas, Pedro Paulo, vigário--geral da Guiné, II, 323
Mascarenhas, Simão de, bispo do Congo e Angola, I, 54; II, 141
Masella, Bento Aloisi, auditor da nunciatura, cardeal, III, 71, 316; IV, 163
Masella, Gaetano Aloisi, núncio apostólico, III, 72
Massona, bispo de Mérida, III, 439; IV, 362, 364
Massena, III, 165
Mata, Jerónimo José da, bispo de Macau, II, 145
Mata, Joaquim Dias Cordeiro da, I, 64
Matamba, reino africano, I, 24, 54, 56, 291
Mater et Magistra (1961), encíclica papal, III, 265; IV, 240
Matera, Luiggi, núncio apostólico, III, 72
Materialismo, I, 88, 96, 157, 342; II, 125, 267-268; III, 54, 213; IV, 126, 215, 383, 388, 499
Maternidades, I, 150-151
Mateus, bispo de Coimbra, II, 135
Mateus, bispo de Lisboa, I, 417, 425; II, 108, 139; III, 98, 120
Mateus, bispo de Viseu, II, 141; IV, 353
Mateus, embaixador etíope, II, 196
Mateus, Joaquim Alves, IV, 499, 500

Matias, J. Calmeiro, IV, 456
Matias, Maria Isabel Henriques Marques, II, 459, 462; III, 57
Matias, Rosa da Encarnação Brandão, III, 203
Matilde de Bolonha, rainha de Portugal, I, 417
Matos, António de, II, 411
Matos, Cristóvão de, III, 128, 387
Matos, Eusébio de, IV, 494
Matos, Francisco d'Assunção Ferreira de, I, 300; IV, 495
Matos, Gabriel de, I, 194
Matos, Gregório de, IV, 453
Matos, João de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Matos, João de Oliveira, II, 314, 315; IV, 347
Matos, José Botelho de, bispo da Baía, II, 145
Matos, José Eduardo da Silva, III, 300
Matos, José da Fonseca, III, 28; IV, 502
Matos, Luís de, II, 148
Matos, Manuel Roiz de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Matos, Manuel Vieira de, bispo da Guarda e arcebispo de Braga, I, 233, 238, 239, 243, 245, 249, 419, 457, 492, 493, 494; II, 135, 138, 170, 311, 312, 314, 347; III, 56, 67, 378; IV, 134, 249, 250, 251, 337, 345, 347, 350, 357, 442, 463, 502, 503
Matos, Norton de, I, 330; III, 367, 384
Matos, Sérgio Campos, II, 341
Matos, Vicente da Costa, III, 147
Matosinhos, I, 327; II, 19-20, 158; IV, 39, 41, 44, 51, 165, 170, 172, 174, 176
Matoso, José Alves, bispo da Guarda, I, 276, 277, 389; II, 138, 311, 312, 314, 458; III, 449; IV, 251
Matrimónio (ver também **Divórcio; Família**), I, 73, 94, 127, 144, 198, 237, 276, 374, 389, 416, 421, 428-429, 448; II, 27, 28, 29, 36, 37, 66, 74, 75, 106, 203, 208, 384, 406; III, 26, 50, 63, 64, 73, 98, 99, 100, 150, 151, **178-181**, 282, 284, 285-286, 286-287, 315, 324, 336, 347; IV, 8, 10, 27, 50, 100, 135, 138, 140, 179, 198, 266, 304, 366, 402, 433, 466
Mattoso, José, I, 128, 136, 186; II, 73, 111, 112, 113, 150, 176, 290, 316, 329, 345, 373, 391; III, 44, 45, 145; IV, 42, 57, 266, 482
Matulaitis-Matulewicz, Jorge, III, 173
Maubernard, Reginaldo de, bispo de Lisboa, II, 139; III, 97
Maurelo, arcebispo de Braga, II, 131
Maurício, arcebispo de Braga, IV, 133
Maurício, bispo de Coimbra, I, 387; IV, 352
Maurício, bispo de Viseu, II, 133
Maurício de Nassau, *statouder* da Holanda, I, 326
Maurício, António, IV, 78-79
Maurício, Domingos, I, 99; II, 343; III, 30; IV, 503, 505-506
Mauro, geógrafo, II, 64
Maurras, Charles, IV, 299, 303, 319
Mauss, IV, 148
Máxima, mártir, I, 183; II, 328, 335, 336; III, 93, 94, 95, 114, 118, 124, 438
Maxima Vigilantia (1727), constituição pontifícia, I, 121
Maximiliano, imperador do Sacro Império, IV, 123
Máximo, imperador romano, III, 413-414; IV, 65
Máximo, bispo de Hipona, I, 83
Maya, Canto da, II, 167, 168
Mayadunne, rei de Sitawaka, I, 325-326
Mayne, José de Jesus, I, 89, 341
Mayorica, Jerónimo, I, 386; IV, 297
McGregor, Robert, IV, 78
Mealha, Inocêncio de Sousa, III, 297
Meca, II, 36, 37, 63, 64, 367, 463; III, 209, 282
Medalhística, III, **181-182**
Medeiro, Simão de, cónego africano, I, 55
Medeiros, António Joaquim de, bispo de Macau, II, 145; III, 215, 218
Medeiros, Hermano de, II, 39
Medeiros, Humberto de Sousa, arcebispo de Boston e cardeal, I, 78
Medeiros, Octávio de, IV, 259
Mediator Dei (1947), encíclica papal, III, 139
Medicina, I, 137, 271, 272, 273, 312, 327, 342, 360, 389, 452, 493, 495; II, 30, 115, 122, 151, 153, 185, 202, 229, 230, 330, 374-375, 377, 430; III, 23, 39, 40, 121, 149, 162, 212, 230, 237, 240, 468; IV, 77, 145, 146, 193, 203, 211, 266, 315, 316, 319, 361, 387, 392, 464, 470, 476
Medina, III, 174
Medina, Bartolomeu de, III, 261
Medina, Mateus de, bispo de Cochim, arcebispo de Goa, I, 423; II, 144
Meditatio Cordis (1547), II, 447
Meersseman, Gilles G., I, 460
Meimão, Miguel de, II, 330
Meinedo (ver **Porto**)
Meios de comunicação social (ver também **Imprensa católica**), I, 99, 100, 247, 440, 457; II, 217, 279, 329; III, 30, 58, 64, 65, 107, 162, **182-192**, 416-417; IV, 37-38, 84, 175, 202, 211, 212, 299, 308, 375, 384, 498
Meira, Paio de, bispo do Algarve, I, 45; II, 133
Meireles, António da Assunção, I, 207
Meireles, António Augusto de Castro, bispo de Angra, e do Porto, II, 134, 141; III, 203; IV, 23-24, 31, 33, 35, 504
Meireles, Raimundo de Castro, IV, 35, 40
Meirinhos, I, 363
Mélanchton, Philip, II, 18
Melgaço, II, 22
Melgaço, Diogo Dias, I, 194; III, 296
Mella, Juan Alfonso de, II, 78
Melo, Aires de Sá e, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, I, 426
Melo, Alyrio de, I, 101
Melo, António Barbosa de, I, 319
Melo, António Ferreira de, bispo aux. do ordinário castrense, III, 355
Melo, António Ribeiro de, II, 413
Melo, António da Trindade de Vasconcelos Pereira de, bispo de Beja, e de Viseu, I, 188; II, 134, 138; IV, 427
Melo, Diogo de, IV, 193
Melo, Duarte Gustavo Reboredo de Sampaio e, I, 94; II, 80
Melo, Fernando Collor de, presidente da República do Brasil, I, 264
Melo, Fontes Pereira de, IV, 499
Melo, Francisco de, II, 377; IV, 295
Melo, Francisco de, conde de Tentúgal, II, 102
Melo, Francisco de, bispo de Goa, II, 144
Melo, Francisco Cândido de Mendonça e, I, 93
Melo, Francisco de Pina e de, I, 89
Melo, Francisco Manuel de, representante de Portugal junto da Santa Sé, I, 164; II, 109, 194; III, 285; IV, 494
Melo, Francisco do Rosário e, IV, 501
Melo, Gonçalo Vaz de, III, 22
Melo, Jerónimo de, III, 48
Melo, João de, arcebispo de Braga, II, 135
Melo, João de, bispo do Algarve, bispo de Viseu, bispo-conde de Coimbra e arcebispo de Évora, I, 45, 46, 304, 363, 367, 399; II, 101, 133, 136, 141; IV, 354-355, 358
Melo, João de, bispo de Elvas, II, 136
Melo, João de Vasconcelos de Carvalho e, III, 447
Melo, Joaquim Lopes Carreira de, I, 309
Melo, Jorge de, comendatário de Alcobaça, bispo da Guarda e arcebispo de Évora, I, 35, 453; II, 310, 311; III, 464
Melo, José de, bispo do Algarve e de Miranda e arcebispo de Évora, II, 108, 133, 135, 136; IV, 122, 243
Melo, José Maria de, bispo do Algarve e confessor régio, I, 47, 49, 216
Melo, Luís da Cunha de Abreu e, bispo de Beja, II, 134
Melo, Luís Lopes de, I, 317-318, II, 27; IV, 499-500, 506
Melo, Magno, IV, 407

Melo, Martim Afonso de, bispo de Lamego, e da Guarda, I, 193, 194; II, 137, 138, 311; III, 472
Melo, Matias de Figueiredo e, bispo de Olinda (Pernambuco), II, 146
Melo, Miguel António de, governador de Luanda, I, 60
Melo, Miguel de Sá e, I, 101
Melo, Nuno Álvares Pereira de, bispo de Lamego, II, 138
Melo, Pedro de, III, 352; IV, 453
Melo, Pedro Homem de, IV, 454
Melo, Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e, arcebispo de Braga, cardeal, II, 135, 404
Melo, Rodrigo de, conde de São Lourenço, I, 401
Melo, Rodrigo de, conde de Olivença, III, 155
Melo, Sebastião José de Carvalho e (ver **Pombalismo**)
Melo, Sá e, IV, 39
Melo, Teotónio de, I, 166
Memória sobre a inconveniência dos enterros nas igrejas..., I, 327
Memorial e antídoto contra os pós venenosos que o Demónio inventou, I, 271
Memorial de confessores, I, 449
Memorial de pecados. Nova arte da confissam, I, 449, 453-454
Memórias paroquiais, III, **193-194**, 195; IV, 369
Memórias para as Cortes luzitanas em 1821, I, 90
Mena, imperador etíope, II, 197
Mende, Durand de, IV, 183
Mendanha, Bartolomeu de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Mendanha, Francisco de, I, 438
Mendenha, Cosme de, I, 206
Mendes, Acílio, III, 299
Mendes, Afonso, prior do Hospital, IV, 349
Mendes, Afonso, patriarca da Abissínia, I, 86, 194; II, 142, 198-199; III, 394; IV, 323
Mendes, Alves, IV, 48, 499
Mendes, António, IV, 396, 453
Mendes, António de Castro, IV, 454, 455
Mendes, Cândido, I, 342; III, 422
Mendes, Carlos de Azevedo, II, 246
Mendes, Diogo, I, 156
Mendes, Fernando, IV, 371
Mendes, Fernão, IV, 423
Mendes, Gil, II, 82-83
Mendes, Gonçalo, inquisidor papal, II, 365; IV, 480
Mendes, João, I, 100, 101; III, 30
Mendes, Lourenço, IV, 480
Mendes, Manuel, IV, 349
Mendes, Manuel de Sousa, I, 258
Mendes, Martinho Pires Pedro, arcebispo eleito de Braga, II, 134
Mendes, Nicolau, bispo de Tânger, II, 144
Mendes, Paio, arcebispo de Braga, I, 225, 226, 229, 332, 422; II, 134; IV, 371
Mendes, Pedro, bispo de Lamego, II, 138
Mendes, Vicente, bispo do Porto, I, 161; II, 140; IV, 8-9, 27, 33
Mendezibál, II, 469
Mendo, bispo de Lamego, II, 138, 422, 433; III, 118; IV, 421, 422
Menendéz Pelayo, Marcelino, IV, 400
Meneir, Stewart, IV, 78
Meneres, Clara, IV, 415
Meneses, Aleixo de, arcebispo de Goa e de Braga, I, 28, 30, 214, 220, 248, 423; II, 135, 144, 340, 397, 439, 443; III, 212, 444, 445; IV, 58, 181, 183, 491
Meneses, Amadeu da Silva (ver Amadeu, beato)
Meneses, António de, III, 28, 298, 299
Meneses, António Teles de, governador de Timor, IV, 291
Meneses, António Teles de, bispo de Lamego, II, 138; IV, 422, 426
Meneses, Augusto César da Cunha, IV, 499
Meneses, Beatriz de, III, 18
Meneses, Carlos da Cunha e, cardeal-patriarca de Lisboa, II, 139; III, 106, 107, 110; IV, 392
Meneses, Cecília de, III, 48
Meneses, Diogo da Silva de, conde de Portalegre, III, 208
Meneses, Fernando de, arcebispo de Lisboa, I, 206, 449; II, 108, 109; III, 99
Meneses, Fernão Teles de, 1.º marquês de Alegrete, I, 7, 8, 327
Meneses, Filipe Nery de, III, 240
Meneses, Francisco de, inquisidor-mor, bispo do Algarve, e de Leiria, I, 46, 47, 49, 81; II, 133, 138
Menezes, Francisco de Calheiros e, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 110
Meneses, Francisco Guedes Cardoso de, I, 186
Meneses, Francisco Teles da S. Caminha e, IV, 299
Meneses, Garcia de, bispo da Guarda, de Lamego, de Viseu, do Algarve, e arcebispo de Évora, II, 107, 108, 133, 136, 138, 141, 152, 311, 375-376
Meneses, Henrique de Sousa, abade comendatário de Rendufe, I, 206
Meneses, Henrique de, representante de Portugal junto da Santa Sé; II, 108. 109
Meneses, Isabel de, I, 405
Meneses, Jerónimo de, bispo de Miranda, e do Porto, I, 260; II, 135, 140; IV, 15, 31
Meneses, João de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Meneses, João Afonso de, conde de Ourém, I, 28
Meneses, João Afonso de, arcebispo de Braga, II, 135
Meneses, João Rodrigues de Sá de, II, 378
Meneses, João Telo de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Meneses, José de, bispo do Algarve, de Lamego, e arcebispo de Braga, I, 46-47; II, 133, 135, 138
Meneses, Luís de, bispo de Cochim, e de Meliapor, II, 30, 144, 145
Meneses, Manuel de, bispo de Lamego, e de Coimbra, II, 136, 138
Meneses, Manuel António, II, 411
Meneses, Manuel de Sousa, arcebispo de Goa, II, 144
Meneses, Maria da Conceição Forjaz e, IV, 499
Meneses, Miguel António Barreto de, bispo de Miranda, e de Bragança, I, 254; II, 135
Meneses, Miguel, II, 379
Meneses, Pedro de, 2.º conde de Alcoutim, II, 376; IV, 485
Meneses, Sebastião César de, II, 78; III, 104
Meneses, Vasco de, bispo da Guarda, II, 137, 311
Meneses, 1.º visconde de, I, 133
Meneses, Xavier de, 4.º conde da Ericeira, I, 7; II, 73
Mendonça, Afonso Furtado de, bispo da Guarda e arcebispo de Braga, I, 243, 244; II, 13, 135, 136, 139, 315
Mendonça, Álvaro Alfredo Zuzarte de, I, 91, 97, 319, 493; II, 39; III, 55, 188
Mendonça, André Furtado de, bispo de Bragança e Miranda, II, 135
Mendonça, António de, arcebispo de Lisboa, II, 139; III, 103
Mendonça, Carlos Furtado de, arcebispo eleito de Braga, I, 343
Mendonça, Elvira de, III, 48
Mendonça, Francisco de, cardeal-patriarca de Lisboa, II, 139, 226; III, 23, 147, 271; IV, 278, 323, 394, 451, 494, 495
Mendonça, Francisco de Almada e, I, 327; II, 109; IV, 268
Mendonça, Gaspar Barata de, bispo da Baía, II, 145
Mendonça, Henrique Lopes de, IV, 195
Mendonça, Jerónimo de, III, 175
Mendonça, João de, bispo da Guarda, II, 138, 311
Mendonça, João Rafael de, abade-geral dos Jerónimos, bispo eleito de Pinhel, bispo do Porto, II, 139, 140; III, 446; IV, 17, 34

Mendonça, José de, cardeal-patriarca de Lisboa, III, 106, 107, 108, 110
Mendonça, José Freire Falcão de, III, 447, 449
Mendonça, Manuel de, abade de Alcobaça, I, 37
Mendonça, Maria de, II, 341
Menghi, Girolamo, II, 230
Menina e moça, II, 386
Menino Jesus, José do, bispo do Maranhão, e de Viseu, II, 141, 145; IV, 356, 501
Menino Jesus, Maria Clara do, I, 472-473; II, 271
Meninos de Deus, IV, 202, 203
Menni, Bento, II, 317, 375; III, 110
Meno Gonçalves, conde de Portucale, III, 361
Mensageiro do Coração de Jesus, I, 103, 246, 334; III, 28, 30, 55, 250, 382; IV, 37, 436, 506
Mentélio, bispo de Évora, II, 132, 211
Menten, J., III, 259
Merceana, I, 463, 468; II, 21; IV, 166, 174, 416
Mercearias (ver **Assistência**)
Mercedários (ver também **Ordens terceiras**), I, 195, 266, 268; II, 78; III, **194-195**, 207, 210; IV, 94
Mercier, cardeal, I, 378; III, 305
Mercúrio Portuguez, II, 321
Mergueiel, Pôncio, abade de Cluny, I, 382
Mérida, I, 44, 184, 224, 226, 237, 387, 413-414, 416, 421, 422; II, 113, 114, 181, 211, 290, 310; III, 94, 96, 405, 437, 438, 439; IV, 362, 363, 364, 420, 421
Merry del Val, cardeal-secretário de Estado da Santa Sé, III, 251; IV, 326
Mersche, Pedro Vander, I, 88
Mértola, I, 105, 106, 183, 184, 185, 195, 199; II, 21, 162; III, 293
Merton, R. K., IV, 212
Mesa da comunhão (ver **Mobiliário eclesiástico**)
Mesa da Consciência e Ordens (ver também **Padroado**), I, 21, 69, 146; II, 85, 122, 394, 397, 444; III, 238, 312, 336; IV, 95, 97, 307
Meslin, Michel, IV, 109, 144
Mesquita (ver também **Islamismo**), I, 110, 117; II, 37, 176, 212; III, 95, 96, 280, 281, 282, 322; IV, 147
Mesquita, Diogo de, II, 347
Mesquita, Luís de, II, 80
Messejana, I, 195, 199, 200; II, 21
Messianismo (ver também **Descobrimentos, Profetismo, Sebastianismo**), II, 39, 83, 174, 268, 364, 367, 448; III, 32, 35, 36, 46, **195-197**, 208, 341, 362, 443; IV, 203, 274, 301, 387, 403
Mestre, António, I, 309
Metanoia, IV, 386, 468-469
Metternich, Clemente, príncipe de, chanceler do Império Austríaco, I, 491
Metodistas (ver também **Igreja Evangélica Metodista Portuguesa**), IV, 77, 82
Mexia, Martim Afonso, bispo de Viseu, e de Leiria, II, 108, 136, 138; III, 75, 79, 81; IV, 422
México, II, 386, 413, 470; III, 14, 194
Mezzabarba, Carlos Belchior, III, 160
Michelet, II, 319; III, 132
Midões, III, 253, 254
Miel, Emílio, III, 53
Migne, J. J. P., III, 218
Migrações, I, 137, 264, 312, 314, 357, 373, 379; II, 28, 43, 242, 243, 261-262, 282, 468; IV, 6, 25-26, 52, 107, 308, 383, 439
Migrações, pastoral das, I, 313, 352, 440; II, 181; III, 189, **197-200;** IV, 190-191, 227, 328, 382, 467, 470
Migratorum Cura (1969), carta apostólica, III, 198
Miguel, arcanjo são, I, 135, 199; III, 184; IV, 409
Miguel VIII, imperador bizantino, II, 63
Miguel I, rei de Portugal (ver também **Tradicionalismo**), I, 38, 72, 236, 343-344, 375, 427; II, 60, 103, 105, 232, 402, 403, 404; III, 27-28, 52, 196, 197, 217, 315, 356, 388, 468; IV, 19-20, 98, 162, 173, 194, 317-318, 399, 430-431, 499, 503
Miguel, teólogo dominicano, III, 239
Miguel de Bragança (Miguel II), IV, 303
Miguel Chijiwa, III, 13
Miguel de Carvalho, beato, I, 249; III, 26
Miguelismo (ver **Tradicionalismo**)
Milagres, Livros de (ver **Literatura religiosa; Livro religioso**)
Milão, I, 121; II, 70; III, 412; IV, 132
Milhou, A., III, 46
Militância católica (ver **Acção Católica Portuguesa, Catolicismo social, Movimentos eclesiais contemporâneos, Partidos políticos confessionais**)
Militantis Ecclesiae gubernacula (1774), breve papal, I, 168; II, 71, 302
Miller, Samuel, II, 394
Miller, William, IV, 77
Mínimos de São Vicente de Paula, IV, 45
Min Khammaung, rei de Arracão, I, 220
Min Razagri, rei de Arracão, I, 218-219
Minas, marquês de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Ministeria quaedam (1972), *motu proprio*, III, 348
Ministério do diácono permanente, O, II, 66
Ministério do Exército, I, 153
Ministério do Reino, I, 150, 467; II, 394
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, I, 370, 371; II, 406; IV, 20, 98
Mira, rei dos Suevos, III, 410
Miran, rei da Geórgia, III, 442
Miranda do Corvo, III, 320
Miranda do Douro (ver também **Bragança e Miranda, diocese de**) I, 113, 253-264, 296, 327, 400; II, 56, 302; IV, 381
Miranda Prorsus (1957), encíclica papal, III, 184
Miranda, Alvito Buela Pereira de, IV, 300
Miranda, António Ferreira de, IV, 500
Miranda, António Pinto de, IV, 39
Miranda, Fernando Gonçalves de, bispo de Viseu, II, 141; IV, 353
Miranda, Gaspar de, IV, 323
Miranda, Gomes de, bispo de Lamego, II, 138
Miranda, João Afonso de, II, 39
Miranda, Luís Pereira de, bispo de Cabo Verde, II, 142
Miranda, M. Adelaide, IV, 407
Miranda, Martinho Afonso de, bispo do Porto, e arcebispo de Braga, II, 135, 136
Miranda, Pedro, III, 301, 302
Miranda, Sá de, II, 194, 337; IV, 129-130, 489
Miranda, Vasco de, I, 101; III, 136
Mirandela, I, 255; IV, 224
Mirari Vos (1832), encíclica papal, III, 164, 183; IV, 432
Miro, rei dos Suevos, IV, 262, 263
Miro, bispo de Coimbra, II, 132
Misere mei!, III, 132
Misericor Dei Filius (1883), bula papal, III, 349
Misericórdia, Dionísio da, I, 438
Misericórdias (— **nos séculos XIX-XX**; ver também **Assistência**), I, 78, 130, 134, 198, 199, 258, 300, 398, 462-463, 464, 467, 469, 470, 494; II, 29, 30, 61, 93, 156, 157, 218, 272, 287-288, 313, 402, 444, 478; III, 52, 53, 55, 57, 76, 79, 104, 191, **200-203**, 237, 273, 448, 451, 458-459, 460, 462; IV, 13, 16, 38, 47, 53, 67, 154-155, 187, 188, 231, 307, 325, 338, 351, 354, 355, 412-413, 425, **457-459**, 501
Misná, III, 33
Missal, I, 39, 40-41, 307
Missão, A, I, 76
Missão abreviada, I, 165-166, 456; II, 381; III, 307; IV, 350, 501-502
Missão Lincoln, I, 64
Missionárias dos Pobres, I, 320, 398; III, **203**

Missionárias Reparadoras do Sagrado Coração de Jesus, I, 192, 310; III, **203-204**
Missionários da Boa Nova (Sociedade Missionária) (ver também Cernache de Bonjardim), III, **204-205**, 219, 220, 221, 242, 244; IV, 46, 188-189
Missionárias do Sagrado Coração de Jesus (Cabrinianas), I, 197
Missionários Combonianos do Coração de Jesus (ver **Combonianos**)
Missionários do Espírito Santo (ver **Espiritanos**)
Missionários de São João Baptista (ver **Baptistas**)
Missões (ver também **Acordo Missionário, África, Angola, Ceilão, China, Índia, Índia. Goa, Insulíndia, Japão, Migrações, Moçambique, Pérsia, Padroado, São Tomé e Príncipe, Timor**), I, 30, 86-87, 146, 149, 174, 181, 189, 208, 218-221, 236, 248, 265-271, 275, 276, 280, 282, 283, 284-86, 290-91, 293, 295, 305, 306, 331, 342, 352, 353, 355, 356, 357, 358, 377, 385-387, 404--405, 426, 427-428, 440, 442, 472, 475, 479, 481, 488, 489, 490, 492, 494, 495; II, 6, 7, 8-9, 16, 42, 43, 58, 62, 64, 66, 70, 71, 74, 76, 83, 84, 85-86, 88, 104, 106, 121, 124, 128, 179-181, 188, 189, 195, 197, 198, 269-271, 270, 274-275, 276--277, 279-280, 281, 307, 321-325, 345, 346, 372, 373, 383-384, 397, 403, 404, 409, 411, 469, 471, 473, 474-476, 477, 478, 479; III, 21, 22, 24-26, 29, 30, 54, 64, 66, 73, 103, 110, 147, 154, 159, 160, 161, 170--173, 174, 175, 178, 194, 195, 203, 204-205, **205-221**, 258-259, 353, 363, 385, 394, 398, 423; IV, 21, 46, 79, 96, 132, 134-135, 150, 151, 232-233, 273, 285-293, 297, 324, 326-329, 340, 344, 386-387, 409, 433, 464, 504, 505, 520
Missões do interior (ver também **Apostolado da Oração, Oratória sacra ou parenética**), I, 72, 76, 77, 174, 187, 195, 199, 243, 248, 261, 273-274, 292, 293, 309, 352, 356, 456, 474, 475, 476, 486, 488; II, 82, 84, 187, 262, 385, 442; III, 53, 60, 103, 188, 204, **221-231**, 258-259, 299, 306, 307, 351, 377, 378, 379, 388, 469, 471; IV, 52, 96, 254, 340, 354-355, 383, 385, 386, 393, 501--503
Missões Estrangeiras, Congregação das, I, 61, 221, 285-286, 337; II, 437; III, 66, 172, 211; IV, 356
Missões Estrangeiras, Pontifício Instituto das, II, 323, 324
Missões laicas, I, 19, 24, 66
Missões do Reno, I, 66
Mística, I, 182; II, 18, 19, 34, 35, 184, 185, 186, 189, 190, 192, 268, 330, 331, 334, 342, 346, 347, 348, 367, 368, 418, 454, 457; III, 6, 7, 123, 133, 134, 136, 147, 176, 214, 248, 252-254, 455; IV, 33, 89, 104, 111, 166, 172, 173, 174, 176, 205, 210; IV, 279, 300, 384, 403, 408, 410, 413, 442, 448, 449, 451, 454, 455, 464, 492
Mitologia (ver também **Paganismo**), IV, 104, 144, 146, 149
Mitra (ver **Insignias episcopais e monásticas**)
Mitraísmo, III, 371
Mobiliário eclesiástico (glossário) (ver também **Alfaias litúrgicas**), III, **231-237**
Mocaranga, reino africano, I, 23
Moçambique (ver também **Acordo Missionário, África**), I, 25, 62, 101, 117, 147, 174, 181, 291, 293, 405, 440, 474, 476, 480; II, 8-9, 42, 43, 86, 106, 142-143, 144, 270, 272, 273, 277, 279, 280, 295, 296, 301, 303, 304, 410, 414, 428, 441, 443, 470, 471, 476, 477, 478; III, 14, 29, 30, 73, 204, 205, 208, 215, 217, 218, 219, **237-246**, 259, 299-300, 317, 321; IV, 150, 163, 227, 253, 314, 326-327, 328-329, 338, 341, 398, 505
Moçárabes (Musta'rib), I, 44, 106, 110, 381, 415-416, 430; II, 45, 151, 163, 183, 211, 346, 388, 413; III, 75, 95, 144, **246-249**, 256, 361, 438; IV, 6, 91-92, 121, 133, 352, 407, 445, 472, 477, 512, 514, 516, 519
Mochos (ver **Mobiliário eclesiástico**)
Mocidade enganada e desenganada, A, III, 50
Mocidade Portuguesa, II, 170, 171, 172, 408; III, 57
Modário, bispo de Beja, I, 184; II, 133
Modernismo (ver também **Heterodoxia. II. Séculos XIX-XX**), I, 329-330, 491; III, 55, 63, 164, **249-252**, 305, 382; IV, 111, 432, 436
Mogadouro, I, 104
Mogúncia, I, 491
Moimenta da Beira, I, 201; II, 20
Moisés, profeta hebreu, II, 430; III, 31-32, 33, 35, 92
Moita, Agostinho, bispo aux. do ordinário castrense, III, 355
Moita, Luís, I, 322; IV, 393
Molanus, IV, 410
Molesmes, Robert, I, 346
Molina, Francisco de Mexia, bispo de Fez, II, 142
Molina, Luís de, II, 5-6, 160, 265, 385; III, 8, 23, 147, 211, 252; IV, 278, 295, 322, 323
Molinos, Miguel de, III, 252; IV, 87, 89
Molinismo, II, 189, 192; III, 127, 147, **252-255**; IV, 87
Molucas (ver **Insulíndia**)
Monaquismo (ver também **Clero regular, Congregações religiosas masculinas e femininas, Ordens militares, Ordens religiosas, Priorado**), I, 110, 136, 137, 138, 139, 195, 201-208, 215-217, 224, 225, 235-236, 249, 253, 274, 278, 333, 346-351, 381-385, 387, 390, 399--400, 416, 429-434, 435, 460, 482--483; II, 16, 32, 35, 45, 46, 63, 75, 81, 82, 86, 111-112, 148, 154, 156, 177, 181, 182-183, 184, 191, 195, 198, 218, 289, 293, 307, 311, 346, 373, 382, 419, 456, 460; III, 13, 45, 47, 68, 76, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 123, 129, 145, 178, 207, 211, **255-258**, 269, 284, 286, 356, 395, 397, 406-407, 407-408, 409-410, 411; IV, 5, 6, 7, 12, 30, 40-43, 57, 64, 86-87, 88, 92, 95, 155, 183, 184, 191, 197-198, 210, 276, 284, 329, 341-342, 363, 364, 388, 425-426, 452, 471-472, 473, 512-515, 517
Monarquia lusitana, I, 37, 207, 351
Monarquismo (ver também **Liberalismo**, Republicanismo, **Tradicionalismo**) I, 330, 373, 468; II, 38, 406; III, 56, 63, 383; IV, 163, 174, 397, 399, 433, 437-438, 503-504
Moncada, Cabral de, II, 266; III, 180; IV, 296
Monclaro, Francisco de, III, 238
Monçom, Francisco (ver Monzón, Francisco)
Mondonhedo, I, 224, 421, 422
Monefonso, bispo de Egitânia, II, 132, 311
Monfalim, marquês de, IV, 48
Monfalim e Terena, marquesa de, II, 475
Monforte, I, 104, 110; II, 21, 154
Monfortinos (Companhia de Maria), I, 196, 248, 486; III, 243, **258-259**
Mongóis, I, 333; II, 62, 63, 436, 437; III, 161, 207, 440-441, 442; IV, 178, 282
Mongrovejo, Juan de, II, 78
Mónicas (ver Agostinhas)
Mónio, III, 396
Moniz, António Bernardo da Fonseca, bispo do Algarve, e do Porto, I, 47, 258; II, 133, 140; IV, 20-21, 35
Moniz, António Egas, I, 342; II, 39
Moniz, Egas, II, 89, 163; III, 167, 265, 401
Moniz, Garcia, III, 154
Moniz, João, I, 45
Moniz, João Henriques, bispo de Cabo Verde, I, 281; II, 142
Moniz, Joaquim Vicente, vigário-geral da Guiné, II, 323
Moniz, Pedro, II, 116
Monomotapa (ver **Moçambique**)

Monsaraz, Alberto (conde) de, III, 134; IV, 75, 319
Monsenhor (ver **Dignidades eclesiásticas**)
Monstrador de la Justicia, El, I, 83
Montaigne, II, 378, 379; IV, 129
Montalambert, conde de, IV, 434
Montalto, Elias, II, 31
Montalverde, António da Conceição, IV, 448, 454
Montano, bispo de Toledo, IV, 66
Monte, José do Espírito Santo, III, 252
Monte Pio, I, 148, 371-372
Montecorvino, João de, arcebispo de Pequim, I, 333; II, 63; III, 207; IV, 282
Montedor, condessa de, IV, 337
Montemor, Jorge de, II, 447
Montemor, Nuno de, III, 134; IV, 454
Montemor-o-Novo, I, 146, 186, 209; II, 20, 21, 55, 81, 82, 100, 151, 157, 374, 375; III, 149; IV, 61; IV, 408
Montemor-o-Velho, I, 28, 138, 396, 397, 429; II, 20, 157
Montemor, Nuno de, I, 101; III, 134
Monteiro, Adolfo Casais, III, 135
Monteiro, António, carmelita, I, 296
Monteiro, António, bispo de Viseu, I, 292; II, 141; IV, 359
Monteiro, António de Castro Xavier, bispo de Lamego, II, 138
Monteiro, António Xavier de Sousa, bispo de Beja, I, 188, 190, 192, 198, 395; II, 79, 134; IV, 112
Monteiro, António Augusto Xavier, bispo aux. de Vila Real, IV, 346
Monteiro, Armando, IV, 210
Monteiro, Carvalho, I, 133
Monteiro, Diogo, II, 189, 192; III, 23, 126
Monteiro, Inácio, III, 23
Monteiro, Jerónimo, I, 450
Monteiro, José Correia Cardoso, bispo de Angra, II, 134
Monteiro, José Maria de Sousa, I, 91, 93
Monteiro, Luís Álvares, IV, 28
Monteiro, Manuel, I, 87; IV, 406, 496, 497
Monteiro, Nicolau, bispo eleito de Portalegre, bispo do Porto, II, 108, 140, 401; III, 466; IV, 16
Monteiro, Nuno, I, 37
Monteiro, Pedro, II, 85
Monteiro, Porfírio Pardal, I, 116, 134; II, 167; III, 455
Monteiro, Santos, III, 381
Montésio, bispo de Egitânia (Guarda), II, 132, 311
Montesquieu, Charles Louis de Secondat, barão de, II, 415, 417
Montijo (Aldeia Galega), I, 472
Montoya, António Ruiz de, I, 267
Montoya, Luís de, I, 28, 29, 450
Montpellier, I, 308, 309; III, 9, 128, 261; IV, 32, 276
Montserrat, António de, II, 198
Monzón, Francisco de, I, 449; III, 48; IV, 277
Moody, Ivan, III, 302
Moon, reverendo, IV, 77
Moortamer, Pieter, governador de Luanda, I, 56
Morago, Estêvão Lopes, III, 296; IV, 360
Morais, Afonso, I, 194
Morais, António, missionário, I, 285
Morais, António Lopes de, vigário apostólico de Coimbra, I, 389
Morais, Dionísio Bernardes de, I, 88; IV, I, 438
Morais, Gonçalo de, abade-geral dos Monges Negros de São Bento, bispo do Porto, I, 207, 258; II, 140; IV, 15
Morais, Graça, IV, 416
Morais, Inácio de, II, 378
Morais, José Manuel, III, 173
Morais, Manuel da Silva, I, 194, 454
Morais, Sebastião de, bispo de Funai, II, 144, 287; III, 14
Morais, Silvestre, I, 341
Morais, Simão de, III, 443, 444
Moral, I, 75, 79, 82, 88, 100, 149, 152, 168, 208, 215, 237, 238, 272, 305, 307, 312, 314, 315, 316-317, 359, 360-361, 362, 363, 364, 366, 367, 368, 369, 370, 373, 375, 383, 390, 403, 410, 414, 416, 419, 435, 447-455, 475; II, 6, 12, 13, 14, 16, 39, 84, 86, 112, 115, 120, 123, 160--161, 182, 186, 187, 202, 209, 215, 216, 232, 239, 241, 242, 277, 284, 331, 363, 367, 368, 382, 384, 385, 392, 408, 414, 418, 442; III, 5-6, 7-9, 23, 42, 43, 47, 50, 51, 59, 99, 108, 120, 125, 128-129, 131-132, 134, 136, 146, 147, 152, 163, 168, 184, 185, 186, 212, 214, 216, 222, 224, 226, 230, 252-253, **259-265**, 267-268, 269, 270, 285, 332, 346, 377, 383, 387, 389, 397, 407, 410--411, 413, 421, 422, 426-429, 460, 466, 467, 469; IV, 12, 16, 21, 22, 24, 26, 27, 31, 32, 60, 64, 65, 66, 68, 69, 91, 104, 114, 126, 129, 189, 196, 198, 199, 200, 203, 215, 216, 219, 220, 222, 234, 241, 242, 243, 278-279, 286, 295, 321, 323, 346, 363, 366, 367-368, 369, 374, 377, 378, 380, 389, 397, 401, 406, 435, 438, 442, 447, 448, 449, 474, 476, 477-478, 484, 487, 488, 489, 491, 492, 493, 496, 499, 500, 501, 502, 504
Morales, Juan Baptista, I, 338
Morato, Diogo Marques, bispo de Miranda, II, 135
Morato, Francisco Xavier Trigoso de Aragão, III, 329
More, Thomas, IV, 88, 127
Moreira, Albino, IV, 55
Moreira, Alexandre, III, 29
Moreira, António Montes, II, 363-364; III, 93; IV, 6
Moreira, Eduardo Henriques, II, 412, 413; IV, 83-84
Moreira, Filipe, IV
Moreira, Guilherme Alves, IV, 319
Moreira, Henrique, II, 167; IV, 39
Moreira, Hipólito, IV, 453
Moreira, João, bispo de Cabo Verde, I, 281; II, 142
Moreira, José Maria Gonçalves, IV, 38
Moreira, José Maria Mendes, IV, 83
Moreira, Manuel de Sousa, I, 214
Moreira, Pêro, III, 79
Moreira, Porfírio Gomes, II, 331, 344
Moreira, Rafael, I, 37
Morelli, Félix, IV, 297
Moreno, Garcia, IV, 362
Moreno, Humberto Baquero, IV, 477
Moreton, Robert Hawkey, II, 411; IV, 81, 82, 252
Morim, António de, IV, 453, 495
Mórmones (Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias), IV, 77, 79, 80
Morone, cardeal, I, 410
Morte, I, 41, 108, 109, 136, 140, 141, 142, 144, 173, 198, 199, 229, 237, 261, 270, 273, 276, 300, 336-337, 372, 374, 382, 392, 398, 400, 430, 445, 447, 448, 454, 461, 462, 463, 464, 469, 475; II, 59, 60, 66, 68, 91--92, 93, 129, 130, 156, 158, 161, 162, 163, 164, 168, 178, 183, 201, 203, 204, 208, 209-210, 219, 252, 254, 259, 330, 430, 436, 447, 462; III, 35, 45, 46, 69, 76, 83, 98, 100, 124, 129-130, 154, 155, 157, 173, 201, 211, 226, **265-274**, 294, 342, 344, 350, 352, 371, 401, 407, 439, 458, 467; IV, 8, 20, 27, 38, 53, 54, 59, 61, 100, 111, 114-115, 120, 135, 219, 266, 275, 284, 285, 303, 364, 389, 406, 407-408, 409, 413, 414, 424, 452, 472, 480-482, 487, 491, 499, 500, 503, 505-506, 516, 520, 521
Morujão, Manuel, IV, 443
Moser, Eduardo de, II, 413
Mosteiros (ver também **Monaquismo**) II, 289, 293, 398; III, 18, 45, 53, 84, 146, 374, 395, 397, 398, 399, 400, 402; IV, 27, 41, 276, 325, 342, 361, 364, 366, 368, 370, 424, 445, 446, 484
Mosves de Tathev, patriarca arménio, III, 446
Mota, cardeal, secretário de Estado, III, 5
Mota, Agostinho, III, 251
Mota, Álvaro da, III, 122; IV, 522
Mota, Costa, II, 166
Mota, Delfim Teixeira da, I, 99
Mota, João da, cónego e académico, I, 7

Mota, Joaquim Magalhães, I, 319; III, 390
Mota, Jorge da, I, 284, 285; IV, 233
Motte, Pierre Lambert de la, vigário apostólico, I, 338
Moura, I, 185, 195, 196, 199, 200, 294, 296, 298; II, 21, 81; III, 279, 281
Moura, Agostinho Lopes e, bispo de Portalegre e Castelo Branco, II, 140; III, 470, 471; IV, 256, 257, 350
Moura, Alexandre de, I, 268
Moura, Carlos, IV, 381
Moura, Elísio de, I, 342
Moura, Francisco Pereira da, I, 319
Moura, Inácio Lopes de, I, 194
Moura, João Álvares de, IV, 21, 35
Moura, João de França Castro e, bispo do Porto, I, 371; II, 140; IV, 21
Moura, Joaquim Alves, IV, 52
Moura, José de França Castro e, IV, 19-20, 35
Moura, José Joaquim de Azevedo de, bispo de Viseu, arcebispo de Braga, I, 245, 258; II, 135, 141; IV, 357
Moura, José de Santo António, I, 194
Moura, Mateus de, IV, 495
Moura, Patrício Xavier de, bispo de Cabo Verde e do Funchal, I, 281, 411; II, 137, 142, 322
Moura, Teodoro Pinto Coelho de, IV, 18
Mourão, José Augusto, III, 299
Mourarias, I, 84; III, 280-281
Mourato, Diogo Marques, IV, 16, 28
Mourinho, António Maria, I, 260
Mourisca, Francisco da Mata, bispo de Carmona-São Salvador (Uíje), I, 292; II, 142
Mouros (ver também **Islamismo, Moçárabes, Reconquista**), I, 183, 184, 224, 276, 297, 324, 415-416, 417; II, 31, 32, 34, 36, 37, 63-64, 65, 82, 85, 113, 147, 160, 183, 184, 195, 196, 197, 211, 289, 310, 335, 363, 367, 368, 382, 390, 392, 430, 434, 462, 463, 464; III, 37, 68, 94-95, 98, 99, 118, 120, 157, 172, 174-178, 193, 206, 238, 240, 256, **279-284**, 287-288, 293, 374, 394, 401, 402, 409; IV, 6, 41, 94, 121, 133, 276, 283, 316, 352, 421, 473, 477, 512, 513, 518
Mouta, José H., IV, 360
Moutinho, António, prelado de Moçambique, bispo de Cabo Verde, bispo de Portalegre, I, 281; II, 140, 142, 143; III, 242, 468
Movimento de Apostolado das Crianças, I, 316; IV, 467
Movimento Cristão de Acção Democrática, I, 322
Movimento de Estudantes Católicos (MEC), IV, 50, 468
Movimento das Forças Armadas (MFA), III, 188, 189, 190
Movimento de Defesa da Vida, I, 313; IV, 470
Movimento de Equipas de Nossa Senhora, IV, 50, 465-466
Movimento Esperança e Vida, IV, 50, 465
Movimento Nacional Católico ao Serviço dos Doentes, I, 316
Movimento Nacional de Autoconstrução, I, 316
Movimento Oásis, IV, 50, 465
Movimento de Renovação da Arte Religiosa, I, 116
Movimento de Unidade Democrática (MUD), II, 409; III, 384
Movimentos eclesiais contemporâneos (ver também **Acção Católica, Associações de fiéis**), I, 39, 170, 197-198, 312-313, 316, 321, 322, 428, 475; II, 40-41, 428, 457; III, 51-58, 62, 72-74, 81, 86, 112, 137, 323-325, 378, 422; IV, 48, 50, 229, 308, 338, 361, 375, 376, 377, 383, 386, 395, 398, 455, **459-470**, 503
Moxa, Martim, II, 365
Mrauk-U, I, 218, 220
Muçulmanos (ver **Mouros**)
Mudéjar, I, 112
Mulher (ver também **Beatas, Congregações religiosas femininas, Emparedadas**), I, 443, 447, 453, 457, 461, 470, 475, 481, 489, 491, 494-495; II, 40, 45, 46, 128, 151, 178, 209, 239-244, 256, 334, 340, 346, 347, 382, 414, 457, 459, 460, 469, 470, 471, 472; III, 40, 45, 46, 56, 62, 67, 82, 83, 84, 85, 86, 100, 114, 134, 178-180, 202, 211, 212, 229, 254, 256, 257, 258, **284-289**, 323, 332, 349, 351, 408, 426, 460; IV, 10, 27, 43, 56, 65, 67, 126, 216, 318, 324-325, 344, 386, 393, 402, 462, 463, 464, 502
Mulheres da praia, II, 209
Multa praeclara (1838), bula papal, I, 427; II, 370, 404, 436; III, 217, 364; IV, 186, 291
Mumadona Dias, condessa de Guimarães, I, 215, 235, 382; II, 289; III, 68, 145
Munera Nostris (1571), constituição pontifícia, I, 121
Municípios, I, 137, 257, 282, 399, 462, 466, 469; II, 28, 29, 30, 61, 89, 151, 152, 241, 282, 285, 301, 371, 444; III, 37, 38, 40, 76, 85, 157, 159, 201, 266, 280, 281, 282, 341, 344, 350, 370, 375, 376, 449, 457; IV, 7-8, 9, 10, 11-12, 13, 20, 27, 34, 45, 53, 54, 58, 68, 70, 71, 345, 423-424, 425, 457-458, 475
Munionis, Petrus, I, 331
Münzer, Jerónimo, III, 208
Muratori, Ludovico Antonio, I, 88; II, 266, 416; IV, 388, 495
Murça (ver **Vestes litúrgicas**)
Murça, Diogo de, I, 163; II, 120, 148; IV, 315
Murça, Jerónimo de, abade comendatário de Refojos de Basto, I, 205
Múrias, António, IV, 50
Múrias, Manuel, II, 372; IV, 195
Murri, Romulo, I, 329
Murteira, Mário, I, 319, 321
Musa, I, 184
Museus (ver também Arte sacra), I, 259; III, 80, **289-292**, 472; IV, 40, 360
Música religiosa (ver também **Organaria, Instrumentos musicais**), I, 113, 207, 228, 286, 309, 356, 359, 360, 361, 367, 386, 387, 388, 391, 393, 400, 436, 476, 492, 494; II, 67, 112, 114, 118, 204, 213, 215, 253, 257, 260, 261, 315-316, 457; III, 12, 35, 100, 108, 140, 141, 142, 143, 162, 226, 282, **292-299**, 305, 309, 330, 438; IV, 36, 40, 82, 133, 211, 347, 360, 384, 388, 445, 448, 451
Música religiosa contemporânea, III, **299-303**
Música sacra, III, 300-301
Mutti, Bernardino, núncio apostólico, I, 426; III, 72
Mutualismo (ver também **Assistência, Confrarias, Irmandades, Sindicalismo**), I, 72, 78, 371-372, 374-375; IV, 49, 238
Muzhafar, sultão de Taló, IV, 288
Myanmar (ver **Birmânia**)
Mystici corporis Christi (1943), encíclica papal, II, 387

N

Nabais, João, IV, 256
Nabantino, Vítor Felicissimo, I, 300
Nabo, António, III, 142; IV, 392
Nação, A, I, 376; III, 52, 380-381
Nacional-sindicalismo, IV, 303
Nacionalismo, I, 38-39; II, 329, 336, 339-344, 396, 441; III, 15-16, 17, 24, 45, 62, 90, 97, 100, 131, 132, 133, 134, 164, 197, 198, 207, 219, 250, 307-308, 340, 364, 365, 383, 442; IV, 73, 193-195, 243, 299, 300, 303, 327, 398, 400-401, 402, 403, 429, 430, 433, 434, 436, 487, 492, 500, 502, 504, 520
Nadal, Emília, III, 455
Nadal, Jerónimo, II, 5
Namíbia, I, 63
Nandabayin, rei da Birmânia, I, 218
Nantes, Bernardo de, I, 309
Nantes, Martinho de, I, 268
Napoleão I, imperador dos Franceses (ver também Invasões Francesas), I, 264; II, 79; III, 165, 215, 310, 315; IV, 300, 397, 399
Naresuan, rei do Sião, IV, 233
Narquísio, João Baptista, IV, 340
Nascimento, Aires do, II, 329; IV, 446, 482

Nascimento, Alexandre do, arcebispo de Luanda, cardeal, I, 404
Nascimento, Conceição Aires do, IV, 446
Nascimento, João do, bispo do Funchal, II, 137, 284
Nascimento, José do, IV, 447, 453, 497
Nascimento, Manuel do, bispo de São Tomé, II, 87, 143
Nasoni, Nicolo, IV, 38, 39, 349
Natal (ver também **Etnografia religiosa, Festas, Liturgia, Presépio, Tempo**), I, 41, 198; II, 318, 429; III, 100, 191, 222, 225, 275; IV, 445, 464, 490
Natividade, António da, IV, 494
Natividade, Francisco da, I, 309
Natividade, João da, IV, 495
Natividade, José da, I, 165, 301
Natividade, Luís da, I, 85; IV, 495
Natividade, Manuel da, bispo de Angola e Congo, I, 54, 57; II, 141
Natividade, Vieira, I, 35; IV, 406
NATO, I, 153
Naumo, bispo de Coimbra, I, 387
Nausto, bispo de Coimbra, II, 132
Navarra, I, 202
Navarro, Emídio, I, 92
Navarro, Moisés, rabi-mor, III, 38
Naveta, I, 41
Navegação de São Brandão, III, 118
Nazaré, I, 36, 105, 108, 107, 110, 463, 464, 467, 468; II, 155; III, 79, 229, 455; IV, 121, 165-166, 168, 169, 171, 172, 173, 174
Nazaré, Casimiro Cristóvão, III, 144
Nazaré, João de, I, 165
Nazaré, Simão de Almeida, IV, 48
Nazismo, I, 99, 181, 311; II, 281, 408; III, 107; IV, 215, 299, 327, 397, 398, 400-401, 402
Ndongo, reino africano (ver **Angola**)
Nebrija, III, 92; IV, 127
Necessidades, António Francisco das, cónego africano, I, 61, 62
Nefrígio, bispo de Lisboa, II, 133; III, 94
Negreiros, José de Almada, I, 116, 134, 135; III, 455; IV, 415
Negro, Abraão, rabi-mor, III, 39
Neiva, I, 202, 206, 382
Neiva, Antão de Santa Maria de, confessor régio, II, 82
Nemésio, Vitorino, III, 136; IV, 195, 454
Neotomismo, I, 95-96, 99, 311, 330, 389; II, 160, 267, 268, 386; III, **304-306**; IV, 281, 357
Nepal, I, 274
Nero, imperador romano, III, 436; IV, 342
Nery, Eduardo, III, 455
Nestorianismo (ver também **Heterodoxia, Índia, Pérsia, Arménia e Geórgia, São Tomé, cristãos de**), I, 333; II, 62, 65, 431-432; III, 208, 440-441, 445
Nestório, II, 62; III, 408; IV, 134, 181-182
Neto, Alberto, I, 322; III, 423
Neto, Amândio Domingues, prefeito apostólico da Guiné, II, 142, 324
Neto, António Lino, I, 319, III, 383, 384; IV, 438
Neto, Brás, bispo de Cabo Verde, I, 280; II, 104, 108, 142
Neto, Francisco, I, 97
Neto, Francisco Lino, I, 493, 494; II, 410; III, 384; IV, 393
Neto, José Sebastião, bispo de Angola e Congo e cardeal-patriarca de Lisboa, I, 63; II, 139, 142, 278, 472; III, 107, 108, 110, 112, 251, 382; IV, 226
Neto, Maria de Lourdes Akola, IV, 101
Neto, Vítor, I, 373, 375
Nettesheim, Henrich Cornelius Agrippa von, III, 169
Neves, Abílio Augusto Vaz das, bispo de Cochim, e de Bragança e Miranda, I, 254, 258, 257; II, 135, 144; III, 173; IV, 224, 250
Neves, António Santos, IV, 218
Neves, J. A. da Cruz, I, 100; IV, 300
Neves, João da Silva Campos, bispo de Lamego, II, 138; IV, 251, 422, 427
Neves, Joaquim Carreira das, II, 229, IV, 394, 455, 456
Neves, Leandro Quintas, IV, 407
Neves, Ludovina Pereira, III, 54
Neves, Manuel de São Joaquim, arcebispo eleito de Cranganor, I, 174; IV, 186
Neves, Moreira das, I, 100, 101, 168, 494; III, 136, 190
Newton, Isaac, II, 416
Newman, cardeal, III, 218
Ngola, reino africano (ver **Angola**)
Ngola Inene, rei africano, I, 54
Nice, I, 491
Nicéforo Focas, imperador bizantino, II, 32
Niceia, I, 406, 419; II, 31, 69, 75, 284, 363, 382; III, 94, 393, 412, 413, 440, 442
Nicolau IV, papa, I, 214, 333, 425; II, 116; III, 102, 348-349; IV, 276, 314
Nicolau V, papa, I, 67; II, 36, 160, 274, 283; III, 17, 338, 364; IV, 11, 480
Nicolau, bispo do Algarve, I, 44; II, 133
Nicolau, bispo de Viseu, I, 433; II, 141; IV, 353
Nicolau, o *Francês*, I, 294
Nicolau Dinis, beato, I, 258
Nicolini, Francesco, núncio apostólico, III, 71, 253
Nicote, Filipe de Brito de, I, 218-219, 220
Nicotra, Sebastião, núncio apostólico, III, 72
Niebuhr, II, 199-200
Nieremberg, J. Eusebio, II, 189
Nietzsche, Friedrich, I, 160; III, 216, 217; IV, 138
Ninho, O, I, 313
Nino, santa, III, 442
Nisa, II, 157; IV, 341
Nitígio, bispo de Lugo, I, 223
Niza, Manuel de Ribeira, IV, 453
Nobili, Mário António, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Nobili, Roberto de, II, 435, 439; IV, 135, 184
Nobili, Vincenzo, núncio apostólico, III, 71
Nobre, António, III, 132, 133; IV, 75, 195, 454
Nóbrega, António Isidro da, I, 85
Nóbrega, Manuel da, I, 86, 265-66, 267; II, 161, 175, 383; III, 22, 134; IV, 225
Nobreza, I, 202, 207, 318, 348, 351, 353, 354, 357, 359, 377, 382, 393, 394, 407, 414, 415, 416, 430, 460, 472, 474; II, 27, 28, 30, 32, 34, 46, 54, 59, 61, 62, 93, 96, 106, 151, 155, 178, 182, 183, 184, 198, 216, 234, 269, 307, 318-319, 320, 362, 363, 369, 376, 391, 415, 416, 417, 418, 452, 453, 472, 476, III, 5, 16, 17, 37, 40, 45, 47, 48, 54, 66, 75, 78, 82, 85, 106, 117, 154-156, 165, 167, 169, 202, 203, 214, 224, 247-248, 256, 258, 266-267, 293, 334, 336, 347, 350, 362, 396, 398, 407, 463, 464, 466-467; IV, 7, 9, 11, 12, 13, 18, 31, 36, 41, 42, 48, 65, 236, 273, 286, 293, 363, 399, 424, 425, 426, 472, 513, 514, 517-518, 519-520, 521
Nogueira, Afonso, bispo de Coimbra, e arcebispo de Lisboa, I, 125; II, 136; 139; III, 99, 103, 149, 150
Nogueira, António, bispo de São Tomé, II, 143
Nogueira, Augusto José, IV, 37
Nogueira, Bernardo, II, 199
Nogueira, Bernardo Rodrigues, bispo de São Paulo, II, 146
Nogueira, Bernardo de Sá (1.º marquês de Sá da Bandeira), I, 63; III, 215, 217
Nogueira, Eurico Dias, bispo de Vila Cabral e arcebispo de Braga, I, 234, 239-240, 249; II, 135, 144; III, 245; IV, 250
Nogueira, Gomes, III, 150
Nogueira (Júnior), José Luís, IV, 39
Nogueira, Mateus, I, 267
Nogueira, Rui, III, 150
Nogueira, Sá, I, 135

Nogueira, Vicente, II, 108; III, 169
Nonego, bispo do Porto, IV, 6
Norberto, são, bispo de Magdeburgo, IV, 56, 57
Norodom, rei do Camboja, I, 286
Noronha, Álvaro de Abranches e, bispo de Leiria, II, 138; III, 75, 79, 81
Noronha (Cascais), Álvaro Pires de Castro, bispo de Portalegre, II, 140; III, 466-467
Noronha, André de, bispo de Portalegre, I, 206; II, 140; III, 465, 471
Noronha, António Matos de, bispo de Elvas, II, 136
Noronha, Bento de Beja, bispo de Elvas, II, 136
Noronha, Cristóvão de, comendatário de Santa Maria da Ermida, IV, 58
Noronha, Diogo de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Noronha, Henrique Henriques de, II, 285
Noronha, Isabel de, II, 284
Noronha, João de, prior-mor de Santa Cruz, I, 433, 435; IV, 63
Noronha, José, bispo aux. da Guarda, IV, 358
Noronha, José Maria de Santana e, bispo de Bragança e Miranda, II, 135
Noronha, Leão de, II, 193; III, 48
Noronha, Manuel de, bispo de Lamego, Viseu, Guarda e Coimbra, I, 363; II, 136, 138; IV, 171, 422, 426, 489, 495
Noronha, Nuno de, bispo de Viseu e da Guarda, II, 9, 120, 141, 314; III, 472; IV, 220, 221, 354, 360
Noronha, Pedro de, bispo de Évora, arcebispo de Lisboa, II, 136, 139, 212; III, 18, 99
Noronha, Rodrigo de, bispo de Lamego, II, 138
Noronha, Sancho de, bispo eleito de Leiria, I, 163; III, 81
Noronha, Sebastião de Matos, bispo de Elvas, e arcebispo de Braga, II, 135, 136, 396, 399; IV, 242, 484
Noronha, Tomás de, III, 48
Norton, Isolda, I, 135
Nosolini, José, representante de Portugal junto da Santa Sé I, 330; II, 110
Nossa Senhora, Feliciano de, bispo de Lamego, II, 138
Nossa Senhora dos Anjos, António Joaquim, IV, 18
Nossa Senhora da Boa Morte, Ângelo da, bispo de Elvas, I, 343; II, 103, 136
Nossa Senhora da Boa Morte, Inácio de, I, 436
Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Ordem de (ver **Ordens militares**)
Nossa Senhora do Pópulo, Caetano de, bispo de São Tomé, II, 143
Nossa Senhora da Porta, João de, bispo de Leiria, II, 138; III, 75, 79, 81, 128
Nossa Senhora do Livramento, João de, III, 18
Nossa Senhora da Nazaré, Joaquim de, prelado de Moçambique, bispo do Maranhão e bispo-conde de Coimbra, I, 90, 213, 388; II, 136, 142, 145; IV, 498
Nossa Senhora da Porta, Bernardo de, prior-geral dos Cónegos Regrantes de Santa Cruz, I, 438
Nostis et Nobiscum (1849), encíclica papal, III, 183
Notícias de Beja, I, 189, 190
Nouvelles Ecclésiastiques, III, 9
Noydens, Bento Remígio, I, 454; II, 230
Nova Revista de Música Sacra, III, 300
Novais, Manuel Pereira de, IV, 5
Novais, Paulo Dias de, capitão-mor de Angola, I, 54; III, 210
Novak, Maria da Glória, I, 167-168
Novarino, Pedro, IV, 451
Novenas (ver também **Orações**), I, 165, 198; II, 247, 257; III, **306-309**; IV, 96, 453
Noviciado (ver também **Clero regular**, **Monaquismo**), I, 207, 208, 292, 296, 299, 329, 352, 427, 438, 472, 473, 474, 477, 480; II, 8, 43, 46, 53, 85, 86, 126, 235, 269, 270, 271, 272, 278, 279, 280, 402, 404, 443, 461, 470, 471, 472, 474, 476, 478; III, 17, 22, 26, 259, 331, 350, 398, 225, 340, 430
Novidades, I, 97, 101, 441; II, 424, 459; III, 186, 383; IV, 256
Novos Movimentos Religiosos (NMR) (ver **Seitas**)
Nullius explicari verbis (1841), I, 344; II, 404
Numismática, III, **309-310**
Nunciatura de Lisboa (ver também **Legados pontifícios, Santa Sé e Portugal**), I, 290, 344, 352, 403, 426, 427, 439-440, 442; II, 76, 87, 104, 105, 125, 247, 278, 323, 394, 395, 403, 405, **310-318**, 352, 354, 365, 366; IV, 97, 345
Nuno de Santa Maria, beato (ver Pereira, Nuno Álvares)
Nuno, bispo de Dume, II, 132
Nunes, Adérito Sedas, I, 310, 321; IV, 105, 256
Nunes, Alberto, II, 165
Nunes, Augusto Eduardo, arcebispo de Évora, I, 96, 314, 317, 377; II, 125, 137, 214-215; III, 54; IV, 281, 296, 453, 504
Nunes, Belchior, I, 309
Nunes, Domingos, IV, 323
Nunes, Eduardo A., III, 422
Nunes, José da Costa, cardeal, bispo de Macau, arcebispo de Goa, I, 78; II, 144, 145, 441; IV, 251
Nunes, José Jacinto, II, 39, 329
Nunes, Nicolau, II, 468
Nunes, Pedro, I, 157, 340; II, 31; IV, 128, 316
Nuremberga, I, 133
Nystron, Samuel, IV, 79

O

Oakshott, Michael, IV, 76
Óbidos, I, 125, 139, 183, 402; II, 21, 54; III, 19, 151, 229, 452; IV, 478, 479
Oblatos, I, 221; II, 27, 112; III, 256, 348, 349
Oblatas do Divino Coração, I, 189, 196, 200; III, **319**
Oblatas do Menino Jesus, I, 260
Obra de Assistência 5 de Dezembro, I, 151
Obra dos Congressos Eucarísticos Internacionais, I, 491-492; II, 170; III, 72
Obra da Criança Abandonada, I, 175,
Obra da Entronização e Adoração Nocturna, I, 197
Obra da Propagação da Fé, I, 197
Obra da Rua, I, 259, 399; II, 317; III, **319-322**, 423, 462; IV, 54
Obra de Protecção das Raparigas (ver também Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina), I, 312
Obra de Reparação e Apostolado, III, 203
Obra do Regaste, III, 41
Obra da Santa Infância, I, 197
Obra de Santa Zita (ver **Instituto Secular das Cooperadoras da Família**)
Obra de São Francisco de Sales, IV, 33
Obras das Vocações Sacerdotais, I, 197, 394; III, 186
Ockham, Guilherme, III, 210; IV, 277
Ochino, Bernardino de, I, 288-289
Ochoa, Manuel Joaquim, I, 260
Odão, abade de Cluny, I, 381; III, 269
Oda Nobunaga, III, general japonês, 11-14
Oddi, Giacomo, núncio apostólico, III, 72
Odemira, I, 185, 195, 196, 197, 199, 200; II, 21
Ódena, Damião de, I, 292
Odilão, abade de Cluny, I, 381, 382
Odivelas, I, 348; II, 46, 51, 52; IV, 394, 487
Odoário, arcebispo de Braga, II, 131
Odorico de Pordenone, beato, I, 324; II, 63; IV, 178
Odório, bispo de Viseu, I, 422, 433; II, 141; III, 118; IV, 353
Oeiras, II, 21, 412
Oficinas de São José, I, 149, 352, 389; III, 67, 389, 422; IV, 22, 45, 150

Office International des Scouts Catholiques (ver **Escutismo**)
Ögödäi, II, 63
Ogyen Kunzang Chiling (comunidade budista portuguesa), I, 276
O'Higgins, Bernardo, bispo agostinho irlandês, I, 29
O'Neill, Brian Juan, II, 208
Olinda, I, 266, 268, 295
Olival, Álvaro do, IV, 58
Olival, Heitor de Pina, IV, 321
Oliveira de Azeméis, I, 134; IV, 174
Oliveira de Frades, II, 459
Oliveira do Hospital, II, 27, 293
Oliveira, Alberto de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 110
Oliveira, Américo do Couto, bispo de Lamego, II, 138
Oliveira, Anacleto de, II, 229
Oliveira, Ângelo de, IV, 455
Oliveira, António de, I, 268; II, 54; III, 422
Oliveira, António da Ascenção e, I, 456-457; IV, 499
Oliveira, António Azevedo, III, 300
Oliveira, António Correia de, I, 101, 167; III, 134; IV, 454, 503, 506--507
Oliveira, António Rodrigues de, III, 250
Oliveira, Carlos Alberto Martins de, IV, 105, 259
Oliveira, Cavaleiro de, II, 367
Oliveira, David, III, 300
Oliveira, Eduardo Fernandes de, II, 39
Oliveira, Ernesto Sena de, arcebispo de Mitilene e bispo-conde de Coimbra, I, 12, 99, 389, 394; II, 27, 136, 138, 459; III, 203, 325; IV, 215, 218, 251
Oliveira, Ernesto Veiga de, II, 206-207
Oliveira, Eugénio, I, 194
Oliveira, Fernão de, I, 174; II, 307, 308; III, 92, 93
Oliveira, Fernando de, II, 161; IV, 73, 128
Oliveira, Fernando Correia de, III, 302
Oliveira, Filipe de, I, 88
Oliveira, Francisco, I, 194
Oliveira, Francisco Xavier, II, 418
Oliveira, Franklin António de, II, 170; IV, 49
Oliveira, Gonçalo de, I, 157
Oliveira, João de, I, 95; II, 87, 385; IV, 455
Oliveira, João Franco de, bispo de Angola e Congo, e de Miranda, arcebispo da Baía, II, 135, 141, 145
Oliveira, João Jorge de, IV, 78-79
Oliveira, João Pedro, III, 302
Oliveira, José de, bispo de Angola e Congo, II, 141
Oliveira, José de, IV, 53, 453
Oliveira, José Dias de, IV, 18, 20
Oliveira, José Galamba de, I, 98; II, 228
Oliveira, José Lino de, bispo de Angola e Congo, II, 142
Oliveira, José do Patrocínio Bacelar e, IV, 312
Oliveira, Júlio Francisco de, bispo do Funchal, e de Viseu, II, 141; IV, 355, 358
Oliveira, Mário de, IV, 28, 400, 454
Oliveira, Marques de, III, 453
Oliveira, Martinho Pires de, arcebispo de Braga, I, 408, II, 134, 391
Oliveira, Martins de, IV, 110
Oliveira, Miguel de, I, 378; II, 131, 212, 326, 328, 329, 344, 372, 373, 394; III, 93, 95, 105, 374; IV, 5, 7, 192
Oliveira, Narciso P. Ferreira de, IV, 83
Oliveira, Nicolau de, II, 51, 54; IV, 484
Oliveira, Pedro de, I, 231
Oliveira, Plínio Correia de, IV, 299
Oliveira, Raimundo de, IV, 393
Oliveira, Rodrigo de, bispo de Lamego, II, 138
Oliveira, Salomão de, II, 227-228
Oliveira, Serafim de, IV, 347
Oliveira, Tomás Gonçalinho de, IV, 454
Oliveira, Waldemar de, IV, 78
Olivença, I, 146, 228, 230, 231, 233; II, 101, 102; IV, 336
Olivier, Placide, III, 388
Olheiros, I, 74, 363
Omnipotentis Dei (1584), I, 474
Omnium Ecclesiarum (1938), I, 169
Ômura Sumitada Bartolomeu, dáimio, III, 12, 13, 14
Onomástica religiosa, II, 27-28; III, **322-323**
Onorato de Biala, beato, I, 289
Onze Mil Virgens, IV, 123
Onze Mil Virgens, António das, IV, 453
Onze Mil Virgens, Manuel das, III, 229
Optatam Totius, decreto conciliar, III, 263
Oposição católica (ver também Estado Novo), I, 322, 409-410; II, 428; III, 57; IV, 399, 438-439
Opus Dei, revista de liturgia, I, 39, 208; III, 299
Opus Dei, Prelatura da Santa Cruz e, I, 398, 490; II, 72; III, 57, 186, **323-325**; IV, 36, 361, 465
Ora et Labora, I, 208; III, 299; IV, 105
Orações (ver também **Catequese e catecismos**, **Novenas**), I, 369, 380, 431; II, 16, 27, 75, 148, 176, 183, 188, 189, 190, 191, 192, 203, 230, 231, 236, 251, 257, 262, 266, 274, 339; III, 17, 18, 23, 34, 35, 36, 47, 55, 73, 88, 114, 121, 123, 126-127, 136, 140, 147, 223, 225, 230, 252, 282, 295, 330, 344, 376, 377, 421, 454; IV, 19, 32, 43, 49, 51, 80, 87--90, 115-117, 121, 133, 166, 175, 182, 234, 243, 266, 267, 297, 342, 355, 366, 384, 385, 388, 393, 396, 407, 414, 446-447, 450, 452, 453, 474, 501
Oragantino, III, 12
Oragos paroquiais portugueses (ver também **Paróquia**), II, 155, 156--157, 176-177, 456, 474; III, 52, **325-328**; IV, 69, 351, 445-446, 482
Oratória sacra ou parenética (ver também **Apologética, Literatura religiosa, Missões do interior**), I, 73, 74, 77, 158, 165, 174, 175, 194, 207, 215, 242, 248, 273, 276, 287, 288, 292, 302-303, 307, 352, 355, 356, 357, 359, 366, 367, 370, 376, 378, 419, 429, 446, 449, 456, 472, 475-476, 492, 494; II, 14, 16, 82, 84, 85, 87, 119, 153, 155, 161, 177, 181, 184-185, 187, 189, 194-195, 218, 254, 260, 274, 278, 279, 321, 337, 340, 346, 374, 376, 377, 383, 396, 411, 469, 470; III, 22, 67, 100, 102, 103, 120, 122, 123, 147, 148, 149, 156, 157, 158, 182, 206, 214, 222, 223, 224, 225, 226, 236, 253, 258, 267-268, 307, 329, 330, 350, 413, 421, 437, 465, 469; IV, 16, 17, 18, 22, 23, 32, 44, 73, 74, 88-89, 96, 111, 247, 272-273, 274, 279, 295-296, 297, 305, 337, 346, 350, 381, 383, 385, 386, 394, 395, 396, 414, 426, 446, 447, **470-510**
Oratorianos, I, 48, 59, 167, 216, 217, 236, 243, 260, 266, 267, 340-341, 456; II, 50, 51, 118, 120, 122, 123, 160, 189, 262, 266, 316, 347, 369, 373, 416, 440, 441, 442, 443; III, 5, 9, 79, 84, 85, 103, 126, 127, 128, 129, 143, 146, 147, 149, 193, 210, 213, 214, 223, 224, 225, 226, 252, 255, **328-334**, 398, 421; IV, 17, 19, 45, 51, 89, 291, 355, 360, 361, 391, 451, 452-453, 490
Oratório, II, 457
Ordem, A (Coimbra), I, 396
Ordem da Conceição de Maria, I, 183; IV, 47
Ordem dos Catarinos, IV, 47
Ordem de Cristo (ver **Ordens militares**)
Ordem da Imitação de Cristo, II, 432
Ordem de Santa Clara (ver **Clarissas**)
Ordem de Santo Agostinho (ver **Agostinhos**)
Ordem de São Salvador (ou Brígidas, ou Inglesinhas), I, 477
Ordem da Visitação de Santa Maria (Salésias, ou Salesianas), I, 477; III, **334**; IV, 36, 47, 150, 339
Ordens militares, I, 21, 34, 44, 45, 46, 68, 75, 108, 112, 120, 185, 195, 209, 256, 265, 279, 280, 290, 294, 308, 348, 365, 397, 408, 425, 426,

439; II, 28, 30, 32, 34, 43, 45, 60, 61, 81, 89, 92, 98, 121, 173, 211, 212, 217-218, 281, 282-284, 291, 292, 297-298, 312, 321, 362, 368, 383, 388, 390, 393, 396, 398, 439; III, 18, 96, 102, 121, 151, 177, 209, 212, 267, 279, 322, **334-345**, 347, 364, 395, 398-399, 400, 402, 464, 467; IV, 9, 15, 41, 42, 58, 63, 93, 97, 366, 368, 409-410, 424, 484, 517, 518-519, 520

Ordens religiosas (ver também **Clero regular, Conventos, Extinção das ordens religiosas, Mosteiros, Vida religiosa**), I, 49, 145-148, 175-176, 179, 185, 188-189, 189--90, 195-197, 248, 249-250, 260--261, 266, 268, 269, 288-294, 294--296, 296-300, 300-301, 346-351, 351-352, 353-354, 367, 381-385, 394, 397-398, 441-442, 484, 495; II, 12, 187, 218-220, 316-317, 336, 344, 345, 346-347, 371, 372, 373, 375, 383, 390, 391, 392, 397, 433, 440, 441-442, 445, 449, 460, 461, 462-463; III, 16-21, 21-31, 45, 46, 55, 58, 100, 102-103, 109-110, 126, 146, 161, 171-172, 178, 194--195, 208, 214, 223-224, 245, 258, 299, 322, 448, 471; IV, 35, 67, 94, 102, 111, 132, 153-154, 172, 184, 277-278, 293, 305-307, 324-325, 338-339, 361, 364, 376, 425-427, 446, 484, 489, 491, 494-495, 497, 502, 505-506

Ordens sacras (ver também **Clero regular, Clero secular, Diaconado, Dignidades eclesiásticas**), I, 214, 222, 237, 390, 393, 401, 427, 445, 446, 447, 448, 451-452; II, 13, 14, 16, 28, 29, 43, 44, 53, 75, 100, 118, 123, 153, 216, 231, 388, 404, 433, 461; III, 17, 21, 26, 60, 99, 100, 101, 139, 293, **345-348**; IV, 67, 75, 139, 140, 142-143, 168, 179, 184, 200, 218, 221

Ordens terceiras (ver também **Laicado, Ordens religiosas**), I, 142, 154, 186, 195, 197, 251-252, 260, 269--270, 354, 372, 394-395, 434, 466, 472; II, 46-47, 103, 152, 271, 278, 281, 427, 470-471, 478, 479; III, 45, 48, 52, 55, 79, 103, 110, 111, 155, 194, 213, 266, **348-355**; IV, 16, 19, 48, 52, 54, 67, 325, 338, 386, 436, 462, 474

Ordinariato Castrense de Portugal (ver também **Assistência religiosa às Forças Armadas**), I, 153, 429; II, 72; III, **355-356**; IV, 399

Ordines (ver **Liturgia**)

Ordo Poenitentiae (1973), I, 457-458

Ordonho I, rei de Leão, I, 387

Ordonho, bispo do Porto, II, 132; IV, 6

Ordonho, monge, III, 120

Oreglia, Luiggi, núncio apostólico, III, 72

Orense, I, 414, 421; II, 111, 298, 468; III, 116, 373

Orestes, bispo de Lugo, I, 223

Orey, Maria do Carmo d', II, 168

Organaria (ver também **Instrumentos musicais, Música religiosa**), I, 228; III, 79, **356-359**; IV, 39

Organização das Nações Unidas (ONU), II, 244; III, 288

Organização Internacional do Trabalho (OIT), IV, 216

Organizações Internacionais Católicas (OIC), I, 321; III, 56, 184; IV, 375, 378, 465, 467, 469

Origenismo (ver também **Heterodoxia**), I, 83, 247; II, 318; III, 406, 411

Orígenes (ver também **Origenismo, Heterodoxia**), III, 115, 406, 407

Orlandis, José, IV, 362

Ormuz (ver também **Pérsia, Arménia e Geórgia**), I, 30; III, 170, 211; IV, 179

Ornato I, bispo de Lamego, II, 132; IV, 421

Ornato II, bispo de Lamego, II, 132; IV, 421

Ornelas, João de, abade de Alcobaça, I, 34

Orôncio, arcebispo de Mérida, I, 387; IV, 421

Orpheu, III, 135

Orsini, cardeal, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109

Orta, Garcia da, I, 340; II, 30-31, 430; IV, 128

Ortiga, Jorge Ferreira da Costa, arcebispo de Braga, II, 135

Ortigão, Ramalho, I, 377, 403; III, 131; IV, 303

Ortiz Villegas, Diogo, bispo de Ceuta, de Tânger, de São Tomé, e de Viseu, I, 243, 287, 305; II, 141, 142, 144; III, 121, 142, 143; IV, 32, 58, 187, 276, 353, 480, 482

Ortodoxia (ver também **Heterodoxia, Inquisição, Superstições**), II, 123, 175, 182, 185, 196; III, 130, **359--361**, 405, 413, 421; IV, 64, 69, 76, 114, 199, 203, 205, 208, 214, 266, 316, 317, 363, 430, 433, 434

Ósio, bispo de Córdova, III, 412

Osório, António Aires de Gouveia, bispo de Betsaida e arcebispo de Lacedemónia, I, 50; II, 109

Osório, Bernardo A. de Melo, bispo da Guarda, II, 138, 311, 312, 315

Osório, Jerónimo, bispo do Algarve, I, 46, 87, 163, 340; II, 27, 133, 225, 299, 379-380, 396; III, 69, 147; IV, 126, 129, 278, 491

Oswald, Maria Cristina, IV, 407

Ossa, serra de, I, 109; II, 151-153, 186, 218, 365; III, 150

Ossónoba (ver **Algarve, diocese do**; Faro)

Osuna, Francisco de, IV, 89

Otão I, imperador do Sacro Império, II, 32

Otão de Freising, II, 32, 63

Ôtomo Yoshimune Constantino, dáimio, III, 14

Ôtomo Yoshishige Francisco, dáimio, III, 12, 13

Ottaviani, cardeal prefeito da Congregação do Santo Ofício, IV, 397, 398

Otto, Rudolf, IV, 103, 145, 148-149

Oudinot, José Reginaldo Rangel de Quadros, I, 175

Ourém, I, 135, 390; II, 8, 116, 168, 244; III, 76, 78, 362

Ourique, I, 185, 199,

Ourique, Batalha de, I, 81, 92, 437; II, 37, 369, 370, 371; III, 124; IV, 512, 514

Ourivesaria, I, 193, 258; III, **361-363**; IV, 23, 125, 408

Ouvidores, I, 363, 366

Ouvidorias, I, 73-74

Ovar, I, 327; II, 157, 281, 473; IV, 47--48

Ovídio, I, 272

Oviedo, III, 405; IV, 6

Oviedo, André de, patriarca da Etiópia, II, 142, 197

Ovington, John, II, 287

Owens, George, IV, 78

Oxford, I, 46, 214, 294; IV, 34, 315

P

Pacca, Bartolomeu, núncio apostólico, III, 72

Pacem in Terris (1963), encíclica papal, III, 107, 265; IV, 398

Pacheco, Abel, I, 100

Pacheco, António, IV, 40

Pacheco, António Carneiro, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 110, 408; IV, 319

Pacheco, Caetano de Gouveia, IV, 497

Pacheco, Diogo, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 107, 108, 377, 379

Pacheco, Jacinto, IV, 494

Pacheco, Joaquim António, IV, 444

Pacheco, Manuel, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109

Pacheco, Maria Sofia do Carmo Vieira, III, 325

Pacheco, Mário do Carmo Vieira, III, 324-325

Pacheco, Pedro, bispo de Cochim, II, 144

Pacheco, Preto, IV, 195

Pacheco, Santos, IV, 271

Pacómio, são, I, 202, 483; II, 148, 182, 185, 186; III, 118; IV, 40, 342, 473

Paço d'Arcos, Anrique, III, 133, 136

Paço de Arcos, I, 117

Pacómio, Francisco, jesuíta, I, 59
Paço de Sousa, I, 202, 205, 206, 207, 208, 327, 384; II, 112; III, 122, 265, 320, 401; IV, 41, 43, 54, 62
Paços de Ferreira, I, 117
Padilha, André de, IV, 412
Padilha, Pedro de, IV, 450
Padrão, II, 50-51
Padre, O, I, 378; III, 132
Padres de Balsemão (ver Marianos)
Padres Pios Operários, I, 394
Padres do Pilar (Sociedade de São Francisco Xavier), II, 432, 441; III, 221
Padroado (ver também **Acordo Missionário, África, Índia, Índia. Goa, Macau, Malaca, Missões,** Patronos leigos, **Timor e Solor**), I, 63, 66, 68, 69-70, 73, 74, 75, 93, 205, 206, 207, 218, 220-221, 235, 264, 265, 267-268, 285-286, 287, 291, 308, 335, 336, 337, 338, 356, 362, 363--364, 367, 370, 386, 400, 418, 423, 426, 427-428, 429, 435; II, 18, 71, 79, 104, 105, 106, 281, 293, 298, 301, 303, 312, 370, 373, 389, 390--391, 396, 397, 402, 403, 404-405, 431-444; III, 10, 15-16, 24-26, 57, 159-163, 170-173, 218, 221, 238, 342, **364-368**, 440, 443, 444; IV, 97, 135, 158, 162, 163, 178, 180-187, 232, 273, 297, 327, 514, 515, 519--520
Pádua, António de, bispo do Maranhão, II, 145
Padyara, Anthony, II, arcebispo de Ernakulam-Angamali, cardeal, II, 432
Paes, António José, I, 165
Paes, Pêro, II, 197-198
Paes, Sidónio, secretário-geral da ACP, I, 16, 322
Paganismo (ver também Animismo, **Hinduísmo**), I, 23, 83, 92, 103, 104, 106, 114, 160, 237, 264, 302, 333, 338, 413, 414, 415, 461; II, 31, 85, 110, 111, 130, 148, 149, 150, 154--155, 156, 160, 175, 182, 193, 200, 201, 204, 262, 263, 268, 321, 364, 366, 372, 382; III, 67, 68, 98, 99, 116, 122, 136, 147, 174, 206, 210, 223, 232, 267, 322, **368-372**, 386, 437, 438; IV, 51, 60, 68, 72, 88, 102, 108, 110-111, 138, 147, 155, 170, 215, 262, 264, 266-267, 403, 408, 409, 477, 519
Pagliarini, III, 9
Pai dos Cristãos (ver **Índia. Goa**)
Paim, João, I, 37
Paio, «Monge», I, 231; IV, 426, 446
Paio, são, II, 346
Paio, chanceler-mor, I, 332
Paio, bispo de Évora, II, 136, 151, 212
Paio, bispo de Lamego, IV, 57
Paio de Coimbra, II, 184-185, 383; III, 120; IV, 474, 476, 477, 479, 480, 489
Pais, Álvaro, bispo do Algarve, I, 45, 84, 155, 162-163; II, 33, 78, 133, 159, 173, 185, 194, 364-365, 366, 383; III, 68, 122, 157, 284, 285; IV, 11, 34, 276, 295, 477
Pais, Baltasar, II, 227; IV, 451, 494, 495
Pais, Durando, bispo de Évora, I, 407; II, 136, 212, 218
Pais, Egas, bispo de Lamego, II, 138
Pais, Gonçalo, bispo de Coimbra, II, 135
Pais, Gualdim, III, 337; IV, 153
Pais, João, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108; IV, 34
Pais, José Maria, I, 191
Pais, José Machado, II, 330; IV, 105, 259
Pais, Julião, chanceler-mor, I, 332; IV, 8
Pais, Martim, I, 384
Pais, Martinho, bispo da Guarda, II, 137, 311
Pais, Pedro, alferes-mor, III, 120; IV, 57
Pais, Sidónio, presidente da República, I, 151, 152, 211, 480; II, 39, 106, 216, 235, 246, 406; III, 56, 107, 197, 316-317, 383; IV, 163, 194, 223, 319, 503
Pais, Silvestre, I, 226
Paiva, Afonso de, II, 195
Paiva, Agostinho de Almeida e, I, 99
Paiva, António, IV, 416
Paiva, Bernardo de, II, 76
Paiva, Francisco Mendes Alçada de, I, 95; II, 385
Paiva, Gonçalo Pais de, III, 249
Paiva, Heliodoro de, I, 436; II, 222; III, 359
Paiva, João de, II, 227, III, 142; IV, 278
Paiva, João Francisco de, IV, 39
Paiva, Luís, IV, 78
Paiva, Sebastião de, IV, 74
Paixão, António da, III, 443
Pala, I, 43
Pala, Maria José, IV, 407
Palácios y Salazar, Paulo de, II, 224; IV, 278
Palavra, A, I, 9, 314, 493; III, 54, 353, 380-381, 389; IV, 21, 28, 37, 48, 435
Palavras de um crente, I, 91
Palência, I, 416, 422; II, 113; III, 118; IV, 66
Paleografia (ver **Diplomática, História da**)
Paleotti, IV, 410
Palestrina, III, 298
Palha, André Teixeira, bispo do Algarve, I, 46, 47, 49, 194; II, 120, 133
Palhares, Alexandre do Espírito Santo, IV, 453, 499
Pálio (ver **Insígnias episcopais e monásticas**)
Pallota, Giovanni Battista, núncio apostólico, III, 71
Pallu, François, vigário apostólico de Tonquim, I, 338; III, 66
Palmácio, bispo de Beja, I, 184; II, 133
Palme, I, 206
Palmeirim, L. A., IV, 195
Palmeiro, João, IV, 10
Palmela, I, 108, 112, 185, 217; II, 293; III, 208, 279
Palmela, 1.º duque de, I, 73, 328, 344; II, 404
Palmela, 3.ª duquesa de, II, 165
Palmireno, IV, 410
Pampilhosa da Serra, I, 390
Pan, Jacques Mallet du, IV, 299
Panico, Giovanni, núncio apostólico, III, 72
Panofsky, Erwin, IV, 406
Pantaleão, são, IV, 12, 413
Pantaleão, bispo de Lamego, II, 132; IV, 421
Pantaleão de Aveiro, II, 222; III, 148
Pantardo, arcebispo de Braga, I, 223; II, 131
Panteno, II, 65
Pantiteísmo, I, 161, 341; II, 174; III, 133; IV, 125, 126
Papczynski, Estanislau de Jesus Maria, III, 173
Papenbroch, D., II, 327
Paracelso, III, 169
Parada, António Carvalho, II, 401
Paraguai, I, 267
Paraíba, I, 265, 266, 295
Paraíso, II, 175, 186
Paraíso, Afonso do, IV, 480
Parambil, Tomás, II, 432
Paramentos (ver **Vestes litúrgicas**)
Parampil, Alexandre, arcebispo de Arangale, IV, 185
Parceria, II, 89-90
Pardinhas, Manuel, IV, 55
Parenética (ver **Oratória sacra ou parenética**)
Parente, Guilherme, III, 456
Parente, Joaquim, II, 316
Parente, Pascoale, I, 397
Parentesco (ver **Família**)
Paris, I, 164, 294, 337, 352, 359, 378, 381, 393, 394, 429, 443, 444, 450; II, 76, 84, 116, 165, 167, 178-179, 185, 221, 222, 281, 377, 379, 444, 445, 454, 476; III, 21, 27, 84, 119, 121, 146, 179, 209; IV, 12, 256, 276, 277, 340, 356
Parisis, Pierre Louis, bispo de Arras, II, 271
Parlamento (séc. XIX-XX) (ver também Cortes), I, 281, 371, 372, 375, 403, 493; II, 19, 61, 62, 80, 125, 194, 232-236, 302, 405, 408, 409, 434; III, 56, 62, 64, 106, 165, 217, 219, 365, 366, 381-383, 384; IV, 20, 21, 23, 98, 240, 300, 301, 302, 303,

347, 356, 357, 372, 430, 499-500, 504, 506
Parma, Luís de, ministro-geral dos Franciscanos, II, 279
Parodi, Mario, III, 204
Paróquia (ver também Benefícios, **Clero secular, Geografia eclesiástica, Oragos paroquiais portugueses, Registos paroquiais**), I, 123--127, 227-228, 232, 400; II, 69, 208, 219, 237, 258, 261, 330, 439, 440, 442, 443, 456, 477; III, 53, 69, 80, 143, 162, 239, 444; IV, 188, 370
— **I. Até ao século XVIII**, I, 44-45, 54, 55-56, 57, 60, 69, 74, 187, 223, 232-233, 240, 253, 255, 265, 266, 269-270, 282, 283, 304, 326, 359, 365-366, 387, 388, 392, 399, 451, 453, 455, 461, 462, 463, 465; II, 44, 54-58, 85, 114-115, 176, 177--178, 179, 184, 192, 203, 214, 245, 282-283, 285, 286, 307, 310, 322, 324, 381; III, 74, 76, 78-79, 95, 96, 100, 107, 109, 117, 119, 128, 134, 149, 150, 193, 222, 247, 364, **372-376**, 386, 395, 399, 400, 446, 464, 468; IV, 5, 6, 13, 15, 28, 29-30, 41, 42, 47, 58, 62, 122, 135-137, 165, 183, 324, 420, 422--425
— **II. Séculos XIX-XX**, 61, 62, 65, 72, 74, 119, 133, 151, 152, 153, 169, 170, 191, 221, 233-234, 253, 255--256, 263, 292, 296, 313, 344, 353, 357, 389, 390, 392, 404, 419, 443, 444, 467, 469, 476, 482; II, 7, 8, 9, 43, 61, 79, 100, 123, 178, 181, 217, 220, 232, 245-246, 273, 278, 280, 314, 322-323, 345, 402, 413, 458, 469, 479; III, 30, 58, 73, 81, 108, 110, 186, 320, **376--380**, 391, 470; IV, 18-19, 20-21, 23, 24, 29, 30, 33, 40, 45, 46, 54, 71, 152, 153, 175, 229, 258, 309, 324, 328, 338, 345, 347, 349, 358-359, 375, 385, 389, 422, 498
Partidos políticos confessionais (ver também **Igreja e Estado**), I, 9, 10, 11, 322, 329, 330, 373, 376, 377, 396, 404, 492, 493; II, 236, 408; III, 54, 55, 56, 62, 107, 111, 249, 250, **380-385**, 389; IV, 23, 237, 254, 302, 399, 433, 435, 436, 437, 438, 439, 459, 500-501, 504, 506
Parvi, João, bispo de Cabo Verde, II, 142
Pascal, Blaise, I, 89; III, 261
Pascasio, Pietro, I, 218
Pascásio, II, 111, 182; III, 68, 117, 255, 409, 411
Pascendi (1907), bula papal, III, 250, 305; IV, 437
Páscoa (ver também **Etnografia religiosa, Festas, Quaresma, Tempo**), I, 41, 198, 302, 447, 448, 451, 453, 455; II, 313, 366; III, 31-32, 34-35, 36, 100, 139, 414; IV, 115, 140, 275, 372, 388-389, 390, 413, 450, 452
Pascoaes, Teixeira de, I, 161, 167; II, 174, 267, 268, 386; III, 132, 133--134, 136, 197; IV, 75, 194, 195, 403, 454
Pascoal II, papa, I, 225, 226, 382, 390; II, 35; IV, 7, 8, 28, 352, 371, 421
Pascoal, Juan, bispo de Jaén, IV, 482
Pascoal, Martins de, II, 174; IV, 74
Pascoale, Humberto, II, 344
Pasio, Francisco, I, 334; II, 26
Pasqui, Domingos, núncio apostólico, III, 71
Passerat, IV, 96
Passi, Lucas, II, 472
Passionistas (Congregação dos Missionários Passionistas), I, 486; II, 428; III, **385**; IV, 46, 470
Passos, Bernardo dos, III, 133
Passos, Manuel da Silva, primeiro--ministro, I, 375; II, 124; IV, 280
Pastor, II, 15
Pastoral, I, 15-18, 169, 352, 376, 384, 390, 440, 491, 492, 493, 495; II, 7-8, 16, 39, 40, 42, 54, 77, 86, 100, 113, 119, 161, 168, 183, 184, 188, 192, 229, 250, 262-263, 278, 383, 384, 428; III, 49, 53, 54, 76, 109, 117, 123-124, 143, 144, 162, 245, 312, 379, **385-393**; IV, 26, 27, 29, 32, 50, 112, 116, 134, 149, 151-152, 176, 199, 201, 227, 228, 255, 257, 258, 346, 364, 369, 385, 459, 501
Pastor Aeternus (1870), constituição dogmática, I, 210, 411, 412
Pastor Bonus (1988), constituição apostólica, II, 77
Pastoris Aeterni (1770), breve papal, I, 254
Pastoralis Migratorum Cura (1969), carta apostólica, III, 199
Pastoralis oficii (1288), bula papal, III, 338
Pastoralis oficii cura (1391), bula papal, III, 339
Pastoralis Oficii (1572), bula papal, II, 439
Pastrana, Juan de, II, 307
Patena, I, 39
Paterna Sedis (1773), bula papal, I, 297
Paterno, arcebispo de Braga, I, 222; II, 113, 131, 364; III, 413
Paterno, bispo de Coimbra, I, 161, 214, 387, 391, 393; II, 135, 289; III, 249, 293-294, 276, 477
Patriarcado, I, 400, 406, 426; II, 69, 70, 71, 75, 105, 120, 196-198, 362, 414, 432, 434, 454; III, 104-105, 217, 360, 366, **393-395**; IV, 155, 178-179, 184, 331, 399
Patrício, António A. Medeiros, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 110
Patrício, Francisco José, IV, 499, 500
Património eclesiástico (ver também **Desamortização, Economia**), I, 90, 120, 150, 169, 185, 192, 197, 198, 203, 204, 209, 224, 228-229, 230--231, 233-34, 235, 240, 254, 256--57, 279, 347, 348, 349-350, 353, 354, 357, 359, 360, 361, 363, 370, 371-372, 373, 376, 377, 383-384, 385, 387, 389, 390, 391, 392, 399--400, 401-402, 403, 415, 419, 421, 424-425, 427, 428, 431, 432, 433, 435, 438-439, 462, 464, 469, 479, 486, 488; II, 9, 13, 14, 19, 40, 47, 52, 57-58, 59-62, 84, 101, 102, 153, 206, 212-213, 214, 216, 232-236, 246, 270, 278-279, 284, 285, 293, 305, 312-313, 314, 365, 381, 383, 384, 389, 390, 396, 399, 400, 403, 406, 408, 417, 461, 472; III, 18, 19, 21-22, 23, 26, 29, 68, 96, 99, 101, 102, 107, 151, 152, 155, 200, 201, 214, 217, 221, 255, 256, 270, 311, 330, 334, 337, 338, 340, 347, 348, 375, **395-404**, 470; IV, 9, 24, 27, 30--31, 43, 44-45, 63, 92, 94-95, 97, 153, 203, 223, 229, 273, 276, 294, 305-306, 310, 314, 315, 337, 342, 347-348, 363, 366, 369, 371-372, 422, 472, 521-522
Patrologia, I, 216, 302, 305, 307; II, 110, 111, 112, 113-114, 115, 148, 159, 183, 184, 185, 186, 189, 222, 263, 318, 377, 382, 383, 397; III, 18, 68, 120, 139, 145, 210, 218, 232, 255, 265, 269; IV, 138, 181--182, 264, 279, 365, 388, 389, 445, 447, 500, 512
Patrologia lusitana, I, 302, 382; III, **404-416**; IV, 72-73, 276, 445
Patronato de Santo António, I, 262
Patronos leigos, I, 202, 203, 363-364, 370, 381, 392, 421, 430; II, 92, 102, 184, 289, 290, 293, 294, 346, 381, 388; III, 98, 100, 256, 257, 364, 395, 397, 402; IV, 15, 30, 42, 46, 47, 62, 423-425, 472, 517-518
Patruíno, bispo de Mérida, I, 414
Paulino de Nola, III, 408
Paulistas (Instituto Missionário Pia Sociedade de São Paulo), I, 486; II, 385, 427; III, 299, **416-417**; IV, 234, 443
Paulo II, papa, II, 107
Paulo III, papa, I, 67, 68, 86, 233, 254, 267, 289, 409-410; II, 16, 153, 160, 196, 212, 295, 299, 310, 460; III, 21, 74, 75, 103, 311, 312, 464--465; IV, 14-15, 63, 158-159, 354, 395
Paulo IV (Giovanni-Battista Caraffa), são, papa, II, 148, 439; III, 69; IV, 271, 272, 321
Paulo V, papa, I, 123, 207, 276, 289, 291, 436; II, 230, 443; III, 52, 237, 426, 445, 466; IV, 43, 99, 136

Paulo VI, papa, I, 16, 40, 103, 173, 182, 277, 311, 412; II, 39, 71, 72, 74, 77, 219, 243, 248, 410, 418, 456, 460, 461; III, 57, 80, 184, 190, 199, 265, 317-318, 348, 349, 355, 360; IV, 112, 113, 114, 151, 163, 169, 176, 216, 227, 377, 398, 466, 468
Paulo, são, I, 321; II, 32, 193; III, 133, 138, 416; IV, 365, 471, 476, 490
Paulo, arcebispo de Braga, I, 222
Paulo, bispo de Lisboa, II, 133; III, 94
Paulo, mestre, IV, 477
Paulo da Cruz, são, III, 385
Paulo Orósio, I, 83, 161, 249; II, 110, 115, 159, 173, 182, 263, 382; III, 68, 115-116, 368, 406, 411-412; IV, 63, 64, 73, 261, 276, 445, 517
Paulo de Tebas, são, II, 148; IV, 342
Paulo, Manuel, IV, 218
Paym, Roberto, III, 123
Pavia, I, 164
Pavia, Cristovam, III, 134
Pax Iulia (ver **Beja**)
Pax Romana, I, 321; IV, 468
Paz (?), António da, bispo de Malaca, II, 145
Paz, Fernando da, IV, 180
Paz, Francisco da, II, 227
Peani, Júlio, IV, 297
Peculiar, João, bispo do Porto e arcebispo de Braga, I, 203, 214, 225, 226, 229, 230, 231, 249, 384, 407, 417, 422, 429, 430, 433; II, 108, 113, 134, 140, 184, 335-336; III, 95-96, 118, 257; IV, 7, 9, 236, 353, 361, 372, 421, 422, 424
Pedagogia, I, 316, 403; II, 168, 307; III, 88, **417-420**; IV, 316, 319
Pedagogia religiosa (ver também **Catequese e catecismos**), I, 320, 380; II, 13, 14, 123, 128, 163, 169, 171-172, 251, 342-343, 416, 454, 472; III, 9, 23, 26, 50-51, 66-67, 113, 127, 128, 147, 174, 191, 204, 226, 285, 299, 308, 320-321, 330, 331-332, 333, **420-424**; IV, 33, 54, 113, 149, 150, 151, 327, 381, 443, 474, 488, 490
Pedicini, cardeal-prefeito da Propaganda Fide, II, 404Pedraza, Juan, I, 449; IV, 277
Pedreira, José Augusto, bispo de Viana do Castelo, II, 141, 387; IV, 26, 338
Pedro III, rei de Aragão, II, 35
Pedro I, rei de Portugal, I, 34, 209, 300, 332, 425; II, 59, 73, 290, 383, 392; III, 38, 103, 272, 280, 309, 350; IV, 10, 45, 57-58, 294, 478, 481, 520
Pedro II, rei de Portugal, I, 291, 338; II, 17, 322, 394, 398; III, 157, 194-195, 253, 273, 329, 331, 445, 466; IV, 45, 74, 185, 273, 287
Pedro III, rei (consorte) de Portugal, III, 315
Pedro IV, rei de Portugal e regente com o título de duque de Bragança (= Pedro I, imperador do Brasil), I, 31, 236, 264, 290, 343-344, 375; II, 103, 105, 242, 278, 331, 402-403; III, 28, 106, 166, 167, 290, 315, 336; IV, 19-20, 34, 162, 300-301, 318, 399, 499
Pedro V, rei de Portugal, I, 427, 472; II, 105, 242, 476; III, 197; IV, 194, 499
Pedro III, rei do Congo, I, 57
Pedro II, imperador do Brasil, I, 264; IV, 503
Pedro, infante de Portugal, II, 37; III, 176; IV, 123
Pedro, infante e regente de Portugal, duque de Coimbra, I, 156, 205, 301, 433, 446; II, 60, 64, 82, 108, 159, 186, 194, 383; III, 103, 123, 149, 154, 309; IV, 295, 315, 480
Pedro, são, I, 145
Pedro, *o Venerável*, abade de Cluny, I, 84, 382, 384
Pedro, prior premonstratense, IV, 57
Pedro, arcebispo de Braga, I, 108, 214, 224-225, 227, 228, 231, 232, 240, 244, 249, 416; II, 113, 131, 134, 289, 293; III, 374, 375, 396; IV, 62, 276
Pedro I, bispo do Algarve, I, 45; II, 133
Pedro II, bispo do Algarve, I, 45; II, 133
Pedro I, bispo de Évora, I, 421; II, 132, 211
Pedro II, bispo de Évora, II, 136
Pedro, bispo de Lamego, II, 132; IV, 421
Pedro, bispo do Porto, I, 422
Pedro, condestável-mor do reino e governador da Ordem de Avis, III, 339
Pedro Afonso, conde de Barcelos, cronista, I, 137; II, 163; III, 401; IV, 519, 521
Pedro Afonso, bispo do Porto, II, 106-107, 391, 393
Pedro de Alcântara, são, II, 275; IV, 89
Pedro Bruno, I, 300
Pedro Damião, são, II, 70; III, 179; IV, 446
Pedro Diácono, III, 114
Pedro da Guarda, beato, II, 346
Pedro das Leis, chanceler-mor, IV, 10
Pedro de Fontoura, beato, I, 249
Pedro de Rates, santo lendário, II, 327; IV, 171
Pedro de Folques, I, 434
Pedro Gambacorta de Pisa, beato, III, 16
Pedro Lombardo, II, 112, 115; III, 179; IV, 294
Pedro Pascoal, são, bispo de Jaén, I, 84
Pedro Sénior, bispo do Porto, I, 433; II, 140; IV, 7
Pedro, Álvaro, bispo de Fez, II, 142
Pedrosa, I, 203; II, 89
Pedrosa, Joaquim José de Nossa Senhora, IV, 497
Pedrosa, Juan, I, 454
Pedroso, Dário, II, 344; IV, 443
Pedroso, Fernando, II, 475; III, 382
Pedroso, Zófimo Consiglieri, II, 203-204, 330
Peixeiro, Manuel, I, 135
Peixoto, F. A. Costa, IV, 83
Peixoto, João, IV, 495
Peixoto, Rocha, II, 203, 204-205, 237
Pegado, Filipe, I, 436, 438
Pegas, Manuel Álvares, II, 78; III, 147; IV, 278
Pegu, I, 218, 219, 275, 334
Pelagianismo, I, 83, 410; III, 115, 406, 412; IV, 73
Pelágio, papa, IV, 182
Pelágio, rei das Astúrias, IV, 91
Pelágio, arcebispo de Braga, II, 131
Pelágio, bispo de Évora, III, 294
Pelágio I, bispo de Coimbra, II, 132
Pelágio II, bispo de Coimbra, II, 132
Duro Peña, Emílio, I, 227
Penafiel, I, 107, 327, 352; II, 296, 302; III, 369-370; IV, 19, 39, 42, 45, 51
Penafiel, diocese de, I, 455; II, 139; III, **424-426**; IV, 17
Penafirme, IV, 416
Penalva, marquês de, IV, 299
Penamacor, I, 116; II, 168, 310; IV, 166, 193, 416
Penas eclesiásticas, I, 424, 425, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452; II, 16, 79, 160, 182, 253, 254, 360, 414; IV, 8, 10, 12, 143, 157, 181, 243, 267, 389, 478, 479, 484
Pendorada, (ver Alpendorada) I, 202, 203, 204; II, 112; IV, 41, 42, 43, 62
Penela, II, 22; IV, 61, 99
Penha Longa, condessa da, II, 477
Penha, Tomás da, IV, 450
Peniche, I, 217; II, 21, 126, 153, 279
Penitência (ver também **Confissão, Sacramentos**), I, 178, 181, 276-277, 301, 363, 367, 369, 376, 398, 415, 460, 463; II, 74, 75, 148, 150, 156, 175, 183; III, 173, 225-226, 229, 230, 260-261, 268, 272, 308, 348, 351, 353, **426-429**, 457; IV, 19, 27, 52, 86, 95, 116, 130-131, 175, 182, 243, 305, 324, 383, 410, 414, 472, 473, 474, 479, 488, 490
Pensées, I, 89
Penteado, Álvaro, III, 237; IV, 178, 179
Pentecostais, IV, 77, 79, 80, 83, 84, 211-212
Pentremoli, Donato de, capuchinho, I, 61
Pequim (ver **China**)

Peraldo, Guilherme, IV, 295
Peralta, João de, II, 322
Perammakkal, Thomas, IV, 186
Perdigão, Vasco, III, 18
Peregrino de Lourdes, O, I, 76
Peregrinações (ver também **Capelas e ermidas, Ex-votos, Fátima, Santuários**), I, 137, 141, 144, 199, 225, 260, 261, 262, 382, 429, 430, 458, 462, 464, 467, 468, 469, 491; II, 34, 44, 155, 156, 157, 163, 175--176, 207, 219, 222, 253-254, 280, 285, 314, 317, 382; III, 21, 53, 56, 78, 98, 114, 115, 118, 120, 132, 148, 153, 199, 206, 240, 282, 338, 342, 376, 408, 427, **429-436**, 439, 449, 457, 459-460; IV, 66, 70-71, 72, 99, 109, 112-113, 114, 121--122, 154, 184, 210, 231, 237, 307-309, 342, 364, 376, 384, 464, 477, 502
Peregrinações e livros de milagres, II, 328
Peregrinatio ad Loca Santa, II, 382
Pereira, IV, 325
Pereira, Adelino, IV, 455
Pereira, Afonso, I, 438
Pereira, Álvaro Gonçalves, prior do Crato, II, 391; IV, 519
Pereira, André, III, 25
Pereira, António, escultor, III, 79
Pereira, António, I, 59; IV, 453
Pereira Júnior, António, IV, 82
Pereira, António Caetano, I, 92
Pereira, António Joaquim, IV, 33, 40
Pereira, António da Trindade de Vasconcelos, bispo de Lamego, I, 411
Pereira, Aristides, presidente da República de Cabo Verde, I, 284
Pereira, Augusto Nunes, IV, 408
Pereira, Basílio, I, 213
Pereira, Bento, II, 78; 225, III, 147, 158; IV, 322, 323
Pereira, Bernardo Alves, I, 167
Pereira, Caetano Lopes, IV, 448
Pereira, Caetano Pires, bispo de Nanquim, I, 338; II, 145
Pereira, Carlos A., IV, 50
Pereira, Carlos Cristóvão Genuês, bispo do Algarve, I, 47, 194; II, 133
Pereira, Carlos Matias, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Pereira, Custódio Alvim, arcebispo de Lourenço Marques, II, 142; IV, 358
Pereira, Diogo Forjaz, conde de Vila da Feira, III, 156-157
Pereira, Domingos, IV, 451
Pereira, Duarte Pacheco, I, 340; III, 175; IV, 127, 128
Pereira, Fernando Baptista, IV, 406
Pereira, Fernando Micael, IV, 105, 256, 258, 259
Pereira, Francisco, bispo de Miranda, II, 135
Pereira, Gaspar Jorge de Leão, arcebispo de Goa, I, 309, 423; II, 144, 442; III, 237
Pereira, Gaudêncio José, bispo de Portalegre, II, 140; III, 468, 471; IV, 358
Pereira, Geraldo, IV, 39
Pereira, Gonçalo Gonçalves, bispo de Lisboa, arcebispo de Braga, I, 155, 230, 249; II, 12, 108, 134, 139, 391; III, 99; IV, 243, 406, 478, 519
Pereira, Isaías da Rosa, I, 128; II, 73; III, 98; IV, 241, 243
Pereira, J. D., I, 168
Pereira, Jasmins, II, 53
Pereira, João, IV, 495
Pereira, João Evangelista, bispo do Pará, II, 146
Pereira, José Nuno da Câmara, I, 136; II, 168
Pereira, José Sousa, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Pereira Júnior, Manuel António, I, 469; II, 413
Pereira, Lopo de Sequeira, bispo de Portalegre, e da Guarda, II, 137, 140, 311; III, 466, 471
Pereira, Luís César Rodrigues, bispo da ILCAE, II, 414; IV, 78
Pereira, Luís de Miranda, bispo de Cabo Verde, I, 280
Pereira, Manuel, bispo do Rio de Janeiro, II, 146; IV, 381, 495
Pereira, Manuel de Jesus, bispo de Bragança e Miranda, I, 389; II, 135
Pereira, Manuel de Vasconcelos, bispo de Miranda, e de Lamego, II, 135, 138
Pereira, Mateus de Abreu, bispo de São Paulo, II, 146
Pereira, Miguel, bispo da Baia, II, 145
Pereira, Nunes, I, 397; IV, 407
Pereira, Nuno Álvares, condestável do reino (beato Nuno de Santa Maria), I, 28, 155, 294-295, 298, 301; II, 39, 165, 341-342, 343, 346, 347, 391; III, 102, 110-111, 121, 181, 266; IV, 51, 130, 414, 463, 481, 519
Pereira, Nuno Álvares, bispo de Angra e Açores, e de Lamego, I, 70, 365; II, 134
Pereira, Nuno Álvares, governador dos Rios e Monomotapa, III, 240
Pereira, Nuno Teotónio, I, 116, 117, 135, 136, 322; II, 168; III, 190
Pereira, Paulo, I, 108
Pereira, Paulo, IV, 495
Pereira, Pedro Maria Dantas, III, 305
Sampaio, Pedro da Silva de, bispo da Baía, II, 145
Pereira, Raul da Silva, I, 321
Pereira, Rui, senhor da Feira, IV, 12
Pereira, Sebastião José, bispo de Damão, II, 144
Pereira, Simão de Sá, bispo de Lamego, e do Porto, II, 138, 140; IV, 15
Pereira, Tomás, III, 25
Pereira, Vitorino Caetano Martins, IV, 40
Peres, Afonso, III, 124
Peres, Damião, II, 372; IV, 7
Peres, Domingos, IV, 474
Peres, Fernando, notário régio, I, 332
Peres, Fernando, teólogo tomista, IV, 295
Peres, Gil, IV, 518
Peres, João, I, 251
Peres, Martim, prior de Baltar, IV, 58
Peres, Martim, I, 84, 446; II, 78; III, 122
Peres, Mateus Cardoso, III, 305
Peres, Miguel, II, 116
Peres, Vasco Gil, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 104, 108
Perestrelo, Miguel dos Anjos, I, 438
Pérez, Fernão, II, 160
Perez, Joseph, II, 72
Perfectae Caritatis, decreto conciliar, II, 461
Pergrato nobis (1886), enciclica papal, I, 314; II, 212, 405; III, 381; IV, 435
Pericão, Graça, IV, 445
Perinlongue, Manuel José, II, 50
Peristephanon, III, 438, 439
Pero Gonçalves, são, II, 336
Perrin, E., II, 460
Perseguições e mártires (ver também **Hagiografia e santidade, Relíquias**), I, 222, 249, 266, 326, 333, 335, 337, 385, 386, 413, 415; II, 110, 199, 322, 335-336, 338, 346, 347, 430, 431, 433; III, 10, 15, 26, 93, 94, 114, 115, 118, 124, 160, 174, 178, 206, 207, 231, 247, 284, 309, **436-440**, 442; IV, 66, 120, 122-123, 127, 169, 323, 364, 399
Pérsia, Arménia e Geórgia, I, 30, 324, 333; II, 31, 37, 62, 63, 65, 198; III, 206, 207, 210, **440-446**; IV, 134, 284
Perumal, Cheraman, rei indiano, I, 324
Perusino, Tadeu, visitador apostólico, I, 30
Pesca, navegação e salicultura, II, 91, 209, 287, 434; III, 400; IV, 51, 164, 168; IV, 231, 336
Pessanha, Manuel, almirante-mor, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108; III, 340
Pessanha, Miguel de Santo Agostinho, I, 438
Pessanha, Sebastião, arcebispo de Goa, II, 144; IV, 323
Pessoa, Alberto, I, 116
Pessoa, Fernando, I, 161, 340; II, 174, 268, 341; III, 131, 133, 134, 135, 197; IV, 75, 194, 195, 403
Pessoa, João de Abreu, III, 295
Pessoa, João Crisóstomo de Amorim, bispo de Cabo Verde, arcebispo de Goa, e de Braga, I, 245, 248, 281;

II, 135, 142, 144; III, 366; IV, 30, 500
Pestes (ver Epidemias, **Morte**)
Petite, Maria Mendes, IV, 46
Petra, núncio apostólico, II, 87
Petrarca, I, 162; II, 146, 185, 186; III, 146; IV, 125, 126
Petrocchini, Gregório, I, 30
Petrópolis, I, 213
Pia consideratione (1580), breve papal, I, 299
Pia Deo (1457), bula papal, III, 18
Pias, I, 197
Pias uniões (ver também **Associações de fiéis**), I, 197, 459; II, 27, 100, 273, 281, 459, 469, 474, 478; III, 348, 446
Pico della Mirandola, Giovanni, I, 157; II, 146; IV, 125
Piedade, António da, I, 166
Piedade, Bernardo da, I, 438
Piedade, João da, bispo de Macau, II, 144
Piedade, Leandro da, bispo de São Tomé, II, 143
Piedade, Melchior da, IV, 295
Pieper, Anton, III, 70
Pietro, Camillo di, núncio apostólico, cardeal, II, 105; III, 72, 316
Pigafeta, III, 87
Piis votis fidelium (1400), III, 18
Pilar, Bartolomeu do, bispo de Belém do Pará, I, 78; II, 146
Pile, Miguel de Almeida, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 110
Pimenta, Alfredo, I, 342; II, 372; III, 305, 383; IV, 296, 303, 319
Pimenta, Nicolau, I, 218; IV, 283
Pimentel, Alberto, IV, 445
Pimentel, António, III, 126, 127, 130
Pimentel, António José de Mesquita, I, 309
Pimentel, Bernardo, I, 295
Pimentel, Carvalho, arcebispo de Cranganor, II, 144
Pimentel, Diogo Lino, I, 135; II, 168; III, 390
Pimentel, Jerónimo, I, 98; III, 382; IV, 433, 435
Pimentel, João Maria Pereira do Amaral, bispo de Angra e Açores, I, 73, 76; II, 134; III, 144; IV, 248
Pimentel, João Marques, IV, 358
Pimentel, Maria da Conceição, II, 348
Pimentel, Timóteo de Seabra e, II, 227; IV, 494
Pimpão, Costa, I, 98
Pina, António Ambrósio de, I, 167; IV, 502
Pina-Cabral, João, II, 208, 330, 335
Pina, Fernão de, guarda-mor da Torre do Tombo, I, 450
Pina, Francisco de, I, 386
Pina, Luís de, I, 100; III, 185, 186
Pina, Manuel Correia de Bastos, bispo de Coimbra, I, 99, 174, 314, 317, 371, 375, 389, 391, 392, 393, 395, 396, 399, 404; II, 125, 136; III, 80, 292, 304, 357, 381-382, 422; IV, 281, 500, 502
Pina, Mateus da Encarnação, I, 207
Pina, Rui de, cronista-mor do reino, I, 51, 52, 156, 248, 446; II, 34, 115; IV, 264, 320, 477, 481, 522
Pina, Rui de, abade comendatário de Tibães, I, 384
Pina, Vasco de, I, 35
Pinamonte, João, I, 85; II, 230
Pincio, António Binet, bispo de Lamego, II, 138; IV, 220, 426-427
Pinello, Lucas, IV, 396
Pinheiro, António, missionário carmelita, I, 295
Pinheiro, António, humanista, II, 378
Pinheiro, António, bispo de Miranda, e de Leiria, I, 86, 260; II, 135, 138; III, 75, 78, 81; IV, 491
Pinheiro, António Soares, I, 168
Pinheiro, Columbano Bordalo, III, 454; IV, 415
Pinheiro, Diogo, bispo do Funchal, II; 137, IV, 153
Pinheiro, Domingos, IV, 324
Pinheiro, Francisco, IV, 323
Pinheiro, Gonçalo, bispo de Safim, Tânger, e de Viseu, II, 141, 143, 144; IV, 354, 358
Pinheiro, João, II, 84; IV, 278
Pinheiro, João Nunes, IV, 253
Pinheiro, José, bispo de Meliapor, II, 145, 323
Pinheiro, Luís, III, 351, 352
Pinheiro, Manuel, IV, 391
Pinheiro, Manuel Maria Bordalo, III, 453
Pinheiro, Rafael Bordalo, II, 166
Pinheiro, Rodrigo, bispo de Angra, e do Porto, I, 206; II, 133; IV, 15, 42, 45
Pinhel, I, 434; II, 22, 140, 296
Pinhel, diocese de, I, 169; II, 139, 302, 311; III, 424, **446-449**; IV, 355, 421-422
Pinhel, Aires, III, 147
Pinhel, Duarte, rabino, I, 211
Pinho, Eloy Almeida, III, 381; IV, 28
Pinho, Mariano, II, 344, 345
Pinho, Moisés Alves de, arcebispo de Luanda, I, 442; II, 100, 142, 143, 181, 387; III, 203; IV, 45, 251
Pintado, Valentim Xavier, I, 319, 495
Pintasilgo, Maria de Lurdes, primeira-ministra, I, 319, 322; III, 57; IV, 454
Pinto, Adriano Reimão de Serpa, vigário-geral da Guiné, II, 323
Pinto, Albano Vaz, IV, 256
Pinto, Américo Cortez, II, 342
Pinto, António, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 107, 108, 109
Pinto, António Ferreira, IV, 30, 33, 35, 39, 503
Pinto, António de Oliveira, III, 28
Pinto, António Guimarães, II, 379
Pinto, Baltazar, I, 207
Pinto, Basílio A. de Sousa, IV, 318
Pinto, Espiga, I, 136
Pinto, Francisco Correia, IV, 503, 506
Pinto, Francisco Leite, IV, 256
Pinto, Francisco Pereira, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Pinto, Francisco Vaz, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Pinto, Fernão Mendes, I, 218, 275; IV, 129
Pinto, Francisco de Sales, IV, 34
Pinto, Gregório Sales, IV, 501
Pinto, Heitor, I, 163, 393; II, 84, 191, 194, 224, 385; III, 147, 272; IV, 129, 278, 279, 491, 492
Pinto, J. Costa, IV, 443
Pinto, J. Estêvão, II, 342
Pinto, João, abade comendatário de Refojos, I, 206
Pinto, João, missionário africano, II 322, 324
Pinto, Joaquim Carvalho Moreira, IV, 40
Pinto, Joaquim de Santa Clara Sousa, IV, 499
Pinto, José Barbosa, I, 95
Pinto, José da Cruz Moreira, bispo de Viseu, II, 141, 314; IV, 357-358, 504
Pinto, José de Jesus Maria, bispo de Lamego, II, 138
Pinto, Luís Machado Pereira, IV, 495
Pinto, Manuel, I, 259
Pinto, Manuel Vieira, bispo de Nampula, II, 143; IV, 400
Pinto, Mário, I, 321
Pinto, Moura, IV, 223
Pinto, Paula, III, 338
Pinto, Valdemar Alves, IV, 50
Pintura (ver também **Iconografia**), I, 193; III, 140
— **Do gótico ao neoclassicismo**, I, 168, 173, 396-397; II, 13, 14, 15, 16, 287, 365, 419, 429; III, 24, 79, **449-453**, 471; IV, 38, 39, 61, 230-231, 270, 360, 379
— **Do romantismo à actualidade**, II, 470; III, 109, **453-456**; IV, 40
Piel, Joseph, II, 330; III, 322
Pio II, papa, II, 107; III, 151, 341; IV, 480
Pio IV, papa, I, 205, 227, 362, 367, 410, 451; II, 18, 379; III, 237, 336, 386; IV, 370
Pio V, são, papa, I, 40, 121, 205-206, 297, 309; II, 16, 84, 101, 120, 275, 375, 379, 441; III, 141, 142, 151, 336, 387; IV, 44, 134, 180, 295, 370, 388, 450
Pio VI, papa, I, 183, 254, 391, 426,

484; II, 278; III, 110, 238, 467; IV, 161
Pio VII, papa, II, 102; III, 27; IV, 161
Pio VIII, papa, I, 343
Pio IX, papa, I, 62, 81, 102, 210, 276, 376, 410, 427, 485; II, 105, 269, 381, 404-405; III, 110, 139, 164, 167, 181, 183, 353, 388, 427, 155, 163, 173, 432, 504
Pio X, são, papa, I, 40, 310, 311, 378; II, 76-77, 105, 228, 314; III, 51, 55, 72, 108, 139, 198, 250, 298, 299, 302, 305, 316, 353, 378; IV, 32, 133, 163, 326, 357, 437, 460
Pio XI, papa, I, 10, 19, 100, 169, 182, 183, 277, 311, 418; II, 72, 166, 168, 247, 387, 409, 460, 474; III, 52, 56, 72, 111, 183-184, 204, 205, 265, 353, 384, 422, 460; IV, 134, 163, 237-238, 239, 345, 384, 397, 459, 503
Pio XII, papa, I, 11, 19-20, 102, 201, 277, 311, 321, 330, 342-343, 412, 475; II, 247, 248, 363, 387, 457, 460, 470; III, 67, 86, 139, 174, 183-184, 186, 188, 198, 204, 244, 323, 353, 384; IV, 133, 135, 163, 175, 227, 397, 398, 439, 454, 464, 503
Pires, Afonso, bispo do Porto, II, 140; IV, 10, 27
Pires, António de Azevedo, I, 99
Pires, António Manuel, I, 257, 259
Pires, Baltasar, IV, 455
Pires, Diogo, II, 31, 379; IV, 73, 380
Pires, Francisco, prior-mor de Santa Cruz, I, 432
Pires, Francisco Videira, I, 260
Pires, João, bispo de Viseu, II, 141; IV, 353
Pires, José Delgado, I, 195
Pires, Luís, bispo do Algarve, do Porto, e arcebispo de Évora, e de Braga, I, 205, 231, 238, 243, 249, 303, 447; II, 108, 133, 134, 140; III, 151, 152, 376; IV, 11-12, 29, 30, 42, 135, 477, 479, 486
Pires, Manuel António, bispo de Silva Porto, I, 258; II, 143
Pires, Manuel António, cónego e erudito, I, 258
Pires, Manuel Jerónimo, I, 259-260
Pires, Marcos, I, 396
Pires, Martinho, bispo do Porto, I, 383; IV, 7, 29, 30
Pires, Martinho, bispo de Évora, II, 136
Pires, Pedro, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108, 115
Pires, Sancho, bispo do Porto, II, 140; IV, 9, 33
Pires, Vasco, bispo do Porto, e de Évora, II, 108
Piriou, Pascal, I, 476; III, 301
Pisa, I, 408
Pisano, Cristina de, II, 319; III, 285, 286, 288
Pisano, Mateus de, II, 376
Piscina (ver **Mobiliário eclesiástico**)
Pita, Paiva, II, 79
Pita, Pascoal, II, 412
Pitágora, IV, 144
Pithou, II, 76
Pitões, Pedro, bispo do Porto, II, 140; III, 118; IV, 7, 480
Píxide, I, 39-40
Places, Cláudio Poullart des, II, 178-179
Planice heróica, III, 134
Platão, I, 160, 305, 339; II, 19, 159, 268; IV, 126, 144
Platel, A., IV, 135
Plauto, IV, 489
Plegamans, Raimundo de, III, 194
Plínio-o-Velho, II, 376-377, 430
Plínio-o-Novo, III, 116
Plotino, IV, 126, 144
Plunket, lord, arcebispo de Dublin, II, 413
Plutarco, II, 430
Phnom Penh (ver **Camboja**)
Pobreza (ver também **Assistência**, **Espiritualidade**), I, 289, 312, 314, 353, 355, 367, 369, 371, 374, 377, 380, 443, 461, 465; II, 19, 27, 82, 116, 148, 150, 151, 152, 178, 231, 274, 364, 365, 374; III, 17, 45, 132, 202, 206, 211, 258, 266, 267, 271, 288, 295, 329, **456-461**; IV, 56, 64, 65, 66, 86-87, 195, 272, 273, 343, 377, 384, 393, 472, 473
Pobreza (século XX) (ver **Assistência**), III, **461-462**
Poças, José Joaquim, I, 309
Poder, I, 360, 380, 489; II, 18, 19, 209, 254, 388-411, 415, 416; III, 10, 11, 12, 13-14, 45, 46, 48, 60, 63, 64, 65, 74, 84, 164, 169, 182, 193, 195, 200-201, 206, 210, 212, 224, 225, 247, 256, 266, 279-283, 285, 311, 328-329, 332, 335, 336, 340, 342, 343, 350, 368, 369-371, 374, 376, 396, 398, 437, 441, 445, 446, 457, 458, 462, 463, 464, 471; IV, 69, 72, 73, 76, 92, 94-95, 96-97, 108, 113, 123-124, 141, 155-156, 157-158, 160, 166, 167, 168, 174, 196, 198, 199, 202-203, 204, 205, 207, 213, 215, 236, 241, 243, 246, 247, 263, 267, 275, 284, 286, 287, 289-290, 291, 292, 295, 297, 329, 363, 365, 401, 428, 429, 431, 432, 433, 435-436, 440, 457, 476, 479, 485, 486, 488-489, 491, 493, 499, 501, 513, 514, 515, 516, 518
Poémio, bispo de Lugo, I, 83
Poenitemini (1966), constituição apostólica, I, 277
Poinsart, Léon, IV, 255
Polémio, bispo de Astorga, III, 117
Policarpo, João Francisco de Almeida, I, 98
Policarpo, José da Cruz, cardeal-patriarca de Lisboa, I, 440; II, 139, 387; III, 112, 191; IV, 313, 394, 469
Polícias, I, 148; III, 165, 355, 356, 463
Policiano, João do Monte, núncio apostólico, III, 78
Polidoro, Valerio, II, 230
Polímio, bispo de Astorga, IV, 471
Política, moral e civil, aulas da nobreza..., II, 369
Poliziano, Angelo, II, 146, 376-377
Polo, Marco, I, 324, 334; II, 63, 64, 65; IV, 282, 283
Polono, II, 321
Polónia, I, 289; II, 414, 445; III, 173, 226; IV, 210, 327
Polónia, Martinho da, IV, 517
Pombal, I, 392; II, 22; III, 337, 402; IV, 303, 318
Pombal, 4.º marquês de, III, 382
Pombalismo (ver também **Iluminismo, Regalismo, Liberalismo, Igreja e Estado**), I, 23, 24, 37, 46, 58-60, 74, 75, 77, 78, 88-89, 93, 145, 146, 147-148, 186, 195, 210, 236, 267, 269, 283, 308, 309, 357, 388, 427, 437-438, 464, 488, 490; II, 17, 30, 50, 51, 52-53, 78-79, 86-87, 95, 105, 120, 123, 160, 162, 195, 211, 216, 232, 265-266, 276, 278, 287, 297, 301, 307, 310, 369, 371, 372, 382, 385, 394, 399, 400, 401, 440, 442, 443, 444, 445, 448, 449, 450, 453; III, 5, 7, 9, 23, 26-27, 30, 40, 43, 106, 144, 147, 158, 160, 165, 193, 212, 214, 241, 242, 261, 273, 289, 315, 329, 332, 334, 348, 387, 398, 403, 424-425, 428-429, 446, **462-464**, 471-472; IV, 17, 32, 97-98, 160-161, 185, 198, 235, 242, 248, 268, 279-280, 281, 315, 317, 324, 358, 401, 421
Pombeiro, I, 108, 202, 203, 206, 236, 341, 453; II, 89, 112; III, 85; IV, 42, 46, 52, 63, 86-87
Pomponazzi, IV, 126
Ponce de Leon, André Constantino, I, 449
Ponte de Lima, I, 139, 292; II, 21, 22, 56, 95; IV, 479
Ponte de Sor, IV, 78
Ponte, Oldrado da, IV, 10
Pontes, Francisco da Madre de Deus, IV, 453, 497
Pontes, Maria de Lourdes Belchior, II, 186, 329; III, 134; IV, 88
Pontével, Domingos da Encarnação, bispo de Mariana, II, 146
Pontificalis Insignia (1968), carta apostólica, II, 456
Pope, Thomas Godfrey Pembroke, II, 412-413; IV, 78, 80
Populorum Progressio (1967), encíclica papal, III, 265; IV, 398
Porcacci, Filipe, II, 275
Porta, Giambattista, III, 169

Porta-paz, I, 42
Portalegre, I, 113, 135, 297, 471, 474; II, 21, 27, 45, 61, 274, 450; IV, 131, 412
Portalegre-Castelo Branco, diocese de, I, 123, 169, 233, 363, 364, 366, 367, 368, 373, 374, 375, 394, 431, 435; II, 12, 120, 135, 140, 211, 212, 300, 302, 303, 303, 310; III, 74, 100, 387, 424, **464-473**; IV, 136, 192, 221, 256, 336, 366, 390, 464
Portalegre, Isidoro de, comendatário de Alcobaça, I, 35
Portalegre, Paulo de, II, 337
Portallupi, Sante, núncio apostólico, III, 72
Portas, Carlos, I, 322
Portas, Nuno, I, 117, 136; II, 168
Portel, I, 146, 186; II, 157, 214, 218; III, 149
Portel, Lourenço, I, 455, 456; IV, 278
Portel, Pedro Eanes de, IV, 57
Portela, José Rodrigues Pinto, IV, 499
Portela Júnior, III, 454
Portillo, Álvaro del, prelado da Opus Dei, III, 323
Portimão (ver também **Algarve**), I, 352; III, 424; IV, 294
Porto, 98, 100, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 128, 130, 134, 135, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 151, 161, 162, 171, 175, 201, 207, 208, 215, 216, 292, 297, 327, 328, 330, 352, 355, 384, 393, 431, 437, 443, 462, 465, 471, 476, 493; II, 8, 20, 22, 37, 43, 45, 50, 52, 54, 56, 57-58, 61, 81, 82, 84, 87, 92, 95, 116, 163, 166, 167, 170, 181, 232, 247, 267, 271-272, 274, 281, 413, 448, 469, 471, 473; III, 28, 37, 38, 41, 54, 67, 85, 86, 150, 155-156, 165, 181, 186, 203, 227, 254, 255, 272, 290, 301-302, 329, 349, 352, 363, 381, 382, 384, 398, 424-425, 454, 455; IV, 62, 70, 78, 79, 84, 106, 107, 150, 174, 215-216, 219-220, 313, 319, 328, 348-349, 381, 394, 412, 415, 416, 426, 435, 441, 442, 443, 444, 454, 455, 462, 465, 473, 475, 490, 499, 500, 506
Porto, diocese do, 121, 123, 125, 169, 202, 206, 214, 215, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 303, 322, 329, 346, 355, 363, 364, 373, 374, 375, 389, 414, 416, 417, 418, 421, 422, 423, 425, 439, 451, 457, 492; II, 9, 12, 13, 14, 15, 18, 44, 48, 51, 56, 73, 89, 100, 120, 132, 140-141, 178, 290-291, 292, 292-283, 300, 302, 303, 305, 306, 330, 331, 387, 391, 393, 406, 411; III, 256, 294, 300, 301, 302, 347, 373, 387, 398, 424-425; IV, **5-56**, 58, 86, 107, 130, 135, 136, 163, 220, 242, 243, 364, 365, 369, 371-372, 390, 396, 465, 467, 478, 483-484, 486-487, 488
Porto, Fernando do, IV, 480
Porto, João do, I, 342; IV, 73, 215
Porto, Rodrigo do, II, 78; IV, 34
Porto, Silva, III, 453
Porto, Egídio do, IV, 12
Porto Rico, ilha de, II, 469
Porto de Mós, II, 54; III, 76, 78, 79
Portocarreiro, Fernando Joanes de, II, 116
Portocarreiro, João Viegas, arcebispo de Braga, II, 391
Portogruaro, Bernardino de, ministro-geral dos Franciscanos, II, 279
Portuense, Vieira, IV, 415
Portuense, Vitoriano, bispo de Cabo Verde, I, 280; II, 142, 322
Portugal, Afonso de, bispo de Évora, II, 136; IV, 276
Portugal, Álvaro de, III, 155
Portugal, António de Almeida (1.º marquês do Lavradio), representante de Portugal junto da Santa Sé, I, 343, II, 109, 402, 404; III, 52
Portugal, Inocêncio das Neves, bispo do Algarve, I, 47; II, 133
Portugal, João de, bispo da Guarda e de Viseu, I, 206; II, 137, 141, 311, 396; III, 158, 387
Portugal, João de, teólogo dominicano, I, 309; II, 85
Portugal, José Blanc de, III, 136
Portugal, Lourenço de, bispo de Ceuta, II, 63
Portugal, Manuel de, II, 190; III, 47-48
Portugal, Martinho de, representante de Portugal junto da Santa Sé, núncio apostólico, arcebispo de Funchal, II, 71, 108, 137, 148, 282, 295; III, 71
Portugal, Miguel de, bispo de Lamego, embaixador português junto da Santa Sé, II, 108, 138; III, 313; IV, 422
Portugal, Tomás de, IV, 480
Portugal Evangélico, II, 411
Portugal médico ou Monarchia medico-lusitana, I, 271
Portugália, II, 204-205
Portugaliae Monumenta Historica, II, 73
Positivismo, O, I, 96, 203-204
Positivismo (ver também **Anticlericalismo**, Republicanismo), I, 26, 80, 93, 95, 96, 160, 311, 314-315, 341-342, 377, 484; II, 39, 125, 126, 203-204, 236, 266, 267-268, 269, 330-331, 334, 340, 387; III, 54, 305, 388, 421, 454; IV, 173, 194, 303, 403, 434, 497, 499
Possidónio, bispo de Coimbra, I, 387; II, 131
Potâmio, arcebispo de Braga, II, 131; IV, 445
Potâmio, bispo de Lisboa, I, 83, 105; II, 110, 132, 181, 363-364, 382; III, 68, 93-94, 115, 412-413; IV, 73, 276, 445
Pouget, François Aimé, III, 128
Poulat, Émile, IV, 403
Poussot, missionário espiritano, I, 62
Póvoa de Santo Adrião, IV, 83
Póvoa do Varzim, I, 97, 107, 139, 327, 472; II, 472; IV, 79, 168, 393
Póvoa, João da, confessor régio, vigário provincial dos Franciscanos Observantes, II, 274; III, 124; IV, 447, 477; IV, 479, 482, 521
Póvoas, João Damasceno da Silva, bispo de Angola e Congo, I, 61; II, 141
Pradalié, G., II, 73
Prado, Afonso do, IV, 277
Prado, André do, representante de Portugal junto da Santa Sé, I, 84, 159, 163, 446; II, 108, 159, 186; III, 122-123; IV, 480, 482
Prado, conde do, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Prado, Domingos Lourenço, IV, 412
Prado, João José do, IV, 392
Praeclara charissimi, III, 364
Praeclaris celsitudinis (1561), bula papal, III, 336
Praestantia (1907), *motu proprio*, III, 250
Pragma, cooperativa cultural, I, 16
Praia (Açores), I, 68
Prata, Francisco Fernandes, I, 85
Prazeres, António dos, III, 229
Prazeres, Afonso dos, I, 88; III, 255; IV, 234
Prazeres, Diogo dos, III, 307
Prazeres, João dos, bispo de Angra, I, 207; II, 134; IV, 494
Prazeres, José António Guedes dos, III, 447
Prego, Domingos Maciel, III, 142
Premonstratenses, I, 429; II, 45, 150; III, 348; IV, 41, 42, 43, **56-59**, 132, 426
Presbitarianismo, IV, 76, 78, 80
Presença, III, 135; IV, 454
Presépios, I, 86; II, 85, 166, 176, 258, 262, 429; IV, **59-62**, 409
Prestes João, reino do (ver também **Etiópia**), II, 62, 63, 64, 175, 195; III, 207, 394; IV, 282
Preto, Francisco Rolão, I, 175; IV, 303
Preto, Manuel Vaz, II, 402
Preto, Marcos, III, 167
Previdência (ver **Assistência**)
Prez, João des, bispo de Coimbra, II, 135
Prieto, Quintana, II, 74
Primazia (das Espanhas), I, 225-227, 231, 414, 417, 422; II, 384
Primo Feliciter (1948), II, 460
Priorado, IV, **62-63**, 352
Prisciano, II, 115, 159
Priscilianismo, I, 83, 160, 222, 237, 413-414; II, 150, 173, 181-182, 263,

364, 369, 382; III, 115, 255, 405--406, 410, 411, 413-414; IV, 5, **63--67**, 73, 263
Prisciliano, bispo de Ávila (ver **Priscilianismo**)
Prisões, I, 141-142, 148, 152, 303, 316, 452, 472; III, 201, 319; IV, 290, 316, 321, 393, 439
Pritchard, IV, 103
Pro excellenti Apostolicae Sedis (1545), bula papal, I, 233, 254; II, 212, 282, 299, 300, 310; III, 74, 464
Pro excellenti Apostolicae Sedis (1549), bula papal, II, 300
Pro Rostris, II, 147
Probe Nobis (1853), breve papal, II, 405, 434
Procissões, II, 67, 176, 206, 219, 251, 252, 253-255, 259-260, 261, 262, 361, 430, 450; III, 99, 100, 110, 132, 134, 227, 229, 230, 272-273, 439, 449; IV, 27, 51-52, **67-72**, 120, 131, 243-246, 393, 394, 412, 472, 476
Proença-a-Nova, III, 468
Proença, Álvaro de, I, 494
Proença, Pina e, II, 73
Proença, Raul, I, 161
Profano (ver **Sagrado e profano**)
Profetismo (ver também **Astrologia, Messianismo, Sebastianismo**), II, 35, 37, 115, 152, 266, 268, 334, 366, 418, 448; III, 32, 48, 113, 207, 268, 405; IV, **72-75**, 77, 91-92, 203, 264, 265, 266, 267, 274, 387, 403, 479, 502, 512
Profício, arcebispo de Mérida, I, 421
Profuturo, arcebispo de Braga, I, 223; II, 131, 382; III, 409, 414; IV, 133
Profuturo, bispo de Lamego, II, 132; IV, 421
Progresso Católico, III, 380-381
Propaganda Fide, I, 25, 54, 56, 59-60, 61, 62, 122, 123, 218, 220-221, 267-268, 285-286, 290, 291, 337, 343, 356, 386, 426; II, 70, 71, 104--105, 347, 403, 404-405, 409, 433, 434, 436, 439-440, 444; III, 160, 172, 204, 213, 217, 241, 364, 444; IV, 98, 135, 185-186, 233, 273, 287, 291, 297, 326, 327
Proprietários, lavradores e jornaleiros, II, 208
Prósperi, Luis, I, 102
Próspero, IV, 64, 66
Prostituição, I, 139, 144, 145, 151, 313, 316; II, 363, 374, 457, 473; III, 287; IV, 106, 203, 368, 502
Protestantismo, I, 19, 24, 25, 49, 56, 61-64, 66-67, 81, 82, 86, 87, 89, 92, 94, 95, 194, 212, 264, 265, 283, 299, 303, 308, 326, 361, 366, 409--410, 436, 445, 450, 453, 455, 457, 463, 488; II, 15, 18, 38, 79, 98, 99--100, 104, 128, 129, 168-169, 221, 229, 286, 367, 384, 385, 411-414, 435-436, 437, 444-445, 448, 464; III, 5, 44, 64, 82-83, 83-84, 99, 128, 147, 183, 209, 210, 212, 216, 232, 249, 386, 423; IV, 21, 67, **75-85**, 88, 122, 123, 124, 127, 138, 139, 179, 183, 190, 196, 206, 207, 208-209, 218, 252-253, 272, 274, 278, 298, 299, 344, 369, 375, 376, 382, 386--387, 394, 398, 400, 402, 403, 413, 429, 433, 441, 483, 487, 491, 498, 500, 502
Protonotário (ver **Dignidades eclesiásticas**)
Proudhon, III, 132
Provedoria Central da Assistência, I, 150
Provida Mater Ecclesia (1947), II, 458, 460; III, 57
Providas Romanorum (1751), III, 164
Providencialismo, II, 369, 370; III, 131, 195, 216, 409; IV, 73, 92, 93, 138, 140, 166, 298, 512, 514, 515, 519, 521
Providentissimus Deus (1893), bula papa, II, 228
Providum Universalis Ecclesiae (1516), bula papal, I, 426
Províncias eclesiásticas (ver também **Braga**, **Évora** e **Lisboa**), I, 222--224, 225, 226, 241, 278, 346, 413, 414, 417, 418, 419-423, 432, 440, 493; II, 44, 69-70, 71, 77, 119-120, 282, 289, 290, 292, 294-296, 299, 310, 311, 439, 440; III, 95-96, 96--97, 98, 100, 105, 118, 172, 213, 245, 304, 381, 393, 467; IV, 155, 187, 220-221, 421
Provisionis nostrae (1253), bula papal, I, 390; IV, 29
Prudêncio, III, 368, 405, 438
Pseudo-Agostinho, I, 445
Pseudodionísio, I, 340; II, 185, 189, 190
Psicologia e psiquiatria, II, 330-331, 334, 335; III, 390; IV, 102-103, 108, 113, 146, 168, 195, 203, 213, 402, 404, 447
Ptolomeu, II, 159
Pucci, Antonio, núncio apostólico, III, 311
Puente, Luis de La, II, 189
Pugio Fidei contra Judeos, I, 83; II, 85
Púlpito, III, 236
Purgatório (ver **Penitência**)
Purificação, António da, I, 166,
Purificação, Estêvão da, I, 186; II, 193; III, 48; IV, 491
Purificação, Francisco da, bispo de Pequim, I, 30, 338; II, 145
Purificação, Gabriel da, IV, 451, 495
Purificação, Inácio da, IV, 501
Purificação, José da, I, 7; II, 85
Purificação, Mariana da, I, 186, 193

Q

Qua pietate (1984), bula papal, II, 72; III, 81
Quadragesimo Anno 1931), encíclica papal, III, 265, 460; IV, 237-238
Quadros, António, II, 268; III, 131, 137; IV, 195
Quadros, António de, provincial jesuíta, III, 240
Quadros, Manuel de, bispo da Guarda, II, 137, 312
Quaecumque (1604), I, 463
Quae honorem conditoris (1247), I, 294, 298
Quam Apostolici muneris (1878), bula papal, IV, 435
Quam singulari (1905), decreto papal, IV, 391
Quamvis aequo (1843), III, 106
Quanta Cura (1864), bula papal, I, 81, 210; III, 164, 167, 389
Quaresma (ver também **Páscoa, Tempo**), II, 112, 259, 260, 261, 318, 462; III, 99, 143, 222, 225; IV, 53, 68-69, 71, 72, 385, 396, 489-490, 499, 504
Quaresma, António, III, 240
Quaresma, Francisco, bispo de Ceuta e Tânger, II, 142, 144
Quassada, Rodrigues, II, 86
Que pode um aldeão a favor da fé, O, I, 174
Queimada, Juan de, III, 17
Queimado, Cristóvão do Pinho, I, 174
Queimado, Jorge, bispo de Fez, II, 142; IV, 491
Queiroga, Fernão Navais de, II, 322
Queirós, Carlos, III, 135
Queirós, Fernão, III, 24
Queirós, Francisco Barbosa de, IV, 20
Queirós, João de São José, bispo do Grã-Pará, I, 207; II, 146
Queirós, José Maria Eça de, I, 81, 276; II, 331, 334; III, 131; IV, 194, 402
Quem são os verdadeiros reaccionários?, I, 92
Quental, Antero de, I, 81, 91, 276, 340, 489; II, 267; III, 131, 132, 134; IV, 318, 402, 454
Quental, Bartolomeu do, II, 189, 192, 331, 346, 347; III, 103, 127, 143, 147, 148, 328-329, 330, 333; IV, 89, 279, 323, 495
Quental, Fernando do, I, 34
Questão acerca do direito do reino de Pegu, I, 219
Questão social: Reflexões à dissertação inaugural do Sr. Afonso Costa, A, I, 315
Quevedo, Vasco de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 110
Quietismo (ver também **Molinismo**), II, 192; III, 127, 214; IV, **87-90**, 234
Quinciano, bispo de Évora, I, 413; II, 132, 211
Quiñonez, III, 141
Quinn, Edel, III, 73
Quintanilha, Aurélio, IV, 320

Quintanilha, Jerónimo de, bispo de São Tomé, II, 143
Quintiliano, III, 68; IV, 471
Quinto Império (ver também **Sebastianismo, Profetismo**), I, 158; II, 268
Quitéria, santa, II, 336
Quo primum tempore, bula papal (1570), I, 40
Quo vehementius, decreto papal (1918), III, 74
Quod nihil scitur, II, 265
Quod apostolici muneris, III, 389

R

Rabaldis, Pedro, bispo do Porto, II, 140; IV, 7
Rábano Mauro, I, 340; II, 112, 115
Rabelais, IV, 127
Rabi-mor, III, 38-39
Rabinismo, III, 33-36
Racionalismo, I, 96, 161, 311, 377, 411, 453, 455, 484; II, 126, 160, 182, 264, 265, 266, 277, 369, 371, 414; III, 33, 60, 93, 130, 157, 158, 163, 213, 214, 217, 218, 253, 334, 388, 421; IV, 119, 160, 194, 195, 298, 376, 394, 403, 495-497, 499
Rada, Martin, I, 338
Rada, Rodrigo Ximenes de, arcebispo de Toledo, I, 226, 231; III, 176
Radberto, Pascásio, IV, 394
Rademaker, Carlos João, I, 72, 91, 95, 276, 371; II, 234-235, 385; III, 28, 109-110, 422, 499, 502
Rádio Renascença (ver **Meios de comunicação social**)
Rafael, pintor, II, 104
Rafael, António José, bispo de Bragança e Miranda, I, 255; II, 135
Rafael, Joaquim, IV, 415
Raffles, Sir Thomas Stamford, III, 172
Ragonesi, núncio apostólico, cardeal, III, 316-317
Raimundes, Fernando, bispo de Viseu, II, 141Raimundo, conde borgonhês, I, 382, 397; II, 290; IV, 513
Raimundo, arcebispo de Toledo, I, 421, 422
Raimundo, bispo de Viseu, II, 141; IV, 353
Raimundo de Penhaforte, são, I, 83, 84; II, 76; IV, 476
Raimbault, G., II, 330
Rajasinha II, rei de Cândia, I, 336
Raju, rei de Sitawaka, I, 326
Rama I, rei do Sião, IV, 233
Ramalho, Chorão, I, 116, 135
Ramalho, João de Deus, bispo de Macau, II, 145
Ramalho, Júlio, ceramista, IV, 62
Ramalho, Maria, I, 108
Ramalho, Rosa, ceramista, IV, 62
Ramathibodi II, rei do Sião, IV, 232
Ramière, Henri, I, 102
Ramires, André Pinto, II, 226, 227; III, 23, 148; IV, 278, 447
Ramires, Fernando, bispo do Porto, de Jaén e de Badajoz, II, 140; IV, 9
Ramiro I, rei das Astúrias, IV, 371
Ramiro II, rei das Astúrias e Leão, I, 107, 289; IV, 371, 372
Ramos, Alice, IV, 105
Ramos, Aníbal de Oliveira Marques, I, 175
Ramos, António Jesus, I, 371, 375, 376
Ramos, Clemente, IV, 506
Ramos, José, IV, 37
Ramos, José Augusto, II, 228; IV, 253
Ramos, Luís de Maria da Silva, I, 95, 395-396, 457; II, 126; III, 304, 381; IV, 48, 281, 296, 499
Ramos, Pádua, I, 135
Ramos, Pedro, II, 160
Ramos, Pedro Tertuliano, vigário-geral da Guiné, II, 323
Randol (ou Ranulfo), abade de Alcobaça, I, 32
Randulfus, IV, 41
Rangel, Cristóvão, IV, 286
Rangel, Miguel (ou Miguel Homem de Coimbra), bispo de Cochim, e do Congo, I, 54; II, 141, 144; IV, 287
Ranke, Leopold von, I, 15
Ranuzzi, Vincenzo, núncio apostólico, III, 72
Raposo, Hipólito, II, 314; IV, 75, 319
Rashba, III, 36
Rashbash, III, 36
Rashbaz, III, 36
Rates, I, 202, 382-384, 385, 399; III, 256
Rates, Estêvão de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Rato, Moreira, II, 166
Ratramno, IV, 394
Rattazzi, Maria, I, 376
Rationi congruit (1394), I, 421
Rau, Virgínia, IV, 101
Raynal, II, 417
Ravizza, F., núncio apostólico, II, 71
Real Mesa Censória, I, 89; II, 445; III, 7, 85, 214, 262, 285, 387, 425, 429, 463; IV, 98
Real, Manuel, IV, 407
Réau, Louis, IV, 406
Rebelo, António da Silva, bispo de Bragança, I, 343
Rebelo, Diogo Lopes, I, 163
Rebelo, Domingos, III, 455
Rebelo, Fernando, II, 161; III, 23
Rebelo, Gaspar Pires, III, 142; IV, 392
Rebelo, Jerónimo da Costa, bispo do Porto, II, 140; IV, 20, 35
Rebelo, João, II, 192; IV, 450-451, 502
Rebelo, José António da Silva, arcebispo de Bragança e Miranda, I, 90; II, 135
Rebelo, José Lourenço, III, 297
Rebelo, José da Silva, visitador dos Vicentinos, II, 476
Rebelo, José Pequito, II, 39; IV, 319
Rebelo, Lopes, IV, 276
Rebelo, Manuel Joaquim, I, 260
Rebelo, Maria de Jesus, I, 196; IV, 224
Rebelo, Salvador, III, 358
Rebimbas, Júlio Tavares, bispo do Algarve, arcebispo de Mitilene, arcebispo-bispo de Viana do Castelo e do Porto, I, 47, 174; II, 133, 141; III, 302; IV, 26, 28, 31, 32, 337
Rebolo, Gil, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Reboredo, Amaro de, I, 309; III, 128
Reboredo, João Baptista, II, 230
Reboredo, Manuel, I, 55
Recaredo, rei dos Visigodos, I, 184, 414; II, 211, 364, 382; III, 117, 372; IV, 5, 352, 362-363, 364
Recaredo II, rei dos Visigodos, IV, 364
Recesvindo, rei dos Visigodos, I, 387, 415; III, 408; IV, 364
Recimiro, bispo de Dume, II, 132
Recolectos (ver **Agostinhos**)
Recolectas Descalças, I, 349
Recolhimentos, I, 144, 270, 405, 473; II, 218, 271; III, 79, 202, 253, 254, 338, 350-351; IV, 53, 325, 457, 458
Reconciliatio et Poenitentia (1984), I, 459
Reconquista (ver também **Cruzada, Guerra. I. Época Medieval, Historiografia. I. Época Medieval**), I, 44, 185, 224, 226, 276-277, 279, 327, 381, 382, 387, 390, 391, 392, 399, 416, 417, 421, 430, 434; II, 43, 70, 85, 104, 163, 183, 211, 212, 213, 214, 217-218, 220, 289, 290, 291, 292, 293, 335, 336, 337, 346, 390, 393; III, 37, 95, 96, 118-119, 124, 175, 176-177, 194, 205, 246, 247, 248, 255, 279, 293, 326, 335, 338, 340, 374, 376, 395, 398; IV, 6, 28, 41, 51, 57, **91-93**, 94, 121, 133, 156, 305; IV, 352, 371, 421, 423, 424, 472, 473, 479, 480
Reconquista, III, 469
Rectogénio, bispo de Lugo, I, 223
Redemptor Missio (1990), encíclica papal, III, 184
Redemptor noster (1515), bula papal, I, 384
Redenção dos cativos (ver também **Trinitários**), I, 139, 142, 145-46; II, 92, 183, 287; III, 178, 194, 283, 349, 458, 460; IV, **94-95**
Redentoristas (Congregação do Santíssimo Redentor), I, 248, 403, 486, 489; II, 235; III, 379; IV, 37, **95-96**, 383, 443, 470
Redondo, conde do, IV, 254
Refóios de Lima, I, 327
Refojos de Basto, I, 203, 205, 206, 207, 244; II, 46, 184; III, 120
Reforma, A, IV, 82

Reforma da Carta e beneplácito régio, A, I, 210
Reforma protestante (ver **Protestantismo**)
Reformas monásticas (ver **Monaquismo, Ordens religiosas**)
Regalismo (ver também **Igreja e Estado, Liberalismo**, Republicanismo), I, 71, 81, 86, 88-89, 209-211, 286, 309, 357, 370, 371, 375, 388, 408, 455, 484; II, 52-53, 57-58, 78--79, 98, 189, 265, 277, 278, 302, 319, 369, 370, 371, 372, 385, 387, 393, 399, 400-401, 405-406, 417, 418, 449; III, 7, 8, 9, 26, 43, 62, 63, 64, 106, 107, 144, 164, 167, 214, 217, 262, 313, 314, 316, 332, 348, 354, 364-365, 366, 447, 464; IV, 32, **96-99**, 132, 160-161, 198, 235, 280, 317, 318, 375, 376, 399, 400, 401, 402, 430, 431, 433, 434, 435, 436, 437-438
Regatilho, Eduardo, III, 327
Regimento espiritual, III, 50
Regimini militantis Eccelsiae (1540), bula papal, III, 21
Regimini Universalis Ecclesiae (1567), bula papal, I, 205-206
Régio, Bernardino, IV, 297
Régio, José, I, 99; II, 174; III, 134, 135, 136; IV, 75, 195, 402, 403, 454
Registo civil, II, 406, 408; III, 43, 63, 180; IV, 100, 402, 433
Registo de santos, IV, **99**
Registos paroquiais, I, 118, 124-127, 392; II, 198, 239, 282, 304; III, 82, 99, 239, 376, 377, 468; IV, **99-101**, 425
Rego, António do, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109; III, 190
Rego, António de Silva, I, 60; II, 372, 373; III, 220; IV, 393
Rego, Carlos Martins do, II, 39
Rego, Francisco Xavier do, I, 165
Rego, Gabriel Ferreira, IV, 453
Rego, José Teixeira, I, 160
Rego, Lins do, III, 196
Regras, João das, chanceler-mor, I, 326, 346; II, 186, 381; III, 362
Reguengos de Monsaraz, I, 133
Rei catholicae apud Lusitanos (1900), bula papal, II, 228
Reimão, António, bispo de Angola e Congo, e do Rio de Janeiro, I, 207
Reimão, Cassiano, III, 423
Reinoso, André, IV, 413
Reis Magos (ver também **Etnografia religiosa, Presépios, Religiosidade popular**), I, 324, 258, 259; II, 429
Reis, Alberto de Sousa, I, 133
Reis, Álvaro, II, 411-412
Reis, André dos, IV, 494
Reis, António Soares dos, II, 165, 166
Reis, António Tomás dos, III, 144
Reis, Bartolomeu Manuel Mendes dos, bispo de Macau, e de Mariana, II, 144, 145
Reis, Braula, I, 135; II, 168
Reis, Carlos, III, 454, 456
Reis, Címaco, I, 76
Reis, Fabião dos, bispo de Cabo Verde I, 280; II, 142
Reis, Gaspar dos, II, 84, 227; III, 359; IV, 120, 448, 494
Reis, Gilberto Gonçalves Canavarro, bispo de Setúbal, II, 141; IV, 26, 228
Reis, Jaime Batalha, III, 131
Reis, Joaquim Moreira, bispo de Angola e Congo, I, 55; II, 141
Reis, José Alberto dos, IV, 319
Reis, José Maria dos, IV, 499, 500
Reis, Pascoal José de Melo F. dos, IV, 317
Reis, Pereira dos, III, 301, 378
Reis, Manuel dos, III, 22; IV, 453, 495
Reis, Martins dos, IV, 192
Reis, Oliveira de Jesus, II, 344
Reis, Salvador dos, arcebispo de Cranganor, II, 144; IV, 185
Reis, Sebastião Martins dos, I, 98; IV, 454, 455
Reitor (ver **Dignidades eclesiásticas**)
Rekker, Bartolomeu, IV, 393
Religião, IV, **101-105** *passim*
Religiões da Lusitânia, II, 200, 201--202, 371-372
Religião dos Portugueses, A, IV, 105
Religiosas Missionárias de São Domingos, IV, 47
Religiosas do Sagrado Coração de Maria, I, 172, 201, 479; II, 474; IV, **106-107**
Religiosidade popular (ver também **Bruxaria, Etnografia religiosa, Hagiografia e santidade, Mariologia, Procissões, Superstições**), I, 48, 76-77, 106, 109, 134, 176, 186--187, 198-199, 238, 250, 261, 458, 463-464; II, 130, 156, 165, 175, 182, 185, 186, 192-193, 219-220, 233, 285, 343, 344, 345, 366, 368, 372, 387, 451-452, 462; III, 35, 45, 76, 99, 132, 134, 199, 200, 222, 223, 226, 230-231, 265-266, 267, 298, 306-307, 322, 326, 372, 376, 377, 448-449, 453-454, 455; IV, 51--52, 99, **107-120**, 154, 165, 169, 190, 242, 258, 307-308, 346, 351, 361, 383, 384, 385, 386, 403, 412, 414, 415, 416, 445, 450, 451, 453, 460, 490, 502
Reliquia, A, I, 81; III, 131
Relíquias (ver **Hagiografia e santidade**), I, 39, 164-165, 225, 237, 381, 382, 385, 399, 434, 436; II, 15, 16, 18, 31, 37, 67, 154, 156, 176, 178, 218, 255, 315, 336, 339, 431; III, 116, 119-120, 232, 233, 256, 361, 363, 373, 395, 406, 439, 445; IV, 9, 12, 51, 52, 67, 88, **120-125**, 164, 165, 168, 169, 170, 171, 392, 408, 409, 522
Relvas, José, IV, 499
Rema, Henrique Pinto, IV, 44
Remédios, Joaquim Mendes dos, III, 384; IV, 319, 500
Remexido, IV, 302
Remisol, bispo de Viseu, II, 133; IV, 352
Rémond, René, I, 72
Renan, Ernest, I, 91; III, 131
Renascença Portuguesa, IV, 74-75
Renascimento (ver também **Erasmismo, Humanismo**), I, 173, 287, 435; II, 130, 194, 307, 414; III, 20, 78, 86, 92, 139, 169, 463; IV, **125-130**, 155, 179, 379, 380, 448
Renato, bispo de Coimbra, II, 132
Rendeiro, Francisco Fernandes, bispo do Algarve e Coimbra, I, 47, 50, 174, 389; II, 87, 133, 136; III, 305; IV, 455-456, 503, 505, 507
Rendufe, I, 205, 206, 216; II, 89
Rentfro, Clarence Emerson, IV, 79
Reparadoras de Fátima (Congregação das Religiosas Reparadoras de Nossa Senhora das Dores de Fátima), I, 482; II, 273; IV, **130-131**
Reparato, bispo de Viseu, II, 133; IV, 352
Republicanismo (ver também **Igreja e Estado. III. Época contemporânea**), I, 10, 19, 24, 50, 66, 70, 72, 73, 75, 76, 80, 81-82, 92-96, 97, 98, 116, 126, 133, 149-151, 152, 176, 188, 198, 210-211, 229, 236, 239, 243, 245, 246, 256, 257, 260, 264, 276-277, 279, 281-282, 283, 297, 312, 314-315, 316, 322, 329, 330, 352, 354, 357, 372, 373, 376, 378, 389, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 399, 404, 418, 427-428, 440, 468, 471, 474, 479-480, 481, 486, 489, 490, 493; II, 38, 39, 54, 78, 79, 80, 87, 98-99, 105-106, 124, 125, 127, 166, 169, 170, 211, 216, 218, 220, 235-236, 243, 270, 272, 279, 284, 313, 340-342, 370, 372, 385, 401, 406, 412, 440, 458, 471, 473, 477, 478, 479; III, 29-30, 43, 55-56, 62, 63, 64, 80, 85, 107, 108, 110, 162, 164, 166, 167, 180, 203, 204, 218--219, 237, 243, 287, 289, 291-292, 298, 302, 316, 334, 354, 366-367, 376, 380, 382-383, 389, 398, 419, 421-422, 422, 462, 468, 471; IV, 31, 33, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 67, 71, 84, 96, 98, 100, 107, 126, 163, 173, 174-175, 194, 208, 209, 221, 223, 226, 237, 303, 310, 315, 319, 325, 326, 339, 340, 347, 357, 360, 374, 375, 385, 399, 422, 427, 428, 434, 435, 436, 437, 438, 458, 463, 500, 503-504, 505, 507
Requiário, rei dos Suevos, I, 83, 222, 302; III, 406; IV, 262-263

Requila, rei dos Suevos, IV, 262
Rerum Lusitanorum, II, 73
Rerum Novarum (1891), encíclica papal, I, 98, 148, 149, 310, 313-316; II, 42, 270; III, 51, 54, 63, 265, 389, 460-461; IV, 214, 217, 237, 435
Resende, André de, II, 147-148, 194, 338, 376, 377-378, 379, 384; III, 121, 128-129, 247
Resende, António de Almeida, I, 175
Resende, Garcia de, I, 52, 157, 287, 449; II, 37, 376; III, 266, 288; IV, 73, 320, 477, 479
Resende, Júlio, IV, 40, 415
Resende, Manuel Pacheco de, bispo de Aveiro, I, 168, 171; II, 134
Resende, Sebastião Soares de, bispo da Beira, I, 101; II, 142, 387, 409, 410, 428; III, 245, 317; IV, 163, 400, 454
Resposta de um velho liberal, I, 92
Ressurreição, António da, bispo de Angra e dos Açores, II, 134; IV, 494-495
Ressurreição, Jerónimo da, I, 438
Ressurreição, Manuel da, bispo da Baía, e de São Paulo, II, 145, 146; III, 253
Ressurreição, Sebastião da, IV, 45
Restauração, A, III, 249, 250, 251
Restauração católica, I, 9, 10-11, 15, 17, 81, 311, 314, 489, 493, 329, 344; III, 62, 74, 183, 421; IV, 24, 214-215, 302, 383, 385, 431, 437, 438, 462, 463, 464, 499
Retábulo (ver **Mobiliário eclesiástico**)
Retrato de aldeia com espelho, II, 206
Reuchlin, IV, 127
Reuter, Abiah, II, 73
Revelações do apóstolo Pedro ao seu discípulo Clemente, II, 63
Revista Católica, I, 329-330; III, 249--250, 251
Rex Pacificus (1234), bula papal, II, 76
Ribeira Grande, I, 68
Ribeiro, Agostinho, bispo de Ceuta, e de Angra e Açores, I, 70; II, 133, 138, 142
Ribeiro, Álvaro, I, 341; II, 267, 387; IV, 195
Ribeiro, António, cardeal-patriarca de Lisboa, I, 95, 404, 440; II, 139, 342, 458; III, 107, 108, 109, 189, 190, 355; IV, 112, 151, 312
Ribeiro, António Alves M. da Silva, IV, 21, 35, 500
Ribeiro, António Álvares, IV, 37
Ribeiro, António Manuel Pereira, bispo do Funchal, II, 42, 137
Ribeiro, António, impressor, III, 148; IV, 275
Ribeiro, Aquilino, IV, 195
Ribeiro, Artur de Almeida, III, 367
Ribeiro, Bartolomeu, III, 103, 349, 352
Ribeiro, Bernardim, II, 386, 447
Ribeiro, Diogo, I, 309
Ribeiro, Emanuel, IV, 407
Ribeiro, Félix Niza, bispo de Tete e de João Belo, II, 142, 144; III, 245
Ribeiro, Frederico Augusto, I, 133
Ribeiro, Frutuoso José, I, 72
Ribeiro, Hintze, primeiro-ministro, I, 92, 149, 329, 479, 486, 489; II, 54, 235, 270, 471, 472; III, 217, 242, 382
Ribeiro, Ilídio de Sousa, II, 160
Ribeiro, Jerónima Júlia de Vale Cabral, I, 471; IV, 47
Ribeiro, João, arcebispo de Cranganor, II, 144; IV, 185
Ribeiro, João Baptista, III, 290
Ribeiro, João Pedro, II, 73, 369-370, 416; III, 147; IV, 20, 31
Ribeiro, Joaquim Vitorino, III, 454
Ribeiro, José Bento Martins, bispo de Cochim, II, 144
Ribeiro, José Joaquim, bispo de Díli, II, 144; IV, 293
Ribeiro, José Lopes, IV, 357
Ribeiro, José Maria do Casal, III, 382; IV, 432, 435
Ribeiro, Manuel, I, 98, 101, 315; III, 134, 353; IV, 296, 385
Ribeiro, Maria Joaquina Oliveira Santos, II, 100; IV, 48
Ribeiro, Maria Raquel, I, 319
Ribeiro, Nelson, III, 188
Ribeiro, Orlando, II, 175
Ribeiro, Queiroz, IV, 393
Ribeiro, Rodrigo, IV, 53
Ribafria, António de Saldanha A. C., IV, 254
Ricardo, cardeal-legado, I, 416
Ricca, Agostinho, IV, 40
Ricci, Angelo, I, 167
Ricci, Giovanni, núncio apostólico, III, 71, 312; IV, 159
Ricci, Mateo, I, 334, 336-337, 386; II, 26; III, 161; IV, 134, 283, 297
Richard, Pierre, III, 70
Riché, Pierre, III, 222
Richeter, II, 76
Riley, Henry Chauncey, II, 413
Rilvas, condessa de, I, 321
Rimbaud, III, 132
Rio, José de Castro del, I, 292
Rio, Martinho del, I, 272; IV, 265
Rio Douro, António do, I, 206
Rio de Janeiro, I, 266, 270, 290, 295
Rio Maior, I, 105
Rio Maior, marquês de, III, 366
Rio de Onor, II, 206
Rio Tinto, II, 92; III, 397
Rios, Amador de los, III, 38
Risbash, III, 36
Rito (ver também **Liturgia**), I, 336--337, 386; II, 14; IV, 104, **131-135**, 149, 203, 246-247, 265-266, 267, 284-285, 289, 290, 388, 393, 402
Rito, Maria Teresa, II, 330
Rivail, Léon-Hippolyte D., IV, 145
Rivara, Heliodoro da Cunha, I, 215
Rivaroli, Antoine de, IV, 299
Rivaux, IV, 444
Roberte, João, IV, 122
Roberto, bispo do Algarve, I, 44, 292; II, 133
Roberto, priorado premonstratense, IV, 57
Roca, cabo da, III, 371
Rocaberti, Thomas, II, 85
Rocha, Álvaro, IV, 415
Rocha, António Caetano da, bispo de Angra, II, 134
Rocha, António José da, I, 259
Rocha, Félix, I, 335; III, 25
Rocha, Francisco Xavier da, IV, 453, 497
Rocha, João da, III, 445
Rocha, Joaquim Pereira da, IV, 40
Rocha, José da, II, 87
Rocha, José Coelho da, IV, 21
Rocha, Manuel, padre, I, 316; IV, 216, 238
Rocha, Manuel da, frei, I, 37, 351; II, 121
Rocha, Manuel dos Santos, arcebispo de Mitilene e bispo de Beja, I, 174, 189, 190, 191, 195, 196, 199; II, 134
Rocha, Manuel Ribeiro, II, 161
Rocha, Maria da Conceição Pinto da, II, 331, 335, 342, 345, 347, 473-474
Rocha, Pedro Romano, II, 326; III, 302; IV, 133, 393
Rocha, Sebastião Pinto da, II, 473, 474
Rocha, Vicente Ferrer da, bispo de Castelo Branco, II, 135; III, 472
Roche, Alain de la, IV, 450
Roche, E., IV, 443
Rochelle, João de la, IV, 477
Rocherius, Guido de Monteusto, I, 449
Rock (música), IV, 146
Roda (ver **Assistência**)
Rodes, I, 209; II, 34
Rodes, Alexandre de, I, 386; III, 211; IV, 297
Rodrigo, rei dos Visigodos, IV, 121, 364
Rodrigo, bispo do Algarve, II, 133
Rodrigo, bispo da Guarda, II, 137, 311
Rodrigo, bispo de Lamego, I, 408
Rodrigo do Porto, IV, 480
Rodrigo Sanches, infante de Portugal, IV, 38
Rodrigo de Sintra, IV, 480
Rodrigues, Adriano Vasco, IV, 409
Rodrigues, Alfredo, IV, 225
Rodrigues, Ana Maria, III, 101
Rodrigues, André, III, 25
Rodrigues, António Augusto, I, 259
Rodrigues, António dos Reis, bispo aux. do ordinário castrense, I, 153, 317; III, 190, 355

Rodrigues, Armando Côrtes, III, 133
Rodrigues, Chamôa, IV, 425
Rodrigues, Constança, II, 287
Rodrigues, Constantino, jesuíta, I, 54
Rodrigues, Francisco, I, 93; II, 372; III, 30; IV, 295, 484
Rodrigues (ou Roz), Francisco, arcebispo de Cranganor, II, 144; IV, 181, 182, 184
Rodrigues, Garcia, bispo de Lamego e Viseu, I, 423
Rodrigues, Gomes, jesuíta, I, 54
Rodrigues, Gregório, vigário-geral de Braga, I, 206
Rodrigues Sénior, Jerónimo, IV, 297
Rodrigues, João, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108; III, 89-90, 149, 150
Rodrigues, Jorge, IV, 14, 447, 450
Rodrigues, José, IV, 416
Rodrigues, José Maria, I, 26, 96, 341; II, 125, 267; IV, 281
Rodrigues, Lourenço, bispo de Lisboa, II, 139
Rodrigues, Luís, II, 147, 445; III, 301
Rodrigues, Luís de Sousa, IV, 40
Rodrigues (Lusitano), Manuel, I, 454; II, 408; III, 23, 426, 427; IV, 278
Rodrigues Júnior, Manuel, IV, 319
Rodrigues, Manuel Augusto, II, 229
Rodrigues, Manuel Bento, bispo-conde de Coimbra e cardeal-patriarca de Lisboa, I, 371, 389, 392, 394; II, 136, 139; III, 107, 108
Rodrigues, Martinho, irmão jesuíta, III, 28
Rodrigues, Martinho, bispo do Porto, I, 423-424; II, 140; IV, 7-8, 29, 30, 43
Rodrigues, Narciso, IV, 318
Rodrigues, Pantaleão, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Rodrigues, Paulo, II, 227
Rodrigues, Pedro, III, 240
Rodrigues, Rodrigo, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Rodrigues, Simão, II, 197; III, 21, 79, 451; IV, 354
Rodrigues, Vasco, III, 150, 152
Rogado, Jerónimo, II, 315
Rogério, missionário franciscano, I, 280
Róis de confessados (ver também **Confissão, Demografia, Páscoa**), I, 74, 127, 447, 448; III, 428; IV, 99, **135-137**, 389
Róis de pobres, I, 144
Roland, Jacob, I, 268
Rolim, José de Assunção, I, 95; IV, 502, 505
Rolo, Raul, II, 343; IV, 295, 450
Roma (ver também Romanos), I, 103, 110, 114, 218, 245, 288, 292, 293, 299, 344-346, 382, 394, 403-404, 407, 416, 419, 425, 429, 431, 446, 474, 475, 484, 491; II, 9, 12, 31, 42, 67, 72, 77, 78, 82, 84, 86, 113, 116, 165, 170, 195, 274, 364, 376, 382, 383, 430, 444; III, 21, 36, 53, 71, 86, 98, 99, 101, 116, 122, 141, 144, 204, 220, 252, 293, 294, 297, 348, 360, 393, 405, 412, 436, 451, 453, 469; IV, 11, 13, 44, 52, 86, 126, 131, 135, 183, 241, 256, 272, 276, 327, 385, 388, 397, 466, 473, 492
Romanceiro (ver **Literatura religiosa**)
Romano, Júlio, I, 404
Romanos (Império Romano) (ver também **Arqueologia. I. Paleocristã**, e Bizantino, Império, Invasões germânicas, Patrologia, **Patrologia lusitana**), I, 184-185, 222-223, 302, 387, 406, 413, 420, 460, 482; II, 31-32, 34, 62, 69, 75, 110, 113, 130, 131, 150, 154, 162, 175, 181, 182, 201, 211, 239, 240, 260, 263, 289, 307, 318, 346, 363, 381, 382, 430; III, 31, 32, 37, 70, 72, 75, 93-94, 116, 129, 174, 178-179, 206, 231, 265, 293, 356, 368-372, 393, 395, 436--439, 440; IV, 63-66, 101-102, 120, 261-262, 263-264, 276, 329-335, 336, 352, 362, 420, 489, 514, 515, 517, 519
Românico (ver **Arquitectura**)
Romantismo (ver também **Arquitectura. III. Do romantismo à actualidade**), I, 91, 115, 133, 327-328; III, 218; IV, 195, 429
Romani Pontificis (1432), bula papal, I, 298
Romani Pontificis (1539), breve papal, II, 295
Romanorum Pontificorum (1790), bula papal, I, 426
Romanus Pontifex (1455), bula papal, I, 67; II, 36, 160, 364
Romanus Pontifex (1608), bula papal, IV, 184
Romanus Pontifex (1690), bula papal, II, 301
Romanus Pontifex (1780), bula papal, I, 254
Romarias (ver **Festas**)
Romeiro, Marcos, IV, 277
Romero, Julião, IV, 38
Rondina, Francisco Xavier, III, 304; IV, 296
Ronsin, Théophile, III, 259
Ropica Pnefma, I, 95, 163; II, 147, 383; IV, 128
Roque, Júlio Pereira, III, 80
Roquemont, Augusto, III, 453
Roquete (ver **Vestes litúrgicas**)
Roquete, José Inácio, I, 276; III, 144; IV, 453, 498
Rosa, António, III, 79
Rosa, Honorato, I, 318
Rosa, Júlio da, IV, 393
Rosa, Maria das Graças, II, 245, 273
Rosa, Maria de Lourdes, II, 329
Rosa, Nunes da, I, 72
Rosa, Pêro da, IV, 123
Rosado, António, I, 194; IV, 450, 495
Rosário (ver Orações)
Rosário, António do, bispo de Malaca, II, 116, 145; III, 127
Rosário, Constantino do, III, 239
Rosário, Diogo do, I, 451, 454
Rosário, Domingos do, bispo de São Tomé, I, 243; II, 143; III, 143, 295
Rosário, João do, III, 443
Rosário, Joaquim do, bispo de Beja, I, 187; II, 134
Rosário, Manuel Rodrigues do, IV, 19
Rosário, Pedro do, IV, 495
Rosendo, são, I, 202; II, 111, 184, 343, 346; III, 256, 269; IV, 170
Rosendo, bispo de Dume, II, 132
Rosenthal, III, 46
Rosenwein, Barbara, III, 44, 45
Roseto, Edmundo, IV, 277
Rosily, François-Etienne, IV, 291
Rosmini, IV, 388
Rossini, III, 299
Roswey, R., II, 338
Rotondi, Virginio, IV, 50, 465
Roughton, F. H., IV, 252
Roupas do altar, I, 42
Roupinho, Fuas, IV, 166
Rousseau, Jean-Jacques, I, 89, 160; II, 180, 415, 418; III, 7, 213, 216
Rovere, Marcos V. della, núncio apostólico, III, 71, 311
Rovida, Eduardo, núncio apostólico, III, 72
Rowland, Robert, II, 451
Roxo, Pedro, chanceler-mor, I, 332
Rua, Luís Martins, I, 471; IV, 47
Ruas, Luís, IV, 48
Ruas, Henrique Barrilaro, II, 330, 342
Ruão, Jerónimo, III, 20
Ruão, João de, I, 173, 396; IV, 38, 380
Rubeni, David, II, 448; III, 36; IV, 73, 193
Rúbio, Francisco, I, 92
Rubruck, Guilherme de, I, 333; II, 63; IV, 179, 282
Rufino, II, 76; III, 407
Ruggieri, Miguel, I, 334; II, 26; III, 161
Russel, fundador das Testemunhas de Jeová, IV, 209
Russel, Ricardo, bispo de Portalegre e de Viseu, II, 141; III, 466; IV, 355, 358
Rússia, II, 140, 247; III, 217, 360; IV, 176, 398
Rutherford, J. F., IV, 202, 209
Ruiz, Gregório, I, 284, 285

S

São Julião de Pereiro, Ordem de (ver **Ordens militares**)
São Miguel da Ala, Ordem de (ver **Ordens militares, Tradicionalismo**)

Sá da Bandeira, 1.º marquês de (ver Nogueira, Bernardo de Sá)
Sá, António de, abade comendatário de Tibães, I, 35, 205; IV, 495
Sá, António Basílio de, III, 220
Sá, Bartolomeu de, III, 79
Sá, Diogo de, II, 447
Sá, Estácio de, governador-geral do Brasil, I, 266
Sá, Eugénia Correia de, marquesa do Lavradio, III, 53
Sá, Fernandes de, II, 166
Sá, José Anastácio da Costa e, II, 73
Sá, José Correia de, I, 153
Sá, Isabel de Guimarães, I, 462, 464
Sá, Leonardo Fernandes de, governador da diocese de Macau, II, 144; III, 159, 160
Sá, Lourenço Correia de, bispo do Porto, II, 140; IV, 17
Sá, Luís de, II, 221, 385; IV, 494
Sá, Manuel de, II, 221; III, 23, 147; IV, 278, 495
Sá, Maria Amália de, II, 478
Sá, Mem de, governador-geral do Brasil, I, 265
Sá, Moreira de, II, 376
Sá, Vieira de, I, 91
Sá, Vítor Matos e, III, 136
Sabarico, bispo de Dume, II, 132
Sabarico, bispo de Viseu, IV, 352
Sabat (Ajuntamento), I, 271, 272, 273, 274
Sábado judaico, III, 34, 35, 36
Sabina, santa, II, 338, 344; III, 118, 438
Sabrosa, J. Pereira, I, 99
Sabugal, I, 352; III, 369
Sacavém, II, 21
Sacerdotes do Coração de Jesus (ver **Dehonianos**)
Sacramento, António do, IV, 497
Sacramento, Arcângela do, III, 254
Sacramento, Francisco de Jesus Maria do, IV, 497
Sacramento, Jacinto do, III, 359
Sacramento, João do, bispo de Pernambuco, II, 145; IV, 497
Sacramento, Mário de, IV, 403
Sacramento, Timóteo do, bispo de São Tomé, e do Maranhão, II, 143, 145
Sacramento, Tomás do, IV, 497
Sacramento, Valério do, bispo de Angra e Açores, I, 70, 75; II, 134
Sacramental, I, 245
Sacramentário (ver **Liturgia**)
Sacramentos (ver também **Eucaristia, Matrimónio, Penitência, Ordens sacras**), I, 70-71, 74, 78, 84, 102, 125, 134, 178, 181, 186-187, 188, 198, 237, 237, 249, 261, 270, 300, 302, 307, 308, 321, 326, 355, 357, 361, 362, 367, 368, 369, 374, 378, 390, 392, 410, 415, 419, 423, 457, 463; II, 9, 13, 14, 16, 19, 44, 66, 68, 74, 100, 119, 156, 160, 161, 203, 208, 239, 263, 274, 385, 386, 462; III, 50, 72, 73, 98, 99, 100, 101, 124, 139, 173, 179, 223, 229-230, 267, 269, 308, 350, 360, 363, 373, 374, 376, 377, 387, 414, 448, 455, 467, 468; IV, 15, 16, 20, 32, 75, 76, 81, 83, 99-100, 110, 114, 131, 133, 135, **137-141**, 147, 179, 182-183, 189, 220, 234, 272, 273, 376, 383, 385, 399, 401, 490
Sacramentos. Perspectiva jurídica, IV, **141-143**
Sacrário, III, 232-233
Sacri Tridentini, breve papal, II, 18
Sacristia, I, 43; II, 155; III, 234
Sacro Império Romano-Germânico (ver também Alemanha, Itália), I, 406, 407; II, 16, 34, 35, 319-320, 388; III, 445; IV, 75, 155
Sacrossancta Romana Ecclesia (1539), bula papal, II, 299
Sacrossanctum Concilium (1963), constituição conciliar, I, 39; II, 456; III, 139-140, 299; IV, 330
Sacrossanti Apostolus cura (1693), bula papal, I, 173
Saenger, III, 46
Safara, I, 196, 200; II, 281; IV, 224
Saga za'Ab, embaixador etíope, II, 196
Sagitta Ignea, I, 294
Sagrada Família, Alexandre da, bispo de Angola e Congo, Macau, e de Angra, I, 55, 78, 453; II, 134, 141, 145
Sagrado e profano (ver também **Santuários**), II, 14, 150, 154-155, 430-431, 456, 457; III, 113, 125, 134, 164, 222, 230, 231, 265, 306, 308; IV, 103-104, 108, **143-150**, 195, 290, 329, 366, 384, 390, 403, 412, 428, 515
Sagrada Escritura (ver **Bíblia**; **Exegese bíblica**)
Sagrada Escritura, Francisco de Mendonça da, IV, 278
Sahagún, I, 202, 382; III, 256; IV, 28, 62
Sahagún, João de, bispo de São Tomé, II, 143
Saitô, Paulo, I, 385; IV, 297
Salamanca, I, 163, 206, 245, 299, 359, 422-423, 448, 480; II, 30, 33, 78, 84, 116, 310, 312, 471; III, 30, 146, 127, 276, 277, 492, 506
Salazar, Álvaro de, I, 207; II, 51
Salazar, Angel de, I, 299
Salazar, António de Oliveira, primeiro-ministro, I, 98, 319, 331, 493; II, 342, 406, 409, 410; III, 54, 56, 383, 384; IV, 239, 240, 303, 319, 358, 393, 399, 505, 507
Salazarismo (ver Estado Novo)
Saldanha, Aires de, III, 444
Saldanha, António de, bispo de Portalegre, e da Guarda, II, 137, 140, 311; III, 466
Saldanha, Francisco de, cardeal-patriarca de Lisboa, II, 139; III, 26, 106, 109
Saldanha, José de Santa Maria de, bispo do Porto, II, 140; III, 381, 382; IV, 16
Saldanha, Manuel de, bispo de Viseu, II, 141; IV, 354
Saldanha, Nuno, IV, 410
Saldanha, Teresa de (ver Sousa, Teresa Rosa Fernanda de Saldanha Oliveira)
Salerno, Natal, I, 219
Sales, Ernesto Pereira, I, 258
Salesianos, I, 128, 248, 261, 284, 316, 403, 486, 489, 490; II, 127, 345, 428, 437; III, 54, 162, 217, 221, 242, 243, 298, 299, 367, 422; IV, 36, 53, **150-151**, 292, 349, 351, 386, 443, 464, 470
Salgado, Benjamim, III, 300, 305; IV, 503, 506
Salgado, Eduardo, I, 91
Salgado, Heliodoro, II, 80
Salgado, Pero, copeiro régio, I, 137
Salgado, Rafael de Figueiredo, IV, 185
Salgado, Veloso, III, 454
Salgado, Vicente, III, 350
Salgueiro, João, I, 319
Salgueiro, Manuel Trindade, arcebispo de Mitilene e de Évora, I, 12, 99, 100, 167, 174; II, 137, 342, 343; IV, 215, 320, 503, 505
Salinas, João, IV, 489-490
Salis, Baptista de, III, 146
Salomão, rei hebreu, III, 32
Salomão, bispo de Viseu, II, 133; IV, 352
Salomão, Miguel, bispo de Coimbra, I, 396, 431, 433; II, 135
Salta, Manuel de São Plácido, IV, 453, 495
Salústio, João Damasceno, bispo de Pequim, I, 338; II, 145
Salvador, Gaspar do, I, 284
Salvador, Luís do, III, 208
Salvador, Pedro, I, 407
Salvadores, Pedro, bispo do Porto, II, 108, 140; IV, 8, 33, 43
Salvaterra de Magos, II, 21; III, 376; IV, 341
Salvato, III, 119
Salvatori nostri Mater (1740), bula papal, II, 296; III, 105, 364
Salviano, IV, 64
Salzedas, I, 216, 350; II, 89; IV, 410, 414, 425
Salzedo, Lourenço de, III, 451
Samodães, 2.º conde de, I, 318, 210, 314, 443, 492, 493; III, 54, 380; IV, 21, 48, 49, 51, 296, 435, 454
Sampaio Bruno, I, 26, 81, 93, 161, 341, 342; II, 174, 267, 268, 386, 387; IV, 75, 194, 403, 500
Sampaio, Adrião Pereira Forjaz de, I, 309
Sampaio, Alberto, III, 372-373, 374

Sampaio, Constantino de, I, 37
Sampaio, Estêvão de, II, 379
Sampaio, Francisco de Quintela, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Sampaio, Manuel Pereira de, representante de Portugal junto da Santa Sé, I, 426; II, 109
Sampaio, Miguel, IV, 55
Sampaio, Pedro de Vilas-Boas e, bispo de Elvas, II, 136
San Stefano, Oreglia di, III, 316
Sancha, beata, infanta de Portugal, I, 183, 348, 397; II, 184, 343, 346; III, 258, 284; IV, 122
Sánchez Albornoz, Claudio, II, 112
Sánchez de Vercial, III, 123
Sanchéz, Pedro, II, 378
Sanchéz, Rodrigo, II, 378
Sanchis, Pierre, II, 207-208, 338
Sancho II, rei de Leão, IV, 421
Sancho IV, rei de Leão e Castela, II, 390
Sancho III, rei de Navarra, I, 381
Sancho I, rei de Portugal, I, 33, 44, 139, 176, 253, 332, 402, 423-424; II, 35, 116, 184, 214, 310, 391; III, 43, 96, 97, 309, 361, 398, 401; IV, 7-8, 93, 94, 305, 352, 516, 521-522
Sancho II, rei de Portugal, I, 332, 407, 424; II, 59, 78, 82, 291, 390, 393; III, 37, 102, 103, 120, 121, 309, 350, 396; IV, 8, 157, 516, 518
Sanches, Alfredo Ferreira, IV, 35
Sanches, Domingos, ministro provincial dos Franciscanos, II, 279
Sanches, Francisco, I, 157, 340; II, 160, 227, 265
Sanches, Pedro, I, 194, II, 378; IV, 122
Sanches, Ribeiro, I, 340; II, 418
Sande, Duarte de, I, 334
Sande, Francisco de, IV, 323
Sanguigni, Domingos, núncio apostólico, III, 72
Sanguinho (ou purificador), I, 43
Sankily, rei de Jaffna, I, 326
Santana, Altino Ribeiro de, bispo de Sá da Bandeira, II, 143
Santana, Custódio de, bispo de São Tomé, II, 143
Santana, Francisco Antunes, bispo do Funchal, II, 137
Santana, Manuel Fernandes, I, 96-97, 98, 342; III, 28, 54, 55, 112, 422; IV, 281, 296, 443
Santa Ana, António de, IV, 453
Santa Ana, Diogo de, III, 444
Santa Catarina, Lucas de, I, 439; II, 85; IV, 70
Santa Catarina, Manuel de, bispo de Cochim, de Angola e Congo, e arcebispo de Goa, II, 141, 144, 442, 443; IV, 248
Santa Clara, Joaquim de, arcebispo de Évora, II, 416; III, 9; IV, 281
Santa Clara, Sebastião de, I, 90
Santa Comba Dão, I, 290
Santa Cruz, João de, universitário agostinho, I, 28
Santa Cruz de Coimbra (ver também **Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Cónegos Regulares de Santa Cruz**), I, 27, 38, 84, 162, 165, 166, 168, 202, 205, 215, 216, 236, 332, 352, 385, 387, 390, 393, 394, 397, 422, 432, 433, 434; II, 35, 52, 72, 84, 89, 90, 111, 112, 115, 116, 147, 158, 183-184, 212, 293, 298, 300, 337, 346, 363, 368, 378, 390, 419; III, 5, 19, 37, 68, 75-76, 77, 96, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 143-144, 145, 146, 148, 153, 157, 229, 248, 257, 258, 268, 290, 294, 359, 361, 375, 396, 399, 400, 401, 402, 403, 452; IV, 7, 9, 42, 43, 63, 92-93, 122, 191, 276, 277, 278, 315, 352, 369, 407, 408, 421, 471, 472, 474, 514-515, 516, 517, 521--522
Santa Escolástica, José de, bispo da Baía, II, 145
Santa Gertrudes, Bento de, I, 207
Santa Inês, Manuel de, bispo de Angola e Congo, do Porto, e arcebispo da Baía, I, 58, 327, 343; II, 141, 145; III, 167; IV, 19, 34
Santa Luzia, Jorge de, bispo de Malaca, I, 173; II, 145, 464; IV, 286
Santa Maria, Agostinho de, I, 166, 167; II, 192, 237; III, 127; IV, 172, 445
Santa Maria, André de, bispo de Cochim, II, 144
Santa Maria, Ângelo de, IV, 497
Santa Maria, António de, bispo de Leiria, e de Miranda, I, 339; II, 135, 138; III, 81
Santa Maria, Basílio de, IV, 494
Santa Maria, Bernardo de, bispo de São Tomé, II, 143
Santa Maria, Fernando de, IV, 232
Santa Maria, Francisco, bispo de Fez, I, 146; II, 142, 226; III, 149, 156; IV, 453, 495
Santa Maria, Gabriel, I, 166, 436; II, 190
Santa Maria, Gonçalo de, II, 221
Santa Maria, Gomes de, I, 193
Santa Maria, José de, bispo de Cabo Verde, e do Funchal, I, 280; II, 137, 282, 322; IV, 495
Santa Maria, Lourenço de, arcebispo de Goa e bispo do Algarve, I, 46, 47, 173; II, 133, 144, 297
Santa Maria, Martinho de, II, 275
Santa Maria, Nicolau de, I, 166, 436; III, 294; IV, 63
Santa Maria, Paulo de, arcebispo de Burgos, I, 83-84
Santa Maria, Pedro de, I, 304; III, 51
Santa Maria, Reinaldo de, I, 284
Santa Maria, Teodoro de, bispo de Meliapor, II, 145
Santa Maria, Vitório de, I, 309
São Paulo, Sebastião de, bispo de São Tomé, II, 143
Santa Rosa, Bernardino de, IV, 295
Santa Rosa, Hilário de, bispo de Macau, II, 144
Santa Rosa, João Pedro de, IV, 18
Santacroce, Prospero, núncio apostólico, III, 71
Santarém, I, 27, 62, 67, 106, 108, 111, 112, 137, 139, 143, 146, 156-157, 185, 207, 209, 303, 345, 353, 399, 400, 401, 402, 405, 418, 426, 434, 462; II, 20, 21, 29, 36, 44, 45, 47, 48, 51, 54-55, 61, 77, 78, 81, 82, 98, 104, 112, 116, 123, 152, 164, 175, 181, 245, 274, 292, 310, 364, 391, 457; III, 38, 78, 96, 102, 107, 108, 118, 124, 149, 247, 279, 304, 382, 388, 402, 407, 438; IV, 46, 79, 92, 130, 131, 170, 172, 221, 223, 226-227, 305, 306, 366, 438, 463, 470, 473, 478, 500, 513
Santarém, diocese de, II, 141; III, 109; IV, **151-155**, 328
Santarém, 2.º visconde de, II, 74
Santa Sé, I, 355, 378, 381, 406, 407--413, 413, 439, 441, 442, 470-471, 474, 484; II, 15, 16, 31, 32-33, 34, 39, 42, 63, 64, 68, 70, 71, 74, 75, 77, 82, 86, 119, 130, 160, 162, 180, 185, 195, 250-251, 269, 278, 279, 281, 345, 361, 382, 384, 388, 430, 454, 457, 460, 461, 472, 475; III, 13, 21, 26, 61, 70, 164, 172, 184, 187, 192, 198, 206, 209, 236, 288, 323, 337, 353, 441, 442, 446, 460--461; IV, 131-132, 132-133, 134--135, 142, 150, 182, 237, 282, 304, 378, 397-398, 447
Santa Sé e Portugal (ver também **Acordo Missionário, Concordatas, Embaixadores de Portugal junto da Santa Sé, Nunciatura, Padroado, Visitas «ad limina»**), I, 46, 50, 54, 58, 59, 72, 88, 90, 93, 108, 122, 145, 152-153, 154, 168, 169, 183, 186, 189, 204, 209-211, 218, 220-221, 225, 236, 244, 254, 255, 276-277, 280, 282, 285-286, 292, 310, 313-315, 337, 338, 343--344, 356, 363, 365, 370, 376, 384, 386, 389, 393-394, 399, 400, 401--402, 407-413, 416, 417, 418-419, 421-422, 430-341, 434, 435, 436, 439, 439-440, 442, 472, 473, 477; II, 7, 9, 34, 35-36, 42, 66, 70-71, 73, 74, 78-79, 80, 92, 93, 100-101, 102-103, 124, 125, 127, 196, 197, 233, 243, 246-247, 271, 273, 274, 285, 289, 290, 291, 292, 293, 294--295, 296-302, 310-311, 312, 321, 323, 326, 328, 341, 346, 365, 366, 370, 371-372, 373, 375-376, 377,

379, 381, 385, 386, 387, 390, 391, 393, 394, 395, 396, 397-399, 400, 401, 402-405, 406, 408, 409-410, 434, 436, 440, 444, 445, 447-448, 450, 452, 458, 469, 471, 473, 476; III, 7; III, 15-16, 17, 53, 74, 77, 104-106, 143, 150, 151, 152, 154, 160, 167, 172-173, 181, 201, 204, 208, 213, 217, 219, 243, 249-251, 253, 284, 285, 298, 304, 338, 339, 341-342, 363, 381, 382, 383, 388, 394, 402, 406, 413, 414, 427, 464, 466, 467, 472; IV, 7-8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16-17, 20, 21, 24, 27, 28-29, 41, 43-44, 57, 58, 82, 97, 98, 141, 151, 152, **155-164**, 175, 176, 180, 192, 210, 214, 225, 234, 235, 237, 275, 281, 287, 290-291, 295, 301, 314, 318, 321, 325, 326, 336-337, 345, 354, 355, 356, 357, 367, 368-369, 375, 395, 396, 421, 422, 430-431, 432-433, 436, 438, 443, 454, 476, 477, 479, 502, 503, 516-517, 519

Santa Teresa, António de, bispo de Malaca, II, 145

Santa Teresa, Inácio de, arcebispo de Goa e bispo do Algarve, I, 47, 48, 49, 88; II, 133, 144; III, 5, 7; IV, 234

Santa Teresa, Joaquim de, IV, 45

Santa Teresa, José de, I, 338

Santa Teresa, Luís de, bispo de Olinda (Pernambuco), II, 146; IV, 497

Santa Teresa, Lourenço de, IV, 447, 453

Santa Teresa, Paulo de, III, 229

Santa Úrsula, António, I, 165

Santa Vitória, I, 195

Santiago, diocese de (ver **Cabo Verde**)

Santiago do Cacém, I, 185, 195, 197, 199, 200; II, 9, 21; IV, 341

Santiago de Compostela, I, 108, 107, 224, 225, 226, 234, 260, 346, 382, 414, 416, 417, 421, 429, 432; II, 70, 92, 99, 156, 211, 273, 290, 292, 294, 336, 393; III, 96-97, 118, 120, 153, 373, 374; IV, 112, 165, 169, 371-372, 421

Santiago, Eleutério de, I, 219

Santiago, Francisco de, bispo do Maranhão, II, 145

Santiago, Jerónimo de, arcebispo de Cranganor, II, 144

Santiago, Jorge de, bispo de Angra e Açores, I, 70, 72-73, 73-74; II, 84, 133

Santiago, José Pereira, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109

Santiago, Ordem de (ver **Ordens militares**)

Santilhana, António, III, 141

Santíssima Trindade, João da, ministro provincial dos Franciscanos, II, 279

Santíssima Trindade, José da, bispo de Mariana, II, 146

Santíssima Trindade, Maria da, III, 203

Santíssimo Sacramento, Leandro do, I, 454

Santíssimo Sacramento, Maria Custódia do, II, 347

Santo Agostinho, Acúrsio de, I, 438

Santo Agostinho, Fernando de, IV, 495

Santo Agostinho, Francisco de, bispo de Cabo Verde, I, 280; II, 142, 385

Santo Agostinho, Guilherme de, III, 444

Santo Agostinho, Joaquim de, I, 8; II, 73

Santo Agostinho, Leonardo de, I, 438

Santo Agostinho, Paulo de, I, 438

Santo Alberto, Francisco de, III, 307

Santo Ambrósio, Manuel de, IV, 497

Santo Ângelo, António de, III, 127

Santo António, Bernardino, I, 194; IV, 453

Santo António, Estêvão de, II, 192; III, 127

Santo António, José de, I, 166

Santo António, Manuel de, bispo de Malaca, II, 145; III, 172; IV, 287, 289

Santo António, Sebastião de, IV, 453, 494, 496, 497

Santo, Augusto, II, 166

Santo Elias, Manuel de, III, 359

Santo Eliseu, António de, IV, 453, 497

Santo Estêvão, António de, bispo do Congo, I, 54; II, 141

Santo Ofício (ver **Inquisição**)

Santo Tirso, I, 109, 117, 136, 201, 202, 203, 205, 206, 390; III, 85, 120, 403; IV, 39, 41, 512, 513-514, 516, 518

Santos de Portugal, II, 342, 343

Santos e beatos da Companhia de Jesus, II, 345

Santos, Alexandre dos, III, 299

Santos, Alexandre José Maria dos, cardeal, arcebispo de Maputo, II, 279; III, 245

Santos, Alfredo Elviro dos, I, 372; IV, 241

Santos, António dos, bispo da Guarda, I, 174; II, 138, 245, 311, 312; IV, 26, 251

Santos, António Ferreira dos, III, 301; IV, 36, 40

Santos, António Ribeiro dos, I, 89; II, 401; IV, 317

Santos, Artur de Oliveira, administrador do concelho de Ourém, II, 245

Santos, Artur Vieira Cardoso Gomes dos, I, 97, 318-319; IV, 442

Santos, Cândido A. D. dos, I, 227; II, 52, 330; IV, 29, 30, 492

Santos, Constança Almeida, II, 458

Santos, culto dos (ver **Hagiografia e santidade**)

Santos, Délio Nobre, I, 276; II, 174

Santos, Delfim, II, 267

Santos, Domingos Maurício Gomes dos (ver Maurício, Domingos)

Santos, Elísio Vieira dos, IV, 55

Santos, Estêvão dos, bispo da Baía, II, 145

Santos, Faustino Moreira dos, bispo de Cabo Verde, I, 282, 283; II, 142

Santos, Francisco dos, I, 318; II, 166

Santos, Gilberto Fernandes dos, II, 246

Santos, Gomes dos, I, 376; III, 54, 422; IV, 223

Santos, Isidoro Duarte, II, 174

Santos, J. Oliveira, I, 167

Santos Júnior, J. R. dos, IV, 394

Santos, João dos, III, 238-239

Santos, João Duarte dos, III, 143

Santos, João Francisco dos, IV, 49

Santos, Joaquim dos, III, 300

Santos, Joaquina, IV, 227

Santos, Justino Ferreira dos, IV, 220

Santos, Lúcia de Jesus, II, 245, 247, 248, 249; III, 58; IV, 130

Santos, Luís dos, I, 438

Santos, Manuel dos, I, 35, 37, 351, 418; II, 371

Santos, Manuel Mendes da Conceição, bispo de Portalegre, arcebispo de Évora, I, 405; II, 103, 137, 140, 211, 213, 214, 216, 218-219, 314, 317, 345, 347, 469; III, 468-469, 471; IV, 215, 227, 357, 393, 442, 503, 504, 506

Santos, Maria Teresa Guedes de Andrade, III, 423

Santos, Mário de Sousa, III, 301

Santos, Mauro, I, 135

Santos, Miguel dos, provincial dos Agostinhos, I, 29; IV, 73, 193, 491

Santos, Pedro, III, 445

Santos, Reinaldo dos, IV, 406

Santos, Ribeiro dos, II, 266

Santos, Teotónio dos, I, 180

Santuários (ver também **Ex-votos, Fátima, Peregrinações**), I, 36, 468, 491; II, 175, 176, 185, 208, 219, 220, 253-254, 314, 317, 345, 457; III, 45, 52, 75, 78, 79, 119-120, 181, 199, 240, 306, 308, 342, 449; IV, 51, 52, 66, 68, 70-71, 99, 121-122, **164-178**, 210, 231, 300, 308-309, 351, 376, 445, 446, 447, 453, 455, 472, 477, 502

Sanudo, Marino, II, 64

São Bento, Francisco de, I, 207

São Bento, Gil de, I, 166

São Bento, Manuel de, I, 207; III, 358; IV, 39

São Bento, Miguel de, I, 207

São Bernardino, António de, I, 194, 309; IV, 495

São Bernardino, Gaspar de, II, 226

São Boaventura, Álvaro de, bispo da Guarda, e bispo-conde de Coimbra, I, 388, 390, 392, 393-394; II, 136, 311
São Boaventura, António Caetano de, III, 255
São Boaventura, Cristóvão de, bispo de Cabo Verde, I, 281; II, 142
São Boaventura, Fortunato de, arcebispo de Évora, I, 37, 90, 215, 302-303, 343, 350, 351; II, 121, 137, 371, 418; III, 148, 167; IV, 300, 303, 482, 498
São Boaventura, Francisco de, III, 359
São Boaventura, João de, IV, 488, 497
São Caetano, Bernardo de, bispo de Meliapor, II, 145
São Caetano, Inácio de, inquisidor-geral, confessor régio, bispo de Penafiel, I, 455; II, 87, 139; III, 7, 128, 425-426; IV, 17, 497
São Cirilo, Tomé de, IV, 45, 494
São Dionísio, António de, bispo de Cabo Verde, I, 280; II, 141
São Domingos, António, II, 84-85, 121; IV, 295, 497
São Domingos, Francisco de, IV, 278
São Francisco, Carlos de, IV, 495
São Francisco, Luís de, II, 222; III, 351; IV, 394, 495
São Francisco, Pedro de, II, 227
São Gualberto, Faustino de, IV, 19
São Gualdino, Manuel de, arcebispo de Goa, II, 144
São Jacinto, António de, IV, 288
São Jerónimo, Francisco de, bispo do Rio de Janeiro, II, 146
São Jerónimo, Henrique de, I, 449
São João de Acre, II, 64
São João, Alberto, I, 436
São João, Baltazar de, III, 121
São João, Gaspar de, II, 222
São Jorge da Mina, III, 207-208
São José, António de, bispo do Maranhão, arcebispo da Baía, I, 207, 261; II, 145; III, 262
São José, Bruno de, I, 301
São José, Caetano de, IV, 497
São José, Carlos de, III, 359
São José, Cipriano de, bispo de Mariana, II, 146
São José, Domingos de, III, 359
São José, Gerardo de, bispo de Malaca, II, 145
São José, Guilherme de, bispo do Pará, II, 146
São José, Jaime de, IV, 45
São José, Jerónimo de, I, 146; IV, 94, 305, 306
São José, João de, I, 49
São José, Joaquim de, I, 167
São José, Leonardo de, I, 167, 309; III, 127, 128; IV, 390
São José, Luís de, IV, 495
São José, Tomás de, I, 301
São Luís, Francisco de, IV, 497
São Luís, Manuel de, IV, 453
São Mamede, João de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
São Matias, João de, I, 299
São Matias, Manuel de, III, 147
São Matias, Miguel de, I, 86
São Miguel, António de, I, 208; IV, 34
São Miguel, Bernardo de, III, 129
São Miguel, Diogo de, I, 166
São Miguel, Jacinto de, IV, 496
São Paulo (Piratininga), I, 267, 270
São Paulo, Jorge de, III, 152, 153, 154, 156
São Pedro, António de, II, 346
São Pedro, Sebastião de, bispo de Cochim, de Meliapor, arcebispo de Goa, I, 30; II, 144, 145
São Raimundo, Valério de, bispo de Elvas, II, 136; IV, 495
São Rufo de Avinhão, congregação de, I, 228, 279, 429, 431; II, 419; III, 118, 145
São Salvador do Congo, diocese de, (ver **Angola**)
São Simão, Francisco de, bispo de Cabo Verde, I, 281, 283; II, 142
São Tomás, Amaro José de, prelado de Moçambique, II, 142; III, 238, 241
São Tomás, Aurélio de, IV, 16-17
São Tomás, Bento de, II, 222
São Tomás, Domingos de, II, 85; IV, 296, 495
São Tomás, João de, I, 28; II, 6, 87, 227, 265, 385; III, 147, 304; IV, 278, 295
São Tomás, Leão de, I, 207, 382
São Tomé, cristãos de (ver também **Índia**), IV, **178-187**
São Tomé e Príncipe (ver também **África, Angola**), I, 20, 31, 68, 290, 353, 363; II, 143, 273, 282, 294, 295, 299, 478; III, 100, 210; IV, **187-190**
São Vicente (Sagres), I, 44, 106, 109, 151; III, 119, 256, 369
São Vicente (Brasil), I, 266
São Vicente da Beira, II, 20
São Vicente de Fora, Mosteiro de (ver também **Cónegos Regulares de Santa Cruz**), I, 38, 114, 162, 165, 215, 430, 431, 432, 433; II, 46, 89, 112, 115, 184, 293, 335; III, 96, 102, 120, 375; IV, 51, 57, 63, 310, 474, 515
São Vicente, Jacinto de, IV, 185
São Vítor, Hugo de, I, 167, 433; II, 115, 184; III, 145, 146, 147; IV, 446
São Vítor, Ricardo de, I, 445
Sãozinha (Maria da Conceição Teixeira), II, 345; III, 58
Spalding, bispo norte-americano, I, 376
Saragga, Salomão, I, 91
Saragoça, I, 413-414; II, 113, 150, 327; III, 115, 406, 410, 413; IV, 64, 65, 364
Saraiva, Alberto Pinto, IV, 49
Saraiva, António José, I, 163; II, 394; III, 136, 137; IV, 195, 386
Saraiva, António Ribeiro, embaixador em Londres, III, 27; IV, 300
Saraiva, Francisco de São Luís, bispo-conde de Coimbra, cardeal-patriarca de Lisboa, I, 90, 207, 208, 343, 388; II, 136, 139, 370, 403-404, 416; III, 85, 106-107, 147, 167, 253, 254, 278, 498-499
Saraiva, João António da Silva, bispo do Funchal, bispo-conde de Coimbra, I, 389, 404; II, 137, 314, 136
Saraiva, Joaquim de Sousa, bispo de Pequim, II, 145
Saraiva, José, II, 73; IV, 406
Saraiva, José Hermano, IV, 208
Saramago, José, IV, 402
Sarça Dengel, imperador etíope, II, 197, 198
Sardinário, bispo de Lamego, II, 132; IV, 420
Sardinha, António, III, 133; IV, 39, 75, 194, 195, 319, 454
Sardinha, Pedro Fernandes, bispo da Baía, I, 265, 267; II, 145
Sardoal, II, 55
Sarello, bispo das Canárias, II, 282
Sarmento, André Doutel, IV, 292
Sarmento, Francisco de Jesus Maria, I, 212, 309; II, 228; III, 143
Sarmento, Inácio B. de Sousa, IV, 34
Sarmento, Jacob de Castro, I, 340
Sarmento, Manuel de Vinhais, II, 322
Sartre, Jean-Paul, II, 268
Satam, I, 215
Satha, rei do Camboja, I, 284-285
Satis cognitum (1896), bula papal, II, 387
Saturnino, bispo de Faro, II, 133
Saudades da terra, I, 70
Sauli, Antonio Maria, núncio apostólico, III, 71
Saulieu, Edme de, I, 35, 349; II, 52
Sauren, H., IV, 146
Savigny, IV, 299
Saward, Joel, II, 330
Scalabrinianos (Congregação dos Missionários de São Carlos), I, 486; IV, **190-191**
Scarabelli, Celestina, I, 443
Scarlatti, Domenico, III, 359
Scavini, IV, 442
Schall, Max, I, 335
Schatz, IV, 64
Schedel, IV, 127
Scheller, Max, I, 26
Schepss, IV, 63
Schettini, Bento, III, 28
Schleiermacher, Friedrich, IV, 103
Schlunk, Helmut, IV, 407
Schmidt, Jean-Claude, III, 44, 222
Schnitz, Ernesto, II, 284

Schurmhammer, Georg, III, 220
Schwantes, Ernesto, IV, 79
Schwartz, Samuel, III, 37, 41
Schofield, R. S., IV, 100
Sclúa, bispo de Idanha, I, 421
Scriptoria (ver também **Arquivos eclesiásticos, Bibliotecas eclesiásticas**), I, 433; II, 111, 115, 308, 419; III, 81, 120, 123, 145, 146, 294, 401, 409; IV, **191-192**, 472, 474, 521
Scrutinium Scrituarum, I, 83-84
Sé (ver também **Arquitectura**), I, 173, 256, 399; III, 96, 120, 145, 395, 471, 472; IV, 33, 191, **192**, 276, 353
Seabra, Eurico, II, 341
Seabra, Manuel de, bispo de Ceuta, e de Miranda, II, 135, 142
Seabra, Mendo Gomes de, II, 151; III, 151
Seabra, Pompeu de Sá Leão e, bispo de Malanje, II, 142
Seabra, Teófilo S. C. Vieira de, IV, 28, 31
Seabra, visconde de, I, 94; III, 180
Sebastiani, IV, 185
Sebastianismo (ver também **Messianismo, Profetismo**), I, 29; II, 268, 367; III, 24, 196, 197; IV, 73-74, 75, **193-195**, 399, 403
Sebastião, são, I, 179; III, 309
Sebastião I, rei de Portugal (ver também **Sebastianismo**), I, 29, 30, 114, 186, 205-206, 362, 426, 436, 451; II, 18, 31, 38, 84, 101, 148, 162, 268, 300, 379, 397; III, 43, 196, 222, 313, 386, 443; IV, 73, 74, 95, 159, 268, 305, 307, 354, 399, 491
Secisclo, bispo de Évora, II, 211
Seco, Fernando Álvares, II, 299
Seco, Joaquim Pereiro, I, 188
Secret Doctrine, The, II, 174
Secretaria dos Negócios Eclesiásticos (ver Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça)
Secretariado do Cinema e da Rádio, III, 184, 185-186, 186-187
Secretariado de Informação Religiosa (SIR) (ver **Sociologia religiosa**)
Secretariado Nacional de Acção Social Católica, IV, 239
Secretariado Nacional de Catequese, I, 310
Secretariado Nacional das Comunicações Sociais da Igreja, III, 184, 187, 190, 192
Secularização (ver também **Desamortização, Laicidade, Liberalismo**), I, 17-18, 60, 70, 72, 79, 80, 126, 145, 146, 147, 148, 149-151, 198, 311, 321, 327, 376, 380, 412, 466, 468, 485, 491; II, 126, 240, 254-255, 265-267, 331, 343, 369, 418, 461; III, 6, 43, 58-59, 62, 131, 183, 200, 256, 273, 302, 309, 367, 377, 386, 387, 389, 390, 421, 463, 464; IV, 8, 10, 74, 104, 107, 111, 136, 149, 160, 176, 188, **195-202**, 231, 255, 258, 317, 374, 376, 382, 383, 384, 400, 401, 402, 429, 459, 461, 497
Século, O, I, 188-189; II, 169, 245, 246; III, 29; IV, 175
Sedes litúrgicas (ver **Mobiliário eclesiástico**)
Segisberto, abade de Vimieiro, I, 384
Segismundo, santo, rei da Hungria, II, 340
Segismundo, imperador do Sacro Império, I, 408
Segneri, Paolo, I, 454; III, 252; IV, 442, 495
Seia, I, 430, 434; II, 473
Seisa, Manuel de Santa Ana, I, 90
Seitas, I, 82, 83, 95, 490; II, 385, 386; IV, 114, 146, **202-214**, 229, 387, 405
Seixas, Bernardo Pinto Ribeiro, bispo de Bragança e Miranda, II, 135
Seixas, Caetano, I, 399
Seixas, Carlos, III, 359
Seixas, Cunha, I, 341; II, 267, 387
Seixas, José da Natividade, IV, 453, 495
Sela Kristos, príncipe etíope, II, 198
Selva, bispo de Egitânia (Guarda), II, 132, 310, 311
Sem, Pedro do, II, 108
Semanas Bíblicas Nacionais, I, 293
Semanas de Estudo, I, 72, 313, 380, 491; II, 250
Semanas de Oração pela Unidade Cristã (ver **Ecumenismo**)
Semanas de Pastoral, I, 491; III, 470; IV, 394
Semanas Sociais, I, 14, 97, 312, 313, 323, 495; II, 409; III, 390; IV, **214-218**, 255
Semanas de Teologia, I, 491; II, 387; IV, **218-220**
Semblano, Gonçalo da Madre de Deus, IV, 495
Semedo, Álvaro, IV, 324
Semide, I, 201, 202, 398, 468; IV, 173, 175, 410
Seminário Evangélico de Teologia, II, 99
Seminários (ver também **Ensino**), I, 20, 22, 48, 49, 55, 56, 59, 62, 65, 66, 67, 72, 73, 75-76, 81, 90, 99, 116, 169, 171-172, 186, 187, 188, 189, 192, 195, 196, 232, 236, 244-245, 247, 258, 261, 276, 281, 283, 296, 310, 352, 362, 366-367, 375-376, 377, 379, 380, 388, 389, 392, 393-394, 402, 403-404, 419, 427, 440, 456, 457, 475, 476; II, 13, 14, 16, 42-43, 58, 61, 76, 99, 118, 119, 120, 121, 123, 124-125, 127, 128, 160, 168, 179, 181, 187, 215-216, 273, 276, 279, 280, 284, 313, 314, 324, 369, 371, 404, 406, 412, 440, 441, 442, 443, 457, 458, 463, 469, 476, 478; III, 22, 26, 29, 49, 54, 56, 67, 73, 79, 100, 102, 108, 134, 162, 173, 174, 186, 217, 219, 230, 239, 241, 245, 259, 262, 298, 299, 301, 304, 385, 386, 388, 398, 417, 421, 422, 447-448, 465, 466, 468, 469, 470, 471, 472; IV, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 33-36, 40, 46, 49, 83, 96, 130, 152-153, 179, 180, 181, 188, 191, 218-219, **220-225**, 228, 256, 281, 291, 293, 296, 297, 310, 324, 327, 328, 337-338, 340, 341, 346, 347-349, 350, 354, 356, 357, 358, 360, 415, 416, 426-427, 431, 442, 455, 485, 498, 500, 501, 503
Semke, Hein, II, 168
Sempre Pronto, II, 170
Sena, António de, II, 84; IV, 295
Sena, Bernardino de, ministro-geral dos Franciscanos, II, 141, 276; III, 351
Sena, Jorge de, III, 136
Séneca, II, 193-195, 263; III, 68, 116, 117, 410; IV, 489
Senhor de Matosinhos, II, 210
Senhorialismo, I, 32, 33, 34, 35, 350, 381, 416, 430; II, 8, 59-62, 75, 89, 90, 91, 92, 93, 232, 278, 289, 318, 383, 392, 393; III, 98, 152, 210, 214, 279, 284, 335-336, 344, 396, 398-399, 401, 403, 457; IV, 7-8, 9, 11-12, 42, 155-156, 158, 168, 287, 289, 290, 292, 343, 430, 516, 518-520
Senhorinha, santa, I, 183; II, 184, 343, 346; III, 120, 258, 269
Sensi, Giovanni Maria, núncio apostólico, cardeal, III, 317, 318
Sepúlveda, Francisco Xavier de, III, 308
Sequeira, Ângelo, IV, 39
Sequeira, Baltazar de, IV, 233
Sequeira, Baltazar Veloso de, I, 218; IV, 34, 35, 233
Sequeira, Bento, IV, 495
Sequeira, Diogo Lopes de, vice-rei da Índia, II, 64, 66, 196
Sequeira, Domingos António de, I, 301; III, 452-453; IV, 415
Sequeira, Fernando de, bispo de Safim, II, 143
Sequeira, Fernão Rodrigues de, III, 339
Sequeira, Gaspar Cardoso de, I, 157
Sequeira, José de, III, 254
Sequeira, Luís de, arcebispo de Angamale, IV, 181
Sequeiro, Joaquim José Coelho de, governador do bispado de Aveiro, I, 171
Seraphicus Patriarca (1978), III, 349
Serafins, Manuel dos, IV, 34
Serão, II, 209-210
Sérgio, António, III, 197, 353; IV, 194, 195

Sérgio I, papa, III, 294
Seripando, Jerónimo, cardeal, I, 30
Serpa, I, 185, 189, 195, 197, 199, 200, 292, 471; II, 21
Serpa, J. Gonçalves, I, 199
Serpa, Lopo Vaz de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Serra Leoa, I, 23, 63, 282, 291; III, 22
Serra, Ernesto, IV, 254
Serra, José Francisco Correia da, I, 194, 342; III, 147
Serra, Manuel, I, 322
Serra, Veríssimo Monteiro da, bispo de Macau, III, 160, 217
Serrano, Arnaldo de, IV, 521
Serrão, Joel, II, 373; IV, 195
Serrão, Jorge, III, 22; IV, 295
Serrão, Lopo, II, 379
Serrão, Vítor, IV, 406
Serrão, Vieira, III, 451
Sertã, II, 22
Sertillanges, IV, 296
Servas da Divina Providência, de Maria Auxiliadora e do Próximo, I, 196, 480; II, 281; III, 219; IV, **225**
Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado, I, 260, 261, 482; II, 271; IV, **225-226**
Servas de Nossa Senhora de Fátima (Congregação das), I, 196-197, 320, 482; II, 27, 459; III, 56, 80, 110; IV, **226-227**, 409, 464
Servas dos Pobres, III, 203
Servas da Santa Igreja, I, 320; IV, **227**
Servas de Santa Teresa de Jesus (associação das), III, 54
Serviço social (ver **Assistência, Catolicismo social**)
Servus-Dei, bispo de Caliábria, II, 131
Sesimbra, IV, 412-413
Sesnando, bispo do Porto, II, 132; IV, 6
Setenta vezes sete, III, 190
Setúbal, I, 112, 113, 177, 316, 352, 353, 372, 464; II, 21, 47, 81, 155, 156, 272, 276, 279, 293, 369; III, 19, 21, 450, 104, 207, 408, 503
Setúbal, diocese de, II, 66, 141, 212; III, 109; IV, 191, **227-231**
Setúbal, Luis Monteiro de, vigário do Ceilão, I, 325
Seung-Hun, Pedro Li, II, 26
Severac, Jordan Catalani de, bispo de Coulão, II, 64, 431; III, 206
Sevilha, I, 44, 84, 177, 196, 237, 346, 417, 421, 423, 432, 449; II, 70, 113, 292, 306, 364, 413
Sevilha, Francisco de, IV, 521
Sforza, Guido Ascânio, cardeal e abade comendatário de Neiva, I, 206
Shaftesbury, conde de, II, 417
Shakespeare, Sir William, III, 83
Shankaracharya, I, 275
Shapur II, imperador da Pérsia, III, 440
Sheen, Fulton, cardeal, I, 495
Shunchih Ch'ing, imperador da China, I, 335
Si illustris Rex Portugaliae (1238), bula papal, I, 424; II, 59
Sião, I, 275, 284-285; III, 22, 66, 173--174, 211, 213, **231-233**, 287
Sibertin-Blanc, Antoine, III, 302
Sibilas, I, 324
Sicisclo, bispo de Évora, II, 132
Sículo, Cataldo Parísio, II, 376; III, 69; IV, 125, 127, 128, 295
Sidonismo, I, 151; III, 383
Sigaud, Geraldo de Proença, IV, 327
Sigilismo (ver também **Confissão, Jacobeia**), I, 48, 88, 437, 455; II, 189, 385; III, 6-7, 261, 427; IV, **233-236**, 401, 487
Sigilografia eclesiástica, IV, **236-237**
Siguenza, José de, IV, 123
Silos, Domingos da Soledade, IV, 499
Silva moral e histórica, III, 50
Silva, A. Santos, II, 330
Silva, Acúrsio Correia da, I, 174,
Silva, Agostinho da, I, 161; II, 268; III, 353; IV, 75, 386, 403
Silva, Aires da, bispo do Porto, II, 140; IV, 15
Silva, Alberto da, arcebispo de Goa, II, 144
Silva, Alberto Gomes da, III, 359
Silva, Alfredo Henrique da, II, 411
Silva, Alfredo Moreira da, IV, 40
Silva, Américo Ferreira dos Santos, cardeal e bispo do Porto, I, 95, 227, 314, 317, 457; II, 103, 141, 303, 422; IV, 21-22, 29, 30, 35, 40, 80--81, 392, 500, 503
Silva, Amadeu Meneses da, IV, 448
Silva, António, IV, 42
Silva, António da, III, 388, 423
Silva, António Bernardo da, IV, 28, 54
Silva, António Correia da, IV, 51
Silva, António Couto da, II, 387
Silva, António Dinis da Cruz e, IV, 453
Silva, António Ildefonso dos Santos, bispo de Silva Porto, I, 208; II, 143
Silva, António José, bispo de Aveiro, II, 134
Silva, Antônio Pereira da, secretário de Estado, bispo de Elvas, e do Algarve, I, 47, 49, 50; II, 133, 136
Silva, António de Santo Ilídio da Fonseca e, bispo de Aveiro, I, 168-169; II, 134
Silva, António Tavares de N. Brum e, arcebispo de Goa, I, 78; II, 144, 440, 442; IV, 248
Silva, António Teles da, bispo do Funchal, II, 137
Silva, António da, governador da diocese de Pequim, I, 338
Silva, António Teixeira da, II, 165
Silva, Aloísio Gomes da, IV, 444
Silva, Augusto, II, 282
Silva, Augusto César A. Ferreira, bispo de Tete, e de Portalegre e Castelo Branco, II, 66, 140, 144; III, 470; IV, 105
Silva, Basílio da, I, 438
Silva, Bráulio Ferreira da, IV, 254
Silva, Carlos, III, 300, 301
Silva, Celso Tavares, IV, 360
Silva, Clemente da, I, 438
Silva, Correia da, IV, 49
Silva, Cruz e, III, 333
Silva, Diogo da, representante de Portugal junto da Santa Sé e inquisidor--geral, II, 104, 366
Silva, Domingos Maria da, III, 422
Silva, Duarte, II, 28
Silva, Emília, IV, 50
Silva, Estêvão Soares da, arcebispo de Braga, I, 226, 228, 231, 424, 433; II, 134, 391
Silva, Eusébio Lucano de Carvalho Gomes da, bispo de Nanquim, II, 145
Silva, Fernando Augusto da, II, 283
Silva, Fernando de Sousa e, cardeal--patriarca de Lisboa, II, 139; III, 106, 107, 109, 110; IV, 392
Silva, Francisco Ferreira da, prelado de Moçambique, II, 143; III, 242
Silva, Francisco Maria da, arcebispo de Braga, I, 174, 249, 495; IV, 112, 135, 337, 503, 504, 505
Silva, Francisco Peixoto de Oliveira e, III, 366
Silva, Florentino de Andrade e, administrador apostólico do Porto e bispo do Algarve, I, 47, 50, 374; II, 133, 140; IV, 25, 32, 33, 35, 40, 50, 55
Silva, Gomes da, representante de Portugal junto da Santa Sé, I, 454; II, 108
Silva, Gonçalo da, bispo de Ceuta, e de Malaca, II, 142, 145
Silva, Henrique Gabriel da, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Silva, Henrique José Reed da, prelado de Moçambique, bispo de Meliapor, II, 143, 145
Silva, Isabel Morgado S., III, 340
Silva, Jerónimo Peixoto da, IV, 495
Silva, Jerónimo Rogado do C. e, bispo de Portalegre e da Guarda, II, 138, 140, 311
Silva, João Cordeiro da, III, 359
Silva, João Crisóstomo Policarpo da, ceramista, IV, 61
Silva, João Gomes da, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Silva, João José Costa Guedes, I, 292
Silva, Joaquim Roberto da, IV, 394
Silva, Jorge da, III, 47; IV, 391
Silva, José Alves Correia da, bispo de Leiria, II, 138, 246-247, 281; III, 75,

80, 81, 181, 324; IV, 49, 168, 251, 503
Silva, José de Andrade, II, 74
Silva, José António da Mata e, bispo de Beja, I, 188; II, 134, 137
Silva, José Augusto de Santos e, II, 411
Silva, José da Avé-Maria Leite da Costa e, bispo de Angra, II, 134
Silva, José Celestino da, governador de Timor, IV, 289, 292
Silva, José Custódio Vieira da, IV, 406
Silva, José Dias da, I, 133
Silva, José Fernandes da, III, 300
Silva, José Ferreira da, IV, 395
Silva, José Maciel da Costa e, IV, 455
Silva, José Pedro da, bispo de Viseu, I, 12, 16; II, 141; IV, 358
Silva, José Pereira da, II, 73
Silva, José Rogado do Carvalhas e, bispo de Portalegre e da Guarda, III, 467
Silva, José de Seabra da, I, 89; II, 385, 401; IV, 317
Silva, Jorge da, II, 191
Silva, Lúcio Craveiro da, provincial dos Jesuítas, I, 167; II, 474
Silva, Luís da, bispo de Lamego, da Guarda, e arcebispo de Évora, I, 194; II, 136, 138, 311, 312; III, 447, 472
Silva, Luís Augusto Rebelo da, I, 63, 91
Silva, Luís Coelho da, bispo de Coimbra, III, 54
Silva, Luís Correia da, II, 78
Silva, Luís Gonzaga F. da, bispo de Vila Cabral, II, 144
Silva, Luís de Melo e, III, 443
Silva, Luís M. Pereira da, IV, 394
Silva, Manuel, IV, 495
Silva, Manuel da, jesuíta, I, 165; IV, 453, 484
Silva, Manuel Arantes da, I, 292
Silva, Manuel Nunes da, III, 295
Silva, Manuel Ferreira da, I, 494; II, 171; IV, 54
Silva, Manuel Isaías Abúndio da, I, 98, 319, 373, 396; III, 55, 422; IV, 37, 223, 435
Silva, Manuel Luís Coelho da, bispo-conde de Coimbra, I, 389, 391, 392, 393, 399; II, 27, 136, 458; III, 319; IV, 250, 503
Silva, Manuel Maria Pereira da, bispo auxiliar de Goa e arcebispo de Cízico, I, 174
Silva, Manuel Rodrigues da (pseud. Deodato Maria da Silva), I, 174
Silva, Manuel Tavares Coutinho e, bispo de Portalegre, I, 173; II, 140; III, 467, 471
Silva, Manuel Taveira da, IV, 454
Silva, Manuel do Tojal e, IV, 497
Silva, Manuela, I, 319-320
Silva, Marcelino José da, bispo de Macau, II, 144
Silva, Maria da, III, 48
Silva, Maria Helena Vieira da, III, 456
Silva, Maria M. P. Guimarães e, IV, 35
Silva, Mário, III, 299; IV, 320
Silva, Marques da, IV, 39
Silva, Miguel da, bispo de Viseu, cardeal, I, 87, 367; II, 104, 108, 141, 377, 398, 399; III, 312, 450; IV, 158, 353-354
Silva, Miguel de António Ribeiro da, embaixador em Londres, IV, 302
Silva, Miguel Francisco da, IV, 39, 271
Silva, Patrício da, arcebispo de Évora, cardeal-patriarca de Lisboa, I, 31, 343; II, 137; III, 75, 106, 107, 108, 472
Silva, Pedro da, bispo de Cochim, II, 144
Silva, Pedro da Mota e, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Silva, Pedro Vieira da, bispo de Leiria, secretário de Estado, II, 138; III, 75, 79, 81; IV, 221
Silva, Pereira da, I, 468; IV, 173
Silva, Porfírio António da, I, 95
Silva, Purificação dos Anjos, II, 477
Silva, Rebelo da, II, 370, 394
Silva, Rui Gomes, I, 405
Silva, Serafim, III, 190; IV, 28
Silva, Serafim de Sousa Ferreira e, bispo de Leiria-Fátima, II, 138; III, 81
Silva, Serras e, I, 100, 342
Silva, Simão da, embaixador português no Congo, I, 53
Silva, Simão da Costa e, IV, 53
Silva, Teodoro Marques da, III, 190
Silva, Vieira da, III, 95
Silvano, Almeida, I, 91, 94
Silveira, António da, abade-geral de Alcobaça, II, 228, IV, 173
Silveira, Aurélio da, I, 191
Silveira, Bento Coelho da, III, 452; IV, 412
Silveira, Cristóvão da, arcebispo de Goa, I, 78; II, 144
Silveira, Diogo da, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Silveira, Francisco da Piedade, IV, 34
Silveira, Gonçalo da, II, 342, 347; III, 22, 238, 240
Silveira, Jacinto Carlos da, bispo do Maranhão, II, 145
Silveira, João Fernandes da, embaixador em França e junto da Santa Sé, cardeal, II, 36, 108, 226, 227; III, 147; IV, 278
Silveira, Manuel da, IV, 453, 497
Silveira, Mouzinho da, I, 72, 77; II, 97, 232, 402
Silveira, Simão da, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Silves, I, 105; II, 36, 133; IV, 305
Silves, diocese de (ver **Algarve, diocese do**)
Silves, Bartolomeu de, bispo da Guarda, II, 137, 311
Silvestre, são, I, 222, 225; IV, 477
Silvestri, Silvestre, I, 134
Símaco, papa, III, 294
Simão, patriarca copta da Etiópia, II, 198
Simão bar-Sabbaeh, bispo de Selêucida-Ctêsiphon, III, 440
Simão, José Veiga, IV, 151, 312, 360
Simão Stock, são, I, 294, 298
Simmel, Georg, III, 200
Simó, Francisco Jerónimo, III, 252
Simões, António, III, 302
Simões, Garcia, jesuíta, I, 54
Simões, Manuel Lopes, bispo de Portalegre, II, 140; III, 467
Simões, Manuel Miller, I, 174; III, 137, 299, 300
Simon, Henrique, III, 29
Simon, Richard, II, 417
Sinagogas, II, 176; III, 18, 33, 35, 41, 322
Sincretismo, IV, 114, 265-266
Sindicalismo (ver também **Catolicismo social**, Mutualismo), I, 72, 315, 316, 389; IV, 49, **237-240**, 438-439
Sines, I, 105, 195, 196, 197, 199, 200; II, 21; IV, 69, 215-216
Sinfósio, bispo de Astorga, IV, 66
Singapura (ver **Malaca e Singapura**)
Singeverga, I, 208; IV, 43
Singulari Vos (1834), encíclica papal, III, 183
SNI (Secretariado Nacional de Informação), I, 135; II, 342
Sinibaldi, Giacomo (Tiago), I, 394, 404; II, 268; III, 304; IV, 281, 296
Sinício, legado pontifício, IV, 57
Sino (ver também **Tempo**), I, 41; II, 63, 177, 253, 257, 262, 462; IV, 69, 393
Sínodos, I, 30, 46, 49, 70, 72-73, 121, 125, 169-170, 205, 223, 238-240, 254, 302, 303, 310, 322, 359, 361, 362, 363, 390-391, 406, 407, 413, 414, 431, 446, 447-449, 451, 452, 457, 459, 491; II, 7, 9, 12, 13, 15, 69, 70, 74, 76, 77, 99, 103, 173, 187, 212, 240-241, 282, 284-285, 287, 312, 364, 365, 411, 413, 431; III, 8, 52, 78, 94, 98-99, 100, 101-102, 124, 140, 152, 223, 255, 265, 284, 269, 360, 375, 386-387, 393, 465, 466, 467, 471; IV, 7, 10, 12, 13, 15, 16, 26-28, 32, 58, 78, 80, 83, 86, 87, 112, 134, 135, 153, 156, 178, 181-184, 220, 228, 229, **240-252**, 267, 358, 365, 422, 460, 472, 473, 478, 479, 484, 486, 487, 503
Sintra, I, 130, 133, 206, 354, 372; II, 21, 36, 102, 155, 181, 185, 413; III, 16, 94; IV, 170, 210, 305, 313, 513

Sirião, I, 218-219, 220
Sirício, papa, I, 302
Sírio-Malabar, Igreja (ver **Índia**)
Sirmium, II, 363
Sisebuto, rei dos Visigodos, IV, 363, 364
Sisenando, rei dos Visigodos, IV, 364
Sisenando, conde de Coimbra, I, 387; II, 289; III, 248-249; IV, 421
Sisenando, são (mártir), I, 185, 193, 194
Sisiberto, bispo de Coimbra, II, 132
Sisto IV, papa, I, 251, 298; II, 107, 160, 195, 284, 375; III, 152, 349; IV, 43, 450
Sisto V, papa, I, 207, 420, 474; III, 351; IV, 132, 370
Sitawaka, reino cingalês (ver **Ceilão**)
Sittwe (Akyab), I, 218
Smart, Ninian, IV, 104
Soalhães, João Martins de, bispo de Lisboa e arcebispo eleito de Braga, I, 215, 383; II, 134, 139, 391; III, 98-99; IV, 9, 31
Soares, Alfredo Leite, IV, 35
Soares, António Barbosa, bispo de Viseu, IV, 356
Soares, António Franquelim Sampaio Neiva, I, 241
Soares, Cipriano, IV, 485
Soares, Cristóvão de Almeida, bispo de Pinhel, II, 139; III, 447
Soares, Diogo, II, 108, 221, 225; IV, 323, 324
Soares, Domingos, bispo do Algarve, I, 45; II, 133
Soares, Ernesto, IV, 99, 406
Soares, Fernando da Luz, bispo da ILCAE, II, 414; IV, 78
Soares (Lusitano), Francisco, II, 384; III, 23; IV, 322
Soares, Gabriel, I, 265
Soares, Gaspar, III, 240
Soares, Godinho, bispo de Viseu, II, 141
Soares, Jerónimo, bispo de Elvas, e de Viseu, II, 136, 141; IV, 355, 358
Soares, João, bispo-conde de Coimbra, I, 29, 87, 306-307, 387, 390, 391, 393, 396, 411, 449; II, 135, 225, 384; III, 141, 148; IV, 449, 491
Soares, João, leigo missionário, IV, 286
Soares, João, eremita agostinho, III, 128
Soares, Jorge Manuel Madureira, IV, 35
Soares, José, II, 26
Soares, José António Barbosa, bispo de Viseu, II, 141
Soares, Manuel, IV, 295
Soares, Manuel Baptista, bispo do Congo, I, 54
Soares, Manuel de Mato, I, 212, 213; II, 228; IV, 443
Soares, Mário de Morais, IV, 39, 40
Soares, Mateus, IV, 367
Soares, Pedro, bispo de Coimbra, e do Porto, II, 135; III, 43
Soares, Pêro Roiz, IV, 120, 122, 124
Soares, Torquato de Sousa, III, 374; IV, 5
Soares, Vasco de Morais, IV, 40
Sobra, Cristina, II, 336
Sobral, Viriato, IV, 78
Sobral do Monte Agraço, II, 22
Sobrepeliz (ver **Vestes litúrgicas**)
Sobrinho, Alzira da Conceição, IV, 224
Sobrinho, João, IV, 480, 491
Sobrinho, João Marques da Mota, II, 412
Socialismo, I, 91, 95, 96, 97, 98, 311, 312, 314, 316, 330, 443, 493; III, 54, 61, 63, 389; IV, 74, 173, 174, 194, 215, 237, 384, 403, 428, 434, 435, 437
Sociedade Bíblica, II, 412; IV, 78, 80, **252-254**, 387
Sociedade Brasileira de Evangelização (SBE), II, 412
Sociedade Católica (Promotora da Moral Evangélia na Monarquia Portuguesa), I, 9, 312, 489; II, 404; III, 51, 52-53, 54, 111, 388, **254-255**; IV, 431, 432, 460, 462, 500-501
Sociedade de Geografia de Lisboa, I, 24, 63-64; III, 204; IV, 504
Sociedade Missionária (ver **Missionários da Boa Nova**)
Sociedade Missionária Baptista (Londres) (ver também **Protestantismo**), I, 63
Sociedade Portuguesa das Missões Católicas Ultramarinas (ver **Missionários da Boa Nova**)
Sociedade do Sagrado Coração, II, 179
Sociedade Teosófica Portugesa, II, 174
Sociedade do Verbo Divino (ver **Verbo Divino**)
Sociologia religiosa, I, 16, 169, 245, 320-321; II, 15, 40, 199-210, 328, 330, 368, 433, 434, 435-436, 438, 440, 444, 449-450, 452-453; III, 10, 17, 40, 45, 47, 54-58, 60, 61, 62, 63, 64-65, 68, 83, 84, 85, 113, 159, 163-168, 197-200, 202, 208-209, 210, 212, 224, 255, 266-267, 279, 288, 342-344, 346, 347, 348, 349-350, 368, 371, 391, 449, 457; IV, 18, 64, 65, 67-68, 69-70, 76, 82, 84, 102-103, 104, 105, 106, 108, 109, 135, 137, 148, 184, 187-188, 195, 196-198, 199, 202-214, 218, **255-260**, 284, 307-309, 374, 377, 383, 403, 432, 467-470, 492-493, 501
Sócrates, I, 25; II, 191
Soeiro, bispo de Coimbra, IV, 474
Soeiro I, bispo de Dume, II, 132
Soeiro II, bispo de Dume, II, 132
Soeiro I, bispo de Évora, II, 136, 211, 212, 218; III, 294
Soeiro II, bispo de Évora, II, 136, 214
Soeiro I, bispo de Lisboa, II, 138; III, 96, 98
Soeiro II, bispo de Lisboa, II, 139; III, 98, 102
Soeiro, arquitecto, I, 396
Soeiro, Barros, II, 387
Soeiro, Fernando, IV, 495
Sofrónio de Jerusalém, I, 324
Solicitudo ecclesiarum (1831), bula papal, I, 343; II, 105, 402
Solidéu (ver **Vestes litúrgicas**)
Solor (ver **Timor e Solor**)
Sollemnibus conventionibus (1940), bula papal, I, 25, 67; III, 244-245; IV, 292
Soledade, Fernando da, IV, 477, 497
Soledade, Jerónimo do Barco, bispo de Cabo Verde, I, 281; II, 142
Soledade, José da, bispo de Cochim, I, 174; II, 144
Soledade, Maria da, II, 342-343
Solet annuere (1293), bula papal, II, 116, 117
Sollicitudo omnium Ecclesiarum (1814), bula papal, III, 27
Sollicitudo omnium Ecclesiarum (1969), *motu proprio*, III, 71
Sollicitudo rei sociallis (1987), encíclica papal, I, 311, 312; III, 265
Somascos, I, 356
Sopa dos Pobres (Cozinhas Económica), I, 151, 200, 399; III, 319; IV, 54
Soreth, João, I, 298-299
Soriano, Luz, II, 370
Soriano, Pedro, geral dos Hospitaleiros de São João de Deus, II, 375
Sorokin, P. A., IV, 103
Sotaina (ou sotana) (ver **Vestes litúrgicas**)
Sotomaior, Francisco de, bispo de Lamego, I, 436; II, 321
Sotomaior, Heitor de Valadares, bispo de Ceuta, II, 142,
Sotomaior, Luís de, II, 84, 221, 224, 226; IV, 278, 447
Sotomaior, Martinho de, I, 193
Sotomaior, Miguel de, I, 91, 92; II, 371
Sotomaior, Sebastião de, I, 37
Sotelo, Luís, II, 26
Soure, I, 108, 371; III, 119, 337, 402
Sousa, Agostinho de Jesus e, bispo de Lamego e do Porto, I, 376, 418; II, 138, 141; III, 320, 324; IV, 24, 33, 44, 347, 350
Sousa, Aires de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Sousa, Alfredo de, I, 321
Sousa, Antero, I, 153, 160
Sousa, António de, bispo do Porto, II, 140; IV, 16
Sousa, António de, bispo de Viseu (1594-1597), I, 141; IV, 354

Sousa, António Caetano de, II, 176; III, 48, 147; IV, 273, 274
Sousa, António Dinis e, IV, 447
Sousa, António de Vasconcelos e, bispo de Lamego, bispo-conde de Coimbra, I, 215, 388; II, 136, 138; IV, 422
Sousa, António Freire Gameiro de, bispo de Aveiro, I, 168, 171; II, 134
Sousa, Armindo de, II, 391
Sousa, Aurélia de, III, 454
Sousa, Benevenuto de, I, 97, 315, 317; III, 55; IV, 37, 49, 435, 441
Sousa, Cândido Joaquim de, II, 413
Sousa, Carlos de São José Azevedo e, bispo da Guarda, II, 138, 311
Sousa, Celestino Borges de, cardeal, III, 299
Sousa, Cristóvão de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Sousa, David de, bispo do Funchal e arcebispo de Évora, II, 137, 216, 279, 283; IV, 227, 454
Sousa, Diogo de, bispo de Miranda, do Porto, e arcebispo de Braga, I, 194, 229, 232, 234, 241, 244, 249, 254, 255, 367, 447-448, 448-449; II, 135, 140; III, 81, 148, 155; IV, 12, 27, 33, 37, 44, 136, 220
Sousa I, Diogo de, arcebispo de Évora, II, 136
Sousa II, Diogo de, arcebispo de Évora, II, 136
Sousa, Domingos de, I, 218; II, 86
Sousa, Eugénio Alves de, IV, 40
Sousa, Feliciano de Oliveira e, II, 78, 401
Sousa, Fernando de, IV, 18, 454
Sousa, Francisco Saraiva de, III, 50, 51; IV, 490
Sousa, Gabriel de, abade de Singeverga, I, 208, 441-442; II, 344; IV, 43
Sousa, Gonçalo de, mordomo-mor, IV, 57
Sousa, Jerónimo Teixeira de, IV, 37, 78
Sousa, Joaquim José Pacheco e, bispo da Guarda, I, 343; II, 138, 311
Sousa, João de, cardeal, bispo do Porto, arcebispo de Braga e de Lisboa, II, 135, 139, 140, 327; III, 190, 363; IV, 16, 27
Sousa, João António de, I, 379
Sousa, João de Melo e, II, 227
Sousa, Joaquim José Pacheco e, bispo da Guarda, II, 137, 311
Sousa, José de, III, 419; IV, 448, 453, 494
Sousa, José A. de, III, 358; IV, 218
Sousa, José Caetano de, IV, 497
Sousa, José Carlos de, III, 358
Sousa, José Fernando de (pseud. Nemo), I, 91, 97, 98; II, 55-56, 57-58; III, 55, 56, 383
Sousa, José Manuel Pinto de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Sousa, José Pinto Alcoforado e, governador de Timor, IV, 292
Sousa, José Soriano de, III, 304
Sousa, José de Vasconcelos e, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Sousa, José Vieira e, IV, 499
Sousa, José Xavier de Cerveira e, bispo do Funchal, Beja e Viseu, I, 174, 188; II, 134, 137; IV, 357
Sousa, Leonardo de, IV, 361
Sousa, Lopo Dias de, mestre da Ordem de Cristo, III, 340
Sousa, Luís de, cronista-mor do reino, I, 52, 53, 209, 242-243; II, 85, 329; III, 49, 147, 208, 223; IV, 279, 451, 474, 486, 491, 492-493
Sousa, Luís de, bispo eleito de Portalegre, III, 466
Sousa, Luís de, bispo de Lamego, e arcebispo de Braga, II, 135, 138
Sousa, Luís de, arcebispo de Lisboa, cardeal, I, 214, 300; II, 139; IV, 16, 395
Sousa, Luís de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Sousa, Manuel de, bispo do Algarve e arcebispo de Braga, I, 45, 46, 194; II, 133, 135
Sousa, Manuel Caetano de, I, 7, 286; II, 73; IV, 274, 497
Sousa, Manuel José de, I, 276, 404
Sousa, Manuel Nédio de, IV, 35
Sousa, Manuel Rocha e, I, 282
Sousa, Manuel Vieira de, IV, 253
Sousa, Marnoco e, III, 180; IV, 319
Sousa, Martim Afonso de, I, 275
Sousa, Mauro, I, 208
Sousa, Miguel de Bulhões e, bispo de Malaca, Belém do Pará e Leiria, I, 173; II, 138, 145, 146; III, 75, 79, 81
Sousa, Nédio de, IV, 48
Sousa, Pio Alves de, IV, 455
Sousa, Policarpo de, bispo de Pequim, I, 338; II, 145
Sousa, Rui de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Sousa, Salvador de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Sousa, Teixeira de, II, 235
Sousa, Teodoro Dias de, III, 301
Sousa (Rio Maior), Teresa Rosa Fernanda de Saldanha Oliveira e, superiora-geral das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena, I, 471, 473; II, 81, 87, 470-471; III, 58, 110, 422
Sousa, Tomás de, IV, 492
Sousa, Tomé de, governador-geral do Brasil, I, 265
Sousa Holstein, marquês de, III, 290-291 (ver Holstein)
Souto de Casa, missionário franciscano, II, 321
Souto, Alberto, IV, 406
Souto, Jerónimo de, I, 293
Souto, Mateus Maria de, I, 292, 293; IV, 502
Soveral, Francisco do, bispo de São Tomé, e do Congo e Angola, I, 23, 54, 55-56, 436; II, 141, 143
Soveral, Roque do, IV, 495
Speculum disputationis contra hebraeos, I, 84; III, 121
Spencer, Herbert, I, 25, 342
Spengler, Oswald, III, 217
Spilbergen, Joris van, I, 326
Spínola, António Ardizzone, IV, 273-274, 394, 495
Spirago, F., II, 314
Sprenger, J., I, 272; IV, 450
Springer, IV, 96
Springhetti, Emilio, II, 307
Stampa, Pietro Antonio, II, 230
Stahlberg, Jarl Tage H., IV, 79, 82
Stegmüller, F., IV, 295
Steiner, George, III, 90
Stella Maris, clube de marinheiros e pescadores católicos, I, 177, 200,
Stewart, Robert, II, 411; IV, 78, 80; IV, 252
Stimulus Pastorum, I, 243
Stilwell, Mary Agnes, III, 73
Stockler, Garção de Borja, capitão-general dos Açores, I, 71
Störer, Francisco, II, 199
Studentes Nos (1975), bula papal, II, 72; IV, 227
Sturzo, Luiggi, III, 56; IV, 397
Stymulus Pastorum, II, 384
Suarez, Cipriano, II, 5
Suarez, Francisco, I, 272, 393; II, 6, 13, 160, 265, 384, 401; III, 23, 147, 158, 305; IV, 97, 278, 295, 316, 323, 455
Sublimis Deus (1537), I, 86, 267
Suécia, III, 82-83; IV, 79
Suenens, Léon, arcebispo de Malines, cardeal, III, 74
Suevos (ver também **Arqueologia, Patrologia lusitana**), I, 83, 106, 110, 222-223, 232, 235, 253, 302, 387, 414, 421; II, 150, 155, 162, 182, 240, 263, 289, 328, 346, 363, 364, 373, 382; III, 116, 372; IV, 5, 28, 133, **261-263**, 276, 352, 362, 420, 421, 512
Sufismo (ver **Islamismo**, Mística)
Sufrágios (ver **Legados pios, Morte**)
Sugério, Álvaro, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Suíça, I, 289; II, 415, 472; IV, 76, 202, 210, 326
Suintila, rei dos Visigodos, IV, 364
Su-Kwang, Li, II, 26
Sully, Eudes de, arcebispo de Paris, I, 446-447; II, 241; III, 98; IV, 243, 388
Suméria, IV, 146
Sundiva, I, 219, 220
Sunila, bispo de Viseu, II, 133; IV, 352

Sunna, arcebispo de Mérida, IV, 362
Supedâneo, I, 42
Super cunctas (1570), bula papal, II, 101-102, 300
Superna dispositione (1587), I, 474; II, 301
Super specula (1570), bula papal, II, 301
Super specula militantis Ecclesiae (1551), bula papal, I, 265; II, 300
Super specula militantis Ecclesiae (1576), bula papal, III, 160
Super specula militantis Ecclesiae (1596), bula papal, I, 21, 54; II, 300
Superna dispositione (1563), III, 237
Superstições (ver também **Religiosidade popular**), I, 90, 187, 238, 261, 324, 376, 385, 414, 447; II, 154, 203, 204, 219, 232, 285, 366, 367, 414, 418; III, 168, 222, 223, 254, 267; IV, 11, 23, 124, 126, 135, 190, 196, **263-269**, 382, 472, 490
Superstições descobertas, I, 90
Suplício Severo, III, 413; IV, 64, 65
Suprema omnium (1745), breve papal, I, 88; III, 7, 427
Surypor, rei do Camboja, I, 285
Susa, Henrique de, cardeal-bispo de Óstia, II, 33, 76
Susana, I, 222, 225
Susenyos, imperador etíope, II, 198
Sutherland, IV, 213
Sutil, João, bispo de Safim, II, 143
Syllabus (ver *Quanta Cura*)
Synodicon Hispanicum. II. Portugal, I, 238; IV, 241
Swan, Charles, IV, 78
Swan, Mary, IV, 78
Swanson, D., III, 44

T

Tabarelli, Ricardo, I, 403
Tabela secretarum, I, 42
Tabernáculo (ver Sacrário)
Taca II, António, III, 79
Tadeu, Jorge Manuel Guerra, IV, 80, 211
Tailândia (ver **Sião**)
Taipa, conde da, II, 404
Taipa, António Maria Bessa, bispo aux. do Porto, IV, 26
Takayama Nagafusa Ukon Justo, dáimio, III, 12
Talha, I, 300; IV, 230, **270-271**, 379, 410
Talmude, III, 33
Tamerlão, III, 207; IV, 178
Tamen, Pedro, III, 136
Tamisier, Maria Emília, I, 491
Tanara, Sebastiano Antonio, núncio apostólico, III, 71
Tancos, II, 21
Tanquerey, Adolphe-Alfred, IV, 442
Tânger (ver Marrocos)
Tapeçaria (ver **Artes decorativas**)
Tarcísio, beato, 396
Tarcísios, IV, 49
Tarouca, I, 108, 203, 216, 347, 350; II, 52, 73, 89; III, 120, 294, 401; IV, 41, 61, 191, 425, 426
Tarouca, Carlos da Silva, II, 73, 326, 329
Tarrafal, I, 283
Tarragona, I, 225, 237, 414; IV, 365
Tarroso, Domingos, I, 341; II, 267
Tassin, II, 72, 73
Tauler, J., II, 189
Taylor, William, bispo metodista, I, 64
Taylor, Zacarias Clay, IV, 78
Tavares, António Augusto, II, 229, IV, 21, 456
Tavares, António Lúcio Magressi, I, 92
Tavares, António Raposo, I, 267
Tavares, Crespim, IV, 37
Tavares, Francisco de Sousa, escritor quinhentista, II, 190; III, 47, 126
Tavares, Gonçalo Esteves de, I, 137-138
Tavares, Inácio, IV, 307
Tavares, João, padre e académico, I, 7
Tavares, Joaquim da Silva, I, 342; III, 28, 422
Tavares, Lucas, I, 309
Tavares, Manuel, vigário-geral da Guiné, II, 323, 384
Tavares, Paulo José, bispo de Macau, II, 145
Tavares, Pedro, jesuíta, I, 55; III, 48
Tavares, Porfírio Pereira, I, 283
Taveira, António, IV, 286
Taveira, Gregório, II, 192; III, 127; IV, 394, 495
Taverna, Ferrante, núncio apostólico, II, 71
Tavira (ver também **Algarve, diocese do**), I, 29, 143; II, 20, 45, 274
Tavira, António de, III, 34
Tavira, Gil Lobo de, II, 108, 274
Tavira, Martinho de, IV, 480
Tavarede, II, 20
Távola Redonda, III, 136
Távora, António de, bispo do Porto, I, 30-31
Távora, Bernardo Ferrão, IV, 407
Távora, Fernando de, bispo do Funchal, II, 137, 284
Távora, Francisco de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Távora, Henrique de, I, 452, 454
Távora, João Mendes de, bispo de Portalegre e de Coimbra, II, 136, 140; III, 466
Távora, Lourenço Pires de, bispo de Elvas, e do Funchal, II, 108, 136, 137, 282, 287, 398
Távora, Luís Álvares de, IV, 45
Távora, Pedro de Sousa de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Távora, Miguel de, arcebispo de Évora, I, 30-31, 88, 186; II, 136; III, 5, 7; IV, 234
Tçuzu, João Rodrigues, II, 26
Teatinos (Caetanos), I, 114, 355, 454; II, 440, 441, 442; III, 79, 212; IV, **271-274**
Teatro, I, 238, 386; II, 194, 378, 384; III, 124, 182, 223, 266-267, 270, 285, 363; IV, 60, 68-69, 70, 71, 408, 411, 489, 494
Te Deum (ver **Liturgia**)
Tedom, Soeiro, prior de Viseu, IV, 353
Teimuraz, rei georgiano, III, 445
Teísmo, III, 163, 241; IV, 382, 429
Teive, Diogo de, I, 450; II, 148, 378, 379; III, 69, 266; IV, 73
Teixeira Filho, Anjos, II, 167
Teixeira, António, IV, 34, 105
Teixeira, António Maria, bispo de Meliapor, I, 258; II, 145
Teixeira, Cláudio, III, 390
Teixeira, Diogo, III, 451; IV, 38
Teixeira, Francisco Gomes, I, 342
Teixeira, Francisco Nunes, bispo de Quelimane, I, 174; II, 143; III, 245
Teixeira, Gonçalo, II, 26
Teixeira, João, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Teixeira, João Miranda, bispo aux. do Porto, IV, 26
Teixeira, José Vicente, IV, 20
Teixeira, Luís, II, 148, 377
Teixeira, Manuel, I, 259
Teixeira, Manuel de Santa Marta, IV, 496, 497
Teixeira, Marcos, bispo da Baía, II, 145
Teixeira, Maria, I, 260
Teixeira, Margarida Assis, IV, 393
Teles, António da Silva, II, 282
Teles, Baltazar, III, 23; IV, 120, 490, 495
Teles, Basílio, I, 161; II, 267
Teles, Rodrigo de Moura, arcebispo de Braga, I, 126, 249; II, 135, 158, 311, 327; III, 5; IV, 172, 242
Teles, Vicente Coelho de Seabra Silva, I, 327
Telesio, IV, 125
Televisão (ver **Meios de comunicação social**)
Televisão Independente (TVI), III, 191
Telhal, II, 375
Telo (ou Telmo), são, I, 431, 434; II, 113, 183, 346; IV, 63, 336, 472, 514
Telo, arcebispo de Braga, I, 233, 249, 429; II, 134, 241; IV, 243
Telo, arcediago de Coimbra, III, 119
Tempi, Lucas Melchior, núncio apostólico, III, 72
Templários (ver **Ordens militares**)
Templo do Sol, IV, 202
Templo, Salomão Y. Leão, II, 227
Tempo, I, 303, 426; II, 202-203, 206, 207, 219, 251, 252, 256-257, 262,

285, 318, 326-328, 338-339, 340, 344; III, 17-18, 31-32, 33-34, 34-35, 36, 93, 94, 114, 222, 225, 282, 299, 306, 308, 331, 344, 352, 353, 389, 414, 435, 437, 439; IV, 32, 52, 60, 63, 68, 71, 86-87, 111, 132, 133, 154, 184, 231, **274-276**, 309, 329--330, 382-383, 384, 385, 445, 446, 447, 451, 453, 475, 478, 482, 486, 490, 498, 502, 503, 504
Tempo e o Modo, O, I, 16, 99, 100; II, 428; IV, 403
Temudo, Jorge, bispo de Cochim, e de Goa, II, 144
Tenório, Pedro, bispo de Coimbra, II, 136
Tenreiro, António, II, 222; III, 148
Tenreiro, Vasco, IV, 480
Tentúgal, I, 384, 397; IV, 61
Teodiselo (ou Teodisclo), bispo de Lamego, II, 132; IV, 421
Teodofredo, bispo de Viseu, II, 133; IV, 352
Teologia (ver também **Semanas de Teologia**), I, 25, 75, 76, 77, 102--103, 117, 165, 207, 208, 215, 229, 232, 236, 244, 245, 255, 257, 272, 292, 305, 311, 311-312, 314, 336, 339, 341, 352, 355, 359, 360, 362, 365, 366, 367, 368, 370, 376, 389, 393, 394, 404, 410, 431, 433, 435, 440, 445-459, 492, 493, 495; II, 9, 13, 18, 31, 33-34, 58, 82, 84, 85, 86, 99, 100, 102, 110, 113, 115, 116-117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125-126, 158-160, 160-161, 175, 178, 181, 186, 187, 215, 216, 232, 262-263, 263-269, 278, 314, 326, 335, 339, 343, 345, 369, 377, 382, 384, 385, 386, 406, 412, 413, 414, 417, 438, 445, 449; III, 5-6, 7-9, 23, 61, 63, 74, 77, 78, 100, 102, 108, 115, 122, 139-140, 142--144, 145, 146, 147, 156, 168, 183--184, 190, 192, 210, 214, 216, 218, 239, 249-251, 252-255, 259, 260--265, 268-270, 284, 286, 304-305, 360, 361, 386, 387, 388, 405, 412--413, 421, 425, 426-429, 429-436, 439, 448, 460-461; IV, 20, 24, 28, 33-34, 74, 75-76, 79, 80-81, 83, 87, 88, 96, 104, 112, 113, 126, 127, 138-141, 152, 181-182, 197, 201, 211, 247, **276-282**, 294-297, 311, 315, 317, 318, 321, 322-323, 324, 340, 374, 376-377, 377-379, 382--383, 385, 388, 389-394, 397, 404, 445, 446, 447, 448, 453, 454, 455--456, 460, 461, 468, 469, 476, 485, 487, 490, 492, 500
Teodomiro, rei dos Visigodos, I, 235
Teodomiro, rei dos Suevos, I, 414; II, 70, 382; IV, 262, 263
Teodomiro, bispo de Egitânia, II, 311
Teodomiro, bispo de Dume, II, 132
Teodoniz, Soeiro, IV, 361
Teodoreto, bispo de Beja, I, 184; II, 133
Teodorico, bispo de Lisboa, I, 421; II, 133
Teodoro de Mopsuéstia, IV, 134, 182
Teodoro Salahuni, III, 442
Teodosilo, bispo de Viseu, I, 421
Teodósio, imperador romano, II, 31; III, 116, 210, 212
Teodósio, duque de Bragança, I, 85, 146; III, 296
Teodósio, príncipe real, I, 475; IV, 74
Teosofia, II, 174
Teotónio, são, I, 166, 387, 398, 422, 429, 434, 437; II, 113, 183, 343, 346; III, 119, 248, 249, 269; IV, 63, 339, 352, 353, 354, 361, 472
Teotónio, bispo de Viseu, II, 133
Terêncio, IV, 489
Teresa, condessa de Portucale e rainha, I, 202, 225, 382, 383, 384, 397, 439, 389, 390, 393; III, 337, 398; IV, 7, 41, 352
Teresa, beata, infanta de Portugal, I, 183, 348; II, 184, 343, 346; III, 258, 284
Teresa, madre das Missionárias da Caridade, II, 436-437
Teresa de Ávila (ou de Jesus), santa, I, 296-297, 299; II, 189; III, 133, 255; IV, 89, 127, 413
Terra, Agostinho Inácio dos Santos, IV, 395
Terra, Miguel Ventura, I, 116, 133
Terramoto (1755), I, 30, 37, 48, 114, 115, 180, 214, 295, 300, 464; II, 86, 418; III, 100, 109, 193, 195, 297, 452; IV, 16, 69, 275, 492
Tertuliano, I, 184; II, 193, 318; III, 174, 405; IV, 138
Tesauro, Manuel, IV, 495
Testa, Michael P., II, 412; IV, 78, 83
Testa, Pietro Paolo, núncio apostólico, III, 72
Testemunhas de Jeová, I, 95, 213; II, 385; IV, 77, 79, 80, 83, 84, 202, 203, 209, 398
Teutónio, João, II, 76
Theatro ecclesiastico, III, 295
Thedim, José Ferreira, II, 166, 167, 246; IV, 415
Theunissen, P., III, 259
Thier, Jean-Baptiste, III, 230
Thils, Gustave, I, 378
Thomann, Maurício, III, 241
Thomaz, Luís Filipe, II, 393; III, 341
Thompson, B., III, 45
Thyraco, Petro, II, 230
Tiago, são, IV, 410, 514
Tibete e Ásia Central, I, 275, 276; II, 62, 436, 437; III, 22, 25, 206, 210, 211, **282-284**
Tibães, I, 108, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 216, 217, 236, 384; II, 84, 95, 96, 363; III, 85, 290, 400; IV, 236, 410-411
Tibau, Sebastião Gonçalves, I, 219, 220
Tibúrcio, bispo de Coimbra, I, 390, 407; II, 108, 135
Tiddy, IV, 253
Tiloy, IV, 442
Timor e Solor (ver também **Insulíndia**), I, 19, 20, 259, 285, 440; II, 86, 304, 441, 478; III, 29, 30, 162, 171, 172, 210, 211, 212, 214, 215, 367; IV, **284-293**
Timur, imperador da China, I, 333
Tinoco, Nuno Fernandes, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 107, 108
Tinoco, Vasco, esmoler-mor, IV, 94
Tipoo, sultão de Seringapatnam, II, 434
Tirídates III, rei da Arménia, III, 441
Tisserant, Eugénio, II, 180
Tito, imperador romano, III, 31, 32
Toalha da comunhão, I, 43
Toalha das lavandas, I, 43
Toalhas de altar, I, 42
Tocco, Guilherme de, IV, 294
Toda Gonçalves, III, 361, 396
Toderedo, IV, 46
Tokugawa Iemitsu, xógum, III, 12
Tokugawa Ieyasu, xógum, III, 12, 15, 16
Toland, John, II, 417
Toledo, I, 183, 184, 190, 222, 223, 224, 225, 226, 299, 405, 414-415, 417, 421, 432; II, 36, 77, 113, 114, 150, 211, 277, 284, 289, 311, 364, 382-383, 454; III, 16, 33, 94, 118, 247, 249, 265, 351, 408, 413; IV, 5, 64, 66, 91, 121, 132, 133, 183, 352, 363, 364, 371, 421, 445, 512, 513
Toledo, Francisco, I, 454
Tolentino, Nicolau, I, 164; IV, 120, 453
Tomar, I, 21, 67, 68, 73, 105, 108, 112, 113, 114, 115, 183, 265, 327, 356, 390, 493; II, 20, 21, 50, 55, 121, 281, 282, 283, 291, 298, 299, 303, 310, 448; III, 20, 38, 100, 118, 187, 205, 219, 337, 340, 342, 364, 402, 450; IV, 15, 71, 72, 130, 152, 153, 154, 409, 412
Tomás de Aquino, são, I, 155, 160, 272, 305, 355, 376, 445; II, 33-34, 85, 115, 159, 264, 265, 319, 386; III, 145, 146, 222, 304-306; IV, 138, 170, 264, 277, 294-297, 390, 446
Tomás de Cambridge, I, 340
Tomás Estêvão, II, 433
Tomás, Amândio José, I, 404
Tomás, Fernando, II, 205
Tomás, Manuel Fernandes, III, 166
Tomás, Pardo, II, 447
Tomé, são, I, 324; IV, 184
Tomé, reitor do Vimieiro, I, 384
Tomé, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Tomé Novo, I, 396

Tomé Velho, I, 396
Tomina, Congregação da (1783-1834), I, 195; IV, **293-294**
Tomismo (ver também **Neotomismo**), I, 163, 394, 396, 404, 456, 493; II, 84, 85, 123, 126, 159-160, 189, 265, 383, 384, 385; III, 23, 304; IV, 264, 277, 278, **294-297**, 322, 323, 448
Tommasucio de Sena, III, 16
Tondela, I, 352; IV, 79
Tonquim, I, 386; III, 22, 213; IV, 286, **297**
Tonti, Giulio, núncio apostólico, cardeal, III, 72, 316; IV, 163
Torcato, I, 222; II, 330
Tordesilhas, I, 251; II, 36, 104
Torel, Nicolau Joaquim, bispo eleito de Lamego, II, 138; III, 425; IV, 17
Torga, Miguel (pseud. de Adolfo Coelho da Rocha), III, 135; IV, 195
Torgal, Luís Reis, II, 394, 400
Torgo, Rolando, IV, 40
Toríbio, bispo de Astorga, IV, 66
Torino, Elia da, I, 60
Tornar, Roberto, III, 296
Tornéo, Francisco Cardoso, II, 285
Torquato, são, IV, 166
Torquemada, João de, II, 76; III, 146
Torrado, Domingos, bispo de Salé, III, 238
Torralva, Diogo, III, 19, 20
Torrão, I, 195, 208; II, 21
Torre de Moncorvo, I, 244, 254, 255, 297; II, 22, 301; III, 227; IV, 305, 409
Torre de Vigia, A, IV, 79, 209
Torre, Álvaro da, IV, 480
Torregozillo, Francisco de, I, 85
Torrend, Francisco, III, 28
Torrend, Júlio, III, 29
Torres, Alberto Pinheiro, I, 495; III, 54, 382-383; IV, 37, 49, 393
Torres, Alexandre Pinheiro, IV, 433
Torres, Amadeu, III, 305
Torres, Augusto Ferreira, IV, 82
Torres, Cosme de, II, 26; III, 12
Torres, José da Costa, bispo de Elvas, do Funchal, e arcebispo de Braga, II, 102, 135, 136, 137
Torres, José da Silva, arcebispo de Goa, II, 144, 404
Torres, Lima, III, 299
Torres, Veiga, II, 450
Torres Novas, I, 97, 139, 390, 462; II, 21, 55, 156, 246; III, 451; IV, 152, 210
Torres Vedras, I, 28, 29, 125, 303, 399, 400, 401, 402; II, 21, 44, 50, 55, 98, 126, 127; III, 28, 101, 110; IV, 96, 176
Torriano, João, I, 207
Toscano, Sebastião, I, 29, 167; II, 226; III, 147; IV, 278, 491
Toth, Thiamer, IV, 443
Tour, Imbart de la, III, 372-373
Tourada, III, 76
Tournon, Maillard de, patriarca de Antioquia e cardeal, I, 337
Tournon, Charles Thomas de, patriarca de Antioquia e cardeal, III, 160
Toustain, II, 72, 73
Toynbee, Arnold, III, 217
Toyotomi Hideyoshi, general japonês, III, 11, 14-15
Toyotomi Hideyori, general japonês, III, 15
Tovar, António Tovar de Lemos Pereira, 1.º conde de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Tovar, Martim Afonso Mexia de, bispo de Lamego, II, 138
Tovar, Pedro Tovar de Lemos, 2.º conde de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 110
Tovar, Pedro, jesuíta, III, 238
Tovar, Vicente Alexandre de, bispo de Goiaz, II, 145
Tra le Sollecitudini (1903), *motu proprio*, III, 299
Trabalhador, O, I, 15; II, 409, 428; IV, 216, 239-240, 439
Trabalhos de Jesus, Os, I, 29; II, 191; III, 178
Tractamundo, bispo de Évora, II, 132, 211
Tractactus adversus judeos, I, 83
Tramalio, Lourenço, núncio apostólico, III, 71
Trancoso, II, 20, 21, 473; III, 38, 349
Trancoso, Gonçalo, III, 285
Tradicionalismo, I, 71-72, 90, 168, 194, 314, 327, 330, 343-344, 357, 375, 388-389; II, 60, 232-233, 277, 371, 402, 404, 405; III, 52, 63, 106, 108, 162, 166, 167, 196, 197, 241, 315, 316, 332, 336-337, 377, 380, 381, 382, 388, 447, 462; IV, 19, 37, 161-162, 173, 194, 221, 254, **297-303**, 317-318, 356, 399, 430, 432, 433, 435, 437, 488, 497-498, 501, 502, 503
Trapistas, II, 150; III, 242
Traditio Apostolica, II, 75
Tradução, I, 167, 211-214, 449, 451; II, 413, 464; III, 67, 121, 122, 123, 144, 146, 147, 161, 255, 285, 387, 388, 411; IV, 72, 77, 82, 143, 184, 252, 253, 296, 453, 485, 518
Transfiguração, José Pedro da, II, 73; IV, 394
Tratamires, Emisu, I, 438
Tratado breve da oração, II, 190
Tratado da confissom, I, 449; III, 146, 426; IV, 478
Tratado da criação do mundo, II, 191
Tratado da perfeição da alma, I, 157
Tratado da reintegração dos seres, II, 174
Tratado de aviso de confessores, I, 449-450
Tratado de canto llano, III, 294
Tratado do governo civil, II, 415
Tratado que contém a Paixão de Cristo, II, 191
Tratado sobre a guerra que será justa, I, 86
Trava, Fernão Peres de, conde galego, I, 225
Travanca, I, 206, 384
Travassos, Duarte, IV, 287
Trento, Concílio de (ver também **Concílios ecuménicos, Contra-Reforma**), I, 46, 69, 70, 73, 74, 75, 86, 87, 121, 125, 182, 193, 194, 226, 228, 232, 236, 237, 238, 243, 244, 254, 257, 289, 294, 304, 309, 356, 359, 360-369, 370, 387, 390, 393, 402, 409-411, 423, 446, 450, 452, 453, 459, 463, 477; II, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 48, 67, 76, 77, 79, 84, 104, 118, 119, 153, 155, 187, 192, 212, 221, 239, 241-242, 264-265, 282, 284, 312, 346, 383, 386, 387, 396, 431, 445; III, 42, 43, 49, 50, 69, 78, 79, 99, 102, 125-126, 128, 141, 147, 179, 180, 201, 221, 235, 260, 272, 298, 306, 310, 312, 313, 345, 362, 376-377, 386, 397-398, 421, 426, 427, 428, 471; IV, 14, 27, 31, 33, 34, 88, 89, 99, 121, 122, 132, 134, 136, 138, 139-140, 155, 159, 168, 181, 220, 223, 224, 241, 242, 247, 248, 273, 275, 278, 315, 344, 354, 366, 367, 368, 370, 380, 381, 388, 389-390, 391, 395, 426, 449, 482-484, 485, 493, 494
Trezenzónio, III, 118
Tribuna Christã, I, 76
Tribuna Livre, I, 379
Tribunais eclesiásticos (ver também **Inquisição**), I, 191, 241-242, 254, 255, 426, 427; II, 9, 13, 40, 79, 213-214, 305, 306, 312, 391-392, 397; III, 41-43; IV, 152, 229, **303-305**, 347
Trigoso, Francisco Mendo, bispo de Viseu, II, 141; IV, 355-356
Trigueiros, Diogo, II, 121
Trigueiros, Eugénio, bispo de Macau e arcebispo de Goa, II, 144; III, 5; IV, 234
Trigueiro, Pedro Fernandes Martins, II, 101
Trigueiros, Miguel, I, 101; III, 134
Trinas (ver **Dominicanas** e **Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição**), I, 479
Trindade, Bento da, IV, 453
Trindade, Francisco da, I, 23; III, 239; IV, 494
Trindade, José da, I, 166
Trindade, Manuel da, I, 165
Trindade, Manuel de Almeida, bispo de Aveiro, I, 169, 174, 404, 440; II, 133, 387
Trindade, Paulo da, III, 162, 220; IV, 45

Trindade, Pedro da, III, 239
Trinitários (ver também **Ordens terceiras, Redenção de cativos**), I, 90, 139, 142, 145-146, 195, 260; II, 45, 107, 218, 293; III, 102, 103, 178, 194; IV, **304-307**, 412
Triunfo da religião, I, 89
Tristão, Estêvão, bispo da Guarda, II, 137, 311
Troeltsch, Ernst, IV, 204-205, 207
Tróia, I, 104, 105, 106, 110; II, 154; III, 187
Troisfontaines, R., IV, 443
Truffet, II, 180
Tudela, Francisco, I, 116; IV, 39
Tudeildo, abade de Leça, I, 202; II, 111; III, 256; IV, 40
Tudeschis, Nicolau de, II, 76
Tugman, IV, 252
Tui, I, 234, 414, 417, 421, 471, 474, 480; II, 44, 163, 247, 270, 272, 279, 298, 472; III, 30, 373; IV, 5, 6, 7, 10, 15, 107, 336, 371, 421
Tunicela (ver **Vestes litúrgicas**)
Tunísia, II, 32
Turcos, II, 34, 36, 37-38, 63, 104, 197-198, 295, 374, 375; III, 21, 36, 105, 181, 206, 309, 359, 360, 394, 440-441, 442, 443, 444, 445; IV, 73, 125, 160, 450, 479
Turismo religioso, I, 468; IV, 72, 154, 176, **307-309**
Turíbulo, I, 41; II, 430
Turriano, João, I, 37
Tu-Won, Cheong, II, 26
Tycho-Brahe, I, 340

U

Ubi Primum (1746), constituição apostólica, I, 88; III, 7
Ulhoa, Martinho de, bispo de São Tomé, II, 143
Ulrich, Maria, I, 320; III, 423
Umbela, I, 43
Unamuno, Miguel de, I, 26; III, 132
Una Sanctam, bula papal, II, 33
Unesco, I, 38; III, 19, 67
Ung Khan, II, 63
União, A, I, 76; III, 383
União dos Adueiros de Portugal (ver **Escutismo**)
União Apostólica do Clero, I, 378
União Católica, I, 314; III, 54, 55-56, 381, 382; IV, 28, 49, 200, 438, 463
União Católica de Industriais e Dirigentes do Trabalho (UCIDT), I, 312, 313; IV, 377, 465
União das Conferências Europeias de Superiores Maiores, I, 442; II, 250
União da Juventude Católica Portuguesa, I, 330
União Nacional, I, 321; II, 408; , III, 56, 384; IV, 240
União Noelista Portuguesa, I, 134, 135, 310, 318; III, 56, 111; IV, 464
União Operária, I, 389
União de São João (ver **Baptistas**)
União Social Católica, IV, 238
Unigenitus (1713), bula papal, I, 388, 455; II, 121, 385; III, 8
Union Mondiale des Organisations des Femmes Catholiques, I, 321
Unitarista, IV, 76
Universidade, I, 28, 34, 46, 70, 75, 84, 207, 294, 351, 359-360, 365, 423, 432, 443; II, 29, 30, 76, 84, 158-159, 185, 274, 367, 373, 376, 428; III, 21, 84, 102, 122, 145, 161, 212, 419-420; IV, 13-14, 50, 63, 83, 97, 101, 104, 105, 214, 220, 260, 276, 294, 467, 474, 476
— **Católica Portuguesa**, I, 171, 213, 245, 394, 404, 440; II, 128, 268, 269, 280, 409; III, 108, 162, 173, 191, 192, 305; IV, 33, 36, 105, 152, 216, 217, 218, 219-220, 224, 229, 259, 281, 296, 309, **310-314**, 327, 338, 348-349, 360, 375, 385, 444, 455
— **de Coimbra** (ver também **Conimbricenses**), I, 28-29, 46, 75, 87, 95, 120, 125, 165, 166-167, 168, 192, 207, 210, 215, 217, 221, 228-229, 255, 258, 314, 329, 330, 331, 359, 366, 367, 375, 388, 389, 393, 394, 431, 435, 457, 493; II, 5-6, 13, 18, 27, 28, 31, 50, 58, 60, 73, 78, 84, 86, 102, 115, 116-117, 118-123, 124, 125-126, 127, 148, 160, 161, 176, 187-188, 195, 228, 232, 264, 265-266, 267, 276, 278, 328, 369, 375, 377, 378, 379-380, 382, 401, 406, 416-417, 418; III, 5, 23, 26, 28, 43, 63, 68, 69, 77, 85, 146-147, 148, 156, 253, 262, 332, 333, 381, 387, 399, 425, 463; IV, 31, 45, 98, 129, 221, 224, 255, 276-277, 278, 279, 280-281, 295, 296, 310-311, **314-320**, 321, 385, 393, 424, 465, 477, 485, 491, 499, 500, 505, 506
— **de Évora**, I, 455, 474; II, 18, 50, 102, 120, 122, 153, 160, 161, 189, 211, 214, 215-216, 221, 265, 416; III, 28, 69, 146-147, 155, 221, 277, 278, 279, **320-324**, 484-485
Urbano II, papa, I, 226; II, 34, 70, 319; IV, 446
Urbano IV, papa, I, 353, 417; III, 232; IV, 8, 57
Urbano V, papa, I, 344
Urbano VI, papa, I, 344, 418; II, 82, 104
Urbano VIII, papa, I, 40, 48, 182, 183, 267, 276; II, 198, 345; III, 466; IV, 273, 370, 479
Urraca, rainha de Leão e Castela, I, 225, 397, 421; IV, 421
Urraca, rainha de Portugal, III, 265-266
Urraca Ximenes, II, 218
Ursini, cardeal, I, 353
Ursulinas, I, 182, 270, 394, 477; II, 460; IV, **324-325**
Usera y Alarcón, Jerónimo Mariano, II, 468-469
Usque, Samuel, II, 31, 264; III, 147
Usuardo, III, 94
Ut sacra Ordinis Minorum religio (1446), bula papal, II, 274
Ut sive sollicite (1969), instrução papal, II, 456
Ut vivendi normam (1226), bula papal, I, 294

V

Vacariça, I, 202, 387, 397; II, 111; III, 256; IV, 41, 42, 62
Vadila, bispo de Viseu, II, 133; IV, 352
Vagos, II, 157
Vairão, I, 201
Vala, Jorge, IV, 105
Valada, marquês de, I, 91, 473; II, 126
Valadares, IV, 46
Valadares, João de, bispo de Miranda, e do Porto, II, 135, 140; IV, 15
Valadares, Pedro, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Valbom, II, 21
Vale, Amaro do, III, 79, 451
Vale, Francisco do, IV, 34
Vale, José Constantino Alves do, IV, 501
Vale, Leonardo do, I, 308, 309
Vale, Lourenço de, III, 289
Vale de Moura, Manuel do, II, 78
Vale de Prazeres, Joaquim de, III, 127
Valença (do Minho), I, 231, 234, 244, 360, 401, 402, 447; II, 12, 22, 292; IV, 336
Valença, Manuel, III, 302
Valença, marquês de, III, 362
Valente, Afonso, IV, 479
Valente, António, bispo de São Tomé, II, 143
Valente, António Sebastião, arcebispo de Goa, I, 194, 423; II, 144, 440; IV, 250
Valente, Diogo, bispo de Funai, II, 144
Valente, Fernando, III, 301
Valente, Manuel Correia, I, 309
Valente, Pedro Jacinto, bispo de Cabo Verde, I, 281; II, 142
Valente, Urbano Rodrigues, III, 24
Valentim, Alexandre, IV, 40
Valentiniano II, imperador romano, III, 414
Valentiniano III, imperador romano, III, 409
Valeriano, imperador romano, III, 437-438
Valério, são, III, 407
Valério de Bierzo, III, 114-115
Valério, Agostinho, IV, 491
Valério, Natividade, III, 203
Valhadolid, I, 416, 417; II, 18, 147, 374; IV, 421

Valignano, Alexandre, I, 309; III, 10, 13, 16, 209, 238, 240; IV, 180
Valla, Lorenzo, I, 84; II, 32, 146; IV, 126, 277
Vallon, Paul Eduardo, II, 412
Valmor, visconde de, I, 328
Vamba, rei dos Visigodos, II, 310; IV, 364
Vampirismo, I, 272-273
Vandoma, IV, 58
Van Espen, Z. B., III, 9
Van Hélder, IV, 202
Van Hove, A., II, 76
Vandelli, Domingos, académico, I, 8
Vannutelli, Vincenzo, núncio apostólico, II, 125; III, 72, 366
Vanzeller, Francisco do Coração de Jesus Cloots, IV, 497
Vanzeller, Ricardo, IV, 20, 48
Varatojo, II, 20, 121, 126, 189, 274, 275, 276, 278-279, 385; III, 103, 110; IV, 234, 386
Varazze, Paolo, I, 290
Varejão, Simão, III, 142
Varela, Domingos de São José, I, 207; III, 358
Vargas, Cirino de Getúlio, I, 293
Vargas, Getúlio, presidente da República do Brasil, I, 264
Varnhagen, Adolfo, I, 115
Varona, António de, III, 142; IV, 392
Varrão, III, 92
Varzim, Abel, sacerdote, I, 15, 100, 318, 316, 428; III, 390, 423; IV, 216, 238, 239-240, 443
Vasco, bispo do Algarve, I, 45; II, 133
Vasco, bispo da Guarda, II, 137
Vasco, bispo de Lisboa, II, 139
Vasco I, bispo do Porto, e de Évora, I, 214; II, 136; III, 150, 44
Vasco II, bispo do Porto e arcebispo de Évora, II, 136, 140; IV, 11, 482
Vasco de Portugal, II, 186; III, 258
Vasconcelos, Aires de Ornelas e, bispo do Funchal, arcebispo de Goa, II, 137, 144
Vasconcelos, António, I, 395; III, 23; IV, 314
Vasconcelos, António de, governador de Angola, I, 58
Vasconcelos, António de, historiador de arte, IV, 406
Vasconcelos, António Garcia Ribeiro de, I, 95; II, 228, 326, 328, 371; III, 144; IV, 499
Vasconcelos, Álvaro Mendes de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Vasconcelos, Bernardo de, I, 208, 249; II, 347-348
Vasconcelos, Diogo Mendes de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 101, 108
Vasconcelos, Evaristo de, III, 186, 349
Vasconcelos, Fernando de Meneses Coutinho e, núncio apostólico, bispo de Lamego, arcebispo de Lisboa, II, 138, 139; III, 71; IV, 422, 426
Vasconcelos, Francisco, bispo de Cochim, arcebispo de Goa, II, 144; IV, 324
Vasconcelos, Gonçalo Mendes de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108, 109
Vasconcelos, João de, bispo de Angra, II, 134; IV, 495
Vasconcelos, João Luís de, arcebispo de Cranganor, II, 144
Vasconcelos, Joaquim de, I, 115; IV, 406
Vasconcelos, Joaquim José Correia de, IV, 20, 21
Vasconcelos, Joaquim Leite de, II, 200-203, 204, 329, 330, 322; IV, 264, 265
Vasconcelos, Jorge Ferreira de, II, 447; IV, 486, 489
Vasconcelos, Manuel de, bispo de Aveiro, II, 371
Vasconcelos, Mem Rodrigues de, III, 338
Vasconcelos, Miguel de, II, 396
Vasconcelos, Paulo de, II, 192
Vasconcelos, Sebastião de, bispo de Beja, I, 188; II, 134, 406
Vasconcelos, Sebastião Freire de, IV, 45
Vasconcelos, Sebastião Leite de, III, 422; IV, 150
Vascónio, bispo de Lugo, I, 223
Vaseu, João, II, 147
Vasques, Aires, bispo de Lisboa, I, 407, 446, 447; II, 108, 138; III, 98
Vasques, Estêvão, III, 123
Vasques, Gonçalo, II, 151
Vasques, Inês, I, 384
Vasques, Lourenço, IV, 276
Vasques, Martinho, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Vasques, Pedro, IV, 11
Vasos das abluções, I, 41
Vasos dos santos óleos, I, 42
Vaticano, I Concílio do (ver também **Concílios ecuménicos**), I, 81, 92-93, 102, 210, 411-412, 491; II, 42, 76, 105, 312, 385, 386, 406, 413; III, 53-54, 63, 468; IV, 200, 248, 281, 381, 432
Vaticano, II Concílio (ver também **Concílios ecuménicos**), I, 13, 15-18, 31, 39, 40, 41, 72, 82, 94, 100, 101, 169, 170, 189, 190, 192, 195, 196, 197, 229, 230, 233, 239, 249, 261, 297, 310, 311-312, 313, 322, 331, 357, 361, 375, 378-380, 389, 391, 392, 393, 406, 412, 419, 439, 444, 457-458, 471-472, 474, 480, 486, 490, 495; II, 6, 7, 66, 71, 77, 87, 98, 99, 178, 180, 248, 268, 270, 272, 273, 279-280, 285, 314, 385, 386, 387, 409, 428, 438, 456, 461, 469, 473, 475, 479; III, 45, 52, 56-57, 61, 64, 71, 74, 107, 112, 139, 165, 168, 183, 184, 189, 190, 198, 205, 220, 231, 233, 262-264, 265, 287, 298, 300, 302, 307, 310, 315, 317, 318, 324, 355, 360, 377, 379, 386, 389, 392, 423, 456, 470; IV, 24-25, 28, 31, 35, 67, 102, 107, 111, 112, 117-118, 121, 133, 134, 135, 136, 139, 142, 163, 176, 197, 200, 218, 224, 228, 240, 248, 251-252, 327, 328, 329, 330, 341, 345, 347, 370, 375, 376, 377, 383, 384, 386, 388, 392, 393, 397, 398, 402, 437, 439, 442, 443, 444, 455, 456, 460, 461, 464, 466, 468
Vauchez, A., III, 44, 45
Vaz, A. Luís, II, 385
Vaz, Aires, II, 31
Vaz, Álvaro, I, 35
Vaz, António Lopes, IV, 50
Vaz, Armindo dos Santos, II, 229
Vaz, Francisco Manuel, I, 259, 262
Vaz, Francisco Assis de Sousa, I, 327
Vaz, Gaspar, IV, 61, 360, 409
Vaz, Gonçalo, II, 377-378; III, 142; IV, 392
Vaz, Isolino, IV, 39
Vaz, João José, III, 447
Vaz, José, II, 347
Vaz, Júlio, I, 378
Vaz, Luís (ou Luís de Mértola), I, 85
Vaz, Policarpo da Costa, bispo de Macau, e da Guarda, II, 138, 145, 311; IV, 44, 358
Vedas, II, 367-368
Vega, Cristóvão de, IV, 452
Vegamián, Félix Maria de, I, 292
Vegas, Inácio de, I, 293
Veiga, Alves da, III, 166
Veiga, Eusébio da, IV, 323
Veiga, Francisco da, IV, 451
Veiga, João da, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 108
Veiga, Manuel da, I, 87; III, 23; IV, 278, 390, 448
Veiga, Manuel Eduardo da Mota, I, 95, 96, 341; II, 267; IV, 499
Veiga, Pedro da, II, 226
Veiga, Rui Pires da, bispo de Elvas, bispo eleito de Leiria, II, 136; III, 81
Veiga, Tomé Pinheiro da, I, 87; IV, 279
Veiga, Tomás da, II, 227; IV, 492
Vel, António, IV, 495
Velasco, bispo da Guarda, II, 137, 311
Velasco, Pedro, II, 375
Velhice do Padre Eterno, A, I, 81; III, 133
Velho, Afonso, IV, 480
Velho, Domingos, IV, 479
Velho, João, III, 18
Velho, Manuel, I, 309
Velhos Católicos, IV, 80
Veloso, Agostinho, I, 99, 100, 101, 378
Veloso, Diogo, I, 284-285

Veloso, Francisco de Sousa Gomes, I, 330, 493; II, 409; III, 383, 384; IV, 393
Veloso, José Mariano, I, 342
Veloso, José Pereira, IV, 414
Veloso, Lucas, II, 227
Veloso, Manuel de Oliveira, IV, 454
Veloso, Queirós, IV, 193
Venâncio Fortunato, III, 409
Venâncio, João Pereira, bispo de Leiria-Fátima, II, 138, 247; III, 81
Venard, Marc, IV, 88
Venegas, Francisco, III, 451; IV, 406
Veneza, I, 118, 157; II, 376, 445, 454; III, 21, 83, 144, 150, 151, 214, 310, 394; IV, 124, 397
Verba, João da, I, 162; II, 82, 186; III, 123; IV, 295
Verbiest, Ferdinand, I, 335
Verbitas (ver **Verbo Divino**)
Verbo Divino, I, 196, 248, 486; II, 317; III, 219, 243; IV, 292, **325-329**
Verdade, A, I, 76
Verdade da religião cristã, A, I, 89
Verdadeira informação das terras do Preste João, II, 64, 196
Verdadeiro método de estudar, II, 266, 369; IV, 495-496
Veríssimo, são, I, 183; II, 328, 335, 336; III, 93, 94, 95, 114, 118, 124, 438
Veritas ipsa (1537), II, 160
Veritatis Splendor (1993), encíclica papal, III, 264
Verney, Diogo, III, 333
Verney, Luís António, I, 8, 88, 160, 340, 368-369; II, 107, 266, 369, 416, 418; III, 9, 147, 158, 333, 421; IV, 268, 279, 323, 492, 495-496
Vespasiano, imperador romano, III, 370
Vestes litúrgicas (ver também **Liturgia**), I, 70; II, 406, 461, 477, 479; III, 100, 266; IV, 24, 69, 227, 243, 290, **329-336**, 357, 384
Vetralla, missionário capuchinho, I, 64
Véu do cálice (ver **Alfaias litúrgicas**)
Véu de ombros (ver **Vestes litúrgicas**)
Veuster, Damião de, I, 475
Via Latina, I, 331
Viana, António Manuel Couto, III, 136; IV, 195
Viana, Gil de, bispo da Guarda, II, 137
Viana, Henrique da Guerra, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 110
Viana, J. C., IV, 394
Viana, Luís Augusto Rodrigues, IV, 35
Viana, Martinho de, IV, 480
Viana, Pedro de Amorim, I, 26, 91, 93; II, 266; IV, 74
Viana do Alentejo, I, 477
Viana do Castelo, I, 109, 116, 130, 133, 151, 201, 206, 233, 234, 297, 400, 401, 453, 462, 467, 468; II, 50, 87, 116, 181, 202, 300, 474; III, 73, 304, 382, 385; IV, 150, 164, 174, 216, 325, 393, 485
Viana do Castelo, diocese de, I, 123, 227; II, 141; IV, **336-339**, 371
Viarico, bispo de Lisboa, II, 133; III, 94
Vias de comunicação, II, 293
Viator, bispo do Porto, II, 132
Vicente de Beauvais, I, 340; II, 159
Vicente de Lisboa, IV, 480
Vicente, são, II, 151, 336, 338, 344, 346; III, 98, 119-120, 256, 449; IV, 169, 409, 413, 472
Vicente, bispo de Dume, II, 132
Vicente, bispo de Faro, I, 413; II, 133; III, 413
Vicente, bispo da Guarda, II, 108, 137
Vicente, bispo de Viseu, IV, 353
Vicente, chanceler-mor, I, 332
Vicente Ferrer, são, I, 93, 94, 395; III, 157, 222; IV, 482, 489
Vicente de Paulo, são, II, 476; III, 103; IV, 340
Vicente, Dias, I, 209
Vicente, Gil, dramaturgo, I, 156-157, 163; II, 37, 146, 194, 211, 384, 447; III, 124, 158, 266, 267, 271; IV, 73, 129, 448-449, 479, 489
Vicente, Gil, ourives, III, 362
Vicente, João, físico régio, bispo de Lamego e Viseu, I, 205; II, 138, 141; III, 103, 149, 150-151, 153; IV, 353
Vicente, Lourenço, bispo do Porto, arcebispo de Braga, I, 249; II, 134; IV, 10, 31, 242
Vicentinos (Congregação da Missão), I, 95, 96, 196, 236, 248, 337, 443, 456, 489; II, 216, 441, 443, 444, 476; III, 28, 103, 110, 143, 162, 212, 223-224, 225, 226, 228, 229-230, 307, 320, 388; IV, 36, 46, 52, **340-341**, 351, 470, 502
Vicentius levita et martir, II, 147-148
Vico, Guido de, cardeal-legado, I, 416; IV, 156
Viçoso, António Ferreira, II, 345
Vida Consagrada, I, 442; II, 250
Vida de Jesus, I, 91
Vida de um cura, I, 380
Vida religiosa (formas de), I, 476; II, 459-462; III, 21, 173, 348-355; IV, **341-344**
Vidal, João Evangelista de Lima, bispo de Angola e Congo, arcebispo-bispo de Vila Real e de Aveiro, I, 169, 170, 174, 175, 177, 394; II, 134, 141, 142, 246; III, 204; IV, 249, 345, 346-348, 349, 351, 503, 504
Vide, Sebastião Monteira da, arcebispo da Baía, I, 85, 267; II, 145
Vidigueira, I, 104, 106, 109, 195, 199, 200, 295; II, 45, 155; III, 256, 363
Viegas, Brás, II, 225, III, 23; IV, 278, 323, 450
Viegas, Nuno, IV, 494
Viegas, Soeiro, arcebispo de Lisboa, I, 407; II, 139; III, 96
Vieira do Minho, I, 109
Vieira Lusitano, III, 452
Vieira Portuense, III, 452 (ver Portuense, Vieira)
Vieira, Afonso Lopes, III, 134; IV, 75, 194, 195, 454
Vieira, Albano, IV, 455
Vieira, Alexandre Franco, III, 105
Vieira, Álvaro Siza, I, 117, 136; II, 168; IV, 40
Vieira, António, representante de Portugal junto da Santa Sé e jesuíta, I, 93, 158, 160, 161, 163-164, 165, 264, 265, 268, 282, 287, 309; II, 30, 109, 161, 175, 189, 193, 194-195, 222, 268, 383, 384, 448; III, 22, 24, 69, 131, 148, 271; IV, 45, 74, 88-89, 194, 279, 295-296, 447, 448, 451, 484, 487, 488-489, 491-492, 493, 494, 495, 496, 502, 503
Vieira, Armando, IV, 45
Vieira, Clemente, bispo de Angra e Açores, I, 73; II, 134
Vieira, Jacinto, IV, 381
Vieira, Jorge, II, 168; IV, 415
Vieira, Manuel, II, 387; III, 57; IV, 393
Vieira, Nicolau, abade de Alcobaça, I, 34, 349
Vieira, Pedro de Amorim, I, 26; IV, 403
Vieira, Sebastião, II, 347
Viena, I, 94, 491; II, 162; III, 71; IV, 299, 397
Vienne, I, 407, 422; II, 35, 70; III, 281, 339; IV, 9
Vietname (ver **Cochinchina**)
Vigário, I, 73, 76, 186, 206, 235, 254, 255, 279, 280, 325, 343, 360, 366, 388, 389, 393, 419, 427; II, 39, 40, 68, 103, 402, 404; IV, **344-345**, 431, 498, 504
Vigilanti cura (1936), encíclica papal, III, 184, 185
Vila Alva, I, 199
Vila da Feira, II, 55, 56-57, 89, 100, 290; III, 156-157; IV, 44-45, 48, 51
Vilaça, Francisco, IV, 489
Vilaça, José de Santo António Ferreira, I, 207; IV, 271, 381
Vila de Frades, I, 195, 199, 200
Vila do Conde, I, 112; II, 20, 21, 47, 81; III, 19; IV, 96
Vila do Conde, João de, I, 325
Vila Flor, IV, 294
Vila Franca de Xira, II, 21, 22, 414
Vilafranca, Francisco de, agostinho espanhol, I, 28
Vila Franca, João de, provincial dos Franciscanos, IV, 476

Vilalobos, Guimar de, condessa de Ourém, I, 28
Vilalobos, Manuel Pinto, II, 158
Vilalobos, Matias de Sousa, III, 295
Vilalobos, Plácido, abade-geral dos Monges Negros de São Bento, I, 205, 207; IV, 42
Vilanova, Francisco de, bispo de São Tomé, II, 143
Vila Nova da Barquinha, IV, 153
Vila Nova de Cerveira, II, 20
Vila Nova da Pesqueira, viscondes de, I, 403
Vila Nova de Foz Côa, I, 107; IV, 423-424
Vila Nova de Milfontes, I, 197, 200
Vila Nova de Poiares, II, 9; IV, 347
Vila Real, I, 241, 310; II, 46, 57, 158; III, 254, 371, 378; IV, 313
Vila Real, diocese de, I, 227, 233, 254, 418, 494; II, 106, 141, 296; IV, 256, 337, **345-352**, 422, 502
Vila Real, 1.º duque de, I, 206, 217, 251
Vila Real, Gonçalo de, bispo de Cabo Verde, I, 282
Vila Verde de Ficalho, I, 104, 184; II, 89
Vila Viçosa, I, 27, 28, 135, 177, 180, 186, 307; II, 21, 157, 216, 275; III, 295, 296, 297, 298, 363; IV, 176-177, 410, 414, 447, 485
Vilar de Frades, I, 205, 235-236
Vilar de Perdizes, III, 369
Vilar, Irene, IV, 39, 40, 415, 416
Vilar, Manuel Pereira, I, 404
Vilares, Luís Rodrigues, bispo do Funchal, II, 137
Vilarinho da Furna, II, 206
Vilarinho, Paio R., IV, 277, 278
Vilas Boas, Baltazar, bispo de Elvas, II, 136; III, 5, 7
Vilas Boas, Bernardino de, I, 293
Vilas Boas, Custódio José, II, 55-56, 57
Vilas Boas, Manuel do Cenáculo, bispo de Beja e arcebispo de Évora, I, 8, 9, 48, 166-167, 186-187, 190, 192, 194, 198, 214-215, 370; II, 73, 120, 134, 136, 160, 134, 216, 266, 278, 373, 385, 416, 418; III, 7, 9, 121, 147, 148, 158, 289-290, 333, 387-388; IV, 280, 317, 393, 447-448, 486, 489, 490, 491, 492, 496-497
Vilcifonso, bispo de Viseu, IV, 352
Vilela, I, 202
Vilela, Gaspar, I, 86; II, 26; III, 12
Vilhena, Beatriz de, IV, 47
Vilhena, Tomás de, III, 54, 382; IV, 454
Viliamondes, Honorico, I, 228, 231, 240
Vilibrando, são, II, 70
Viliefonso, bispo de Viseu, II, 133
Viliulfo, bispo de Coimbra, II, 132
Villae (ver **Arqueologia, Arquitectura**), I, 184; II, 154; III, 75, 372-373, 374, 413, 439; IV, 65, 66
Villalobos, Henrique de, I, 454
Villaroel, Gaspar de, I, 165
Ville Dieu, Alexandre, II, 115
Villes, Francisco de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 109
Villoslada, Ricardo, II, 15
Villoslada, Sebastião de, I, 207
Vímara Peres, conde de Portucale, I, 224, 232; II, 290; IV, 6, 92
Vimieiro, I, 146, 202, 382, 384; III, 149
Vimioso, casa condal do, I, 28
Vincent, Catherine, I, 460, 462; III, 44
Vintemille, C. de, arcebispo de Paris, IV, 132
Vindícias da virtude e escarmento de virtuosos, I, 88; III, 5, 255; IV, 234, 489
Vinet, Elias, II, 378
Vinho, I, 43
Vio Caetano, Tomás de, II, 84
Virgílio, poeta romano, III, 69, 195
Virgílio, papa, I, 223; II, 382; III, 409, 414; IV, 133, 182
Vischering, Maria Droste zu (ver Maria do Divino Coração)
Visconti, Afonso, núncio apostólico, II, 71
Visconti, Zacarias, II, 230
Viseu, I, 107, 113, 169, 201, 217, 224, 329, 405, 429, 434, 471, 493; II, 22, 50, 81, 158, 459; III, 37, 351, 450; IV, 61, 79, 83, 91, 313, 362, 408, 420, 442
Viseu, diocese de, I, 210, 223, 346, 363, 390, 405, 414, 417, 418, 421, 425, 436, 452; II, 12, 14, 15, 18, 44, 120, 133, 141, 291, 296, 302, 303, 306, 310; III, 229, 248, 254, 387, 446; IV, 220, **352-362**, 364, 421, 482, 487-488
Visigodos (ver também **Arqueologia, Patrologia lusitana**), I, 106, 183, 184, 190, 223, 235; II, 35, 77, 113, 150, 155, 162, 182, 183, 211, 240, 309-310, 328, 346, 363, 364, 382; III, 37, 75, 94, 117-118, 266, 372, 374, 438; IV, 5, 28, 41, 66, 91, 133, 155, 156, 262, 276, 352, **362-365**, 420-421, 445, 512, 514, 515-516
Visitação, Crisóstomo da, II, 227
Visitações, I, 73, 125, 168, 169, 171, 186, 189, 205, 207, 237, 243, 302, 303, 337, 360-361, 362, 367, 368, 383, 384, 387, 388, 389, 392, 414, 421, 431, 432, 436, 453, 463; II, 5, 9, 12, 13, 16, 19, 29, 51-52, 101, 151, 187, 199, 201, 213, 214, 215, 230, 242, 261, 282, 285, 286, 296, 300, 304, 305, 306, 310, 321-322, 413, 414, 439, 448-449; III, 13, 16, 17, 75, 76, 98, 99, 100, 152, 194, 201, 203, 237, 242, 284, 295, 331, 342, 343, 376, 387-388, 447, 467, 468; IV, 13, 15, 16, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 42, 43, 58, 120, 181, 183, 188, 220, 241, 242, 265, 267, 268, 336, 337, 346, 355, **365-370**, 380, 390, 422, 478, 479, 502
Visitas «ad limina», I, 74, 233, 363; II, 51, 304; IV, 21, 122, 241, **370-371**
Vistrário, arcebispo de Braga, II, 131
Vistrário, bispo de Lugo, I, 224
Vita Christi, I, 300; III, 121, 123, 146
Vita Consagrata, exortação apostólica, II, 460
Vital, Domingos Fezas, IV, 215, 319
Vital, Helena, IV, 33
Vitarico, bispo de Lamego, II, 132; IV, 421
Viterbo, Francisco de Santa Rosa de, bispo de Nanquim, I, 338; II, 73, 145; III, 147, 496, 497
Viterbo, Sousa, II, 148
Viterico, rei dos Visigodos, IV, 362, 364
Vitimer, bispo de Orense, III, 117
Vitiza, rei dos Visigodos, IV, 364
Vítor, são, I, 222; II, 336; III, 118
Vítor de Tununa, III, 117
Vítor Hugo, III, 132
Vitória, Francisco, I, 163, 272, 454; II, 84, 86; IV, 277
Vitral (ver **Artes decorativas**)
Vitry, Jacques de, IV, 178
Vitteleschi, superior-geral dos Jesuítas, II, 198
Viveiros, Henrique Calaças, II, 284
Vivas, João, III, 121
Vivas, Lourenço, IV, 495
Vivas, Miguel, bispo de Viseu, II, 141; IV, 353
Vives, Juan Luis, II, 147; IV, 127, 128, 272
Vizinho, Diogo, II, 31
Vizinho, Francisco Mendes, II, 31
Vlissingen, Clementino de, I, 292
Vocações, I, 50, 78, 154, 169, 189, 208, 370, 375, 376, 378-379, 380, 382, 394, 435, 442, 472, 476, 480; II, 43, 52, 56, 58, 86, 124-125, 181, 214, 216, 220, 270, 277, 278, 280, 314; III, 56, 102, 173, 203, 214, 245, 259, 347-348, 398, 469, 470; IV, 19, 25, 26, 35, 104-105, 152, 222, 224, 256, 321, 327, 346, 360
Voltaire, I, 88; II, 415, 418; III, 7, 132, 213, 241
Volvêncio, procônsul da Lusitânia, III, 413
Voragine, Tiago de, II, 186; III, 146
Votos de vida religiosa (ver **Institutos religiosos, Institutos seculares, Monaquismo, Vida religiosa, formas de**)
Votos de São Tiago, I, 229; II, 91, 92; III, 402; IV, 8, **371-372**
Vivlaez, Pêro, II, 175

Vovelle, Michel, III, 223
Voyszynsli, Casimiro, III, 173
Voz, A, IV, 400
Voz do Amado, I, 436; II, 190
Voz de Fátima, IV, 174
Voz da Liberdade, A, I, 76
Voz do Pastor, A, IV, 23, 28, 37
Voz Portucalense, IV, 25, 37
Voz de Santo António, I, 210; II, 279; III, 55, 250-251, 382; IV, 436
Voz da Verdade, A, I, 76
Vrau, Filiberto, I, 491

W

Walf, III, 70
Walker, Robert, IV, 252
Wallon, Eduardo, IV, 252
Walter Ong, III, 90
Weber, Max, III, 195; IV, 204-205
Weld, III, 242
Welle, Donato de, I, 292
Wellington, duque de (Arthur Wellesley), IV, 18
Wesley, John, IV, 77, 212
Wesleyan Missionary Society (Londres), II, 411
Wever, doutor António, I, 8
White, Ellen, IV, 82
White, Stephen, III, 44, 45
Whithead, Albert North, IV, 103
Wicki, Joseph, III, 220
Wilby, John, IV, 253
Wilson, IV, 205
Wilson, Mary Jane, II, 347, 478, 479
Wimala Dharma, rei de Cândia, I, 326
Windhorst, Ludvig, I, 491
Wissemann, explorador, I, 64
Wisniewski, III, 173
Witte, Charles-Martial de, II, 394; III, 71
Woodhouse, Luís, I, 342
Woodhouse, Roberto, I, 492; III, 54; IV, 48
Wright, Maxwell, IV, 82
Wrigley, E. A., IV, 100
Wsyzinsky, Casimiro de São José, I, 261
Wunenberg, missionário espiritano, I, 63
Wyclif, II, 365; III, 426

X

Xabregas, I, 27
Xavier, Francisco, IV, 453
Xavier, Jerónimo IV, 283
Xavier, João Delgado, comissário da edução, I, 59
Xavier, Maria Leonor, I, 168
Xavier, Mateus de Oliveira, bispo de Cochim, e arcebispo de Goa, II, 144
Xavier, Pedro, IV, 406
Xavier, Raul, II, 167, 168
Xenófanes, I, 160
Ximena, António de, II, 322
Ximénez Samaniego, José, ministro-geral dos Franciscanos, II, 276
Xintoísmo, III, 10
Xira, João de, IV, 34, 479

Y

Yekuno Amlak, imperador etíope, I, 64
Yemane Kristos, príncipe etíope, II, 198
Yeong-Jun, Li, II, 26
Yinger, IV, 205
Yong, Gregory, III, 173
Yoshimune, Constantino Otomo, rei de Bongo (Japão), II, 26
Young, George, IV, 209
Young, Robert Reginald, IV, 78
Ypres, Jean de, I, 396
Yuan-Hua, Sun, II, 26
Yung-cheng Chi'ing, imperador da China, I, 337; III, 160

Z

Zacarias de Roma, II, 273
Zacuto, Abraão, I, 156; II, 31; IV, 128
Zambeccari, Pompeo, núncio apostólico, III, 71
Zamora, I, 225, 353, 422; II, 47; IV, 156
Zamora, Múnio de, III, 349
Zarco, João Gonçalves, capitão-donatário do Funchal, II, 281
Zarncke, II, 63
Zarri, G., II, 330
Zenóbio, imperador bizantino, III, 442
Zepeda y Andrada, Alonso de, III, 158
Zimmermann, Carlos, I, 342; III, 28
Zinck, Michel, III, 223; IV, 474
Zorilla, Alonso de, I, 205
Zoroastrianismo, III, 440
Zózimo I, bispo de Évora, II, 132, 211; IV, 445
Zózimo II, bispo de Évora, II, 132, 211
Zózimo, patriarca de Moscovo, III, 360
Zurara, Gomes Eanes de, I, 156, 162; II, 36, 115, 194, 321, 323-324; III, 176, 205; IV, 127, 295, 477, 479, 521
Zuínglio, II, 18; IV, 122
Zvi, Sabbatai, III, 36

ÍNDICE de AUTORES

ABREU, José Paulo Leite de
Diocese, II, 69-72
AFONSO, Belarmino Augusto
Bragança-Miranda, Diocese de, I, 253-264
Novenas, III, 306-309
ALBERTO, Edite
Mercedários, III, 194-195
Redenção de cativos, IV, 94-95
Trinitários, IV, 305-307
ALEGRIA, José Augusto
Música religiosa, III, 292-299
ALMEIDA, André Ferrand de
Etiópia, II, 195-199
ALONSO, Carlos
Agostinhos, I, 27-32
ALVES, Jorge M. dos Santos
Macau, III, 159-163
Malaca e Singapura, III, 170-173
AMORIM, Norberta
Registos paroquiais, IV, 99-101
ANDRADE, Maria Filomena
Beatas, I, 181-183
ANJOS, Amador
Salesianos, IV, 150-151
ANTUNES, José
Ensino. I. Época Medieval, II, 110-118
ANTUNES, Manuel Luís Marinho
Turismo religioso, IV, 307-309
ARAÚJO, Ana Cristina
Morte, III, 265-274
ARAÚJO, António de Sousa
Beneplácito régio, I, 209-211
Insignias episcopais e monásticas, II, 453-456
Ordens terceiras, III, 348-355
AZEVEDO, Carlos A. Moreira
Bula da Cruzada, I, 276-277
Clero secular. III. Do liberalismo à actualidade, I, 370-381
Diaconado, II, 66-67
Eucaristia, IV, 388-396
Iconografia religiosa, IV, 406-419
Introdução, I, 5-6
Livro religioso. III. Época Contemporânea, IV, 441-445
Mariologia portuguesa, IV, 445-457
Porto, Diocese do, IV, 5-56
Sé, IV, 192
Visitas «ad limina», IV, 370-371
AZEVEDO, Hugo de
Opus Dei, Prelatura da Santa Cruz e, III, 323-325
BANDEIRA, Ana Maria Leitão
Bibliotecas eclesiásticas, I, 214-217
BAPTISTA, Maria de Fátima Castanheira
Federação Nacional dos Institutos Seculares; II, 250-251
BARBOSA, David Sampaio Dias
Clero regular, I, 355-358
Concílios Ecuménicos (e Portugal), I, 405-413
Nunciatura de Lisboa, III, 310-318
Patriarcado, III, 393-395
Santa Sé e Portugal, IV, 155-164
Verbo Divino, IV, 326-329
BARBOSA, Pedro Gomes
Cistercienses, I, 346-351
BARROS, Maria Filomena Lopes de
Moçárabes, III, 246-249
Mouros, III, 279-284
BEIRANTE, Ângela
Eremitismo, II, 149-154
BELO, Maria Filomena Valente
Academias eclesiásticas, I, 7-9
BEOZZO, José Oscar
Brasil, I, 264-271
BETHENCOURT, Francisco
Índices de livros proibidos, II, 444-447
Inquisição, II, 447-453
Penitência, III, 426-429
BRAGA, Paulo Drumond
Medalhística, III, 181-182
Numismática, III, 309-310
BRIGOLA, João Carlos
Santarém, Diocese de, IV, 151-155
BUESCU, † Maria Leonor Carvalhão
Gramática, II, 307-309
Línguas indígenas, III, 86-90
Linguística, III, 90-93
CANAVARRO, António Abel
Vila Real, Diocese de, IV, 345-352
CARREIRA, José Nunes
Exegese bíblica, II; 221-229
CARVALHO, J. Vaz de
Congregação Mariana, I, 474-475

CARVALHO, Joaquim Ramos de
Família. I. Época Medieval e Moderna, II, 239-242
Jurisdição eclesiástica, III, 41-43
Visitações [co-autoria], IV, 365-370
CARVALHO, José Alberto Seabra
Museus, III, 289-292
Pintura. I. Do gótico ao neoclassicismo, III, 449-453
CARVALHO, Maria João Vilhena de
Escultura. I. Até ao manuelino, II, 162-165
CASTRO, Zília Osório de
Jacobeia, III, 5-7
Jansenismo, III, 7-10
Pombalismo, III, 462-464
CEPEDA, Isabel Vilares
Livro religioso. I. Época Medieval, III, 145-146
CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte
Conventos, II, 19-25
Mosteiros, III, 274-279
CLEMENTE, Manuel
Cisma (1832-1842), I, 343-344
Lisboa, Diocese e patriarcado de, III, 93-113
Modernismo, III, 249-252
Seminários (diocesanos, do continente e ilhas adjacentes), IV, 220-225
Sociedade Católica, IV, 254-255
COELHO, Maria Helena da Cruz
Património eclesiástico, III, 395-404
Priorado, IV, 62-63
Quaresma, IV, 86-87
CORREIA, Francisco Augusto da Cruz
Moçambique (1498-1975), III, 237-246
COSTA, João Paulo Oliveira e
China, I, 333-339
Japão, III, 10-16
COSTA, Manuela Pinto da
Ermidas e capelas, II, 154-158
Presépios, IV, 59-62
COSTA, Rui Afonso
Setúbal, Diocese de, IV, 227-231
COUTINHO, Jorge Peixoto
Filosofia e religião, II, 263-269
COUTINHO, Maria Isabel
Federação Nacional dos Institutos Religiosos Femininos, II, 250
CRISTINO, Luciano Coelho
Fátima, II, 245-250
CRISTÓVÃO, Francisco da Silva
Catequese e catecismos, I, 302-310
CRUZ, Manuel Braga da
Centro Académico de Democracia Cristã, I, 329-331
Igreja e Estado. III. Época Contemporânea, II, 401-411
Partidos políticos confessionais, III, 380-385
DIAS, Geraldo Coelho J. A.
Cluniacenses (Monges Beneditinos do Mosteiro de Cluny), I, 381-385
Beneditinos. II. Época Moderna, I, 205-208
Beneditinos. III. Época Contemporânea, I, 208-209
DIAS, Maria Manuela Alves
Arqueologia. I. Paleocristã, I, 103-106
Paganismo, III, 368-372
ENCARNAÇÃO, José d'
Epigrafia religiosa, II, 129-131
ENES, Fernanda
Angra do Heroísmo, Diocese de, I, 67-79
Clero secular. II. Séculos XVI-XVIII (de Trento a Pombal), I, 361-370
ESPÍRITO SANTO, Arnaldo
Latim eclesiástico, III, 67-69
FALCÃO, Miguel
Assistência religiosa às Forças Armadas, I, 152-153
Ordinariato Castrense de Portugal, III, 355-356
FARIAS, José Jacinto Ferreira de
Sacramentos, IV, 138-141
FARINHA, António Dias
Marrocos, III, 174-178
FELÍCIO, Manuel da Rocha
Ecumenismo, II, 98-100
FELICÍSSIMO, Albino
Capuchinhos (Ordem dos Frades Menores Capuchinhos), I, 288-294
FERNANDES, Maria de Lurdes Correia
Espiritualidade. II. Época Moderna, II, 187-193
Laicado. II. Época Moderna, III, 47-51
FERNANDES, Noélia
Pedagogia religiosa [co-autoria], III, 420-424
FERREIRA, António José
Música religiosa contemporânea, III, 299-303
FERREIRA, António Matos
Acção Católica Portuguesa [co-autoria], I, 9-19
Anticlericalismo, I, 79-82
Congreganismo, I, 488-490
Economia. III. Época Contemporânea, IV, 374-379
Espiritualidade. III. Época Contemporânea, IV, 382-388
Heterodoxia. II. Séculos XIX-XX, IV, 400-405
Laicidade, III, 58-65
Liberalismo, IV, 428-441
Secularização, IV, 195-202
FERREIRA, Celestino C. R.
Viseu, Diocese de, IV, 352-362
FERREIRA, Nuno Estêvão
Pastoral, III, 385-393
Sociologia religiosa, IV, 255-260
FERREIRA-ALVES, Natália Marinho
Talha, IV, 270-271
FERREIRO, Alberto
Suevos, IV, 261-263
FILIPE, Nuno
Hospitaleiros de São João de Deus (Ordem Hospitaleira de São João de Deus), II, 374-375
FLORES, Maria da Conceição
Laos, III, 65-66
Sião, IV, 231-233
FONSECA, Fernando Taveira da
Demografia eclesiástica. II. Do século XVI aos inícios do século XX, II, 47-59
Ensino. II. Época Moderna, II, 118-123
FONSECA, Luís Adão da
Ordens militares, III, 334-345
FONTES, Paulo F. de Oliveira
Acção Católica Portuguesa [co-autoria], I, 9-19
Catolicismo social, I, 310-324
Conferência Episcopal Portuguesa, I, 439-441
Conferências Vicentinas, I, 442-445
Cursilhos de Cristandade, II, 40-41
Escutismo, II, 168-172
Imprensa católica, II, 423-429
Legião de Maria, III, 72-74
Liga Eucarística, III, 86
Meios de comunicação social, III, 182-192
Movimentos eclesiais contemporâneos (séculos XIX-XX), IV, 459-470
Semanas Sociais, IV, 214-218

FOREST, Alain
Camboja, I, 284-286
FRANCO, José Eduardo
Baptistas, I, 181
Claretianos, I, 351-353
Combonianos, I, 404-405
Congregação dos Sagrados Corações, I, 475-476
Congregações religiosas masculinas, I, 482-488
Consolatinos, II, 8-9
Dehonianos, II, 42-43
Ensino. IV. Época Contemporânea (de 1910 até à actualidade), II, 127-129
Lassalistas, III, 66-67
Marianos, III, 173-174
Maristas, III, 174
Missionários da Boa Nova, III, 204-205
Monfortinos, III, 258-259
Passionistas, III, 385
Paulistas, III, 416-417
Pedagogia religiosa [co-autoria], III, 420-424
Profetismo, IV, 72-75
Redentoristas, IV, 95-96
Scalabrinianos, IV, 190-191
Vicentinos, IV, 340-341
GASPAR, João Gonçalves
Aveiro, Diocese de, I, 168-177
GOMES, J. Pinharanda
Ciência, I, 339-343
Congressos, I, 491-496
Conimbricenses, II, 5-6
Escolástica, II, 158-160
Esoterismo, II, 172-174
Guarda, Diocese da, II, 309-318
Igreja, II, 381-388
Laicado. III. Época Contemporânea, III, 51-58
Neotomismo, III, 304-306
Pinhel, Diocese de, III, 446-449
Semanas de Teologia, IV, 218-220
Sínodos diocesanos. II. Época Contemporânea, IV, 247-252
GOMES, Joaquim Ferreira
Pedagogia, III, 417-420
Universidade de Coimbra, IV, 314-320
GOMES, Manuel Saturino
Associações de fiéis, I, 154
Conselho presbiteral, II, 6-7
Conselhos pastorais, II, 7-8
Cúria diocesana, II, 39-40
Instituições pias, II, 456-457
Institutos religiosos, II, 459-460
Institutos seculares, II, 460-462
Legados pios, III, 69-70
Pias uniões, III, 446
Sacramentos. Perspectiva jurídica, IV, 141-143
Vigário, IV, 344-345
GOMES, Paulo Varela
Arquitectura. II. Do manuelino ao romantismo, I, 113-115
GOMES, Saul António
Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, I, 429-434
Cónegos Regulares de Santa Cruz, I, 435-438
Demografia eclesiástica. I. Idade Média, II, 43-47
Diplomática, História da, II, 72-74
Embaixadores de Portugal junto da Santa Sé, II, 103-110
Leiria-Fátima, Diocese de, III, 74-81
Premonstratenses, IV, 56-59
GONÇALVES, António Custódio
Angola. I. Até meados do século XVIII, I, 51-58
GONÇALVES, Nuno da Silva
Escravatura, II, 160-162
Jesuítas (Companhia de Jesus), III, 21-31
Padroado, III, 364-368
GOUVEIA, António Camões
Contra-Reforma, II, 15-19
Espaço sagrado, II, 174-178
Guerra. II. Época Moderna, II, 319-321
Incenso, II, 429-431
Procissões, IV, 67-72
Quietismo, IV, 87-90
Relíquias, IV, 120-125
Teatinos (Caetanos), IV, 271-274
Tempo sagrado, IV, 274-276
GUEDES, Maria Ana Marques
Birmânia, I, 218-221
GUERREIRO, Jacinto Salvador
Alfaias litúrgicas (glossário), I, 38-44
Beja, Diocese de, I, 183-201
Mobiliário eclesiástico (glossário), III, 231-237
Vestes litúrgicas, IV, 329-336
JORGE, Ana Maria C. M.
Episcopológio (Catálogo dos bispos católicos portugueses) [Coordenação de], II, 131-146
Perseguições e mártires, III, 436-440
Priscilianismo; IV, 63-67
Visigodos, IV, 362-365
KANG, Byung Goo
Coreia, II, 26-27
KRUS, Luís
Historiografia. I. Época Medieval, IV, 512-523
LAGES, Mário F.
Seitas, IV, 202-214
LALANDA, Maria Margarida S. N.
Clarissas (Ordem de Santa Clara), I, 353-355
LAMELAS, Isidro Pereira
Patrologia (lusitana), III, 404-416
LAPA, José
Conferência Nacional dos Institutos Religiosos (CNIR), I, 441-442
LAVAJO, Joaquim Chorão
Elvas, Diocese de, II, 100-103
Évora, Arquidiocese de, II, 210-221
Universidade Henriquina de Évora, IV, 320-324
LEAL, Ernesto Castro
Cruzada Nuno Álvares (1918-1938), II, 38-39
LEAL, Ivone de Freitas
Mulher, III, 284-289
LEANDRO, Maria Engrácia
Migrações, Pastoral das, III, 197-200
LEITE, A.
Concílios Nacionais. II. Concílio Plenário Português, I, 418-419
Concordatas, I, 423-429
Divórcio, II, 79-81
LIMA, José da Silva
Etnografia religiosa, II, 199-210
Festas, II, 251-263
Peregrinações (antropologia e teologia), III, 429-436
Religiosidade popular, IV, 107-120
LOPES, António
Apostolado da Oração, I, 102-103
LOPES, Maria de Jesus dos Mártires
Índia. Goa (1510-1961), II, 439-444

LÓPEZ, Antão
Cartuxos, I, 300-301
LOURENÇO, António de Jesus
Carmelitas (Ordem do Carmo), I, 294-296
MAGALHÃES, Arlindo de
Pobreza (século XX), III, 461-462
MAGALHÃES, Joaquim Romero
Algarve, Diocese do, I, 44-50
Memórias paroquiais, III, 193-194
MARQUES, João Francisco
Apologética, I, 82-102
Confissão, I, 445-459
Oratória sacra ou parenética. I. Época Medieval, IV, 470-482
Oratória sacra ou Parenética. II. Época Moderna, IV, 482-497
Oratória sacra ou Parenética. III. Época Contemporânea, IV, 497-510
MARQUES, João Pedro
Tibete e Ásia Central, IV, 282-284
MARQUES, José
Braga, Arquidiocese de, I, 221-253
MARQUES, Maria Alegria Fernandes
Cisma do Ocidente e Portugal, I, 344-346
Concílios nacionais. I. Época Medieval, I, 413-418
Concílios provinciais, I, 419-423
MARREIROS, Maria Rosa Ferreira
Economia. I. Época Medieval, II, 89-93
MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira
Votos de São Tiago, IV, 371-372
MARTINS, João Paulo
Arquitectura. III. Do romantismo à actualidade, I, 115-117
MARTINS, José Vitorino de Pina
Erasmismo, II, 146-149
Renascimento, IV, 125-130
MARTINS, Maria Odette Soares
Insulíndia, II, 464-468
MATOS, Sérgio Campos
Historiografia. II. Contemporânea, II, 368-374
MATTOSO, José
Beneditinos. I. Idade Média, I, 202-205
Espiritualidade. I. Época Medieval, II, 181-187
Monaquismo, III, 255-258
Paróquia. I. Até ao século XVIII, III, 372-376
MENDES, Francisco Azevedo
Ordens sacras, III, 345-348
MENDONÇA, José Tolentino
Literatura religiosa. III. Época Contemporânea [co-autoria], III, 130-138
MIRANDA, Maria Adelaide
Iluminura, II, 419-422
MONTEIRO, Ana Isabel Líbano
Família. II. Época Contemporânea, II, 242-245
MONTEIRO, João Gouveia
Guerra. I. Época Medieval, II, 318-319
MOREIRA, António Montes
Franciscanos, II, 273-280
Universidade Católica Portuguesa, IV, 310-314
MOREIRA, Domingos de A.
Onomástica religiosa, III, 322-323
Oragos paroquiais portugueses, III, 325-328
MOURÃO, Isabel A. Tavares
Cochinchina (séculos XVI-XVII), I, 385- 387
Tonquim (1.ª metade do século XVII), IV, 297
NASCIMENTO, Aires A.
Literatura religiosa. I. Época Medieval, III, 113-125
NASCIMENTO, Augusto
São Tomé e Príncipe, IV, 187-190
NEIVA, Adélio de Almeida Torres
Acordo Missionário, I, 19-20
Espiritanos, II, 178-181
Vida religiosa, Formas de, IV, 341-344
NETO, Vítor Parreira
Ensino. III. Época Contemporânea (até 1910), II, 123-127
NOGUEIRA, Bernardo de Sá
Geografia eclesiástica. I. Época Medieval, II, 289-294
Igreja e Estado. I. Época Medieval, II, 388-393
NORTON, Manuel Artur
Heráldica eclesiástica, II, 361-363
OLIVEIRA, Aurélio de
Economia. II. Época Moderna, II, 93-98
OLIVEIRA, Mário Rui F. L. de
Jerónimos, III, 16-21
PAIVA, José Pedro
Bruxaria, I, 271-274
Constituições diocesanas, II, 9-15
Exorcismo, II, 229-232
Geografia eclesiástica. II. Séculos XV-XX, II, 294-307
Igreja e Estado. II. Época Moderna, II, 393-401
Magia, III, 168-170
Sínodos diocesanos. I. Época Medieval e Moderna, IV, 240-247
Superstições, IV, 263-269
Visitações [co-autoria], IV, 365-370
PATRÃO, J. Heitor
Portalegre-Castelo Branco, Diocese de, III, 464-473
PEIXOTO, João da Silva
Liturgia, III, 138-145
Rito, IV, 131-135
PENTEADO, Pedro
Alcobaça, I, 32-38
Arquivos eclesiásticos [co-autoria], I, 118-133
Confrarias, I, 459-470
Misericórdias nos séculos XIX-XX, IV, 457-459
Santuários, IV, 164-178
Tomina, Congregação da (1709-1834), IV, 293-294
PEREIRA, Henrique Manuel
Obra da Rua (ou Obra do Padre Américo), III, 319-322
PEREIRA, Lígia
Sagrado e profano, IV, 143-150
PEREIRA, Paulo
Arquitectura. I. Até ao manuelino, I, 109-113
PINHO, Arnaldo
Ortodoxia, III, 359-361
PIRES, António Machado
Messianismo, III, 195-197
Sebastianismo, IV, 193-195
PIRES, Silvana Remédio
Ceilão, I, 324-326
Pérsia, Arménia e Geórgia, III, 440-446
PONTES, José Maria da Cruz
Astrologia, I, 154-159
Augustinismo em Portugal, I, 161-168
Estoicismo, II, 193-195
Lulismo, III, 157-158
Tomismo, IV, 294-297
RAMALHO, Américo da Costa
Humanismo, II, 375-380
RAMOS, António de Jesus
Coimbra, Diocese de, I, 387-399

RAMOS, José Augusto
Bíblia (edições), I, 211-214
RAMOS, Luís de Oliveira
Iluminismo, II, 414-419
Regalismo, IV, 96-99
REAL, Manuel
Arqueologia. II. Medieval, I, 106-109
REIS, António do Carmo
Maçonaria, III, 163-168
REIS, António Matos
Viana do Castelo, Diocese de, IV, 336-339
REIS, Bruno Cardoso
Guerra. III. Época Contemporânea, IV, 396-400
REMA, Henrique Pinto
Cabo Verde, I, 280-284
Guiné, II, 321-325
REZOLA, Maria Inácia
Sindicalismo, IV, 237-240
ROCHA, Georgino
Paróquia. II. Séculos XIX-XX, III, 376-380
RODRIGUES, Ana Maria S. A.
Cabido, I, 278-280
Clero secular. I. Época Medieval, I, 358-361
Colegiadas, I, 399-403
Desamortização. I. Leis medievais, II, 59-60
Dignidades eclesiásticas, II, 67-68
RODRIGUES, Manuel Augusto
Livro religioso. II. Época Moderna, III, 146-149
Teologia, IV, 276-282
RODRIGUES, Samuel
Direito canónico, II, 74-79
Legados pontifícios, III, 70-72
Matrimónio, III, 178-181
ROLO, Raul A.
Dominicanos, II, 82-88
ROSA, Maria de Lurdes
Arquivos eclesiásticos [co-autoria], I, 118-133
Hagiografia e santidade, II, 326-361
Laicado. I. Época Medieval, III, 44-47
SÁ, Isabel dos Guimarães
Assistência. II. Época Moderna e Contemporânea, I, 140-149
Misericórdias, III, 200-203
Pobreza, III, 456-461
SANTOS, Eugénio Francisco dos
Missões do interior (Época Moderna), III, 221-231
Oratorianos, III, 328-334
SANTOS, Luís Aguiar
Igreja Evangélica Metodista Portuguesa, II, 411
Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal, II, 411-412
Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica, II, 412-414
Igrejas ortodoxas, II, 414
Judeus. II. Séculos XIX-XX, III, 41
Protestantismo, IV, 75-85
Sociedade Bíblica de Portugal, IV, 252-254
SANTOS, Maria Emília Madeira
África, I, 21-25
Angola. II. A partir de meados do século XVIII, I, 58-67
SANTOS, Maria José Azevedo
Chancelarias (séculos XI-XV), I, 331-333
Scriptoria (séculos XI-XIII), IV, 191-192
Sigilografia eclesiástica (séculos XII-XV), IV, 236-237
SANTOS, Rui Afonso
Artes decorativas (séculos XIX-XX), I, 133-136
Escultura. III. Do romantismo à actualidade, II, 165-168
SANTOS, Zulmira C.
Literatura religiosa. II. Época Moderna, III, 125-130
SILVA, Alberto Júlio
Pintura. II. Do romantismo à actualidade, III, 453-456
SILVA, António Martins da
Extinção das ordens religiosas, II, 232-236
SILVA, António Pereira da
Sigilismo, IV, 233-236
SILVA, Armando Malheiro da
Tradicionalismo, IV, 297-303
SILVA, Carlos H. do C.
Agnosticismo, I, 25-27
Ateísmo, I, 159-161
SILVA, Francisco Ribeiro da
Leitura, III, 81-86
Penafiel, Diocese de, III, 424-426
SILVA, José António Gomes da
Tribunais eclesiásticos, IV, 303-305
SILVA, Nuno Vassalo e
Ourivesaria, III, 361-363
SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da
Desamortização. II. Século XIX, II, 60-62
SOALHEIRO, João
Azulejo, I, 177-180
Escultura. II. Do manuelino ao romantismo, IV, 379-382
Ex-voto, II, 236-238
Lamego, Diocese de, IV, 419-428
Registo de santos, IV, 99
SOARES, Franquelim Neiva
Róis de confessados, IV, 135-137
SOUSA, Bernardo Vasconcelos e
Reconquista, IV, 91-93
SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e
Cemitérios, I, 327-329
SOUSA, Ivo Carneiro de
Capela Real, I, 286-288
SOUSA, Teodoro Dias de
Instrumentos musicais, II, 462-464
SOUZA, Teotónio R. de
Budismo, I, 274-276
Hinduísmo, II, 367-368
Índia, II, 431-439
STILWELL, Peter
Religião, IV, 101-105
TAVARES, Maria José Ferro
Assistência. I. Época Medieval, I, 136-140
Cristãos-novos, II, 27-31
Heterodoxia. I. Até ao século XVIII, II, 363-367
Judaísmo, III, 31-37
Judeus. I. Até ao século XV, III, 37-41
TAVARES, Pedro Vilas Boas
Lóios, III, 149-157
Molinismo, III, 252-255
TEIXEIRA, Maria Elvira
Assistência. III. Do fim da Monarquia ao Estado Novo, I, 149-152
THOMAZ, Luis Filipe F. R.
Cruzada, II, 31-38
Descobrimentos, II, 62-66
Missões, III, 205-221
São Tomé, Cristãos de, IV, 178-187
Timor e Solor, IV, 284-293

TRIGO, Jerónimo
Moral, III, 259-265
TRINDADE, Manuel de Almeida
Colégio Português em Roma, I, 403-404
VALE, Paulo Pires do
Literatura Religiosa. III. Época Contemporânea [co-autoria], III, 130-138
VALENÇA, Manuel Calheiros
Organaria, III, 356-359
VECHINA, José Carlos
Carmelitas Descalços, I, 297-300
VIEIRA, Alberto,
Funchal, Diocese do, II, 281-288
VIEIRA, Maria do Pilar S. A.
Agostinhas, I, 27
Beneditinas, I, 201-202
Carmelitas (Monjas Descalças da Ordem da Bem-Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo), I, 296-297
Concepcionistas Franciscanas, Monjas, I, 405
Congregação do Bom Pastor (Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor), I, 470-472
Congregação da Divina Providência e Sagrada Família, I, 472
Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, I, 472-474
Congregações religiosas femininas, I, 476-482
Criaditas dos Pobres, Congregação das, II, 27
Dominicanas, Monjas, II, 81-82
Educadoras Paroquiais, II, 100
Franciscanas Missionárias de Maria, Instituto das, II, 269-271
Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, II, 271-273
Franciscanas de Nossa Senhora das Graças, Congregação das Servas, II, 273
Fraternidade Franciscana da Divina Providência, II, 280-281
Instituto Secular das Cooperadoras da Família, II, 457-458
Instituto Secular da Sagrada Família, II, 458-459
Instituto Servas do Apostolado, II, 459
Irmãs do Amor de Deus, II, 468-469
Irmãs Concepcionistas ao Serviço dos Pobres, II, 469-470
Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena, II, 470-471
Irmãs Doroteias, II, 471-473
Irmãs de Jesus Maria José, II, 473
Irmãs Reparadoras Missionárias da Santa Face, II, 473-474
Irmãs de São José de Cluny, II, 474-476
Irmãs de São Vicente de Paulo, II, 476-477
Irmãs Servas da Sagrada Família, II, 477-478
Irmãs Vitorianas, II, 478-479
Missionárias dos Pobres, III, 203
Missionárias Reparadoras do Sagrado Coração de Jesus, III, 203-204
Oblatas do Divino Coração, III, 319
Ordem da Visitação de Nossa Senhora, III, 334
Religiosas do Sagrado Coração de Maria, IV, 106-107
Reparadoras de Fátima, IV, 130-131
Servas da Divina Providência, de Maria Auxiliadora e do Próximo, IV, 225
Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado, IV, 225-226
Servas de Nossa Senhora de Fátima, IV, 226-227
Servas da Santa Igreja, IV, 227
Ursulinas, IV, 324-325
VILAR, Hermínia Vasconcelos
Cónegos do Santo Sepulcro (séculos XII-XV), I, 438-439
Cónegos Regrantes de Santo Antão, I, 434-435

CORRIGENDA e ADENDA

ACÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA
- vol. 1, p. 9, na legenda à iconografia deve ler-se «*Capa do* Boletim Oficial Acção Católica Portuguesa, *no 25.º aniversário da organização*»;
- vol. 1, p. 17, col. B, onde se lê «fundindo-se em 1982, no novo Movimento Católico de Estudantes (MCE).» deve ler-se «fundindo-se em 1980, no novo Movimento Católico de Estudantes (MCE).».

ANGOLA
- vol. 1, p. 63, col. B, onde se lê «D. Sebastião José» deve ler-se «D. José Sebastião».

ANGRA DO HEROÍSMO, Diocese de
- vol. 1, p. 67, col. B, onde se lê «D. João II» deve ler-se «D. João III».
- vol. 1, p. 72, col. B, onde se lê «D. José Damasceno da Costa» deve ler-se «D. Manuel Damasceno da Costa».

APOLOGÉTICA
- vol. 1, p. 95, col. B, onde se lê «Gonçalves Jardim» deve ler-se «Gomes Jardim»;
- vol. 1, p. 96, col. A, onde se lê «Joaquim Alves da Horta» deve ler-se «Joaquim Alves da Hora».

APOSTOLADO DA ORAÇÃO
- vol. 1, p. 103, col. A, onde se lê «no pontificado de Bento XV-Pio XII, em 1858» deve ler-se «no pontificado de Bento XV-Pio XII, em 1958».

ARQUITECTURA. II. Do manuelino ao romantismo
- vol. 1, p. 115, à bibliografia indicada, acrescente-se a obra ANACLETO, Regina — *Arquitectura neomedieval portuguesa: 1780-1924*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; JNICT, 1997, 2 vol., que dedica um capítulo à arquitectura religiosa neomedieval oitocentista.

CISMA DO OCIDENTE E PORTUGAL
- vol. 1, p. 344, col. B, onde se lê «Inocêncio V desejou-o» deve ler-se «Inocêncio VI, desejou-o».

CLARETIANOS
- vol. 1, p. 352, col. A, onde se lê «Lorenzo Gonzalez Navaes» deve ler-se «Baldomero Aldaz López»;
- vol. 1, p. 352, col. A, linha 49, onde se lê «constrói-se um templo dedicado ao Coração de Maria.» deve ler-se «iniciou-se a construção do Santuário do Coração de Maria. O padre Abílio Pinto Osório foi o primeiro português a ingressar na congregação, no ano de 1907.»;
- vol. 1, p. 352, col. A, linha 58, onde se lê «ordens religiosas, sem que os Claretianos chegassem a ter qualquer membro português.» deve ler-se «ordens religiosas, tendo já um membro português.»;
- vol. 1, p. 352, col. B, linha 20, onde se lê «concelho de Águeda, e um noviciado nas Termas» deve ler-se «concelho de Águeda, que depois transita para Alpendorada, e posteriormente, para o Hotel da Várzea, nas Termas»;
- vol. 1, p. 352, col. B, linha 45, onde se lê «Em 1956, instalam aí o noviciado, casa que funcionará também como Seminário Maior até 1973, tendo também, actualmente neste concelho, três paróquias à sua responsabilidade.» deve ler-se «O noviciado da congregação esteve instalado primeiramente no mosteiro de Alpendorada (Marco de Canaveses), de 1939 até 1947, ano em que transitou para o Seminário do Co-

ração de Maria, nos Carvalhos (Vila Nova de Gaia). Passou depois, em 1956, a funcionar no Cacém (Sintra) até 1962, altura em que o noviciado foi instalado em Fátima.».

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA

- vol. 1, p. 439, col. B, onde se lê «O II Concílio do Vaticano (1963-1965)» deve ler-se «O II Concílio do Vaticano (1962-1965)».

CONSTITUIÇÕES DIOCESANAS

- vol. 1, 15, col. A, na bibliografia, onde se lê «*O Instituto*. 58 (1958) 5-23.» deve ler-se «*O Instituto*. 58 (1911) 5-23.».

EMBAIXADORES DE PORTUGAL JUNTO DA SANTA SÉ

- vol. 2, p. 104, col. A, onde se lê «Bonifácio XIII» deve ler-se «Bento XIII»;
- vol. 2, p. 104, col. B, onde se lê «carisma protestante» deve ler-se «cisma protestante»;
- vol. 2, p. 110, col. A, na bibliografia, onde se lê «Barata, David Sampaio Dias...» deve ler-se «Barbosa, David Sampaio Dias...».

EPISCOPOLÓGIO

- vol. 2, p. 131, col. B [Aquae Flaviae], onde se lê «1. Idácio (462)» deve ler-se «1. Idácio (427/28 — 469?);
- vol. 2, p. 131, col. B [Bracara], onde se lê «1. Paterno (388/389)» deve ler-se «1. Paterno (388/399, 400)»;
- vol. 2, p. 131, col. B [Bracara], onde se lê «5. Martinho de Dume...(527-579)» deve ler-se «5. Martinho de Dume... (572, 579)»;
- vol. 2, p. 132, col. B [Elbora], onde se lê «2. Juliano (566), deve ler-se «2. Juliano ? (566)»;
- vol. 2, p. 132, col. B, [Meinedo], onde se lê
  «9. Gomado (908-912?)
  10. Hermógio (912, 924)
  11. Ordonho (931)
  12. Énego, Nónego (1025)
  13. Sesnando (1049-1070)»

  deve ler-se
  «9. Gomado (899-900)
  10. Froarengo (905-912)
  11. Hermógio (912, 915)
  12. Ordonho (931)
  13. Diogo (960)
  14. Énego, Nónego (1025)
  15. Sesnando (1049-1075)»;
- vol. 2, p. 133, col. A [Olissipo], onde se lê «10. Ildefonso? (século VII)» deve ler-se «10. Ildefonso? (século ? VII-X);
- vol. 2, p. 133, col. A [Viseum], onde se lê «7. Vadila (653, 656)» deve ler-se «7. Vadila (653)»;
- vol. 2, p. 134, col. B [Beja], onde se lê «14. António Vitalino Fernando Dantas» deve ler-se «14. António Vitalino Fernandes Dantas»;
- vol. 2, p. 136, col. A [Coimbra], onde se lê «30. Gil Amada» deve ler-se «30. Gil Alma»;
- vol. 2, p. 137, col. A [Funchal], onde se lê «5. Frei de Távora» deve ler-se «5. Frei Fernando de Távora»;
- vol. 2, p. 137, col. B [Guarda], onde se lê «1. Rodrigo (1099)» deve ler-se «1. Rodrigo? (1099)»;
- vol. 2, p. 139, col. B [Lisboa], onde se lê «56. António Mendes Belo (1907-1929)» deve ler-se «56. António (I) Mendes Belo (1907-1929)»;
- vol. 2, p. 139, col. B [Lisboa], onde se lê «58. António Ribeiro (1971-1998)» deve ler-se «58. António (II) Ribeiro (1971-1998)»;
- vol. 2, p. 139, col. B, [Lisboa], onde se lê «59. José da Cruz Policarpo (1998-)» deve ler-se «59. José (IV) da Cruz Policarpo (1998-)»;
- vol. 2, p. 140-141 [Porto]: verificam-se algumas discrepâncias entre as datas aqui referidas e as da entrada «Porto, Diocese do» que não foi possível harmonizar. Na entrada episcopológio seguiram-se, para o Porto, fundamentalmente as datas da *História eclesiástica de Portugal*, de Miguel de Oliveira;
- vol. 2, p. 141, col. A [Porto], onde se lê «61. António José de Sousa Barboso» deve ler-se «61. António José de Sousa Barroso»;
- vol. 2, p. 141, col. A [Porto], onde se lê «65. [...]; Florentino de Andrade e Silva, administrador apostólico (1959-1982)» deve ler-se «65. [...]; Florentino de Andrade e Silva, administrador apostólico (1959-1969)»;
- vol. 2, p. 141, col. A [Santarém], onde se lê «1. António Francisco Marques (1975-1998)» deve ler-se «1. António Francisco Marques (1975-1997)»;
- vol. 2, p. 144, col. A [Vila Cabral], onde se lê «1. D. Eurico Dias Nogueira (>1964)» deve ler-se «1. D. Eurico Dias Nogueira (1964-1972)».

ESOTERISMO
- vol. 2, p. 172, col. B, onde se lê «espaço da sinagoga» deve ler-se «espaço do Templo de Jerusalém».

ÉVORA, Arquidiocese de Évora
- vol. 2, p. 211, col. B, onde se lê «priorado do Crato, que estava sob a alçada dos Templários» deve ler-se «priorado do Crato, que estava sob a alçada dos Hospitalários».

HAGIOGRAFIA E SANTIDADE
- vol. 2, p. 347, col. B, onde se lê «D. João Vieira de Matos» deve ler-se «D. Manuel Vieira de Matos».

IGREJA E ESTADO. I. Época Medieval
- vol. 2, p. 391, col. B, onde se lê «(*v.* HOSPITALEIROS DE SÃO JOÃO DE DEUS)» deve ler-se «(*v.* ORDENS MILITARES)».

ILUMINISMO
- vol. 2, p. 415, col. A, onde se lê «o genovês Rousseau» deve ler-se «o genebrino Rousseau».

INSTITUTOS SECULARES
- vol. 2, p. 460, col. B, onde se lê «Pio XI amigo do padre Gemelli» deve ler-se «Pio XII amigo do padre Gemelli».

MISSIONÁRIOS DA BOA NOVA
- vol. 3, p. 205, col. A, onde se lê «do mesmo pontífice em 1940» deve ler-se «do pontífice seguinte em 1940».

MULHER
- vol. 3, p. 284, col. B, onde se lê «filhas do rei D. Afonso II» deve ler-se «irmãs do rei D. Afonso II».

NUMISMÁTICA
- vol. 3, p. 309, col. B, onde se lê «PEDRO DRUMOND BRAGA», deve ler-se «PAULO DRUMOND BRAGA».

NUNCIATURA DE LISBOA
- vol. 3, p. 314, na legenda da fotografia, onde se lê «Giuseppe Maechi» deve ler-se «Giuseppe Macchi»;
- vol. 3, p. 316, col. B, onde se lê «1910. PermAloisi Masella.» deve ler-se «1910. Permaneceu ainda em Lisboa o secretário da missão, Bento Aloisi Masella.»;
- vol. 3, p. 317, col. A, onde se lê «relações com Roma. Pressionou-se o núncio Censi» deve ler-se «relações com Roma. Pressionou-se o núncio Sensi».

PERSEGUIÇÕES E MÁRTIRES
- vol. 3, p. 440, col. A, onde se lê «VITAS Sanctorum...» deve ler-se «[LIBER] Vitas Sanctorum ...».

PORTALEGRE-CASTELO BRANCO, Diocese de
- vol. 3, p. 472-473, acrescente-se à bibliografia indicada: GOMES, P. — *D. Manuel Mendes da Conceição Santos, vice-reitor do Seminário da Guarda (1905-1916) e bispo de Portalegre (1916-1920)*. Évora: Causa da Canonização, 1996.

PORTO, Diocese do
- vol. 4, p. 7, col. B, onde se lê «entre D. Afonso VI e Afonso I» deve ler-se «entre D. Afonso VII e Afonso I».
- vol. 4, p. 40, col. B, onde se lê «Bernardino Xavier Coutinho» deve ler-se «Bernardo Xavier Coutinho».

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

Vol. I: Página 20: Revista *Boa Nova*. 28: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 29: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 33: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 35: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 44: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 45: Arquivo Círculo de Leitores. 47: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 52: Revista *Boa Nova*. 55: Sociedade de Geografia, Lisboa. 71: Marcontur. 77: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 80: Fototeca do Palácio Foz. 81: Fototeca do Palácio Foz. 104: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 107: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 110: Arquivo Círculo de Leitores. 111: Arquivo Círculo de Leitores. 112: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 114: Divisão de Documentação Fotográfica/Instituto Português de Museus/Carlos Monteiro. 115: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 116: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 117: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 121: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 124-125: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 129: Arquivo Círculo de Leitores. 135: Arquivo Círculo de Leitores. 137: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 138: António Rafael/Museu da Cidade. 139: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 143: Divisão de Documentação Fotográfica/Instituto Português de Museus/José Pessoa. 147: Arquivo Círculo de Leitores. 171: João Gonçalves Gaspar. 174: João Gonçalves Gaspar. 175: Divisão de Documentação Fotográfica/Instituto Português de Museus/Arnaldo Soares. 178: Arquivo Círculo de Leitores. 179: Almeida d'Eça/Arquivo Círculo de Leitores. 182-183: Museu de Arte Sacra, Arouca. 187: Nuno Calvet/ /Arquivo Círculo de Leitores. 189: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 203: Arquivo Círculo de Leitores. 204: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 213: Biblioteca Nacional, Lisboa. 216: Arquivo Círculo de Leitores. 227: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 230: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 232: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 239: Nuno Calvet/ /Arquivo Círculo de Leitores. 246: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 261: Belarmino Afonso. 263: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 266: Arquivo Círculo de Leitores. 267: Arquivo Círculo de Leitores. 269: Arquivo Círculo de Leitores. 270: Horácio Porcel, Buenos Aires. 279: Arquivo Círculo de Leitores. 281: Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra/Carlos Caniçares Barata. 291: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 295: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 297: Nuno Calvet/ /Arquivo Círculo de Leitores. 298: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 301: Convento da Cartuxa de Évora (Scala Coeli). 303: Biblioteca Nacional, Lisboa. 305: Biblioteca Nacional, Lisboa. 306-307: Fundação-Arquivo Casa de Bragança, Muge. 315: Nuno Calvet/ /Arquivo Círculo de Leitores. 325: Walter Cudell. 328: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 330: Arquivo Círculo de Leitores. 335: Gonçalo Couceiro. 336: Convento dos Cardais, Lisboa. 345: Arquivo Círculo de Leitores. 354: Divisão de Documentação Fotográfica/Instituto Português de Museus/José Pessoa. 358-359: IPPAR/Laura Castro Caldas/Paulo Cintra. 364-365: Biblioteca Nacional, Lisboa. 383: Arquivo Círculo de Leitores. 391: Arquivo Círculo de Leitores. 395: Arquivo Círculo de Leitores. 397: Revista *Boa Nova*. 401: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 412: Revista *Boa Nova*. 420: Arquivo Distrital, Bragança (Arquivo São Payo, Pergaminhos). 424: IAN/TT, Lisboa. 432: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 433: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 437: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 458: Fernando Marques (Formidável)/Imagoteca da Câmara Municipal de Coimbra. 463: Santa Casa da Misericórdia, Porto. 465: Santa Casa da Misericórdia, Porto. 477: Revista *Boa Nova*. 481: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 483: Revista *Boa Nova*.

Vol. II: Página 5: Biblioteca Nacional, Lisboa. 13: Biblioteca Universitária João Paulo II, Lisboa. 14: Biblioteca Nacional, Lisboa. 17: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 20: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 21: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 25: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 29: Museu da Cidade, Lisboa. 33: Divisão de Documentação Fotográfica/Instituto Português de Museus/Carlos Monteiro. 48: Biblioteca Nacional, Lisboa. 51: Biblioteca Nacional, Lisboa. 54: Biblioteca Nacional, Lisboa. 61: Arquivo Círculo de Leitores. 65: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital, Évora. 83: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 86: Biblioteca Nacional, Lisboa. 91: Arquivo Círculo de Leitores. 99: Biblioteca Nacional, Lisboa. 102: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 119: Arquivo Círculo de Leitores. 130-131: Delfim Ferreira. 134: Museu Rainha D. Leonor, Beja. 152: Biblioteca Nacional, Lisboa. 156: Arquivo Círculo de Leitores. 157: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 159: Biblioteca Nacional, Lisboa. 163: Jorge Rodrigues. 164: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 165: Arquivo Círculo de Leitores. 166: Varela Pècurto/Arquivo Círculo de Leitores. 167: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 173: Biblioteca Nacional, Lisboa. 174: Biblioteca Nacional, Lisboa. 177: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 182: Almeida d'Eça/Arquivo Círculo de Leitores. 184: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 185: Arquivo Círculo de Leitores. 188: Almeida d'Eça/Arquivo Círculo de Leitores. 201: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 204: Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa. 207: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 215: Almeida d'Eça/Arquivo Círculo de Leitores. 219: Almeida d'Eça/Arquivo Círculo de Leitores. 248: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 253: Maurício Abreu. 258: Jorge Barros. 272: Arquivo Círculo de Leitores. 275: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 277: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 283: Pedro Dias/Arquivo Círculo de Leitores. 284: Pedro Dias/Arquivo Círculo de Leitores. 286: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 295: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 296: Arquivo Círculo de Leitores. 297: Arquivo Círculo de Leitores. 313: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 315: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 318: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 319: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 323: Divisão de Documentação Fotográfica/ /Instituto Português de Museus/Delfim Ferreira. 336: Arquivo Círculo de Leitores. 341: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 343: Arquivo Círculo de Leitores. 349: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 362: José Manuel Oliveira/Arquivo Círcu-

lo de Leitores. 366: Divisão de Documentação Fotográfica/Instituto Português de Museus/José Pessoa. 399: Divisão de Documentação Fotográfica/Instituto Português de Museus/Carlos Monteiro. 475: Varela Pècurto/Arquivo Círculo de Leitores.

Vol. III: Página 13: Pedro Dias/Arquivo Círculo de Leitores. 14: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 19: Nuno Calvet/ /Arquivo Círculo de Leitores. 23: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 24-25: Divisão de Documentação Fotográfica/Instituto Português de Museus/Luís Pavão. 29: 8Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 33: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 39: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 44: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 49: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 53: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 61: Filipe Figueiredo/Arquivo Círculo de Leitores. 71: Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa. 77. Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 80: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 83: L. Ferreira Alves. 84a: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 84b: Eduardo Cunha. 88: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 92: Luís Pavão/Biblioteca Nacional, Lisboa. 97: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 101: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 104: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 106: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 109: A. Sequeira/Arquivo Círculo de Leitores. 111: Arquivo Círculo de Leitores. 117: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 133a e b: Universidade Católica Portuguesa, Lisboa. 135a e b: Universidade Católica Portuguesa, Lisboa. 139: Helena Cruz. 142: Eduardo Cunha. 143: IAN/TT/José António Silva. 153: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 160: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 161: Pedro Dias/Arquivo Círculo de Leitores. 163: Arquivo Histórico-Militar, Lisboa. 165: Museu de Maçonaria, Lisboa. 169: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 172: Pedro Dias/Arquivo Círculo de Leitores. 176-177: Pedro Dias/Arquivo Círculo de Leitores. 179: Arquivo Círculo de Leitores. 182: Laura Guerreiro/ /Arquivo Círculo de Leitores. 196: Arquivo Círculo de Leitores. 199: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 201: Laura Guerreiro/ /Biblioteca Nacional, Lisboa. 213: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 215: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 216: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 219: Laura Guerreiro/Arquivo Círculo de Leitores. 233: Eduardo Cunha. 234-235: Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja. 239: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 243: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 244: José Manuel Oliveira/Palácio Galveias. 246-247: IAN/TT/José António Silva. 251: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 257: Arquivo Círculo de Leitores. 268: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 270: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 271: Mário Morais/Arquivo Círculo de Leitores. 275: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 276: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 277: Almeida d'Eça/Arquivo Círculo de Leitores. 280: Ameida d'Eça/Arquivo Círculo de Leitores. 281: António Cunha. 286: Arquivo Círculo de Leitores. 291: Arquivo Círculo de Leitores. 295: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 296: Laura Guerreiro/Arquivo Círculo de Leitores. 297: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 305: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 307: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 314: Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa. 317: Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa. 321: Arquivo Círculo de Leitores. 327: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 337: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 340: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 343: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 347: Laura Guerreiro/ /Biblioteca Nacional, Lisboa. 351: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 353: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 358: José Manuel de Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 361: Arquivo Círculo de Leitores. 362: Arquivo Círculo de Leitores. 365: Laura Guerreiro/ /Biblioteca Nacional, Lisboa. 370: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 373: Arquivo Círculo de Leitores. 375: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 389: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 397: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 419: Laura Guerreiro/ /Biblioteca Nacional, Lisboa. 425: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 427: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 433: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 434: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 435: Arquivo Histórico Municipal de Matosinhos. 438: Arquivo Histórico Municipal de Lisboa. 448: Col. Pinharanda Gomes. 449: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 450: Arquivo Círculo de Leitores. 451: Divisão de Documentação Fotográfica/Instituto Português de Museus/Luís Pavão. 453: Arquivo Círculo de Leitores. 454: Laura Castro Caldas, Paulo Cintra e P. Calapez. 455: Col. Graça Morais. 456: Col. Emília Nadal. 459: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 463: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 465-469: Diocese de Portalegre-Castelo Branco.

Vol. IV: Página 11: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 13: António Carvalho (Valente). 14: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 15: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 17: Eduardo Cunha. 19: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 22: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 23: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 25: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 59: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 60: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 61: Adriana Freire. 70: Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa. 71: Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa. 75: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 77: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 81: António Cunha/Arquivo Círculo de Leitores. 94: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 97: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 104: Divisão de Documentação Fotográfica/Instituto Português de Museus/José Pessoa. 110: Divisão de Documentação Fotográfica/Instituto Português de Museus/José Pessoa. 111: Divisão de Documentação Fotográfica/Instituto Português de Museus/José Pessoa. 117: Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa. 118: Adriana Freire. 123: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 129: José Manuel Oliveira/ /Arquivo Círculo de Leitores. 132: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 143: Divisão de Documentação Fotográfica/ /Instituto Português de Museus/José Pessoa. 154: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 160: Servizio Fotográfico de L'Observatore Romano. 161: Servizio Fotográfico de L'Observatore Romano. 167: Lusa. 171: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 176: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 189: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 194: Divisão de Documentação Fotográfica/Instituto Português de Museus/Luís Pavão. 200 (esq.): Eduardo Cunha. 200 (dta.): Abrinício (Cristina Borge e José Carlos Fonseca). 222: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 226: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 230: José Manuel Oliveira/ /Arquivo Círculo de Leitores. 240: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 249: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 261: Divisão de Documentação Fotográfica/Instituto Português de Museus/Carlos Monteiro. 264: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 265: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 271: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 275: Divisão de Documentação Fotográfica/Instituto Português de Museus/José Pessoa. 282: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 301: Arquivo Círculo de Leitores. 306: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 308: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 311: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 316: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 318: José Manuel Oliveira/ /Arquivo Círculo de Leitores. 322: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 330: Eduardo Cunha. 331 (esq.): Eduardo Cunha. 334: Eduardo Cunha. 339: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 342: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 348: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 351: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 355: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 357: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 359: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 363: Arquivo Círculo de Leitores. 368: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 369: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 375: António Cotrin/Lusa. 380: Eduardo Cunha. 381: Eduardo Cunha. 383: Inaciom Rosa/Lusa. 384: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 389: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 390: Eduardo Cunha. 391: Divisão de Documentação Fotográfica/Instituto Português de Museus/José Pessoa. 395: Helena Cruz. 404: Lusa. 407: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 411: Arquivo Círculo de Leitores. 414: Arquivo Círculo de Leitores. 423: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 425: Nuno Calvet/Arquivo Círculo de Leitores. 437: Lusa. 446: José Manuel Oliveira/ /Arquivo Círculo de Leitores. 451: IPPAR/Laura Castro Caldas/Paulo Cintra. 452: Arquivo Círculo de Leitores. 475: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 478: IPPAR/Laura Castro Caldas/Paulo Cintra. 481: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 483: José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores. 498: Arquivo Círculo de Leitores. 501: José Manuel Oliveira/Palácio Galveias. 507: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa. 515: Arquivo Círculo de Leitores. 516: Laura Guerreiro/Biblioteca Nacional, Lisboa.